Margarida Maria Fernandes Henriques da Cunha Miranda da Franca

A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso na diocese de Coimbra.

Tese de Doutoramento em Geografia, ramo de Geografia Humana, orientada pela Professora Doutora Fernanda Delgado Cravidão e apresentada ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

setembro de 2015

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso na diocese de Coimbra.

Índice Geral

Agradecimentos **7-8**

Resumo **9-11**
Abstract **13-15**

Introdução **17**
Nota introdutória **19-28**
Plano de trabalho e metodologia **29-41**

I CAPÍTULO - Enquadramento epistemológico da Geografia Cultural e a da Geografia da Religião – uma leitura geográfica das grandes alterações culturais da sociedade **43**

1.1. A estrutura académica e científica da geografia cultural e da geografia da religião **45-50**

1.2. A geografia cultural tradicional e as influências no estudo geográfico da religião. O contributo de Carl Ortwin Sauer e da Escola de Berkeley **51-58**

1.3. As grandes mudanças estruturais da humanidade. Uma visão crítica da geografia cultural tradicional e o despertar do "cultural turn" **59-64**

1.3.1. Enquadramento da geografia na pós-modernidade. Uma leitura das mudanças da sociedade 64-78

1.3.2. Síntese do processo de mudança e os reflexos na estruturação da geografia da religião 79-85

II CAPÍTULO - A globalização e a desconstrução dos conceitos geográficos primordiais. As interferências na identidade e na territorialidade religiosa **87**

2.1. A desconstrução dos conceitos geográficos de lugar e de espaço **89-96**

2.1.1. A multiterritorialidade e a identidade territorial da pós-modernidade 97-101

2.1.1.1. O processo de Des-re-territorialização 101-113

2.2. A dimensão espacial da religião: os lugares sagrados, o território e a territorialidade religiosa **114-115**

2.2.1. A importância dos lugares sagrados para a consolidação da identidade territorial 115-128

2.2.2. Território religioso e territorialidade religiosa 129-135

2.2.3. A atualidade da religião e a particularidade da identidade religiosa 136-144

2.2.4. A geografia atual dos grandes grupos religiosos 145-153

III CAPÍTULO - A particularidade da Igreja Católica e o caso de Portugal – o território e a identidade religiosa **155**

3.1. O processo de mudança em Portugal – a desconstrução da identidade religiosa da sociedade portuguesa **157-159**

3.1.2. A demografia portuguesa do século XX – os processos de transição demográfica e o alcance de modos de vida pós-modernos 160-172

3.1.3. As recentes mudanças na demografia portuguesa e o reflexo na alteração dos comportamentos, dos valores e das crenças dos portugueses. A diversidade do universo religioso 173-201

3.2. A população católica em Portugal - uma leitura geográfica **202-205**

3.2.1. O processo de transição e a nova geografia da identidade religiosa dos portugueses. Os últimos 20 anos do século XX 206-225

3.2.2. A geografia da religião da sociedade portuguesa do século XXI- uma identidade diversificada e híbrida 226-228

3.2.3. Análise regional da evolução da população católica portuguesa 229-233

3.2.3.1. Síntese da evolução e da distribuição da população católica nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira 234-244

3.2.3.2. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região Norte 245-252

3.2.3.3. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região Centro 253-260

3.2.3.4. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região de Lisboa e Vale do Tejo 261-268

3.2.3.5. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região do Algarve 269-277

3.2.3.6. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região do Alentejo 278-287

3.3. A geografia dos grupos religiosos minoritários em Portugal **288-308**

IV CAPÍTULO – A territorialidade religiosa da população católica praticante de Coimbra – Estudo de caso **309**

4.1. Análise da evolução e da distribuição da população católica no concelho de Coimbra **311-340**

4.2. Estudo de caso - análise geográfica dos lugares religiosos da população católica praticante e residente na cidade de Coimbra **341-343**

4.2.1. Caracterização da população inquirida – os diferentes perfis socioeconómicos 344-364

4.2.2. A geografia da prática religiosa da população inquirida – os lugares de pertença no espaço vivido quotidiano 365-403

4.2.3. A perceção e a representação da imagem da cidade de Coimbra 404-415

4.2.4. A territorialidade religiosa da população inquirida – a rede de lugares sagrados nacionais e internacionais 416-485
4.2.5. Análise sumária do estudo de caso 486-502

Notas Finais **503-516**

Bibliografia e Fontes **517-538**

Índice de Figuras **539-544**
Índice de Quadros **545-552**

Anexos **553**
Anexo I - Inquérito à População 555-561
Anexo II - Indicadores Demográficos de Portugal 563-566
Anexo III - Dioceses Portuguesas 567-568
Anexo IV - Casamentos Católicos 569-571
Anexo V - Indicadores Sociodemográficos das regiões portuguesas 573-581
Anexo VI - Indicadores de Caracterização das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores 583-593
Anexo VII - Indicadores de Caracterização da região Norte de Portugal 595-605
Anexo VIII - Indicadores de Caracterização da região Centro de Portugal 607-617
Anexo IX - Indicadores de Caracterização da região de Lisboa e Vale do Tejo 619-625
Anexo X - Indicadores de Caracterização da região do Algarve 627-632
Anexo XI - Indicadores de Caracterização da região do Alentejo 633-643
Anexo XII - Indicadores de Caracterização do concelho de Coimbra 645-660
Anexo XIII - Quadros de análise dos inquéritos 661-662

Agradecimentos

A tese de doutoramento que se apresenta é o resultado de um longo caminho. É, acima de tudo, um desafio pessoal. Sem relação profissional com a geografia, o desafio foi manter presente o conhecimento e o interesse pelos temas geográficos mais prementes - o estudo do espaço, dos lugares, dos territórios, das pessoas, da relação das pessoas com o meio.

Estou convicta de que a geografia é um dos suportes essenciais para o estudo da humanidade, que se quer cada vez mais compreendida, transparente e inclusiva. A geografia pode e deve ajudar nesta compreensão, demonstrando que os espaços urbanos ou rurais, os lugares e os não-lugares, os territórios materiais ou simbólicos e as paisagens culturais, entre outros, refletem a relação entre o homem e os lugares. Moldamos o território e o território molda-nos. Vivemos num contexto temporal e geográfico específico e as nossas ações ocorrem num espaço físico, concreto e com referências geográficas definidas.

Este desejo de continuar a ser, na prática, uma geógrafa e o gosto pelos temas inerentes à geografia humana resultaram nesta tese de doutoramento que agora se apresenta.

Com o suporte teórico da geografia cultural e da geografia da religião, fui descobrindo, ao longo destes anos, diferentes temas de análise, objetos de estudo e outras formas de estudar a territorialidade religiosa. Devido à abrangência e à pluralidade de temas, nem sempre foi fácil encontrar o caminho mais correto e que contribua para o desenvolvimento da geografia humana.

Desde sempre tive ao meu lado a Professora Doutora Fernanda Delgado Cravidão que, através do seu amplo e profundo conhecimento geográfico, me permitiu acrescentar a este trabalho sabedoria, conhecimentos, cultura e liberdade na escrita. Aconselhou-me a leitura de livros fundamentais, questionou-me sobre a pertinência do tema de estudo, questionou a minha própria convicção sobre o que entendia ser geografia da religião. Leu e releu as várias versões e a elas acrescentou sempre uma nova linha orientadora. Por tudo isto, expresso o meu profundo agradecimento pelo seu trabalho de orientação e pela sua amizade. A minha admiração pela Professora Doutora Fernanda ultrapassa a questão

profissional e foi nela que encontrei a força e a determinação necessária para terminar este trabalho.

Ao Professor Doutor João Luís. Reconheço nele um profundo conhecimento e interesse pela geografia humana e pela geografia cultural. Tornou-se numa ajuda imprescindível para estruturar este trabalho, dando-lhe corpo e alma. Deu-me a conhecer obras fundamentais e temas de estudo que se revelaram cruciais para a minha escrita. Mostro-me uma geografia crítica, inovadora e criativa. Fez sempre leituras construtivas e acrescentou a este trabalho ordem e rigor. Estou certa que sem a sua ajuda este trabalho não teria um fim. Por tudo isto e pela sua grande amizade, expresso também a minha gratidão.

Aos meus colegas de doutoramento, em particular ao Rui Martins, quero deixar também algumas palavras. Fomos colegas nas aulas de doutoramento, partilhámos dúvidas mas também conhecimento. Questionámo-nos muitas vezes se seríamos capazes que terminar as nossas teses. Pela sua presença e pela sua força, expresso também a minha gratidão.

À Clara, à Mafalda e à Cláudia, pela amizade e pelo tempo que despenderam a ler esta tese, pelas correções que fizeram e pelo interesse que demonstraram ao corrigir ou completar as minhas ideias. Considero que o trabalho cresceu com a partilha de ideias, mesmo que muitas não sejam de geografia.

À minha colega de trabalho e amiga Catarina Malaquias. Há ações que não têm como serem retribuídas. Obrigada.

Ao Professor Doutor Alfredo Teixeira, à Rita Mendes, à Carminho Pupo Correia, à Paula Távora, à Joana Cortez, à Manel Urbano, à Mimi, à Laura, ao António Santana, ao Carlos Carneiro, à Ana Monteiro, ao Pedro Monteiro, ao Jorge Brandão, à Carla Coimbra, à Cristina Tadeu, à Ana Faria, à Sandra Fernandes, ao Nuno Fernandes e a muitos amigos que ajudaram na realização deste trabalho.

À minha família, porque são a base e o princípio da minha formação. À minha mãe e ao meu pai, pela educação que recebi. À minha irmã Joana e cunhado Luís, pela ajuda e pela presença incansável. À minha irmã Teresa. À minha avó Berta e Tia Alzira. Aos meus sogros pelo exemplo.

Ao meu marido e aos meus filhos, por não terem questionado o tempo que estive ausente, esperando que o exemplo de trabalho e de persistência fique saliente na minha relação familiar, sem tirar tempo ao tempo, sem diminuir os laços que nos unem.

Resumo

A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso na diocese de Coimbra. Com este título, a tese de doutoramento que apresentamos procura estudar a religião enquanto fenómeno geográfico, analisando o uso, a produção e a apropriação dos espaços face a um comportamento distinto do ser humano, cuja motivação é atribuída à religião ou à devoção por elementos sagrados ou espirituais.

Este trabalho tem como suporte teórico algumas das metodologias e dos conceitos fundamentais trabalhados pela geografia cultural, mas também pela geografia da religião, ambas enquadradas cientificamente no ramo da geografia humana.

A revisão bibliográfica deste estudo contemplou os ensinamentos da Escola de Berkley, com destaque para Carl Sauer e de David Sopher, que mostraram uma cultura super-orgânica e a possibilidade de estudar as áreas culturais homogéneas ou mosaicos-padrão, mas também as paisagens materiais.

Incluímos ainda a importância, nos estudos geográficos, do movimento "cultural turn" e da abertura da geografia a outros ramos de pesquisa, a adaptação dos seus métodos de trabalho, a inclusão de novos protagonistas e a abertura a novos temas de análise. O pós-estruturalismo e a desconstrução de muitas realidades que ancoravam a sociedade moderna, permitiram alcançar uma nova geografia mais crítica, socialmente mais inclusiva e metodologicamente mais qualitativa. Duncan, Cosgrove, Jackson, Hall, Tuan, Thrift, Stump, Kong e Stoddard são alguns dos autores que trabalham sobre esta nova perspetiva mais voltada para o mundo dos significados, do simbolismo, da imaginação, da perceção, das representações, mas também das crenças e das devoções religiosas que, nalguns contextos, condicionam e justificam o comportamento das pessoas.

Através destas disciplinas, da geografia cultural e da geografia da religião, mostramos que a cultura, a religião, as identidades, os lugares, os espaços, os territórios e as paisagens têm vindo a sofrer um processo de desconstrução e de adaptação às mudanças resultantes da globalização e da sociedade pós-moderna.

Os estudos geográficos têm procurado compreender e mostrar esta adaptação, incorporando os efeitos da instantaneidade, do hibridismo e das multiterritorialidades, multiescalaridades e multitemporalidades. Ou seja, os estudos geográficos, mesmo os que associamos à religião, procuraram exibir os distintos fluxos e direções, usos e apropriações diferenciadas dos territórios religiosos. Procuram explicar que, mesmo no interior de comunidades aparentemente homogéneas, como a Igreja Católica, há descontinuidades e particularidades que necessitam de ser analisadas.

Na atualidade, as identidades religiosas não são únicas mas plurais e diversas e estão relacionadas com outras componentes da identidade cultural. Cada pessoa define e constrói os seus laços afetivos com os lugares sagrados. Estes laços representam diferentes intensidades, interações e hierarquias e compõem territórios únicos e complexos. Compõem também as paisagens pós-representacionais que são próprias de cada contexto e que combinam elementos materiais mas também imateriais.

Há um percurso de vida paralelo a um percurso religioso que, em simbiose e em conjunto com outros fatores identitários, condicionam o comportamento espacial de cada um.

Tendo presente que a religião é apenas uma variável explicativa da realidade geográfica, descrevemos a evolução e a distribuição da população católica no território nacional, procurando uma justificação ampla e conjunta com as grandes transformações sociais, culturais, politicas, jurídicas e económicas e as transições demográficas que ocorreram no nosso país entre os séculos XX até à atualidade. Estas transformações mostraram um país heterogéneo e diverso, onde a presença e influência da Igreja Católica oscila com a progressiva diversidade das crenças e devoções religiosas ou espirituais, mas também com a perda de laços com o mundo religioso.

A leitura regional de um conjunto de indicadores sociodemográficos permitiu explicar, em parte, a imagem de um país que tem vindo, de forma progressiva, a alterar a sua identidade etno-cultural uniforme e centrada na história, no poder e na presença da Igreja Católica em muitos campos da sociedade.

Numa outra escala, procurámos analisar a heterogeneidade que existe no contexto do concelho e da diocese de Coimbra. A evolução e a distribuição da população católica não ocorreu da mesma forma e com a mesma intensidade em todas as freguesias do concelho, com particular destaque para as freguesias predominantemente urbanas e as freguesias rurais. Verificámos que há diferentes expressões da territorialidade religiosa da população que dependem, de fatores geográficos, como o local de residência ou a localização dos lugares sagrados (igrejas), mas também do perfil socioeconómico e cultural da população crente, praticante e integrada na diocese de Coimbra.

Isto significa que a relação do homem com o espaço onde vive é rica de interações e de experiências. A relação, a perceção e apropriação dos lugares sagrados depende profundamente de um conjunto de fatores desde a idade, sexo ou da situação social de cada pessoa, resultando em multiterritorialidades religiosas.

Palavras-chave: geografia cultural, geografia da religião, identidade, território, territorialidade religiosa, Coimbra

Abstract

Territorial expression of the Portuguese population religious identity. A study case in Coimbra's diocese. Under this title, the present doctoral dissertation aims to study religion as a geographical phenomenon by analysing the use, production and appropriation of the spaces motivated by a human behaviour associated to religion or devotion regarding sacred or spiritual elements.

This work is theoretically grounded on cultural geography methodologies and concepts, but also on the geography of religion, both framed by human geography.

The state-of-the-art has encompassed the Berkley School theoretical basis, namely focusing on Carl Sauer and David Sopher, authors that have shown the existence of a superorganic culture and defended the possibility of studying homogeneous cultural areas or mosaic patterns, but also material landscapes.

We also underline the importance, in geographical studies, of the *cultural turn* movement and geography's overture to diverse research areas, constantly adapting its methodologies, including new actors and embracing new themes. Post-structuralism and the deconstruction of several realities that were the fundament of modern society enabled the emergence of a more critical geography – socially more inclusive and more qualitative in terms of methodology. Duncan, Cosgrove, Jackson, Hall, Tuan, Thrift, Stump, Kong and Stoddard are some of the authors that have worked under this new perspective that approaches the world of meanings, symbolism, imagination, perception, representation, but also beliefs and religious devotions that, in certain contexts, motivate and justify people's behaviours.

Through these disciplines – cultural geography and geography of religion – we show that culture, religion, identities, places, spaces, territories and landscapes have been suffering a process of deconstruction and adaptation to changes due to globalization and post-modern societies.

Geography studies have tried to understand and show this adaptation, incorporating the effects of instantaneity, hybridism, multiterritorialities, multiscales and multitemporalities. Therefore, geography studies, even when associated to religion, have tried to show the different fluxes and directions, uses and diverse appropriation of religious territories. They aim to explain that even amongst apparently homogeneous communities, such as the Catholic Church, there are discontinuities and singularities that should be subject to analysis.

Nowadays, religious identities are not unique, but plural and diverse, and are linked to other components of cultural identity. Each person defines and constructs its emotional ties with sacred places. These ties represent different degrees of connection, interaction and hierarchy, and therefore shape unique and complex territories. They also shape post-representational landscapes that are inherent to each context, combining material and immaterial elements.

There is a life path that is parallel to the religious path that put together and in association with other identity variables shape each person's spatial behaviour.

Bearing in mind that religion is only one of the variables that explain the geographical reality, we describe the catholic population's evolution and distribution on national territory. We seek a vast and comprehensive justification of this movement, linking it with the major social, cultural, political, juridical, economical and demographic changes that occurred in Portugal since the 20th century. These changes have revealed and heterogeneous and diverse country where the presence and influence of the Catholic Church is balanced by the progressive diversity of beliefs and religious or spiritual devotions, and also by the loss of ties with the religious world.

The regional analysis of a set of sociodemographic indicators has allowed to explain, in part, the image of a country that progressively changed its homogeneous etnocultural identity, based on the historical power and presence of the Catholic Church in many segments of society.

On another scale, we have tried to analyse the heterogeneity in the context of the diocese and district of Coimbra. The evolution and distribution of the catholic population did not occur in the same way and with the same intensity in every parish in the district. There are significant differences between urban and rural parishes. We have found that different expressions of the religious territoriality depend on geographical factors such as the place of residence or the location of holy places (churches), but are also defined by the social and economical profile of the believers, practicing and integrated in the dioces of Coimbra.

This means that the relation with the living space is rich in terms of interaction and experiences. The relationship, perception and appropriation of sacred places deeply depends on a set of factors, from age to gender or social situation, resulting on religious multiterritorialities.

Keywords: cultural geography, geography of religion, identity, territory, religious territoriality, Coimbra

Introdução

Nota introdutória

"*O objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem no meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica*" (Claval, 2002b:20).

"*É a conceção de vida inspirada nas relações do homem com Deus que vem explicar, efetivamente, muitos factos da realidade geográfica, cujas causas profundas importa compreender em toda a sua plenitude*" (Girão, 1958:13).

"*O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também étnicos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço económico*" (Bonnemaison e Cambrèzy, 1996:10 *apud* Haesbaert, 2004b:72).

A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso na diocese de Coimbra. Com este título, a tese de doutoramento que se apresenta procura estudar a religião enquanto fenómeno geográfico, analisando o uso, a produção e a apropriação dos espaços face a um comportamento distinto do ser humano, cujas motivações são atribuídas à religião ou à devoção por elementos sagrados. Não se trata de discutir a religião *per se* ou enquanto fenómeno espiritual, teológico ou filosófico, mas antes centrar na análise espacial a identidade cultural, o modo de vida, a imaginação e a perceção, as práticas e os valores inerentes do comportamento do ser humano que, no caso particular do ser religioso, tem como elemento impulsionador a fé, a crença e a devoção religiosa.

Através do estudo da população católica praticante da cidade de Coimbra, identificamos e localizamos os lugares sagrados, as redes de lugares religiosos, os territórios, as territorialidades da população e as práticas religiosas com expressão espacial.

Pese embora consideremos fundamental recorrer a temas e a conceitos essenciais de algumas ciências sociais e humanas como a antropologia, a filosofia ou a sociologia, toda a estrutura do trabalho tem como suporte teórico a geografia humana e os subcampos da geografia cultural e da geografia da religião.

A interligação destas duas áreas científicas permitirá alcançar o nosso objeto de estudo, que está relacionado, numa primeira análise, com a identidade e a territorialidade cultural, com destaque para os fatores que nos identificam enquanto seres humanos e membros de uma ou mais comunidades de pertença, e numa segunda análise, com a territorialidade religiosa, que nos permite interpretar os lugares, os espaços e os territórios como elementos geográficos fundamentais que são construídos, moldados, representados e imaginados à luz da religião ou da espiritualidade.

Ponderando a evolução da geografia cultural e o respetivo objeto de estudo, defendemos uma visão mais restrita desta disciplina, ao assumir que representa um ramo autónomo no âmbito da geografia humana (Claval, 2002c:19-20). A cultura é o principal objeto de análise, assim como o processo de urbanização, os espaços urbanos, as cidades e as suas periferias, entre outros, são temas centrais da geografia urbana. Contudo, admitimos que este posicionamento científico e académico coexiste com uma visão mais ampla de que a geografia humana é toda ela culturalista e em que tudo o que é inerente ao homem é cultural e tem um cunho cultural, não reconhecendo, por isso, a geografia cultural como uma área própria ou mesmo como um paradigma, mas como mais uma abordagem do espaço (cf. Haesbaert, 2009) e uma mescla de abordagens culturais (cf. Atkinson, 2005:vii).

Pensamos que a geografia cultural permite olhar a realidade de uma maneira diferente, ultrapassando o estudo físico e descritivo dos elementos materiais das paisagens, dos lugares e do espaço geográfico. Tem prementes aspirações interpretativas que abarcam a forma como vivemos no mundo, as nossas experiências e a maneira como apreendemos e representamos essas mesmas experiências de forma significativa, sem perdermos de vista a realidade externa e objetiva do mundo.

A geografia cultural estuda a formação das nossas identidades, os nossos modos de vida, as relações sociais que construímos e alimentamos, bem como as nossas experiências vividas de forma individual ou enquadradas numa comunidade. E, tendo presente a identidade cultural, analisa a apropriação e a construção dos territórios de pertença, as múltiplas territorialidades, as paisagens imateriais e simbólicas, os lugares de memória e a perceção dos lugares que não são absolutos nem neutros mas relativos e ativos. Analisa a diversidade espacial e deixa para trás a ideia racionalista que subjaz a formalização de padrões e de mosaicos homogéneos. O espaço é subjetivo e está marcado pelas representações da realidade ou, como Claval afirma (2002b:20), as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica.

Esta disciplina permite esclarecer a distribuição, no tempo e no espaço, dos fenómenos culturais, identifica os grupos, as áreas e as paisagens culturais, analisa a espacialização do comportamento dos indivíduos e identifica os lugares e os territórios de identidade e de pertença.

A geografia cultural foi, de forma paulatina, refletindo as grandes transformações culturais, políticas, intelectuais, filosóficas, económicas e tecnológicas de um mundo cada

vez mais conhecido, com múltiplas dimensões, com fronteiras, nalgumas situações, instáveis e, noutras situações, definidas e cada vez mais protegidas. Sofreu mudanças epistemológicas e metodológicas, oscilando entre vertentes mais deterministas ou positivistas, e foi palco de interação de um leque alargado de ciências sociais e humanas, como a sociologia ou a antropologia. Foi o reflexo de grandes alinhamentos sociais, políticos e filosóficos associados ao desconstrutivismo, marxismo, feminismo, pós--estruturalismo, pós-modernismo e pós-colonialismo, entre outros. Tornou-se mais crítica e abrangente, alargando os temas e metodologias de análise, considerando a vertente subjetiva, emocional e empírica do ser humano e ponderando outras identidades e protagonistas como a mulher, as crianças, os idosos, os pobres, os homossexuais, os religiosos, entre outros. Ao ponderar estes novos atores, foi possível estudar outras territorialidades e formas de produzir o espaço.

Para além do espaço físico e material, a geografia cultural trabalha o espaço imaterial e imaginado, analisado a partir das atitudes e dos padrões de comportamento dos seres humanos, recorrendo a uma explicação subjetiva e emocional da cultura inerente, onde se inclui a religião.

Não pretendemos definir o conceito de cultura em si, pois também este foi evoluindo no seio da própria geografia cultural e das demais ciências sociais. A cultura, por vezes caracterizada por alguma plasticidade e confusão (Williams, 1983 *apud* Oakes, 2008:18), deixa de ser interpretada à luz do senso comum e assumida como algo com poderes causais, para ser dotada de um poder explicativo. Fenómenos culturais como a língua, a etnia, o género ou a religião permitem determinar o comportamento do ser humano que, revestido de poder político ou ideológico, pode neutralizar ou agudizar a diferenciação cultural entre os indivíduos e os grupos sociais e entre os múltiplos territórios.

Através deste poder explicativo interpretamos a relação entre o homem e o espaço; ou seja, o comportamento do ser humano está vinculado a determinados fenómenos culturais, produzindo e projetando no espaço a sua identidade cultural, as suas ideias, as suas ideologias, os seus valores e crenças e as suas relações sociais. E, mediante este jogo de forças culturais identitárias, e ponderando as diferentes escalas e contextos de ação, o ser humano atribui vários sentidos aos lugares, constrói distintas paisagens e assume múltiplas territorialidades, movimentando-se numa rede densa e complexa de nós conectados.

Neste contexto particular da identidade cultural, destacamos a religião como um fator determinante da cultura humana e um instrumento basilar na organização do espaço e na consolidação da paisagem. Stump (2008:370) enfatiza esta ligação e conclui que "*a religião desempenha um papel crucial na vida cultural de diferentes grupos e lugares, e mais especificamente, que é integrado em formas complexas nas crenças, ações e experiências dos fiéis e que os seus efeitos não podem ser reduzidos a manifestações secundárias de tendências socioeconómicas e políticas básicas. A religião, a partir dessa perspetiva, representa um importante foco de estudo, porque é uma expressão influente e distinta da cultura e não é inteiramente redutível a outros fenómenos*".

A religião, entendida como um sistema lato de princípios, normas e valores, associados aos elementos sagrados e espirituais, que determinam as escolhas e o comportamento do ser humano, estrutura, a par de outros fatores, a identidade cultural dos grupos sociais (cf. Durkheim, 2002; Otto, 2005). A importância da religião, na estruturação da identidade de cada um, está patente em três dimensões definidas por Anselmo Borges (2008/2009:16): "*uma dimensão intelectual-emocional, onde se incluem crenças, doutrinas, a reflexão; uma dimensão ritual-celebrativa; uma dimensão praxística, com os aspetos morais, caritativos, de combate pela justiça; uma dimensão comunitária, já que as anteriores dimensões são vividas comunitariamente e estabelecem laços de comunidade. Em síntese: uma dimensão intelectual, uma dimensão ritual, uma dimensão ético-moral*".

A religião materializa-se no espaço e fomenta a organização do território. O ser religioso nutre pelos elementos sagrados, em particular pelos lugares sagrados, um sentimento forte e denso, porque personificam a própria divindade e obrigam a um comportamento e a uma presença de proximidade e intimidade. Ora, este comportamento implica, de forma evidente, uma relação muito especial entre o crente e os lugares sagrados, formando uma rede de territórios de pertença que estruturam a sua vida quotidiana e o seu percurso religioso.

Amorim Girão (1958:13) explica a causalidade geográfica do fenómeno religioso e afirma que "*o estudo das religiões deverá particularmente interessar (...) a parte que têm os fatores espirituais, e sobretudo os de ordem religiosa, nos múltiplos aspetos da paisagem, povoamento e formas de utilização. É a conceção de vida inspirada nas relações do homem com Deus que vem explicar, efetivamente, muitos factos da realidade geográfica, cujas causas profundas importa compreender em toda a sua plenitude*."

Concordamos que, apesar de não ser um princípio universal e de não ser o único elemento, pois depende sempre de um contexto particular, a religião continua a ser, em muitas situações, um dos elementos fundamentais na definição da identidade do ser humano, que afeta os mais variados aspetos da vida social e cultural, condicionando desde a dieta alimentar ao guarda-roupa, à organização do lar e dos lugares de culto e de encontro entre a comunidade, ou então, de uma forma geográfica, modelando a paisagem, condicionando os movimentos populacionais, a organização interna das cidades ou dos bairros residenciais urbanos, a localização específica dos lugares sagrados e a territorialidade dos grupos de definida identidade religiosa. A religião interfere na produção do espaço e na relação espaço-tempo.

Os fieis, ao integrarem as crenças e as práticas religiosas na sua vida quotidiana, criam e usam os espaços geográficos de forma diferenciada, sejam eles sagrados ou profanos, materiais ou imaginados, projetando no espaço a sua identidade religiosa, a sua visão do mundo cosmológico ou terreno e as relações sociais que estabelecem com a comunidade onde se inserem.

A geografia da religião, disciplina que estuda estas temáticas geográficas, é um subcampo da geografia cultural, tendo absorvido alguns dos seus paradigmas mais emblemáticos. Do mesmo modo que assumimos o posicionamento científico da geografia cultural, também a geografia da religião tem sido estudada tendo em conta duas tendências paralelas, balançando entre um subcampo da geografia cultural e um ramo autónomo nas ciências geográficas, com métodos e abordagens muito próprias (Pereira *et al*, 2013:3).

Na nossa perspetiva, situamos a geografia da religião como subcampo da geografia cultural, porque não só consideramos a religião como um fator determinante da cultura, como a geografia da religião adotou algumas das suas mudanças ontológicas e epistemológicas, em particular a partir do movimento "*cultural turn*". Pensamos que a geografia da religião reforçou o seu caminho científico e académico quando a própria geografia cultural se abriu à sociedade pós-moderna, aos novos métodos e temas de análise, onde incluímos o estudo geográfico das identidades, do território e das territorialidades religiosas.

Nos últimos anos, a grande maioria dos trabalhos académicos de geografia da religião verte as recentes dinâmicas espaciais de difusão e de distribuição dos grupos religiosos, não só inseridos nos sistemas universais como em movimentos religiosos

emergentes. Ao interpretar a estrutura geográfica dos distintos sistemas, a geografia da religião mostra a espacialização das diferentes crenças e práticas, da mesma forma que descreve e interpreta a maneira como os crentes imaginam, constroem e se apropriam dos espaços de forma diferenciada, o sentido e o significado que atribuem aos lugares sagrados e a multiplicidade de territórios religiosos, materiais ou imaginados, que se estruturam numa rede densa e complexa de lugares de pertença.

A territorialidade traduz a forma como o ser humano se relaciona com o sagrado e as estratégias espaciais, de controlo e de apropriação, que exerce para manter coesas as suas vivências espirituais e fazer perdurar as suas influências na paisagem. Isto significa que o ser humano projeta a sua identidade e as suas ambições no mundo em que vive, daí que o território sagrado e as redes de territórios sejam elementos distintos na sua vida quotidiana, porque a organizam e possibilitam a relação com os outros e com o mundo. Estes conferem confiança e segurança ontológica num mundo que se apresenta cheio de riscos e instabilidades em muitos domínios sociais.

A geografia dos lugares sagrados pode ser analisada tanto na esfera pessoal e íntima, sendo exemplo a casa, o quarto ou o próprio corpo humano, como na esfera do espaço público, onde a expressão da religião é ainda mais visível. Nesta última escala de análise, produz ícones espaciais que não são universais nem unânimes. São apreendidos pela conjugação de muitos fatores nos quais incluímos a observação da arquitetura religiosa de lugares de culto e de adoração, como a Basílica de S. Pedro em Roma ou mesmo a sua réplica monumental na cidade de Yamoussoukro na Costa de Marfim; a análise através dos elementos naturais que lhe estão associados, como é o caso do rio Ganges, na Índia; o estudo da organização interna de algumas cidades-santuário, como Lourdes em França, Fátima em Portugal ou mesmo Allahabad na Índia; a sistematização do ordenamento de alguns bairros urbanos, com destaque para os guetos norte-americanos e a respetiva prática religiosa vivida dentro de uma comunidade fechada; e ainda pela crítica à importância social que algumas instituições religiosas assumem, nalguns casos associadas a escolas e hospitais, como as Misericórdias no nosso país. Outros estudos põem em relevo os lugares sagrados relacionados com as práticas religiosas, como as peregrinações a Meca ou a Santiago de Compostela, ou, então, como as grandes concentrações comunitárias na Basílica de Nossa Senhora da Aparecida no Brasil.

Mas a geografia da religião compreende também as dinâmicas, a distribuição e a difusão espacial dos sistemas religiosos, ambas estudadas a partir dos diferentes

movimentos populacionais como missões religiosas ou outras deslocações resultantes do processo de colonização ou migração, com destaque para as diásporas. Cartografar algumas das características dos sistemas religiosos é, simultaneamente, identificar os lugares de origem dos sistemas religiosos, evidenciar a evolução quantitativa da população crente e mostrar os movimentos populacionais com motivações religiosas. Basta analisar as redes de lugares sagrados e as novas territorialidades que são, na sua grande maioria, resultado de situações de des-reterritorialização, de hibridismo cultural e de multiterritorialidade.

Na atualidade, os movimentos nacionalistas e fundamentalistas, tal como as mobilidades populacionais referidas, refletem a necessidade, por vezes deturpada, de preservar a identidade cultural e religiosa de um determinado grupo coeso e forte nas suas convicções religiosas. Acontecimentos como os conflitos que ocorreram na região do sudeste europeu dos Balcãs, no início do século XX; ou mais próximo e cirúrgico, o atentado às embaixadas dos Estados Unidos da América no Quénia ou na Tanzânia em 1998; o ataque às Torres Gémeas em Nova Iorque a 11 de setembro de 2001, atribuído à Al-Quaeda; ou os assassinatos praticados pelo francês, de origem argelina, Mohamed Merah, nas cidades de Montauban e Toulouse, França, entre os dias 11 e 19 de março de 2012, ou o atentado na Maratona de Boston a 15 de abril de 2013, ou, mais recentemente, os atentados do autoproclamado Estado Islâmico contra várias aldeias de cristãos na Síria, feriram a nossa atual sensibilidade e alteraram a nossa consciência em relação às grandes divergências religiosas dos séculos XX e XXI.

São acontecimentos e movimentos que mostram que a religião, a par de um vasto conjunto de fatores sociais, políticos e económicos, continua a marcar a identidade das civilizações, a dividir a humanidade e a originar a diferença entre os indivíduos. A religião realça o seu poder geográfico, mas também cultural, social, político e ideológico, quando está implícita nos conflitos e nas guerras entre as nações, quando provoca grandes pressões de limites territoriais, quando fomenta a destruição de símbolos nacionais, ou quando se reflete em atos de ameaça da segurança pública. A religião tornou-se, a nível mundial, numa justificação para muitos dos conflitos armados, julgando atos, politizando atitudes e manipulando as intenções.

A religião, enquanto força motriz do comportamento humano, foi confrontada com as consequências de um mundo globalizado, apoiado na ciência e nas tecnologias de informação e comunicação. O início do século XX foi marcado pela emergência de novas

ideologias, pela secularização e laicização e isto significa que, nalgumas comunidades, a religião perdeu parte do seu peso na estrutura coletiva dos seres humanos, deixando de ser a única a interpretar e a resolver muitos dos problemas da humanidade. Surgem novas identidades religiosas, novos processos de identificação, novos movimentos religiosos e novos lugares sagrados. Appadurai (2004:18) sintetiza que estamos perante novas religiosidades de toda a espécie, que demonstram que a religião não só não esmoreceu como pode até ter mais consequências nas políticas globais de hoje, tão interligadas e dotadas de grande mobilidade. Indica que a religião não foi aniquilada da vida do ser humano mas, pelo contrário, a religião e a espiritualidade continuam a preservar muitas das suas características inerentes à procura do bem-estar e da justiça social e encontraram formas inovadoras de seguir estes desígnios. As formas do sagrado, os espaços sagrados e as relações entre o ser humano e a divindade são agora múltiplas, juntando às antigas estruturas, diferentes escalas e formas espaciais.

Com maior visibilidade no mundo ocidental, multiplicam-se os movimentos religiosos e as divergentes maneiras de viver a religião, muito mais particularizada e íntima e menos focada nas experiências coletivas vinculadas a uma só conduta religiosa. É valorizada uma vivência individual da religião, sendo que esta mudança acompanha a substituição, na contemporaneidade, das fontes tradicionais de identidade como a nação, a família patriarcal e a própria religião por um maior grau de negociação nos estilos de vida dos indivíduos (Martin, 2005:98). Há uma maior liberdade de expressão religiosa acompanhada de uma escolha cada vez mais pessoal e menos centralizada no compromisso pessoal e familiar com a Igreja Católica.

As novas vivências e experiências religiosas não diminuem o poder cultural e social da religião; o que se altera é a forma de ser e de estar no mundo global. O sujeito, as identidades e as sociedades pós-modernas continuam a ser moldadas pela religião, mas uma religião que é também ela é afetada pelos efeitos da globalização e des--reterritorialização económica, política e cultural e, ainda, pela partilha e pela diversidade de crenças e de práticas religiosas.

Tendo em conta este contexto teórico sustentado pela geografia cultural e pela geografia da religião, é nosso objetivo trabalhar, numa primeira abordagem, a evolução e a distribuição da população católica portuguesa e, numa segunda abordagem, proceder à análise da população católica praticante da diocese de Coimbra. Consideramos serem

duas abordagens possíveis no âmbito da geografia da religião em Portugal, permitindo conhecer a distribuição e a evolução da população católica no nosso país, por um lado, e os lugares, os territórios e a territorialidade da população católica praticante, por outro. Ou seja, duas escalas de análise que focalizam a expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa.

A partir de uma análise conjunta de alguns indicadores estatísticos, como a estrutura familiar e as formas de celebração dos casamentos, as habilitações literárias e a estrutura profissional, a estrutura etária e a população estrangeira residente no país, procuramos compreender as grandes transformações sociais, demográficas, culturais, políticas e económicas que ocorreram em Portugal nos séculos XX e XXI. Estas alterações, que coincidem no nosso país com as fases de transição demográfica e com a aproximação progressiva dos modos de vida modernos e pós-modernos, permitem enquadrar a religião também como uma variável explicativa da realidade nacional; ou seja, consideramos que a evolução e a distribuição da população católica e da identidade religiosa dos portugueses pode ser analisada à luz de um conjunto de mudanças estruturais e que implicaram oscilações no âmbito da organização social e familiar, onde incluímos os valores, as crenças, os comportamentos e os modos de vida dos portugueses. São variáveis com expressão espacial e que necessitam de ser analisadas em paralelo.

Numa outra escala de análise, averiguamos a evolução da população católica residente em Coimbra, incluindo o estudo de alguns indicadores sociodemográficos que permitem enquadrar este concelho no contexto nacional. Procedemos também ao estudo geográfico da população católica praticante e integrada na diocese de Coimbra. Para este estudo, realizámos um inquérito que nos permitirá apreender a expressão territorial da identidade religiosa da população inquirida e a relação que estabelece com o seu espaço vivido quotidiano, incluindo a identificação dos lugares sagrados, a definição de redes de lugares sagrados e a análise das territorialidades religiosas, compreendendo a descrição das práticas religiosas e da respetiva expressão espacial.

Para a construção deste trabalho, é fundamental colocarmos as seguintes questões: como se distribui a população católica no território nacional? Como evolui, em termos numéricos, a população católica? Quais as grandes diferenças regionais?

No contexto do estudo de caso de Coimbra importa também questionar quais são os lugares sagrados desta cidade? Qual o espaço religioso vivido pela população católica de Coimbra? Quais as práticas e as vivências religiosas em Coimbra e como usam e consomem o espaço urbano? Qual a territorialidade religiosa, nacional e internacional, da população católica de Coimbra? Qual a expressão da identidade religiosa da população católica praticante da diocese de Coimbra?

Plano de trabalho e metodologia

A tese de doutoramento que se apresenta está estruturada em quatro partes fundamentais. A primeira compreende a revisão bibliográfica teórica do trabalho, onde incluímos a análise epistemológica da geografia cultural e da geografia da religião. Neste capítulo, procuramos aprofundar as temáticas centrais destas áreas científicas e contribuir para o conhecimento das questões terminológicas que lhe estão associadas.

Estas considerações constituem a base teórica dos três capítulos seguintes, que compreendem a análise das alterações dos conceitos geográficos primordiais, como lugar, espaço e território, e os efeitos da pós-modernidade, do desconstrutivismo e da globalização na territorialidade religiosa.

No **primeiro capítulo** refletiremos sobre a sistematização da geografia cultural, inserida na linha de pensamento da geografia humana e com influências marcantes de outras ciências sociais e humanas, como a antropologia, a história, a sociologia ou mesmo a psicologia e a psicanálise. Próxima do método de trabalho da antropologia, a geografia cultural procura estar articulada com a realidade que estuda, conhecendo o território nas suas múltiplas dimensões. Considera útil dar conta dos diferentes contextos espaciais e temporais que impulsionaram mudanças em termos científicos e académicos, as inquietações em torno do próprio conceito de cultura e os temas e métodos de análise que estão em destaque desde o início do século XX até à atualidade.

Esta síntese começa com o despertar da geografia cultural através dos trabalhos de Carl Sauer e da Escola de Berkeley, nos quais a cultura é definida como uma entidade super-orgância e o método de trabalho está assente na morfologia da paisagem, ou seja, na descrição dos fenómenos materiais à superfície da terra.

Sem uma cronologia bem definida, seguem-se as críticas, mais ou menos radicais, a esta conceção de cultura associada ao materialismo histórico. Assistimos à consolidação da nova geografia cultural, revestida de uma visão dinâmica de cultura, de novos protagonistas, de temas de análise mais abrangentes e de novos métodos de trabalho. Neste caminho é distinto o contributo do Centro de Birmingham, dos "*cultural studies*" e

de autores como Raymond Williams (1958)[1], Richard Hoggart (1966, 1969), Edward P. Thompson (1963) e Stuart Hall (1973, 1980, 1992, 1997).

Privilegiando também outras abordagens, mas igualmente influenciados pelo materialismo histórico marxista, surgem os nomes de James Duncan (1994), Denis Cosgrove (1987) e Peter Jackson (1987, 1989), que trabalham uma abordagem cultural crítica, interpretativa e baseada no mundo dos significados, permitindo renovar o estudo das paisagens e dos lugares.

Na atualidade falamos em "geografias culturais", uma vez que este plural indica a multiplicidade de temas teóricos aplicáveis à análise espacial, sendo evidente a "culturalização" do conhecimento científico e o despertar das preocupações geográficas para outras culturas, para outras identidades ou para com os "outros", outrora devotados ao silêncio e ao esquecimento, num contexto de subalternidade ou de uma visão estereotipada da realidade. Neste âmbito, surgem os estudos feministas e o papel do pensamento feminino no uso do espaço, na participação e na cidadania, a preocupação ambiental e as ideias ecologistas, os estudos da identidade e de pertença, muitas vezes associados aos conceitos de diáspora e de hibridismo, as crenças e as práticas religiosas ou as motivações espirituais individuais, valores morais e éticos dos seres humanos.

Estas abordagens representam as críticas da sociedade civil, mas também dos meios académicos e intelectuais, a um mundo globalizado, vincado pela mobilidade de pessoas, bens e serviços. Este mundo provoca o aparecimento de uma sociedade que aparenta ser uniforme, mas onde a cultura se destaca por potenciar a diferença entre os grupos e favorecer uma relação, seja ela *pacífica* ou *de revolta*, entre os seres humanos.

A atualidade é marcada por múltiplas culturas e identidades e, mesmo dentro de cada grupo ou comunidade de pertença, podem existir diferentes modos de interpretar e representar a realidade e diferentes usos e apropriações dos espaços. A nova geografia cultural procura identificar e justificar estas diferenças territoriais, ou seja, as particularidades de cada lugar, de cada espaço, de cada território ou paisagem.

Para estas mudanças (noção de cultura, análise espacial e interpretação da paisagem), muito contribuiu a alteração do pensamento intelectual, a emergência de um espírito crítico social e a aproximação da geografia às mais diversas influências filosóficas,

[1] Ao longo deste trabalho iremos colocar, sempre que possível, as datas e os nomes das principais obras dos autores mencionados no texto. Em alguns casos iremos especificar o título dessas obras em nota de rodapé e noutros casos iremos incluir no texto, por nos parecer importante no contexto do trabalho.

como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo ou o pós-colonialismo, permitindo alcançar uma nova abordagem do sujeito, da sociedade e do espaço em que vivemos.

Através desta leitura crítica sobre a evolução da geografia cultural, pretendemos mostrar que a geografia da atualidade está desperta para a análise subjetiva e emotiva da ação humana, relacionando a organização espacial com o comportamento dos seres humanos, as múltiplas identidades e os territórios de pertença. Pondera os diferentes contextos e mistura as diferentes escalas de análise.

A geografia há muito que deixou de ser uma ciência apenas quantitativa e descritiva, ao questionar e pôr em causa a organização das cidades, dos bairros, da rua em que vivemos ou, simplesmente, da paisagem que nos rodeia, tendo em conta os efeitos, nem sempre simultâneos ou com a mesma intensidade, da globalização económica, cultural e política e das identidades híbridas e em contínua mudança. São variados os fatores que interferem na consolidação da identidade e no percurso vivencial do ser humano, sendo que a religião tem perdurado, nalguns contextos, como um elemento central na identificação dos indivíduos e dos grupos sociais, mantendo-se como um forte elo de ligação entre os crentes e os territórios religiosos que estruturam a vida quotidiana. Neste ponto, a nova geografia cultural, que promoveu uma abertura a novos temas de análise, incorporou a religião nos seus estudos, ficando desperta para as interferências promovidas pelas diferentes identidades religiosas e pelos vários movimentos religiosos ou espirituais.

Neste capítulo é dado destaque à geografia da religião, aqui entendida como um subcampo da geografia cultural, que absorve as suas principais características mas que apresenta a sua própria evolução científica, os seus paradigmas e os autores que contribuíram para a sistematização do conceito de religião, de lugar sagrado e de territorialidade religiosa.

Não sendo uma abordagem geográfica inédita, pois os estudos remontam aos trabalhos publicados no âmbito da escola francesa e de autores como Jean Brunhes (1910, 1925), Pierre Deffontaines (1948), Marx Sorre (1957), entre outros, pensamos ser mais esclarecedor conhecer os estudos recentes em torno do tema da religião, dos diferentes grupos religiosos e dos respetivos fiéis, praticantes ou não praticantes. Estes estudos vertem uma nova inquietação em conhecer todas as dimensões do ser humano e em particular aquelas que permitem uma diferente visão do mundo e outra apropriação do território. Esta preocupação da geografia da religião advém, no nosso entender, dos

ensinamentos que retiramos da geografia cultural, que alerta para a existência de uma geografia flexível, um território, nalgumas circunstâncias sem fronteiras estáveis, e um ser humano repleto de múltiplas influências e de identidades híbridas.

A geografia da religião, como subcampo da geografia cultural, contribui para ultrapassar uma visão tradicional de espaço, de lugar, de território e de paisagem, ao incluir uma outra identidade, um outro laço afetivo, quase que transcendente, uma nova maneira de estar no mundo e, sobretudo, uma maneira diferente de querer construir o mundo. Consideramos que a religião é um fator basilar quando pensamos na sociedade do século XXI, subjugada aos processos de globalização e respetivos efeitos, como a multiculturalidade, a cultura híbrida e as identidades transnacionais.

Para desenvolver este capítulo teórico e de forma a contextualizar o trabalho empírico, procurámos selecionar bibliografia que permitisse um enquadramento epistemológico coerente e o mais abrangente possível, onde incluímos a consulta de obras de referência de geografia cultural, de coletâneas de textos mais antigos e de textos que identificam as novas tendências de estudo da geografia cultural e da geografia da religião. Consultámos também teses de doutoramento e de trabalhos empíricos sobre as temáticas centrais deste trabalho. Analisámos fontes estatísticas, documentais e cartográficas, de forma a sustentar a nossa própria abordagem científica.

Consideramos que é de referir ainda que, relativamente à pesquisa bibliográfica, constatámos a escassez de trabalhos de síntese ou de trabalhos empíricos publicados em Portugal. Recorremos, por isso, à leitura de obras norte-americanas, inglesas ou francesas onde a geografia cultural e da religião são áreas de estudo mais disseminadas junto da comunidade científica. Consultámos também obras brasileiras que nos pareceram essenciais para a compreensão da temática da territorialidade e da sua aplicação ao campo da religião. Sempre que possível consultámos as versões destas obras na língua original.

No **segundo capítulo,** faremos uma análise dos efeitos da globalização, do pós--estruturalismo e do desconstrutivismo na alteração dos conceitos geográficos primordiais, como lugar, espaço ou território. A conjugação alargada dos fatores económicos, políticos, sociais, culturais, entre outros, que compõem o processo de globalização, permitiu olhar de forma crítica para a sociedade contemporânea e para o espaço enquanto palco da ação humana. A era contemporânea, embora tenham surgido

autores que problematizam a perda de importância do espaço (cf. O'Brien, 1992; Friedman, 2005), outros priorizam o espaço sobre o tempo ou, quanto muito, mistura-os numa dialética interpretativa de toda a realidade. Deste último grupo destacamos Lefebvre (1974[2]), Soja (1989[3], 1996[4], 2000[5]) e Castells (1996[6], 1997[7], 1998[8], 2001[9], 2002[10]) que analisam o espaço da pós-modernidade, mostrando que a métrica euclidiana do espaço fixo e limitado, embora continue a ser essencial nos estudos geográficos, dá lugar a um espaço flexível, sem fronteiras bem definidas e onde os elementos simbólicos e emocionais se misturam com os elementos materiais. O lugar é ativo, vivo e extrovertido, porque se vira para fora e aceita a sobreposição de acontecimentos e de pertenças. O lugar é produzido por múltiplos atores e resulta em múltiplas territorialidades.

A era da informática e das comunicações permitiu o alongamento das relações no espaço e no tempo e, nalguns contextos, permitiu a ausência de uma base fixa e concreta para a ação humana. Conjugando o local e o global e através dos modernos meios de comunicação, o ser humano tem a possibilidade de se apropriar e controlar diferentes territórios de pertença, mesmo que estejam distantes. O homem pode mover-se numa rede densa e complexa de lugares, construindo a sua identidade e a sua territorialidade numa base espacial híbrida, fragmentada e em constante formação. Neste contexto, a multiterritorialidade tornou-se, para uma grande parte da população mundial, numa característica da era pós-moderna. Aliás, esta multiterritorialidade aplica-se também aos espaços sagrados e à rede de lugares sagrados que definem os múltiplos territórios de pertença dos crentes.

No entanto, este panorama não anula a importância da localidade e dos lugares. A sociedade atual está repleta de riscos que o próprio homem criou, desenvolvendo, em muitas situações, um sentimento de incerteza e de fragilidade. Neste cenário, considera-se importante voltar a olhar para a geografia como uma garantia de segurança e de

[2] *La production de l'espace*
[3] *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*
[4] *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*
[5] *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*
[6] *The Information Age: Economy, Society and Culture - Vol - I The Rise of the Network Society. The Information Age*
[7] *The Information Age: Economy, Society and Culture - VoII - The Power of Identity*
[8] *The Information Age: Economy, Society and Culture - VoIII - End of Millennium*
[9] *The Internet Galaxy, Reflections on the Internet, Business and Society*
[10] *The Information Society and the Welfare State: The Finnish Model*

enquadramento no mundo contemporâneo. É fundamental ter referências espaciais e saber distinguir o que nos pertence e com o que nos identificamos.

Do conjunto de lugares de pertença, distinguimos os lugares sagrados por representarem um forte elo de ligação entre o homem religioso e os espaços onde o sobrenatural e o transcendente se manifestam. A relação com os elementos sagrados ou espirituais acontece no espaço onde o homem projeta os seus valores e crenças.

A desconstrução dos conceitos geográficos mas também do pensamento científico e intelectual estendeu-se ao próprio conceito de identidade. Na época moderna europeia as âncoras firmes que sustentavam o homem eram, na grande maioria das situações, o Estado, o império e o capital. Mas todas estas narrativas mostraram as suas fraquezas, pois não permitiram alcançar o pleno progresso da humanidade, persistindo situações de desigualdade, de intolerância e de fragilidade humana.

Pondo em causa o suporte cultural do homem, a identidade começa a ser definida por aceitar a mistura e a abertura contínuas a diferentes fatores culturais. Ao longo da sua própria história, o homem vai absorvendo diferentes referências e moldando a sua identidade. A identidade torna-se uma referência social aberta, cumulativa, híbrida e fragmentada.

A identidade religiosa é, de alguma maneira, uma das formas de centrar o homem na sua existência enquanto indivíduo e enquanto membro de uma sociedade alargada. A religião e a espiritualidade são motores de difusão e de mobilidade humana, permitindo criar uma rede densa de lugares de pertença que, muitas vezes, ultrapassam o espaço vivido quotidiano. A religião permite ancorar o ser humano a uma comunidade, a um espaço, a uma realidade concreta e emotiva. Permite uma relação mítica e mística entre a divindade e o crente e entre o crente e a comunidade religiosa onde está inserido, mas também com outros crentes de outras filiações. Cria uma força densa e qualitativamente diferente do mundo comum ou profano.

O homem crente projeta no espaço os seus valores, a sua fé e a suas crenças. Organiza o espaço de acordo com a sua visão do mundo, construindo, nalguns casos, o mundo terreno à semelhança do mundo celestial, produzindo o espaço religioso em função das suas próprias representações. Os grupos religiosos usam estratégias de controlo e de apropriação dos territórios como forma de proteger e difundir a respetiva identidade religiosa.

A geografia da religião desperta para uma análise crítica e abrangente da realidade, procura analisar as diferentes identidades religiosas, os lugares sagrados, a territorialidade e as paisagens onde o sagrado se manifesta. Analisa os movimentos de difusão espacial, os fluxos e os conflitos territoriais que têm subjacente as diferentes identidades religiosas.

De forma abrangente e sintética procuramos analisar, neste capítulo, as grandes alterações territoriais e numéricas dos grupos religiosos maioritários, onde incluímos o cristianismo e a Igreja Católica. Embora seja sempre difícil cartografar a distribuição dos grupos religiosos, pois é uma realidade complexa e dinâmica e porque a realidade numérica esconde a heterogeneidade existente nos diferentes territórios, notamos que a dispersão mundial da presença da Igreja Católica contrasta com a concentração da população muçulmana na região da Ásia-Pacífico, no Médio Oriente e Norte de África e na África Subsariana.

Uma das mudanças mais assinaláveis da era contemporânea e que coincide com a teoria da secularização e individualização da sociedade é a ascensão da população que se declara sem religião, os ateus, agnósticos ou indiferentes. Esta situação é transversal e mais saliente em áreas geográficas onde é assinalável o desenvolvimento económico, a urbanização, a liberdade de expressão e dos comportamentos e a abertura da sociedade aos outros e a tudo o que possa surgir de "fora".

No **terceiro capítulo** optámos por estudar alguns aspetos que caracterizam a identidade e a territorialidade da Igreja Católica em Portugal. Este estudo tem por base a análise de informação estatística do Instituto Nacional de Estatística (INE), em particular da variação anual da população católica portuguesa, da população que professa outras religiões cristãs e não cristãs e da população sem religião. De forma paralela, analisamos a evolução do número de católicos praticantes por diocese, da responsabilidade da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), permitindo consolidar os valores apresentados pelo INE.

Consideramos ainda que a análise da identidade religiosa reflete as grandes transformações ocorridas na sociedade portuguesa do século XX e XXI, sendo um dos fatores que interfere e condiciona os grandes ciclos espaço-tempo da sociedade. Assim, a religião, a par de outros indicadores, explica uma grande parte destas transformações que devem ser analisadas de uma forma sistémica e dinâmica.

Nestas circunstâncias, observámos um conjunto de outras variáveis sociodemográficas associadas às condições e aos estilos de vida dos portugueses e à estrutura das famílias portuguesas. As variáveis analisadas determinam o perfil da população e estão relacionadas, entre outros fatores, com a variação da população residente, a estrutura etária e o envelhecimento populacional, a estrutura dos núcleos familiares e as formas de celebração dos casamentos, a escolaridade e o setor de atividade da população ativa, bem como a nacionalidade da população estrangeira residente. No conjunto, estes indicadores, influenciam o comportamento, o sentimento e a prática religiosa, mostrando o peso da religião na estrutura da sociedade e na identidade da população portuguesa.

Expusemos a variação da população católica portuguesa desde 1940 até ao último período censitário de 2011, relacionando a sua evolução com os indicadores estatísticos referidos, cartografando, por sub-regiões e por concelhos, as diferentes dinâmicas. Comparámos a evolução da população católica com a emergência das religiões minoritárias no nosso país e o aumento da população sem religião.

Através desta abordagem, verificámos de que forma Portugal acompanhou as tendências pós-modernas dos países europeus. O peso da comunidade católica em Portugal era, até meados do século XX, uma característica estrutural e que marcou a identidade de um país inteiro. De forma progressiva, os valores estatísticos revelam uma diminuição do peso da Igreja Católica e a abertura a outras confissões religiosas, reflexo da secularização da sociedade e da presença ativa de outros líderes religiosos, de diferentes crenças e de outro tipo de lugares sagrados. Estas tendências gerais revelaram algumas discrepâncias a nível regional e concelhio, fazendo corresponder as áreas geográficas polarizadoras de recursos humanos e de atividades económicas aos territórios de maior diversidade do universo religioso e, ao invés, as áreas geográficas do interior e sujeitas ao despovoamento, ao envelhecimento populacional e à fragilidade do tecido económico, aos territórios de maior hegemonia da Igreja Católica.

Após esta caracterização nacional, optámos por apresentar o nosso estudo de caso – a população católica praticante e integrada na diocese de Coimbra. Este estudo de caso consiste no **quarto capítulo** do trabalho que se apresenta.

O percurso metodológico que norteou este trabalho está assente numa visão geográfica sobre a identidade e a territorialidade da população inquirida, através da qual

será possível averiguar a relação que os inquiridos têm com os lugares sagrados que costumam frequentar e que se localizam na cidade de Coimbra. Numa outra perspetiva será também possível conhecer os lugares sagrados, nacionais ou internacionais, que definem o território religioso da população inquirida e a respetiva rede de lugares de pertença.

A escolha de Coimbra tem implícita a própria história da cidade e da diocese no contexto nacional. Situada no centro do país, a diocese de Coimbra deverá datar dos fins do século IV ou princípios do V, tendo sido a sua sede original em Conímbriga, uma das mais importantes cidades da Lusitânia. Mais tarde, no final do século VI, o bispo de Conímbriga veio a fixar-se em *Aeminium* e, nessa altura, parte da sua população e da Cúria Episcopal instalam-se na cidade que viria a adotar o nome de Coimbra.

Segundo dados oficiais da diocese de Coimbra, a população atual deste território ronda os 545.000 habitantes, estendendo-se por uma superfície de 5.300 Km^2. Compreende todo o distrito de Coimbra, à exceção da freguesia de S. Gião, do concelho de Oliveira do Hospital; o concelho da Mealhada, do distrito de Aveiro; o concelho de Mortágua, do distrito de Viseu; os concelhos de Alvaiázere, de Ansião, de Castanheira de Pêra, de Figueiró dos Vinhos, de Pedrógão Grande e parte do de Pombal, do distrito de Leiria; e o concelho de Ferreira do Zêzere, do distrito de Santarém. A diocese é composta por 4 Regiões Pastorais, que englobam 25 Arciprestados, onde se distribuem 265 paróquias.

Embora não sejam dados atualizados, a CEP indica que, no ano de 2001, a diocese de Coimbra tinha cerca de 106 mil católicos praticantes, ficando apenas atrás das dioceses de Braga e do Porto, consideradas como as dioceses portuguesas mais representativas em termos populacionais.

Também no que diz respeito à estrutura urbana, o concelho de Coimbra continua a ocupar uma posição de destaque a nível nacional. Nos censos de 2011 é um dos sete lugares mais populosos, representando, em termos regionais uma força centrípeta de recursos humanos, económicos e culturais, entre outros.

Por forma a justificar a escolha da cidade de Coimbra como área de estudo, incluímos neste capítulo a caracterização do concelho de Coimbra baseada num conjunto de indicadores socioeconómicos como a evolução populacional, a estrutura etária, a estrutura familiar, a população ativa por setor de atividade, entre outros. Procuramos constatar as dinâmicas geográficas existentes no concelho, em particular as diferentes

velocidades de crescimento entre as freguesias urbanas e as freguesias rurais. Mesmo no contexto urbano, procuramos aferir algumas divergências relativas ao perfil da população e mostrar uma cidade fragmentada e heterogénea.

Na impossibilidade de auscultar toda a população residente na cidade de Coimbra optámos por realizar um inquérito presencial à população católica praticante que frequenta, na sua vida religiosa quotidiana, as seguintes igrejas da diocese de Coimbra: Igreja de S. José; Igreja da Rainha Santa Isabel; Igreja da Sé Nova; Igreja de S. João Batista; Igreja de Nossa Senhora de Lurdes; Igreja de São Martinho e Igreja de Eiras.

Tendo em conta a análise estatística de um conjunto de indicadores socioeconómicos, por um lado, e tendo presente o conhecimento pessoal das dinâmicas existentes na cidade de Coimbra, por outro, procurámos selecionar os lugares sagrados que permitissem uma leitura diferenciada e ampla da identidade religiosa da população católica praticante da cidade de Coimbra. Os lugares selecionados, apesar de serem todos urbanos, correspondem a áreas que apresentam um dinamismo demográfico diferenciado, como representam, de forma aparente, lugares cujas práticas religiosas individuais e coletivas são distintas.

A análise conjunta destas duas perspetivas permite-nos analisar as crenças, o sentimento e as experiências religiosas da população católica praticante, o conhecimento, a perceção e a representação do espaço religioso, o uso dos lugares sagrados e a construção do território religioso de forma diferenciada.

A CEP referiu no recenseamento à prática dominical na diocese de Coimbra, realizado a 9 de março de 2001[11], que a população católica praticante era de 106.595 indivíduos. Tendo em conta a Tabela de Kreijcie e Morgan (1970:608), apurámos que seria necessário realizar 384 inquéritos para que a amostra fosse representativa da população católica praticante da diocese de Coimbra, atingindo um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. Por forma a uniformizar o número de inquéritos por igreja, optámos por realizar 55[12] inquéritos em cada igreja em estudo, totalizando 385 inquéritos.

[11] Não existem dados mais recentes da população praticante das dioceses de Portugal. O último recenseamento realizado pela CEP foi em 2001.

[12] Uma vez que não dispomos do número de praticantes por igreja, optámos por fazer o mesmo número de inquéritos em todas as igrejas e não o número de inquéritos proporcional ao número de praticantes.

O inquérito, apresentado em anexo[13], foi elaborado tendo em conta duas fontes fundamentais. A primeira compreende as ideias-chave que analisámos nos primeiros capítulos e que traduzem as questões teóricas inerentes ao estudo geográfico da identidade e da territorialidade religiosas. Estas ideias refletem a definição de lugar sagrado, de lugares de pertença e de territórios religiosos. A segunda compreende a leitura de dois inquéritos já realizados no âmbito desta temática, um que serviu de suporte ao trabalho empírico na tese de doutoramento de Maria da Graça Mouga Poça Santos, apresentado no ano de 2004 na Universidade de Coimbra e o segundo, que esteve na génese do relatório realizado em conjunto pela CEP e a Universidade Católica Portuguesa (UCP) intitulado "Identidade Religiosas em Portugal: representações, valores e práticas – 2011".

O inquérito elaborado e utilizado para este estudo apresenta-se estruturado em quatro partes. A primeira diz respeito aos dados do inquirido, onde incluímos questões de índole pessoal, como a idade, a nacionalidade, o rendimento líquido mensal ou a composição do agregado familiar. A segunda agrega um conjunto de questões sobre a prática religiosa do inquirido, na qual incluímos a frequência e o tipo de atividades realizadas na igreja onde o inquérito foi realizado, os lugares religiosos que frequenta ou que conhece na cidade de Coimbra e ainda, outras questões mais subjetivas e emotivas que traduzem a relação que o inquirido estabelece com a igreja, ou seja, com o espaço físico que frequenta. A terceira parte inclui três questões relacionadas com a imagem da cidade de Coimbra, incluindo a identificação de lugares religiosos relevantes, as atividades e as experiências religiosas associadas a Coimbra e a paisagem ligada à Igreja Católica. Por último, a quarta parte deste inquérito reflete a análise dos lugares religiosos nacionais e internacionais que o inquirido já visitou por motivos religiosos e com os quais estabeleceu uma relação de pertença.

Tendo em conta esta estrutura do inquérito, procurámos auscultar a relação que a população inquirida tem com os lugares sagrados de Coimbra e de que forma constrói a sua territorialidade religiosa, seja ela urbana ou rural, nacional ou internacional. Qual a rede de lugares sagrados que estrutura a prática religiosa da população inquirida e que reflete, de forma consensual, a própria identidade dos fiéis e seguidores da Igreja Católica?

[13] Anexo I

Com o objetivo de testar e demonstrar a viabilidade prática do inquérito, averiguando a compreensão das perguntas e a clareza das opções de resposta, realizámos 30 inquéritos de teste nas igrejas de Nossa Senhora de Lurdes, Sé Nova e S. João Batista. Estes inquéritos foram feitos presencialmente nas missas dominicais dos dias 21 e 28 de julho de 2013. Após este teste, procedemos à correção de algumas questões, resultando numa versão final do inquérito.

O inquérito final foi realizado nas missas dominicais ocorridas nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de março de 2014. Não utilizámos o quadro de números aleatórios para escolher os dias da realização do inquérito, uma vez que, para podermos ter uma amostra significativa, foi necessário escolher o dia de maior afluência à missa que consideramos ser o domingo. Realizámos os inquéritos fora de atos sociais como batizados, casamentos ou funerais[14].

Questionámos presencialmente de forma aleatória homens e mulheres, jovens a partir dos 15 anos e adultos. A idade mínima da população inquirida foi ponderada tendo em conta o critério apresentado, desde 1980, pelo INE à questão da religião, que selecionou apenas a população acima dos 15 anos de idade. Consideramos também que nesta idade a população começa a ter um envolvimento mais consciente e uma prática religiosa mais desprendida das opções familiares, sendo que muitos dos fiéis já possuem o crisma e estão envolvidos em atividades e grupos religiosos como, entre outros, os escuteiros, a catequese para jovens/adultos ou as viagens e os campos de férias com cariz religioso[15].

Gostaríamos ainda de deixar três notas finais e contextualizadoras sobre a escolha do tema e o estudo de caso, da população-alvo e dos lugares onde realizámos os inquéritos.

Quanto à primeira nota, utilizámos os critérios de Stoddard e Prorok (2003:260), que questionam a metodologia escolhida nos trabalhos de geografia da religião. Estes autores indicam que a postura epistemológica dos geógrafos que estudam os fenómenos religiosos tem dois pontos de vista, um do crente e o outro do observador. Se este último

[14] Tendo em conta que procurámos auscultar a população católica praticante e que tem, perferencialmente, uma prática religiosa associada à frequência da missa dominicial em igrejas integradas na diocese de Coimbra, pareceu-nos menos útil questionar a população que estaria a assistir à missa dominical ocasionalmente ou cujo motivo principal fosse estar presente num ato social e religioso.

[15] Esta questão da idade e da relação com o espaço foi analisada por Frémont em *La Région, Espace Vécu*. Nesta obra são analisadas as relações do homem com o espaço de acordo com as idades da vida, tendo sido descrito o contexto de uma criança, de um adulto ou de um velho. Também a partir deste texto depreendemos ser mais útil analisar a perceção de um jovem, após a "terceira infância", ou seja após os 12 anos de idade.

é um *outsider* nas questões do sentimento religioso e na prática religiosa, o crente tem uma ideia firme sobre as crenças e a fé e, nestas circunstâncias, não é de todo um investigador imparcial.

De facto, não nos podemos julgar como meros observadores, porque a tradição familiar cristã continua a perdurar na nossa visão do mundo, tal como este sentimento nos leva a participar em experiências religiosas de âmbito local, nacional e internacional.

E, porventura, foi a circunstância de sermos crentes que nos despertou e direcionou o olhar para o estudo do sistema religioso católico e da relação do homem religioso com os espaços sagrados dispersos na cidade de Coimbra (também o nosso espaço vivido quotidiano). Queremos, no entanto, manter o devido distanciamento e acreditar que esta escolha não deverá influenciar e tornar este estudo menos preciso à luz do pensamento geográfico, mas sim contribuir para um debate ainda mais esclarecedor sobre a perceção e a territorialidade religiosa urbana.

Para além disso, como segunda nota, consideramos que um estudo deste âmbito terá que ter a ambição, por vezes utópica, de contribuir para um debate mais abrangente e esclarecedor sobre a vida social e sobre o espaço em que esta se desenrola. Acreditamos que só compreendendo todas as facetas da vida quotidiana do ser humano é que podemos explorar e organizar o espaço e contribuir para um ordenamento do território mais próximo das diferentes realidades da população. A geografia pode e deve ser a força motriz para compreender os diferentes mundos do ser humano, deve olhar para as desigualdades e encontrar soluções mais sensíveis e humanas para construir a realidade.

A terceira nota é sobre a consciência de que o estudo que apresentamos é apenas uma pequena visão da realidade. À medida que fomos trabalhando a identidade cultural e os fenómenos religiosos, em particular os lugares, os espaços e a territorialidade do ser humano religioso, concluímos que muito haveria para estudar. O fascínio do século XXI e da era contemporânea provocaram um conjunto de mudanças em termos culturais e religiosos, que impulsionaram a multiplicidade de temas e de métodos. Escolher um único caminho será sempre redutor. As outras religiões universais, as chamadas seitas religiosas e os grupos protestantes, os não crentes ou os ateus, poderiam ser um aspeto importante, em particular na forma como criaram diferentes paisagens culturais, outros territórios e territorialidades e usos no espaço urbano.

I CAPÍTULO

Enquadramento epistemológico da geografia cultural e da geografia da religião – uma leitura geográfica das grandes alterações culturais da sociedade

1.1. A estrutura académica e científica da geografia cultural e da geografia da religião

"O sentido último da abordagem cultural em geografia está, sem dúvida, em reencontrar a riqueza e a profundidade da relação que une o homem aos lugares. Essa relação varia segundo as civilizações e as épocas; ela pode ser real ou apenas sonhada." (Bonnemaison;1981:108).

"*A vida social assenta em técnicas, práticas e conhecimentos geográficos: os homens devem compreender o meio onde vivem para o poderem explorar e organizar; têm de se orientar e de ter pontos de referência; só se identificam com os lugares onde vivem se estes contiverem signos que compreendem e símbolos que partilhem*" (Claval, 2006:17).

O objetivo deste primeiro capítulo é analisar a evolução epistemológica da geografia cultural e da geografia da religião enquanto áreas de estudo inseridas no âmbito da geografia humana e enquanto suporte teórico do trabalho que se apresenta. Ambas incorporam metodologias e técnicas de análise específicas para interpretação dos lugares, dos espaços, dos territórios e das paisagens, destacando os elementos culturais, onde incluímos a religião. Estes condicionam a relação entre o homem e o meio e interferem no uso e na construção dos territórios.

Pensamos que não é possível fazer um só corte epistemológico e colocar num único texto todos os paradigmas, métodos e temas de análise, pois a evolução da geografia teve diferentes origens e desenvolvimentos consoante os seus autores e respetivos contextos sociais, económicos e políticos. Para compreender a evolução epistemológica da geografia cultural e da geografia da religião, ou de qualquer outro ramo científico, é necessário questionar os paradigmas institucionais, académicos e universitários, que estão subjacentes à produção intelectual do conhecimento e, ainda, os contextos sociais, políticos e económicos que enquadram estas instituições[16].

Não se trata de uma evolução linear mas de uma evolução repleta de descontinuidades, que absorveu diferentes correntes, muitas delas consensuais e relativas a uma comunidade de estudiosos ou de instituições que, no caso particular da

[16] Acresce que não deve ser desprezada a subjetividade particular de cada autor, uma vez que as circunstâncias individuais são transportadas para os trabalhos que produz. Qualquer trabalho é sempre uma visão pessoal da realidade, retirada de leituras, de observações e de imagens escolhidas. Cada autor imprime na obra os seus interesses pessoais, as suas influências particulares, as suas visões dos lugares, devendo ser sempre contextualizados no seu tempo e no seu espaço. Julgamos também que não podemos dissecar tudo o que corresponde a uma só corrente, apenas deixamos alguns traços do que caracteriza, do que introduziu de novo ou do que contesta ou constrói.

geografia cultural, foram a Escola de Chicago, a Escola Vidaliana, a Escola de Berkeley, a Escola de Frankfurt, entre outras.

Consideramos que a geografia cultural é um ramo autónomo da geografia humana, coincidindo em muitos pontos de interesse, sendo que "*o objeto de interesse da geografia cultural tem sido variado e paralelo à evolução da geografia em geral, passando do estudo das relações do seres humanos com o meio, desde uma ótica muito próxima das ciências naturais, a uma compreensão de fatores sociais e económicos, até chegar ao estudo das perceções*" (Capellà e González, 2002:11).

Pensamos também que esta disciplina é epistemologicamente plural ou uma heterotopia epistemológica (Duncan, 1994) na qual se combinam diferentes matrizes (Corrêa e Rosendahl, 2003:169). O seu desenvolvimento denota uma aproximação às ciências sociais e humanas, através da relação com disciplinas como a história, a antropologia, a arqueologia, a sociologia e a própria psicanálise. A geografia sustenta-se desta multidisciplinaridade e é neste contexto que podemos entender os vários ramos da geografia que olham para o espaço com diferentes enfoques e métodos de trabalho como a economia, a política ou a filosofia. No caso particular da geografia cultural, esta aproximação é voltada para a antropologia, privilegiando o seu método de trabalho e alguns conceitos principais como o de cultura. Veja-se o caso de Sauer e a adoção da tradição antropológica de cultura que iremos apresentar no ponto seguinte deste capítulo.

No percurso ou evolução da geografia cultural consideramos fundamental dar ênfase ao contributo de Carl Sauer (1925) e da Escola de Berkeley, como marco que destaca o interesse geográfico pela cultura e o realce no estudo da morfologia da paisagem cultural. Destacamos também o contributo da Escola Britânica, do Centro de Estudos Culturais Britânicos da Universidade de Birmingham e dos *cultural studies*, de onde distinguimos a clarificação do próprio conceito de cultura através de autores como Raymond Williams (1958), Richard Hoggart (1969), Edward P. Thompson (1963) e Stuart Hall (1973, 1980, 1992, 1997). Acrescem ainda as influências da geografia humanista e da fenomenologia, como defenderam David Lowenthal (1961) e Donald Meinig (1969), W. Zelinsky (1990, 2001), Armand Frémont (1976) e Yi-Fu Tuan (1974, 1977)[17].

[17] Estas referências do passado são essenciais para perceber as preocupações atuais da geografia cultural. O passado e a história das disciplinas são a base e o ponto de partida de qualquer pensamento científico, representando um esforço dos autores em desbravar um caminho à partida inacessível e não descoberto.

Para o nosso estudo, o contributo mais revelador advém do movimento que surgiu num passado recente a que se designa de "*cultural turn*". Este choque, ou como Duncan (1994:61) refere, esta "*guerra civil*", permitiu o debate em torno do próprio conceito de cultura e a abertura a outros temas de análise, refletindo os novos contextos sociais, económicos, políticos e geográficos ditados pela globalização e demais circunstâncias que caracterizam os séculos XX e XXI. Esta mudança refletiu-se nos métodos geográficos que passam a considerar um espaço disperso mas conectado, um sentido de lugar subjetivo e uma identidade híbrida. A cultura ganha um poder político e ideológico e é apoiada por uma nova agenda crítica que perpassa o feminismo, o comunismo, o antirracismo, e outros movimentos que reivindicam uma maior paridade e justiça social da humanidade. A própria religião é ponderada no meio académico, mantendo a sua essência principal, mas renovando a forma de chegar às pessoas, seja através de um discurso mais flexível, seja através de outros espaços de encontro entre os crentes e os elementos sagrados ou a divindade.

Na bibliografia analisada, encontramos estudos que retratam este percurso da geografia cultural. A título de exemplo, consideramos obras de referência os trabalhos de Carl Sauer *The Morphology of Landscape* (1925), de Denis Cosgrove e de Peter Jackson *New Directions in Cultural Geography* (1987), de Paul Claval *La Géographie Culturelle* (1995), de Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl *Introdução à Geografia Cultural* (2003), de Donald Mitchell *Cultural Geography: a critical introduction* (2005) e de Timothy S. Oakes e Patricia L. Price *The Cultural Geography Reader* (2008).

É ainda de notar o peso das obras estrangeiras, em particular de língua inglesa e, em menor número, francesa, sendo importante destacar o contributo de Paul Claval para a sistematização da geografia humana.

Também no Brasil nomes como Milton Santos (1978, 2001), Roberto Lobato Corrêa (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003), Zeny Rosendahl (2000, 2001, 2005, 2008, 2010, 2011) e Gil Filho (2003, 2007, 2012) têm investido na tradução de algumas destas obras e criado grupos de reflexão sobre a geografia cultural e os seus mais variados temas de análise, com destaque para a geografia da religião

Em Portugal, embora com um desenvolvimento científico e uma projeção diferente, encontramos obras e traduções de autores estrangeiros sobre a evolução da geografia cultural, os seus paradigmas, conceitos e temas de análise. O legado de Silva Teles, Amorim Girão, Fernando Martins e Orlando Ribeiro, referências na geografia em Portugal,

está patente nos trabalhos recentes de um grupo de geógrafos que, através da Associação Portuguesa de Geógrafos, trabalha alguns dos temas emergentes da geografia cultural: João Sarmento, Eduardo Brito-Henriques, João Luís Fernandes, José Ramiro Pimenta, Isabel André, Ana Lavrador, José Horta, Ana Francisca, entre outros.

No ano de 2006, João Sarmento e outros autores publicam *Ensaios de Geografia Cultural*, e, dois anos mais tarde, a obra *Geografias pós-colonialistas*. Já no ano de 2009 José Ramiro Pimenta coordena da obra *A Geografia do Corpo, ensaios sobre geografia cultural*. Estas três obras consubstanciam uma coletânea de artigos sobre os últimos avanços da geografia cultural, com destaque para temas gerais e aplicáveis à realidade portuguesa, de onde distinguimos a análise da paisagem cultural ou o modo de representação colonial na produção científica das ex-colónias portuguesas como Timor Leste.

Em termos académicos, apurámos que, nos cursos de geografia ministrados nas Universidades Clássica de Lisboa, do Porto, de Coimbra, do Minho e de Évora, a disciplina de geografia cultural é uma unidade curricular opcional desde 2004. A necessidade de alterar os planos curriculares em função do processo de Bolonha, a reestruturação dos centros de investigação e as exigências do mercado de trabalho associadas a uma geografia quantitativa e aplicada e voltada para as novas tecnologias dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), provocaram alguma distância em relação a temas de estudo tradicionais da geografia "internacional" de onde decorre a subalternização da geografia cultural.

João Sarmento no artigo "Searching for cultural geography in Portugal", publicado na revista Social & Cultural Geography, analisa a evolução da geografia cultural em Portugal, dando conta deste "*ambiente institucional crescentemente predatório*" (Sarmento, 2008b:585). Assume que, em parte, esta situação advém de um relativo isolamento da geografia portuguesa em relação à esfera internacional, agravado pela moderada mobilidade entre departamentos e pela reduzida publicação de artigos científicos em revistas de âmbito internacional.

Quando ponderados os temas de estudo da geografia cultural no nosso país, Sarmento acrescenta que, numa primeira análise, o "*cultural turn*" teve um impacto relativamente diminuto que se deve à predominância da tradição francesa nos departamentos de geografia em Portugal e à influência da geografia regional vidaliana. A

esta perspetiva subjaz a aproximação da geografia cultural da atualidade à realidade anglo-saxónica.

Contudo, no final do século XX e no início do século XXI, a geografia cultural portuguesa reforça os estudos interdisciplinares, começa a evidenciar as geografias pós--coloniais e a estudar temas como as mudanças na identidade cultural portuguesa, as divisões sociais e as paisagens urbanas, com particular destaque para os estudos da Área Metropolitana de Lisboa. Ana Azevedo, João Sarmento e José Pimenta favorecem o despertar da geografia cultural para as geografias pós-coloniais, enquanto alguns geógrafos reforçam os temas clássicos da geografia como os espaços urbanos, a paisagem ou as migrações[18].

Na Universidade de Coimbra, por exemplo, têm sido apresentados em revistas e colóquios de geografia os artigos de Fernanda Cravidão sobre a dicotomia dos lugares e dos não-lugares (2008) ou sobre o turismo, a cultura e o lazer (2003, 2005, 2006), os artigos de António Gama Mendes sobre o espaço, o território e a sociedade (1988, 1993, 1996, 1997), os artigos de João Luís Fernandes sobre paisagens e apropriação dos territórios (2002, 2005, 2007), de Claudete Moreira (2005, 2008) e de Paulo Vieira (2010, 2011) sobre a igualdade de género. Dos trabalhos de doutoramento apresentados nesta universidade, distinguimos o estudo de Maria da Graça Mouga Poças Santos, centrado no tema da geografia da religião e do turismo religioso. Desta autora destacamos a *obra Espiritualidade, Turismo e Território: estudo geográfico de Fátima* (2006), que verte o conteúdo da referida tese de doutoramento e que procura despertar os geógrafos para a sistematização da geografia da religião em Portugal, incluindo o tema da territorialidade religiosa, das peregrinações e da relação simbólica e afetiva que o ser humano crente estabelece com o espaço sagrado, neste caso com o Santuário de Fátima. No ano de 2010, a mesma autora publicou a obra *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*, dando

[18] Entre outros geógrafos portugueses, distinguimos Teresa Barata Salgueiro, que analisa a cidade pós--moderna e as inerentes transformações, incluindo a fragmentação da cidade e a compressão espaço-tempo; Jorge Gaspar, Álvaro Domingues e Teresa Pinto-Correia dão o seu contributo para a renovação do estudo da paisagem na geografia; João Ferrão organiza o conceito de território e de lugar; Lucinda Fonseca e Jorge Macaísta Malheiros analisam os processos migratórios e a transformação da estrutura social e da identidade cultural portuguesa; Eduardo Brito Henriques, as políticas culturais e o estudo do património histórico-arquitetónico; Herculano Cachinho e Norberto Santos analisam o setor terciário, consumo e lazer; Carmina Cavaco e Fernanda Delgado Cravidão trabalham a geografia do turismo, da cultura e do lazer; João Luís Fernandes e Paulo Carvalho, as paisagens culturais, as áreas de montanha e as áreas protegidas, e, entre outros, Claudete Moreira e Paulo Vieira, o estudo do Género.

destaque ao binómio cultura/património como fator de atração de turistas, mas também como referência de identidade e de identificação dos territórios e dos que nestes habitam.

Em resumo, estes são apenas alguns exemplos de geógrafos e de temas de estudo que possibilitaram à geografia cultural abrir horizontes e testar novos objetos de análise e novos protagonistas. Mas Sarmento (2008b:594) não deixa de concluir que "*a partida lenta e a magra produção em geografia cultural está profundamente ligada ao facto da historiografia da disciplina no país ser há muito negligenciada*" e sendo necessário percorrer ainda um longo caminho para alcançar uma geografia cultural mais crítica, que olhe para um leque ainda mais alargado de protagonistas, como as mulheres, os homossexuais, as crianças, os idosos, ou ainda uma análise sobre a multiterritorialidade cultural e a apropriação cultural dos diferentes espaços.

1.2. A geografia cultural tradicional e as influências no estudo geográfico da religião - o contributo de Carl Ortwin Sauer e da Escola de Berkeley

Conforme referimos, a evolução epistemológica da geografia cultural compreende uma abordagem de diferentes autores, correntes de pensamento, metodologias e técnicas de análise espacial. Compreende também distintas maneiras de interpretar o próprio conceito de cultura e a relação entre o ser humano e o espaço, ponderando múltiplos fatores e condicionantes.

Associamos o despertar da geografia cultural à obra de Carl Ortwin Sauer e à Escola de Berkeley, na Califórnia, que moldaram o conteúdo intelectual da geografia cultural americana na primeira metade do século XX. O artigo "The Morphology of Landscape" (1925) tornou-se uma referência, tanto pela forma como a cultura é transposta para os estudos geográficos, como pela noção de paisagem cultural que defende e pelo método que incorpora.

Sauer é um produto do seu tempo e os seus trabalhos apresentam um contexto político, social e económico específico dos Estados Unidos da América, país que se tornou na maior potência industrial do mundo, com consequências no aumento populacional, no crescimento das cidades e na melhoria das condições tecnológicas aplicadas à agricultura e à indústria. Pese embora este contexto de mudança no mundo urbano e industrializado, Saeur interessa-se pela história e pelo passado, numa tentativa de compreender a "*paleogeografia do homem*" (Mitchell, 2005:21), estudando as paisagens culturais das sociedades tradicionais e das comunidades agrícolas do mundo rural.

Se este cenário descreve o contexto social e económico de Sauer, em termos científicos e epistemológicos, a Escola de Berkeley mostra-se insatisfeita com o determinismo ambiental, defendido por Ellen Semple (1911) [19] e Harlan Barrows (1923)[20], e distante da postura positivista da sua época.

---

[19] Ellen Semple foi uma das geógrafas que estudava a evolução dos povos sustentada nas relações causa/efeito entre o homem e o meio. Aluna de Ratzel, seguiu as suas ideias sustentadas pelo determinismo geográfico e escreve, em 1911, a obra *Influences of Geographic Environment: On the Basis of Ratzel's System of Anthropo-Geography*.

[20] Harlan Barrows expressa grande parte das suas ideias no artigo "Geography as Human Ecology" publicado, em 1923, na Revista Annal of the Association of American Geographers, vol. 13, n.º. 1, março: 1-14.

Para compreender as paisagens e a respetiva morfologia do presente, Sauer estuda a sua evolução através da reconstrução histórica das sucessivas culturas existentes. Considera a paisagem como um processo gradual e cumulativo, sendo possível identificar as contínuas etapas de desenvolvimento e, assim, reconstruir a história do meio natural e das forças humanas que a modificam. A paisagem representacional é dividida em mosaicos definidos a partir de áreas culturais homogéneas, tendo em conta a afinidade e a análise conjunta de elementos materiais, como o tipo de cerâmica ou o tipo de casas e de elementos imateriais, como a religião, a língua e os dialetos.

Mais do que teorizar e elaborar leis espaciais, Sauer defende uma metodologia de trabalho baseada no conhecimento sistemático da origem, do agrupamento e da distribuição das áreas culturais, ao ponto de encontrar critérios, baseados em padrões ou em coincidências regulares de algumas características, permitindo definir uma cartografia das regiões culturais.

Não obstante as atuais críticas, a inovação de Sauer encontra-se na defesa da morfologia da paisagem como um método, histórico e evolutivo, capaz de determinar as alterações estruturais das paisagens culturais, aqui entendidas como um organismo, e, assim, alcançar um agrupamento das áreas físicas. As áreas culturais são territórios que foram habitados, num determinado período de tempo, por comunidades humanas com características culturais específicas e com uma homogeneidade interna (Wagner e Mikesel, 1962 *apud* Corrêa e Rosendahl, 2003:32). De notar que esta ideia de homogeneidade das paisagens culturais é hoje contestada face à interferência de dinâmicas que tornam as paisagens múltiplas e fragmentadas e que estão sujeitas a movimentos de difusão e de fluidez, mais estudados e ponderados do que outrora.

Aliás, estas foram também algumas das críticas que Wagner e Mikesell (1962), discípulos de Sauer, teceram sobre o conceito tradicional de paisagem, antecipando o que mais tarde virá a ser considerado nos estudos geográficos como paisagens pós--representacionais. Numa visão mais ampla, entendem que as paisagens culturais não refletem apenas as evoluções locais, mas resultam dos grandes movimentos populacionais, como as migrações, a difusão, o comércio e as trocas. Subjacente à maioria das áreas culturais de hoje, está uma longa sucessão de diferentes culturas e desenvolvimentos culturais (Wagner e Mikesell, 1962 *apud* Corrêa e Rosendahl, 2003: 39-40).

Não obstante, o legado de Sauer não foi apenas o de tornar visível a cultura nos estudos geográficos ou de apresentar um novo método de análise espacial, foi também o de definir os conceitos de cultura e de paisagem.

Sobre o primeiro aspeto entendemos que o contributo de Sauer se situa na assunção da cultura como uma estrutura super-orgânica[21]. Ressaltamos as influências que vão desde o determinismo da escola alemã, na figura de Friedrich Ratzel (1882)[22], o estudo da paisagem e das monografias regionais de Vidal de la Blache (1894, 1903)[23], a ecologia cultural histórica e a antropologia cultural de Robert Lowie (1917), Franz Boas (1940), Leslie Alvin White (1949) e Alfred Koeber (1952a; 1952b e 1963[24]). A cultura super-orgânica é definida como uma entidade *sui generis*, que responde em função de leis próprias e está situada acima do homem, não redutível às suas ações. Ou seja, a cultura determina a ação do homem e não o contrário, e o poder do supra-orgânico reside num código de valores, equivalente ao código genético, e em fatores sociais e culturais que transcendem o indivíduo e que o controlam (Duncan, 1980 *apud* Corrêa e Rosendahl, 2003:68-69). Isto significa que a cultura desempenha um papel fundamental como agente de mudança, ou melhor, como agente causal da mudança dinâmica na paisagem cultural.

Mais adiante iremos verificar que este poder da cultura é criticado mesmo dentro da Escola de Berkeley e pela voz de James Duncan. A crítica centra-se na visão determinista de uma cultura com "*super poderes*", detentora de leis próprias e transcendente ao ser humano.

Sobre o segundo aspeto, a definição de paisagem, Sauer e os seus discípulos entendiam-na como uma unidade orgânica, onde se observam, registam e medem as consecutivas mudanças ocorridas na relação homem-meio. Tem uma identidade reconhecível, pois os factos geográficos estão associados de forma peculiar e as suas características estão dispostas segundo um padrão. Uma paisagem tem uma relação com outras paisagens, formando um sistema. Assim, ordenar as paisagens da terra seria uma

[21] Termo de "Super-organic Evolution" criado por Herbert Spencer na obra *The Principles of Sociology* Vol. 1, Part 1. *The Data of Sociology* (1876).
[22] A obras *Anthropogeographie* é um dos estudos de referência de Friedrich Ratzel onde o autor explana a sua teoria em torno do determinismo geográfico.
[23] Vidal de la Blache deixou o seu legado num conjunto de obras de referência sendo *exemplo Atlas général Vidal de La Blache, Histoire et Géographie* e *Tableau de la Géographie de la France*. Em conjunto com a Lucien Gallois, fundou, em 1893, a revista académica *Annales de Géographie,* a partir da qual sistematizou o que entendia ser o objeto de estudo da geografia humana.
[24] Alfred Koeber trabalha o conceito de cultura nas seguintes obras: *The Nature of Culture* (1952), *Culture. A Critical Review of Concepts and Definitions* (1952) e *Anthropology: Culture Patterns & Processes* (1963).

tarefa interminável, pois não só é necessário ter em atenção as relações entre os elementos que a constituem como também a relação com outras paisagens (Sauer, 1925 *apud* Oakes *et al*, 2008:98).

Sauer distingue a paisagem natural da paisagem cultural. A paisagem natural é a original, ou seja, é um conjunto de fatores morfológicos antes da atividade humana. A partir da paisagem natural e mediante a ação do homem, surge a paisagem cultural, sendo que o seu clímax é a civilização, entendida como a componente técnica e material das culturas. No estudo da paisagem cultural, mais do que compreender, na sua totalidade, os costumes e as crenças dos homens, importa analisar os registos do homem na paisagem, como o povoamento ou as formas de produção e utilização da terra. A paisagem é, assim, o "conteúdo" geográfico de uma determinada área, que evolui de forma gradual e cumulativa num ciclo de sobreposição. É onde intervêm as circunstâncias do passado, os fatores naturais, a relação da comunidade com o meio e a interferência de outras forças externas, como as migrações. Sauer conclui que "*a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural o resultado*" (Sauer, 1925 *apud* Oakes *et al*, 2008:104).

Posteriormente, iremos verificar que foi este o caminho que David Sopher (1967) assumiu no estudo da geografia da religião, em particular na definição dos sistemas religiosos e respetivas áreas e paisagens culturais.

Estas particularidades - cultura super-orgânica, área cultural e morfologia da paisagem - confluem no conceito de geografia cultural defendido por Sauer que, na sua perspetiva, estuda a distribuição, no tempo e no espaço, das culturas e dos elementos culturais materiais. Ao continuar a tradição da geografia clássica e ao recuperar a tradição regionalista, a geografia cultural parte de uma descrição explicativa das características da superfície terrestre para chegar, mediante uma análise da sua génese, a uma classificação comparada das regiões (Sauer, 1931 *apud* Corrêa *et al*, 2003:21). Há um interesse nas obras humanas, não as individuais, mas as que têm subjacentes instituições humanas, que se inscrevem na superfície terrestre e que imprimem uma expressão característica. Assim, o papel dos indivíduos e dos grupos era pouco valorizado quando comparado com a força ativa das comunidades e das instituições.

Apesar de reconhecermos o contributo de Sauer e da Escola de Berkeley, as suas ideias basilares são criticadas por autores como Wagner, Mikesell e James Duncan. Isto porque, ao focar em demasia os elementos materiais da cultura e a sua representação na paisagem, o que sobra é uma aceção de cultura estática, que não admite as mudanças e os

imprevistos sociais e, talvez o mais importante, sem traduzir as motivações e aspirações dos seres humanos, de forma individual ou coletiva. Mas, apesar da geografia de Sauer ignorar os indivíduos enquanto agentes de mudança, ele acredita que deveria olhar para os distintos grupos culturais e para as suas formas originais de formação da paisagem (Oakes *et al*, 2008:97).

A geografia cultural tradicional de Sauer acaba por cair num determinismo cultural, ser definida como histórica, estática, descritiva e ateórica, provocando um desfasamento quanto às aspirações dos geógrafos culturais dos anos 70 e 80.

Tendo em conta estes pressupostos, depreendemos que a geografia da religião nem sempre beneficiou com a evolução da geografia cultural. É influenciada pelos estudos positivistas que, baseados numa visão mais centrada na observação das regularidades, se restringem à observação externa, assumem o homem como um elemento passivo na paisagem e não consideram as relações sociais nos temas geográficos. Deus é ponderado apenas como uma questão metafísica e inacessível.

Até ao final dos anos 60, os estudos enquadrados na geografia cultural tradicional, com influências da Escola de Chicago e da Escola de Berkeley, abordaram apenas a localização das populações católicas ou protestantes e relatam a "*cor local*" que alimenta os factos pitorescos da realidade (Claval, 1992:85). Estes refletem o impacto da religião na morfologia da paisagem e assumem a religião como produto das forças culturais e ambientais. Também a religião é vista como uma estrutura super-orgânica que influencia a paisagem cultural e que determina o comportamento dos homens.

Para além da geografia cultural tradicional, a geografia marxista ignora a perceção do mundo e a dimensão sensível do homem. Durante o materialismo histórico ou utópico, a religião não passava de uma utopia que mantinha as classes populares longe do pensamento crítico, retirando-lhes a capacidade de adquirir consciência política.

Enquadrado na Escola de Berkeley e na geografia cultural tradicional, Sopher publica a obra *Géographie of Religions* (1967), onde analisa a interação entre uma cultura e o seu meio envolvente e a interação espacial entre as diferentes culturas. Sopher acrescenta aos estudos culturais a geografia da religião, concentrando a sua atenção na componente religiosa da cultura. De forma empírica, elabora um estudo micro-geográfico de forma a analisar os sistemas religiosos no seu todo, investigando a respetiva dimensão coletiva e não a individual, estudando a organização dos sistemas religiosos, o modelado cultural e a institucionalização do comportamento religioso.

O seu contributo ficou marcado pela sistematização dos sistemas religiosos, distinguindo entre sistema religioso étnico, universal e segmentar. Pelas suas palavras os "*sistemas religiosos étnicos simples (tribais) são hoje encontrados em sociedades de pequena dimensão populacional, que só recentemente adotaram sistemas de escrita, que são culturalmente homogéneos, sem uma elevada diferenciação espacial, e que estão estreitamente ligados a espaços ou grupos afins. Normalmente, as suas práticas religiosas estão diretamente relacionadas com a natureza do seu ambiente físico e com a forma como este é explorado*" (Sopher, 1967:4). Por oposição, os "*sistemas religiosos universalizantes são aqueles que são considerados pelos seus militantes como apropriados para toda a humanidade, têm mecanismos para facilitar a sua transmissão e que, em algum momento, quebraram com sucesso as restrições de uma relação com o espaço ou com algum grupo partícula, tendo sido estabelecidas como religiões dominantes pelo menos à escala regional*." (Sopher, 1967:7). São exemplos destes sistemas religiosos o Cristianismo, o Islamismo e o Budismo.

Para além destes dois sistemas, Sopher (1967:10) acrescenta o sistema religioso segmentar que se "*ocupa apenas de uma parte de um dada larga estrutura social, não tem uma aspiração universalizante; por vezes está delimitado a um classe social particular, estabelece o domínio em áreas particulares; tende a criar uma neoétnia de diferenciação*."

Noutros contextos académicos e no final do século XIX e início do século XX, Max Weber personifica um ponto de viragem, invertendo a anterior corrente determinista. Apresenta a obra *The Sociology of Religion* (1920), um trabalho pioneiro que mostra a influência da religião nas estruturas sociais e económicas nos anos 20 (cf. Park, 1994:16 e Kong, 1990:359). Weber trabalha os grandes sistemas religiosos da humanidade como o hinduísmo, o budismo ou o confucionismo e procura interpretar o papel da religião no racionalismo ocidental.

Não obstante o papel crítico de Weber, só entre os anos 40 e 50 é que assistimos ao despertar da geografia da religião e à consolidação do seu campo de pesquisa com maior coerência académica e científica, mais teórico e com metodologias e temáticas mais definidas. O pós-Guerra Mundial favoreceu o estudo dos fenómenos religiosos na sua vertente geográfica, ao reconhecer que a religião tem poder e influência na transformação do ambiente e das estruturas sociais. É superada a visão determinista que apresentava uma visão unilateral das relações ambiente-religião e foi estabelecido um novo campo de

estudos, com focus em vários grupos profissionais e com destaque em conferências académicas, publicações de jornais e revistas e ainda como tema de trabalhos académicos (Stump, 2008:165), dos quais destacamos o contributo de Paul Fickeler (1947), Pierre Deffontaines (1948) e Max Sorre (1952, 1957).

Fickeler publica a obra *Erdkunde* (1947), onde enfatiza esta nova visão, reconhecendo a mútua relação entre a religião e o ambiente, evidenciando como o ambiente afeta a religião e a religião afeta as pessoas e a paisagem. Este autor trabalha uma geografia que estuda temas como o simbolismo e o culto, as cores e os sons sagrados, as direções e as posições sagradas (Park, 1994:16-17), salientando a associação entre determinadas características da paisagem e a sacralidade dos próprios lugares (Santos, 2004:146).

Deffontaines escreve a obra *Geographie et religions* (1948), destacando as influências da religião na construção da paisagem e as suas repercussões na geografia dos alojamentos, porque considera que o fator religioso tem um grande papel nos tipos de povoamento e na geografia da exploração do solo. Tornam-se evidentes as interferências da religião nos trabalhos quotidianos e nos géneros de vida – agrícola, pastoril ou industrial – e consequentemente no regime alimentar dos diversos povos. Interfere também na geografia da circulação ou das mobilidades, porque as migrações e as deslocações temporárias dos homens têm, com frequência, causas religiosas (Girão, 1958:13).

Este autor apresenta a particularidade de ter defendido "*a necessidade de uma secção específica da geografia humana para estudar as atividades do Homem assinaladas por uma marca de cariz religioso, numa orientação própria do seu tempo, em que se procurava observar não apenas as consequências religiosas na paisagem e, reciprocamente, os condicionalismos físicos que esta impunha às práticas religiosas, mas sobretudo os géneros de vida religiosamente motivados*" (Santos, 2004:147).

Relativamente a Sorre, o seu legado está explanado na obra *Les Fondements de la Géographie Humaine – III* (1952), onde analisa a função religiosa dos centros urbanos, considerando que a religião foi um motor no aparecimento e no crescimento das cidades desde a Antiguidade. Também para este autor, a religião é um dos elementos fundamentais dos *genres de vie***,** sem o qual muitos destes seriam dificilmente compreensíveis, tal a importância das normas e das práticas religiosas na conformação de

muitas atividades humanas (Santos, 2004:149). Defende o estudo geográfico das religiões mas relativamente aos aspetos coletivos da expressão religiosa.

Também deste período destacamos a obra de Aristides Amorim Girão *Fátima, terra de milagre. Ensaio de Geografia religiosa* (1958), que se apresenta como um dos primeiros estudos de geografia religiosa em Portugal, aqui entendida pelo próprio autor como um ramo da geografia que considera o *homo religiosus*. Girão (1958:8) fixa a ideia de que a conceção da vida inspirada nas relações do homem com Deus permite explicar muitos dos factos da realidade geográfica e reforça que a religião favorece a transformação do território: "*as diferentes religiões, procurando a realização de um mundo melhor e concordando muitas vezes em certos critérios de ordem moral, postulam ou implicam quase sempre uma atitude do homem perante a vida que, confrontando-se umas vezes com as condições do meio, se adaptam aos usos e costumes da população, e vão ao encontro das suas aspirações e até mesmo das suas más paixões*".

O caso de estudo deste ensaio é Fátima, um dos lugares religiosos mais intuitivos quando se pensa em encontrar um exemplo emblemático no nosso país e de como a religião produz um lugar sagrado. Desta escolha transparece a importância histórico-religiosa atribuída às aparições de Nossa Senhora aos três pastorinhos, no ano de 1917 na Cova de Iria, e no Santuário aí edificado, assumem no nosso país, enquanto força aglutinadora, motivadora e dinamizadora do pensamento e do comportamento humano e social de um país inteiro.

No ponto seguinte deste trabalho iremos abordar as grandes transformações estruturais da humanidade que ocorreram, em particular no mundo ocidental, durante os séculos XX e XXI, incluindo as consequentes alterações no pensamento científico, em particular no âmbito da geografia cultural e da geografia da religião. Este contexto de mudança, designado de "cultural turn" conduzirá à crise de alguns temas e métodos de trabalho adotados pela geografia tradicional e à emergência de uma nova geografia cultural que renova o próprio conceito de cultura, os seus temas, métodos e protagonistas da ação humana, de onde irá emergir a geografia da religião.

1.3. As grandes mudanças estruturais da humanidade. Um visão crítica da geografia cultural tradicional e o despertar do "*cultural turn*"

Após uma fase que durou dos finais do século XIX até aos anos 50 do século XX, em que a geografia adotou a perspetiva positivista e naturalista, é imposta, nos anos subsequentes, uma revisão dos seus pressupostos científicos, incluindo a ampliação dos respetivos horizontes temáticos e métodos de análise. Esta mudança, embora com velocidades distintas, resulta da adaptação dos meios académicos à nova realidade mundial, caracterizada pelas grandes transformações estruturais que avassalaram, em particular, o mundo ocidental e industrializado, ao longo do século XX, e que perpassam todas as questões científicas, filosóficas, económicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e geográficas.

A era moderna caracterizou-se por um período específico da história do ocidente que, em termos cronológicos, está compreendido entre a segunda metade do século XV e o século XVIII. Identifica-se com as grandes expansões marítimas, o colonialismo, as revoluções industriais nos países europeus, as ideias literárias, artísticas, filosóficas e científicas do Renascimento e do Iluminismo, as grandes reformas da Igreja Católica e a génese e a evolução dos movimentos protestantes. Estas conjunturas resultaram, de forma genérica, na expansão capitalista e na produção industrial, na acumulação de capital, na internacionalização comercial, no aumento de poder dos países imperialistas, colonizadores e dos estados nacionais, no rápido crescimento urbano e nas revoluções demográficas, na massificação dos sistemas de comunicação e de transporte e no desencadear dos movimentos sociais. As estruturas mais valorizadas da modernidade, das sociedades ocidentais e não ocidentais, eram o império, o Estado, o mundo urbano e o capital e estas, ao sustentarem as suas fontes explicativas da realidade, construíram uma representação do mundo atribuindo-lhe uma imagem de aparente unidade, favorável às elites sociais, e uma hierarquização necessária para que o progresso acontecesse.

No entanto, pese embora os contínuos avanços e recuos, estas metanarrativas ou estes canais de difusão não permitiram, em muitos contextos, alcançar o pleno progresso e a verdade absoluta da realidade. A crise das perspetivas funcionalistas e racionalistas ocorre com a quebra da esperança e das ambições modernas e promoveu o reconhecimento da fragilidade das estruturas do pensamento e da vida social e o relativismo do que consideramos como "moderno". Era necessário reinventar a sociedade

industrial que se vê forçada a adotar um novo estilo de vida e a um novo modo de ser e estar no mundo.

O paradigma proposto perturba os quadros teóricos existentes nas ciências sociais e humanas e o excessivo apoio na razão pura, desconstruindo as grandes estruturas conceptuais e rejeitando a construção de verdades absolutas sobre o mundo. Isto porque, por um lado, subsistem dúvidas quanto à capacidade de os cientistas representarem a realidade e, por outro, a verdade depende do contexto histórico de cada indivíduo, não podendo ser alcançada através de sistemas binários totalizantes e não relacionais, como os propostos pelo estruturalismo: centro/periferia ou preto/branco. Veja-se o caso dos estudos sobre o colonialismo e a análise da relação diferencial entre o império e o povo colonizado[25].

Pese embora esta sensação de mudança e de renovação, o período que se segue também padeceu de episódios conturbados que não permitiram solucionar todos os problemas da humanidade, agudizando e tornando visível algumas das diferenças mundiais e desigualdades sociais. Nos séculos XIX e XX, assistimos a duas Grandes Guerras Mundiais, à Guerra Fria e a um período subsequente vivido com assinaláveis problemas de instabilidade política entre os grupos culturais. Assistimos ao colapso dos estados-nação comunistas do centro e do leste Europeu e à revolução socialista, à crise do petróleo de 1973, ao fim do *apartheid* na África do Sul, à política do Médio Oriente e à invasão do Golfo Pérsico, da Síria, da Palestina, do Iraque e do Afeganistão, à ascensão do poder norte-americano e ao seu reconhecimento como a maior potência do Ocidente, à perda de protagonismo e centralismo da velha Europa e à emergência das civilizações não--ocidentais como a China, o Japão e a Índia.

Também nos anos 90, Huntington (1997:20) salienta um dos grandes focos de instabilidade - a antiga rivalidade das superpotências como os Estados Unidos da América e a então União Soviética foi substituída pelo "choque das civilizações"[26], reflexo dos grandes conflitos culturais que fraturam as civilizações mundiais. As divisões da humanidade em termos de etnias, religiões e civilizações permaneceram e geraram novos conflitos. A cultura e as questões ideológicas serviram para manipular a realidade e justificar as desigualdades assinaladas por Huntington.

[25] Como exemplo destacamos o autor João Sarmento que coordenou a obra *Geografias Pós-coloniais. Ensaios de Geografia Cultural, publicada no ano de* 2007.
[26] *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* é o nome da obra publicada por Samuel P. Huntington no ano de 1996.

Este contexto de mudança acelerada teve consequências em muitos setores da sociedade. Assistimos à revolução tecnológica e à inovação e difusão de outros meios de comunicação. São despoletadas novas formas de ativismo social que focalizam temas sensíveis da sociedade, desde as questões anti-guerra, aos efeitos da descolonização e à importância atribuída ao povo colonizado, à ampliação dos fluxos migratórios da periferia para os países centrais, às questões ecológicas e ambientais, à vida exacerbada das grandes cidades, à emergência de situações de exclusão e de segregação social, aos novos movimentos raciais, étnicos e religiosos.

Ao longo da segunda metade do século XX, foram determinantes os movimentos feministas, os movimentos dos direitos civis americanos e os protestos estudantis de "maio de 1968" em França, que mostraram o enfraquecimento da classe política e a rejeição da política bélica e imperialista. Mostraram ao mundo a força eminente da sociedade civil, mas também dos meios académicos e intelectuais, em unir esforços na exigência de criar novas formas e modelos para interpretar a realidade, respeitando os direitos humanos e fomentando a definição de soluções de maior justiça social, moral e ética para todos os elementos e grupos da sociedade. Representam as novas abordagens à fragmentação social, às desigualdades sociais, à emancipação e à auto-determinação dos povos e à assimilação do outro, incluindo as suas características fundamentais e particulares que devem ser respeitadas.

Apesar das críticas que associam este movimento à desconstrução, à desordem total ou ao caos do pensamento científico e da sociedade, em todos os campos das ciências sociais e humanas, e em particular para a geografia, a questão mais inovadora foi, de facto, a consolidação de um pensamento crítico, abrangente e apologista da importância do "outro" e do particular.

Estas circunstâncias desenvolveram no ser humano um espírito ativista e crítico, dotado de maior consciência e responsabilidade política e pessoal na resolução dos problemas da humanidade. Suscitaram um interesse acrescido em estudar o mundo de forma extensiva e profunda, decompondo e desconstruindo a realidade e permitindo conhecer a complexidade, a diversidade e a amplitude da nova agenda global, da própria identidade do ser humano, dos seus diferentes modos de vida e perspetivas para o futuro, onde incluímos e destacamos a vertente religiosa como elemento distinto do modo de ser e de estar no mundo.

Zygmunt Bauman na obra *Life in Fragments – Essays in Postmodern Morality* (2007:19) indica que "*o que a nova situação veicula claramente, todavia, é a perspetiva de uma consciência acrescida do caráter moral das nossas escolhas: um confronto mais consciente com as alternativas que se nos põem e uma perceção mais precisa dos seus conteúdos morais*".

Tal como Bauman (2007) também Maalouf (1999:127) refere que não estamos na época das massas, apesar de certas aparências, mas na era dos indivíduos. Cada pessoa está mais consciente do seu passado, da sua individualidade, mais consciente dos seus direitos, um pouco mais certa dos seus deveres, mais atenta ao seu lugar na sociedade, à sua saúde, ao seu bem-estar, ao seu corpo, às suas crenças, ao seu próprio futuro, aos poderes de que dispõe, à sua identidade.

Por esta razão, Beck (1997a:24-25) considera que estamos na presença de uma individualização da sociedade, não no sentido descrito por Simmel (1908[27]), Durkheim (1895[28]) ou Weber, (1922[29]), não no sentido individual-pessoal de automatização, isolamento e solidão, mas no sentido social em que os indivíduos são "desincorporados" das antigas estruturas coletivas e abstratas e das certezas da sociedade industrial como a classe, nação, género, grupo social, família nuclear, trabalho e crença incondicional na validade da ciência. São expostos ao seus próprios destinos individuais e "reincorporados" em novos modos de vida baseados nos regulamentos do "welfare state" ou no "Estado–Providência", que surge e floresce após a segunda Guerra Mundial, em que os indivíduos podem produzir, representar e acomodar as suas próprias histórias de vida. O indivíduo sente-se como o próprio ator e planeador da sua biografia, da sua identidade, dos compromissos e das convicções. Cria as suas dependências e interdependências cada vez mais globais, envolvendo-se em novas formas de solidariedade e de comunidade, pois são mais ativas e estendem-se ao longo de distâncias indefinidas no tempo e no espaço (Giddens, 1997a:222).

Trata-se de um processo mais amplo de mudança que deslocou as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e que abalou os quadros de referência que

[27] *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Leipzig: Duncker & Humblot*. Sendo que uma das traduções em inglês desta obra data de 1921 com o título *The Sociological Significance of the 'Stranger*".
[28] Algumas das ideias de Durkheim sobre o individualismo metodológico foram apresentadas na obra *The Rules of Sociological Method*.
[29] Também Max Weber deixou algumas notas sobre o que entendia ser o individualismo na obra *Economy and Society*.

davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Hall, 2005:7). Na sociedade pós-moderna, da "modernidade tardia" ou "reflexiva", a cultura, a sociedade e a identidade são desviadas de uma visão de aparente homogeneidade e coerência, para se situarem num mundo que promove partilha e divulga diferença, ao mesmo tempo que procura o que é particular ou individual.

Este contexto pressupõe que a sociedade se tornou numa realidade mais complexa e adquiriu uma forma mais coletiva e social do sujeito. O indivíduo passou a estar localizado e a ser definido no interior das próprias estruturas sociais (Hall, 2005:30). Foi descentrado, ganhou autonomia e liberdade mesmo em relação a uma ordem superior ou sobrenatural a que estava sujeito (secularização da sociedade). É analisado tendo em conta o seu contexto social, o seu individualismo e as suas identidades abertas, contraditórias, híbridas, múltiplas, fragmentadas e inacabadas.

Ou seja, as identidades pessoais são questionadas, alterando a ideia que cada um tem de si mesmo, as suas referências e os seus locais de pertença que outrora permitiram a integração na sociedade. Giddens (2002:36-37) relaciona estas mudanças com os aspetos íntimos da vida pessoal, com o estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude e indica que, pela primeira vez na história humana, o "eu" e a "sociedade" estão inter-relacionados num meio global.

Assiste-se à mudança do sujeito social, integrado no mundo social e cultural, e à mudança do sujeito em si, um ser individual e único. Stuart Hall (2005:9) reforça as ideias de Levi-Strauss (1977) e concluiu que "*este duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto em si mesmos - constitui uma crise de identidade para o indivíduo*".

Para a evolução epistemológica da geografia da religião foi importante considerar esta "crise de identidade". A autonomia do indivíduo em relação ao sagrado, implicou uma liberdade no que diz respeito às suas escolhas, crenças e práticas religiosas. A identidade religiosa beneficiou desta abertura, passando a ser definida tendo em conta a diversidade de opções, crenças, rituais e sentidos de pertença. Mesmo no interior dos grandes grupos religiosos, aparentemente uniformes, foram consideradas as particularidades de cada crente, os seus múltiplos lugares sagrados ou comunidades de pertença e os diferentes fluxos e movimentos associados à prática e experiência religiosa, que, por sua vez, dão origem a diferentes geografias materiais e imateriais.

1.3.1. Enquadramento da geografia na pós-modernidade. Uma leitura das mudanças da sociedade

Depreendemos que parte desta formação e desta alteração das consciências e mentalidades está alicerçada numa progressiva mudança no pensamento intelectual, sendo evidentes as implicações dos movimentos estruturalista e pós-estruturalista.

Com maior ênfase na segunda metade do século XX, o movimento estruturalista tem como impulsionador Ferdinand de Saussure (1916[30]), mas também Roman Jakobson (1956[31]), Claude Lévi-Strauss (1958[32], 1973[33]), Jean Piaget (1947[34], 1968[35]) e Louis Althusser (1965[36], 1968[37]). Este movimento centrou-se nas regras da formação dos centros, das estruturas e das metanarrativas que suportavam a ideia racional de progresso da era moderna. A cultura, mas também a sociedade, o sujeito e a sua identidade, eram consideradas como estruturas fixas, estáveis, coerentes e assimiladas de forma individual como um todo ou como um sistema com leis internas.

A estratégia epistemológica que sustentava os métodos e os fundamentos do estruturalismo permitiu realizar análises comparativas e estudar a língua, a filosofia, a matemática, a cultura e a sociedade.

Sem um corte paradigmático, surge o movimento pós-estruturalista "*que deve ser visto como uma tentativa de criar uma distância máxima dos anseios não realizados do século XIX e as suas consequências, muitas vezes catastróficas durante o século XX*" (Strohmayer, 2005:7). Surge nos finais dos anos 80 e início dos anos 90 e tem como defensores, no campo filosófico, Jacques Derrida (1967[38]), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972[39], 1980[40]), Jean-François Lyotard (1979[41]), Michel Foucault (1966[42], 1976[43],

[30] *Course in General Linguistics*
[31] *Fundamentals of Language*
[32] *Anthropologie structurale*
[33] *Anthropologie structurale deux*
[34] La psychologie de l'intelligence
[35] *Le Structuralisme*
[36] *For Marx*
[37] *Lenin and Philosophy and Other Essays*
[38] *Of Grammatology* e *L'Ecriture et la différence*
[39] *Capitalism and Schizophrenia*
40 A Thousand Plateaus
41 La Condition postmoderne. Rapport sur le savoir
42 Les mots et les choses - une archéologie des sciences humaines
43 Histoire de la sexualité - Vol I: La Volonté de savoir

1984[44]) e Jacques Lacan (1953-1980[45]) que, inspirados pelas ideias de Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger (1959[46]), tentam encontrar formas alternativas de pensar.

Derrida assumia-se como um "desconstrutor" e crítico da ordem estabelecida, sugerindo que o que parecem ser categorias ontológicas seguras como a existência, a presença, a essência, a causa, a origem, a substância, o Homem ou Deus, eram meramente constructos epistemológicos entregues às gerações de filósofos e cientistas. Reconhece que qualquer estrutura se baseia num centro, ou seja, numa organização em torno da qual toda a estrutura é construída, mas adverte que esta depende do que está à sua volta e que há novos elementos que podem substituir as estruturas outrora dominantes e fixas.

A desconstrução ou o desenraizamento começa por focar a tensão nos centros, que passam a ser definidos tendo em conta as suas periferias marginalizadas, ou seja, o outro e os seus limites ou margens, que mantêm a presença e indicam a diferença. São analisados os processos que estão na base da sua construção, que os mantêm ou subvertem, dando atenção aos locais de representação linguística e visual e às posições institucionais assumidas como sítios discursivos.

Foucault (1966[47]) adverte também para esta questão ao defender que o homem é, ao mesmo tempo, um produto da história e fonte da própria história. Ou seja, o discurso não é algo simplesmente produzido e recebido pelas pessoas, mas está ligado a um local discursivo, como uma escola, uma igreja ou um laboratório, onde o conhecimento é ativamente produzido e divulgado (Foucault, 2000:512).

Nesta medida, o pós-estruturalismo defende a desconstrução na análise literária e pondera a prática discursiva, assumindo a instabilidade dos conceitos e a pluralidade de sentidos e de significados que o texto pode ter consoante os seus diferentes contextos. De forma paulatina, a desconstrução textual e a crítica literária alastram-se a outros modos de definir, fazer e ver o mundo contemporâneo. Shurmer-Smith (2002:43) adverte que "*era quase inevitável que o pós-estruturalismo iria surgir nos fragmentos da vida académica que se especializam na compreensão da cultura - crítica literária, arquitetura, estudos culturais, antropologia cultural, que também era inevitável que seria defendida por muitos 'novos' geógrafos culturais. Os processos de desconstrução textual migraram para muitas*

[44] *Histoire de la sexualité - Vol II: L'Usage des plaisirs e Vol III: Le Souci de soi*
[45] Publicação de *Le séminaire de Jacques Lacan de 1953 a 1980*
[46] *Die Sprache*
47 Foucault publica a obra Les Mots et les Choses . Une Archéologie des Sciences Humaines onde analisa muitas das questões em torno do discurso, da identidade e da história.

áreas de trabalho diferentes, colapso das fronteiras artificiais que tinham criado e mantido especialização disciplinar. A metáfora do texto, que pode ser interpretado, tomou o lugar do edifício, o qual pode ser desmontado".

Incorporando estas premissas, os objetos da análise geográfica, e de outros ramos científicos, tornam-se variados e incluem uma postura crítica em relação às formas simplistas da verdade, esbatendo as fronteiras entre as esferas políticas, sociais, económicas, ambientais ou culturais. Verifica-se uma destabilização das marcas próprias de cada disciplina e isso resulta não só na identificação de um número alargado de subcampos da geografia cultural como também em novas formas de pensar as velhas disciplinas[48]. Esta plasticidade permitiu que na obra *Handbook of Cultural Geography* (2003), alguns autores a consideram mesmo como um "*estilo de pensamento sem limites claramente identificáveis e caracterizado por questões válidas e urgentes que pretende analisar*" (Anderson *et al,* 2003, xiii–xiv).

Em parte, foi a geografia humanista, com estreita ligação com ao marxismo humanista e aproximada à visão cognitiva e behaviorista, que começou esta destabilização, reagindo à visão da geografia como uma simples geometria espacial (Philo, 1992:137), com métodos de pesquisa quantitativos, focalizada em temáticas económicas, com abordagens locativas e com preocupações nomotéticas. Esta geografia estava mais preocupada em descobrir as regularidades na distribuição dos fenómenos espaciais e em determinar modelos gerais e abstratos de forma a sintetizar e predizer a realidade (Henriques, 2001/2002:159).

Ao contrapor este projeto, a geografia humanista, com destaque para autores como Edward Relph (1976, 1981 e 1987[49]), Yi-Fu Tuan (1974 e 1977[50]) e Armand Frémont (1976[51]), considera o ser humano dentro da estrutura social, a sua condição, o que sente e como vive, recorrendo ao estudo das suas relações com a natureza, o seu

[48] São exemplos a geografia rural (Cloke & Little, 1997; Dixon & Hapke 2003; Lawrence 1995); a cartografia (Harley 1989); as geografias sociais de género (McDowell & Sharp, 1997; Rose 1993), da "raça" (Kobayashi, 1994; Mahtani 2002; Nast 2000; Pred 2000) e dos corpos (Nast & Pile 1998; Pile & Thrift 1995); a geografia do turismo (Del Casino & Hanna, 2000; Hanna & Del Casino 2003); as geografias virtuais (Crang *et al* 1999; Hillis, 1999; Kitchen & Dodge 2001); as geografias pós-coloniais (Jacobs 1996; Gregory 1994; Howitt & Suchet 2003; Sparke 1998), a geografia da paisagem, incluindo a cartografia (Cosgrove; 2008) (Dixon *et al*, 2004:81).

[49] Relph publica em 1976 a obra *Place and Placelessness*, em 1981 *Rational Landscapes and Humanistic Geography* e em 1987 The *Modern Urban Landscape*.

[50] Tuan publica em 1974 a obra *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values* e em 1977 *Space and Place: The Perspective of Experience*.

[51] *La Région, espace vécu*

[51] Termo criado por J.H. Lambert na obra *Neues Organon* datada de 1764.

comportamento geográfico, os seus sentimentos e as suas ideias em relação ao espaço, aos lugares e à paisagem. Analisa a dimensão simbólica do território, do espaço humanizado, do espaço vivido e o sentido de lugar, retomando a tradição vidaliana da análise da personalidade das construções geográficas. Ou seja, a geografia humanista, apreensiva dos efeitos autónomos da cultura no sistema social, entende que a subjetividade e a dimensão pessoal do indivíduo devem estar ao serviço dos estudos geográficos e, neste sentido, os problemas quer sejam económicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico e das motivações do ser humano. Gaston Bachelard (1957), também baseado na fenomenologia, acrescentou a esta leitura do espaço humanizado e vivido, uma visão interdisciplinar e que contempla as imaginações, os sonhos, as inquietudes, os signos e as representações, dando consistência à sua teoria da "Poética do Espaço".

O indivíduo desenvolve uma consciência territorial e passa a ter um papel ativo, sendo valorizada a sua ação, a sua liberdade, a sua criatividade e a sua capacidade de se relacionar com o mundo. Do espaço concreto passamos ao estudo do lugar fluido, relativo e vivido.

Os modelos de análise centrados na desconstrução do próprio conhecimento, procuraram entender o comportamento individual como um filtro e um meio para compreender o que está para além dos modelos económicos, baseados numa visão mecânica da realidade[52].

De facto, o contributo destes três autores representa um avanço significativo no estudo dos lugares, dos territórios e da região, pois as suas ambições incorporam as realidades sociais fruto do significado do espaço para cada indivíduo e da relação íntima que este estabelece com os seus lugares de pertença (topofilia e topofobia). Identificam a emergência dos lugares e das respetivas conotações culturais com a revalorização recente das representações, dos espaços de representação, do sentido e do sentimento de lugar (Capellà e González, 2002:15). Permitem uma compreensão e perceção mais profunda da vida quotidiana, dos lugares e das paisagens culturais, muitas das quais através da perceção e da construção de mapas mentais.

[52] Neste contexto distinguimos o esquema "as conchas do homem" de A. Moles e de E. Rohmer apresentado por Frémont na obra *La Région, espace vécu* (1976). Este esquema refere-se ao espaço das sociedades muito urbanizadas da era industrial ou post-industrial.

A abordagem humanista, para além de ter trazido para a geografia esta nova reflexão em torno do simbólico e do significado dos lugares, do enraizamento afetivo dos indivíduos no espaço geográfico e da formação das identidades territoriais, que viria a ser especialmente frutuosa na geografia francesa (cf. Claval, 1992; Collignon, 1999), teve ainda como novidade a integração na investigação científica de outras dimensões da cultura, mais ligadas à ideia do culto do espírito (Henriques, 2001/2002:160), onde se destaca a própria geografia da religião.

No âmbito da geografia da religião, as influências da corrente humanista põem em relevo o ser humano e a carga valorativa que se coloca na observação e na perceção do mundo, estudando o interior das vivências religiosas e os espaços imaginados, visões que ultrapassam um simples estudo dos impactos dos fenómenos religiosos na paisagem.

É destacado o interesse pelo espaço vivido definido por Frémont (1976), a importância na perceção e na representação mental dos lugares sagrados e o consequente reflexo na construção da paisagem e na organização espacial.

Assim, consideramos que a geografia cultural humanista contribui para evidenciar a importância do simbolismo, da identidade e das diferentes expressões do campo espiritual, abrindo um caminho mais sensível e próximo dos valores e das experiências sensoriais dos seres humanos crentes ou não crentes.

De facto, a geografia cultural ganha uma multiplicidade de objetos de análise e subcampos de pesquisa, forçando os geógrafos a adaptar as suas perspetivas teóricas e analíticas, tornando-as mais próximas de outras correntes intelectuais. Baseia-se num trabalho interdisciplinar, mais qualitativo e que comunga da teoria social, da literatura, da filosofia, da antropologia, da fenomenologia e das abordagens psicanalíticas, entre outras. É uma geografia que olha para território, para o individual e o particular, mas também para as divergências e heterogeneidades entre os grupos ou entre cada um dos seus membros. A sociedade é heterogénea e híbrida, baseada em diferentes identidades e num ser humano ativo e pragmático, sendo considerada a natureza das suas experiências, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos e as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar.

As novas abordagens como a cinematografia, a literatura, a filosofia, a pintura, a moda, a música, entre outras, permitem olhar para as diferentes formas através das quais o ser humano, se identifica e se expressa, em particular como constrói e usa o espaço em

função da sua identidade. O trabalho de campo da geografia cultural tornou-se mais amplo e complexo mas também mais reflexivo e explicativo. Em termos metodológicos, verifica-se uma incorporação de estudos que têm a linguagem e as linguagens como objeto de estudo, como a hermêutica, a semiótica e a análise crítica do discurso.

Em termos metodológicos, e numa primeira análise, os geógrafos centraram-se na ideia de que o cerne da prática científica era a representação (Söderström, 2005:11), servindo como mediação entre o mundo social do mundo real e a presença de processos de significação[53].

Mas também a questão da representação tem vindo a ser criticada com base no entendimento de que este método nega a eficácia dos modelos de representação do mundo, cujo foco principal é o "interno" e cujos termos básicos e objetos são representações simbólicas. Significa que a crítica parte do pressuposto de que a representação não inclui todos os aspetos da vida cultural (Anderson, 2010:31) e que apenas transmite parte da realidade.

Neste contexto, Nigel Thrift é um dos autores de referência da teoria "não–representacional" tendo publicado no ano de 2007 a obra *Non-Representational Theory: Space, Politics, Affect*.

Ben Anderson (2005:503), na 5ª edição do *The Dictionary of Human Geography* define a teoria não como um paradigma que elimina ou substitui os anteriores (não é anti-representação), nem um conjunto de regras e convenções que nos permita alcançar uma conceção holística do mundo, mas que consiste antes numa teoria composta por uma multiplicidade de perspetivas, com muitas fontes de inspiração, incluindo as teorias heideggerianas, a pós-fenomenologia, a micro-sociologia e a teoria ator-rede.

Esta teoria procura adaptar-se à invocação do corpo, do hibridismo e da performance como metáforas que justificam a instabilidade inerente dos conceitos (Lewis e Pile, 1996; MacLeod, 1998; Nash, 1996; Proudfoot, 2000; Crewe, 2001) (Strohmayer, 2005:9); ou seja, procura adaptar-se ao mundo atual, que exige que os geógrafos analisem a interação entre as diferentes formas de representação do espaço, as diversas práticas do quotidiano e os padrões do comportamento humano, através do recurso à análise das

[53] Esta mediação é necessária pois os pós-estruturalistas distinguem, entre o mundo real e a sua mera re-apresentação efetuada em termos linguísticos, perceções sensoriais ou através de meios eletrónicos. Distingue o "contexto" e o "intertexto". O primeiro corresponde à estabilização temporária dos significados que se agregam para a articulação do discurso, através do qual o ser humano comunica de uma forma sensata, e o segundo diz respeito a um campo relacional dos diferentes contextos, uma vez que eles se relacionam, transformam e criam novos contextos.

experiências, das práticas e dos sentimentos que estão para além da representação. Neste sentido, é possível captar o maior número de fenómenos que contribuem para a transformação do mundo e, no caso particular da geografia, que mudam e constroem os espaços, os lugares e as paisagens. As representações condicionam as múltiplas territorialidades.

Isto significa que há uma adaptação dos métodos que a geografia utiliza na análise espacial.

De uma forma genérica, todos os domínios da geografia acionaram uma revisão crítica dos temas clássicos, sendo exemplo o estudo da evolução da forma e ecologia urbanas, da hierarquia funcional das cidades, da localização das indústrias e das vias de transporte, da difusão das inovações, dos mapas mentais ou cognitivos, da transformação da paisagem local e global e das desigualdades entre as nações. Como exemplos deste projeto geográfico ativista, enunciamos, na década de 70, o trabalho de geógrafos como David Harvey *Social Justice and the City* (1973), Richard Peet *Radical Geography* (1977).

Na década seguinte, assistimos à afirmação da "geografia humana crítica" e de um conjunto de geógrafos que associam as diferentes formas de conhecimento aos interesses políticos que as serviam. Dorren Massey publica a obra *Spatial divisions of labor. Social structures and the geography of produtions* (1984) e Derek Gregory e John Urry publicam *Social relations and Spatial structures* (1985).

Assim, a revisão do objeto de estudo geográfico e o projeto ativista que a geografia adotou "*forçaram os geógrafos a conceptualizar um mundo novo e a adaptar uma gama de perspetivas teóricas*" (Atkinson *et al*, 2005:X). Os métodos de análise adaptam-se ao novo contexto, sendo exemplo desta adaptação a obra *New Models in Geography* (1989) de Richard Peet e Nigel Thrift, que apresenta novos modelos na geografia face à emergente situação económica e política.

A maioria das ciências sociais e humanas e, em particular, a geografia cultural e a geografia da religião, absorveram este contexto de mudança, tendo conhecido diferentes desenvolvimentos epistemológicos e ontológicos de onde emergiu o movimento "*cultural turn*" ou a "mudança cultural" que afetou, de forma transversal, todo o pensamento científico.

Esta mudança provocou um exame de muitos dos pressupostos científicos mas não resultou num "choque" ou num corte radical com o passado, pois o que surge de novo

resulta de um acumular de ideias que se vão adaptando às circunstâncias do tempo e do espaço em que o conhecimento é produzido. Assim, também no que diz respeito à mudança cultural ocorrida no seio da geografia, Wagner (2002:47) refere que "*diferença entre a antiga e a nova geografia cultural radica nos propósitos ou finalidades que para os geógrafos culturais fazem o seu trabalho ou a importância que tem para eles a necessidade humana e como os diferentes grupos definem a necessidade humana*".

A nova geografia cultural reestrutura os seus antigos objetos e métodos de análise e incorpora os novos temas, que resultam da tentativa de desconstruir a realidade e questionar os antigos centros da vida social. Tem em conta o ser humano, a sua identidade, os seus modos de vida, os seus espaços de pertença e a sua territorialidade. E porque o mundo social e político está em contínua mudança, revela-se também crítica às alterações das estruturas de poder, às desigualdades globais, às minorias, à exclusão e à estigmatização, à pobreza, aos preconceitos raciais, étnicos e sexuais, à cidadania universal, às mudanças nas famílias nucleares, ao trabalho internacional, aos modos de vida e práticas do quotidiano, aos modelos e pautas culturais das grandes urbes e ao modo de vida periurbano, à degradação da natureza, à utilização massiva dos meios de comunicação e, entre outras, ao declínio da prática religiosa e à ascensão do secularismo. Conceitos como identidade, resistência, inclusão e exclusão, significado, imaginação, etnicidade, deficiência, nacionalismo, sexualidade e feminismo, género e hibridismo são abordados nos estudos da nova geografia cultural.

Torna-se mais consciente, curiosa, crítica e com um campo de trabalho mais amplo e reflexivo, porque interpreta e reinterpreta, reflete e questiona todo o mundo social, todos os protagonistas, os "outros", os que são diferentes e distantes de "nós", gerando uma tensão entre "nós" e os "outros". São valorizadas as facetas subjetivas, as vozes marginais dos novos protagonistas e as especificidades culturais dos diferentes grupos, no sentido de compreender a alteração da geografia das relações sociais. Atribui mais atenção às novas configurações culturais e ao "outro", que representam novos significados e novas representações materiais, emocionais e simbólicas que se estabelecem entre o sujeito e o espaço geográfico onde este se move (Henriques, 2001/2002:159). Estamos perante uma "nova ética" (cf. Rose, 1993:6; Bauman, 2007:19) que se ocupa com o "outro", mais até do que o sujeito moral, e que consideramos ser o ponto de partida para a nova geografia cultural.

Ao colocar a diferença no centro, a geografia cultural questiona as categorias fixas e defende tudo o que está invisível ou que não era considerado, o que é marginal, excêntrico e excluído do projeto principal (Shurmer-Smith, 2002:43). Significa isto que o descentramento assimilado pela geografia cultural é o próprio conceito de homem, entendido como o ator principal do mundo social. A geografia tradicional refletia apenas sobre o homem, masculino, heterossexual, convenientemente bem-educado, pertencente à classe-média, religioso e inserido na sociedade ocidental, ficando de fora deste projeto muitas outras realidades. Foi necessário desconstruir esta estrutura, constatando a existência de um outro mundo, outros contextos sociais e outros seres humanos de diferentes etnias, géneros e religiões, com os quais o homem se relaciona e lhe conferem a sua própria identidade. Há a aceitação de que a identidade é composta de várias posições e deslocamentos – género, sexualidade, etnia, classe, religião, idade, nacionalidade, riqueza, entre outros, não havendo categorias monolíticas fixas (Ekinsmyth, 2002a:55).

De uma forma informal, transgrediram-se os limites, misturaram-se os géneros, juntaram-se outros protagonistas. Foram considerados e analisados, de uma forma crítica, as outras realidades sociais e os espaços heterogéneos e fragmentados.

Com um maior conhecimento da realidade, mostrou-se que o mundo homogéneo e unificado era uma ilusão ao serviço das elites. Em particular, os *media* revelaram que o mundo não era uniforme e a sua diversidade advém da conjugação de várias realidades inerentes aos mais jovens, aos idosos, aos homossexuais, aos imigrantes, aos povos colonizados e aos crentes e não crentes membros de um sistema religioso.

Esta desconstrução do ser humano e da realidade social foi abordada por Edward Said, que se tornou num autor de referência para quem estuda o movimento do "*cultural turn".* Said publicou a obra *Orientalism* (1978), na qual analisa a visão que o mundo ocidental concebe do mundo oriental – o "outro". Interpreta a forma como alguns países europeus, como a França, o Reino Unido e a Alemanha, mas também e sobretudo os Estados Unidos da América, constroem uma visão rígida, estereotipada e por vezes simplificada da realidade oriental. O que começou com uma visão puramente política e estratégica, passou a ser uma questão cultural, no sentido em que o discurso do orientalismo manifestou "*uma certa vontade ou intenção de compreender, nalguns casos de controlar, manipular, ou até incorporar, aquele que é um mundo manifestamente diferente ou alternativo e novo*" (Said, 2004:14). Said alerta para o facto de se atacar de forma maciça e agressiva as sociedades árabes e muçulmanas contemporâneas "*contra o*

seu atraso, a sua falta de democracia, a sua anulação dos direitos das mulheres, de que nós simplesmente esquecemos que noções como modernidade, esclarecimento e democracia não são de forma alguma conceitos simples e consensuais" (Said, 2004:XVI).

É manifesta a necessidade de compreender todas as dimensões do "outro", olhando de uma forma crítica para as suas realidades culturais heterogéneas, dinâmicas e complexas. O autor lembra que as culturas são híbridas e que as culturas e as civilizações estão inter-relacionadas e interdependentes, não sendo possível subtrair uma unidade ou uma simples descrição da sua individualidade. Por isso, a Europa, ou os países ocidentais, só constroem a sua identidade se considerarem as suas relações com o mundo oriental, ou seja, com o "outro" mundo que está mesmo ali ao lado.

No contexto académico, surge um número considerável de obras síntese, manuais de geografia cultural e de artigos científicos que transmitem esta abertura e a diversificação crescente do seu objeto de estudo. É exemplo disso a obra *Maps of Meaning. An introduction to cultural geography* de Peter Jackson (1989), com os capítulos sobre "Popular culture and the politics of class", "Languages of racism" ou "The politics of language"; a obra *A Companion to Cultural Geography* de Jamens Duncan, Nuala Johnson e Richard Schein (2000), onde Jonathan Smith analisa "Ethics and Human Environment", Lily Kong interpreta "Religious Landscapes", ou mesmo Elizabeth Gagen estuda "Landscapes of Childhood and Youth". Também no trabalho de síntese de Don Mitchell *Cultural Geography. A critical Introdution* (2000), há capítulos que problematizam "Sex and Sexuality: the cultural politics and political geography of liberation" ou mesmo "A place for everyone: cultural geographies of race". Sobre a diversificação da cultura urbana, das diferentes identidades e territorialidades, é exemplificativo o texto de David J. Bell "Insignificant others: lesbian and gay geographies" (1991) e os textos de Frank Mort "Mapping Sexual London: the Wolfenden Committee on Homossexual Offences and Prostitution" (1999).

Seguindo as teorias de Jacques Derrida (1967), Michel Foucault (1966, 1976, 1984) e de Judith Butler (1990), entre outros, a geografia também se abriu à análise crítica feminista, reagindo ao pensamento machista da ciência, ao seu essencialismo, à sua masculinidade, às suas esferas de exclusão e ao seu patriarcado (Ekinsmyth, 2002a:62).

Reconhece o género como uma categoria social dinâmica fundamental, promovendo a análise das diferenças geográficas nas relações e na promoção de igualdade entre homens e mulheres, da geografia da mulher e das respetivas restrições

espaciais, da construção da identidade do género através do uso do espaço e dos lugares, da geografia do género com destaque para a análise das minorias e interpretação da "teoria queer" e, ainda, da geografia do género e da infância. Carol Ekinsmyth (2004, 2013), Hélene Cixous, Gayatri Spivak, Linda McDowell (2003), Gillian Rose (1993), Gill Valentine e Sarah Holloway (2000), Cindi Katz (1993, 2004) e Doreen Massey (1994. 1995) são alguns dos nomes que associamos à geografia feminista, ao estudo das relações de género e aos respetivos modos de representação e de reprodução cultural.

As obras de geógrafas como Gillian Rose *Feminism & Geography: The Limits of Geographical Knowledge* (1993), de Sarah Holloway e Gill Valentine *Children's Geographies: Living, Playing, Learning* (2000) e de Linda McDowell *Redundant Masculinities? Employment change and white working class youth* (2003), tornaram-se novos campos de pesquisa nos finais dos anos 90 e nos anos seguintes.

Esta abertura da nova geografia cultural denota uma redefinição do próprio conceito de cultura. De um conceito estático e superior ao ser humano, defendido pela Escola de Berkeley, passa a ser assumida como uma fonte dinâmica de explicações, colocada no centro das atenções pela luta da identidade, de pertença e de justiça social no mundo pós-moderno.

Em anos anteriores, esta alteração do conceito de cultura já havia sido tema de debate na Escola Britânica e do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham. Sob influência de autores comprometidos com a esquerda britânica, Raymond Williams (1958[54]), Richard Hoggart (1958[55]), E.P. Thompson (1963[56]), alguns dos estudos culturais analisam a aplicabilidade do conceito de cultura a um número alargado de contextos, fenómenos, práticas e conhecimentos. Atribuem-lhe um poder político, que ilustram através da cultura das classes trabalhadoras ou com as origens da classe operária inglesa dos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. A cultura assume um poder político e é considerada como o principal agente histórico na formação da sociedade.

[54] Raymond Williams escreve no ano de 1958 a obra *Culture and Society: 1780-1950* onde investiga os diferentes usos históricos do termo cultura, apelando ao seu debate no contexto intelectual inglês.
[55] Richard Hoggart publica *Uses of Literacy*, cujo trabalho evidencia a cultura das classes trabalhadoras e a rutura com a tradição leavisiana de análise cultural.
[56] E.P. Thompson publica *The Making of the English Working Class* onde invoca a análise sobre as origens da classe operária inglesa no período de 1790 a 1832, considerada como o principal agente histórico na formação da sociedade.

Estes autores demonstram também que o conceito de cultura é abrangente e em contínua mudança, traduzindo um conjunto flexível de significados, ou melhor, uma multiplicidade e sobreposição de significados. Representa um número alargado de sistemas simbólicos, de identidades e territorialidades culturais. Este foi, aliás, um dos contributos de Stuart Hall aos estudos culturais, trabalhando a noção de cultura e de identidade cultural.[57]

Para além da corrente humanista alguns autores como James S. Duncan (1994), Denis E. Cosgrove (1987) e Peter Jackson (1987, 1989), próximos do materialismo histórico e dialético, promoveram a (re)terorização do conceito de cultura e da paisagem. Críticos de Sauer, em particular da utilização heurística do termo de cultura e do método descritivo da morfologia da paisagem, impulsionaram, nas décadas de 80 e 90, a mudança cultural e o aparecimento de uma "nova geografia cultural".

Numa vertente de cariz mais radical, a cultura, para além de cariz social, ganha um sentido político, sendo assumida como um produto ou uma mercadoria com um valor e poder económico e político. Depois de uma visão super-orgânica, em que era atribuído à cultura um poder quase transcendente sobre o ser humano, e depois de uma visão estruturalista, em que a cultura faz parte de uma superestrutura determinada pela base, a cultura passa a ser o reflexo de uma relação, de uma mediação e de uma condição social. A cultura interfere e justifica as relações de poder, ao produzir a diferença entre os indivíduos e os grupos sociais e ao desencadear relações sociais de domínio, subordinação, resistência e negociação, no sentido em que os significados são impostos mas também contestados (Sarmento, 1999:165). Assim, a cultura pode ser questionada e necessita de ser explicada, uma vez que é reflexo de significados fluidos e híbridos.

Cosgrove e Jackson afirmam que "*os estudos culturais contemporâneos ensinam-nos a reconhecer que as culturas são contestadas politicamente, a visão unitária de cultura dá lugar a uma pluralidade de culturas, cada uma com as suas especificidade de tempo e lugar*" (Cosgrove *et al*, 1987 *apud* Corrêa e Rosendahl, 2003:142). Na presença de múltiplas

[57] No que diz respeito ao contributo da Escola Britânica destacamos ainda o trabalho de Stuart Hall, diretor do Centro entre 1969 e 1979, que denota uma preocupação com as questões da identidade e da representação cultural, em particular na era moderna. Mais recentemente, em 1996 publica as obras *The question of cultural identity* (co-editada com Paul du Gay) e, em 1999, *Visual Culture: the reader* (co-editada com Jessica Evans), Hall demonstra uma cultura politizada, enfatizando o poder da cultura popular e da indústria cultural, onde inclui a televisão, a literatura, a moda, o cinema (Oakes, 2008:264). Aliás, estas ideias são sustentadas através da análise feita por Hall do trabalho de Roland Barthes *Mythologies* (1952) e do trabalho de Jean Baudrillard *The consumer society: myths and structures* (1970).

culturas podem surgir situações de exclusão e de conflito, sendo que a geografia cultural deve assumir uma perspetiva política, intervindo nas políticas culturais e contribuindo para estabelecer a justiça cultural (Taillard *apud* Corrêa e Rosendahl, 2003:172), não obstante o modelo de integração cultural ser muito contestado.

Em simultâneo e um pouco por todo o mundo, ocorrem conflitos a favor da igualdade social. São exemplo disso os movimentos dos direitos civis norte-americanos entre os anos 50 e 60 e, na década seguinte, os movimentos que proclamam o fim das ditaduras nos países da Europa do Sul, como aconteceu em Portugal e em Espanha. Embora em contextos muito diferentes, são ainda exemplo, a ascensão dos movimentos de extrema direita em países como a Áustria, a Holanda, a Alemanha e a Polónia ou mesmo a Guerra dos Balcãs ou o movimento conhecido como a "Primavera Árabe", que começa na Tunísia no final de 2010 e que, de forma instantânea, se expande pelo Norte de África e pelo Médio Oriente. Nestes contextos normativos fortes, ou é reivindicada a alteridade no interior das sociedades ou é exigida a defesa das diferenças entre os grupos sociais, sendo que muitas vezes a diferença e a tensão entre as religiões está na origem do conflito.

Também em torno deste conceito mais abrangente e qualitativo, Peter Jackson, na obra *Maps of meaning* (1989), analisa o papel dos significados como ferramenta necessária para tornar o mundo inteligível: "*a cultura é o modo pelo qual as relações sociais de um grupo são estruturadas e modeladas, mas é também o modo pelo qual aquelas formas são experimentadas, entendidas e interpretadas*" (Jackson, 2003:2). Assume uma nova agenda para a geografia cultural e para isso analisa a questão linguística e os novos significados culturais apreendidos, entre outras, pelas comunidades linguísticas e pelas variações linguísticas, como os dialetos.

Tal como iremos observar, também a noção de identidade cultural é acompanhada dos conceitos de significado, imaginação e representações mentais, e os estudos culturais passam a considerar os fatores psicológicos, mentais e invisíveis.

A própria paisagem cultural deixa de ser estudada como um conjunto de áreas ou mosaicos homogéneos e formados por elementos materiais uniformes entre si, para ser analisada através dos seus elementos imateriais e simbólicos que formam uma paisagem fragmentada, multissensorial, multidimensional e alvo de conflitos. Esta viragem reflete-se na renovação do estudo da paisagem, quer na geografia francesa (cf. Bertrand, 1984; Berque, 1990; Claval, 1992), quer na renovação da orientação culturista da geografia

humana anglo-saxónica, integrada ou não na corrente humanista (cf. Ley e Samuels, 1978; Cosgrove, 1984 e 1985; Cosgrove e Daniels, 1987; Yi-Fu Tuan, 1993; Crang, 1998; Mitchell, 2000) (Gaspar;2001:84).

Nas obras *Housing and Identity: Cross-Cultural Perspectives* (1981) e *The Power of Place: Integrating the Sociological and Geographical Imagination* (1989), Duncan procura incorporar no estudo geográfico da paisagem as questões sensoriais e subjetivas subjacentes à observação e perceção da realidade. Também nesta linha de pensamento, Cosgrove no artigo "Worlds of meaning: cultural geography and the imagination" (1994) reconhece a individualidade dos lugares produzidos e mantidos pela ação humana, incorporando na explicação geográfica a imaginação, a sensibilidade e a compreensão do significado dos lugares. Este autor salienta que os grupos atribuem significados a lugares e paisagens como parte de uma ampla identidade compartilhada e comunicada, ou seja, toda a produção humana é simbolicamente construída, os modos de produção são simbólicos e a paisagem é estruturada pelo poder simbólico. Assim, "*toda a atividade humana é ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação*" (Cosgrove, 1983 *apud* Corrêa e Rosendahl, 2003: 114-129).

Das obras mais atuais, destacamos *Geography and vision. Seeing, Imagining and Representing the world* (2008) de Denis Cosgrove e *Symbolic Landscape* (2009) de Gary Backhaus e John Murungi.

Assistimos à "*culturalização*" (Crang, 2009:129) ou à valorização da cultura e dos aspetos culturais, despoletando um número considerável de "geografias culturais" que estudam não apenas as diferentes culturas, que são variáveis em diferentes nações e períodos, mas também os grupos sociais e económicos muito específicos e dentro da mesma nação (Williams, 1983; Oakes, 2008:18). Esta pluralidade dará consistência, quase de forma contraditória, à nova geografia cultural, definida como uma manta de retalhos que agrega diferentes temas e métodos de análise.

Em síntese, em termos de correntes ou linhas de pensamento, a reavaliação do que entendemos como geografia cultural tradicional e o despertar da nova geografia está associada às inquietações da antropologia cultural, dos estudos culturais britânicos, da geografia humanista e ainda dos defensores do materialismo histórico. São múltiplas as vozes de oposição à geografia cultural tradicional, refletindo uma maior consciência e responsabilidade social, que se materializa não apenas na produção literária e académica, mas também nas pretensões dos movimentos sociais.

Esta nova geografia viria a ser definida pelos próprios Cosgrove e Jackson como "*contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspetos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para esta nova geografia, a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experimentada, contestada e constituída*" (Cosgrove e Jackson, 2000:16 *apud* Souza de Deus, 2005:49).

No ponto seguinte deste capítulo optámos por mostrar a influência do movimento "cultural turn" na evolução da geografia da religião e, neste contexto, identificar alguns autores e respetivas obras que permitiram valorizar e promover os estudos dos espaços, lugares e territórios religiosos.

1.3.2. Síntese do processo de mudança e os reflexos na estruturação da geografia da religião

Tendo presente o exposto, verificámos que a influência do marxismo histórico e do desconstrutivismo foram por demais evidentes no interior das ciências sociais e humanas, servindo para abalar a visão tradicional e clássica que a Escola de Berkeley defendeu para a geografia cultural. A cultura, entendida como uma entidade super-orgânica, começa por ser trabalhada a partir da análise dos fenómenos materiais, da morfologia da paisagem e das áreas culturais, para posteriormente ser analisada a partir de versões onde o simbólico, a imaginação e a representação são fontes de aprendizagem. O próprio conceito de cultura é sujeito a uma desconstrução, assumindo-se como plural, abrangente e dinâmico.

As metanarrativas, as estruturas e os conceitos que sustentavam as sociedades modernas foram postos em causa, uma vez que, através da alteração do pensamento intelectual e da própria realidade mundial, o ser humano se tornou mais atento e crítico da multiplicidade de situações, protagonistas e temas de análise. As mudanças estruturais da sociedade, onde incluímos a maior difusão, mobilidade e comunicação entre as pessoas, resultaram num maior conhecimento da realidade, do mundo então desconhecido e longínquo, dos grupos marginalizados e dos povos esquecidos pela história oficial dos "vencedores", muito embora esteja acessível apenas a uma pequena parte da humanidade.

Com o aproximar do final do século XX e o início do século XXI, emergiu, no campo intelectual, um conjunto de "pós-ismos" que evidenciam o fim das metanarrativas e uma nova maneira de pensar e de ver o mundo. Na era contemporânea são postos em causa os fundamentos do historicismo, do fordismo, do modernismo, do estruturalismo e do marxismo que adquirem o seu afixo conclusivo (Strohmayer, 2005:6). Talvez não uma rutura completa do passado, como alguns autores pós-modernistas defendem, mas uma "*reestruturação ampla e profunda da modernidade*" (Soja, 1993:12).

As questões mais prementes e críticas foram levantadas pelas filosofias pós--modernas e pós-estruturalistas e por outros movimentos como a crítica marxista, o pós--humanismo, o anarquismo, o feminismo, o pós-colonialismo, ou ainda os movimentos anti-globalização e o movimento ambientalista. Estes movimentos representam a insatisfação com os modos de investigação (Ekinsmyth, 2002a:53) e tornam-se em possíveis caminhos para descrever a reestruturação teórica, cultural, política e económica

contemporânea. Assim, as ciências sociais críticas conduziram à revisão das ideias associadas à cultura e à natureza, bem como às questões do espaço e da espacialidade, das relações de poder e das práticas culturais do quotidiano.

Este contexto alargado de mudanças suscitou transformações nas ciências sociais, incluindo o próprio pensamento geográfico. No âmbito da geografia cultural, destacamos o interesse renovado e a sofisticação do tema da religião, que beneficiou não apenas da respetiva evolução epistemológica e metodológica como da abertura da geografia cultural a novos temas de análise e a outros protagonistas. Através da religião foi possível analisar, de forma objetiva mas também emotiva, a evolução e a distribuição das diversas religiões ou grupos religiosos e dos diferentes usos e representações dos lugares, dos espaços, dos territórios e das paisagens.

A pertinência do tema da religião foi visível no número elevado de obras e artigos científicos que surgem deste meados do século XX até aos nossos dias. Estas obras representam a viragem da geografia da religião à realidade da era pós-moderna e dos respetivos interesses académicos.

Chris Park publica a obra de síntese *Sacred Worlds: an introdution to geography and religion* (1994) mas que, segundo este autor, não se trata de um trabalho de geografia da religião mas sim de um trabalho de geografia e de religião. Estuda a distribuição dos padrões espaciais da religião, a difusão das crenças religiosas e das organizações, as dinâmicas dos próprios sistemas religiosos, a paisagem e os lugares sagrados e, ainda, as práticas religiosas como as peregrinações[58].

[58] O estudo dos lugares sagrados foi sempre um tema transversal da geografia da religião, tendo sido renovado, mais recentemente, o seu enfoque. Veja-se um conjunto de temas que Stoddard e outros autores referem em *Geography of Religion and Belief Systems*". Nesta obra indicam os autores divulgam este tema dos lugares sagrados de uma forma genérica (Park, 1994; Cooper 1997), os que abordam as experiências emocionais dos crentes (Geffen, 1998; Dobbs 1997; Forbes-Boyte 1998), os que identificam os lugares sagrados específicos dos diferentes grupos religiosos (Bascom 1998), das áreas santificadas como cemitérios (Nakagawa 1990; Yeoh e Hui 1995; Teather 1999). Outros autores analisam o processo pelo qual os lugares se tornam sagrados (Nolan e Nolan, 1997; Prorok, 1997; Bhardwaj, 1990; Berg, 1998; Singh 1997), e os padrões geométricos inerenes de uma cosmologia religiosa, juntamente com os locais sagrados que o definem (Gutschow, 1994; Singh, 1994; Singh e Malville, 1995; van Spengen, 1998; Buffetrelle, 1998; Kuhlken, 1997; Grapard 1998; Malville 1998). Da mesma forma, indicam os autores que procuram compreender o comportamento espacial associada com lugares (Zelinsky 1990; Sellers e Walters 1993; Foote, 1997; Sherrill 1995; Azaryahu 1996; Ben-Israel, 1998).

Sobre o tema das peregrinações, destacam as respetivas características geográficas (Stoddard e Morinis 1997), a análise das peregrinações contemporâneas (Bhardwaj 1997), e uma discussão sobre a diferenciação entre viagens motivadas pela religião versus turismo (Smith, 1992). As peregrinações foram classificadas de acordo com o tipo de atração (Nolan e Nolan, 1992) e pelo comprimento de configurações de percurso, a via e a frequência de eventos (Stoddard, 1997) (Stoddard *et al*, 2003:262-263).

Também o estudo de Adrian Cooper *Sacred Mountains. Ancient wisdom and modern meanings* (1997) deve ser destacado uma vez que este autor "*considera que um dos temas mais atuais e importantes para os geógrafos da religião diz respeito à interação do significado entre paisagens específicas e a experiência espiritual pessoal – relações essas de natureza complexa mutável e instável*" (Santos, 2004:127).

Contemos, da leitura desta obra de Cooper, a necessidade de reter a experiência individual e coletiva de cada ser humano com a religião e os elementos sagrados, bem como o reflexo dessa relação na construção do espaço e dos lugares. Trata-se de pôr em relevo as ligações intensas e densas que os indivíduos crentes e os grupos estabelecem com as paisagens e com o espaço vivido, dando estrutura e significado ao lugar através da experiência religiosa. Esta trama demonstra ser essencial a reciprocidade entre o lugar, a paisagem e a experiência religiosa[59].

Em 2003, Robert Stoddard e Carolyn Prorok publicam *Geography of Religion and Belief Systems*, onde apresentam as novas tendências da geografia da religião, revendo o próprio conceito de religião e definindo o seu objeto de estudo e as questões metodológicas. Debatem o impacto da religião no território e estudam a distribuição geográfica dos fenómenos religiosos. Neste trabalho, procedem à análise de alguns estudos empíricos publicados na última década, sendo que a investigação humanística (Weigtman 1996; Cooper 1997; Prorok 1997; Osterrieth 1997) e a aplicação contemporânea da teoria crítica (Fielder 1995; Kong 1993; Prorok 2000) se destacam através de dissertações recentes e apresentações em reuniões na Association of American Geographers (Stoddard *et al*, 2003:259).

Sobre estas e outras temáticas destacamos a obra síntese *The Routledge Companion to the study of Religion* (2005), editada por John R. Hinnells e com a participação de, entre outros, Robert Segal, Kim Knott, Judith Fox, Henry Munson e Michael Barnes. Nesta coletânea, é exposta a pertinência da análise geográfica da religião e das disciplinas que permitem um estudo interdisciplinar como a teologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia e a fenomenologia. São apresentados os temas-chave dos novos trabalhos de geografia da religião como o género, o pós-modernismo, a secularização, os novos

[59] Para a tese que se apresenta é talvez um exemplo a seguir, dada a mutualidade entre três fatores - ser humano, território e prática religiosa - atribuindo aos lugares sagrados um poder singular. A experiência de cada um e do grupo onde se insere tem um papel fundamental na construção e na estruturação da realidade, do quotidiano e da modelação da paisagem.

movimentos religiosos, as migrações, a diáspora e o transnacionalismo, o pluralismo religioso e a interação da religião com a política, a geografia, a ciência, as artes e a cultura.

Esta obra surge num contexto crucial que evidencia não apenas a interdisciplinaridade e a abertura da geografia da religião a outras disciplinas de suporte, como a abrangência de temas, protagonistas e contextos sociais, culturais, políticos e económicos. Este encontro temático e disciplinar permite alcançar um estudo crítico e eficaz na análise das desigualdades e dinâmicas culturais e geográficas das sociedades globais.

Mostrando o olhar crítico e amplo que a geografia da religião pode e deve assumir, surge, no início do século XXI, um conjunto de obras que focalizam esta diversificação dos temas de análise, mostrando as particularidades de cada sistema, de cada grupo de crentes, de cada comunidade ou de cada país. Stump publica as obras *Boudaries of Faith: Geographical Prespectives on Religious Fundamentalism* (2000) e *The Geography of Religion. Faith, Place, and Space* (2008) em que enfatiza a relação entre a fé, os lugares e o espaço, as dinâmicas espaciais dos diferentes sistemas religiosos, dos processos de difusão e da territorialidade e o significado e o uso dos espaços sagrados.

Também a questão do género é analisada nos estudos da geografia da religião, sendo exemplos os trabalhos editados por Ghazi-Walid Falah e Caroline Nagel *Geographies of Muslim Women: Gender, Religion, and Space* (2005) e por Karen Morin e Jeanne Kay Guelke *Women, Religion and Space: Global Prespectives on Gender and Faith* (2007).

Mais recentemente Catherine Brace, Adrian Bailey, Sean Carter, David Harvey e Nicola Thomas publicam a obra *Emerging Geographies of Belief* (2011) sintetizando os temas emergentes da geografia da religião, incluindo as novas práticas religiosas, os novos espaços criativos e a nova organização geográfica de algumas comunidades religiosas.

Todos estes exemplos mostram que a diversidade e o alargamento temático da geografia da religião favoreceu a emergência de novas abordagens espaciais da religião que, recorrendo à distinção das circunstâncias históricas e espaciais e utilizando diferentes escalas (global, nacional, regional, local e também o corporal), estudam o que está para além dos lugares considerados, oficialmente, como sagrados. Para além das igrejas, catedrais, mesquitas, sinagogas há um interesse acrescidos em estudar lugares mais informais ou que estão associados a práticas religiosas comuns como museus,

miradouros, espaços dos mídia ou caminhos sagrados, entre outros (Kong, 2010:756-757).

Numa lógica mais voltada para as "geografias morais", Kong fala na compreensão pelos geógrafos da religião das várias dialéticas presentes nestes fenómenos associados à moralidade e à justiça social (bom/mau ou justo/injusto) (Kong, 2001:228). Esta mudança reflete um trabalho multidisciplinar em que os estudos da geografia da religião evidenciam a compreensão das influências e dos significados que os lugares religiosos assumem e exercem em cada um dos grupos populacionais.

Em Portugal, a geografia da religião não ganhou ainda visibilidade e, como referimos, a tese de doutoramento e as obras de Maria da Graça Mouga Poças Santos são, entre outras[60], as de maior referência nos estudos geográficos. Esta autora, com uma perspetiva mais centrada no turismo religioso, procura analisar a questão cultural e o património como fatores de atração de turistas e ainda a questão das peregrinações e a relação que o ser humano praticante estabelece com o território. São temas que evidenciam uma aproximação à nova geografia cultural e a consequente abertura temática da geografia da religião.

Em nenhuma das universidades portuguesas existe uma disciplina específica para a geografia da religião, não havendo revistas ou publicações periódicas sobre este assunto, o que denota e confirma o desfasamento em relação à pesquisa internacional.

A situação nacional contrasta com os estudos brasileiros, onde se verifica a existência de três centros institucionais – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Espaço e Cultura (NEPEC), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenado por Zeny Rosendahl, e o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER – Curitiba) e o Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER), ambos ligados à Universidade Federal do Paraná e representados por Sylvio Fausto Gil Filho. Os estudos brasileiros estão explanados nas publicações periódicas *Revista de Estudos da Religião REVER* e *Revista Espaço e Cultura* e evidenciam uma preocupação tanto pela análise fenomenológica e mística dos elementos do sagrado e respetiva projeção espacial, como pelas questões materiais e as manifestações espaciais do fenómeno religioso (Pereira,

[60] Na Universidade de Coimbra, foi também apresentada, no ano de 2010, a tese de Mestrado de Isabel Nunes Dias com o título *Turismo cultural e religioso no distrito de Coimbra. Mosteiros e Conventos: Viagem entre o Sagrado e o Profano*. À semelhança da tese de doutoramento de Maria da Graça Mouga Santos, este trabalho privilegia a temática do turismo e do lazer e cultural. No ano de 2012 foi também apresentada a tese de Mestrado intitulada *A Igreja Adventista do Sétimo Dia numa perspectiva de difusão geográfica no território português*, da autoria de Anabela Marques.

2013:30). Ou seja, assistimos a uma preocupação tanto pelas questões mais materiais e físicas na construção e no uso do espaço, como pelas questões simbólicas e míticas que permitem uma outra análise através da geografia da religião.

No Brasil e sobre o tema da religião, importa ainda destacar o trabalho de Christian Dennys Monteiro de Oliveira (2001, 2004, 2010, 2012, 2013) que desenvolve, na Universidade Federal do Ceará, uma linha de estudos sobre a religião e o turismo, com destaque para as representações simbólicas dos lugares sagrados.

Neste contexto, podemos concluir que a evolução da geografia da religião está em consonância com a evolução do pensamento geográfico, sendo que cada estudo e cada autor sofrem as influências do pensamento dominante na época em que o produz. Como subcampo da geografia cultural, esta disciplina continua a centrar-se nas consequências das religiões e das comunidades no ambiente geográfico. As clássicas variações entre o determinismo e o positivismo fazem alterar o objeto de estudo e as metodologias de trabalho.

Ou seja, através da geografia cultural tradicional foi possível seguir a análise regional e a descrição dos lugares, demonstrando a respetiva matriz cultural, o impacto da religião na construção da paisagem e os padrões espaciais inerentes aos diferentes sistemas religiosos. A religião é determinada pelo ambiente, uma vez que as questões ambientais explicam a origem das religiões e das práticas religiosas, sendo visível que a religião não explica, por si mesma, a construção das paisagens mas é na relação entre a religião e o ambiente, através do corpo religioso, que surge esta mudança.

Com a nova geografia cultural, a religião passou a fazer parte das atividades culturais fixadas pelos geógrafos, sendo estudada a materialização espacial da religião e a interpretação, emocional e simbólica, da maneira como as pessoas vivem as suas crenças e interagem com o espaço. O fenómeno religioso inter-relaciona-se com os aspetos sociais, étnicos e económicos da sociedade e o simbolismo religioso tornou-se num meio interpretativo. Assim, é notória a relação recíproca entre a geografia e a religião, uma vez que esta molda o ambiente, as paisagens e os factos antropo-geográficos (cf. Santos, 2004:127; Kong, 1990:360).

Na atualidade, o dinamismo dos estudos no âmbito da geografia da religião é visível pelo destaque das questões ambientais, em particular pela ecologia religiosa e ética ambiental, que procuram demonstrar que o pensamento religioso tem impacto nas atitudes ecológicas da vida animal e vegetal.

O resultado desta mudança é a crescente atenção pelos efeitos da religião na construção das paisagens, dos lugares e dos territórios e o interesse atribuído ao ser humano e grupos sociais inseridos num determinado sistema religioso, explorando as suas sensações e os seus valores morais e afetivos.

Para além desta variação de correntes de pensamento científico, devemos ter em conta as mudanças ocorridas na relação do indivíduo com o divino ou a forma como o crente vai lidando com as questões da fé e da sua prática religiosa, vividas individualmente ou inseridas numa determinada comunidade de crentes. Ora estamos perante uma estrutura mais clássica e de fácil classificação, ora estamos perante novas formas de vivência espiritual e de identidade religiosa, cada vez mais definidas na sua multiplicidade e disseminadas no território.

Nos estudos de geografia da religião, ponderamos não apenas as evoluções do pensamento geográfico e a interação com outras disciplinas científicas, em particular da sociologia e da antropologia, como também os contextos históricos que envolvem o mundo globalizado, a evolução do conceito de religião, a alteração da estrutura fixa da identidade e da relação inerente entre o ser humano e a divindade, com implicações na espacialidade e no significado atribuído aos lugares sagrados e às paisagens.

No próximo capítulo procuramos analisar a desconstrução do pensamento geográfico, analisando a alteração dos conceitos essenciais como espaço, lugar e território e as interferências no estudo das identidade e territorialidades religiosas.

II CAPÍTULO

A globalização e a desconstrução dos conceitos geográficos primordiais. As interferências na identidade e na territorialidade religiosas

2.1. A desconstrução dos conceitos geográficos de lugar e de espaço

A associação das ideias do pós-estruturalismo e os acontecimentos que marcam social e culturalmente os séculos XX e XXI, muitos dos quais resultantes do processo de "globalização" [61] , favoreceram a desconstrução do conceito de cultura e de sujeito sociológico, os processos de identificação, a estrutura da sociedade e a base territorial da ação humana.

Embora com velocidades distintas, os progressos científicos e tecnológicos ocorreram de forma concomitante ao alargamento da alfabetização, da escolarização, da riqueza, da mobilidade social e do alargamento das estruturas ocupacionais mais complexas e diversificadas. O mundo é cada vez mais conhecido e, neste sentido, emerge uma nova sensibilidade e uma nova leitura das realidades sociais, incluindo um espírito crítico e criativo a favor do encontro de soluções mais inclusivas.

A geografia do passado, a dita tradicional, nem sempre acompanhou estas mudanças geográficas. Detinha interesse apenas pela classificação e pela representação dos fenómenos materiais e pela constituição de um mosaico-padrão para as unidades territoriais. Da região definida por Vidal de La Blache (1894 e 1903[62]), passando pela Geografia Nomotética de Richard Hartshorne (1939, 1959[63]), à morfologia da paisagem de Carl Sauer (1925), a geografia trabalhava a (aparente) homogeneidade espacial, definindo padrões e modelos de ocupação do solo e de povoamento (padronização dos espaços culturais) e alcançando os tradicionais territórios-zona. Esta é, aliás, a análise espacial que Samuel Huntington adota na obra *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1996) onde, numa visão cultural-territorialista, defende a possibilidade de, após o período de Guerra Fria, continuar a delimitar o mundo em áreas culturais contínuas e homogéneas que denomina "Civilizações".

[61] A globalização é uma das características mais assinaláveis da pós-modernidade e com expressão, mais acentuada, na contemporaneidade. Corresponde à mistura ou interligação dos processos culturais, sociais, políticos e económicos de todo o mundo, produzindo uma mudança histórica incremental no que entendemos por globalidade (Albrow, 1996; Beck, 2000 e Washbourne, 2005) e pelo que definimos como limites do global e do local.

[62] Paul Vidal de La Blache, a partir do estudo dos cantões da França, defendia uma geografia regional baseada no estudo de pequenas regiões fisicamente delimitadas. Foi autor de *Atlas générale* (1894) e de *Tableau de la Géographie de la France* (1903).

[63] No ano de 1939 este autor publica *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past* e, no ano de 1959 a obra *Perspective on the Nature of Geography.*

Embora continuem a ser úteis as anteriores modalidades de organização territorial, o pós-estruturalismo deu o seu contributo para a mudança destes princípios, até porque, tal como Foucault (1997:330) refere, "*a era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era da simultaneidade: estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso*. *Julgo que ocupamos um tempo no qual a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se interseta com a sua própria meada do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo*". A partir desta abordagem, o espaço torna-se ativo, pois está implicado nas relações políticas e económicas e é socialmente produzido, construído e consumido.

Enquanto geógrafos, interessa-nos fixar que a globalização "*criou um sentimento avassalador de compressão dos nossos mundos espaciais e temporais*" (Harvey, 1989:240). Estruturou uma nova organização territorial numa espécie de "território-mundo" globalmente articulado pelas técnicas de informação desde a cibernética, a informática e a eletrónica (Haesbaert, 2004a:177). Fragilizou os antigos limites territoriais e criou novas fronteiras, mais vivenciais e simbólicas, criou uma certa autonomia aos limites e condicionalismos locais, promoveu uma maior velocidade nos diversos fluxos, possibilitou uma comunicação global quase instantânea, seja ela visível ou invisível, e encurtou as distâncias.

Durante a década de 60, Marshall McLuhan analisa estas mudanças num conjunto de obras das quais destacamos *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man* (1962) e *Understanding Media: The Extensions of Man* (1964). Também Manuel Castells, na década de 90, associa o contexto de mudança ao processo de globalização, publicando a trilogia *The Information Age: Economy, Society and Culture* (1996, 1997 e 1998) e a obra *The Internet Galaxy, Reflections on the Internet, Business and Society* (2001). Para Castells, a sociedade em rede induziu novas formas de transformação social, promoveu, para a maioria dos indivíduos e grupos sociais, a disjunção sistémica entre o local e o global e ainda a separação, em diferentes estruturas de tempo/espaço, entre poder e experiência.

De facto, o espaço físico e o território material foram superados pelo território virtual numa deslumbrante "Cybergeografia" em crescimento (Virilio, 2000), obrigando à reformulação das espacialidades e das culturas locais e globais e permitindo ao ser humano uma experiência qualitativamente diferente de estar no mundo, uma vez que, em muitas situações, deixou de existir uma base territorial definida.

É neste preciso contexto de transformação e de entrelaçamento criativo entre a história, a geografia e a modernidade que Soja (1993:19) propõe uma "*tripla dialética"* entre o espaço, o tempo e o ser social - três dimensões abstratas que abarcam todas as facetas da existência humana (Soja, 1993:35).

Também John Berger, na obra *The Look of Things: Selected Essays and Articles* (1972), já havia insistido na necessidade de juntar ao olhar diacrónico da história o sincrónico da geografia, sendo que, a partir desta junção, é possível apreender, de forma holística, a realidade.

Esta alteração pode ser apreendida através das ideias do pós-estruturalismo e da desconstrução dos conceitos e das estruturas primordiais da sociedade. Isto porque o descentramento abrange não apenas o sujeito, como referiu Hall (2005), mas também o conceito de espaço, resultado de um esforço relacional dos diferentes significados, diferentes contextos histórico-espaciais e articulações quotidianas. Shurmer-Smith (2002:43) adverte que a "*linguagem da desconstrução é inerentemente geográfica*", pois o ser humano expressa-se e utiliza a imagem de um espaço que é visto agora como estando em constante mudança, um espaço de fluxos, de intensidades e de contiguidades.

O pós-estruturalismo, ancorado nas mudanças estruturais da sociedade contemporânea, desconstruiu a realidade espacial e defendeu um espaço diferente e mutável. Acrescentou algo mais à visão euclidiana de espaço fixo e definido pelas suas fronteiras e limites estáveis. Defendeu a transgressão do fixo, dos limites lineares, das categorias estanques e aceitou os fluxos espaciais não-hierárquicos, permitindo criar novas estruturas espaciais, com divisões alternativas e novas formas de representação cartográfica. Assistimos à des-re-territorialização dos fenómenos sociais, ou seja, a uma nova base territorial que incorpora as noções de mobilidade transnacional, nós interativos, conexões de fluxos, redes de ligação, cultura híbrida, multiterritorialidade e identidades fragmentadas e topoligâmicas.

Nesta teia de interdependências e mudanças, a análise espacial tem em consideração não só os atores individuais e as comunidades isoladas, mas também o ser humano conectado com outros seres ou com comunidades inteiras. Há contextos e movimentos mais amplos e uma vida social complexa que se desenrola do espaço local para o global. Nesta medida, o geógrafo da contemporaneidade recorre à integração vertical das escalas de análise e estuda um espaço de relação entre a esfera local e a esfera global. Interpreta toda a realidade e procura abordar todas as escalas possíveis. Estuda,

em detalhe, a vida social do ser humano, os contextos do quotidiano, as instituições e os significados que o orientam no mundo, o espaço que ocupa e a forma como o representa.

Isto significa que a escala na análise espacial também se alterou. Se a geografia cultural clássica privilegiou a análise regional, assistimos a uma viragem que dá maior ênfase às áreas urbanas do ocidente industrializado. A escala aumenta e os geógrafos estudam com pormenor o corpo, a casa, a rua, o bairro ou o lugar sagrado, no sentido de compreender a forma como o ser humano utiliza e constrói o espaço e os significados íntimos que lhe atribui. Ultrapassamos uma visão meramente descritiva, centrada na descrição material e na análise dos lugares, para nos centrarmos nos estudos da espacialidade dos fenómenos culturais, do significado e das representações associadas a estes mesmos lugares (Santos, 2004:119).

E nesta análise espacial mais alargada concluímos que, pouco a pouco, os geógrafos têm vindo a promover a adequação de conceitos geográficos ao fenómeno da globalização e a desenvolver a apropriação da cultura às novas realidades globais, impulsionadas não só pelas novas espacialidades como pelas novas relações entre os indivíduos, os grupos e as escalas geográficas (cf. Washbourne, 2009).

Sobre a questão do espaço e em termos académicos, consideramos autores fundamentais Edward Soja (1989), Henri Lefebvre (1974) e Manuel Castells (1977, 1989, 1997, 1998), que partem do materialismo histórico mas cedo criticam o historicismo e reafirmam o espaço na teoria social crítica, colocando em destaque o estudo do espaço e as mudanças na análise espacial. Alguns destes pressupostos refletem-se nos trabalhos de, entre outros, John Berger (1972), David Harvey (1969) e Anthony Giddens (1990, 1991, 1994) e que teorizam as mudanças no espaço pós-moderno e que utilizam os ensinamentos de Satre, de Althusser, de Foucault, de Jacques Derrida, de Claude Lévi-Strauss, de Roland Barthes e de Lacan. Impõe-se uma escola interpretativa do espaço, dos sistemas e das estruturas espaciais.

A obra *La production de l'espace* (1974) de Henri Lefebvre representa a sua visão da teoria marxista e a sua *praxis socioespacial*. Para Lefebvre, o espaço absoluto não existe porque, no momento em que é intersetado pela atividade social, torna-se num espaço portador de natureza multifacetada, relativizado e historizado. Os espaços existem na medida em que são vividos e experienciados e as paisagens são para serem vividas pelas pessoas e nos seus contextos particulares, mais do que para serem apenas lidas ou

compreendidas. O espaço urbano é um mediador, pois tanto é produzido pela sociedade como influencia a sua produção. E cada modo de produção cria o seu próprio espaço, daí que o autor faça a distinção entre espaços abstratos inerentes ao capitalismo, espaços sagrados associados aos elementos religiosos e espaços diferenciais que estão para vir. Para o espaço social, Lefebvre propõe uma espacialidade trialética hierarquizada, apesar de todas as categorias acontecerem ao mesmo tempo: o espaço percebido (práticas espaciais); o espaço concebido (as representações do espaço); e o espaço vivido (os espaços de representações). Ou seja, o espaço resulta do entrelaçamento das práticas culturais, das representações e das imaginações (Hubbard, 2005:42).

Se para Lefebvre existe uma teoria específica do espaço, para Castells existe uma complexificação da teoria da estrutura social. Castells começa a trabalhar as questões espaciais através do marxismo. Publica a obra *The Urban Question. A Marxist Approach* (1977), que representa uma das primeiras alternativas à sociologia urbana da Escola de Chicago, recusando a conceção de uma cultura urbana abstrata a partir das suas bases do mundo material e provocando uma série de debates sobre a importância do espaço e da teoria social.

Castells, nos anos 80, abandona esta estrutura e dedica-se ao papel das tecnologias de informação e comunicação, através de obras como *The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban Regional Process* (1989) e mais tarde à trilogia *The Information Age: Economy, Society and Culture*. Estes trabalhos ilustram a dualidade entre o espaço e o lugar, tendo presente as consequências sociais da globalização, do capitalismo e da era da informática. Descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade ligada em rede, em que o espaço global é um espaço de fluxos transformado por via eletrónica através das inovações tecnológicas e dos meios de comunicação. Assim, os espaços que entendemos como limitados e carregados de significado como a casa, a cidade, a região, foram substituídos por outro tipo de espaços caracterizados pela velocidade, pela heterogeneidade e pelos movimentos de fluxo.

Da leitura de Castells é significativo notar o poder e o efeito da globalização na definição dos mais variados conceitos geográficos, onde incluímos o de espaço e o de lugar.

As análises da pós-modernidade e os fundamentos da nova geografia cultural acompanham, para além do espaço, as questões da localidade, do lugar, incluindo a sua definição e a respetiva importância na análise geográfica.

Doreen Massey na obra *Space, place, and gender* (1994) analisa a globalização de uma forma crítica, sustentando as suas ideias na "teoria de compressão tempo-espaço" que suplanta a teoria de Marx sobre a "*aniquilação do espaço pelo tempo*" (Massey, 1994 *apud* Oakes *et al*, 2005:257-258). Nesta obra, Massey trabalha a alteração da realidade social e espacial e, com isso, o significado de lugar. Defende a existência de um sentido global de lugar e a definição de lugares não como entidades homogéneas mas como lugares que agregam um conjunto de relações sociais ligadas em redes que atravessam o espaço e a escala. Para esta geógrafa, os lugares não são entidades fechadas, detentoras de uma identidade essencial, mas representam uma articulação específica de relações globais. A sua característica essencial advém da combinação específica das diversas influências e escalas. Há um sentido de lugar "extrovertido" ou "progressista" que inclui a consciência das suas ligações com o resto do mundo e que integra, de forma positiva, o global e o local. As fronteiras são permeáveis e verifica-se a integração vertical das escalas espaciais.

As relações sociais estão a tornar-se mais estendidas espacialmente e os seres humanos estão ligados a pessoas para além da escala local (Massey, 1994 *apud* Oakes, 2005:257-262). Estar globalmente integrado é permanecer numa rede de lugares e partilhar um espaço conexo que nos une de forma física e emocional, mesmo que estejamos localizados em áreas separadas no mundo, como acontece em muitas situações de diáspora.

Também Giddens (1991:18) concluiu que é na rede densa e complexa de lugares fixos, concretos, conhecidos, familiares e delimitados, mas também imaginários, que temos as nossas raízes, as memórias e as tradições e com os quais estabelecemos laços de pertença. Os lugares e os sentimentos de pertença são diversos, tornando possível a coexistência de múltiplas territorialidades. As viagens, o turismo, o comércio, os mercados de capital, os fluxos de trabalho e de bens e serviços, as ideias e os conhecimentos circulam de forma tendencialmente instantânea, facilitando a formação de um espaço amplo mas interligado.

Mas o que aconteceu verdadeiramente ao lugar e ao espaço geográfico? A globalização ditou uma fragmentação geográfica e uma rutura espacial? É o fim da geografia e do espaço localizado?

Conforme Harvey explica em *Explanation in Geography* (1969), o que está em causa não é o desaparecimento do espaço e dos lugares, mas a aceitação de uma nova geografia que ultrapassa a geometria euclidiana constituída por pontos, linhas e superfícies que formam um espaço absoluto e separado do tempo. O espaço euclidiano é um espaço contínuo e bidimensional e próximo de um território-zona assumido como absoluto, homogéneo, exclusivo e estático. Por oposição, a pós-modernidade representa uma métrica diferente da euclidiana (cf. Lévy e Lussault, 2003), baseada em territórios-rede (ou território em rede) e em "aglomerados de exclusão" (Hesbaert, 2004:307). É sustentada numa dimensão temporal-móvel que considera o movimento, a difusão, a conexão, a descontinuidade, a heterogeneidade, a partilha e a integração de múltiplos territórios (territórios-zona, territórios-rede e aglomerados de exclusão). Pese embora o seu papel ambivalente no processo de territorialização, a rede representa um modo de estruturação das relações sociais e um modo de articulação dos territórios descontínuos.

Significa que o espaço não desaparece mas antes aparece conectado em rede. Os lugares não desaparecem mas deixam de ser homogéneos para passarem a representar uma rede de relações sociais estendidas ao longo do espaço-tempo.

O sentido de lugar continua vivo e extrovertido. Continua vivo porque, no meio dos efeitos da globalização, da instabilidade e da vulnerabilidade, o sentido de lugar continua a ser um refúgio, uma segurança e a estabilidade do ser humano. Torna-se extrovertido porque abre as suas fronteiras, porque se vira para fora e aceita a partilha de sentidos e de significados.

Falamos de lugares "simulacro" de Jean Baudrilhard (1991[64]), dos não-lugares de Marc Augé (1992[65]) ou ainda das e-topias urbanas de William Mitchell (1999[66]), que caracterizam igualmente a pós-modernidade, mas em todos eles, há a necessidade de serem localizados, de se sentir o poder do lugar, da localização, da presença e dos laços de pertença. Só assim acontece a geografia e a análise espacial.

[64] *Simulcra and Simulation*, 1991
[65] *Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*
[66] *E-topias: urban life, Jim – but not as we know it*

No caso das grandes empresas multinacionais, a deslocalização das unidades de produção induz a ideia de que as empresas estão cada vez mais autónomas, embora não totalmente independentes, dos recursos existentes e das condições locais e territoriais de localização, enfraquecendo as suas bases territoriais. As empresas globais ou transnacionais organizam-se em múltiplos territórios, têm um caráter "multilocacional", são maleáveis e flexíveis à localização, formando uma rede extensa, difusa e complexa de espaços de venda, compra e consumo dos produtos. O poder que ganham advém da capacidade que demonstram em controlar o mercado, muitas vezes à distância, e dos meios informáticos e de comunicação de que dispõem.

Contudo, persistem situações de dependência do lugar, sendo importante a localização estratégica que as sedes das empresas devem assumir, ou mesmo, no caso de atividades muito especializadas, que dependem da existência de mão de obra qualificada, de infraestruturas técnico-informacionais ou mesmo de recursos muito específicos. Nestas circunstâncias, há um forte enraizamento territorial em que as vantagens físicas ou intangíveis, como as infraestruturas ou a mão de obra, enraizadas nos lugares são expostas através do marketing territorial numa autêntica "guerra de lugares". A finalidade é criar uma imagem positiva dos lugares, promovendo-os e captando investidores. Por oposição, as empresas que não exigem uma qualificação profissional e salários baixos são suscetíveis de uma maior fluidez locacional.

Para além destas questões mais políticas e económicas, e conforme iremos verificar no ponto seguinte deste capítulo, a religião permite preservar a importância da localidade e das referências espaciais. Os lugares sagrados e a rede de territórios religiosos são também um exemplo de promoção e de valorização dos múltiplos territórios. São um exemplo de como a geografia é essencial para interpretar a sociedade atual, uma vez que tanto os lugares sagrados do quotidiano como os lugares mais afastados, e por vezes apenas imaginados, são fundamentais para compreender parte das relações sociais e parte das paisagens pós-representacionais. São lugares onde dificilmente acontece um processo de des-territorialização social, no sentido de desaparecimento ou de anulação do território, pois são um elemento fundamental da identidade cultural e permitem a integração dos indivíduos na sociedade.

No ponto seguinte iremos analisar a multiterritorialidade, a multiescalaridade e a multitemporalidade que sustenta as relações sociais e espaciais da pós-modernidade.

2.1.1. A multiterritorialidade e a identidade territorial da pós-modernidade

Chegados a este ponto importa mostrar que, para além da identidade cultural, incluindo a religiosa, a identidade territorial se tornou num campo de estudo da geografia da contemporaneidade. Enquanto geógrafos, e neste contexto de mudança, é importante pensar numa nova cartografia que represente os espaços em contínuo movimento e os processos de re-territorialização social. Assim, como definimos a nova identidade territorial? Como construímos e moldamos o território? Em que espaços é que nos movimentamos? Quais as redes de lugares que estabelecemos para construirmos a nossa identidade? Quais os nossos lugares de pertença? Qual a importância dos lugares sagrados? Como descrevemos a territorialidade religiosa?

A resposta a estas questões encontra-se na alteração dos conceitos geográficos primordiais e na aceitação de uma nova forma de representar o espaço que reflete a passagem de uma sociedade que confia e atribui uma excessiva importância à localização dos factos, para uma sociedade em que as relações se baseiam em sistemas abstratos desencaixados.

Nas sociedades tradicionais, o Estado-nação era o grande territorializador, chamando a si o controlo político, jurídico, administrativo e militar e articulando tudo isto a um determinado território. Para Giddens (1991), o Estado representava a "segurança ontológica", pois garantia um grau de conforto e de segurança através da associação entre o território, um grupo social e um Estado, formalizando um forte eixo de identidade pessoal e coletiva. Também as demais instituições ou, como Foucault (1984) adverte, a sociedade disciplinar, detinham um conjunto de micropoderes e chamaram a si a construção e o controlo da própria sociedade e dos espaços, sendo exemplo o papel que a Igreja Católica assumiu na organização da sociedade e do território.

A economia, a política, a cultura e a sociedade dependiam do território. A geografia da sociedade tradicional estava sustentada por fronteiras bem delimitadas, por um padrão de ordenamento territorial definido e pelas mobilidades espaciais mais lentas, reguladas e previsíveis (J.Fernandes, 2011:36). As relações humanas estavam alicerçadas também nesta lógica territorial, em que coincide o espaço e o tempo e onde as dimensões espaciais da vida social são marcadas pela presença "face a face" e pelas velhas relações de vizinhança e de proximidade.

A mudança para a pós-modernidade rompe com este pressuposto. O Estado perde a sua influência enquanto célula geográfica que sustenta a segurança, tendo sido posta em causa a sua capacidade de gestão pública no alcance da coesão territorial interna. As fronteiras tornam-se permeáveis e móveis, muitas vezes resultado de fortes tensões e conflitos. A globalização separa o tempo e o espaço, retira a atividade social de contextos localizados e promove uma reestruturação através de extensões indefinidas no tempo-espaço. Alonga as relações sociais no espaço e permite a ausência dos seres humanos e a sua ação num espaço abstrato.

No princípio de uma nova era informática e dos meios de comunicação, que resultou numa maior conectividade e acessibilidade, os laços sociais, mesmo aqueles que aparentemente estão vinculados a um lugar, passam a beneficiar de uma crescente fluidez. Temos a sensação de que o lugar se tornou "fantasmagórico" (Giddens, 1991:98), porque as estruturas através das quais ele se constitui não estão organizadas localmente, mas através de uma estrutura que conjuga o local e o global.

As diretrizes para a definição de uma nova cartografia estavam lançadas e tudo isto resulta, à semelhança da identidade cultural, numa identidade territorial fragmentada, descontínua ou sem uma, aparente, base territorial definida. Não está ancorada a um território com fronteiras fixas e definidas pelos seus centros e periferias, mas a um território fluido, líquido[67], deslizante, descontínuo e com fronteiras permeáveis, híbridas, que formam uma rede territorial complexa. A característica singular dos territórios da pós-modernidade é o movimento que gera ritmos e fluxos, levando Appadurai (2004:50) a considerar uma nova ordem territorial complexa, estratificante e disjuntiva baseada em cinco dimensões de fluxos culturais globais: etnopaisagens, mediapaisagens, tecnopaisagens, financiopaisagens e ideopaisagens.

Também Haesbaert (2004a:158) indica que os traços que caracterizam a modernidade radicalizada de base tecnológica e informatizada correspondem à incapacidade de delimitar grupos sociais e culturais a partir de uma base territorial bem definida. Mesmo no caso específico dos grandes sistemas religiosos universais, consideramos ser redutor elaborar uma só cartografia da distribuição e evolução do número de crentes. No campo religioso é importante ter em conta a heterogeneidade

[67] Sobre esta temática é também essencial consultar as obras de Zygmunt Bauman: *Liquid Life* (2005), *Liquid Fear* (2006) *Liquid Time* (2006).

religiosa que existe em cada território e ponderar a difusão e a mobilidade que caracteriza os movimentos populacionais da atualidade, muitos dos quais têm origem em questões religiosas.

O contacto multiescalar, do local ao global, complexificou as relações sociais e fez com que escalas tradicionalmente bem definidas e dominantes, como a do Estado-nação e a da "região", se tornassem mais patamares de intermediação do que "escalas centrais de referência". Este aparente desenraizamento, esta alienação e esta distância psicológica entre os indivíduos e grupos, por um lado, e as fantasias e os pesadelos da contiguidade eletrónica, por outro, criaram um mundo rizomático (Deleuze e Guattari, 1987) ou mesmo esquizofrénico, sendo que esta conjugação é a problemática central dos processos culturais no mundo atual (Appadurai, 2004:45).

O ser humano tem a possibilidade de experimentar de forma simultânea e sucessiva diferentes territórios, como se vivesse o seu quotidiano dentro de diferentes territórios que resultam de um processo de acumulação e justaposição (Haesbaert 2004a:343). Tem a oportunidade de vivenciar e incorporar diferentes referências territoriais que suscitam distintas expressividades, sentidos de pertença e de identidade. Desta experiência resulta o conceito de multiterritorialidade ou de "multi-pertenciamento territorial" que, no caso particular dos grupos mais privilegiados, permite ao ser humano apropriar, dominar e vivenciar uma grande diversidade de territórios, seja porque os territórios estão sobrepostos hierarquicamente, encaixados ou articulados num mesmo local, seja pela sua conexão em rede por vários pontos no mundo. Temos a possibilidade de viver em diferentes realidades espaciais e desenvolver uma nova experiência de tempo-espaço, mais fluida e que inclui a compressão ou desencaixe do espaço e do tempo. Esta alteração quantitativa mas também qualitativa de construir a identidade territorial levou o sociólogo Ulrich Beck (1999[68]) a forjar o termo "identidades topoligâmicas", quando a identidade territorial está alicerçada em dois ou mais territórios ao mesmo tempo, condição facilitada por uma grande mobilidade espacial, maior velocidade e maior facilidade de acesso à conexão e interação do ciberespaço.

Mesmo no contexto da identidade religiosa é possível identificar os múltiplos lugares sagrados que sustentam o sentido de pertença a uma religião, a um movimento ou a uma comunidade religiosa, a uma personalidade religiosa, a uma experiência vivida

[68] *What Is Globalization?*

ou mesmo, a um sentimento espiritual. O crente nunca tem apenas um lugar de pertença mas uma rede imensa de lugares sagrados de referência, com os quais estabelece laços de união e de pertença muito fortes. Podem estar localizados dentro ou fora do seu espaço vivido quotidiano, podem estar perto ou longe da sua casa ou do seu país, ou podem apenas situar-se o mundo da imaginação. Estes múltiplos lugares, com diferentes escalas, dimensões, tempos e localizações definem, em conjunto, e de forma justaposta, o território religioso dos crentes.

É apenas de notar que esta complexidade que envolve o "alongar" e a "compressão" espaço-tempo através das novas tecnologias reflete que a multiterritorialidade depende do contexto social, económico, político e cultural em que nos situamos. Para Massey (1994 *apud* Oakes *et al*, 2005:61), conduz à aceitação de geometria de poder, ou seja, a diferenciação dos sujeitos e dos objetos, num jogo entre a presença e a ausência, entre a inclusão e a exclusão ou dentro e fora dos meios e dos fluxos de comunicação, cria uma diferenciação social entre os que têm e os que não têm acesso a estes fluxos. Para Massey, o efeito da globalização nos espaços resulta das relações entre as pessoas, as coisas e os lugares, que estão carregadas de poder.

Nem todos os indivíduos ou grupos sociais têm o mesmo acesso aos fluxos e às conexões, gerando desigualdades no grau de circulação e de comunicação mas também no grau de controlo e iniciação, formando, nas palavras de Massey, "*um complexo social altamente diferenciado*" (Massey, 1994 *apud* Oakes *et al*, 2005:260).

Esta ideia leva-nos a concluir que o acesso ao território não é igual em todos os grupos sociais, estando em vantagem quem possui os meios técnico-informacionais necessários para controlar e apropriar o território nas suas diferentes dimensões. Acresce ainda que não basta ter os meios necessários, mas sim ser flexível na forma como construímos a nossa rede de lugares de pertença.

Haesbaert (2004a:303-305) revela que a rede terrorista Al Qaeda é formada por uma célula de cidadãos globais que controlam uma gama de diferentes tipos de territórios, que vão desde os territórios-zona tradicionais, como as cavernas nas montanhas do Afeganistão, aos territórios-rede contemporâneos como as redes económicas globais e o ciberespaço, formando uma estrutura territorial muito dinâmica. Esta experiência de multifuncionalidade e de multiescalaridade resulta da grande versatilidade que este grupo assumiu para atingir o domínio e o controlo espacial do mundo ou, aos olhos dos geógrafos, de aplicar de uma forma negativa o conceito de "territorialismo". A organização

Al Qaeda experimenta a multiterritorialidade pós-moderna e procura destruir alguns pontos simbólicos importantes da territorialidade norte-americana, como o World Trade Center ou o Pentágono. Esta visão torna clara a condição pós-moderna que obriga a uma nova organização territorial e à aceitação de um novo "território-mundo", globalmente interligado e articulado.

Em resumo, a multiterritorialidade e as identidades topoligâmicas representam uma nova forma de territorialização, pois há um maior acesso a outros espaços, escalas ou situações espaciais. O resultado desta territorialização múltipla é a formação de territórios muito flexíveis, multifuncionais e multi-identitários.

Haesbaert (2004a:342) acrescenta outras três modalidades de territorialização: territorializações mais fechadas, quase uniterritoriais e associadas ao poder de grupos étnicos homogéneos, onde se verifica a correspondência entre o poder político e a identidade cultural; territorializações político-funcionais, onde prevalece o domínio do Estado-nação como célula de organização político-administrativa; e, por fim, as territorializações mais flexíveis, que admitem que a sobreposição territorial seja sucessiva ou concomitante. No conjunto, estas territorializações são o reflexo de uma dinâmica inerente ao processo de construção e de apropriação do espaço, onde se misturam as diferentes modalidades territoriais, múltiplas escalas e diferentes formas de articulação e gestão dos fluxos territoriais.

2.1.1.1. O processo de des-re-territorialização

Num movimento histórico e multiescalar, as forças económicas, políticas e culturais condicionam o território e a territorialidade (Saquet, 2007:71). Sobretudo a partir dos anos 80 e 90 distinguimos um conjunto de autores que analisam as diferentes abordagens do território e os processos de territorialização e de des-re-territorializão, alguns dos quais já referidos como Sack, Lefebvre, Raffestin, Haesbaert , Saquet e Gottmann.

A leitura destes autores permitiu concluir que a nova gestão territorial possibilitou uma análise geográfica mais criativa e inovadora do uso do território, isto porque não só admite a multiterritorialidade como possibilita a construção e apropriação, por vezes de forma emocional, de novos territórios. Num movimento cíclico, após a negação do território, surge a construção de um novo território.

Sobre esta nova possibilidade territorial, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997:224 *apud* Haesbaert, 2004a:127) teorizam, no campo filosófico, o conceito de desterritorialização que representa um processo de fuga, de abandono ou de destruição do território, seguido de um movimento de reterritorialização ou de construção de um novo território, com nova escala temporal e espacial, com novas funções e distintas relações humanas e espaciais. Aliás, esta questão da construção de um novo espaço já havia sido mencionada por Lefebvre (1984) quando apresenta a sua teoria sobre a "produção do espaço".

Verifica-se um novo controlo de fluxos e o comando de redes materiais e imateriais. É um processo relacional, des-re-territorializador, onde o território se torna complexo, flexível e híbrido, uma vez que está estruturado numa rede com múltiplas escalas e sustentado pelas novas tecnologias de informação.

Significa isto que, também aos olhos do geógrafo, não estamos apenas perante a formação de novos territórios mas também, e face à insegurança e ao risco, à constituição de novos limites territoriais ou de novas fronteiras, gerando um processo seletivo e concomitante de contenção e de libertação de fluxos materiais e imateriais. Isto porque o ser humano defende as suas especificidades histórico-sociais e geográficas, decidindo os seus pontos de referência intocáveis. E, pese embora as alterações no seio das famílias nucleares, mas também na sua comunidade ou no seu espaço de pertença, há sempre uma "luta" pela manutenção dos elementos que lhe conferem identidade cultural como a língua ou a religião, incluindo as suas raízes genéticas e familiares.

Também neste ponto destacamos a religião como um fator que está implícito em muitos de movimentos militaristas, nacionalistas ou separatistas que, nalguns casos, se associam a razões políticas e a estratégias de poder e de controlo dos territórios. Muitos destes movimentos proclamam uma identidade ou uma afiliação única, pretendem que todas as pessoas pertençam a uma única coletividade sem, por isso, considerar a possibilidade de interação e de partilha de identidades múltiplas.

Segundo o relatório "Religious Hostilities Reach Six-Year Hig" da responsabilidade de Pew Research Center, publicado 2014, verificou-se o aumento do número de países onde ocorreram situações de hostilidade social e governamental de índole religiosa, em particular no Médio Oriente e Norte de África e na região da Ásia-Pacífico. Em países como o Paquistão, Egito, Afeganistão, Índia, Somália, Israel, Irão, Palestinia ou Síria têm aumentado as situações de profanação de lugares sagrados, agressões físicas, prisões e

detenções ou discriminação no acesso à educação, habitação ou trabalho de membros de um grupo religioso.

A mesma organização indica que, em 2013[69] e num total de 182 países incluídos no estudo, os cristãos eram o grupo religioso mais perseguido (102 países), logo seguido dos muçulmanos (99 países) e dos judeus (77 países). No conjunto, estas situações permitem evidenciar que a religião é uma variável explicativa e interveniente nos conflitos internacionais, que muitas vezes não correspondem a dois sistemas religiosos opostos mas a movimentos ou a grupos divergentes dentro do mesmo sistema religioso. Nalguns destes casos podem ocorrer situações em que não se verifica a mobilidade ou o deslocamento físico dos indivíduos.

Haesbaert (2010:540) associa esta defesa dos elementos identitários ao "fechar" dos territórios e à construção de "muros" ou de "cercas", que perpassam as mais variadas escalas, desde a internacional à regional e à local, com a finalidade de controlar a mobilidade, a apropriação e o domínio por parte de determinados indivíduos, grupos ou comunidades inteiras. O espaço geográfico é fragmentado no sentido em que se erguem confinamentos espaciais, os que se encerram e escondem porque perturbam, mas também os que se autoprotegem do exterior (Fernandes, 2006:61).

A nível internacional, é bem visível a edificação de muros para bloquear a entrada de migrantes, como acontece na fronteira entre o México e os Estados Unidos da América ou por questões mais políticas e económicas, como o muro que se ergueu entre as duas Coreias ou entre o Irão e o Afeganistão. Mais recentemente, em setembro de 2015, a Hungria está a construir um muro junto à fronteira com a Sérvia, destinado a travar a entrada de imigrantes ilegais.

Em termos religiosos, é assinalável o chamado "muro da vergonha", que Israel construiu no território palestiniano (figura 1), impedindo a circulação e a expansão da população palestiniana que é obrigada a viver em guetos, ou então o exemplo do muro irlandês que perdura desde 1969 e que divide, entre outros, os bairros católicos e protestantes das cidades de Belfast (figura 2), Derry e Portadown.

[69] Pew Research Center publicou em fevereiro de 2015 o relatório "Latest Trends in Religious Restrictions and Hostilities" onde é possível analisar os países e as religiões implicadas em situações de perseguição social e governamental.

Figura 1: Imagem parcial do muro de Israel
Fonte: https://upload.wikimedia.org, 2015

Figura 2: Imagem parcial do muro na cidade de Belfast

Fonte: https://desconstruindorhani.files.wordpress.com, 2015

À escala local, a questão dos "muros" é percetível nas situações em que são construídos os "guetos voluntários" (Bauman, 2003:105 *apud* Haesbaert, 2004a:212), que privatizam o espaço de uma forma assinalável, no sentido de alcançarem a auto proteção, evitando o contacto com o mundo exterior, que já não é possível controlar (Fernandes, 2011:33). São exemplos os condomínios privados fechados típicos da sociedade norte e latino-americana ou então, numa outra realidade, as favelas típicas do Brasil, em particular no Rio de Janeiro, que se pretendiam fora do campo visual dos turistas, mas que atualmente são locais de atração turística.

Para Haesbaert (2004a:26), a desterritorialização é uma condição espacial que representa um conjunto de "*fenómenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de facto impossibilitados de construir e exercer efetivo controlo sobre os seus territórios, seja no sentido de dominação político-económica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural*" (Haesbaert, 2004a:312). É uma "privação de território" e uma impossibilidade de dominar e de controlar o território individual ou coletivo.

O mesmo autor distingue três dimensões da desterritorialização, vinculadas a diferentes conceções de território: 1) dimensão económica, que resulta da mobilidade crescente do capital e das empresas, incluindo a deslocalização das empresas e a autonomia face às questões locais e territoriais e a instantaneidade nas transações financeiras e na circulação do capital; 2) dimensão política, que advém da permeabilidade das fronteiras nacionais e da fragilização do Estado-nação; e 3) dimensão simbólico-

-cultural, que corresponde à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural que lhe seria correspondente (Haesbaert, 2004a:171-172).

Os exemplos são muitos e têm diversas origens, desde as ambientais (como a ocorrência de terramotos ou a construção de barragens), às económicas (como a procura de trabalho noutros países), às políticas (como as guerras civis) ou, de forma genérica, às sociais (como o processo de migração cidade-campo).

De facto, a pós-modernidade criou uma "massa" ou uma "multidão" que faz parte dos movimentos globais de exclusão, de pobreza crescente, de desordem ou de violência organizada. São exemplo destas "massa", o número extraordinário de refugiados que chegam à Europa vindos de países como a Eritreia, Gâmbia, Somália, Nigéria, mas também da Sérvia, Síria, Afeganistão e do Iraque. Em setembro de 2015, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, estimava que os 28 Estados Membros devem estar preparados para acolher cerca de 120 mil refugiados.

Muitas destas situações são reflexo da grande instabilidade, da insegurança e da precarização das condições básicas de vida e/ou a negação da sua expressão simbólico--cultural e religiosa, como acontece nos demais espaços fechados e isolados da comunidade.

Foucault (2006) recorre à sociedade disciplinar para revelar que a sociedade escondeu todo aquele que perturba a ordem social e a segurança, como os antigos campos de concentração, os guetos criados pelo sistema de *apartheid*, as prisões ou mesmo alguns hospitais psiquiátricos e sanatórios. Nestas situações, há a rutura com o mundo externo e a pertença proteção das nacionalidades, da composição étnica ou religiosa, do estatuto social e económico, do poder político ou da saúde pública. Assim, a formalização destes aglomerados de exclusão e de "exclausuramento" são, para Haesbaert (2004a:251), um processo de re-desterritorialização. De forma ambígua, este território está marcado por barreiras físicas que separam os incluídos e os excluídos, os de diferentes etnias e os grupos mais ou menos violentos (Haesbaert, 2004a:275).

Concluímos então que, na era da globalização, a desterritorialização não é a ausência total de espaço, pois estamos perante um novo processo, novas métricas, uma nova escala de análise, uma nova realidade espacial criativa e transformadora, um novo leque de experiências e de relações territoriais, de novos contextos e pontos de referência

que resultam da adaptação da geografia às circunstâncias globais de multiplicidade, de instantaneidade e de simultaneidade.

A desterritorialização enquadra-se nas circunstâncias descritas de globalização, da emergência do neoliberalismo, da reestruturação da produção industrial, da flexibilização do mercado de trabalho, da mundialização da economia e da internalização dos fluxos e na alteração do padrão tecnológico (incluindo as atividades ligadas ao ciberespaço). Não há o suporte de uma rede espacial física e material e pode significar a destruição das barreiras territoriais, o "retraimento" territorial ou a perda de importância da localização, do espaço ou do território. De uma forma genérica, Kenichi Ohmae adverte *O mundo sem fronteiras* (1990) ou *O fim do Estado-nação* (1996), Bertrand Badie escreve *La fin des territoires* (1995), Richard O'Brien (1992) e Paul Virilio (1997) admitem *O fim da geografia* e Thomas Friedman defende que *O Mundo é um plano* (2005).

Pese embora a desterritorialização, no sentido de precariedade social, signifique a desvinculação ou o desprendimento cultural de lugares específicos, ou o desenraizar, o dissolver ou o deslocar das relações humanas no espaço e no tempo, ela nunca pode ser assumida como a perda absoluta da importância da localização e da espacialidade ou da desvalorização das distâncias. Para Haesbaert, isso não passa de um mito (Haesbaert, 2004a; M. Santos, 2001). Mesmo no caso dos Estados-nações, a questão nunca pode ser centrada no seu desaparecimento espacial e na perda total de poder na cena cultural mundial, mas antes na perda de soberania total ou de algumas das suas funções; ou seja, concordamos que a desterritorialização não é o fim do território, nem a ausência de uma vivência sem território ou sem territorialidade, mas uma perda de algumas referências espaciais, um desenraizamento por vezes involuntário e a perda de autonomia e de liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico.

Entendemos a desterritorialização quando, ponderando a liberdade e o bem-estar humano, ocorrem situações de privação material ou simbólica dos territórios, de acesso a lugares económicos, a recursos, à habitação ou tão somente a outros lugares que são essenciais na construção da identidade e da territorialidade de cada ser humano, de cada grupo, de cada comunidade. Também aqui destacamos a questão religiosa, sendo comum a destruição de igrejas, como aconteceu em março de 2015 na cidade de Lahore, no Paquistão, destruindo os lugares sagrados dos cristãos e impedindo-os do culto comunitário e forçando-os à perda de laços com estes lugares sagrados ou, eventualmente,

com a comunidade. Em particular nestas circunstâncias não é possível alcançar o sentimento de segurança ontológica definido por Giddens (1991).

A deslocalização económica, a fragilização das fronteiras políticas, em particular as fronteiras estatais, e o hibridismo cultural são fatores apontados por Hesbaert (2004:32) para demonstrar este desencaixe do espaço-tempo e o consequente efeito nos demais problemas de desenvolvimento das populações, onde incluímos a desintegração social e a deslocação das relações sociais no tempo e no espaço.

A pós-modernidade aceita que as culturas nacionais "costurem" uma união que não subordina todas as diferenças culturais assentes na etnia, no género, na religião, entre outras. Poderíamos falar do enfraquecimento das identidades nacionais, cada vez mais expostas a influências externas, uma vez que os seres humanos reforçam outros laços e lealdades culturais para além do Estado-nação ou, como Appadurai (2004:38) defende, "*a emergência de um mundo político pós-nacional*". As identidades globais[70] e nacionais são

[70] Ainda hoje prevalece a ideia de que o Estado-nação ou a cultura nacional são as primeiras raízes da identidade cultural (Hall, 2005:47). Atuam como um foco de identificação, como uma fonte de significados culturais, um sistema de representação coerente e centrado, permitindo consolidar o sentimento de pertença e reforçar o poder na cena cultural mundial.

As culturas nacionais não fazem parte dos nossos genes, mas representam a nossa natureza essencial, que nos situa numa nação, que nos une a outros seres membros da mesma comunidade, em torno da partilha dos mesmos lugares, eventos, histórias, tradições, instituições culturais, costumes e símbolos nacionais, onde incluímos a bandeira, a moeda, o hino e a língua.

Na pós-modernidade, os elementos essenciais de caráter nacional permanecem imutáveis, sendo disso exemplo os direitos legais e de cidadania. De facto, pese embora as mudanças e as profundas divisões internas que ao longo da sua história, prevalece a unificação através do exercício de diferentes formas de poder cultural (Hall, 2005:62). É precisamente deste domínio que as grandes civilizações mundiais são detentoras, o qual tentam defender, ao ponto de Huntigton (1997:21) considerar que os fatores culturais têm mais destaque do que os fatores económicos ou ideológicos. As rivalidades culturais entre as civilizações dão origem ao "choque das civilizações" ao nível cultural e ao longo das linhas de fratura que entre elas subsistem.

No entanto, as identidades que são de forma aparente globais continuam a assumir um papel relevante. A crescente tendência da globalização favoreceu a constituição de um "mapa nacional-cultural do mundo" (Appadurai, 2004:31), de um mundo como uma *unidade global* (Robertson, 1992), de uma *cultura global* (Featherstone, 1991) ou "cultura-mundo" (Lipovetsky e Serroy, 2008). O progresso científico e tecnológico e a difusão dos meios de transporte e comunicação, permitiu a fragmentação dos códigos culturais, novos sistemas de mediação de valor, novos critérios para as relações de troca de bens e produtos, novos julgamentos das necessidades que, no conjunto, resultaram numa multiplicidade de padrões, de nichos de consumo e estilos de vida difundidos de forma global. Em particular nas sociedades ocidentais, tudo o que consumimos é importado de diferentes culturas, sendo evidente a disseminação e a receção no seio das camadas mais jovens das grandes cadeias multinacionais de restauração e bebidas, como o Mac Donalds ou a Coca-Cola, ou de marcas de calçado e roupa como a Gap, a Levis, a Nike e a Adidas. A estas marcas juntam-se outras criadas pela indústria do cinema, da televisão, do vídeo ou mesmo da música que, em conjunto, conseguiram conceber a ideia a partir do ponto de vista de que o ocidente triunfou na cultura não-ocidental.

Porventura, estamos cientes de que esta tentativa de uniformização dos consumos está alicerçada numa força ocidental, ou pelo menos americana, que criou, após o efeito da Guerra Fria, uma série de instrumentos de homogeneização, engrossando a influência sem precedentes e que ultrapassa a questão linguística. Mas o processo de globalização não é sinónimo de padronização das identidades globais ou das desigualdades e, neste contexto, Milton Santos (2001:19) acredita que a globalização não passa de uma

aparentemente uniformes e a identidade territorial global, identificada com as expressões de "aldeia global" ou de "cidade universal", está mais vincada no plano simbólico permitindo apenas uma "consciência-mundo".

A proliferação das identidades locais, regionais e comunitárias tem assumido um maior peso no processo de identificação e posto a descoberto a força das singularidades, dos localismos e dos regionalismos diferenciadores na heterogeneização das identidades e das desigualdades espaciais. Veja-se o caso espanhol do País Basco, cuja busca incessante de autonomia política assenta na defesa da identidade basca diferente da identidade espanhola nacional.

São cada vez mais frequentes as lutas nacionais-regionalistas de forte base territorial, o controlo das acessibilidades por forma a travar os fluxos migratórios, o acesso e o controlo dos recursos naturais que enfatizam a importância da dimensão espacial na sociedade. A perda de controlo político-económico e de apropriação do território simbólico-cultural criaram situações generalizadas de insegurança, de incerteza, de ambivalência, de alienação e de vulnerabilidade nas relações humanas e nas relações com o espaço (cf. Giddens, 1991; Massey, 1994). O desejo e a concretização da mobilidade material gerou a falta de familiaridade com as pessoas e com os lugares e tornou instantânea e imprevisível a sucessão dos acontecimentos mundiais, gerando uma nostalgia pela pureza perdida, pela estabilidade e pela coerência que a vida simples e tradicional inspira (cf. Hall, 1995).

Face a esta perda consciente de orientação e de unidade, assistimos na atualidade a um ressurgimento do interesse pela etnia, dos movimentos fundamentalistas e nacionalistas reacionários, dos localismos competitivos, dos movimentos racistas e neofascistas, em particular na Europa Ocidental e Oriental. Estes movimentos incorporam a necessidade de voltar a representar uma cultura fechada, confinada e interdita aos "outros" e, por isso mesmo, exercem o seu poder, nem que seja pela diferença que representam e pelo território delimitado que ocupam, nalguns casos assumindo uma forma territorial semelhante a guetos urbanos. A identidade cultural e territorial destes movimentos é exacerbada pois leva-os, muitas vezes, a uma atitude sectária e parcial, intolerante e dominadora, nalguns casos suicida, transformando-os em assassinos ou

fábula, que constrói territórios e lugares esquizofrénicos, que cria um nova ordem e uma contra-ordem, pondo em causa o sonho de uma cidadania universal.

partidários dos assassinos. A sua visão do mundo é enviesada e distorcida (Maalouf, 1999:41), pois, ao sentirem-se ameaçados, procuram assegurar a sobrevivência dos seus e agem em legítima defesa e com excessos, sem que isso implique "manchar" a sua consciência. Em termos geográficos, estes grupos entendem possuir o território como se tivessem o pleno "direito de solo" e é neste contexto que Prévent associa este mau uso da territorialidade ao terrorismo a que designa de "territorialismo" (Brunet *et al*, 1993:481 apud Haesbaert, 2004a:180).

Em termos religiosos, mas também políticos, económicos e territoriais, o fundamentalismo islâmico representa na atualidade um marco-chave no controlo do território e da população, sendo que nos últimos anos ganham visibilidade as comunidades do Irão, do Egito, da Argélia e da Índia (Hall, 1995 apud Oakes, 2005:272).

Milton Santos (2001:19) considera que estamos perante uma "globalização de perversidades" e Beck, Giddens e Lash (1997b:8) perante uma "sociedade de risco". Isto porque os riscos sociais, culturais, religiosos, políticos, económicos, ecológicos e individuais constituem uma cadeia sistémica e escapam ao controlo das instituições para o controlo e para a proteção da sociedade industrial, pondo em causa o bem-estar físico e psicológico das comunidades. Indica que o sentimento de insegurança decorre de situações muito concretas: "*em vários grupos culturais e continentes isso é associado ao nacionalismo, à pobreza em massa, ao fundamentalismo religioso de várias frações e credos, a crises económicas, crises ecológicas, possivelmente guerras e revoluções, sem esquecer os estados de emergência produzidos por grandes catástrofes - ou seja, no sentido mais restrito, o dinamismo do conflito da sociedade de risco*" (Beck, 1997a:14).

Para Giddens (1991:92), na transição das sociedades pré-modernas para as sociedades modernas, os focos de confiança e de segurança ontológica, como as relações de parentesco, a comunidade local, as cosmologias religiosas e a tradição, sofreram profundas mudanças, suscitando um novo ambiente de risco.

Às ameaças das forças não-humanas associadas à natureza, como o vulcanismo, os abalos sísmicos e os furacões, foram acrescentados outros perigos resultantes da reflexividade da modernidade, do pensar e do dominar a natureza. A segurança íntima dos seres humanos e de toda a população mundial é abalada por esta sensação de suscetibilidade e de insegurança e pelo sentimento de vulnerabilidade ao perigo face ao aparecimento inesperado de uma catástrofe natural. Exemplificamos com o Tsunami Sumatra-Andaman que, no ano de 2004, avassalou o sudoeste asiático, em particular a

Indonésia, seguindo-se o Sri Lanka, a Índia e a Tailândia, ou mesmo uma catástrofe ecológica como a que aconteceu em 2002 na Galiza, com o derrame de crude do petroleiro Prestige, e em 2012 em França, com o naufrágio do navio Erika, com consequências idênticas.

Seguem-se as ameaças nucleares, sendo de assinalar não apenas os problemas inerentes à segurança das centrais nucleares, como aconteceu no Japão, em 2011, com a Central Nuclear de Fukushima I, mas também à ameaça permanente de posse de armamento nuclear por parte de um número avultado de civilizações, como os Estados Unidos a América, a Rússia, o Reino Unido, a França, a China, a Índia, a Coreia do Norte, o Paquistão e Israel, entre outras. No caso destes acidentes químicos ou nucleares, o risco é visível com a desterritorialização que provoca, impedindo a ocupação humana e obrigando a um deslocamento maciço e, por conseguinte, a ocupação de novos espaços e a criação de novos territórios .

Para além destas catástrofes, Giddens (1991:112) acrescenta a derrocada da economia global e a explosão descontrolada da população que, acrescentamos, está associada a um crescimento populacional, nalguns contextos descontrolado e a uma crescente mobilidade influenciada por movimentos transnacionais, transfronteiriços e pelas migrações multidirecionais.

A Europa, tal como em muitas áreas do globo, tornou-se num espaço híbrido, multi-identitário e onde se sentem e vivem multipertenças, nem sempre fáceis de preservar e de conviver. A Europa transformou-se num continente multipartilhado por um conjunto alargado migrantes cujos principais países de origem são, entre outros, Turquia, Marrocos, Albânia, China, Ucrânia, Rússia, Índia e Argélia. Em termos numéricos, o Eurostat indicou que, a 1 de janeiro de 2012, o número total de não nacionais (pessoas que não são cidadãos do respetivo país de residência) que viviam no território de um Estado-Membro da UE era de 20,7 milhões de pessoas, o que representava 4,1 % da população da UE-27 (Eurostat, 2012). Em termos absolutos, os países que acolhem o maior número de população estrangeira são a Alemanha, a Espanha, a Itália, o Reino Unido e a França.

Também a América Latina é um continente heterogéneo e de mistura cultural, onde prevalecem as territorialidades híbridas resultantes de um cenário colonial a partir da interpretação de culturas indígenas, ibérias, africanas, hindus (no Caribe e na Guiana) e ítalo-germânicas (Haesbaert, 2004a:231).

Significa que a distribuição e a mobilidade populacional por conter em si alguns riscos identificados por Giddens (1997a) e Haesbaert (2004a). De facto, subsiste a ideia de que cada vez menos pessoas têm um sentido estável de pertencer a um lugar particular, pois sentem que pertencem, em simultâneo, a vários grupos ou comunidades e a vários territórios ao mesmo tempo. Maalouf (1999:47) acrescenta que a sociedade está dividia e alguns homens e mulheres transportam em si pertenças contraditórias, que vivem na fronteira entre duas comunidades opostas, seres atravessados pelas linhas de fratura étnicas, religiosas ou outras.

Trata-se de uma condição generalizada de falta de "casa" ou de um lugar onde naturalmente pertencemos, sendo esta situação mais marcante quando estamos perante "novos nómadas", refugiados ou exilados, migrantes, deslocados e povos sem Estado que procuram através da mobilidade espacial a integração social e o encontro de referências estáveis. Todas estas situações, a que juntamos os viajantes e os turistas, são reflexo da crescente mobilidade das pessoas e efetivamente de uma possível desterritorialização cultural.

Georg Simmel, na obra *Soziologie* (1908), analisou sociologicamente a vida moderna e a questão da mobilidade como fator de proximidade e afastamento e de indiferença e envolvimento. Defende a existência de um outro "eu" – o "*estranho*", o "*estrangeiro*", o "*andarilho*", metáforas que forjam a noção de identidade fixa e a aceitação de um "outro" estado, que representa uma nova forma específica de interação entre os seres humanos e uma relação orgânica e simbólica com o espaço (Simmel, 1971 *apud* Oakes, 2008:313). Também Bauman (2007:97-106) contrapõe o "peregrino" da era moderna aos seus sucessores – o "deambulador", o "vagabundo", o "turista" e o "jogador" –, todos fogem à ligação e à fixação e representam relações humanas fragmentárias e descontínuas.

Consideramos que o contributo destes autores não é apenas a construção destas metáforas, mas, antes, alertar para o facto de a identidade e a territorialidade pós-modernas serem muito confusas, "*não é pois surpreendente que haja uma componente considerável de esquizofrenia na personalidade pós-moderna – o que em certa medida poderá dar conta da inquietação, inconstância e indecisão manifestas das estratégias de vida adotadas*" (Bauman, 2007:105).

E também aqui concordamos com Lash (1997:143), que adverte que "*o problema é precisamente como podemos enfrentar não tanto as ameaças ambientais, mas as psíquicas*

e as sociais, e manter níveis razoáveis de ordem e estabilidade nas nossas personalidades e na sociedade. A sua resposta é através da mediação dos sistemas especialistas".

Não existem mais perigos do que outrora, mas, na atualidade, sofremos com os efeitos colaterais da ação humana, pois estes são criados por nós próprios, daí as expressões de reflexividade e de autotransformação. Provoca uma "incerteza fabricada" (Giddens, 1997b:219) e resulta num sentimento de insegurança face à perda de qualidade de vida, à repressão social e à violência, à pobreza, ao desemprego, à fome, ao abandono da educação. Resulta também nos perigos associados à segurança íntima dos seres humanos, como os medicamentos, os alimentos, as dietas alimentares, as doenças e os relacionamentos sociais.

A nível social diz-se que prevalece a falta de horizontes, a redução da personalidade, o enfraquecimento da solidariedade e da visão do mundo ou o mal estar espiritual e moral como o individualismo, o egoísmo, o cinismo, o consumismo competitivo, a corrupção e a competição desmesurada. Desta parte inclui-se também a perda de laços com a religião, o secularismo, o laicismo ou o ateísmo que, no caso da Igreja Católica resulta na diminuição do número de crentes e na perda de laços com os rituais e práticas católicas, mas também com os lugares sagrados.

Em suma, não estamos perante "*uma sociedade livre de conflitos, humanamente digna, virtuosa e racional, mas uma mistura altamente arriscada composta de novas inseguranças e novas possibilidades, novos riscos e novas possibilidades, novas exigências e novas liberdades, finalmente, a sociedade de riscos, caracterizada por ambivalências, contradições e conflitos*" (Westphal, 2010:432).

Pese embora esta constatação de que estamos numa sociedade repleta de riscos, concordamos com Milton Santos (2001:174), que entende que o processo de globalização, que criou estes mesmos riscos, não é irreversível. Não basta que se completem as duas grandes mutações em curso: a mutação tecnológica mais flexível e adaptada a todos os meios culturais; e a mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e do próprio planeta.

Para os geógrafos, e centrando o nosso olhar na análise espacial, considera-se importante construir uma sociedade onde esteja democratizado o acesso à multiterritorialidade e à convivência de múltiplas territorialidades, onde estejam sempre abertas as possibilidades para a reavaliação das nossas escolhas e a consequente criação

de outras territorialidades ainda mais igualitárias e respeitadoras da diferença humana. Isto porque o mundo não foi feito para as elites privilegiadas mas para albergar toda a humanidade com as suas diferentes identidades e, desta forma, temos de procurar colmatar ou, pelo menos compreender, as desigualdades entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização (Haesbaert, 2004a:371).

No ponto seguinte deste capítulo iremos mostrar a importância dos lugares sagrados face aos contextos de desconstrução ou da emergência de uma sociedade de riscos descrita, entre outros, por Giddens, Lash ou Beck.

2.2. A dimensão espacial da religião: os lugares sagrados, o território e a territorialidade religiosa

O estudo geográfico dos lugares sagrados veio dar consistência à tese de que a localização e os lugares têm uma importância crucial no mundo contemporâneo. Os lugares sagrados demonstram a importância da geografia está viva e refletem a sociedade complexa e flexível em que vivemos. Evidenciam o poder e o papel diferenciador que a religião tem na construção e na apropriação dos territórios.

A religião possui uma dimensão espacial. As crenças e os comportamentos religiosos estão relacionados com o modo de vida, com as experiências espaciais, com os lugares sagrados e com a territorialidade religiosa. Tem uma dimensão espacial porque está presente nos ciclos espácio-temporais dos indivíduos e das comunidades, implicando movimentos, fluxos, direções, rotinas e rituais. Há, portanto, um conjunto de categorias de interação (material e tangível ou imaterial e intangível) que permitem a dimensão espacial, das quais destacamos a prática de adoração diária ou apenas de passagem, a prática de adoração associada a um evento religioso como as peregrinações ou apenas a prática imaginada associada à vida depois da morte ou à reincarnação (Stump, 2008:329-330).

Os elementos sagrados manifestam-se, moldam e constroem o espaço. É através da materialização espacial que acontece o relacionamento entre os seres humanos e os elementos religiosos, sendo importante averiguar as consequências espaciais desta relação.

Nos estudos geográficos, é atribuída importância aos conceitos de lugar e de espaço sagrados, à territorialidade religiosa no espaço secular, à paisagem religiosa, aos fluxos, à difusão e às dinâmicas espaciais dos sistemas religiosos, à representação mental de um crente e, entre outros temas, ao contexto das crenças e das práticas religiosas (Stump, 2008:18-19).

Através da leitura destes conceitos, é possível, ainda que de uma forma incompleta, analisar o impacto espacial da religião, as variações espaciais dentro do mesmo sistema religioso e entre países, mapear os movimentos, as dinâmicas e os fluxos populacionais de índole religiosa e definir os padrões globais dos sistemas religiosos. É também possível, a uma outra escala, aprofundar a compreensão da sacralidade dos lugares e o aparecimento das cidades, a função religiosa das cidades santuário ou das hieropólis,

analisar a espacialidade dos rituais religiosos, com destaque para as peregrinações, a formação das paisagens culturais e religiosas, a distribuição de alguns bairros urbanos, a distribuição de plantas e as suas utilizações por motivações religiosas.

Assim, a geografia da religião procura analisar a questão da religião e da espiritualidade, não no sentido teológico ou filosófico, mas tendo presente a materialização espacial dos elementos do sagrado e da relação que o ser humano crente estabelece com o território. Os elementos espaciais são o suporte físico da relação entre o ser humano e a divindade e estão sujeitos às influências materiais e simbólicas desta relação. São também, nesta perspetiva, o suporte da identidade e da territorialidade individual ou coletiva.

Estes são os temas mais genéricos e que identificamos como sendo do âmbito da geografia da religião, mas que se desenvolvem consoante o contexto pessoal, institucional, académico e até mesmo social em que o pensamento é produzido.

Partindo desta abordagem sobre a dimensão espacial da religião, concluímos que, no contexto da pós-modernidade, caracterizado pelo processo mais amplo de globalização, a questão da localização dos lugares sagrados ou dos territórios religiosos adquire um significado especial, uma vez que evidencia a apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, também ele objeto de mudança. De facto, a religião, pela sua inerente geografia, contrapõe a ideia de "retraimento" territorial, de perda de importância da localização ou de desterritorialização social, no sentido de anulação do espaço ou apenas da perda de simbolismo dos lugares, e reforça e valoriza a importância dos lugares na vida quotidiana e na integração social das pessoas.

2.2.1. A importância dos lugares sagrados para a consolidação da identidade territorial

No âmbito da geografia da religião, o que confere integridade aos lugares é o facto de serem sagrados; ou seja, na geografia, os lugares sagrados destacam-se do mundo natural, comum ou profano, transportando o ser humano para uma realidade qualitativamente diferente. Embora nem sempre seja possível, no contexto pós-moderno e face às novas formas contemporâneas de religiosidade, encaixar esta dicotomia, o homem tem a possibilidade de assumir duas modalidades de ser no mundo, ou sagrado ou profano, dois mundos que, segundo Durkheim (2002:42-43), nada têm em comum, existindo entre ambos um vazio lógico.

Mircea Eliade, na obra *Tratado das Religiões* (1957), apresenta também esta perspetiva opondo o sagrado ao profano e identificando a "hierofania" como o processo de transformação, de consciência e de reconhecimento de um espaço profano num espaço sagrado. Para Eliade, não se trata de uma escolha do homem, mas de um processo de descoberta e de revelação do próprio espaço, ou seja, "*a noção de espaço sagrado implica a ideia de repetição da hierofania primordial que consagrou este espaço transfigurando-o, singularizando-o, em resumo: isolando-o do espaço profano envolvente*" e "*a continuidade dos lugares sagrados demonstra a autonomia das hierofanias, o sagrado manifesta-se segundo as leis da sua dialética própria e esta manifestação impõe-se ao homem de fora. Supor que a «escolha» dos lugares sagrados é deixada ao próprio homem é, ao mesmo tempo, tornar inexplicável a continuidade dos espaços sagrados*" (Eliade, 2004: 456-458).

O processo de hierofania permite santificar o espaço e assegurar, no futuro, a sua vitalidade e a sua qualidade, uma vez que a perseverança, característica da hierofania, faz com que o lugar sagrado seja uma fonte inesgotável de força e de sacralidade, permitindo ao homem tomar parte desta força e comungar da sua inerente sacralidade (Eliade, 2004:456-457).

Eliade interpreta, para além da conversão dos espaços, os processos simbólicos que refletem as características espirituais associadas a características físicas e quais as implicações abstratas na delimitação de um lugar como sagrado. Assim, não só delimita o conceito de sagrado como procura uma morfologia dos lugares sagrados, baseada numa gama diversificada de factos sagrados e de sacralidades (Gil Filho, 2003:1)[71].

Tuan, no artigo "Sacred Space: Exploration of na Idea" (1979), analisa esta transição de um espaço comum para um espaço com poder e ordem, havendo uma separação e um acesso limitado, porque é do domínio dos deuses. Defende a ideia de totalidade e ilustra-a com a cidade de Jerusalém do Livro do Génesis, que simboliza a ordem cósmica, a justiça e a imagem de conclusão. Também numa visão dicotómica, Tuan (1979:84-89) identifica as características intrínsecas do sagrado como a luz e a escuridão, a estrutura e a anti-estrutura e o poder e a pureza.

[71] Também Kong (1992:21-22) retoma o conceito de Eliade e procura uma explicação para a assimilação dos lugares enquanto sagrados, distinguindo entre os que são palco de um acontecimento hierofânico (sacralidade intrínseca) e os que se tornaram sagrados por aí ocorrerem, práticas religiosas de uma forma duradoura (sacralidade extrínseca).

Segundo Tuan o elemento sagrado permite atribuir ao espaço um sentimento de "totalidade" de "cosmos"; ou seja, ao sentir e assumir um lugar como sagrado, estamos a transitar de um território desconhecido, um vazio e sem relação, que transmite o sentimento de caos, para um lugar que, depois de transformado simbolicamente, se torna consagrado e organizado na sua plenitude. É como se tratasse da passagem de um "não-lugar" descrito por Marc Augé (1995) para um lugar simbólico, palco de experiências intensas e carregado de um sentido de pertença muito particular. Ora, este lugar resulta de uma apropriação simbólica e transmite uma plenitude e uma segurança ontológica capaz de, na maioria das circunstâncias, ultrapassar os riscos e as fragilidades da sociedade pós-moderna, algumas descritas no ponto anterior. Em particular para os crentes, são os lugares sagrados que, num contexto de fluidez e de instantaneidade, transmitem segurança, conforto, firmeza, confiança da sua posição na sociedade e no mundo.

A aceitação de um lugar enquanto sagrado não é universal e depende da identidade religiosa dos seres humanos crentes e dos grupos ou sistemas religiosos e, de forma consequente, da visão, da perceção, do sentimento e da relação que estes estabelecem com os lugares sagrados.

Um grupo religioso, por necessidade, constrói e identifica determinados lugares como sagrados, estabelecendo uma relação muito forte, porque baseada em laços de pertença. Através destes lugares, o grupo religioso consegue unir-se aos elementos sobre-humanos, exteriorizando a sua fé através de símbolos e de rituais vividos em comunidade.

Ao nível interpessoal, os laços são mais ou menos fortes consoante a intensidade emocional, a intimidade (confiança mútua) e a relação de reciprocidade que existe entre as pessoas (Granovetter, 1973:1361). Ao nível espacial, a relação entre as pessoas e os lugares sagrados também difere consoante as intensidades, interações e hierarquias e compõem territórios únicos e complexos. Compõem também as paisagens pós--representacionais que são próprias de cada contexto e que combinam elementos materiais e imateriais.

Cada religião assume diferentes formas geográficas do sagrado, com elementos espirituais distintos e com atmosferas próprias de cada prática religiosa. Cada sistema de crenças tem necessidade de um espaço onde imprimir as suas próprias marcas, transformando-o segundo as suas orientações. Assim, os lugares sagrados estão associados a determinados sistemas religiosos que, face à sua evolução organizativa, se

vão transformando e hierarquizando. Trata-se de uma hierarquia complexa de lugares sagrados na medida em que as religiões se vão enraizando no espaço e envolvendo a sociedade, sendo possível identificar pontos fundamentais e secundários, cada um com o seu papel e com o seu significado.

Acresce que, se é verdade que cada sistema religioso possuiu os seus próprios lugares sagrados, também é verdade que cada crente tem os seus lugares sagrados de eleição, podendo a sua assunção e a sua hierarquia variar consoante a evolução da sua identidade cultural e religiosa. A importância dos lugares sagrados depende, nalgumas circunstâncias, da fase de vida em que o crente se encontra, mas também do seu percurso religioso.

A territorialidade e a rede de lugares sagrados é multi-identitária e vai sendo cada vez mais densa e suportada por múltiplas dimensões e escalas de lugares sagrados, resultado de um processo de acumulação contínua. Aliás, esta é a abordagem que retiramos do trabalhos de Saquet (2006:81) que, através das abordagens de Raffestin, Dematteis e Turri sintetza que o território e a territorialização como o resultado e condição de um processo histórico, onde ocorrem relações socioespaciais em diferentes níveis escalares (trans-escalaridade). Ou seja, é algo que se vai construindo ao longo do tempo e que pode ter múltiplas escalas, dimensões, relações, e intensidades.

Os espaços de culto e de pertença podem estar localizados no espaço vivido quotidiano dos crentes como podem também estar localizados para além deste limite geográfico e afetivo. Podem ser lugares comuns e centrais na hierarquia dos sistemas religiosos como as igrejas, os santuários, os templos ou as mesquitas, mas também lugares menos consensuais ou de importância secundária como as ermidas, os rios ou as montanhas. Dependendo da relação afetiva que cada crente estabelece, todos os lugares fazem parte da rede de territórios que permitem a integração dos crentes na sua comunidade de pertença.

Esta ideia de multiterritorialidade está associada à própria questão da identidade cultural, que deixou de ser fixa e estável para se situar num patamar de instabilidade e de mutabilidade face às alterações ocorridas no seio da sociedade pós-moderna. A identidade do ser humano não é composta por um único fator cultural mas pela geometria variável e pela justaposição de um conjunto alargado de fenómenos partilhados como, entre outros, a nacionalidade, a língua, a raça ou a religião. Estes fenómenos misturam-se numa amálgama identitária que permite definir a identidade do ser humano como híbrida,

fragmentada e mutável. Consideramos essencial aceitar que ao longo da nossa vida vamos juntando à nossa identidade novos fatores, que refazem continuamente o que somos e o que queremos ser no mundo.

Amin Maalouf (1999:10) em *As Identidades Assassinas*, analisa a sua própria identidade e denota que, pese embora tenha em si influências francesas e libanesas, sente que a sua identidade não se compartimenta, não se reparte em metades ou se delimita em margens fechadas. Ela é composta por todos os elementos que o moldaram enquanto ser humano, segundo uma dosagem particular, tornando a sua identidade compósita mas única, íntegra e coesa. Por um lado, esta combinação é o que confere identidade e riqueza a cada ser humano, pois cada um se torna singular e potencialmente insubstituível e, por outro lado, a estrutura da identidade é parcial e aberta, uma vez que somos sucessivamente afetados por diferentes sistemas de significação e representação cultural. Comportamos diferentes identidades, por vezes contraditórias, fomentamos novas identidades que possibilitam a produção de novos sujeitos (Laclau, 1990:40 *apud* Hall, 2005:17).

Significa isto que as características identitárias são muito mais históricas do que biológicas, na medida em que o sujeito vai construindo a sua identidade ao longo da sua própria vida e vai assimilando e tendo consciência das diferentes identidades consoante os momentos e as experiências que vive. O processo de identificação não é automático, permanece incompleto e está sempre a ser formado, renovado ou reconstruído, pois o sujeito pode ganhar ou perder, ao longo da sua vida, determinadas características que o identificam (Hall, 2005:37-38). Assim, ao longo do seu percurso de vida, vai mudando de comportamentos, opiniões, receios, ambições e crenças, de forma a situar-se no mundo e a sentir-se integrado no seio da sua comunidade de pertença[72].

Neste contexto, também a identidade religiosa decorre do que concluímos sobre a identidade cultural. A riqueza humana está, de facto, na possibilidade de definirmos as pessoas tendo em conta a sua identidade plural, as suas lealdades e interações múltiplas, ou seja, os diferentes grupos de pertença e os sentimentos que permitem a integração na sociedade.

[72] Através de Freud (1900) e de Lacan (1961-1962), foram incorporados no processo de identificação as emoções, os desejos e as fantasias, derrubando, por esta via, a visão fixa e unitária de identidade. A identidade, diz-nos também Hall, constrói-se, muitas vezes, pela diferenciação em relação ao "outros", a muitos "outros". E isso é particularmente relevante no caso da identidade religiosa.

Em muitos contextos, o ser religioso apresenta uma identidade religiosa consolidada, que o acompanha ao longo da sua existência, em todas as fases da sua vida, evoluindo consoante as suas experiências e vivências e sucessivas apropriações. Esta identidade tem também uma expressão demarcada nas suas múltiplas práticas sociais e nas suas vivências territoriais, permitindo misturar as mais variadas referências religiosas, algumas das quais contraditórias e independentes do sistema religioso ao qual pertence. Mesmo em termos religiosos, cada pessoa tem a possibilidade e a liberdade de definir as suas afiliações, valores e crenças. Sobretudo neste contexto atual, as filiações religiosas não são abrangentes nem exclusivas, não se definem por identidades únicas e por categorias de pertença singulares (Sen, 2006:33).

Assim, a definição e a aceitação de um lugar enquanto sagrado, por um lado, e o peso da religião e das questões do sagrado na vida do ser humano crente, por outro, variam consoante a fase da vida em que nos encontramos, conjugando, de forma dinâmica, a nossa visão e a nossa relação com os elementos do sagrado, a época histórica ou o contexto económico, político ou cultural em que nos encontramos.

Isto significa que a identidade religiosa e os lugares de pertença são definidos tendo em conta um contexto específico, as circunstâncias individuais e coletivas da sociedade, as escolhas e as prioridades de cada um, as relações e a integração com os outros. São muitos os fatores que interferem e que favorecem a multiterritorialidade religiosa que, por sua vez, sofre oscilações ao longo do percurso de vida dos crentes.

É notório que a experiência de um homem adulto é diferente da de uma criança e também nestas circunstâncias, são diferentes os sentimentos e as ideias que os relacionam com o lugar e com o espaço (Tuan, 1977:22; Frémont, 1980:23). A biologia condiciona o nosso mundo percetivo e, à medida que uma criança cresce, a ideia de lugar torna-se mais específica e geográfica, aumentando o interesse por lugares distantes e a consciência de distância relativa. Neste sentido, o homem adulto tem um conhecimento mais amplo da realidade e da complexidade dos espaços, sendo que o significado de lugar é o reflexo de um contínuo acréscimo de sentimentos acumulados ao longo da sua vida (Tuan, 1977:37). Em muitas circunstâncias, para um adulto um lugar sagrado faz parte da sua história de vida, do seu percurso religioso, tem associados significados, símbolos e imaginações muito própria e íntimas. Numa criança, a ausência de passado ou de referências não permite esta topofilia.

Significa que a alteração das características do sagrado depende da história pessoal do ser humano religioso e isto porque, quase sempre, o elemento sagrado percebido não se alterou nem perdeu a sua importância geográfica, o que mudou foi o próprio ser humano que, no decorrer da sua vida, vai deixando de ser o mesmo, assumindo outras aspirações e perceções do mundo e aumentando o conhecimento que tem dos lugares sagrados. O ser individual é mais suscetível à mudança do que a coletividade que só perante um acontecimento grave é que poderá afetar a base mental da sociedade (Durkheim, 2002:439-440).

Entendemos também que as características do sagrado e o peso da religião na formação da identidade do ser humano podem ser mais ou menos evidentes consoante a época que estamos a trabalhar. No contexto europeu, no período da Idade Média, por exemplo, a realidade do sagrado é em todo o lado evidente, sendo que o seu poder e a diferença face ao exterior não é posta em causa (Tuan, 1979:94). Foi um período em que o sagrado afetou, de forma mais visível e transversal, a todas os grupos da sociedade, a vida social, havendo correspondência entre o poder religioso e o poder político (teocracia).

Desta parte recorremos, ainda, às palavras de Saquet, demonstrando que há contextos e temporalidade que marcam cada período da história e geografia da religião: "*cada relação espaço-tempo pode(m) predominar certa(s) dimensão(sões) social(is) da constituição do território. Por isso, é importante contextualizar os processos territoriais em cada período e lugar, em constante movimento de des-continuidades, desigualdades e diferenças, envolvendo aspetos dos domínios natural e social*" (Saquet, 2006:82).

Impõe-se agora questionar a sua expressão na era moderna e pós-moderna, porque o sagrado perdeu a sua aura de diferença transcendental e de único guia na conduta do ser humano mas, porventura, criou novas formas de espiritualidade, novos espaços sagrados e novas territorialidades. Os sistemas religiosos e os crentes estão a adaptar-se à multiterritorialidade, à multiescalaridade e às múltiplas formas de relação e de interação.

Nas avançadas sociedades tecnológicas, os meios informáticos e de comunicação estão ao serviço da religião, desenvolvendo outras formas de experimentar, de viver e de sentir a fé, permitindo, em muitas situações, a mistura entre as escalas público e privado ou mesmo, local e global. A rádio, a televisão e a internet, incluindo as redes sociais,

criaram outras espacialidades e temporalidades, através das quais é possível participar em diferentes rituais vividos de forma individual ou coletiva (figuras 3 e 4). Os mídia permitiram participar em diferentes e distintos momentos de oração, tornando presente o mundo do sagrado nos mais diversos lugares da vida quotidiana dos crentes. Desde a casa ao local de trabalho ou aos espaços públicos, como cafés e centros comerciais, é possível encontrar formas de relação entre o ser humano e o espaço.

Figura 3: Jerusalém, 29 de dezembro de 1998: Shimon Biton encontra o seu telemóvel ao Muro Ocidental para que um parente em França possa fazer uma prece no lugar sagrado
Fonte: Agência France-Press, fotografia de Menahem Kahana

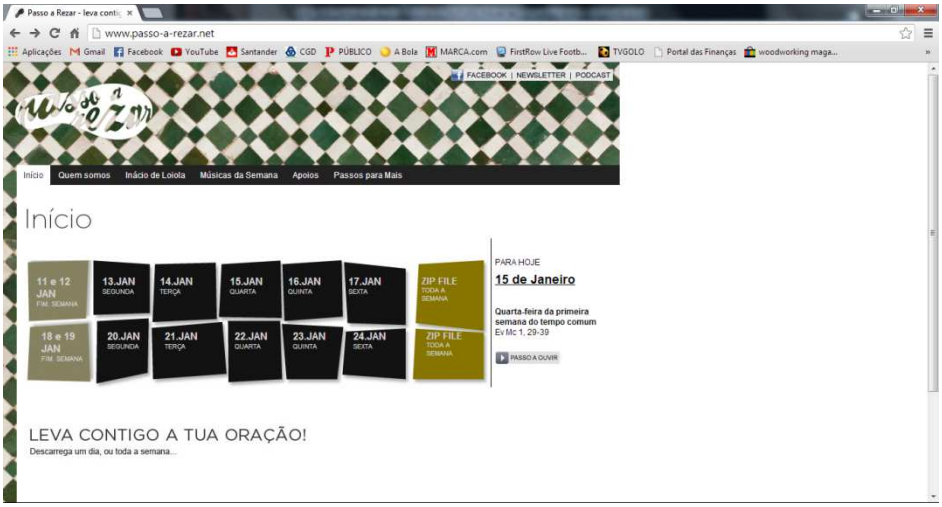


Figura 4: Site do Secretariado Nacional Apostolado da Oração da responsabilidade da Companhia de Jesus em Portugal
Fonte: http://www.passo-a-rezar.net/

Através dos meios de comunicação e de transporte, a população tem beneficiado de uma maior mobilidade, o que permitiu fomentar uma relação mais próxima dos lugares sagrados e, de forma paralela, um conhecimento alargado destes territórios que estão para além do espaço vivido e quotidiano dos crentes. Há manifesta necessidade e compromisso do crente experimentar e conhecer os seus lugares sagrados de pertença e, nesta medida, o crente parece aumentar a sua fé e tornar mais intensa a sua relação com o sagrado, comprometendo-se emocionalmente com ele. A era pós-moderna favoreceu este conhecimento e permitiu estreitar as relações com o sagrado.

Em termos espaciais, e assumindo esta carga intensa, que tanto atrai como repele, os lugares sagrados obedecem a uma escolha criteriosa que, apesar de não ser possível generalizar os seus princípios de localização (Sopher, 1967:49) está, muitas vezes, associada às características do lugar e à topografia, que favorecem a oração, a reflexão, o encontro entre os demais crentes e o sentimento de pertença a uma comunidade. Sopher (1967:47) faz a alusão que algumas religiões possuem uma geografia mítica e sagrada muito própria e que, muitas vezes, não corresponde à realidade "*não obstante a topografia do Paraíso, o Jardim do Éden, Valhalla, os Campos Elíseos, o Hades, o Inferno, e outras construções frutos das imaginações religiosas implicam a sacralização de alguns elementos da geografia*".

Partindo do pressuposto de que é difícil esquematizar os critérios que sustentam a escolha dos lugares sagrados, assumimos que podem estar dependentes da presença, atual ou passada, de uma personalidade com significância religiosa ou com uma credibilidade inabalável, como acontece em Xavier ou Loyola, duas cidades espanholas associadas à vida de S. Francisco Xavier e de Santo Inácio de Loyola, fundadores e missionários da Companhia de Jesus. Podem também ser lugares onde ocorreram eventos sagrados, como milagres ou revelações sobre-humanas, como sucedeu em Fátima, em Portugal, ou em Lourdes, em França. Podem ser lugares que estão associados à história dos próprios sistemas religiosos como acontece com Jersusalém, Vaticano, Meca e Medina, Hebron, Amritsar e, entre outros, de Varanasi, alguns dos quais são capitais religiosas ou centros organizados dos sistemas religiosos onde o elemento sagrado está presente. Podem ser ainda lugares associados a uma experiência que o ser humano presenciou ou viveu, sendo exemplo o caminho percorrido ou o ponto de chegada de uma peregrinação como a Santiago de Compostela. Podem estar relacionados com a paisagem natural e a

presença de elementos naturais ou topográficos como uma árvore, um rochedo, uma gruta ou um rio.

Amorim Girão (1958:10) ilustra esta identificação do sagrado com as características geológicas e topográficas dos lugares e com os acontecimentos miraculosos dos tempos antigos e modernos que aí ocorreram. Refere as "*regiões do globo onde a «maldição do calcário» pesa fortemente sobre a paisagem física e humana*" e destaca a Gruta de Belém na Judeia, a Gruta de Massabielle em Lourdes e a Boca do Cabeço em Fátima.

No Catolicismo, o caso português mais evidente é o Santuário Mariano de Fátima, uma dolina típica do modelado cársico, onde Nossa Senhora teria aparecido a Lúcia e aos irmãos Francisco e Jacinta. Este local transformou-se em sagrado, pelos acontecimentos religiosos e históricos que aí ocorreram. Semelhantes acontecimentos ocorreram noutras áreas cársicas conhecidas como a Basílica de Covadonga, nas Astúrias e o Santuário de Lourdes, em França.

No Islamismo, a topografia do lugar dá lugar à própria orientação do sagrado, neste caso a Meca e, por esta razão, Moles e Rohmer (1982:41) indicam que "*cada muçulmano transporta o seu tapete de oração, e, à hora conveniente, estendê-lo-á em qualquer lado, constituindo assim uma zona pessoal de sacralização temporária (…) independentemente de todo o «enraizamento»: já não há lugar sagrado, mas há direções do sagrado*".

Sendo visível a expressão espacial do sagrado, importa destacar as ideias esquematizadas por Stoddard (1979/1980) sobre a tipologia dos lugares sagrados, resumindo algumas situações típicas da sacralização dos lugares.

1) lugares tornados santificados como resultado de decisões não religiosas que, neste sentido, foram tomadas para a respetiva localização (por exemplo cemitérios muçulmanos ou cristãos);
2) lugares de manifestações tidas por sobrenaturais ou de ligação a acontecimentos importantes na história de certa religião;
3) lugares cuja sacralidade advém, no quadro de certas crenças, da especificidade de características topográficas particulares, tais como cumes montanhosos ou confluência de rios;
4) lugares cuja localização é vista como correspondendo a um ordenamento cosmológico, que implica uma organização espacial em harmonia com

determinadas conceções do universo. (Stoddard, 1979/1980 *apud* Santos, 2004:86)

Deste conjunto alargado de critérios e de tipologias de lugares sagrados destacamos as cidade-santuário[73] ou, no dizer de Rosendahl (2002b:46) as hieropólis. Isto porque muitos destes lugares se situam no topo da hierarquia dos sistemas religiosos, são centros urbanos organizados ou capitais religiosas, onde a função religiosa se destaca e impulsiona uma força centrípeta e de convergência de fiéis ou de turistas. Em torno de um lugar central de culto, como uma basílica, um santuário ou uma igreja, por exemplo, desenvolveu-se uma estrutura espacial formal e organizada, tendo em conta o número peregrinos ou de turistas que até aí se deslocam. Esta estrutura contempla serviços de apoio aos peregrinos ou visitantes, desde hotéis ou outro tipo de alojamento, restaurantes, cafés, lojas de recordações e de venda de objetos de culto que qualificam e densificam a parte profana destas cidades[74]. De referir que a importância destes centros religiosos é destacada quando, para além das peregrinações, aí ocorrem romarias, procissões ou outros rituais religiosos que permitem promover e valorizar o território.

São estas as características que distinguem os lugares sagrados dos outros lugares, permitindo perceber que a ideia de lugar sagrado está ao nível da experiência transcendente, extravasando os lugares comuns e associados às questões materiais. Tuan (1979:84), seguindo a mesmo posicionamento de Otto (2005:150), explica que o real significado do sagrado vai para além de imagens estereotipadas de templos, ou seja, de algo físico e monumental, para se situar no domínio da experiência e do sentimento que o ser humano crente nutre pelos lugares (cf. Borges, 2008/2009).

[73] Stump quando analisa as escalas do espaço sagrado, assume que muitas religiões definem cidades inteiras como sagradas e identifica quatro fatores que contribuem para a sacralidade das cidades: 1) manifestação de eventos históricos chave no desenvolvimento das religiões (ex.: Medina e Meca para os muçulmanos ou Jerusalém para os cristãos, judeus e muçulmanos, embora com razões históricas diferentes); 2) associação particular com as divindades, com personalidades sagradas ou com manifestações sobre-humanas (ex.: Lourdes em França com o aparecimento da Virgem Maria); 3) relação com centros de rituais, como centros de atividades, centros de peregrinação, entre outras práticas e, por último 4) desempenho de um forte papel organizacional e funcional no sistema religioso (ex. Roma no contexto do catolicismo romano) (Stump; 2008:314-317).

[74] Sobre o estudo das cidades-santuário destacamos Gilbert Rinschede que escreveu, em 1985, *The Pilgrimage Town of Lourdes*.

Tuan (1979) defende ainda que os lugares sagrados obrigam a uma maior atenção, a um modo de estar e de ser diferente, a uma seriedade moral, a um compromisso e a uma fidelidade. A sua aura transcendente permite ao crente um modo de estar mais introspetivo, contemplativo e que favorece a oração e a devoção. Associamos o ambiente de um lugar sagrado a algo transcendente, que envolve um mistério, um sentido de maravilhoso e belo, que transmite uma sensação de paz interior, quer seja pelo espaço físico, quer seja pela beleza da paisagem ou por algum elemento natural aí existente. Este ambiente propicia sentimentos de segurança, conforto e equilíbrio, uma vez que o crente conhece e experimenta estes lugares, reconhecendo-se nos ritos, nos símbolos e nos grupos que os frequentam (Santos, 2005:139).

O ser humano sente necessidade de viver num mundo organizado e onde se sinta contextualizado e familiarizado com o que o rodeia. O seu país, a sua cidade, a sua igreja, a sua casa são espaços com uma determinada ordem que, ao ser vivida e percecionada, permitem ao homem sentir plenitude e assegurar a segurança ontológica. Bachelard na obra *La poétique de l'espace* reforça este papel da casa que é vista como um fenómeno psicológico estrutural, um verdadeiro cosmos, o nosso "primeiro universo" ou no nosso "canto do mundo" (Bachelard, 1994:4). É o abrigo primordial que acolhe e o faz o homem sonhar, constituindo uma das maiores forças de integração para os seus pensamentos, lembranças e sonhos.

De notar que a própria arquitetura sagrada tem procurado unir este sentimento de plenitude e o sentido cosmológico da religião, criando lugares sagrados onde o crente tem a possibilidade de contactar com o mundo transcendente. O templo, o santuário, a igreja são lugares sagrados por excelência, "construídos" a partir de um arquétipo ou de um modelo (Eliade, 2004:461). Nalguns casos, o homem religioso transporta para a sua casa os aspetos sagrados e a organização inerente. Sobre isto Eliade indica que "*a basílica cristã, e mais tarde a catedral, retoma e prolonga todos esses simbolismos. Por um lado, a igreja é concebida como imitação de Jerusalém celeste, e isso desde a antiguidade cristã; por outro lado, reproduz igualmente o Paraíso ou o mundo celeste. O altar é o paraíso, que foi transferido para o ocidente. A porta imperial do altar denomina-se também porta do paraíso*" (Eliade, 1992:35) e as cidades e os lugares santos são assimilados pelos cumes das montanhas cósmicas (Eliade, 2004:466).

O sentimento de religioso é um sentimento de pertença a um conjunto de elementos, sendo o espaço um deles. O espaço ganha um poder especial que advém desta

relação intensa que o indivíduo tem com os lugares, que é condicionada e orientada por uma crença, um sentimento e uma devoção religiosa. Esta relação é alimentada pela prática da fé e por manifestações de relação. Na prática religiosa, o rezar está quase ao mesmo nível do ir à missa, do benzer-se quando passa por lugares sagrados, do cantar músicas religiosas, do ler livros sobre esta temática específica, do visitar lugares sagrados, de fazer peregrinações, entre outras.

São porventura estas manifestações, quase sempre envoltas em ações repetidas que fazem adensar o conhecimento que temos do mundo que nos rodeia e, desta forma, aumentar a perceção e a compreensão que temos da sociedade, do lugar e do espaço geográfico nas suas diferentes escalas e dimensões.

Assim, o significado dos espaços religiosos pode ser avaliado a partir das experiências, das memórias e das afetividades individuais ou dos grupos. Mas aqui entramos num estudo de enorme complexidade, pois as experiências humanas são subjetivas, dinâmicas e têm múltiplos sentidos.

Sobre esta importância das experiências pessoais ou coletivas da religião, Gil Filho (2001:77) conclui que a própria geografia do sagrado não é a consideração pura e simples das espacialidades dos objetos e dos fenómenos sagrados ou do seu aspeto funcional e locacional, mas da sua matriz relacional. A geografia do sagrado está muito mais afeta à rede de relações em torno da experiência do sagrado do que às molduras perenes de um espaço sagrado coisificado.

Baseado em Otto sobre o sentimento e a experiência do sagrado, Tuan apresenta na obra *Space and Place: the Perspective of Experience* (1977) a ideia de que é através da experiência que o indivíduo conhece e constrói a realidade, sendo que é através dos órgãos sensoriais, como a visão e o tato, e das experiências, como a cinestesia que o ser humano tem um sentimento intenso pelo espaço e pelas qualidades espaciais (Tuan, 1977:13). Estes elementos permitem uma renovação, no âmbito da geografia, do tema da paisagem multidimensional, culminando com a abordagem da paisagem não–-representacional.

Para Tuan (1983:198) o lugar é um "mundo organizado de significados", construído pela experiência humana, formado por nós fundamentais no espaço, ancorado ao passado e projetado no futuro. Trata-se de algo dinâmico e difuso, que vai crescendo com a vivência de cada um, sendo que a marca da religião é tão ou mais intensa que a própria história, que a cultura e que a língua. Destacando também a importância do

sagrado, Tuan (1980:107) define o conceito de *Topofilia*: "*é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, subtileza e modo de expressão*". Neste conceito interferem as experiências pessoais, as perceções, as atitudes, os valores e até as crenças que densificam a relação dos seres humanos com os espaços em concreto, com os lugares. Acresce que nesta interação espacial Tuan valoriza a religião e afirma a "*topofilia é enriquecida através da realidade do meio ambiente quando este se combina com o amor religioso ou com a curiosidade científica*" (Tuan, 1980:143).

Em síntese, compreendemos que os conceitos primordiais da geografia, como lugar, espaço ou território, ganham uma importância acrescida se lhes associarmos a carga valorativa da religião e dos demais elementos sagrados. O lugar é um conceito vivo, dinâmico e extrovertido porque está, de forma constante, adaptado ao contexto social e identitário do ser humano religioso e crente. Isto significa que, de forma paralela, os lugares conferem identidade ao homem e o homem expressa a sua identidade através do uso dos lugares sagrados.

A religião ajuda a explicar a própria geografia, ao intervir na construção dos lugares, ao condicionar o uso dos territórios, ao interferir nos movimentos da população, alguns deles com regularidade, ao marcar os ciclos espaço-tempo dos indivíduos e das comunidades de crentes.

2.2.2. Território religioso e territorialidade religiosa

"A religião só se mantém se a sua territorialidade for preservada e, neste sentido, pode-se acrescentar que é pela existência de uma religião que se cria um território e é pelo território que se fortalecem as experiências religiosas coletivas ou individuais. E para a manutenção dessas relações, estratégias político-espaciais são adotadas" (Corrêa e Rosendahl, 2003:195).

A importância dos lugares sagrados advém da sua própria sacralidade e da forma diferenciada como são vividos, percecionados e representados. São lugares onde o sagrado se manifesta e pelos quais o crente nutre um sentimento íntimo e místico, estabelecendo uma relação de pertença muito forte. Face a esta particularidade, os estudos geográficos detêm particular atenção no estudo dos lugares sagrados conectados a uma rede de itinerários, denominados de territórios religiosos ou sagrados.

No âmbito geográfico, são os territórios que melhor transmitem os fatores que costumamos relacionar com a identidade cultural. Ao conjugar numa só abordagem espacial as questões materiais e imateriais inerentes à relação entre os agentes sociais e o espaço, o território tornou-se um instrumento operacional e metodológico para estudar a identidade cultural[75]. Di Méo e Buléon (2005:95) concluem que o território fornece à geografia "*um dos seus instrumentos conceptuais mais relevantes e mais eficazes para compreender as lógicas de estruturação do espaço geográfico. Deve esta vantagem metodológica ao facto de nele se desenvolver uma mediação particularmente fluida, eminentemente social e cultural entre cada indivíduo e os seus lugares vividos ou de ação*".

É através da relação simbólica e íntima entre o indivíduo e o espaço que nasce o território, por vezes difícil de delimitar e de identificar. As suas características sobremaneira vincadas, quer estejam associadas a um lugar ou elemento sagrado, quer seja no campo subjetivo e sensorial, permitem-nos inferir que no território dificilmente ocorrerá um processo de desterritorialização social. O simbolismo e a identidade que o território religioso transmite é, por vezes, mais importante que a sua própria natureza, da sua localização ou da sua extensão material. É a própria identidade que distingue o

[75] Face às diferentes dimensões do território, Maria da Graça Mouga Santos (2004:67) identifica: a) dimensão material e visível, que corresponde à sua organização e estruturas edificadas; b) dimensão ideal, que representa a carga simbólica que lhe é conferida e as representações que lhe são atribuídas; e ainda c) a dimensão não-visível, que traduz os fluxos e os intercâmbios inerentes à relação entre o indivíduo e o espaço.

território do espaço geográfico, que representa uma realidade descritiva, com *déficit* de apropriação e sem uma dimensão afetiva (Di Méo e Buléon, 2005:80).

Ou seja, o território transmite a identidade e a relação afetiva e cultural entre o homem e o meio, numa amálgama de ações de controlo e de poder que sustentam a apropriação simbólica e material do espaço. Autores como Sack (1986) e Raffestin (1980), ou mais recentemente, Haesbaert (2004a), Rosendahl (2005) e Saquet (2011), destacam esta conjugação da identidade, das redes e do poder nos estudos do território e da territorialidade.

Para Zeny Rosendahl (2005:2) "*nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se num dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e do controlo por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição. O território é, na realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que criou e o controla. O território apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades*."

Parece ser neste mesmo sentido que Bonnemaison (1981:109), no artigo "Voyage autour du territoire", define o território como um "geossímbolo" - "*um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que fortalece a sua identidade*".

O território possui, em simultâneo, uma função social e uma função simbólica - social porque cria um sistema organizado e hierarquizado de forma a responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui e simbólica porque se forma em torno de pólos geográficos representados por valores políticos e religiosos que comandam o mundo. Nesta medida, defendemos existir uma análise geocultural, sendo que é pela existência da ação física e cultural de um grupo que nasce o território, através do qual as relações entre a cultura e o espaço se fortalecem e exprimem.

O território descrito por Bonnemaison representa um espaço de relação afetiva e cultural, um espaço associado ao simbólico e um espaço de identidade e de pertença. Dada a multiplicidade de dimensões, de escalas e de laços de pertença, o território é um núcleo sem fronteiras, não é fechado, não representa um tecido espacial unido, não induz um comportamento estável, mas representa um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. E, neste sentido, os geógrafos devem ultrapassar a análise do espaço estruturado ou objetivo, com destaque para as regiões e os fluxos, e

alcançar o estudo do "espaço vivido" definido por Frémont (1980) ou por Relph (1976[76]), e que traduz a soma dos lugares e dos trajetos que são usuais para o grupo ou para os indivíduos. Projeta-se a necessidade de inventar uma nova cartografia que represente o campo cultural vivido pelos grupos humanos e cujo objeto seria constituído pelo desenho, no solo, das suas diversas territorialidades, não viajando pelo território como um observador comum, mas invadindo-o com uma curiosidade aguçada pela sua cultura (Bonnemaison, 1981:125).

O território religioso é uma realidade geográfica compósita. Resulta de uma rede complexa de lugares sagrados que possuem um significado muito próprio, pois situam-se no domínio afetivo e relacional e possuem uma força mediadora acrescida, transcendente e sobre-humana, característica dos elementos sagrados ou espirituais. O crente estabelece uma relação afetiva com a sua rede de lugares sagrados, identificando-se com eles e movimentando-se neles com segurança e confiança. Sente-se familiarizado com o seu território e procura preservá-lo e defendê-lo do mundo profano que o rodeia.

No território religioso, confluem os fatores históricos e a memória dos acontecimentos, sagrados e profanos, que marcaram o ser humano e a própria humanidade, sobrepondo-se diferentes relações e manifestações dos fenómenos sociais, culturais, religiosos e psicológicos. Veja-se o caso de algumas romarias, procissões e peregrinações realizadas no nosso país em que à vertente religiosa se associa a etnografia, a música e a dança ou mesmo a gastronomia. Há uma promoção dos territórios que permite perpetuar a identidade e territorialidade religiosa.

O território religioso induz esta relação entre o crente e o espaço, mas também a agregação entre os crentes, sendo eles considerados como pontos de união e de reunião entre os indivíduos. O território torna-se o suporte da sua relação social e comunitária, sem o qual não é possível expressar a sua própria identidade. A prática religiosa promove e fomenta esta relação e esta agregação entre os lugares sagrados e o crente e cria e adensa este poder crescente do território. Santos (2004:77) conclui que o "*território religioso tem (também) um papel importante na formação da identidade do grupo, pois um território qualificado pela espiritualidade, tem a virtualidade de promover o favorecimento de sentimentos e de relações de pertença, delineando-se uma circunstância espacial que*

[76] Edward Relph escreveu no ano de 1976 a obra *Place and Placelessness.*

fornece, de algum modo, aos indivíduos e ao grupo por eles formado, o suporte geográfico para os atos religiosos com maior projeção exterior" .

A territorialidade ultrapassa a definição de fronteira ou de apropriação biológica do espaço, pois representa a relação social e cultural que um determinado grupo mantém com a sua rede de lugares e itinerários, ou seja, com o seu território. É a "*expressão do comportamento vivido*", sendo que traduz ao mesmo tempo o que fixa o homem aos lugares, o símbolo de identidade e ainda o espaço que está para além do território de segurança e que o conduz à liberdade e à alienação (Bonnemaison, 1981:99-107).

Se o território é o suporte da ação humana, a territorialidade representa um conjunto de práticas desenvolvidas pelos grupos de forma a controlar e a afirmar o próprio território. Ou seja é a expressão geográfica do exercício de poder dos indivíduos ou de uma determinada comunidade em apropriar, influenciar ou controlar outras pessoas, recursos, fenómenos e relações, delimitando e efetivando o controlo sobre uma determinada área. Nesta linha de pensamento, Sack (1986:5) indica que a territorialidade representa a forma como se relaciona o espaço e a sociedade, permitindo compreender a relação histórica que existem entre as componentes espaço, sociedade e tempo.

As contribuições de Claude Raffestin para o estudo das territorialidades estão próximas do entendimento de Sack e estão descritas em *Pour une géographie du pouvoir* (1980) e no artigo "*Territoriality: A Reflection of the Discrepancies Between the Organization of Space and Individual Liberty"* (1984). No primeiro exemplo este autor reforça a ideia de que a territorialidade é formada por relações de poder multidimensionais, constituindo um sistema territorial que se articula em malhas, redes e nós (Raffestin, 1980:7). Ou seja, o território resulta das relações de poder que ocorrem nas práticas espaciais, de apropriação ou produção do espaço, por parte do Estado, das empresas, das organizações e dos indivíduos, entre outros. O segundo exemplo indica que a territorialidade envolve dois tipos de territórios, um concreto e outro abstrato, e é formada por um conjunto de relações sociais que se estabelecem no interior dos territórios, ou seja, é destacada a componente relacional que ocorre nos territórios (Raffestin, 1984:139).

No contexto religioso, também Stump (2008:222) enfatiza a questão do controlo do território e conclui que "*a territorialidade é considerada não como um instinto biológico ativo mas como uma forma de estratégia cultural pela qual os indivíduos e os grupos*

procuram exercer controle sobre os significados e usos de partes específicas do espaço geográfico. As formas mais explícitas de territorialidade envolvem o desenvolvimento de uma rede complexa de expressões implícitas de controlo, enraizadas nas responsabilidades familiares, a pressão dos grupos per se, normas e expectativas sociais, e uma grande variedade de outras influências culturais. Em suma, a territorialidade representa um produto intrínseco da espacialidade da atividade humana. Em referência do relacionamento entre os sistemas religiosos e o espaço secular, as expressões da territorialidade servem para compreender o significado dos crentes, a sua integração num sistema religioso de crenças e de práticas numa estrutura espacial no seu dia a dia/quotidiano".

Estas ideias de territorialidade conduzem à noção de que as religiões se organizam no espaço, de forma estruturada e demarcada, conjugando elementos temporais, simbólicos e materiais, no sentido de exercerem o seu controlo, o seu domínio ou a sua conquista e de manterem fortes e coesas as suas vivências do sagrado. A territorialidade serve para estruturar o espaço secular e para fornecer um contexto para a relação entre o homem religioso e a divindade, dando consistência às crenças individuais e coletivas, às ações diárias e às práticas religiosas que ocorrem de forma continuada. O território ganha poder estratégico e a territorialidade é a força que estrutura esse mesmo poder.

Significa isto que os grupos religiosos se enraízam no espaço, usam, transformam, controlam, conquistam e multiplicam os lugares da fé e, nesta medida, o território e a territorialidade, seja ela intencional seja não intencional, fazem parte da evolução do próprio sistema religioso, construindo espaços socializados e organizados de uma forma muito específica e a diversas escalas, resultando em paisagens da vida diária muito concretas (Stump, 2008:222).

Particularizando a Igreja Católica, autores como Sopher (1967), Sack (1986), Jackson e Hudman (1990) e Rosendahl (2002) analisam a história desta religião universal e destacam a respetiva organização institucional e espacial, ou seja, a sua territorialidade.

De facto, a Igreja Católica é uma das instituições que mais acrescenta esta característica e este poder aos espaços, assumindo, para além de um poder religioso, um poder político e económico. Para Sopher (1967:64), "*a igreja é responsável pela organização das comunidades católicas romanas, ensinar a fé, fornecer os serviços de rituais, regular a moral dos seus fiéis. A igreja está hierarquizada segundo estes propósitos e o espaço onde a igreja exerce a sua influência está sistematicamente organizado em unidades*

administrativas eclesiásticas. A Igreja Católica é um dos sistemas mais organizados do mundo" .

Organizada de uma forma burocrática, reflete um sistema territorial estruturado, que controla territórios e divide o seu domínio em hierarquias territoriais. Organiza-se conforme um sistema territorial hierárquico, dividindo o seu território em paróquias, dioceses e arquidioceses, que no caso português está organizada em cinco níveis hierárquicos: Episcopado Português, correspondente a todo o território nacional; Arquidioceses ou Províncias Portuguesas, correspondente a Évora, a Beja e ao Patriarcado de Lisboa; Dioceses como Algarve, Angra, Aveiro, Beja, Braga, Bragança-Miranda, Coimbra, Évora, Funchal, Guarda, Lamego, Leiria-Fátima, Lisboa, Portalegre-Castelo Branco, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu; Arciprestados ou Vigararias e as Paróquias[77].

Para além desta estrutura mais visível, Igreja Católica tem a sua própria rede de lugares, sagrados ou não, disseminados por todo o território português. Muitos desses lugares fazem parte da sua organização como os Paços Episcopais ou as Sé de cada cidade, onde se realizam os rituais mais importantes da diocese correspondente. Há uma rede paralela de lugares, centros de convergência ou de percursos que densificam e complexificam o território da Igreja Católica.

Sobre as escalas da territorialidade, Stump (2008) analisa, por um lado, as expressões internas que focalizam uma escala comunal ou uma comunidade local de

[77] A atual organização territorial da Igreja Católica em Portugal seguiu alguns traços marcantes da história do país, sendo evidente as seguintes analogias: a) a data da fundação das dioceses coincide com períodos politicamente conturbados da história nacional, sendo exemplo a formação da nacionalidade, as descobertas, a liderança do Marquês de Pombal, a primeira república e o 25 de abril. No dizer de André (1988:227-229), estes períodos constituem um meio privilegiado de consolidação nos momentos em que, por várias razões, foi ameaçada a sua influência ou, pelo contrário, naqueles em que a intervenção da instituição religiosa se mostrou indispensável; b) o dinamismo da organização paroquial acompanha a evolução demográfica, antecipando mesmo, em numerosos casos, o reordenamento político administrativo.

A divisão eclesiástica ficou, na sua grande maioria, estabilizada desde a assinatura da Concordata com a Santa Sé em 1940, até ao ano de 1975. Até então existiam 17 dioceses, tendo sido criadas a partir desta data mais três - Setúbal, Santarém e Viana do Castelo. No topo da hierarquia, encontramos a diocese, considerada como um núcleo urbano tradicional, logo seguida pela paróquia, que coincide, na sua grande maioria, com a freguesia.

Pese embora este modelo varie no tempo e no espaço, sendo que a dicotomia mais visível é se estamos ou não em territórios europeus, Sopher indica que há situações que escapam a este padrão, referindo-se ao padrão inicial das colónias de Espanha e de Portugal, aos Jesuítas portugueses e à sua expansão e ainda às largas conurbações industriais, como é o caso de Paris (Sopher, 1967:66).

A evolução espacial da organização da igreja no espaço apresenta-se hoje, tal como acontece no nosso país, obsoleta e com um número elevado de problemas, não acompanhando, por exemplo, a evolução populacional. Este problema resulta, em parte, do facto de as divisões administrativas e eclesiásticas não coincidirem no nosso país

crentes e, por outro, as expressões externas, que evidenciam os processos que envolvem a estrutura social que está para além das comunidades locais. Relativamente à escala comunal, este autor distingue os espaços e as práticas comuns de oração, como as igrejas, as mesquitas e outras estruturas similares, mas também a própria casa ou o espaço doméstico e o corpo, que permitem identificar detalhes mais específicos da vida dos crentes. No que diz respeito à escala externa, Stump apresenta um conjunto de exemplos que ilustram a interação dos crentes com o espaço secular mas também entre os crentes e outros que se situam fora do seu grupo ou da sua comunidade. São referidos os exemplos de conflitos políticos e religiosos, mas também algumas expressões territoriais religiosas no espaço público que, em conjunto, evidenciam a projeção, a difusão e a defesa da identidade religiosa.

Neste contexto, concluímos que a territorialidade religiosa representa uma característica crucial das religiões como um sistema social e cultural, com um contexto temporal intrínseco e uma espacialidade muito específica (Gil Filho, 2001b:53). Esta espacialidade pode assumir várias escalas geográficas, do individual para o comunitário, do Estado local ao global, sendo que através das suas leituras, inferimos os significados e os usos do espaço secular que o sujeito atribui ou exerce.

2.2.3. A atualidade da religião e a particularidade da identidade religiosa

Conforme concluímos, as mudanças que marcaram a sociedade pós-moderna, em particular no continente europeu e no mundo ocidental depois da II Guerra Mundial, resultaram de um conjunto de fatores estruturais que usamos identificar como "globalização", onde incluímos a dependência crescente da ciência e das tecnologias, com consequências na transformação do pensamento científico, académico e social.

O desconstrutivismo promoveu uma quebra das certezas absolutas das metanarrativas da era moderna, onde incluímos a questão da desconstrução dos conceitos de espaço, de lugar e de território, mas também da identidade do ser humano, que outrora estava alicerçada em conceitos estáveis, fixos e objetivos, como a família, o Estado ou Deus. Esta mudança deu lugar a uma sociedade mais curiosa e crítica, que questiona a heterogeneidade da sociedade e as divergências entre os indivíduos e os grupos sociais. Pondera as questões culturais e procura adaptar a identidade cultural à fluidez e à incerteza dos acontecimentos. Tem prementes aspirações em alcançar uma maior justiça social e moral, num movimento cíclico ora de abertura ora de retraimento cultural e territorial.

Na sociedade ocidental do século XXI é visível, de forma quase imediata, a rápida urbanização, a consolidação das desigualdades sociais e do envelhecimento da população, a degradação ambiental, a instantaneidade da comunicação entre os seres humanos, o aumento das mobilidades humanas e os novos fluxos de migrantes. A sociedade tornou-se diversificada em termos culturais, étnicos e religiosos (Vilaça, 2006:22), o que significa que nos tornámos numa população híbrida, que vive num espaço fragmentado e que mistura o material e o imaterial, o concreto e o abstrato. A nova cartografia é desenhada pela multi-identidade e pela multiterritorialidade.

O mundo da religião é afetado por estas transformações pois concordamos com Giddens (1991:111) que conclui que "*a maior parte das situações da vida social moderna é manifestamente incompatível com a religião como uma influência penetrante sobre a vida quotidiana. A cosmologia religiosa é suplantada pelo conhecimento reflexivamente organizado, governado pela organização empírica e pelo pensamento lógico, e focado sobre tecnologia material e códigos aplicados socialmente*".

A importância que a ciência e a tecnologia assumiram desde o período pós-guerra facilitou a mudança e a crítica a determinadas questões éticas, relacionadas com a própria

vida, com o desenvolvimento económico ou com a natureza. A religião e as organizações religiosas revelaram incapacidade no conhecimento, na interpretação e na adaptação às realidades das sociedades modernas, tendo sido ultrapassadas pelas estruturas políticas e económicas na compreensão e na resolução das fragilidades do mundo global. Disto resulta o declínio do poder da religião na sociedade enquanto modeladora de comportamentos e atitudes, na substituição dos valores religiosos pelos valores seculares e na permuta da orientação mundana pela orientação interior (Kong, 2000:3).

Embora não de uma forma universal, sucedem-se alterações na identidade religiosa, reflexo de processos como a secularização, o aparecimento de novos movimentos religiosos, a ascensão de fundamentalismos, a emergência de novas ideologias, o fortalecimento de outras religiões cristãs e não cristãs, novos lugares de prática religiosa, novos espaços sagrados e territórios e novas redes que se tornaram num recente objeto de análise (Kong, 2010:756) (figura 5).

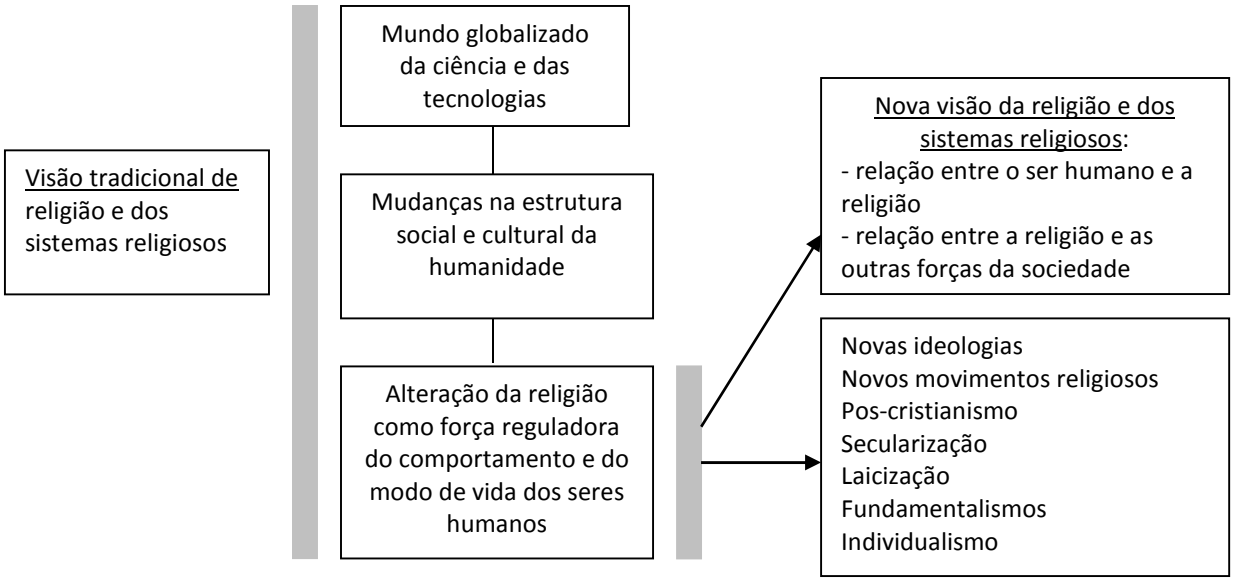


Figura 5: Mudanças na religião enquanto elemento determinante da identidade cultural
Fonte: elaboração própria

Destacamos o processo de secularização da sociedade. Helena Vilaça, em *Da Torre de Babel às Terras Prometidas. Pluralismo Religioso em Portugal* (2006:41), indica que a secularização traduz "*o processo através do qual as instituições religiosas, as crenças e as práticas religiosas perdem significado no funcionamento do sistema social. Nas origens da secularização está o processo de diferenciação funcional (Dobbelaere, 1981 e 1999) ou*

estrutural (Wilson, 1969), o qual significa a autonomização das várias esferas do sistema social, seja a política, a económica, a jurídica, a educação, a arte ou a saúde. A religião deixou de abarcar todos estes subsistemas e, ainda num plano microssociológico, deixou de exercer regulação nos planos reprodutivos e de socialização da família".

Também António Teixeira Fernandes em *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas* (2001:2) afirma que "*a secularização é a situação criada na modernidade por ação sobretudo da racionalidade científica e técnica e do ideal de liberdade, com inequívoco impacte na vida económica, política, social, cultural e intelectual, alterando a relação entre estes domínios e a religião, e levando ao fim do cosmos sagrado*".

Tanto Vilaça como Teixeira reforçam a ideia de que a teoria da secularização se traduz na separação institucional dos sistemas sociais, mas também na privatização e individualização das crenças e das práticas religiosas.

Com maior visibilidade nas sociedades urbanas e industriais pós-modernas, em particular nas cidades de tradição cristã dos Estados Unidos da América e nas cidades capitalistas da Europa (Park, 1994:48), o processo de secularização evidenciou as disparidades espaciais quanto à assunção da religião como fonte de orientação e de conduta da vida íntima, familiar e social. Tornou-se numa característica singular do século XX e XXI, que reduziu a importância do religioso e do sagrado, através da racionalidade em receber costumes, sabedoria e ética e em valorizar a autonomia individual.

Entendemos que a secularização se baseia na ideia de que a religião e as crenças sobrenaturais deixaram de ser essenciais para compreender o mundo, sendo evidente a separação da religião das questões de governação e dos demais assuntos públicos da sociedade. Importa encontrar o lugar atribuído ao sagrado no mundo moderno que, nesta em que nos encontramos – época pós-cristianismo - reflete o esvaziamento dos universos simbólicos de conteúdo religioso, em que a religião, enquanto sistema de significação, deixa de ser capaz de integrar e de dar sentido à vida concreta dos indivíduos e deixa de ser uma componente da cultura (A. Fernandes, 2001).

Em certa medida, o Cristianismo abandona a sua expressão no coletivo para assumir uma opção cada vez mais pessoal. Verifica-se o declínio da prática religiosa tradicional, sedentária e duradoura e centrada na família e na comunidade de pertença, reflexo da crise de identidade das igrejas e dos seus fiéis, em que, no caso particular da Igreja Católica, se associa ao declínio da frequência dominical da eucaristia e a uma identificação com a religião apenas por motivos estatísticos (A. Fernandes, 2001:5).

Somente nas sociedades mais tradicionais a religião continua a ser um motor na formação de valores e de atitudes, prevalecendo um sentimento, muito forte, de pertença à paróquia e onde a comunidade religiosa continua a ser um critério de pertença e de identificação (A. Fernandes, 2001:171).

Noutra perspetiva, a identidade religiosa torna-se numa mescla que absorve a multiplicação das vivências do sagrado e as novas formas de espiritualidade. Surgem novos sistemas de crenças, menos estruturados e mais individualizados, mais voluntaristas, autónomos, intermitentes, híbridos e dinâmicos, em particular quando comparados com os sistemas universais, motivados por uma opção cada vez mais pessoal e menos conduzida pela sociedade ou pela família. Esta privatização das crenças e das práticas religiosas é o reflexo do novo modo de ver e de experienciar a religião. Maria da Graça Santos (2004:47) afirma que, no contexto das sociedades pós-industriais e urbanas, podemos designar como consumismo religioso em que «*as pessoas aproveitam o que querem dos vários produtos religiosos sem que isso implique qualquer lealdade a uma única «empresa» e incluindo a possibilidade de uma «mistura caseira», como ironiza Beyer (1994:226), a par da manutenção, com maior ou menor vitalidade, de forma de adesão e práticas religiosas tradicionais*".

Estas ideias surgem num contexto também ele muito particular que, numa primeira instância, nos parece algo controverso. Isto porque, se verificamos a quebra dos laços com o que é religioso, revestida de sentimentos de descrença e de quebra de filiação, por outro lado afirmamos que, no final do século XX e início do século XXI, assistimos à afirmação de uma sociedade pós-secular e ao regresso ao religioso (Leimgruber, 2000 *apud* Santos, 2004:46).

A religião ganha visibilidade e novas nuances sendo explicada, em parte e à escala global, pela queda do comunismo, pelo impasse em que se encontram muitas das sociedades do Terceiro Mundo e pela crise que afeta o modelo ocidental (Maalouf, 1999:103). Entre outros acontecimentos marcantes à escala planetária, assistimos à desclericalização na Europa, à revolução islâmica no Irão, à expansão islâmica em África, à mundialização do budismo com o seu crescimento no ocidente e ao crescimento de movimentos cristãos fundamentalistas.

Todas estas condicionantes revelam que, ao contrário do que se pretendia mostrar com a teoria da secularização, o abandono das práticas religiosas tradicionais associadas à Igreja Católica e a consequente perda de identidade religiosa é compensado pelo

correlativo desenvolvimento e pela visibilidade de outros sistemas e movimentos religiosos. Ou seja, não é a religião, em si mesma, que está em causa, nem sequer a crença numa ordem de transcendência e espiritualidade, mas as religiões históricas e as formas de crer e de vivenciar a questão espiritual (A. Fernandes, 2001:XVIII). A religião continua a ser vital para a recomposição da identidade dos seres humanos, sustentando as relações sociais e espaciais da humanidade inteira e, neste sentido, encontramo-nos perante um duplo movimento: a recomposição do campo religioso e a crença como uma opção cada vez mais pessoal.

Por esta razão não é de estranhar que um dos traços mais evidentes da pós-modernidade seja a diversidade, significando a heterogeneidade tão característica dos contextos sociais. A diversidade religiosa conduziu aos princípios de igualdade e liberdade, de cada instituição ou de cada movimento religioso celebrar as suas práticas e exercer o seu culto de forma diferenciada. Não é só a identidade cultural, em sentido restrito, que se torna híbrida e multifacetada, é também a identidade religiosa que comunga de múltiplas experiências identitárias e de práticas que extravasam um só credo.

Concluímos também que estas alterações estruturais não diminuem a relevância da religião no estudo geográfico das configurações espaciais contemporâneas da cultura e da sociedade. Pelo contrário, a religião continua a ser um fator-chave na grande variedade de fenómenos culturais e sociais de que se ocupa a geografia humana (Stump, 2008:372). A religião, enquanto sistema de crenças que modela o comportamento humano, permanece como uma componente crítica e ativa na explicação de muitos acontecimentos humanos e interfere na organização espacial e na estrutura da sociedade. Compete, pois, à geografia da religião assumir uma vertente crítica e revolucionária ao estudar as mudanças da sociedade contemporânea, onde se incluem as geografias das atitudes espirituais, dos diferentes lugares sagrados de pertença, das redes complexas de territórios religiosos, entre outros.

Os conflitos étnico-religiosos sobre a posse e o controlo específico de um território, os atentados à população civil atribuídos a organizações com cariz religioso, a organização de algumas cidades e a estrutura de alguns bairros urbanos, os milhões de fiéis que viajam para locais específicos e adensam as grande rotas transnacionais de migrantes, os padrões de resultados eleitorais em determinadas democracias, entre outros fatores, permitem aos geógrafos procurar explicar os comportamentos humanos e destacar a necessidade de analisar a religião e os diferentes sistemas de crenças (Stoddard *et al*, 2003:263).

Acrescentamos ainda ao conjunto dos temas emergentes da geografia da religião, a identidade religiosa associada ao mundo das migrações. Segundo o artigo "Faith on the move - the religious affiliation of international migrants" da Pew Research Center (2012), os judeus são o grupo religioso que apresenta o nível mais elevado de migração internacional, sendo que um quarto dos judeus deixou o país onde nasceu. Pese embora esta acentuada mobilidade, o grupo dos judeus continua a manter os laços de pertença com os seus símbolos e rituais religiosos, desde a roupa que vestem até aos lugares de culto que frequentam. O mesmo estudo refere que, em termos absolutos, a filiação da população que emigra corresponde à composição da população religiosa no mundo, ou seja, na sua grande maioria, a população migrante é cristã, logo seguida da muçulmana. A terceira vaga de migrantes é composta por indivíduos que não são crentes e que não se identificam com nenhum grupo religioso (figura 6).

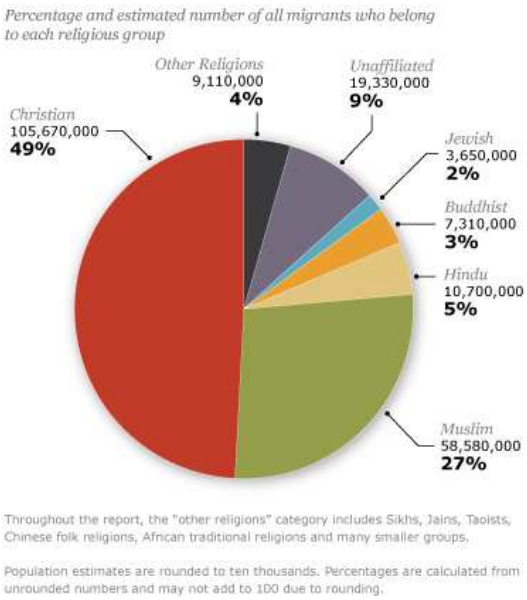


Figura 6: Afiliação religiosa da população migrante

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion and Migration Database, 2010

Este panorama a nível mundial é coincidente com o caso europeu, uma vez que 56% do total da população migrante é cristã, 27% é muçulmana, 10% não tem filiação religiosa. Os outros grupos religiosos como judeus, hindus, budistas ou crentes de outras religiões não ultrapassam os 2% (figura 7).

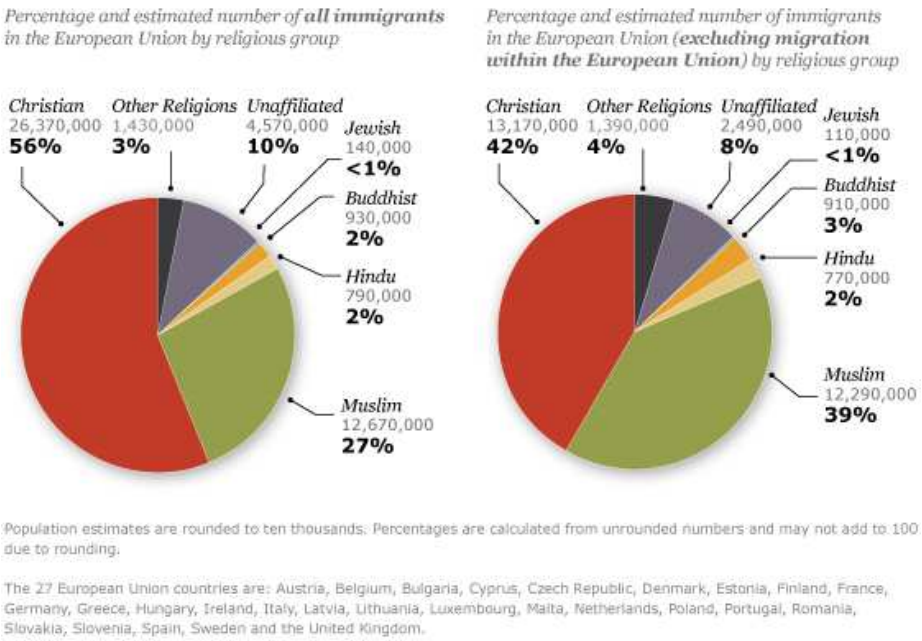


Figura 7: Composição religiosa da população imigrante na União Europeia

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion and Migration Database, 2010

Segundo Stump (2008), a pertinência atual da religião é visível em três perspetivas: a persistência da relação do fenómeno religioso com a identidade; os impactos na globalização; e a relação com a política do fundamentalismo.

O primeiro, a identidade religiosa, continua a prevalecer como um fator determinante dos fenómenos sociais e culturais, desempenhando um papel importante na formação e na reprodução de diferentes espaços culturais. A identidade religiosa permite aos indivíduos identificarem-se com uma comunidade de fiéis que partilham da mesma crença ou com as instituições locais, favorecendo a sua estabilidade e a unidade do grupo através da aceitação de normas sociais e culturais comuns.

A identidade religiosa permite que o indivíduo se relacione com correligionários mais distantes, mantendo, apesar da distância física, a mesma força religiosa, cultural e política, reforçando a identidade de um sistema religioso (identidade-rede).

Sobre a identidade religiosa, podemos ilustrar o efeito dos grupos da diáspora, cujo fator central deste processo está centrado em motivos religiosos. São grandes grupos de cultura dispersos, da sua terra natal, por vários territórios, que não têm sido amplamente assimilados nos seus novos lugares de residência e que mantêm um forte sentido de identidade com o seu local de origem. Nestas circunstâncias, aferimos a importância da

identidade religiosa, mesmo após um processo de diáspora e de distância com a comunidade religiosa local de origem (Stump, 2008:374-375).

O segundo fator que reproduz a atualidade da identidade religiosa é o processo de globalização que, para além do desenvolvimento de várias interações económicas e políticas, teve impacto na sociedade, nas culturas e nos processos culturais.

O desenvolvimento de uma cultura cada vez mais global e o surgimento de uma sociedade civil global têm promovido a aceitação internacional das diferenças culturais e estabelecido as normas universais do comportamento, como acontece com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotado pelas Nações Unidas.

De notar que a aceitação de uma cultura global tem gerado fortes críticas e respostas à escala local, em que os grupos religiosos veem a sua expansão como uma ameaça aos seus valores e à própria identidade do grupo. Também, neste contexto, assistimos, nas últimas décadas, ao crescimento de grupos fundamentalistas e de grupos não-ocidentais que mostram o seu desagravo a esta invasão e ameaça à respetiva identidade cultural (Stump, 2008:379).

O terceiro fator consubstancia-se na persistência da importância da identidade religiosa no contexto de grupos fundamentalistas que constroem a sua identidade usando conceitos como o poder, a autoridade, a moralidade e a legitimação da obrigação, como forma de mostrar a respetiva visão do mundo e o ethos, de proteger as tradições idealizadas e os espaços que lhe estão associados. Assim, o fundamentalismo, como um fenómeno global, representa um fator importante na compreensão da geografia política e cultural em diferentes escalas espaciais, sendo que os adversários dos fundamentalistas não são apenas adversários políticos mas também inimigos da fé e da verdade.

Um exemplo mais circunscrito deste grupo fundamentalista é o que encontramos no conflito israelo-palestiniano, em particular no que diz respeito à legitimidade da Cisjordânia e do local sagrado de Jerusalém. Porém, ultrapassando a escala nacional, os efeitos visíveis da ascensão do fundamentalismo têm contribuído para o surgimento de novos tipos de conflitos articulados em escalas transnacionais, fora das tradicionais estruturas políticas. Um exemplo desta tendência é a emergência de vários tipos de fundamentalismo islâmico militante como força política. Stump (2008) argumenta que podemos considerar fora deste contexto os atos de terrorismo atribuídos à Al Quaeda e similares extremistas, foi e é demasiado flagrante o seu impacto no mundo global.

A partir destes contextos, a sensibilidade humana foi assaltada e as nossas imaginações e sensibilidades geográficas ficam mais expostas a um debate em torno das crenças e das práticas religiosas. Tornou-se do senso comum associar o despertar e a valorização do tema da religião a um contexto muito preciso e associado ao mediatismo atingido pelo extremismo islâmico que atraiu a atenção mundial após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, o ataque bombista a 12 de outubro de 2002 e a 1 de outubro de 2005 em Bali, as explosões de 2004 em Madrid, de 2005 em Londres e de 2008 em Mumbai, o atentado na maratona de Boston, a 15 de abril de 2013 ou, mais recentemente, o atentado ao jornal satírico francês Charlie Hebdo a 7 de janeiro de 2015, em Paris.

A par de muitos dos acontecimentos religiosos, as paisagens religiosas decorrentes dos novos movimentos e fluxos religiosos e, em certa medida, do pluralismo religioso, são também importantes para a valorização do tema da religião na investigação sócio-espacial.

Refletimos ser necessário ponderar o contributo da religião para aliviar e resolver muitas das tensões sociais, nalguns casos amarradas à própria identidade religiosa e no alcance da justiça social, da mesma forma que nos parece necessário rever a importância que assume a religião no comportamento humano e, de forma consequente, no planeamento e no ordenamento do território. Para Stoodard e Prorok seria útil elaborar modelos teóricos, diferentes dos que expressam o desenvolvimento económico e que fossem aplicáveis ao comportamento espacial das pessoas, comportamento esse motivado por questões religiosas. Não só deveriam ser encontrados modelos teóricos, como deveriam ser criados métodos de observação e de análise mais sofisticados (Stoddard, 2003:264).

Ou seja, neste panorama, quase que universal, qual o papel da religião na construção da identidade cultural e territorial dos seres humanos e de que forma é que a geografia lê e interpreta a religião enquanto fenómeno cultural? Este tem sido o ponto de viragem que a geografia da religião conhece e que virá a marcar a atualidade da disciplina como instrumento de análise espacial da cultura humana.

2.2.4. A geografia atual dos grandes grupos religiosos

Em termos numéricos e geográficos assistimos a mudanças significativas no interior das religiões universalizantes, bem como dos múltiplos movimentos religiosos. Segundo o relatório "The Global Religious Landscape", publicado em dezembro de 2012 pelo Pew Research Center, estima-se que em 2010, existiam 5,8 mil milhões de adultos e crianças filiados num grupo religioso, representando 84% da população mundial, estimada em 6,9 mil milhões.

Nos 232 países e territórios analisados neste relatório, os grupos religiosos com maior representação mundial são os cristãos (31,5% - 2,2 mil milhões), os muçulmanos (23,2% - 1,6 mil milhões), os hindus (15% - 1 mil milhões), os budistas (7,1% - 500 milhões), os crentes de religiões tradicionais, incluindo as africanas, as chinesas, as americanas e as australianas (5,9% - 400 milhões), os crentes de outras religiões, incluindo, entre outras, o taoísmo, o jainismo e o sikhismo (0,8%) e os judeus (0,2% - 14 milhões). Neste panorama, o estudo refere que a terceira força é representada pelo grupo dos que não têm filiação religiosa, incluindo os ateus, os agnósticos e pessoas que não se identificam com nenhuma religião em particular (indiferentes), que representa 16,3% da população mundial (1,1 bilhão) (figura 8)

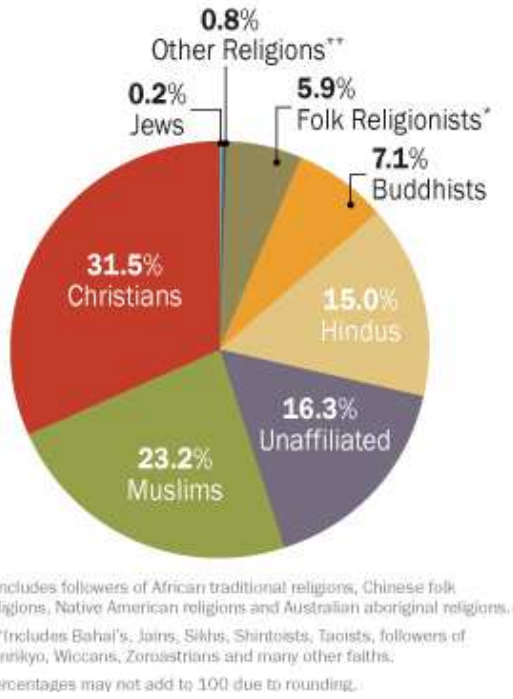


Figura 8: Percentagem de população integrada nos maiores grupos religiosos, 2010

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion Landscape, dezembro 2012

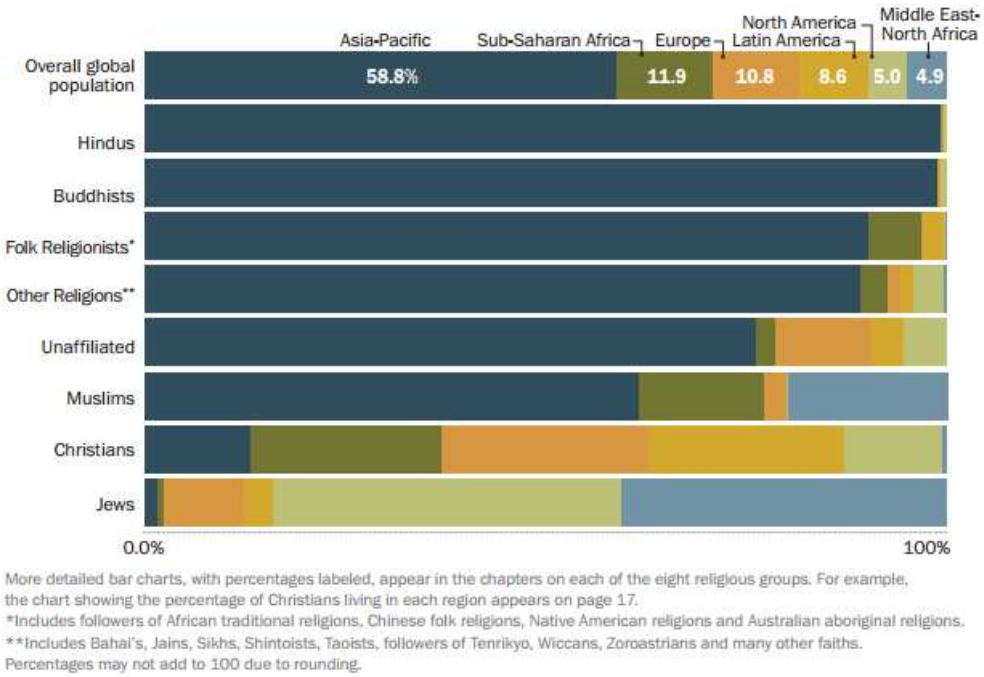


Figura 9: Percentagem de população e distribuição geográfica dos maiores grupos religiosos

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion Landscape, dezembro 2012

Também em termos geográficos este estudo aponta para uma distribuição muito dispersa dos grandes grupos religiosos. A maioria concentra-se na região da Ásia-Pacífico, onde incluímos os hindus (99%), os budistas (99%), as religiões tradicionais (90%), os membros de outras religiões (89%) ou mesmo os que não têm filiação religiosa (76%).

Relativamente aos dois grupos de religiões com maior percentagem de crentes (54,7% da população crente), este estudo indica que os muçulmanos se concentram na região da Ásia-Pacífico (62%), no Médio Oriente e no Norte de África (20%) e na África Subsariana (16%) e que os cristãos se apresentam como o grupo mais disperso no território mundial, sendo que 25,7% dos cristãos reside no continente europeu, 24,4% na América Latina e Caribe, 23,8% na África Subsariana, 13,2% na Ásia-Pacífico, 12,3% Norte de América e 0,6% Médio Oriente e Norte de África.

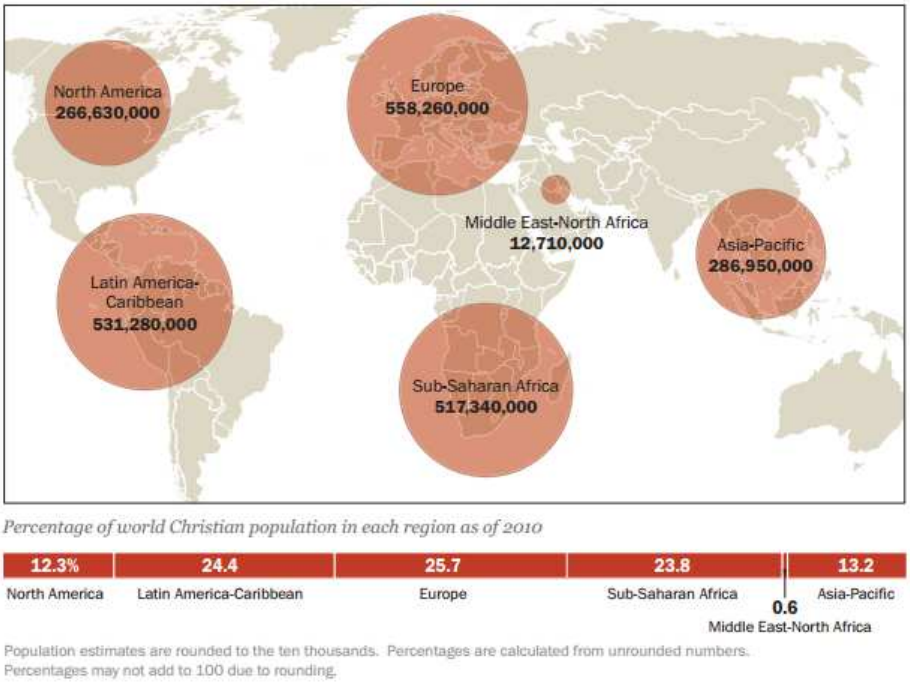
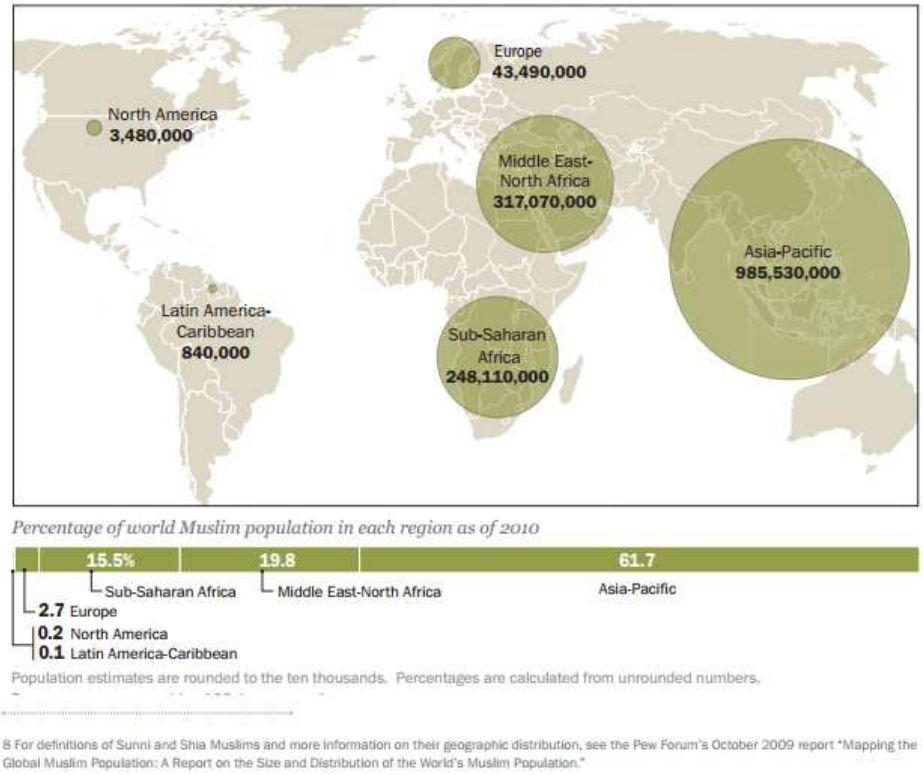


Figura 10: Distribuição da população cristã no mundo, 2010

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion Landscape, dezembro 2012



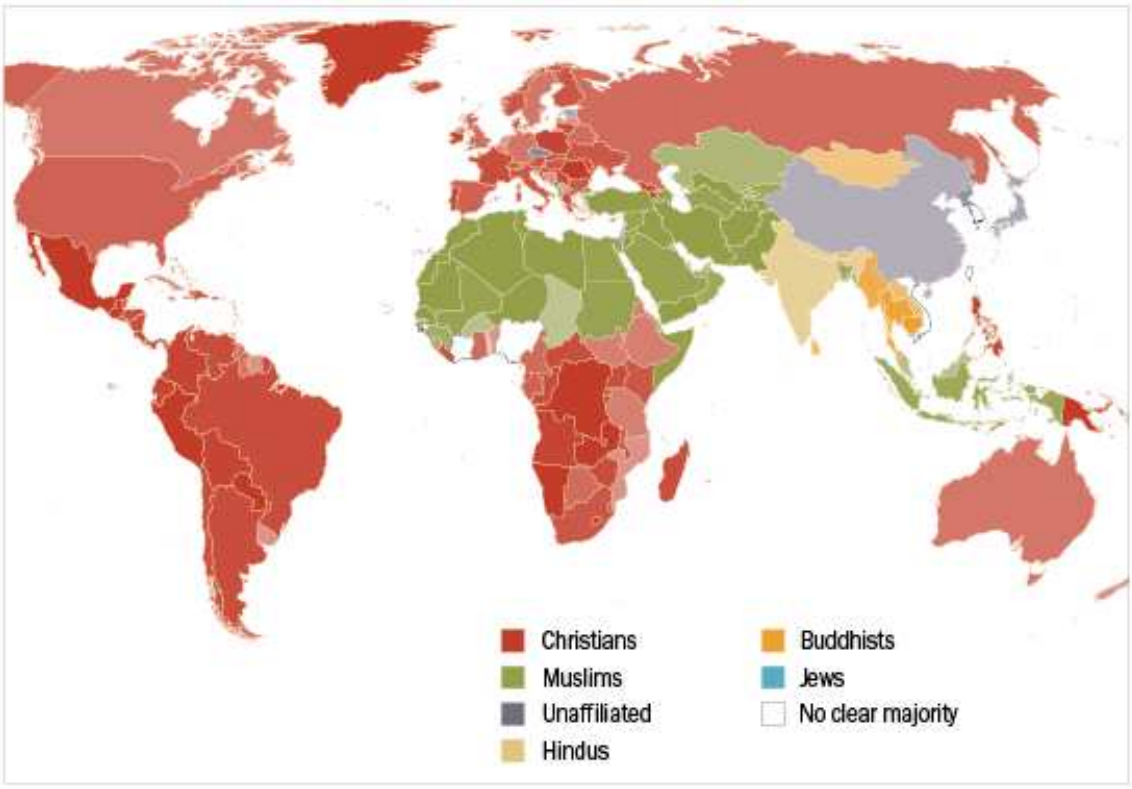
8 For definitions of Sunni and Shia Muslims and more information on their geographic distribution, see the Pew Forum's October 2009 report "Mapping the Global Muslim Population: A Report on the Size and Distribution of the World's Muslim Population."

Figura 11: Distribuição da população muçulmana no mundo, 2010

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion Landscape, dezembro 2012

Atendendo a esta distribuição dos grupos religiosos, o mesmo estudo apresenta uma síntese geográfica a nível mundial dos grupos religiosos com maior percentagem de fiéis por país. Desta abordagem, verificamos uma mancha significativa de população cristã que, dos 232 países analisados, é a religião maioritária em 157.

Quando ponderada a população cristã no total da população residente, verificamos que 90% da população residente na região da América Latina-Caribe é cristã, 77% na América do Norte, 75,2% da população europeia, 62,9% da população na África Subsariana, 7,1% da Ásia-Pacífico e 3,7% residente no Médio Oriente-Norte de África. Ou seja, estes valores confirmam o cristianismo como religião maioritária em 4 das 6 grandes regiões mundiais (figura 12).



Nine countries have no clear religious majority: Guinea Bissau, Ivory Coast, Macau, Nigeria, Singapore, South Korea, Taiwan, Togo and Vietnam. There are no countries in which adherents of folk religions make up a clear majority. There are also no countries in which followers of other religions (such as Bahai's, Jains, Sikhs, Shintoists, Taoists, followers of Tenrikyo, Wiccans or Zoroastrians) make up a clear majority.

Figura 12: Religiões maioritárias, por país, 2010

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion Landscape, dezembro 2012

Não sendo nosso objetivo analisar detalhadamente todas as dinâmicas que sustentam os grandes grupos religiosos, detemo-nos um pouco mais sobre os cristãos.

Integrados no grupo dos cristãos está a população católica (50%), os protestantes (37%), os ortodoxos (12%) e outros religiosos cristãos como os Mormons ou Testemunhas de Jeová (1%).

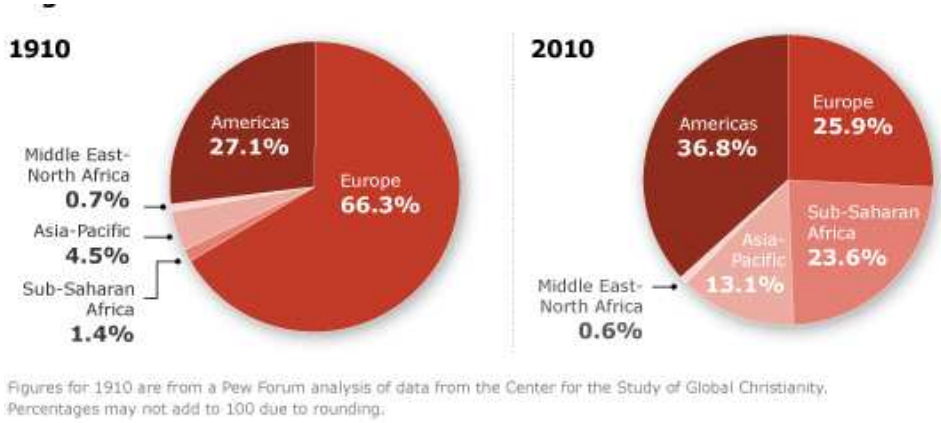


Figura 13: A Distribuição da população cristã pelas grandes zonas geográficas mundiais, 1910 e 2010

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Christianity, dezembro 2011

Regions	ESTIMATED 1910 CHRISTIAN POPULATION	PERCENTAGE OF POPULATION THAT WAS CHRISTIAN	PERCENTAGE OF WORLD CHRISTIAN POPULATION
Americas	165,890,000	95.9%	27.1%
Europe	405,780,000	94.5	66.3
Sub-Saharan Africa	8,560,000	9.1	1.4
Asia Pacific	27,510,000	2.7	4.5
Middle East-North Africa	4,070,000	9.5	0.7
World Total	**611,810,000**	**34.8**	**100.0**

Source: Pew Forum analysis of data from the Center for the Study of Global Christianity. Population estimates are rounded to the ten thousands. Percentages are calculated from unrounded numbers. Figures may not add exactly due to rounding.

Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life
Global Christianity, December 2011

Christian Population by Region, 2010

Regions	ESTIMATED 2010 CHRISTIAN POPULATION	PERCENTAGE OF POPULATION THAT IS CHRISTIAN	PERCENTAGE OF WORLD CHRISTIAN POPULATION
Americas	804,070,000	86.0%	36.8%
Europe	565,560,000	76.2	25.9
Sub-Saharan Africa	516,470,000	62.7	23.6
Asia Pacific	285,120,000	7.0	13.1
Middle East-North Africa	12,840,000	3.8	0.6
World Total	**2,184,060,000**	**31.7**	**100.0**

Population estimates are rounded to the ten thousands. Percentages are calculated from unrounded numbers. Figures may not add exactly due to rounding.

Quadro 1: A Distribuição da população cristã pelas grandes zonas geográficas mundiais, 1910 e 2010

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Christianity, dezembro 2011

No estudo " Global Christianity ", publicado em dezembro de 2011 pelo mesmo instituto americano, são analisadas as grandes dinâmicas geográficas da população cristã, entre 1910 e 2010 (figuras 13 e quadro 1). Ao longo destes 100 anos, a população cristã passou de cerca de 600 milhões de crentes para mais de 2 mil milhões. Este aumento acompanhou o crescimento da população mundial, que passou de 1,6 mil milhões para 6,9 mil milhões. Percentualmente, os cristãos representavam em 1910 quase 35% da população mundial e em 2010 esta proporção desce para os 31,7%.

Em termos geográficos, verificamos que, em 1910, 93,4% da população cristã mundial residia no continente europeu (66,3%) e no continente americano (27,1%). Em 2010 a mudança espacial evidencia uma maior dispersão mundial da população cristã, em parte pela sua diminuição no continente europeu, que ocupava, no período anterior, a posição cimeira. O continente americano passa de 27,1% de cristãos para 36,8% , a África Subsariana de 1,4% para 23,6% e a Ásia-Pacífico de 4,5% para 13,1%. Se nestas regiões a proporção de cristãos aumenta, na região do Médio Oriente-Norte de África a percentagem de cristãos passa de 0,7% para 0,6%. Em termos mundiais, países como os Estados Unidos, o Brasil, o México, a Rússia, as Filipinas, a Nigéria, a China, a República Democrática do Congo, a Alemanha e a Etiópia concentram 47,6% do total de cristãos.

Se ponderarmos a percentagem de cristãos no universo populacional de cada uma das 6 regiões mundiais, compreendemos a diminuição da percentagem de cristãos nos continentes americano e europeu, que passam de percentagens acima dos 90% para os 86% e 76,2%, respetivamente. Na África Subsariana, a população cristã representava, em 1910, apenas 9,1% da população total residente e, em 2010, passa a representar 62,7%.

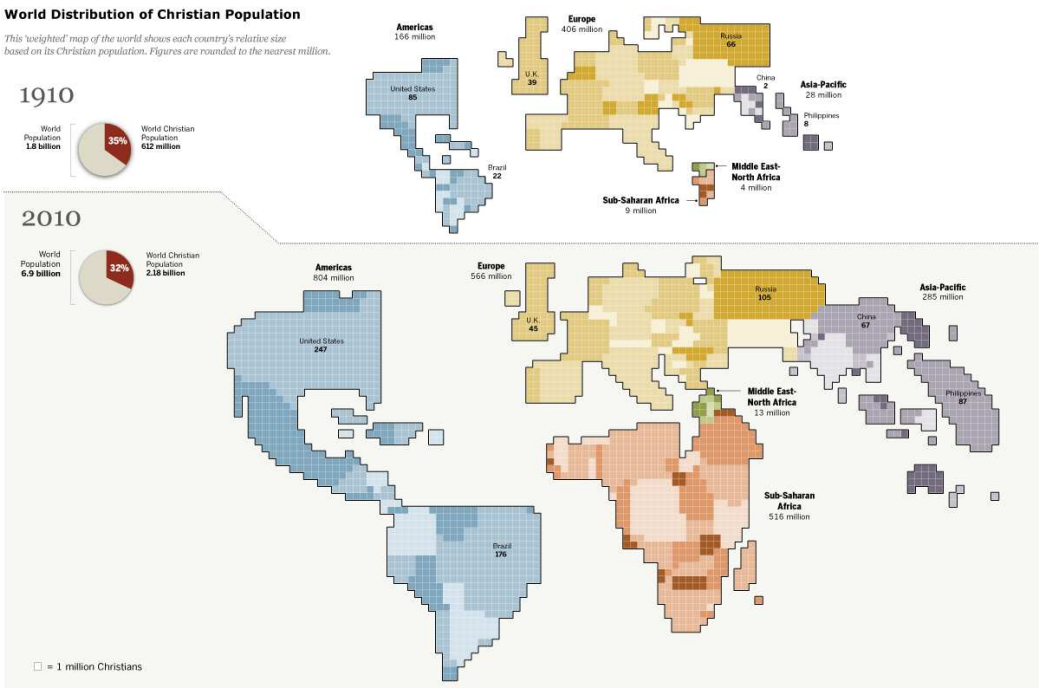


Figura 14: Evolução da distribuição da população cristã no mundo, 1910 e 2010

Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Christianity, dezembro 2011

Nesta análise, destacamos a população católica por representar o maior grupo no seio do cristianismo (50%).

Segundo os dados do mesmo estudo, existem no mundo 1,094 bilhões de católicos, que representam 15,9% da população mundial. Em termos de distribuição geográfica, 47,5% residem no continente americano, 23,9% na Europa, 16,1% na África Subsariana, 12% na Ásia-Pacífico e apenas 0,5% no Médio Oriente-Norte de África (figura 14).

Estes dados são, na sua grande maioria, coincidentes com os apresentados pelo Vaticano nos Anuários Pontifícios (quadro 2 e e figura 15). Segundo esta fonte, a evolução mundial dos católicos batizados tem sido progressiva, fixando no ano de 2010 o número de 1,196 mil milhões de católicos e no ano seguinte 1,214 mil milhões, significando um crescimento de 1,5%. Ao atingir este valor, a população católica representa 17,5% da população mundial, percentagem esta estabilizada ao longo dos primeiros anos do século XXI.

Quadro 2: Número (milhões) de católicos batizados no mundo, 1978 a 2011

Católicos no mundo	
Anos	**N.º Católicos Batizados**
1978	757
1998	1.022
1999	1.038
2000	1.050
2001	1.061
2002	1.071
2003	1.086
2004	1.098
2005	1.115
2006	1.131
2007	1.147
2008	1.166
2009	1.181
2010	1.196
2011	1.214

Fonte: Anuários Pontifícios de 1978 a 2011

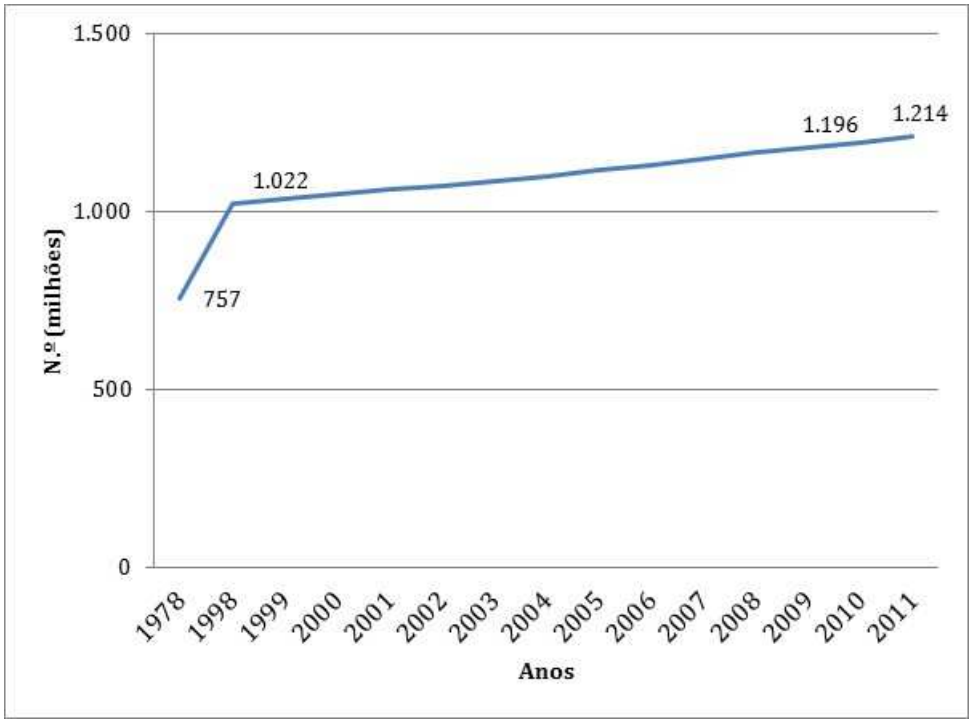


Figura 15: Número de católicos batizados no mundo, 1978 a 2011

Fonte: Anuários Pontifícios.1978-2011

Também segundo os dados do Vaticano, no ano de 2011, a população católica estava concentrada, na sua grande maioria, no continente americano (48,8%), logo seguido do continente europeu (23,3%) que, de forma paulatina, regista uma diminuição de população católica. Tanto o continente asiático como a Oceania mantêm a percentagem de população católica, ao invés do continente africano que regista a maior variação, fixando, em 2011, 16% da população católica mundial.

Embora não seja possível fazer uma correspondência entre estas duas fontes de dados estatísticos, quer pela diferença de unidades geográficas quer pela diferença de anos de referência, é notório o peso que a população católica assume no universo religioso mundial, muito embora subsistam algumas mudanças e discrepâncias em termos espaciais (quadro 3).

Quadro 3: Percentagem de católicos batizados, por regiões mundiais, 1999, 2000, 2003 e 2011

Continentes	Percentagem de Católicos Batizados			
	1999	2000	2003	2011
	%			
África	12,0	12,4	13,2	16,0
América	49,5	49,4	49,8	48,8
Ásia	10,4	10,7	10,4	10,9
Europa	27,3	26,7	25,8	23,5
Oceânia	0,8	0,8	0,8	0,8
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anuários Pontifícios

Depois desta síntese a nível mundial, iremos proceder a uma análise da evolução e distribuição da população católica no nosso país, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX até à atualidade.

Para este estudo considerámos a integração da variável "religião" num conjunto mais vasto de indicadores socioeconómicos, com particular destaque para a transição demográfica e modernização cultural, económica e tecnológica que ocorreu em Portugal na era pós-moderna.

III CAPÍTULO

A particularidade da Igreja Católica e o caso de Portugal – o território e a identidade religiosa

3.1. O processo de mudança em Portugal – a desconstrução da identidade religiosa da sociedade portuguesa

O estudo da geografia da identidade religiosa dos portugueses revela-se uma tarefa sistémica e em constante mutação, não só porque a religião está relacionada com outros fatores identitários, como a cultura, a nacionalidade, a língua ou o género, como também a ligação entre o sagrado e os fiéis está associada a fenómenos íntimos, subjetivos e transcendentes.

Conforme concluímos no capítulo anterior, criam-se múltiplas territorialidades, híbridas e inacabadas, por vezes contraditórias, uma vez que se constroem e moldam ao longo do percurso religioso dos fiéis e, por isso, estão dotadas de diferentes interpretações ou tendências.

Para além das questões identitárias, culturais, ideológicas e espirituais, é necessário ponderar um conjunto mais vasto de fatores inerentes à estrutura e à evolução da sociedade portuguesa. Isto porque a análise da geografia da identidade religiosa, onde se inclui a diversidade de filiações e de movimentos religiosos e a evolução numérica e a distribuição espacial da população crente, tem subjacente a organização da própria igreja e a respetiva relação com o Estado Português, mas também, de forma transversal e dialética, a realidade demográfica, social, económica, política e jurídica que caracteriza o território nacional (André, 1988:225).

Sendo a prática religiosa um comportamento social, consideramos ser necessário interpretar a identidade religiosa com base nas trajetórias de desenvolvimento que caracterizaram Portugal nos séculos XX e XXI, ponderando muitos domínios da sociedade portuguesa, o seu enquadramento à escala mundial e europeia e os diferentes contextos demográficos nacionais. A leitura destes elementos contextualiza e justifica a identidade, a conduta social e a territorialidade da população portuguesa, compreendendo a relação com os lugares sagrados, o uso e a apropriação dos diferentes espaços materiais e imateriais.

À semelhança do que aconteceu na grande maioria dos países europeus, Portugal conheceu, embora de forma tardia, se compararmos com muitos países da Europa Ocidental, como a França, o Reino Unido ou a Alemanha, o seu processo de modernização demográfica ao longo dos séculos XX e XXI. A aproximação ao modelo demográfico dos

países mais desenvolvidos faz-se pela assunção de modos de vida modernos e pós-modernos, pela diversificação da estrutura familiar e conjugal, pelo processo de urbanização de áreas urbano-industriais, pela terciarização progressiva do setor económico nacional, pela complexificação das assimetrias regionais de desenvolvimento que ultrapassam os binómios norte/sul, litoral/interior e urbano/rural, pela valorização do turismo e pela preservação do património material e imaterial, pela integração dos portugueses nos grandes fluxos migratórios, pela partilha nas redes de comunicação e difusão do conhecimento e pela convergência nacional e comunitária dos padrões de consumo, entre outros. Estas são apenas algumas mudanças que a sociedade portuguesa sofreu e que, na grande maioria das situações, foram potenciadas pela absorção do processo mundial de globalização que caracterizou, de forma particular, as sociedades ocidentais. Acrescentamos ainda a democratização do quadro político nacional a partir do 25 de abril de 1974 e a integração na Comunidade Económica Europeia a 1 de janeiro de 1986.

Estas transformações foram interpretadas no seio do pensamento intelectual e científico que, também em Portugal, promoveu a desconstrução do quadro de segurança ontológico que sustentava um país rural, tradicional, católico e fechado sobre si próprio.

As âncoras da sociedade moderna estavam centradas no poder do Estado, na influência da Igreja Católica e na estruturação e na organização das famílias nucleares portuguesas. Aliás, a trilogia da educação nacional estava alicerçada na máxima advogada pelo Estado Novo - "Deus, Pátria e Família"-, explicando muitos dos comportamentos e das atitudes dos portugueses.

Contudo, os emergentes movimentos das elites estudantis, políticas ou feministas, entre outras, tornaram-se mais curiosos e críticos perante as mudanças ocorridas, em particular, nos contextos urbanos e pós-coloniais. Multiplicaram-se as manifestações das elites a favor da mudança da sociedade portuguesa. As reivindicações estudantis dos anos 60, por exemplo, ultrapassam os interesses meramente académicos e associativos e atingem uma larga franja da sociedade portuguesa. O desconstrutivismo do pensamento intelectual e científico gerou, também em Portugal, uma força adicional a favor da crítica social, do descontentamento político e da abertura da sociedade ao outro, em particular das situações dos povos colonizados. Cruzam-se as ideias políticas, quer à esquerda quer à direita, e, mesmo em termos religiosos, a juventude universitária católica assumiu algum protagonismo na defesa dos direitos do homem e na proclamação da liberdade.

As questões associadas à identidade e à cultura, onde incluímos a religião, tornaram-se determinantes para perceber a forma como os portugueses se organizam no presente e se relacionam entre si, mas também como interagem com as outras sociedades e países. E, neste sentido, consideramos que, para analisar a geografia da identidade religiosa, é necessário recorrer a uma explicação mais abrangente e ancorada na caracterização dos diferentes contextos territoriais que compõem toda a realidade nacional.

Por estas razões, procedemos à leitura da evolução da demografia portuguesa, incluindo as grandes linhas de transformação social, cultural, económica, política e até jurídica, que marcaram a nossa sociedade e que acentuaram as desigualdades regionais do território nacional. Contemos, nesta abordagem, a análise dos grandes ciclos de transição demográfica, os ritmos de crescimento populacional, as estruturas demográficas e a distribuição geográfica das pessoas que, em conjunto, permitem avaliar as mudanças estruturais e conjunturais de um país inteiro, mas também as alterações específicas de cada região nacional ou parte dela.

3.1.2. A demografia portuguesa do século XX – os processos de transição demográfica e o alcance de modos de vida pós-modernos

Situemo-nos entre o final do século XIX e os últimos anos da década de 50 do século XX, período que, segundo o modelo de transição demográfica analisado por João Ferrão (2005:50-52), corresponde ao arranque do processo ou à primeira fase.

Portugal registou, neste período específico, um aumento populacional na ordem dos 10% (figura 16), situando-se no ano de 1940 nos 7.755.423 residentes e no ano seguinte nos 8.510.240 residentes. Este crescimento populacional esconde algumas fragilidades demográficas e disparidades regionais[78].

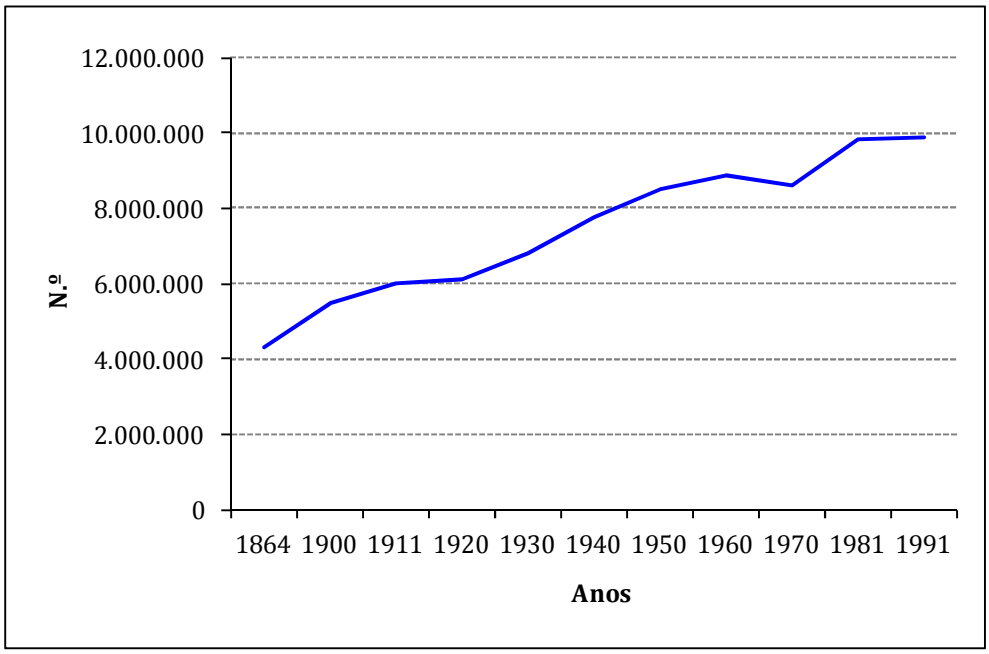


Figura 16: Evolução da população residente em Portugal, 1864-1991[79]

Fonte: INE

A demografia portuguesa mantinha, durante os primeiros anos do século XX, alguns traços do Antigo Regime, caracterizado por um crescimento irregular face às

[78] Para a análise complementar do ponto 3.1.2. deverá ser consultado o Anexo II.

[79] No presente capítulo optámos por analisar a evolução demográfica da população portuguesa em dois contextos: um corresponde às transições demográficas ocorridas ao longo do século XX e o segundo à evolução demográfica que caracteriza o século XXI. Para estas duas análises procedemos à elaboração de gráficos e de quadros que representam, nalgumas circunstâncias, as mesmas variáveis estatísticas. Ou seja, no primeiro contexto optámos por apresentar gráficos com valores entre 1864 e 1991 e, no sendo contexto, a mesma variável mas entre 1991 e 2013.

oscilações da taxa de mortalidade, associada a epidemias, como a gripe pneumónica, que atingiu a sociedade portuguesa por volta de 1918, mas também a outros fatores, como as guerras, as invasões ou as condições precárias de vida, situando a esperança média de vida, em 1920, na ordem de 35,8 anos para os homens e 40,0 para as mulheres[80].

No entanto, com a melhoria das condições de vida e a menor incidência de períodos de crise, assistimos ao arranque do processo de modernização demográfica. Este período caracteriza-se pela diminuição da taxa bruta de mortalidade, que passa de 20,0‰ em 1920 para 15,0‰ em 1940 e 12,0‰ em 1950 (figura 17) e, ainda pelo decréscimo da taxa da mortalidade infantil que passa de 155,0‰ em 1920 para cerca de 131,0‰ em 1940 e para 94,0‰, em 1950 (figura 18). Esta redução da mortalidade infantil representou uma das alterações mais significativas no contexto demográfico, social e de saúde em Portugal, de forma particular a partir da década de 50. Acresce ainda o aumento da esperança média de vida e o início do envelhecimento demográfico.

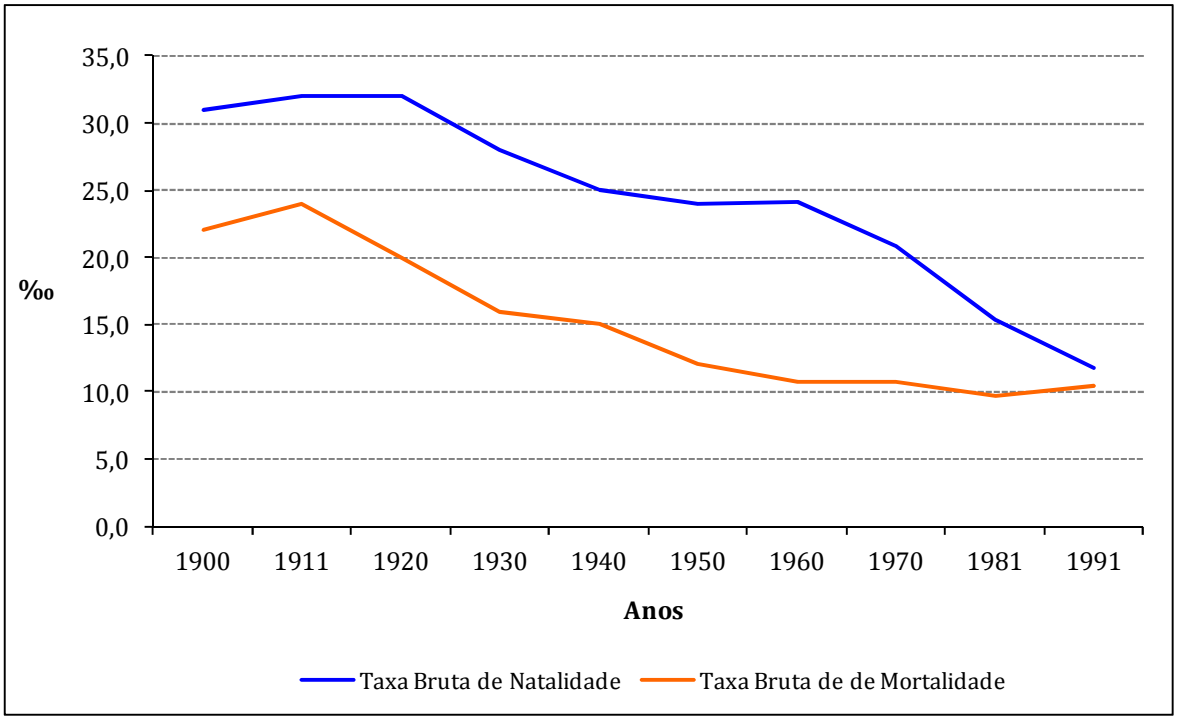


Figura 17: Evolução da taxa bruta de natalidade e da taxa bruta de mortalidade em Portugal, 1900-1991
Fonte: INE, PORDATA

[80] A esperança média de vida aumenta de forma significativa, sendo que, em 1940, era de 49,1 anos para os homens e de 53,6 anos para as mulheres.

Registamos ainda a estabilização ou a ligeira diminuição da fecundidade que se associa à manutenção da taxa bruta de natalidade em níveis elevados, que regista 25,0‰ em 1940 e desce apenas 1 valor em 1950 (figura 18). O saldo natural foi superior ao saldo migratório, pese embora a ocorrência de alguns períodos de forte emigração, em particular para países como o Brasil e os EUA, que correspondem às duas grandes guerras mundiais.

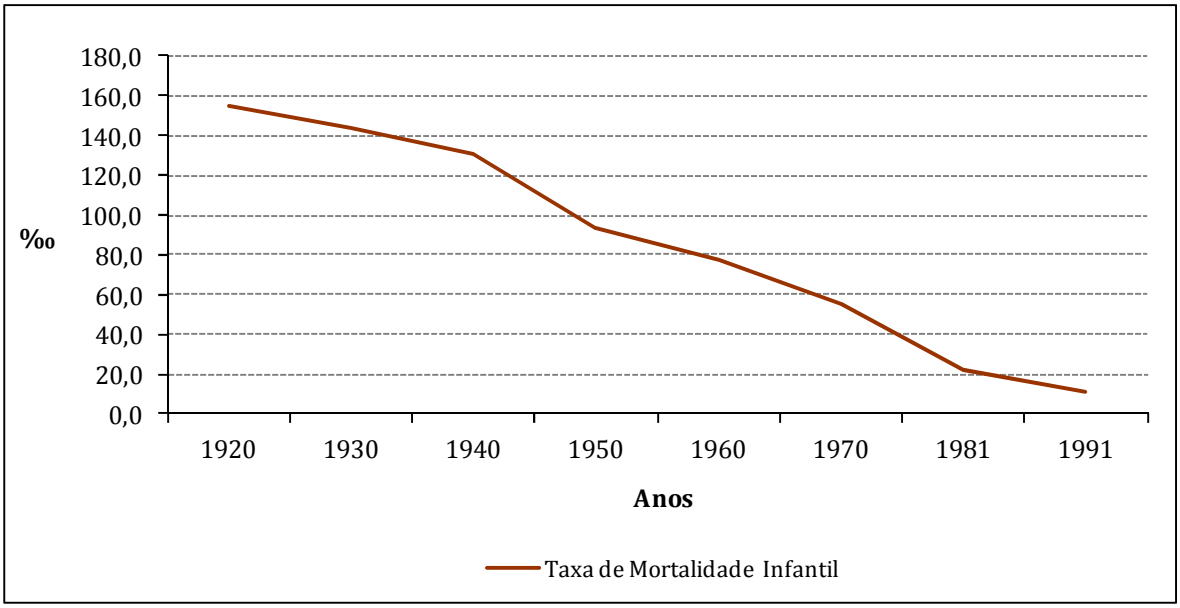


Figura 18: Evolução da taxa de mortalidade infantil em Portugal, 1920-1991

Fonte: INE, PORDATA

Esta primeira fase do processo demográfico é marcada por uma geografia de contrastes entre as regiões do país, embora prevaleçam, em diversas áreas do território nacional, muitas características de um Portugal tradicional e rural, que vão desde o peso relativo das famílias complexas, ao peso do Produto Interno Bruto e da população ativa no setor primário. Em 1940, a percentagem de ativos neste setor era de 49,8%, ou seja, quase metade da população ativa tinha a sua atividade na agricultura, na silvicultura ou na pesca. Nos anos seguintes, registamos o início do declínio deste setor, em 1950 com 48,4% e em 1960 com 42,8%, a favor dos setores modernizantes da indústria e dos serviços.

As diferenças regionais refletem o processo de industrialização, que criou uma nova geografia das matérias-primas, uma fixação privilegiada das unidades industriais em determinadas áreas do país, como aconteceu nos concelhos de Setúbal ou de Sines, impulsionando a mobilidade interna dos recursos humanos e a estrutura económica. De

forma consequente, desde meados do século XX, assistimos também ao processo de desruralização, que se traduziu na atrofia socioeconómica das áreas rurais do país, em particular as do interior. Constata-se a diminuição e o envelhecimento da população residente, o empobrecimento do sistema produtivo, incluindo a diminuição do número de trabalhadores, e do volume de trabalho no setor primário a falência de muitos serviços locais e ainda a degradação do património edificado (Silva, 2008:6-7).

Estas duas situações, a terciarização e a desruralização, alteraram a geografia económica, social e urbana do país. Apesar do processo de urbanização ter sido lento desde o início do século XX até à década de 40, a partir da década seguinte aumenta a concentração populacional em aglomerados com mais de 10 mil habitantes. Sobressai a litoralização ou o crescimento de Lisboa, Porto e Setúbal, que se tornaram nos pólos económicos mais dinâmicos do território nacional. Constituem bacias de emprego atrativas tanto para a população estrangeira que chega a Portugal, como para a população que se desloca das áreas menos desenvolvidas do interior do país. Um dos efeitos mais significativos foi o incremento das interdependências entre o litoral e o interior e entre a cidade e o campo e o alargamento das bacias de emprego que ocorre, não apenas nestes pólos, mas também noutras cidades intermédias como Coimbra, Viseu e Castelo Branco.

Aumentam as migrações pendulares e expandem-se os subúrbios das grandes cidades, formando cidades satélites e consolidando a tendência para a urbanização difusa, sobretudo no norte litoral, sendo exemplo os concelhos de Guimarães, de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia. De forma paralela, ocorrem situações típicas da urbanização *in situ*, ou seja, embora haja a permanência espacial, a população beneficia da mudança de atividade económica e do modo de vida urbano.

Face a este conjunto alargado de mudanças, consideramos que é neste período que emergem, no nosso país, os fundamentos para a modernização da sociedade portuguesa, embora de forma muito ténue.

Note-se que este contexto foi marcado pelo regime político do Estado Novo (1926-1974), caracterizado como um Estado autoritário, autocrata e corporativista, que durante quase uma década não fomentou uma sociedade democrática nem igualitária. O Estado foi um dos instrumentos responsáveis pelo caráter fechado da sociedade portuguesa, contrariando, em parte, o passado expansionista da era dos Descobrimentos marítimos do império português colonial e até do passado marcado pelos fluxos de população emigrante. Acresce que Portugal apresentava uma agricultura frágil, uma industrialização

incompleta, um lento processo de urbanização, uma taxa de analfabetismo persistente. Daqui se configura uma sociedade tendencialmente homogénea, uma sociedade civil pobre, dependente e pouco diversificada (Barreto, 1995:842). As relações humanas e sociais estavam assentes na família nuclear numerosa e nos costumes, as hierarquias eram informais e atávicas, a economia era de subsistência e o setor primário ainda organizava grande parte da vida económica. A religião era centralizada e de Estado, dominando a cultura e determinando o comportamento dos indivíduos (Barreto, 1995:842-843). Significa que o Estado Novo fomentou um sistema definido e estável entre o Estado e a Igreja Católica. A comunhão entre ambos foi oficializada em 1940, aquando da assinatura da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, definindo a Igreja Católica como a religião tradicional da Nação, beneficiando de alguns privilégios e vantagens na organização da sociedade.

Ao reconhecer a personalidade jurídica da Igreja Católica e o livre exercício da sua autoridade (Oliveira, 1994:262), o Estado radicalizou a sua posição a favor do catolicismo professante, defendendo um contexto cultural, religioso e ideológico muito rígido, negando, por vezes, a igualdade plena de direitos de crentes de outras religiões (Miranda, 1986:121). Na revisão Constitucional de 1951, por exemplo, foi proibida a difusão de doutrinas contrárias à ordem social estabelecida, ou seja, são proibidas as confissões não católicas (Miranda, 1986:122). Assim, neste contexto político e até jurídico, a Igreja Católica foi encarada como um elemento protetor e estruturador da ordem social, oferecendo à sociedade a sua organicidade hierárquica (Clemente, *et al*:2002:19).

Citando Hermínio Martins (1998[81]), António Barreto afirma que Portugal não possuía uma sociedade plural. O país era dotado de um "*alto grau de homogeneidade etno-cultural*", justificado por "*um território, um povo, uma nação, uma língua, uma fronteira, uma religião: forjados há séculos, mantidos durante séculos, estas realidades compunham uma unidade rara e permanente na história. Uma unidade ainda sublinhada pela pequenez da dimensão e a periferia da geografia*" (Barreto, 1995:842).

Mesmo no contexto metropolitano, não se reconhece Portugal como uma sociedade plural e diversificada em termos étnicos, culturais e religiosos. Note-se que, no caso da população que se desloca do campo para as cidades, por exemplo, mantêm-se os

[81] Hermínio Martins analisa a sociedade contemporânea portuguesa na obra *Classe, status e poder - e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, publicada pela Imprensa de Ciências Sociais.

hábitos e as sociabilidades religiosas, consolidando a persistência de práticas e rituais católicos nos meios urbanos. Também nos concelhos do interior a situação parece inalterada. Em algumas áreas do interior do país, a sociedade assume-se como rural, provinciana, patriarcal e de patrocinato local. O peso do envelhecimento e das famílias complexas e numerosas, a falta de escolarização, a persistente ruralidade e a elevada percentagem de população a trabalhar no setor primário, a falta de acesso aos grandes serviços públicos e a experiência da emigração, são alguns indicadores que evidenciam a estagnação social e a falta de abertura no campo das mentalidades. São áreas mais conservadoras onde as hierarquias estavam centradas na Igreja Católica, em que o pároco era o mediador social, e entre as populações e o Estado.

Por estas razões, em 1940, cerca de 93,1% da população portuguesa era católica e apenas 0,8% assumia pertencer a outros grupos religiosos cristãos ou não cristãos e 4,5% não tinha religião. A partir desta década, até ao recenseamento geral da população de 1960, a percentagem de população católica aumenta, registando em 1950 um valor de 96,0% de crentes do catolicismo e, no ano seguinte, cerca de 97,9% (quadros 13 e 14).

Consideramos, no entanto, que, a importância e o poder da Igreja Católica no contexto nacional estão muito para além destes valores estatísticos. Neste período, registamos o alargamento ou a persistência da sua influência nos mais variados campos da sociedade, diversificando a sua territorialidade e consolidando a sua posição social e institucional. A Igreja Católica expandiu a sua presença no território português, incluindo o Ultramar, reabriu seminários e reforçou os meios de comunicação que estavam ao seu serviço, como a Rádio Renascença, o jornal Novidades e as revistas Brotéria e Lúmen. Nestes tempos, "*organizam-se numerosas peregrinações nacionais e internacionais, demonstrações públicas de fé, com a revitalização de muitas procissões de grande tradição popular, e uma série de congressos teológicos, filosóficos e científicos, reuniões culturais-religiosas e semanas sociais*" (Oliveira, 1984:277).

Acresce ainda a presença nas escolas de práticas e de símbolos religiosos, como o crucifixo nas salas de aula, a criação da Cáritas Diocesana (1956), da Conferência Episcopal Portuguesa (1965), da Universidade Católica Portuguesa (1967), de três novas dioceses – Setúbal, Santarém e Viana do Castelo - (1975), da União das Misericórdias Portuguesas (1976), da expansão de colégios privados administrados pela Companhia de Jesus, entre outras.

Destacamos também a construção da Capelinha das Aparições em 1919 e a sagração da Basílica do Rosário no Santuário de Fátima em 1953 que, no conjunto, formalizaram a construção de um geossímbolo nacional, que está no centro de múltiplas redes de pertença e no centro da cartografia dos lugares de culto e dos lugares sagrados do território português e do mundo.

Em termos institucionais, a Igreja Católica alargou o seu campo de ação criando novos espaços de afirmação através das respetivas obras e instituições, desde o ensino à cultura e às instituições de solidariedade social. Ou seja, a própria Igreja Católica encontrou formas diferenciadas de demonstrar a sua força e a sua presença na sociedade portuguesa, reforçando a apropriação espacial e a sua presença e difusão na paisagem material e imaterial. Trata-se de um espaço abstrato, porque compreende as crenças, os valores e a fé dos portugueses, mas também um espaço físico e concreto, estando em causa o aumento do número de lugares de culto e a estruturação da Igreja Católica através de uma rede densa e coesa de lugares sagrados ou de lugares integrados na organização da Igreja Católica em Portugal. A Igreja Católica foi ocupando o território nacional e definindo a sua própria territorialidade, cada vez mais organizada e densa.

Neste período, para além de ponderar a evolução de alguns indicadores sociodemográficos, é importante dar conta destes condicionalismos que favorecem um catolicismo professante e que, de forma paulatina, começam a ser alterados no início da década de 80 e nas seguintes.

Seguindo a leitura periodizada da evolução demográfica, o intervalo entre os anos 60 e o início dos anos 90, corresponde à concretização do processo de modernização demográfica ou à segunda fase da transição demográfica (Ferrão, 2005:52). Neste período, a população portuguesa conheceu "*alterações significativas ao nível das condições de vida, da organização da família, do funcionamento do mercado de trabalho, do posicionamento internacional do país e dos estilos de vida, suscitando, direta ou indiretamente, a modernização crescente dos comportamentos demográficos portugueses*" (Ferrão, 2005:55).

Esta fase traduziu-se no declínio da fecundidade, sendo que, em Portugal e até meados dos anos 70, o índice sintético de fecundidade (ISF) permitia assegurar a

substituição das gerações[82], o que deixa de acontecer a partir de 1981, altura em que o nosso país passa de um ISF de 2,13 para 1,56 em 1991. Verificou-se a diminuição do número de nados-vivos, que passa de cerca de 213 mil nascimentos, em 1960, para 180 mil, em 1970, e 152 mil, em 1981. Por esta razão, a taxa bruta de natalidade, embora em níveis elevados, passa de 24,1‰ em 1960, para 15,4‰ em 1981. Este contexto reflete também o aumento da idade média da mulher à maternidade, em parte reflexo da "abertura modernizante marcelista" e de divulgação dos métodos modernos de contraceção e de planeamento familiar (Ferrão, 2005).

A evolução dos indicadores de fecundidade e de natalidade está relacionada com a alteração das formas de conjugalidade, dos novos valores face ao casamento e ainda das alterações na estrutura, na organização e na vivência familiar, sendo que a família extensa tradicional dá lugar à família nuclear de pequena dimensão. A taxa de nupcialidade diminui, sendo exceção a década de 70[83], altura em que interferem fatores como a assinatura do protocolo adicional à Concordata entre o Estado português e o Vaticano (1975), que veio a permitir o divórcio aos casados pela Igreja Católica e o respetivo recasamento civil, mas também o retorno de portugueses das ex-colónias e dos militares que participaram na guerra colonial, fazendo aumentar o número de casamentos (Pina *et al*, 2014:36). Depois dos anos 70, a tendência de aumento da taxa de nupcialidade inverteu-se, sendo que, até aos anos 90, o valor se situa na casa dos 7 casamentos por 1.000 habitantes.

Relativamente à mortalidade geral e infantil, continua a tendência de diminuição sendo que, em 1960, morriam 77,5 crianças com menos de 1 ano por cada 1000 nados--vivos, na década de 70 desce para 55,5 crianças, em 1981 para 21,8 e em 1991 para 10,8.

Também durante estes períodos se regista o acréscimo da esperança média de vida que passa de 67,1 anos em 1970, para 71,7 anos em 1981, bem como o aumento do envelhecimento da estrutura etária, que passa de 34,0 anos em 1970, 44,9 em 1981 e 68,0 na década de 90 (figura 19). Este último indicador reflete o alargamento dos serviços de assistência social do Estado, que procuram promover as condições básicas de apoio à população, em particular às crianças, aos idosos e aos doentes.

[82] Para o efeito, o valor calculado é de 2,1 crianças por mulher.
[83] Segundo o INE, em 1960, a taxa de nupcialidade era de 7,8 casamentos por cada 1000 habitantes; em 1970, subiu para 9,4 e em 1981 desceu para 7,7.

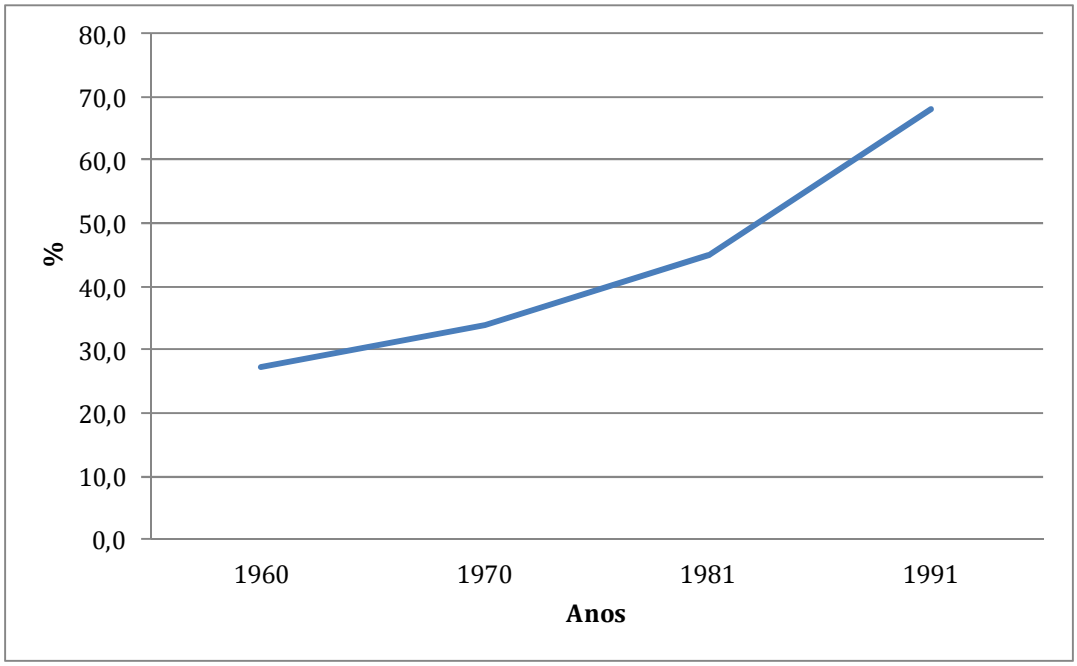


Figura 19: Evolução do índice de envelhecimento em Portugal, 1960-1991

Fonte: INE

A par destes indicadores demográficos, ocorrem no nosso país ciclos e contraciclos emigratórios de grande intensidade, como o primeiro ciclo emigratório europeu de 1962 a 1973, com incidência em países europeus industrializados como a França, por exemplo, e posterior contraciclo entre 1973 e 1976, ou mesmo o contraciclo colonial após a descolonização de 1974, com o retorno da população proveniente das ex-colónias de Angola e de Moçambique, e o segundo ciclo europeu após os anos 80. Face a estes episódios, a transição demográfica é marcada por saldos naturais positivos, mas em baixa, e saldos migratórios negativos (Ferrão, 2005:60) (figura 20).

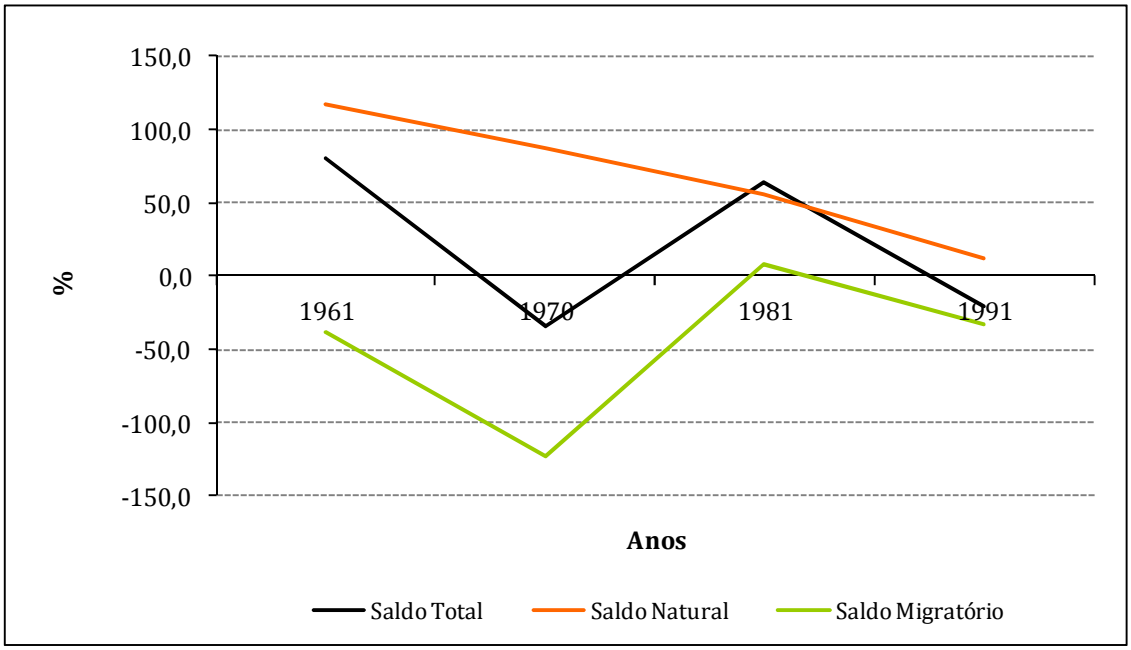


Figura 20: Evolução dos saldos populacionais: total, natural e migratório em Portugal, 1961-1991
Fonte: INE

No conjunto, estas alterações demográficas resultaram de várias transformações nas estruturas económicas, políticas, sociais e culturais, que coincidem com a abertura de Portugal a outras realidades europeias e mundiais. Desde o início das transmissões televisivas (1957), à adesão à EFTA (1960), ao surto emigratório para a Europa (1960-1973), à eclosão da guerra colonial (1961-1974), à emergência de Portugal como destino turístico, sobretudo a partir dos anos 60, à modernização económica, cultural e social do período marcelista (1969-1973), à entrada na Comunidade Económica Europeia (1986), Portugal e a sociedade portuguesa conheceram uma intensa alteração de valores, atitudes e comportamentos não conciliáveis com os padrões antigos (Ferrão, 2005:54-55).

Salientamos também as mudanças resultantes do novo contexto democrático dos anos que se seguiram ao 25 de abril de 1974, que refletiu uma sociedade mais aberta no domínio interno, com a propaganda de maior liberdade de expressão, de associação e de manifestação. Em termos de valores e de práticas sociais, há tendências muito concretas de autonomia e de liberdade individual que se devem, em parte, ao aumento do protagonismo feminino e ao alargamento da classe média. Estes dois grupos representam um elemento vital nas democracias contemporâneas ocidentais, ao assumirem uma posição cimeira na difusão de valores e de práticas sociais mais modernas e, de uma forma emergente, uma nova posição face aos valores éticos, ideológicos e religiosos.

A autonomia das mulheres e o respetivo protagonismo em muitos contextos familiares, sociais, profissionais e até académicos e científicos, traduziu-se numa nova forma de encarar a sexualidade e a relação com o corpo e, de forma consequente, numa nova atitude perante a natalidade e a adoção de outros métodos contracetivos. Esta atitude das mulheres portuguesas contraria, em parte, a doutrina e a propaganda da Igreja Católica em relação ao número de filhos e à estrutura da própria família. Note-se ainda que a relação das mulheres com a Igreja Católica é ainda mais estreita quando ponderamos a prática religiosa, uma vez que são as mulheres e não os homens que mais frequentam a missa dominical[84] e, nestas circunstâncias, a perda de vínculos da mulher à doutrina católica tem efeitos imediatos na identidade religiosa dos portugueses.

Esta postura é partilhada pelas novas classes médias que, dotadas de altos níveis de instrução, recusam as propostas da Igreja Católica, revelando-se não praticantes e mais abertas a novas formas de religiosidade (Pais *et al*, 2001:125).

Significa isto que, a partir de grupos específicos da sociedade, começa a emergir, mesmo em termos das questões ideológicas, espirituais e religiosas, uma maior abertura e uma maior diversidade de escolhas e de filiações. Em 1960, a percentagem de população católica era de 97,9% e, vinte anos mais tarde, esta percentagem desce para os 81,1%.

A descida da população católica é acompanhada de um aumento de população crente noutras religiões, que passa de 0,4% em 1960 para 1,5% em 1981. O aumento mais significativo é, contudo, o do grupo de população que se assume sem religião e da população que, usufruindo de maior liberdade de expressão, opta por não responder ao inquérito do INE sobre esta matéria. A religião tornou-se também numa questão mais pessoal e vivida de forma individual, conforme constatámos no capítulo anterior.

Também, ao nível externo, Portugal mostrou-se favorável e recetivo a tudo o que vem de fora, incluindo uma nova forma de estar no mundo e a aceitação de uma organização da vida pessoal mais crítica, atenta e abrangente e, por isso, menos tradicional e menos centralizada nas crenças religiosas, em particular na Igreja Católica. Consideramos que esta abertura coincidiu, em termos jurídicos e políticos, com a influência da Constituição de 1976 e da proclamação da inviolável liberdade de

[84] Segundo a CEP, em 1977 cerca de 61% da população católica praticante são mulheres e apenas 39% são homens.

consciência, de religião e de culto[85], mas também, em termos sociais, com a força dos fluxos migratórios na estruturação da sociedade portuguesa.

Assistimos à reconfiguração dos movimentos populacionais e ao rejuvenescimento da estrutura etária, uma vez que continuavam a chegar ao nosso país vagas de população jovem imigrante de diversas origens. No ano de 1981, os grupos mais numerosos são o dos cabo-verdianos e o dos brasileiros, que aceitam empregos pouco qualificados na construção civil ou na restauração, por exemplo. No caso destas comunidades, a língua e os laços culturais facilitam a sua inserção (cf. Daveau, 1998:37; Malheiros; 2013:34). A juntar a estes grupos regista-se também a entrada em Portugal de asiáticos, principalmente de indianos, de paquistaneses e de chineses que vêm adensar o número de nacionalidades identificadas no nosso país (Baganha *et al*;1999:149; Malheiros, 2013:161).

Conforme iremos verificar mais adiante, a população imigrante contribui para a consolidação do catolicismo enquanto religião maioritária, mas também para a difusão de outros grupos religiosos minoritárias constituídos, em grande parte, pelas igrejas evangélica e ortodoxa ou de outros grupos não cristãos como o islamismo e o hinduísmo. São exemplos a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Maná e os cultos afro-brasileiros, como a Umbamda e o Candomblé (Monteiro, 2012:162), mas também o grupo dos muçulmanos e dos cultos de origem oriental (Malheiros, 2013:162-163)

Por outro lado, registamos, neste período, o regresso de portugueses, onde incluímos os chamados "retornados", os seus filhos e familiares que residiam nas ex-

[85] Em termos constitucionais, um dos sinais de abertura da sociedade portuguesa resultou na revisão da Constituição de 1933 com a publicação da Lei n.º 3/71 de 16 de agosto e com a publicação da Lei n.º 4/71 de 21 de agosto sobre a Liberdade Religiosa. A religião católica deixa de ser a "religião da Nação Portuguesa" e passa a ser a "religião tradicional da Nação Portuguesa", tendo sido declarada a liberdade de culto e de organização a todas as confissões religiosas, desde que não contrariassem os fundamentos da ordem constitucional (Miranda, 1986:123). As confissões não católicas foram reconhecidas, muito embora em moldes ainda restritos. Mas a liberdade religiosa sem aceção de confissões e sem quaisquer limites específicos viria a ser proclamada com a Constituição de 1976. Nela se dá conta da inviolável liberdade de consciência, de religião e de culto, sendo que os crentes podiam manifestar a sua religião de forma livre, individual ou em comunidade, em público ou em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. A partir deste documento, são estipulados os pressupostos que conduzem a uma maior liberdade religiosa, que vão desde a liberdade de ensino de qualquer religião à utilização de meios de comunicação social pelas confissões religiosas. A liberdade religiosa foi considerada como um "*direito fundamental e, dentre os direitos fundamentais, pertence ao elenco dos que têm um regime jurídico-constitucional reforçado, os direitos, liberdades e garantia*" (Miranda, 1986:127).
Apesar destes avanços em termos jurídicos e institucionais, a população portuguesa não se desvincula da matriz hegemónica da Igreja Católica, não sendo notória a influência de outros movimentos religiosos ou espirituais.

-colónias e que, aquando o processo de descolonização (1974-1976), e face a um período de insegurança e de desorganização económica, voltaram ao país de origem com uma maior experiência profissional, social e cultural. Demonstram uma maior abertura no campo das mentalidades e dos comportamentos, com destaque também para a questão religiosa.

Sobre este aspeto, Suzanne Daveau (1998:58) conclui que o processo de emigração é um "*potente instrumento de mistura de gente e de contactos culturais (…) um dos fatores mais importantes da homogeneidade da moderna cultura portuguesa e da sua abertura para o Mundo. Ainda que se integre com facilidade no estrangeiro, o Português regressado volta a inserir-se em muitos problemas na sociedade de origem, que enriquece e renova com a experiência adquirida*".

Consideramos que os movimentos migratórios, a par de outros fatores como o progressivo acesso à escolaridade obrigatória, a difusão dos meios de comunicação e a maior cobertura nacional de serviços e de empresas são veículos de difusão de novos estilos de vida, padrões de consumo, valores, atitudes e comportamentos dos portugueses. No entanto, muito caminho estaria por ser percorrido, pois Portugal continuava a ser um país que se guiava pela sua história e sólida tradição, onde a religião mantém o seu papel quase inalterado, enquanto identidade coletiva e enquanto instituição social e familiar.

3.1.3. As recentes mudanças na demografia portuguesa e o reflexo na alteração dos comportamentos, valores e crenças dos portugueses. A diversidade do universo religioso

A partir dos anos 90 até à primeira década do século XXI, Portugal recupera o atraso, em particular o demográfico, que detinha em relação a muitos países do Norte e do Centro da Europa e vê consolidado o seu processo de transição demográfica. A desaceleração do crescimento populacional e a consolidação da modernização demográfica são algumas das tendências que inclui o nosso país nos cenários demográficos, mas também sociais e culturais pós-modernos, onde contemos a aproximação às condições de vida, à organização familiar e aos estilos de vida dos países mais desenvolvidos[86].

Entre 1981 e 1991, o país registou um aumento populacional de 0,3% e, na década seguinte, de quase 5%, altura em que ultrapassa os 10 milhões habitantes (figura 16). A partir de 2001 a população aumentou, embora que de forma mais suave até 2009, ano em que atinge os 10.573.479 residentes (figura 21). Nos censos de 2011 e nas estimativas intercensitárias que o INE apresenta até 2013, constatamos variações populacionais negativas, sendo que, entre 2010 e 2011, a diminuição foi na ordem dos 0,3%, entre 2011 e 2012 de cerca de 0,5% e entre 2012 e 2013 de 0,6%.

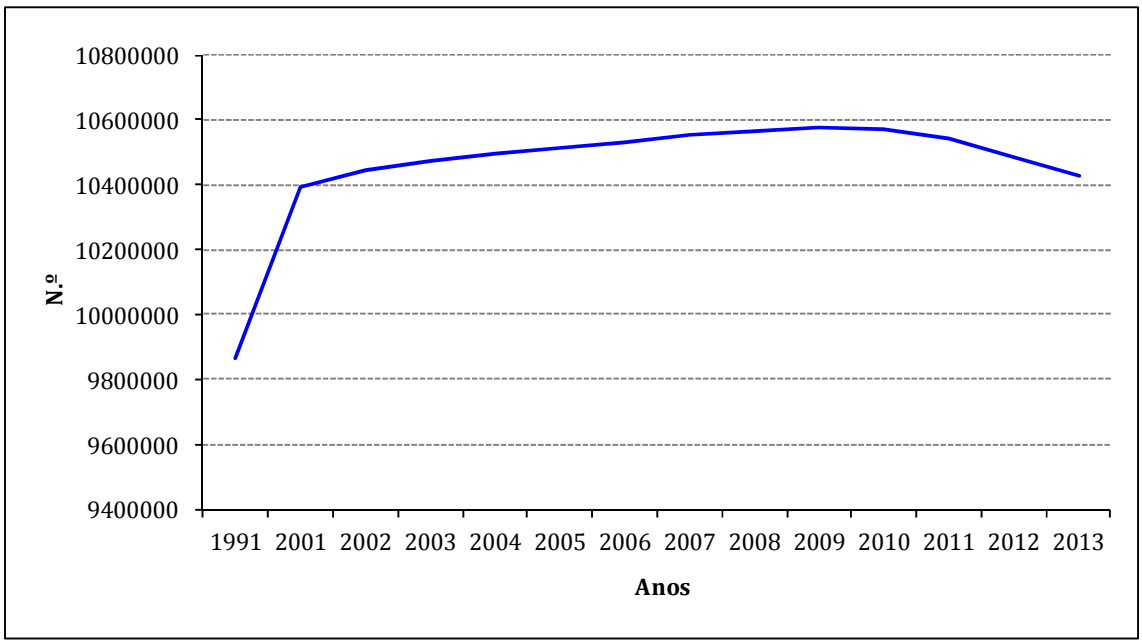


Figura 21: Evolução da população residente em Portugal, 1991-2013

Fonte: INE, PORDATA

[86] Para a análise complementar do ponto 3.1.3 deverá ser consultado o Anexo II.

Nos dois primeiros anos da década de 90, o saldo natural mantinha-se estável mas o saldo migratório foi negativo (figura 20). Nos anos seguintes, verifica-se uma dupla recuperação do saldo natural e migratório, ou seja, a população residente cresceu à custa de um saldo positivo entre o número de nascimentos e de óbitos e um saldo positivo entre a população que entra e a população que sai do nosso país. De notar que, entre 1991 e 2001, quase duplica o número de população estrangeira residente em Portugal, passando de 113.978 para 223.997 indivíduos, reconhecendo que Portugal se tornou num país atrativo, em particular no que diz respeito à oferta de emprego e às condições de trabalho. A imigração influencia, de forma decisiva, o crescimento efetivo da população portuguesa, permitindo João Ferrão (2005:62) concluir que "*o forte incremento da imigração observado nos anos 90, com saldos migratórios positivos a partir de 1993, num contexto de saldos naturais baixos, alterou radicalmente a situação prevalecente*".

No entanto, esta situação é alterada, sendo que, desde 2010, o país registou um saldo total negativo, ou seja, inicia-se um processo de desaceleração ou de diminuição da população residente. Neste ano, o saldo natural foi de -4.573 indivíduos e o saldo migratório foi positivo, na ordem dos 3.815 indivíduos, situação que se altera no ano de 2012, em que todos os saldos são negativos. Em 2013, esta situação agrava-se, registando-se um saldo natural de -23.756 indivíduos, um saldo migratório de -36.232 e um saldo total de -59.988 (figura 22). Daqui se conclui que esta situação decorre de fatores como o aumento da taxa de mortalidade, do contínuo processo de envelhecimento da população, do aumento da longevidade, dos saldos naturais negativos e não compensados pelos saldos migratórios e do crescimento efetivo negativo.

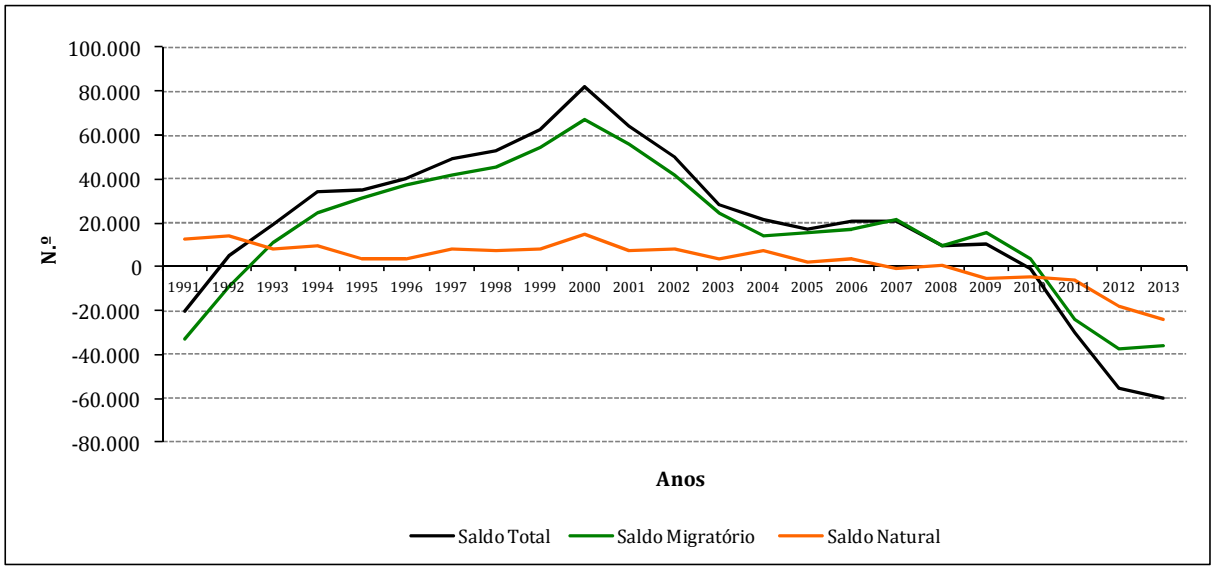


Figura 22: Evolução do saldo natural e do saldo migratório em Portugal, 1991-2013

Fonte: INE, PORDATA

Continuamos a registar uma persistente descida da fecundidade, incapaz de assegurar a renovação das gerações. Segundo o INE, o ISF era de 1,56 em 1991, descendo para 1,45 em 2001 e 1,35 em 2011. Em 2012, Portugal apresentava um valor de 1,28, o que faz com seja, nesse ano, o país da União Europeia com o valor mais baixo, continuando a mesma tendência no ano de 2013.

De forma consequente, a taxa bruta de natalidade regista os valores mais baixos de sempre, sendo que no ano de 1991 era de 11,7‰, em 2001, de 10,9‰ e nos censos de 2011 desce para os 9,2‰. Para o ano de 2012, o INE refere que a descida é persistente, registando um valor de 8,5‰ e, em 2013, de 7,9‰ (figura 23).

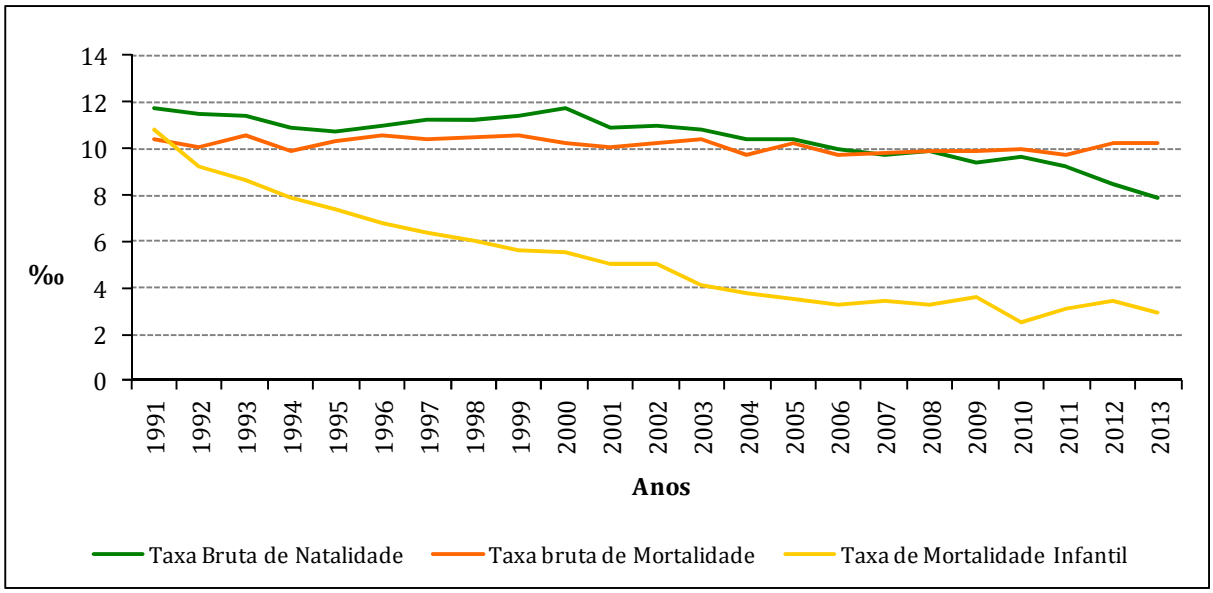


Figura 23: Evolução das taxas bruta de natalidade e de mortalidade e a taxa de mortalidade infantil em Portugal, 1991-2013
Fonte: INE, PORDATA

Relativamente à taxa bruta de mortalidade, ocorre em Portugal uma oscilação considerável. Em 1991 o valor era de 10,4‰ e, em 2001, de 10,1‰, descendo para 9,7‰ em 2011. Segundo o INE, a mortalidade sobe em 2012 e 2013, período no qual atinge os 10,2‰. Todavia, assistimos a uma diminuição significativa dos valores da mortalidade infantil, uma vez que, em 1991, morriam cerca de 10,8 crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1.000 nados vivos, em 2001 desce para 5 crianças e, em 2013, este valor desce para os 2,9. De forma simultânea, ocorre o recuo das mortes de pessoas com idade superior aos 65 anos, reflexo, entre outros, dos contínuos avanços científicos na medicina, da melhoria do acesso a cuidados de saúde e do aumento das formas de prevenção e promoção da saúde (Ferrão, 2005:64). Em 2012, cerca de 83,7% dos óbitos ocorrem em idades iguais ou superiores a 65 anos e, dentro deste grupo, mais de metade tinha mais de 85 anos (Pina *et al*, 2014:34).

No virar do milénio, registamos também o aumento da esperança média de vida. Em 2001, o número médio de anos que uma pessoa à nascença podia esperar viver era de 76,7 anos, em 2011, era cerca de 79,8 anos e, em 2012, de 80 anos. Por esta razão, também nos primeiros dez anos do século XXI, o envelhecimento global da estrutura etária tornou-se uma característica estrutural da população portuguesa. No ano de 1991, o nosso país registou um índice de envelhecimento na ordem dos 50,3 idosos por cada 100 jovens. Este indicador continua a subir de forma constante, já que em 2001 e 2011 passa de 102,6 para

127,6 e, no ano de 2013, aumenta ainda mais, fixando-se um valor de 136 idosos por cada 100 jovens (figura 24).

A persistência de um índice de envelhecimento elevado a nível nacional coloca Portugal numa das posições cimeiras do continente Europeu. Em 2012, o índice de envelhecimento da UE 28 era de 115,5 e Portugal apresentava 129,4.

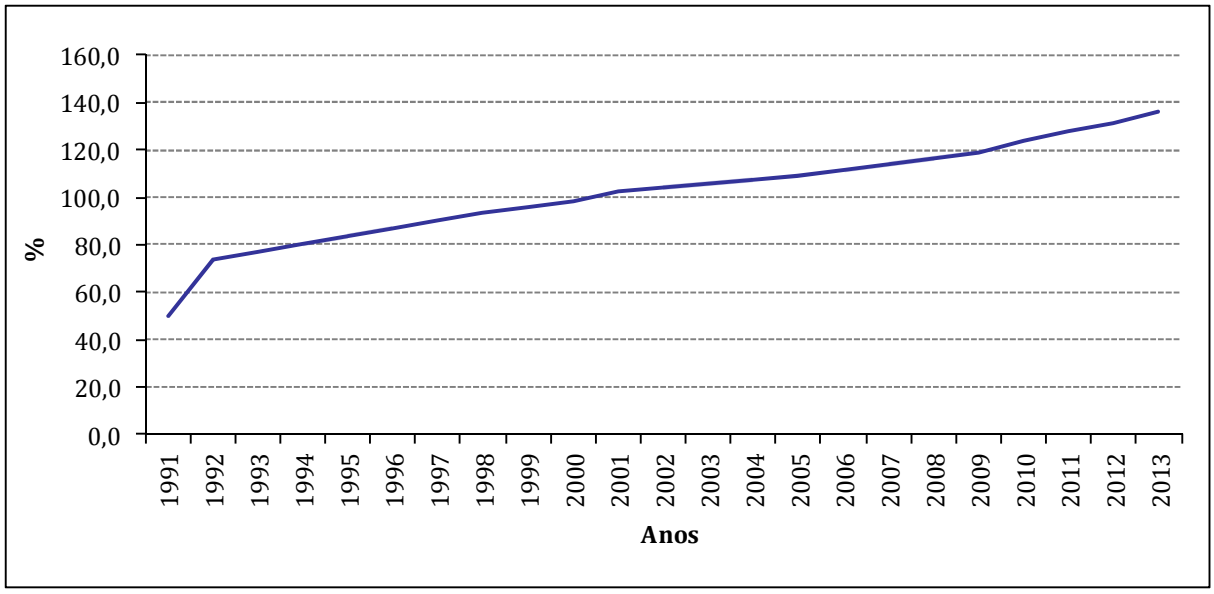


Figura 24: Evolução do índice de envelhecimento em Portugal, 1991-2013

Fonte: INE, PORDATA

Em termos geográficos, salientamos que o fenómeno do envelhecimento reproduz a dicotomia entre as áreas económicas mais atrativas e as áreas repulsivas. Conforme verificamos na figura 25, constata-se que, em 2011, os concelhos do interior como Penamacor, Pampilhosa da Serra, Vila Velha de Ródão e Oleiros, Sabugal, Idanha-a-Nova, Vinhais, Vimioso, Melgaço e Torre de Moncorvo, Gavião, Nisa, Crato e Marvão, são os que apresentam os índices de envelhecimento mais elevados[87]. No caso dos concelhos da Região Centro, chegam a atingir valores superiores a 500 idosos por 100 jovens. Por oposição, são os concelhos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, como Ribeira Grande, Lagoa, Câmara de Lobos, Santa Cruz e Vila Franca do Campo, mas também os concelhos da região Norte, como Paredes, Paços de Ferreira, Vizela, Marco de Canaveses,

[87] No ano de 2011, o índice de envelhecimento de alguns concelhos está próximo de 600 idosos por cada 100 jovens. Neste ano, o concelho de Penamacor registava de 597,9, o concelho da Pampilhosa de 589,7 e de Vila Velha de Ródão de 583,7.

Penafiel e Felgueiras, e da região de Lisboa, como Alcochete, Sintra, Vila Franca de Xira e Mafra, os que apresentam índices de envelhecimento inferiores[88].

O envelhecimento da sociedade portuguesa, embora mais acentuado nas regiões menos desenvolvidas, rurais e interiores do país, tem, de forma indireta, reflexo nas atitudes e até nas crenças dos indivíduos. Uma sociedade envelhecida é uma sociedade presa ao passado e ao legado histórico, que se sustenta nas tradições e nos rituais pré-estabelecidos. É uma sociedade que se apresenta com menor capacidade para aceitar a novidade, a inovação e a diversidade. É uma sociedade que apresenta algumas ruturas no campo das sociabilidades.

Num contexto de mudança, como o que está a acontecer no território nacional, a religião continua a ser, em algumas franjas da sociedade, um refúgio e um modo de segurança. Nalgumas situações, é uma companhia face à solidão e à falência das estruturas familiares e até das instituições de apoio social.

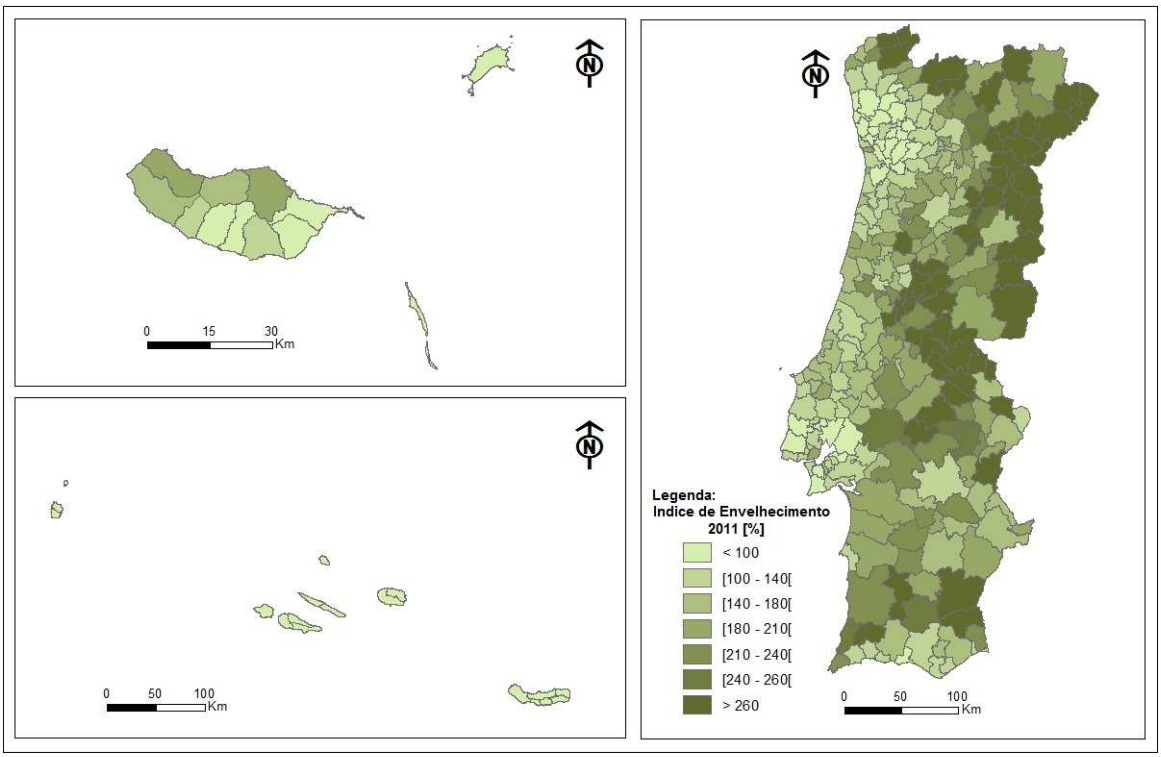


Figura 25: Índice de envelhecimento, por concelho, 2011

Fonte : INE

[88] No ano de 2011, o índice de envelhecimento dos concelho açorianos de Ribeira Grande e de Lagoa era de 36,8 e 47,6, respetivamente.

De entre outros, esta variável tem implicações na organização da sociedade portuguesa, em particular na forma como nos organizamos e vivemos em família, onde se inclui a estrutura e a organização dos núcleos familiares portugueses. Para Cláudia Pina e Graça Magalhães (2014:41), estamos perante "*alterações nos contextos familiares em Portugal, seja na sua formação e dissolução, seja na sua estrutura e dimensão*".

A partir da década de 90, assistimos ao início da modernização da vida familiar, que corresponde à diversificação da conjugalidade e à recomposição das famílias, onde incluímos a informalização e o maior individualismo da vida privada da população portuguesa.

Sobre a conjugalidade, constatamos a desinstitucionalização progressiva dos comportamentos conjugais, implícita na diminuição dos casamentos com registo, em particular dos católicos, do aumento das uniões de facto e da proporção dos casamentos em que pelo menos um dos cônjuges já tinha sido casado, aumentando, desta forma, as famílias recompostas. Assistimos a um crescimento exponencial da coabitação informal e acrescem as ruturas conjugais através do divórcio e da separação, justificadas pela alteração das dinâmicas internas do casal e da família. Entre 1991 e 2001, por exemplo, aumenta o número de divorciados em 104,2% e o número de casados sem registo em 96,1%. Por oposição, o número de casados com registo teve um aumento mais ténue em cerca de 6,7% (quadro 4).

Quadro 4: Variação do estado civil, por região, 1991-2001

Zona Geográfica	Variação do Estado Civil 1991-2001						
	Solteiro	Casado			Viúvo	Separado	Divorciado
		Com registo	Sem registo	Total			
	%						
Portugal	**-3,0**	**6,7**	**96,1**	**10,2**	**7,0**	**-37,1**	**104,2**
Continente	**-2,6**	**6,7**	**95,9**	**10,2**	**7,1**	**-36,6**	**103,2**
Norte	-6,2	14,0	152,5	16,5	6,5	-29,3	128,6
Centro	-3,7	5,6	123,5	8,5	8,3	-52,4	135,2
Lisboa	2,5	0,9	84,5	6,5	7,2	-35,5	72,6
Alentejo	-4,7	-3,1	43,7	-0,3	5,0	-20,9	136,2
Algarve	14,5	9,1	84,4	15,4	8,9	-19,4	162,0
RA Açores	-5,9	6,0	119,6	8,3	1,4	-32,3	170,7
RA Madeira	-13,6	5,4	91,6	8,2	7,3	-50,2	113,8

Fonte:INE

Em virtude das questões metodológicas terem sido alteradas, não é possível comparar os valores do estado civil de 1991 e 2001 com os obtidos nos censos de 2011. Neste ano, a população casada era a mais representativa com cerca de 46,6%, seguida da

população solteira com 40,5%. O grupo dos divorciados representava apenas 5,6% da população e os viúvos 7,3%.

Dos valores de 2011, verificamos que a região de Lisboa e do Algarve são as regiões do continente que apresentam percentagens superiores à média nacional de população solteira e divorciada. As regiões do Norte e do Centro evidenciam as percentagens mais elevadas de população casada. A população viúva concentra-se nas regiões do Alentejo e do Centro de Portugal (quadro 5).

Quadro 5: Percentagem de população por estado civil, por região, 2011

Zona Geográfica	Estado Civil			
	Solteiro	Casado	Viúvo	Divorciado
	%			
Portugal	**40,5**	**46,6**	**7,3**	**5,6**
Continente	**40,3**	**46,8**	**7,3**	**5,6**
Norte	39,3	49,5	6,6	4,5
Centro	36,8	49,7	8,4	5,1
Lisboa	44,5	41,3	6,7	7,4
Alentejo	38,1	47,2	9,3	5,3
Algarve	43,1	42,5	7,2	7,2
RA Açores	43,0	45,2	6,7	5,1
RA Madeira	45,2	42,3	7,4	5,1

Fonte: INE

Segundo o INE, em 2011, cerca de 12,9% da população que se encontrava numa relação conjugal vivia em união de facto. Acima deste limiar encontravam-se as regiões do Algarve (20,8%), de Lisboa (19,5%) e do Alentejo (14,3%).

Atualmente, as relações são menos orientadas por lógicas institucionais e mais centradas em lógicas de companheirismo, democráticas e de maior autonomia, quer dos casais em relação ao grupo de parentesco, quer dos indivíduos na família (Wall *et al*, 2014:44). Este contexto reflete, a passagem da família como instituição e âncora da vida quotidiana para outras formas familiares mais informais e mais centradas no indivíduo (Giddens, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

Sobre a recomposição familiar, destacamos também o aumento da idade média ao primeiro casamento [89], a diminuição do número de filhos por casal e das famílias numerosas com três ou mais filhos, o aumento de crianças fora do casamento, o aumento de jovens ou adultos a viverem sós em alojamentos unipessoais (isolamento dos idosos e

[89] Segundo o INE, em 2001, a idade média da mulher que casava pela primeira vez era de 27,8 anos e, em 2012, passa para 31,4 anos. Os homens passam de 26,1 anos em 2001 para 29,9 anos em 2012.

autonomização dos jovens) e as famílias monoparentais, constituídas por pai ou mãe só a viver com os filhos (Delgado *et al*, 2014:23).

No que diz respeito ao número de filhos por casal, constatamos que, entre 1991 e 2001, aumenta o número de casais sem filhos e de casais com um ou dois filhos, mas diminui o número de casais com 3 ou mais filhos. Esta situação prolonga-se na década seguinte, sendo que, entre 2001 e 2011, diminuem também os casais com dois filhos. A variação negativa das famílias numerosas é extensiva a todas as regiões do país, sendo que as regiões do Norte e do Centro no continente e as duas Regiões Autónomas sofreram, no período considerado, uma diminuição mais acentuada (quadro 6).

Quadro 6: Variação do número de filhos por núcleo familiar, por região, 1991-2001 e 2001-2011

Zona Geográfica	Variação Núcleos Familiares 1991-2001				Variação Núcleos Familiares 2001-2011			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%							
Portugal	**22,3**	**23,0**	**4,3**	**-35,1**	**16,0**	**9,0**	**-5,6**	**-27,5**
Continente	**22,6**	**22,8**	**3,8**	**-35,7**	**15,7**	**8,2**	**-6,4**	**-26,8**
Norte	36,1	33,5	14,4	-41,6	21,5	10,5	-6,2	-40,5
Centro	54,1	60,2	35,0	-20,1	11,0	5,9	-10,2	-30,8
Lisboa	-10,2	-9,7	-28,8	-40,8	17,3	6,5	-2,7	-0,4
Alentejo	49,6	59,0	37,7	-1,0	3,4	2,6	-12,6	-16,3
Algarve	19,5	29,3	9,2	-20,7	19,8	22,6	5,8	-3,7
RA Açores	7,5	29,4	19,4	-22,1	20,9	24,7	6,7	-32,6
RA Madeira	19,7	31,2	14,3	-35,8	28,9	32,9	13,6	-35,7

Fonte:INE

Relativamente à dimensão média das famílias clássicas portuguesas[90] passamos de 3,1 em 1991 para 2,6 em 2011, sendo que, neste último ano, apenas as Regiões Autónomas e a região do Norte superam este valor (quadro 7).

[90] A dimensão média das famílias clássicas corresponde ao número médio de pessoas que residiam no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco, de direito ou de facto, entre si.

Quadro 7: Dimensão média das famílias clássicas, por região, 1991- 2011

Zona Geográfica	Dimensão Média das Famílias Clássicas		
	1991	2001	2011
	%		
Portugal	3,1	2,8	2,6
Continente	3,1	2,8	2,6
Norte	3,4	3,0	2,8
Centro	3,0	2,7	2,5
Lisboa	2,9	2,6	2,4
Alentejo	2,8	2,6	2,5
Algarve	2,9	2,6	2,4
RA Açores	3,7	3,3	3,0
RA Madeira	3,8	3,3	2,9

Fonte:INE

Em Portugal, a amplitude e a diversidade dos processos de mudança na vida das pessoas e das famílias estão implícitas numa geografia regional diferenciada. Na "vanguarda modernista do país", em termos da individualização e da conjugalização, situam-se os concelhos do litoral entre Coimbra e Setúbal, os concelhos da Grande Lisboa e do Grande Porto, da Península de Setúbal e do Algarve (Aboim, 2014:72). Nestas áreas, registamos, entre outros cenários, o aumento da população solteira e divorciada, o aumento das famílias monoparentais e a diminuição do número de filhos por casal. Situações que contrariam, em parte, as ideias que sustentam a Igreja Católica e a organização familiar, assente nas famílias numerosas unidas pelo casamento católico.

Por oposição, no interior do país forma-se um bloco regional onde quase duplicou o número de idosos face ao número de jovens. Esta desproporção na estrutura etária tem um efeito modelador nas regiões do Pinhal Interior Norte, do Pinhal Interior Sul, da Serra da Estrela, da Beira Interior Norte, da Beira Interior Sul, da Cova da Beira e do Alto Alentejo (Aboim, 2014:79). Regista-se o aumento do número de pessoas a viverem sós, com maior peso da população com mais de 65 anos, entrelaçando a velhice, a solidão, o isolamento e a provável ausência de redes de apoio (*ibidem*).

Já afirmámos que o desvio ao padrão tradicional da constituição das famílias portuguesas tem implícitos, entre outros fatores, as alterações na conjugalização, a individualização e o envelhecimento populacional. Esta transição aconteceu, no nosso país, ao mesmo tempo em que ocorre a erosão de muitos valores conservadores, refletindo-se na mudança dos estilos de vida, mais centrados num espaço individual e independente. Assistimos à informalização das relações conjugais, em parte devido ao desprendimento da celebração do casamento católico, encarado como uma forma

duradoura e até missionária. O casamento é um ritual que vincula um comportamento católico familiar, implícito na forma específica de união, na constituição de uma família católica e na educação dos filhos segundo os exemplos da Igreja Católica.

A progressiva perda de laços com a Igreja Católica é confirmada pela diminuição da percentagem de católicos, pela diminuição de católicos praticantes e comungantes, mas também pela diminuição do número de casamentos católicos. A propaganda da própria igreja de "crescei e multiplicai-vos" e todas as demais questões religiosas ligadas à sexualidade e à natalidade estão, em parte, desfasadas no tempo. As famílias numerosas que sustentavam a sociedade tradicional portuguesa evidenciaram, no passado recente, o poder e a influência da Igreja Católica no pensamento e no comportamento dos portugueses.

Atualmente, a sociedade exibe fragilidades nas relações conjugais e familiares, ao mesmo tempo que manifesta um desprendimento dos rituais e dos valores associados à Igreja Católica. Ou seja, assistimos à diminuição dos casamentos católicos. Em 1991 representavam 72,1% do total das formas de celebração dos casamentos, em 2001, desce para 62,5% e, em 2011, para apenas 39,5% (quadro 8 e figura 26). Isto significa que, nos últimos 20 anos, a percentagem de casamentos católicos desce 32,5 pontos percentuais. Também em 2011 se verifica que, pela primeira vez, o casamento civil ultrapassa o casamento católico, invertendo o peso no total dos casamentos celebrados no nosso país.

Em termos territoriais, apenas a região Norte se distancia deste cenário, uma vez que é a única região portuguesa em que os casamentos católicos superam os civis. A região de Lisboa apresenta a variação mais negativa de casamentos católicos (73,9%) e esta região e as regiões do Norte e do Algarve são as únicas que apresentam variações positivas de casamentos civis (quadro 9).

Quadro 8: Formas de celebração do casamento em Portugal, 1991, 2001 e 2011

Anos	Total	Civil		Católica		Ignorada/ Outra	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1991	71.808	20.070	27,9	51.738	72,1	0	0,0
2001	58.390	21.881	37,5	36.509	62,5	0	0,0
2011	35.711	21.481	60,2	14.121	39,5	109	0,3

Fonte: INE

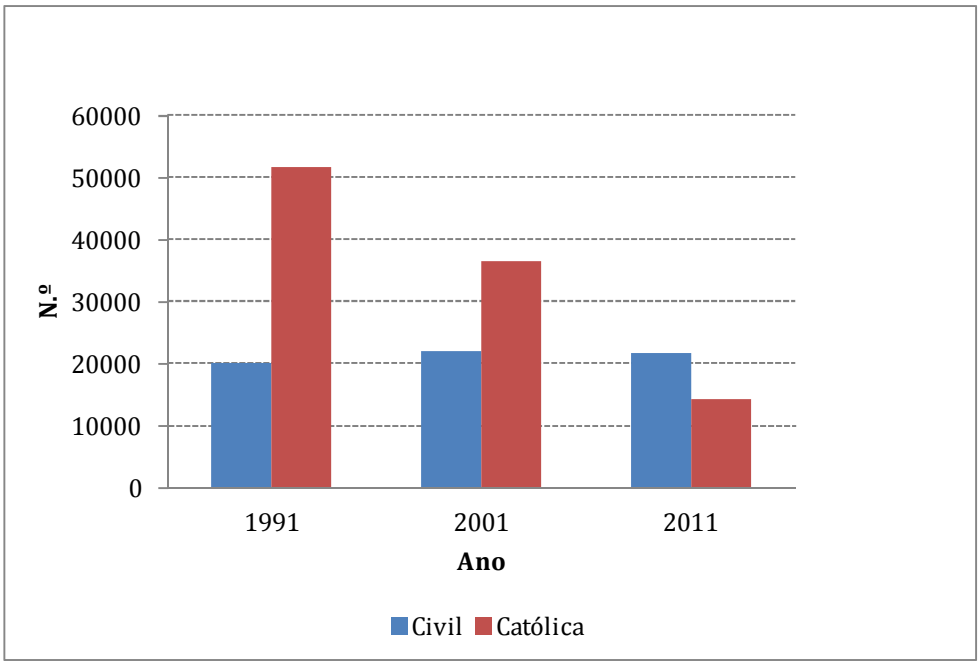


Figura 26: Evolução do casamento civil e católico, 1991, 2001 e 2011

Fonte: INE

Quadro 9: Variação das formas de celebração de casamentos em Portugal, 2001-2011

Zona Geográfica	Variação da forma de celebração 2001-2011		
	Total	Civil	Católica
	%		
Portugal	-38,8	-1,8	-61,3
Continente	-38,7	2,4	-61,8
Norte	-40,0	11,2	-58,1
Centro	-39,8	-5,9	-58,4
Lisboa	-36,6	6,4	-73,9
Alentejo	-42,4	-23,7	-59,5
Algarve	-22,8	6,0	-61,7
Açores	-37,7	-38,1	-36,3
Madeira	-46,0	-42,3	-51,7

Fonte: INE

Em termos subregionais e concelhios (figura 27) são visíveis algumas particularidades do comportamento desta variável, como a descida percentual do casamento católico em todo o território nacional e a aproximação de alguns concelhos da região do Alentejo, sobretudo os que integram a sub-região do Alentejo Litoral, à realidade das regiões de Lisboa e do Algarve.

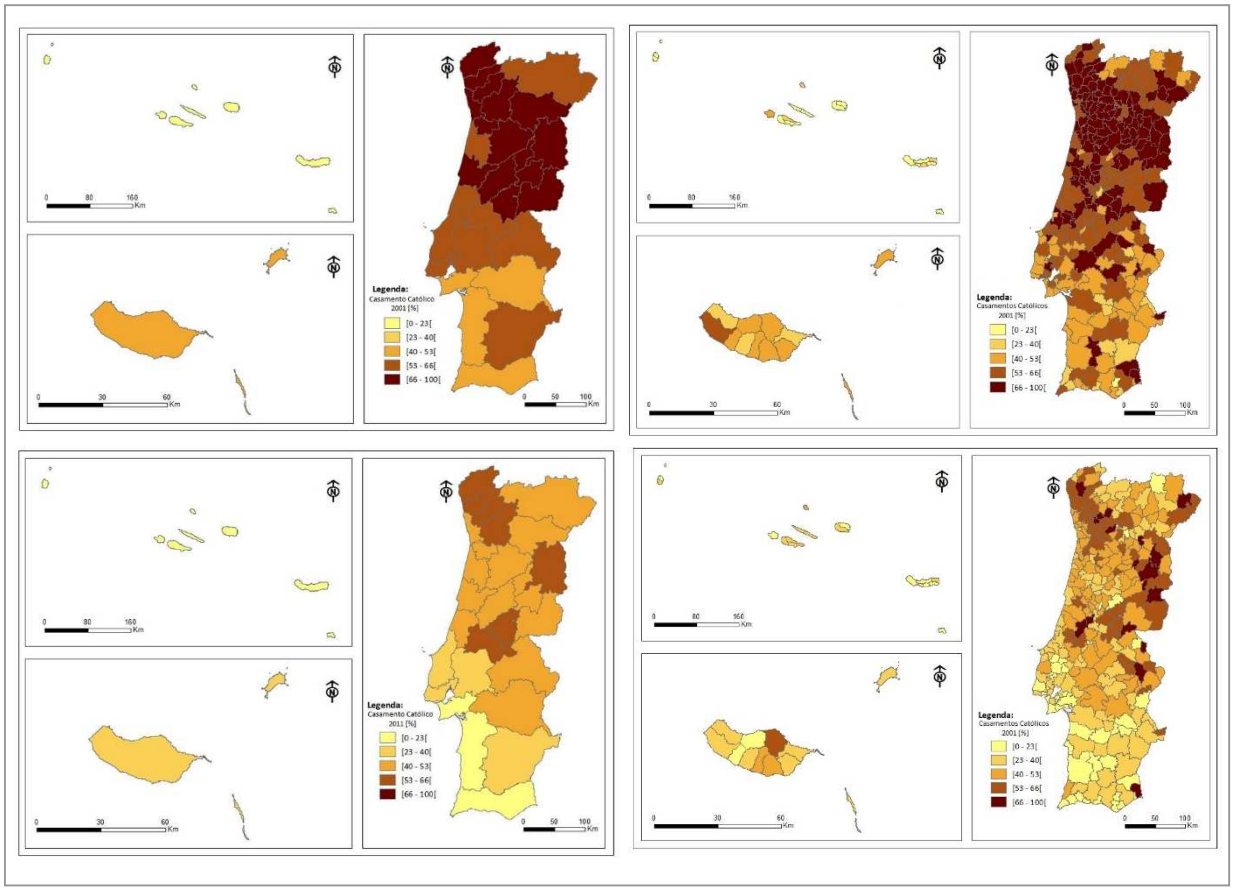


Figura 27: Percentagem do casamento católico, por sub-região e por concelho, 2001 e 2011

Fonte: INE

O casamento, a par do batismo ou do crisma, é um dos sacramentos mais importantes da Igreja Católica e representando este um dos vínculos da vida familiar à doutrina católica, consideramos ser evidente a instabilidade dos rituais de integração na Igreja Católica e, neste sentido, a perda de influência do catolicismo na vida da população portuguesa. Representa a quebra afetiva e efetiva dos laços de comunhão entre a população e o catolicismo. O casamento católico deixou de ser uma condição imposta pela sociedade ou apenas por questões familiares e passou a ser, cada vez mais, uma escolha pessoal e íntima do casal. As decisões familiares começam a ser tomadas à margem dos registos e de forma paulatina dissolvem-se as interferências da Igreja Católica na organização das famílias portuguesas.

Consideramos que as alterações ocorridas na organização das famílias é causa e consequência das alterações da estrutura demográfica, mas também da difusão dos modos de vida pós-modernos. Pensamos que os processos de abertura ao "outro" e de difusão e assimilação de novos modos de estar e de viver em sociedade têm subjacente

mudanças nos comportamentos, nos valores e nas atitudes dos portugueses, que se situam muito para além das questões políticas, económicas e sociais essenciais, como o crescimento e o alargamento do Estado-Providência, a estabilidade política ou a consolidação do tecido económico com base na liberalização económica e na abertura ao exterior, por exemplo.

No que diz respeito aos valores e comportamentos, entendemos serem fundamentais duas trajetórias de mudança. Uma compreende o alargamento da escolarização no território português e a outra a entrada e a fixação de população estrangeira a residir no nosso país. São dois fatores que impulsionam a abertura a outras realidades e à partilha de diferentes experiências de vida e de identidades, em particular as religiosas.

A partir da década de 90, destacamos a maior propensão para a inovação, a tecnologia e o conhecimento. A taxa de analfabetismo passa de 11,0% em 1991 para 9,0% em 2001, fixando-se, nos últimos censos, em 5,2%. A taxa real de escolarização[91] sobe em todos os níveis de ensino. No ensino secundário, por exemplo, sobe de 31% em 1991 para 72,5% em 2011. Destacamos ainda o aumento muito significativo de população que completou o ensino superior, uma vez que, em 1991, a taxa bruta de escolarização do ensino superior era apenas de 22,6% e, em 2011, sobe para os 55,0%.

De facto, a diminuição da taxa de analfabetismo e a escolarização da sociedade portuguesa tiveram repercussões no desenvolvimento socioprofissional, sobretudo nas categorias profissionais mais qualificadas, que beneficiam deste aumento. A alteração destas taxas teve ainda, entre outras, implicações na compreensão e na maior capacidade de absorção, por parte da sociedade, de outras realidades e posturas sociais.

O outro indicador que considerámos, e que importa uma análise territorial mais detalhada, é a emigração, que perdura como uma conjuntura determinante da demografia portuguesa do século XXI.

No período entre 1991 e 2001, Portugal manteve o seu papel enquanto recetor de população estrangeira que reconhece existir, no nosso país, boas condições de trabalho e de oferta de emprego. Os países de origem continuam a evidenciar uma ligação histórica,

[91] A taxa real de escolarização estabelece a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários. Educação Pré-Escolar (3-5 anos); Ensino Básico – 1.º Ciclo (6-9 anos); Ensino Básico – 2.º Ciclo (10-11 anos); Ensino Básico – 3.º Ciclo (12-14 anos); Ensino Secundário (15-17 anos); Ensino Superior (18-22 anos) (GEPE/ME).

uma vez que, em 2001, se destaca a persistência dos movimentos migratórios dos países africanos lusófonos, como os caboverdiannos, angolanos e guineenses, a população brasileira e ainda os cidadãos comunitários, com destaque para os espanhóis e os ingleses (Castro, 2008:149-150).

A alteração dos fluxos imigratórios acontece a partir de 2002. O aumento dos fluxos emigratórios, sobretudo nos anos posteriores a 2008, conduziram à atenuação dos saldos migratórios que atingem valores negativos até 2013 (figura 22).

Porventura associadas às condições socioeconómicas vividas no período de vigência do programa cautelar do FMI, do BCE e da UE e da crise económica e financeira europeia, com destaque para países como Portugal, a Grécia e a Irlanda, em que aumentam as situações de crise e de desemprego[92], a população emigrante aumentou, em particular os jovens qualificados, e a imigrante registou uma progressiva diminuição. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras justifica o decréscimo da população que chega ao nosso país com a alteração dos fluxos migratórios, com o regresso ao país de origem e a aquisição da nacionalidade portuguesa. Sobre a população emigrante, o INE indica que, tendo em conta os valores da emigração temporária e permanente, no ano de 2011 saíram de Portugal 100.978 indivíduos, em 2012 cerca de 121.418 e, no ano de 2013, o registo é de 128.108 mil portugueses, dos quais 53.786 em regime permanente e 74.322 temporário (figura 28).

Assim, constata-se o recrudescimento dos fluxos emigratórios, configurando saldos migratórios negativos em 2011 e 2012. Neste último ano, o número de emigrantes permanentes (51.958) ultrapassou o número de imigrantes permanentes (14.606), resultando num saldo migratório negativo de -37.352, superior ao de 2011 (-24.331) (figura 22).

[92] Ao longo dos últimos 20 anos, a taxa de desemprego teve um aumento muito significativo. Em 1991, a taxa nacional era de 6,1%, na década seguinte manteve-se na casa dos 6%, mas em 2011 este valor subiu para quase o dobro com 13,2%. Segundo o INE, a taxa de desemprego continua a subir, sendo que no 4º trimestre de 2013 chegou a atingir os 15,3%. Este aumento é transversal em todas as regiões do país sendo que as regiões do Algarve, da Madeira e do Norte têm as percentagens mais elevadas com 15,7%, 14,5% e 14,5%, respetivamente. As regiões com taxas de desemprego mais baixas são o Centro com 10,9%, os Açores com 11,1%, o Alentejo com 12,8% e Lisboa com 12,9%. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego tem vindo a descer de forma lenta, situando-se no segundo semestre de 2014 em 13,9% a nível nacional.

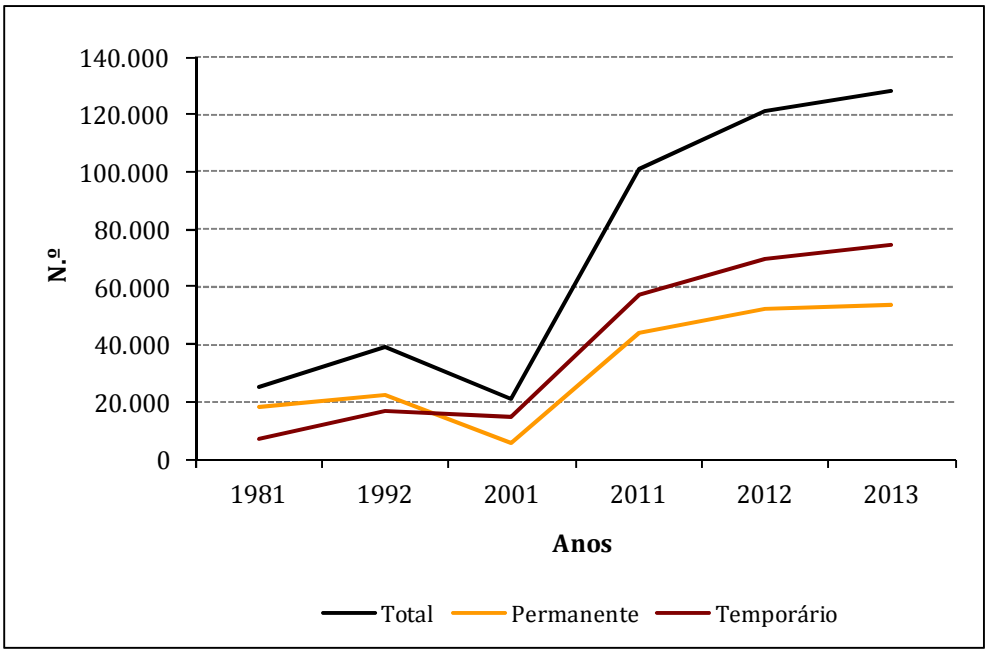


Figura 28: População emigrante total, permanente e temporária, em Portugal, 1981-2013[93]

Fonte: INE/ PORDATA

Não obstante esta alteração do quadro das migrações, o nosso país beneficiou e continua a beneficiar da entrada de população oriunda de outros países. Assim se explica, em parte, a abertura de Portugal ao mundo e a consolidação de uma sociedade plural em pleno século XXI.

No ano de 2011, a população de outras nacionalidades residente em Portugal representava 3,7% do total da população portuguesa. Se ponderarmos os últimos dez anos, a população estrangeira cresceu 74%, ou seja, em termos absolutos passamos de 226.715 em 2001 para 394.496 estrangeiros a residir em Portugal em 2011. Porém, para os anos de 2012 e 2013, o INE apresenta valores que indicam uma diminuição da população estrangeira a residir no nosso país (figura 29).

[93] Os valores de 1992 foram retirados do Inquérito aos movimentos migratórios de saída (1992 a 2003) e Estimativas Anuais de Emigração (a partir de 2008), ambos da responsabilidade do INE.

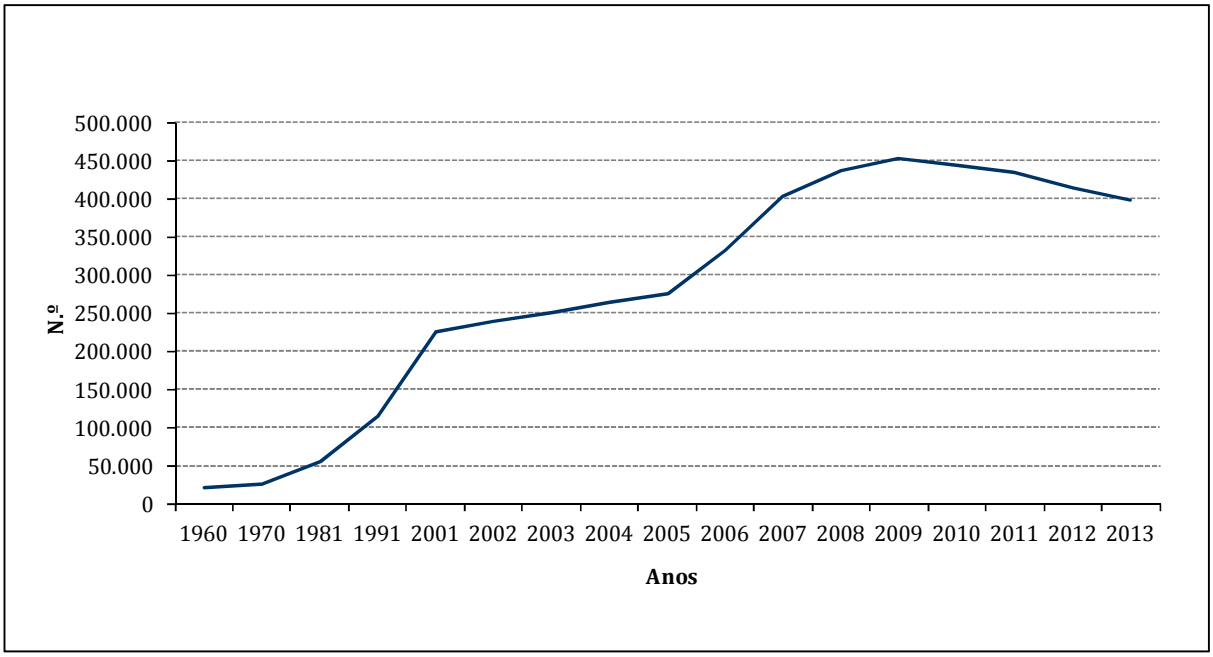


Figura 29: População estrangeira residente em Portugal, 1960-2013

Fonte: INE

Estes valores anunciam Portugal como um país de forte tradição de emigração e que conheceu, na última década, uma nova realidade de fluxos regulares e, de alguma maneira, intensos de imigrantes oriundos, em particular, do Brasil, da Europa Central e do Leste e de África. Foi influenciado pelos movimentos transnacionais e transfronteiriços e pelas migrações multidirecionais. Se, no passado recente, a estrutura populacional e de todo o continente europeu foi influenciada pelas migrações mundiais com a direção norte-sul, atualmente as deslocações populacionais são, na sua grande maioria, norte-norte e sul-sul.

Sendo Portugal um país de destino para muitos imigrantes, a sua identidade tornou-se multiterritorial e multilinguística, com reflexo no comportamento e nas atitudes sociais, onde incluímos a religião, conforme iremos analisar mais adiante.

No último recenseamento geral da população, mais de metade da população estrangeira residia na região de Lisboa, mostrando a atração e o dinamismo que a capital representa no contexto nacional. No entanto, se ponderarmos o peso da população estrangeira na população total residente, verificamos que é na região do Algarve que a população estrangeira mais se evidencia, uma vez que, em 2011, cerca de 11,5% dos seus residentes eram estrangeiros (quadro 10 e figura 30). Esta proporção é manifesta no concelho de Aljezur, por exemplo, onde 21,6% da população residente é estrangeira. Os concelhos algarvios de Albufeira, de Lagos, de Vila do Bispo, de Loulé, de Portimão, de

Silves, de Lagoa, de São Brás de Alportel e de Tavira, são ainda alguns dos concelhos do Algarve que apresentam, a nível nacional, as percentagens mais elevadas. Deste grupo fazem também parte alguns concelhos da região de Lisboa, como Amadora, Sintra e Cascais.

Conforme iremos verificar, estes são também os concelhos que apresentam um universo religioso mais diversificado, refletindo as diferentes nacionalidades e identidades religiosas da população estrangeira, que transporta as suas crenças e as vivências dos países de origem.

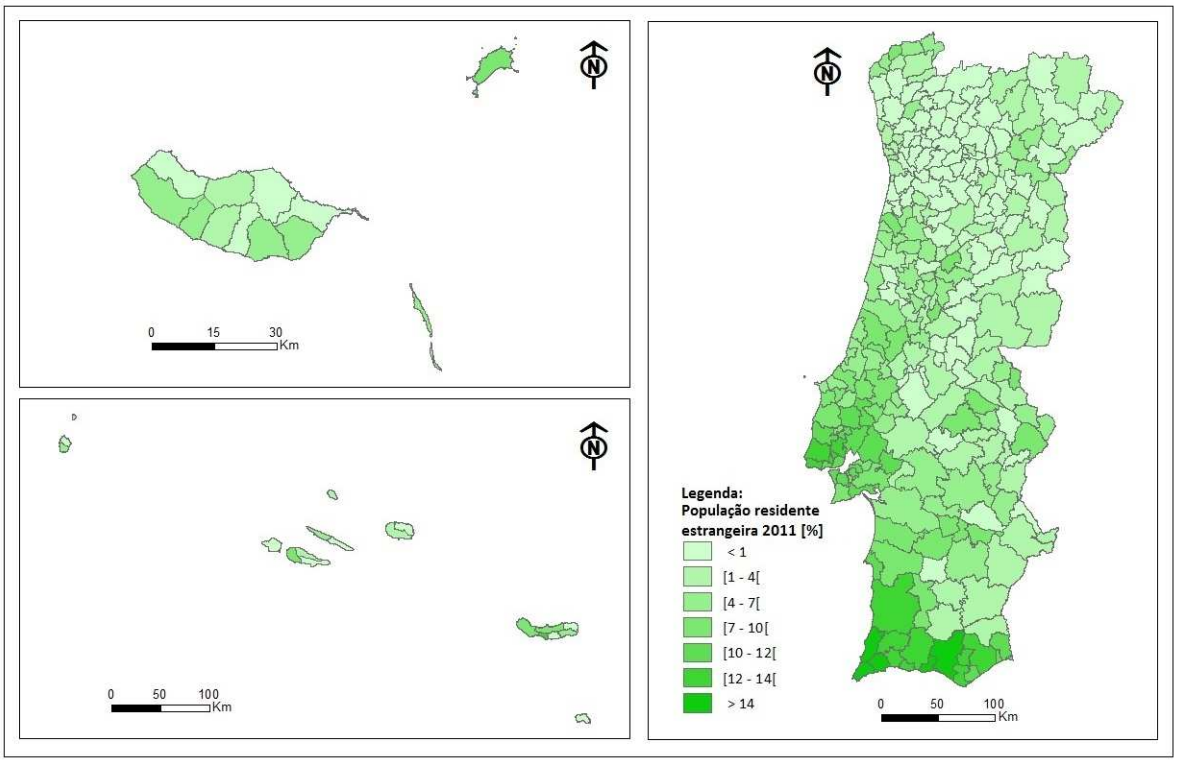


Figura 30: Percentagem de população estrangeira, por concelho, 2011

Fonte: INE

Da análise da variação da população estrangeira entre 2001 e 2011, constatamos também que são as regiões do Algarve e do Alentejo as que registam as variações acima da média nacional, 115% e 119%, respetivamente (quadro 10). Isto significa que, em 10 anos, o Alentejo ganha 14.335 indivíduos estrangeiros e o Algarve 28.361. Se, no caso da região do Algarve, a tendência é já conhecida e está associada, de forma indireta, ao setor turístico já consolidado nesta região, a questão do Alentejo é recente e reflete a alteração

da respetiva estrutura económica também a favor do setor turístico que, em muitas circunstâncias se une à ruralidade do próprio Alentejo.

As regiões dos Açores e do Norte são as que, por oposição, apresentam as percentagens mais baixas de população estrangeira. Castelo de Paiva, Cinfães, Mondim de Basto, Resende, Paredes, Lousada, Penafiel e Lamego, por exemplo, apresentam percentagem a baixo do 0,6%.

Iremos verificar que a persistência ou não de população estrangeira a nível regional e concelhio tem implicações no processo de transição demográfica mas também no aumento ou na diminuição da população católica e no consequente aumento da população inserida noutros movimentos religiosos.

Quadro 10: População total e população estrangeira, por região, 2001-2011

Zona Geográfica	População Total		População Estrangeira						
	2001	2011	2001			2011			2001-2011
	N.º		N.º	%		N.º	%		%
Portugal	**10.356.117**	**10.562.178**	**226.715**	**2,2**	**100,0**	**394.496**	**3,7**	**100,0**	**74,0**
Continente	**9.869.343**	**10.047.621**	**220.840**	**2,2**	**97,4**	**385.530**	**3,8**	**97,7**	**74,6**
Norte	3.687.293	3.689.682	33.697	0,9	14,9	51.486	1,4	13,1	52,8
Centro	2.348.397	2.327.755	28.751	1,2	12,7	54.837	2,4	13,9	90,7
Lisboa	2.661.850	2.821.876	125.446	4,7	55,3	203.565	7,2	51,6	62,3
Alentejo	776.585	757.302	9.242	1,2	4,1	23.577	3,1	6,0	155,1
Algarve	395.218	451.006	23.704	6,0	10,5	52.065	11,5	13,2	119,6
RA Açores	241.763	246.772	2.308	1,0	1,0	3.347	1,4	0,8	45,0
RA Madeira	245.011	267.785	3.567	1,5	1,6	5.619	2,1	1,4	57,5

Fonte: INE

Em 2011, o *ranking* das 12 principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal era ocupado, na posição cimeira, pela população brasileira, que representava 27,8% do total da população estrangeira, a que corresponde 109.787 indivíduos (quadro 11).

Nos últimos 10 anos, a população brasileira cresceu 244,5%, sendo uma das nacionalidades que mais cresceu no nosso país. Segue-se a população cabo-verdiana, ucraniana, angolana, romena, guineense, britânica, francesa, chinesa, espanhola, moldava e são tomense (quadro 11).

Entre 2001 e 2011, a população que mais cresceu em Portugal foi a romena, registando um crescimento superior a 815,3%, seguida da população chinesa, cujo crescimento ultrapassou os 426,6%.

Do conjunto destas nacionalidades, destacamos a população oriunda dos países de Leste - Ucrânia, Roménia e Moldávia - que representam quase 20% do total da população estrangeira residente no país e que registam aumentos superiores a 200%.

A população angolana tornou-se num caso particular pois, no ano de 2001, era a população mais representada e, dez anos passados, apesar de continuar a ter um peso muito relevante no contexto nacional, sofreu um decréscimo superior a 27,2%.

Quadro 11: Ranking das nacionalidades mais representativas, 2011

Nacionalidades	2001		2011		2001-2011
	N.º	%	N.º	%	%
Total Pop. Estrangeira	**226.715**	**100,0**	**394.496**	**100,0**	**74,0**
Brasil	31.869	14,1	109.787	27,8	244,5
Cabo Verde	33.145	14,6	38.895	9,9	17,3
Ucrânia	10.793	4,8	33.790	8,6	213,1
Angola	37.014	16,3	26.954	6,8	-27,2
Roménia	2.661	1,2	24.356	6,2	815,3
Guiné-Bissau	15.824	7,0	16.360	4,1	3,4
Reino Unido	8.227	3,6	15.774	4,0	91,7
França	15.359	6,8	14.360	3,6	-6,5
China	2.176	1,0	11.458	2,9	426,6
Espanha	9.047	4,0	10.486	2,7	15,9
Moldávia	2.984	1,3	10.475	2,7	251,0
S. Tomé e Principe	8.517	3,8	10.408	2,6	22,2

Fonte: INE

A distribuição geográfica das principais nacionalidades revela uma maior concentração da população oriunda dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) na região de Lisboa e uma concentração da população britânica no Algarve. A população de Leste evidencia uma dispersão territorial.

De facto, as regiões de Lisboa e do Algarve são as áreas do país que concentram as maiores percentagens de população residente estrangeira, seguindo a tendência nacional de concentração populacional em torno destas duas regiões, cada vez mais jovens, culturalmente plurais e abertas à mudança, para além de economicamente atrativas. Aliás, esta atratividade, em particular da região de Lisboa, é comprovada pelos valores elevados, e acima da média nacional, relativos ao índice de poder de compra *per capita*. No ano de 1993, a região de Lisboa chega a atingir os 162,68%, mantendo a sua posição cimeira no ano de 2011 com 130,97%. Neste último ano, destacam-se os concelhos de Lisboa com um índice de 216,9% e de Oeiras com 193,7%. A região do Algarve confirma também o seu dinamismo económico ao apresentar em 2011 o segundo índice de poder de compra *per*

capita mais significativo com 96,74%, com destaque para o concelho de Faro, que ocupa, ao nível dos municípios, a quarta posição a nível nacional. Seguem-se as regiões do Norte, do Centro e do Alentejo com valores entre os 87% e os 88% e, por fim, as Regiões Autónomas, com um índice que não ultrapassa os 82%.

Na atualidade, este panorama económico e demográfico reflete assimetrias na ocupação do território nacional, sendo que muitas das disparidades regionais resultaram de um longo processo histórico e geográfico.

Na década de 90, acentuaram-se as disparidades regionais e tornaram-se evidentes os contrastes entre as áreas mais atrativas e as mais repulsivas do país. Para João Ferrão (2005:70-71), as dinâmicas territoriais representam um "*país espacialmente mais desequilibrado – maior concentração de pessoas, atividades, competências e oportunidades numa parcela reduzida do território - mas socialmente menos heterogéneo, dado o impacte uniformizador (ou, nalguns casos, desdiferenciador) da afirmação (tardia, em termos europeus) dos processos de modernização*".

Em particular no "País sob alta pressão" [94] (figura 31), que coincide com as manchas metropolitanas e urbanas do país e onde se concentra 46% do total da população residente em 2001, registamos indicadores de atração, densificação e qualificação dos recursos humanos, revelando uma maior abertura e uma maior capacidade de se aproximar dos moldes europeus, modernos e pós-modernos. Em termos sociais e em particular no que diz respeito à ocupação do território, estas áreas coincidem com lugares densamente povoados e jovens, reflexo do aumento dos movimentos pendulares e da maior incidência da população estrangeira de diferentes nacionalidades e identidades, com destaque para a população em idade ativa (Ferrão, 2003:22). Também em termos económicos, algumas das cidades incluídas nesta tipologia, como Guimarães, Braga, Vila Real, Coimbra, Figueira da Foz, Covilhã, Abrantes, Évora, Almada, Barreiro, Albufeira, Loulé, Lagoa, Vila Real de Santo António, entre outras, reforçam o seu papel enquanto focos de emprego e sedes de empresas, reflexo da crescente terciarização da economia portuguesa e da eclosão de novas formas de ocupação e de organização do território (Ferrão, 2003:22-23).

[94] João Ferrão através de uma análise fatorial multivariada analisa as dinâmicas territoriais, propondo a divisão entre um "Portugal sob alta pressão", um "Portugal tranquilo" e um "Portugal sonolento". Esta leitura do território nacional evidencia um conjunto de indicadores que representam a transformação e o desenvolvimento do país ao longo da última década do século XX (Ferrão,2003).

Conforme iremos verificar, estas áreas urbanas, com maior oferta dos recursos económicos e culturais, são o foco de irradiação de um universo religioso mais diversificado e plural. Aqui a percentagem de população católica começa a ter menor expressão a favor de outras crenças cristãs e não cristãs e até da população sem religião.

Por oposição, encontramos um "país sonolento" (figura 31), que coincide com grande parte do interior do país, em particular nas regiões Norte e Centro, correspondendo a 11% do total da população residente em 2001. Muitos dos concelhos como Pampilhosa da Serra, Meda, Sabugal, Idanha-a-Nova, Torre de Moncorvo, Vinhais, entre outros, evidenciam situações de repulsão demográfica, despovoamento, envelhecimento, estabilização ou mesmo degradação do capital humano, em parte reflexo da diminuição das taxas de emprego. (Ferrão, 2003:22).

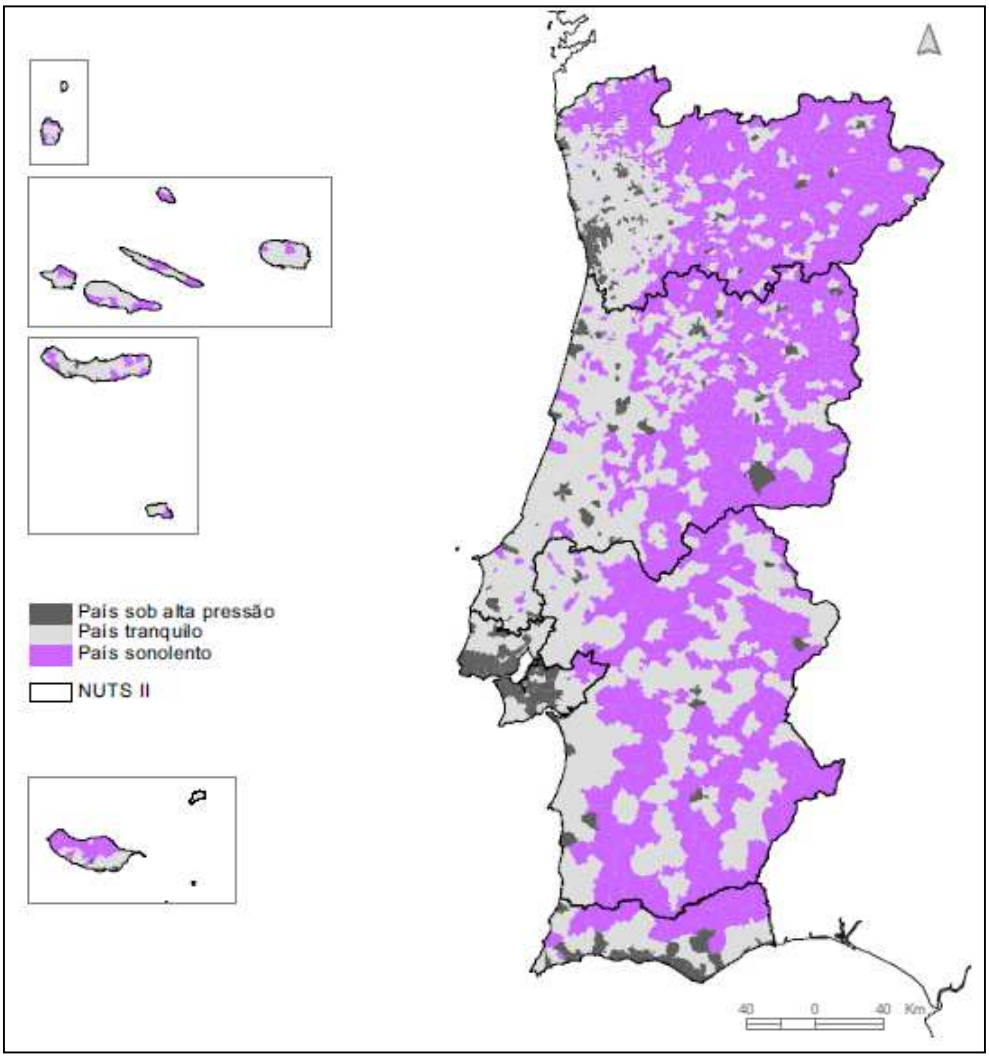


Figura 31: Tipologia de freguesias com 3 classes: "país sob alta pressão", "país tranquilo", "país sonolento"
Fonte: Ferrão, 2003:21

E sobre as diferentes trajetórias de desenvolvimento, João Ferrão concluiu que "*o final do século XX parece confirmar que, justapondo-se às dicotomias Norte/Sul do Portugal tradicional e litoral/interior do Portugal moderno, se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior*" (Ferrão, 2003:24).

Isto significa que persistem no nosso país as antigas dicotomias regionais, sendo que, da análise da distribuição da população residente entre 1991 e 2011, constatamos o reforço da concentração populacional nos concelhos do litoral, com destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto ou as suas imediações, para a região do Algarve e ainda para a região Centro, também numa faixa junto ao litoral (figura 32). As densidades populacionais são também mais intensas junto ao litoral, numa faixa entre os concelhos de Viana do Castelo a Setúbal e, a sul, de Lagos a Vila Real de Santo António, destacando, no entanto, um conjunto de freguesias que fazem parte das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (figura 32). Daqui se concluiu a continuidade do processo de litoralização e bipolarização até à atualidade.

Na Madeira, é percetível o contraste entre os concelhos do Norte, com densidades reduzidas, e os concelhos do sul, mais densamente povoados, com destaque para o Funchal, que ultrapassa os 1.400 habitantes por quilómetro quadrado. Nos Açores, as ilhas mais densamente povoadas são a Terceira e S. Miguel. Em Ponta Delgada, a densidade populacional não ascende aos 295,3 habitantes por quilómetro quadrado.

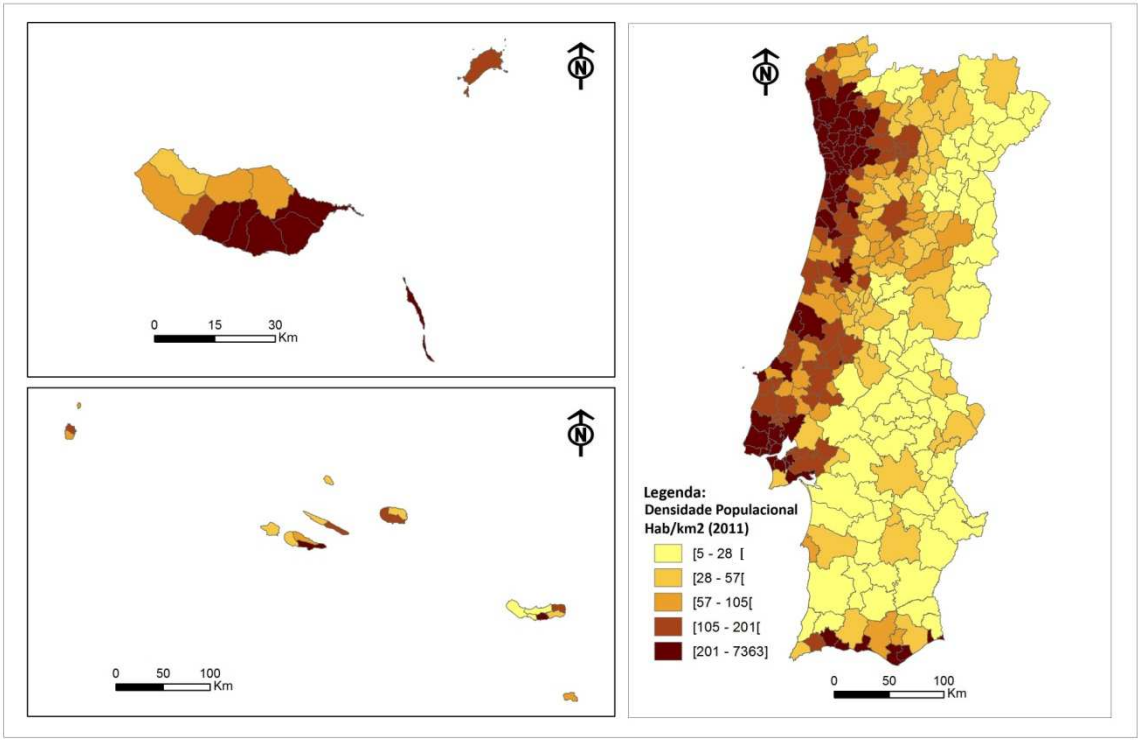


Figura 32: Densidade populacional, por concelho, 2011

Fonte: INE

Por oposição, aumenta o número de concelhos que perderam população residente. Entre 1991 e 2001 encontravam-se nessas circunstâncias 175 concelhos e, entre 2001 e 2011, são 206 que registam variações populacionais negativas (figuras 33 e 34). Alguns destes concelhos localizam-se no Centro interior, como, entre outros, Idanha-a-Nova, Meda, Sabugal, Figueiró dos Vinhos e Manteigas, na região do Alentejo, como Mourão, Mértola e Gavião, e, de forma paradoxal, os concelhos de Lisboa e do Porto que evidenciam significativas perdas demográficas. Entre 2001 e 2011, o Porto, apresenta um decréscimo de 9,7% e Lisboa de 6,0%, refletindo o processo de terciarização do tecido urbano e a respetiva transferência da população residente para os seus concelhos limítrofes. A maior parte dos centros urbanos terciarizou-se e perdeu população residente, sobretudo nos centros históricos das cidades, como aconteceu na cidade de Coimbra a partir da década de 90.

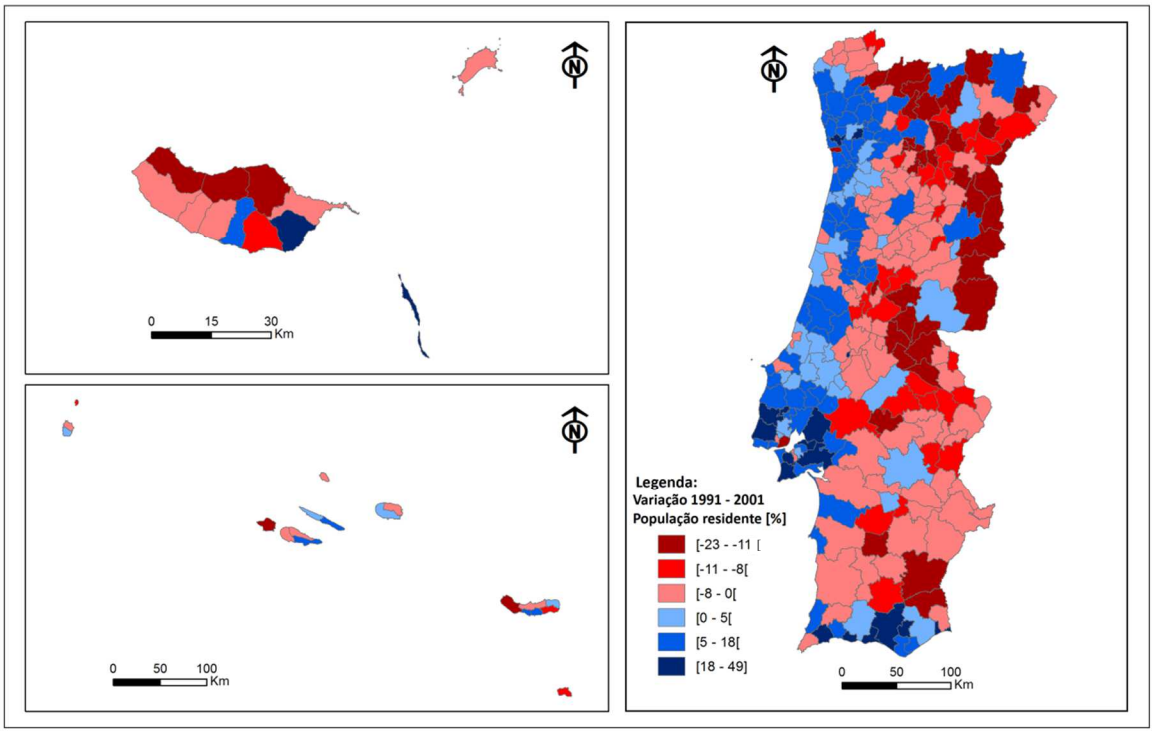


Figura 33: Variação da população residente, por concelho, 1991-2001

Fonte : INE

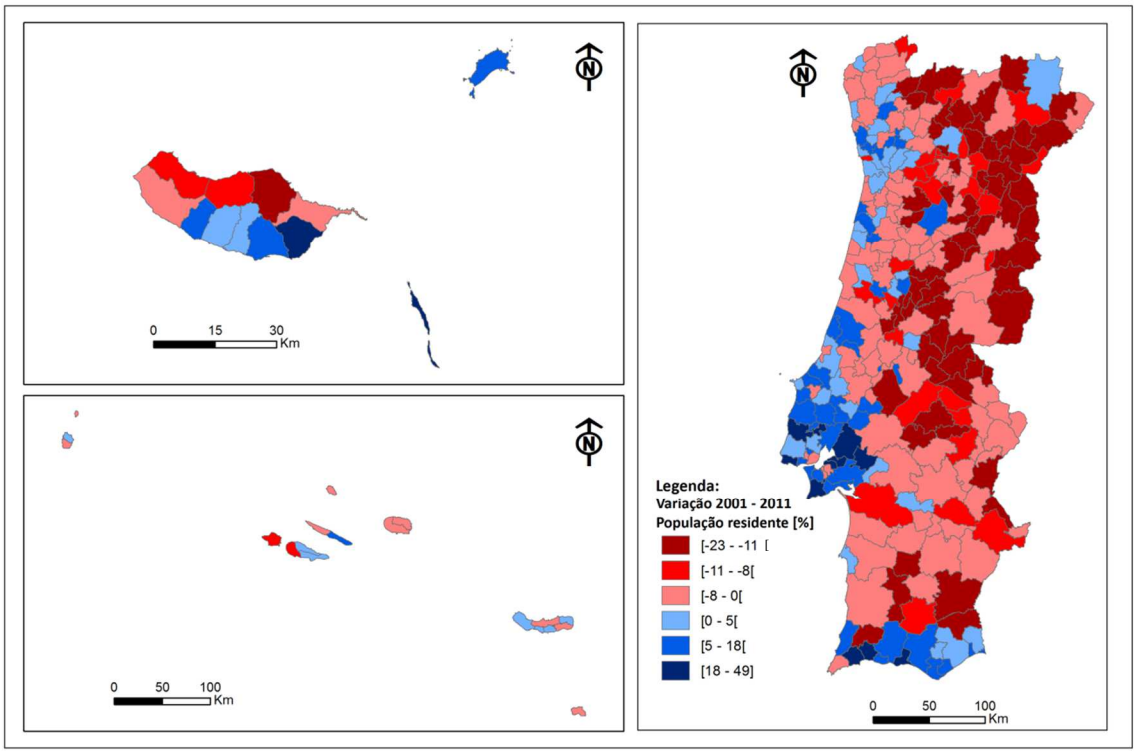


Figura 34: Variação da população residente, por concelho, 2001-2011

Fonte: INE

A tendência geral é a de concentração populacional em lugares urbanos, sendo que, em 2011, 61,0% da população residia em lugares com mais de 2.000 habitantes[95] (quadro 12). Aliás, a disposição desde 1991 é a de reforço do número de aglomerados de maior dimensão face aos de menor dimensão. Entre 2001 e 2011, chega a diminuir a percentagem de população que reside em lugares entre 2.000 e 4.999 habitantes e aumenta a percentagem de população a residir em lugares com mais de 10 mil habitantes. Deste último grupo, destacamos os 7 lugares que concentram mais de 14,2% do total da população portuguesa – Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Coimbra e Funchal.

Quadro 12: Escalões de dimensão populacional em Portugal, 1991, 2001 e 2011

Anos	População Total	População isolada	Escalões de dimensão populacional																	
			Até 1 999 habitantes			Com 2 000 ou mais habitantes														
						Total			De 2 000 a 4 999			De 5 000 a 9 999			De 10 000 a 99 999			Com 100 000 ou mais		
			Total	Pop. Res.		Total	Pop. Res.		Total	Pop. Res.		Total	Pop. Res.		Total	Pop. Res.		Total	Pop. Res.	
	N.º		N.º		%	N.º		%	N.º		%	N.º		%	N.º		%	N.º		%
1991	9.950.029	319.884	27.302	4.787.374	48,1	476	4.759.889	47,8	289	882.251	8,9	87	613.174	6,2	97	2.299.305	23,1	3	965.159	9,7
2001	10.394.669	280.010	26.238	4.395.396	42,3	559	5.680.711	54,7	319	976.292	9,4	114	798.786	7,7	120	2.579.700	24,8	6	1.325.933	12,8
2011	10.542.398	178.684	25.904	3.945.623	37,4	588	6.437.871	61,1	312	983.197	9,3	134	947.768	9,0	135	3.006.398	28,5	7	1.500.508	14,2

Fonte: INE

Significa que, nos últimos anos, se consolidou a estruturação do povoamento, a hierarquia do sistema urbano e a organização funcional do território, mostrando a macrocefalia em torno de Lisboa e do Porto e a atratividade de um conjunto de cidades que polarizam uma rede de aglomerados atrativos em termos de população, de habitação, de emprego, de serviços e até de oferta cultural. Deste conjunto, fazem parte as cidades de Sintra, de Cascais, de Loures, da Amadora, da Almada, de Oeiras, do Seixal e de Odivelas junto ao concelho de Lisboa e de Vila Nova de Gaia, de Braga, de Matosinhos, de Gondomar, de Guimarães junto do concelho do Porto. Acrescem as cidades da região Centro de Coimbra, Leiria, Viseu e de Aveiro, de Castelo Branco e da Covilhã e as cidades da região algarvia como Loulé e Faro. No Alentejo, as cidades que se destacam são Évora e Beja.

Em síntese, a transição demográfica, no sentido da consolidação e da pós-modernidade, revelou um país em mudança. Revela também que esta mutação se estendeu ao campo das identidades religiosas. Significa que os períodos de mudança

[95] Em 1981, a proporção de população em lugares com mais de 2000 habitantes era de 43%, em 1991 passa para 48% e no ano de 2001 este valor sobe para 55%.

social, demográfica, económica, política e cultural que marcaram Portugal, tiveram presentes alterações no campo das mentalidades, onde incluímos os valores e as crenças religiosas. São mudanças paralelas e concordantes pois, conforme iremos verificar, os "choques" que impulsionaram a transição demográfica coincidem com alguns dos motores de mudança no universo religioso.

Em termos demográficos, o processo de transição evidencia um país que se aproximou, de forma fugaz, dos modelos demográficos pós-modernos característicos dos países da Europa ocidental. A recente diminuição da população residente reflete-se, em termos sociais, na diminuição da taxa de natalidade, fecundidade, nupcialidade e conjugalidade e, por oposição, no aumento da esperança média de vida e no envelhecimento geral da população portuguesa. De forma mais expressiva, assistimos, desde 2001, à reorganização das famílias portuguesas, incluindo a diminuição do número de pessoas que compõe os núcleos familiares, o aumento das famílias monoparentais e a diminuição do número de filhos por casal, em particular dos segundos e dos terceiros filhos.

Na última década, aumentou a idade média em que a mulher tem filhos e aumentou a proporção de nascimentos ocorridos fora do casamento, na sua maioria em situação de coabitação dos pais. Ao nível da conjugalidade, salientamos ainda a quebra geral do número de casamentos e o aumento do número de divórcios (Pina *et al*, 2014:40-41). Hoje são comuns as famílias recompostas, os casais sem filhos e as pessoas jovens ou adultas a viverem sozinhas, sendo notório o desprendimento dos indivíduos relativamente às questões institucionais e familiares.

Em Portugal, persiste a concentração da população em lugares urbanos ao longo de uma faixa do litoral, em particular, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e dos concelhos que estão para além dos respetivos perímetros administrativos. São também polarizadores de recursos humanos e económicos um conjunto de cidades, sedes de distrito, que, no seu conjunto, formam um arquipélago de centros urbanos com características atrativas. Acentua-se o processo de litoralização e bipolarização e aumenta a percentagem de população residente em centros urbanos, sendo que há um maior número de pessoas a beneficiar dos modos e estilos de vida típicos da urbanidade. Por outro lado, persistem ainda situações em que a diminuição populacional e o envelhecimento se associam à perda de recursos económicos e culturais. Numa faixa que se estende ao longo do interior, o país está ainda "sonolento".

O processo de transição não foi uniforme em termos espaciais, nem ocorreu em simultâneo em todas as parcelas do território nacional. As trajetórias de desenvolvimento são diferentes e evidenciam processos distintos de ocupação dos recursos humanos e económicos, entre outros, mas também diferentes formas de assimilação dos processos de mudanças, sendo que, no campo das mentalidades, a mudança foi ainda mais lenta, mas com maior abrangência nacional.

Em Portugal, a heterogeneidade espacial não se alonga às questões sociais e assiste-se ao efeito uniformizador de alguns indicadores, como o índice de envelhecimento da estrutura etária. A sociedade portuguesa conheceu, a partir da segunda metade do século XX, alterações na composição das identidades individuais e coletivas e na alteridade relacional. A desconstrução do pensamento intelectual estendeu-se às metanarrativas que suportavam a identidade tendencialmente homogénea dos anos 50 e 60, tida como uma sociedade tradicional, conservadora, católica e rural. Através de veículos como a democratização política, a integração do país na Comunidade Europeia, a escolarização, a difusão dos meios de comunicação e informação, a inclusão nos grandes fluxos migratórios, entre outros, a sociedade portuguesa é hoje mais democrática, liberal, urbana, escolarizada, aberta, plural e híbrida. Através do processo de individualização e da afirmação da autonomia e da liberdade, a população constrói novos vínculos sociais e novas formas de convivência social, adaptando-se ao cenário atual de compressão espaço-tempo e da multiterritorialidade (cf. Massey, 1994; Harvey, 1989, 2004).

No domínio dos valores, dos comportamentos e das crenças, os portugueses absorveram as novidades divulgadas através dos meios de comunicação, mas também através dos fluxos migratórios, onde se inclui os que resultaram do processo de descolonização, ou mesmo dos fluxos turísticos. Isto significa que as questões associadas à religião são hoje afetadas por esta mudança, onde incluímos a secularização, a laicização e a descristianização da sociedade. Foram alterados os vínculos de pertença à Igreja Católica, no sentido ora de diminuição ora de aumento do número de católicos praticantes e do alargamento do universo religioso. Assistimos ao esgotamento de determinados modelos e conceções defendidos pela Igreja Católica e à desvinculação e à desafetação de muitas das suas práticas e experiências, que vão desde a presença na missa dominical, ao casamento católico e à organização familiar. O pluralismo de crenças, incluindo a negação e a dúvida, proporcionou novas vivências e atitudes numa sociedade que tradicionalmente, e de forma hegemónica, se referenciava pela matriz do catolicismo.

Assim, para além das questões demográficas, registámos que as metanarrativas da era moderna – a Família, o Estado e Deus -, continuam a ser, de forma concertada e em muitos domínios, o suporte do quotidiano dos portugueses; contudo, são acompanhadas de outros elementos culturais que contribuem para a redefinição das identidades individuais e coletivas, para a estrutura e organização da sociedade e para a definição da geografia humana de Portugal.

Embora num contexto mais vasto, relembramos que estas e outras circunstâncias foram analisadas por autores como Giddens (1991, 1994, 2002) ou mesmo Hall (2005) que indicámos nos capítulos anteriores.

No ponto seguinte deste capítulo e, tendo em conta os objetivos propostos nesta tese de doutoramento, procuramos analisar a evolução e distribuição da população católica residente no nosso país. Iremos mostrar algumas tendências de evolução, algumas particularidades regionais e contrastes concelhios.

Por fim, consideramos fundamental incluir nesta análise o enquadramento e a evolução numérica da população inserida noutros grupos religiosos. Esta abordagem permite-nos evidenciar a diversidade religiosa e as suas geografias que caracterizam a sociedade portuguesa do século XXI.

3.2. A população católica em Portugal - uma leitura geográfica

A identidade religiosa da população portuguesa, onde compreendemos não apenas as formas de organização dos fiéis e das instituições religiosas, mas também as crenças, os comportamentos, os rituais, as vivências e as práticas individuais ou coletivas, é parte integrante da sociedade. Através da religião criam-se relações sociais e laços de pertença com os lugares sagrados, criando geografias importantes para a compreensão das dinâmicas sociais que caracterizaram o nosso país, em particular, nos séculos XX e XXI. Amorim Girão (1958) foi, aliás, um dos autores portugueses referidos anteriormente, que reforçou a necessidade de estudar a religião e a sua inerente geografia.

Apesar da complexidade do fenómeno religioso, onde se incluem as vertentes antropológicas, teológicas e sociológicas, podemos também, através da geografia da religião, conhecer melhor e interpretar as grandes mudanças estruturais que o país conheceu ao longo destes séculos. Manuel Clemente e António Matos Ferreira (2002:10) afirmam que "*o que os diversos universos religiosos dizem de si são formas também de perceber e de lidar com a sociedade. Teologias, ritos, liturgias, devoções e manifestações religiosas não são elementos ao lado da sociedade, fazem parte dela, tecem sociabilidades e transportam fatores de conservação e de mudança. Todas estas variáveis são imprescindíveis para se perceber, não só a colaboração mais epidérmica de certos movimentos sociais, mas para captar filões profundos da dinâmica social".*

De forma a compreender todas as mudanças que ocorreram no território nacional, importa agora analisar o universo religioso através da sua geografia.

Este trabalho ultrapassa o apuramento estatístico, apesar de este ser o único suporte, de registo temporal e espacial, de que dispomos, para a análise geográfica da identidade religiosa da população portuguesa. Quantos são os fiéis de cada sistema religioso, quais as tendências de crescimento e diminuição, como evoluem no tempo e como se distribuem no território nacional, quais são as disparidades regionais, são algumas das respostas que obtemos a partir do estudo de alguns indicadores estatísticos disponíveis.

Não faremos, pois, uma leitura institucional dos diferentes sistemas religiosos, uma vez que não é nossa preocupação analisar a organização interna dos múltiplos movimentos, no caso particular da Igreja Católica, contemplaria o estudo do número de bispos, padres ou religiosos ou mesmo o número e a localização das instituições que

sustentam a organização da Igreja Católica em Portugal, onde incluímos as escolas ou as instituições de solidariedade e assistência social. Na nossa análise geográfica, ponderamos apenas o número de fiéis, a sua filiação religiosa e respetiva distribuição e o comportamento espacial no território nacional.

Iniciamos este estudo com a caracterização da população católica portuguesa, através da análise dos dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), através dos recenseamentos gerais da população, pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e ainda por um conjunto de estudos associados à religião em Portugal, dos quais destacamos o relatório "Identidades Religiosas em Portugal: representações, valores e práticas – 2011", realizado pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) em parceria com a CEP e ainda o "Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses" realizado, em 1998, pelo ISCTE em parceria com o International Social Survey Programme.

Acrescentamos que existem outros inquéritos e estudos[96] cujo objetivo central é a análise da identidade religiosa da população portuguesa; contudo, estes trabalhos abordam uma perspetiva sociológica do fenómeno religioso, expressando as crenças, os valores, a devoção, os sentimentos religiosos e a posição da população sobre alguns assuntos bioéticos como a eutanásia ou o aborto. Estes estudos ignoram uma leitura geográfica da própria identidade e a sua relação com as dinâmicas regionais de desenvolvimento do país.

Incorporámos neste trabalho a análise de indicadores que, de forma direta, estão relacionados com a identidade e a territorialidade da população católica portuguesa, como a distribuição territorial das paróquias e os valores relativos à prática religiosa, como a população católica praticante por grupo etário e sexo e a população casada pela Igreja Católica[97]. Estas variáveis permitem compreender, em parte, a inserção dos fiéis na doutrina católica, tanto em termos sociais como em termos ideológicos.

[96] Existe um número considerável de estudos internacionais que trabalham as questões religiosas, dos quais destacamos o *European Values Study, o International Social Survey Programme*, o *Religious and Moral Pluralism* e o *European Social Survey*. No nosso país, existem também estudos que analisam as identidades religiosas, como os trabalhos organizados ou publicados por Luís França, como "*Estudo sobre a liberdade e religião em Portugal*" (1973) ou, mais recentemente, "Portugal: valores europeus, identidade cultural"(1993).

[97] Poderíamos incluir neste análise outros indicadores, por diocese, como o número de população comungante ou o número de crismas ou batismos. No entanto, para não alongar mais este estudo optámos para não utilizar estas variáveis.

Acresce ainda que a leitura transversal destes indicadores permitirá clarificar os diferentes comportamentos consoante o meio social e geográfico em que os católicos estão inseridos.

Começaremos este subcapítulo por analisar os quadros síntese da população religiosa em Portugal, com base nos indicadores do INE. Para o efeito, importa referir alguns aspetos preliminares associados a questões metodológicas no apuramento dos resultados censitários:

1) relativamente à questão sobre a religião, a população inquirida nem sempre esteve inserida na mesma faixa etária; em 1960 a população que respondeu estava acima dos 8 anos de idade, em 1981 e 1991 foi inquirida a população com 12 ou mais anos e nos anos seguintes a população inquirida tinha 15 ou mais anos;
2) a opção "não sabe/não responde" surge a partir de 1981, incluindo nesta categoria a opção "religião ignorada" que aparecia nos anos anteriores;
3) no ano de 1950, apenas foi apurada a população católica, sendo que a população "sem religião" resulta da subtração do valor da população católica inquirida;
4) no ano de 1960, não foi apurada a população que não sabe ou não responde;
5) só a partir dos censos de 1981 foi possível analisar, com maior detalhe, a identidade religiosa da população portuguesa pois, até essa data, não era feita uma discriminação por grupos religiosos da população não católica;
6) a grelha dos grupos religiosos é, ainda assim, reduzida, podendo suscitar problemas de auto-identificação ou erros de classificação por parte da população não católica, em particular a população protestante ou dos "outros cristãos";
7) nos quadros apresentados de seguida o "outras religiões" incluem todos os grupos definidos pelo INE para além do grupo dos católicos, ou seja, os ortodoxos, protestantes, "grupos não cristãos", judeus, muçulmanos e "outros não cristãos";
8) as percentagens, relativamente aos diferentes grupos religiosos, foram calculadas tendo em conta o total de pessoas que responderam à pergunta da religião pelo INE;

9) uma vez que nos diferentes períodos censitários houve alterações na composição das regiões portuguesas, optámos por considerar a estrutura apresentada pelo INE nos censos de 2011. Ou seja, a região Centro, por exemplo, incluiu pela primeira vez, nos Censos de 2011, as sub-regiões do Médio Tejo e do Oeste.

3.2.1. O processo de transição e a nova geografia da identidade religiosa dos portugueses. Os últimos 20 anos do século XX

A análise das questões associadas à religião torna-se pertinente a partir da década de 80, quando registamos no nosso país uma alteração substancial do contexto ou da conjuntura pré-existente. Isto porque, conforme consta nos quadros seguintes, no virar do milénio a população era, quase na sua totalidade, católica, atingindo 99,9% dos portugueses, não havendo, até então, grandes oscilações na identidade e nos laços de pertença ao catolicismo (quadros 13 e 14).

Quadro 13: Número de população segundo a resposta à pergunta da Religião, 1900,1940, 1950, 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011

Anos	Pop. Católica	Pop. Outras Religiões	Pop. Sem Religião	NS/NR
1900	5.416.204	5.012	1.454	462
1940	7.191.913	63.060	347.284	119.895
1950	8.167.457		342.783	
1960	8.701.898	39.747	147.774	
1981	6.352.070	118.448	253.680	1.114.614
1991	6.527.595	143.596	218.862	1.477.762
2001	7.353.548	216.158	342.987	786.822
2011	7.281.887	347.756	615.332	744.874

Fonte: INE

Quadro 14: Percentagem de População segundo a resposta à pergunta da Religião, 1900,1940, 1950, 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011

Anos	Pop. Católica	Pop. Outras Religiões	Pop. Sem Religião	NS/NR
1900	99,9	0,1	0,0	0,0
1940	93,1	0,8	4,5	1,6
1950	96,0		4,0	
1960	97,9	0,4	1,7	
1981	81,1	1,5	3,2	14,2
1991	77,9	1,8	2,8	17,6
2001	84,5	2,5	3,9	9,0
2011	81,0	3,9	6,8	8,3

Fonte: INE

Esta situação decorre, na sua grande maioria, do legado histórico do próprio país. A homogeneidade etno-cultural, onde se inclui a pertença à Igreja Católica, reflete a identidade da sociedade portuguesa, a história e a formação do território nacional,

associadas à cristandade e à afirmação progressiva do catolicismo romano, estabelecido em Portugal como referencial religioso e cultural (Vilaça, 1999:277)[98]. Este contexto antecede a grande alteração do universo religioso que ocorreu, no nosso país, nos anos 80. No recenseamento geral da população de 1960, a população católica representava 97,9% e, em 1981, desce para os 81,1%, ou seja, verificámos uma alteração substancial da percentagem de católicos residentes no nosso país.

[98] Nos países da Península Ibérica, a identidade nacional foi marcada pelo processo da reconquista cristã contra os mouros e reafirmada no tempo das descobertas, projetando além-mar muitos lugares de evangelização. No nosso país, desde muito cedo, a Igreja Católica marcou a sua posição, sendo que, em termos geográficos, conduziu a organização espacial do território nacional de acordo com critérios eclesiásticos hierarquizados, que vão desde o episcopado, de abrangência nacional, às paróquias, de nível local. Ou seja, a Igreja Católica exerceu o seu poder e a sua influência através do uso e da apropriação do próprio espaço, consolidando a sua presença em todo o território nacional, incluindo as colónias portuguesas, com implicações concretas na organização e no planeamento urbano do país.
O domínio da Igreja Católica é, de forma consequente, acompanhado pela ausência de outros grupos religiosos. A repressão e a perseguição do povo judeu nos séculos XV e XVI e a presença da Inquisição contra os cristãos-novos ou grupos que se revelaram contra a Igreja Católica, que, no caso de Portugal, durou entre 1536 e 1821, são alguns dos fatores históricos que justificam o predomínio do catolicismo e a intolerância religiosa em toda a Península Ibérica, bem como a tentativa de constituir uma religião civil que integrasse toda a sociedade. Mesmo em termos jurídicos, no século XIX, as três Constituições da Monarquia Liberal (de 1822, de 1826 e de 1838) declararam a religião católica apostólica romana como a religião oficial do Estado. Apenas os estrangeiros poderiam ter garantido o exercício de outros cultos. Daqui se conclui que a Igreja Católica assumiu uma posição predominante e quase exclusiva, uma vez que o próprio Estado interferia na sua organização interna.
Assim, neste contexto histórico, político e jurídico, a pouca diversidade religiosa tornou-se estrutural e de longa duração, até porque Portugal, pela sua posição periférica, não beneficiou de uma progressiva mudança cultural e das mentalidades que a Europa protestante desencadeou no passado. Esta condição moldou as "*representações sociais coletivas em termos de uma bipolarização entre, de um lado, um catolicismo fortemente identitário e professante e, de outro, um sentimento anti-clericalista já manifesto em espíritos humanistas do século XVI, e no anti-jesuitismo pombalino, desenvolvido ao longo do século XIX e culminante com a Primeira República*" (Vilaça,1999:277).
Com a proclamação da República de 1910, é posto em causa o predomínio da Igreja Católica, emergindo um conflito religioso ligado à reação contra o anterior sistema de união, ao anti-clericalismo difuso em certos setores da população urbana e ao positivismo e ao jacobinismo do partido republicano (Miranda, 1986:120). Nos primeiros meses do novo regime, há uma posição laicista e anti-católica. Neste contexto, a Constituição de 1911 veio garantir a liberdade de consciência, de crença e de igualdade política e civil de todos os cultos, para além de ter adotado medidas restritivas da atividade das confissões religiosas, onde se incluí a Igreja Católica (Miranda, 1986:120-121).
Daqui se concluí que, até ao início da segunda metade do século XX, a identidade religiosa da sociedade portuguesa é marcada pelo domínio da Igreja Católica em desfavor de outras crenças religiosas cristãs e não cristãs. Esta situação virá a manter-se muito para além do início do milénio, pois, até à década de 70 e, em particular durante a vigência do Estado Novo, a situação mantêm-se quase inalterada.

Quadro 15: População católica, outras religiões, sem religião e "Não Sabe/Não Responde", por região, 1981

Zona Geográfica	Pop. Total	Pop. Católica		Pop. Outras Religiões		Pop.Sem Religião		NS/NR	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	7.836.505	6.352.070	81,1	118.448	1,5	253.680	3,2	1.114.614	14,2
Continente	7.459.627	5.996.890	80,4	115.362	1,5	252.190	3,4	1.097.495	14,7
Norte	2.632.350	2.364.179	89,8	29.946	1,1	23.760	0,9	216.440	8,2
Centro	1.868.692	1.620.183	86,7	17.624	0,9	23.124	1,2	208.219	11,1
Lisboa	2.008.178	1.410.228	70,2	54.890	2,7	148.272	7,4	394.788	19,7
Alentejo	681.659	414.190	60,8	9.063	1,3	49.145	7,2	209.138	30,7
Algarve	268.748	188.110	70,0	3.839	1,4	7.889	2,9	68.910	25,6
RA Açores	185.012	174.804	94,5	1.420	0,8	693	0,4	8.093	4,4
RA Madeira	191.866	180.376	94,0	1.666	0,9	797	0,4	9.026	4,7

Fonte INE

Não desfazendo desta situação inédita, importa referir que, nos censos de 1981, a população inquirida contempla pessoas com idade igual ou superior a 12 anos[99], para além de, pela primeira vez, ter sido aumentado o espetro das respostas, podendo a população enquadrar-se noutros grupos religiosos cristãos não católicos e não cristãos. Isto significa que a diminuição da população católica foi compensada pelo aumento da população com outras confissões religiosas, mas também pelo aumento da população que se assume "sem religião" e da população que, à questão da religião, não sabe ou não responde (quadro 15).

Todavia, se o cenário de 1981 é diferente, o que o INE apresenta para 1991 não é menos significativo. Decorridos 10 anos, apesar de, em termos absolutos, ter aumentado o número de católicos portugueses, por via do aumento da população inquirida, a percentagem de população católica atinge o valor mais baixo desde o início do século XX, situando-se em 77,9%. Neste ano aumenta, em termos absolutos e percentuais, a população que se enquadra noutras religiões, que passa de 0,4% em 1960 para 1,8% em 1991. A população que, à questão da filiação religiosa, não sabe ou que não responde tem uma percentagem muito expressiva, na ordem dos 17,6%.

A evolução dos censos de 1981 e de 1991 mostra-nos um país muito diferente não só em termos demográficos mas também em termos de valores e comportamentos religiosos que, no nosso entender, é o reflexo das mudanças conjunturais que caracterizaram Portugal nos últimos 20 anos do século XX.

[99] Nos censos de 1960, por exemplo, a população inquirida tinha 8 ou mais anos.

Já referimos que, em termos demográficos e ao longo destes anos, decorreu a concretização do processo português de transição demográfica. Isto significou a modernização crescente dos comportamentos demográficos, aproximando o país dos contextos europeus mais desenvolvidos. Assinala-se a descida da taxa de natalidade, do índice sintético de fecundidade e da taxa de mortalidade, em particular da mortalidade infantil e o aumento do índice de envelhecimento da estrutura etária. Ocorrem mudanças na organização e na estrutura familiar, sendo que a família extensa tradicional dá lugar à família nuclear de pequena dimensão.

As taxas de crescimento anual médio mantêm-se positivas, embora em 1991 seja evidente o peso contrário que exerce o saldo migratório. De referir que, ao longo destes anos, Portugal foi afetado por ciclos migratórios distintos. No ano de 1981, a entrada de população estrangeira refletiu os efeitos da descolonização e do retorno de população proveniente das ex-colónias; no ano de 1991, o surto emigratório deve-se à imagem que o país passou de maior oferta de emprego e de melhores condições de vida, em particular, para a população com afinidades culturais com o nosso país.

Portugal tornou-se economicamente atrativo, tornando-se estrutural a concentração da população nas cidades de Lisboa, do Porto e de Setúbal e também num conjunto de cidades de média dimensão, sedes de distrito. As transformações do mundo urbano e rural, do litoral e do interior, reforçaram os processos de desruralização, de bipolarização e de litoralização.

Em termos políticos e jurídicos, estes períodos coincidem também com algumas alterações já assinaladas. Constata-se a democratização da sociedade a partir de 1974 e a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986. Estes dois episódios, a juntar a um outro conjunto de alterações políticas e estratégicas na cena europeia e mundial, permitiram alcançar uma sociedade mais aberta no domínio interno e mais recetiva à mudança, onde incluímos os valores e os comportamentos.

Desde a progressiva alteração do papel da mulher na organização familiar e social à diminuição da taxa de analfabetismo, à terciarização da sociedade e à expansão dos modos de vida urbanos, a sociedade tornou-se menos conservadora e tradicional e mais apoiada nas escolhas individuais, vividas com liberdade e autonomia.

O cenário de mudança descrito foi, aliás, o suporte da alteração do universo religioso dos portugueses.

Tal como verificamos relativamente aos indicadores demográficos, a distribuição da população católica revela tendências regionais distintas. No ano de 1981, apesar da descida acentuada, desde a década de 60, a nível nacional, importa referir que eram os Açores e a Madeira que apresentavam a percentagem mais elevada de população católica, 94,5% e 94,0%, respetivamente (figura 35). Concelhos como o Corvo e Vila Franca do Campo, nos Açores, e Porto Moniz, Ponta do Sol e São Vicente, na Madeira, são apenas alguns exemplos onde a população católica ascende aos 97% (figura 36). Desde logo, poderíamos concluir que a condicionante peninsular fez com que as ilhas estivessem à parte do processo de mudança que ocorreu no continente.

Também com percentagens superiores à média nacional encontram-se as regiões do Norte e do Centro, com 89,8% e 86,7%, respetivamente. Do conjunto, destacamos os concelhos da região Norte das sub-regiões do Tâmega, Ave e Cávado, como Amares, Paços de Ferreira, Celorico de Bastos e Mesão Frio, e dos concelhos no Centro das sub-regiões do Pinhal Interior Norte, da Serra da Estrela e da Beira Interior Norte, como Meda, Vila de Rei e Fornos de Algodres, todos com percentagens superiores a 96% de católicos. Nestas regiões, persiste um legado histórico e uma matriz religiosa associados ao catolicismo professante, com vivências e práticas religiosas vinculadas à Igreja Católica. Por oposição, na sub-região do Grande Porto, em particular os concelhos do Porto e de Matosinhos, a percentagem de católicos é inferior à média nacional, refletindo, entre outros fatores, os efeitos da urbanização e da terciarização social, mas também das diversidade de nacionalidades e de população estrangeira.

As regiões de Lisboa e do Algarve situam-se também abaixo da média nacional, com uma percentagem de católicos na ordem dos 70%. Em particular na sub-região da Península de Setúbal, constatamos concelhos com percentagens inferiores a 60%, como Palmela, Moita, Montijo e Barreiro. No caso da região algarvia, o concelho que mais se destaca é o de Aljezur, com apenas 37,2% de população católica.

Com 60,8% de católicos, o Alentejo apresenta, neste ano, a menor percentagem de população católica do país. Esta região mostra-se mais desvinculada das questões religiosas, em particular do catolicismo, até porque é a zona do país que apresenta a segunda percentagem mais elevada de população "sem religião" (7,2%) e a mais elevada de população que “não sabe/não responde” (30,7%). Estes valores sugerem, por um lado, que os alentejanos têm dúvidas quanto à sua filiação religiosa e, por outro, que vivem as suas crenças e a fé de uma forma mais íntima e pessoal, não sendo essencial declarar e

partilhar a respetiva identidade religiosa. Nesta região, destacam-se concelhos como Aljustrel, Grândola, Alpiarça, Odemira, Santiago do Cacém e Ferreira do Alentejo, que registam percentagens de população católica inferiores a 40%.

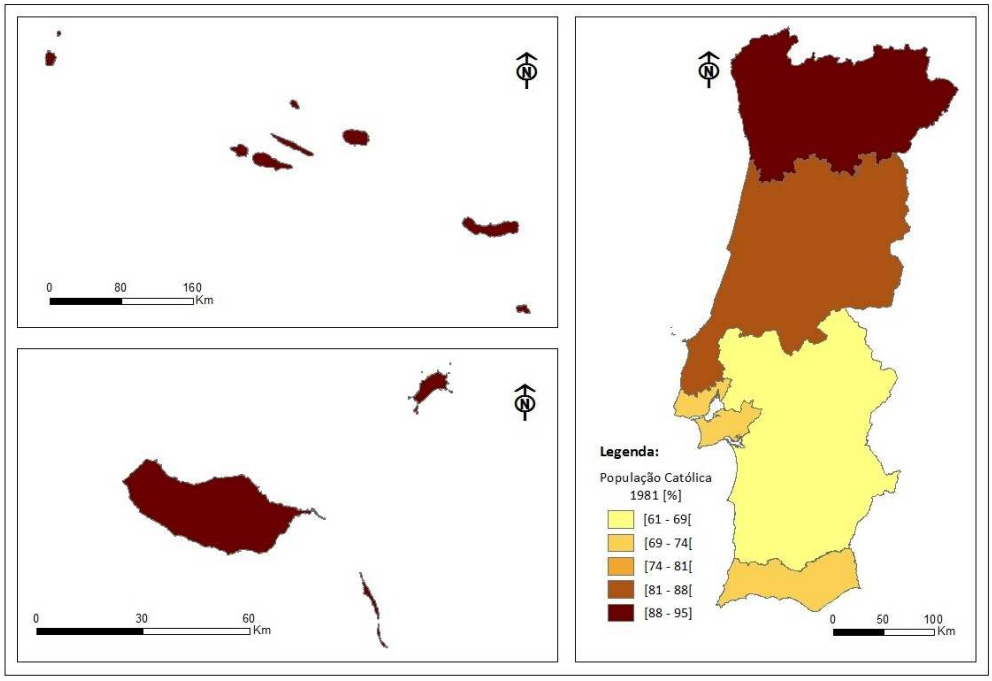


Figura 35: Percentagem de população católica, por região, 1981

Fonte: INE

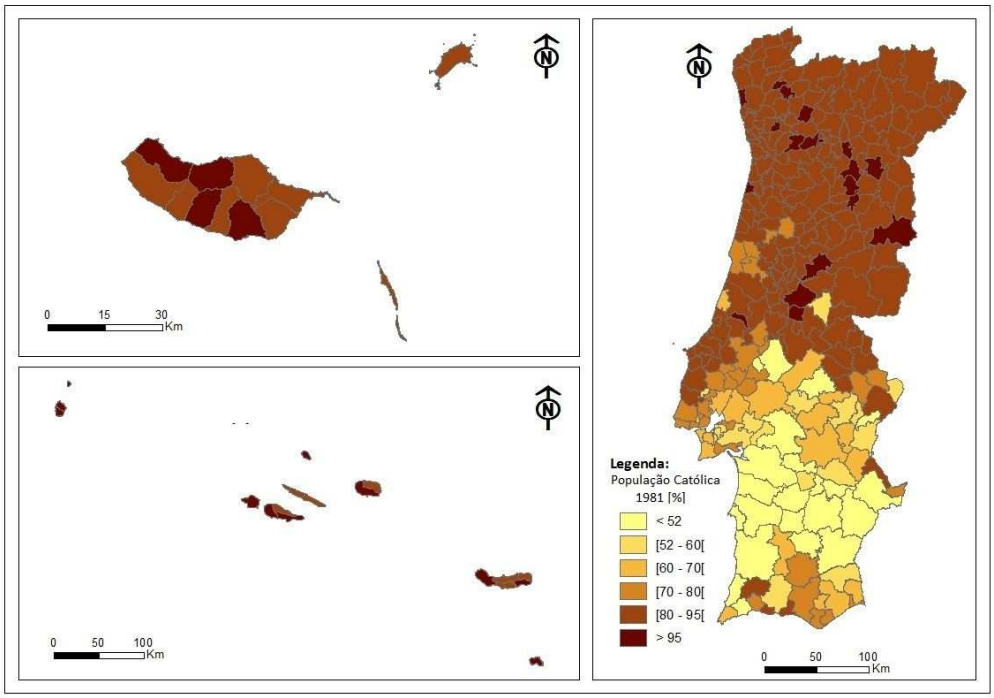


Figura 36: Percentagem de população católica, por concelho, 1981

Fonte: INE

No início dos anos 90, verificamos que, ainda que a população católica tenha aumentado em termos absolutos, por via do aumento do universo da população inquirida, diminuiu em termos relativos. A percentagem de católicos em Portugal passa de 81,1% em 1981 para 77,9% em 1991 (quadro 16). Esta tendência é extensiva a todas as regiões do país com exceção do Alentejo, que é a única região portuguesa que aumenta a população católica, na ordem dos 8 pontos percentuais.

Também a nível nacional, aumenta a percentagem de população que professa outras religiões cristãs e não cristãs (de 1,5% passa para 1,7%), diminui a população "sem religião" (de 3,2% passa para 2,7%) e aumenta a percentagem de população que "não sabe ou não responde" (de 14,2% passa para 17,6%).

Quadro 16: População católica, outras religiões, sem religião e "Não Sabe/Não Responde", por região, 1991

Zona Geográfica	Pop. Total	Pop. Católica		Pop. Outras Religiões		Pop.Sem Religião		NS/NR	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	8.380.947	6.527.595	77,9	144.608	1,7	225.582	2,7	1.477.762	17,6
Continente	7.986.253	6.177.896	77,4	140.489	1,8	223.923	2,8	1.437.727	18,0
Norte	2.705.298	2.346.684	86,7	35.843	1,3	25.391	0,9	297.380	11,0
Centro	1.830.798	1.523.780	83,2	23.166	1,3	22.340	1,2	261.512	14,3
Lisboa	2.066.184	1.411.501	68,3	65.219	3,2	126.441	6,1	463.023	22,4
Alentejo	645.661	438.752	68,0	9.513	1,5	33.180	5,1	164.216	25,4
Algarve	280.441	195.965	69,9	6.748	2,4	9.904	3,5	67.824	24,2
RA Açores	174.938	162.681	93,0	1.551	0,9	815	0,5	9.891	5,7
RA Madeira	191.424	166.216	86,8	1.556	0,8	791	0,4	22.861	11,9

Fonte INE

Nesta década, apenas os Açores permanecem com um percentagem acima dos 90%, continuando a demonstrar que esta Região Autónoma está afastada do processo de mudança, até porque continua diminuta a percentagem de fiéis de outras religiões (0,9%) e de população sem religião (0,5%). Por sua vez, a ilha da Madeira junta-se às regiões continentais do Norte e do Centro, com percentagens de católicos acima da média nacional, entre os 83% e os 86%. No Norte, por exemplo, as sub-regiões de Entre Douro e Vouga, Tâmega e Douro ultrapassam estes valores, sendo exemplo o concelho de Penedono com 94,7% de católicos e os concelhos de Sernancelhe com 95,6% e Baião com 95,5%.

Nestas três regiões, a diversidade religiosa, incluindo os sem religião é ainda muito diminuta, não chegando a 1,2% do total da população em cada região, no caso da Região Autónoma da Madeira e a 2,5% no caso das regiões do Centro e do Norte.

Concluímos também que são as regiões do Algarve e de Lisboa que contribuem, de forma decisiva, para a descida da percentagem de população católica em Portugal. Lisboa regista 68,3% e o Algarve cerca de 69,9% de católicos (figura 37). Do Algarve destacamos os concelhos, junto à linha da costa, de Vila Real de Santo António, de Lagos, de Olhão, de Lagoa e de Portimão, com percentagens entre os 62% e os 68%. Da região de Lisboa, destacamos os concelhos da sub-região da Península de Setúbal, como Palmela e Moita, que não ultrapassam os 59% de católicos e os concelhos da Grande Lisboa, do Barreiro, de Almada, do Seixal, do Montijo, da Amadora e de Sesimbra, com percentagens inferiores a 70% (figura 38).

A região do Alentejo apresenta uma situação diferente das anteriores, pois esta área do país evidencia, em termos percentuais, um aumento da população católica e uma diminuição em todas as outras filiações, apesar de manter, a nível nacional, uma percentagem significativa de indivíduos que não respondem à questão da religião (25,4%). Do conjunto, são os concelhos do Alto Alentejo que apresentam as percentagens de população católica mais elevadas, ultrapassando, nalgumas situações, os 82% de católicos, como acontece com Nisa, Gavião, Crato, Marvão, Portalegre e Fronteira. O peso da população católica nestes concelhos fronteiriços e do interior não coincide com o que apresentam as sub-regiões do Alentejo Litoral, do Baixo Alentejo e da Lezíria do Tejo como Alpiarça, Mértola, Grândola, Aljustrel, Sines e Alandroal, que se destacam por atingirem percentagens muito baixas de população católica, entre os 37% e os 50% (figura 38).

Sobre a região do Alentejo, verificamos, portanto, que há uma alteração significativa da identidade religiosa da população residente.

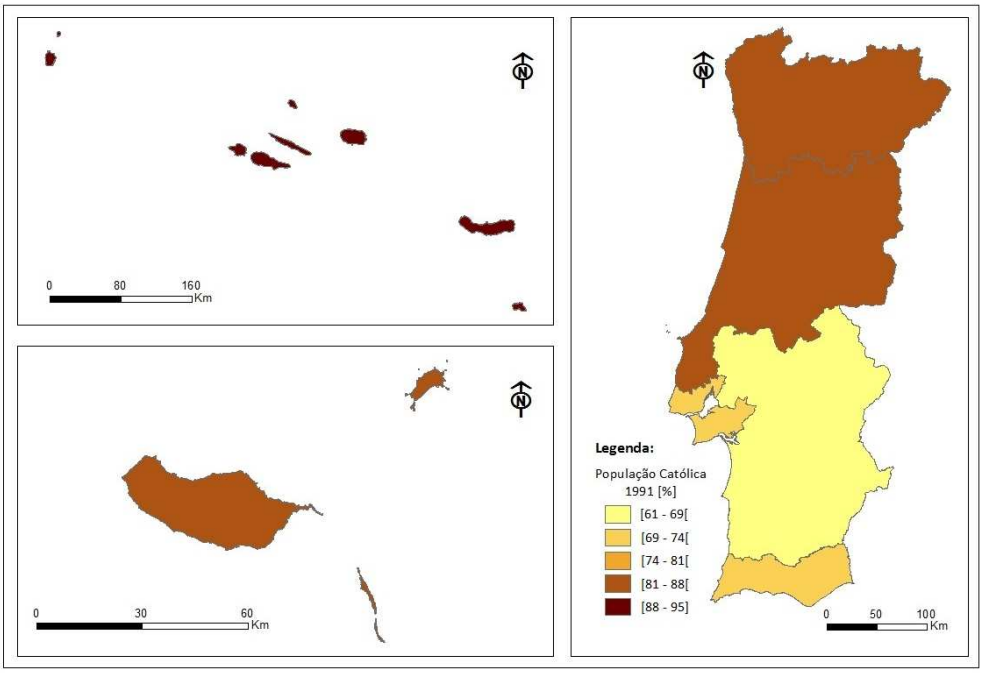


Figura 37: Percentagem de população católica, por região, 1991

Fonte: INE

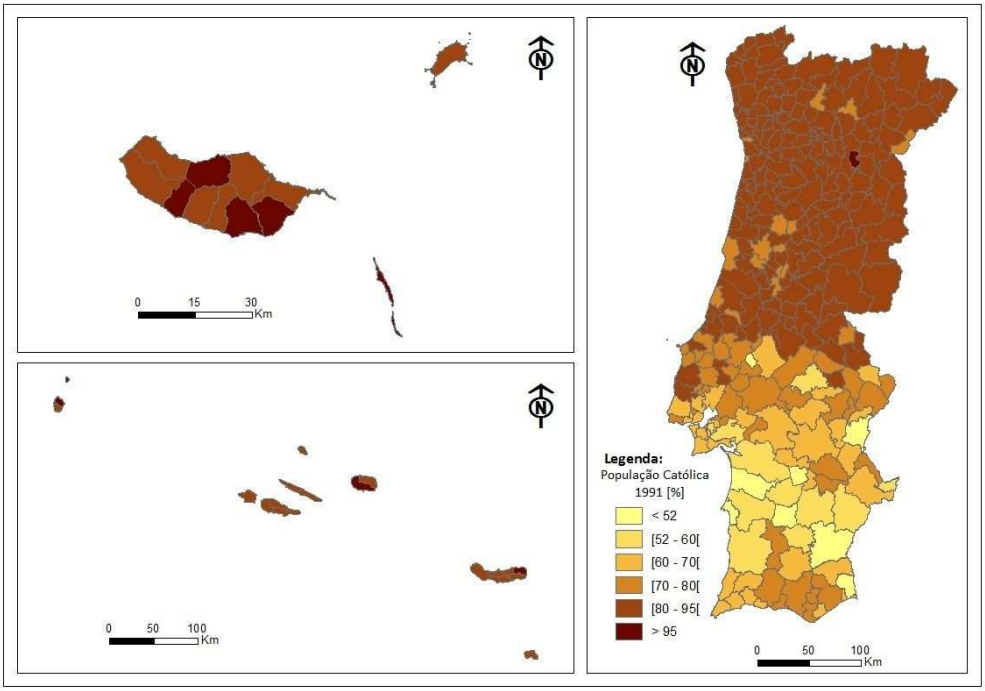


Figura 38: Percentagem de população católica, por concelho, 1991

Fonte: INE

A distribuição geográfica da população católica em 1991 evidencia uma distribuição mais homogénea do que nas décadas de 80, altura em que as ilhas e as regiões Norte e Centro se destacavam a nível nacional (figura 37).

Na década de 90, o nosso país beneficiava de uma conjuntura favorável nacional e internacional, tanto em termos económicos como políticos e sociais. A integração europeia, onde incluímos a partilha de ideias, de conhecimentos e de inovações, tornou o nosso país mais próximo de uma realidade pós-moderna. Esta estabilidade conjuntural permitiu que sociedade se sentisse segura das suas escolhas, das suas convicções e dos seus comportamentos. Não há riscos aparentes, não há insegurança social, não há a necessidade de isolamento ou de promoção do individualismo. Os indivíduos não sentem a necessidade de se refugiarem na religião, procurando o bem-estar e a paz interior. Esta é talvez a imagem de um país que antecede à "sociedade de risco" que descreveram Beck, Giddens e Lash (1994) e que indicámos nos primeiros capítulos deste trabalho.

A tendência de diminuição da população católica a que assistimos nas décadas de 80 e de 90 é alterada com o início do século XXI. Isto porque, conforme verificamos no quadro seguinte, a percentagem de católicos residentes em Portugal sobe entre 1991 e 2001, altura em que regista 84,5% (quadro 17). Todas as regiões, sem exceção, registaram o aumento da população católica em termos percentuais, mas também da população crente noutras religiões cristãs e não cristãs e dos indivíduos “sem religião”. É ainda transversal a todas as regiões a diminuição da população indecisa ou da população que optou por não revelar a sua filiação religiosa.

Quadro 17: População católica, outras religiões, sem religião e “Não Sabe/Não Responde”, por região, 2001

Zona Geográfica	Pop. Total	Pop. Católica		Pop. Outras Religiões		Pop.Sem Religião		NS/NR	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	8.699.515	7.353.548	84,5	216.158	2,5	342.987	3,9	786.822	9,0
Continente	8.311.409	6.994.739	84,2	211.123	2,5	339.694	4,1	765.853	9,2
Norte	3.042.345	2.765.181	90,9	50.419	1,7	50.015	1,6	177.730	5,8
Centro	1.996.009	1.780.636	89,2	35.905	1,8	42.199	2,1	137.269	6,9
Lisboa	2.265.629	1.669.953	73,7	97.136	4,3	185.023	8,2	313.517	13,8
Alentejo	669.940	524.662	78,3	13.184	2,0	42.606	6,4	89.488	13,4
Algarve	337.486	254.307	75,4	15.479	4,6	19.851	5,9	47.849	14,2
RA Açores	189.996	178.719	94,1	2.261	1,2	1.711	0,9	7.305	3,8
RA Madeira	198.110	180.090	90,9	2.774	1,4	1.582	0,8	13.664	6,9

Fonte: INE

No que diz respeito à população católica, voltamos a destacar os Açores e a Madeira, e no continente, a região Norte, que registam, em termos absolutos e em termos relativos, um aumento da população católica. Em termos percentuais, estas regiões voltam a registar percentagens superiores a 90% retomando os valores apresentados na década de 80. Do conjunto, salientamos os concelhos de Mesão Frio e de Baião no Norte, do Corvo e de Povoação, nos Açores, e de Porto Moniz, na Madeira, todos com percentagens de 98% de população católica (figuras 39 e 40).

A região Centro continua a assumir a segunda posição no *ranking* das regiões do continente com 89,2% de católicos. Também contribuiu para esta situação um conjunto alargado de concelhos do interior cuja percentagem de população católica ascende aos 96%, como Penalva do Castelo, Fornos de Algodres, Aguiar da Beira, Castro Daire, Vila de Rei, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, entre outros. Abaixo desta média encontram-se as sub-regiões do Centro litoral, como Oeste, Médio Tejo, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral. Destacam-se os concelhos de Sobral de Monte Agraço, das Caldas da Rainha, de Arruda dos Vinhos, do Entroncamento, de Vila Nova da Barquinha, da Marinha Grande, de Coimbra e de Aveiro com percentagens na ordem dos 84% (figura 40).

A região do Alentejo, que registava, na década anterior, a percentagem mais baixa de população católica (68,0%), apresenta em 2001 uma subida no *ranking* nacional com 78,3%, ficando numa posição superior a Lisboa e ao Algarve. Isto significa que o Alentejo se torna na terceira região do continente com mais população católica, em termos percentuais. O Alto Alentejo, por exemplo, apresentava em média 86,1% de população católica, sendo exemplos os concelhos de Gavião com 93,3% ou de Nisa com 91,4%. Contudo, persiste ainda um conjunto de concelhos alentejanos com percentagens diminutas de católicos, com destaque para os concelhos do Alentejo litoral, como Grândola com 53,2% e Sines com 59,2% (figura 40).

As regiões de Lisboa e do Algarve voltam a mostrar evoluções semelhantes. Embora em Lisboa se assinale uma diminuição da população católica em termos absolutos, por via da diminuição da população inquirida, registamos em ambas as regiões o aumento da percentagem de população católica. Na primeira região, passa de 68,3% para 73,7% e, na segunda, passa de 69,9% para 75,4%. Em Lisboa destacamos, novamente, os concelhos que fazem parte da sub-região da Península de Setúbal, que apresentam percentagens próximas dos 70% de população católica. Os concelhos de Almada, do Barreiro e da Moita,

por exemplo, não ascendem aos 69%. Quanto à região do Algarve, destacamos os concelhos de Aljezur com 63,3% de católicos e o concelho de Lagos com 67,4% (figura 40).

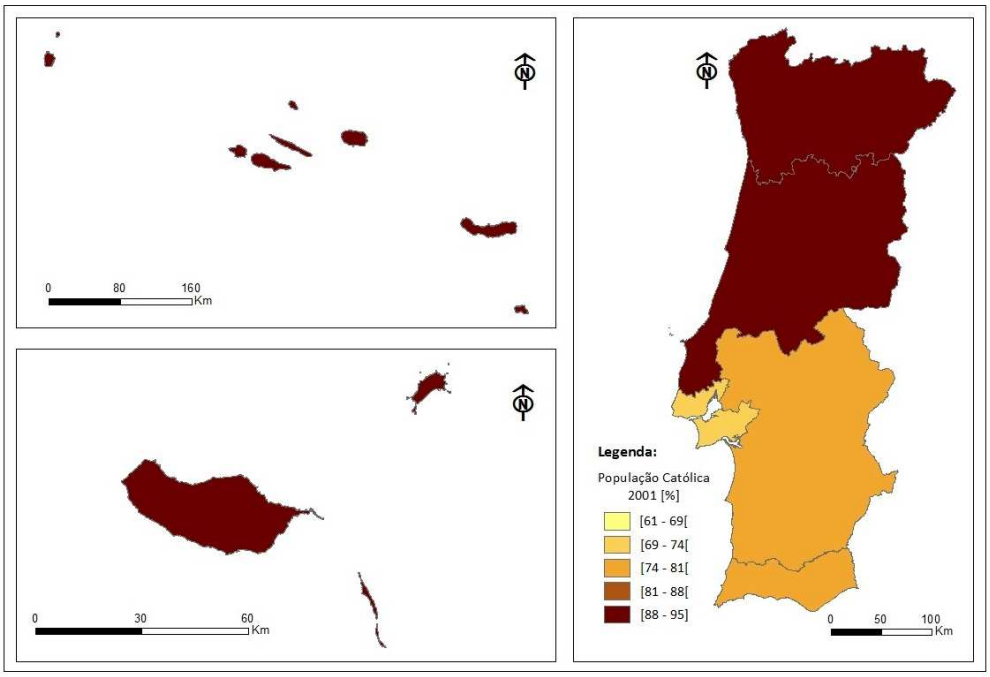


Figura 39: Percentagem de população católica, por região, 2001

Fonte: INE

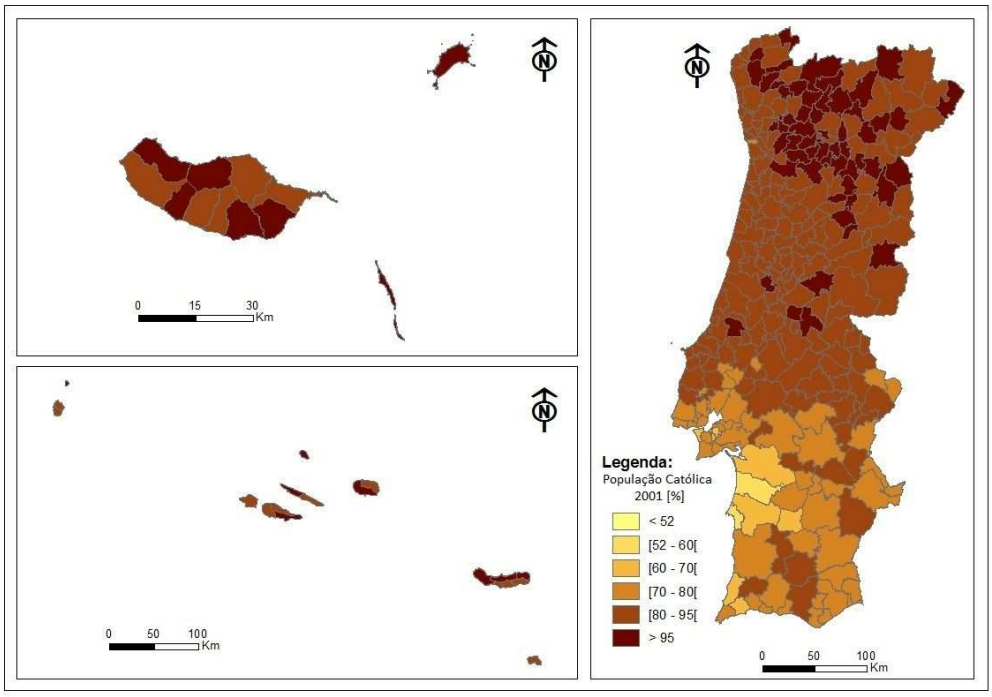


Figura 40: Percentagem de população católica, por concelho, 2001

Fonte: INE

As grandes oscilações regionais da população católica são confirmadas pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), embora, em termos absolutos, esta mesma fonte indique a tendência de diminuição da população católica praticante. Nos anos de 1977, 1991 e 2001, a CEP promoveu, em todas as dioceses do território nacional, um levantamento da população que, com mais de 7 anos de idade, participasse nas celebrações dominicais, incluindo as missas e as celebrações da palavra feitas na véspera[100].

Como confirmamos na figura seguinte, no intervalo de 14 anos, que medeia 1977 e 1991, a população católica praticante diminuiu mais de 210 mil crentes, passando de 2.242.281 para 2.031.711 fiéis (figura 41). Este decréscimo representa uma variação negativa de 9,4%. Em 2001, a CEP apresentou igual tendência, registando uma diminuição de mais de 297 mil indivíduos, o que se traduziu numa variação negativa superior a 14,6%.

Neste contexto, pese embora não seja possível fazer uma correspondência dos valores apurados pelas duas fontes, em parte pela não coincidência dos anos em que foram feitos os recenseamentos, pela não coincidência geográfica e pela não conformidade na idade da população abrangida, verificámos a mesma tendência de diminuição de filiação da população portuguesa à Igreja Católica.

[100] O primeiro recenseamento de âmbito nacional à prática dominical foi realizado em fevereiro de 1977. Nesse recenseamento, tal como nos restantes, foram recolhidas informações acerca do sexo e da idade de cada pessoa, com 7 ou mais anos de idade, presente nas celebrações dominicais, assim como a respeito do facto de comungar durante a celebração. A primeira contagem (1977) foi feita em 11.641 missas celebradas em 7.781 locais de culto, tendo-se contado 2.434.000 praticantes, correspondentes a 29% da população portuguesa. A segunda contagem, realizada em março de 1991, foi feita em 11.949 missas, em 8.090 locais de culto, tendo-se contado 2.254.000 praticantes, correspondentes a 26% da população.

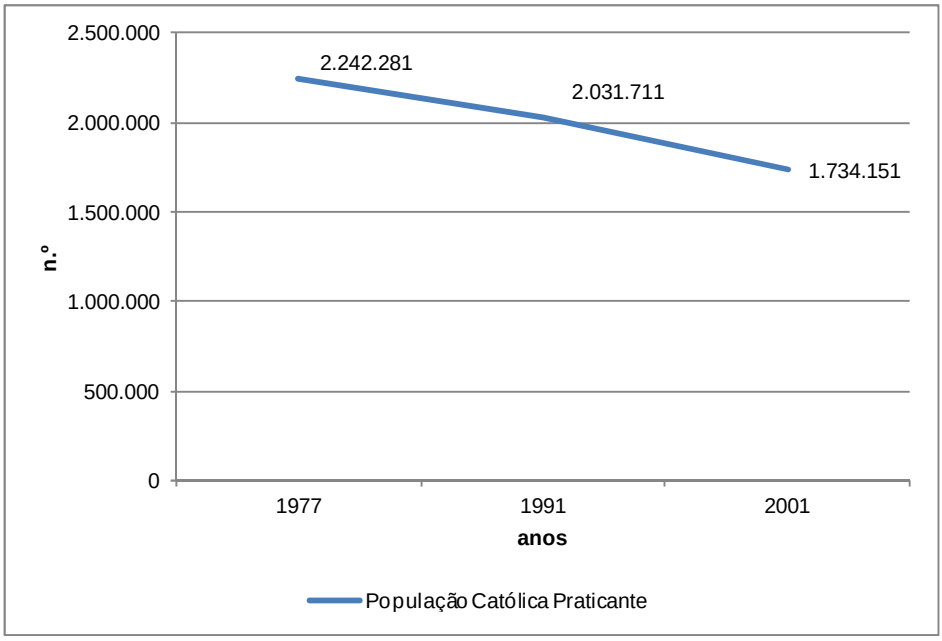


Figura 41: Evolução da população católica praticante, em Portugal, 1977, 1991 e 2001

Fonte: CEP, UCP

Quadro 18: Evolução da população católica praticante, por diocese, 1977, 1991, 2001

Dioceses	1977		1991		2001		variações		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	1977-1991	1977-2001	1991-2001
Braga	413.915	18,5	397.871	19,6	349.302	20,1	-3,9	-15,6	-12,2
Bragança-Miranda	65.970	2,9	47.111	2,3	33.626	1,9	-28,6	-49,0	-28,6
Lamego	79.424	3,5	62.540	3,1	53.724	3,1	-21,3	-32,4	-14,1
Porto	544.165	24,3	483.185	23,8	410.461	23,7	-11,2	-24,6	-15,1
Viana do Castelo	114.332	5,1	107.859	5,3	88.838	5,1	-5,7	-22,3	-17,6
Vila Real	109.589	4,9	79.673	3,9	63.516	3,7	-27,3	-42,0	-20,3
Norte	**1.327.395**	59,2	**1.178.239**	58,0	**999.467**	57,6	**-11,2**	**-24,7**	**-15,2**
Aveiro	79.406	3,5	79.192	3,9	66.698	3,8	-0,3	-16,0	-15,8
Coimbra	141.185	6,3	130.255	6,4	106.595	6,1	-7,7	-24,5	-18,2
Guarda	122.527	5,5	99.877	4,9	74.396	4,3	-18,5	-39,3	-25,5
Leiria-Fátima	85.653	3,8	77.524	3,8	70.321	4,1	-9,5	-17,9	-9,3
Viseu	95.066	4,2	88.002	4,3	77.293	4,5	-7,4	-18,7	-12,2
Centro	**523.837**	23,4	**474.850**	23,4	**395.303**	22,8	**-9,4**	**-24,5**	**-16,8**
Lisboa	20.130	0,9	30.471	1,5	33.399	1,9	51,4	65,9	9,6
Setúbal	19.859	0,9	31.244	1,5	34.997	2,0	57,3	76,2	12,0
Lisboa	**39.989**	1,8	**61.715**	3,0	**68.396**	3,9	**54,3**	**71,0**	**10,8**
Beja	6.454	0,3	12.522	0,6	12.826	0,7	94,0	98,7	2,4
Évora	16.668	0,7	23.593	1,2	26.008	1,5	41,5	56,0	10,2
Portalegre-Castelo Branco	69.771	3,1	52.490	2,6	42.741	2,5	-24,8	-38,7	-18,6
Santarém	37.843	1,7	41.334	2,0	36.807	2,1	9,2	-2,7	-11,0
Alentejo	**130.736**	5,8	**129.939**	6,4	**118.382**	6,8	**-0,6**	**-9,5**	**-8,9**
Algarve	20.130	0,9	30.471	1,5	33.399	1,9	51,4	65,9	9,6
Algarve	**20.130**	0,9	**30.471**	1,5	**33.399**	1,9	**51,4**	**65,9**	**9,6**
Angra	99.878	4,5	74.447	3,7	56.790	3,3	-25,5	-43,1	-23,7
Funchal	100.316	4,5	82.050	4,0	62.414	3,6	-18,2	-37,8	-23,9
Regiões Autónomas	**200.194**	**8,9**	**156.497**	**7,7**	**119.204**	**6,9**	**-21,8**	**-40,5**	**-23,8**
Total Nacional	**2.242.281**	**100,0**	**2.031.711**	**100,0**	**1.734.151**	**100,0**	**-9,4**	**-22,7**	**-14,6**

Fonte: CEP/UCP[101]

[101] No nosso estudo optámos por incluir a diocese de portalegre-Castelo Branco na região do Alentejo.

Da leitura do quadro anterior, verificamos que, em termos absolutos e em termos percentuais, as dioceses situadas na região Norte concentram o maior número de católicos. Com destaque para a diocese do Porto, logo seguida da diocese de Braga, é no Norte que se concentram 59,2% dos católicos portugueses praticantes.

As dioceses da região Centro ocupam o segundo lugar no *ranking* do número de católicos por dioceses, concentrando quase um quarto do total dos indivíduos católicos no nosso país. No Centro, é a diocese de Coimbra que apresenta o maior número de católicos desde 1977 (quadro 18 e figura 42).

A leitura conjunta destes valores confirma o que já havíamos concluído, pois são as regiões do Norte e do Centro as que apresentam, a nível do continente, o maior número de população católica, tanto em termos absolutos como em termos percentuais.

As dioceses do Funchal e de Angra, pertencentes às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e as dioceses de Portalegre-Castelo Branco, o Alentejo, apresentam valores medianos de população católica praticante. A posição do Alentejo[102], no contexto nacional é importante pois, revela que a população alentejana participa cada vez mais no ritual da missa dominical, aumentando todos os anos a percentagem de indivíduos praticantes (quadro 18).

As dioceses das regiões de Lisboa e do Algarve registam os valores mais inferiores a nível nacional. De notar que já havíamos também concluído que estas duas últimas regiões são as que registaram, entre 1981 e 2001, as percentagens mais baixas de população católica (quadro 18).

[102] Importa referir que, nesta análise, a diocese de Portalegre-Castelo Branco foi inserida na região do Alentejo, sendo que parte dos valores aqui calculados dizem respeito à região Centro.

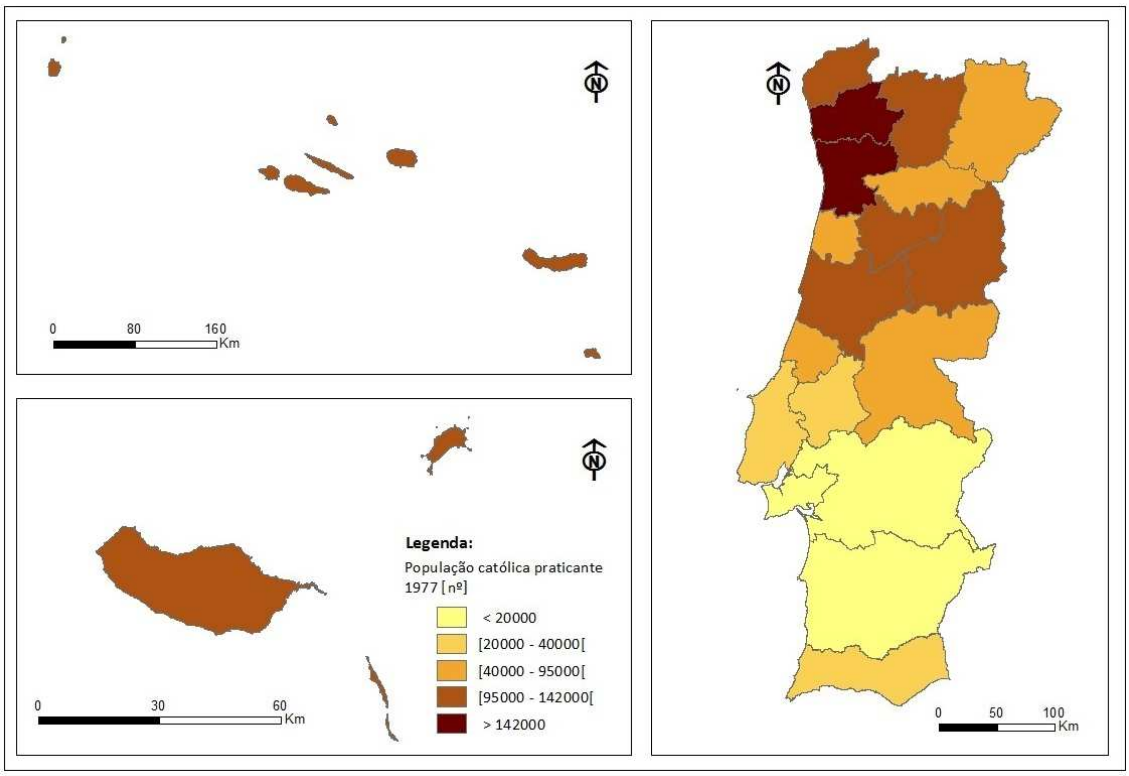


Figura 42: População católica praticante, por diocese, 1977

Fonte CEP/UCP

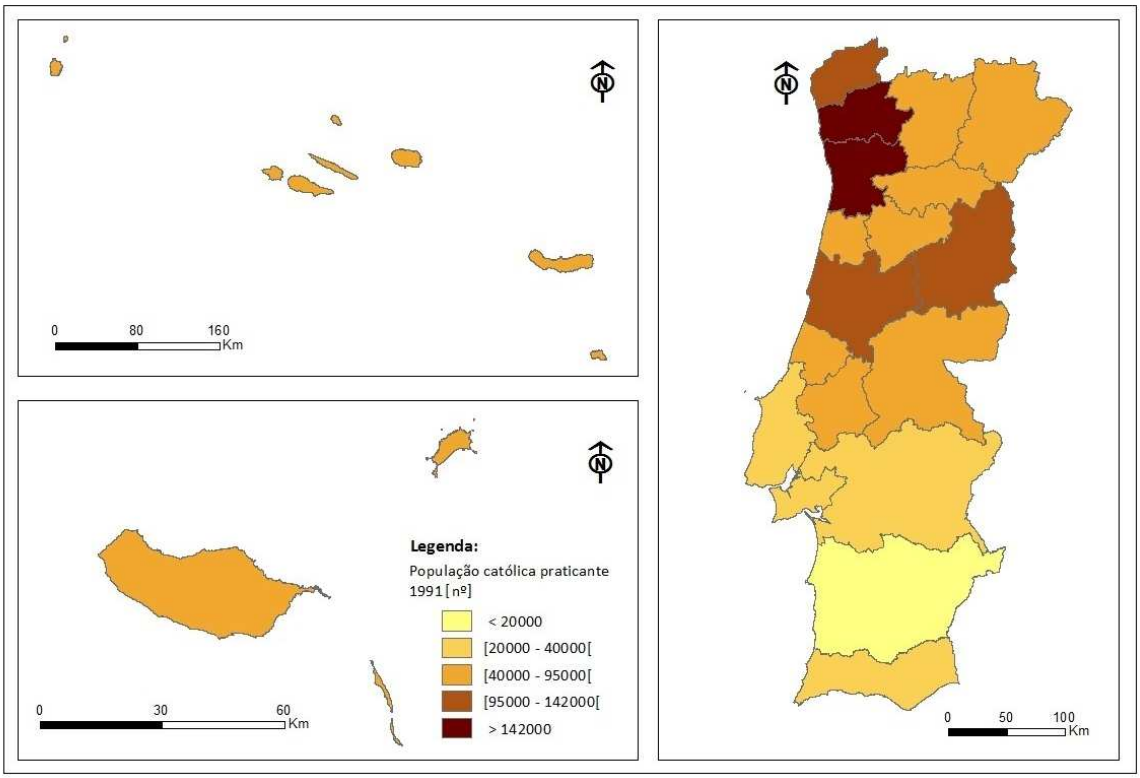


Figura 43: População católica praticante, por diocese, 1991

Fonte CEP/ UCP

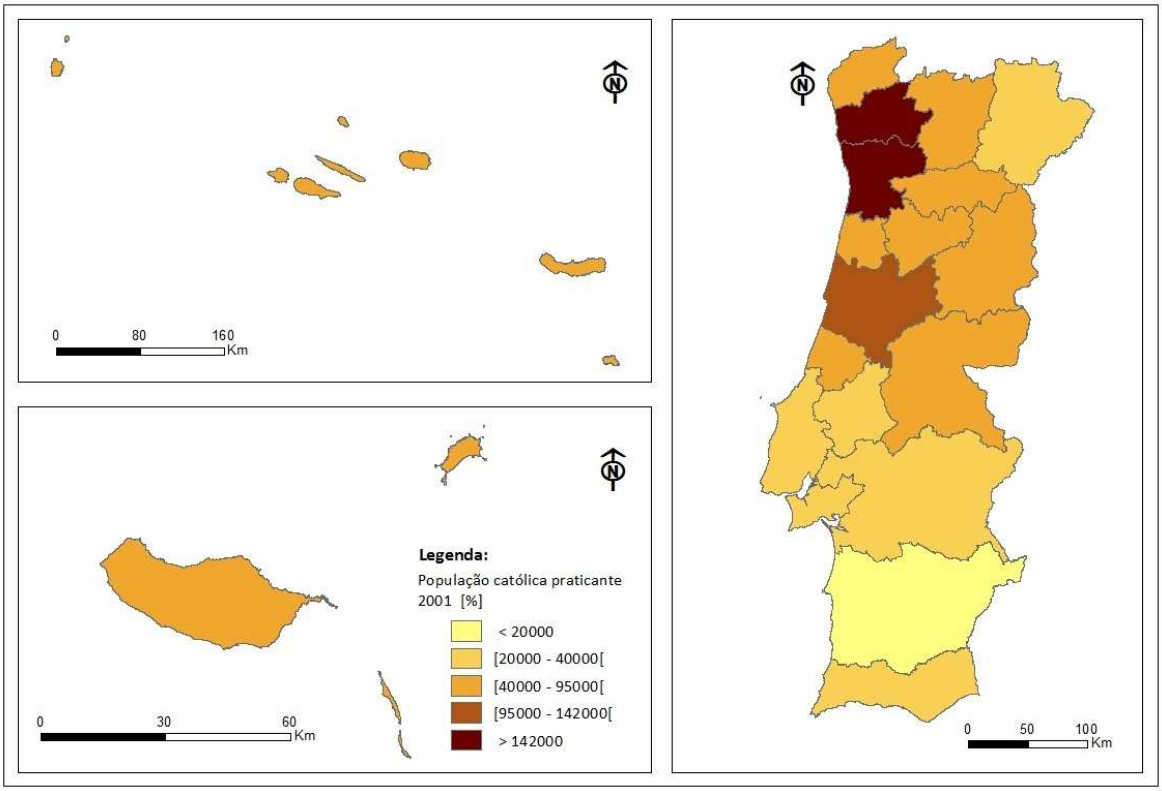


Figura 44: População católica praticante, por diocese, 2001

Fonte CEP/UCP

Quadro 19: Percentagem de população católica praticante, por diocese, 1977, 1991, 2001

Dioceses	1977		Dioceses	1991		Dioceses	2001	
	N.º	%		N.º	%		N.º	%
Porto	544.165	24,3	Porto	483.185	23,8	Porto	410.461	23,7
Braga	413.915	18,5	Braga	397.871	19,6	Braga	349.302	20,1
Coimbra	141.185	6,3	Coimbra	130.255	6,4	Coimbra	106.595	6,1
Guarda	122.527	5,5	Viana do Castelo	107.859	5,3	Viana do Castelo	88.838	5,1
Viana do Castelo	114.332	5,1	Guarda	99.877	4,9	Viseu	77.293	4,5
Vila Real	109.589	4,9	Viseu	88.002	4,3	Guarda	74.396	4,3
Funchal	100.316	4,5	Funchal	82.050	4,0	Leiria-Fátima	70.321	4,1
Angra	99.878	4,5	Vila Real	79.673	3,9	Aveiro	66.698	3,8
Viseu	95.066	4,2	Aveiro	79.192	3,9	Vila Real	63.516	3,7
Leiria-Fátima	85.653	3,8	Leiria-Fátima	77.524	3,8	Funchal	62.414	3,6
Lamego	79.424	3,5	Angra	74.447	3,7	Angra	56.790	3,3
Aveiro	79.406	3,5	Lamego	62.540	3,1	Lamego	53.724	3,1
Portalegre-Castelo Branco	69.771	3,1	Portalegre-Castelo Branco	52.490	2,6	Portalegre-Castelo Branco	42.741	2,5
Bragança-Miranda	65.970	2,9	Bragança-Miranda	47.111	2,3	Santarém	36.807	2,1
Santarém	37.843	1,7	Santarém	41.334	2,0	Setúbal	34.997	2,0
Algarve	20.130	0,9	Setúbal	31.244	1,5	Bragança-Miranda	33.626	1,9
Lisboa	20.130	0,9	Algarve	30.471	1,5	Algarve	33.399	1,9
Setúbal	19.859	0,9	Lisboa	30.471	1,5	Lisboa	33.399	1,9
Évora	16.668	0,7	Évora	23.593	1,2	Évora	26.008	1,5
Beja	6.454	0,3	Beja	12.522	0,6	Beja	12.826	0,7
Total Nacional	**2.242.281**	**100,0**	**Total Nacional**	**2.031.711**	**100,0**	**Total Nacional**	**1.734.151**	**100,0**

Fonte: CEP/UCP

Em termos evolutivos, constatamos que, entre 1977 e 1991 e entre 1977 e 2001, as dioceses de Beja, de Setúbal, do Algarve, de Lisboa e de Évora registaram o maior aumento. De notar que, entre 1977 e 1991, a diocese de Beja passa de 6.454 para 12.522

praticantes, significando um aumento de 94,0%, e, no período seguinte, entre 1991 e 2001, o número de praticantes cresce ainda 2,4% (quadro 19 e 20 e figura 45). Semelhante situação verificamos na diocese de Évora, confirmando o que anteriormente já tínhamos concluído que a região do Alentejo registou um aumento de população católica em termos absolutos e percentuais. A aproximação à Igreja Católica e a prática religiosa tornaram-se uma evidência nesta região do país.

Quadro 20: Variações da população católica praticante, 1977, 1991, 2001

Dioceses	variações 1977-1991	Dioceses	variações 1977-2001	Dioceses	variações 1991-2001
Beja	94,0	Beja	98,7	Setúbal	12,0
Setúbal	57,3	Setúbal	76,2	Évora	10,2
Algarve	51,4	Algarve	65,9	Algarve	9,6
Lisboa	51,4	Lisboa	65,9	Lisboa	9,6
Évora	41,5	Évora	56,0	Beja	2,4
Santarém	9,2	Santarém	-2,7	Leiria-Fátima	-9,3
Aveiro	-0,3	Braga	-15,6	Santarém	-11,0
Braga	-3,9	Aveiro	-16,0	Viseu	-12,2
Viana do Castelo	-5,7	Leiria-Fátima	-17,9	Braga	-12,2
Viseu	-7,4	Viseu	-18,7	Lamego	-14,1
Coimbra	-7,7	Viana do Castelo	-22,3	Total Nacional	-14,6
Total Nacional	-9,4	Total Nacional	-22,7	Porto	-15,1
Leiria-Fátima	-9,5	Coimbra	-24,5	Aveiro	-15,8
Porto	-11,2	Porto	-24,6	Viana do Castelo	-17,6
Funchal	-18,2	Lamego	-32,4	Coimbra	-18,2
Guarda	-18,5	Funchal	-37,8	Portalegre-Castelo Branco	-18,6
Lamego	-21,3	Portalegre-Castelo Branco	-38,7	Vila Real	-20,3
Portalegre-Castelo Branco	-24,8	Guarda	-39,3	Angra	-23,7
Angra	-25,5	Vila Real	-42,0	Funchal	-23,9
Vila Real	-27,3	Angra	-43,1	Guarda	-25,5
Bragança-Miranda	-28,6	Bragança-Miranda	-49,0	Bragança-Miranda	-28,6

Fonte: CEP/UCP

Se as dioceses localizadas na região do Alentejo são as que registaram um aumento de população praticante em termos percentuais, as dioceses da região Norte revelam uma descida significativa. São disso exemplo as dioceses de Bragança-Miranda e de Vila Real, que apresentaram, entre 1977 e 2001, variações negativas de 49,0% e 42,0%, respetivamente (figura 47). Também as dioceses nortenhas de Braga e do Porto, apesar de serem as que registam o maior número de católicos praticantes, apresentaram variações negativas nos períodos considerados. De 1977 para 2001, a diocese do Porto perde mais de 24,6 % de praticantes e a diocese de Braga perde mais de 15,6% (quadro 20).

Também a diocese de Coimbra, apesar de ser uma das que exibe um maior número de praticantes, acusou uma diminuição de 24,5%, entre 1977 e 2001.

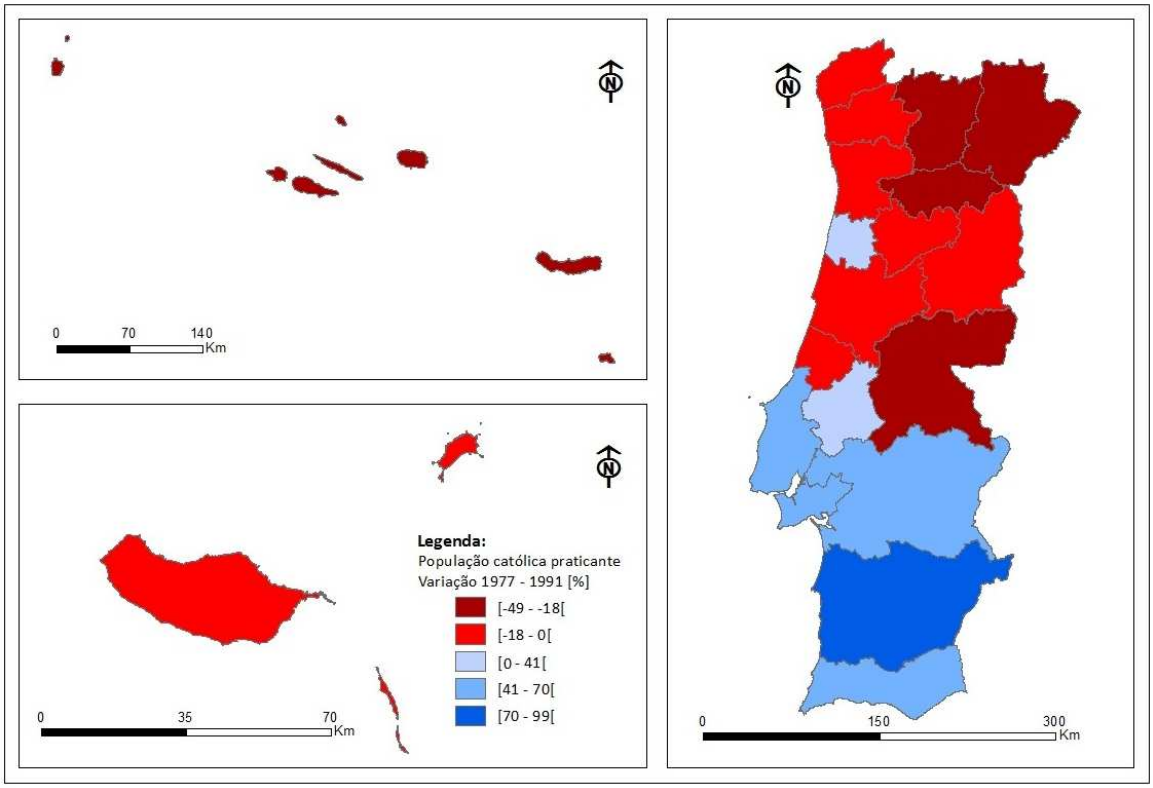


Figura 45: Variação da população católica praticante, por diocese, 1977-1991

Fonte: CEP/ UCP

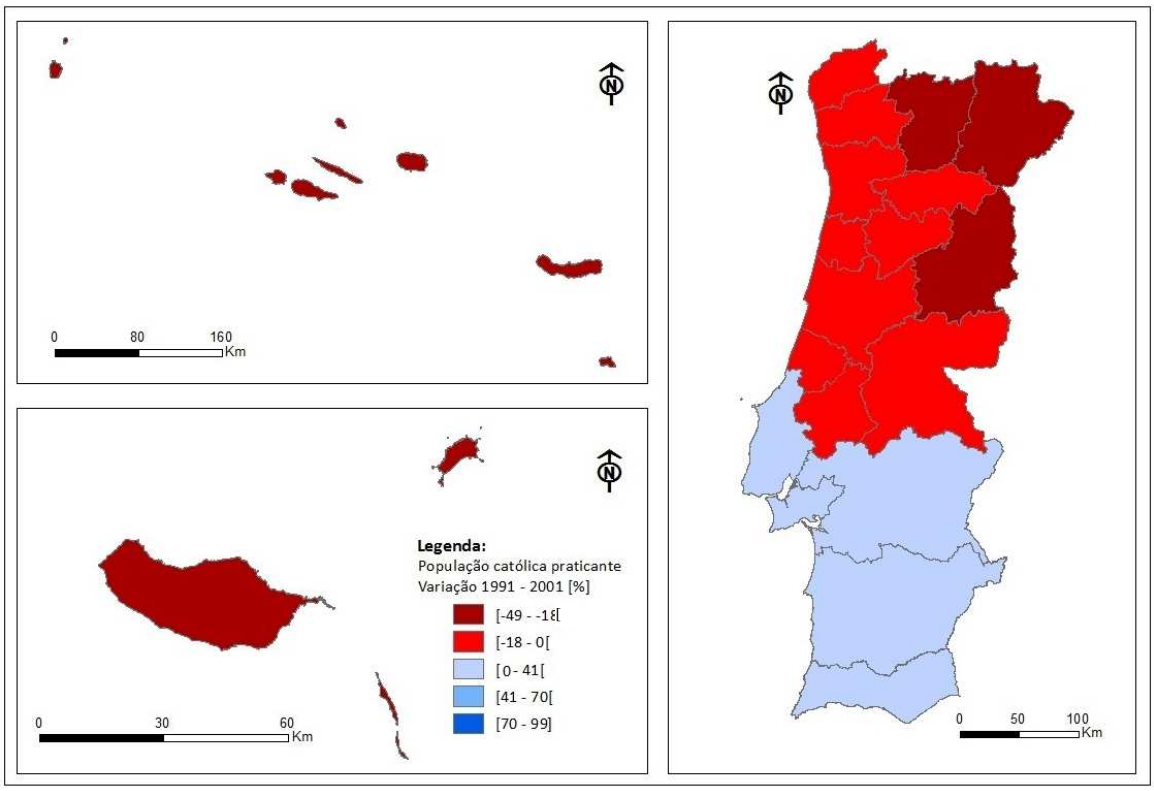


Figura 46: Variação da população católica praticante, por diocese, 1991-2001

Fonte: CEP/ UCP

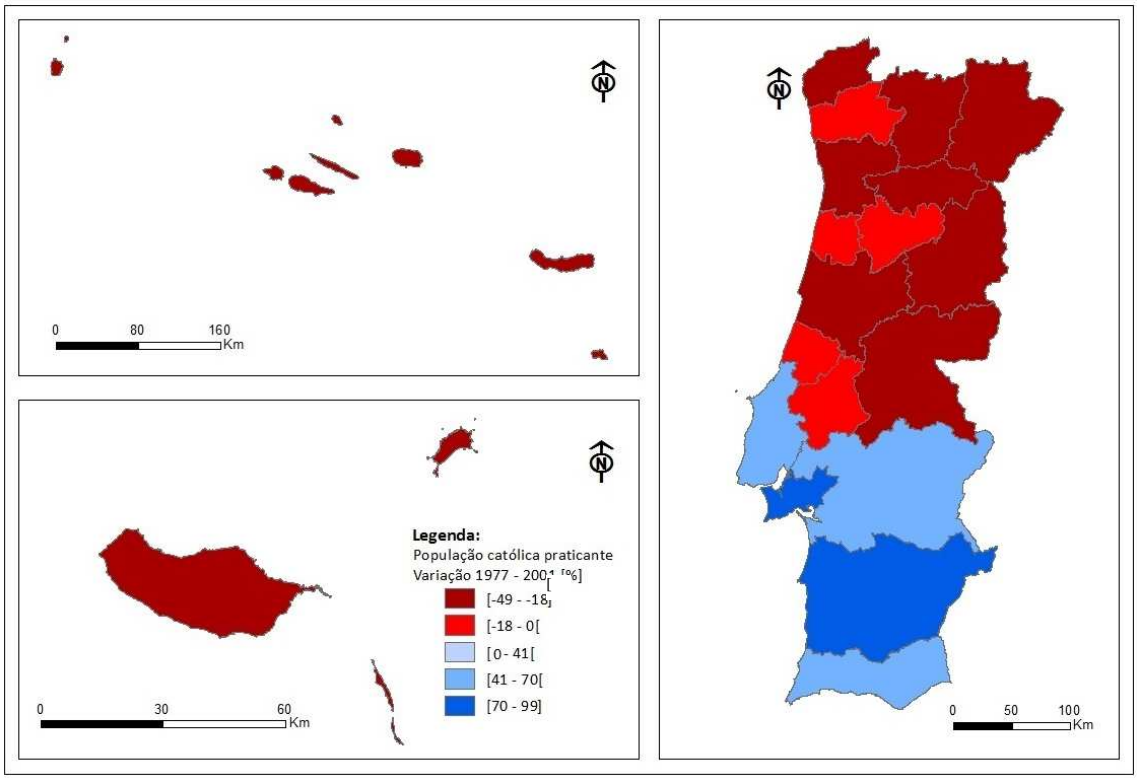


Figura 47: Variação da população católica praticante, por diocese, 1977-2001

Fonte: INE/ UCP

Em resumo, observamos que, decorridos dez anos, entre 1991 e 2001, apenas cinco dioceses apresentaram variações positivas de população católica praticante (figura 46). Todas se situam a sul no território nacional e registam variações entre 2,4% e os 12%, apesar de terem, em termos relativos, as menores percentagens de população católica praticante. Ao invés, as dioceses do Norte registam, na sua totalidade, o maior número de católicos praticantes mas, em termos evolutivos, mostram uma diminuição significativa e persistente desde 1977, registando variações negativas que chegam a atingir os 49,0%, entre 1977 e 1991, e 28,6%, entre 1997 e 2001.

3.2.2. A geografia da religião da sociedade portuguesa do século XXI - uma identidade diversificada e híbrida

No ano de 2011, registamos uma diminuição, em termos absolutos e relativos, da população católica portuguesa, reflexo, entre outros motivos, da diminuição da população residente a partir do ano de 2010. De 84,5%, no início do século XXI passamos para 81,0% de católicos, no ano de 2011 (quadro 21).

Quadro 21: População católica, outras religiões, sem religião e "Não Sabe/Não Responde", por região, 2011

Zona Geográfica	Pop. Total	Pop. Católica		Pop. Outras Religiões		Pop.Sem Religião		NS/NR	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	8.989.849	7.281.887	81,0	347.756	3,9	615.332	6,8	744.874	8,3
Continente	8.563.501	6.893.708	80,5	339.231	4,0	604.851	7,1	725.711	8,5
Norte	3.132.449	2.772.730	88,5	68.802	2,2	112.315	3,6	178.602	5,7
Centro	2.008.497	1.715.105	85,4	57.762	2,9	90.479	4,5	145.151	7,2
Lisboa	2.383.995	1.642.916	68,9	154.119	6,5	297.622	12,5	289.338	12,1
Alentejo	654.528	499.428	76,3	23.342	3,6	62.400	9,5	69.358	10,6
Algarve	384.032	263.529	68,6	35.206	9,2	42.035	10,9	43.262	11,3
RA Açores	202.575	184.696	91,2	3.604	1,8	4.893	2,4	9.382	4,6
RA Madeira	223.773	203.483	90,9	4.921	2,2	5.588	2,5	9.781	4,4

Fonte: INE

Com exceção da Madeira, todas as regiões portuguesas descem percentualmente de população católica. Embora com valores absolutos e percentuais diferentes, o *ranking* das percentagens de população católica por região em 2011 é igual ao que registámos em 1981. O que difere nestes anos é o maior peso da população que professa outras religiões e da população sem religião, uma vez que, em 2011, a soma destas duas tipologias representava 10,7% da população inquirida e, em 1981, apenas 5,7%.

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira consolidam o respetivo peso da população católica, com percentagens que ascendem aos 90%. Nos Açores, destacamos o concelho do Nordeste com 97,2% de católicos, da Povoação com 96,2% e de Vila Franca do Campo com 95,2%. Na ilha da Madeira, destacam-se os concelhos de Porto Moniz com 97,2% e de Santana com 95,8%.

No continente, a região Norte, com 88,5% de católicos, consolida também a sua posição nacional, ao registar uma percentagem de católicos de quase 7 pontos percentuais acima da média nacional (quadro 21 e figura 48). As sub-regiões do Tâmega, do Alto Trás-os-Montes, do Douro e do Ave atingem percentagens muito elevadas de população

católica, sendo exemplo disso os concelhos de Celorico de Bastos, de Cabeceira de Bastos, de Baião, de Mondim de Bastos, de Cinfães e de Resende, com percentagens próximas dos 97%. Estes valores contrastam com os concelhos da sub-região do Grande Porto, que, em média registou 81,6%, com particular destaque para o concelho do Porto, que não ultrapassa os 75,3%, seguido do de Matosinhos com 79,4% (figura 49 e anexos).

A região Centro ocupa também no continente um lugar cimeiro, ao apresentar, em 2011, 85,4% de população católica (quadro 21 e figura 48). As sub-regiões do Interior do Pinhal Interior Sul, da Serra da Estrela e da Beira Interior Norte atingem percentagens superiores a 91%, com destaque para o concelho de Fornos de Algodres, com mais de 96,6% de população católica. Ao invés, os concelhos das sub-regiões do Oeste, do Médio Tejo, do Pinhal Litoral, do Baixo Mondego e do Baixo Vouga situam-se abaixo da média regional, como acontece em Sobral de Monte Agraço, Marinha Grande e Caldas da Rainha, com cerca de 76%.

A região do Alentejo volta a reforçar a sua posição ao apresentar no ano de 2011 cerca de 76,3% de católicos (quadro 21 e figura 48). Em particular no Alto Alentejo, encontramos concelhos cuja população católica ascende aos 82,8%, como sucede em Nisa com 88,7%, no Crato com 87,8% e, também, no Gavião, em Fronteira e em Castelo de Vide com cerca de 86% de católicos. No entanto, os concelhos localizados no Alentejo litoral, por exemplo, atingem em média 65,4% de população católica, fazendo prever a aproximação às regiões de Lisboa e do Algarve e aos efeitos dos processos terciarização, incluindo o crescimento dos setor turístico.

As regiões de Lisboa e do Algarve voltam a destacar-se do panorama regional, por apresentarem as percentagens mais baixas de população católica, que não ultrapassam os 69% (quadro 21 e figura 48). Em Lisboa, a sub-região da Península de Setúbal sobressai com 66,8% de católicos, como acontece com os concelhos de Almada e do Barreiro, com percentagens na ordem dos 65%. Na região do Algarve, os concelhos de Aljezur e de Lagos não ultrapassam os 58% de católicos.

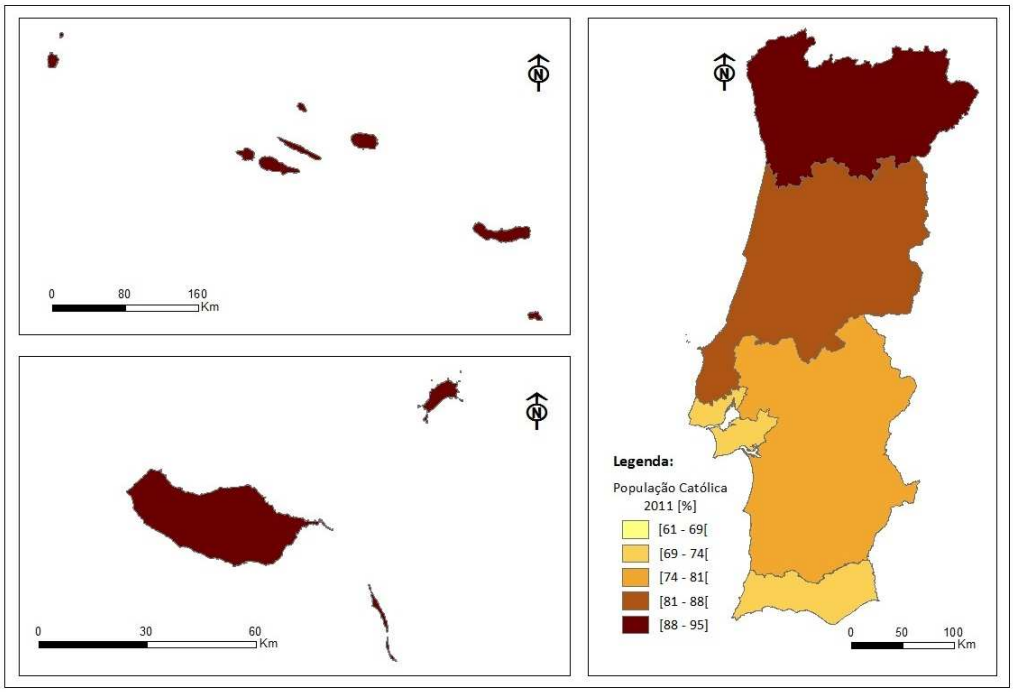


Figura 48: Percentagem de população católica, por região, 2011

Fonte: INE

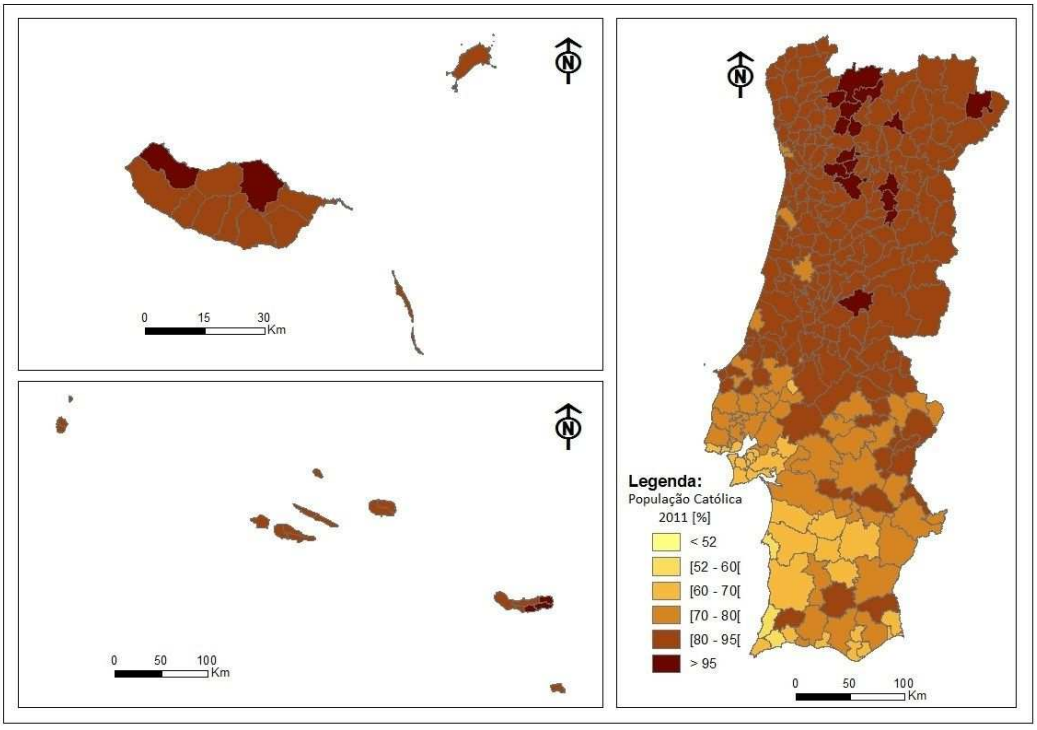


Figura 49: Percentagem de população católica, por concelho, 2011

Fonte: INE

3.2.3. Análise regional da evolução da população católica portuguesa

A realidade dos números mostra-nos que, não obstante a sucessão de transformações económicas, políticas, sociais e culturais ocorridas em Portugal ao longo dos séculos XX e XXI, a Igreja Católica não deixou de ser o grupo religioso que agrega o maior número de crentes em Portugal. Perdeu a sua hegemonia, enquanto grupo maioritário e enquanto vínculo modelador de uma identidade una e homogénea, mas continua, até aos dias de hoje, a ser um elo agregador das identidades individuais e coletivas dos portugueses, embora com moldes diferentes dos anteriores. Na atualidade, e face a um conjunto de indicadores, a religião tornou-se mais uma escolha individual e livre do que uma imposição social ou institucional. O catolicismo tem vindo a adaptar-se à secularização e à laicização da sociedade e a promover uma forma de partilha e de comunhão mais aberta.

Entre 1981 e 2011, pese embora o aumento de quase 1 milhão de católicos, a percentagem mantém-se nos 81% (figura 50). Durante estes últimos vinte anos, a população católica sofreu oscilações, sendo que, em 1991, atingiu a percentagem mais baixa, com cerca de 77,9%, e, no ano de 2001, a mais elevada, na ordem dos 84,5%. Estas oscilações percentuais escondem alterações do universo religioso português em termos teológicos e espirituais e até geográficos.

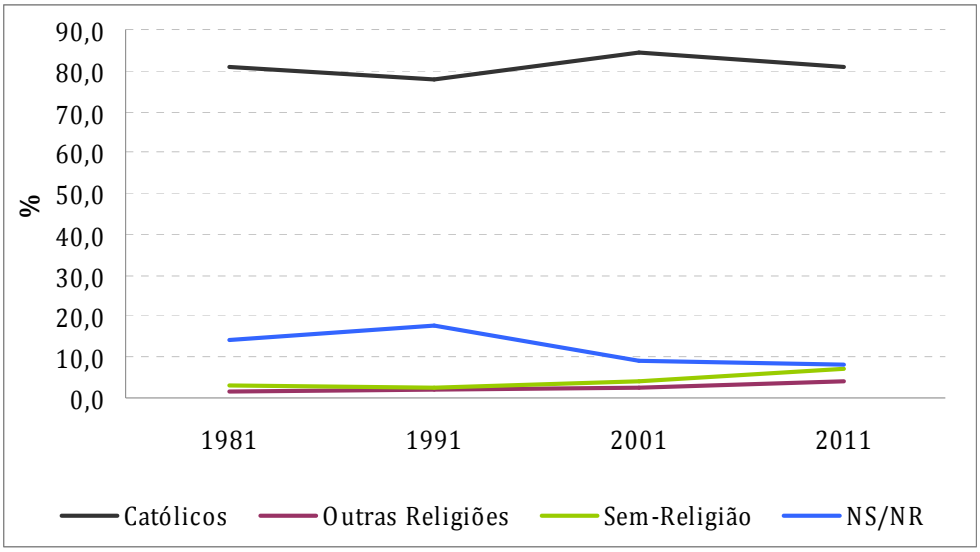


Figura 50: Evolução das identidades religiosas em Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011

Fonte: INE

Ao nível das crenças e pertenças a grupos religiosos, aferimos através da figura 51, que em Portugal aumentou o número fiéis de outras religiões cristãs e não cristãs. Entre 1981 a 2011, os outros grupos religiosos cristãos, onde incluímos os ortodoxos e os protestantes registaram, um aumento de mais de 193 mil indivíduos, representando uma variação de 190%. O grupo dos não cristãos, onde se incluem os judeus e os muçulmanos, apesar de serem em menor número, registou um aumento na ordem dos 280%. Atualmente, os outros cristãos representam 3,3% da população portuguesa e os outros grupos não cristãos apenas 0,6%. Estes valores permitem-nos concluir da tendência para a influência do cristianismo na sociedade portuguesa e a progressiva perda de hegemonia do catolicismo a favor de outros grupos religiosos.

É de notar ainda que os portugueses que não se identificam com nenhum grupo religioso e, portanto, se assumem como indiferentes, agnósticos ou ateus, aumentaram de forma expressiva. Em 1981, eram cerca de 253 mil portugueses sem religião e, em 2011, ascendiam aos 615 mil, o que se traduz numa variação de 142%. Também este contexto permite aferir a perda de laços da população com as questões religiosas e a interferência do contexto europeu e mundial a favor da secularização dos laços de pertença.

Acrescenta-se ainda que o grupo da população que "não sabe/não responde" representava, em 1981, cerca de 14,2% da população inquirida, um valor muito expressivo que se mantém até à década seguinte, em que representava perto de 17,6% da população. Em termos absolutos, está em causa mais de um milhão de portugueses que não tinham, entre 1981 e 1991, a sua filiação religiosa definida ou que, com toda a liberdade e autonomia, podiam não responder a esta questão, remetendo as crenças religiosas para uma escolha pessoal e individual. No caso particular de 1991, note-se que os laços religiosos que estavam alicerçados na Igreja Católica são postos em causa, uma vez que é o ano em que se regista a menor percentagem de população católica. Ora, por um lado ocorre a perda de laços com o catolicismo, por outro, um aumento de população indiferente às questões religiosas, fazendo deste ano um ano atípico de desvinculação e de desconstrução da imagem de um Portugal católico e professante. Após este período, a população volta a assumir uma posição relativa às questões religiosas, fazendo descer a percentagem de população que "não sabe/não responde", fixando-a em 8,3% da população portuguesa em 2011.

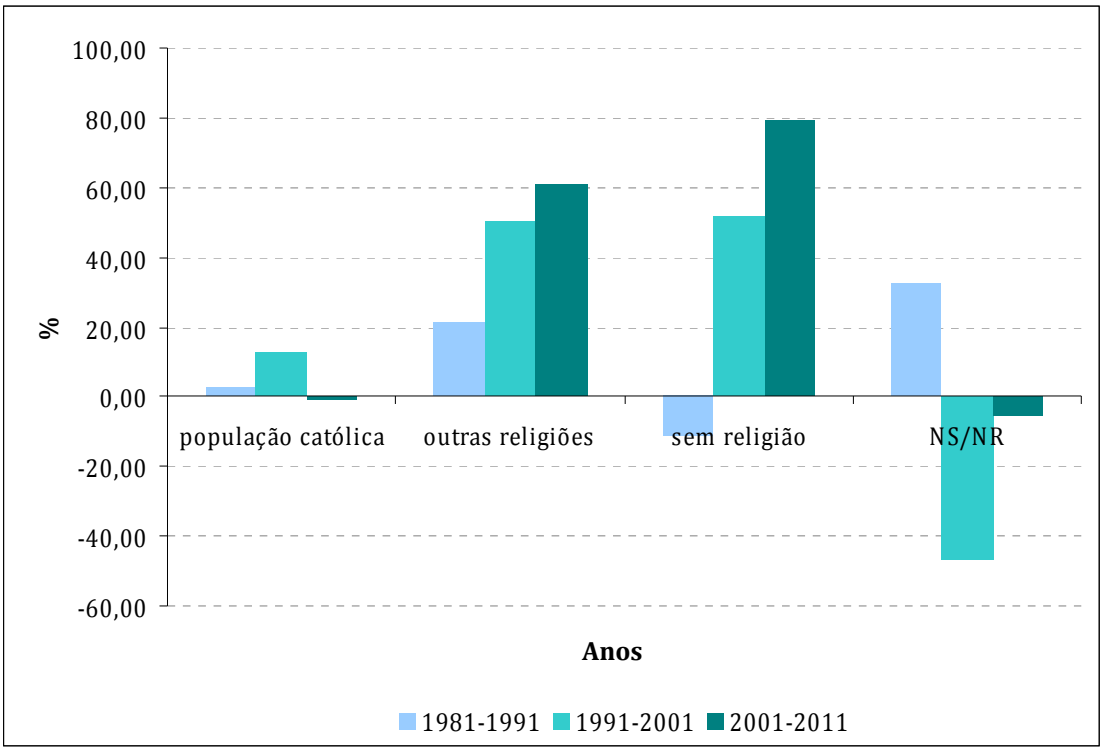


Figura 51: Variação intercensitária das identidades religiosas dos Portugueses
Fonte: INE

Estas oscilações tiveram, conforme verificámos, implicações na geografia da identidade religiosa dos portugueses. Utilizando uma outra escala de análise centrada nas sub-regiões e nos concelhos, importa agora analisar as mudanças que impulsionaram nas 7 regiões portuguesas esta diferenciação, destacando, numa primeira análise, apenas a população católica e as alterações mais substanciais ocorridas entre 2001 e 2011 (quadro 22).

Quadro 22: População católica e variações da população católica, por região, 1981-1991, 1991-2001 e 2001-2011

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**2,8**	**12,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**3,0**	**13,2**	**-1,4**
Norte	89,8	86,7	90,9	88,5	-0,7	17,8	0,3
Centro	86,7	83,2	89,2	85,4	-6,0	16,9	-3,7
Lisboa	70,2	68,3	73,7	68,9	0,1	18,3	-1,6
Alentejo	60,8	68,0	78,3	76,3	5,9	19,6	-4,8
Algarve	70,0	69,9	75,4	68,6	4,2	29,8	3,6
RA Açores	94,5	93,0	94,1	91,2	-6,9	9,9	3,3
RA Madeira	94,0	86,8	90,9	90,9	-7,9	8,3	13,0

Fonte: INE

Relativamente à população católica verificamos que, seguindo a tendência nacional, as regiões do continente do Alentejo, do Centro e de Lisboa e registaram, entre 2001 e 2011, variações negativas de população católica. No caso do Alentejo, o decréscimo é de cerca de 25 mil indivíduos, traduzindo-se numa variação negativa de 4,8% e a região Centro apresenta uma variação também negativa de 3,7%. Nestes casos, a diminuição da população católica surge após um período em que o aumento foi muito significativo, ou seja, entre 1991 e 2001 o Alentejo apresentou um crescimento na ordem de 19,6%, Lisboa de 18,3% o Centro de 16,9% (quadro 22).

Se nas duas primeiras regiões a diminuição da população católica está associada à diminuição da população residente, que, no caso do Alentejo, entre 2001 e 2011, atinge um valor negativo de 2,5% e no Centro cerca de 0,9%, no caso da região de Lisboa a descida de população católica está associada à alteração da estrutura demográfica, onde incluímos a consolidação do processo de transição demográfica e a assunção dos modos de vida urbanos pós-modernos.

Ao invés desta situação, destacamos as duas Regiões Autónomas e, no continente, a região Norte e o Algarve que, no último período intercensitário, registaram o aumento da população católica. No caso da Madeira, com uma variação de 13,0%, representa o aumento mais significativo a nível nacional, traduzindo-se num acréscimo de mais de 23 mil crentes. Os Açores e o Algarve registaram variações superiores a 3% e a região Norte um acréscimo ligeiro ou estabilização na ordem dos 0,3%. É de notar que nestas quatro situações o aumento da população católica acompanha o aumento da população residente, revelando-se dinâmicas demográficas paralelas.

A variação da população católica tem implícitos outros fatores explicativos, sendo que à população residente agregamos um conjunto de variáveis sociodemográficas que, ao longo dos séculos XX e XXI, sustentaram a transição demográfica da sociedade portuguesa. Salientamos a estrutura etária, a população estrangeira, o estado civil e a forma de celebração do casamento, a estrutura e a organização dos núcleos familiares e das famílias, a população ativa e o peso de cada setor de atividade na estrutura ativa, a escolaridade e o acesso aos meios de comunicação e a distribuição populacional consoante a dimensão dos lugares urbanos. Recorremos a estes indicadores para justificar e melhor compreender as mudanças ocorridas na distribuição da população católica portuguesa e da alteração da geografia do universo religioso português.

Posto isto, prosseguimos o nosso estudo com a análise regional da distribuição da população católica portuguesa.

3.2.3.1. Síntese da evolução e da distribuição da população católica nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Quadro 23: População católica e variações da população católica, Região Autónoma dos Açores, 1981-1991, 1991-2001 e 2001-2011[103]

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**-1,7**	**17,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**-1,3**	**18,2**	**-1,4**
RA Açores	**94,5**	**93,0**	**94,1**	**91,2**	**-6,9**	**9,9**	**3,3**
Vila do Porto	93,4	96,0	91,2	90,2	-10,1	-3,1	2,7
Lagoa (R.A.A)	92,3	95,8	95,4	92,0	0,9	19,6	4,2
Nordeste	94,9	97,1	97,4	97,2	-18,7	1,4	-4,6
Ponta Delgada	94,7	93,1	92,0	89,7	-5,6	13,0	7,2
Povoação	96,1	97,1	97,6	96,2	-13,8	-2,2	-2,7
Ribeira Grande	94,3	93,9	95,8	93,6	-10,1	16,4	17,1
Vila Franca do Campo	97,3	95,0	95,5	95,2	-10,5	7,8	7,4
Angra do Heroísmo	94,1	92,6	95,0	89,8	1,3	9,3	-2,0
Vila da Praia da Vitória	93,3	93,8	94,9	92,3	-5,8	6,8	5,5
Santa Cruz da Graciosa	95,7	93,5	96,7	93,6	-8,8	-0,6	-8,6
Calheta (R.A.A.)	93,9	85,2	92,4	94,4	-10,8	7,1	-2,0
Velas	96,3	88,0	96,5	92,9	-14,7	14,1	-3,5
Lajes do Pico	92,7	81,5	95,6	86,2	-18,1	10,5	-13,2
Madalena	96,9	94,3	93,6	90,2	-6,6	7,0	-2,8
São Roque do Pico	94,4	94,3	90,7	88,4	-5,2	0,6	-5,0
Horta	93,2	89,7	92,3	88,5	-10,3	11,1	-2,5
Lajes das Flores	96,9	92,0	95,9	87,5	-17,2	-3,8	-7,1
Santa Cruz das Flores	96,8	96,0	90,5	88,5	1,3	-3,9	-6,7
Corvo	99,4	97,2	98,1	88,1	1,3	15,9	-10,7

Fonte: INE

Quadro 24: População católica e variações da população católica, Região Autónoma da Madeira, 1981-1991, 1991-2001 e 2001-2011

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**-1,7**	**17,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**-1,3**	**18,2**	**-1,4**
RA Madeira	**94,0**	**86,8**	**90,9**	**90,9**	**-7,9**	**8,3**	**13,0**
Calheta (R.A.M.)	95,8	96,5	96,8	94,2	-0,9	0,0	-3,4
Câmara de Lobos	96,7	86,5	94,3	94,0	-9,1	29,9	9,9
Funchal	92,4	85,4	86,8	88,6	-6,1	-1,6	13,0
Machico	96,5	84,0	93,6	94,3	-11,5	18,2	6,0
Ponta do Sol	97,2	93,0	95,0	93,8	-10,1	-1,2	10,8
Porto Moniz	97,6	86,6	97,9	97,2	-25,8	6,5	-2,5
Ribeira Brava	92,6	88,4	97,0	94,9	-6,0	9,7	7,7
Santa Cruz	93,8	86,1	92,2	88,9	-8,3	43,3	41,6
Santana	92,8	89,6	91,6	95,8	-13,0	-4,3	-5,2
São Vicente	97,0	87,8	93,0	94,5	-17,2	-8,1	-2,6
Porto Santo	95,6	92,4	93,4	86,7	2,3	6,4	17,7

Fonte: INE

[103] Nesta análise das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e também da região do Algarve, optámos por colocar nos quadros de suporte os concelhos, uma vez que não têm sub-regiões,.

Da leitura dos quadros anteriores aferimos que os arquipélagos dos Açores e da Madeira apresentam percentagens de população católica acima da média nacional desde 1981. No último período considerado, a Madeira atinge os 90,9% de população católica e os Açores os 91,2%, num contexto em que, a nível nacional, os católicos não ultrapassam 81% da população portuguesa. No concelho madeirense de Porto Moniz, 97,2% da população é católica, no concelho de Santana 95,8% e nos concelhos da Calheta, do Machico, de Ribeira Brava e de São Vicente ultrapassam os 94%. Nos Açores, os concelhos que reforçam a presença do catolicismo são o Nordeste com 97,2%, mas também a Povoação, Vila Franca do Campo e a Calheta, que registam 96,2%, 95,2% e 94,4% respetivamente (quadro 23 e figuras 52, 53, 54 e 55)[104].

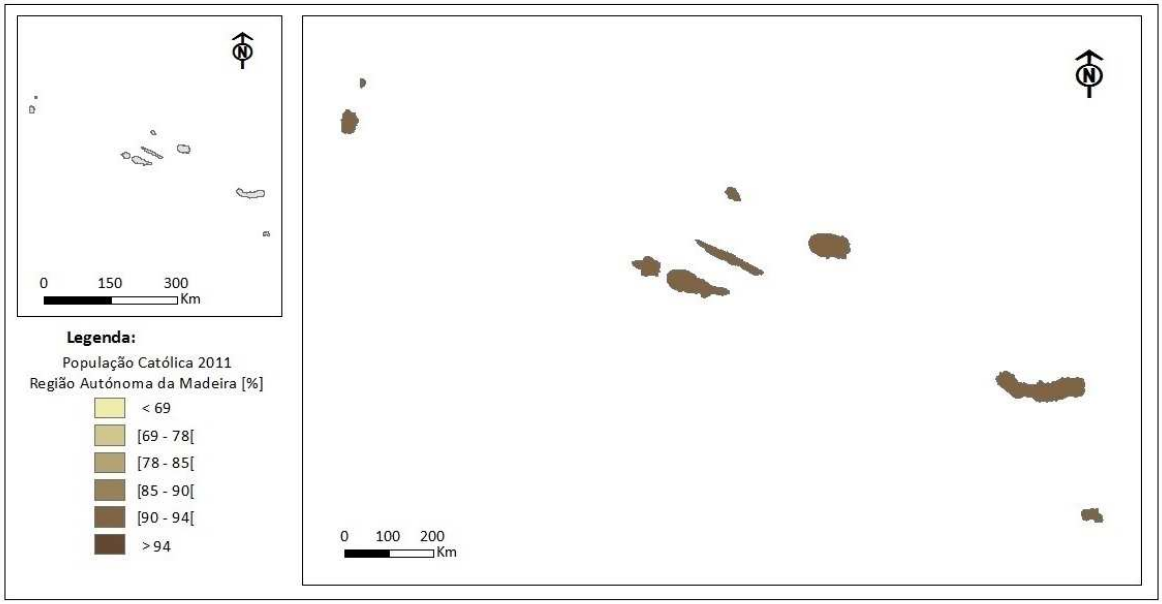


Figura 52: Percentagem de população católica, Região Autónoma dos Açores, 2011

Fonte: INE[105]

[104] Para a análise complementar do ponto 3.2.3.1. deverá ser consultado o Anexo VI.

[105] Nesta análise das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e também da região do Algarve, uma vez que não têm sub-regiões, optámos por manter a figura que corresponde à percentagem de população católica (2011) e variação de população católica (2001-2011). Optámos por esta situação apenas para permitir o enquadramento nacional e a comparação com as restantes regiões portuguesas.

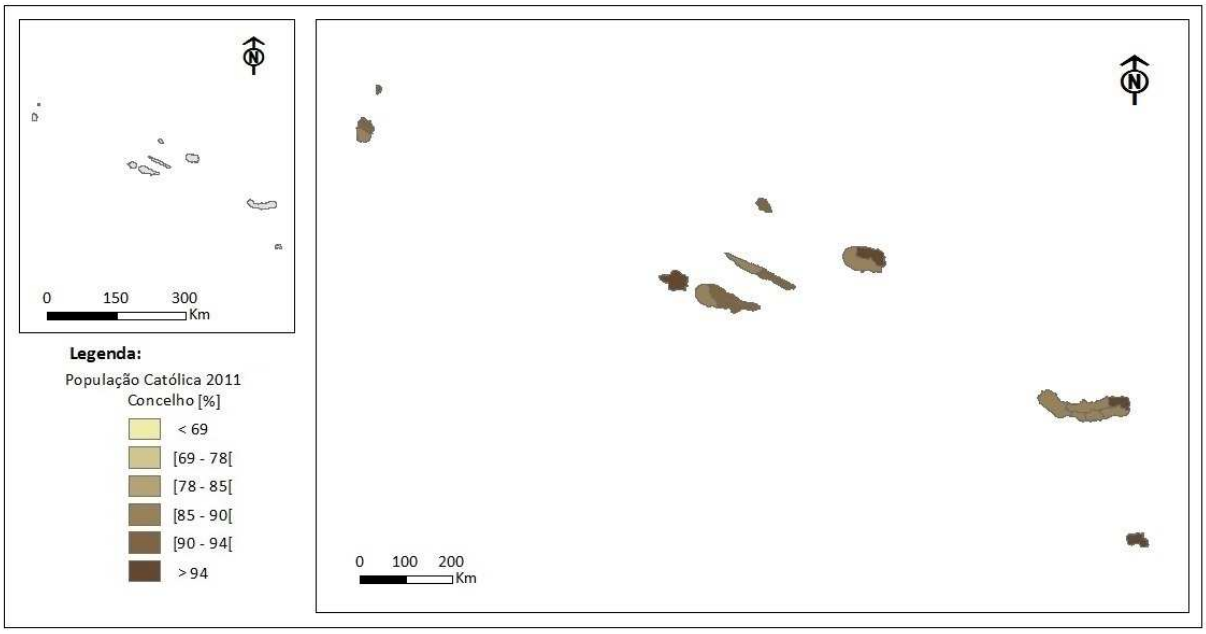


Figura 53: Percentagem de população católica, por concelho, Região Autónoma dos Açores, 2011

Fonte: INE

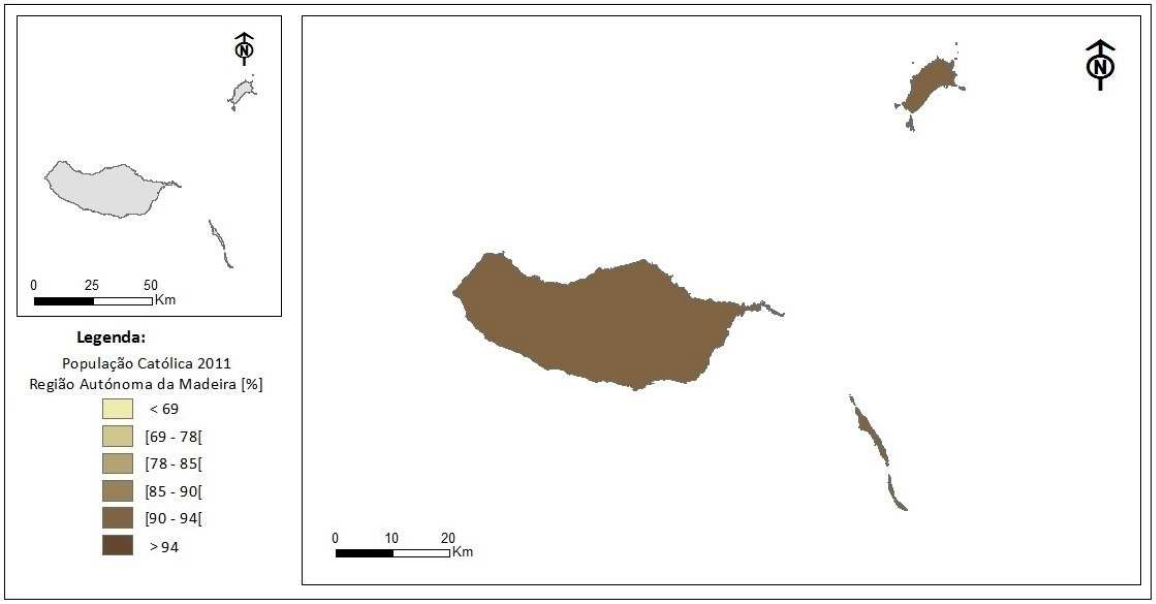


Figura 54: Percentagem de população católica, Região Autónoma da Madeira, 2011

Fonte: INE

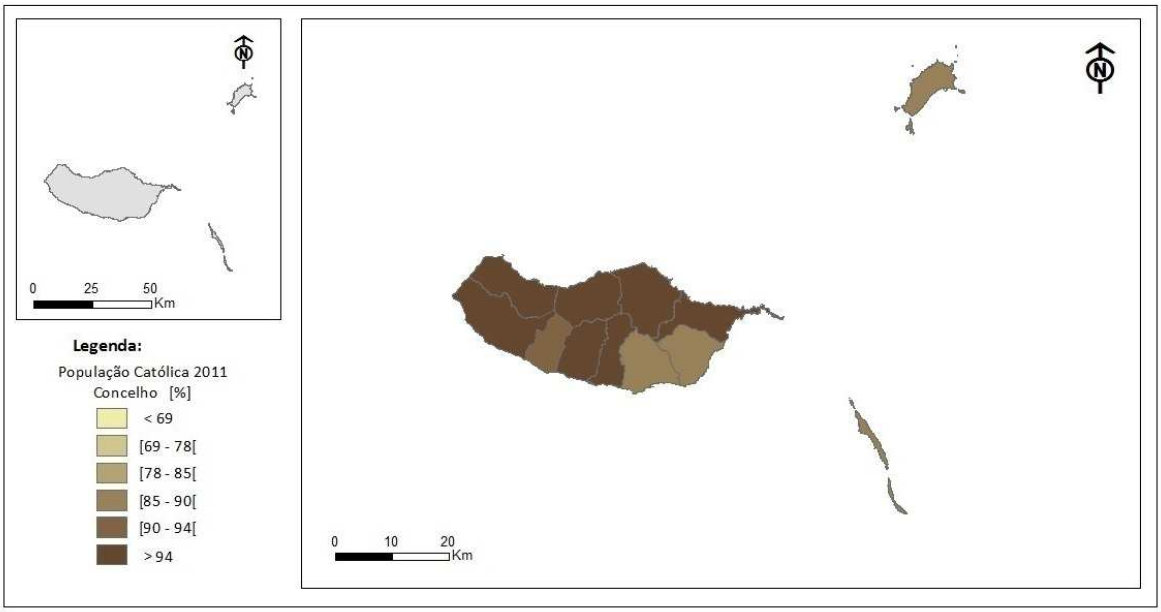


Figura 55: Percentagem de população católica, por concelho, Região Autónoma da Madeira, 2011

Fonte: INE

Nestas circunstâncias, têm sido as regiões onde o catolicismo se mantém como uma variável constante, persistente e impulsionadora da imagem nacional de um país cuja identidade cultural está ancorada à hegemonia da Igreja Católica. Veja-se o caso da população madeirense que, entre 2001 e 2011, obsta a tendência nacional e regista um aumento em termos absolutos de 23 mil católicos, traduzindo-se numa variação de 13,0%. Este crescimento é transversal e significativo no Funchal, em Porto Santo, na Ponta do Sol, na Ribeira Brava, no Machico, em Câmara de Lobos e em Santa Cruz, sendo que este último concelho atingiu um crescimento superior a 41,6%. Também no período anterior, entre 1991 e 2001, o concelho de Santa Cruz apresentou um aumento do número de católicos na ordem de 43,3% e o concelho de Câmara de Lobos de cerca de 29,9% (quadro 23 e figura 59).

Nos Açores, a variação, apesar de menos expressiva (3,3%), posiciona esta ilha acima da média nacional. Considerando apenas o intervalo entre 2001 e 2011, destacamos as localidades de Ribeira Grande, de Vila Franca do Campo, de Ponta Delgada, de Lagoa e de Vila do Porto com variações positivas entre os 17,1% e os 2,7% (quadro 23 e figura 57).

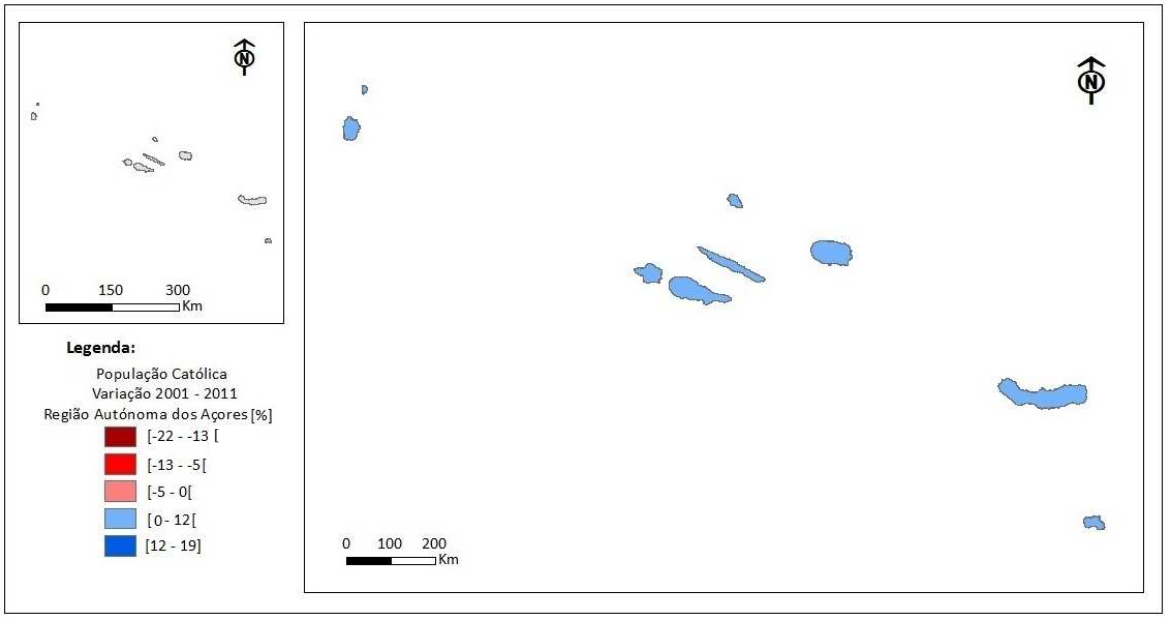


Figura 56: Variação da população católica, Região Autónoma dos Açores, 2001-2011

Fonte: INE

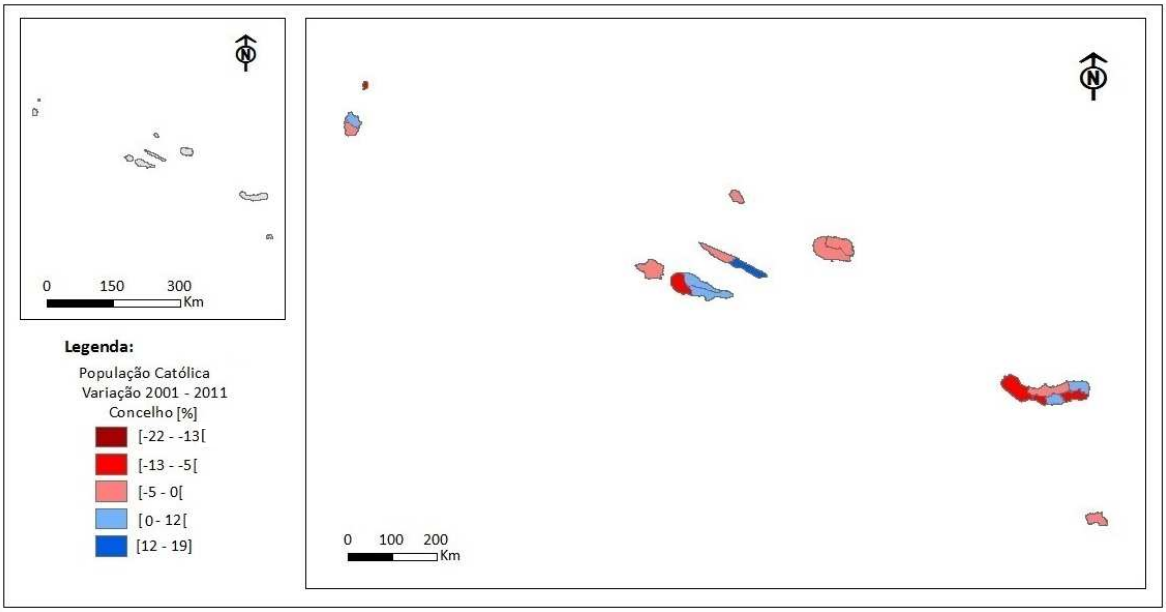


Figura 57: Variação da população católica, por concelho, Região Autónoma dos Açores, 2001-2011

Fonte: INE

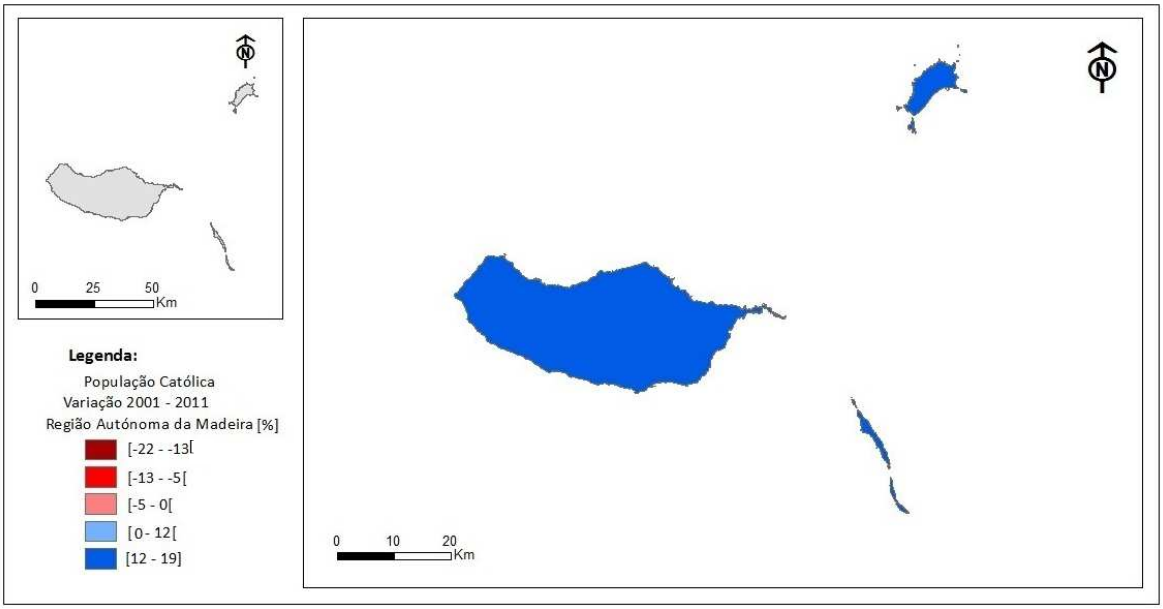


Figura 58: Variação da população católica, Região Autónoma da Madeira, 2001-2011

Fonte: INE

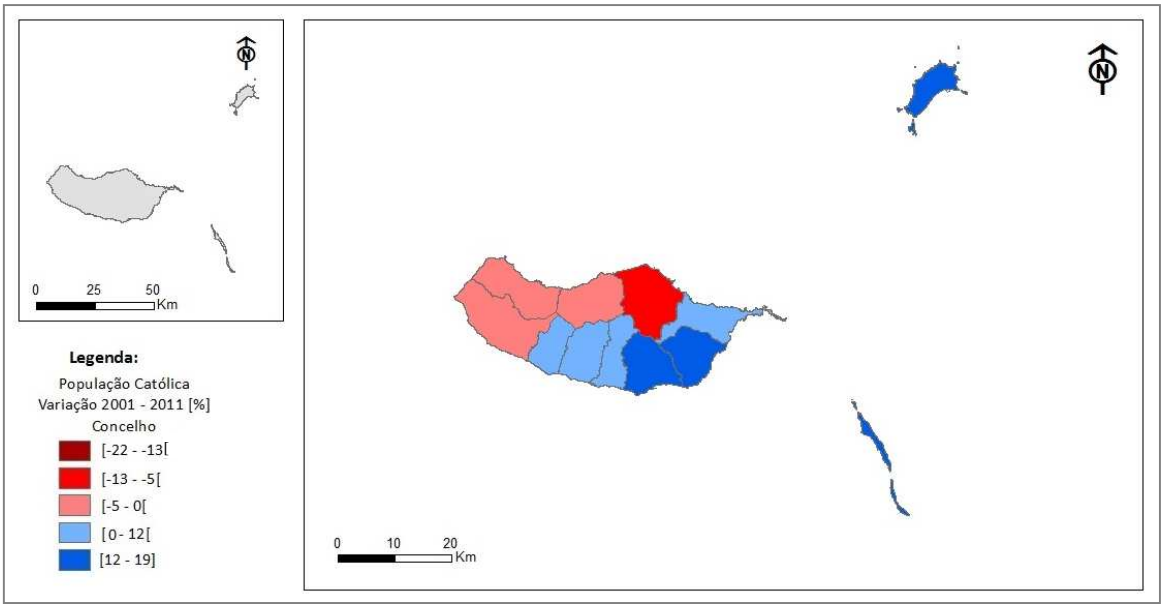


Figura 59: Variação da população católica, por concelho, Região Autónoma da Madeira, 2001-2011

Fonte: INE

A explicação para a hegemonia da Igreja Católica decorre do facto de, também em termos demográficos, a transição ter sido mais tardia e menos expressiva do que nas regiões do continente. Contrariando a tendência nacional de diminuição da população residente, os Açores registaram, em 2011, uma taxa de crescimento efetivo positiva, sobretudo devido às taxas de crescimento natural e migratório também positivas. A ilha

da Madeira distancia-se também do contexto português por apresentar uma variação populacional 7 pontos percentuais acima da média do país.

As Regiões Autónomas contrariam a tendência nacional de envelhecimento da população portuguesa, ao apresentarem uma maior proporção de jovens face ao número de idosos. No último período censitário, registam índices de envelhecimento menos expressivos (nos Açores foi de 73,3 e na Madeira 90,7) e, no caso dos Açores, apresenta a percentagem mais elevada de população jovem (17,9%) e a mais inferior de população idosa (13,1%).

Nestas regiões, os laços familiares continuam a prevalecer, uma vez que subsiste um peso acrescido das famílias numerosas e, por oposição, um número reduzido de famílias sem núcleo familiar ou constituídos por uma só pessoa. Nos concelhos como Ribeira Grande e Câmara de Lobos, por exemplo, 25% dos casais têm 3 ou mais filhos, num contexto em que a nível nacional esta tipologia representa apenas 6,9%. Atualmente, as ilhas começam a dar sinais de aproximação à estrutura familiar da modernidade, dado que mostram uma variação elevada dos núcleos familiares sem filhos e, por oposição, uma diminuição das famílias numerosas. O que aconteceu nas outras regiões do continente nas décadas anteriores acontece agora nas ilhas portuguesas, que padeceram, até então, da situação periférica e do isolamento característicos, nalguns aspetos, da geografia das ilhas portuguesas. Esta resistência à desvinculação dos laços familiares é acompanhada de uma elevada percentagem de população casada e de uma percentagem pouco significativa de população divorciada ou separada. Para além disto, apesar de ocorrer um aumento dos casamentos civis em detrimento dos casamentos católicos, verificamos também que, em termos nacionais, são as regiões cuja variação de casamento católico se encontra abaixo da média nacional. Nos Açores, os casamentos católicos decrescem cerca de 36,3% e, na Madeira, cerca de 51,7%.

A lenta mas progressiva perda de referências da Igreja Católica nas ilhas está patente na diminuição persistente da população católica praticante nas dioceses de Angra e do Funchal, revelando que a população católica tem diminuído a frequência à missa dominical e se tem afastado dos rituais institucionais que caracterizam a dinâmica social Igreja Católica, como seja o casamento católico.

Nas Regiões Autónomas, a alteração da identidade religiosa da população residente poderá acontecer, de forma mais expressiva, quando assistirmos a uma

alteração substancial de dois indicadores que julgamos essenciais para que ocorra uma abertura e a modernização dos comportamentos individuais ou coletivos.

O primeiro diz respeito à população estrangeira que, em particular nos Açores, representa apenas 1,4% do total dos açorianos. Embora os estrangeiros residentes tenham aumentado em termos absolutos e relativos, a sua variação é também menos expressiva na ilha dos Açores. Destacamos apenas os concelhos do Corvo, de Santa Cruz das Flores e das Lages das Flores, que se distanciam deste cenário por apresentarem percentagens de estrangeiros entre os 4 e os 9%.

Provavelmente associada ao turismo, a Madeira apresenta uma percentagem de estrangeiros residente elevada (2,1%) e uma variação também mais significativa, na ordem dos 57,5%. No Porto Santo, por exemplo, os estrangeiros representam mais de 4% da população residente e no Funchal, na Ponta do Sol e em Santa Cruz ascendem aos 2%. Segundo o INE, tal como acontece na região algarvia, a região da Madeira apresenta-se, em 2011, como um território com características turísticas e com um elevado índice de atratividade residencial de pessoas provenientes do estrangeiro, fomentando um espírito de partilha, de liberdade e de aceitação de outros modos de vida.

No entanto, na generalidade, acontece nas ilhas a moderada influência da população estrangeira na estrutura demográfica e nas dinâmicas sociais e culturais, o que favorece a hegemonia da Igreja Católica na definição da identidade cultural e religiosa. No contexto nacional, as Regiões Autónomas são as que apresentam uma menor diversidade de nacionalidades e, de forma consequente, de pertenças religiosas. Nos Açores, apenas 1,8% da população residente está inserida noutros grupos religiosos, sendo que, a nível nacional, as outras religiões já representam 3,9% dos portugueses. Os concelhos menos heterogéneos em termos religiosos são o Nordeste, a Povoação e Vila Franca do Campo e os que apresentam uma realidade próxima do contexto nacional são, nos Açores, Vila do Porto, Angra do Heroísmo, Lages do Pico, Horta, Lages das Flores e Santa Cruz das Flores. Na Madeira, as religiões minoritárias não ultrapassam os 2,2% da população, ficando também aquém da média nacional. Os concelhos de Porto Moniz e de Santana mostram uma frágil diversidade religiosa, situação contrária registada nos concelhos do Funchal e de Santa Cruz, com uma percentagem de população crente de grupos religiosos minoritários superior a 3%.

O segundo diz respeito à escolarização e à capacidade de os açorianos e os madeirenses assimilarem e interpretarem os fatores de mudança. Vejamos que nas ilhas

a percentagem de população que atingiu o nível de ensino superior é muito diminuta e, no caso dos Açores, não ultrapassa os 10,8%. Na Madeira, persiste ainda uma percentagem muito elevada de população analfabeta (7,0%), só ultrapassada no continente pela região do Alentejo. Adicionamos a esta questão da escolarização o acesso e a utilização de computador e internet, uma vez que são também veículos de difusão de informação, que moldam a opinião pública, os estilos de vida e os comportamentos. No inquérito à utilização de Tecnologias de Informação e da Comunicação, realizado pelo INE em 2011, constatou-se que a região dos Açores apresentava a maior proporção de indivíduos entre os 16 e os 74 anos que nunca utilizaram a internet (46,3%) e, a par do Alentejo, a maior proporção de indivíduos que nunca utilizaram um computador (42,2%). Estes dados revelam que os açorianos são, à partida, pouco utilizadores de tecnologias e, portanto, podem estar, de alguma maneira, menos informados das grandes alterações nos padrões de consumo e de comportamentos próprios das sociedades economicamente mais desenvolvidas e socialmente híbridas e plurais.

Em particular no arquipélago dos Açores, a experiência da emigração dos anos 60 e 70 para países como os Estados Unidos, o Canadá, as Bermudas e Angola não foi suficiente para promover uma abertura ao mundo exterior, mantendo a sociedade açoriana fechada nas suas ações e práticas religiosas mais conservadoras e de vínculo institucional e social. É de notar que, ao saírem do território de origem, os açorianos emigrantes mantiveram os seus laços de pertença à Igreja Católica que, num contexto de convivência com outras sociedades mais diversificadas e híbridas no âmbito religioso, não foram fragilizados.

Se analisarmos alguns indicadores económicos, verificamos que a Madeira apresentava, em 2011, a segunda taxa de desemprego mais elevada do país. Com 14,7% de desempregados, esta região começa a evidenciar alguns problemas de empregabilidade. Na Madeira, o setor mais representativo é o terciário, reflexo da expansão do setor turístico e da diminuição da população ativa nos setores primário e secundário. Os Açores, com uma taxa de desemprego de 11,1%, situam-se muito abaixo da média nacional, 13,2%. É de referir apenas que é, a seguir ao Alentejo, a região com maior percentagem de população ativa no setor primário (9,4%), evidenciando os efeitos da ruralidade e o peso do campesinato na manutenção das tradições, em particular na hegemonia cultural e religiosa.

Sobre o território importa ainda afirmar que, nos Açores, perdura uma percentagem muito diminuta de população (28,6%) que vive em cidades[106], o que significa que pouco mais do que um quarto dos açorianos beneficia dos modos de vida urbanos. Por oposição, na região da Madeira a situação é inversa, pois é a região do país com maior percentagem de população residente nas cidades (62,3%), o que implica que mais de metade da população madeirense resida em lugares urbanos e beneficie dos recursos existentes nas cidades. Também nesta região as densidades populacionais são mais significativas, sendo que, no concelho do Funchal, a concentração populacional traduz-se em mais de 1.400 habitantes por quilómetro quadrado, um valor só correspondido nas maiores cidades portuguesas, como Sintra ou Vila Nova de Gaia.

Apesar de incluirmos as duas ilhas no mesmo patamar de população católica, estas regiões ocupam posições distintas quando se analisa todo o universo religioso. O contexto da região da Madeira, ao aproximar-se da realidade de algumas regiões do continente, reflete, entre outros fatores, o aumento populacional, densidades na ordem dos 334 habitantes por quilómetro quadrado, uma maior percentagem de população residente em áreas urbanas, a maior percentagem de população estrangeira residente e o forte contributo que o setor dos serviços e do turismo têm na estrutura ativa. Nesta Região Autónoma, o aumento de população católica é paralelo ao aumento de população inserida noutros grupos religiosos cristãos e não cristãos, mas também ao aumento da população sem religião, onde incluímos os ateus, os agnósticos e os indiferentes. A nível nacional, a Madeira registou o maior aumento da população sem religião, na ordem dos 253,2%.

Por estes razões, a Região Autónoma da Madeira tem-se distanciado dos Açores, desde 1991, no que respeita à diversidade da identidade religiosa. A região dos Açores, por sua vez, tem implícitos outros fatores sociodemográficos que favorecem a persistência de uma identidade religiosa associada à Igreja Católica e à firmeza das tradições, das práticas e dos valores mais conservadores. A constância de uma organização familiar assente em núcleos familiares numerosos e formalizados pelo casamento católico, o excessivo peso do setor primário na estrutura ativa e económica desta região, a baixa percentagem de população com o ensino superior, o débil acesso aos modernos meios de comunicação e de informação e a pouca influência da população estrangeira na demografia regional são algumas das circunstâncias que impedem a

[106] No ano de 2011, as cidades dos Açores são Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Horta.

abertura da sociedade açoriana à realidade nacional e até europeia. Nos Açores, a diversidade cultural, onde incluímos a diversidade religiosa, não é ainda uma variável a considerar. Em 2011, no universo de cerca de 202 mil habitantes, pouco mais de 3 mil indivíduos eram fiéis de outras religiões cristãs e não cristãs, traduzindo-se na percentagem mais baixa a nível nacional, de 1,8%. Também em termos comparativos, os Açores apresentam uma percentagem mais diminuta de população sem religião (2,4%). Oposta à tendência nacional, esta região aumenta entre 2001 e 2011 o número de indivíduos que não respondem às questões religiosas, mostrando alguma indefinição mas também remetendo para uma dimensão mais pessoal e individual a identidade religiosa.

3.2.3.2. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região Norte

Quadro 25: População católica, região Norte, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**-1,7**	**17,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**-1,3**	**18,2**	**-1,4**
Norte	**89,8**	**86,7**	**90,9**	**88,5**	**-0,7**	**17,8**	**0,3**
Minho-Lima	90,2	87,9	93,6	91,1	-4,5	14,1	-2,8
Cávado	92,7	89,2	93,0	90,1	4,7	24,4	4,8
Ave	93,9	91,7	93,9	92,2	6,2	19,6	2,6
Grande Porto	85,2	82,7	84,8	81,6	2,4	15,8	-0,1
Tâmega	94,1	89,6	95,8	94,8	-2,7	22,8	3,2
Entre Douro e Vouga	90,4	90,3	92,8	90,6	7,4	19,0	0,2
Douro	92,0	85,8	94,4	92,5	-14,2	9,8	-6,5
Alto Trás-os-Montes	89,1	84,3	94,2	92,8	-17,5	14,3	-7,2

Fonte: INE

Tendo como referência as regiões do continente, constatamos que a região Norte registou, em todos os períodos censitários, a maior percentagem de população católica (quadro 25). Em 2001, a par do Centro, atingiu valores na ordem dos 90% e, em 2011, o Norte desce percentualmente para os 88,5% e o Centro para os 85,4%. São duas regiões com um forte legado histórico e com uma matriz católica assinalável, até porque apresentaram, também a nível nacional, as percentagens mais elevadas de população católica praticante e um maior número de dioceses e de lugares de culto católico[107].

Isto significa que, à partida, a Igreja Católica está mais organizada tanto em termos institucionais como territoriais e, neste sentido, a sua própria estrutura organizacional e espacial bloqueia o efeito de mudança a favor da diversidade religiosa[108].

Entre 2001 e 2011, analisando o comportamento destas duas regiões, constatamos que a região Norte apresenta um aumento, embora ligeiro, de católicos, traduzido numa variação de 0,3% e o Centro apresenta uma das variações mais negativas do país, na ordem dos 3,7%. Isto significa que, em termos evolutivos, estamos perante duas tendências distintas, que se traduzem em diferentes geografias sub-regionais e concelhias.

[107] Anexo III

[108] Para a análise complementar do ponto 3.2.3.2. deverá ser consultado o Anexo VII.

Em 2011, na região Norte, as sub-regiões que mais contribuem para a persistência do catolicismo enquanto religião maioritária são o Tâmega com 94,8% da população residente católica e o Ave, Douro e Alto Trás-os-Montes com percentagens na ordem dos 92,8% (figura 60). Na sub-região do Tâmega, destacamos os concelhos de Cabeceiras de Basto, de Baião, de Mondim de Basto, de Cinfães e de Resende, por apresentarem, a nível regional, um maior peso da Igreja Católica na definição da identidade religiosa da população residente (figura 61).

A sub-região do Grande Porto contrasta com esta realidade, uma vez que, desde 1981, apresenta a menor percentagem de população católica, atingindo em 2011 cerca de 81,6%. O concelho do Porto com 75,3% de católicos, e, o de Matosinhos, com 79,4%, são as áreas geográficas onde o catolicismo está menos representado. O Cávado, por exemplo, apresenta uma variação populacional de 4,4% e uma variação da população católica de 4,8%.

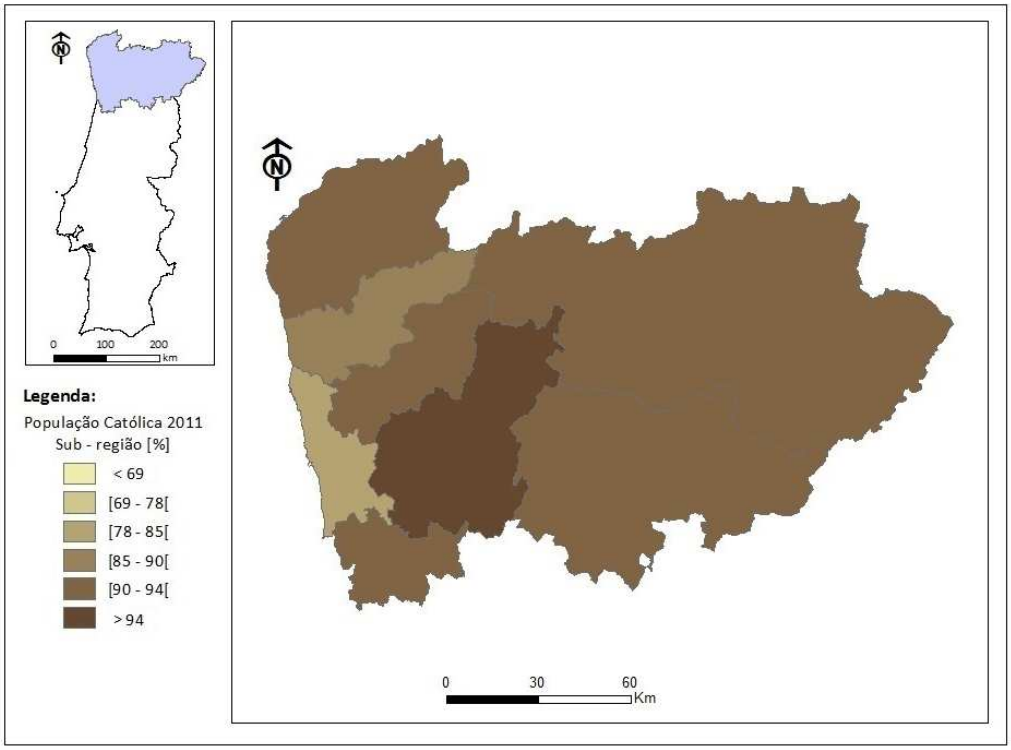


Figura 60: Percentagem de população católica, por sub-região, região Norte, 2011

Fonte: INE

Em termos evolutivos, no período entre 2001 e 2011, são coincidentes as sub-regiões com um decréscimo de população residente e de população católica, como acontece no Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho-Lima. As restantes sub-regiões

apresentaram, variações populacionais positivas ou quase nulas, demonstrando alguma estabilização ou um ligeiro aumento do número de habitantes e do número de católicos.

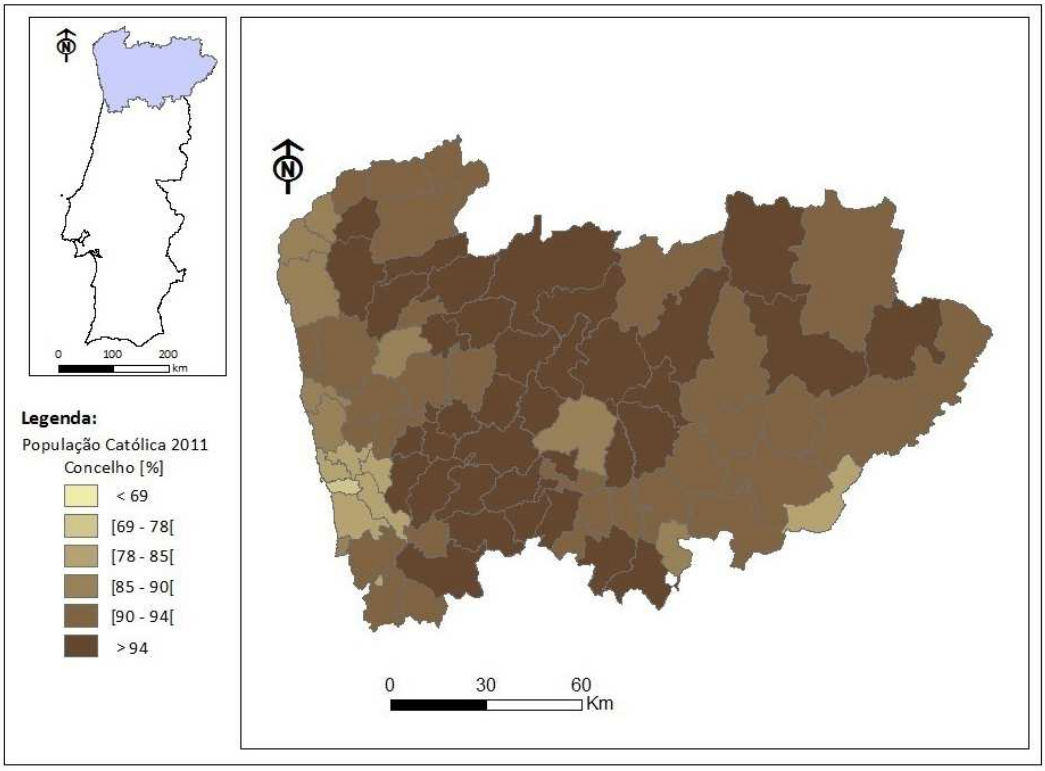


Figura 61: Percentagem de população católica, por concelho, região Norte, 2011

Fote: INE

Em termos concelhios, com uma variação positiva em cerca de 10%, o aumento de população católica foi mais significativo em Paços de Ferreira e em Lousada, ambos situados na sub-região do Tâmega. Destacamos também o concelho de Braga, que regista semelhante crescimento do número de católicos (9,1%), confirmando ser um dos berços do catolicismo professante e uma das dioceses portuguesas com maior número de católicos praticantes. Também grande parte dos concelhos pertencentes à Área Metropolitana do Porto, como Maia, Trofa, Vizela, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, entre outros, registaram um aumento da população católica, por via, entre outros fatores, do aumento da população residente. Apenas o concelho do Porto, como núcleo central da Área Metropolitana, apresenta uma variação negativa na ordem dos 13,4% e o concelho de Espinho uma variação também negativa na ordem dos 5,5% (figuras 62 e 63).

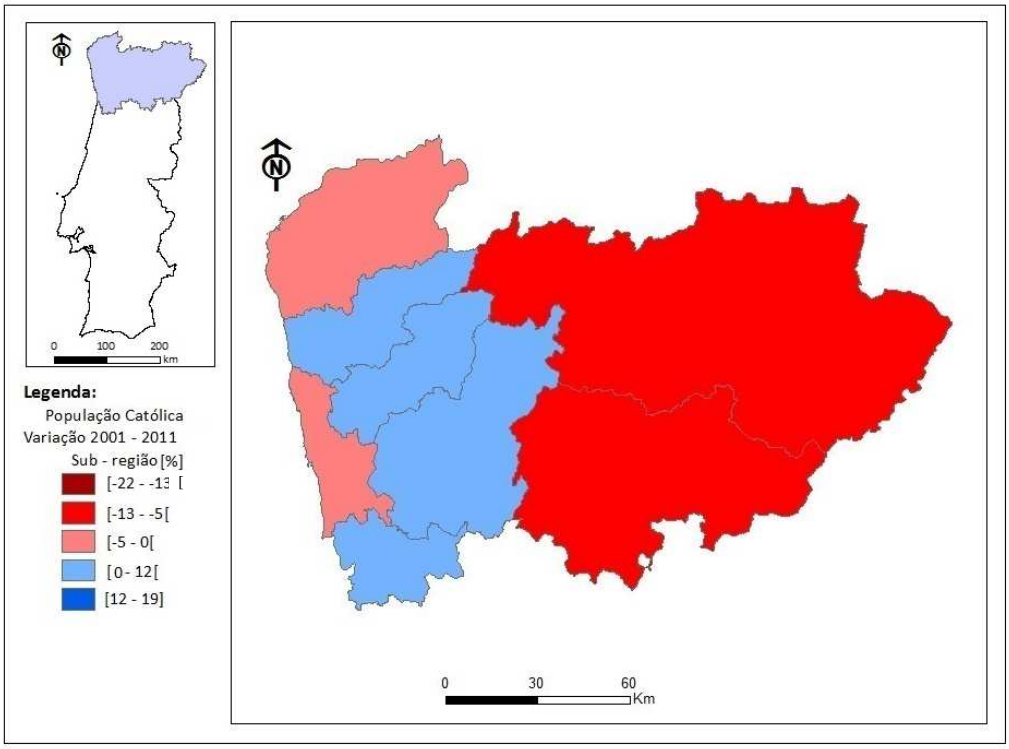


Figura 62: Variação da população católica, por sub-região, região Norte, 2001-2011

Fonte: INE

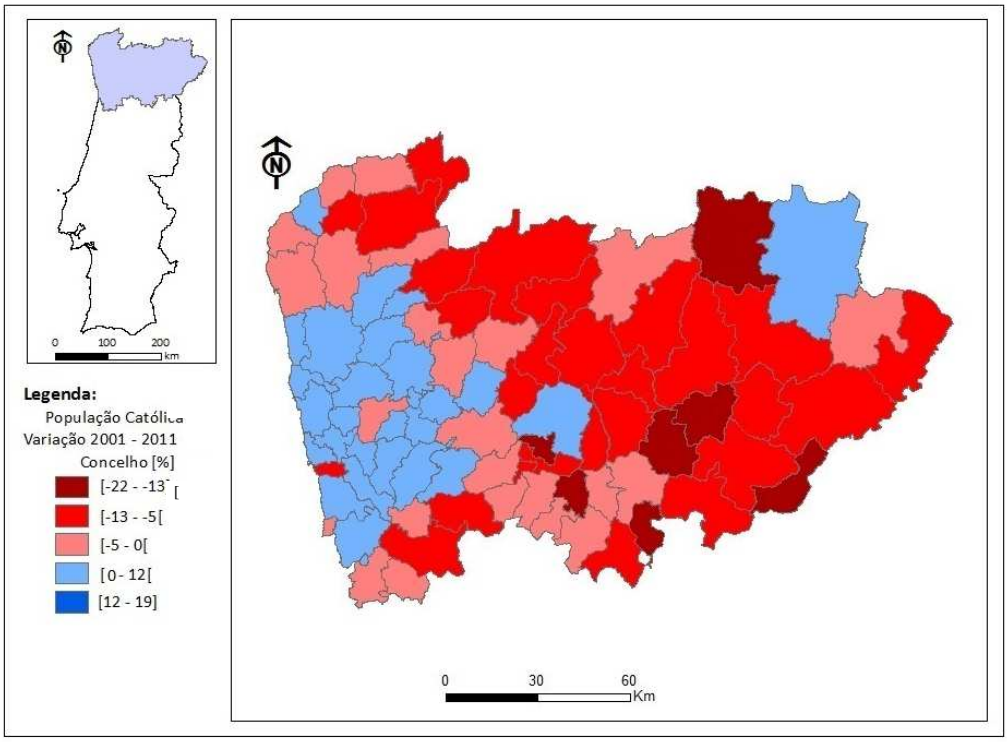


Figura 63: Variação da população católica, por concelho, região Norte, 2001-2011

Fonte: INE

Para além da variação populacional, entendemos que outros indicadores interferem na distribuição da população católica a nível sub-regional e concelhio.

Com uma população mais envelhecida e com uma diminuição significativa de população jovem, as sub-regiões do interior norte padecem de uma estrutura etária envelhecida no topo e na base da pirâmide etária. No caso da sub-região de Alto Trás-os--Montes, o índice de envelhecimento atinge os 249,2%, sendo que, nos concelhos de Vimioso ou de Vinhais a proporção chega a ser de mais de 400 idosos por cada 100 jovens. Também nesta sub-região a diminuição dos jovens é assinalável, sendo que, entre 2001 e 2011, o decréscimo da população entre os 0 e os 14 anos é superior a 25,6%, e entre os 15 e os 24 anos de 34,5%.

De forma transversal, as famílias da região Norte são mais numerosas, com uma dimensão média que ascende aos 3,0 membros no Tâmega, no Cávado e no Ave. Alguns concelhos destas sub-regiões ultrapassam em média os 3 elementos por núcleo familiar, como acontece em Felgueiras, Lousada, Paredes, Marco de Canaveses e Penafiel no Tâmega, ou nos concelhos de Barcelos, Esposende e Vila Verde no Cávado. Nestas áreas do país as famílias sem filhos ou com filhos únicos aumentam, mas com variações muito abaixo da média nacional e regional. Nos concelhos de Resende e de Cinfães, a variação de núcleos familiares sem filhos não ascende aos 5% e os casais com um filho não ultrapassam os 8%.

Por oposição, na sub-região do Grande Porto, as famílias são cada vez mais pequenas, sendo significativo o aumento dos casais sem filhos ou com um filho apenas. No concelho de Valongo, as famílias sem filhos crescem cerca de 34,2% e as famílias com filhos únicos 17,3%. Semelhante contexto ocorre nos concelhos da Área Metropolitana do Porto, como Maia, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos, Espinho, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Vizela e Trofa.

No concelho do Porto, a situação é ainda diferente deste contexto regional, uma vez que o aumento das famílias sem filhos é menos significativo (7,9%) e ocorre uma diminuição das famílias com um filho (6,3%) e uma diminuição acentuada das famílias com 2 filhos (23,3%). Este concelho mostra uma evolução da estrutura familiar paralela aos concelhos da região de Lisboa e, de forma consequente, uma aproximação aos modelos familiares pós-modernos característicos de algumas cidades europeias.

Isto significa que, apesar das diferenças sub-regionais e do peso das famílias numerosas nalguns concelhos, aferimos a desvinculação familiar na organização da vida dos indivíduos.

É também a região do país que apresenta uma maior estabilidade das relações conjugais, em particular pelas que são formalizadas pelo casamento. Em 2011, o Norte regista uma das maiores percentagens de população casada (49,5%) e a menor percentagem de população separada ou divorciada (4,5%). Destacamos também que é a única região do país em que o casamento católico supera o casamento civil, tanto em termos absolutos como percentuais. Não obstante a tendência expressiva de diminuição dos casamentos formalizados pela Igreja Católica, pois apresenta, entre 2001 e 2011, uma variação negativa na ordem dos 58,1%, esta região tem demonstrado alguma persistência na filiação e nos laços de pertença ao catolicismo. No Norte, a Igreja Católica continua a interferir no ritual de celebração dos casamentos, na estruturação das famílias de maior dimensão e na persistência de uma elevada percentagem de população católica praticante e que frequenta a missa dominical. Estes são alguns dos indicadores que demonstram a tenacidade da Igreja Católica nas dinâmicas sociais e familiares da população residente na região Norte do país.

Porventura, esta situação não irá ser alterada de forma imediata até porque, a presença de elementos exteriores, a convivência e a partilha com outras realidades, incluindo as religiosas, não são evidentes na região Norte. Já afirmámos que uma das formas de abertura e de promoção da diversidade é através da população estrangeira, que, no caso desta região, é pouco expressiva. Em 2011, apenas 1,4% dos seus residentes eram estrangeiros, sendo a região do continente com menor percentagem de população estrangeira, em especial quando comparamos com as regiões de Lisboa e do Algarve. Todos os 15 concelhos da sub-região do Tâmega, por exemplo, destacam-se no contexto regional, por apresentarem percentagens de população estrangeira pouco significativas, sendo que nenhum dos concelhos atinge 1% no universo dos residentes.

Apesar de ser uma tendência regional, encontramos uma situação inversa nos concelhos fronteiriços do Alto Minho, como Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Melgaço e Monção, com percentagens de estrangeiros que ultrapassam os 2,3%, fazendo prever alguma ligação à população espanhola.

No caso dos concelhos do Porto e de Braga, a percentagem de população estrangeira é também superior à média regional com 2,9 e 2,6%, respetivamente. Braga

polariza enquanto sede de distrito e enquanto um dos lugares mais populosos do país, com uma dimensão superior a 100 mil habitantes e o Porto polariza enquanto Área Metropolitana, densamente povoada e bacia de emprego.

Nestes concelhos onde a percentagem de população estrangeira é mais significativa, há uma maior propensão para a diversidade de identidades étnicas, raciais e culturais, onde incluímos as identidades religiosas e a diversidade de movimentos religiosos e espirituais. A título de exemplo, destacamos o concelho do Porto com cerca de 2,9% de estrangeiros e que apresenta uma percentagem de população católica pouco expressiva, na ordem dos 75,3%. Esta situação é acompanhada de uma percentagem elevada de população crente noutros grupos religiosos na ordem dos 4,6%, sendo que os crentes de outros grupos cristãos, que não o católico, representam 3,7% e os crentes em grupos não cristãos, apenas 0,9%.

Esta conjuntura é característica de concelhos urbanos, atrativos e polarizadores de recursos humanos e culturais e de funções administrativas e económicas. São concelhos densamente povoados, que atraem não apenas população estrangeira mas também população de outros concelhos ou, então, população que, apesar de não fixar aí sua residência, densifica os movimentos pendulares. Em termos económicos, destacam-se por empregarem grande parte da população no setor terciário, que, no caso dos concelhos da Área Metropolitana, como Porto, Matosinhos, Gondomar e Maia, ultrapassam a média regional e atingem valores na ordem dos 85%.

Não obstante esta situação modernizante, com 61,6% a região Norte apresenta uma percentagem de população ativa no setor terciário muito inferior à média nacional (70,5%). Isto significa que muitos concelhos do Norte padecem de uma estrutura ativa dependente dos setores primário e secundário; ou seja, os efeitos da interioridade nalguns concelhos do Norte são também visíveis pelo peso excessivo que tem o setor primário na estrutura ativa, que, nalguns concelhos do Douro e do Alto Trás-os-Montes, atinge valores entre os 20% e os 27%. Do conjunto destacamos apenas São João da Pesqueira, que regista em 2011 mais de 40% de população ativa no setor agrícola. Aliás, no Norte não é apenas este setor que estrutura a economia regional, pois a indústria foi, desde sempre, o motor de desenvolvimento de muitos concelhos do Ave, Tâmega ou Entre Douro e Vouga com percentagens que ascendem aos 50% de população ativa. São exemplos os concelhos de Felgueiras, de Lousada, de Marco de Canaveses, de Paços de Ferreira, de Vizela, de Oliveira

de Azeméis, de Vale de Cambra, com forte tradição na indústria das confeções, de calçado e do mobiliário.

A distribuição da população ativa pelos setores de atividades tem, de forma indireta, relação com a questão da escolaridade, uma vez que alguns concelhos de Alto Trás-os-Montes, como Boticas e Vimioso, a taxa de analfabetismo ascende aos 15% da população. Ao invés, os concelhos da Área Metropolitana atingem percentagens elevadas de população que completou o ensino superior, como acontece no Porto, com 27,2%, ou na Maia, com 20,5%.

Para além da estrutura económica e da população ativa centrada nos setores primário e secundário, verificámos que muitos concelhos da região Norte, em particular os que se situam numa faixa junto ao interior, continuam a apresentar uma estrutura demográfica frágil, reflexo da diminuição populacional, do duplo envelhecimento da estrutura etária, da pouca interferência da população estrangeira e da persistente taxa de analfabetismo elevada. Nestas zonas, a percentagem de população católica é muito superior à média nacional. Note-se o caso dos concelhos do Tâmega que, em média, atingem os 94,8% de católicos, sendo que, nalgumas situações, ultrapassa mesmo os 96%, como acontece nos concelhos de Cabeceiras de Basto, de Celorico de Basto, de Baião, de Resende, de Cinfães e de Mondim de Basto.

Por oposição, no Grande Porto, a percentagem de católicos é inferior e situa-se nos 81,6%, sendo que, no Porto, por exemplo, a percentagem de católicos não ascende aos 75,3% e em Matosinhos aos 79,4%, refletindo os efeitos da urbanização e da terciarização da sociedade e da consolidação da transição demográfica, onde se inclui a aproximação ao modelo familiar pós-moderno.

3.2.3.4. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região Centro

Quadro 26: População católica, região Centro, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**-1,7**	**17,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**-1,3**	**18,2**	**-1,4**
Centro	**86,7**	**83,2**	**89,2**	**85,4**	**-6,0**	**16,9**	**-3,7**
Baixo Vouga	87,2	83,8	89,0	85,4	0,5	23,0	-0,7
Baixo Mondego	81,7	79,3	85,9	82,3	-2,5	17,8	-5,4
Pinhal Litoral	87,2	83,6	89,3	84,3	-0,8	26,1	-0,3
Pinhal Interior Norte	89,6	86,6	91,4	88,1	-11,9	9,0	-6,8
Dão-Lafões	91,9	85,5	91,9	90,1	-11,2	16,5	-2,9
Pinhal Interior Sul	86,3	88,6	94,6	91,9	-14,7	-2,0	-10,0
Serra da Estrela	91,3	84,8	94,9	92,6	-12,6	10,1	-11,8
Beira Interior Norte	93,7	87,6	93,5	91,3	-15,7	9,0	-9,6
Beira Interior Sul	89,1	83,4	91,1	87,0	-12,5	9,1	-7,8
Cova da Beira	87,9	86,1	91,4	87,5	-9,5	12,2	-8,2
Oeste	81,6	79,4	85,6	79,9	-1,3	20,5	0,4
Médio Tejo	84,6	83,2	88,8	85,7	-4,9	13,4	-4,7

Fonte: INE

Conforme aferimos, a região Centro, a par da região Norte, tem registado desde 1981, uma percentagem de católicos superior à média nacional. Segundo o quadro anterior, em 1981 os católicos representavam 86,7% da população, em 1991 cerca de 83,2%, em 2001, atinge o valor de 89,2% e, em 2011, o valor de 85,4% (quadro 26)[109].

As sub-regiões que contribuem para a hegemonia da Igreja Católica são a Serra da Estrela, o Pinhal Interior Sul, a Beira Interior Norte e o Dão-Lafões, que em 2011 apresentavam percentagens entre os 90 e os 92% (quadro 26 e figura 64). O concelho de Fornos de Algodres ultrapassa os 96% de população católica e os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, de Pinhel, de Manteigas e de Trancoso os 94% (figura 65).

Com percentagens inferiores ou próximas da média regional, encontram-se as sub-regiões do litoral como o Oeste, o Baixo Mondego, Pinhal Litoral, o Baixo Vouga e o Médio Tejo. Também deste conjunto destacamos os concelhos de Marinha Grande, de Sobral de Monte Agraço, das Caldas da Rainha, de Alenquer e de Arruda dos Vinhos, que não ascendem aos 77% de população católica.

[109] Para a análise complementar do ponto 3.2.3.3. deverá ser consultado o Anexo VIII.

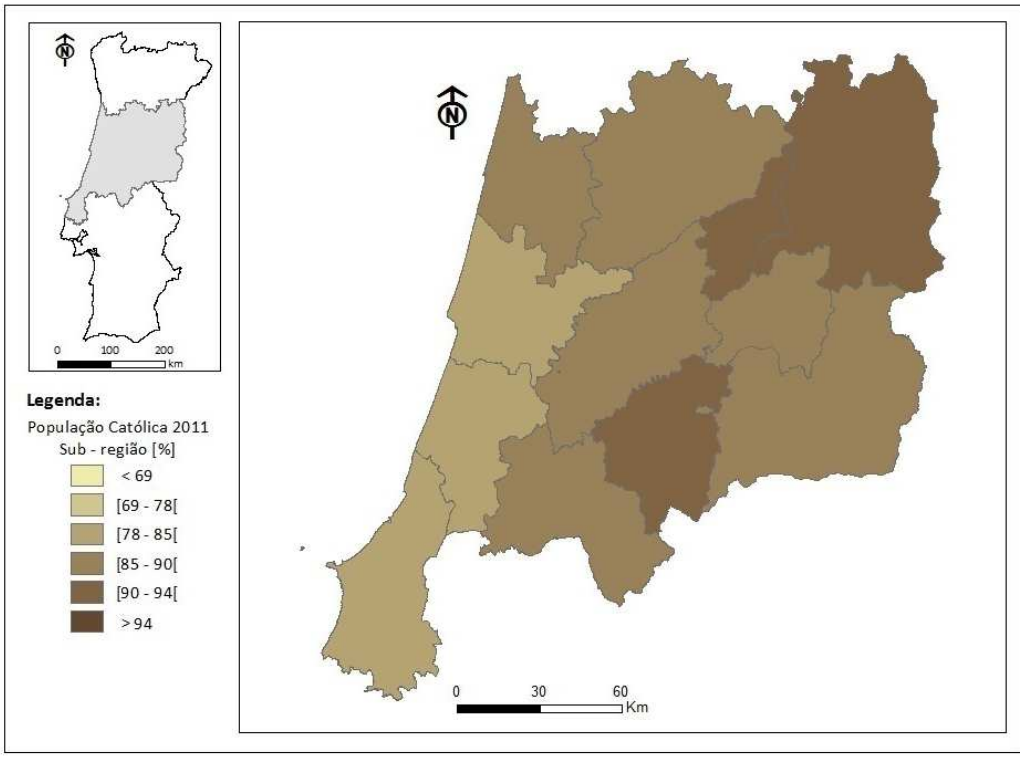


Figura 64: Percentagem de população católica, por sub-região, região Centro, 2011

Fonte: INE

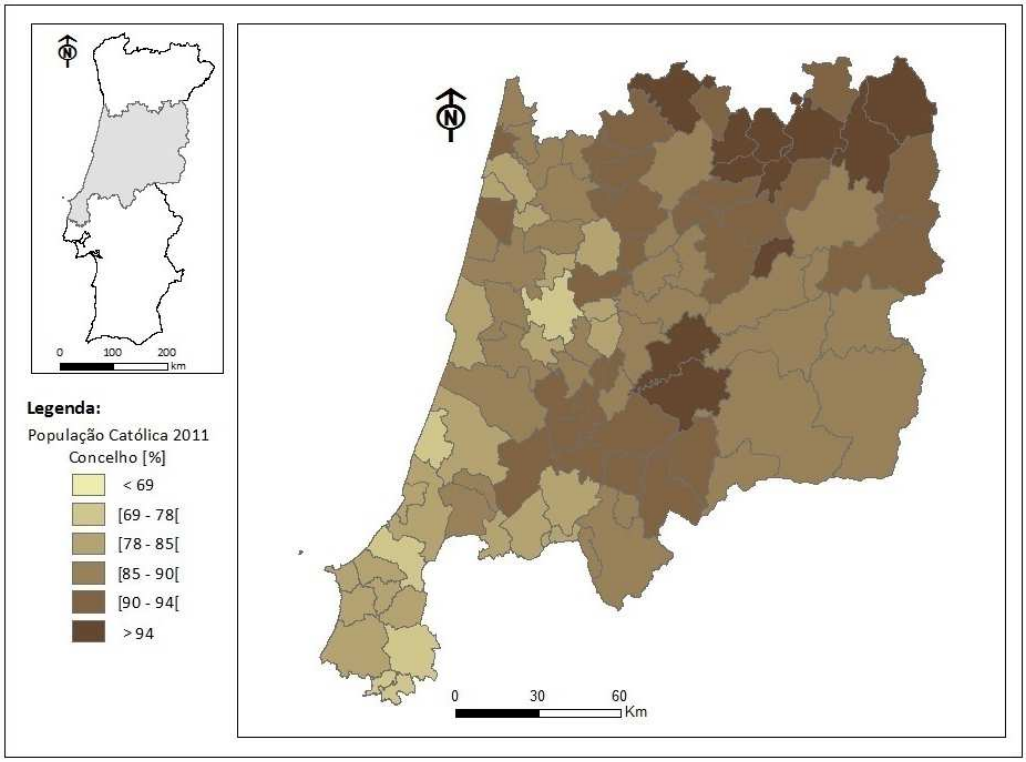


Figura 65: Percentagem de população católica, por concelho, região Centro, 2011

Fonte: INE

Em termos evolutivos e comparando os valores no período entre 2001 e 2011, aferimos que as sub-regiões do interior foram as que registaram as variações negativas mais acentuadas, sendo que, no caso da Serra da Estrela, atinge, um decréscimo em média de 11,8%, no Pinhal Interior Sul de 10,0% e na Beira Interior Norte cerca de 9,6%. A nível concelhio destacam-se os concelhos desta última sub-região como Meda, Sabugal, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo e Manteigas, com variações negativas superiores a 17% (quadro 26. figuras 66 e 67).

Também as sub-regiões do litoral registaram uma diminuição de população católica, embora com variações negativas menos expressivas, traduzindo-se num decréscimo ligeiro ou mesmo na estabilização da população católica. A sub-região do Baixo Vouga regista uma variação negativa de 0,7%, o Pinhal Litoral de 0,3%, o Dão-Lafões de 2,9%, o Médio Tejo de 4,7% e o Baixo Mondego de 5,4%. Destas sub-regiões apenas enunciamos os concelhos de Penacova, de Soure, de Penalva do Castelo, de S. Pedro do Sul, de Vila Nova de Paiva, de Vouzela e de Ferreira do Zêzere, com variações negativas superiores a 9% (quadro 26. figuras 66 e 67).

A sub-região do Oeste sobressai no contexto regional, uma vez que é a única que apresentou um ligeiro aumento da população católica, na ordem dos 0,4%. Evidenciam-se os concelhos de Arruda dos Vinhos, com um crescimento na ordem dos 15,6%, e, de Sobral de Monte Agraço um aumento de cerca de 9,2%. No período anterior, entre 1991 e 2001, o Oeste já havia registado um dos maiores aumentos de população católica (20,5%) só ultrapassado pelas sub-regiões do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga.

Numa linha contínua entre o litoral e o interior, destacamos também alguns concelhos limítrofes da cidade de Coimbra, como Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o--Velho e Condeixa-a-Nova, por exemplo, que registaram variações positivas tanto de população católica como de população residente, não obstante o próprio concelho sede de distrito ter registado uma diminuição destas duas variáveis. A este grupo juntam-se os concelhos da Batalha e de Leiria, da sub-região do Pinhal Litoral, de Viseu do Dão-Lafões e de Aveiro, de Albergaria-a-Velha e de Ílhavo, entre outros, do Baixo Vouga (quadro 26. figuras 66 e 67).

A análise sociodemográfica do Centro evidencia que esta região se encontra próxima da região Norte e, nalguns aspetos, do Alentejo.

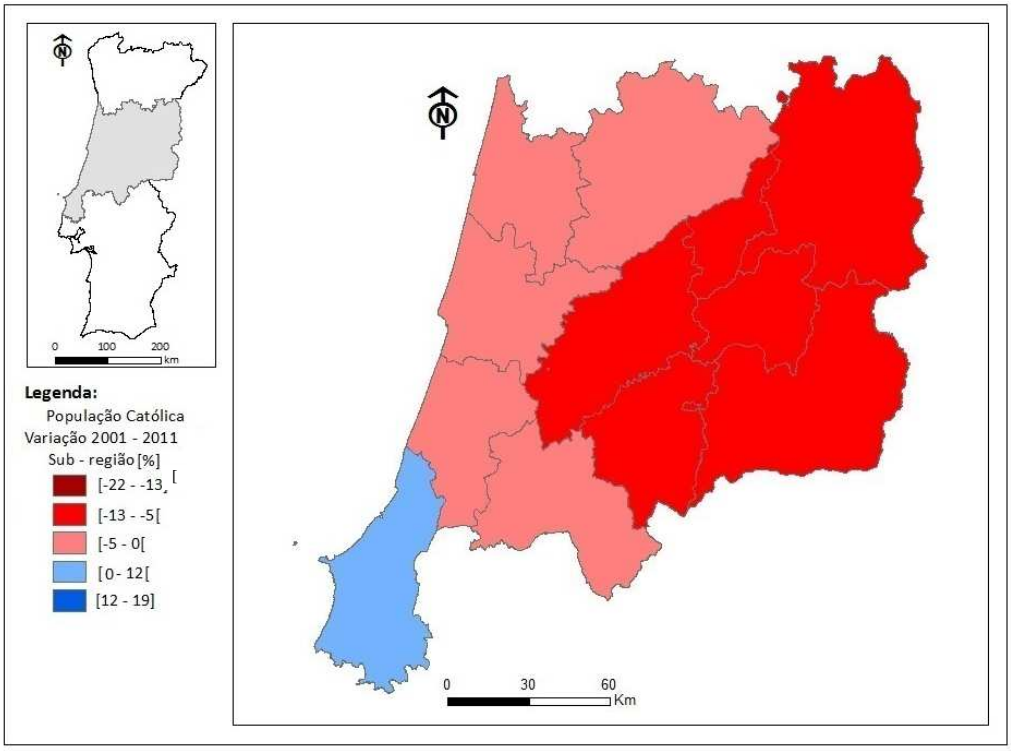


Figura 66: Variação da população católica, por sub-região, região Centro, 2001-2011

Fonte: INE

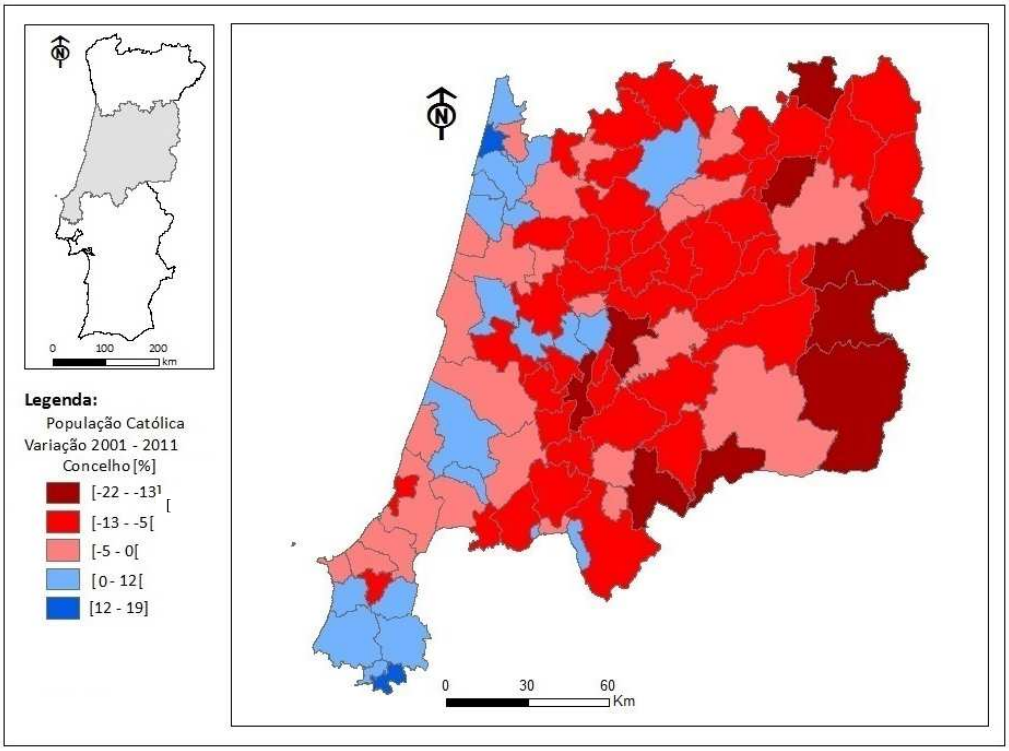


Figura 67: Variação da população católica, por concelho, região Centro, 2001-2011

Fonte: INE

Constatamos que o Centro, a par do Alentejo, contribuiu para a diminuição populacional do país, apresentando, entre 2001 e 2011, uma variação negativa de 0,9%. Em 2011, com um saldo natural negativo (-8.014 pessoas) e um saldo migratório também negativo (-7.459 pessoas), o Centro perdeu cerca de 15 mil habitantes. Ou seja, a nível regional, diminuiu a população residente e, de forma consequente, diminui a população católica, com a exceção dos concelhos do Oeste e um conjunto de concelhos, que referenciámos anteriormente, que aumentam nos dois sentidos.

A diminuição de população residente reflete-se também na estrutura etária, sendo a região do país, também a par do Alentejo, que em 2011 apresentava o índice de envelhecimento mais elevado (163,4%). As sub-regiões do centro interior da Serra da Estrela, da Cova da Beira, da Beira Interior Sul, da Beira Interior Norte, do Pinhal Interior Sul e do Pinhal Interior Norte testemunharam o duplo envelhecimento da estrutura etária, sendo que concelhos como Pampilhosa da Serra, Oleiros, Sabugal, Penamacor e Vila Velha de Ródão estão muito próximos de um índice de envelhecimento de 600 idosos por cada 100 jovens. Nestas zonas do país, verifica-se a diminuição da população jovem, uma vez que apresentam variações muito negativas de população entre os 0 e os 14 anos e entre os 15 e os 24 anos. Na Pampilhosa da Serra, por exemplo, a variação de população entre os 0 e os 14 anos diminui 37,2% e no grupo etário seguinte 45,6%, fazendo prever o envelhecimento populacional, o isolamento e o despovoamento deste concelho e de uma extensa área do interior.

Em termos familiares, notamos que a dimensão média das famílias é de 2,5 membros, um valor inferior ao que encontrámos na região Norte, mas superior a todas as outras regiões do continente. Nas sub-regiões do Dão-Lafões e do Baixo Vouga, as famílias são mais numerosas e nalguns concelhos atinge os 2,8 membros por núcleo familiar, como acontece nos concelhos de Ovar, de Estarreja e de Oliveira de Frades. Esta tendência pode estar em vias de ser alterada até porque assistimos ao aumento do número de núcleos familiares sem filhos (11,0%) ou com filhos únicos (5,9%), embora a um ritmo diferente do que encontramos a nível nacional.

À semelhança da região Norte, a percentagem de pessoas que vivem sozinhas é ainda pouco relevante, continuando a demonstrar que a família tem um grande peso social e institucional na organização da vida das pessoas. Esta ideia é confirmada pela percentagem significativa de população casada (49,7%) e uma percentagem diminuta de população divorciada (5,1%). No que diz respeito à forma de celebração dos casamentos,

importa afirmar que a diferença entre os casamentos civis e os casamentos católicos não é tão significativa como acontece nas outras regiões portuguesas. Em 2001, os casamentos católicos superavam os civis; contudo, no período seguinte, a situação inverte-se, estando estas duas formas de celebração separadas por apenas 10 pontos percentuais. O casamento civil representa 54,9% e o casamento católico 44,9%, sendo que este último valor é o segundo mais elevado no contexto nacional. Note-se que o peso da Igreja Católica nesta região é aferido não apenas pelo impacto do casamento católico mas também pelo número absoluto e relativo de população católica praticante, sendo que, em 2001, o Centro agrupava mais de 22,8% do total dos crentes católicos praticantes, apenas ultrapassado pelo Norte, que concentrava 57,6% da população praticante portuguesa.

Em termos sociodemográficos e até ao nível da identidade cultural, o Centro não beneficiou, ainda, das interferências da população estrangeira. Isto porque a sua percentagem é muito inferior à média nacional e, se ponderarmos apenas as regiões do continente, é a segunda região com menos população residente de nacionalidade estrangeira (2,4%). Alguns concelhos do interior, como Fornos de Algodres, Celorico, Manteigas e Pinhel ou da sub-região do Dão-Lafões, como Penalva do Castelo, Tondela e Vouzela, não chegam a atingir 1% de população estrangeira residente.

Por oposição, os concelhos da sub-região do Oeste voltam a destacar-se, uma vez que apresentam um maior peso da população estrangeira. Em Alenquer, por exemplo, mais de 6,4% dos seus residentes são estrangeiros, em Arruda dos Vinhos acende aos 5,2% e os concelhos de Caldas da Rainha, da Lourinhã, de Sobral de Monte Agraço e de Torres Vedras atingem os 4% de população de outra nacionalidade. Embora com percentagens mais inferiores, destacam-se ainda os concelhos do litoral como Aveiro, Batalha, Leiria e Marinha Grande.

Distinguimos também um conjunto de concelhos limítrofes de Coimbra, sede de distrito, como Vila Nova de Poiares, Arganil, Lousã, Góis, Pedrógão Grande e Tábua, todos pertencentes à sub-região do Pinhal Interior Norte. Nos concelhos de Arganil, da Lousã e de Góis, por exemplo, a população estrangeira oriunda de países europeus como Alemanha, Reino Unido e Holanda, fixa a sua residência em áreas rurais ou, pelo menos, afastadas do ambiente urbano, constituindo comunidades coesas de população estrangeira e, nalgumas situações, sem que aconteça a partilha e a convivência com a população residente de nacionalidade portuguesa. No que diz respeito à filiação religiosa, é importante referir que nestes três concelhos há uma percentagem acima da média

regional de população sem religião, que, no caso da Lousã atinge os 6%, e uma percentagem, também superior, de população crente noutros grupos religiosos que não o católico.

De forma notória, todos os concelhos que apresentam uma maior percentagem de população estrangeira são também os concelhos que evidenciam um menor peso da população católica e, em simultâneo, um maior peso da população crente de outras religiões cristãs e não cristãs.

Para além destes fatores, interferem ainda os indicadores relacionados com o sistema urbano regional e com a estrutura do sistema económico, fazendo coincidir, em termos gerais e em comparação com outras regiões portuguesas, a dispersão da rede urbana com a distribuição dispersa de católicos.

O contexto urbano do Centro evidencia uma maior concentração de população residente em lugares de pequena dimensão. Em 2011, cerca de 62,7% da população do Centro residia em lugares até aos 1999 habitantes, num ano em que, a nível nacional, o valor era de 37,4%. Ao nível concelhio, apenas Coimbra e Leiria ultrapassam o patamar dos 100 mil habitantes.

Os 10 concelhos que se seguem, com uma população residente entre os 99 mil e os 50 mil habitantes, localizam-se todos no litoral, com exceção de Castelo Branco e da Covilhã, formando uma rede polinucleada de centros de média dimensão. Nestes concelhos, a percentagem de população católica situa-se entre os 78,1% em Coimbra e os 88,7% em Pombal, registando percentagens próximas da média nacional. No entanto, no contexto nacional, são concelhos com menor percentagem de população católica, refletindo, de alguma maneira, os efeitos da concentração populacional, da urbanização e dos inerentes processos de transição demográfica.

Em termos do sistema económico, são também os concelhos cuja população ativa se concentra no setor terciário, sendo que, no caso de Coimbra, cerca de 84,6% da população ativa trabalha neste setor, incluindo profissões de natureza social e associadas a uma atividade económica. Contudo, no conjunto, a região Centro apresenta, a par da região Norte, a menor percentagem de população ativa no setor dos serviços (66,2%) e a maior percentagem de população ativa no setor industrial (30,1%). Isto significa que, não obstante alguns concelhos mais urbanos e com efeitos da terciarização social, a região Centro evidencia uma estrutura económica ainda muito associada ao setor industrial e até

ao setor primário, como acontece nos concelhos do interior, como Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Idanha-a-Nova; este último setor representa mais de 16% da população ativa.

3.2.3.4. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região de Lisboa e Vale do Tejo

Quadro 27: População católica, região de Lisboa, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**-1,7**	**17,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**-1,3**	**18,2**	**-1,4**
Lisboa	**70,2**	**68,3**	**73,7**	**68,9**	**0,1**	**18,3**	**-1,6**
Grande Lisboa	72,6	70,0	74,8	69,7	-3,3	14,5	-3,0
Península de Setúbal	62,4	63,4	70,8	66,8	13,1	30,8	2,3

Fonte: INE

Desde 1981 que a região de Lisboa, a par da região do Algarve, se destaca no contexto português por apresentar uma percentagem de população católica muito inferior à média nacional. Nos anos de 2001 e de 2011, com 73,7% e 68,9%, Lisboa reflete a menor proporção de católicos, sendo que, nos últimos censos, ficou a 12 pontos percentuais abaixo do valor nacional (81,0%) (quadro 27)[110].

Nos últimos censos, a nível sub-regional, aferimos que a Península de Lisboa apresentava uma percentagem diminuta de população católica, com particular destaque para os concelhos de Almada, do Barreiro e do Montijo, que não ultrapassaram os 66%. Na sub-região da Grande Lisboa, os concelhos com menor percentagem de católicos foram Lisboa, Cascais e Oeiras, que não superam o valor de 69% de católicos (figura 69).

Em termos evolutivos, a região perde mais de 27 mil fiéis do catolicismo, significando um decréscimo de 1,6%. Verificamos também que, nesta última década, foi a sub-região da Grande Lisboa que registou um decréscimo mais acentuado (3,0%), em parte, reflexo da diminuição do número de católicos no concelho de Lisboa (12,2%) e no concelho da Amadora (5,1%) (figuras 70 e 71).

[110] Para a análise complementar do ponto 3.2.3.4. deverá ser consultado o Anexo IX.

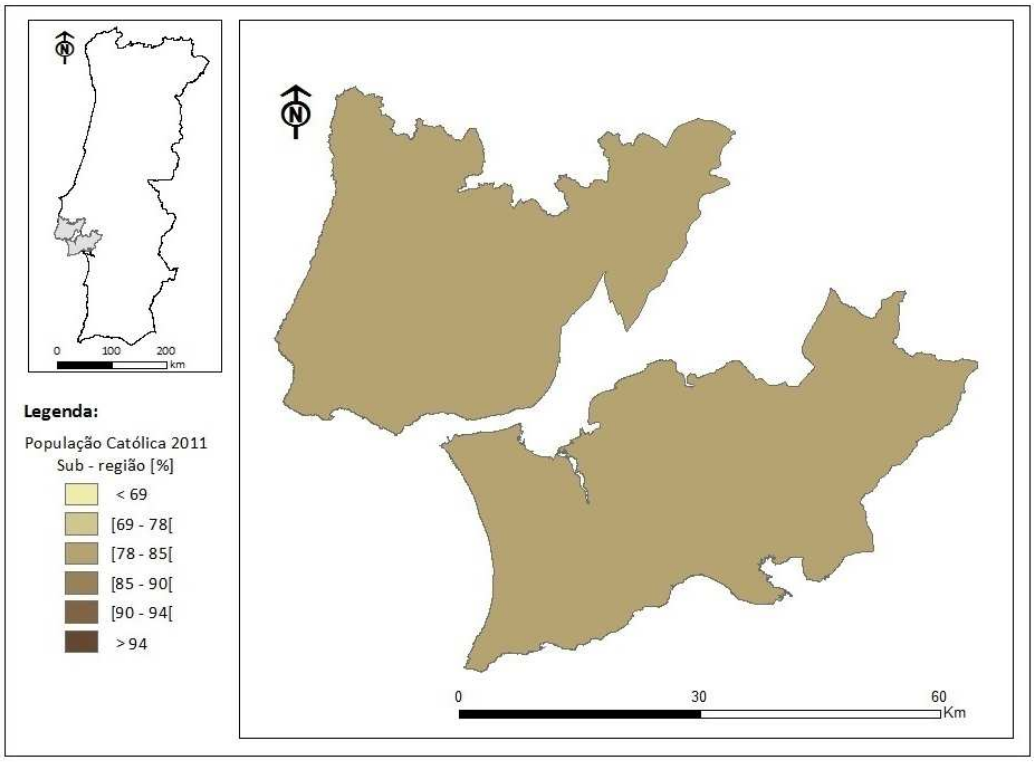


Figura 68: Percentagem de população católica, por sub-região, região de Lisboa, 2011

Fonte: INE

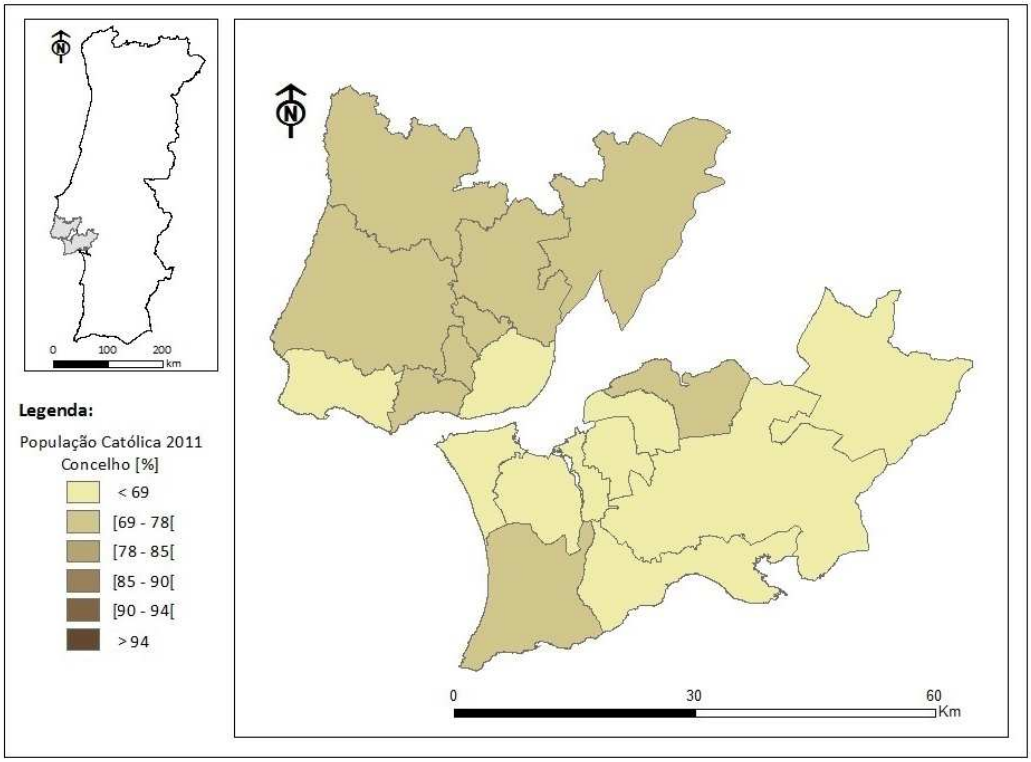


Figura 69: Percentagem de população católica, por concelho, região de Lisboa, 2011

Fonte: INE

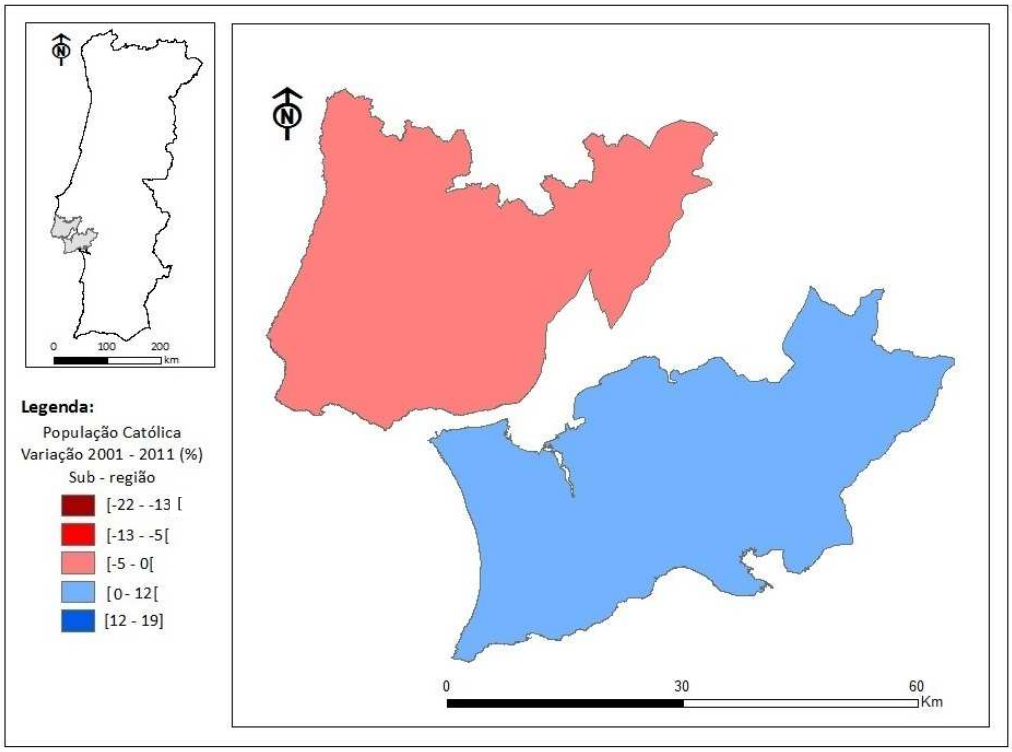


Figura 70: Variação da população católica, por sub-região, região de Lisboa, 2001-2011

Fonte: INE

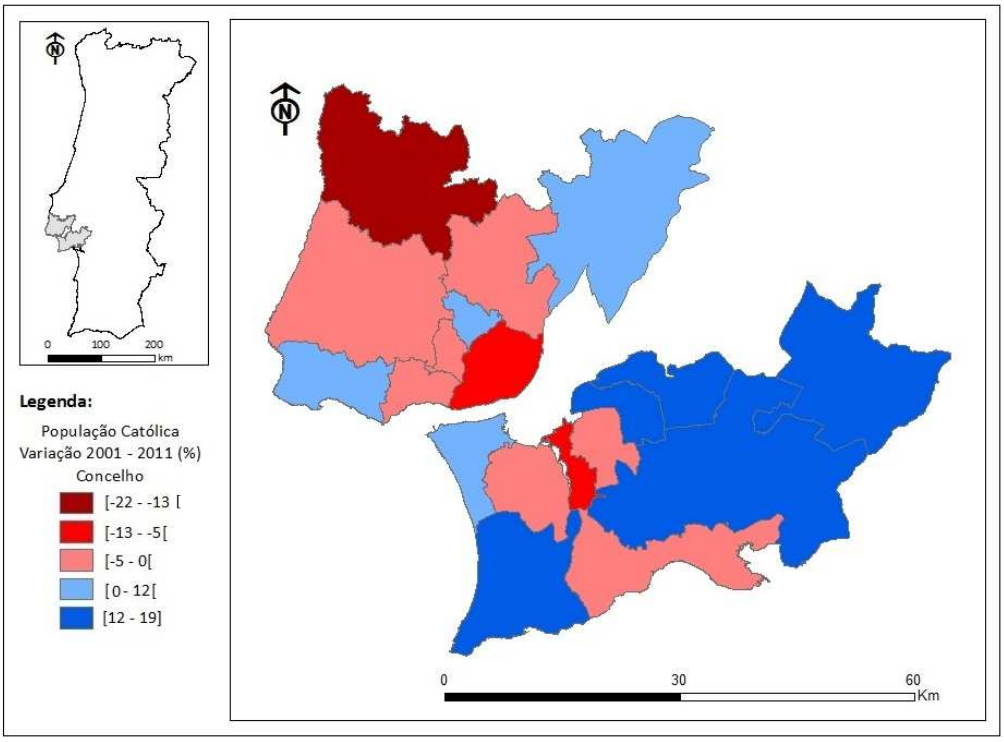


Figura 71: Variação da população católica, por concelho, 2001-2011

Fonte: INE

Na região de Lisboa, a diminuição da população católica não reflete o decréscimo da população residente, como acontece noutras regiões portuguesas, pois esta região tem registado um aumento populacional nos últimos períodos censitários. O que tem contribuído, de forma decisiva, é a estrutura demográfica e o respetivo contexto socioeconómico que a Área Metropolitana de Lisboa tem evidenciado e que não tem tido paralelismo com as outras áreas geográficas portuguesas, inclusive com a Área Metropolitana do Porto e a segunda maior cidade do país.

A estrutura demográfica desta região caracteriza-se por um índice de envelhecimento inferior à média nacional e uma estrutura etária mais jovem. Ao nível do continente, Lisboa apresenta uma das percentagens mais elevadas de população jovem entre os 0 e os 14 anos (15,5%) e entre os 15 e os 24 anos de idade (10,5%). Aliás, no que diz respeito ao primeiro grupo etário é, a par do Algarve, a única região que, entre 2001 e 2011, aumenta o número de jovens em cerca de 10,5%. Apresenta também uma das percentagens mais baixas de população com 65 ou mais anos (18,2%), muito embora apresente nos últimos dez anos um acréscimo na ordem dos 25,3%. Ao nível concelhio, Lisboa é o único município que contraria esta tendência, ao apresentar uma estrutura demográfica mais envelhecida, uma vez que em 2011 um quarto da população lisboeta era idosa. Esta característica estrutural reflete os efeitos da terciarização e da suburbanização da própria cidade de Lisboa, realidade muito próxima ou idêntica às grandes cidades europeias.

A estrutura etária da região de Lisboa exibe-se na organização e na diversificação da estrutura familiar. Nesta área geográfica do país, as famílias são mais reduzidas, sendo que a dimensão média é de 2,4 membros por núcleo familiar. No próprio concelho de Lisboa, por exemplo, as famílias são em média constituídas por 2,2 membros, um valor muito inferior à dimensão média nacional de 2,6 membros. Para além deste fator, na região de Lisboa, um quarto das famílias (25,6%) não tem núcleo familiar, ou seja, são constituídas por uma só pessoa, em particular por jovens ou idosos a partir dos 65 anos que vivem sozinhos. Este contexto familiar favorece o aumento das famílias sem filhos (17,3%)[111], sendo que, nos concelhos de Lisboa e do Barreiro, estas famílias representam mais de 39% do total dos núcleos familiares. Aumentam também os núcleos com um só filho e, por oposição, diminuem os casais com dois ou três filhos.

[111] Na regão de Lisboa, os núcleos familiares sem filhos em 2001 representavam 33,1% e em 2011 36,1%.

Esta estrutura familiar, conjugada com a parentalidade, resulta no aumento dos núcleos familiares monoparentais, com destaque para a monoparentalidade feminina, e ainda no aumento das famílias reconstituídas. São situações mais expressivas nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, mas também na região do Algarve.

Significa que a perda de importância dos laços familiares, por um lado, e a diversificação dos modelos familiares, por outro, se tornaram características estruturais da região de Lisboa. Aliás, a diminuição da dimensão dos núcleos familiares, a constituição de famílias unipessoais, as famílias recompostas e a monoparentalidade são específicas de contextos municipais de cariz mais urbano, caracterizados por uma maior dinâmica de trabalho, mas também pela maior diversidade social e cultural. São situações coincidentes com a perda de laços afetivos e efetivos com a Igreja Católica, que contém a diminuição da população católica, potencialmente praticante e praticante, e o decréscimo dos casamentos católicos que anteriormente primavam na formalização das relações familiares.

Ou seja, na região de Lisboa, a perda de importância da família enquanto motor da vida individual e social e a consequente diversidade das formas de organização dos núcleos familiares, coincidiu com significativas mudanças na conjugalidade e nas formas de celebração dos casamentos, às quais a Igreja Católica não é indiferente A região de Lisboa registou a percentagem mais baixa, a nível nacional, de população casada (41,3%) e, ao invés, a percentagem mais elevada de população divorciada ou separada (7,4%). A diminuição das relações formalizadas pelo casamento é simultânea à diminuição do casamento católico. Em 2001, tal como outras regiões portuguesas, Lisboa apresentava ainda uma percentagem de casamentos católicos superior aos civis, situação que se inverte na década seguinte, em que o número de casamentos católicos diminui cerca de 73,9%. Isto significa que foi nesta região onde foi mais visível a desvinculação e a informalização das relações conjugais e a perda de importância da Igreja Católica na união entre os casais e na estruturação das famílias.

A modernização da estrutura demográfica da região de Lisboa é ainda reforçada por outros fatores associados à escolarização e às formas de acesso à informação, mas também à estrutura da população ativa, onde incluímos o peso dos setores de atividade e a percentagem de população ativa feminina. Consideramos que estes indicadores favoreceram a abertura e a absorção dos processos de mudança social, das mentalidades e dos comportamentos individuais e coletivos da população residente nesta região.

Em termos de escolarização, Lisboa destaca-se, no contexto nacional, por apresentar a maior percentagem de população que completou o ensino superior (21,0%), ficando 6 pontos percentuais acima da média nacional. Este contexto é acompanhado de uma taxa de analfabetismo muito pouco expressiva (3,2%), sendo a mais baixa do país.

A capacidade de absorver e de compreender os efeitos da mudança social, política e cultural está, de forma indireta, relacionada com a escolarização mas também com o acesso que os indivíduos têm à informação e à forma como comunicam entre si. A região de Lisboa apresentava em 2011 uma maior distância face à referência nacional, uma vez que 71,4% dos seus agregados residentes tinham acesso ao computador, 68,0% dispunham de acesso à internet e 67,2% tinham ligação em banda larga. Com o maior acesso a nível nacional, Lisboa apresenta também a maior percentagem de indivíduos entre os 16 e os 74 anos que utilizam o computador (70,1%) e a internet (68,2%). Segundo o INE esta posição de Lisboa irá destacar-se, ainda mais, no ano de 2013.

Estas ferramentas permitiram aos seus residentes comunicarem, partilharem e conhecerem outras realidades, outras experiências e outros comportamentos, onde incluímos, as questões religiosas que, cada vez mais, encontram no ciberespaço uma forma de difusão e de união entre os crentes. Se no passado as questões de âmbito religioso aconteciam num espaço concreto e numa relação pessoal face a face, agora a presença espiritual e a própria divulgação da mensagem católica está disseminada no espaço virtual. E, nestas circunstâncias, a região de Lisboa está melhor posicionada para absorver as mudanças ocorridas no interior da Igreja Católica, como seja a criação de novos espaços e lugares sagrados, como também para aceitar a diversidade religiosa e os diferentes movimentos e experiências espirituais que estão para além do universo do catolicismo.

Em termos socioeconómicos, esta região distancia-se ainda mais do contexto nacional, uma vez que apresenta um valor insignificante de população ativa no setor primário (0,7%) e a maior proporção de população ativa no setor dos serviços (82,7%), sejam de natureza social, sejam associados a alguma atividade económica. No concelho de Lisboa, por exemplo, o setor terciário representa perto de 90% da população ativa, o que nos permite concluir que a desvalorização do catolicismo e, em particular, o enfraquecimento das práticas e dos comportamentos católicos nesta região, está associado aos efeitos da urbanização e da terciarização do mercado de trabalho.

A estrutura económica da região de Lisboa torna-se também ímpar quando ponderado o emprego feminino, uma vez que é a única região portuguesa onde as mulheres (50,6%) ultrapassam os homens (49,5%). A mulher assume um papel importante não apenas no mercado de trabalho mas também no campo académico, superando a presença e a hegemonia masculina e condicionando, de forma progressiva, outros indicadores demográficos como a fecundidade, a natalidade, a nupcialidade ou a dimensão dos núcelos familiares. Também de forma paralela a mulher, que outrora organizou a vida familiar, a educação dos filhos e a difusão da mensagem da Igreja Católica, passa a ocupar-se de outras tarefas na sociedade portuguesa e, porventura, foi uma das protagonistas centrais da alteração da identidade religiosa dos portugueses.

Também como protagonista, ou pelo menos impulsionadora do processo de mudança, a população estrangeira tem, nesta região e a par do Algarve, um papel acrescido e com tendência a aumentar na próxima década. Com mais de 203 mil estrangeiros residentes no ano de 2011, a região de Lisboa concentra 51,6% do total de população estrangeira residente no nosso país. Em termos proporcionais, cerca de 7,2% dos seus habitantes são estrangeiros, um valor muito significativo no contexto nacional e que se reflete na respetiva diversidade das identidades culturais, étnicas, raciais e também religiosas que têm caracterizado os concelhos integrados na Área Metropolitana de Lisboa. Esta diversidade é, em particular, mais visível nos concelhos da sub-região da Grande Lisboa, sendo que os municípios de Sintra, de Lisboa, da Amadora, de Cascais, de Loures e de Odivelas, por exemplo, ultrapassam os 6% de habitantes com outra nacionalidade.

Aferimos que existe um paralelismo entre a presença de estrangeiros e a diversidade religiosa, uma vez que as regiões de Lisboa e do Algarve registaram uma evolução paralela destas duas variáveis. Ambas as regiões registaram em 2011 as percentagens mais elevadas de população crentes noutros grupos religiosos cristãos e não cristãos, de população sem religião e ainda de população que não se pronuncia relativamente a esta questão identitária. Na região de Lisboa, em particular na sub-região da Grande Lisboa, os concelhos de Amadora, de Loures e de Sintra não ultrapassam os 70% de população católica e, por oposição, registaram 7% de população que se identifica com outros grupos religiosos e 10% de população sem religião. Na sub-região da Península de Setúbal, nos concelhos do Barreiro, de Almada, da Moita e de Palmela, a

percentagem de população não crente chega a ultrapassar os 14%, um valor muito superior aos 6,8% registados a nível nacional.

É de notar que a presença de população estrangeira está associada, de forma substancial, à atratividade de recursos humanos, económicos e culturais que os concelhos da região de Lisboa têm evidenciado. Esta região apresenta uma densidade populacional de 940 habitantes por quilómetro quadrado, um valor muito superior a qualquer outra das regiões portuguesas. Também nesta região mais de um milhão e trezentos mil habitantes residem em cidades, ou seja, 49,1% da população beneficia das condições específicas do contexto urbano. Por oposição, é a região do país que apresenta a percentagem mais baixa a nível nacional de população que reside em lugares com menos de dois mil habitantes (11,7%).

Esta situação privilegiada dos concelhos da região de Lisboa é comprovada pelo índice de poder de compra, sendo o mais significativo a nível nacional. A sub-região da Grande Lisboa apresentava em 2009 um índice de 145,3% sendo que no próprio concelho de Lisboa, este indicador atinge os 232,5% em Oeiras 185,3 e em Cascais 150,6%. São, de facto, os valores mais elevados a nível nacional, que, no caso de Cascais, só é ultrapassado, pelo concelho do Porto, que registava, no mesmo ano, um índice de poder de compra de 178,8%. Segundo o INE este indicador desce ligeiramente, em particular no concelho de Lisboa e de Cascais, no ano de 2011.

Em suma, o cenário descrito de diminuição da população católica na região de Lisboa está associado não tanto à evolução populacional, que no caso de Lisboa tem aumentado, mas sim à consolidação da estrutura demográfica a favor de uma sociedade moderna, urbana, plural e híbrida. Nesta região, há uma maior uniformidade do contexto demográfico e socioeconómico, bem como graus de urbanização próximos, colocando Lisboa na vanguarda dos valores, dos comportamentos e das práticas. Olhamos para esta região como um todo que, nos primeiros anos do século XXI, consolidou a perda de hegemonia da Igreja Católica a favor da diversidade das identidades religiosas.

3.2.3.5. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região do Algarve

Quadro 28: População católica, região do Algarve, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**-1,7**	**17,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**-1,3**	**18,2**	**-1,4**
Algarve	**70,0**	**69,9**	**75,4**	**68,6**	**4,2**	**29,8**	**3,6**
Albufeira	82,0	70,4	77,4	67,3	0,9	71,5	13,7
Alcoutim	57,8	63,1	77,3	83,8	-5,8	5,9	-15,5
Aljezur	37,2	69,3	63,3	56,2	79,7	-1,7	-0,7
Castro Marim	65,2	49,0	71,3	69,8	-29,7	45,5	0,3
Faro	73,6	74,9	73,9	68,2	13,5	19,3	2,3
Lagoa	87,1	68,0	76,0	71,5	-17,0	42,8	5,2
Lagos	51,8	63,6	67,4	58,7	32,1	27,7	6,7
Loulé	70,2	72,3	80,3	70,5	8,3	45,3	5,0
Monchique	80,7	68,8	84,1	80,0	-35,2	20,5	-16,5
Olhão	77,7	66,5	74,0	69,4	-10,0	29,2	3,5
Portimão	70,4	68,2	72,7	66,4	8,3	28,2	12,3
São Brás de Alportel	68,7	73,2	77,6	69,5	6,4	44,0	-5,2
Silves	59,7	76,9	75,3	70,4	32,0	5,3	1,6
Tavira	67,7	70,8	79,2	74,2	4,8	18,0	-3,0
Vila do Bispo	69,8	69,7	73,0	65,1	0,7	0,6	-11,1
Vila Real de Santo António	71,3	61,9	75,5	69,7	-22,4	59,2	-1,8

Fonte: INE

Conforme aferimos, desde 1981 que a distribuição regional da população católica aponta para uma posição idêntica entre as regiões de Lisboa e do Algarve. Em 1981 e 1991, apenas o Alentejo registava uma percentagem inferior e, nos dois anos seguintes, são as zonas geográficas do nosso país com menor percentagem de católicos, ficando a mais de 13 pontos percentuais abaixo do valor nacional (quadro 28)[112].

À semelhança das outras regiões portuguesas, no Algarve, o peso dos católicos não é igual em todos os concelhos, notando-se uma disparidade intraconcelhia. Em Alcoutim e em Monchique, a população católica ultrapassa os 80%, ao passo que os concelhos de Aljezur e de Lagos se situam entre os 56,2% e os 58,7%, respetivamente (figura 73).

Em termos evolutivos, verificamos um aumento do número de católicos, sendo que, entre 1991 e 2001, o acréscimo regional é de 29,8% e, no período entre 2001 e 2011, é de 3,6%. No primeiro ciclo, o aumento é de cerca de 58 mil crentes e, no seguinte, é de quase

[112] Para a análise complementar do ponto 3.2.3.5. deverá ser consultado o Anexo X.

10 mil. Neste ponto, o Algarve difere da região de Lisboa, uma vez que esta última região registou, em 2011, uma diminuição, embora ligeira, de católicos (1,6%).

Nestas circunstâncias, o que justifica, em parte, o aumento do número de católicos no Algarve é o aumento da população residente que, no último período censitário foi superior a 14,1%. Aliás, o Algarve é, a nível nacional, a região com um maior aumento da população, interferindo na sua estrutura sociodemográfica (figuras 74 e 75).

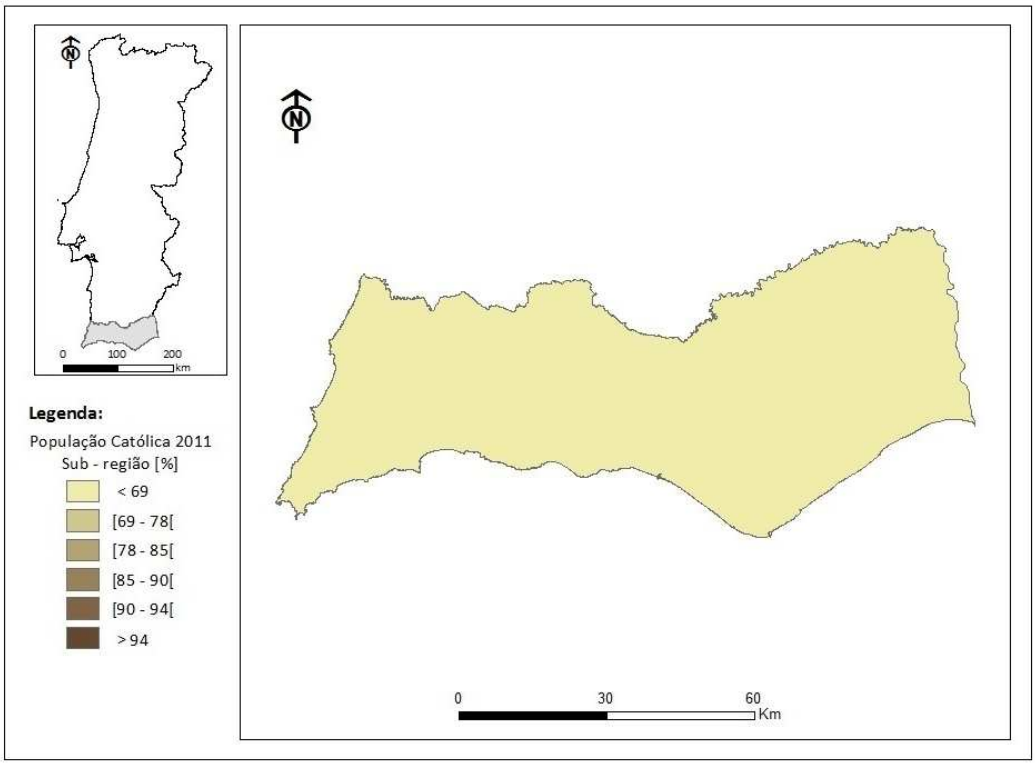


Figura 72: Percentagem de população católica, por sub-região, região do Algarve, 2011

Fonte: INE

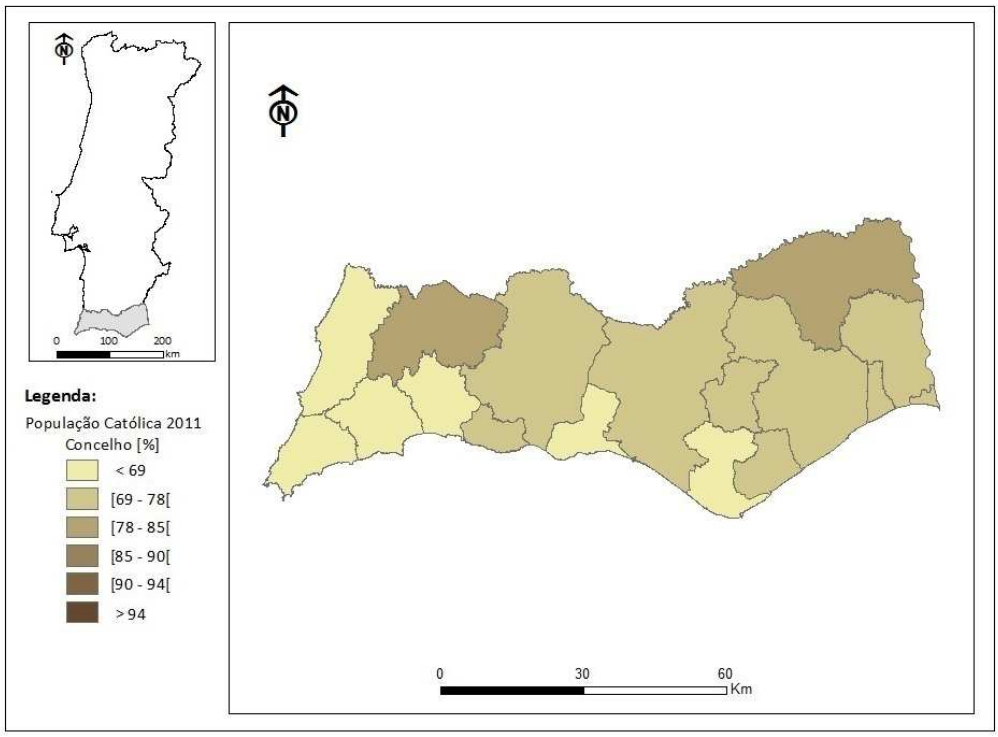


Figura 73: Percentagem de população católica, por concelho, região do Algarve, 2011

Fonte: INE

Ao nível concelhio, os concelhos que impulsionaram o crescimento do catolicismo no Algarve são Albufeira e Portimão, uma vez que registaram, entre 2001 e 2011, um crescimento do número de católicos superior a 12%. Numa posição inversa, encontram-se os concelhos de Monchique e de Alcoutim, com variações negativas na ordem dos de 16,5% e de 15,5%, respetivamente. Nestes dois concelhos registámos, também, entre 2001 e 2011 uma diminuição acentuada de população residente (figuras 74 e 75).

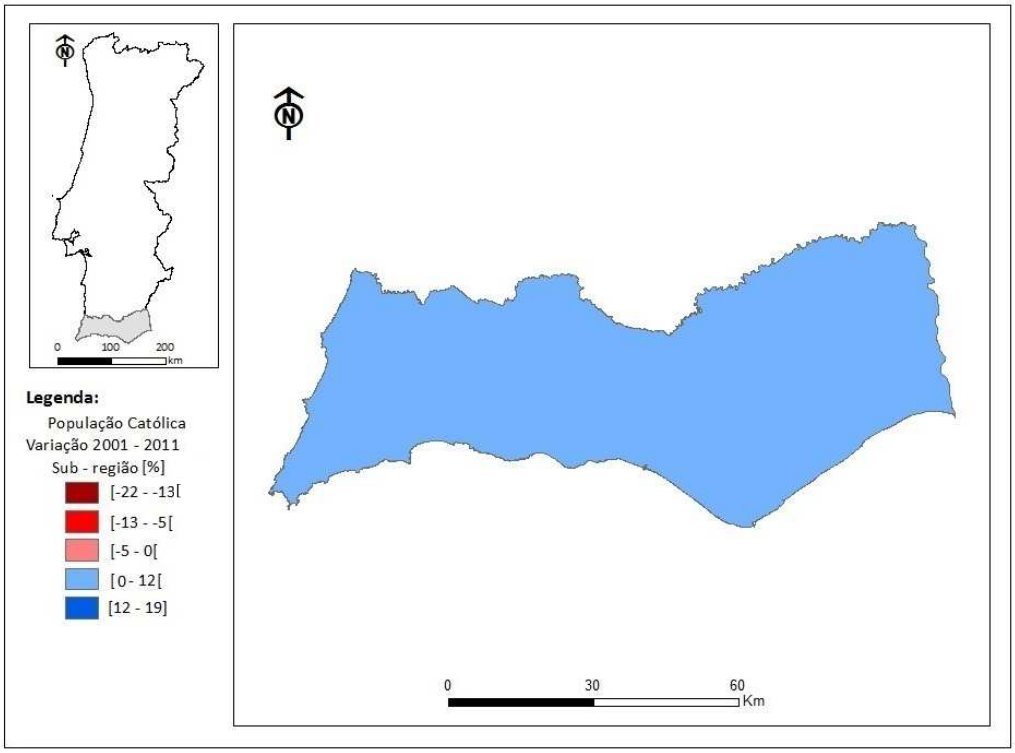


Figura 74: Variação da população católica, por sub-região, região do Algarve, 2001-2011

Fonte: INE

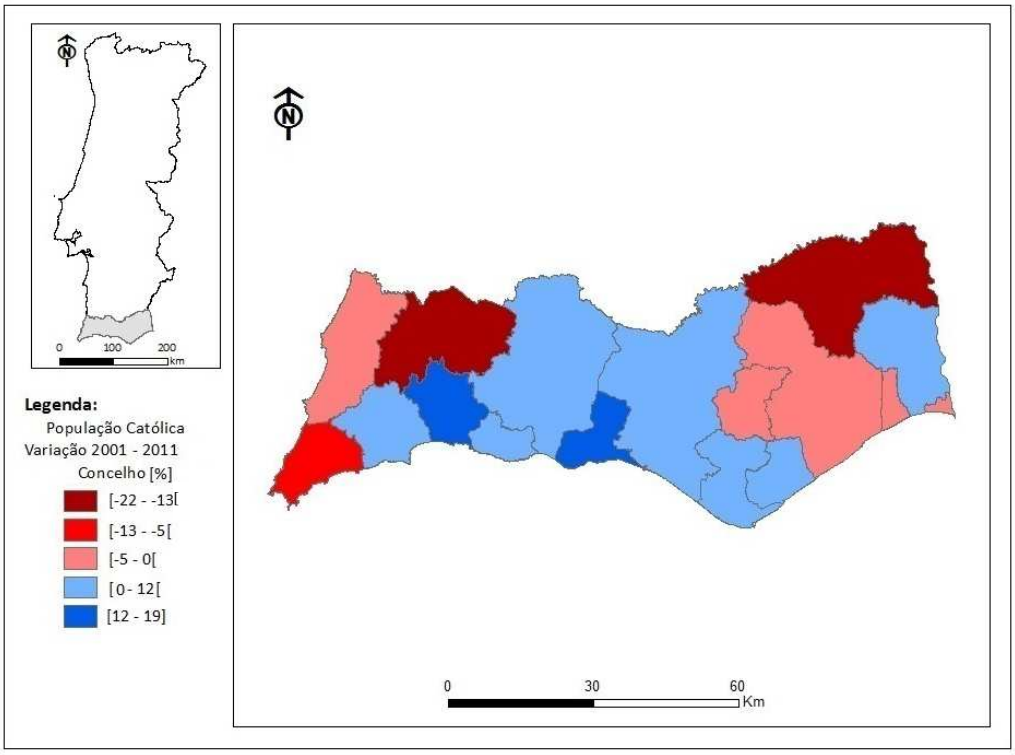


Figura 75: Variação da população católica, por concelho, da região do Algarve, 2001-2011

Fonte: INE

À semelhança do que constatámos noutras regiões portuguesas, esta dualidade entre concelhos perdedores e ganhadores é evidente noutros indicadores sociodemográficos económicos e que permitem uma leitura da geografia da identidade religiosa da população algarvia.

Ainda que o Algarve apresente um índice de envelhecimento superior à média nacional (131,0%), a estrutura etária, em muitos dos seus concelhos, é ainda jovem. Os concelhos que registaram o maior aumento populacional e um índice de envelhecimento menos significativo, são também os concelhos cuja percentagem de população entre o 0 e os 14 anos é superior. Em Portimão ou em Albufeira, este grupo representa mais de 15% do total da população, tendo registado um crescimento, entre 2001 e 2011, de 23,4% e de 30,7%, respetivamente. No grupo etário dos 15 aos 24 anos, os concelhos de Albufeira e de Lagos são os únicos que registam um aumento superior a 6%.

Por oposição, os concelhos de Alcoutim, de Monchique e de Vila do Bispo registaram uma diminuição da população residente, índices de envelhecimento superiores à média regional e, em simultâneo, uma diminuição da população jovem. Os dois primeiros concelhos registaram, entre 2001 e 2011, uma diminuição superior a 22% na faixa etária dos 0 aos 14 anos e uma diminuição superior a 30% na faixa etária seguinte. Acresce que foram os únicos concelhos que, a nível regional, assinalaram uma diminuição da população com 65 ou mais anos.

Ao nível das famílias, aferimos que, com 2,4 membros, o Algarve é, a seguir à região de Lisboa, a área geográfica do país com uma dimensão familiar mais diminuta. No concelho de Alcoutim, por exemplo, as famílias são em média constituídas por 2,1 membros e em Aljezur não ultrapassa os 2,2. Apenas os concelhos de Olhão e de Vila Real de Santo António atingem os 2,6 membros por núcleo familiar.

Associado à diminuição populacional, ao envelhecimento da estrutura etária, e à diminuição dos elementos que compõem os agregados familiares, nos concelhos de Alcoutim e de Monchique ocorre uma diminuição expressiva dos casais com 1, com 2 ou com 3 ou mais filhos. Estes territórios exemplificam a estagnação demográfica latente das áreas do interior do país, em particular, da serra algarvia.

Por oposição, os concelhos de Albufeira, de Lagos e de Portimão, situados numa faixa junto ao litoral, contrariam a tendência regional e nacional ao aumentarem em todas as tipologias de casais com filhos. Ressalta-se o aumento das famílias com três ou mais filhos que em Portimão ultrapassa os 12,8%, em Albufeira os 17,2% e em Lagos os 17,8%.

Não obstante estas exceções, a região do Algarve, tal como a região de Lisboa, aproxima-se do contexto nacional, sendo comum os casais sem filhos ou então com dois filhos apenas. Este contexto é ainda acompanhado de uma percentagem elevada de famílias sem núcleos ou constituídas por uma só pessoa, na sua grande maioria jovens ou idosos a viverem sozinhos. Às famílias unipessoais juntam-se as famílias monoparentais e as famílias recompostas que, tal como acontece na região de Lisboa, impulsionaram uma mudança na estrutura e na organização familiar na grande maioria dos concelhos algarvios.

A progressiva diminuição do número de elementos por famílias algarvias tem implícitas as mudanças ocorridas na conjugalidade e na forma de celebração do casamento. Esta região, à semelhança de Lisboa, e comparando com as outras regiões do continente, apresenta uma percentagem inferior de população casada (42,5%) e superior de população divorciada ou separada (7,2%). No que diz respeito à forma de celebração dos casamentos, já em 2001 os casamentos civis superavam os católicos, demonstrando que nesta região o processo de mudança antecede os primeiros anos do século XXI. Em 2001, o Algarve registou a maior percentagem de casamentos civis (78,4%) e a menor percentagem de casamentos católicos (21,2%), distanciando-se, a par da região de Lisboa, de todas as outras regiões do continente que apresentam proporções menos discrepantes.

Neste sentido, o Algarve demonstra uma perda de influência da Igreja Católica, que se reflete na diminuição da população católica praticante na diocese do Algarve e na diminuição da população católica em sete dos 16 concelhos algarvios, mas também no decréscimo da dimensão média das famílias, no decréscimo do número de filhos por casal e na desestruturação das relações conjugais, por via do aumento dos divórcios e da variação negativa acentuada dos casamentos católicos. São indicadores que demonstram as mudanças ocorridas no âmbito da identidade cultural da população algarvia, a favor de uma maior abertura e de um modo diferente de estar em família e em sociedade. Reflete a aproximação da estrutura demográfica ao contexto que descrevemos na região de Lisboa e, tal como esta região, apresenta alguns indicadores que colocam o Algarve na vanguarda das mentalidades e dos comportamentos sociais.

O que distancia o Algarve das outras regiões portuguesas não é apenas o comportamento de alguns indicadores sociodemográficos, mas o ritmo que tem evidenciado no sentido da rápida consolidação do processo de transição demográfica e da

modernização dos seus comportamentos, das suas atitudes e dos seus valores, onde incluímos a religião.

Esta região tem vindo a demonstrar o aumento da população que concluiu o ensino superior, passando de 9,2% em 2001 para 13,5% em 2011. No concelho de Faro, sede de distrito, a percentagem de população com o ensino superior é de 21,8%, um valor muito expressivo no contexto nacional.

Também a taxa de analfabetismo tem vindo a decrescer, sendo que, em 2001, era de 10,4% e, dez anos mais tarde, de 5,4%, ficando numa situação mais favorável que as regiões do Centro, do Alentejo ou mesmo da Madeira. Esta evolução reflete, de forma indireta, a posição que a região algarvia ocupa no acesso e na utilização das novas tecnologias. No acesso à internet e à ligação por banda larga, o Algarve é uma referência nacional, ao apresentar a segunda posição no continente, no que diz respeito à percentagem dos agregados domésticos com acesso a computador e ligação à internet, mas também na utilização por indivíduos entre os 16 e os 74 anos. Isto permite-nos concluir que o Algarve possui um conjunto de ferramentas essenciais não apenas para a interpretação dos fatores de mudança, mas também para a absorção e para a promoção das diferenças.

A presença e a proporção de população estrangeira em relação à população residente é um dos motores da diferença sociodemográfica nesta região. Em termos absolutos, dos 451 mil residentes no Algarve mais de 52 mil são estrangeiros, ou seja, 11,5% da sua população tem nacionalidade estrangeira, colocando esta região na posição cimeira a nível nacional. Situam-se nesta região os concelhos com maior percentagem de população estrangeira a nível nacional, como Aljezur com 21,6%, logo seguido de Albufeira, Lagos, Vila do Bispo e Loulé, com percentagens que ascendem aos 14%. Com exceção de Alcoutim, que apresenta um valor de 1,9%, todos os outros concelhos algarvios possuíam em 2011 uma percentagem de estrangeiros superior à média nacional, de 3,7%. Seguindo a tendência nacional, grande parte dos estrangeiros residentes tem proveniência do Brasil, de Angola e do Reino Unido[113].

Em termos evolutivos, com um aumento de 119,7%, esta região, a par de Lisboa, registou, nos últimos anos, um dos maiores aumentos de população estrangeira residente. Para além do contributo da população estrangeira na estrutura demográfica, concluímos

[113] Estes dados estão contidos nos Censos de 2011 mas são relativos a 31.12.2009

também que é através dos estrangeiros que a identidade cultural, étnica e religiosa se torna mais diversificada. A multinacionalidade e o hibridismo são características da sociedade algarvia. Em termos religiosos, esta região registava em 2011, uma das percentagens menos significativas de população católica (68,6%), valor compensado pela percentagem mais elevada a nível nacional de população crente noutros grupos cristãos que não o católico (8,1%) e um dos valores mais elevados de população crente em grupos não cristãos (1,1%). No total, cerca de 35 mil residentes são crentes de movimentos religiosos que não o católico. À semelhança de Lisboa, a região mais a sul do território português registava em 2011 um número elevado de não crentes ou sem religião (10,9%) e um número elevado de indecisos ou que não tinham opinião formulada sobre a respetiva identidade religiosa (11,3%).

Os concelhos com maior proporção de estrangeiros são os que apresentavam uma maior diversidade religiosa. Aljezur, com mais de 21,6% de estrangeiros residentes, apresentava uma percentagem reduzida de cristãos (56,2%), compensada por elevadas percentagens de população crente de outros grupos religiosos (9,4%) e de população sem religião (18,0%). O concelho de Lagos apresenta semelhante diversidade religiosa; com 16,8% de residentes com nacionalidade estrangeira, registou um valor reduzido de população católica (58,7%) e, ao invés, valores significativos de população crente de outros grupos cristãos (12,8%) e de população sem religião mais elevada (14,4%).

A atratividade do Algarve não é apenas relativa à concentração de recursos humanos. Com o segundo valor de poder de compra mais elevado a nível nacional, a região algarvia tornou-se numa das regiões mais atrativas também ao nível dos recursos económicos e culturais. Em grande parte devido ao setor do turismo, o Algarve registou uma percentagem muito elevada de população ativa no setor terciário (80,6%) e um peso pouco expressivo de população ativa nos setores secundário e primário. No concelho de Albufeira, por exemplo, a população ativa no setor terciário ascende aos 85,5% e, nos concelhos de Faro, de Portimão e de Lagoa, o terciário ocupa mais de 82% do total da população ativa, valores muito expressivos e indicativos dos efeitos da terciarização da sociedade algarvia.

A estes efeitos adicionamos os da urbanização, uma vez que o Algarve é a região do continente com maior percentagem de população que reside em cidades (51,4%), ficando a 10 pontos percentuais acima da média nacional e mesmo em relação a Lisboa fica mais de 2 pontos percentuais acima desta região. Os concelhos que apresentam as maiores

densidades populacionais, superiores a 200 habitantes por quilómetro quadrado, são Olhão, Faro, Vila Real de Santo António, Portimão, Albufeira e Lagoa.

Em suma, embora com algumas situações diferentes, em particular nos concelhos do interior e da serra algarvia, a região do Algarve apresenta uma evolução sociodemográfica idêntica à região de Lisboa. A progressiva perda de influência da Igreja Católica está patente na diminuição da população praticante apurada na diocese de Faro, no decréscimo dos casamentos católicos face aos casamentos civis e, de forma indireta, à diversidade de modelos familiares, com destaque para as famílias unipessoais, recompostas e monoparentais. A juntar a esta conjuntura, o Algarve beneficiou dos processos de urbanização e de terciarização da sociedade, fomentados, em parte, pela dinamização do setor turístico que ditou, nesta região, características polarizadoras de recursos humanos e de emprego. Em paralelo, ocorreu a diversificação das nacionalidades da população residente, construindo uma sociedade híbrida e plural nas suas identidades culturais e religiosas. No Algarve, a Igreja Católica perde a sua hegemonia histórica a favor da diversidade religiosa e espiritual latente dos grupos religiosos minoritários.

3.2.3.6. Síntese da evolução e da distribuição da população católica na região do Alentejo

Quadro 29: População católica, região do Alentejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Católica				Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**-1,7**	**17,7**	**-1,0**
Continente	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**-1,3**	**18,2**	**-1,4**
Alentejo	**60,8**	**68,0**	**78,3**	**76,3**	**5,9**	**19,6**	**-4,8**
Alentejo Litoral	39,3	52,8	64,5	65,4	26,3	31,8	-0,2
Alto Alentejo	76,5	78,9	86,1	82,8	-3,9	6,9	-9,8
Alentejo Central	58,1	67,4	79,6	78,3	10,3	23,5	-4,8
Baixo Alentejo	50,0	58,4	74,4	72,2	4,1	26,1	-8,7
Lezíria do Tejo	70,0	74,2	81,3	78,3	5,7	18,0	-1,6

Fonte: INE

A região do Alentejo tem sido, desde 1981, um caso particular no que diz respeito ao número e à distribuição geográfica da população católica. No início dos anos 80, apresentava, a nível nacional, a menor percentagem de católicos (60,8%), ficando 21 pontos percentuais abaixo da média nacional (quadro 29). Neste ano, destaca-se a sub--região do Alentejo Litoral com apenas 39,3% de católicos, sendo que o concelho de Grândola, por exemplo, não ultrapassa os 31% e os concelhos de Odemira e de Santiago de Cacém os 36% (quadro 29 e figuras 76 e 77)[114].

Conforme aferimos do quadro anterior, nesta década, apenas a sub-região do Alto Alentejo se aproximava do contexto nacional. Isto significa que a identidade religiosa na região do Alentejo estava menos centrada na Igreja Católica do que em qualquer outra região portuguesa.

Neste território, a identidade e o perfil religioso da população são o reflexo de um contexto histórico, onde se inclui um legado político mais adverso às questões religiosas e espirituais, mas também um legado cultural que favoreceu o individualismo nas vivências e nas práticas religiosas. O facto de o povo alentejano remeter para o foro íntimo as questões religiosas repercute-se na elevada percentagem de população que não respondeu, nos censos de 1981, à questão da religião. Cerca de 30,7% dos indivíduos não responderam ou não sabiam identificar o respetivo grupo de pertença.

Nos anos 90, o Alentejo contraria a tendência nacional e, apesar de registar uma variação positiva de 5,9%, continua a ser a região portuguesa com menor percentagem de católicos (68,0%), situação apenas alterada na primeira década do século XXI.

[114] Para a análise complementar do ponto 3.2.3.6. deverá ser consultado o Anexo XI.

Com um crescimento na ordem dos 19,6%, o Alentejo registou em 2001 uma percentagem de população católica na ordem dos 78,3%, um valor superior ao que apurámos nas regiões de Lisboa e do Algarve. Neste ano, com 86,1% de católicos, a sub--região do Alto Alentejo supera valor de referência nacional, com realce para os concelhos de Gavião, de Nisa e de Marvão com percentagens superiores a 90%.

Situação idêntica acontece em 2011, em que, não obstante o ligeiro decréscimo na ordem dos 4,8%, o Alentejo fica apenas a 4 pontos percentuais da média nacional. De novo, os concelhos da sub-região do Alto Alentejo, como Nisa e Crato, ultrapassaram os 87% de população católica e os concelhos de Castelo de Vide, de Fronteira, de Gavião os 86%, contribuindo, de forma decisiva, para o maior peso dos católicos nesta região e para a aproximação à realidade nacional (figura 77). Isto significa que, na primeira década do século XXI, o Alentejo parece "converter-se" à Igreja Católica, em parte devido à diminuição dos indecisos ou dos que não identificaram nos anos anteriores o grupo religioso ao qual pertenciam. A população do Alentejo encontrou, no novo século, a abertura necessária para poder expressar os seus laços de pertença e a forma de estar em comunidade.

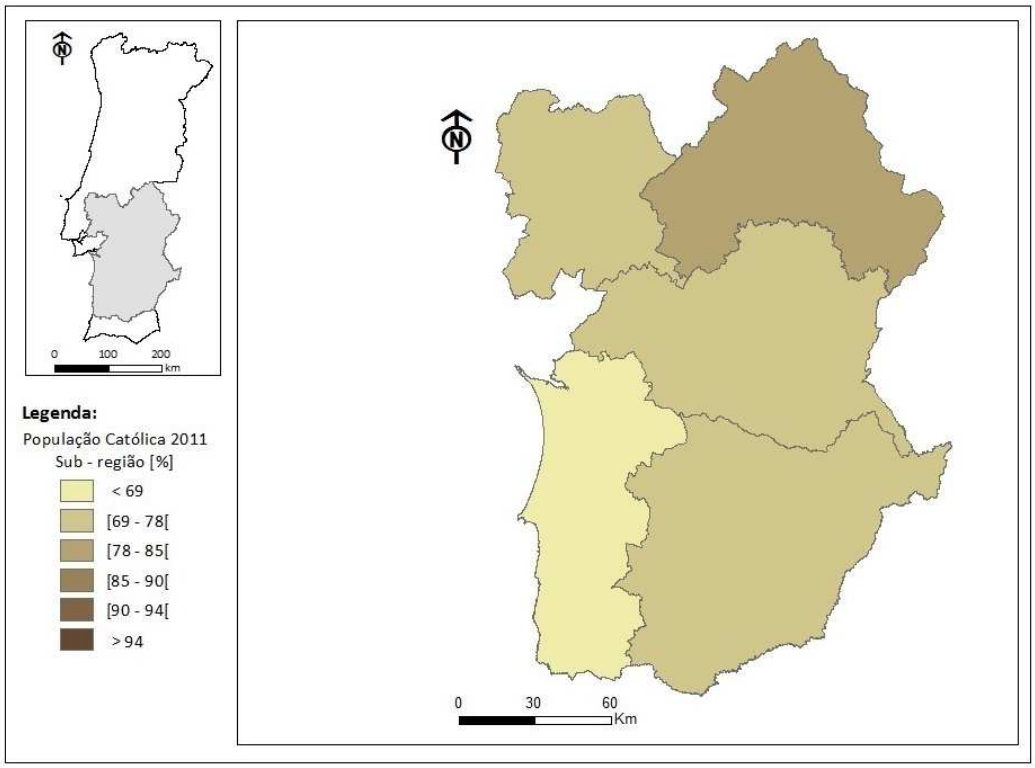


Figura 76: Percentagem de população católica, por sub-região, região do Alentejo, 2011

Fonte: INE

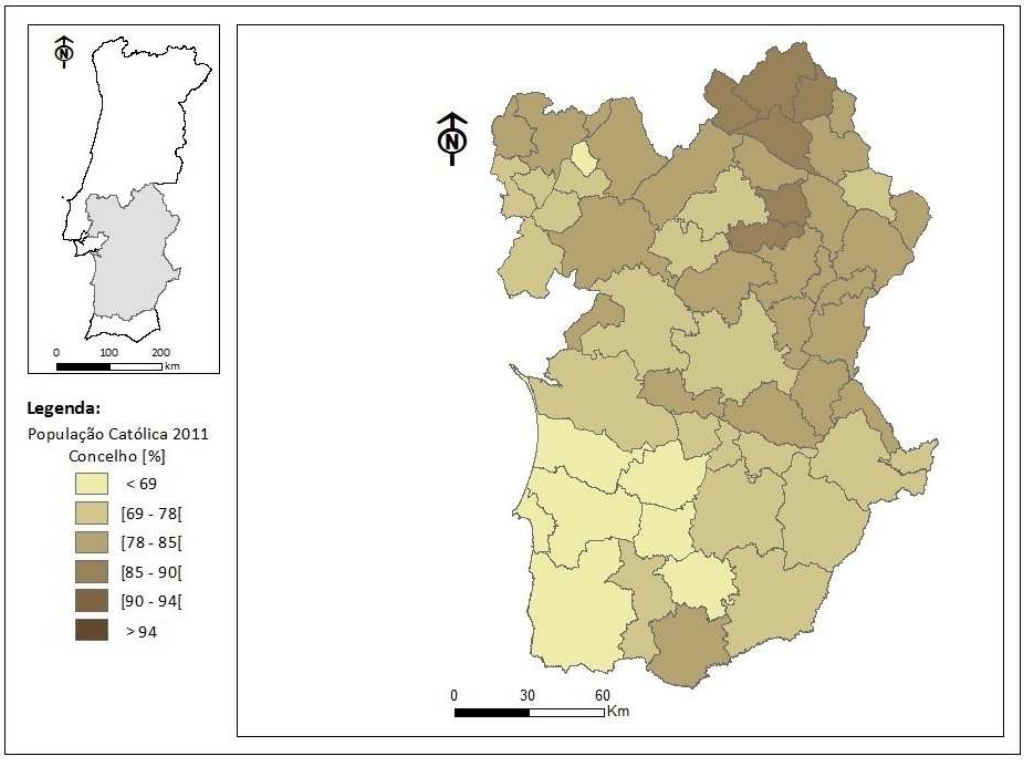


Figura 77: Percentagem de população católica, por concelho, região do Alentejo, 2011

Fonte: INE

Pese embora o reforço da Igreja Católica no Alentejo desde 2001, acontece nos primeiros anos do século XXI uma diminuição do número de crentes do catolicismo, acompanhando a tendência nacional. Nas sub-regiões do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo, o decréscimo ascende aos 8%, com realce para os concelhos de Mora e de Gavião, com uma diminuição de católicos na ordem dos 22,0% e 20,9%, respetivamente, e os concelhos de Avis, de Marvão, de Ferreira do Alentejo, de Mértola e de Ourique, com variações negativas superiores a 16% (figura 79). Estes concelhos conjugam a perda de população residente e a diminuição do número de católicos.

Por oposição, no total dos 58 concelhos que integram o Alentejo, apenas 8 registaram, no período considerado, um aumento de população crente na Igreja Católica. Na sub-região da Lezíria do Tejo, destacamos o concelho de Benavente que, com uma variação de 17,6%, registou o maior aumento regional, seguindo-se Azambuja, Salvaterra de Magos e Almeirim. Disseminados pelas outras sub-regiões, destacamos também os concelhos de Grândola, de Sines, de Campo Maior e de Viana do Alentejo, com variações até aos 19%. Com exceção de Grândola, todos estes concelhos registaram, também no período considerado, uma variação de população residente positiva, comprovando o

paralelismo entre estas duas variáveis, ou seja, o aumento do número de católicos deve-se, em alguns concelhos, ao aumento populacional.

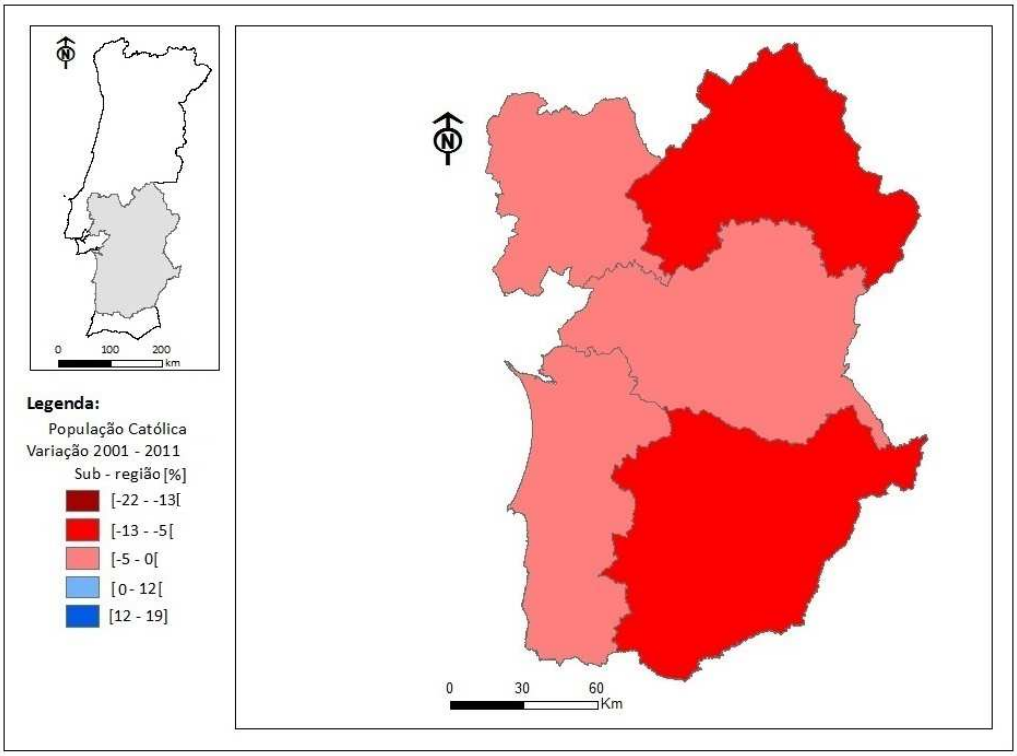


Figura 78: Variação da população católica, por sub-região, região do Alentejo, 2001-2011

Fonte: INE

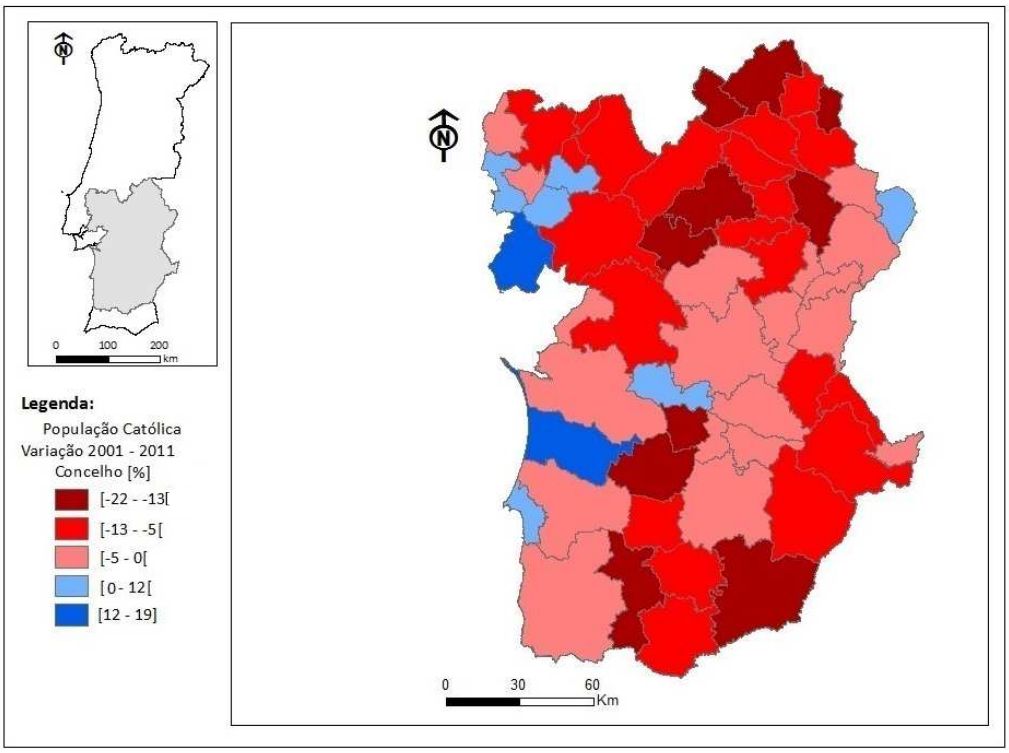


Figura 79: Variação da população católica, por concelhos da região do Alentejo, 2001-2011

Fonte: INE

Em termos sociodemográficos a região do Alentejo tem sido caracterizada por variações negativas de população residente, em particular nas duas últimas décadas. Desde 2002 que conjuga taxas de crescimento natural negativas e taxas de crescimento migratório positivas, mas que não chegam a compensar as primeiras. Em 2011, ambas as taxas são negativas, culminando com uma perda de população residente de mais de 4 mil habitantes. Os concelhos da sub-região do Alto Altentejo, como Gavião, Crato, Mora, Nisa, Avis, Castelo de Vide e Marvão, com variações negativas superiores a 12%, registaram os maiores decréscimos populacionais nos últimos dez anos. Também Mourão, Sousel, Aljustrel, Mértola e Ourique se encontram na mesma situação de declínio populacional. Apenas a sub-região da Lezíra do Tejo ganhou população, em especial devido ao aumento de residentes ocorrido nos concelhos de Benavente, de Salvaterra de Magos, de Almeirim, de Azambuja, do Cartaxo e de Rio Maior.

O declínio populacional reflete-se na estrutura demográfica da região. Com um índice de envelhecimento muito superior ao valor de referência nacional, no Alentejo a proporção de idosos é de cerca de 178,0 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens entre os 0 e os 14 anos. A sub-região do Alto Alentejo supera este valor e apresenta um índice de envelhecimento de 215,4%, sendo que nos concelhos de Nisa e Gavião ultrapassam os 400 idosos por cada 100 jovens. Também nestes concelhos a percentagem de população com mais de 65 anos é superior a 37% e a percentagem de população até aos 14 anos não ultrapassa os 9%, mostrando o envelhecimento na base e no topo da estrutura etária. Situações extremas encontramos noutros concelhos do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo.

Ou seja, o Alentejo registou o aumento da população com idades superiores aos 65 anos, sendo que, em 2011, cerca de um quarto da população alentejana era idosa. Na sub-região da Lezíria do Tejo, por exemplo, todos os concelhos registaram, entre 2001 e 2011, variações positivas de pessoas idosas. Em Benavente, o aumento ultrapassa os 35%, em Salvaterra de Magos os 28% e em Almeirim os 20%. No entanto, foi também a sub-região da Lezíria do Tejo a única que, a nível regional, registou um rejuvenescimento da população residente, face ao aumento da população entre os 0 e os 14 anos (6,5%) e entre os 25 e os 64 anos (4,1%), pois em todas as outras sub-regiões a diminuição dos jovens e dos adultos é uma realidade.

A par do envelhecimento da estrutura etária, a região do Alentejo apresenta sinais, embora ténues, da desestruturação da família nuclear. Com uma dimensão média de 2,5

membros, os núcleos familiares eram, em 2011, mais reduzidos que no ano de 2001 (2,6). As famílias tornaram-se mais pequenas por via do aumento do peso das famílias unipessoais, constituídas por uma só pessoa, em particular de pessoas com 65 ou mais anos e, ainda, por via da diminuição do número de casais com filhos. Em 2011, 38,1% dos casais não tinham filhos e apenas 4,8% tinham três ou mais filhos.

O que distancia o Alentejo das outras regiões é o seu ritmo de crescimento, uma vez que, entre 2001 e 2011, foi a zona do país onde foi menos significativo o aumento dos casais sem filhos (3,4%) e a menor diminuição de casais com três ou mais filhos (12,6%), ficando aquém do valor de referência nacional. Ou seja, apesar de coincidir com a tendência nacional, no Alentejo, as mudanças familiares são menos expressivas e ocorreram a um ritmo mais lento.

A estabilidade familiar é aferida também pelo estado civil, que, no Alentejo, reflete uma percentagem de população casada (47,2%) superior ao valor de referência nacional (46,6%) e uma percentagem inferior de população solteira. Nesta região, a particularidade do estado civil está na proporção do número de viúvos, que representam mais de 9% do total da população, um valor superior ao de qualquer outra região portuguesa.

Assim, concluímos que a diminuição populacional e o envelhecimento da estrutura etária condicionam, no Alentejo, o maior proporção de pessoas idosas a viverem sozinhas e o maior número de pessoas viúvas. São comuns as situações de isolamento, de solidão e de viuvez, que, numa ausência de acompanhamento familiar, podem ser superadas pela presença e pela interação com a Igreja Católica. Muitas das instituições de solidariedade e de assistência social são da responsabilidade da Igreja Católica e, num contexto de risco e de perda de segurança ontológica, torna-se um ponto de referência e de pertença social, individual e coletiva, promovendo o convívio, a partilha e a comunicação entre as pessoas.

Outros indicadores socioeconómicos permitem explicar a distribuição e a evolução do número fiéis da Igreja Católica na região do Alentejo.

A estrutura da população ativa reflete um peso acrescido do setor primário. Em 2001, representava mais de 20% da população ativa em muitos dos concelhos do Alentejo Central, do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo. Dez anos mais tarde, embora a média regional tenha descido de 11,0% para 9,4%, a agricultura continua a ser estrutural nestas sub-regiões, com particular destaque para os concelhos de Odemira, de Alcácer do Sal, de

Ferreira do Alentejo, de Serpa e da Vidigueira, onde o setor primário é responsável por cerca de 17% de população ativa.

O setor terciário, embora com um valor inferior à média nacional (68,7%), ocupa uma percentagem de ativos superior às regiões Norte e Centro de Portugal. Os concelhos do Alto Alentejo distanciam-se do cenário regional e nacional, como acontece em Portalegre, Castelo de Vide e Elvas. Também a nível regional e com cerca de 80% da população ativa no setor terciário, os concelhos de Beja e de Évora constituem bacias de emprego em que este setor modernizante polariza a atração de população ativa. O setor terciário reforça a centralidade destas duas sedes de distrito como centros urbanos importantes para o desenvolvimento dos territórios de proximidade. Sines, Castro Verde, Azambuja, Santarém e Portalegre encontram-se nestas circunstâncias e são também concelhos polarizadores de emprego. À terciarização unem-se os efeitos da urbanização, pois grande parte destes concelhos estruturam a rede urbana regional. O povoamento do Alentejo está concentrado nas sedes de distrito e num número reduzido de lugares densamente povoados, como Santarém, Benavente, Cartaxo, Portalegre, Elvas, Salvaterra de Magos e Rio Maior. No Alentejo diminuiu o número de lugares com 2.000 ou mais habitantes, que concentram cerca de 54% do total da população, um valor inferior à média nacional.

À estrutura da população ativa associamos ainda os níveis de escolarização que, nesta região, tem sido marcada por taxas de analfabetismo elevadas e superiores a qualquer uma das outras regiões portuguesas. Todos os concelhos do Alto Alentejo apresentaram em 2011, taxas de analfabetismo superiores a 7%, sendo que os concelhos de Monforte, Arronches e Gavião superam os 15% de população analfabeta. Localizados noutras sub-regiões, destacamos os concelhos de Odemira, de Ourique, de Almodôvar, de Mértola, de Coruche e de Sousel com valores superiores a 14% de analfabetos. A situação escolar frágil do Alentejo é agravada por um número reduzido de indivíduos que atingiu o nível de ensino superior. Num contexto nacional em que mais de 15,4% dos portugueses alcançaram os estudos universitários, apenas 11,9% dos alentejanos atingiram o nível mais elevado de escolarização. Gavião, Monforte, Alandroal, Mourão, Portel, Almodôvar, Barrancos e Mértola são alguns dos concelhos desta região que não atingem os 7% de população que concluiu o ensino superior. Um valor muito aquém da referência nacional e que tem implicações diretas na estrutura ativa mas também na capacidade de

interpretar, de assimilar e de vivenciar as mudanças que marcaram o nosso país nas décadas anteriores.

A introdução de elementos novos na sociedade alentejana e a partilha com outras realidades, religiosas ou não, poderá estar associada à presença de população de outras nacionalidades.

No que diz respeito à população estrangeira, o Alentejo foi a região portuguesa que registou, entre 2001 e 2011, o maior aumento. Com uma variação de 155,1%, residiam em 2011 mais de 23 mil estrangeiros, ou seja, mais de 3,1% da população alentejana é estrangeira, um valor muito superior ao apurado no ano de 1991 (0,4%) e de 2001 (1,2%). Este indicador é, porventura, um dos fatores que promove a abertura e a alteração das mentalidades e dos comportamentos, condicionando a alteração substancial da geografia da identidade religiosa dos alentejanos, onde incluímos não apenas a proliferação de outros movimentos religiosos mas também o aumento da população católica.

A sub-região do Alentejo Litoral, ao beneficiar de localização junto à linha da costa e próxima da região de Lisboa, registou a maior proporção de estrangeiros residentes. Com cerca de 5 mil e quatrocentos estrangeiros, esta sub-região apresentava uma percentagem de população com outras nacionalidades (5,6%) superior a todas as outras do país, com exceção de Lisboa e do Algarve. O concelho de Odemira registou mais de 9% de população estrangeira, Sines mais de 6% e Grândola quase 5%. Destacamos também a sub-região da Lezíria do Tejo que, em média, ascende aos 3,5% de população estrangeira, ficando muito próxima do valor de referência nacional. Desta sub-região distinguimos os concelhos de Benavente e da Azambuja com 7,1% e 5,4%, respetivamente.

Porventura, este cenário de múltiplas nacionalidades favoreceu a diversidade da identidade religiosa dos alentejanos, em particular nestas duas sub-regiões onde a percentagem de estrangeiros é superior ao valor de referência nacional. No Alentejo Litoral a população crente noutros grupos religiosos representa 4,0% da população e, na Lezíria do Tejo, 4,9%. Mais uma vez, destacamos os concelhos de Benavente e de Azambuja com 7,4% e 6,5% de população crente noutros grupos minoritários. Também o concelho de Sines registou uma percentagem na ordem dos 6,2%.

A desvinculação das questões religiosas é percetível através do aumento paulatino, desde 1981, da população sem religião. No Alentejo, todas as sub-regiões, com exceção do Alto Alentejo, apresentaram, em 2011, valores de população sem religião acima do valor nacional. Com 15,5% de indivíduos sem religião, o Alentejo Litoral é atualmente a sub-

-região com a percentagem mais elevada a nível nacional, ficando à frente das sub-regiões de Lisboa e do Algarve. O concelho de Grândola supera os 20,4% de população sem crenças religiosas e o concelho de Sines os 19,0%.

Ainda hoje a identidade religiosa da população residente na região do Alentejo está alicerçada a um passado histórico, político e cultural mais afastado da Igreja Católica. O processo de transição demográfica está, nalguns indicadores, ainda em curso, mostrando que as alterações na estrutura demográfica e familiar têm diferentes velocidades e geografias. No Alentejo, é notório que nos concelhos mais próximos da região de Lisboa a transição foi mais rápida e eficaz na alteração das mentalidades individuais e coletivas. Quer seja por questões político-ideológicas, incluindo as questões associadas ao sindicalismo e à presença do Partido Comunista Português, seja pelo sistema de povoamento, entre outros fatores, a população mostrou-se afastada do campo religioso até ao início do século XXI. O peso excessivo do setor primário e do campesinato e a elevada taxa de analfabetismo, para além das dificuldades acrescidas no acesso e no uso das novas tecnologias de comunicação e informação, são fatores que justificam o individualismo e a persistência de uma mentalidade conservadora mas desligada da Igreja Católica. Nos primeiros dez anos do século XXI, a alteração estrutural na demografia mas também no campo das mentalidades, dos comportamentos e dos valores resultou num aumento significativo da população estrangeira e na diversidade de movimentos religiosos para além do universo da Igreja Católica. Aliás, esta foi uma das condicionantes para a maior abertura e para a maior liberdade na aceitação de outras pertenças religiosas mas também na aceitação e na divulgação dos laços de pertença muito pessoais e subjetivos.

Consideramos que a evolução e a distribuição da população católica no território nacional, que apresentámos, está também relacionada com a evolução de outras identidades religiosas. Significa que a expressão territorial das identidades religiosas inclui também uma abordagem, embora que menos detalhada, face à ausência de informação estatística consolidada, do comportamento dos grupos religiosos minoritários ou mesmo da população que se assume sem religião.

Tendo presente esta correlação, iremos proceder, no ponto seguinte, a uma leitura complementar da evolução e distribuição de outras religiões cristãs, mas também de grupos não cristão e da população não crente.

3.3. A geografia dos grupos religiosos minoritários em Portugal

A análise nacional e regional da evolução e da distribuição geográfica da população católica portuguesa e as consequentes mudanças relativas à identidade religiosa da nossa sociedade, permitem duas leituras ou duas narrativas da pós-modernidade. A primeira diz respeito ao "regresso" do religioso à agenda social, estando presente na construção do espaço público, segundo modalidades diversas, no contexto das múltiplas modernidades (A. Teixeira *et al*, 2012b:7). A segunda compreende o "fim da religião", assinalada pela diminuição da população católica potencialmente praticante e praticante, bem como pelo desinteresse pela textura interna do campo religioso e pelos rituais e pelas práticas religiosas.

Para Berger(1999)[115], a conjugação destas duas realidades viabiliza o movimento de "contrassecularização", que representa o fenómeno de secularização com discrepâncias regionais e que não inviabiliza a reafirmação do campo religioso.

A primeira perspetiva, a de aumento da população católica, contraria a tendência de secularização e de laicização da sociedade portuguesa. O retorno da religião traduz a procura da segurança ontológica capaz de colmatar algum sentimento de risco e de vulnerabilidade que a sociedade contemporânea pôs a descoberto. Aliás, a população portuguesa continua a identificar-se com o catolicismo, apesar de diminuir a sua participação em muitos rituais comunitários impostos pela Igreja Católica, sendo exemplo disso o decréscimo do número de católicos praticantes na missa dominical e o decréscimo do número de casamentos celebrados pela Igreja Católica.

Os rituais e os processos litúrgicos que a religião católica promove no nosso país, como as visitas do Papa João Paulo II, em 1982 e 1991, e a do Papa Bento XVI, em 2010, as celebrações anuais do 13 de maio ou do 13 de outubro no Santuário de Fátima, as peregrinações aos Santuários de Fátima, de Nossa Senhora do Sameiro e do Bom Jesus do Monte, em Braga, e de Nossa Senhora da Pena, em Guimarães, entre outras, continuam a marcar o calendário e a preservar a memória religiosa dos portugueses. A estes rituais adicionamos os que fazem parte, de forma efetiva, do calendário católico, como as celebrações do Natal, da Páscoa, do Corpo de Deus, de Nossa Senhora da Conceição, do dia

[115] Peter Ludwig Berger, em parceria com Thomas Luckmann, analisa as consequências do processo de secularização nas sociedades modernas na obra *The Desecularization of the world. Resurgent Religion and World Politics*.

de Todos os Santos, entre outras. Estas festas religiosas são vividas de forma intensa pela população católica portuguesa que marca presença, entre outros acontecimentos, nas celebrações eucarísticas, nas procissões, nas vias sacras, na adoração ao Menino e nas visitas pascais, mostrando uma atitude e um comportamento reveladores da valorização social das práticas católicas e da afirmação ideológica que essas pressupõem. Em muitos destes acontecimentos, ocorre a conjugação de diferentes motivações, desde as religiosas às turísticas e de lazer.

Sobre estas festividades Di Méo (2001:624) conclui que "*contribuem permanentemente para a construção dos territórios, elas conferem uma forte legibilidade e constituem um espaço-tempo da vida social que favorece a regulação e a inovação entre as relações dos seres humanos*".

Isto significa que o fator religioso, em particular a Igreja Católica, se mantém como a religião maioritária no nosso país, persistindo, ainda que de forma mais ténue, uma eficácia simbólica capaz de unificar, regular e de identificar a sociedade portuguesa e de construir uma dimensão imaginária e afetiva de pertença.

A Igreja Católica é encarada como uma realidade mais unitária, tradicional e organizada do que as minorias religiosas, em particular as protestantes. A organização eclesiástica tem-se mantido forte e estruturada, resistindo à emergência de novos valores culturais, procurando adaptar-se às transformações constantes da sociedade portuguesa. Mesmo a relação entre os crentes da mesma comunidade ou entre a igreja e os seus fiéis está, atualmente, alicerçada numa variedade de territórios de pertença e de lugares sagrados materiais e imateriais, onde se inclui o cyberespaço, adaptando-se, desta forma, aos novos tempos de mudança.

A Igreja Católica subsiste como um dos elementos mais estáveis na construção da identidade cultural dos portugueses e na definição dos respetivos valores e comportamentos individuais ou coletivos, permanecendo como uma referência na territorialidade dos crentes. Ao invés, a pluralidade e a dispersão interna dos outros movimentos religiosos conduz a que a grande maioria das pessoas desligadas dos grupos religiosos organizados os percecione como algo de incoerente e sem estrutura, dificultando uma mera opinião sobre eles (L. Santos, 2000:57).

A persistência da Igreja Católica enquanto religião maioritária não é indissociável do contexto mundial apurado pela fonte estatística do Vaticano, que continua a registar um ligeiro aumento ou alguma estabilização do número de católicos batizados a nível

mundial e, em particular, no continente europeu. Episódios como a eleição do Papa Francisco, a 13 de março de 2013, e o atual pontificado permitem, de forma empírica, referenciar a renovação da Igreja Católica a nível mundial, mostrando-se mais desprendida de bens materiais de ostentação e do luxo e mais próxima dos fiéis, revelando uma necessidade de se aproximar dos diferentes contextos sociais, culturais, económicos e políticos. Assim, apontamos também para um possível ligeiro aumento da população católica, em parte, resultante desta nova captação de população que estava afastada dos rituais da igreja e que vê agora no Papa Francisco um exemplo a seguir.

A segunda leitura, em parte complementar a esta primeira, compreende a perda de hegemonia da Igreja Católica como religião maioritária e o alargamento do espetro religioso dos portugueses, mostrando uma identidade religiosa mais fragmentada, diversificada e plural. Ou seja, verifica-se, de forma paradoxal, a erosão de certas práticas e representações da Igreja Católica, uma vez que, de geração para geração, se constata o distanciamento de certos rituais e a progressiva ausência de uma educação e de uma sociabilização religiosa que reforcem a familiarização com a doutrina católica. Deste modo, proliferam outras crenças e outras práticas, mostrando uma religiosidade de natureza heterodoxa, sincrética e pessoal.

Estas são também algumas das conclusões retiradas do "Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses", realizado em 1998, em parceria com o International Social Survey Programme, onde se reconhece que "*os parâmetros definidores das crenças e filiações religiosas estão em mudança, traduzindo, provavelmente, uma crescente individualização e subjetivação do sentimento religioso, embora variável de acordo com os diferentes contextos e tradições. Por um lado, as tensões entre religião e modernidade nem sempre se dão no sentido mais esperado, que seria do esbatimento das manifestações de cunho religioso,* lato sensu*. A modernidade compreende também um crescente dinamismo do campo religioso"* (Pais *et al*, 2001:11-12).

À semelhança do que aconteceu noutros países, constatamos (quadro 30) que, entre 1981 e 2011, a diminuição da população católica é compensada pelo aumento do número de ateus, que se desvinculam das questões religiosas e espirituais, mas também pelo aumento dos fiéis de outros grupos religiosos, cristãos ou não cristãos.

Quadro 30: População católica, outras religiões, sem religião e que Não Respondeu à questão da religião, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011

Anos	Total	Pop. Católica		Pop. Outras religiões		Pop.Sem Religião		Não respondeu	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1981	7.836.504	6.352.705	81,1	115.398	1,5	253.766	3,2	1.114.615	14,2
1991	8.380.947	6.527.595	77,9	144.008	1,7	225.582	2,7	1.477.762	17,6
2001	8.699.515	7.353.548	84,5	216.158	2,5	342.987	3,9	786.822	9,0
2011	8.989.849	7.281.887	81,0	347.756	3,9	615.332	6,8	744.874	8,3

Fonte: INE

Quadro 31: Percentagem da população das religiões minoritárias cristãs e não cristãs, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011

Anos	Outras religiões		Ortodoxa	Protestante	Outra Cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não Cristã
	N.º	%						
1981	115.398	100,0	2,2	33,9	52,0	4,8	3,8	3,4
1991	149.850	100,0	7,6	24,6	53,0	2,3	6,1	6,3
2001	216.158	100,0	8,1	22,3	56,8	0,8	5,6	6,4
2011	347.756	100,0	16,3	21,7	47,0	0,9	5,9	8,2

Fonte: INE

Os grupos religiosos minoritários representavam em 1981 apenas 1,5% da população portuguesa, sendo que, no último período censitário, este grupo duplica em termos absolutos e percentuais. Só no período compreendido entre 2001 e 2011 o número de crentes de outros grupos cristãos e não cristãos passa de cerca de 216 mil para 347 mil fiéis, traduzindo-se num aumento de mais de 60,9%. Significa que, de forma progressiva, o universo religioso português se tornou mais diversificado e, conforme aferimos do quadro seguinte, o pluralismo religioso estendeu-se a todas as regiões portuguesas (quadro 30, 31 e 32).

Quadro 32: Percentagens e variação dos outros grupos religiosos, regiões portuguesas, 1981, 1991, 2001 e 2011

Zona Geográfica	Outros grupos religiosos				Variação Outros grupos religiosos		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	1,5	1,8	2,5	3,9	21,2	50,5	60,9
Continente	1,5	1,9	2,5	4,0	21,8	50,3	60,7
Norte	1,1	1,3	1,6	2,2	19,7	37,9	39,2
Centro	0,9	1,3	1,8	2,9	31,4	55,0	60,9
Lisboa	2,7	3,2	4,3	6,5	18,8	48,9	58,7
Alentejo	1,3	1,5	2,0	3,6	5,0	38,6	77,0
Algarve	1,4	2,4	4,6	9,2	75,8	129,4	127,4
RA Açores	0,8	0,9	1,2	1,8	9,2	45,8	59,4
RA Madeira	0,9	0,8	1,4	2,2	-6,6	78,3	77,4

Fonte: INE

Em 2011, 3,9% da população portuguesa pertencia a grupos religiosos minoritários, sendo importante assinalar a elevada percentagem nas regiões do Algarve e de Lisboa, onde a diversidade de culturas e de etnias é um fator determinante para a diversidade religiosa da população residente. Em Lisboa, 6,5% da população residente pertence a outros grupos religiosos e, no Algarve, as religiões minoritárias ascendem a 9,2% do total da população algarvia. Na atualidade, estas duas regiões distanciam-se do restante contexto nacional, em particular das Regiões Autónomas, que, em 1981 e 1991, não chegavam a atingir 1% de população. Em 2011, os Açores, com uma percentagem de 1,8% são a região portuguesa que apresenta a menor diversidade de identidades religiosas, ficando muito aquém da média nacional. Mesmo a Região Autónoma da Madeira foi-se, de forma progressiva, aproximando das restantes regiões do continente, contrariando o isolamento e a situação periférica característica das Regiões Autónomas portuguesas.

Numa leitura concelhia, aferimos que, em 2011, foram os concelhos pertencentes à região do Algarve como Lagos, Albufeira, Portimão, São Brás de Alportel, Loulé, Aljezur, Silves, Olhão e Faro, que apresentaram as maiores percentagens de população de crentes noutros grupos religiosos. Todos estes concelhos exibiam percentagens entre os 8% e os 12%. Com valores também significativos, destacam-se os concelhos da região de Lisboa, como Odivelas, Loures, Sintra, Amadora, Montijo, Seixal e Almada. Os concelhos do Alentejo de Benavente, de Sines e de Azambuja encontram-se próximos da realidade descrita para os concelhos algarvios e da Área Metropolitana de Lisboa, evidenciando alguma influência que estas regiões possam exercer na estrutura social e cultural do Alentejo(figura 80).

Numa situação oposta, encontram-se grande parte dos concelhos da região Norte, como Paredes de Coura, Celorico de Basto, Penedono, Vieira do Minho, Baião, Mesão Frio e Resende, mas também alguns concelhos dos Açores, como Vila Franca do Campo, Nordeste e Calheta, com percentagens de população pertencente aos grupos religiosos minoritários que não ultrapassam os 0,4%. Nestas zonas geográficas, a diversidade religiosa não é ainda uma característica a considerar aquando da definição da identidade cultural da população residente.

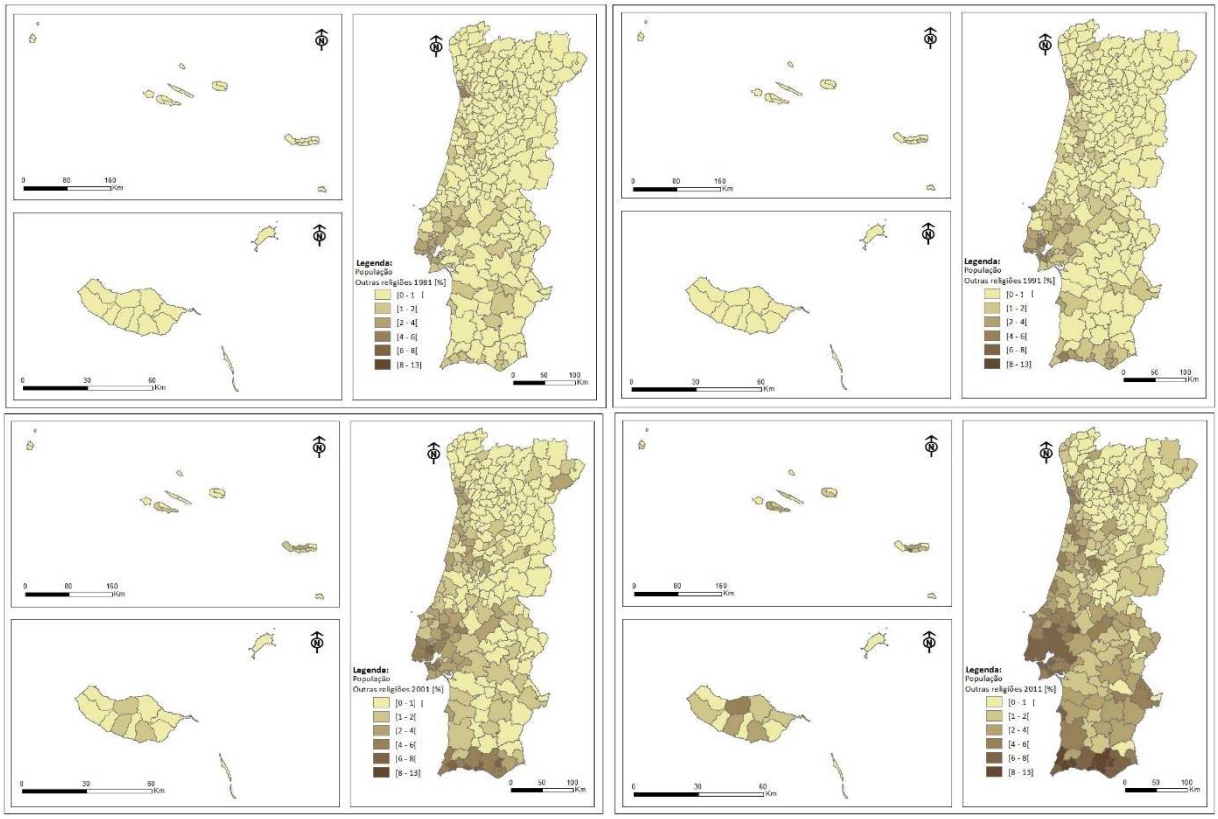


Figura 80: Percentagem de população de outras religiões cristãs e não cristãs, por concelho, 1981, 1991, 2001, 2001
Fonte: INE

Em termos evolutivos, o Algarve registou, entre 2001 e 2011, um acréscimo na ordem dos 127,4%, sendo que, no período anterior, entre 1991 e 2001, o acréscimo foi também muito elevado, na ordem dos 129,4%, valores muito superiores à média nacional. Também importa destacar a região do Alentejo pois, embora em termos absolutos contenha uma realidade diferente, esta região tem evidenciado, em termos percentuais, um acréscimo muito significativo e, em especial, na última década censitária. Isto significa que, entre 1981 e 1991, foi a região com o menor aumento dos grupos religiosos minoritários, situação que se inverte na década seguinte. Com um acréscimo superior a 77,0%, entre 2001 e 2011, foi a segunda região do continente com o maior incremento das minorias religiosas, que representam, atualmente, cerca de 3,6% do total da população residente nesta região (quadro 32).

Destacamos ainda a região Norte do país, que, sendo o berço do catolicismo professante, registou um acréscimo pouco expressivo de população crente de outros grupos religiosos. Com uma variação de apenas 39,2%, entre 2001 e 2011, apresentava um menor peso dos grupos religiosos minoritários (quadro 32).

Ao nível concelhio verificamos que, entre 2001 e 2011, apenas um conjunto restrito de concelhos registou uma diminuição de população inserida nestes grupos, contrariando a tendência nacional. Deste grupo fazem parte os concelhos do interior, em particular da região Norte, como Mougadoro, Alijó e Resende, ou ainda da região Centro, como Vila Nova de Paiva, Oleiros, Manteigas, Almeida e Meda (figura 81).

Os concelhos que, de forma oposta, apresentaram um maior aumento da diversidade religiosa foram os concelhos da região da Madeira, como Ribeira Brava, Calheta, Porto Santo e Porto Moniz, mas também um conjunto de concelhos das regiões do continente Norte, Centro e Alentejo, como Santa Marta de Penaguião, Monforte, Mondim de Basto, Penedono, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Alvaiázere, Batalha, Proença-a-Nova, Marvão, Ferreira do Alentejo e Mourão, com variações que ascendem aos 200% (figura 81).

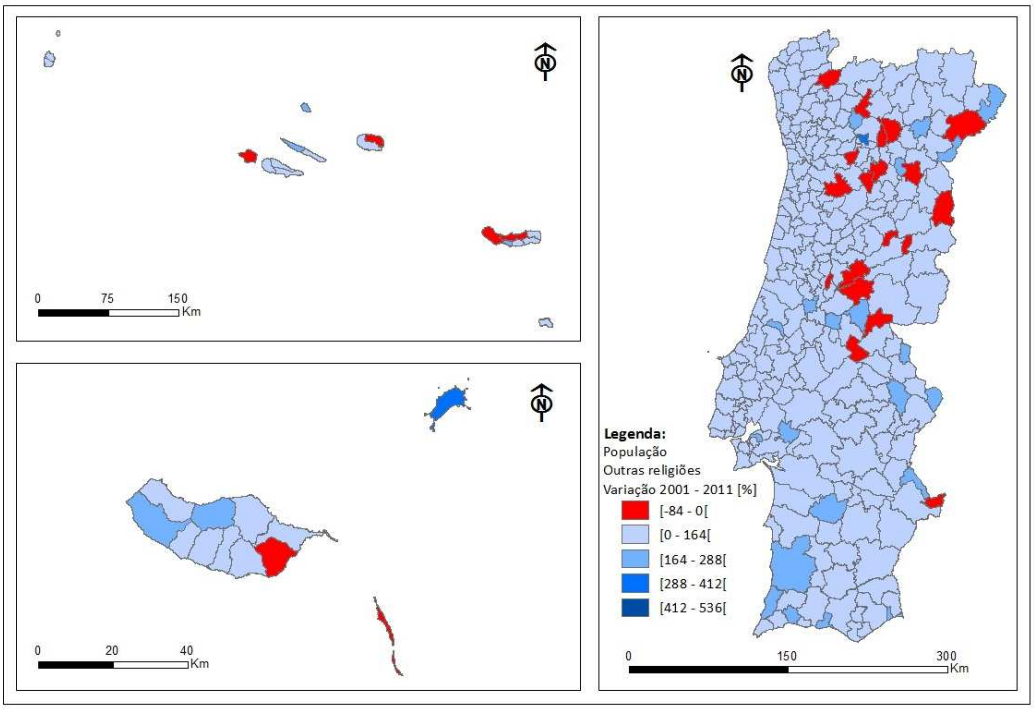


Figura 81: Variação da população de outras religiões cristãs e não cristãs, por concelho, 2001-2011
Fonte: INE

A emergência de outros grupos religiosos reflete a partilha e a comunhão de diferentes identidades que, no caso do nosso país, é também o resultado do aumento da população com nacionalidade estrangeira a residir em Portugal. Apesar da mudança de país de residência, a população estrangeira continua a manter a sua identidade e a prática

religiosa, não fragilizando os laços de pertença à sua religião, enquanto instituição que organiza e estrutura uma determinada comunidade de pertença.

Confirmando a tendência mundial, aferimos que, no nosso país, a religião católica ocupa um lugar cimeiro nas crenças da população estrangeira. Nos censos de 2011, apurámos que, do total de população emigrante, em particular os estrangeiros oriundo de Cabo Verde, França, Espanha, São Tomé e Príncipe, Brasil e Guiné-Bissau, a maior percentagem de população é cristã, onde se inclui a população católica.

A população estrangeira contribuiu, na última década, para o avolumar da população que professa outras religiões, como a ortodoxa e a protestante. Veja-se o caso particular da religião ortodoxa, com cerca de 56.550 mil seguidores no nosso país, sendo que 72,0% são estrangeiros, provenientes da Ucrânia, da Roménia e da República da Moldávia, confirmando, desde modo, o peso que a população estrangeira tem na mudança de perfil da população religiosa no nosso país. Consideramos também que o aumento do número absoluto e relativo da população crente noutros grupos cristãos, como a Igreja Universal do Reino de Deus ou a Igreja Maná, está relacionado com o aumento do fluxo de população estrangeira oriunda do Brasil ou dos PALOP, de onde estes grupos religiosos são originários.

Sobre os grupos não cristãos, destacamos o peso da população emigrante natural da Guiné-Bissau no total da população muçulmana, uma vez que, dos 20.640 crentes muçulmanos, 4.022 têm a nacionalidade guineense.

É de referir apenas que a região do Algarve, a par da região de Lisboa, é a que concentra o maior número de estrangeiros residentes e, neste contexto, é a que evidencia não apenas o aumento da população católica mas também da diversidade da identidade religiosa dos seus residentes.

No relatório de 2011 sobre as "Identidades Religiosas em Portugal", realizado pela Universidade Católica Portuguesa, esta avaliação por regiões é semelhante. Nele se conclui que a região de Lisboa "*apresenta uma mais aprofundada diversidade quanto à pertença ou não-pertença religiosa*" (A. Teixeira, 2012a:4). Este estudo acrescenta uma outra variável geográfica ao concluir que "*a identidade católica é a única em que há uma predominância da tipologia «rural»*" e que "*a população pertencente a outras denominações religiosas é sobretudo urbana e semiurbana*". Igual predominância ocorre na população não-crente ou crente sem religião (A. Teixeira, 2012a:5).

Daqui se conclui que a distribuição diferenciada, no território nacional, das identidades religiosas, está relacionada com a variável "região" e com um conjunto de indicadores que traduzem a urbanidade e o respetivo desenvolvimento social, cultural e económico, onde incluímos, de forma expressiva, a proporção da população estrangeira na estrutura da população residente.

Assim, tendo em conta a caracterização sociogeográfica das regiões portuguesas, concluímos que as regiões de Lisboa e do Algarve se destacam no contexto nacional. Contudo, na última década, também as regiões da Madeira e do Alentejo, se aproximam desta realidade, por apresentarem uma maior diversidade religiosa, reflexo de uma alteração progressiva das mentalidades, a favor de um maior direito à diferença, à liberdade e à diversidade religiosa.

Quadro 33: Percentagem de população crente de outros grupos religiosos cristãos e não cristãos, por região, 2011

Zona Geográfica	Outras Religiões		Ortodoxa	Protestante	Outra Cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não Cristã
	N.º	%	%					
Portugal	347.756	100,0	16,3	21,7	47,0	0,0	5,9	8,2
Continente	339.231	100,0	16,4	21,7	46,8	0,0	6,0	8,2
Norte	68.802	100,0	9,2	16,1	61,8	0,0	3,3	8,6
Centro	57.762	100,0	18,4	23,9	47,5	0,0	2,8	6,4
Lisboa	154.119	100,0	14,4	22,5	43,8	0,0	9,2	9,4
Alentejo	23.342	100,0	22,5	24,8	42,7	0,0	2,4	7,0
Algarve	35.206	100,0	31,9	24,0	32,3	0,0	4,9	6,0
RA Açores	3.604	100,0	6,2	22,8	54,4	0,0	3,8	9,2
RA Madeira	4.921	100,0	13,4	20,7	53,1	0,0	3,4	8,5

Fonte: INE

Quadro 34: Variação dos outros grupos religiosos, Portugal, 2001-2011

Outras Religiões	Variação das Outras Religiões		
	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%		
Ortodoxa	322,8	60,9	257,7
Protestante	-15,8	36,1	75,6
Outra Cristã	26,8	61,3	49,2
Judaica	-38,7	-47,8	87,6
Muçulmana	100,3	38,4	90,7
Outra não Cristã	133,9	52,3	126,5

Fonte: INE

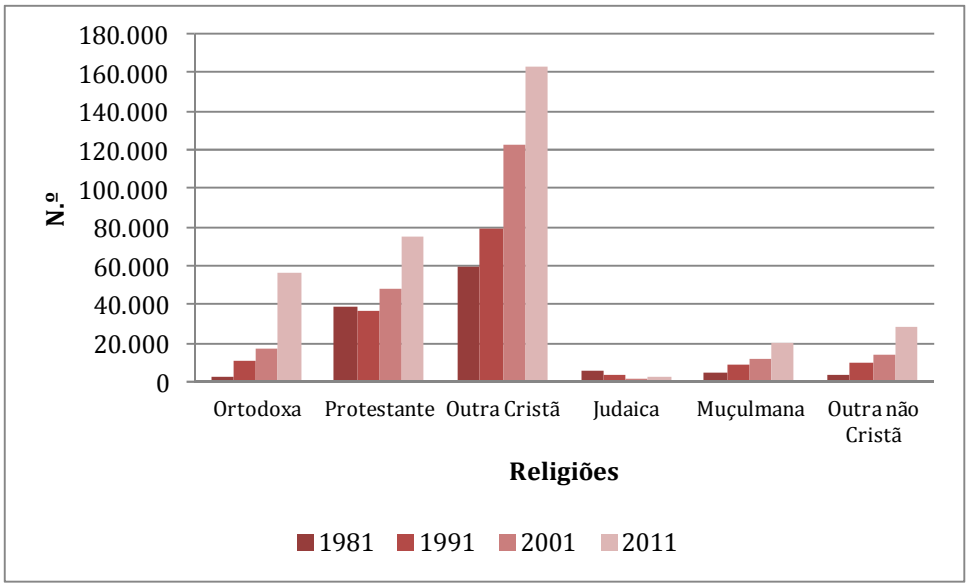


Figura 82: Evolução da população das religiões cristãs e não cristãs, 1981, 1991, 2001 e 2011
Fonte: INE

Conforme aferimos, no ano de 2011, a composição das minorias religiosas em Portugal é marcada pela maior influência dos outros ramos do cristianismo – ortodoxos, protestantes e outros grupos cristãos (cf. quadro 33)[116].

No grupo dos protestantes incluímos, entre outros, os batistas, os anglicanos, os calvinistas, os presbiterianos e os metodistas. Incluímos no grupo dos "outros cristãos" os Testemunhas de Jeová, os Adventistas do Sétimo Dia, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mormons), a Igreja da Unificação (Moons), a Igreja de Cristo Cientista, e, ainda, os grupos pentecostais como a Congregação Cristã em Portugal e a Igreja Evangélica Maranata e os grupos neopentecostais como a Igreja Maná e a Igreja Universal do Reino de Deus.

O grupo população ortodoxa representava, em 2011, e no total das outras religiões, mais de 16,3% da população, tendo sido o grupo religioso que, na última década, registou o maior aumento de fiéis, na ordem dos 257,7%. Conforme já afirmámos anteriormente, este aumento é consequente do aumento da população estrangeira residente no nosso país, com origem, sobretudo, da Ucrânia, da Roménia e da República da Moldávia.

[116] De referir que, uma vez que a classificação do INE não especifica as igrejas ou os movimentos que estão incluídos no grupo dos "protestantes" e no grupo dos "outros cristãos", optámos por incluir nestas determinações os grupos que indicámos. Esta classificação adotada tem em conta a Lista de Grupos Religiosos em Portugal apresentada por Carlos Moreira Azevedo na obra *História Religiosa de Portugal*, vol. III: Religião e Secularização (Azevedo, 2002: 494).

Segue-se o grupo dos protestantes que, também na última representava 21,7% do total das religiões minoritárias.

No entanto, a diversidade das identidades religiosas no nosso país tem sido consolidada a partir das outras religiões cristãs que, em 2011, representavam no contexto das outras religiões, 47,0% da população (quadro 33).

Alguns destes movimento, como os Adventistas do Sétimo Dia e os Testemunhas de Jeová, já estavam enraizados no nosso país desde o início do século XX ou mesmo antes, por terem beneficiado de um processo de legalização e de liberalização em termos políticos e jurídicos e, de forma, consequente, da mudança de mentalidades e da abertura da sociedade portuguesa, tornando mais visíveis perante a opinião pública e científica. A sociedade tornou-se permeável à entrada e à fixação de novas religiões, culminando com a multiplicação de movimentos religiosos, incluindo o acréscimo do número de fiéis e dos lugares de culto, em particular das igrejas neopentacostais de raiz protestante, como a IURD ou a Igreja Maná. Veja-se o caso da IURD, que principia por se localizar num lugar estratégico da cidade de Lisboa[117], em dezembro de 1989, e que, em 2014, possui já 103 igrejas de culto disseminadas por todo o país. Na Área Metropolitana de Lisboa, por exemplo, são oito as igrejas localizadas nas freguesias mais centrais da cidade como em Benfica, em Alvalade ou na Ajuda.

Ao analisar os lugares de culto por área geográfica, constatamos o aumento significativo do número de espaços religiosos, mas também a sua dispersão por todas as áreas geográficas do país. Teresa Líbano Monteiro (2012:118) utiliza um conjunto de fontes documentais e elabora uma síntese do número de locais de culto por confissão religiosa, referente a 2010 (quadro 35).

[117] A primeira igreja de culto da IURD está localizada na Estada da Luz, em Lisboa.

Quadro 35: Número de locais de culto, por região, 2010

Confissões	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
	N.º							
Testemunha de Jeová	19	14	31	4	10	3	3	**84**
Igreja de Maná	5	13	20	7	3		1	**49**
IURD			8					**8**
Igreja Mórmon	15	11	22	2	5	5	4	**64**
Total	**39**	**38**	**81**	**13**	**18**	**8**	**8**	**205**

Fonte: Adaptação de Monteiro, 2012:118

Quadro 36: Número de locais de culto, por região, fevereiro de 2014

Confissões	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
	N.º							
Testemunha de Jeová	146	131	156	59	29	15	17	**553**
Igreja de Maná	11	23	37	17	12		3	**103**
IURD	20	23	51	7	8	2	5	**116**
Igreja Mórmon	12	10	22	4	6	4	3	**61**
Total	**189**	**187**	**266**	**87**	**55**	**21**	**28**	**833**

Fonte: Elaboração própria[118]

Em 2014, com um aumento superior a 300%, destacamos o predomínio destes grupos na região de Lisboa, seguida das regiões do Norte e do Centro de Portugal, sendo menos expressivos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (quadro 36). Na região de Lisboa, por exemplo, apurámos existirem 51 lugares de culto da IURD, 37 da Igreja Maná, 22 da Igreja Mórmon e 156 dos Testemunhas de Jeová. Isto pressupõe que as religiões minoritárias começaram a desenvolver uma estratégia de controlo e de apropriação do território nacional, que começou nos centros urbanos mais populosos e economicamente mais dinâmicos mas que, em quatro anos, se estende aos concelhos limítrofes das grandes cidades portuguesas e aos concelhos do interior, por forma a aumentar o número de fiéis.

Embora com uma proporção diferente, a identidade religiosa dos portugueses é também marcada pelos grupos religiosos não cristãos, como os muçulmanos e os judaicos. O aumento progressivo da comunidade muçulmana no nosso país pode estar associado, nos primeiros anos, ao processo de descolonização, uma vez que implicou a vinda de muitos muçulmanos para Portugal, principalmente da Guiné-Bissau e de Moçambique. Atualmente, este aumento corresponde à tendência mundial de aumento da população muçulmana em particular no continente europeu.

[118] Este levantamento foi feito com base na consulta dos sites de internet de cada grupo religioso em causa. A pesquisa foi elaborada em fevereiro de 2014.

Sobressaem ainda o grupo dos "outros não-cristãos" que representam, entre distintos grupos, os seguidores do hinduísmo e do budismo[119],[120]. Este grupo, apesar de representar apenas 8% no total das outras religiões, foi um dos grupos religiosos que mais aumentou em número de seguidores, mostrando a diversidade e a influência dos movimentos emergentes espirituais.

Estas alterações estruturais na geografia da identidade religiosa dos portugueses são confirmadas no relatório "Identidades Religiosas em Portugal: Representações, valores e práticas - 2011", realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centro de Estudos de Religiões e Cultural, da Universidade Católica Portuguesa e com o patrocínio da CEP[121].

Neste relatório, refere-se que em 2011, 79,5% da população inquirida é católica mas com tendência a diminuir, uma vez que, no ano de 1999, a percentagem era de 86,9%. A mudança da identidade religiosa reflete-se no incremento da percentagem relativa de crentes de outras religiões, em particular dos protestantes, onde se incluem os evangélicos (quadro 37).

Em termos comparativos, e considerando apenas a população crente com religião, os protestantes crescem 1,5 pontos percentuais e passam de 0,3% em 1999 para 2,8% em 2011. Os Testemunhas de Jeová, os outros cristãos e os fiéis de outras religiões não cristãs crescem também neste intervalo de onze anos (quadro 38).

O estudo reflete ainda um crescimento da população sem religião, passando de 8,2% em 1999 e 14,2% em 2011 (quadro 37). A população sem religião inclui as categorias de indiferente, agnóstico, ateu e crente sem religião. Segundo esta fonte, a

[119] Esta classificação, em particular dos "outros cristãos" e dos "outros não cristãos", embora demasiado fixa, permitiu, desde 1981, abrir novas perspetivas sobre a identidade religiosa da população portuguesa, apesar de estar sempre sujeita a erros de auto-identificação por parte dos inquiridos e a uma limitação das opções apresentadas, ignorando, ainda assim, a diversidade de movimentos religiosos disseminados no nosso país.
[120] Relativamente ao número de fiéis dos movimentos religiosos e espirituais em Portugal, sabemos que não existe nenhum anuário estatístico capaz de caracterizar, de forma transversal, as minorias religiosas no nosso país. A ausência de um registo uniforme e a não disponibilização do número de crentes por parte dos diferentes movimentos, impossibilita uma leitura clara e objetiva da evolução e da distribuição geográfica destes grupos religiosos. Existem, no entanto, alguns estudos que referem as estatísticas destes grupos religiosos que não coincidem, apesar de tudo, com as estatísticas oficiais do INE. Helena Vilaça (1999:284) indica que os protestantes e os evangélicos somam cerca de 250 mil aderentes, os membros da Igreja Maná e da IURD, de linha neopentecostal, e os Adventistas de Sétimo Dia, de ser de 500 mil. As Testemunhas de Jeová e os Mórmons somam 100.000 aderentes.
[121] No ano de 2011, não foi feito qualquer recenseamento nacional nas dioceses portuguesas, à semelhança do que aconteceu em 1977, 1991 e 2001, tendo a CEP realizado um estudo por amostragem e apresentado os resultados neste relatório. Neste documento, são ainda utilizados, para efeitos de comparabilidade, os resultados obtidos num outro inquérito realizado, em 1999, por investigadores da Universidade Católica Portuguesa.

população sem religião reúne identidades crentes de caráter mais difuso, mas também uma periferia, antes católica, cujos laços de pertença eram muito ténues. As razões que justificam este distanciamento em relação à religião centram-se na autonomia, na convicção ou no desinteresse da sociedade portuguesa pelas questões religiosas ou espirituais.

Quadro 37: Categorias de posição religiosa, 1999 e 2011

Categorias de posição religiosa	**1999**	**2011**
	%	
Católico	86,9	79,5
Outra religião	2,7	5,7
Sem religião	8,2	14,2
Ns/Nr	2,2	0,6
Total	100,0	100,0

Fonte: UCP/CEP

Quadro 38: Percentagem de crentes com religião, 1999 e 2011

Crentes com Religião	**1999**	**2011**
	%	
Católicos	97,0	93,3
Protestantes/Evangélicos	0,3	2,8
Testemunhas de Jeová	1,0	1,5
Outros Cristãs	1,5	1,6
Pertencentes a religiões não cristãs	0,2	0,8

Fonte: UCP/CEP

O aumento da população sem religião ou dos chamados ateus e agnósticos é concordante com o atual panorama religioso europeu e até mundial, que mostra que é cada vez mais difícil a ligação das pessoas a grupos religiosos organizados, sendo que os grupos e as igrejas tendem a funcionar mais como uma referência cultural do que como uma experiência de comunhão religiosa vivida (L. Santos, 2000:56). Ou seja, os portugueses passam a usufruir de um tipo de religião "*à la carte*" em substituição do "*menu*" oferecido pelas igrejas oficiais, com destaque para a Igreja Católica onde tudo parece estruturado numa hierarquia já muito enraizada no quotidiano dos portugueses (cf. Jagodzinski e Dobbelaere, 1995:81 e 115 *apud* Vilaça, 1997:43).

De facto, também segundo o INE, entre 2001 e 2011, a população sem religião aumenta de forma expressiva, passando de 342 mil para mais de 615 mil portugueses. Ou seja, no último período censitário, a população sem religião cresce cerca de 79,4%, com

particular destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com variações na ordem dos 253,2% e 186,0%, respetivamente. No continente, as regiões que evidenciaram semelhante comportamento são o Norte, o Centro e o Algarve, com variações também superiores a 100% (figura 84).

No entanto, em termos percentuais, importa referir que o Algarve e Lisboa são as regiões portuguesas com uma maior proporção de ateus ou agnósticos. Na região de Lisboa, por exemplo, 12,5% da população residente não tem religião, um valor muito acima do valor de referência nacional (6,8%). Com percentagens superiores a 12% encontram-se os concelhos do Barreiro, de Almada, da Moita, de Palmela, de Lisboa, de Setúbal, de Oeiras, do Montijo e do Seixal. Ao nível concelhio, destacamos também os concelhos da região do Alentejo, como Grândola, Sines, Aljustrel, Castro Verde, Alpiarça e Vila do Bispo, com percentagens que ascendem aos 16%, que comprovam, mais uma vez, a particularidade do contexto e das tradições inerentes à identidade religiosa da população alentejana (figura 83).

Quadro 39: Percentagens e variação da população sem religião, por região, 1981, 1991, 2001 e 2011

Zona Geográfica	Pop. Sem religião				Variação Pop. Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	3,2	2,7	3,9	6,8	-11,1	52,0	79,4
Continente	3,4	2,8	4,1	7,1	-11,2	51,7	78,1
Norte	0,9	0,9	1,6	3,6	9,7	92,0	124,6
Centro	1,2	1,0	2,1	4,5	-38,9	198,8	114,4
Lisboa	7,4	5,1	8,2	12,5	-1,2	26,3	60,9
Alentejo	7,2	5,7	6,4	9,5	-45,1	57,9	46,5
Algarve	2,9	3,5	5,9	10,9	30,0	93,6	111,8
RA Açores	0,4	0,4	0,9	2,4	21,6	103,0	186,0
RA Madeira	0,4	0,4	0,8	2,5	2,4	93,9	253,2

Fonte: INE

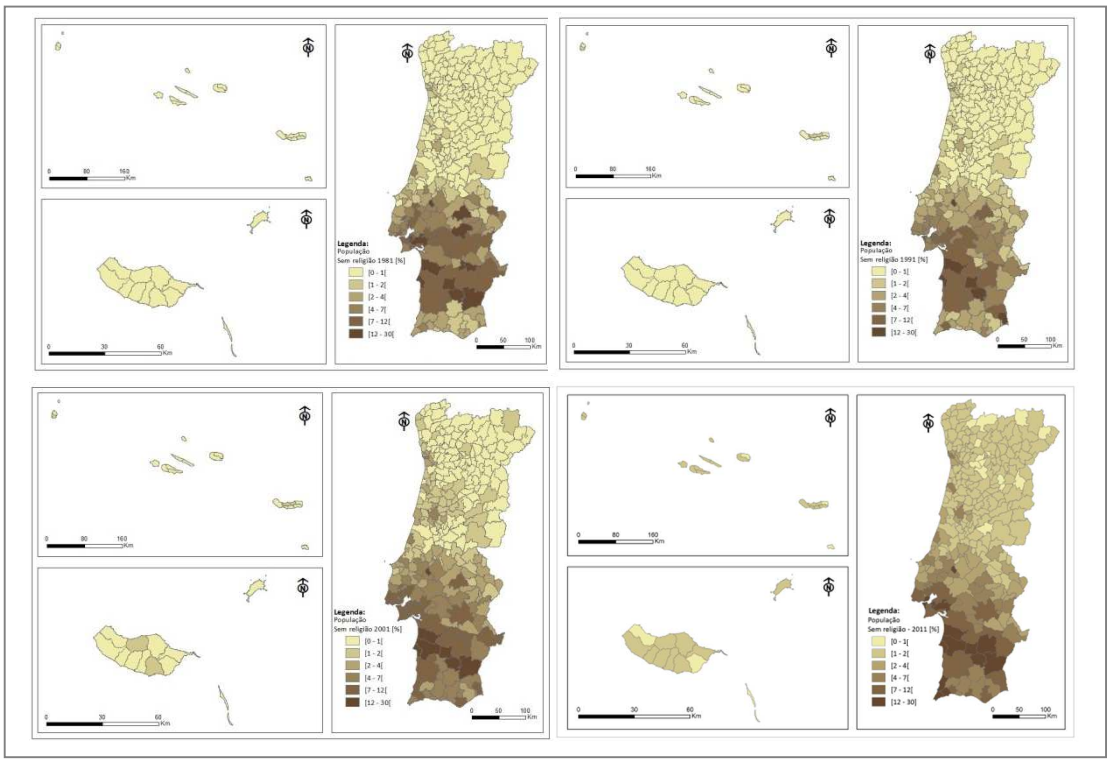


Figura 83: Percentagem de população sem religião, por concelho, 1981, 1991, 2011, 2001, 2011

Fonte: INE

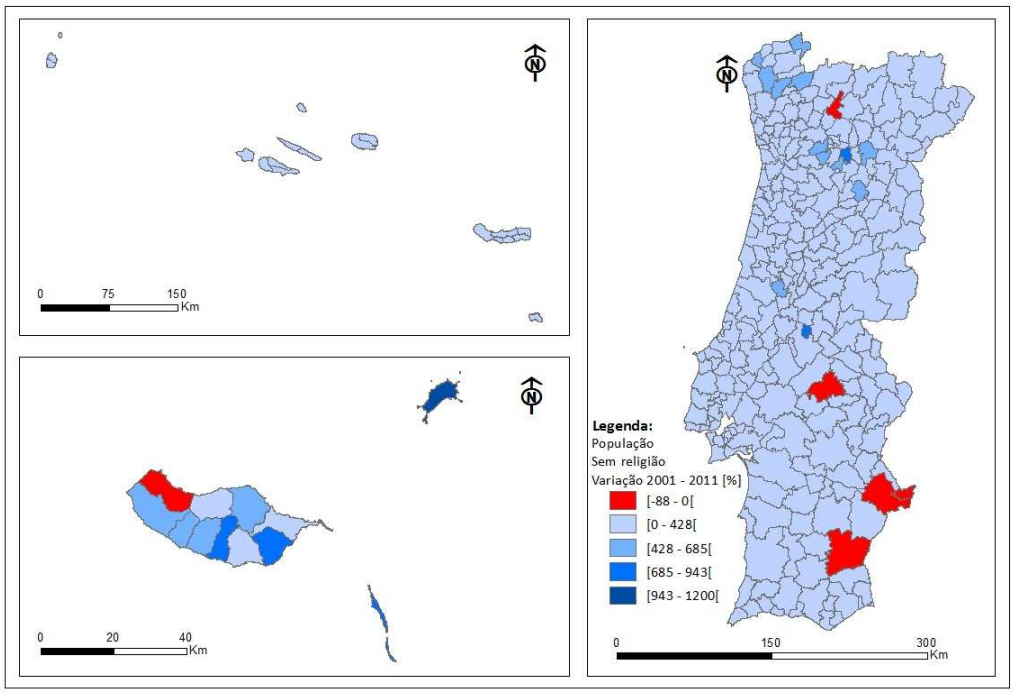


Figura 84: Variação da população sem religião, por concelho, 2001-2011

Fonte: INE

Quadro 40: Percentagens e variação da população sem religião, por região, 1981, 1991, 2001 e 2011

Zona Geográfica	População que Não Respondeu				Variação População que Não Respondeu		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	14,2	17,6	9,0	8,3	32,6	-46,8	-5,3
Continente	14,7	18,1	9,2	8,5	31,7	-47,0	-5,2
Norte	8,2	11,0	5,8	5,7	37,4	-40,2	0,5
Centro	11,1	14,3	6,9	7,2	25,6	-47,5	5,7
Lisboa	19,7	22,4	13,8	12,1	17,3	-32,3	-7,7
Alentejo	30,7	25,4	13,4	10,6	-21,5	-45,5	-22,5
Algarve	25,6	24,2	14,2	11,3	-1,6	-29,5	-9,6
RA Açores	4,4	5,7	3,8	4,6	22,2	-26,1	28,4
RA Madeira	4,7	11,9	6,9	4,4	153,3	-40,2	-28,4

Fonte: INE

Devemos ainda referir que, apesar de uma descida acentuada a partir de 1991, o número de população que não respondeu à questão da religião tem ainda um peso significativo, representando, no ano de 2011, mais de 8% do total da população portuguesa (quadro 40). Apesar de se tratar de uma questão opcional, entendemos que a religião é, para muitos inquiridos, um assunto íntimo e privado, à semelhança da questão dos rendimentos ou da sexualidade. A crença religiosa está associada a uma questão existencial de cada um e, de forma progressiva, não se enquadra em valores nem em comportamentos definidos por um único sistema ou por um movimento religioso.

Nestas circunstâncias, voltamos a destacar as regiões de Lisboa e do Alentejo, porventura, com enquadramentos distintos. No caso de Lisboa, todos os concelhos da sub-região da Grande Lisboa e da Península de Setúbal registaram, em 2011, percentagens superiores a 10% e, no caso da região do Alentejo, grande parte dos concelhos atinge percentagens entre os 12% e os 18%[122]. Em ambos os contextos trata-se de valores muito superiores ao valor de referência nacional e que demonstram o distanciamento da população dos valores e dos comportamentos religiosos, bem como a persistência de um individualismo latente.

Da análise geográfica da evolução e da distribuição da população inserida nos grupos religiosos minoritários, da população sem religião e ainda da população que não tem uma posição relativa às questões religiosas, constatamos existirem discrepâncias

[122] Para análise complementar deve ser consultado os anexo IV, em particular as figuras IV.4, IV.5 e IV.6.

regionais em todo o território nacional, que, muitas vezes, estão alicerçadas nas dicotomias territoriais do nosso país, entre rural e urbano e entre litoral e interior.

Assim, verificamos que os concelhos urbanos são os que apresentam uma maior percentagem de população inserida noutras religiões ou sem religião. Isto porque a sua distribuição reflete uma maior concentração nos pólos de desenvolvimento e de dinamismo económico e cultural. São concelhos com maior percentagem de população estrangeira, onde se registam as maiores mobilidades de população residente. São também áreas mais secularizadas e, por isso mesmo, mais permeáveis e recetivas à diferença. No entanto, a questão da população sem religião está, no caso português, associada a um legado histórico-político que condicionou a fidelização à Igreja Católica e até, de forma empírica, a uma atitude contra qualquer tipo de fidelização religiosa. Isto acontece no caso particular da população alentejana localizada em concelhos com uma maior proporção de ateus ou agnósticos.

Em síntese, para compreendermos a reconfiguração do campo religioso português é necessário considerar e contextualizar as diferentes dinâmicas sociais que ocorreram no nosso país entre os séculos XX e XXI.

A transição do modelo demográfico e as mudanças na estrutura territorial, onde incluímos o processo de urbanização e de terciarização da sociedade portuguesa, permitiram que Portugal alcançasse características dos países europeus mais desenvolvidos, em particular no campo dos valores, das mentalidades e dos comportamentos. Embora com disparidades espaciais, a melhoria das condições de vida, da prestação dos cuidados de saúde e da assistência social, a alteração do modelo familiar e dos estilos de vida, o envelhecimento da população, o aumento do protagonismo feminino em muitos contextos sociais, em particular os profissionais, académicos e científicos, a diversificação dos fluxos migratórios, incluindo o incremento da população estrangeira a residir no país mas também o recente aumento do número de imigrantes, a difusão dos meios de comunicação e a importância crescente dos *media* na relação entre as pessoas, em particular do acesso à internet, são alguns dos motores da mudança social e demográfica no nosso país. Também em termos jurídicos e políticos a reestruturação democrática dos quadros políticos, a assinatura da Concordata e a publicação da Lei da

Liberdade Religiosa[123] são algumas das mudanças que possibilitaram a difusão das minorias religiosas em Portugal e a integração dos portugueses num espaço mais vasto de partilha e de aceitação de outras experiências religiosas.

Estes cenários revelam uma sociedade portuguesa pós-moderna, crítica face aos problemas existentes, que na atualidade vão desde a crise económica, à precariedade do sistema social, ao desemprego ou à instabilidade profissional e ao aumento das situações de exclusão social. A sociedade portuguesa está consciente de que a religião deixou de ser exclusiva no modo de interpretar a realidade. Abandona uma visão tradicional da religião, sendo que a Igreja Católica deixou de ser a única a interpretar o sagrado e a enriquecer o campo espiritual dos portugueses. A individualização e a privatização, por um lado, e a secularização e a laicização, por outro, revelam a progressiva quebra dos laços entre os indivíduos e a religião e são causa e consequência de uma sociedade mais livre na forma de pensar e de agir e mais aberta ao "outro". Numa visão genérica, a sociedade portuguesa já não se circunscreve a uma "*estrutura cerrada, legitimada pela tradição, estática nas suas crenças, unificada numa consciência comum*" (Pais *et al*, 2001:14).

No nosso país conjugam-se dois cenários. De um lado, persiste, em determinados quadrantes da sociedade portuguesa, em particular os idosos, as mulheres, os estratos mais pobres e menos instruídos, concentrados na maioria dos meios rurais e nas regiões dos Açores, do Norte e do Centro do país, uma religiosidade católica tradicional muito vincada (Pais *et al*, 2001). Do outro lado, há uma sociedade que se situa na vanguarda dos comportamentos e dos valores pós-modernos, a favor da diversidade e do pluralismo religioso, em especial concentrada nos eixos urbano-industriais mais dinâmicos do país.

Ou seja, de um lado encontram-se grande parte dos concelhos da Região Autónoma dos Açores e, no continente, um vasto conjunto de concelhos do interior ou fronteiriços, pertencentes às sub-regiões do Tâmega, do Douro, do Alto Trás-os-Montes, da Beira

[123] Consideramos que o aumento das minorias religiosas está relacionada com a Lei da Liberdade Religiosa, publicada em 2001, e a assinatura da nova Concordata assinada entre o Estado Português e a Santa Sé, em 2004. Estes momentos políticos, jurídicos e institucionais representam a separação entre o Estado e as Confissões Religiosas, a definição de um Estado não-confessional, que não adota uma religião oficial e não se pronuncia sobre questões religiosas, não programa a educação ou a cultura segundo diretrizes confessionais. Para os grupos religiosos estabelecidos em Portugal há mais de 30 anos ou para os outros grupos reconhecidos internacionalmente há mais de 60 anos, a Lei da Liberdade Religiosa atribuiu os mesmos benefícios que foram concedidos à Igreja Católica, tais como, entre outros, o reconhecimento do casamento e de outros ritos. Foi também permitido que cada religião negociasse o seu próprio acordo com o Governo. A partir desta lei, foi ainda criada, dentro do Ministério da Justiça, uma comissão consultiva independente para monitorizar a sua implementação, comissão essa que se mantém até aos nossos dias.
Ora, havendo um enquadramento jurídico para grande parte dos grupos minoritários, o início do século XXI foi marcado pela crescente diversidade do campo religioso.

Interior Norte, da Serra da Estrela, do Pinhal Interior Sul, do Alto Alentejo e, ainda, alguns concelhos do interior da Serra Algarvia, que formam uma mancha geográfica onde persiste a hegemonia da Igreja Católica e a inexistência de um universo religioso diversificado. Do lado oposto, colocamos os concelhos densamente povoados do litoral, em particular os que estão inseridos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto ou então os que estão próximos destas zonas geográficas, como os concelhos das sub-regiões do Oeste, do Médio Tejo e do Alentejo Litoral. Também alguns concelhos do Algarve, junto à linha de costa, fazem parte da imagem de um país economicamente dinâmico, polarizador de recursos humanos e de atividades do setor terciário e na vanguarda das identidades religiosas, diversificadas e híbridas.

A mudança no campo da identidade religiosa dos portugueses, acontece, de forma paralela, com abertura e aceitação da diferença mas também com a individualização, a autonomia e a emancipação da sociedade portuguesa, abrindo caminho para uma nova forma de pensar a religião e de enquadrar, no contexto nacional, um número alargado de movimentos religiosos cristãos e não cristãos. Os efeitos da desclericalização ou secularização conduziram à não uniformização confessional e à heterogeneidade das práticas e das vivências religiosas e espirituais da população portuguesa e, embora com valores menos expressivos que a população católica, começam a moldar a imagem de um Portugal tradicional.

Acontece que não há uma harmonização dos comportamentos e das atitudes e, nesta medida, a questão da religião católica, apesar de continuar a ter peso histórico na sociedade portuguesa, é acompanhada de outras forças que orientam o modo de ser e de estar dos portugueses. Isto significa que, mesmo que a população se assuma como católica, há algum desfasamento quanto à prática religiosa e quanto à sua postura relativamente a questões sociais, sexuais ou bioéticas. No ano de 2007, foi realizado em Portugal um segundo referendo relativo à interrupção voluntária da gravidez, tendo sido autorizada, nesta data, até às 10 semanas de gestação, independentemente dos motivos. Mais tarde, em 2010, entrou em vigor a lei que autoriza o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, sendo que Portugal se torna no oitavo país do mundo a realizar em todo o território nacional este tipo de união. Também entre 2013 e 2014 esteve em discussão, no parlamento português, o projeto de lei sobre a co-adoção por casais do mesmo sexo, casados ou em união de facto, tendo sido chumbado na especialidade e, por isso mesmo, nem sequer chegou à votação final global. Estes são alguns dos momentos que marcam,

de forma decisiva, o enfraquecimento da ideologia católica na definição dos valores éticos e morais da sociedade portuguesa.

Superou-se, de forma progressiva, a dependência religiosa na Igreja Católica, alterando a visão tradicional de que a identidade portuguesa é apenas composta por um grupo religioso maioritário que, durante muitos anos da história do país, foi o suporte da hegemonia política e uma forma de integração sociopolítica. Em Portugal, está em curso a reconstrução da identidade religiosa que, no nosso entender, começou com a separação de poderes entre a Igreja e o Estado Português e com a conquista, por parte dos grupos minoritários, de um enquadramento jurídico mais definido e igualitário.

IV CAPÍTULO

A territorialidade religiosa da população católica praticante de Coimbra – Estudo de caso

4.1. Análise da evolução e da distribuição da população católica no concelho de Coimbra

No presente capítulo, estudamos a geografia da religião da população portuguesa, tendo como estudo de caso a população católica praticante da diocese de Coimbra.

Depois de averiguarmos o número, a evolução e a distribuição da população católica residente no nosso país, bem como os fatores que estão implícitos na sua diferenciação territorial, importa agora analisar os espaços e a rede de lugares sagrados inerentes à prática e às experiências religiosas. São duas leituras que, em conjunto, permitem analisar a territorialidade da população católica residente no nosso país.

Conforme confirmámos nos primeiros capítulos, a identidade religiosa dos crentes é também geográfica. Estes expressam a sua fé na forma como se movimentam e usam os diferentes lugares sagrados e ainda como os constroem ou representam, sejam eles materiais ou imateriais, próximos ou distantes geograficamente. Com estes lugares têm uma relação próxima, afetiva e densa, criando laços fortes, por via da sacralidade e das demais características que interferem e condicionam a relação entre as pessoas e os territórios (topofilia). Os lugares sagrados podem estar associados a um ritual ou a um episódio que os crentes tenham aí vivenciado, assim como podem também representar um símbolo de um grupo ou movimento religioso, ou ainda estar associados à vida de uma personalidade bíblica, santa ou religiosa. O consumo quotidiano ou a visita a estes lugares implica movimentos, fluxos, direções e a apropriação diferenciada do território.

A religião permite uma outra análise das questões espaciais, em particular da interpretação da territorialidade dos crentes. Isto porque identifica os lugares sagrados de cada grupo religioso universal ou minoritário, os territórios de pertença de cada crente, a rede dos lugares sagrados que densificam e sustentam a prática religiosa ou a fé de cada um. A religião, as experiências e as práticas religiosas acontecem no espaço, criando uma outra geografia, mais íntima e intimista, que faz parte da própria identidade cultural da sociedade portuguesa.

Dando continuidade ao estudo iniciado no capítulo anterior, procuramos analisar, numa primeira abordagem, a evolução numérica e a distribuição da população católica residente no concelho de Coimbra, com particular destaque para a sua distribuição nas

31 freguesias que pertencem ao concelho[124]. Comparamos estes valores com a análise da população praticante da diocese de Coimbra cujo levantamento é da responsabilidade da CEP. Incluímos também neste estudo concelhio a análise geográfica de algumas variáveis sociodemográficas de modo a compreendermos, de forma mais abrangente, as dinâmicas, os movimentos, a difusão e o comportamento da população católica residente em Coimbra.

Numa segunda abordagem, procedemos à análise do inquérito efetuado nas sete igrejas em estudo, de forma a compreendermos a territorialidade da população inquirida.

A interpretação geográfica desta cidade completa-se através da sua vertente religiosa, que inclui a identificação dos lugares de pertença dos fiéis inquiridos. Estes lugares estão localizados dentro ou fora do seu espaço vivido quotidiano e, neste contexto, localizam-se na cidade onde a população reside ou trabalha. Podem ainda estar localizados em todo o território nacional ou mesmo num espaço mais vasto e distante. Consideramos que a territorialidade dos crentes é composta por múltiplos lugares (multiterritorialidade) que vão definindo a própria identidade religiosa e densificando, ao longo do seu percurso vivencial, a sua rede de lugares de pertença. Existem diferentes intensidades na relação de pertença e na intimidade emocional entre os lugares sagrados e os crentes, sendo que cada lugar contribuiu de forma ímpar e distinta para a consolidação do percurso religioso e para a identidade religiosa ou fé de cada um. É nesta mistura de diferentes escalas de análise (multiescalaridade), onde se incluem os diferentes lugares e experiências religiosas, que a geografia de Coimbra se completa e a territorialidade dos crentes se define.

[124] À data de 2014, a Reforma Administrativa Oficial de Portugal (2013) definiu apenas 10 freguesias para o concelho de Coimbra: União das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzil;, União das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas; Santo António dos Olivais; Torres do Mondego; União das freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades; União das freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu;, União das freguesias de Assafarge e Antanhol, Ceira; União das freguesias de Eiras e São Paulo de Frades e União das freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela. Em 2011, data do último recenseamento e período de referência dos dados que analisamos neste trabalho, as freguesias eram 31 e tinham a designação que aqui apresentamos.

No início da década de 80 o concelho de Coimbra, integrado na sub-região do Baixo Mondego, destaca-se no contexto da Região Centro de Portugal por apresentar o número mais elevado de população católica. Segundo o INE, em 1981, residiam neste concelho cerca de 91 mil crentes do catolicismo correspondendo, em termos relativos, a 81,4% da população do concelho (quadro 41).

Tendo presente o quadro seguinte, a nível nacional a percentagem de população católica situava-se também na ordem dos 81,1%; no entanto, fica abaixo do valor regional de 86,7% e de muitos concelhos da sub-região do Baixo Mondego, onde Coimbra se insere, como Penacova (92,8%) ou Condeixa-a-Nova (90,9%)[125].

Quadro 41: Percentagem de população católica, Portugal, região Centro, Baixo Mondego e Coimbra, 1981-2011

Zona Geográfica	População Católica			
	1981	1991	2001	2011
	%			
Portugal	81,1	77,9	84,5	81,0
Região Centro	86,7	83,2	89,2	85,4
Baixo Mondego	81,7	79,3	85,9	82,3
Coimbra	81,4	78,5	82,2	78,1

Fonte: INE

Embora com base em escalas diferentes, a CEP indicou que o número de católicos praticantes da diocese de Coimbra ascendia, em 1977, aos 141 mil indivíduos, número ainda assim superior ao indicado pelo INE. Apesar de este valor depender do número de população residente, sabemos que, em termos absolutos, Coimbra era ultrapassada apenas pelas dioceses do Porto e de Braga, que, desde sempre, apresentaram valores muito superiores ao nível nacional e que ascendem, no primeiro caso, aos 550 mil católicos praticantes e, no segundo, aos 413 mil.

À questão numérica junta-se o peso que Coimbra assume no contexto nacional. Ou seja, também a geografia e a história constroem e reforçam a identidade católica de Coimbra. A cidade destaca-se a nível nacional pelos vários episódios religiosos que aí ocorreram, bem como pelas personalidades que nela viveram, desde a Rainha Santa Isabel, que imortalizou o Milagre das Rosas e que se tornou a padroeira da cidade, até à Irmã Lúcia, que viveu no Carmelo de Santa Teresa e que personifica a aparição de Nossa

[125] Para a análise complementar do ponto 4.1. deverá ser consultado o Anexo XII.

Senhora em Fátima. Coimbra destaca-se também pelo conjunto de lugares sagrados, como, entre outros, a Igreja da Rainha Santa Isabel e o Convento de Santa Clara-a-Velha, ambos associados à Rainha Santa Isabel e à Ordem de Santa Clara, o Panteão Nacional de Santa Cruz, onde se encontram sepultados os dois primeiros reis de Portugal, a Igreja da Sé Nova, antigo colégio da Companhia de Jesus, a Igreja da Sé Velha, um dos edifícios de estilo românico mais importantes do país, o Paço Episcopal da diocese de Coimbra, a Capela de São Miguel, que centraliza o papel da Igreja Católica na construção e na evolução da Universidade de Coimbra, e, ainda, a Igreja de Santo António dos Olivais, que representa a ordem franciscana e Fernando de Bulhões, também conhecido como Santo António de Lisboa ou de Pádua.

A paisagem não-representacional da cidade de Coimbra é marcada por elementos religiosos materiais mas também imateriais. Os edifícios e os monumentos religiosos da cidade sobressaem na paisagem de Coimbra, tanto na margem direita como na margem esquerda do Rio Mondego. O património religioso edificado está associado a um vasto conjunto de celebrações religiosas, procissões, celebrações eucarísticas, rituais e práticas que marcam o calendário religioso da cidade mas também que completam a paisagem imaterial de Coimbra.

No nosso entender, a figura da Rainha Santa Isabel é distinta na cidade de Coimbra. Para além do seu peso histórico, enquanto Isabel de Aragão, rainha de Portugal e esposa de D. Dinis, responsável pela fundação dos Estudos Gerais em Coimbra, associa-se a esta cidade como padroeira, como católica e como membro da ordem das Clarissas. Personagem principal do Milagre ou da Lenda das Rosas, a Rainha Santa Isabel tornou-se ainda mais conhecida pelos seus milagres e pela proteção aos mais pobres.

Na atualidade, a devoção e o culto da imagem e das relíquias da Rainha Santa justificam a realização de uma procissão, realizada de dois em dois anos, que percorre as ruas da cidade desde a Igreja da Rainha Santa Isabel até à Igreja de Santa Cruz. O andor com a imagem da Santa é suportado pelos membros da Confraria da Rainha Santa Isabel. Nesta procissão, que simboliza também a entrada na cidade antiga da imagem da Rainha Santa Isabel, participam o Bispo da diocese e outros membros da igreja, o Presidente do Município, os Irmãos da Confraria, as Irmãs da Rainha Santa, docentes e alunos da Universidade devidamente trajados, membros de bandas filarmónicas, entre outros. A manifestação popular está ainda patente na participação de um número significativo de pessoas, de todas as idades, que vestem os trajes típicos da Rainha, mas também os trajes

de D. Dinis ou até de anjos, simbolizando alguma promessa ou apenas a devoção a esta personalidade. Entendemos que este acontecimento define, de forma indelével, a imagem e a paisagem católica da cidade de Coimbra.

Embora sejam escalas distintas, esta análise imaterial e subjetiva da cidade e a evolução dos valores estatísticos referidos mostram que Coimbra assume uma posição de relevo quando se procura analisar a distribuição da população católica e a influência do catolicismo no território português.

Prosseguimos o nosso estudo focando esta perspetiva geográfica e, sempre que possível, particularizando o desenvolvimento urbano da cidade e a consequente evolução e distribuição diferenciada do número de católicos.

Da leitura do quadro seguinte (quadro 42), aferimos que, em 1981, 81,4% da população residente no concelho era católica, sendo que 18 freguesias ultrapassam este valor concelhio. Em S. João do Campo, S. Silvestre, Taveiro, Almalaguês, S. Martinho de Árvore, Vil de Matos, Assafarge, Ameal, Arzila, Castelo Viegas e Ribeira de Frades, a percentagem de católicos ultrapassa os 90%, mostrando o peso que o catolicismo tem na estrutura e na identidade da população residente. Por oposição, as freguesias de Ceira e de S. Paulo de Frades não atingem os 71% de católicos, sendo, neste ano, as freguesias que apresentam a menor percentagem de católicos do concelho (figura 85).

Quadro 42: Percentagem de população católica e variação, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001 e 2011

Freguesias	População Católica				Variação da Pop. Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001_2011
	%						
Almalaguês	95,2	93,7	96,1	91,1	7,0	-0,8	-13,3
Ameal	93,1	86,9	88,9	84,3	0,7	-3,5	-2,8
Antanhol	89,8	83,2	81,9	79,6	12,7	14,5	1,6
Antuzede	79,3	83,0	90,5	83,2	3,1	23,1	-4,0
Arzila	92,4	90,4	91,0	86,5	-22,7	1,8	-14,1
Assafarge	93,2	90,1	87,8	82,7	9,6	14,8	15,8
Botão	89,9	88,2	89,3	91,8	3,1	5,3	-2,2
Brasfemes	85,9	85,4	87,4	86,5	3,4	13,3	4,5
Castelo Viegas	92,3	71,4	83,1	80,7	1,7	11,4	-6,6
Ceira	67,0	68,9	84,6	84,6	13,5	17,5	-9,1
Cernache	83,7	88,7	87,8	80,5	15,4	4,4	-3,7
Coimbra (Almedina)	78,3	70,4	80,2	71,7	-12,0	-12,0	-44,2
Coimbra (Santa Cruz)	81,3	75,4	81,0	76,3	-25,2	-10,9	-20,8
Coimbra (São Bartolomeu)	77,9	78,6	65,3	69,2	-32,4	-48,5	-21,6
Coimbra (Sé Nova)	78,1	75,3	74,9	70,0	-18,4	-4,5	-23,0
Eiras	83,4	74,8	80,2	74,8	13,5	30,4	-2,8
Lamarosa	75,8	88,4	89,9	86,9	32,7	10,9	-7,8
Ribeira de Frades	90,7	80,1	85,8	86,4	-8,4	13,3	-6,7
Santa Clara	75,5	73,1	80,3	76,7	-8,2	22,3	-1,7
Santo António dos Olivais	79,1	74,1	77,5	72,1	10,0	14,9	-6,8
São João do Campo	96,8	92,9	90,6	89,7	6,9	1,2	-9,2
São Martinho de Árvore	94,7	95,4	89,0	89,0	17,4	-1,7	2,0
São Martinho do Bispo	79,9	75,5	83,2	79,3	1,3	24,8	-2,6
São Paulo de Frades	71,3	74,2	83,2	79,5	35,0	40,1	-4,0
São Silvestre	96,7	88,6	93,1	87,9	1,2	27,0	-3,0
Souselas	77,4	62,5	84,8	86,2	-8,2	35,3	0,9
Taveiro	96,2	86,4	90,6	86,9	-15,3	13,0	-8,0
Torre de Vilela	73,7	91,3	90,1	87,3	65,9	3,1	5,3
Torres do Mondego	84,6	82,3	90,5	84,0	-3,7	4,7	-12,1
Trouxemil	84,5	72,4	86,5	82,3	47,4	19,1	-10,6
Vil de Matos	93,6	80,4	89,1	87,7	-10,0	17,5	5,0
Total Concelho	**81,4**	**77,3**	**82,2**	**78,1**	**1,6**	**13,0**	**-6,8**

Fonte:INE

No ano seguinte, assistimos a um ligeiro aumento da população católica residente no concelho, passando de cerca de 91 mil crentes para 93 mil; porém, em termos relativos, o concelho desce para 77,3% de católicos. Esta tendência de diminuição percentual é estendível a 23 das 31 freguesias do concelho. Castelo Viegas, por exemplo, passa de 92,3%, em 1981, para 71,4%, em 1991, traduzindo-se num decréscimo de mais de 20 pontos percentuais.

Apenas as freguesias de Torre de Vilela, de São Paulo de Frades, de S. Martinho de Árvore, da Lamarosa, de S. Bartolomeu, de Cernache, de Ceira e de Antuzede registaram

uma tendência contrária, acentuando-se o peso do catolicismo nestas áreas geográficas. A freguesia de Torres de Vilela, por exemplo, passa de 73,7% em 1981 para 91,3% em 1991, significando um aumento percentual superior a 17%.

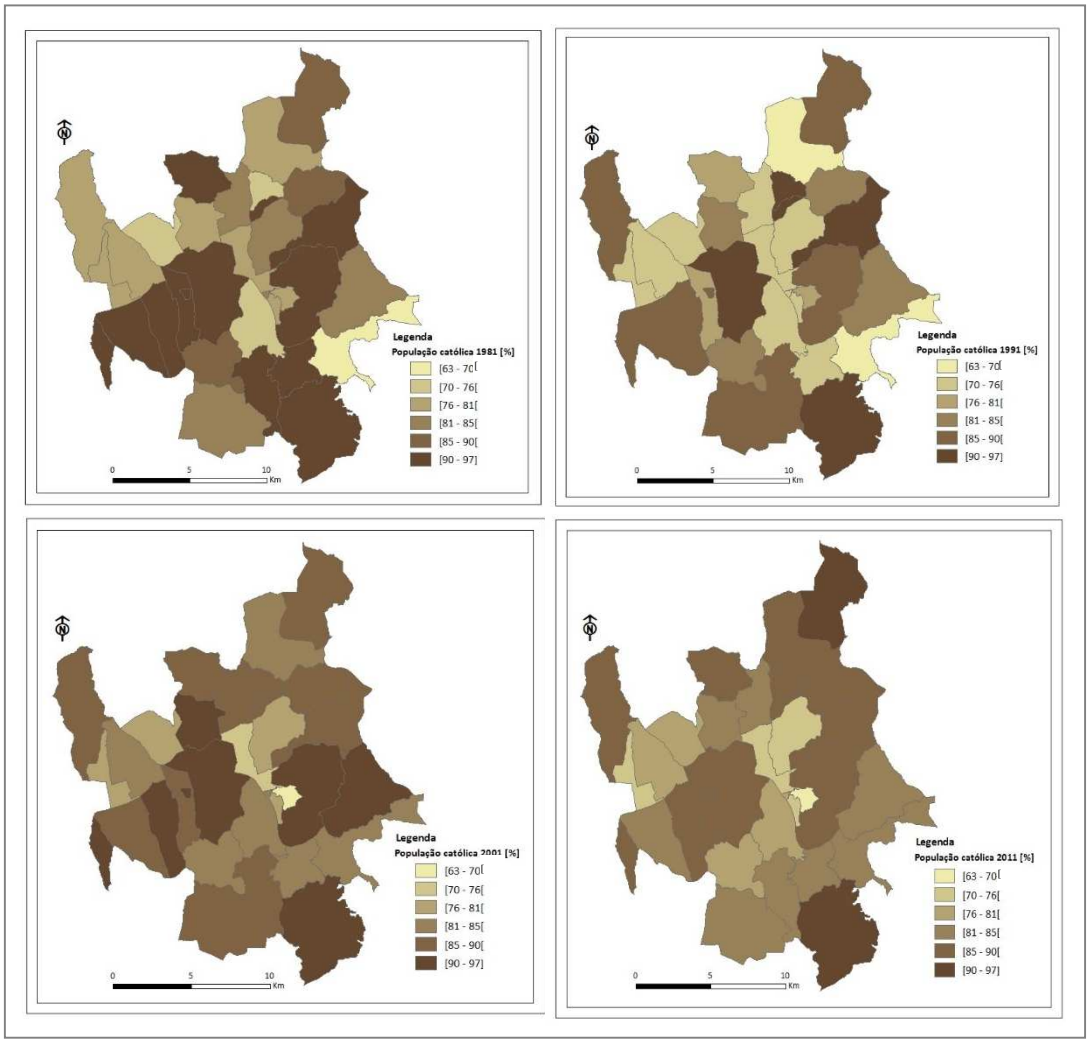


Figura 85: percentagem de população católica, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001, 2011
Fonte: INE

Se analisarmos a variação entre 1981 e 1991 constatamos que, para além de Taveiro e de Arzila, são as freguesias urbanas localizadas no núcleo central urbano, mais antigo e mais consolidado, que registaram uma diminuição acentuada do número de católicos. A freguesia de S. Bartolomeu diminui mais de 32%, Santa Cruz perde mais de 25%, Sé Nova 18% e Almedina 12% (quadro 42 e figura 86).

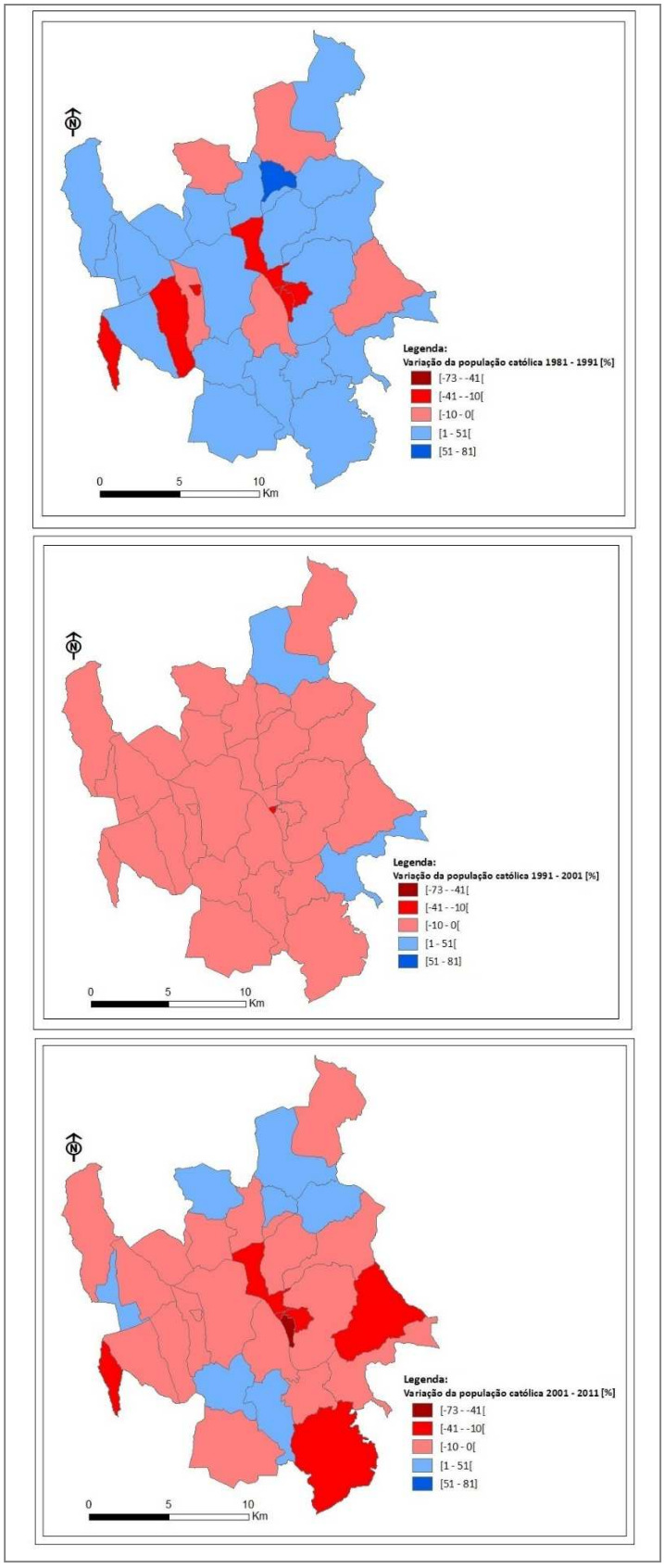


Figura 86: Variação da população católica, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-1991, 1991-2001, 2001-2011
Fonte: INE

Também da leitura do quadro 42 constatamos que, no início do século XX, se mantém a tendência de diminuição da população católica na área central da cidade. No ano de 2001, São Bartolomeu torna-se a freguesia com menor percentagem de católicos, logo seguida das freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais, que não ultrapassam os 75% de população católica residente. Também as freguesias de Santa Cruz e de Almedina ficam abaixo da média concelhia, com 81,0% e 80,2%, respetivamente.

Ponderando a variação do número de católicos entre 1991 e 2001, concluímos que foram estas freguesias urbanas as que registaram uma diminuição mais acentuada.
S. Bartolomeu, por exemplo, registou um decréscimo do número de católicos na ordem dos 48% e a freguesia de Almedina de cerca de 12% (figura 86).

Porém, não obstante este declínio no núcleo urbano, em termos concelhios, Coimbra registou um aumento do número de católicos na ordem dos 12%. Em 2001, residiam no concelho cerca de 105 mil crentes do catolicismo, passando de 77,3% para 82,2% da população residente. Para este aumento percentual contribuíram as freguesias mais afastadas do centro urbano, como S. Paulo de Frades, Souselas, Eiras, S. Silvestre, S. Martinho do Bispo, Antuzede e Santa Clara, que, no caso da primeira freguesia, chega a registar um aumento superior a 40%.

Da leitura do quadro seguinte (quadro 43) aferimos ainda que, no recenseamento dominical da CEP, realizado em 2001, o número de católicos praticantes da diocese de Coimbra é próximo do valor apresentado pelo INE. Da observação do mesmo quadro verificamos que esta entidade indicou o valor de 106 mil católicos praticantes, dos quais 35.918 eram homens (33,7%) e 70.677 eram mulheres (66,3%) (figura 87). Ponderado o peso de cada grupo etário, aferimos também que a população com idade igual ou superior a 55 anos representa 46,1% do total dos católicos praticantes (26,7% correspondente ao grupo etário entre os 55 e os 69 anos e 19,4% correspondente da população com idade igual ou superior a 70 anos) (quadro 43).

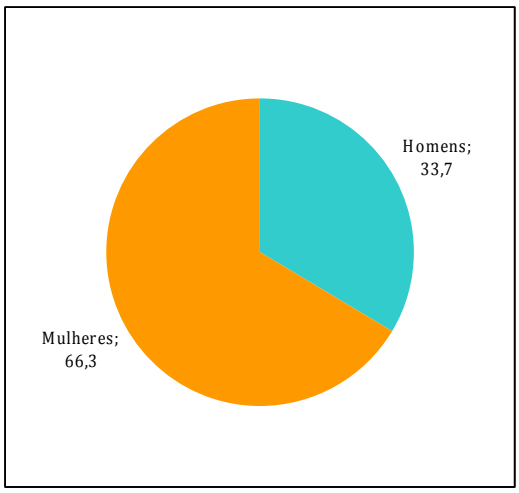


Figura 87: População católica praticante, por sexo, 2001

Fonte: INE

Quadro 43: Sexo e grupos etários da população praticante da diocese de Coimbra, 2001

Grupo Etário	H		M		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
7 - 14	7.841	46,3	9.110	12,9	16.951	15,9
15 - 24	3.887	22,9	6.777	9,6	10.664	10,0
25 - 39	3.203	18,9	8.589	12,2	11.792	11,1
40 - 54	5.081	30,0	13.025	18,4	18.106	17,0
55 - 69	8.969	52,9	19.473	27,6	28.442	26,7
+ 70	6.937	40,9	13.703	19,4	20.640	19,4
Total	**35.918**	**33,7**	**70.677**	**66,3**	**106.595**	**100,0**

Fonte: CEP

Em 2001, a CEP destacou a diocese de Coimbra no contexto nacional, tanto no que diz respeito ao número total de católicos praticantes, como em relação ao número de lugares de culto. No que diz respeito ao número de crentes, Coimbra era superada apenas pelas dioceses do Porto e de Braga, que apresentaram valores que ascendiam aos 250 mil praticantes. Também em relação ao número de lugares de culto, a CEP indicou que existiam na diocese de Coimbra cerca de 568 lugares de culto, valor também superado por estas duas dioceses da Região Norte.

No período seguinte, entre 2001 e 2011, o concelho perde 6,8% da população católica, acompanhando a tendência nacional e regional de diminuição da influência do catolicismo na sociedade portuguesa (quadro 42 e figura 86). Nos últimos Censos, o concelho registou 78,1% de população católica, um dos valores mais diminutos no total da Região Centro.

Na nossa perspetiva, este decréscimo é coincidente com a diminuição da população residente que o concelho registou, entre 2001 e 2011 (quadro 44), bem como da alteração de outros indicadores sociodemográficos. Em muitas das freguesias, a diminuição de residentes ultrapassa os 10%, mantendo-se como uma tendência persistente desde a década de 80. Da leitura do quadro seguinte verificamos que a freguesia de Almedina, por exemplo, perdeu mais de 40% dos seus residentes, a freguesia de S. Bartolomeu 26,8% , a freguesia da Sé Nova 18,7% e a freguesia de Santa Cruz 17,0%.

Este cenário resulta dos efeitos da terciarização do centro urbano e da consequente diminuição do número de residentes na coroa central da cidade de Coimbra, apenas compensada com o reforço sazonal de população estudantil ou de turistas. Aliás, nas décadas de 80 e 90, esta situação é comum em algumas cidades portuguesas onde a perda populacional dos centros urbanos é acompanhada da quebra de dinamismo económico, consequente da estagnação do comércio tradicional, do encerramento de alguns estabelecimentos e da deslocalização de equipamentos coletivos e de serviços com capacidade de atração, para outras freguesias da cidade. Esta situação favorece o crescimento das periferias e dos subúrbios, cada vez mais populosos e, nalgumas situações, fragilizados pela política de ordenamento pouco eficaz, que se reflete na construção caótica e na ausência de ligação funcional ao centro cívico. Encontravam-se nesta situação os bairros da Relvinha e do Loreto, ambos situados na freguesia de Eiras.

Quadro 44: Variação da população residente, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001, 2011 e Densidade Populacional 2011

Freguesias	Variação Pop. residente			Densidade hab./Km2
	1981-1991	1991-2001	2001-2011	
	%			N.º
Almalaguês	-1,5	-2,1	-9,6	137
Ameal	2,5	-4,4	0,2	150
Antanhol	17,1	15,0	4,5	244
Antuzede	-10,4	13,1	0,5	250
Arzila	-25,9	2,4	-10,0	478
Assafarge	8,9	21,5	21,1	268
Botão	-5,5	3,6	-5,6	96
Brasfemes	-4,0	9,0	6,6	191
Castelo Viegas	-1,8	-3,4	-4,3	238
Ceira	5,3	-6,2	-12,0	290
Cernache	4,5	6,1	4,6	207
Coimbra (Almedina)	-16,8	-22,1	-40,6	829
Coimbra (Santa Cruz)	-23,7	-16,7	-17,0	1044
Coimbra (São Bartolomeu)	-35,8	-38,6	-26,8	2850
Coimbra (Sé Nova)	-36,7	-3,6	-18,7	4714
Eiras	17,7	24,8	0,4	1341
Lamarosa	-1,3	10,1	-5,5	128
Ribeira de Frades	-5,7	6,1	-7,8	312
Santa Clara	-13,1	11,9	3,0	1016
Santo António dos Olivais	4,8	10,4	-1,5	2035
São João do Campo	3,1	2,1	-10,2	284
São Martinho de Árvore	6,7	2,6	3,0	317
São Martinho do Bispo	2,7	14,1	-0,7	834
São Paulo de Frades	21,6	24,9	-1,5	390
São Silvestre	0,3	21,5	1,0	255
Souselas	2,4	-0,4	-1,7	207
Taveiro	-10,1	7,3	-5,6	190
Torre de Vilela	23,6	5,6	8,4	280
Torres do Mondego	-6,6	-6,9	-5,8	144
Trouxemil	60,1	1,6	-9,6	347
Vil de Matos	1,1	6,0	12,3	106
Total Concelho	**-3,2**	**6,8**	**-3,4**	**449**

Fonte: INE

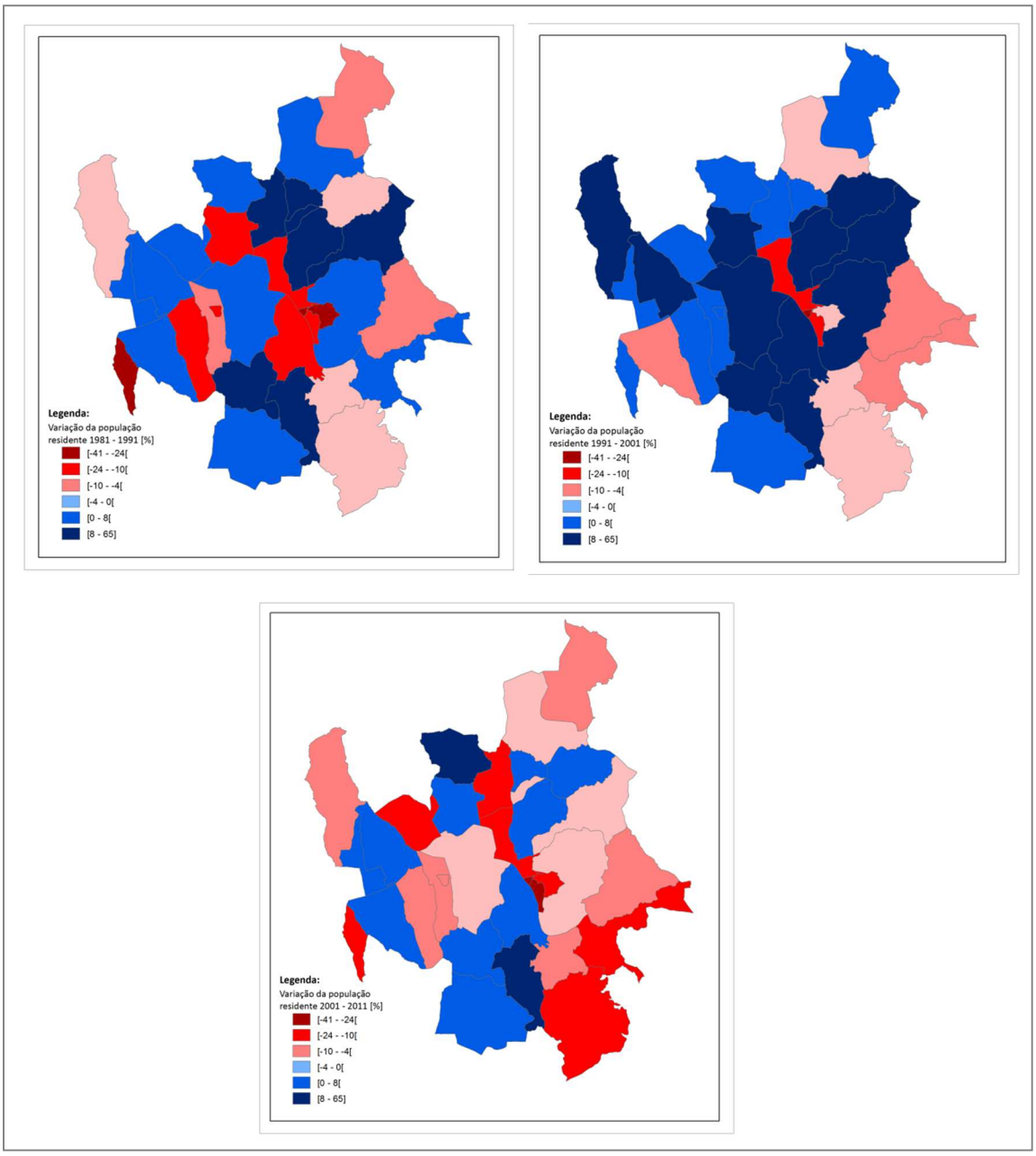


Figura 88: Variação da população residente, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-1991; 1991-2001; 2001-2011
Fonte: INE

Na cidade de Coimbra, depois da consolidação do centro urbano em torno das freguesias de Santa Cruz, de Almedina, de S. Bartolomeu e de Santo António dos Olivais, assistimos a um crescimento concêntrico da cidade. Numa primeira fase, expande-se em direção às freguesias de Santa Clara, de S. Martinho do Bispo e de Santo António dos Olivais, que continuou na vanguarda do aumento populacional e da construção de edifícios até ao início do século XXI. Entre os anos 70 e 80, estas freguesias apresentam um crescimento populacional superior a 25%, sendo uma área de expansão e de atração

de recursos humanos e económicos, beneficiando da expansão do setor terciário e da descentralização da Universidade de Coimbra nos Pólos II e III (quadro 44).

Neste período, também as freguesias de Eiras, de Ceira, de Arzila e de Antanhol cresceram de forma excecional, sendo que a primeira atinge um crescimento de 74,1% e a segunda de 64,3%. A cidade expande-se também em direção às freguesias de Ribeira de Frades, de Taveiro e de Ameal e na direção de Antuzede, de Souselas e de Torre de Vilela.

Na década seguinte, entre 1981 e 1991, as freguesias que evidenciaram o maior crescimento populacional foram Trouxemil, Torre de Vilela e S. Paulo de Frades, formando uma outra coroa de expansão urbana da cidade de Coimbra que, em conjunto com a freguesia de Eiras, reforçam o crescimento populacional concelhio até o ano de 2001 (figura 87).

Em 2011, as freguesias com maior crescimento populacional situam-se numa terceira coroa urbana, como Assafarge, Vil de Matos, Torre de Vilela, Antanhol, Cernache e Brasfemes. Em particular as três primeiras freguesias registaram, na última década censitária, o aumento populacional mais expressivo com 21,1%, 12,3% e 8,4%, respetivamente. Note-se que, no caso dos alojamentos familiares, foi a freguesia de Brasfemes que, no mesmo período, registou o maior aumento, com cerca de 32,2%. Também em Assafarge o número de alojamentos aumenta em 28,4% e em Cernache cerca de 25,1%.

Para além deste crescimento, é importante notar que, nos últimos dez anos, surgiram em Coimbra outras centralidades urbanas, que ultrapassam a questão populacional e habitacional. Muitas destas centralidades estão sustentadas em diferentes dinâmicas económicas, em particular em espaços comerciais que abriram nas freguesias de Taveiro, de Eiras e de Santa Clara. Nas duas primeiras freguesias, abriram, em 2002 e 2003, respetivamente, dois "retails park" de grandes dimensões e, no segundo caso, na freguesia de Santa Clara, no ano de 2006, um centro comercial que exerce uma força centrípeta de população oriunda da cidade mas também de outras freguesias do concelho de Coimbra e até de outros concelhos próximos.

Nestas circunstâncias, a distribuição e a evolução da população residente justifica no início de uma mudança no que diz respeito à distribuição da população católica nas freguesias do concelho de Coimbra. Esta alteração resultou na transformação da sociedade, dos seus comportamentos e da forma de estar em comunidade, refletindo a aproximação aos modelos sociais mais abertos. Este cenário inclui uma progressiva

alteração da geografia das identidades religiosas e do peso da Igreja Católica na estrutura social da população de Coimbra.

Conjugando a evolução da população residente e da população católica, concluímos que, nos primeiros dez anos do século XXI, as freguesias urbanas, mais populosas e densamente povoadas, estão menos associadas ao catolicismo, diminuindo os seus laços de pertença à Igreja Católica a favor da diversificação das identidades e práticas religiosas. Da leitura do quadro 42 verificamos que, em 2011, nas freguesias de Almedina e de S. Bartolomeu, por exemplo, a percentagem de população católica é de 71,7% e de 69,2%, respetivamente. Ambas as freguesias registaram, no período compreendido entre 2001 e 2011, uma variação negativa muito acentuada, que na freguesia de Almedina chega a atingir os 44,2%.

Por outro lado, a percentagem dos grupos religiosos cristãos e não cristãos supera os 5% e a população sem religião atinge no caso de S. Bartolomeu, os 8,2% e, na freguesia de Almedina, os 15,0% (quadros 45 e 46).

Situação menos acentuada registaram as freguesias mais periféricas, rurais e com densidades populacionais muito inferiores, que inverteram também a tendência de crescimento do número de católicos e assistem, agora, a um decréscimo, embora mais ténue. Os grupos religiosos minoritários e a população sem religião começa a ter também alguma expressão numérica. As freguesias do Botão e de Almalaguês, por exemplo, registaram mais de 91% de população católica e menos de 2% de população que pertence a grupos religiosos minoritários e de população sem religião[126].

Daqui se conclui que as condicionantes geográficas e demográficas estão implícitas na diferenciação territorial da distribuição e da evolução da população católica. São apenas duas velocidades diferentes mas que seguem as mesmas tendências e que são comuns à grande maioria dos concelhos portugueses.

É de referir que esta observação tem correspondência com as conclusões da CEP apresentadas, em 2012, no relatório relativo às identidades religiosas em Portugal. Neste documento, é exposto que a "dimensão da localidade", incluindo a caracterização demográfica mais genérica de urbana, semiurbana e rural, tem interferência na geografia das identidades religiosas. No documento é descrito que a identidade católica é a única em tem uma preponderância na tipologia rural e que a população pertencente a outras

[126] Para análise complementar consultar o anexo XII, em particular a figura XX.1.

denominações religiosas é sobretudo semiurbana e urbana. O mesmo acontece com os não crentes ou crentes sem religião que são em maior número em lugares urbanos (A. Teixeira, 2012a:5)[127].

Quadro 45: Percentagem e variação da população crente noutras religiões (Cristãs e Não Cristãs), por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011

Freguesias	População Outras Religiões				Variação Pop. Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Almalaguês	0,3	0,9	0,8	0,7	222,2	-20,7	-17,4
Ameal	0,2	0,6	3,1	2,4	200,0	400,0	-20,0
Antanhol	3,5	4,3	3,8	4,2	48,1	3,9	15,0
Antuzede	1,3	2,3	1,6	3,3	72,7	-21,1	120,0
Arzila	0,4	2,4	3,6	3,7	400,0	53,3	-8,7
Assafarge	0,7	1,1	2,3	3,2	70,0	158,8	68,2
Botão	0,7	1,1	1,0	1,6	66,7	-6,7	57,1
Brasfemes	0,6	0,7	2,1	2,7	25,0	230,0	36,4
Castelo Viegas	1,0	2,2	2,3	2,1	200,0	0,0	-11,1
Ceira	1,1	1,1	1,4	1,9	7,7	26,2	20,8
Cernache	1,7	1,4	2,3	2,6	-10,4	79,1	15,6
Coimbra (Almedina)	2,6	1,8	3,6	5,1	-34,8	56,7	-10,6
Coimbra (Santa Cruz)	2,8	2,5	3,3	4,4	-27,9	11,6	10,9
Coimbra (São Bartolomeu)	2,3	4,0	5,2	5,7	18,6	-19,6	-19,5
Coimbra (Sé Nova)	1,6	1,6	1,9	3,0	-13,0	11,8	28,2
Eiras	2,6	2,7	3,3	4,6	32,3	47,1	46,8
Lamarosa	1,7	2,8	3,1	3,3	84,6	18,8	1,8
Ribeira de Frades	2,7	2,2	1,9	2,9	-13,6	-7,9	40,0
Santa Clara	3,3	3,5	4,2	4,2	-0,4	33,1	2,9
Santo António dos Olivais	1,9	2,3	2,3	3,2	38,6	12,4	36,9
São João do Campo	0,2	1,1	1,7	2,1	425,0	61,9	11,8
São Martinho de Árvore	0,1	0,5	0,6	1,5	300,0	25,0	160,0
São Martinho do Bispo	2,2	2,5	3,1	4,3	21,1	43,6	39,1
São Paulo de Frades	1,5	1,3	2,8	4,4	15,6	171,2	57,4
São Silvestre	0,3	1,0	0,7	1,4	320,0	-14,3	105,6
Souselas	2,2	1,9	2,7	3,6	0,0	41,2	31,9
Taveiro	0,4	1,0	1,2	1,5	142,9	23,5	23,8
Torre de Vilela	0,9	0,9	1,0	2,2	33,3	25,0	130,0
Torres do Mondego	3,0	2,9	2,2	2,7	-6,8	-27,9	18,4
Trouxemil	1,8	1,8	2,7	3,7	76,9	45,7	29,9
Vil de Matos	0,5	0,6	1,3	2,2	33,3	125,0	77,8
Total Concelho	**1,9**	**2,1**	**2,5**	**3,4**	**18,7**	**27,6**	**29,4**

Fonte: INE

[127] Da leitura do quadro 7 do referido relatório constatamos que 44,1% da população católica é rural, 29,3% é semiurbana e 26,7% é urbana (A. Teixeira, 2012a:6). No entanto, da nossa análise constatamos que esta situação tem vindo a ser alterada, no sentido de serem esbatidas as diferenças entre estas tipologias de freguesias.

Quadro 46: Percentagem e variação da população sem religião, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011

Freguesias	População Sem Religião				Variação Pop. Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Almalaguês	0,4	0,3	0,5	2,0	-25,0	66,7	266,7
Ameal	0,8	0,7	0,8	3,3	-9,1	10,0	345,5
Antanhol	1,7	1,9	2,8	6,9	36,0	73,5	155,9
Antuzede	1,4	1,0	1,8	3,8	-26,1	100,0	120,6
Arzila	0,8	0,6	0,5	3,7	-33,3	-25,0	600,0
Assafarge	0,6	1,3	2,9	5,2	133,3	166,7	119,6
Botão	0,2	1,1	0,6	1,6	650,0	-40,0	144,4
Brasfemes	0,9	0,8	2,0	5,2	0,0	166,7	175,0
Castelo Viegas	2,6	1,5	2,4	4,5	-21,9	52,0	76,3
Ceira	1,0	1,4	2,0	4,3	44,4	38,5	97,2
Cernache	0,9	1,2	2,5	4,6	46,2	121,1	90,5
Coimbra (Almedina)	4,1	3,4	6,4	15,0	-18,3	44,8	46,4
Coimbra (Santa Cruz)	4,5	3,1	5,1	8,5	-44,0	36,2	38,5
Coimbra (São Bartolomeu)	4,3	4,0	4,6	8,2	-37,0	-29,4	33,3
Coimbra (Sé Nova)	6,1	5,9	9,8	14,5	-17,6	59,0	22,3
Eiras	3,6	3,3	5,3	8,9	16,2	94,5	73,9
Lamarosa	0,9	0,8	1,3	4,2	0,0	92,3	196,0
Ribeira de Frades	0,5	0,9	2,3	3,5	77,8	162,5	40,5
Santa Clara	4,0	3,6	5,1	9,5	-16,5	59,3	92,0
Santo António dos Olivais	5,4	4,9	8,2	11,9	5,6	84,6	45,8
São João do Campo	0,8	0,8	1,5	2,7	15,4	93,3	65,5
São Martinho de Árvore	0,9	0,7	0,3	1,7	0,0	-50,0	400,0
São Martinho do Bispo	1,6	2,1	3,7	6,6	45,2	96,1	82,3
São Paulo de Frades	1,1	1,8	3,5	6,0	112,1	148,6	71,3
São Silvestre	0,4	0,5	1,8	3,2	42,9	360,0	87,0
Souselas	0,9	1,0	3,1	4,0	33,3	200,0	27,4
Taveiro	0,4	0,7	0,8	4,4	71,4	25,0	400,0
Torre de Vilela	1,3	0,7	2,6	4,7	-33,3	316,7	96,0
Torres do Mondego	1,0	1,1	2,0	5,2	0,0	80,0	148,9
Trouxemil	0,9	0,7	2,6	5,9	38,5	261,1	112,3
Vil de Matos	0,0	0,2	1,6	5,3	100,0	1000,0	245,5
Total Concelho	**3,2**	**2,9**	**5,0**	**8,1**	**-2,1**	**79,2**	**60,6**

Fonte: INE

Tendo em conta este contraste espacial, procedemos a uma análise mais detalhada da evolução da população católica, agrupando as freguesias por tipologias das áreas urbanas[128] que representamos na figura 89.

[128] A definição da tipologia das áreas urbanas elaborada pelo INE tem como base legal a Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 144 de 29 de julho de 2014. A classificação tem por base a geografia utilizada para difusão dos Censos de 2011, de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2010 (CAOP 2010). Assim, as tipologias definidas são APU – Áreas Predominantemente Urbanas, AMU – Áreas Medianamente Urbanas e APU – Áreas Predominantemente Rurais.

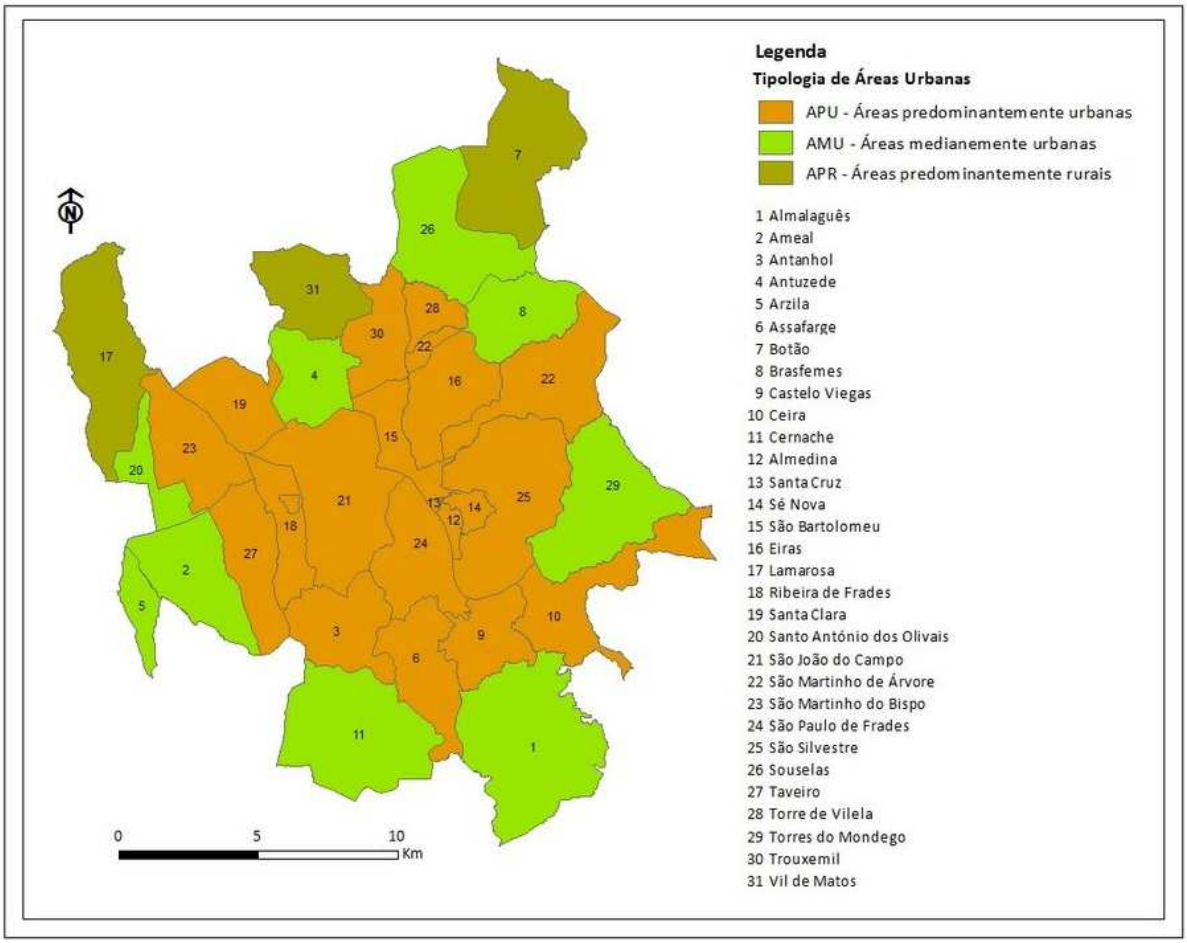


Figura 89: Tipologia de áreas urbanas do concelho de Coimbra

Fonte: INE

Ou seja, para explicar a distribuição da população católica no concelho, optámos por analisar alguns indicadores sociodemográficos tendo como base geográfica as freguesias predominantemente urbanas (APU)[129], as freguesias moderadamente urbanas (AMU)[130] e as freguesias predominantemente rurais (APR)[131].

[129] Estão incluídas nesta tipologia as freguesias de Antanhol, de Assafarge, de Castelo Viegas, de Ceira, Almedina, de Santa Cruz, de São Bartolomeu, da Sé Nova, de Eiras, de Ribeira de Frades, de Santa Clara, de Santo António dos Olivais, de São João do Campo, de São Martinho do Bispo, de São Paulo de Frades, de São Silvestre, de Taveiro, de Torre de Vilela e de Trouxemil.

[130] Estão incluídas nesta tipologia as freguesias de Almalaguês, de Ameal, de Antuzede, de Arzila, de Brasfemes, de Cernache, de São Martinho de Árvore, de Souselas e de Torres do Mondego.

[131] Estão incluídas nesta tipologia as freguesias do Botão, da Lamarosa e de Vil de Matos.

Quadro 47: Percentagem de população católica, população de outras religiões e população sem religião, por tipologia de freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011

TIPAU	População Católica				População Outras Religiões				População Sem Religião			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
	%											
APU	80,4	75,7	80,7	76,5	2,0	2,2	2,7	3,5	3,7	3,4	5,6	9,0
AMU	86,3	84,0	89,6	85,3	1,3	1,5	2,0	2,5	0,9	0,9	1,8	3,9
APR	84,4	87,0	89,6	88,8	1,1	1,8	2,0	2,5	0,4	0,8	1,1	3,5
Total	**81,4**	**77,3**	**82,2**	**78,1**	**1,9**	**2,1**	**2,5**	**3,4**	**3,2**	**2,9**	**5,0**	**8,1**

Fonte: INE

Da análise do quadro anterior constatamos que as freguesias APR tendem a aumentar ligeiramente ou a estabilizar a percentagem de população católica registando, em 2011, mais de 10 ponto percentuais acima do valor concelhio e 12 pontos superiores às APU. Em 1981, registavam 84,4% de população católica e, decorridos vinte anos, este valor sobe para os 88,8% (quadro 47).

As freguesias AMU acompanham esta mesma tendência, embora de forma mais suave, fazendo do catolicismo um marco identitário para as suas populações. Por oposição, as freguesias inseridas na tipologia APU mostraram, à semelhança do que constatámos a nível nacional, uma evolução distinta. A diminuição da percentagem de católicos foi compensada, em particular na última década, pelo aumento da população crente noutros grupos minoritários cristãos e não cristãos e ainda da população sem religião. Desde 1981 que as freguesias predominantemente urbanas apresentam uma diferenciação religiosa muito superior, sendo que, em 2011, 3,5% da população residente tinha outras crenças religiosas e 9,0% não se identificava com nenhum grupo religioso.

Estes valores refletem os efeitos do individualismo e do isolamento social, mas também da indiferença perante as questões religiosas e espirituais, que são característicos das sociedades urbanas pós-modernas.

Quadro 48: Variação da população católica, população de outras religiões e população sem religião, por tipologia de freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011

TIPAU	Var. Pop. Católica			Var. Pop. Outras Religiões			Var. Pop. Sem Religião		
	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%								
APU	0,9	14,0	-7,2	17,1	27,1	30,4	-2,8	78,1	56,5
AMU	2,6	8,3	-5,2	22,5	33,7	23,8	4,9	108,7	119,3
APR	12,1	9,8	-3,6	76,3	19,4	20,0	93,3	55,2	197,8
Total	**1,6**	**13,0**	**-6,8**	**18,7**	**27,6**	**29,4**	**-2,1**	**79,2**	**60,6**

Fonte: INE

Conforme observamos no quadro anterior, em termos evolutivos constatamos que, entre 2001 e 2011, nas freguesias urbanas a diminuição da população católica foi mais acentuada. Ou seja, nas freguesias APU, o decréscimo foi, em média, superior a 7%, sendo que, na freguesia de Almedina, o número de católicos diminuiu mais de 44,2% e, nas freguesias de S. Bartolomeu, da Sé Nova e de Santa Cruz a diminuição foi, nas três situações, cerca de 20%. Nas freguesias de Santa Clara, de S. Martinho do Bispo e de Eiras, também classificadas como APU, o decréscimo de população católica não é tão expressivo, apresentando uma diminuição de 1,7%, 2,6% e 2,8%, respetivamente (quadro 48).

Registámos ainda que, apesar de classificadas como APU, as freguesias de Antanhol, de Assafarge e de Torres de Vilela, integradas parcialmente na cidade de Coimbra, foram as únicas freguesias urbanas que, no período considerado, registaram uma variação positiva. Na freguesia de Assafarge, por exemplo, o aumento foi superior a 15%.

Num contexto geral, também as freguesias AMU registaram uma diminuição na ordem dos 5%, reflexo da diminuição acentuada do número de católicos nas freguesias de Almalaguês, de Arzila e de Torre do Mondego. Nestas freguesias, assinalamos uma diminuição superior a 12%.

As freguesias APR mostraram uma descida menos acentuada, até porque a freguesia de Vil de Matos contraria a tendência concelhia e aumenta em cerca de 5% o número de população católica[132], condicionando a evolução geral das freguesias rurais.

[132] Nesta freguesia aumenta, também, a população residente que, entre 2001 e 2011, registou um aumento de 12,3%.

A questão urbana tem subjacente outros fatores, como a densidade populacional, a percentagem de população estrangeira residente, a estrutura etária, o estado civil e a estrutura familiar da população residente. São dinâmicas que, tal como verificámos no capítulo anterior, justificam e condicionam a relação entre os crentes e a Igreja Católica, enquanto instituição e enquanto meio de sociabilização entre as pessoas. Ou seja, a religião deve ser interpretada não como uma variável isolada mas como parte integrante da sociedade, sendo que, numa relação interdependente, uns indicadores justificam a evolução dos outros. Consideramos que, tal como se verifica na generalidade do território português, as diferentes variáveis demográficas, sociais e económicas interferem na espacialização das identidades religiosas da população.

Nas freguesias APU, reside cerca de 82,7% do total da população do concelho. São freguesias densamente povoadas, que apresentam valores de população residente muito expressivos e, nalguns casos, até com destaque a nível nacional.

Quadro 49: Variação da população residente, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 1981-2011

TIPAU	Variação pop. residente		
	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%		
APU	-3,4	7,7	-3,8
AMU	-2,2	1,6	-1,3
APR	-2,5	7,0	-2,6
Total	**-3,2**	**6,8**	**-3,4**

Fonte: INE

Quadro 50: Densidade populacional, percentagem de população residente e percentagem de população estrangeira, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011

TIPAU	Densidade	População Residente	População Estrangeira
	hab./Km2	%	%
APU	719	82,7	2,7
AMU	182	14,1	0,9
APR	105	3,2	0,6
Total	**449**	**100,0**	**2,4**

Fonte: INE

Na freguesia de Santo António dos Olivais, por exemplo, residiam, em 2011, cerca de 39 mil pessoas, o que coloca esta freguesia na 14.ª posição das freguesias mais populosas a nível nacional. Segue-se a freguesia de S. Martinho do Bispo, com cerca de 14 mil residentes, e a freguesia de Eiras, com 12 mil residentes, que, em conjunto, evidenciam

a direção do crescimento urbano do concelho. Conforme consta no quadro anterior, com cerca de 719 habitantes por quilómetro quadrado, a densidade populacional desta tipologia de freguesias é muito superior ao valor de referência concelhio (449 hab/Km2) (quadro 50). A Sé Nova ultrapassa os 4 mil habitantes por quilómetro quadrado e as freguesias de Santo António dos Olivais e de S. Bartolomeu os 2 mil habitantes.

Quadro 51: Percentagem de famílias, núcleos familiares e alojamentos familiares, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011

TIPAU	Família	Núcleos Familiares	Alojamentos Familiares
	%		
APU	84,4	81,8	85,5
AMU	12,8	14,8	11,9
APR	2,7	3,4	2,6
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: INE

Conforme consta do quadro anterior, nas freguesias APU a concentração populacional é concordante com a maior percentagem de famílias clássicas (84,4%), de núcleos familiares (81,8%) e, de forma consequente, de alojamentos familiares (85,5%).

Este contexto de centralização, simultaneamente de recursos humanos e de edifícios, cria uma paisagem urbana densa e que conjuga a imagem de uma cidade histórica e património da humanidade com uma cidade moderna, nalgumas parcelas do território verticalizada, compacta, com condomínios fechados, dotadas de serviços e de infraestruturas múltiplas, como a área da Solum ou de Celas.

Noutras freguesias APU, em particular as que são mais afastadas do centro urbano e que pertencem parcialmente à cidade de Coimbra, as densidades populacionais são inferiores e apresentam uma paisagem menos compacta e menos verticalizada. Em Taveiro, por exemplo, em 2011, a densidade populacional não ascende aos 190 habitantes por quilómetro quadrado, sendo comum a existência de casas unifamiliares com terrenos de agrícolas em redor. Nesta freguesia reside apenas 1,3% do total das famílias residente no concelho e localizam-se apenas 1,1% dos alojamentos familiares. Com a aproximação ao centro urbano, as freguesias tornam-se mais densas e compactas. Na freguesia de S. Martinho do Bispo, por exemplo, a densidade populacional é superior a 800 habitantes por quilómetro quadrado, existindo ainda uma mistura de alojamentos familiares de diferentes tipologias. Esta freguesia concentra apenas 9,4% das famílias e 9,0% dos alojamentos familiares de todo o concelho.

Nas freguesias APU, a questão da concentração populacional é coincidente com um maior índice de atratividade, em particular da população de outras nacionalidades e até de população presente e flutuante, que densifica os movimentos pendulares. Da observação do quadro 50 aferimos que, em 2011, 2,7% da população residente era estrangeira, fomentando a diversidade cultural, a partilha de diferentes identidades e de experiências de vida e, neste contexto, uma maior abertura no campo das mentalidades, dos valores, dos costumes e das crenças religiosas e espirituais, atitudes e comportamentos característicos dos grandes centros urbanos. Nestas áreas urbanas e, nalgumas células "culturais", ocorre uma maior recetividade e compreensão pelos fatores de mudança, onde incluímos a perda de hegemonia da Igreja Católica a favor da diversificação das identidades religiosas.

Embora em termos absolutos seja a freguesia de Santo António dos Olivais a que atrai o maior número de pessoas de outras nacionalidades, em termos percentuais é nas freguesias de Almedina, de S. Bartolomeu e de Santa Cruz que a população estrangeira tem mais influência na composição da população residente. Na freguesia de Almedina, por exemplo, a percentagem de população estrangeira é superior a 10%. Noutras freguesias urbanas, a percentagem de população estrangeira não é tão significativa, como acontece em S. Martinho do Bispo, por exemplo, que regista uma percentagem inferior a 2%.

Esta situação populacional descrita para as APU contrasta com as áreas APR. Nesta tipologia, encontram-se apenas as freguesias do Botão, da Lamarosa e de Vil de Matos que, em termos geográficos, se encontram no limite do concelho.

Nestas três freguesias, reside apenas 3,2% da população do concelho, concentrando pouco mais de 4.500 habitantes. São freguesias pouco populosas e que apresentaram, na última década censitária, uma diminuição de 2,6% dos seus habitantes, sendo que, nas freguesias do Botão e de Almalaguês, o decréscimo populacional foi superior a 5%. Também a densidade populacional contrasta com as áreas APU, uma vez que, em 2011, era apenas de 105 habitantes por quilómetro quadrado (quadro 50).

Na análise do perfil da população residente, notámos ainda que nestas freguesias é reduzida a percentagem de população estrangeira. Em 2011, apenas 0,6% dos residentes eram naturais de outros países, mostrando existir uma menor mistura de nacionalidades e de identidades. Este contexto favorece a existência de comunidades mais estáveis mas também mais fechadas e sem que aconteça o convívio e a partilha com outras realidades e experiências de vida.

As alterações na composição da estrutura sociodemográfica e na identidade religiosa estão ainda refletidas num vasto conjunto de outros indicadores que permitem distinguir a evolução das freguesias APU, em particular no que diz respeito à maneira como as pessoas se relacionam entre si, como estruturam a sua vida familiar e como estão ou não condicionadas por um comportamento católico.

Observando o quadro seguinte, verificamos que, em 2011, nas freguesias APU, e em comparação com as outras tipologias de freguesias, existia uma menor percentagem de população casada (45,1%) e viúva (6,9%) e, por oposição, uma maior percentagem de população solteira (40,9%) e divorciada (7,1%). Se analisarmos a forma de celebração dos casamentos, notamos que os casamentos civis superavam os católicos. No primeiro caso, representam 59,9% e, no segundo, apenas 40,1% (quadro 52).

Quadro 52: Percentagem do estado civil da população residente e forma de celebração dos casamentos, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011

TIPAU	Estado Civil				Casamentos	
	Solteiro	Casado	Viúvo	Divorciado	Católicos	Civis
	%					
APU	40,9	45,1	6,9	7,1	40,1	59,9
AMU	33,8	54,3	7,6	4,3	49,0	51,0
APR	34,0	54,8	8,0	3,2	64,3	35,7
Total	**39,7**	**46,7**	**7,1**	**6,6**	**41,8**	**58,2**

Fonte: INE

Quadro 53: Percentagem de núcleos familiares monoparentais e reconstituídos da população residente, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011

TIPAU	Núcleos Familiares	
	Monomaprentais	Reconstruídos
	%	
APU	16,3	2,7
AMU	10,1	2,5
APR	12,2	1,7
Total	**15,3**	**2,7**

Fonte INE

Estes valores mostram a fragilização das relações formalizadas pelo casamento e a individualização da sociedade. Nesta tipologia de freguesias, a alteração do estado civil e da organização das famílias está ainda patente na diversificação do modelo familiar que, conforme consta no quadro anterior, compreende uma percentagem elevada de núcleos

familiares monoparentais (16,3%) e de núcleos familiares reconstituídos (2,7%), que superam os valores concelhios e das tipologias AMU e APR (quadro 53).

Em contraste com esta situação, as freguesias rurais registaram, em 2011, percentagens inferiores de população solteira (34,0%) e divorciada (3,2%) e percentagens superiores de população casada (54,8%) e viúva (8,0%). Nas freguesias APR, a percentagem das famílias monoparentais é apenas de 12,2%, ficando 4 pontos percentuais abaixo das freguesias predominantemente urbanas. Neste contexto, concluímos ainda que a estrutura familiar da população residente nas freguesias rurais continua a ser estruturada pelo casamento católico (64,3%), apresentando uma percentagem muito superior à dos casamentos civis (35,7%) (quadros 52 e 53).

Quadro 54: Percentagem de população por grupo etário e variação de cada grupo, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011

TIPAU	Estrutura Etária 2011				Var. Est. Etária 2001-2011				Índice de Envelhecimento
	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +	
	%								
APU	12,3	10,6	57,3	19,8	-14,6	-30,9	0,0	17,0	162
AMU	13,0	9,8	55,7	21,4	-7,0	-30,2	0,5	20,5	165
APR	14,3	9,3	55,6	20,8	-1,1	-38,0	1,7	12,3	145
Total	**12,4**	**10,5**	**57,0**	**20,1**	**-13,1**	**-31,0**	**0,2**	**17,3**	**161**

Fonte INE

Para além desta leitura, podemos ainda relacionar a estrutura etária das freguesias APU com a aproximação ao modelo pós-moderno. Concluímos da leitura do quadro anterior que, em 2011, as freguesias APU apresentavam uma menor percentagem de população jovem com idades até aos 14 anos (12,3%), característica que se prevê ser estrutural, uma vez que, na última década, este grupo etário apresentou uma variação negativa de cerca de 14,6% (quadro 54). Na freguesia de Almedina, a diminuição dos jovens foi superior a 59%, em S. Bartolomeu cerca de 34% e em Ceira 32%. Não obstante esta tendência, importa distinguir a freguesia de Santa Clara, que apresentou, no período entre 2001 e 2011, uma variação positiva, ocorrendo um aumento de população jovem superior a 4%.

Consideramos importante referir que as freguesias APU apresentam uma percentagem de população idosa muito idêntica às das outras tipologias de freguesias; contudo, são as freguesias de S. Bartolomeu, de Almedina e de Santa Cruz que apresentam os valores mais elevados a nível concelhio. Na freguesia de S. Bartolomeu, a população

com idade superior a 65 anos representava, em 2011, 36,7% da população residente, na freguesia da Almedina era de 32,0% e na freguesia de Santa Cruz de 27,2%.

Assim, evidenciamos que estas freguesias apresentam os maiores índices de envelhecimento que, no caso da freguesia de S. Bartolomeu regista 511,1 idosos por cada 100 jovens, superando em muito o valor de referência concelhio e das APU (161,5).

As freguesias APU destacam-se, ainda, por apresentarem uma maior percentagem de população em idade ativa, em particular do grupo etário entre os 25 e os 64 anos de idade. Em 2011, este grupo representava 57% da população residente, valor superado nas freguesias de Eiras, de Antanhol, de Assafarge, de Santa Clara e de S. Paulo de Frades.

Quadro 55: Percentagem de população ativa por setor de atividade e nível de escolaridade, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011

TIPAU	População Ativa por Setor de Atividade			Nível de Escolaridade	
	Primário	Secundário	Terciário	Sem nenhum nível	Ensino Superior
	%				
APU	0,8	19,1	80,1	5,7	33,3
AMU	1,6	31,8	66,5	8,4	14,8
APR	3,4	41,1	55,5	9,8	10,3
Total	**1,0**	**21,4**	**77,6**	**6,2**	**30,0**

Fonte INE

Não tendo o setor industrial grande tradição e presença no concelho, pois representa apenas 21,4% da população ativa, é o setor terciário que consolida a estrutura económica e as bacias de emprego das áreas urbanas. Em Coimbra, para além dos setores tradicionais que servem as áreas urbanas, a população ativa está associada, na sua grande maioria, ao ensino superior público e privado, ao Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, com dois pólos na freguesia de Santo António dos Olivais e de S. Martinho do Bispo, e, entre outros, aos organismos desconcentrados da Administração Central. Por outro lado, conforme consta no quadro anterior, com cerca de 3,4% da população residente a trabalhar no setor agrícola e com cerca de 41,1% no setor industrial, as freguesias rurais distanciam-se do contexto concelhio. O setor terciário ocupa pouco mais de 55% da população residente, sendo que, nas freguesias APU, este setor ocupa perto de 80% da população ativa (quadro 55).

Este peso do setor dos serviços nas áreas urbanas não é indissociável da elevada percentagem de população que completou o ensino superior. Cerca de 33,3% da população residente nas freguesias APU atingiu o nível de ensino mais qualificado, sendo que na freguesia da Sé Nova, por exemplo, a percentagem de população com ensino

superior se eleva para os 53,3%, na freguesia de Santo António dos Olivais para os 48,1% e na freguesia de Santa Clara para os 34,4%. Estes valores contrastam com as freguesias AMU, que, em média, atingem apenas os 14,8%, e com as freguesias APR (10,3%), o que, no nosso entender, evidencia um distanciamento cultural entre as diferentes tipologias de áreas urbanas (quadro 55).

Em resumo, consideramos que, embora com algumas discrepâncias, o perfil sociodemográfico da população residente nas freguesias APU, no qual destacamos a estrutura etária e familiar, as habilitações literárias e o setor de atividade, favorece maior conhecimento, abertura, aceitação e aproximação a outras realidades, mesmo as religiosas. A evolução destes indicadores permite situar o concelho de Coimbra no contexto de mudança da sociedade portuguesa, nalgumas circunstâncias mais desligada do catolicismo e mais assente numa estrutura individual e individualista.

Consideramos ainda que comparando a evolução sociodemográfica nas diferentes tipologias de freguesias urbanas, verificamos que estamos perante dois contextos sociais e culturais distintos e duas velocidades de mudança também distintas, mas que seguem a mesma tendência demográfica, social, cultural e, sobretudo, religiosa.

Embora estejam todas classificadas como freguesias predominantemente urbanas, consideramos existirem algumas discrepâncias em termos demográficos e sociais, mas também paisagísticos e ambientais, entre as freguesias incluídas nesta tipologia. Significa que, mesmo num contexto urbano, em particular nas freguesias que pertencem de forma integral ou parcialmente à cidade de Coimbra, existem realidades distintas. A cidade não é um ponto uniforme, subsistindo diferentes modos de vida e formas de conhecer, de usar e de produzir o espaço urbano. Assim, consideramos que seria importante analisar, no contexto urbano, algumas destas diferenças, que entendemos estarem também relacionadas com o nosso objeto de estudo.

A heterogeneidade de muitos dos indicadores estatísticos é reflexo da própria evolução urbana da cidade de Coimbra que, em períodos sucessivos, cresceu de forma concêntrica e com algumas áreas da cidade na vanguarda do crescimento populacional. Santo António dos Olivais foi desde sempre uma freguesia muito populosa, onde residiam, em 2011, cerca de 39 mil pessoas. Trata-se da área da cidade mais habitada, que apresenta as maiores percentagens de famílias clássicas (29,5%), de núcleos familiares (26,2%) e, de forma consequente, de alojamentos familiares (30,9%). Com uma densidade

populacional superior a 2.000 habitantes por quilómetro quadrado, esta freguesia registou, no último período censitário, uma ligeira quebra populacional, com particular destaque para a diminuição do número de população jovem. Distinguimos também que a estrutura social da população residente na freguesia de Santo António dos Olivais é marcada por percentagens muito elevadas de população com habilitações literárias superiores (48,1%) e de população ativa no setor dos serviços (86,7%).

Esta área da cidade conjuga bairros ou áreas habitacionais distintas que correspondem a contextos demográficos e socioeconómicos aparentemente diferentes.

As áreas dos Olivais, de Celas e de Montes Claros, o Bairro Marechal Carmona, a Solum, o Tovim e, mais recentemente, um conjunto de áreas de vivendas unifamiliares ou de condomínios fechados como a Quinta de Tamonte, a Quinta da Romeira, a Quinta de S. Jerónimo e a Quinta da Portela, são exemplos de algumas secções da cidade que apresentam histórias urbanas e realidades sociais distintas.

Para além destas áreas geográficas, a tipologia das freguesias APU incorpora o núcleo mais antigo da cidade e compreendido entre as freguesias de Santa Cruz, de Almedina, de S. Bartolomeu e da Sé Nova, que se distancia deste contexto urbano, não apenas por questões históricas mas também pela evolução de alguns indicadores sociodemográficos.

Embora com densidades muito superiores à média concelhia, esta área da cidade tende a esvaziar-se, criando situações expressivas de perda de população residente e de envelhecimento populacional. Neste contexto de perda de atratividade de recursos humanos e económicos, encontram-se as freguesias de S. Bartolomeu e de Almedina, sendo que, em 2011, apresentavam os valores mais baixos de população residente e as variações populacionais mais acentuadas. Com um decréscimo populacional superior a 40%, na última década, residiam na freguesia de Almedina pouco mais de 900 habitantes. Nesta freguesia, todos os grupos etários registaram variações negativas acentuadas, sendo que, entre os 0 e os 14 anos de idade, o decréscimo foi de cerca de 60% e, entre os 15 e os 24 anos, superior a 65%. Também nesta freguesia cerca de 31% da população é idosa, refletindo-se num índice de envelhecimento elevado (348,2 idosos por cada 100 jovens) e só ultrapassado pela freguesia de S. Bartolomeu (511,1 idosos por cada 100 jovens).

O duplo envelhecimento reflete-se na estrutura familiar, uma vez que, nestas freguesias, há uma percentagem elevada de população viúva, um número elevado de

pessoas a viverem sozinhas e uma percentagem elevada de casais sem filhos, refletindo-se na estagnação do crescimento populacional e no aparecimento de problemas sociais que caracterizam os centros urbanos das grandes cidades portuguesas.

É importante realçar que fazem parte destas freguesias as áreas históricas mais antigas da Alta e da Baixa da cidade de Coimbra. A Alta está associada à Universidade e a um conjunto de serviços de apoio ao meio académico (como a biblioteca, a secretaria, as cantinas, as lojas de fotocópias, as residências universitárias, as livrarias), e a área da Baixa associada ao comércio tradicional e a um conjunto vasto de serviços de apoio ao cidadão (como o tribunal e Loja do Cidadão). Ambas as áreas têm estado dependentes da vida universitária que nos anos 90 se estende a outras zonas da cidade (como o Pólo II, na área da Boavista junto ao rio Mondego, o Pólo III das Ciências da Saúde, localizado numa área junto aos Hospitais da Universidade de Coimbra, o Estádio Estádio Universitário e a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física na Guarda Inglesa, a Faculdade de Economia, na Avenida Dias da Silva, e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, na Solum).

Este legado favoreceu, nalgumas circunstâncias, o envelhecimento populacional, a perda de população residente, apenas compensada pelo aumento do número da população flutuante, em particular dos estudantes, a degradação dos edifícios mais antigos e o empobrecimento do tecido produtivo. Porventura, a classificação de parte desta área como Património da Humanidade da UNESCO e a crescente terciarização permitirão renovar estas áreas da cidade e torná-las espaços diversificados, qualificados e atrativos cultural e paisagisticamente.

Há ainda outras realidades urbanas, que consideramos serem de transição. As freguesias de Santa Clara, de S. Martinho do Bispo e de Eiras, por exemplo, são áreas da cidade que apresentam uma estrutura demográfica e um conjunto de vivências sociais e culturais mais distantes da realidade que descrevemos para o centro histórico mas, ao mesmo tempo, evoluem no sentido de se aproximarem de outras freguesias urbanas, como Santo António dos Olivais, por exemplo.

No período compreendido entre 2001 e 2011, estas freguesias registaram um ligeiro aumento ou estagnação da população residente. A freguesia de Santa Clara, por exemplo, registou um crescimento de 3,0%, mostrando que a cidade de Coimbra continua a expandir-se nesta direção.

Estas freguesias não apresentam uma estrutura demográfica tão envelhecida como as freguesias do centro urbano, sendo que a freguesia de Santa Clara, por exemplo, contraria a tendência concelhia e aumenta, entre 2001 e 2011, o número de jovens residentes em 4,2%.

Em comparação com a freguesia de Santo António dos Olivais, estas três freguesias registaram uma percentagem inferior de população ativa no setor terciário e de população que alcançou o ensino superior. Na freguesia de S. Martinho do Bispo, por exemplo, a percentagem de população ativa no setor dos serviços é de 76,7%, valor inferior aos 86,7% apurados na freguesia de Santo António dos Olivais. Também nesta freguesia a percentagem de população com habilitações literárias superiores é de 24,5%, ao passo que em Santo António dos Olivais este valor supera os 48%. Na freguesia de Santa Clara, a realidade profissional e académica é mais próxima da que descrevemos para a população residente na freguesia de Santo António dos Olivais.

Tendo presente este enquadramento sóciodemográfico do concelho de Coimbra, consideramos que, mesmo no contexto urbano, existem diferentes realidades, muitas das quais estão ancoradas à distinção entre áreas predominante e moderadamente urbanas e as áreas rurais. Acresce que estas realidades estão relacionadas com o passado histórico e geográfico do país e da região Centro de Portugal, onde Coimbra se insere. Também ao nível das identidades religiosas existem diferentes geografias no concelho de Coimbra. No contexto da tese de doutoramento que se apresenta, consideramos ser importante averiguar a expressão territorial do grupo religioso maioritário, ou seja, da população católica residente no concelho e que está integrada na Diocese de Coimbra.

4.2. Estudo de caso - análise geográfica dos lugares religiosos da população católica praticante e residente na cidade de Coimbra

Para o estudo empírico selecionámos sete igrejas que, apesar de estarem todas localizadas em freguesias APU, julgamos que representam distintas vivências religiosas e correspondem a diferentes perfis sociodemográficos.

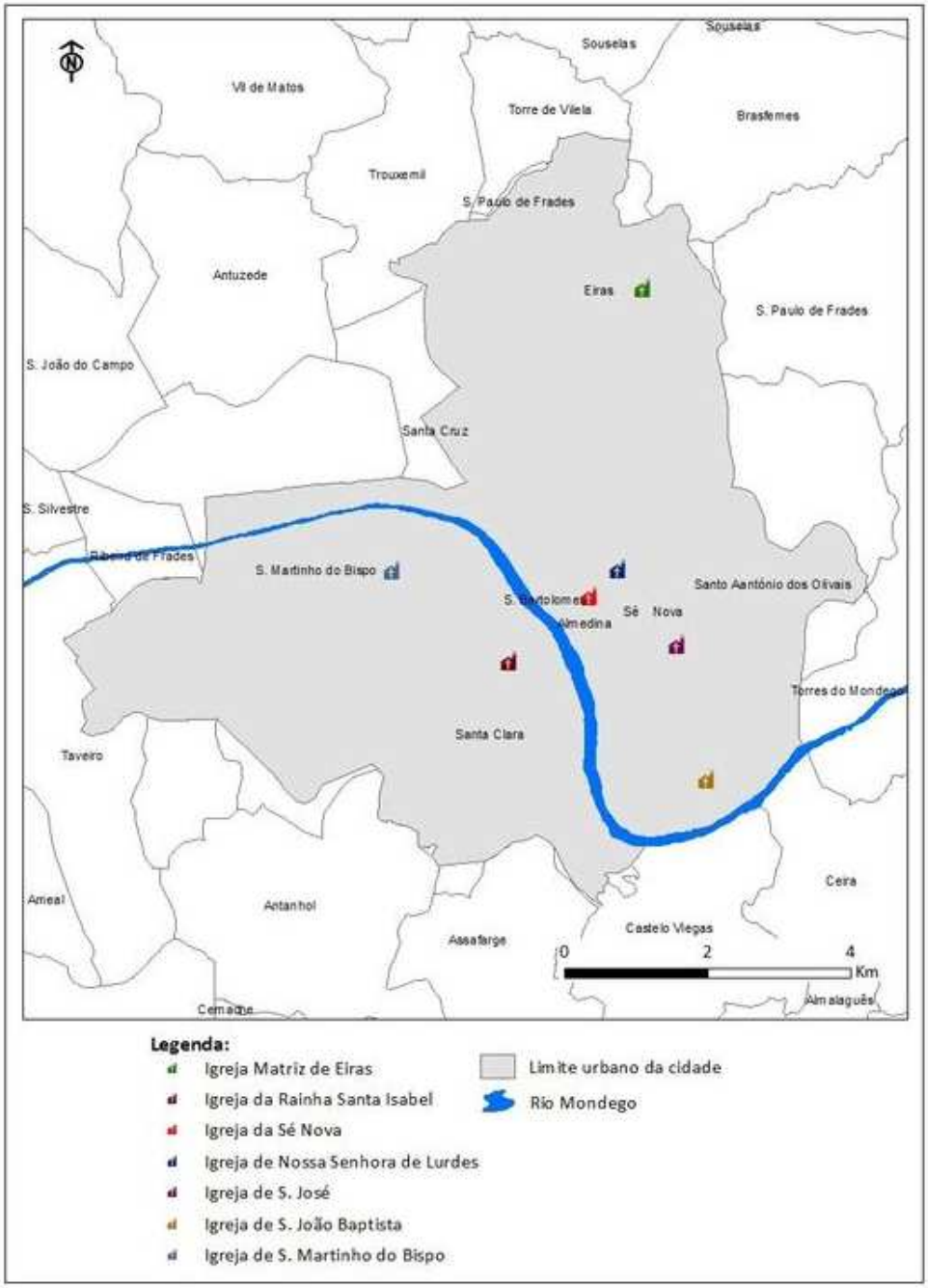


Figura 90: Localização das Igrejas em estudo

Fonte: elaboração própria

Igreja de S. José, Igreja de S. João Batista e Igreja de Nossa Senhora de Lurdes

Estas três igrejas estão integradas no Arciprestado de Coimbra Urbana e localizam-se na freguesia de Santo António dos Olivais, que representa a freguesia mais populosa da cidade de Coimbra e a freguesia com o maior índice de atratividade de recursos humanos e económicos. Esta freguesia apresenta um desenvolvimento sociodemográfico idêntico aos lugares urbanos das maiores cidades portuguesas.

A construção da Igreja de S. José remonta aos anos 30, no entanto o atual edifício sede data dos anos 50 e que, desde então está incluída na malha urbana da cidade. Trata-se de um edifício com uma construção moderna, sem grande ornamentação, apenas com grandes vitrais da autoria do Monsenhor Nunes Pereira. Nesta igreja funciona um número elevado de grupos católicos, que vão desde a catequese para crianças, aos grupos de escuteiros.

A Igreja de S. João Batista resulta do crescimento populacional da freguesia de Santo António dos Olivais e da dificuldade de acolher todos os crentes na paróquia de S. José, em particular dos residentes na zona do Vale das Flores, do Pinhal de Marrocos e da Portela e no Polo II. Esta paróquia foi criada em junho de 2010 e está, atualmente, a funcionar num edifício pré-fabricado na Quinta da Portela. Nesta igreja, funciona um número avultado de grupos religiosos, desde a catequese em família aos cursos Alpha.

A Igreja de Nossa Senhora de Lurdes foi, inicialmente construída entre os anos 60 e 70 do século XX, numa área predominantemente urbana da cidade de Coimbra, designada de Montes Claros, local de um antigo bairro operário do final do século XIX. Desde 2002 que esta Igreja tem um novo edifício também situado na Rua António José de Almeida, servindo a população das áreas de Montes Claros, Conchada e Celas.

A Igreja da Sé Nova está integrada no Arciprestado de Coimbra Urbana e localiza-se na freguesia da Sé Nova, uma das cinco freguesias do concelho que está integrada, na sua totalidade, na cidade de Coimbra. Representa uma das áreas mais antigas da cidade e que incorpora a Universidade e a Alta de Coimbra Esta igreja está inserida numa freguesia que, desde a década de 80, tem vindo a perder população residente e que, no último período censitário, apresenta cerca de um quarto da população com idades iguais ou superiores a 65 anos.

Igreja da Rainha Santa Isabel

A Igreja da Rainha Santa Isabel faz parte da paróquia de Santa Clara, em conjunto com as igrejas do Bordalo, de Cruz dos Morouços e das Lages. Está incluída no Arciprestado de Coimbra Urbana e situa-se na freguesia de Santa Clara.

Esta igreja corresponde a um antigo Mosteiro construído em 1649 para albergar as religiosas Clarissas, fiéis depositárias dos despojos sagrados da Rainha Santa Isabel, padroeira da cidade de Coimbra.

A freguesia onde se localiza está integrada, na sua totalidade, no perímetro urbano da cidade de Coimbra, sendo também classificada, para efeitos estatísticos, como uma freguesia predominantemente urbana. Trata-se de uma freguesia que representou, desde a década de 80, um dos maiores aumentos populacionais, sendo que, na última década, a tendência é ainda de crescimento.

Pela análise de um conjunto de indicadores demográficos e económicos, a população residente na freguesia de Santa Clara distancia-se da de S. Martinho do Bispo ou da de Eiras, mostrando-se mais próxima do contexto socioeconómico da população da freguesia de Santo António dos Olivais.

Igreja de S. Martinho do Bispo e Igreja Matriz de Eiras

Em termos eclesiásticos, a Igreja de S. Martinho do Bispo está inserida no Arciprestado de Coimbra Urbana e a Igreja de Eiras no Arciprestado de Coimbra Norte. Enquanto a paróquia de S. Martinho do Bispo é constituída apenas pela Igreja Matriz, onde realizámos os inquéritos, a paróquia de Eiras é constituída pela Igreja Matriz de Eiras, onde realizámos os inquéritos, e pela Igreja de Santa Apolónia.

Relativamente à divisão administrativa, as igrejas de S. Martinho do Bispo e de Eiras localizam-se em freguesias que integra o perímetro urbano da cidade de Coimbra, sendo que a primeira está integrada apenas parcialmente e a segunda está integrada na sua totalidade. Segundo a tipologia das áreas urbanas, são freguesias classificadas como predominantemente urbanas; no entanto, correspondem a duas áreas mais recentes de expansão da cidade, apresentando ainda, nos dias de hoje, uma paisagem que conjuga elementos urbanos e rurais.

4.2.1. Caracterização da população inquirida – os diferentes perfis socioeconómicos

A análise do perfil socioeconómico e o estilo de vida da população inquirida permitirá confirmar o perfil da população residente no concelho de Coimbra, bem como atestar algumas das características que correspondem à população portuguesa católica e praticante.

Tendo presente uma leitura social do território, consideramos que a religião não deve ser analisada como uma variável independente, mas integrada num vasto conjunto de fatores identitários que permitem explicar o comportamento dos indivíduos Nesta perspetiva, contemplamos no nosso estudo de caso a interpretação de questões como a idade, o sexo, a nacionalidade, o local de residência, as habilitações literárias e a profissão, o estado civil e a composição do agregado familiar da população inquirida.

Através desta análise sistémica, apuramos algumas diferenças socioeconómicas da população inquirida, consoante a igreja de frequência e, face aos diferentes perfis, constatamos a existência de distintas leituras do território e das relações de pertença entre os inquiridos e os lugares sagrados. Procuramos conhecer as múltiplas geografias de Coimbra e os diferentes territórios religiosos, quer estejam localizados no espaço vivido da população, no concelho onde reside ou trabalha, no seu país ou no estrangeiro.

É através destas múltiplas leituras e diferentes escalas de análise que podemos conhecer, de uma forma mais íntima e ampla, o território, os diferentes usos, os movimentos e fluxos e as hierarquias dos lugares sagrados.

Conforme observamos a partir dos quadros seguintes, a população inquirida tem entre os 15 e os 89 anos[133]. Em média, a população inquirida tem 48 anos, sendo que, nas igrejas de S. Martinho do Bispo e de S. João Batista, a média de idades eleva-se para os 53 e os 52 anos. Ao analisar a idade da população inquirida por grupo etário, aferimos que a grande maioria da população tem entre os 25 e os 69 anos, sendo que o grupo mais representativo tem entre 40 e 54 anos, com 28,3% (quadros 56, 57 e 58).

[133] Conforme explicámos na metodologia, inquirimos apenas indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos de idade.

Quadro 56 Idade do inquirido, idade mínima, máxima e média de idade

Igreja	Idade		
	Mínima	Máxima	Média
	N.º		
Igreja de Eiras	15	87	46
Igreja da Rainha Santa Isabel	15	76	45
Igreja de S. Martinho do Bispo	15	84	53
Igreja da Sé Nova	16	81	50
Igreja de S. José	18	89	49
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	18	76	49
Igreja de S. João Batista	25	86	52
Total	**15**	**89**	**48**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 57: Idade do inquirido, por grupo etário

Igreja	Idade					
	15-24	25-39	40-54	55-69	70 e +	Total
	%					
Igreja de Eiras	23,6	10,9	30,9	16,4	18,2	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	9,1	32,7	32,7	14,5	10,9	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	10,9	14,5	23,6	29,1	21,8	100,0
Igreja da Sé Nova	23,6	16,4	27,3	21,8	10,9	100,0
Igreja de S. José	7,3	30,9	21,8	18,2	21,8	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	5,5	27,3	23,6	36,4	7,3	100,0
Igreja de S. João Batista	0,0	21,8	38,2	25,5	14,5	100,0
Total	**11,4**	**22,1**	**28,3**	**23,1**	**15,1**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 58: Idade do inquirido, por grupo etário, inquéritos e CEP

Grupo Etário	Inquéritos	CEP
	%	
15-24	11,4	10,0
25-39	22,1	11,1
40-54	28,3	17,0
55-69	23,1	26,7
70 e +	15,1	19,4

Fonte, inquéritos e CEP (2001)

Sobre os grupos etários, concluímos que, relativamente aos valores apontados pela CEP, em 2001, a população católica praticante da diocese de Coimbra era, sobretudo, população com idades superiores a 55 anos (quadro 57). Segundo esta fonte, o grupo etário entre os 55 e os 69 anos representava 26,7% da população e o grupo dos 70 ou mais anos 19,4%. Assim, notamos que, à data da realização do presente inquérito, o peso

da população com idades superiores a 70 anos se tornou menos expressivo, sendo o grupo entre os 55 e os 69 anos o mais representativo (quadro 57).

No conjunto das sete igrejas em estudo, destacamos a população católica das igrejas de S. Martinho do Bispo e de S. José, que apresentam a maior percentagem de população idosa, com idades superiores a 70 anos. No caso de S. Martinho do Bispo, a situação de envelhecimento é mais expressiva, pois, se a este grupo etário adicionarmos o peso da população entre os 55 e os 69 anos, concluímos que mais de 50% dos católicos inquiridos têm idades compreendidas entre os 55 e os 84 anos.

Por oposição, a Igreja da Sé Nova apresenta uma população mais jovem, tendo em média 45 anos. O grupo etário entre os 15 e os 24 anos representa cerca de 23,36% dos inquiridos e o grupo entre os 25 e os 39 anos 16,4%. Esta questão não é distante do facto de termos inquirido pessoas que assistiam à missa semanal do grupo de escuteiros ou à missa dirigida aos estudantes universitários, condicionando, desta forma, a média das idades da população inquirida.

Na Igreja da Rainha Santa Isabel, a média de idades é também de 45 anos, sendo que, nesta igreja, os grupos mais representativos, ambos com 32,7%, são entre os 25 e os 39 anos e entre os 40 e os 54 anos.

Não obstante a divergência da média de idades entre a população inquirida nas diferentes igrejas, avaliamos que a prática religiosa, ou pelo menos a frequência da missa dominical, é uma atividade inerente à população adulta e não maioritariamente idosa.

Recorremos também aos valores apresentados pela CEP, para comprovarmos que a prática religiosa é uma atividade mais associada às mulheres do que aos homens. Da leitura do quadro seguinte, verificamos que 70,9% da população inquirida são mulheres e apenas 29,1% são homens (quadro 59).

Quadro 59: Sexo do inquirido

Igreja	Sexo				
	Homem		Mulher		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º
Igreja de Eiras	10	18,2	45	81,8	55
Igreja da Rainha Santa Isabel	24	43,6	31	56,4	55
Igreja de S. Martinho do Bispo	12	21,8	43	78,2	55
Igreja da Sé Nova	16	29,1	39	70,9	55
Igreja de S. José	17	30,9	38	69,1	55
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	14	25,5	41	74,5	55
Igreja de S. João Batista	19	34,5	36	65,5	55
Total	**112**	**29,1**	**273**	**70,9**	**385**

Fonte: inquéritos, 2014

Nas igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo a percentagem de mulheres inquiridas é igual ou superior a 78%. Na Igreja da Rainha Santa Isabel, a percentagem de homens (43,6%) e de mulheres (56,4%) é mais equilibrada, sendo evidente o peso que tem a Confraria da Rainha Santa Isabel, da qual faz parte um grande número de devotos confrades e irmãos do sexo masculino.

Sobre a nacionalidade, aferimos que, conforme consta no quadro seguinte, 96,4% da população inquirida é portuguesa e apenas 3,6% tem outra nacionalidade (quadro 60). De assinalar que 8 dos 14 estrangeiros inquiridos provêm das ex-colónias portuguesas de S. Tomé, de Angola ou de Moçambique. Os outros crentes inquiridos são oriundos do Brasil, de França, da Venezuela e dos Estados Unidos da América, países que têm, também, uma ligação histórica ao nosso país, no contexto das migrações no território nacional.

Quadro 60: Nacionalidade do inquirido, por país

Igreja	Nacionalidade_País				
	Portugal		Outros Países		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º
Igreja de Eiras	55	100,0	0	0,0	55
Igreja da Rainha Santa Isabel	54	98,2	1	1,8	55
Igreja de S. Martinho do Bispo	54	98,2	1	1,8	55
Igreja da Sé Nova	55	100,0	0	0,0	55
Igreja de S. José	51	92,7	4	7,3	55
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	51	92,7	4	7,3	55
Igreja de S. João Batista	51	92,7	4	7,3	55
Total	**371**	**96,4**	**14**	**3,6**	**385**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 61: Naturalidade do inquirido, por concelho

Igreja	Naturalidade_Concelho						
	Coimbra		Outro Concelho Portugueses		Outros Concelhos Internacionais		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Igreja de Eiras	49	89,1	6	10,9	0	0,0	55
Igreja da Rainha Santa Isabel	43	78,2	11	20,0	1	1,8	55
Igreja de S. Martinho do Bispo	40	72,7	14	25,5	1	1,8	55
Igreja da Sé Nova	36	65,5	19	34,5	0	0,0	55
Igreja de S. José	28	50,9	23	41,8	4	7,3	55
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	29	52,7	22	40,0	4	7,3	55
Igreja de S. João Batista	28	50,9	23	41,8	4	7,3	55
Total	**253**	**65,7**	**118**	**30,6**	**14**	**3,6**	**385**

Fonte: inquéritos, 2014

Notámos também que 65,7% dos inquiridos são naturais do concelho de Coimbra e 30,6% nasceram noutros concelhos portugueses. Deste conjunto fazem parte inquiridos que provêm de municípios da região Centro, como Oliveira do Hospital, Viseu, Nelas, Figueira da Foz, Aveiro, Leiria e Pombal, entre outros.

São as igrejas localizadas na freguesia de Santo António dos Olivais (Igreja de S. José, Igreja de Nossa Senhora de Lurdes e Igreja de S. João Batista), que mostram uma maior diversidade de população natural de outros países e de outros concelhos. Estes dados comprovam as estatísticas do INE, para 2011, que indicam que, no total das freguesias do concelho, é nesta freguesia que reside o maior número de estrangeiros e de população proveniente de outros concelhos portugueses.

Em conjunto, estes valores revelam uma maior atratividade da freguesia de Santo António dos Olivais, refletindo-se numa maior diversidade de identidades culturais e de referências geográficas, entre outras.

Destacamos ainda a Igreja de Eiras que, ao contrário das igrejas localizadas em Santo António dos Olivais, mostra uma total uniformidade no que diz respeito à naturalidade da população inquirida. Ou seja, 100% dos inquiridos são naturais de Portugal e, em termos concelhios, 89,1% são naturais de Coimbra. Em Eiras, a população crente tem uma ligação mais próxima com Coimbra, uma vez que foi neste concelho onde a população nasceu e vive atualmente, criando as suas raízes familiares e sociais, mas também religiosas. Coimbra é o seu ponto de referência e o lugar que representa o início de um percurso vivencial e que interceta com o seu percurso religioso.

Quadro 62: Concelho de residência do inquirido

Igreja	Residência_Concelho				
	Coimbra		Outro Concelho Portugueses		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º
Igreja de Eiras	54	98,2	1	1,8	55
Igreja da Rainha Santa Isabel	53	96,4	2	3,6	55
Igreja de S. Martinho do Bispo	55	100,0	0	0,0	55
Igreja da Sé Nova	54	98,2	1	1,8	55
Igreja de S. José	52	94,5	3	5,5	55
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	54	98,2	1	1,8	55
Igreja de S. João Batista	54	98,2	1	1,8	55
Total	**376**	**97,7**	**9**	**2,3**	**385**

Fonte: inquéritos, 2014

Quanto ao concelho de residência, aferimos que cerca de 97,7% da população reside no concelho de Coimbra e apenas 2,3% se desloca de outros concelhos para assistir à missa dominical (quadro 62). Na sua grande maioria, deslocam-se de concelhos muito próximos ou limítrofes de Coimbra, como Condeixa-a-Nova, Soure, Penacova ou Figueira da Foz.

Relativamente à variável freguesia de residência constatámos que 38,8% da população inquirida reside na freguesia de Santo António dos Olivais, que agrega inquiridos de todas as igrejas onde realizámos os inquéritos, com exceção de Eiras. As restantes freguesias com maior número de inquiridos correspondem aos lugares onde realizámos os inquéritos, ou seja, São Martinho do Bispo, Eiras e Santa Clara (quadro 63).

Quadro 63: Freguesia de residência do inquirido

Freguesia de Residência	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Santo António dos Olivais		2	2	31	37	32	42	146	38,8
São Martinho do Bispo		5	50	1				56	14,9
Eiras	41	1		2	1	2	3	50	13,3
Santa Clara		41		2	3	4		50	13,3
Sé Nova	1			15	8	9	2	35	9,3
São Paulo de Frades	8						1	9	2,4
Santa Cruz		1		3		3		7	1,9
Cernache					1	3	1	5	1,3
Ameal			3					3	0,8
Brasfemes	3							3	0,8
Ceira							3	3	0,8
Almalaguês		2						2	0,5
Antuzede					1			1	0,3
Assafarge							1	1	0,3
Castelo Viegas					1			1	0,3
Ribeira de Frades						1		1	0,3
Souselas	1							1	0,3
Taveiro		1						1	0,3
Torres do Mondego							1	1	0,3
Total N.º	**54**	**53**	**55**	**54**	**52**	**54**	**54**	**376**	**100,0**
%	**14,4**	**14,4**	**14,6**	**14,4**	**13,8**	**14,4**	**14,4**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Apenas no que diz respeito à população que reside em Coimbra (376 inquiridos), optámos por ponderar se a freguesia de residência corresponde à freguesia onde se localiza a igreja que os inquiridos frequentam. Assim, para 68,6% dos inquiridos, coincide a freguesia de residência e o território da sua igreja e, para 31,4%, não há correspondência, tendo a população que se deslocar de outras freguesias da cidade para assistir à missa dominical (quadro 64).

Quadro 64: Freguesia de residência do inquirido

Igreja	Residência_Freguesia					
	Reside na freguesia onde se localiza a igreja		Reside noutra freguesia		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	41	75,9	13	24,1	54	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	41	77,4	12	22,6	53	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	50	90,9	5	9,1	55	100,0
Igreja da Sé Nova	15	27,8	39	72,2	54	100,0
Igreja de S. José	37	71,2	15	28,8	52	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	32	59,3	22	40,7	54	100,0
Igreja de S. João Batista	42	77,8	12	22,2	54	100,0
Total	**258**	**68,6**	**118**	**31,4**	**376**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Destacamos a Igreja de S. Martinho do Bispo, uma vez que, para 90,9% dos inquiridos, coincide a divisão administrativa e a divisão eclesiástica. Ou seja, a grande maioria da população inquirida reside na freguesia de S. Martinho do Bispo e frequenta a igreja nesta freguesia. Apenas 9,1% dos inquiridos deslocam-se de outras freguesias para assistir à missa dominical. Situação inversa encontramos na Igreja da Sé Nova, em que 72,2% dos católicos inquiridos se deslocam de outras freguesias da cidade para frequentar esta igreja (quadro 64).

Quadro 65: Tempo médio em que o inquirido habita na atual residência

Igreja	Tempo Médio	NR
	N.º	
Igreja de Eiras	28	0
Igreja da Rainha Santa Isabel	19	0
Igreja de S. Martinho do Bispo	31	0
Igreja da Sé Nova	21	1
Igreja de S. José	18	3
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	18	0
Igreja de S. João Batista	19	1
Total	**22**	**5**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 66: Tempo médio em que o inquirido habita na atual residência

Igreja	Tempo médio que habita atual residência						
	1-10	11-20	21-30	31-40	+41	NR	Total
	%						
Igreja de Eiras	18,5	29,6	20,4	9,3	22,2	0,0	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	41,5	13,2	24,5	9,4	11,3	0,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	16,4	18,2	23,6	12,7	29,1	0,0	100,0
Igreja da Sé Nova	22,2	31,5	29,6	3,7	11,1	1,9	100,0
Igreja de S. José	36,5	21,2	17,3	13,5	5,8	5,8	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	40,7	33,3	11,1	3,7	11,1	0,0	100,0
Igreja de S. João Batista	46,3	5,6	24,1	16,7	5,6	1,9	100,0
Total	**31,6**	**21,8**	**21,5**	**9,8**	**13,8**	**1,3**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Concluímos também que a população inquirida habita na sua atual residência, em média, há 22 anos, o que torna esta cidade parte integrante da vida e do quotidiano dos inquiridos. Em média, a população da Igreja de S. Martinho do Bispo habita na sua atual residência há cerca de 31 anos e, se analisarmos por escalões, cerca de 29,1% residem há

mais de 41 anos. A população de Eiras reside, em média, há 28 anos e cerca de 22,2% da população reside há mais de 41 anos (quadro 65 e 66).

Nestes duas situações, o longo período e a estabilidade do local de residência em Coimbra permitem à população estabelecer uma relação de pertença densa e forte com a freguesia onde reside, mas também com a própria cidade de Coimbra. São duas comunidades estáveis no qual o lugar de residência do inquirido é o ponto de partida para compreender grande parte dos seus comportamentos e das vivências passadas e quotidianas. Assim, no caso específico de S. Martinho do Bispo e de Eira, a respetiva freguesia de residência representa parte do seu passado vivencial, das suas histórias e das suas memórias e, neste sentido, é a partir desta referência espacial que os inquiridos percecionam e representam a paisagem e os lugares religiosos da cidade (cf. Granovetter, 1973).

Também da leitura dos quadros anteriores aferimos que a população inquirida na Igreja de S. João Batista, apesar de residir em média há 18 anos no seu local de residência, o grupo mais representativo é da população que reside há menos de 10 anos (46,3%). Esta situação pode estar relacionada com o facto de o lugar onde se situa a igreja ser uma área residencial urbana muito recente (quadros 65 e 66).

No que diz respeito ao espaço vivido da população, avaliamos que grande parte da população trabalha ou estuda na cidade de Coimbra (60,5%) e apenas 8,6% da população ativa trabalha noutros concelhos limítrofes, como Mealhada, Cantanhede, Figueira da Foz, Aveiro, Penacova, Condeixa-a-Nova, ou mesmo em concelhos mais distantes, como Lisboa ou Cascais (quadro 67).

Quadro 67: Local de trabalho do inquirido

Igreja	Trabalha em Coimbra				
	Sim	Não	NR	NA	Total
	%				
Igreja de Eiras	56,4	9,1	1,8	32,7	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	74,5	9,1	0,0	16,4	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	50,9	3,6	0,0	45,5	100,0
Igreja da Sé Nova	65,5	7,3	0,0	27,3	100,0
Igreja de S. José	61,8	5,5	1,8	30,9	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	65,5	9,1	1,8	23,6	100,0
Igreja de S. João Batista	49,1	16,4	0,0	34,5	100,0
Total	**60,5**	**8,6**	**0,8**	**30,1**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Uma vez que a maioria da população reside e trabalha em Coimbra, podemos também concluir que, para a população inquirida, o espaço vivido do quotidiano está circunscrito a esta cidade. Trata-se do território do dia a dia, o território onde a população vive, trabalha ou estuda, faz as suas compras diárias, utiliza os demais serviços de apoio ao munícipe e frequenta a missa. A população utiliza este território e é nele onde acontecem os diferentes momentos pessoais, individuais ou coletivos, de onde destacamos a prática religiosa e a frequência da missa dominical. Consideramos que existe uma ligação forte com o espaço, condicionando o uso e a perceção da cidade.

Para definir o perfil e o estilo de vida da população inquirida, analisámos as habilitações literárias da população (quadro 68). Verificámos que cerca de 56,9% da população atingiu o nível de ensino superior, tendo concluído o bacharelato, a licenciatura, a pós-graduação, o mestrado ou o doutoramento[134]. Do conjunto, destacamos a população inquirida nas igrejas de S. João Batista e de Nossa Senhora de Lurdes, uma vez que, 78,2% e 80,0%, respetivamente, concluiu o ensino superior. Numa situação de contraste aferimos que a população praticante nas igrejas de S. Martinho do Bispo e de Eiras tem um nível de escolaridade mais baixo, uma vez que, na primeira igreja, cerca de 83,6% dos inquiridos não atingiu o nível superior e, no caso da segunda, 74,5%. Acrescentamos que, na Igreja de S. Martinho do Bispo, 63,6% da população inquirida apenas concluiu o 9.º ano de escolaridade e 18,2% completou o 12.º ano (quadro 69).

Quadro 68: Habilitações literárias do inquirido, atingiu ou não o ensino superior

Igreja	Habilitações Literárias							
	Não atingiu o nível superior		Atinguiu o nível superior		NR		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	41	74,5	14	25,5	0	0,0	55	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	19	34,5	36	65,5	0	0,0	55	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	46	83,6	9	16,4	0	0,0	55	100,0
Igreja da Sé Nova	18	32,7	37	67,3	0	0,0	55	100,0
Igreja de S. José	19	34,5	36	65,5	0	0,0	55	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	10	18,2	44	80,0	1	1,8	55	100,0
Igreja de S. João Batista	12	21,8	43	78,2	0	0,0	55	100,0
Total	**165**	**42,9**	**219**	**56,9**	**1**	**0,3**	**385**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

[134] Na classificação das habilitações literárias, optámos por não fazer alusão ao sistema de Bolonha, uma vez que, à partida, a população que iríamos inquirir frequentou ainda o sistema antigo.

Quadro 69: Habilitações literárias do inquirido

Igreja	Habilitações Literárias						
	Curso Médio/Téc.-profissional	1º, 2º e 3º ciclo	Ensino Secundário	Bacharelato/Licenciatura	Pós-Grad./Mest./Dout.	NR	Total
	%						
Igreja de Eiras	5,5	41,8	27,3	18,2	7,3	0,0	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	0,0	18,2	16,4	40,0	25,5	0,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	1,8	63,6	18,2	9,1	7,3	0,0	100,0
Igreja da Sé Nova	0,0	7,3	25,5	43,6	23,6	0,0	100,0
Igreja de S. José	5,5	9,1	20,0	38,2	27,3	0,0	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	3,6	3,6	10,9	36,4	43,6	1,8	100,0
Igreja de S. João Batista	1,8	12,7	7,3	49,1	29,1	0,0	100,0
Total	**2,6**	**22,3**	**17,9**	**33,5**	**23,4**	**0,3**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Consideramos que, associado à questão da escolaridade, está o rendimento líquido mensal que a população aufere, bem como a condição perante o trabalho.

Concluímos que cerca de 44,4% da população tem um rendimento líquido mensal entre os 1.000 e os 3.000 euros. Deste valor destacamos 21,8% dos inquiridos que recebem entre os 1.000 e os 1.500 euros e 20,0% entre os 1.500 e os 3.000 euros. Aferimos também que são os inquiridos das igrejas de Nossa Senhora de Lurdes e de S. João Batista os que têm um rendimento mensal superior, isto porque 29,1% e 34,5%, respetivamente, dos inquiridos recebem um ordenado entre os 1.500 e os 3.000 euros. Por oposição, são os crentes das igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo que têm vencimentos inferiores. No caso de Eiras, cerca de 25,5% dos inquiridos não têm rendimento mensal e 27,3% recebem menos do que ordenado mínimo mensal que, à data da elaboração dos inquéritos, era de 485 euros mensais[135]. Em S. Martinho do Bispo, registamos 20,0% de população sem rendimento mensal e 32,7% que recebe um valor inferior a 485 euros (quadro 70).

[135] A 1 de outubro de 2014, com a publicação do Decreto-Lei n.º 144/2014, o ordenado mínimo nacional passou a ser de 505,00 euros mensais.

Quadro 70: Rendimento líquido mensal do inquirido

Igreja	Rendimento Líquido Mensal							
	sem rendimento mensal	menos de 485€	de 485 a 1.000€	de 1.000 a 1.500€	de 1.500 a 3.000€	mais de 3.000€	NR	Total
	%							
Igreja de Eiras	25,5	27,3	20,0	12,7	12,7	0,0	1,8	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	5,5	23,6	29,1	18,2	12,7	1,8	9,1	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	20,0	32,7	25,5	12,7	5,5	0,0	3,6	100,0
Igreja da Sé Nova	23,6	7,3	12,7	20,0	29,1	5,5	1,8	100,0
Igreja de S. José	12,7	7,3	21,8	30,9	16,4	3,6	7,3	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	10,9	3,6	10,9	32,7	29,1	5,5	7,3	100,0
Igreja de S. João Batista	3,6	7,3	25,5	25,5	34,5	1,8	1,8	100,0
Total	**14,5**	**15,6**	**20,8**	**21,8**	**20,0**	**2,6**	**4,7**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Embora nem sempre seja coincidente, pois a população reformada e desempregada tem, em muitas situações, um rendimento líquido mensal, verificamos que em S. Martinho do Bispo há uma percentagem elevada de reformados (34,5%), de desempregados (5,5%) e de inativos (5,5%), o que poderá contribuir para os rendimentos da população serem inferiores. Em Eiras, a situação também não é distante, sendo que, nesta igreja, se regista a menor percentagem de população ativa (41,8%) e percentagens elevadas de população desempregada (7,3%) e reformada (25,5%).

Estando a Igreja da Sé Nova localizada junto ao pólo central e mais antigo da Universidade de Coimbra, verificamos ser a igreja onde se regista a maior percentagem de população estudante (23,6%).

A população inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel apresenta uma maior percentagem de população que trabalha (74,5%), comprovando os valores apresentados pelo INE que coloca esta freguesia com a maior percentagem de população ativa do concelho (quadro 67).

Quadro 71: Condição perante a atividade económica[136]

Igreja	Condição perante a profissão						
	Trabalha	Estuda	Está Reformado	Está Desempregado	Outro Inativo	NR	Total
	%						
Igreja de Eiras	41,8	21,8	25,5	7,3	1,8	1,8	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	74,5	7,3	12,7	3,6	1,8	0,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	41,8	12,7	34,5	5,5	5,5	0,0	100,0
Igreja da Sé Nova	45,5	23,6	20,0	5,5	1,8	3,6	100,0
Igreja de S. José	60,0	7,3	25,5	1,8	3,6	1,8	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	63,6	9,1	21,8	3,6	0,0	1,8	100,0
Igreja de S. João Batista	65,5	0,0	32,7	1,8	0,0	0,0	100,0
Total	**56,1**	**11,7**	**24,7**	**4,2**	**2,1**	**1,3**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Ao apurarmos que 56,1% da população inquirida trabalha, aferimos também a profissão que cada inquirido exerce. Do total da população que trabalha 97,7% indicou uma profissão, 0,9% não especificou a sua profissão e 1,4% referiu que é sacerdote ou tem uma ocupação similar (quadro 72)

Quadro 72 Profissão do inquirido, pela Classificação Nacional das Profissões

Classificação Nacional das Profissões	Igreja							
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total
	%							
1- Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0,0	2,4	0,0	4,0	21,2	8,6	5,6	**6,5**
2- Especialistas das atividades intelectuais e científicas	47,8	65,9	30,4	72,0	57,6	74,3	72,2	**62,0**
3- Técnicos e profissões de nível intermédio	8,7	7,3	8,7	8,0	6,1	8,6	5,6	**7,4**
4- Pessoal administrativo	30,4	9,8	4,3	12,0	3,0	5,7	5,6	**9,3**
5- Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	0,0	0,0	26,1	0,0	9,1	0,0	0,0	**4,2**
7- Trabalhadores qualificados da insdústria , construção e	0,0	2,4	8,7	0,0	0,0	0,0	5,6	**2,3**
8- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	0,0	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**1,4**
9- Trabalhadores não qualificados	13,0	2,4	21,7	0,0	3,0	0,0	0,0	**4,6**
Sacerdote ou similar	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	**0,9**
NR	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	5,6	**1,4**
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Do total da amostra constatámos que 62,0% são especialistas das atividades intelectuais e científicas (quadro 72), dos quais destacamos os médicos, os enfermeiros, os professores e os advogados, que, no conjunto, representam 52,2% deste grupo profissional.

[136] Incluímos no grupo da população inativa as resposta de "mãe" e de "dona de casa" e que não auferem nenhum rendimento mensal.

O segundo grupo com maior representatividade é o do pessoal administrativo. Com cerca de 9,3% do total da população inquirida, fazem parte deste grupo as assistentes administrativas e escriturárias.

Numa análise por igreja, notamos que as profissões que exigem habilitações literárias mais elevadas estão mais representadas nas igrejas das freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais, seguidas da Igreja da Rainha Santa Isabel. Na Igreja de S. José, por exemplo, cerca de 21,2% da população exerce uma profissão de dirigente, de diretor ou de gestor executivo. Na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, 74,3% da população é especialista de uma atividade intelectual ou científica. Enquadra-se neste grupo profissional apenas 30,4% da população da Igreja de S. Martinho do Bispo e 47,8% da Igreja de Eiras. Aliás, nestas duas igrejas, destacamos as elevadas percentagens de pessoal administrativo e ainda de trabalhadores não classificados, que representam 21,7% e 13,0%, respetivamente, dos inquiridos (quadro 72).

Um outro indicador que julgamos importante averiguar é o estado civil da população inquirida. Da leitura do quadro seguinte verificamos que 60,5% da população é casada, 24,7% solteira, 9,6% viúva, 4,7% divorciada e 0,5% vive em união de fato. Estes dados mostram que o perfil da população católica está associado à estabilidade das relações conjugais e à formalização dos agregados familiares através do casamento.

Nas paróquias de S. José e de S. João Batista, regista-se uma maior percentagem de população casada (70,9%), situação contrária à que encontramos na paróquia da Sé Nova, que apresenta uma percentagem inferior de casais (47,3%), e a percentagem mais elevada de população solteira (41,8%). S. Martinho do Bispo destaca-se pela elevada percentagem de população viúva (20,0%), sendo concordante com o facto de ser nesta paróquia que a média de idades é mais elevada, permitindo associar o envelhecimento à viuvez (quadro 73).

Quadro 73: Estado civil do inquirido

Igreja	Estado Civil					
	solteiro	casado	união de fato	divorciado	viúvo	Total
	%					
Igreja de Eiras	34,5	54,5	0,0	3,6	7,3	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	21,8	65,5	1,8	3,6	7,3	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	21,8	50,9	1,8	5,5	20,0	100,0
Igreja da Sé Nova	41,8	47,3	0,0	3,6	7,3	100,0
Igreja de S. José	20,0	70,9	0,0	5,5	3,6	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	18,2	63,6	0,0	5,5	12,7	100,0
Igreja de S. João Batista	14,5	70,9	0,0	5,5	9,1	100,0
Total	**24,7**	**60,5**	**0,5**	**4,7**	**9,6**	**100,0**

Fonte: Inquéritos, 2014

Quadro 74: Pessoas com quem vive o inquirido

Igreja	Pessoas com quem vive			
	Vive sozinho	Vive com amigos	Com agregado familiar	Total
	%			
Igreja de Eiras	12,7	0,0	87,3	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	10,9	0,0	89,1	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	27,3	1,8	70,9	100,0
Igreja da Sé Nova	12,7	0,0	87,3	100,0
Igreja de S. José	10,9	0,0	89,1	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	10,9	7,3	81,8	100,0
Igreja de S. João Batista	7,3	1,8	90,9	100,0
Total	**13,2**	**1,6**	**85,2**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Uma vez que a maioria da população é casada, apurámos também que 85,2% dos inquiridos vivem inseridos num agregado familiar (quadro 74). Os agregados são, sobretudo, constituídos por famílias simples, compostas por marido ou mulher e filhos (38,1%) ou apenas por marido e mulher (28,4%) (quadro 75)

Quadro 75: Composição do agregado familiar do inquirido

Igreja	Composição do agregado familiar							
	Mulher/ Marido	Mulher/Marido e Filho (s)	Mulher/Marido, Filho (s) e Outro (s)	Filho (a)	Pais	Pais e Irmão (ã)	Outros	Total
	%							
Igreja de Eiras	16,7	41,7	4,2	4,2	18,8	10,4	4,2	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	31,3	41,7	4,2	0,0	12,5	8,3	4,2	102,1
Igreja de S. Martinho do Bispo	32,7	38,8	8,2	2,0	8,2	6,1	4,1	100,0
Igreja da Sé Nova	29,2	20,8	2,1	6,3	8,3	27,1	6,3	100,0
Igreja de S. José	38,5	35,9	0,0	10,3	5,1	7,7	2,6	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	28,9	40,0	4,4	17,8	0,0	4,4	4,4	100,0
Igreja de S. João Batista	24,0	48,0	2,0	4,0	10,0	0,0	12,0	100,0
Total	**28,4**	**38,1**	**3,7**	**6,1**	**9,1**	**9,1**	**5,5**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Da leitura do quadro anterior verificámos também que há agregados compostos pelos dois membros do casal, pelos respetivos filhos e por um outro elemento da família, como pais ou sogros do inquirido. Nestes casos, são famílias complexas, compostas por diferentes gerações. Há ainda um número significativo de agregados constituídos apenas pelo pai ou mãe e pelos filhos, acompanhando a alteração da estrutura familiar, refletida na monoparentalidade. Aliás, a recente alteração da organização e da estruturação das famílias portuguesas, que analisámos no ponto anterior (cf. Pais *etl al*, 2014), está também refletida na percentagem significativa de pessoas a viverem sozinhas, quer sejam jovens ainda solteiros ou idosos viúvos. Por esta razão, 27,3% da população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo vive sozinha e, nas igrejas de Eiras e da Sé Nova, os núcleos unipessoais representam, em ambos os casos, 12,7% (quadro 75).

Relativamente ao número de filhos por agregado familiar apuramos que, embora com situações distintas, a tendência encontrada é semelhante ao contexto apurado no concelho de Coimbra e até a nível nacional. No total da amostra e ponderando apenas os inquiridos com filhos no seu agregado familiar, concluímos que 46,5% tem apenas um filho, 41,5% dois filhos e 11,9% três ou mais filhos (quadro 76).

Quadro 76: Número de filhos por agregado familiar

Igreja	Número de Agregados Familiares_Número de Filhos			
	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Total
	%			
Igreja de Eiras	54,2	37,5	8,3	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	45,5	50,0	4,5	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	88,9	11,1	0,0	100,0
Igreja da Sé Nova	40,0	40,0	20,0	100,0
Igreja de S. José	40,0	48,0	12,0	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	25,0	57,1	17,9	100,0
Igreja de S. João Batista	44,4	37,0	18,5	100,0
Total	**46,5**	**41,5**	**11,9**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Este valor mostra que as famílias, mesmo as católicas praticantes, tendem a ser constituídas por um número reduzido de filhos, deixando de estar associada à identidade católica as famílias numerosas.

Em termos geográficos, observamos que, nas igrejas localizadas na freguesia de Santo António dos Olivais, as famílias são mais numerosas, sendo que a percentagem de agregados com dois filhos é superior na Igreja de S. José e na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes e a percentagem de agregados com três ou mais filhos é superior na Igreja de S.

João Batista. Porventura, o perfil socioeconómico da população integrada nestas duas igrejas permitirá fomentar o aumento do número de filhos por casal.

Tendo em conta a abordagem anterior de alguns indicadores da população inquirida, elaborámos o perfil da população católica praticante da diocese de Coimbra, agregando as igrejas que nos parecem ter um perfil idêntico.

Quadro 77:Resumo do perfil inquirido

Perfil dos Inquiridos	Igreja							
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total
	%							
Grupo Etário								
15-24	23,6	9,1	10,9	23,6	7,3	5,5	0,0	11,4
25-39	10,9	32,7	14,5	16,4	30,9	27,3	21,8	22,1
40-54	30,9	32,7	23,6	27,3	21,8	23,6	38,2	28,3
55-69	16,4	14,5	29,1	21,8	18,2	36,4	25,5	23,1
70 e +	18,2	10,9	21,8	10,9	21,8	7,3	14,5	15,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo								
H	18,2	43,6	21,8	29,1	30,9	25,5	34,5	29,1
M	81,8	56,4	78,2	70,9	69,1	74,5	65,5	70,9
Nacionalidade País								
Portuguesa	100,0	98,2	98,2	100,0	92,7	92,7	92,7	96,4
Outra	0,0	1,8	1,8	0,0	7,3	7,3	7,3	3,6
Nacionalidade Concelho								
Coimbra	89,1	78,2	72,7	65,5	50,9	52,7	50,9	65,7
Outros Concelhos PT	10,9	20,0	25,5	34,5	41,8	40,0	41,8	30,6
Outros Concelhos Est.	0,0	1,8	1,8	0,0	7,3	7,3	7,3	3,6
Resiência Concelho								
Coimbra	98,2	96,4	100,0	98,2	94,5	98,2	98,2	97,7
Fora de Coimbra	1,8	3,6	0,0	1,8	5,5	1,8	1,8	2,3
Residência Freguesia								
Reside na freguesia onde se localiza a igreja	75,9	77,4	90,9	27,8	37,0	59,3	77,8	68,6
Reside noutra freguesia onde se localiza a igreja	24,1	22,6	9,1	72,2	63,0	40,7	22,2	31,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Habilitações Literárias								
Curso Médio/Téc.-profissional	5,5	0,0	1,8	0,0	5,5	3,6	1,8	2,6
1º, 2º e 3º ciclo	41,8	18,2	63,6	7,3	9,1	3,6	12,7	22,3
Ensino Secundário	27,3	16,4	18,2	25,5	20,0	10,9	7,3	17,9
Bacharelato/Licenciatura	18,2	40,0	9,1	43,6	38,2	36,4	49,1	33,5
Pós-Grad./Mest./Dout.	7,3	25,5	7,3	23,6	27,3	43,6	29,1	23,4
NR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimento Líquido Mensal								
sem rendimento mensal	25,5	5,5	20,0	23,6	12,7	10,9	3,6	14,5
menos de 485€	27,3	23,6	32,7	7,3	7,3	3,6	7,3	15,6
de 485 a 1.000€	20,0	29,1	25,5	12,7	21,8	10,9	25,5	20,8
de 1.000 a 1.500€	12,7	18,2	12,7	20,0	30,9	32,7	25,5	21,8
de 1.500 a 3.000€	12,7	12,7	5,5	29,1	16,4	29,1	34,5	20,0
mais de 3.000€	0,0	1,8	0,0	5,5	3,6	5,5	1,8	2,6
NR	1,8	9,1	3,6	1,8	7,3	7,3	1,8	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Condição perante o trabalho								
Trabalha	41,8	74,5	43,6	43,6	60,0	63,6	65,5	56,1
Estuda	21,8	7,3	12,7	23,6	7,3	9,1	0,0	11,7
Está Reformado	25,5	12,7	34,5	21,8	25,5	21,8	32,7	24,9
Está Desempregado	7,3	3,6	5,5	5,5	1,8	3,6	1,8	4,2
Outro Inativo	1,8	1,8	3,6	1,8	3,6	0,0	0,0	1,8
NR	1,8	0,0	0,0	3,6	1,8	1,8	0,0	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estado Civil								
solteiro	34,5	21,8	21,8	41,8	20,0	18,2	14,5	24,7
casado	54,5	65,5	50,9	47,3	70,9	63,6	70,9	60,5
união de fato	0,0	1,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
divorciado	3,6	3,6	5,5	3,6	5,5	5,5	5,5	4,7
viúvo	7,3	7,3	20,0	7,3	3,6	12,7	9,1	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pessoas com quem vive								
Vive sozinho (a)	12,7	10,9	27,3	12,7	10,9	10,9	7,3	13,2
Vive com amigo (s)	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	7,3	1,8	1,6
Com agregado familiar	87,3	89,1	70,9	87,3	89,1	81,8	90,9	85,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Composição do agregado familiar								
Mulher/Marido	16,7	31,3	32,7	29,2	38,5	28,9	24,0	28,4
Mulher/Marido e Filho (s)	41,7	41,7	38,8	20,8	35,9	40,0	48,0	38,1
Mulher/Marido, Filho (s) e Outro (s)	4,2	4,2	8,2	2,1	0,0	4,4	2,0	3,7
Filho (a)	4,2	0,0	2,0	6,3	10,3	17,8	4,0	6,1
Pais	18,8	12,5	8,2	8,3	5,1	0,0	10,0	9,1
Pais e Irmão (ã)	10,4	8,3	6,1	27,1	7,7	4,4	0,0	9,1
Outros	4,2	4,2	4,1	6,3	2,6	4,4	12,0	5,5
Total	100,0	102,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Filhos								
1 Filho	54,2	45,5	88,9	40,0	40,0	25,0	44,4	46,5
2 Filhos	37,5	50,0	11,1	40,0	48,0	57,1	37,0	41,5
3 ou mais Filhos	8,3	4,5	0,0	20,0	12,0	17,9	18,5	11,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inquéritos, 2014

Igreja de S. Martinho do Bispo e Igreja de Eiras

Da análise dos resultados anteriores e comparando os valores por igreja, constatamos que a população que frequenta estes dois lugares sagrados apresenta algumas fragilidades sociais e económicas, em particular associadas ao envelhecimento, à viuvez, ao desemprego, aos baixos rendimentos e às habilitações literárias.

De forma mais esquemática, os valores apresentados apontam para:

- população envelhecida e maioritariamente do sexo feminino;
- população com nacionalidade portuguesa e natural do concelho de Coimbra;
- população que reside no concelho de Coimbra e na freguesia onde se situa a igreja que frequenta;
- população que apresenta maior estabilidade de local de residência;
- população com poucas habilitações literárias e com um rendimento líquido mensal igual ou inferior ao ordenado mínimo nacional;
- elevada percentagem de população que exerce uma profissão inserida no grupo profissional do "pessoal administrativo" e dos "trabalhadores não qualificados";
- elevada percentagem de população desempregada ou reformada;
- maior percentagem de agregados familiares com apenas um filho e maior percentagem de agregados familiares complexos;
- em S. Martinho do Bispo há uma maior percentagem de população viúva e que vive sozinha.

Igreja da Rainha Santa Isabel:

Da leitura dos resultados constatamos que a população que frequenta a Igreja da Rainha Santa Isabel apresenta as seguintes características:

- população jovem e adulta e com algum equilíbrio entre homens e mulheres;
- população com nacionalidade portuguesa e natural do concelho de Coimbra;
- população que reside no concelho de Coimbra e na freguesia onde se situa a igreja que frequenta;
- população que atingiu o nível de ensino superior e com um rendimento líquido mensal entre o ordenado mínimo e os 1.000 euros;
- população ativa e menor percentagem de população reformada;
- população casada e inserida num agregado familiar simples.

Igreja da Sé Nova

Da análise dos valores apresentados concluímos que o perfil da população que frequenta esta igreja está associado a:

- população mais jovem e maioritariamente do sexo feminino;
- população com nacionalidade portuguesa e natural do concelho de Coimbra;
- população que não reside na freguesia da Sé Nova e que por isso, se desloca de outras freguesias da cidade para assistir à missa dominical;
- população com habilitações literárias superiores e que aufere um rendimento líquido mensal entre os 1.000 e os 3.000 euros;
- maior percentagem de população que exerce uma profissão de dirigente, de diretor ou de gestor executivo e, ainda, uma elevada percentagem de população especialista de atividades intelectuais ou científicas;
- maior percentagem de população que estuda e que é solteira;
- população inserida num agregado familiar.

Igrejas de S. José, de Nossa Senhora de Lurdes e de S. João Batista

O perfil da população católica destas igrejas é idêntico e traduz-se nas seguintes caraterístias:

- maior percentagem de população adulta e do sexo feminino;
- elevada percentagem de população com nacionalidade portuguesa e, em relação a outras igrejas, apresentando a maior percentagem de população natural de outros concelhos;
- embora com valores diminutos, frequentam estas igrejas inquiridos que residem noutros concelhos;
- população que reside há menos tempo na atual residência;
- população com habilitações literárias superiores e com rendimento líquido mensal também superior;
- menor percentagem de população desempregada e percentagens de população que trabalha entre os 61% e os 65%;
- elevada percentagem de população inserida no grupo profissional dos "especialistas das atividades intelectuais e científicas";
- maior percentagem de população casada e com agregado familiar;

- nas igrejas de S. José e de Nossa Senhora de Lurdes, há uma maior percentagem de agregados monoparentais.

À semelhança do que concluímos com o enquadramento sociodemográfico do concelho de Coimbra, verificámos que na cidade vivem e movimentam-se pessoas com diferentes identidades. A cidade é fragmentada e híbrida e não é uma realidade homogénea. Mesmo no contexto da população católica integrada na diocese de Coimbra, concluímos que há realidades distintas.

Consideramos que os diferentes perfis socioeconómicos e estilos de vida da população inquirida permitem caracterizar e distinguir a população que frequenta as igrejas em estudo. Apesar de todas as igrejas se situarem na malha urbana, encontramos diferentes perfis que, no nosso entender, condicionam o modo como a população que as frequenta conhece, usa, constrói e se apropria do território, seja ele nacional ou internacional.

Ou seja, relembramos as ideias de Frémont (1980), Tuan (1980, 1983) ou DiMéo (1998), entre outros, e iremos mostrar que há um conjunto de características identitárias como a idade, o género, a situação profissional, os rendimentos, entre outras, que condicionam a apropriação e a perceção do território. Em algumas circunstâncias aos fatores geográficos, ou melhor, a localização e a acessibilidade, interferem nas escolhas dos inquiridos. Noutros contextos, e porque estamos a trabalhar o mundo do sagrado, são os elementos subjetivos e íntimos que determinam a relação entre os inquiridos e os lugares de pertença.

4.2.2. A geografia da prática religiosa da população inquirida – os lugares de pertença no espaço vivido quotidiano

Após a análise do perfil socioeconómico da população inquirida, prosseguimos o nosso estudo com a pesquisa de algumas das características relativas à identidade da população católica praticante da diocese de Coimbra.

O modo como os crentes se inserem na sua comunidade católica, o número de vezes que frequentam a missa ou outros rituais católicos, as diferentes experiências religiosas em que participam e os diferentes lugares sagrados que conhecem ou frequentem podem, na nossa perspetiva, construir uma territorialidade muito específica e caracterizada pela sua multiterritorialidade e multiescalaridade (cf. Haesbaert, 2004a; Saquet, 2007, 2011).

A relação dos crentes com o espaço está alicerçada nesta territorialidade religiosa que, por estar centrada em questões inerentes ao sagrado, tem uma vertente transcendente e subjetiva mas também densa, forte e que marca de forma qualitativa o percurso vivencial dos crentes.

Para a análise da prática católica optámos por questionar o inquirido sobre o número de vezes a que assiste à missa[137]. Isto porque entendemos que, no conjunto das práticas religiosas, é a eucaristia aquela que representa o ritual católico que reúne, semanalmente, o maior número de fiéis.

Quadro 78: Número de vezes a que o inquirido vai à missa

Igreja	Número de vezes que vai à missa nesta Igreja							
	Raramente	Só em ocasiões especiais	1 vez por semana	Mais de 1 vez por semana	Todos os domingos e dias santos	1-2 vezes por mês	1-2 vezes por trimestre	Total
	%							
Igreja de Eiras	12,7	1,8	25,5	16,4	36,4	7,3	0,0	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	9,1	9,1	40,0	14,5	18,2	9,1	0,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	9,1	10,9	38,2	16,4	18,2	5,5	1,8	100,0
Igreja da Sé Nova	5,5	1,8	52,7	9,1	18,2	9,1	3,6	100,0
Igreja de S. José	1,8	3,6	47,3	1,8	29,1	9,1	7,3	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	1,8	9,1	43,6	5,5	29,1	9,1	1,8	100,0
Igreja de S. João Batista	5,5	9,1	32,7	18,2	23,6	5,5	5,5	100,0
Total	**6,5**	**6,5**	**40,0**	**11,7**	**24,7**	**7,8**	**2,9**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

[137] No inquérito realizado em 2011 pela CEP, os inquiridos foram questionados se eram ou não católicos e se eram ou não praticantes; no entanto, estes estudos procuram identificar a filiação religiosa dos inquiridos e, no nosso estudo de caso, partimos do princípio que os inquiridos são todos católicos e praticantes, isto porque, ao fazermos os inquéritos numa missa dominical, está já implicada, na maioria das situações, uma identidade e uma frequência.

Da observação do quadro anterior constatamos que a maioria da população vai à missa pelo menos uma vez por semana. Se juntarmos as opções "uma vez por semana", com 40,0%, "mais de uma vez por semana", com 11,7%, e "todos os domingos e dias santos", com 24,7%, verificamos que 76,4% da população inquirida assume a missa como uma prática religiosa semanal e, portanto, é considerada como um ritual que se repete de forma sistemática no calendário dos crentes (quadro 78).

Apenas 6,5% da população afirmou que raramente assiste à missa e 6,5% afirmou que apenas frequentava a missa em ocasiões especiais. Com percentagens também inferiores, encontram-se os inquiridos que frequentam a missa apenas uma a duas vezes por mês (7,8%) e os inquiridos que vão à missa apenas uma a duas vezes por trimestre (2,9%).

No relatório da CEP relativo a 2011, que caracteriza as identidades religiosas no nosso país, foi apresentado um modelo[138] que sintetiza o comportamento da população católica portuguesa. Aplicando este modelo ao nosso estudo de caso[139], [140] elaborámos o quadro que apresentamos de seguida.

Quadro 79: Modelo de caracterização do comportamento religioso dos inquiridos[141]

Igreja	Católico nominal	Católico praticante ocasional	Católico praticante irregular	Católico praticante regular	Católico observante	Católico militante	Total
	%						
Igreja de Eiras	0,0	14,5	0,0	7,3	23,6	54,5	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	0,0	18,2	0,0	9,1	29,1	43,6	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	0,0	20,0	1,8	5,5	38,2	34,5	100,0
Igreja da Sé Nova	0,0	7,3	3,6	9,1	38,2	41,8	100,0
Igreja de S. José	0,0	5,5	7,3	9,1	30,9	47,3	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	0,0	10,9	1,8	9,1	43,6	34,5	100,0
Igreja de S. João Batista	0,0	14,5	5,5	5,5	21,8	52,7	100,0
Total	**0,0**	**13,0**	**2,9**	**7,8**	**32,2**	**44,2**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

[138] Segundo o Relatório da CEP, os católicos podem dividir-se entre: 1) católicos nominais: nunca vão à missa; 2) católicos praticantes ocasionais: vão à missa raramente, menos de uma vez por ano ou entre 1 a 2 vezes por ano; 3) católicos praticantes irregulares: vão à missa entre 3 e 6 vezes por ano ou entre 7 e 11 vezes por ano; 4) católicos praticantes irregulares: vão à missa entre 1 e 2 vezes por mês; 5) católicos observantes: vão à missa todos os domingos e dias santos ou mais do que uma vez por semana; e, por fim, os 5) católicos militantes: à "prática observante" acrescentam a pertença a um movimento da Igreja Católica ou desenvolvem alguma atividade na paróquia (A. Teixeira, 2012a:16).

[139] Para a aplicação do modelo referente ao nosso estudo de caso, utilizamos as respostas às questões 2.1 e 2.7 do inquérito realizado.

[140] O grupo dos "católicos nominais" não tem valores, uma vez que o nosso inquérito foi efetuado à população que frequenta as missas dominicais e, portanto, pelo menos uma vez a população desloca-se à igreja para assistir à missa.

[141] Metodologia adaptada de A. Teixeira, 2012b:16.

A partir desde modelo, constatamos que cerca de 44,2% dos inquiridos são "católicos militantes", ou seja, acrescentam à frequência semanal na missa a pertença a um movimento ou o exercício de uma atividade na sua paróquia. Com particular destaque para os crentes das igrejas de Eiras e de S. João Batista, os católicos militantes pertencem, entre outros, ao Conselho Pastoral, ao Conselho Económico, ao Conselho Permanente, ao grupo do coro litúrgico, ou então, são ministros da comunhão ou catequistas (quadro 79).

O segundo grupo mais representativo é o dos "católicos observantes", que representam cerca de 32,2% dos inquiridos. Nesta categoria, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, uma vez que 43,6% dos seus paroquianos têm uma prática "observante", ou seja, vão à missa todos os domingos e dias santos ou mais do que uma vez por semana, mas não estão integrados em nenhum grupo da paróquia (quadro 79).

Da leitura do quadro seguinte aferimos também que as conclusões a que chegámos são próximas das que a CEP apurou para o território nacional[142], em 2011. Em ambos os casos, os "católicos observantes" e os "católicos ocasionais" atingem percentagens significativas. Contudo, no nosso estudo de caso, a população mais expressiva é a dos "católicos militantes", o que não acontece no estudo do CEP, onde esta categoria é das menos elevadas (quadro 80).

Quadro 80: Modelo de caracterização do comportamento religioso dos inquiridos

Católicos segundo a prática	**Inquéritos**	**CEP**
	%	
Católico nominal	0,0	10,3
Católico praticante ocasional	13,0	25,2
Católico praticante irregular	2,9	15,4
Católico praticante regular	7,8	14,5
Católico observante	32,2	23,6
Católico militante	44,2	11,0
Total	**100,0**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014[143]

Em suma, concluímos que a população inquirida não só frequenta semanalmente a igreja como tem nela uma participação ativa, envolvendo-se em algumas atividades da

[142] É de referir que, no nosso estudo de caso, o método de recolha da informação condicionou estes resultados. No caso do inquérito realizado pela CEP, foram feitas entrevistas ao domicílio e, no nosso caso, foi inquirida população que estivesse a assistir à missa dominical ou às vésperas e, neste contexto, não identificámos nenhum "católico nominal".
[143] Metodologia adaptada de A. Teixeira, 2012b:16.

igreja. Nestas circunstâncias há laços fortes entre a comunidade e os lugares sagrados que frequentam.

Face a esta relação de proximidade, procurámos observar os motivos que levam os inquiridos a frequentar as igrejas que selecionamos para o efeito. Não alargando muito o âmbito das questões, quisemos aferir se os motivos estão apenas associados a razões geográficas ou se estão associados a razões subjetivas e emotivas.

Conforme consta no quadro seguinte, cerca de 55,1% dos inquiridos indicam que a igreja está localizada a sua área de residência, 1,6% referiram que a igreja está próxima do local de trabalho e 42,9% referiram outras razões (quadro 81).

Quadro 81: Motivos que justificam a frequência das igrejas selecionadas

Igreja	Motivos pelos quais frequente esta Igreja				
	Está localizada na minha área de residência	Está próxima do meu local de trabalho	Outras razões	NR	Total
	%				
Igreja de Eiras	87,3	0,0	12,7	0,0	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	65,5	5,5	29,1	0,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	74,5	1,8	23,6	0,0	100,0
Igreja da Sé Nova	20,0	0,0	80,0	0,0	100,0
Igreja de S. José	60,0	1,8	36,4	1,8	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	21,8	0,0	78,2	0,0	100,0
Igreja de S. João Batista	56,4	1,8	40,0	1,8	100,0
Total	**55,1**	**1,6**	**42,9**	**0,5**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Do total das respostas apuradas destacamos a Igreja de Eiras, uma vez que 87,3% dos inquiridos identificaram a proximidade da igreja ao local de residência como sendo o principal motivo que justifica a escolha do seu lugar de culto. Na paróquia de S. Martinho do Bispo, cerca de 74,5% dos inquiridos responderam no mesmo sentido. Por oposição, a grande maioria dos inquiridos nas igrejas da Sé Nova e de Nossa Senhora de Lurdes frequenta estas igrejas não por questões associadas à localização, mas por outras razões, 80,0% na primeira igreja e 78,2% na segunda. É apenas de salientar que as outras razões referidas pelos inquiridos destas duas igrejas são, no caso da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, o facto de as missas serem celebradas por padres jesuítas da Companhia de Jesus e, no caso da Igreja da Sé Nova, o facto de os inquiridos pertencerem ao grupo de escuteiros ou ainda gostarem do pároco e serem convenientes os horários das missas.

Esta situação permite-nos avaliar que a população de Eiras e de S. Martinho do Bispo, freguesias mais afastadas do centro urbano e com um perfil socioeconómico mais empobrecido, têm uma relação de maior proximidade com a igreja que se localiza na sua área de residência, formando uma pequena comunidade local na sua freguesia.

No caso da Sé Nova e de Nossa Senhora de Lurdes, a população desloca-se de outras freguesias e até de outros concelhos para assistir à missa dominical e, nestas circunstâncias, a relação entre os crentes inquiridos e a sua igreja ou paróquia de residência é menos forte, definindo os seus laços de pertença com outros lugares sagrados.

Neste contexto, procurámos saber quais os motivos que justificam a mobilidade e a escolha do lugar de culto da população inquirida. Cerca de 42,6% da população inquirida referiu outras razões, tendo, nalguns casos, apresentado mais do que uma justificação para a sua escolha (quadro 82).

Quadro 82: Razões identificadas pelo inquirido que justificam a escolha da Igreja onde frequenta a missa

Outras Razões	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
missas celebradas pelos jesuítas						28		**28**	**15,8**
pertence ao grupo de escuteiros	1			13	6			**20**	**11,3**
gosto pelo pároco		1		6	1	3	3	**14**	**7,9**
gosto pelas celebrações		1		4	1	7		**13**	**7,3**
igreja em que os filhos/netos frequentam a catequese ou escuteiros		5	1	1	2	1		**10**	**5,6**
conveniência de horários				7		2		**9**	**5,1**
igreja que frequenta a família/amigos	1		1	4			2	**8**	**4,5**
igreja que gosto/ tenho interesse em frequentar				2	2	1	3	**8**	**4,5**
integro um grupo paroquial	1	2		3	1		1	**8**	**4,5**
só frequento em ocasiões eseaciais		2	3		2			**7**	**4,0**
acolhimento		1	1				4	**6**	**3,4**
espírito de comunidade				1			5	**6**	**3,4**
local que frequento há muitos anos/ hábito	1		1	1	2			**5**	**2,8**
razões sentimentais e afetivas	1			1	1	1	1	**5**	**2,8**
questões associadas à fé			2		1	1		**4**	**2,3**
igreja localizada na área de residência de familiares		1			1	1	1	**4**	**2,3**
por devoção à Rainha Santa Isabel		4						**4**	**2,3**
igreja com bom ambiente				2			2	**4**	**2,3**
conveniente em termos de horários		1			1		1	**3**	**1,7**
dinâmica pastoral					1		2	**3**	**1,7**
igreja localizada na área da minha antiga residência				1	1			**2**	**1,1**
celebro a missa dominical						1		**1**	**0,6**
estou ligado à obra apostólica da ordem religiosa						1		**1**	**0,6**
também frequento outras igrejas			1					**1**	**0,6**
é uma igreja bonita			1					**1**	**0,6**
boa localização							1	**1**	**0,6**
não gosto do pároco da paróquia da minha freguesia							1	**1**	**0,6**
Total N.º	**5**	**18**	**11**	**46**	**23**	**47**	**27**	**177**	**100,0**
%	**2,8**	**10,2**	**6,2**	**26,0**	**13,0**	**26,6**	**15,3**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Tendo em conta a observação do quadro anterior, verificamos que a principal razão que determina a escolha da Igreja da Sé Nova prende-se com o facto dos inquiridos pertencerem ao agrupamento de escuteiros (13 referências). Para além desta razão, a população afirma ter apreço pelo pároco e serem convenientes os horários das missas[144]. No caso da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, o principal motivo que justifica a escolha desta igreja é o facto de a missa ser celebrada por padres jesuítas (28 referências). Nesta igreja, das três celebrações realizadas ao domingo, uma é da responsabilidade da Companhia de Jesus, tendo sido nesta missa que realizámos os inquéritos[145]. Associado a este fator, apurámos também que a população opta por esta igreja pelo apreço que tem pelo pároco e ainda pelas suas celebrações.

Para além destas duas igrejas, os inquiridos que frequentam as missas nas igrejas de S. José e de S. João Batista referiram também outras razões que justificam a sua escolha. No caso da primeira igreja, a principal razão é, tal como na Sé Nova, a pertença ao grupo de escuteiros deste agrupamento e, no caso da segunda igreja, os motivos mais referidos foram o espírito de comunidade e o acolhimento que sentem nesta paróquia, mas também o bom ambiente vivido, a dinâmica paroquial e o apreço pelo pároco.

Relativamente à Igreja da Rainha Santa Isabel, os dois motivos mais referidos são a participação dos filhos ou dos netos em grupos de formação católica, como a catequese ou os escuteiros e, ainda, a devoção pela Rainha Santa Isabel.

Tendo presente que há uma percentagem muito elevada de inquiridos (42,6%) que refere outros motivos/razões que justificam a escolha das igrejas onde assistem à missa dominical, aferimos que, na atualidade, há outros fatores que determinam a escolha dos lugares sagrados. Assistimos à flexibilização do conceito de distância e à perda de importância do fator "residência" como o único a determinar as escolhas dos inquiridos. Mais do que a posição geográfica das igrejas, pondera-se, por exemplo, a proximidade social ou cultural entre os membros da comunidade, entre os grupos paroquiais ou entre os padres que celebram as missas. Ou seja, há outros canais de filiação da população inquirida com os lugares sagrados. Os grupos de jovens, como os escuteiros, os grupos da catequese ou os grupos corais, são exemplos de fatores de união que justificam o sentimento de pertença e de identidade, bem como a mobilidade da população inquirida.

[144] Na Igreja da Sé Nova, realiza-se a missa de véspera no sábado às 18 horas e no domingo às 11 e às 19 horas.
[145] Foram realizados 50 inquéritos na missa das 21h. 15m celebrada pelo Jesuítas, os restantes 5 inquéritos foram realizados na missa das 11h.

Pensadas estas razões, procurámos saber, junto dos inquiridos, se se identificam com a igreja que frequentam e quais os sentimentos ou as emoções que transmitem esses lugares.

Quadro 83: Relação dos inquiridos com a Igreja

Igreja	Identifica-se com a igreja			
	Sim	Não	NR	Total
	%			
Igreja de Eiras	87,3	7,3	5,5	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	78,2	18,2	3,6	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	94,5	5,5	0,0	100,0
Igreja da Sé Nova	83,6	10,9	5,5	100,0
Igreja de S. José	96,4	1,8	1,8	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	61,8	32,7	5,5	100,0
Igreja de S. João Batista	87,3	10,9	1,8	100,0
Total	**84,2**	**12,5**	**3,4**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Do total de respostas, apurámos que 84,2% dos inquiridos se identificam com a igreja que frequentam e apenas 12,5% tem uma opinião contrária (quadro 83).

É de referir que é a população de S. José, logo seguida da população de S. Martinho do Bispo, que mais se identifica com a respetiva igreja, obtendo 96,4% e 94,5%, respetivamente. A população inquirida nas igrejas de S. João Batista, de Eiras e da Sé Nova mostrou-se também muito próxima das igrejas que frequenta, obtendo valores superiores a 85%.

No sentido oposto, destacamos a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, que apresenta a percentagem mais elevada (32,7%) de inquiridos que não se identificam com esta igreja.

Por forma a melhor interpretar estes valores, requeremos aos inquiridos que indicassem as razões que justificam a sua identificação ou não com a igreja que frequentam. Uma vez que foi uma pergunta de resposta aberta, registámos que 82,1% dos inquiridos que deram uma resposta afirmativa apresentaram uma ou mais justificações, pelo que agrupámos as respostas no quadro seguinte.

Quadro 84: Motivos que justificam a identificação do inquirido com a Igreja

Outras Razões	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
fiz aqui o meu percurso religioso e realizei celebrações importantes	8	8	10	5	2	1		**34**	**11,7**
participo em atividades/ grupos da igreja	2	5	1	12	8	2	2	**32**	**11,0**
acolhimento e sentido de pertença/comunidade	3	3	3	4	4	6	9	**32**	**11,0**
paróquia localizada na minha área de residência	7	2	7		6	2	2	**26**	**8,9**
conheço/ gosto do pároco		1	1	6	5	4	5	**22**	**7,6**
local que frequento há muitos anos/ hábito	5	2	2	4	6	1	1	**21**	**7,2**
dinâmica pastoral	4	3		1	6		6	**20**	**6,9**
conheço e gosto das pessoas que frequentam esta paróquia	4		5	2	3	4		**18**	**6,2**
gosto pelas celebrações		1	2	4	4	3	2	**16**	**5,5**
questões associadas à fé		2	4	4	2		4	**16**	**5,5**
gosto do ambiente que se vive	2		2		2		2	**8**	**2,7**
igreja que frequenta a família/amigos	3	1	3			2		**9**	**3,1**
sinto conforto/sinto-me bem	2	4	1		1			**8**	**2,7**
porque a missa tem cariz inaciano						8		**8**	**2,7**
boa localização		1			1		4	**6**	**2,1**
por devoção à Rainha Santa Isabel		4						**4**	**1,4**
questões associadas à arquitetura e ao enquadramento da igreja		1		2				**3**	**1,0**
razões sentimentais e afetivas			1		2			**3**	**1,0**
tem muita população jovem					2		1	**3**	**1,0**
só frequento em ocasiões espaciais			1					**1**	**0,3**
conveniência de horário				1				**1**	**0,3**
Total N.º	**40**	**38**	**43**	**45**	**54**	**33**	**38**	**291**	**100,0**
%	**13,7**	**13,1**	**14,8**	**15,5**	**18,6**	**11,3**	**13,1**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Do total de referências verificámos que o principal motivo é o facto de a população ter efetuado o seu percurso religioso na igreja em questão, em particular ter pertencido a diferentes grupos de formação católica, como a catequese ou os escuteiros, ou ainda ter realizado, na igreja, celebrações e rituais católicos importantes, como o batismo, o casamento, a primeira comunhão ou o crisma (11,7%) (quadro 84).

A prática católica implica uma continuidade e a sucessão de rituais, que vão densificando e comprometendo a relação dos crentes com a Igreja. Ora, o facto de a população justificar a sua ligação com a igreja com algumas práticas realizadas no passado permite-nos conhecer os episódios que marcaram a vida dos crentes, mas também os lugares onde estes rituais aconteceram. Não são apenas os rituais que marcam o percurso de vida dos crentes, mas os lugares que se tornaram territórios de pertença e de identidade.

Note-se que foi nas igrejas de Eiras, da Rainha Santa Isabel e de S. Martinho do Bispo que a população evidenciou esta continuidade de pertença e de ligação concreta e afetiva com os lugares onde realizou o seu percurso de vida católica. Em particular nas igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo, parece não haver uma alteração do lugar de culto, uma vez que estas igrejas continuam a ser o ponto de referência dos inquiridos.

É de referir que, nestes dois casos, a segunda razão mais referida, e que justifica a identificação dos inquiridos com a igreja, é o facto de esta estar localizada na sua área de residência. Ou seja, a população que frequenta as igrejas estabelece uma relação concreta entre a sua freguesia de residência e a igreja ou paróquia da sua freguesia. São dois pontos geográficos que coincidem e sustentam a identidade dos crentes. São, pois, comunidades locais, estruturadas por laços fortes de união entre os membros da mesma comunidade e entre as igrejas que frequentam.

Nas igrejas localizadas no espaço urbano mais consolidado, nas freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais, os inquiridos identificam-se com as paróquias em questão, não pelo seu percurso religioso, mas por estarem integrados nalgum grupo paroquial ou por algumas características que a igreja apresenta. Na Igreja de S. José, por exemplo, os inquiridos fazem referência ao dinamismo da paróquia e à sua participação em determinados grupos ou atividades realizadas na igreja, tais como a catequese, o grupo de escuteiros, o grupo coral, o Conselho Pastoral, o Conselho Económico, entre outros. São atividades que implicam um compromisso e uma participação assídua ou, pelo menos, semanal. Acresce que os inquiridos desta paróquia referem que conhecem e têm apreço pelo pároco, mas também pelas pessoas que frequentam a missa.

Pensamos que estas duas referências são essenciais para que a igreja transmita e represente sentimentos de segurança e de conforto, que favorecem uma relação de proximidade entre os crentes e a comunidade e entre os crentes e os lugares (cf. Eliade, 1992, 2004; Durkheim, 2002; Tuan, 1979; Otto, 2005).

Na igreja de Nossa Senhora de Lurdes, há uma condicionante que se revela essencial na relação entre os crentes e a paróquia. A eucaristia é celebrada por padres jesuítas, integrados na Companhia de Jesus, e, neste sentido, os inquiridos destacam a espiritualidade inaciana e o gosto pelas celebrações e pelos párocos que celebram as missas. Para os inquiridos nesta igreja, o seu percurso religioso não foi referenciado, mas sim a relação com os padres e com a mensagem que é transmitida na eucaristia. Tratando-se de uma comunidade distinta dos diocesanos, dos dehonianos ou dos franciscanos, por exemplo, não é de estranhar que alguns inquiridos reforcem a ideia de que a sua ligação com a igreja provém do facto de se sentirem integrados e pertencentes a um grupo muito específico, conhecendo as pessoas que frequentam essa comunidade.

Aliás, este sentido de comunidade é também referenciado pelos inquiridos da igreja de S. João Batista. Para além de referirem o dinamismo pastoral, baseado na oferta

formativa direcionada para os paroquianos, e o apreço pelo pároco, os inquiridos referem que se trata de uma paróquia acolhedora, com sentido comunitário e que integra toda a família. Alguns inquiridos referem que esta característica provém da proximidade estabelecida entre o pároco e os fiéis, mas também do espírito de cooperação e de partilha que se cria entre as famílias que frequentam a igreja.

Na Igreja da Sé Nova, uma das razões mais referidas pelos inquiridos é a sua participação em grupos e em diversas atividades, como, entre outras, fazer o peditório nas missas, fazer as leituras e participar no coro litúrgico.

Sobre as razões que justificam a não identificação com a igreja, destacamos as respostas da população de Nossa Senhora de Lurdes. Já havíamos concluído que 32,7% dos inquiridos não se identificam com este lugar sagrado. Trata-se de uma igreja que não está localizada na área de residência e de trabalho da população e os motivos pelos quais é frequentada prendem-se, sobretudo, com a presença de padres jesuítas e o cariz inaciano das missas dominicais. A população frequenta esta igreja apenas por estes motivos, não tendo uma relação de pertença com a igreja.

Quadro 85: Motivos que justificam a não identificação do inquirido com a Igreja

Outras Razões	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
não tenho ligação com esta paróquia/só frequento a missa		2		1		10	1	**14**	**35,9**
igreja pouco acolhedora/ pouca harmonia	1	2		2				**5**	**12,8**
não é a paróquia da minha residência		1	1			2	1	**5**	**12,8**
igreja muito nova/ edifício pré-fabricado							3	**3**	**7,7**
não é a minha paróquia de origem		1		1		1		**3**	**7,7**
paróquia envelhecida/ antiquada		2			1			**3**	**7,7**
não gosto das celebrações	2							**2**	**5,1**
não gosto do pároco		1	1					**2**	**5,1**
só vou à igreja em ocasiões especiais			1				1	**2**	**5,1**
Total N.º	**3**	**9**	**3**	**4**	**1**	**13**	**6**	**39**	**100,0**
%	**7,7**	**23,1**	**7,7**	**10,3**	**2,6**	**33,3**	**15,4**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Pensamos que estar inserido numa igreja ou paróquia implica um sentido de pertença com o lugar sagrado, não apenas pela sua posição geográfica, mas por um vasto conjunto de fatores que favorecem o seu sentido de integração e de comunidade. Estar integrado numa igreja implica estabelecer uma relação com o próprio lugar e com as pessoas que o frequentam, incluindo o pároco. Implica também um percurso religioso realizado no passado ou um compromisso atual, em particular na missa dominical ou noutras práticas e atividades religiosas da igreja. Implica ainda um passado, uma memória

e uma história comum entre o lugar e as pessoas que o frequentam. Implica a apropriação do lugar sagrado enquanto parte integrante do quotidiano ou das rotinas de cada um.

Tendo presentes estes elementos materiais e imateriais que condicionam a integração ou a não integração da população na sua igreja, procurámos averiguar junto dos inquiridos sobre quais as sensações ou emoções que sentem ao frequentarem as igrejas em questão.

Aferimos que 88,3% da população inquirida indicou, pelo menos, uma característica ou um elemento que associa ao lugar sagrado onde assiste à missa (quadro 86).

Quadro 86: Inquiridos que indicaram pelo menos um fator

Igreja	O que transmite a Igreja					
	Indicou		NR		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	47	47,0	8	8,0	55	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	49	49,0	6	6,0	55	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	51	51,0	4	4,0	55	100,0
Igreja da Sé Nova	45	45,0	10	10,0	55	100,0
Igreja de S. José	48	48,0	7	7,0	55	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	51	51,0	4	4,0	55	100,0
Igreja de S. João Batista	49	49,0	6	6,0	55	100,0
Total	**340**	**88,3**	**45**	**11,7**	**385**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 87: Tipologia de elementos que os inquiridos referiram

O que transmite a Igreja	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Elementos Positivos	99	119	145	133	148	113	141	**898**	**97,1**
Elementos Negativos	1	6	0	1	0	15	4	**27**	**2,9**
Total N.º	**100**	**125**	**145**	**134**	**148**	**128**	**145**	**925**	**100,0**
%	**10,8**	**13,5**	**15,7**	**14,5**	**16,0**	**13,8**	**15,7**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Conforme consta do quadro anterior (quadro 87), do total das referências, a população indicou cerca de 97,1% elementos positivos ou neutros e apenas 2,9% referiu fatores negativos.

O quadro que se segue representa a totalidade de referências, sendo que, numa primeira análise, observamos que muitos dos elementos positivos que a população

inquirida referiu coincidem com os motivos, também positivos, que levam a população a frequentar as igrejas em questão.

Quadro 88: Elementos positivos ou neutros que os inquiridos referiram

O que transmite a igreja _ elementos positivos ou neutros	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
paz/ paz interior	21	23	34	20	23	16	11	**148**	**16,5**
calma/tranquilidade/serenidade/ sossego/ silêncio	16	17	28	23	21	20	8	**133**	**14,8**
alegria/ felicidade	9	7	11	9	9	4	20	**69**	**7,7**
bem estar/ harmonia	12	6	9	2	7	6	7	**49**	**5,5**
fé/ religiosidade/ espiritualidade	1	9	13	8	5	2	5	**43**	**4,8**
reflexão/ meditação/ oração	1	4	2	7	8	6	5	**33**	**3,7**
sentido de comunidade	1	4		5	7	6	7	**30**	**3,3**
solidariedade/ ajuda/ ajuda ao próximo	1		1	5	12	3	6	**28**	**3,1**
partilha/ comunhão/ união	2	3	1	5	4	4	9	**28**	**3,1**
boas recordações/ emoções	5	6	7	2	6	1	1	**28**	**3,1**
confiança/ segurança/ força	5	2	6	2	4	6	2	**27**	**3,0**
acolhedora/ acolhimento	1	3	1	5	6	3	7	**26**	**2,9**
encontro com Deus	3	1	5	2	1	5	6	**23**	**2,6**
sentido de pertença		2	4	3	4	5	4	**22**	**2,4**
conforto	3	5	2	4	2	3	2	**21**	**2,3**
sentido de família	4	2	1	2	2	2	7	**20**	**2,2**
amizade	2	4		2	5	1	4	**18**	**2,0**
dinamismo/vivacidade		1			5		10	**16**	**1,8**
amor/amor a Deus/ amor ao próximo	1	2	6	1	3	2		**15**	**1,7**
grandeza/grandiosidade		2		8				**10**	**1,1**
esperança	2	3	3	1		1		**10**	**1,1**
saudade/ saudosismo/ nostalgia	1		3	2	2			**8**	**0,9**
responsabilidade/ compromisso/ missão	1			3	1		3	**8**	**0,9**
coragem/ força	1		3	1	2		1	**8**	**0,9**
simplicidade				1		3	2	**6**	**0,7**
interioridade/ intimidade/ profundidade	1		2	2		1		**6**	**0,7**
novidade/ inovação/moderna/ modernidade					2	2	1	**5**	**0,6**
nada de especial	2				1	1	1	**5**	**0,6**
beleza/ beleza monumental				5				**5**	**0,6**
valores/ ensinamentos		3					1	**4**	**0,4**
interesse pessoal		3					1	**4**	**0,4**
simpatia						1	2	**3**	**0,3**
sabedoria/ conhecimento		2				1		**3**	**0,3**
respeito/ tolerância				2		1		**3**	**0,3**
espírito comunitário/de serviço	2						1	**3**	**0,3**
espaço amplo/ amplitude						3		**3**	**0,3**
devoção à Rainha Santa Isabel		3						**3**	**0,3**
compreensão		1				1	1	**3**	**0,3**
boa organização	1				1		1	**3**	**0,3**
autenticidade/ verdade						2	1	**3**	**0,3**
apoio/ acompanhamento		1	1		1			**3**	**0,3**
motivação/ realização			1				1	**2**	**0,2**
memória/ tradição			1		1			**2**	**0,2**
humildade/ gratidão					2			**2**	**0,2**
crescimento							2	**2**	**0,2**
conversão/ desafio					1		1	**2**	**0,2**
valorização cultural				1				**1**	**0,1**
boa acústica						1		**1**	**0,1**
Total N.º	**99**	**119**	**145**	**133**	**148**	**113**	**141**	**898**	**100,0**
%	**11,0**	**13,3**	**16,1**	**14,8**	**16,5**	**12,6**	**15,7**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Ou seja, a população reforça novamente as questões associadas à fé ou à religiosidade, o sentido de comunidade, o acolhimento, o dinamismo e a vivacidade pastoral e, ainda, a beleza da própria igreja. Estes fatores reúnem um número significativo

de referências, com destaque para "fé/religiosidade/espiritualidade", que representa 4,8% do total das referências (quadro 88).

Entendemos que os elementos mais referidos pela população inquirida representam, ou caracterizam, os lugares sagrados, na sua generalidade. Porventura não são aplicáveis apenas aos lugares selecionados no nosso estudo, mas à grande maioria dos lugares sagrados convencionais, como as igrejas ou as capelas (cf. Kong, 2010).

Os dois primeiros elementos remetem para um tipo de ambiente que se vive no seu interior, ou seja, estas igrejas transmitem "paz/paz interior" e representam um ambiente calmo, tranquilo e sereno, constituindo um mundo à parte do ambiente comum ou profano, um ambiente que propicia também o "bem estar/ harmonia" ou ainda o "conforto" da população que frequenta esta igrejas, permitindo ou favorecendo a "reflexão/meditação/oração" ou a "interioridade/intimidade/profundidade".

É ainda interessante verificar que a população indicou três tipos de "sentidos" que, em conjunto, proporcionam também a integração da população católica nos lugares de culto. São eles o "sentido de comunidade", o "sentido de pertença" e o "sentido de família". Concordante com estes três elos de ligação entre a população e os lugares, verificámos que foram referidos fatores como "partilha/comunhão/união" ou "acolhedora/acolhimento". Em ambas as situações, são fatores positivos que demonstram existir nos lugares sagrados, um ambiente muito próprio, caracterizado pela partilha de valores, de crenças e de comportamentos, que favorece a união entre os fiéis da mesma comunidade. Porventura, esta união permite que os lugares sagrados representem sentimentos como confiança, segurança, força, coragem e esperança.

Consideramos também que daqui advém grande parte da explicação para que a relação entre a população e os lugares sagrados seja densa, forte e coesa. Dificilmente os lugares sagrados perdem esta densidade ou "aura" que tem muito mais de imaterial e de transcendente do que de material ou arquitetónica, até porque os lugares sagrados têm a particularidade de representarem o "encontro com Deus" ou o "amor/ amor a Deus/amor ao próximo" e, por esta razão, dificilmente perde a sua capacidade de atração ou a sua importância na vida da população católica.

Quadro 89: Elementos negativos que os inquiridos referiram

O que transmite a igreja _ elementos negativos	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
inquietação/ conflito interior						1	2	**3**	**11,1**
frio/frieza						6		**6**	**22,2**
pouco acolhedora/ desconforto						5		**5**	**18,5**
confusão/ desorganização	1	1						**2**	**7,4**
ostentação/ preocupação com o acessório		1		1				**2**	**7,4**
tristeza do edifício/ feia						1	1	**2**	**7,4**
dificuldade de concentração		2					1	**3**	**11,1**
distância/ indiferença		2				2		**4**	**14,8**
Total N.º	**1**	**6**	**0**	**1**	**0**	**15**	**4**	**27**	**100,0**
%	**3,7**	**22,2**	**0,0**	**3,7**	**0,0**	**55,6**	**14,8**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Verificámos também que, em relação aos sentimentos negativos, foi a população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes que referiu o maior número de referências, comprovando, desta forma, a sua menor relação com este lugar sagrado (quadro 89). Os sentimentos mais referidos foram o "frio ou frieza", o facto de ser pouco acolhedora e de gerar desconforto. Estes sentimentos podem estar relacionados com a estrutura do novo edifício da igreja que, pelas suas dimensões e pela arquitetura contemporânea, não criam um ambiente acolhedor e de bem-estar.

Também, em parte, pela dimensão da igreja e por ser um lugar recetor de um grande fluxo de turistas, a população que respondeu ao inquérito a partir da Igreja da Rainha Santa indicou que este lugar sagrado tem grande ostentação, que há "distância" ou "indiferença" e, ainda, que há dificuldades de concentração.

Com a realização do inquérito, procurámos também avaliar o comportamento e o envolvimento da população inquirida na igreja que frequenta. Esta abordagem inclui a identificação dos atos religiosos que a população inquirida já realizou na sua igreja ou, ainda, a identificação das atividades religiosas que costuma frequentar (quadro 90).

Tendo presente algumas das conclusões que fomos apresentando e da leitura do quadro seguinte, constatamos que uma grande parte ou a totalidade da população inquirida nas igrejas de Nossa Senhora de Lurdes e de S. João Batista não realizou, na respetiva igreja, os sacramentos mais importantes para a Igreja Católica, como o batismo, o casamento ou outros atos religiosos de similar importância para formação católica.

Quadro 90: Atos religiosos realizados pelos inquiridos, na Igreja onde frequentam a missa

Atos Religiosos que já realizou	Igreja							
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total
	%							
Recebi o Batismo	61,8	36,4	40,0	27,3	23,6	7,3	0,0	**19,6**
Frequentei a catequese até à Primeira Comunhão	40,0	30,9	32,7	18,2	29,1	9,1	0,0	**16,0**
Fiz a Primeira Comunhão	50,9	38,2	34,5	21,8	29,1	9,1	0,0	**18,4**
Frequentei a catequese	52,7	34,5	27,3	21,8	32,7	9,1	0,0	**17,8**
Fiz a Profissão de Fé	50,9	32,7	25,5	21,8	30,9	5,5	0,0	**16,7**
Fiz o Crisma	50,9	36,4	16,4	38,2	27,3	7,3	0,0	**17,6**
Celebrei o Matrimónio	32,7	32,7	30,9	14,5	14,5	5,5	0,0	**13,1**
Batizei os meus filhos	45,5	23,6	47,3	18,2	30,9	14,5	7,3	**18,7**
Outro(s)	7,3	16,4	5,5	5,5	21,8	16,4	14,5	**8,7**
Nenhuma das anteriores	14,5	30,9	21,8	29,1	23,6	70,9	72,7	**26,4**
Total	**23,5**	**18,1**	**16,3**	**12,5**	**15,2**	**8,9**	**5,5**	**17,3**

Fonte: inquéritos, 2014

Na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, já havíamos concluído que a população inquirida não se identifica com esta paróquia e que apenas frequenta este lugar sagrado pela ordem religiosa que celebra as missas dominicais. Ora, o facto de a população não ter realizado nesta igreja o seu percurso pessoal e religioso contribui, de forma decisiva, para a ausência de ligação afetiva e de pertença (ou ausência de "topofilia" definida por Tuan, 1980). A população inquirida refere que realizou o seu percurso religioso noutras igrejas, em particular na igreja onde vivia anteriormente ou na igreja que costumava frequentar até uma determinada fase da sua vida.

No caso da Igreja de S. João Batista, a população inquirida refere que se trata de uma igreja muito recente e, por este motivo, realizou todo o seu percurso religioso noutra paróquia.

A população da Igreja de Eiras mostrou que realizou, neste lugar, o maior número de atos religiosos, comprovando a sua relação de proximidade com este lugar sagrado.

No que diz respeito aos distintos atos religiosos, importa mencionar que a população inquirida enumera um conjunto de outros rituais ou práticas religiosas, para além das referidas no inquérito, como a promessa de escuteiros, a presença em cerimónias fúnebres ou noutras cerimónias religiosas da família, como o batismo, a profissão de fé ou o crisma dos filhos ou netos.

Mais do que um percurso religioso determinado pela própria Igreja Católica, os crentes podem construir um caminho paralelo e participar, também, na sua igreja, num conjunto vasto de atividades de cariz religioso.

Já aqui concluímos que a grande maioria da população inquirida tem um comportamento muito específico, isto porque, para além de frequentar semanalmente a missa dominical, tem uma participação ativa num determinado grupo da paróquia. A conjugação destes comportamentos permitiu concluir que cerca de 44,2% da população inquirida é "católica militante" (quadros 78 e79).

Neste contexto e da leitura do quadro seguinte, aferimos que cerca de 98,4% da população inquirida participa, pelo menos, numa atividade na sua paróquia.

Quadro 91: Inquiridos que identificaram pelo menos uma atividade

Igreja	Atividade de cariz religioso		
	Participa	Não participa	Total
	%		
Igreja de Eiras	100,0	0,0	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	100,0	0,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	98,2	1,8	100,0
Igreja da Sé Nova	100,0	0,0	100,0
Igreja de S. José	96,4	3,6	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	98,2	1,8	100,0
Igreja de S. João Batista	96,4	3,6	100,0
Total	**98,4**	**1,6**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Concluímos que a atividade que reúne maior consenso é a frequência na missa, tendo obtido 91,5%[146].

[146] Este valor está relacionado com o fato de termos realizado os nossos inquéritos na missa dominical.

Quadro 92: Atividade de cariz religioso que costuma frequentar

Atividades de religiosas associadas à prática religiosa	Igreja							
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total
	%							
Oração	72,7	87,3	80,0	85,5	89,1	81,8	90,9	**83,9**
Vou à missa	96,4	83,6	80,0	96,4	98,2	90,9	96,4	**91,7**
Vou a peregrinações	25,5	27,3	20,0	32,7	20,0	76,4	23,6	**32,2**
Participo em visitas a lugares/sítios religiosos	36,4	32,7	23,6	32,7	20,0	38,2	38,2	**31,7**
Estou inserido em grupo/comunidade religiosa	29,1	32,7	7,3	34,5	20,0	52,7	36,4	**30,4**
Participo na catequese	27,3	12,7	3,6	10,9	3,6	14,5	12,7	**12,2**
Leio livros religiosos	34,5	49,1	21,8	34,5	20,0	54,5	49,1	**37,7**
Ouço músicas religiosas	30,9	23,6	16,4	34,5	34,5	34,5	36,4	**30,1**
Pesquiso em sites multimédia religiosos	14,5	20,0	5,5	27,3	16,4	41,8	34,5	**22,9**
Participo em ações de voluntariado	12,7	34,5	14,5	30,9	29,1	56,4	38,2	**30,9**
Participo em ações humanitárias/missões ligadas à religião	3,6	10,9	3,6	9,1	10,9	16,4	14,5	**9,9**
Outras atividades:	12,7	7,3	3,6	7,3	5,5	7,3	25,5	**9,9**
Total	**33,0**	**35,2**	**23,3**	**36,4**	**30,6**	**47,1**	**41,4**	**35,3**

Fonte: inquéritos, 2014

Para além de "outras participações" já referidas, é importante ressaltar que cerca de 32,2% da população participa em peregrinações e 31,7% afirma que participa em viagens de turismo religioso. Estas duas atividades foram referidas pela população inquirida de todas as igrejas e implicam, em ambas as situações, um movimento e o consumo de lugares diferentes do seu quotidiano (quadro 92).

Em particular nestas práticas católicas, o inquirido sai do seu lugar de culto habitual, do seu lugar de conforto e de segurança, para procurar outros espaços sagrados e outras experiências e vivências que permitam o encontro com um determinado elemento sagrado.

É de referir ainda que 19,0% da população inquirida indicou que participa em eventos com a sua família, permitindo concluir que a prática religiosa, mais do que um ato pessoal e individual, é também familiar.

O estudo da prática religiosa dos inquiridos, em particular do seu percurso católico, do comportamento religioso e da participação em atividades na igreja, permitiu-nos averiguar alguns dos fatores que determinam a apropriação afetiva e efetiva dos lugares de culto da população inquirida. Permitiu ainda identificar a existência de diferentes relações ou sentimentos de pertença entre os lugares sagrados e os crentes, consoante o perfil do inquirido e a igreja onde está integrado.

No entanto, para melhor compreender a diferenciação na apropriação e na relação com os lugares sagrados, é ainda relevante conhecer a perceção do território, a imagem que dele se constrói e os movimentos que sustentam a prática católica da população.

Desta forma, procurámos saber se os inquiridos frequentam outros lugares de pertença dentro ou fora do concelho. Questionámos os inquiridos se assistem à missa sempre na mesma igreja ou se frequentam outras igrejas, independentemente da sua localização geográfica.

Quadro 93: Igrejas que o inquirido frequenta

Igreja	Vem sempre à missa na mesma igreja			
	Frequento sempre a mesma igreja	Não frequento sempre a mesma igreja	NR	Total
	%			
Igreja de Eiras	58,2	41,8	0,0	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	41,8	58,2	0,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	43,6	52,7	3,6	100,0
Igreja da Sé Nova	32,7	67,3	0,0	100,0
Igreja de S. José	47,3	50,9	1,8	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	21,8	78,2	0,0	100,0
Igreja de S. João Batista	36,4	61,8	1,8	100,0
Total	**40,3**	**52,7**	**1,0**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Aferimos que 40,3% da população inquirida frequenta sempre a mesma igreja e 52,7% frequenta outros lugares de culto (quadro 93). Ou seja, para uma grande parte da população inquirida a prática religiosa semanal acontece em mais do que uma igreja, dando estrutura a uma rede de múltiplos territórios de pertença[147].

Analisando os valores por área de estudo, verificamos que Eiras é a única igreja onde a percentagem de inquiridos que frequenta apenas este lugar de culto (58,2%) é

[147] De referir que não questionámos os inquiridos sobre qual a frequência com que se deslocam a estes "outros" lugares de culto. Esta questão poderia, eventualemnte, dar uma outra leitura sobre a prática religiosa e os lugares sagrados frequentados pela população inquirida.

superior ao número de inquiridos que frequenta outras igrejas (41,8%). Esta proporção mostra, por um lado, a menor mobilidade da população de Eiras em relação aos inquiridos das outras igrejas e, por outro, a relação mais próxima entre os crentes e a igreja localizada na sua área de residência. Na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, por exemplo, 78,2% dos inquiridos não frequentam sempre a mesma igreja. Nesta situação, os inquiridos procuram, em Coimbra, outros lugares de culto, implicando distintos movimentos, de direções e percursos na cidade. Há o consumo, o uso e a apropriação simbólica de diferentes lugares sagrados, permitindo um conhecimento mais amplo do território.

No sentido de conhecer os lugares de culto de Coimbra, em particular os que atraem um maior número de fiéis e os que têm uma localização privilegiada, pedimos à população inquirida que identificasse até três igrejas que costuma frequentar.

Optámos por agrupar os lugares por "igrejas em Coimbra" e "igrejas fora de Coimbra", por forma a delimitar o território de pertença dos inquiridos, aferindo a mobilidade inerente à prática religiosa.

Quadro 94: Número e percentagem de outras igrejas que o inquirido frequenta

Igreja	Número de outras igrejas					
	Em Coimbra		Fora de Coimbra		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	12	36,4	3	10,7	15	24,6
Igreja da Rainha Santa Isabel	21	63,6	1	3,6	22	36,1
Igreja de S. Martinho do Bispo	7	21,2	3	10,7	10	16,4
Igreja da Sé Nova	13	39,4	2	7,1	15	24,6
Igreja de S. José	12	36,4	8	28,6	20	32,8
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	11	33,3	5	17,9	16	26,2
Igreja de S. João Batista	12	36,4	8	28,6	20	32,8
Total	**33**	**54,1**	**28**	**45,9**	**61**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 95: Número e percentagem de igrejas que o inquirido frequenta, por referências

Igreja	Número de referências de outras igrejas					
	Em Coimbra		Fora de Coimbra		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	29	33,0	1	3,3	30	8,5
Igreja da Rainha Santa Isabel	56	63,6	1	3,3	57	16,1
Igreja de S. Martinho do Bispo	28	31,8	3	10,0	31	8,8
Igreja da Sé Nova	58	65,9	2	6,7	60	16,9
Igreja de S. José	36	40,9	9	30,0	45	12,7
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	74	84,1	6	20,0	80	22,6
Igreja de S. João Batista	43	48,9	8	26,7	51	14,4
Total	**324**	**91,5**	**30**	**8,5**	**354**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Da observação dos quadros anteriores, verificamos que, na totalidade, foram identificados pelos inquiridos cerca de 33 lugares de culto em Coimbra e 28 fora do concelho. Ou seja, 54,1% dos lugares sagrados identificados localizam-se no perímetro urbano e da cidade, em particular nas freguesias predominantemente urbanas (quadro 94).

As igrejas fora do concelho situam-se em concelhos próximos, como a Igreja Matriz de Condeixa, no concelho de Condeixa-a-Nova, a Igreja Matriz de Santo Varão, no concelho de Montemor-o-Velho, a Igreja de Ançã, no concelho de Cantanhede, ou, entre outras, a Igreja de Buarcos e a Igreja de S. Julião, ambas localizadas no concelho da Figueira da Foz. Os inquiridos que referiram estas igrejas são naturais ou residem nestes concelhos.

Relativamente às igrejas localizadas no concelho de Coimbra, verificámos que a população inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel indicou 23 lugares de culto e na Igreja de S. Martinho do Bispo foram apenas referidos 7. São duas situações opostas em que, na primeira, a população se desloca para diversos lugares para assistir à missa e, na segunda, há pouca dispersão espacial.

Uma vez que os inquiridos poderiam referir até 3 igrejas que costumam frequentar, optámos por analisar o número total de referências, por igreja em estudo. Assim, verificamos que do total das 354 referências, 91,5% (330) se situam no concelho de Coimbra e apenas 8,5% (30) fora de Coimbra.

Na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, registámos o maior número de referências (74), logo seguida da Igreja da Sé Nova (58) e da Rainha Santa Isabel (56). A população inquirida nestes três lugares frequenta o maior número de igrejas, ou seja, a sua prática

religiosa está estruturada em múltiplos lugares dispersos pelo concelho de Coimbra (quadro 95).

Da leitura do quadro seguinte, podemos identificar não apenas o número e o nome das igrejas referidas por igreja em estudo, mas também os lugares de culto do concelho que agregam e que atraem o maior número de fiéis e paroquianos de outras igrejas ou de outras freguesias da cidade (quadro 96).

Quadro 96: Outras igrejas frequentadas pelos Inquiridos

Outras igrejas de Coimbra	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Igreja de S. José	3	9	2	16		12	19	**61**	**18,8**
Igreja de Santa Cruz	9	10	11	4	3	7	1	**45**	**13,9**
Igreja da Sé Nova	1	8			10	20	5	**44**	**13,6**
Igreja dos Franciscanos	2	3	2	11	4	12	4	**38**	**11,7**
Igreja de Santo António dos Olivais		3		5	3	8	3	**22**	**6,8**
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes			2	8	6		4	**20**	**6,2**
Centro Universitário Manuel da Nóbrega				5	3	8	1	**17**	**5,2**
Igreja da Rainha Santa Isabel	4		6		1		2	**13**	**4,0**
Igreja de S. Bartolomeu	1	4	4				1	**10**	**3,1**
Igreja de S. João Batista		1		3	1	1		**6**	**1,9**
Instituto Universitário Justiça e Paz	1	2		1	2			**6**	**1,9**
Capela dos HUC		2		1	1	1		**5**	**1,5**
Igreja da Graça	3		1	1				**5**	**1,5**
Capela da Universidade de Coimbra		1			1	2		**4**	**1,2**
Igreja do Carmelo de Santa Teresa	1			1		2		**4**	**1,2**
Igreja de S. Tiago	1			1			1	**3**	**0,9**
Igreja de S. Martinho do Bispo		3						**3**	**0,9**
Igreja Matriz de S. Paulo de Frades	2							**2**	**0,6**
Seminário da Sagrada Família		1		1				**2**	**0,6**
Capela da Mesura		1						**1**	**0,3**
Capela de Cruz dos Morouços		1						**1**	**0,3**
Capela do Bordalo						1		**1**	**0,3**
Capela do Brinca		1						**1**	**0,3**
Igreja da Sé Velha		1						**1**	**0,3**
Igreja de Cernache							1	**1**	**0,3**
Igreja do Areeiro					1			**1**	**0,3**
Igreja de Taveiro		1						**1**	**0,3**
Igreja do Alto dos Barreiros		1						**1**	**0,3**
Igreja do Ameal		1						**1**	**0,3**
Igreja do Dianteiro	1							**1**	**0,3**
Capela Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias		1						**1**	**0,3**
Igreja de Ceira							1	**1**	**0,3**
Outras capelas da freguesia		1						**1**	**0,3**
Total N.º	**29**	**56**	**28**	**58**	**36**	**74**	**43**	**324**	**100,0**
%	**9,0**	**17,3**	**8,6**	**17,9**	**11,1**	**22,8**	**13,3**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Por forma a analisarmos a localização dos diferentes lugares sagrados, optámos por elaborar uma figura, por igreja, que represente os lugares referidos e os respetivos fluxos. Estas figuras traduzem a mobilidade e os fluxos inerentes à prática religiosa de cada grupo de população inquirida.

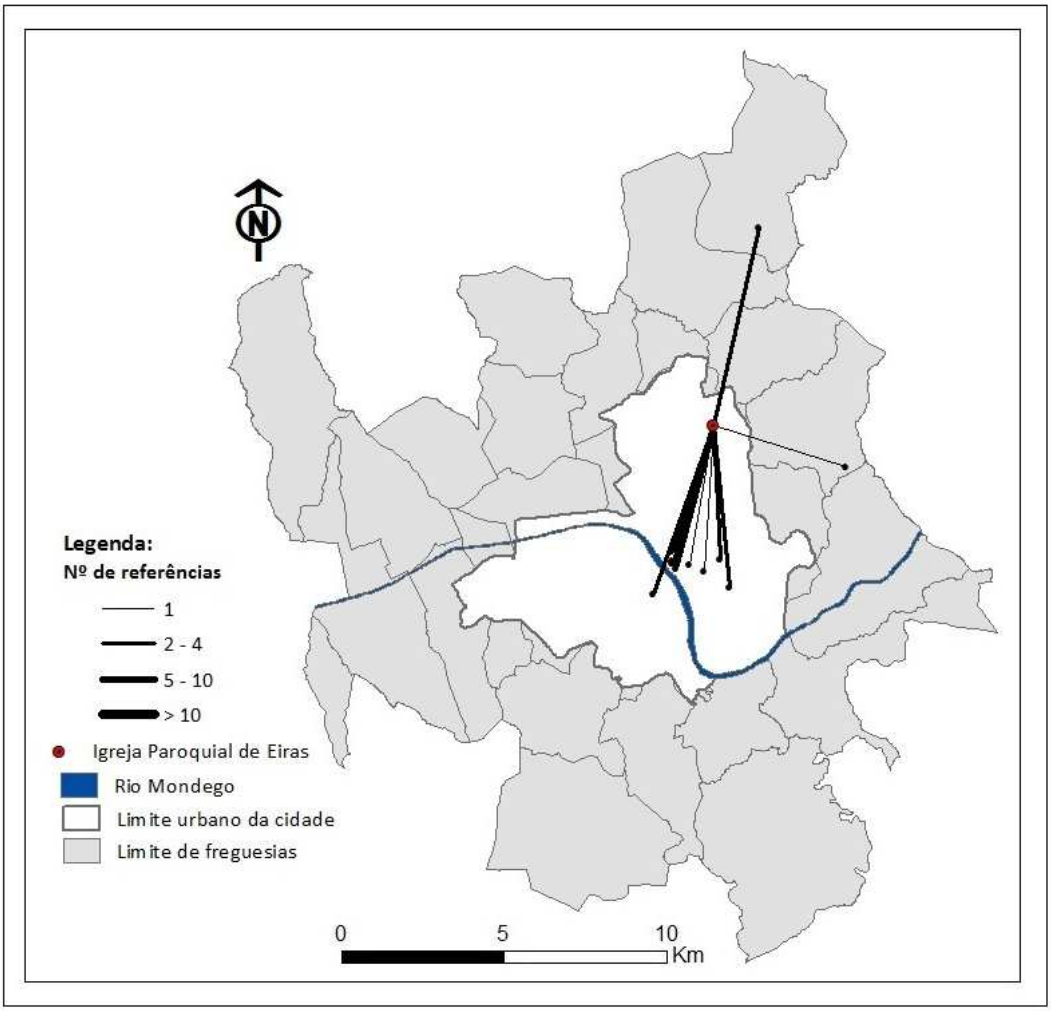


Figura 91: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja de Eiras

Fonte: inquéritos, 2014

Uma vez que 41,8% da população inquirida na Igreja de Eiras não frequenta sempre a mesma igreja, optámos por analisar a distribuição e os respetivos fluxos relativos aos outros lugares de culto. A figura 91 mostra a mobilidade intrínseca à prática católica da população inquirida e os diferentes espaços que a população conhece, frequenta e consome no concelho de Coimbra, quer estejam integrados no perímetro urbano da cidade quer estejam para lá deste limiar.

A partir desta figura concluímos que a população que frequenta a Igreja de Eiras identificou outros 12 lugares de culto, situados no centro urbano da cidade, em particular nas freguesias da Sé Nova, de Santa Cruz e de S. Bartolomeu. As igrejas mais referidas são a Igreja de Santa Cruz, a Igreja da Sé Nova, a Igreja de S. Bartolomeu, a Igreja da Graça e a Igreja de S. Tiago, situadas no centro histórico da cidade, na área da Alta e da Baixa da cidade de Coimbra. Para além destes lugares, a população frequenta a Igreja de S. Paulo

de Frades, situada mais a norte do concelho e fora do perímetro urbano da cidade, a Igreja do Dianteiro, na freguesia de Torres do Mondego, também fora do perímetro urbano, e, ainda, a Igreja da Rainha Santa Isabel, localizada na freguesia de Santa Clara, situada na margem esquerda do Rio Mondego.

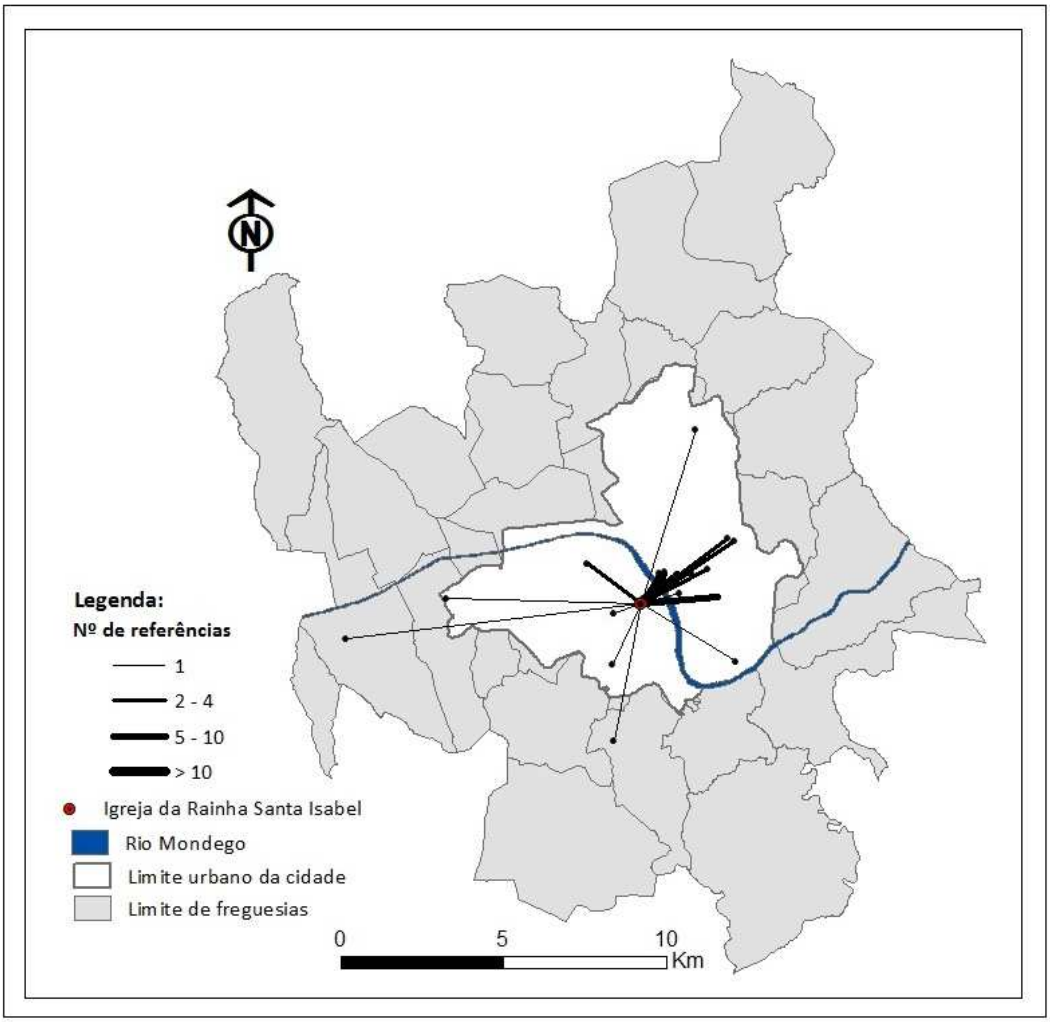


Figura 92: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja da Rainha Santa Isabel

Fonte: inquéritos, 2014

A população da Igreja da Rainha Santa Isabel foi a que, no total da amostra, identificou um conjunto mais diverso de igrejas dentro e fora da cidade de Coimbra (21) e, por esta razão, um maior número de fluxos. A posição de charneira da freguesia de Santa Clara permite o acesso da população a igrejas situadas fora do perímetro urbano da cidade, como a Igreja do Ameal, mas também as igrejas que estão muito próximas deste limite, como a Igreja de Taveiro, na freguesia de Taveiro, ou a Igreja de S. João Batista, na

freguesia de Santo António dos Olivais. Permite também o acesso a igrejas situadas no centro histórico da cidade, como as Igrejas de Santa Cruz, da Sé Nova e de S. Bartolomeu.

Acresce que a população que frequenta a Igreja da Rainha Santa Isabel identificou um conjunto de lugares sagrados secundários, tendo em conta a própria hierarquia da Igreja Católica, e situados na freguesia de Santa Clara, como a Capela da Mesura, a Capela da Cruz dos Morouços e a Capela das Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias.

Em suma, da leitura da figura 92 verificamos que há uma grande dispersão dos fluxos e do consumo de lugares sagrados situados em diferentes freguesias de Coimbra, dentro e fora da cidade, na margem esquerda e na margem direita do rio Mondego. A territorialidade local da população inquirida está estruturada numa rede densa e dispersa de lugares sagrados.

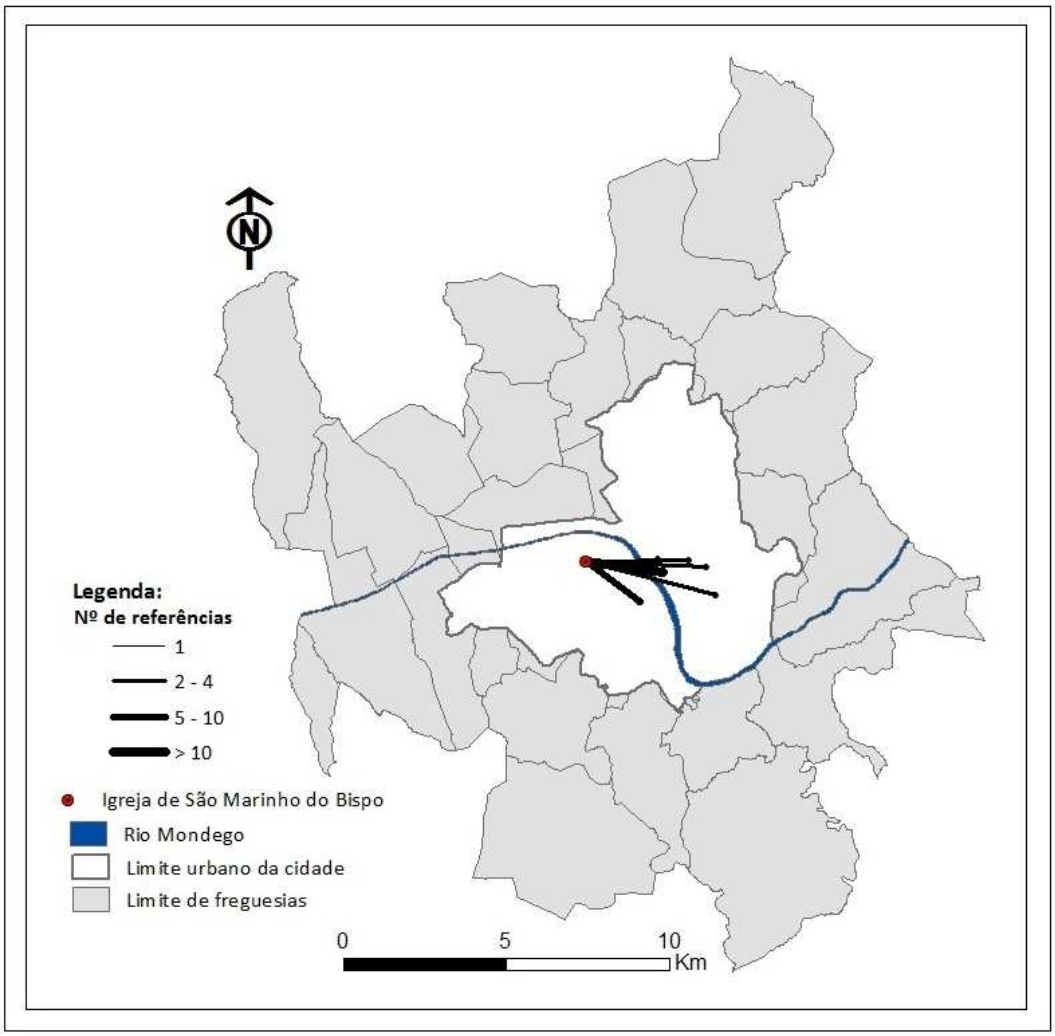


Figura 93: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. Martinho do Bispo

Fonte: inquéritos, 2014

A população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo foi a que, do total da amostra, identificou o menor número de lugares sagrados (7). Ou seja, a prática católica da população de S. Martinho do Bispo está centrada na sua igreja de origem e de referência e num número mais restrito de lugares sagrados.

Apenas um lugar se situa na margem esquerda do Rio Mondego - a Igreja da Rainha Santa Isabel, situada na freguesia contígua a S. Martinho do Bispo. Os outros lugares sagrados situam-se na Baixa da cidade Coimbra, como a Igreja de Santa Cruz, a Igreja de S. Bartolomeu ou a Igreja da Graça, e, também, na freguesia de Santo António dos Olivais, como a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes ou a Igreja de S. José (figura 93).

Os fluxos da população inquirida são em direção à margem direita do Rio Mondego e, em particular, em direção às freguesias mais centrais da cidade. Notámos existir uma direção específica, não havendo lugar à dispersão dos fluxos.

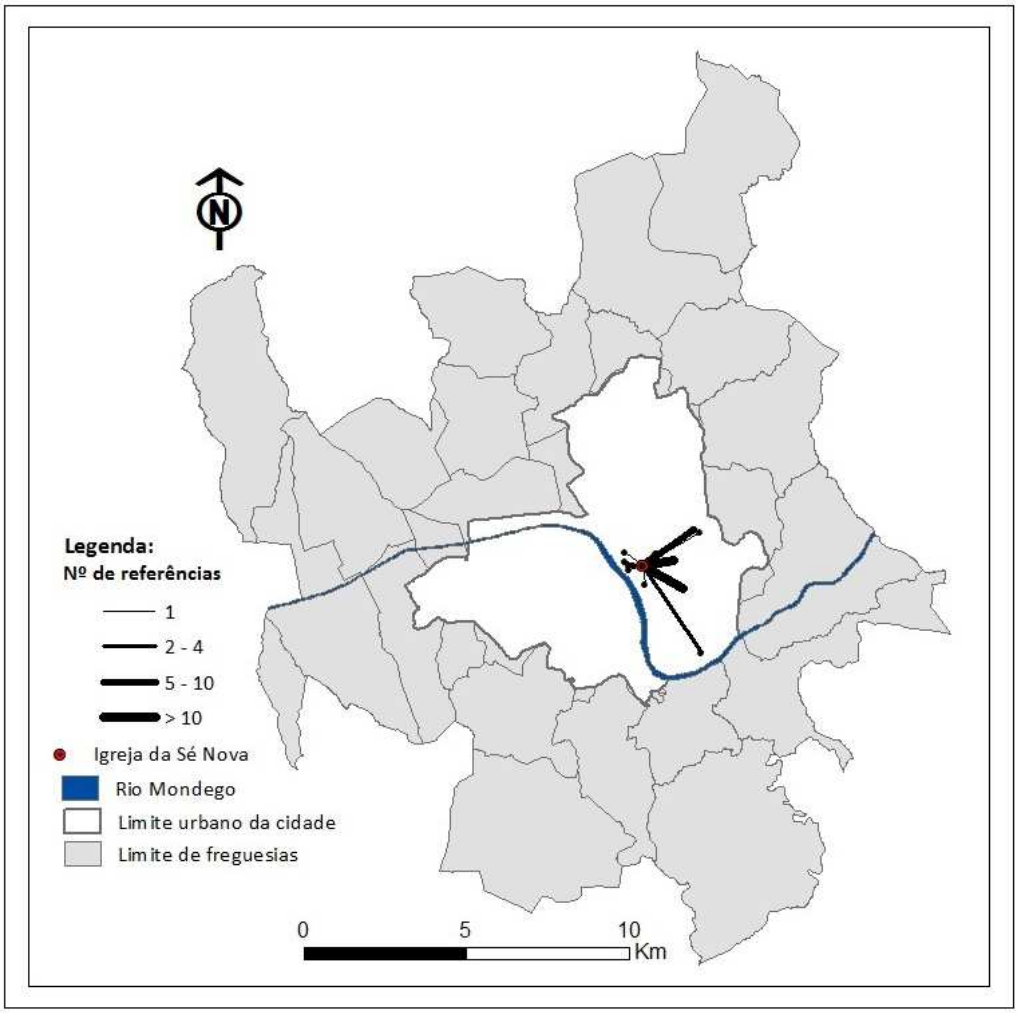


Figura 94: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja da Sé Nova

Fonte: inquéritos, 2014

Para a análise da figura 94, importa considerar que 72,2% da população inquirida não reside na freguesia da Sé Nova e 67,3% não frequenta sempre a mesma igreja. Ou seja, a população desloca-se de outras freguesias da cidade para assistir à missa dominical e assume que tem outros lugares de pertença e de referência onde costuma participar na eucaristia. Estas premissas permitiram concluir, à partida, que há uma mobilidade intrínseca à prática religiosa da população inquirida na Igreja da Sé Nova.

Os inquiridos identificaram outros 13 lugares de culto, todos circunscritos à margem direita do rio Mondego e dentro do perímetro da cidade de Coimbra. Com maior número de referências, a população frequenta também a Igreja de S. José, a Igreja dos Franciscanos, a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, a Igreja de Santo António dos Olivas e a Igreja de S. João Batista. Todas estas igrejas estão localizadas na freguesia de Santo António dos Olivais, permitindo também concluir que a população inquirida, para além da Sé Nova, frequenta, preferencialmente, outras igrejas localizadas numa área específica da cidade de Coimbra. Desta análise podemos ainda concluir que há uma interferência da questão geográfica na prática religiosa dos inquiridos, uma vez que se verificou o consumo diferenciado dos lugares sagrados.

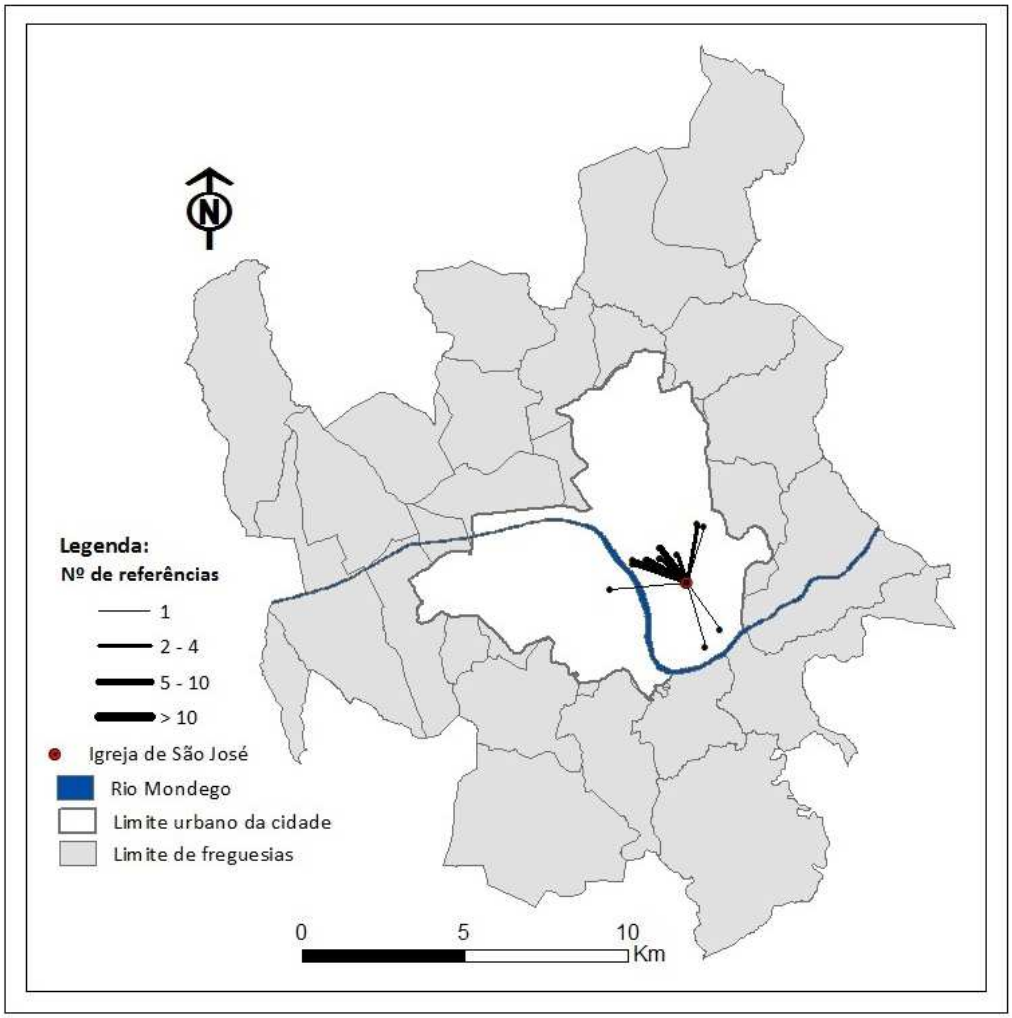


Figura 95: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. José

Fonte: inquéritos, 2014

Na Igreja de S. José, cerca de 50,8% dos inquiridos não frequentam apenas esta igreja mas outros lugares de culto da cidade de Coimbra. A população identificou 12 igrejas, das quais a Igreja da Sé Nova surge com o maior número de referências (10), logo seguida de um conjunto de outras igrejas localizadas na freguesia de Santo António dos Olivais, como a Igreja dos Franciscanos, a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, a Igreja de Santo António dos Olivais, a Igreja de S. João Batista e a Igreja do Areeiro. Apenas com uma referência, surge a Igreja da Rainha Santa Isabel (figura 95).

A partir desta análise, concluímos que também a população inquirida nesta igreja tem um uso diferenciado do território. Frequenta lugares de culto, na sua grande maioria, circunscritos às freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais, reduzindo a sua mobilidade e a dispersão dos fluxos.

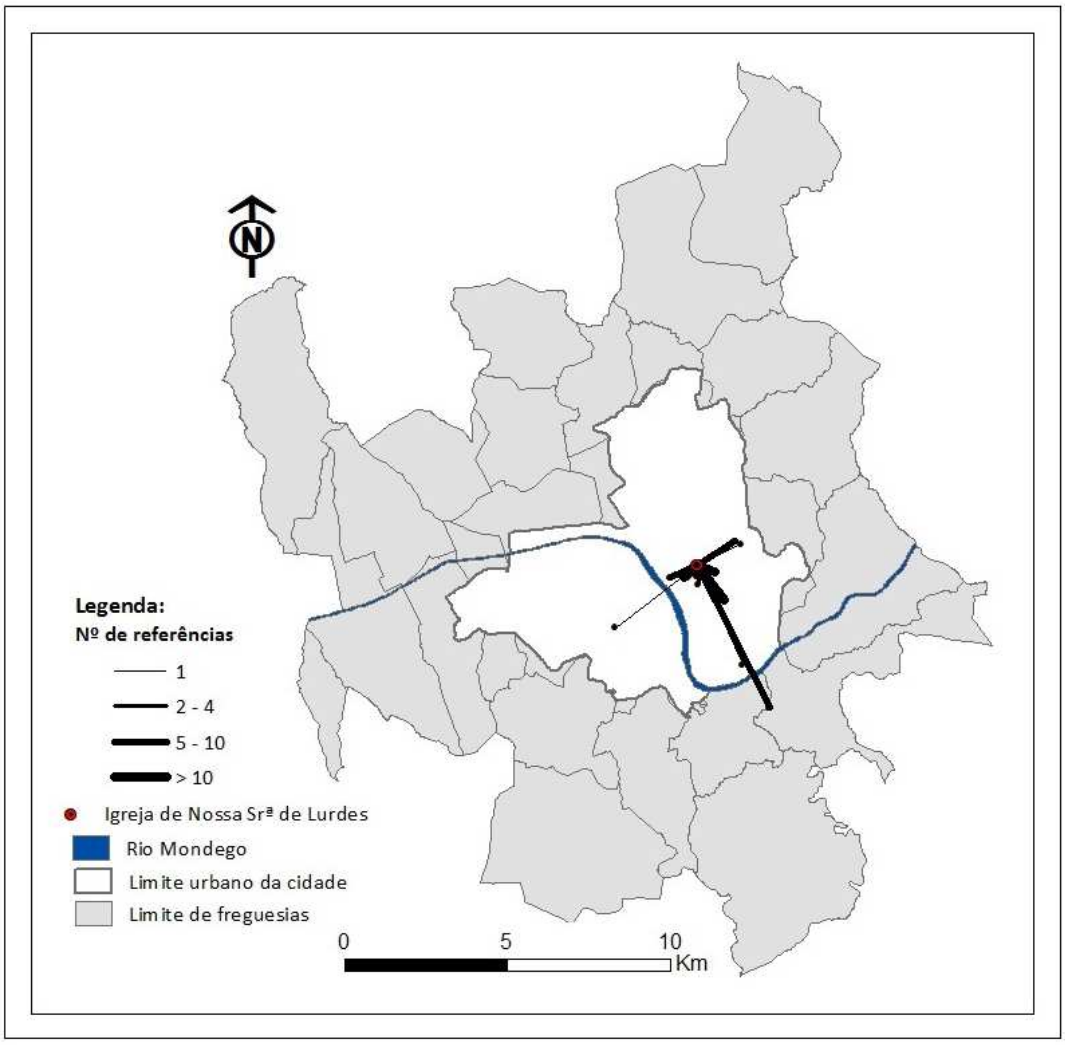


Figura 96: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes

Fonte: inquéritos, 2014

Do total da amostra foi a população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes que registou a maior percentagem de população (78,2%) que frequenta outras igrejas no concelho de Coimbra. Dos lugares identificados apenas um (a Capela do Bordalo) se situa na margem esquerda do rio Mondego, na freguesia de Santa Clara, e outro na freguesia de Santa Cruz (a Igreja de Santa Cruz). Os restantes localizam-se na freguesia da Sé Nova, como a Igreja da Sé Nova, o Centro Universitário Manuel da Nóbrega, a Capela da Universidade de Coimbra e o Carmelo da Santa Teresa, e, na freguesia de Santo António dos Olivais, como a Igreja de S. José, a Igreja de Santo António dos Olivais, a Igreja dos Franciscanos e a Igreja de S. João Batista. Pelas razões já identificadas, os lugares que

obtiveram as maiores referências foram a Sé Nova e o Centro Universitário Manuel da Nóbrega, ambos associados à espiritualidade inaciana (figura 96).

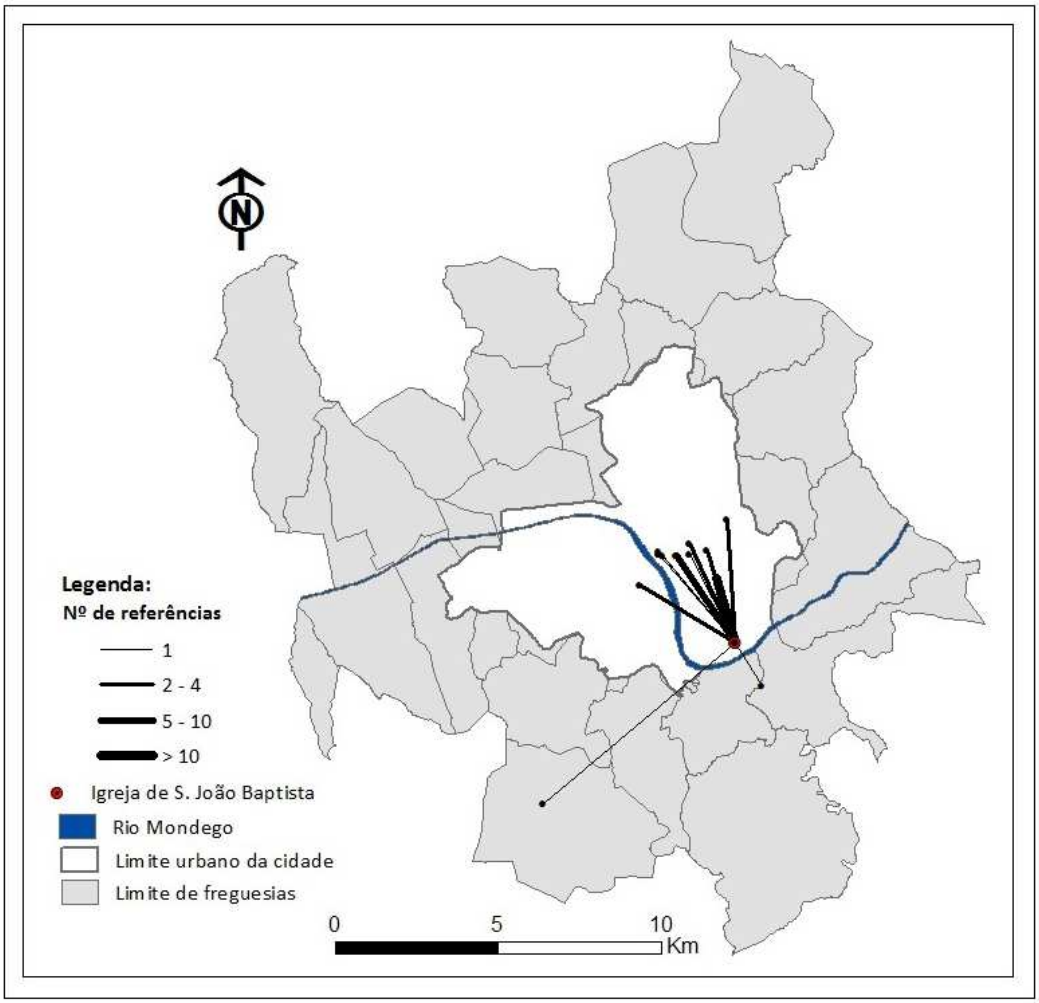


Figura 97: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. João Batista

Fonte: inquéritos, 2014

Sobre a Igreja de S. João Batista já havíamos concluído que 61,8% da população inquirida frequenta outras igrejas para além deste lugar sagrado. A sua localização próxima do perímetro urbano da cidade de Coimbra faz com que a população frequente lugares que, apesar de próximos ou pelo menos de fácil acesso, já se encontram fora deste limiar, como a Igreja de Cernache ou a Igreja de Ceira. Para além destes lugares e pelas razões já identificadas, a população desta igreja referiu que frequenta a Igreja de S. José, logo seguida de outras igrejas localizadas em várias freguesias da cidade, como Sé Nova, Santa Cruz, S. Bartolomeu e Santo António dos Olivais. Esta dispersão dos lugares sagrados evidencia uma maior mobilidade da população na cidade de Coimbra e uma

prática religiosa que está ancorada num número alargado de lugares sagrados, independente da sua localização (figura 97).

Para além desta análise que individualiza o comportamento da população católica de cada igreja em estudo, é ainda possível observar os resultados obtidos em conjunto, ou seja, agregando todas as respostas obtidas, definimos a hierarquia dos lugares sagrados da cidade de Coimbra.

Esta hierarquia está representada na figura seguinte e traduz os lugares que agregam e atraem o maior número de fiéis.

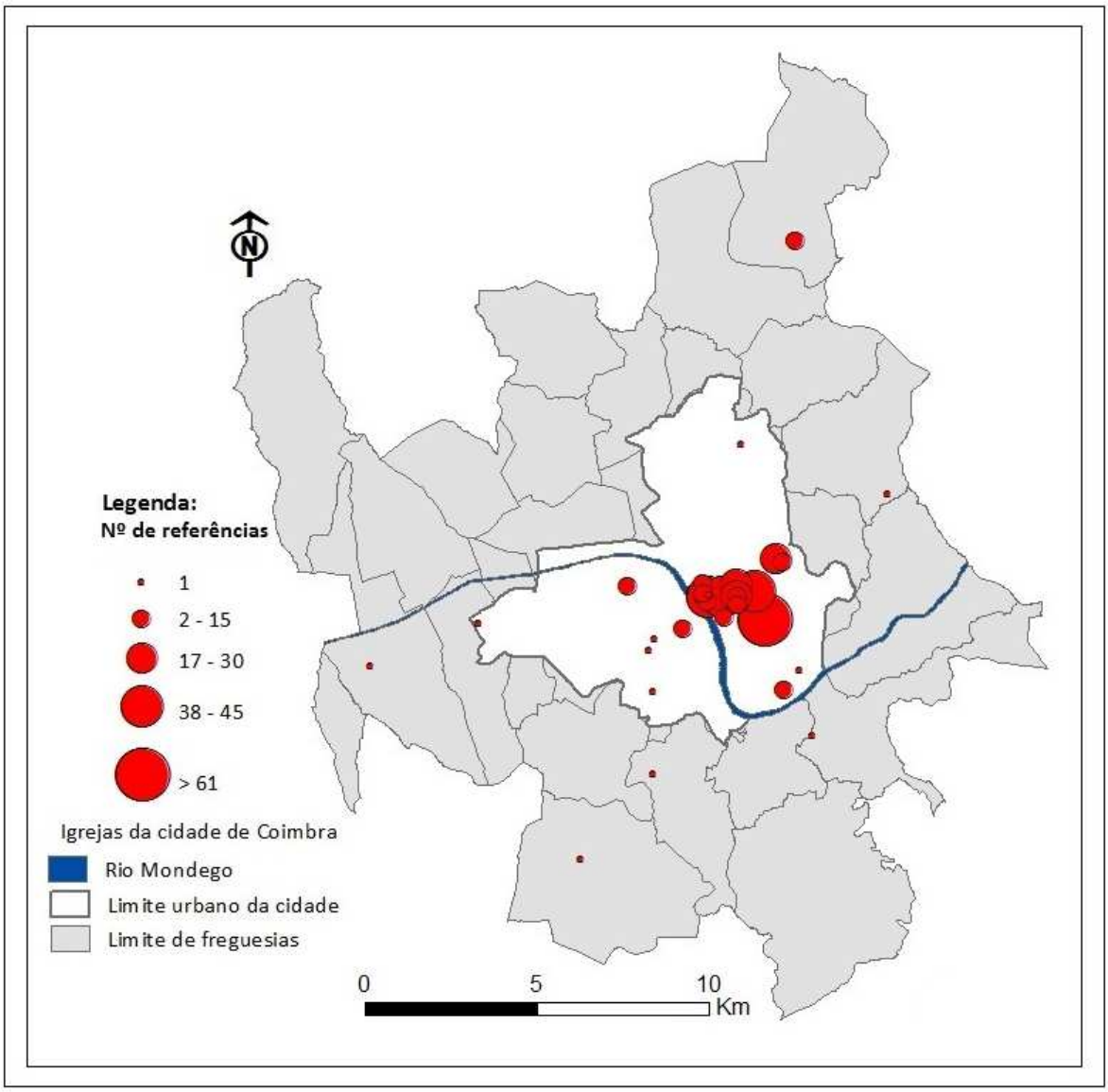


Figura 98: Total das outras igrejas frequentadas pela população inquirida

Fonte: inquéritos, 2014

A Igreja de S. José foi a mais referenciada pela população inquirida, tendo sido indicada 61 vezes (18,8%) e por um número significativo de inquiridos de todas as outras igrejas em estudo (figura 98). Para esta primazia e para esta força centrípeta da Igreja de S. José, muito contribui a população que respondeu ao nosso inquérito a partir das igrejas de S. João Batista, da Sé Nova ou de Nossa Senhora de Lurdes. No caso particular da primeira igreja, importa referir que esta paróquia foi criada para acolher parte dos crentes da Igreja de S. José, em particular dos residentes na zona do Vale das Flores, do Pinhal de Marrocos, da Portela e do Pólo II e, nestas circunstâncias, são duas igrejas cuja área de influência é, em parte, coincidente.

Pensamos que a atratividade desta igreja se prende com questões associadas à dinâmica paroquial e também à presença do pároco que acompanha esta igreja e os seus paroquianos há muitos anos, estabelecendo, desta forma, laços estreitos e fortes com as famílias e com a restante comunidade. Alguns inquiridos referem que o "Padre João" é o principal motivo pelo qual frequentam esta igreja, remetendo para a ideia de que o padre tem, na sociedade portuguesa, e até aos dias de hoje, uma influência na filiação, no comportamento e na assimilação dos valores católicos.

Ponderamos também que as questões geográficas estão implícitas nesta primazia da Igreja de S. José. Isto porque a igreja está integrada, desde a década de 30, num lugar central e densamente povoado da cidade de Coimbra. Tem uma localização próxima de áreas habitacionais, de estabelecimentos de ensino básico, do ensino secundário e do ensino superior e de espaços comerciais, permitindo que a Igreja de S. José esteja integrada no espaço vivido quotidiano da população, beneficiando da proximidade e do fácil acesso.

Se a Igreja de S. José agrega população urbana, maioritariamente pertencente às igrejas localizadas nas freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais, a Igreja de Santa Cruz atrai, sobretudo, população oriunda das igrejas de Eiras, da Rainha Santa Isabel e de S. Martinho do Bispo. É de referir que a Igreja de Santa Cruz está localizada na freguesia com o mesmo nome, mais concretamente na Praça 8 de Maio. Para além do seu peso histórico, esta igreja atrai pela sua posição geográfica, pois está localizada numa área nobre e central da cidade, junto aos Paços do Concelho, e de fácil acesso à população que reside nas referidas freguesias.

A terceira igreja mais referenciada é a Igreja da Sé Nova, com 44 referências, e que agrega, em particular, crentes oriundos das igrejas de Nossa Senhora de Lurdes e de S.

José. É de notar que os inquiridos da paróquia de Nossa Senhora de Lurdes indicaram, nas questões anteriores, estar ligados à espiritualidade inaciana e à Companhia de Jesus. Ora, sendo a Igreja da Sé Nova um marco histórico da presença desta ordem religiosa em Coimbra e no nosso país e, sendo que, pelo menos uma vez por mês, um padre jesuíta celebra a missa universitária na Sé Nova, não é de estranhar a relação estreita entre estas duas paróquias e entre os crentes que as frequentam.

Avaliamos também que a questão geográfica interfere na escolha dos lugares de culto frequentados. Isto porque a população inquirida nas igrejas localizadas na margem esquerda do rio Mondego frequenta outras igrejas da sua freguesia de residência ou de freguesias muito próximas. Para além da Igreja de Santa Cruz, a população da Igreja da Rainha Santa Isabel frequenta as igrejas da Sé Nova, de S. José, de S. Bartolomeu e de S. Martinho do Bispo, mas também igrejas ou capelas localizadas na freguesia de Santa Clara, como a Capela da Mesura, a Capela de Cruz dos Morouços, a Capela das Irmãs Vitorianas e, ainda, a Igreja do Alto dos Barreiros. Também a população que frequenta a Igreja de S. Martinho do Bispo faz referência às igrejas de Santa Cruz, da Rainha Santa Isabel e de S. Bartolomeu, todas próximas geograficamente.

Em resumo, da leitura destes valores, ponderamos existir uma hierarquia de centralidades dos lugares sagrados na cidade de Coimbra. Não se trata de uma hierarquia funcional, pois estes lugares sagrados não competem entre si e são relativamente independentes. Trata-se de uma hierarquia definida em função da sua capacidade de polarização, de atrair pessoas e de reunir os fiéis e, ainda, da quantidade de fluxos que convergem nestes lugares.

Verificámos que cada igreja se distingue pela população que a frequenta, ou seja, a população que frequenta a Igreja de S. Martinho do Bispo, por exemplo, apresenta um determinado perfil socioeconómico e vivências religiosas próprias e reside maioritariamente na freguesia de S. Martinho do Bispo, enquanto que a população que frequenta a Igreja de S. José apresenta outro perfil socioeconómico e provém de um número diversificado de freguesias urbanas de Coimbra. Há, portanto, distintos contextos geográficos e sociais, diferentes centralidades e diferentes intensidades de centralidades.

A Igreja de S. José situa-se no topo dos lugares sagrados que atraem o maior número de crentes, logo seguida das igrejas de Santa Cruz, da Sé Nova e dos Franciscanos.

Noutro grupo identificamos as igrejas de Santo António dos Olivais, de Nossa Senhora de Lurdes e ainda o Centro Universitário Manuel da Nóbrega. Com valores inferiores e, portanto, com uma atratividade e uma polarização menor, identificamos os lugares sagrados também localizados dentro do perímetro urbano da cidade, como as igrejas da Rainha Santa Isabel, de S. Bartolomeu, de S. João Batista e o Instituto Universitário Justiça e Paz, entre outros. Na base da hierarquia, encontram-se várias igrejas localizadas em lugares mais afastados do centro urbano, como as igrejas de Ceira, de Cernache, do Areeiro, de Taveiro, do Alto dos Barreiros, do Ameal e do Dianteiro, entre outras.

Neste contexto, concluímos que existe na cidade de Coimbra uma rede policêntrica de lugares sagrados. São igrejas que funcionam de forma independente mas que estão integradas na mesma cidade e na mesma diocese e que representam uma comunidade de católicos.

A Igreja de S. José, por exemplo, assume-se como o centro que polariza o maior número de pessoas de todas as outras igrejas onde realizámos os inquéritos. A sua centralidade resulta de um processo de produção a partir de forças centrípetas que se acumularam desde a década de 30, altura em que a cidade se expandiu em direção à freguesia de Santo António dos Olivais, em particular para esta área da cidade. É, pois, um centro que reflete a história urbana e social da cidade de Coimbra. A Igreja da Sé Nova, por exemplo, para além de ser um centro onde converge um número significativo de população inquirida é considerada, na hierarquia da Igreja Católica, como a Sé Catedral de Coimbra pelo seu relevo cultural, histórico e religioso, tanto a nível nacional como a nível internacional. A centralidade deste centro está também alicerçada na territorialidade da própria Igreja Católica.

Concluímos também que as igrejas que identificámos na base da hierarquia não são centros como os que aqui descrevemos, mas apenas lugares sagrados que possuem alguma centralidade no contexto da população inquirida, embora não tão expressiva.

Isto significa que, na cidade de Coimbra, existem múltiplos centros (multicentralidade) que representam diferentes realidades materiais e processos históricos de produção, resultando em diferentes centralidades e condicionantes das relações sociais.

O estudo da territorialidade religiosa pressupõe conhecer os diferentes lugares de pertença, mas também as diferentes tipologias de lugares, as suas características ou as suas escalas. Assim, analisando de forma detalhada os lugares sagrados que a população frequenta, optámos por questionar os inquiridos se frequentam outros lugares religiosos em Coimbra, para além de igrejas, e em que tipo de espaços mais gostam de rezar.

Conforme consta no quadro seguinte, cerca de 43,4% dos inquiridos referiu que frequenta outro tipo de lugares de culto e 47,3% afirmou que não frequenta lugares que não sejam igrejas (quadro 97). Estes valores mostram que a população inquirida, na sua prática religiosa, não só procura outras igrejas como também exerce o culto em lugares sagrados com outros ambientes ou outras características arquitetónicas, diferentes das características das igrejas convencionais. Aliás, o aparecimento de novos lugares de culto ou novas formas dos lugares sagrados é uma das características mais visíveis da pós-modernidade que abordámos nos dois primeiros capítulos deste trabalho.

Do total das respostas, verificámos que grande parte da população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo (67,3%) não costuma frequentar outro tipo de lugares e, por oposição, são os crentes da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes que procuram lugares mais diversificados e de importância secundária, como as capelas, os espaços verdes ou as casas religiosas de determinados movimentos ou ordens religiosas. Subsiste, nestes dois casos, uma dicotomia entre uma vivência religiosa mais conservadora e convencional e uma prática católica mais aberta e que aceita a diferença e o que está para além do comum.

Quadro 97: Inquiridos que frequentam ou não outro tipo de lugares religiosos

Igreja	Frequenta outros locais que não igrejas			
	Sim	Não	NR	Total
	%			
Igreja de Eiras	41,8	49,1	9,1	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	47,3	49,1	3,6	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	25,5	67,3	7,3	100,0
Igreja da Sé Nova	41,8	47,3	10,9	100,0
Igreja de S. José	30,9	54,5	14,5	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	63,6	27,3	9,1	100,0
Igreja de S. João Batista	52,7	36,4	10,9	100,0
Total	**43,4**	**47,3**	**9,4**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quando analisamos os lugares referidos pela população inquirida[148], notamos uma maior preferência por capelas. São espaços secundários na hierarquia da Igreja Católica e que, por serem mais pequenos que as igrejas, permitem, nalgumas situações, uma maior proximidade entre os membros da comunidade e um ambiente mais acolhedor e intimista. Assim, consideramos que a população inquirida, ao fazer referência a estes lugares religiosos, mostra a multiterritorialidade da própria Igreja Católica, uma territorialidade que se define num conjunto diverso de lugares sagrados e de diferentes tipologias, dimensões e escalas. A Igreja Católica criou espaços de culto alternativos, ou pelo menos, que permitem dar resposta a todos os grupos da sociedade coimbrã, onde se inclui, por exemplo, a população universitária ou a população ligada aos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Quadro 98: Identidade com outros lugares religiosos

Outros lugares religiosos	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Centro Universitário Manuel da Nóbrega				12		22	6	40	34,5
Instituto Universitário Justiça e Paz	4	3	1	2	1		3	14	12,1
Carmelo de Santa Teresa	2				5	1	6	14	12,1
Capela dos HUC		3		2	3	2		10	8,6
Capela de Nossa Senhora da Conceição		7		1				8	6,9
Capela da Universidade de Coimbra		2	1			1	2	6	5,2
Capela do Seminário da Sagrada Família		1					3	4	3,4
Capela Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias		4						4	3,4
Jardins (Sereia e Manga)				1	3			4	3,4
Capela de Espírito Santo das Touregas			2					2	1,7
Capela de Pé-de-cão			2					2	1,7
Capela da Casa de Retiros							1	1	0,9
Capela de S. Pedro			1					1	0,9
Cáritas							1	1	0,9
Casa do Gaiato							1	1	0,9
Casa do Movimento Encontros de Jovens Shalon	1							1	0,9
Casas Católicas		1						1	0,9
Centros de interpretação				1				1	0,9
Missas campais	1							1	0,9
Total N.º	**8**	**21**	**7**	**19**	**12**	**26**	**23**	**116**	**100,0**
%	**6,9**	**18,1**	**6,0**	**16,4**	**10,3**	**22,4**	**19,8**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Da leitura do quadro anterior (quadro 98) verificamos que o lugar de culto alternativo mais referenciado é o CUMN - Centro Universitário Manuel da Nóbrega -, situado na freguesia da Sé Nova, na rua Almeida Garrett, próximo do Jardim da Sereia e da Praça da República.

[148] No inquérito realizado, pedimos ao inquirido que indicasse alguns lugares religiosos que costuma frequentar para além de igrejas; contudo, dos 167 inquiridos que responderam que sim, apenas 86 identificaram outros lugares.

Trata-se de um centro universitário dirigido por padres da Companhia de Jesus e que se destina a acompanhar a formação e o percurso religioso dos estudantes e dos antigos estudantes da Universidade de Coimbra, mas também de toda a comunidade coimbrã. Neste centro, existe uma capela onde é celebrada a missa todos os dias. Pelo facto de estar associado aos jesuítas e aos estudantes universitários, este centro é, em particular, referido pela população que frequenta as paróquias de Nossa Senhora de Lurdes e da Sé Nova, ambas ligadas à espiritualidade inaciana e ao meio académico.

O Instituto Universitário Justiça e Paz, localizado na Couraça de Lisboa, junto ao polo principal da Universidade de Coimbra é também referido pelos inquiridos. Trata-se de um centro cujo funcionamento é da responsabilidade da diocese de Coimbra e que tem como principal missão projetar e dinamizar a pastoral do ensino superior da diocese, abrangendo alunos, docentes, investigadores e funcionários. Este centro tem uma capela onde se realizam missas periódicas às terças, às quartas e às quintas-feiras. A sua localização e o público-alvo a que se destinam muitas das suas atividades permitem que este centro seja frequentado por parte dos inquiridos.

Outro lugar religioso referido pelos inquiridos foi a capela do Carmelo de Santa Teresa, localizado na rua de Santa Teresa, próximo da rua do Cidral e do Penedo da Saudade. Trata-se de um espaço religioso onde todos os dias, pelas 8 horas da manhã, se celebra missa. Para além do horário e da sua localização, este espaço está associado à história de Nossa Senhora de Fátima, à Ordem das Carmelitas e à vida consagrada da Irmã Lúcia. Foram sobretudo os crentes das igrejas de S. José e de S. João Batista, ambas localizadas na mesma freguesia que o Carmelo de Santa Teresa, que referiram este lugar religioso.

Um outro espaço que importa destacar é a Capela dos HUC, expressão que designa a Capela dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Esta referência evidencia a frequência de um espaço distinto dos outros, uma vez que esta capela funciona dentro do próprio hospital e que se destina a acompanhar os seus doentes e familiares, mas também os médicos e os funcionários dos distintos serviços hospitalares. Os inquiridos que referiram esta opção são sobretudo médicos e enfermeiros[149] e, por esta razão, deslocam-se aos HUC não por razões religiosas mas por motivos profissionais.

[149] A Capela dos HUC obteve 10 referências, sendo que dos inquiridos que referiram este lugar religioso 4 são médicos e 1 é enfermeiro.

Tendo a população inquirida indicado outros lugares religiosos para além das igrejas, questionámos em que lugares mais gostam de rezar. Optámos por fazer uma pergunta fechada, indicando algumas tipologias de lugares sagrados, como capelas/igrejas ou santuários, e deixando em aberto a possibilidade de os inquiridos indicarem outros locais onde costumam fazer as suas orações.

Quadro 99: Espaços onde o inquirido mais gosta de rezar (oração)

Outros lugares religiosos	Igreja							
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total
	%							
Capela/Igreja	74,5	70,9	78,2	78,2	69,1	74,5	76,4	**74,5**
Santuário	30,9	21,8	23,6	25,5	21,8	23,6	34,5	**26,0**
Junto da natureza	20,0	25,5	9,1	40,0	27,3	38,2	32,7	**27,5**
Em qualquer lado onde esteja sozinho	50,9	50,9	40,0	40,0	47,3	63,6	50,9	**49,1**
Em qualquer lado desde que esteja acompanhado	3,6	1,8	0,0	7,3	3,6	9,1	10,9	**5,2**
Outros locais	12,7	9,1	12,7	14,5	9,1	9,1	21,8	**12,7**

Fonte: inquéritos, 2014

Concluímos que 74,5% dos inquiridos gostam de rezar em espaços convencionais, como capelas ou igrejas, e apenas 26% preferem rezar em santuários, espaços de maiores dimensões, que agregam um número significativo de devotos e que favorecem uma prática religiosa comunitária (quadro 99).

Os lugares junto à natureza reuniram cerca de 26% de respostas dos inquiridos, fazendo corresponder os espaços naturais a elementos sagrados e a espaços que propiciam o encontro com Deus. Aliás, na questão anterior, aferimos que 3,4% da população costuma rezar nos jardins da cidade, em particular no Jardim da Manga ou no Jardim da Sereia, identificando, mesmo em contexto urbano, espaços naturais que permitem a ligação com os elementos sagrados.

Porventura, a questão da dimensão e, nalguns casos o maior fluxo de pessoas aos santuários, como Fátima, por exemplo, não permite descobrir nem sentir algumas das características que são comuns aos lugares sagrados e que a população inquirida identificou em questões anteriores. Conforme observámos, para a população inquirida o acolhimento, o silêncio, o conforto e a sensação de bem-estar, o sentido de pertença e a integração numa comunidade ou o seu percurso religioso realizado no passado, entre outros, são fatores que determinam e condicionam a sua escolha e a ligação com os lugares sagrados onde gostam de rezar.

Quando questionados sobre com quem é que a população inquirida gosta de rezar, observamos que, para 49,1% dos inquiridos, é indiferente o local desde que estejam sozinhos, e apenas 5,2%, desde que estejam acompanhados. Ora, estas respostas remetem-nos para uma das características emergentes da prática católica da contemporaneidade. O individualismo faz da prática católica uma opção cada vez mais pessoal, livre e individual, sem que implique a presença ou a integração numa determinada comunidade.

Numa análise comparativa entre as igrejas em estudo, observamos que, em S. Martinho do Bispo, a população utiliza espaços mais convencionais, uma vez que opta pelas capelas e igrejas para rezar e não recorre a espaços junto à natureza para fazer as suas orações. A prática da oração está, para este grupo de inquiridos, associada a um ato solitário, uma vez que nenhum crente inquirido assinalou a opção "em qualquer lado desde que esteja acompanhado". Note-se que nesta igreja a população é mais envelhecida e uma grande parte é viúva e vive sozinha, implicando um modo de ser e de estar mais solitário e de menor partilha de vivências pessoais e religiosas.

Por outro lado, a população das igrejas localizadas nas freguesias urbanas da Sé Nova e de Santo António dos Olivais mostra-se menos convencional na escolha dos lugares para rezar. Isto porque, apesar da opção capelas/igreja reunir algum consenso, há nestas igrejas uma maior abertura no sentido de rezar em espaços junto à natureza ou mesmo noutro tipo de espaços que não foram tipificados no inquérito, mas que a população identificou e que estão traduzidas no quadro 100.

Quadro 100: Outros espaços onde os inquiridos gostam de rezar (oração)

Outros lugares religiosos	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Em casa		2	6	5	2	1	7	**23**	**46,9**
No quarto	6	1				2	1	**10**	**20,4**
No autocarro/ carro/ em viagem		1		2	1		1	**5**	**10,2**
Junto ao sacrário		1					2	**3**	**6,1**
Em qualquer lugar	1						1	**2**	**4,1**
Na praia					1	1		**2**	**4,1**
Em Taizé		1						**1**	**2,0**
Na montanha				1				**1**	**2,0**
No cemitério					1			**1**	**2,0**
Num retiro espiritual						1		**1**	**2,0**
Total	**7**	**6**	**6**	**8**	**5**	**5**	**12**	**49**	**100,0**
%	**14,3**	**8,2**	**12,2**	**16,3**	**10,2**	**10,2**	**24,5**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Da observação do quadro anterior (quadro 100) apuramos que 49 inquiridos indicaram outros locais onde mais gostam de rezar. Observamos que 67,3% dos inquiridos preferem a casa onde residem, dos quais 46,9% indicam a sua casa e 20,4% referem em concreto o seu quarto como local de recolhimento e de oração. Notamos que, para estes inquiridos, o lugar onde mais gostam de rezar está para além do estereótipo da igreja ou dos santuários. Nesta situação, o espaço sagrado é um lugar mais íntimo e restrito, localizado dentro da própria habitação. É um lugar que permite uma maior segurança e uma maior confiança ao inquirido e, ao mesmo tempo, uma maior liberdade na sua relação com os elementos sagrados ou com Deus. Relembramos aqui neste ponto o entendimento sobre Tuan (1979) e Bachelard (1994) sobre a casa, como o "centro do mundo" e um lugar de intimidade e de relação.

Cerca de 10,2% dos inquiridos referem que preferem rezar em viagem, em particular quando se deslocam de autocarro ou de carro. Esta percentagem demonstra que o lugar sagrado é também aquele que permite o encontro com os elementos do sagrado, independentemente da sua localização ou características físicas e arquitetónicas; no entanto, esta situação revela ainda que a própria Igreja Católica se ajustou à contemporaneidade, adaptando-se ao movimento e criando meios alternativos para rezar. São comuns os sites católicos com leituras e pontos de oração em arquivo digital, que facilitam a culto de forma independente do espaço físico e que possibilitam a multiterritorialidade.

4.2.3. A perceção e a representação da imagem da cidade de Coimbra

Já afirmámos que a religião ou o culto religioso permitem uma apropriação material e simbólica do espaço. Esta apropriação acontece através das experiências, das vivências e das práticas religiosas que pressupõem a utilização do espaço, dos lugares e do território. Consideramos que os movimentos, os fluxos e os percursos associados ao consumo de distintos lugares sagrados, por exemplo, permitem um conhecimento diferenciado do território. Construímos uma imagem e fazemos uma leitura da paisagem material e imaterial que nos rodeia, onde incluímos os elementos do sagrado, consoante a nossa mobilidade e os diferentes percursos e fluxos. A perceção que temos da realidade constrói-se também a partir do mundo sagrado, da identidade e das vivências associadas ao transcendente, ao divino, ao fora do comum ou ao profano.

Para complementar o estudo da territorialidade religiosa da população inquirida, optámos por elaborar três questões que nos pareceram essenciais para o estudo da perceção do território religioso e da definição da imagem e da paisagem religiosa do concelho ou da cidade. Questionámos a população sobre quais os lugares religiosos relevantes de Coimbra, as atividades religiosas ou os episódios que associam à cidade e ainda se a paisagem da cidade está ou não associada à Igreja Católica.

Em primeiro lugar, pedimos aos inquiridos que referissem até cinco lugares religiosos localizados em Coimbra, mesmo que não os frequentem. Se nas questões anteriores analisámos os espaços que a população usa na sua prática religiosa, procuramos agora analisar os lugares religiosos que a população identifica como relevantes para a cidade, mesmo que não os frequentem ou já tenham visitado.

Quadro 101: Lugares religiosos relevantes em Coimbra, valores totais

Igreja	Lugares relevantes em Coimbra					
	Identificou		Não Identificou		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	50	90,9	5	9,1	55	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	50	90,9	5	9,1	55	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	54	98,2	1	1,8	55	100,0
Igreja da Sé Nova	54	98,2	1	1,8	55	100,0
Igreja de S. José	54	98,2	1	1,8	55	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	54	98,2	1	1,8	55	100,0
Igreja de S. João Batista	55	100,0	0	0,0	55	100,0
Total	**371**	**96,4**	**14**	**3,6**	**385**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 102: Lugares religiosos relevantes em Coimbra, por referências

Igreja	Lugares relevantes em Coimbra			
	Lugares relevantes		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	19	50,0	176	13,5
Igreja da Rainha Santa Isabel	21	55,3	160	12,3
Igreja de S. Martinho do Bispo	19	50,0	155	11,9
Igreja da Sé Nova	23	60,5	213	16,3
Igreja de S. José	23	60,5	188	14,4
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	20	52,6	209	16,0
Igreja de S. João Batista	25	65,8	203	15,6
Total	**38**	**100,0**	**1.304**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Da leitura dos quadros anteriores verificamos que 96,4% da população inquirida referiu pelo menos um lugar religioso relevante em Coimbra e apenas 3,6% não indicou nenhum lugar (quadros 101 e 102).

Se ponderarmos o número de lugares indicados pelos inquiridos, verificamos que a população de Eiras e de S. Martinho do Bispo identificou apenas 19 lugares distintos na cidade de Coimbra, sendo que esta última igreja reuniu o menor número de referências (156). Isto permite-nos verificar que a população integrada nestas duas igrejas tem um conhecimento e uma leitura mais restrita do território de Coimbra.

A população inquirida na igreja de S. João Batista foi a que indicou o maior número de lugares sagrados relevantes em Coimbra (25), tendo sido uma das igrejas que apresentou o maior número de referências (203). Também a população inquirida nas igrejas localizadas nas freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais referiu um número elevado de lugares religiosos relevantes em Coimbra. Ou seja, a população que frequenta as igrejas localizadas no centro urbano possui uma leitura mais ampla e diversa dos lugares existentes, mostrando um maior conhecimento do território.

Quadro 103: Lugares religiosos relevantes de Coimbra, por referência

Lugares religiosos relevantes de Coimbra	Paróquia							Total	
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista		
	N.º							N.º	%
Igreja de Santa Cruz	37	28	25	29	35	34	31	**219**	**16,8**
Igreja da Sé Nova	25	25	18	29	29	39	35	**200**	**15,3**
Igreja da Sé Velha	17	18	22	35	28	34	22	**176**	**13,5**
Igreja da Rainha Santa Isabel	18	22	38	21	24	16	30	**169**	**13,0**
Convento de Santa Clara-a-Velha	26	20	20	18	12	19	17	**132**	**10,1**
Igreja de Santo António dos Olivais	4	6	3	15	10	13	5	**56**	**4,3**
Carmelo de Santa Teresa	8	5	2	7	7	12	14	**55**	**4,2**
Capela da Universidade de Coimbra	6	4	2	8	11	9	5	**45**	**3,5**
Igreja de S. José	6	11	5	9	3	4	6	**44**	**3,4**
Igreja de S. Tiago	5	5	4	6	4		10	**34**	**2,6**
Seminário Maior da Sagrada Família	4	2	1	2	5	5	4	**23**	**1,8**
Igreja de S. Bartolomeu	4	1	7	3	2	1	5	**23**	**1,8**
Centro Universitário Manuel da Nóbrega		1		6	4	5	4	**20**	**1,5**
Igreja da Graça	7	3	1	4		1	3	**19**	**1,5**
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	3	2	1	3	2		2	**13**	**1,0**
Mosteiro de Celas	1	1		3	2	5	1	**13**	**1,0**
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	2			4	1	3		**10**	**0,8**
Igreja de Santa Justa	1	1		2		3	1	**8**	**0,6**
Instituto Universitário Justiça e Paz		2		3	2	1		**8**	**0,6**
Igreja dos Franciscanos			1	1	1	2	1	**6**	**0,5**
Igreja de São Salvador				3	1	2		**6**	**0,5**
Museu da Irmã Lúcia			1		2	1	1	**5**	**0,4**
Capela dos HUC					1		1	**2**	**0,2**
Igreja de S. João Baptista				1			1	**2**	**0,2**
Convento de S. Francisco				1	1			**2**	**0,2**
Igreja de S. Martinho do Bispo			2					**2**	**0,2**
Cáritas de Coimbra							1	**1**	**0,1**
Jardim Botânico							1	**1**	**0,1**
Lar Tresiano							1	**1**	**0,1**
Paço Episcopal							1	**1**	**0,1**
Capela do Bordalo		1						**1**	**0,1**
Congregação das Irmãs Franciscanas		1						**1**	**0,1**
Rua da Sofia		1						**1**	**0,1**
Centro de Acolhimento de João Paulo II					1			**1**	**0,1**
Igreja de Eiras	1							**1**	**0,1**
Igreja de S. Paulo de Frades	1							**1**	**0,1**
Casa de Retiro de S. José			1					**1**	**0,1**
Confraria da Rainha Santa			1					**1**	**0,1**
Total	**176**	**160**	**155**	**213**	**188**	**209**	**203**	**1.304**	**100,0**
	13,5	**12,3**	**11,9**	**16,3**	**14,4**	**16,0**	**15,6**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

O quadro anterior reúne os 38 lugares (1.304 referências) que a população inquirida referiu e as respetivas referências. Todos os lugares identificados se situam na cidade de Coimbra, com particular destaque para as igrejas localizadas nas freguesias pertencentes à zona histórica de Coimbra (quadro 103).

Isto significa que as três igrejas mais referidas foram a Igreja de Santa Cruz, com 219 referências, a Igreja da Sé Nova, com 200 referências e ainda a Igreja da Sé Velha com 176 referências. Todos os inquiridos, independente da igreja onde se inserem, referiram estas igrejas como sendo lugares religiosos relevantes de Coimbra. São igrejas que se destacam na paisagem urbana, em particular na Alta e na Baixa da cidade.

Com o especial contributo da população das igrejas da Rainha Santa Isabel, de S. Martinho do Bispo, de Eiras e de S. João Batista, o Convento de Santa Clara-a-Velha e a própria Igreja da Rainha Santa Isabel foram, também, os lugares sagrados mais referenciados pela população inquirida. Ambos estão localizados na margem esquerda do rio Mondego, na freguesia de Santa Clara. São lugares que marcam a identidade religiosa de Coimbra, não apenas pelo seu edificado e pela sua arquitetura, que sobressai na paisagem urbana, mas pelo seu peso histórico, associado à vida e à obra de Santa Isabel de Aragão, Rainha de Portugal e Santa padroeira da cidade.

Também do total dos lugares religiosos referidos, distinguimos um outro conjunto de igrejas que, embora não tenham a mesmo relevo que as anteriores, possuem em termos históricos uma importância similar. Com 56 referências surge a Igreja de Santo António dos Olivais, com 55 o Carmelo de Santa Teresa e com 45 a Capela da Universidade de Coimbra (quadro 103). No caso dos dois primeiros lugares, a importância atribuída poderá estar associada à presença na cidade de duas personalidades católicas, embora de épocas distintas. No primeiro caso, foi Santo António, um dos religiosos franciscanos mais conhecidos em Portugal, e, no segundo, foi a Irmã Lúcia, vidente do Milagre de Fátima e Carmelita no Carmelo de Santa Teresa.

No caso da Capela da Universidade de Coimbra ou Capela de S. Miguel, sobressai no conjunto do edificado universitário e representa a relação entre a Igreja Católica e a Universidade de Coimbra, que tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Nesta Igreja, realizam-se alguns atos religiosos associados à vida académica, como a Missa Solene de abertura do ano letivo ou a missa em honra de Nossa Senhora da Conceição, mas também um conjunto de cerimónias religiosas, como casamentos ou funerais, de pessoas que estejam ligadas à vida académica e que, por estas razões mais íntimas, marcam o calendário religioso da cidade e da própria população.

Seguem-se outros lugares religiosos que consideramos ser referidos não pelo seu peso histórico ou patrimonial mas por serem lugares que os crentes frequentam. Assim, destacamos a Igreja de S. José, a Igreja de S. Tiago, o Seminário da Sagrada Família, a Igreja de S. Bartolomeu, o Centro Universitário Manuel da Nóbrega, a Igreja da Graça, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Mosteiro de Celas e a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes.

Para além destes lugares relevantes que expusemos e que, na sua grande maioria, correspondem a igrejas ou capelas, a população inquirida indicou outros lugares sagrados menos convencionais, como a Caritas Diocesana, o Paço Episcopal, o Centro de

Acolhimento João Paulo II, a Confraria da Rainha Santa Isabel, a Casa de Retiro de S. José e a Congregação das Irmãs Franciscanas.

A importância atribuída pelos crentes a estes lugares é, em parte, explicada com uma outra pergunta que colocámos aos inquiridos. Pedimos para identificarem até cinco atividades religiosas ou episódios religiosos que considerem estar associados a Coimbra.

Quadro 104: Atividades religiosas ou episódios religiosos associados a Coimbra, valores totais

Igreja	Atividades ou episódios religiosos					
	Identificou		Não		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	47	13,6	8	20,0	55	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	50	14,5	5	12,5	55	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	46	13,3	9	22,5	55	100,0
Igreja da Sé Nova	47	13,6	8	20,0	55	100,0
Igreja de S. José	51	14,8	4	10,0	55	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	52	15,1	3	7,5	55	100,0
Igreja de S. João Batista	52	15,1	3	7,5	55	100,0
Total	**345**	**89,6**	**40**	**10,4**	**385**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Ponderando os valores apresentados no quadro anterior, verificamos que 89,6% dos inquiridos identificaram pelo menos uma atividade ou episódio religioso associado a Coimbra (quadro 104).

Quadro 105: Atividades religiosas ou episódios religiosos associados a Coimbra, atividade ou episódios indicados e referências

Igreja	Atividades ou episódios religiosos			
	Atividade religisoas		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	16	36,4	65	11,1
Igreja da Rainha Santa Isabel	17	38,6	75	12,8
Igreja de S. Martinho do Bispo	13	29,5	57	9,8
Igreja da Sé Nova	21	47,7	104	17,8
Igreja de S. José	19	43,2	86	14,7
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	24	54,5	96	16,4
Igreja de S. João Batista	22	50,0	101	17,3
Total	**44**	**100,0**	**584**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Apurámos da leitura do quadro anterior que, do total de 584 referências, foi a população inquirida nas igrejas de Nossa Senhora de Lurdes (24), de S. João Batista (22) e da Sé Nova (21) que identificou o maior número de acontecimentos religiosos. Numa situação oposta encontramos a população inquirida em S. Martinho do Bispo que

demonstrou conhecer um número mais reduzido de atividades ou episódios religiosos associados a Coimbra (13), mostrando, mais uma vez, um distanciamento ou o desconhecimento da história e das vivências desta cidade.

Quadro 106: Atividades religiosas ou episódios religiosos associados a Coimbra, por tipo de referência

Atividades ou episódios religiosos de Coimbra	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Rainha Santa Isabel (Vida, Milagres, Festas e Procissão)	46	52	45	51	53	53	49	349	59,8
Outras Festas, Procissões e Rituais católicos	6	2	5	18	7	6	15	59	10,1
Festas e Procissão do Corpo de Deus	6	8	1	11	5	3	10	44	10,1
Atividades ligadas à Pastoral Universitária	3	1	2	8	5	12	3	34	5,8
Atividades de formação e de acompanhamento social	3	3	1	4	8	3	3	25	4,3
Santo António (Vida, Festa e Igreja)	0	4	0	6	4	4	5	23	10,1
Irmã Lúcia (Vida, Memorial, Museu e Convento)	0	0	1	1	1	6	11	20	3,4
Acontecimentos históricos	1	3	2	2	0	3	1	12	2,1
Peregrinações	0	1	0	2	2	4	1	10	1,7
Outras referências	0	1	0	1	1	2	3	8	1,4
Total	**65**	**75**	**57**	**104**	**86**	**96**	**101**	**584**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A partir da observação do quadro anterior, verificamos que, com 349 referências, foram os episódios relativos à "Rainha Santa Isabel (Vida, Milagres, Festas e Procissão)" os mais indicados pela população inquirida. Estes incluem a Procissão da Rainha Santa Isabel, com 149 referências, as Festas da Rainha Santa Isabel, com 120 referências, e, com um número menos significativo de referências, a Rainha Santa Isabel (50) ou a Lenda/Milagre das Rosas (34) (quadro 106).

Nestas circunstâncias, avaliamos que o peso da Rainha Santa Isabel não é apenas centrado na Igreja ou no Convento de Santa Clara-a-Velha, conforme verificámos na questão anterior, mas também na própria Rainha Santa Isabel e nas festas que se realizam anualmente em sua honra ou na procissão, que se realiza de dois em dois anos, em que o andor da Rainha Santa se desloca da Igreja da Rainha Santa Isabel até à Igreja de Santa Cruz. Ao cariz religioso associa-se uma componente pagã e até turística que torna a Rainha Santa uma personalidade de referência na cidade de Coimbra. É de referir que as Festas da Rainha Santa Isabel coincidem com as Festas da Cidade e com o dia 4 de julho, dia do Município de Coimbra. Assim, associa-se também a esta dimensão religiosa a componente política que torna este acontecimento um dos eventos mais promovidos e divulgado na cidade de Coimbra.

A população inquirida destacou ainda um vasto conjunto de “Festas ou de Procissões religiosas” que marcam o calendário dos católicos ou apenas a própria igreja ou paróquia. Do conjunto destacamos as Festas da Senhora da Boa Morte, referida sobretudo pelos paroquianos da Sé Nova, a Festa de S. João Batista, referida pelos paroquianos da Igreja de S. João Batista, ou ainda a Via Sacra da Cidade de Coimbra, indicada pelos crentes da Sé Nova, de S. José e de S. João Batista.

Apesar de incluída nesta categoria de "Festas e de Procissões religiosas", optámos por destacar a “Procissão do Corpo de Deus”, uma vez que reúne um número muito significativo de referências (44). Trata-se de uma procissão precedida de uma missa celebrada, na Igreja da Sé Nova, pelo Bispo da Diocese de Coimbra e que celebra a entrega de Cristo na Cruz, antecipada na Última Ceia de Jesus com os seus discípulos. Esta procissão marca o calendário da prática religiosa dos católicos da diocese, agregando um número significativo de paroquianos das outras igrejas na Sé Catedral da Sé Nova.

Um outro conjunto de atividades religiosas que estão associadas a Coimbra é o das "Atividades ligadas à Pastoral Universitária" e, em particular, das desenvolvidas no Instituto Universitário Justiça e Paz e no Centro Universitário Manuel da Nóbrega. Com cerca de 34 referências, estas simbolizam a importância que a vida académica a Universidade de Coimbra e os demais estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados, têm para a cidade. A Igreja Católica criou espaços e desenvolve atividades direcionadas para este público-alvo, unindo a componente académica à religiosa. São lugares religiosos localizados próximos do Polo I da Universidade, cujo funcionamento está adaptado ao calendário escolar.

Importa ainda referir que, incluída nesta categoria, a população inquirida referiu a Bênção das Pastas (23 referências) como uma atividade religiosa que se associa a Coimbra. Trata-se de uma missa destinada aos finalistas universitários e que se realiza na Igreja da Sé Nova, na semana da Queima das Fitas. Consideramos ser mais um momento que conjuga a vertente académica e a religiosa e que marca o calendário religioso da cidade.

Sem uma indicação muito concreta, os inquiridos de todas as igrejas referiram também que a cidade de Coimbra é marcada, sob o ponto de vista religioso, pela existência de instituições de ensino ligadas à Igreja Católica ou ainda pela existência de instituições religiosas que promovem ações de formação ou ações de voluntariado e de assistência social. No primeiro caso, são exemplos os colégios privados de cariz religioso, como o Colégio da Rainha Santa Isabel e o Colégio S. Teotónio, ambos associados à formação

católica de jovens. No segundo, são exemplos a Cáritas Diocesana, a Conferência S. Vicente de Paulo e a Cozinha Económica, entre outras, que promovem na cidade um conjunto alargado de atividades destinadas à população em risco e mais carenciada.

Com um número de referências expressivas, a população inquirida referiu, ainda, duas personalidades associadas a Coimbra - Santo António e a Irmã Lúcia. São personalidades cuja história de vida e a respetiva formação religiosa estão associadas a esta cidade e que, tal como verificámos na questão anterior, tornaram os lugares onde viveram relevantes para Coimbra a Igreja de Santo António dos Olivais e o Carmelo de Santa Teresa.

Com um menor número de referências, destacamos a categoria dos "Acontecimentos históricos" e das "Peregrinações". No primeiro caso, estão incluídas as referências, entre outras, da chegada das Relíquias dos Mártires de Marrocos a Coimbra; no segundo, são referidas as peregrinações a pé a Fátima e a Santiago de Compostela.

Na categoria das "Outras referências", são referidas atividades distintas, como o turismo religioso ou a exposição da doçaria conventual, realizada na Igreja da Rainha Santa Isabel.

Em resumo, a população inquirida identificou 44 atividades ou episódios religiosos distintos e que marcaram a história da cidade e da própria presença da Igreja Católica neste território. Através desta leitura, a população inquirida mostrou um conhecimento dos lugares, dos rituais e das vivências da cidade que define uma cronologia muito própria e paralela ao calendário civil. Nesta medida, podemos traçar a paisagem não-representacional de Coimbra, que conjuga as diversas práticas do quotidiano e os padrões do comportamento da população inquirida com as suas experiências, as suas práticas ou os seus sentimentos associados à fé e às suas crenças religiosas. É uma paisagem imaterial e subjetiva, que densifica a imagem que a população constrói de Coimbra.

No seguimento de a população ter identificado alguns lugares religiosos relevantes e as atividades ou os episódios importantes para a cidade, entendemos questionar a população se considera que a imagem de Coimbra está associada à Igreja Católica e quais os motivos que justificam a sua resposta.

Quadro 107: A paisagem/imagem de Coimbra está associada à Igreja Católica

Igreja	Paisagem/ Imagem de Coimbra							
	Sim		Não		NR		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	36	65,5	12	21,8	7	12,7	55	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	28	50,9	19	34,5	8	14,5	55	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	33	60,0	21	38,2	1	1,8	55	100,0
Igreja da Sé Nova	40	72,7	13	23,6	2	3,6	55	100,0
Igreja de S. José	42	76,4	11	20,0	2	3,6	55	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	38	69,1	15	27,3	2	3,6	55	100,0
Igreja de S. João Batista	44	80,0	6	10,9	5	9,1	55	100,0
Total	**261**	**67,8**	**97**	**25,2**	**27**	**7,0**	**385**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Tendo em conta a análise do quadro anterior, apuramos que 67,8% dos inquiridos consideram que Coimbra tem uma paisagem e uma imagem associada à Igreja Católica, 25,2% tem uma opinião contrária e ainda 7% não respondeu a esta questão.

Da análise dos quadros 108 e 109 notamos que, do total da população que afirmou que sim, 86,6% justificou a sua resposta, tendo indicado pelo menos uma personalidade, um acontecimento ou uma atividade ou mesmo um edifício de cariz religioso que justifica esta relação.

Verificamos ainda que foram referidas 33 justificações distintas, tendo sido a população inquirida nas igrejas de S. José e da Sé Nova a que fez referência a mais episódios ou atividades religiosas (19).

Quadro 108: População que indicou pelo menos uma justificação

Igreja	Considerou que sim					
	Indicou justificação		NR		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	28	77,8	8	22,2	36	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	24	85,7	4	14,3	28	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	29	87,9	4	12,1	33	100,0
Igreja da Sé Nova	36	90,0	4	10,0	40	100,0
Igreja de S. José	38	90,5	4	9,5	42	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	34	89,5	4	10,5	38	100,0
Igreja de S. João Batista	37	84,1	7	15,9	44	100,0
Total	**226**	**86,6**	**35**	**13,4**	**261**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 109: Número de justificações apresentadas pela população inquirida

Igreja	Considerou que sim			
	Justificações		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	12	36,4	31	10,8
Igreja da Rainha Santa Isabel	11	33,3	27	9,4
Igreja de S. Martinho do Bispo	13	39,4	35	12,2
Igreja da Sé Nova	19	57,6	51	17,8
Igreja de S. José	19	57,6	47	16,4
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	14	42,4	47	16,4
Igreja de S. João Batista	14	42,4	49	17,1
Total	**33**	**100,0**	**287**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Tendo em conta o número de referências, optámos por agrupá-las por temas, resultando no quadro que se apresenta de seguida. Em parte, estes temas correspondem a algumas das atividades ou episódios religiosos que a população identificou na questão anterior.

Quadro 110: Elementos que estão associados à paisagem da cidade de Coimbra

Paisagem da Cidade de Coimbra	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º								%
Rainha Santa Isabel	6	8	12	8	14	11	16	75	26,1
Igreja da Rainha Santa Isabel		1						1	0,3
Convento de Santa Clara-a-Velha	3	1	1	1	2	6		14	4,9
Milagre das Rosas		1	1	2	3		3	10	3,5
Festas da Rainha Santa Isabel	1		1	1	1			4	1,4
Total Rainha Santa Isabel	**10**	**11**	**15**	**12**	**20**	**17**	**19**	**104**	**36,2**
Tem muitas igrejas e edifícios religiosos	11	6	7	9	5	10	8	56	19,5
Património religioso e histórico	2	4	2	5	2	4	3	22	7,7
Paisagem da cidade com edifícios religiosos		2	1	4	1	1	3	12	4,2
Igreja da Sé Velha					1	1		2	0,7
Igreja de Santa Cruz				1		1	3	5	1,7
Igreja da Sé Nova				1				1	0,3
Igrejas e Edifícios Religiosos	**13**	**12**	**10**	**20**	**9**	**17**	**17**	**98**	**34,1**
Personalidades e figuras históricas						1		1	0,3
Irmã Lúcia/ Carmelo de Santa Teresa		1	2	2	3	4	4	16	5,6
Santo António/ Igreja de Santo António dos Olivais	1			3	1		1	6	2,1
D. Dinis							1	1	0,3
Estátua de João Paulo II	1				1			2	0,7
Personalidade e figuras históricas e religiosas	**2**	**1**	**2**	**5**	**5**	**5**	**6**	**26**	**9,1**
Ligação com a história de Portugal	2		1		2	4	1	10	3,5
Tradição		1	2	2	1			6	2,1
História			2	1	1		1	5	1,7
História e Tradição	**2**	**1**	**5**	**3**	**4**	**4**	**2**	**21**	**7,3**
Universidade			2	5	4	1		12	4,2
Capela da Universidade de Coimbra					1			1	0,3
Cidade dos Estudantes com ligação à vida católica	1							1	0,3
Torre da Universidade de Coimbra	1							1	0,3
Universidade	**2**	**0**	**2**	**5**	**5**	**1**	**0**	**15**	**5,2**
Colégios católicos				1		1		2	0,7
Colégio S. Teotónio				1				1	0,3
Rua da Sofia	1				2	1		4	1,4
População católica praticante		1		1	1		1	4	1,4
Atividades religiosas		1						1	0,3
Com muitas ordens religiosas/Companhia de Jesus				2		1	3	6	2,1
Culto do Espírito Santo			1					1	0,3
Festas Religiosas	1							1	0,3
Rio Mondego				1			1	2	0,7
Nomes de ruas com referências religiosas					1			1	0,3
Outras Referências	**2**	**2**	**1**	**6**	**4**	**3**	**5**	**23**	**8,0**
Total N.º	**31**	**27**	**35**	**51**	**47**	**47**	**49**	**287**	**100,0**
%	**10,8**	**9,4**	**12,2**	**17,8**	**16,4**	**16,4**	**17,1**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

De novo as referências associadas à Rainha Santa Isabel reúnem o maior número de respostas (36,2%), sendo que, em todas as igrejas em estudo, a população identificou a padroeira da cidade, mas também o "Milagre das Rosas", as festas em sua honra ou então os dois lugares sagrados associados - Igreja da Rainha Santa Isabel e o Convento de Santa Clara-a-Velha (quadro 110).

O segundo grupo de respostas representa 34,1% do total das referências e compreende a componente material da paisagem urbana da cidade de Coimbra. Neste grupo, incluímos as referências a três igrejas situadas na zona histórica (Igreja de Santa Cruz, Igreja da Sé Nova e Igreja da Sé Velha), mas também as referências que indicam a existência de muitas igrejas ou edifícios religiosos ou ainda de um vasto património

religioso e histórico. É de notar que a referência "paisagem da cidade com edifícios religiosos" reúne cerca de 4,2% do total das referências.

Com menor expressão no total das referências (9,1%), a população inquirida mencionou um conjunto de personalidades ou de figuras históricas que, nalguns casos, estão associadas à religião. Neste grupo, a personalidade com maior número de referências, e que se destaca das restantes, foi a Irmã Lúcia e, consequentemente, o Carmelo de Santa Teresa. Incluídos neste grupo, estão também Santo António, D. Dinis e ainda João Paulo II. Estas duas últimas referências estão representadas em duas estátuas, sendo que D. Dinis está representado junto das Escadas Monumentais, ao início da Rua Larga da Universidade de Coimbra, e João Paulo II está numa praça central junto aos Arcos do Jardim.

4.2.4. A territorialidade religiosa da população inquirida – a rede de lugares sagrados nacionais e internacionais

A abordagem das questões associadas à prática religiosa dos inquiridos permitiu conhecer alguns dos territórios religiosos de pertença e de referência para a população. No ponto anterior, apenas questionámos os inquiridos sobre os lugares que se localizam em Coimbra e, portanto, os espaços que costumam frequentar ou que se localizam na cidade de Coimbra, enquanto seu espaço vivido quotidiano.

No entanto, consideramos que a prática religiosa favorece a pertença não a um, mas a múltiplos lugares que estruturam os territórios. Os crentes, conforme iremos analisar, procuram conhecer os diferentes lugares que estão associados à sua fé, às suas crenças, aos símbolos, à história da própria Igreja Católica ou de uma personalidade bíblica ou religiosa da qual são devotos. Podem ser lugares que estruturam o seu percurso religioso, enquanto católico praticante, ou então a própria Igreja Católica enquanto instituição e comunidade de fiéis. A territorialidade da população inquirida tem múltiplas escalas (multiescalaridade) e são estas que procurámos conhecer e interpretar.

Tendo em conta a mobilidade intrínseca da prática católica, procurámos indicar outros lugares sagrados nacionais onde a população já esteve, permitindo aos inquiridos referir até cinco lugares.

Quadro 111: Número de inquiridos que referiram lugares sagrados nacionais onde já estiveram

Igreja	Lugares Nacionais onde já esteve				
	Identificou		Não Identificou		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º
Igreja de Eiras	49	89,1	6	10,9	55
Igreja da Rainha Santa Isabel	54	19,6	1	0,4	55
Igreja de S. Martinho do Bispo	52	18,9	3	1,1	55
Igreja da Sé Nova	53	19,3	2	0,7	55
Igreja de S. José	50	18,2	5	1,8	55
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	54	19,6	1	0,4	55
Igreja de S. João Batista	55	20,0	0	0,0	55
Total	**367**	**95,3**	**18**	**4,7**	**385**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 112: Número de lugares sagrados nacionais onde o inquirido já esteve, valores totais

Igreja	Lugares Nacionais onde já esteve			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	30	28,8	135	13,6
Igreja da Rainha Santa Isabel	31	29,8	136	13,7
Igreja de S. Martinho do Bispo	16	15,4	96	9,7
Igreja da Sé Nova	47	45,2	165	16,7
Igreja de S. José	41	39,4	141	14,2
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	39	37,5	167	16,9
Igreja de S. João Batista	34	32,7	150	15,2
Total	**104**	**100,0**	**990**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A população inquirida demonstrou que a sua prática católica está ancorada a um número alargado de lugares sagrados, até porque, cerca de 95,3% dos inquiridos já estiveram, pelo menos, num lugar religioso localizado no território português e apenas 4,7% não indicou nenhum lugar (quadro 111). Na totalidade, foram identificados 104 lugares de culto disseminados por todo o território nacional, com exceção da Região Autónoma dos Açores, que não foi referida pelos inquiridos.

Através dos quadros anteriores, verificamos que a população de S. Martinho do Bispo e de Eiras esteve num menor número de lugares sagrados nacionais. No caso da primeira igreja, foram apenas referidos 16 lugares e, na segunda, 30 (quadro 112). Isto permite-nos aferir que a população inquirida nestas duas igrejas tem um menor conhecimento e uma menor relação com outros espaços religiosos, quer estejam localizados no concelho de Coimbra, quer estejam dispersos pelo território nacional. Há, nestes casos específicos, uma leitura mais restrita do território, reflexo de uma menor mobilidade, de um menor conhecimento e de uma menor perceção do território.

A população inquirida nas igrejas da Sé Nova e de S. José mostrou que esteve num maior número de lugares sagrados, sendo que, na primeira igreja, foram referidos 47 lugares e, na segunda, 41. Também os inquiridos nas outras igrejas localizadas na freguesia de Santo António dos Olivais mostraram um conhecimento mais amplo dos lugares religiosos nacionais ou, pelo menos, mais disperso que as outras igrejas onde foi realizado o inquérito (quadro 112).

Por forma a melhor compreendermos a geografia dos lugares sagrados a nível nacional, procurámos agrupá-los pelas 7 regiões portuguesas e por concelhos, traduzindo-se nos quadros que se apresentam de seguida.

Quadro 113: Lugares sagrados nacionais onde o inquirido já esteve, por região e por número de lugares

Número de Lugares sagrados nacionais onde já esteve/Região	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Região Norte	14	11	6	14	20	13	12	**31**	**29,8**
Região Centro	10	12	7	20	11	15	13	**39**	**37,5**
Região de Lisboa e Vale do Tejo	5	5	3	7	8	8	7	**22**	**21,2**
Região do Alentejo	1	2	0	4	1	3	2	**8**	**7,7**
Região do Algarve	0	1	0	2	0	0	0	**3**	**2,9**
Região Autónoma da Madeira	0	0	0	0	1	0	0	**1**	**1,0**
Região Autónoma dos Açores	0	0	0	0	0	0	0	**0**	**0,0**
Total N.º	**30**	**31**	**16**	**47**	**41**	**39**	**34**	**104**	**100,0**
%	**28,8**	**29,8**	**15,4**	**45,2**	**39,4**	**37,5**	**32,7**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 114: Lugares Sagrados nacionais onde o inquirido já esteve, por região e por número de referências

Número de Referências de Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Região	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Região Norte	53	49	31	56	52	59	58	**358**	**36,2**
Região Centro	70	66	62	84	69	74	74	**499**	**50,4**
Região de Lisboa e Vale do Tejo	11	15	3	18	18	27	15	**107**	**10,8**
Região do Alentejo	1	4	0	5	1	7	3	**21**	**2,1**
Região do Algarve	0	2		2	0	0	0	**4**	**0,4**
Região Autónoma da Madeira	0	0	0	0	1	0	0	**1**	**0,1**
Região Autónoma dos Açores	0	0	0	0	0	0	0	**0**	**0,0**
Total N.º	**135**	**136**	**96**	**165**	**141**	**167**	**150**	**990**	**100,0**
%	**13,6**	**13,7**	**9,7**	**16,7**	**14,2**	**16,9**	**15,2**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Apuramos que 67,3% dos lugares referidos estão localizados nas regiões Norte e Centro de Portugal. No Norte foram referidos 31 lugares (29,8%) e no Centro 39 (37,5%) (quadro 114). Estas duas regiões portuguesas agregam também o maior número de referências, 358 no Norte e 499 no Centro, permitindo concluir que a população inquirida já esteve num maior número de lugares sagrados situados nestas duas regiões e, portanto, tem uma leitura diferenciada do território nacional[150].

Numa situação contrária, verificamos que a população identificou um número mais reduzido de lugares nas restantes regiões portuguesas do continente. Em Lisboa e Vale do Tejo, foram apenas referidos 22 dos lugares (21,2%), no Alentejo 8 (7,7%) e no Algarve 3

[150] É de referir que, segundo os dados apresentados pela CEP, em 2001, as dioceses do Norte e do Centro reuniam o maior número de lugares de culto. Anexo III (quadro III.1.)

(2,9%). Nas Regiões Autónomas, foi referido apenas 1 lugar na Ilha da Madeira e nenhum nos Açores.

Porventura, esta leitura tem estreita ligação com a divisão eclesiástica da Igreja Católica no nosso país e com o peso histórico que cada diocese assume no contexto nacional. Braga, por exemplo, representa a diocese portuguesa com o maior número de lugares de culto católico a nível nacional.

Quadro 115: Lugares sagrados nacionais onde a população já esteve, região Centro, por concelho

Lugares sagrados nacionais onde já esteve	Concelho	Igreja								
		Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Mosteiro de Alcobaça	Alcobaça		2	2	5	3	2	2	**16**	**3,2**
Igreja da Misericórdia de Aveiro	Aveiro				2				**2**	**0,4**
Mosteiro da Batalha	Batalha	7	2	2	8	5	4	3	**31**	**6,2**
Sinagoga de Belmonte	Belmonte							1	**1**	**0,2**
Convento de Santa Clara-a-Velha	Coimbra	2	2				1	4	**9**	**1,8**
Igreja da Rainha Santa Isabel	Coimbra	4	1			1	1		**7**	**1,4**
Igreja de Santa Cruz	Coimbra	1					2		**3**	**0,6**
Igreja da Sé Nova	Coimbra				1		1		**2**	**0,4**
Igreja da Sé Velha	Coimbra			1	1				**2**	**0,4**
Capela da Senhora da Alegria	Coimbra						1		**1**	**0,2**
Capela da Universidade de Coimbra	Coimbra	1							**1**	**0,2**
Carmelo de Santa Teresa	Coimbra							1	**1**	**0,2**
Igreja de Santo António dos Olivais	Coimbra		1						**1**	**0,2**
Santuário de Nossa Senhora do Círculo	Condeixa-a-Nova		1				2	1	**4**	**0,8**
Fátima/Santuário de Fátima	Ourém	49	52	53	48	50	53	56	**361**	**72,3**
Santuário Mariano do Pranto de Dornes	Ferreira do Zêzere				1				**1**	**0,2**
Santuário de Santa Luzia	Fundão						1		**1**	**0,2**
Sé da Guarda	Guarda		1	2	2	1		1	**7**	**1,4**
Igreja de Santa Maria	Guarda				2				**2**	**0,4**
Capela de Nossa Senhora de Mileu	Guarda					1			**1**	**0,2**
Santuário de Nossa Senhora do Almortão	Idanha-a-Nova						1		**1**	**0,2**
Igreja Matriz de Costa Nova	Ílhavo				2				**2**	**0,4**
Mosteiro de Santa Clara em Monte Real	Leiria							1	**1**	**0,2**
Santuário de Santa Eufémia	Leiria					1			**1**	**0,2**
Santuário de Nossa Senhora da Piedade	Lousã			1	1	2			**4**	**0,8**
Santuário de Nossa Senhora do Castelo	Mangualde				1				**1**	**0,2**
Cruz Alta (Buçaco)	Mealhada	1							**1**	**0,2**
Vacariça	Mealhada							1	**1**	**0,2**
Capela dos Pescadores	Mira				2				**2**	**0,4**
Santuário do Senhor da Serra	Miranda do Corvo	1			1			1	**3**	**0,6**
Igreja de Santa Maria Alcáçova	Montemor-o-Velho						1		**1**	**0,2**
Santuário de Nossa Senhora da Nazaré	Nazaré						1	1	**2**	**0,4**
Santuário de Nossa Senhora das Preces	Oliveira do Hospital	1	1	1	2			1	**6**	**1,2**
Santuário de Nossa Senhora dos Remédios	Peniche				1				**1**	**0,2**
Convento de Cristo	Tomar	3			1	3	2		**9**	**1,8**
Igreja de S. João Batista	Tomar		1			1			**2**	**0,4**
Igreja de Santa Maria Olivais	Tomar		1		1				**2**	**0,4**
Igreja de Nossa Senhora da Graça	Torres Vedras				1				**1**	**0,2**
Sé de Viseu	Viseu		1		1	1	1		**4**	**0,8**
Total Região Centro	**N.º**	**70**	**66**	**62**	**84**	**69**	**74**	**74**	**499**	**100,0**
	%	**14,0**	**13,2**	**12,4**	**16,8**	**13,8**	**14,8**	**14,8**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Dos 39 locais identificados na Região Centro, Fátima é o lugar sagrado que agrega o maior número de referências (361), representando mais de 72% do total de referências desta região e mais de 36% do total de referências a nível nacional (quadro 115). Fátima regista mais visitas do que a totalidade dos lugares sagrados na Região Norte, por exemplo,

e, por esta razão, representa o topo da hierarquia dos lugares sagrados do território nacional.

Agrupámos nesta designação de "Fátima/Santuário de Fátima" as referências de Fátima, Santuário de Fátima, Capelinha das Aparições, Cova de Iria e Valinhos, uma vez que são lugares sagrados que fazem parte do próprio Santuário e que, no conjunto, formam o que designamos de "hieropólis de Fátima" (cf. Rosendahl, 1999 e 2002b). Com uma função urbana especializada e centrada nas atividades religiosas, a Cidade-Santuário de Fátima tem uma organização funcional e social centrada nos elementos sagrados e simbólicos, vocacionados para dar resposta à significativa convergência de peregrinos ou de turistas nacionais e estrangeiros.

Estes dados evidenciam a atração que Fátima tem no contexto nacional, dado que a totalidade ou a grande maioria dos inquiridos de todas as igrejas onde realizámos os inquéritos indicou que já esteve neste lugar sagrado.

Em 2013 e segundo as estatísticas oficiais do Santuário de Fátima, assistiram às missas oficiais cerca de 3.489.153 mil pessoas e chegaram a este lugar de culto cerca de 447.126 mil peregrinos portugueses e 120.838 peregrinos com nacionalidade estrangeira, dos quais destacamos os espanhóis, os italianos, os polacos, os brasileiros e os norte-americanos, os ucranianos entre outros.

Em conjunto, estes valores apurados pelo Santuário de Fátima e os resultados do nosso inquérito comprovam a força centrípeta de Fátima e a sua posição no topo da hierarquia dos lugares sagrados mais relevantes no território nacional e que conjuga, no caso dos turistas, a vertente cultural e a patrimonial, bem como as vertentes religiosas ou espirituais, entre outras.

Localizam-se também nesta região outros lugares religiosos que, apesar de terem menos referências, assumem, no contexto nacional, alguma importância. No concelho da Batalha, cerca de 6,2% dos inquiridos referiram que conhecem o Mosteiro de Santa Maria da Vitória; no concelho de Alcobaça, 3,2% referem o Mosteiro de Alcobaça; e, em Tomar, 1,8% afirmam que conhecem o Convento de Cristo. Porventura estes lugares foram referidos não tanto por questões religiosas, mas por serem locais privilegiados no contexto turístico a nível nacional e mundial. São lugares classificados pela UNESCO como Património da Humanidade e estão integrados numa rota turística portuguesa da Rede de Mosteiros Património da Humanidade e, no caso do Convento de Cristo, integrado também na Rota dos Templários. Estes percursos turísticos permitem um conhecimento

do património histórico e arquitetónico de Portugal que ultrapassa a questão religiosa, mas que muitas vezes esta vertente distingue e promove.

É de referir ainda que a população inquirida indicou 9 lugares localizados na cidade de Coimbra, que, no conjunto, agregam mais de 5% das referências. Dos lugares indicados destacam-se a Igreja da Rainha Santa Isabel e o Convento de Santa Clara-a-Velha, reforçando, desta maneira, o peso que tem o património religioso associado à Rainha Santa Isabel, no contexto urbano de Coimbra, mas também no território nacional. Todavia, consideramos que a indicação de lugares sagrados localizados em Coimbra pode estar associado ao conhecimento que os inquiridos têm desta cidade e ao facto de ser o pronto de partida para a respetiva análise nacional. Julgamos que estes fatores condicionam os resultados obtidos.

Quadro 116: Lugares sagrados nacionais onde a população já esteve, região Norte, por concelho

Lugares sagrados nacionais onde já esteve	Concelho	Igreja								
		Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Santuário de Nossa Senhora da Peneda	Arcos de Valdevez		1			1		1	**3**	**0,8**
Santuário de Santa Maria de Adelaide	Arcozelo	3		2				1	**6**	**1,7**
Santuário do Bom Jesus de Braga	Braga	16	14	15	12	15	16	15	**103**	**28,8**
Santuário de Nossa Senhora do Sameiro	Braga	5	9	9	9	7	11	17	**67**	**18,7**
Sé de Braga	Braga	3	6	1	4	1	4	9	**28**	**7,8**
Braga	Braga	1	1		1	2	2	1	**8**	**2,2**
Santuário de Braga	Braga							2	**2**	**0,6**
Via Sacra de Braga	Braga					1			**1**	**0,3**
Santuário de Nossa Senhora da Penha	Guimarães	1	3			1	1		**6**	**1,7**
Guimarães	Guimarães				1				**1**	**0,3**
Santuário de São Torcato	Guimarães					1			**1**	**0,3**
Santuário de Nossa Senhora dos Remédios	Lamego	5	4		9	2	5	1	**26**	**7,3**
Lamego	Lamego	1							**1**	**0,3**
Santuário da Senhora da Aparecida	Lousada					1			**1**	**0,3**
Santuário do Menino Jesus de Praga	Marco de Canaveses	3			1			3	**7**	**2,0**
Santuário de Nossa Senhora da Graça	Mondim de Basto	1							**1**	**0,3**
Santuário da Nossa Senhora da Piedade e Sa	Penafiel						1		**1**	**0,3**
Sé do Porto	Porto		4	1	3	1		1	**10**	**2,8**
Igreja dos Clérigos	Porto	1			1	2			**4**	**1,1**
Igreja da Lapa	Porto				1	1			**2**	**0,6**
Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Porto						1		**1**	**0,3**
Monte de São Félix	Póvoa do Varzim						1		**1**	**0,3**
Mosteiro de Sisverga	Santo Tirso						1		**1**	**0,3**
Santuário de Nossa Senhora da Assunção	Santo Tirso					1			**1**	**0,3**
Santuário de Nossa Senhora da Lapa	Sernancelhe	4	1		3	2	1	3	**14**	**3,9**
Mosteiro de São João de Tarouca	Tarouca					1			**1**	**0,3**
Santuário de S. Bento da Porta Aberta	Terras de Bouro	7	1	3	5	4	2		**22**	**6,1**
Jesus de Cidai	Trofa					1			**1**	**0,3**
Mosteiro de Santa Maria de Sarzedas	Valpaços					1			**1**	**0,3**
Santuário de Santa Luzia	Viana do Castelo	2	5		5	6	13	4	**35**	**9,8**
Capela de Nossa Senhora d' Agonia	Viana do Castelo				1				**1**	**0,3**
Total Região Norte	**N.º**	**53**	**49**	**31**	**56**	**52**	**59**	**58**	**358**	**100,0**
%		**14,8**	**13,7**	**8,7**	**15,6**	**14,5**	**16,5**	**16,2**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

O quadro anterior traduz os 31 lugares sagrados da Região Norte. Nesta região do país, destacamos os lugares localizados no concelho de Braga, que reúnem mais de 58% das referências (209) desta região. Foram destacados os dois santuários: o Santuário do

Bom Jesus de Braga, com 103 referências; e o Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, com 67 referências. Foi também indicada a Sé de Braga, com 28 referências. Em todas as igrejas, estes lugares reúnem um número expressivo de visitantes, sendo que representam os lugares mais relevantes e que atraem o maior número de fiéis no Norte de Portugal (quadro 116).

Também localizados nesta região, destacam-se os lugares sagrados de Viana do Castelo (Capela de Nossa Senhora d' Agonia e Santuário de Santa Luzia), Lamego (Santuário de Nossa Senhora dos Remédios), Terras de Bouro (Santuário de S. Bento da Porta Aberta), Porto (Sé do Porto e Torre dos Clérigos), Sernancelhe (Santuário de Nossa Senhora da Lapa), Guimarães (Santuário de Nossa Senhora da Penha e Santuário de São Torcato), Marco de Canaveses (Santuário do Menino Jesus de Praga) e ainda Arcozelo (Santuário de Santa Maria de Adelaide). Muitos destes lugares representam práticas religiosas que incluem procissões, romarias e festas, que se realizam todos os anos e que atraem muita população, não apenas por motivos religiosos, mas por questões turísticas, onde incluímos o lazer, o recreio e as férias.

É de referir que, à semelhança do que constatámos relativamente ao número de lugares de culto, a região Norte se destaca, no contexto nacional, por apresentar um número significativo de romarias e de procissões religiosas, que, na generalidade, dão visibilidade e projeção aos próprios lugares sagrados. Ou seja, mais do que realizar práticas religiosas como rezar, cumprir uma promessa ou ir às missas, a população que participa em muitas destas romarias procura conhecer as tradições e os modos de vida das comunidades onde estão situados os seus lugares sagrados de referência. À vertente religiosa está associada a componente patrimonial, histórica e arquitetónica, mas também a gastronomia, a natureza, a música, o artesanato ou outras marcas identitárias que unem a população.

Veja-se o caso particular das festas em honra da Senhora d'Agonia que agregam, no mesmo evento, uma procissão solene, incluindo um percurso no mar, um desfile de cabeçudos, um cortejo etnográfico e um espetáculo de fogo de artifício. Através destas festas, procura preservar-se a identidade religiosa mas também a identidade local etno-folclórica, tornando esta romaria numa das mais atrativas no nosso país, conjugando a vertente religiosa e a profana. Aliás, muitas destas festas representam distintas práticas religiosas, diferentes maneiras de vivenciar o sagrado e distintas formas de utilizar o

espaço, que, no caso de Viana do Castelo, combina o espaço urbano da cidade com o próprio Rio Lima.

É de referir ainda que a população identificou 4 lugares de culto da cidade do Porto, que, no conjunto, agregam 17 referências. Os lugares referidos são a Sé do Porto, a Igreja dos Clérigos, a Igreja da Lapa e ainda a Igreja de Nossa Senhora de Fátima.

Quadro 117: Lugares sagrados nacionais onde a população já esteve, região de Lisboa e Vale do Tejo, por concelho

Lugares sagrados nacionais onde já esteve	Concelho	Igreja								
		Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Santuário do Cristo Rei	Almada					1		2	**3**	**2,8**
Mosteiro dos Jerónimos	Lisboa	4	9	1	9	10	12	7	**52**	**48,1**
Sé de Lisboa	Lisboa		3	1	2	2	7	1	**16**	**14,8**
Basílica da Estrela	Lisboa		1		1	1	1	3	**7**	**6,5**
Igreja de S. Roque	Lisboa					1	2		**3**	**2,8**
Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Lisboa	2							**2**	**1,9**
Igreja de Santa Cecília	Lisboa	2							**2**	**1,9**
Igreja do Campo Grande	Lisboa				2				**2**	**1,9**
Igreja do Lumiar	Lisboa	2							**2**	**1,9**
Basílica dos Mártires	Lisboa					1			**1**	**0,9**
Capela de Santo Amaro	Lisboa							1	**1**	**0,9**
Igreja de S. Domingos	Lisboa							1	**1**	**0,9**
Igreja de S. João Batista	Lisboa	1							**1**	**0,9**
Igreja de S. João de Brito	Lisboa				1				**1**	**0,9**
Igreja de S. Jorge	Lisboa		1						**1**	**0,9**
Igreja de S. Vicente de Fora	Lisboa		1						**1**	**0,9**
Igreja de Santa Graça	Lisboa						1		**1**	**0,9**
Igrejas de Lisboa	Lisboa						1		**1**	**0,9**
Convento de Mafra	Mafra			1	2	1	2	1	**7**	**6,5**
Forte de S. Julião da Barra	Oeiras						1		**1**	**0,9**
Igreja de S. Paulo	Setúbal					1			**1**	**0,9**
Convento dos Capuchos	Sintra				1				**1**	**0,9**
Total Região de Lisboa e Vale do Tejo N.º		**11**	**15**	**3**	**18**	**18**	**27**	**16**	**108**	**100,0**
%		**10,2**	**13,9**	**2,8**	**16,7**	**16,7**	**25,0**	**14,8**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, foram referidos 22 lugares sagrados, dos quais 77% localizam-se no concelho de Lisboa e os restantes nos outros concelhos da Grande Lisboa (Mafra, Oeiras e Sintra) e da Península de Setúbal (Almada e Setúbal) (quadro 117).

No concelho de Lisboa, o lugar que reúne o maior número de referências (52) é o Mosteiro dos Jerónimos, representando o lugar sagrado mais conhecido e visitado pela população inquirida nas regiões a sul de Portugal. Trata-se do Monumento Nacional que integra, em conjunto com o Convento de Cristo e os Mosteiros da Batalha e de Alcobaça, a Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade, significando, desta forma, o peso que tem a vertente religiosa no conjunto do património histórico e arquitetónico português.

Também nesta cidade a população referiu outros 16 lugares sagrados, dos quais destacamos a Basílica da Estrela, a Igreja de S. Roque, a Igreja do Lumiar, a Igreja de Nossa

Senhora da Mercês e a Igreja do Campo Grande, entre outras. Sem grande expressão numérica, surge o Convento de Mafra, também localizado na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Quadro 118: Lugares sagrados nacionais onde a população já esteve, região do Alentejo, por concelho

Lugares sagrados nacionais onde já esteve	Concelho	Igreja								
		Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Santuário de Nossa Senhora da Conceição	Vila Viçosa		2		1	1	5	2	**11**	**52,4**
Sé de Évora	Évora	1	2				1		**4**	**19,0**
Nossa Senhora da Boa-Nova	Alandroal				1				**1**	**4,8**
Igreja de Nossa Senhora das Neves	Beja				1				**1**	**4,8**
Sé de Beja	Beja				1				**1**	**4,8**
Capela dos Ossos	Évora							1	**1**	**4,8**
Cartuxa de Évora	Évora						1		**1**	**4,8**
Santo António de Portalegre	Portalegre				1				**1**	**4,8**
Total Região do Alentejo N.º		**1**	**4**	**0**	**5**	**1**	**7**	**3**	**21**	**100,0**
%		**4,8**	**19,0**	**0,0**	**23,8**	**4,8**	**33,3**	**14,3**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Nas regiões mais a sul do território continental, a população inquirida identificou um número mais reduzido de lugares sagrados. Ainda assim, do quadro anterior verificamos que o lugar que reúne o maior número de visitantes (11 referências) foi o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa. Este destaque atribuído pela população inquirida tem particular interesse, uma vez que Nossa Senhora da Conceição é a principal padroeira de Portugal, sendo celebrado o seu dia a 8 de dezembro, com uma procissão em sua honra (quadro 118).

Os outros lugares indicados repartem-se entre os concelhos de Évora, do Alandroal, de Beja e de Portalegre.

Quadro 119: Lugares sagrados nacionais onde a população já esteve, região do Algarve, por concelho

Lugares sagrados nacionais onde já esteve	Concelho	Igreja								
		Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Igreja de Santa Maria das Ondas	Tavira		2						**2**	**50,0**
Igreja de Lagos	Lagos				1				**1**	**25,0**
Sé de Silves	Silves				1				**1**	**25,0**
Total Região do Algarve N.º		**0**	**2**	**0**	**2**	**0**	**0**	**0**	**4**	**100,0**
%		**0,0**	**50,0**	**0,0**	**50,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Na região do Algarve, os lugares sagrados referidos são apenas três e localizam-se nos concelhos de Tavira, de Lagos e de Silves. Estes lugares foram apenas referidos pela população inquirida das igrejas da Rainha Santa Isabel e da Sé Nova (quadro 119).

De seguida, observamos, por igreja, os lugares sagrados e as respetivas referências, de forma a analisarmos espacialmente a mobilidade e os fluxos da população. Para uma melhor leitura, optámos por agrupar os lugares sagrados por concelho.

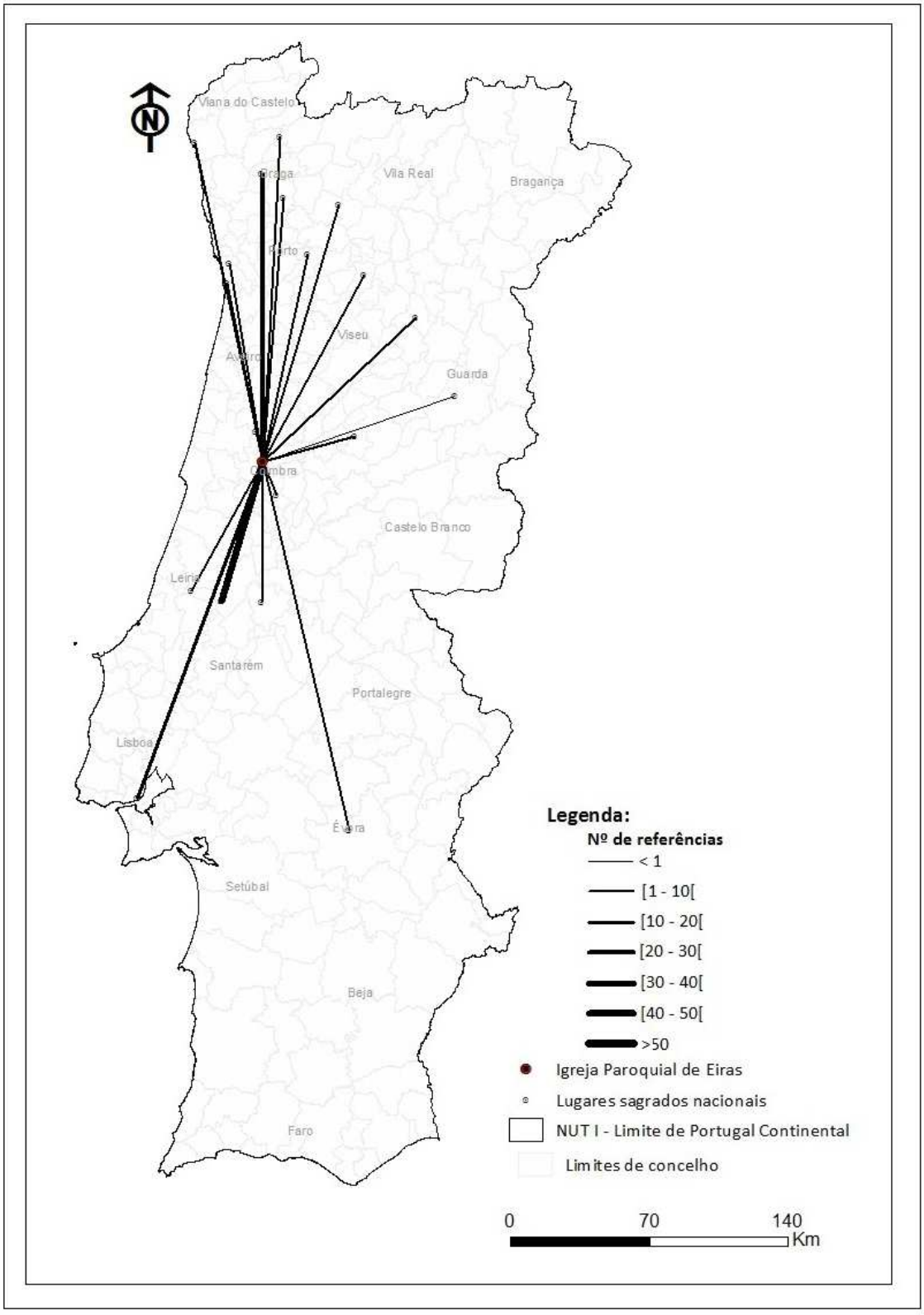


Figura 99: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Eiras

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 120: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Eiras, por número e por referências

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja de Eiras			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Região Norte	**14**	**46,7**	**53**	**39,3**
Braga	4	13,3	25	18,5
Viana do Castelo	1	3,3	2	1,5
Lamego	2	6,7	6	4,4
Terras de Bouro	1	3,3	7	5,2
Porto	1	3,3	1	0,7
Sernancelhe	1	3,3	4	3,0
Guimarães	1	3,3	1	0,7
Marco de Canaveses	1	3,3	3	2,2
Arcozelo	1	3,3	3	2,2
Mondim de Basto	1	3,3	1	0,7
Região Centro	**10**	**33,3**	**70**	**51,9**
Ourém	1	3,3	49	36,3
Batalha	1	3,3	7	5,2
Coimbra	4	13,3	8	5,9
Tomar	1	3,3	3	2,2
Oliveira do Hospital	1	3,3	1	0,7
Miranda do Corvo	1	3,3	1	0,7
Mealhada	1	3,3	1	0,7
Região de Lisboa e Vale do Tejo	**5**	**16,7**	**11**	**8,1**
Lisboa	5	16,7	11	8,1
Região do Alentejo	**1**	**3,3**	**1**	**0,7**
Évora	1	3,3	1	0,7
Total	**30**	**100,0**	**135**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A figura 99 e o quadro 120 representam os 30 lugares identificados pela população que frequenta a Igreja de Eiras, dos quais 14 estão localizados na Região Norte do país, 10 no Centro, 5 na Região de Lisboa e Vale do Tejo e 1 no Alentejo. À semelhança do que constatámos a nível nacional, o Santuário de Fátima, situado no concelho de Ourém, reúne o maior número de referências (49), sendo que 89% da população inquirida em Eiras já esteve, pelo menos uma vez, neste lugar sagrado.

Os outros lugares mais referidos situam-se, na sua grande maioria, na Região Norte, com destaque para o concelho de Braga, que agrega as referências do Santuário do Bom Jesus de Braga (16), do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro (5), da Sé de Braga (3) e ainda da cidade de Braga (1).

Do total de referências, destacamos ainda o Santuário de S. Bento da Porta Aberta, em Terras de Bouro, no Norte, e o Mosteiro da Batalha, no Centro, ambos com 7 referências.

Nas regiões mais a sul, a população da Igreja de Eiras apenas identificou 5 lugares em Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos, Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Igreja de Santa Cecília, Igreja do Lumiar e Igreja de S. João Batista) e 1 lugar no Alentejo (Sé de Évora).

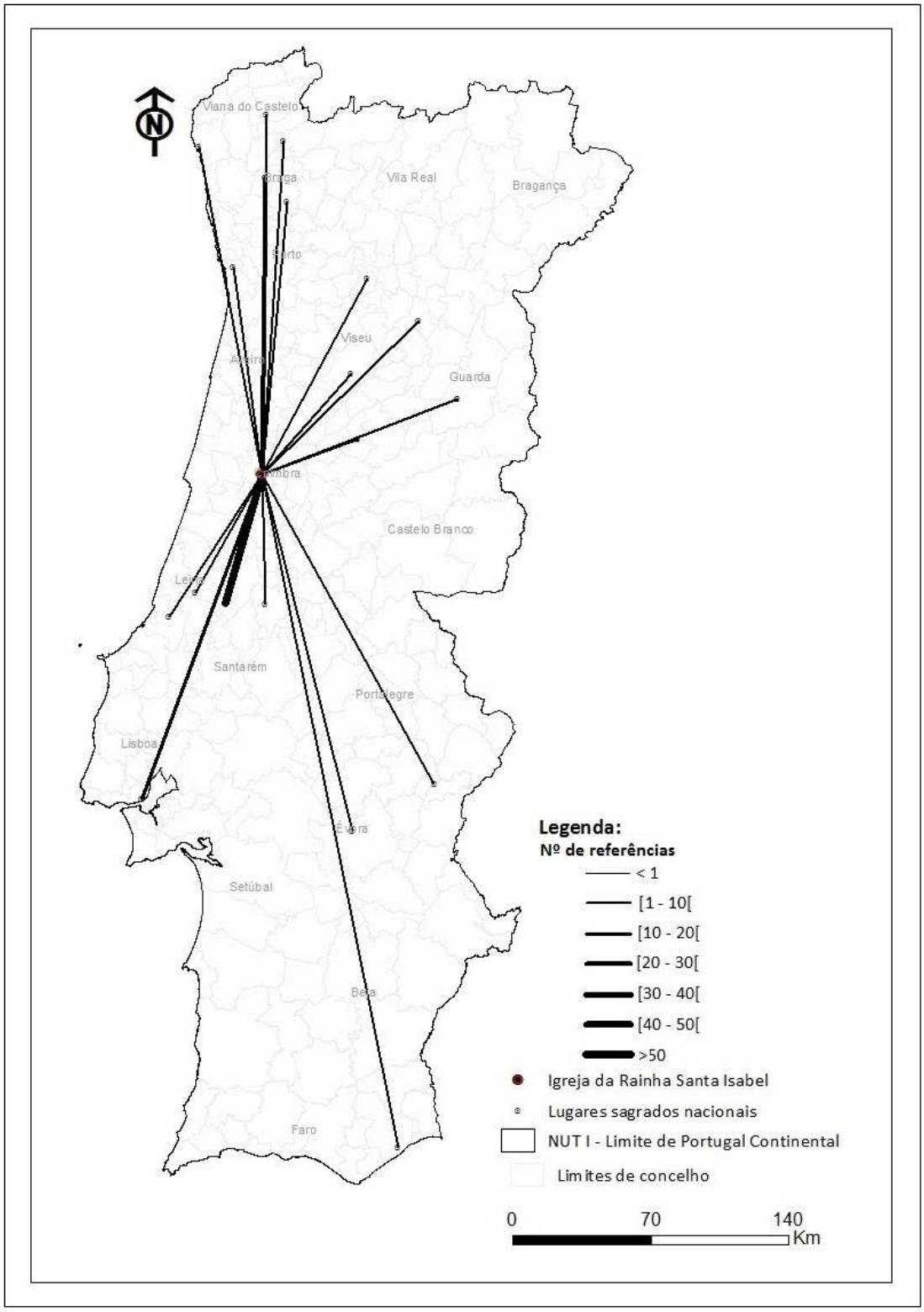


Figura 100: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Rainha Santa Isabel

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 121: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Rainha Santa Isabel, por número e por referências

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja da Rainha Santa Isabel			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Região Norte	**11**	**35,5**	**49**	**36,0**
Braga	4	12,9	30	22,1
Viana do Castelo	1	3,2	5	3,7
Lamego	1	3,2	4	2,9
Terras de Bouro	1	3,2	1	0,7
Porto	1	3,2	4	2,9
Sernancelhe	1	3,2	1	0,7
Guimarães	1	3,2	3	2,2
Arcos de Valdevez	1	3,2	1	0,7
Região Centro	**12**	**38,7**	**66**	**48,5**
Ourém	1	3,2	52	38,2
Batalha	1	3,2	2	1,5
Coimbra	3	9,7	4	2,9
Alcobaça	1	3,2	2	1,5
Tomar	2	6,5	2	1,5
Guarda	1	3,2	1	0,7
Oliveira do Hospital	1	3,2	1	0,7
Condeixa-a-Nova	1	3,2	1	0,7
Viseu	1	3,2	1	0,7
Região de Lisboa e Vale do Tejo	**5**	**16,1**	**15**	**11,0**
Lisboa	5	16,1	15	11,0
Região do Alentejo	**2**	**6,5**	**4**	**2,9**
Vila Viçosa	1	3,2	2	1,5
Évora	1	3,2	2	1,5
Região do Algarve	**1**	**3,2**	**2**	**1,5**
Tavira	1	3,2	2	1,5
Total	**31**	**100,0**	**136**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Relativamente à população que frequenta a Igreja da Rainha Santa Isabel. aferimos que já visitou 31 lugares sagrados localizados me território nacionais, dos quais 11 estão localizados na Região Norte, 12 na região Centro, 5 em Lisboa e Vale do Tejo, 2 no Alentejo e apenas 1 no Algarve (figura 100 e quadro 121).

Para além dos lugares que são transversais a toda a população, os inquiridos na Igreja da Rainha Santa destacaram no Norte a Sé do Porto e o Santuário de Santa Luzia, em Viana do Castelo. Em Lisboa, foram os únicos inquiridos que referiram a Igreja de S. Jorge e a Igreja de S. Vicente de Fora e, no Algarve, foram também os únicos inquiridos que referiram a Igreja de Tavira.

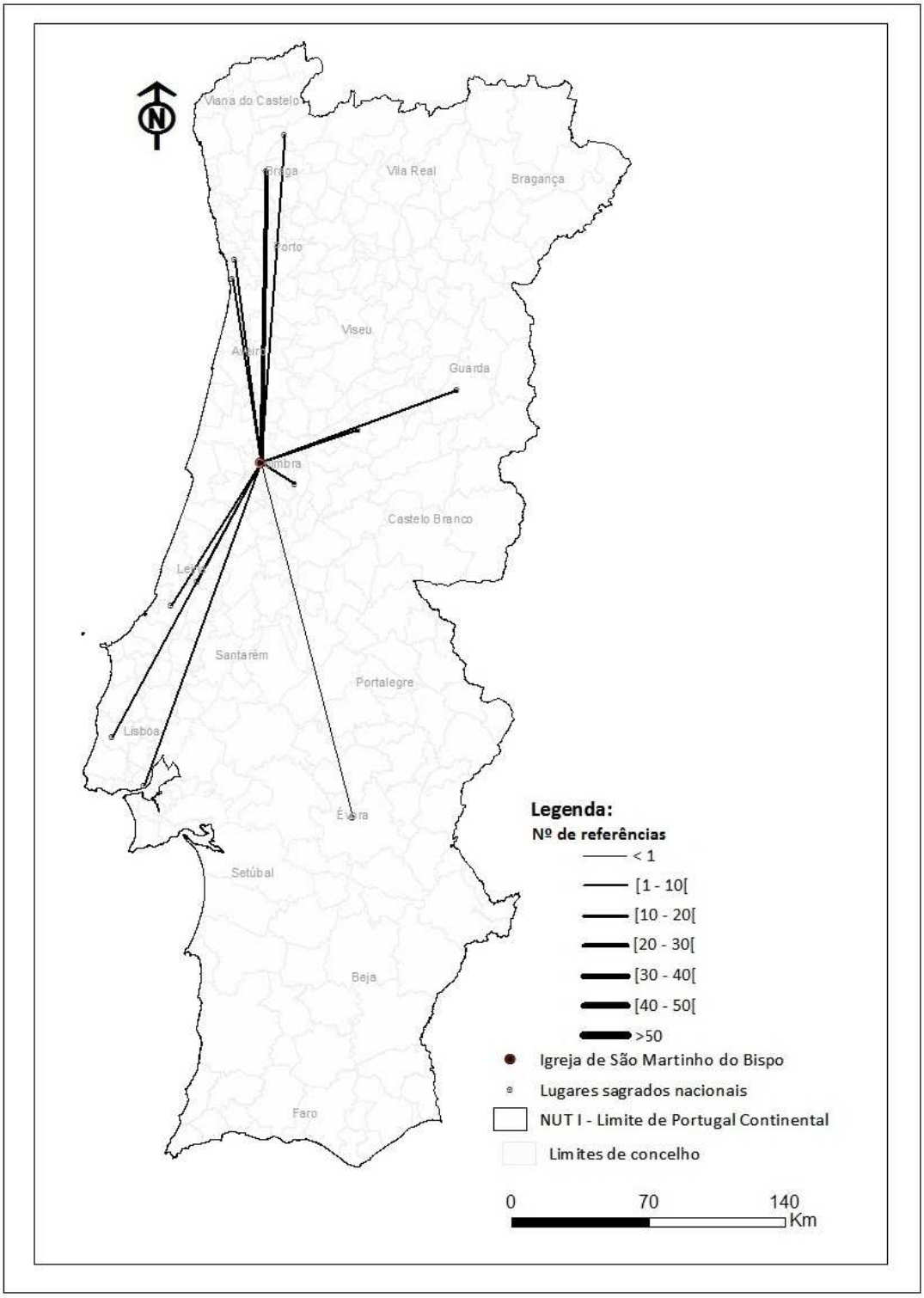


Figura 101: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. Martinho do Bispo
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 122: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. Martinho do Bispo, por número e por referências

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja de S. Martinho do Bispo			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Região Norte	**6**	**37,5**	**31**	**32,3**
Braga	3	18,8	25	26,0
Terras de Bouro	1	6,3	3	3,1
Porto	1	6,3	1	1,0
Arcozelo	1	6,3	2	2,1
Região Centro	**7**	**43,8**	**62**	**64,6**
Ourém	1	6,3	53	55,2
Batalha	1	6,3	2	2,1
Coimbra	1	6,3	1	1,0
Alcobaça	1	6,3	2	2,1
Guarda	1	6,3	2	2,1
Oliveira do Hospital	1	6,3	1	1,0
Lousã	1	6,3	1	1,0
Região de Lisboa e Vale do Tejo	**3**	**18,8**	**3**	**3,1**
Lisboa	2	12,5	2	2,1
Mafra	1	6,3	1	1,0
Total	**16**	**100,0**	**96**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Conforme consta no quadro anterior, a população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo foi a que, no total da amostra, identificou o menor número de lugares sagrados no território nacional (16) e registou, também, o menor número de referências (96) (figura 101 e quadro 122).

O lugar sagrado mais referenciado é o Santuário de Fátima, sendo que o concelho de Ourém representa 55,2% do total das referências.

Verificamos que a população desta igreja não conhece ou nunca esteve em lugares sagrados para além da região de Lisboa e Vale do Tejo. Isto porque os lugares que foram identificados mais a sul de Portugal são o Mosteiro dos Jerónimos, a Sé de Lisboa e o Convento de Mafra. Não há referências nas regiões do Alentejo e do Algarve ou nas Regiões Autónomas.

Nestas circunstâncias e em termos espaciais, verificamos existirem menos fluxos, reflexo de uma menor mobilidade e de um menor conhecimento do território nacional. Porventura, o perfil socioeconómico da população inquirida em S. Martinho do Bispo permite concluir que a idade, os rendimentos, o poder de compra e as habilitações literárias, entre outros fatores, condicionam o acesso aos lugares sagrados que estão fora do espaço vivido da cidade de Coimbra. Estes fatores regulam o acesso e a mobilidade e tornam-se inibidores do conhecimento e da relação com outros lugares associados ao culto católico.

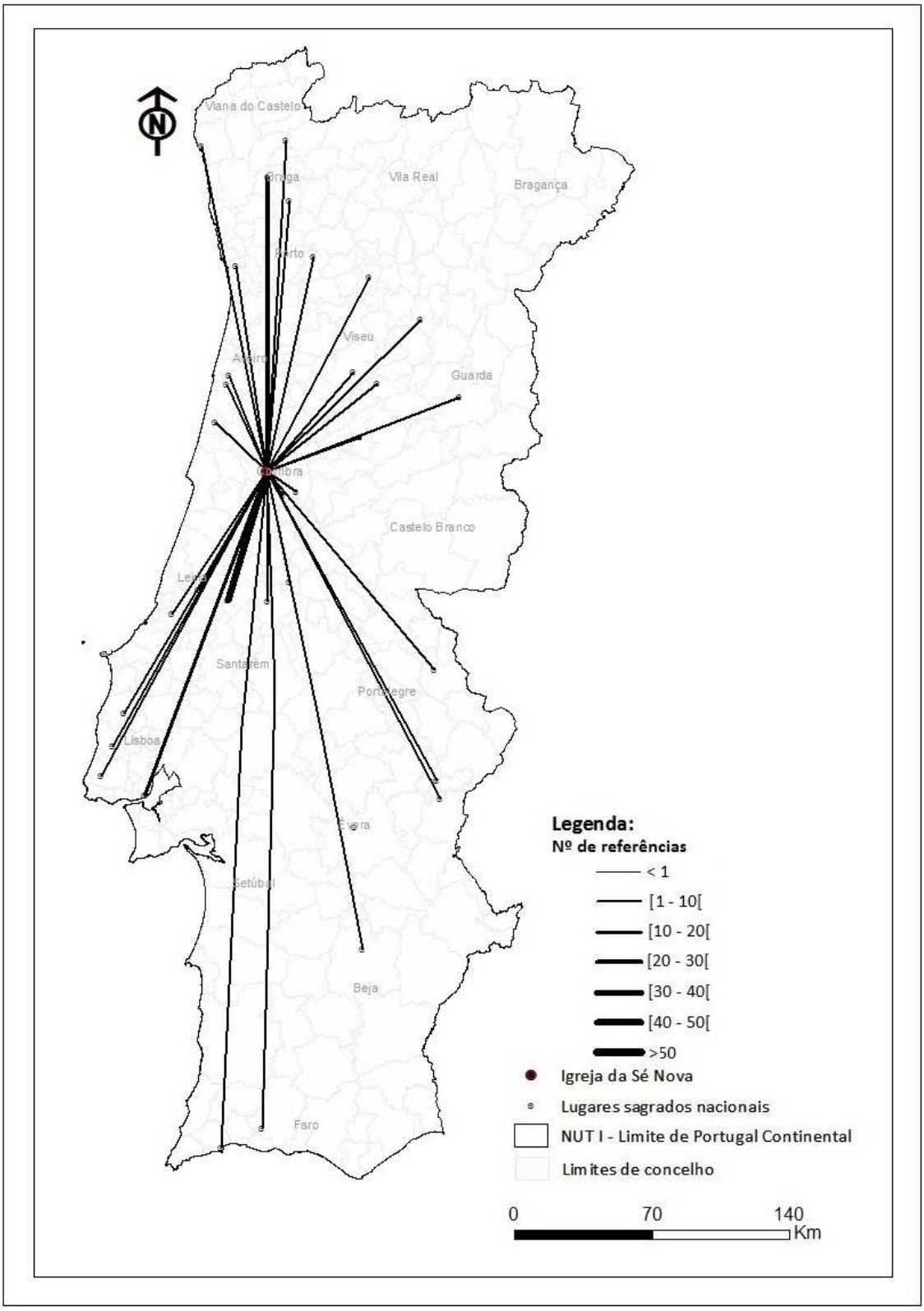


Figura 102: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Sé Nova

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 123: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Sé Nova, por número e por referências

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja da Sé Nova			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Região Norte	**14**	**29,8**	**56**	**33,9**
Braga	4	8,5	26	15,8
Viana do Castelo	2	4,3	6	3,6
Lamego	1	2,1	9	5,5
Terras de Bouro	1	2,1	5	3,0
Porto	3	6,4	5	3,0
Sernancelhe	1	2,1	3	1,8
Guimarães	1	2,1	1	0,6
Marco de Canaveses	1	2,1	1	0,6
Região Centro	**20**	**42,6**	**84**	**50,9**
Fátima	1	2,1	48	29,1
Batalha	1	2,1	8	4,8
Coimbra	2	4,3	2	1,2
Alcobaça	1	2,1	5	3,0
Tomar	2	4,3	2	1,2
Guarda	2	4,3	4	2,4
Oliveira do Hospital	1	2,1	2	1,2
Lousã	1	2,1	1	0,6
Viseu	1	2,1	1	0,6
Miranda do Corvo	1	2,1	1	0,6
Aveiro	1	2,1	2	1,2
Ílhavo	1	2,1	2	1,2
Mira	1	2,1	2	1,2
Ferreira do Zêzere	1	2,1	1	0,6
Mangualde	1	2,1	1	0,6
Peniche	1	2,1	1	0,6
Torres Vedras	1	2,1	1	0,6
Região de Lisboa e Vale do Tejo	**7**	**14,9**	**18**	**10,9**
Lisboa	5	10,6	15	9,1
Mafra	1	2,1	2	1,2
Sintra	1	2,1	1	0,6
Região do Alentejo	**4**	**8,5**	**5**	**3,0**
Vila Viçosa	1	2,1	1	0,6
Alandroal	1	2,1	1	0,6
Portalegre	1	2,1	1	0,6
Beja	1	2,1	2	1,2
Região do Algarve	**2**	**4,3**	**2**	**1,2**
Lagos	1	2,1	1	0,6
Silves	1	2,1	1	0,6
Total	**47**	**100,0**	**165**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Tendo presente a figura e o quadro anterior, aferimos que a população inquirida na Igreja da Sé Nova apresentou uma territorialidade oposta à que verificámos na Igreja de S. Martinho do Bispo. Isto porque, na Sé Nova, a população inquirida referiu um número maior de lugares sagrados (47) e o segundo valor mais elevado de referências (165) (figura 102 e quadro 123). A população da Sé Nova identificou 47 lugares sagrados localizados em 34 concelhos, com destaque para as regiões Norte e Centro. Foi ainda a população que, do total da amostra, identificou o maior número de lugares sagrados na

região do Alentejo, alargando, desta forma, o conhecimento do território nacional, em relação às outras igrejas já analisadas. Nesta região, a população identificou o Santuário de Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa, o Santuário Nossa Senhora da Boa-Nova no Alandroal, a Igreja de Nossa Senhora das Neves em Beja, a Sé de Beja e ainda Santo António de Portalegre, em Portalegre.

Também na Região do Algarve a população da Sé Nova identificou lugares sagrados onde já esteve, como a Igreja de Lagos e a Sé de Silves.

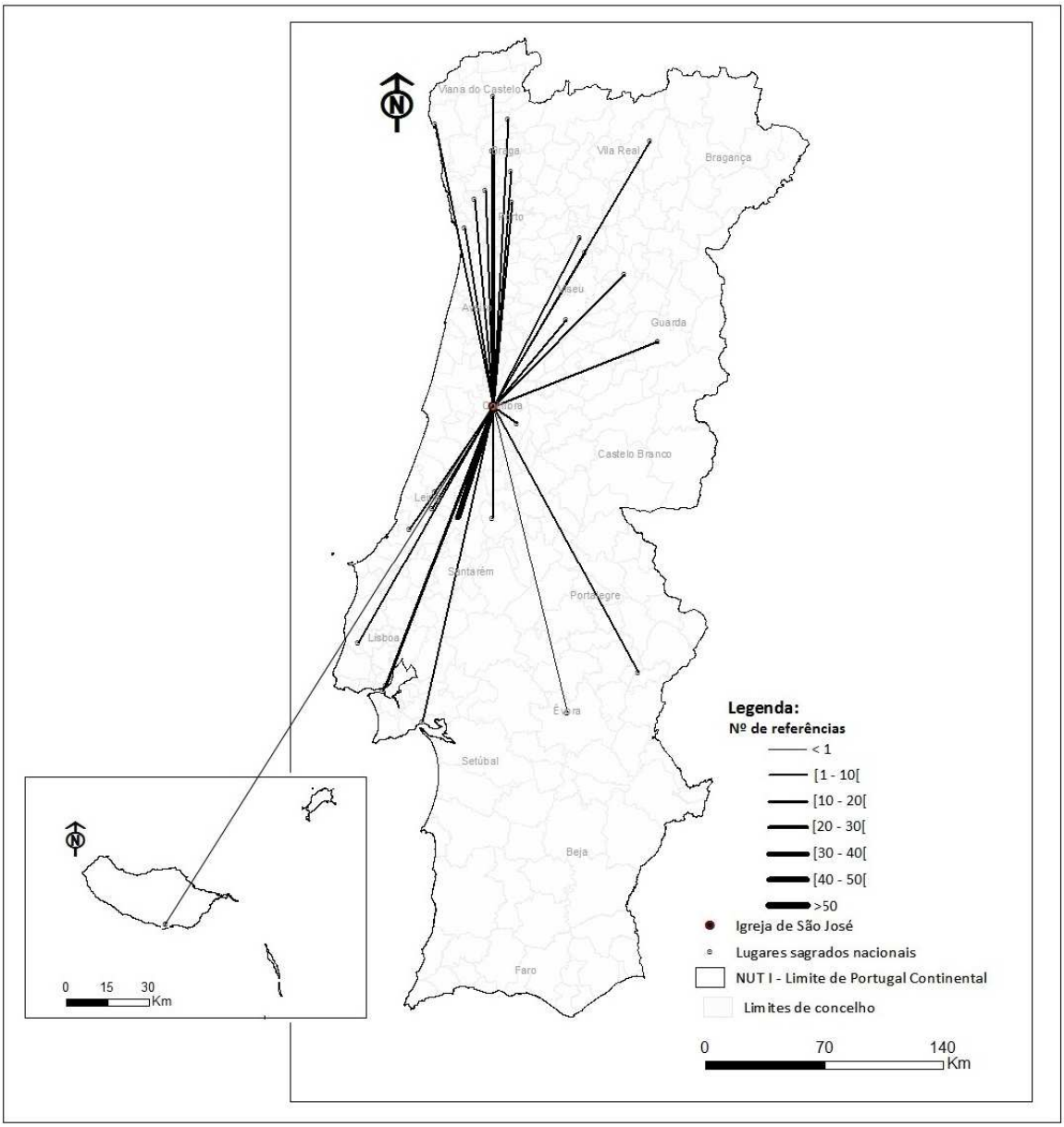


Figura 103: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. José

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 124: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. José, por número e por referências

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja de S. José			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Região Norte	**20**	**48,8**	**52**	**36,9**
Braga	5	12,2	26	18,4
Viana do Castelo	1	2,4	6	4,3
Lamego	1	2,4	2	1,4
Terras de Bouro	1	2,4	4	2,8
Porto	3	7,3	4	2,8
Sernancelhe	1	2,4	2	1,4
Guimarães	2	4,9	2	1,4
Arcos de Valdevez	1	2,4	1	0,7
Santo Tirso	1	2,4	1	0,7
Lousada	1	2,4	1	0,7
Tarouca	1	2,4	1	0,7
Trofa	1	2,4	1	0,7
Valpaços	1	2,4	1	0,7
Região Centro	**11**	**26,8**	**69**	**48,9**
Ourém	1	2,4	50	35,5
Batalha	1	2,4	5	3,5
Coimbra	1	2,4	1	0,7
Alcobaça	1	2,4	3	2,1
Tomar	2	4,9	4	2,8
Guarda	2	4,9	2	1,4
Lousã	1	2,4	2	1,4
Viseu	1	2,4	1	0,7
Leiria	1	2,4	1	0,7
Região de Lisboa e Vale do Tejo	**8**	**19,5**	**18**	**12,8**
Lisboa	5	12,2	15	10,6
Mafra	1	2,4	1	0,7
Almada	1	2,4	1	0,7
Setúbal	1	2,4	1	0,7
Região do Alentejo	**1**	**2,4**	**1**	**0,7**
Vila Viçosa	1	2,4	1	0,7
Região Autónoma da Madeira	**1**	**2,4**	**1**	**0,7**
Funchal	1	2,4	1	0,7
Total	**41**	**100,0**	**141**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A população inquirida na Igreja de S. José mostrou que tem um conhecimento muito amplo e diferenciado do território nacional. Isto porque, dos 41 lugares sagrados onde já esteve, 20 pertencem à região Norte e apenas 11 à região Centro, 8 à Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1 no Alentejo e 1 na Região Autónoma da Madeira (figura 103 e quadro 124).

No Norte, a população identificou um conjunto de lugares que não foram referidos em mais nenhuma outra igreja em estudo. Os lugares em causa são a Via Sacra de Braga, o Santuário da Senhora da Aparecida, no concelho de Lousada, o Santuário de Nossa Senhora da Assunção, em Santo Tirso, Jesus de Cidai, na Trofa, e, ainda, o Mosteiro de Santa Maria de Sarzedelas, em Valpaços. No total, foram referidos 20 lugares nesta região

do país, dos quais destacamos, à semelhança das outras igrejas, os dois lugares sagrados mais referenciados pela população - o Santuário do Bom Jesus e o Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, ambos localizados em Braga.

Dos 11 lugares visitados na região Centro, a população inquirida acrescentou ainda outras referências à rede de lugares sagrados nacionais - a Capela de Nossa Senhora de Mileu, na Guarda, e o Santuário de Santa Eufémia, em Leiria.

A territorialidade dos paroquianos da Igreja de S. José merece ainda atenção, uma vez que foi nesta igreja que foi referida a Sé do Funchal, o único lugar sagrado localizado fora do continente.

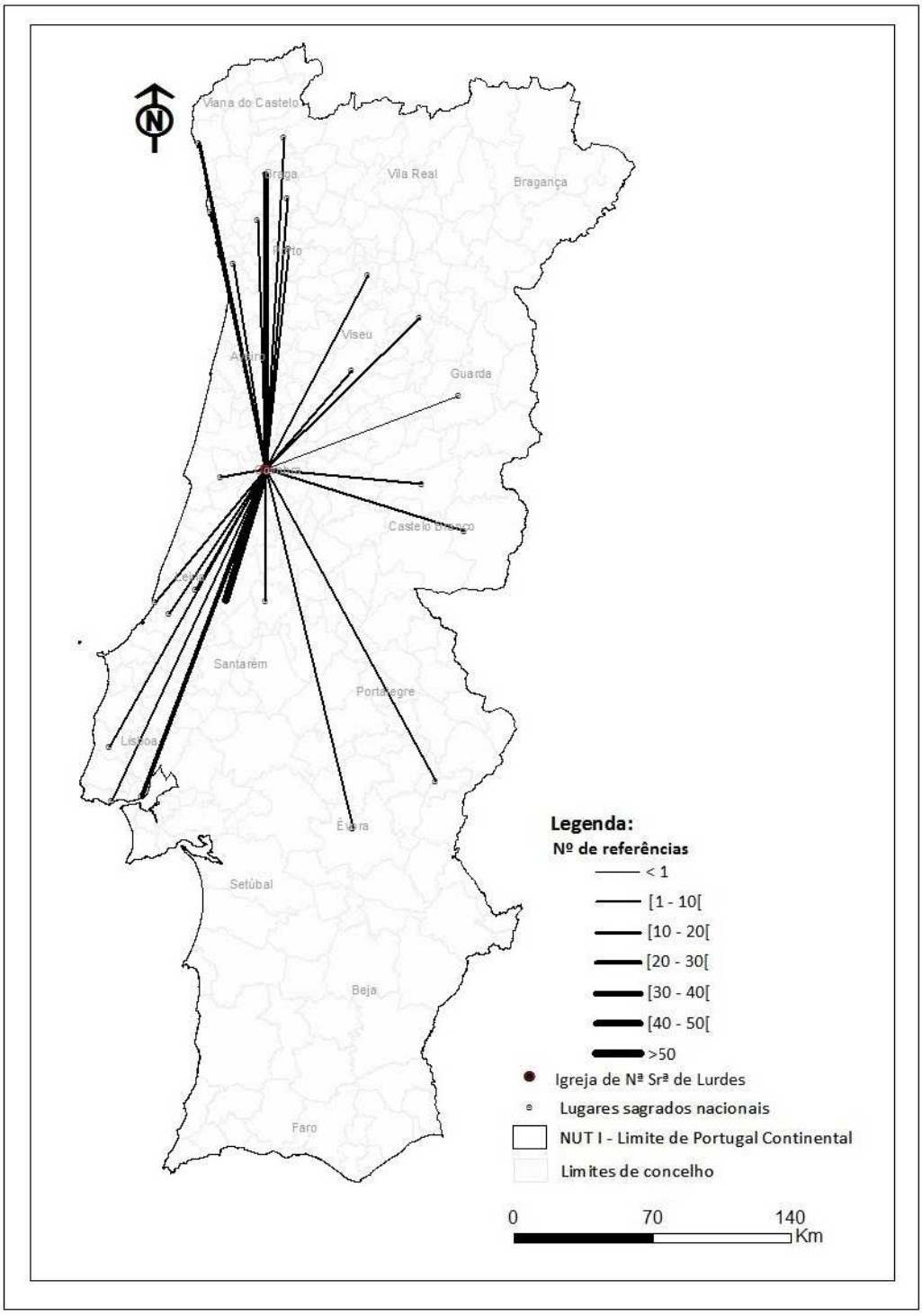


Figura 104: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 125: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, por número e por referências

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Região Norte	**13**	**33,3**	**59**	**35,3**
Braga	4	10,3	33	19,8
Viana do Castelo	1	2,6	13	7,8
Lamego	1	2,6	5	3,0
Terras de Bouro	1	2,6	2	1,2
Porto	1	2,6	1	0,6
Sernancelhe	1	2,6	1	0,6
Guimarães	1	2,6	1	0,6
Santo Tirso	1	2,6	1	0,6
Penafiel	1	2,6	1	0,6
Póvoa do Varzim	1	2,6	1	0,6
Região Centro	**15**	**38,5**	**74**	**44,3**
Ourém	1	0,3	53	31,7
Batalha	1	2,6	4	2,4
Coimbra	5	12,8	6	3,6
Alcobaça	1	2,6	2	1,2
Tomar	1	2,6	2	1,2
Condeixa-a-Nova	1	2,6	2	1,2
Viseu	1	2,6	1	0,6
Nazaré	1	2,6	1	0,6
Fundão	1	2,6	1	0,6
Idanha-a-Nova	1	2,6	1	0,6
Montemor-o-Velho	1	2,6	1	0,6
Região de Lisboa e Vale do Tejo	**8**	**20,5**	**27**	**16,2**
Lisboa	6	15,4	24	14,4
Mafra	1	2,6	2	1,2
Oeiras	1	2,6	1	0,6
Região do Alentejo	**3**	**7,7**	**7**	**4,2**
Vila Viçosa	1	2,6	5	3,0
Évora	2	5,1	2	1,2
Total	**39**	**100,0**	**167**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes revelou, à semelhança das outras duas igrejas anteriores, que conhece um número alargado de lugares sagrados (39), embora sem referências, na região do Algarve ou nas duas Regiões Autónomas (figura 104 e quadro 125).

No total foram identificados 15 lugares sagrados na região Centro, 13 no Norte, 8 em Lisboa e apenas 3 no Alentejo.

Na região Norte de Portugal, a população inquirida, nesta igreja, acrescentou à hierarquia de lugares sagrados nacionais, um outro conjunto de lugares que não foram identificados em mais nenhuma outra paróquia em estudo. Foram referidos o Santuário da Nossa Senhora da Piedade e Senhor dos Passos, em Penafiel, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, no Porto, o Monte de S. Félix, na Póvoa de Varzim, e, ainda, o Mosteiro de Sisverga, no concelho de Santo Tirso.

Também na região Centro a população inquirida referiu outros lugares, não mencionados pela restante população da amostra, como a Capela da Nossa Senhora da Alegria, em Coimbra, o Santuário de Santa Luzia, no Fundão, o Santuário de Nossa Senhora do Almortão, em Idanha-a-Nova, a Igreja de Santa Maria de Alcáçova, em Montemor-o--Velho e o Santuário de Nossa Senhora da Nazaré, na Nazaré.

A Igreja da Graça, em Lisboa, o Forte de S. Julião, em Oeiras, e Cartuxa de Évora foram outros lugares referidos pela população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes.

O maior número de lugares sagrados identificados, a respetiva dispersão territorial, as diferentes tipologias e a referência a distintas ordens religiosas representa, na nossa perspetiva, um conhecimento da história e da influência da Igreja Católica no nosso território, por um lado, e uma maior mobilidade e uma territorialidade assente numa rede de múltiplos territórios de pertença, por outro.

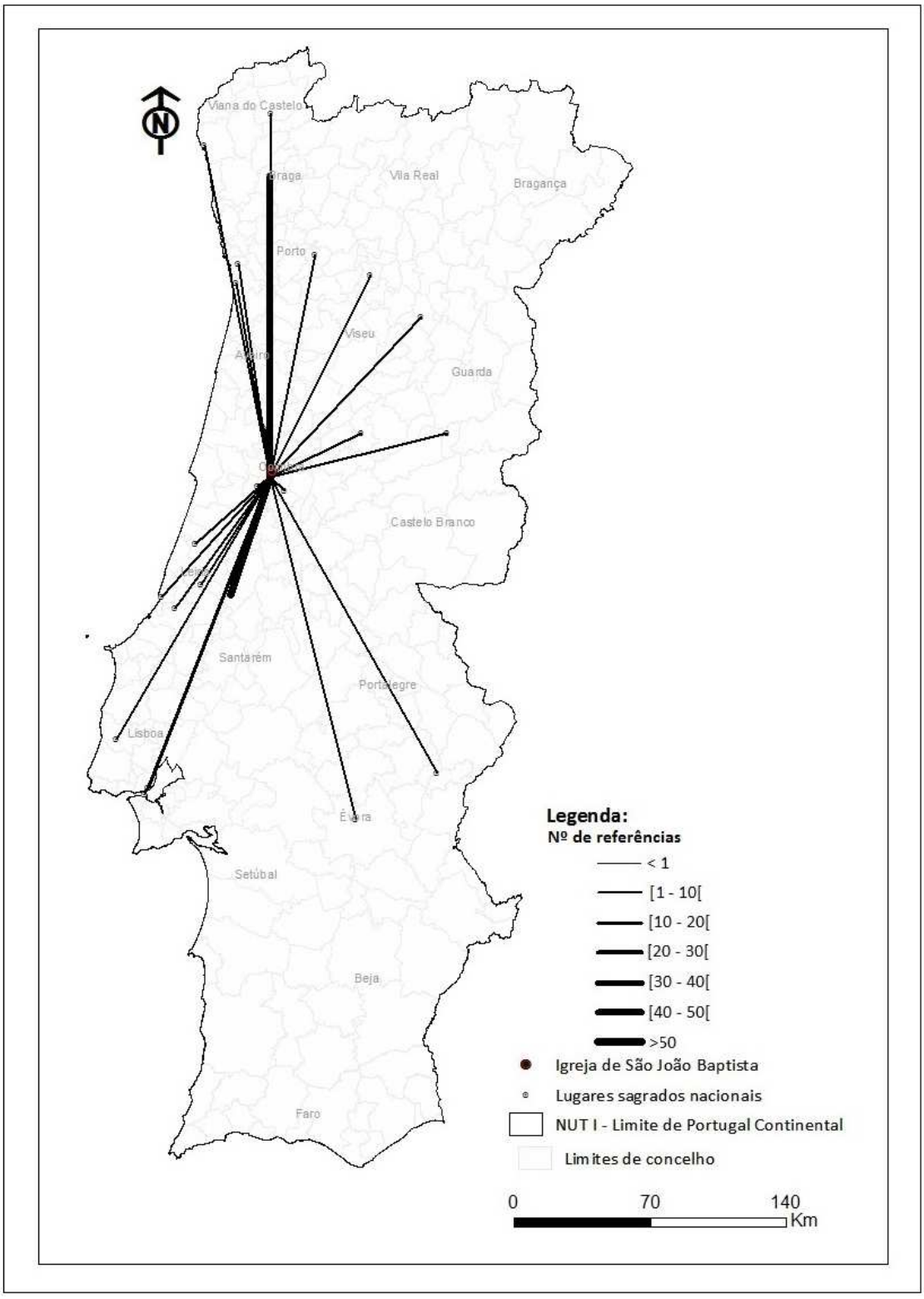


Figura 105: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. João Batista
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 126: Lugares sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. João Batista, por número e por referências

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja de S. João Batista			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Região Norte	**12**	**35,3**	**58**	**38,7**
Braga	5	14,7	44	29,3
Viana do Castelo	1	2,9	4	2,7
Lamego	1	2,9	1	0,7
Porto	1	2,9	1	0,7
Sernancelhe	1	2,9	3	2,0
Marco de Canaveses	1	2,9	3	2,0
Arcozelo	1	2,9	1	0,7
Arcos de Valdevez	1	2,9	1	0,7
Região Centro	**13**	**38,2**	**74**	**49,3**
Ourém	1	2,9	56	37,3
Batalha	1	2,9	3	2,0
Coimbra	2	5,9	5	3,3
Alcobaça	1	2,9	2	1,3
Guarda	1	2,9	1	0,7
Oliveira do Hospital	1	2,9	1	0,7
Condeixa-a-Nova	1	2,9	1	0,7
Miranda do Corvo	1	2,9	1	0,7
Mealhada	1	2,9	1	0,7
Nazaré	1	2,9	1	0,7
Leiria	1	2,9	1	0,7
Belmonte	1	2,9	1	0,7
Região de Lisboa e Vale do Tejo	**7**	**20,6**	**15**	**10,0**
Lisboa	5	14,7	12	8,0
Mafra	1	2,9	1	0,7
Almada	1	2,9	2	1,3
Região do Alentejo	**2**	**5,9**	**3**	**2,0**
Vila Viçosa	1	2,9	2	1,3
Évora	1	2,9	1	0,7
Total	**34**	**100,0**	**150**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Da análise da figura e do quadro anterior constatamos que a população inquirida na Igreja de S. João Batista identificou 34 lugares sagrados em Portugal, com exceção das regiões do Algarve, da Madeira e dos Açores (figura 105 e quadro 126).

Com um equilíbrio entre a região Norte e o Centro de Portugal, a população esteve, preferencialmente, nos lugares sagrados dos concelhos de Braga e de Ourém, que polarizam e representam, nas duas regiões, a força centrípeta da Igreja Católica.

Nesta igreja, a população identificou, na sua grande maioria, lugares sagrados convencionais e já referidos pela restante população inquirida. Apenas destacamos o Mosteiro de Santa Clara em Monte Real, no concelho de Leiria, a Capela de Santo Amaro e a Igreja de S. Domingos, ambas em Lisboa, e a Capela dos Ossos, em Évora, por serem lugares que não foram identificados por nenhuma outra paróquia.

Tendo presente a análise conjunta dos lugares sagrados onde a população inquirida já esteve, optámos por elaborar o quadro e a figura que se apresentam de seguida.

Quadro 127: Lugares sagrados nacionais onde a população inquirida já esteve

Lugares sagrados nacionais onde já esteve/ Concelho	Igreja							Total	
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista		
	N.º							N.º	%
Ourém	49	52	53	48	50	53	56	**361**	**36,5**
Braga	25	30	25	26	26	33	44	**209**	**21,1**
Lisboa	11	15	2	15	15	24	12	**94**	**9,5**
Viana do Castelo	2	5		6	6	13	4	**36**	**3,6**
Batalha	7	2	2	8	5	4	3	**31**	**3,1**
Lamego	6	4		9	2	5	1	**27**	**2,7**
Coimbra	8	4	1	2	1	6	5	**27**	**2,7**
Terras de Bouro	7	1	3	5	4	2		**22**	**2,2**
Porto	1	4	1	5	4	1	1	**17**	**1,7**
Alcobaça		2	2	5	3	2	2	**16**	**1,6**
Sernancelhe	4	1		3	2	1	3	**14**	**1,4**
Tomar	3	2		2	4	2		**13**	**1,3**
Vila Viçosa		2		1	1	5	2	**11**	**1,1**
Guarda		1	2	4	2		1	**10**	**1,0**
Guimarães	1	3		1	2	1		**8**	**0,8**
Marco de Canaveses	3			1			3	**7**	**0,7**
Mafra			1	2	1	2	1	**7**	**0,7**
Arcozelo	3		2				1	**6**	**0,6**
Oliveira do Hospital	1	1	1	2			1	**6**	**0,6**
Évora	1	2				2	1	**6**	**0,6**
Condeixa-a-Nova		1				2	1	**4**	**0,4**
Lousã			1	1	2			**4**	**0,4**
Viseu		1		1	1	1		**4**	**0,4**
Arcos de Valdevez		1			1		1	**3**	**0,3**
Miranda do Corvo	1			1			1	**3**	**0,3**
Almada					1		2	**3**	**0,3**
Santo Tirso					1	1		**2**	**0,2**
Aveiro				2				**2**	**0,2**
Ílhavo				2				**2**	**0,2**
Mealhada	1						1	**2**	**0,2**
Mira				2				**2**	**0,2**
Nazaré						1	1	**2**	**0,2**
Leiria					1		1	**2**	**0,2**
Beja				2				**2**	**0,2**
Tavira		2						**2**	**0,2**
Lousada					1			**1**	**0,1**
Mondim de Basto	1							**1**	**0,1**
Penafiel						1		**1**	**0,1**
Póvoa de Varzim						1		**1**	**0,1**
Tarouca					1			**1**	**0,1**
Trofa					1			**1**	**0,1**
Valpaços					1			**1**	**0,1**
Belmonte							1	**1**	**0,1**
Ferreira do Zêzere				1				**1**	**0,1**
Fundão						1		**1**	**0,1**
Idanha-a-Nova						1		**1**	**0,1**
Mangualde				1				**1**	**0,1**
Montemor-o-Velho						1		**1**	**0,1**
Peniche				1				**1**	**0,1**
Torres Vedras				1				**1**	**0,1**
Oeiras						1		**1**	**0,1**
Setúbal					1			**1**	**0,1**
Sintra				1				**1**	**0,1**
Alandroal				1				**1**	**0,1**
Portalegre				1				**1**	**0,1**
Lagos				1				**1**	**0,1**
Silves				1				**1**	**0,1**
Funchal					1			**1**	**0,1**
Total N.º	**135**	**136**	**96**	**165**	**141**	**167**	**150**	**990**	**100,0**
%	**13,6**	**13,7**	**9,7**	**16,7**	**14,2**	**16,9**	**15,2**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

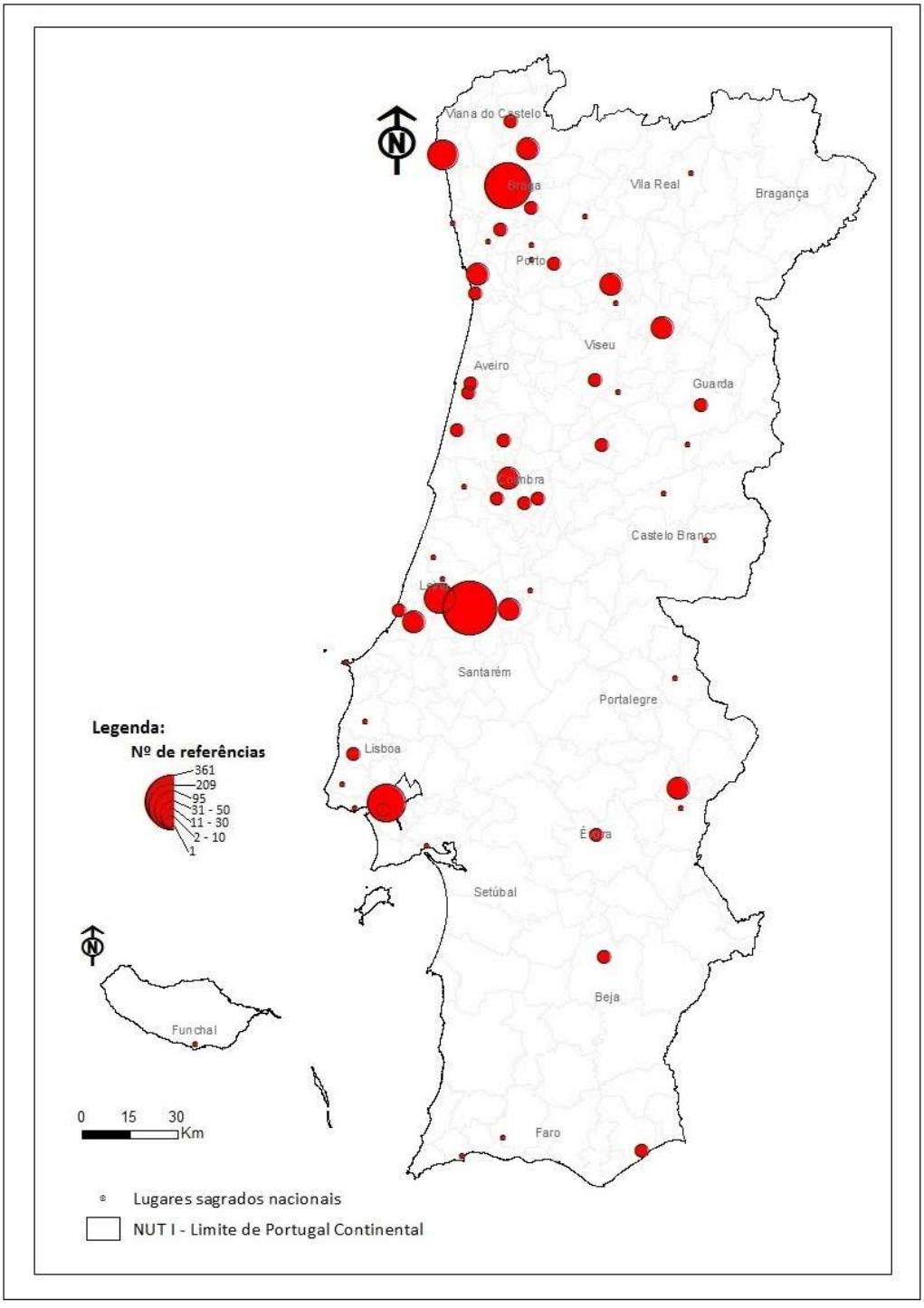


Figura 106: Lugares sagrados nacionais onde a população inquirida já esteve

Fonte: inquéritos, 2014

Na figura 106 está representado, por concelho, o número de referências aos lugares sagrados, sendo evidente o destaque do concelho de Ourém, que agrega mais de 36% das referências (361), logo seguido do concelho de Braga, com 21,1% das referências (209), e, mais afastado, o concelho de Lisboa, com quase 10% (97) (quadro 127).

Consideramos que existem outros concelhos que integram a hierarquia dos lugares sagrados nacional, como Viana do Castelo, Lamego, Porto, Sernancelhe, Terras de Bouro e Guimarães, próximos de Braga, e os concelhos da Batalha, de Alcobaça e de Tomar, próximos de Ourém. Ou seja, embora com posições distintas na hierarquia dos lugares sagrados nacionais, Ourém e Braga são os concelhos que atraem o maior número de visitantes e, numa coroa circundante, há outros centros, de importância secundária, mas que estruturam também a rede de lugares sagrados nas regiões Norte e Centro de Portugal.

Na região Centro, destacamos ainda os concelhos da Guarda e de Oliveira do Hospital, que representam, também, um eixo importante na zona Centro Interior de Portugal.

No Alentejo, a rede dos lugares sagrados está circunscrita aos concelhos de Vila Viçosa, de Évora e de Beja, uma vez que o concelho de Alandroal, também identificado, não tem semelhante relevância.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, o único concelho que importa referir é o de Lisboa, que ocupa na hierarquia nacional a terceira posição, antecedido de Ourém e de Braga.

Entendemos que os lugares identificados pela população inquirida permitem uma leitura diferenciada do território nacional, admitindo a possibilidade de hierarquizar os lugares sagrados e do culto católico existentes no nosso país. Uma vez que não existem dados oficiais da Conferência Episcopal Portuguesa ou de outra entidade nacional ou regional, no que diz respeito ao número de visitantes por lugar sagrado, consideramos que os dados aqui apresentados não têm uma validação por outra fonte que não seja a empírica.

Contudo, consideramos que muitos dos lugares identificados correspondem a pontos turísticos de relevância a nível nacional e, por esta razão, seria oportuno fazer o cruzamento entre a afluência aos lugares sagrados e o apuramento dos fluxos turísticos no nosso país. Também aqui a informação estatística da responsabilidade do INE ou do Turismo de Portugal e das respetivas Entidades Regionais de Turismo não permite verificar se as visitas aos lugares sagrados correspondem ou não aos fluxos turísticos nacionais de maior projeção, em particular os realizados por motivos religiosos. O apuramento estatístico do INE possibilita, apenas, fazer corresponder os concelhos onde existe maior oferta turística com os concelhos onde os lugares sagrados se localizam.

Existe um paralelismo entre os concelhos com o maior número de estabelecimentos hoteleiros e número de dormidas e os concelhos onde há lugares sagrados e que foram referenciados pela população inquirida, em particular, os que registam o maior número de visitas.

O concelho de Ourém, por exemplo, registava, em 2013, cerca de 551.042 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, ocupando a 14.ª posição no total de concelhos portugueses. Se ponderarmos também o número de hotéis, notamos que este concelho ocupa a 5.ª posição, sendo apenas ultrapassado pelos concelhos de Lisboa, de Albufeira, do Porto e de Loulé.

Também o concelho de Braga, que na nossa hierarquia de lugares sagrados ocupa a segunda posição, se situa na 21.ª posição, no contexto nacional, relativamente ao número de dormidas, e na 12.ª posição, no que diz respeito ao número de equipamentos hoteleiros.

Neste contexto, verificamos que os concelhos de Ourém e de Braga, para além de reunirem o maior número de visitas em termos religiosos, são também pontos turísticos de relevância no nosso país.

Resta fazer um apuramento estatístico, por concelho, que permita aferir os motivos dos fluxos turísticos, por forma a destacar o motivo religioso. Isto porque o INE apenas atesta, em termos globais, que 1,2% das viagens realizadas pela população portuguesa, em 2011, estão associadas à religião ou a peregrinações.

Para além dos lugares sagrados nacionais, pretendemos saber quais os lugares sagrados internacionais onde a população inquirida já esteve. Numa outra escala, procuramos definir a territorialidade da população católica e, para o efeito, consideramos importante identificar não apenas os lugares nacionais, mas também os lugares mais distantes e dispersos espacialmente, que, pelo seu significado religioso, fazem parte da geografia religiosa da população inquirida.

Quadro 128: Número de lugares sagrados internacionais onde o inquirido já esteve, valores totais

Igreja	Lugares Internacionais				
	Identificou		Não Identificou		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º
Igreja de Eiras	23	41,8	32	58,2	55
Igreja da Rainha Santa Isabel	32	58,2	23	41,8	55
Igreja de S. Martinho do Bispo	21	38,2	34	61,8	55
Igreja da Sé Nova	47	85,5	8	14,5	55
Igreja de S. José	41	74,5	14	25,5	55
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	54	98,2	1	1,8	55
Igreja de S. João Batista	44	80,0	11	20,0	55
Total	**262**	**68,1**	**123**	**31,9**	**385**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 129: Número de lugares sagrados internacionais onde o inquirido já esteve, valores totais

Igreja	Lugares Internacionais			
	Lugares		Referências	
	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	10	8,1	34	4,8
Igreja da Rainha Santa Isabel	31	25,0	93	13,2
Igreja de S. Martinho do Bispo	14	11,3	35	5,0
Igreja da Sé Nova	67	54,0	169	24,0
Igreja de S. José	26	21,0	87	12,4
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	57	46,0	172	24,5
Igreja de S. João Batista	34	27,4	113	16,1
Total	**124**	**100,0**	**703**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Em termos globais, verificamos que 68,1% dos inquiridos referiu que conhece pelo menos um lugar religioso internacional e 31,9% não identificou nenhum lugar (quadro 128).

Reconhecemos que, nas igrejas de S. Martinho do Bispo e de Eiras, mais de metade da população inquirida não identificou lugares religiosos fora do território nacional. Na primeira igreja, registámos 61,8% dos inquiridos e, na segunda, cerca de 58,2%.

À semelhança do que constatámos relativamente aos lugares nacionais, é também a população inquirida nas igrejas das freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais que evidencia conhecer melhor os territórios religiosos localizados fora do país.

No total, foram identificados 124 lugares que, pela sua diversidade e pela sua dispersão geográfica, optámos por agrupar por país ou por região, resultando no quadro e na figura que se apresentam de seguida (quadro 130 e figura 107)[151].

Quadro 130: Lugares sagrados internacionais onde o inquirido já esteve, por país ou região

Lugares sagrados internacionais onde já esteve_ País/Zona Geográfica	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Espanha	21	31	11	50	34	47	46	240	34,1
Itália	6	17	13	45	25	65	25	196	27,9
França	7	27	7	32	22	28	28	151	21,5
Terra Santa		13	1	12	1	13	1	41	5,8
Brasil			1			2	5	8	1,1
Polónia		1	1	4		2		8	1,1
Reino Unido		1		3	1	2	1	8	1,1
Alemanha		1		4	2			7	1,0
Índia						5		5	0,7
Aústria				3	1			4	0,6
Cuba		1		3				4	0,6
Turquia				1		3		4	0,6
Bósnia e Hersgovínia				1			2	3	0,4
Grécia		1		2				3	0,4
México				1	1	1		3	0,4
República Checa				3				3	0,4
Bélgica				2				2	0,3
Hungria			1	1				2	0,3
Cambodja						1		1	0,1
China							1	1	0,1
Filândia							1	1	0,1
Holanda						1		1	0,1
Marrocos							1	1	0,1
Não regionalizável							1	1	0,1
Rússia						1		1	0,1
S. Tomé e Príncipe				1				1	0,1
Suíça							1	1	0,1
Tailândia						1		1	0,1
Ucrânia				1				1	0,1
Total N.º	**34**	**93**	**35**	**169**	**88**	**172**	**113**	**703**	**100,0**
%	**4,8**	**13,2**	**5,0**	**23,9**	**12,5**	**24,5**	**16,1**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

[151] Para a análise complementar deverá ser consultado o Anexo XIII.1.

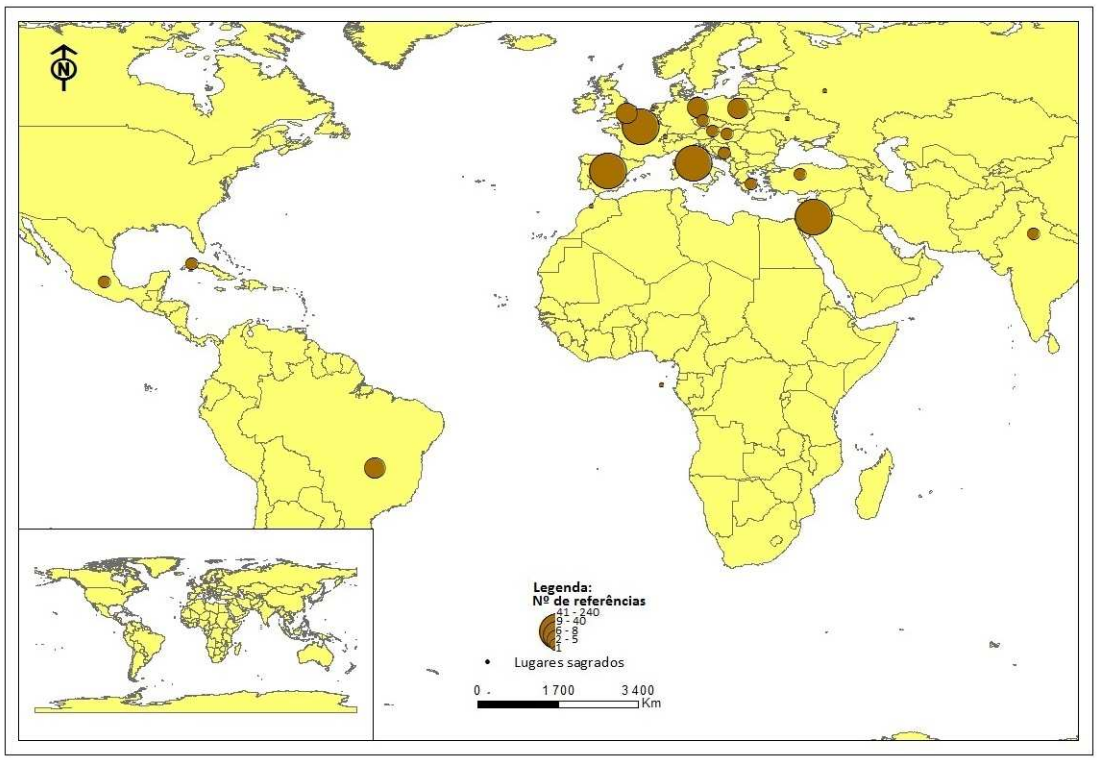


Figura 107: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos, por país ou região

Fonte: inquéritos, 2014

Da análise dos elementos anteriores concluímos que os lugares internacionais mais referenciados se situam no continente europeu, com destaque para países como Espanha, Itália e França, que são referenciados em todas as igrejas em estudo.

Com cerca de 34,1% das referências (240), Espanha aparece em primeiro lugar, refletindo a proximidade geográfica com o nosso país, mas também a proximidade religiosa, pois trata-se de um país onde o catolicismo é também o grupo religioso maioritário e onde existe um número significativo de lugares associados à Igreja Católica, em particular ao culto mariano.

Neste país, foram identificados lugares sagrados em 28 cidades, sendo que Santiago de Compostela surge em primeiro lugar, com 142 referências, e Barcelona em segundo, com apenas 32 referências. Na primeira cidade, é a Catedral de Santiago de Compostela o local mais referido e, na segunda, a Catedral da Sagrada Família.

À semelhança do que se verifica em Portugal com a primazia de Fátima, também Santiago de Compostela é uma referência do catolicismo espanhol e mundial, constituindo um dos maiores lugares de convergência de peregrinos de todas as nacionalidades. Segundo as estatísticas oficiais do Caminho de Santiago, o número de peregrinos, em 2013,

ascendia aos 215.880 mil, dos quais 54,6% são homens e 45,4% são mulheres. Em termos de nacionalidade, esta fonte de informação indica que são os espanhóis, os portugueses, os alemães, os italianos, os americanos e os irlandeses os grupos de população que mais afluem a este centro de peregrinação. No Ano Santo, em 2010, o número de peregrinos foi superior e situou-se em 270.818 mil peregrinos[152].

Também situados em Espanha, embora com um menor número de referências, encontram-se o Santuário de Covadonga, nas Astúrias, o Santuário de Loyola, em Azpeitia, a Catedral de Santa Maria da Sede, em Sevilha, as Catedrais Nova e Velha em Salamanca, o Monte Sagrado de Montserrat e o respetivo Mosteiro na Catalunha e ainda um conjunto de igrejas localizadas em Madrid.

Itália foi o segundo país que reuniu o maior número de referências (196), sendo evidente o peso que tem a cidade de Roma e o Vaticano, incluindo um conjunto de lugares sagrados aí situados (Basílica e Praça de S. Pedro, Capela Sistina, Igreja de Gesú, Basílica de Santa Maria e, entre outros, Basílica de S. João de Latrão) na estruturação da territorialidade da população inquirida e para a territorialidade da própria Igreja Católica. Roma representa o centro nevrálgico da Igreja Católica, desempenhando um forte papel organizacional e funcional e, por estas razões, situa-se no topo da hierarquia dos lugares sagrados católicos a nível mundial. De abrangência mundial, é o ponto de referência para o catolicismo e o ponto de convergência de um número excecional de peregrinos e turistas, que afluem a esta cidade por questões religiosas mas também turísticas. Por estas razões, Roma e o Vaticano posicionam-se em segundo lugar na hierarquia dos lugares sagrados internacionais.

Situa-se também em Itália a Basílica de S. Francisco de Assis, na cidade de Assis, e ainda a Basílica de Santo António de Pádua, em Pádua. Estes lugares sagrados representam a vida e a obra de duas personalidades da Igreja Católica, ligados aos franciscanos e que, também em Coimbra, têm a sua representatividade na Igreja dos Franciscanos e na Igreja de Santo António dos Olivais. É de notar que estas duas igrejas são dos lugares sagrados mais frequentados em Coimbra, ocupando a 4.ª e a 5.ª posições, respetivamente, na hierarquia dos lugares sagrados da cidade.

[152] É de notar que os dados oficiais do Santuário de Santiago de Compostela correspondem aos grupos de peregrinos que se resgistaram neste santuário. Desta parte, acresce um número considerável de turistas ou peregrinos que, por motivos vários, se deslocam também a este santuário mas que não se registaram e, por esta razão, não contam para as estatístcias oficiais.

Julgamos que tanto a referência ao Santuário de Loyola, em Espanha, como a referências às igrejas de S. Francisco de Assis e de Santo António de Pádua, em Itália, representam o interesse da população inquirida em conhecer os lugares associados aos Santos pelos quais têm devoção. No caso do Santuário de Loyola, identificado pela população inquirida nas igrejas da Sé Nova, de Nossa Senhora de Lurdes e de S. João Batista, representa o lugar sagrado associado à vida e à obra de Santo Inácio de Loyola, um dos padres jesuítas fundadores da Companhia de Jesus. Ora, tendo a população inquirida nestas igrejas manifestado a sua proximidade com a Companhia de Jesus, é evidente que os lugares sagrados associados a este Santo se tornaram lugares de pertença que merecem ser visitados.

Em França, os lugares mais referenciados localizam-se nas cidades de Lourdes e de Paris. Com cerca de 9,1% das referências (64), o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, localizado na cidade de Lourdes, representa um dos maiores santuários marianos do mundo, com correspondência com o Santuário de Fátima, no nosso país, com Nossa Senhora de Guadalupe, na Cidade do México, e também com o Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, na cidade brasileira de S. Paulo.

Também localizados em França, destacamos a Catedral de Notre Dame, com 5,7% de referências (40), e a Basílica de Sacré Coeur, com 2,7% (19). São dois lugares sagrados que agregam a vertente religiosa, mas também a turística, sendo considerados como dois dos locais turísticos mais importantes da capital francesa. Note-se que, muito provavelmente, a população inquirida não participou, nestas igrejas, na eucaristia ou em outros atos religiosos. Também com muita probabilidade não foram lugares que motivaram uma peregrinação ou uma visita apenas por motivos religiosos, mas sim por questões culturais, de lazer e de recreio, entre outras. No entanto, pela representatividade que estes lugares assumem no contexto turístico e pelo facto de serem também lugares sagrados, estas referências representam 8,4% do total da amostra.

Também em França, mas num contexto diferente, a população identificou as comunidades de Taizé e de Paray-le-Monial, representando uma vivência, uma experiência e uma prática comunitária da Igreja Católica. Nestes casos, entendemos que a população se deslocou a estes lugares por motivos religiosos, que se sobrepõem a todas as outras motivações turísticas.

A Terra Santa surge, no quadro anterior, também como um dos lugares mais referenciados, totalizando 5,8% das referências. Considerando que a Terra Santa traduz

a geografia bíblica ou grande parte dos lugares sagrados que fizeram parte da infância e da vida pública de Jesus, optámos por agregar neste conceito de "Terra Santa" um conjunto de lugares sagrados dos quais destacamos Jerusalém, Belém, Galileia, Israel, Nazaré, Palestina, Cafarnaúm, Caná, Monte das Oliveiras ou, ainda, a Basílica do Santo Sepulcro.

Foi sobretudo a população das paróquias da Sé Nova e de Nossa Senhora de Lurdes que indicou esta opção, permitindo concluir que a população que frequenta esta igreja possui um conhecimento mais alargado dos lugares sagrados internacionais, ultrapassando, neste caso particular, o espaço europeu. Porventura, o nível sócioeconómico da população inquirida, onde incluímos os rendimentos mensais mais elevados e um nível superior de habilitações literárias, tem influência direta na mobilidade e no conhecimento mais alargado de outros lugares sagrados distantes geograficamente.

Na figura 107 estão ainda assinalados outros lugares sagrados internacionais que, embora com ponderações inferiores, completam a hierarquia de lugares sagrados fora do nosso país e a territorialidade da população inquirida.

Alguns destes lugares sagrados coincidem com locais de interesse turístico das grandes cidades mundiais e que, muito provavelmente, motivaram uma visita não por questões religiosas mas por outros motivos de interesse arquitetónico, patrimonial e histórico. Veja-se o caso da Abadia de Westminster ou da Catedral de São Paulo, ambas localizadas na cidade de Londres, que representam a monarquia do Reino Unido, um passado histórico associado ao catolicismo e um presente associado ao anglicanismo.

Também nas cidades brasileiras de S. Paulo, do Rio de Janeiro, de Salvador da Baía ou do Paraná, a população referiu um conjunto de lugares sagrados integrados nos percursos turísticos destas cidades. Foram referidas as igrejas do Senhor do Bonfim, da Candelária e da Nossa Senhora do Rocio, entre outras.

Consideramos que a população indicou outros lugares que, pelo seu peso no contexto da Igreja Católica, foram motivo de visita ou de peregrinação, refletindo os valores, a fé e as crenças católicas. São exemplos o Santuário de Nossa Senhora de Medjugorge, na Bósnia Herzgovina, o Santuário da Virgem Negra de Częstochowa, na Polónia, o Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, no Brasil, ou, entre outros, o Santuário de Nossa Senhora da Guadalupe, no México.

Face ao exposto, optámos por fazer uma leitura dos lugares sagrados internacionais onde a população já esteve, individualizando as 7 igrejas em estudo. Esta leitura tem como suporte uma figura e o respetivo quadro, que reúnem os valores por igreja, objeto de estudo, e que se apresentam de seguida.

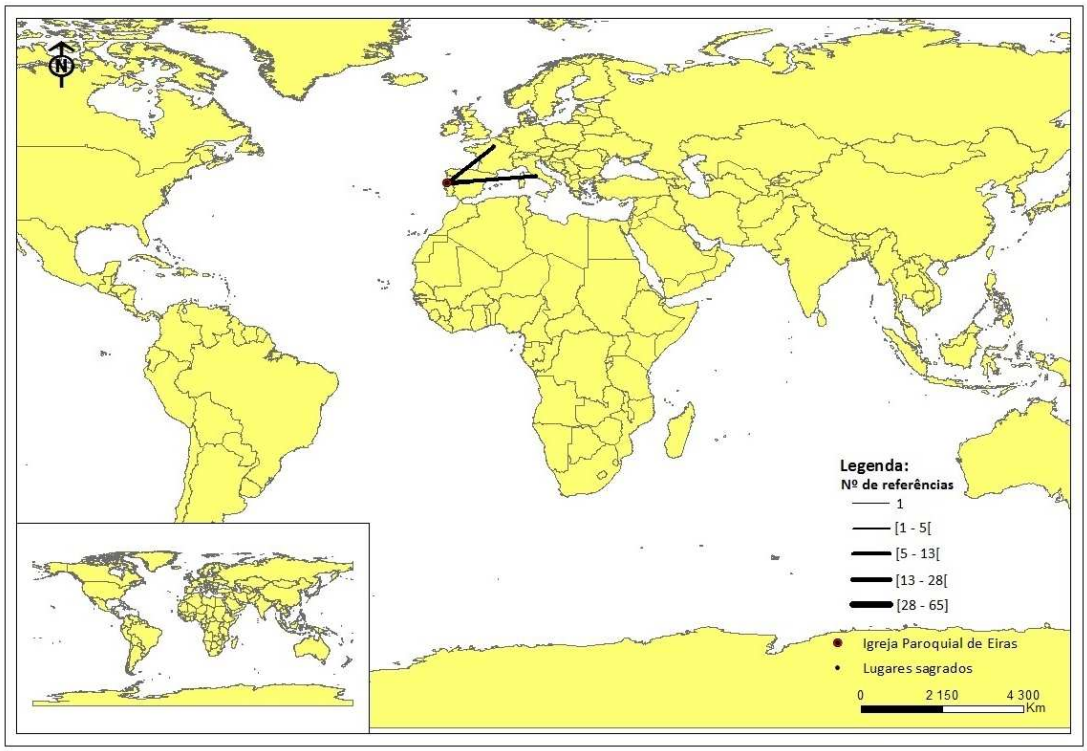


Figura 108: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Eiras

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 131: Lugares sagrados internacionais onde a população inquirida na Igreja de Eiras já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve	Cidade	País	Igreja de Eiras	
			N.º	%
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago de Compostela	Santiago de Compostela	Espanha	18	52,9
Barcelona/ Catedral da Sagrada Família	Barcelona	Espanha	2	5,9
Catedral de Sevilha	Sevilha	Espanha	1	2,9
Total Espanha			**21**	**61,8**
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lourdes	Lourdes	França	6	17,6
Catedral de Notre Dame	Paris	França	1	2,9
Total França			**7**	**20,6**
Catedral de S. Marcos	Veneza	Itália	2	5,9
Florença/Catedral de Florença	Florença	Itália	1	2,9
Catedral de Milão	Milão	Itália	1	2,9
Vaticano	Roma	Itália	1	2,9
Igreja de Santo António	Trieste	Itália	1	2,9
Total Itália			**6**	**17,6**
Total			**34**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A figura e o quadro anterior representam os lugares sagrados, por cidade ou país, que a população inquirida na Igreja de Eiras referenciou. Veja-se que mais de metade da população inquirida (58,2%) não identificou nenhum lugar e, mesmo a população que já

visitou lugares sagrados no estrangeiro mencionou apenas 10 lugares. As referências estão circunscritas a 3 países europeus, Espanha com 61% do total das referências (21), França com 20,6% (7) e Itália com 17,6% (6). Em Espanha, a população referiu lugares como a Catedral de Santiago de Compostela, a Catedral da Sagrada Família, em Barcelona e a Catedral de Santa Maria da Sede, em Sevilha (figura 108 e quadro 131).

No caso de França, os lugares sagrados mais referenciados são o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes e a Catedral de Notre Dame, em Paris.

Apesar de ser considerado o centro funcional da Igreja Católica, notámos que a população inquirida na Igreja de Eiras não destacou Roma e mesmo o Vaticano apenas foi referido por 1 inquirido.

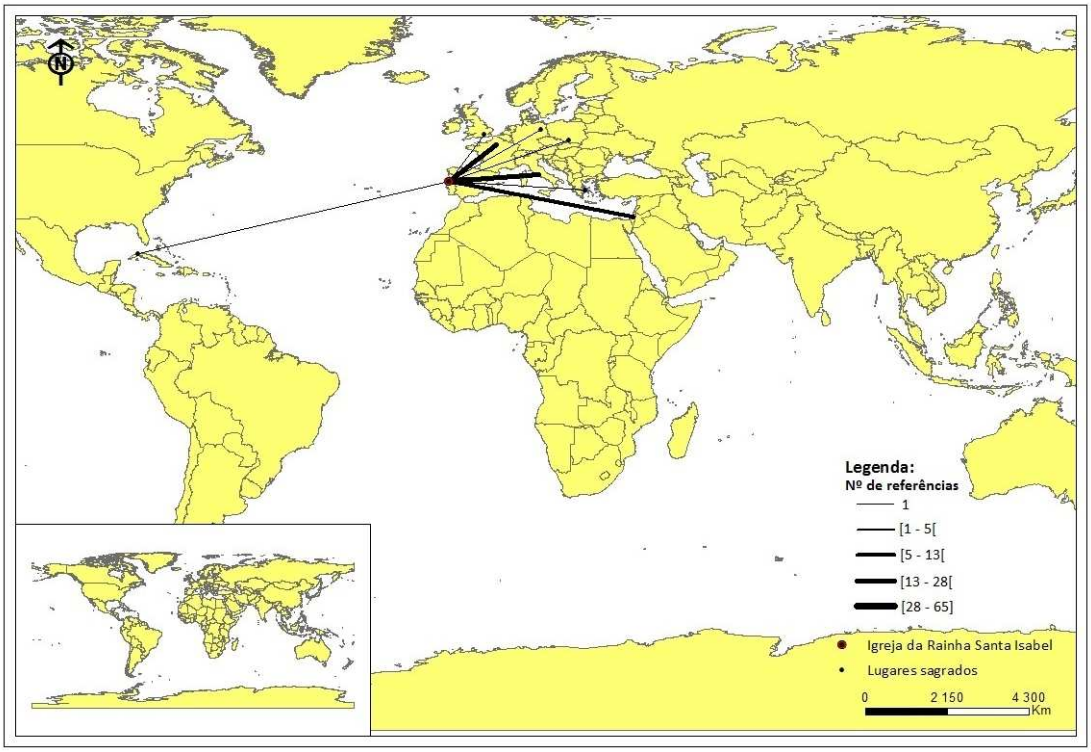


Figura 109: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Rainha Santa Isabel
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 132: Lugares sagrados internacionais onde a população inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve	Cidade	País	Igreja da Rainha Santa Isabel	
			N.º	%
S. Tiago em Cadiz	Cadiz	Espanha	1	1,1
Sé Catedral de Córdova	Córdova	Espanha	1	1,1
Santuário de Covadonga	Covadonga	Espanha	1	1,1
Santuário do Vale dos Caídos	Madrid	Espanha	1	1,1
Catedral de Salamanca	Salamanca	Espanha	1	1,1
Catedral de Sevilha	Sevilha	Espanha	1	1,1
Catedral de Toledo	Toledo	Espanha	1	1,1
Barcelona/ Catedral da Sagrada Família	Barcelona	Espanha	3	3,2
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago de Compostela	Santiago de Compostela	Espanha	21	22,6
Total Espanha			**31**	**33,3**
Abadia do Monte de Saint-Michael	Mont Saint Michel	França	1	1,1
Basílica de Sacre Couer	Paris	França	2	2,2
Taizé	Taizé	França	4	4,3
Catedral de Notre Dame	Paris	França	8	8,6
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lourdes	Lourdes	França	12	12,9
Total França			**27**	**29,0**
Basílica de S. Pedro	Roma	Itália	1	1,1
Capela Sistina	Roma	Itália	1	1,1
Assis/Basílica de S. Francisco de Assis	Assis	Itália	2	2,2
Roma	Roma	Itália	4	4,3
Vaticano	Roma	Itália	9	9,7
Total Itália			**17**	**18,3**
Igreja em Munique	Munique	Alemanha	1	1,1
Total Alemanha			**1**	**1,1**
Monasteraki	Atenas	Grécia	1	1,1
Total Grécia			**1**	**1,1**
Polónia	Polónia	Polónia	1	1,1
Total Polónia			**1**	**1,1**
Abadia de Westminster	Londres	Reino Unido	1	1,1
Total Reino Unido			**1**	**1,1**
Igreja Matriz de Cuba	Cuba	Cuba	1	1,1
Total Cuba			**1**	**1,1**
Galileia	Galileia	Terra Santa	1	1,1
Israel	Israel	Terra Santa	1	1,1
Palestina	Palestina	Terra Santa	1	1,1
Terra Santa	Terra Santa	Terra Santa	1	1,1
Basílica do Santo Sepulcro	Jerusalém	Terra Santa	2	2,2
Belém	Belém	Terra Santa	3	3,2
Jerusalém	Jerusalém	Terra Santa	4	4,3
Total Terra Santa			**13**	**14,0**
Total			**93**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A população inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel identificou um número mais elevado de lugares sagrados internacionais que a Igreja de Eiras, analisada no ponto anterior. Dos 31 lugares referidos verificamos existir uma maior dispersão territorial, uma vez que, para além de Espanha, França e Itália, a população inquirida esteve também noutros países europeus, como a Alemanha, a Grécia, a Polónia, o Reino Unido, ou noutros países mais distantes, como Cuba. A população inquirida referiu ainda um conjunto de lugares sagrados que designámos de Terra Santa (figura 109 e quadro 132).

Para além de Santiago de Compostela, que reúne cerca de 22,6% das referências, a população inquirida identificou um conjunto alargado de outros lugares sagrados situados em Espanha. Distinguimos a Catedral da Sagrada Família, em Barcelona, ou outras igrejas ou catedrais situadas em Cadiz, Córdoba, Covadonga, Madrid, Salamanca e Toledo.

Em França, a população destacou 5 lugares, que reúnem cerca de 29% do total das referências. Neste país, e para além dos lugares mais comuns como o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, da Catedral de Notre Dame e da Basílica do Sacré Coeur, a população destacou a Abadia do Monte de Saint Michel e a Comunidade de Taizé.

Estas referências mostram uma abertura em considerar lugares associados a elementos naturais, no caso de Saint Michel, e ainda, lugares que representam um tipo de comunidade e de partilha religiosa, no caso de Taizé.

Em Itália, os lugares sagrados estão centralizados em Roma e na cidade do Vaticano, que agregam ainda os lugares sagrados da Basílica de S. Pedro e da Capela Sistina. No conjunto, totalizam 15 referências.

Destacamos ainda que 14% das referências estão incluídas na designação de Terra Santa. Agregámos nesta designação um conjunto de lugares sagrados, de cidades ou de territórios, como Galileia, Israel, Palestina, Belém, Jerusalém ou a Igreja do Santo Sepulcro. Estas referências acusam um conhecimento da história da vida pública de Jesus Cristo ou da própria história bíblica, mas também uma maior capacidade económica associada a este tipo de deslocações de longa duração. Talvez pela ausência destas duas circunstâncias, a população inquirida nas paróquias de Eiras, com um perfil socioeconómico e um estilo de vida diferenciados desta e de outras paróquias, não referiu a Terra Santa.

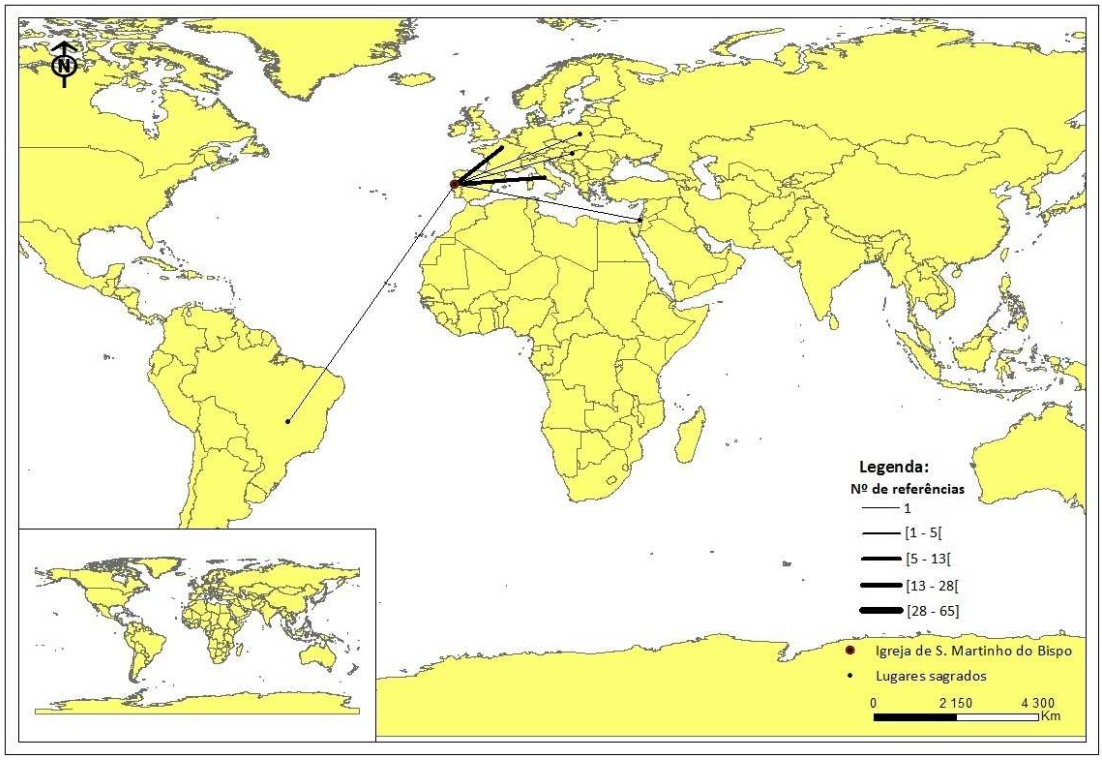


Figura 110: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. Martinho do Bispo
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 133: Lugares sagrados internacionais onde a população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve	Cidade	País	Igreja de S. Martinho do Bispo	
			N.º	%
Igrejas em Espanha	Espanha	Espanha	1	2,9
Sé Catedral de Madrid	Madrid	Espanha	1	2,9
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago	Santiago de Compostela	Espanha	9	25,7
Total Espanha			**11**	**31,4**
França	França	França	1	2,9
Catedral de Notre Dame	Paris	França	1	2,9
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lou	Lourdes	França	5	14,3
Total França			**7**	**20,0**
Catedral de Milão	Milão	Itália	1	2,9
Basílica de S. Pedro	Roma	Itália	1	2,9
Roma	Roma	Itália	2	5,7
Vaticano	Roma	Itália	9	25,7
Total Itália			**13**	**37,1**
Polónia	Polónia	Polónia	1	2,9
Total Polónia			**1**	**2,9**
Budapeste	Budapeste	Hungria	1	2,9
Total Hungria			**1**	**2,9**
Brasil	Brasil	Brasil	1	2,9
Total Brasil			**1**	**2,9**
Jerusalém	Jerusalém	Terra Santa	1	2,9
Total Terra Santa			**1**	**2,9**
Total			**35**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

À semelhança do que verificámos na análise da Igreja de Eiras, mais de metade da população inquirida na paróquia de S. Martinho do Bispo não identificou lugares sagrados internacionais que já tivesse visitado (61,8%). A população inquirida referiu também um número reduzido de lugares, em especial se compararmos com as outras igrejas em estudo (figura 110 e quadro 133).

Dos 14 lugares identificados notamos uma concentração em Espanha, França e Itália, sendo apenas identificado um lugar sagrado em cada um dos seguintes países ou territórios: Polónia, Hungria, Brasil e Terra Santa. No caso destas referências, a população de S. Martinho do Bispo não identificou lugares específicos, mas os próprios países, revelando, ainda assim, algum distanciamento relativamente aos lugares sagrados ou, apenas, dificuldade em mencioná-los.

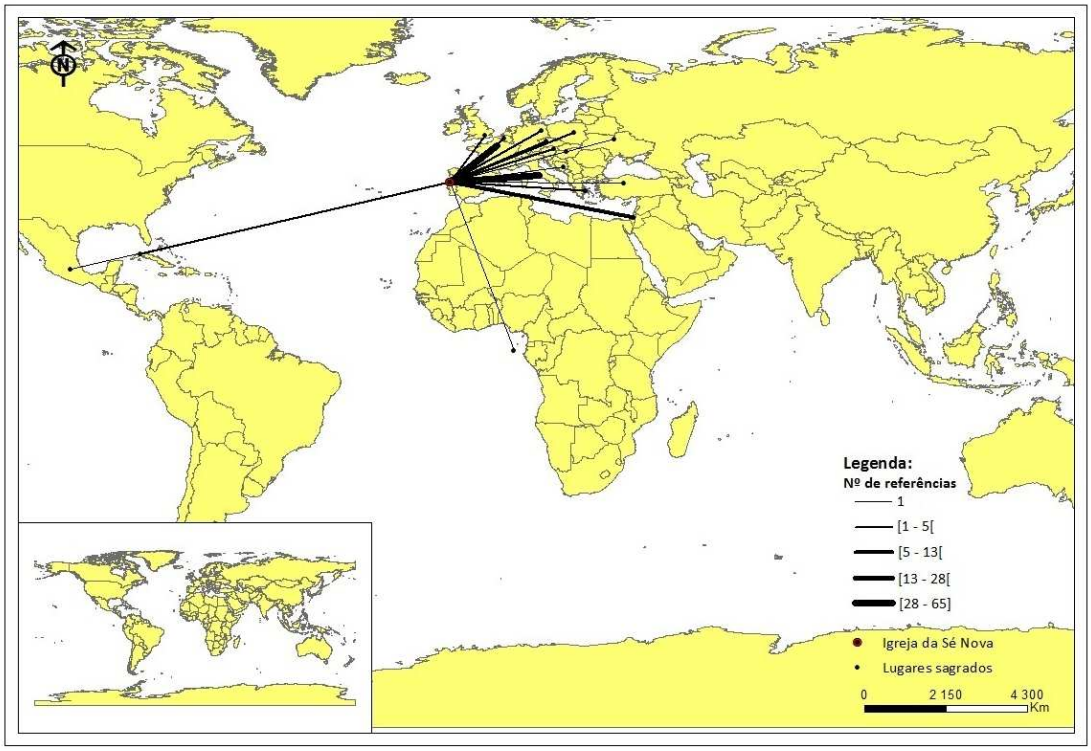


Figura 111: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Sé Nova
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 134: Lugares sagrados internacionais onde a população inquirida na Igreja da Sé Nova já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve	Cidade	País	Igreja da Sé Nova	
			N.º	%
Alba de Tormes	Alba de Tormes	Espanha	1	0,6
Sé Catedral de Córdova	Córdova	Espanha	1	0,6
Santuário de Covadonga	Covadonga	Espanha	1	0,6
Alhambra	Granada	Espanha	1	0,6
Catedral de Almende	Madrid	Espanha	1	0,6
Mosteiro de Santa Maria de Monserrat	Montserrat	Espanha	1	0,6
Igreja de Santo Ildefonso	Sevilha	Espanha	1	0,6
Ávila	Ávila	Espanha	2	1,2
Loyola	Loyola	Espanha	2	1,2
Basílica de Nossa Senhora do Pilar	Saragoça	Espanha	2	1,2
Catedral de Salamanca	Salamanca	Espanha	4	2,4
Igreja de Vera Cruz em Segóvia	Segóvia	Espanha	4	2,4
Barcelona/ Catedral da Sagrada Família	Barcelona	Espanha	10	5,9
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago	Santiago de Compostela	Espanha	19	11,2
Total Espanha			**50**	**29,6**
Avignon	Avignon	França	1	0,6
Catedral de Estrasburgo	Estrasburgo	França	1	0,6
França	França	França	1	0,6
Paray-le-Monial	Paray-le-Monial	França	2	1,2
Taizé	Taizé	França	2	1,2
Basílica de Sacre Couer	Paris	França	5	3,0
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lou	Lourdes	França	9	5,3
Catedral de Notre Dame	Paris	França	11	6,5
Total França			**32**	**18,9**
Capela Sistina	Roma	Itália	1	0,6
Coliseu de Roma	Roma	Itália	1	0,6
Igrejas de Roma	Roma	Itália	1	0,6
Sé de Trento	Trento	Itália	1	0,6
Igreja de S. Pedro	Veneza	Itália	1	0,6
Santa Maria del Gracia	Milão	Itália	2	1,2
Igreja de Gesú	Roma	Itália	2	1,2
Catedral de S. Marcos	Veneza	Itália	2	1,2
Assis/Basílica de S. Francisco de Assis	Assis	Itália	3	1,8
Florença/Catedral de Florença	Florença	Itália	3	1,8
Catedral de Milão	Milão	Itália	3	1,8
Pádua/ Basílica de Santo António de Pádua	Pádua	Itália	3	1,8
Roma	Roma	Itália	7	4,1
Basílica de S. Pedro	Roma	Itália	7	4,1
Vaticano	Roma	Itália	8	4,7
Total Itália			**45**	26,6
Catedral de Colónia	Colónia	Alemanha	2	1,2
Arquidiocesde de Munique	Munique	Alemanha	2	1,2
Total Alemanha			**4**	**2,4**
Nossa Senhora de Częstochowa	Polónia	Polónia	1	0,6
Santuário da Virgem Negra	Polónia	Polónia	1	0,6
Polónia	Polónia	Polónia	2	1,2
Total Polónia			**4**	**2,4**
St Paul Cathedral	Londres	Reino Unido	1	0,6
Abadia de Westminster	Londres	Reino Unido	2	1,2
Total Reino Unido			**3**	1,8
Hungria	Hungia	Hungria	1	0,6
Total Hungria			**1**	**0,6**
Mosteiro Ortodoxo na Grécia	Grécia	Grécia	2	1,2
Total Grécia			**2**	**1,2**
Arquidiocese em Viena de Aústria	Viena	Áustria	2	1,2
Catedral de Santo Estevão	Viena	Áustria	1	0,6
Total Aústria			**3**	**1,8**
Centros Marianos na Bélgica	Bélgica	Bélgica	2	1,2
Total Bélgica			**2**	**1,2**
Igreja de S. Nicolau	Praga	República Checa	1	0,6
Igreja de Nossa Senhora Vitoriosa	Praga	República Checa	2	1,2
Total República Checa			**3**	**1,8**
Santuário de Nossa Senhora de Medjugorge	Medjugorge	Bósnia e Hersgovínia	1	0,6
Total Bósnia e Hersgovínia			**1**	**0,6**
Basílica de Santa Sofia	Istambul	Turquia	1	0,6
Total Turquia			**1**	**0,6**
Carcóvia	Carcóvia	Ucrânia	1	0,6
Total Ucrânia			**1**	**0,6**
Catedral de Havana	Cuba	Cuba	1	0,6
Igreja Matriz de Cuba	Cuba	Cuba	2	1,2
Total Cuba			**3**	**1,8**
Mosteiro de Nossa Senhora da Guadalpe	Cidade do México	México	1	0,6
Total México			**1**	**0,6**
Sé Catedral de S. Tomé e Príncipe	S. Tomé e Príncipe	S. Tomé e Príncipe	1	0,6
Total S. Tomé e Príncipe			**1**	0,6
Belém	Belém	Terra Santa	1	0,6
Cafarnaum	Galileia	Terra Santa	1	0,6
Monte das Oliveiras	Israel	Terra Santa	1	0,6
Basílica do Santo Sepulcro	Jerusalém	Terra Santa	1	0,6
Monte das Bem Aventuranças	Jerusalém	Terra Santa	1	0,6
Nazaré	Nazaré	Terra Santa	1	0,6
Jerusalém	Jerusalém	Terra Santa	2	1,2
Terra Santa	Terra Santa	Terra Santa	4	2,4
Total Terra Santa			**12**	**7,1**
Total			**169**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Numa situação de contraste, cerca de 85% da população inquirida na Igreja da Sé Nova identificou pelo menos um lugar sagrado internacional que já tenha visitado.

Notámos ainda que foi a população inquirida nesta igreja que, no total da amostra, identificou o maior número de lugares sagrados internacionais (67). Estes estão dispersos por 4 continentes, com destaque para o continente europeu, que representa mais de 89% do total de referências (figura 111 e quadro 134).

Em Espanha, foram identificados 14 lugares sagrados, sendo que, no topo da hierarquia, se encontram as catedrais de Santiago de Compostela e da Sagrada Família. Para além destes lugares de culto, a população revelou ser conhecedora das práticas religiosas em Espanha, tendo identificado uma diversidade de lugares como a Sé Catedral de Córdova, o santuário de Covadonga, o Alhambra, o Mosteiro de Santa Maria de Monserrat, a Igreja de Vera Cruz, entre outros.

A mesma leitura poderá ser feita para os lugares localizados em França e em Itália. Neste último país, a população faz referência a lugares sagrados localizados em Roma e em mais 6 cidades italianas, como Trento, Veneza, Assis, Florença, Milão e Pádua. Na cidade de Roma, os lugares identificados ultrapassam as referências mais comuns, uma vez que, para além da Basílica de S. Pedro e da Capela Sistina, a população identificou o Coliseu de Roma e a Igreja de Gesú.

A população inquirida na Igreja da Sé Nova revelou particular interesse por lugares associados ao culto mariano. Isto porque foram referidos lugares como o Mosteiro de Santa Maria de Monserrat, o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, o Santuário da Virgem Negra de Czestochowa, o Santuário de Nossa Senhora de Mudjugorge ou, entre outros, o Mosteiro de Nossa Senhora da Guadalupe.

Registámos ainda que a população que frequenta a missa dominical na Sé Nova, antigo Colégio da Companhia de Jesus, tem um interesse acrescido em visitar os lugares sagrados que estão associados à ordem dos Jesuítas ou à vida religiosa de alguns dos seus fundadores. Foram identificados lugares como Loyola e o Mosteiro de Santa Maria de Monserrat em Espanha ou a Igreja de Gesú, em Roma.

Julgamos que o conhecimento que a população da Sé Nova demonstrou é revelador de uma maior abertura no que diz respeito à localização dos lugares sagrados, à respetiva tipologia e às diferentes ordens religiosas. Nesta igreja, foram considerados lugares emblemáticos da arquitetura islâmica como o Alhambra, lugares ortodoxos como os

mosteiros ortodoxos na Grécia, ou os lugares mais emblemáticos do culto católico como a Terra Santa.

Nestas circunstâncias, consideramos que a população que frequenta a Igreja da Sé Nova tem um maior conhecimento dos lugares sagrados e uma maior mobilidade internacional. Associamos estes fatores ao perfil socioeconómico da população, mas também à prática religiosa que população inquirida referiu. Veja-se que nesta igreja a população é mais jovem e com rendimentos económicos superiores, em particular se compararmos com os resultados que obtivemos em Eiras e em S. Martinho do Bispo. Consideramos ainda que, nesta igreja, a população inquirida revelou estar ligada aos escuteiros, conhecidos pelo seu espírito aventureiro, que promovem o encontro nacional e internacional entre os membros do movimento e, de forma indireta, a mobilidade e o conhecimento de diferentes lugares.

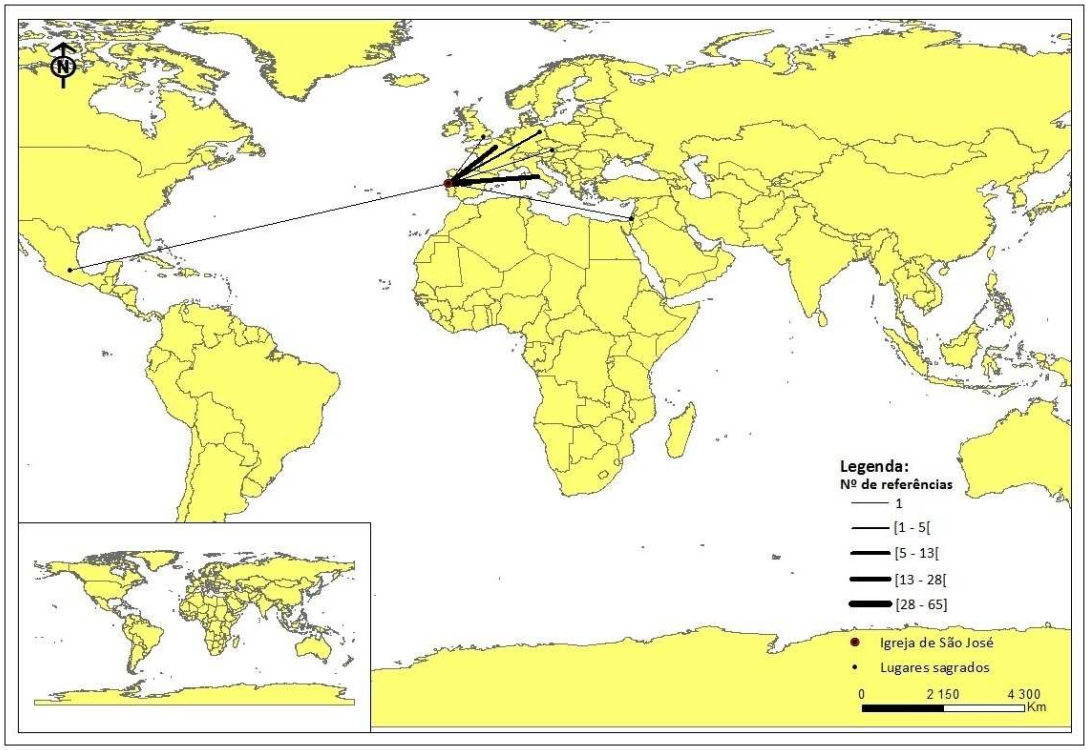


Figura 112: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da S. José

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 135: Lugares sagrados internacionais onde a população inquirida na Igreja de S. José já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve	Cidade	País	Igreja de S. José	
			N.º	%
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago	Santiago de Compostela	Espanha	26	29,9
Catedral de Burgos	Burgos	Espanha	1	1,1
Catedral de Sevilha	Sevilha	Espanha	1	1,1
Santuário de Covadonga	Covadonga	Espanha	2	2,3
Barcelona/ Catedral da Sagrada Família	Barcelona	Espanha	3	3,4
Salamanca	Salamanca	Espanha	1	1,1
Total Espanha			**34**	**39,1**
Abadia do Monte de Saint-Michael	Mont Saint Michel	França	1	1,1
Taizé	Taizé	França	3	3,4
Basílica de Sacre Couer	Paris	França	4	4,6
Catedral de Notre Dame	Paris	França	6	6,9
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lou	Lourdes	França	8	9,2
Total França			**22**	**25,3**
Assis/Basílica de S. Francisco de Assis	Assis	Itália	1	1,1
Pádua/ Basílica de Santo António de Pádua	Pádua	Itália	1	1,1
Igreja de Gesú	Roma	Itália	1	1,1
Capela Sistina	Roma	Itália	1	1,1
Basílica de Santa Maria Maior	Roma	Itália	1	1,1
Catedral de S. Marcos	Veneza	Itália	1	1,1
Roma	Roma	Itália	3	3,4
Basílica de S. Pedro	Roma	Itália	6	6,9
Vaticano	Roma	Itália	10	11,5
Total Itália			**25**	**28,7**
Mosteiro de aix-la Chapelle	Aachen	Alemanha	1	1,1
Catedral de Colónia	Colónia	Alemanha	1	1,1
Total Alemanha			**2**	**2,3**
St Paul Cathedral	Londres	Reino Unido	1	1,1
Total Reino Unido			**1**	**1,1**
Catedral de Santo Estevão	Viena	Áustria	1	1,1
Total Áustria			**1**	**1,1**
Mosteiro de Nossa Senhora da Guadalpe	Cidade do México	México	1	1,1
Total México			**1**	**1,1**
Palestina	Palestina	Terra Santa	1	1,1
Total Terra Santa			**1**	**1,1**
Total			**87**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Cerca de 74,5% da população inquirida na Igreja de S. José identificou pelo menos um lugar sagrado internacional que já tenha visitado. No total da amostra registámos 26 lugares, que se localizam preferencialmente em Espanha, em França e na Itália, países que em conjunto, representam 93,1% do total das referências (figura 112 e quadro 135).

Nesta igreja, a população inquirida apresentou lugares que, de uma forma comum, estão associados à Igreja Católica, não tendo identificado lugares sagrados fora do contexto que até aqui descrevemos. Também em termos espaciais, a população inquirida apenas identificou 2 lugares sagrados, um no México e outro na Terra Santa, que estão para além do espaço europeu. Ou seja, cerca de 97,7% das referências estão circunscritas à Europa e apenas 2,3% ultrapassam este território.

Estes valores mostram que a territorialidade global da população inquirida na Igreja de S. José está centrada num conjunto reduzido de lugares e, também, num número reduzido de fluxos, dos quais se destacam apenas os três países europeus de Espanha, França e Itália.

Esta situação poderá estar associada ao perfil da população inquirida nesta igreja. Com cerca de 21,8% da população com idade igual ou superior a 70 anos, a população de S. José é envelhecida. Este fator favorece uma menor mobilidade e um menor conhecimento de lugares para além do território nacional.

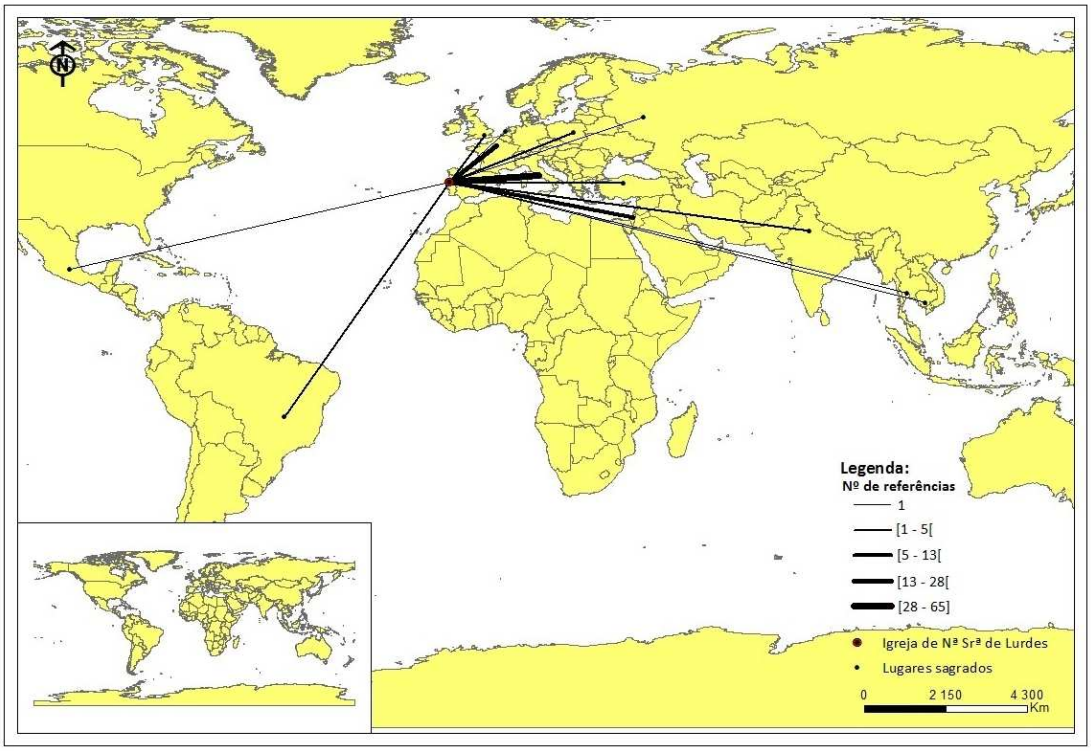


Figura 113: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 136: Lugares sagrados internacionais onde a população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve	Cidade	País	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	
			N.º	%
Catedral de Nossa Senhora de Almudena	Madrid	Espanha	1	0,6
Igreja San Gines	Madrid	Espanha	1	0,6
Manresa	Manresa	Espanha	1	0,6
Catedral de Salamanca	Salamanca	Espanha	1	0,6
Catedral de Sevilha	Sevilha	Espanha	1	0,6
Santuário de Covadonga	Covadonga	Espanha	2	1,2
Mosteiro de Santa Maria de Monserrat	Montserrat	Espanha	2	1,2
Xavier/Imagem do Cristo do Sorriso	Xavier	Espanha	2	1,2
Loyola	Loyola	Espanha	5	2,9
Barcelona/ Catedral da Sagrada Família	Barcelona	Espanha	8	4,7
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago de Compostela	Santiago de Compostela	Espanha	23	13,4
Total Espanha			**47**	**27,3**
Lisieux	Lisiseux	França	1	0,6
Igreja de Madelaine	Paris	França	1	0,6
Taizé	Taizé	França	1	0,6
Basílica de Sacre Couer	Paris	França	6	3,5
Catedral de Notre Dame	Paris	França	7	4,1
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lourdes	Lourdes	França	12	7,0
Total França			**28**	**16,3**
Florença/Catedral de Florença	Florença	Itália	1	0,6
Basílicas em Itália	Itália	Itália	1	0,6
Catedral de Milão	Milão	Itália	1	0,6
Capela Sistina	Roma	Itália	1	0,6
Praça de S. Pedro	Roma	Itália	1	0,6
Basílica de Santa Maria Maior	Roma	Itália	1	0,6
Basílica de S. João de Latrão	Roma	Itália	1	0,6
Basílicas Papais	Roma	Itália	1	0,6
Catacumbas	Roma	Itália	1	0,6
Panteão de Roma	Roma	Itália	1	0,6
Assis/Basílica de S. Francisco de Assis	Assis	Itália	2	1,2
Igreja de Gesú	Roma	Itália	2	1,2
Igreja de S. Francisco de Xavier	Goa	Itália	3	1,7
Pádua/ Basílica de Santo António de Pádua	Pádua	Itália	4	2,3
Basílica de S. Pedro	Roma	Itália	7	4,1
Roma	Roma	Itália	12	7,0
Vaticano	Roma	Itália	28	16,3
Total Itália			**68**	**39,5**
Polónia	Polónia	Polónia	1	0,6
Varsóvia	Varsóvia	Polónia	1	0,6
Total Polónia			**2**	**1,2**
Abadia de Westminster	Londres	Reino Unido	1	0,6
St Paul Cathedral	Londres	Reino Unido	1	0,6
Total Reino Unido			**2**	**1,2**
Igreja de S. Francisco Xavier	Amesterdão	Holanda	1	0,6
Total Holanda			**1**	**0,6**
Mesquita Azul	Istambul	Turquia	1	0,6
Basílica de Santa Sofia	Istambul	Turquia	2	1,2
Total Turquia			**3**	**1,7**
Catedral do Kremlin	Moscovo	Rússia	1	0,6
Total Rússia			**1**	**0,6**
Mosteiro de Nossa Senhora da Guadalpe	Cidade do México	México	1	0,6
Total México			**1**	**0,6**
Nossa Senhora do Rocio	Paraná	Brasil	1	0,6
Igreja da Candelária	Rio de Janeiro	Brasil	1	0,6
Total Brasil			**2**	**1,2**
Taj-Mahal	Agra	Índia	1	0,6
Basílica do Bom Jesus	Goa	Índia	1	0,6
Total Índia			**2**	**1,2**
Templos na Tailândia	Tailândia	Tailândia	1	0,6
Total Tailândia			**1**	**0,6**
Angkor wat	Cambodja	Cambodja	1	0,6
Total Cambodja			**1**	**0,6**
Cafarnaum	Galileia	Terra Santa	1	0,6
Israel	Israel	Terra Santa	1	0,6
Monte das Oliveiras	Israel	Terra Santa	1	0,6
Nazaré	Nazaré	Terra Santa	1	0,6
Belém	Belém	Terra Santa	2	1,2
Caná	Galileia	Terra Santa	2	1,2
Jerusalém	Jerusalém	Terra Santa	2	1,2
Terra Santa	Terra Santa	Terra Santa	3	1,7
Total Terra Santa			**13**	**7,6**
Total			**172**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A figura e o quadro anterior representam os lugares sagrados internacionais onde a população da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes já esteve. Cerca de 98,2% da população inquirida identificou pelo menos um lugar sagrado, tendo sido apuradas 57 referências distintas (figura 113 e quadro 136).

Com valores muito próximos dos que apurámos na Igreja da Sé Nova, notamos que a população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes apresenta uma territorialidade global assente em múltiplos territórios de pertença, dispersos por quase todos os continentes.

Esta territorialidade tem também a particularidade de ser estruturada por lugares sagrados de diferentes tipologias e relativos a diferentes grupos ou movimentos religiosos. Veja-se que a população indicou, para além de lugares católicos, outros lugares de culto ortodoxos como a Catedral do Kremlin, também designada de Basílica de São Basílio e localizada na Praça Vermelha de Moscovo, lugares islâmicos como a Mesquita Azul localizada na cidade de Istambul na Turquia ou, ainda, lugares de culto hindu ou budista como Angkor Wat no Cambodja.

Muitos destes lugares são geossímbolos que marcam um estilo arquitetónico, um passado histórico ou uma religião, tendo sido, nalgumas situações, reconhecidos pela UNESCO como Património Mundial e representando a principal atração turística do país onde se localizam.

No que diz respeito aos lugares católicos, a população inquirida também mostrou que tem um conhecimento mais alargado de lugares localizados em Espanha, em França e na Itália. No total da amostra, foi a única paróquia que registou mais referências em Itália do que nos outros países. Neste país, foi a cidade de Roma que agregou o maior número de referências, tendo sido referidos lugares que não foram identificados pela população inquirida nas outras igrejas. A população identificou a Basílica de Santa Maria Maior, a Basílica de S. João de Latrão, as Basílicas Papais[153], as Catacumbas e o Panteão de Roma.

Nesta igreja, à semelhança do que concluímos na Igreja da Sé Nova, a população inquirida revelou que a sua territorialidade religiosa está associada aos territórios de pertença da Companhia de Jesus ou dos Jesuítas. Desta parte, foram identificados lugares associados à vida e à obra de Santo Inácio de Loyola e de São Francisco Xavier, como Manresa, o lugar sagrado conhecido pela Cova de Santo Inácio de Loyola e pelo respetivo

[153] As Basílicas Papais representam quatro lugares sagrados de Roma: a Basílica de São Pedro, a Basílica de São Paulo Extramuros, a Basílica de S. João de Latrão e a Basílica de Santa Maria Maior.

centro de espiritualidade inaciana, Loyola e Xavier em Espanha, a Igreja de Gésu em Roma, que pertence à Ordem dos Jesuítas, a Igreja de S. Francisco Xavier em Amesterdão e ainda a Igreja de S. Francisco Xavier em Goa.

É de referir ainda que, na designação de Terra Santa, a população inquirida identificou 8 lugares distintos, dos quais destacamos Cafarnaum, Caná, Nazaré e o Monte das Oliveiras. Assim, também a territorialidade da população da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes está alicerçada num conjunto de referências bíblicas que nos remetem para a vida pública de Jesus Cristo.

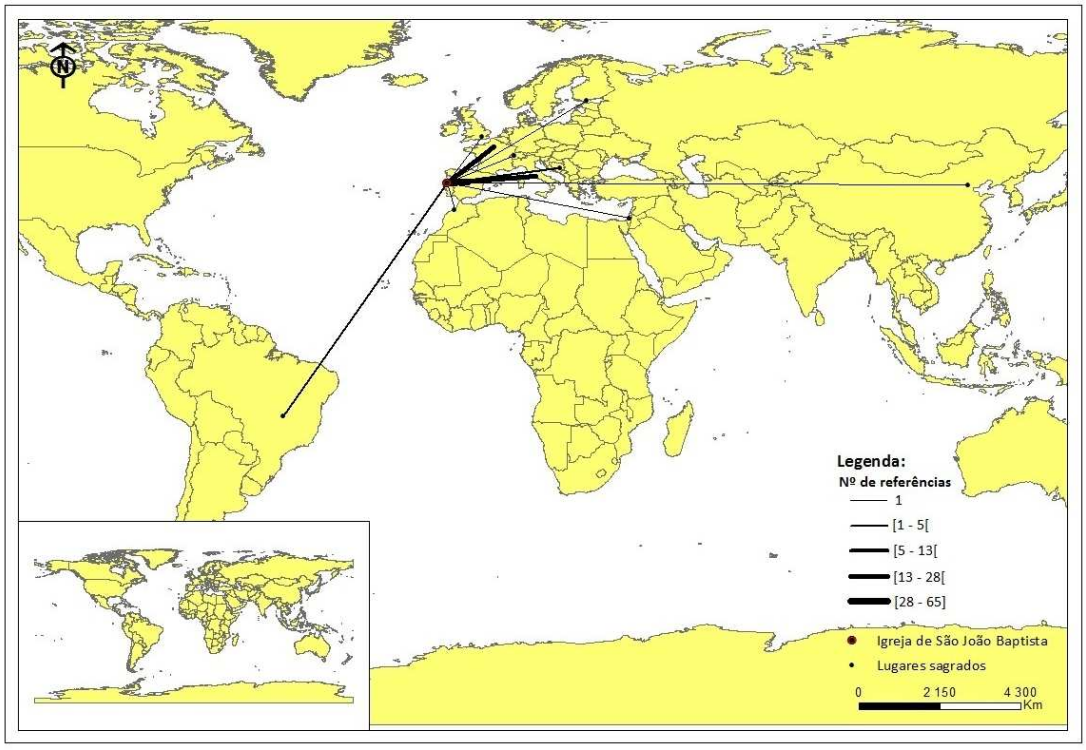


Figura 114: Lugares sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. João Batista
Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 137: Lugares sagrados internacionais onde a população inquirida na Igreja S.João Batista já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve	Cidade	País	Igreja de S. João Batista	
			N.º	%
Santuário do Vale dos Caídos	Madrid	Espanha	1	0,9
Catedral de Palma de Maiorca	Palma de Maiorca	Espanha	1	0,9
Catedral de Zamora	Zamora	Espanha	1	0,9
Loyola	Loyola	Espanha	2	1,8
Catedral de Oviedo	Oviedo	Espanha	2	1,8
Catedral de Sevilha	Sevilha	Espanha	2	1,8
Santuário de Covadonga	Covadonga	Espanha	3	2,7
Mosteiro de Santa Maria de Monserrat	Montserrat	Espanha	3	2,7
Barcelona/ Catedral da Sagrada Família	Barcelona	Espanha	5	4,4
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago	Santiago de Compostela	Espanha	26	23,0
Total Espanha			**46**	**40,7**
Basílica de Sacré Coeur	Paris	França	2	1,8
Paray-le-Monial	Paray-le-Monial	França	4	3,5
Taizé	Taizé	França	4	3,5
Catedral de Notre Dame	Paris	França	6	5,3
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lou	Lourdes	França	12	10,6
Total França			**28**	**24,8**
Basílica de Santa Rita	Cássia	Itália	1	0,9
Pádua/ Basílica de Santo António de Pádua	Pádua	Itália	1	0,9
Basílica de S. Pedro	Roma	Itália	2	1,8
Praça de S. Pedro	Roma	Itália	2	1,8
Assis/Basílica de S. Francisco de Assis	Assis	Itália	3	2,7
Roma	Roma	Itália	7	6,2
Vaticano	Roma	Itália	9	8,0
Total Itália			**25**	**22,1**
Abadia de Westminster	Londres	Reino Unido	1	0,9
Total Reino Unido			**1**	**0,9**
Catedral de Lausanne	Lausanne	Suiça	1	0,9
Total Suiça			**1**	**0,9**
Santuário de Nossa Senhora de Medjugorge	Medjugorge	Bósnia e Hersgovínia	2	1,8
Total Bósnia e Hersgovínia			**2**	**1,8**
Igreja Enterrada	Helsínquia	Filândia	1	0,9
Total Filândia			**1**	**0,9**
Igreja do Senhor do Bonfim	Bahia	Brasil	1	0,9
Santuário do Sagrado Coração de Jesus	São Paulo	Brasil	1	0,9
Santuário de Nossa Senhora da Aparecida	São Paulo	Brasil	1	0,9
Bom Jesus	Salvador da Baía	Brasil	2	1,8
Total Brasil			**5**	**4,4**
Mosteiro Budista em Taiwan	Taiwan	China	1	0,9
Total China			**1**	**0,9**
Mesquita de Marraqueche	Maraqueche	Marrocos	1	0,9
Total Marrocos			**1**	**0,9**
Terra Santa	Terra Santa	Terra Santa	1	0,9
Total Terra Santa			**1**	**0,9**
Várias catedrais da Europa	Não regionalizável	Não regionalizável	1	0,9
Total não regionalizável			**1**	**0,9**
Total			**113**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

A análise da figura e do quadro anterior permite-nos associar os resultados da Igreja de S. João Batista às igrejas localizadas nas freguesias urbanas da Sé Nova e de Santo António dos Olivais. Isto porque, também nesta igreja, registámos uma elevada percentagem de população que identificou lugares religiosos onde já tinha estado (80%), tendo sido apurados 34 lugares e 113 referências (figura 114 e quadro 137).

Com semelhante apuramento, distinguimos alguns lugares que não foram identificados por nenhuma outra paróquia. Em Espanha, país que agrega 40,7% das referências, foram identificadas as catedrais das cidades de Palma de Maiorca, de Oviedo e de Zamora.

No Brasil, foi a única população inquirida que referiu o Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, considerado como o segundo maior templo católico do mundo, antecedido da Basílica de S. Pedro, em Roma. Também neste país a população identificou a Igreja do Senhor do Bonfim, em Salvador, o Santuário do Sagrado Coração de Jesus, em S. Paulo, a Igreja do Bom Jesus, em Salvador da Baía, e a Basílica de Santa Rita de Cássia, no Paraná.

À semelhança do que verificámos no conjunto das igrejas referidas, a população inquirida em S. João Batista referiu lugares sagrados dispersos mundialmente e relativos a distintos grupos religiosos. Foram identificados lugares sagrados localizados na Europa, mas também na China, no Brasil, em Marrocos e na Terra Santa. A diversidade de lugares de pertença de outros grupos religiosos para além do católico está patente com as referências à Mesquita de Kutubia, em Marraquexe, à Igreja de Temppeliaukio kirkko, em Helsínquia, ou, ainda, de um Mosteiro Budista, em Taiwan.

No sentido de completar a leitura dos lugares sagrados onde a população inquirida já esteve, procurámos saber se os inquiridos já realizaram alguma viagem de turismo religioso, independentemente da escala geográfica. Esta análise permitirá averiguar a localização dos lugares, o tipo de viagem ou a prática religiosa que motivou a deslocação, o conhecimento e o uso dos lugares sagrados.

Quadro 138: Participação do inquirido numa viagem ou peregrinação, por percentagem

Igreja	Participação em Turismo Religioso			
	Sim	Não	NR	Total
	%			
Igreja de Eiras	56,4	29,1	14,5	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	52,7	45,5	1,8	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	41,8	54,5	3,6	100,0
Igreja da Sé Nova	61,8	38,2	0,0	100,0
Igreja de S. José	61,8	32,7	5,5	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	85,5	12,7	1,8	100,0
Igreja de S. João Batista	65,5	34,5	0,0	100,0
Total	**60,8**	**35,3**	**3,9**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Aferimos que, à pergunta "se já participou numa viagem de turismo religioso ou numa peregrinação", cerca de 60,8% dos inquiridos responderam de forma positiva e 35,3% de forma negativa. Destacamos a população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo, uma vez que mais de metade da população (54,5%) afirmou que não participou em viagens turísticas com motivo religioso. Situação inversa registámos na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, onde cerca de 85,5% da população inquirida afirmou que já realizou uma viagem turística ou uma peregrinação (quadro 138).

Quadro 139: Número de cidades/lugares religiosos onde os inquiridos já foram, integrados em viagens de turismo religioso ou peregrinações

Número de Lugares sagrados nacionais onde já esteve/Região	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Cidades/lugares em Portugal	11	7	6	10	14	9	14	**71**	**37,2**
Cidades/Lugares em Espanha	5	4	1	10	5	5	10	**40**	**20,9**
Cidades/Lugares em Itália	4	2	1	5	4	6	5	**27**	**14,1**
Cidades/Lugares em França	0	4	2	4	3	3	6	**22**	**11,5**
Outros países/ lugares europeus	0	2	2	2	3	6	3	**18**	**9,4**
Outros países/lugares	0	1	1	3	2	2	4	**13**	**6,8**
Total N.º	**20**	**20**	**13**	**34**	**31**	**31**	**42**	**191**	**100,0**
%	**10,5**	**10,5**	**6,8**	**17,8**	**16,2**	**16,2**	**22,0**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

O quadro anterior representa o número total de lugares (191) que a população inquirida já visitou, agrupados por país e com destaque para Portugal, Espanha, Itália e França. Verificámos que 37,2% dos lugares indicados se localizam no território nacional, 20,9% em França, 14,1% em Espanha, 11,5 % em Itália, 6,8% noutros países europeus como Polónia, Bélgica, Grécia, Bósnia Herzgovina, República Checa e Praga, e 9,4% noutros países ou territórios não europeus, como a Terra Santa, a Índia, o México e o Brasil (quadro 139).

De uma maneira geral, as cidades ou os lugares referidos coincidem com os que foram identificados nas questões anteriores, em particular os lugares onde os inquiridos já estiveram dentro ou fora do território nacional.

Quadro 140: Número de referências a cidades/lugares religiosos onde os inquiridos já foram, integrados em viagens de turismo religioso ou peregrinações

Número de Referências de Lugares onde já foi_ Turismo Religioso	Paróquia								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Cidades/lugares em Portugal	29	22	23	28	35	39	34	**210**	**45,5**
Cidades/Lugares em Espanha	13	12	1	11	12	31	17	**97**	**21,0**
Cidades/Lugares em Itália	0	9	5	14	8	18	13	**67**	**14,5**
Cidades/Lugares em França	5	4	1	10	5	5	10	**40**	**8,7**
Outros países/ lugares europeus	0	1	1	7	2	3	4	**18**	**3,9**
Outros países/lugares	0	6	2	6	3	10	3	**30**	**6,5**
Total N.º	**47**	**54**	**33**	**76**	**65**	**106**	**81**	**462**	**100,0**
%	**10,2**	**11,7**	**7,1**	**16,5**	**14,1**	**22,9**	**17,5**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 141: Lugares sagrados nacionais que a população inquirida já visitou

Lugares onde já foi_ Turismo Religioso	Localização	Igreja								
		Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Senhora da Paz	Açores					1			1	0,5
Santuário de Nossa Senhora do Socorro	Albergaria-a-Velha					1			1	0,5
Santuário de Senhora da Abadia	Amares						1		1	0,5
Ermida de Nossa Senhora dos Remédios	Beja				1				1	0,5
Santuário de Nossa Senhora do Sameiro	Braga	1		1	1	1		2	6	2,9
Santuário do Bom Jesus de Braga	Braga	1			1	1		2	5	2,4
Braga	Braga	1	1			1			3	1,4
Via Sacra no Buçaco	Mealhada							1	1	0,5
Serra do Caramulo	Caramulo (vários concelhos)			1					1	0,5
Castanheira de Pêra	Castenheira de Pêra	2							2	1,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	Coimbra					1			1	0,5
Capela de Nossa Senhora da Alegria	Coimbra							1	1	0,5
Capela de Nossa Senhora do Círculo	Condeixa-a-Nova							2	2	1,0
Douro	Douro							1	1	0,5
Ermida de Nossa Senhora da Conceição	Estremoz						1		1	0,5
Évora	Évora		1						1	0,5
Gerês	Gerês							1	1	0,5
Santuário de Nossa Senhora dos Remédio	Lamego				1				1	0,5
Leiria (retiro espiritual)	Leiria		1			1			2	1,0
Lisboa	Lisboa				1		1		2	1,0
Capela da Senhora da Piedade	Lousã	1							1	0,5
Mira (retiro espiritual)	Mira		1					1	2	1,0
Mira	Mira	1				1		1	3	1,4
Senhora do Sítio	Nazaré						1		1	0,5
Fátima	Ourém	14	13	17	15	18	12	15	104	49,5
Peregrinação ao Santuário de Fátima	Ourém	1	1	2	3	3	18	2	30	14,3
Santuário de Fátima	Ourém	5	4		3	3	3	3	21	10,0
Cova de Iria	Ourém					1			1	0,5
Santuário de S. Bento da Porta Aberta	Terras de Bouro	1		1		1			3	1,4
Seia	Seia				1				1	0,5
Santuario de Nossa Senhora da Lapa	Sernancelhe	1							1	0,5
Vários Lugares (Santarém, Évora, Lisboa)	Vários						1		1	0,5
Santuário de Santa Luzia	Viana do Castelo				1				1	0,5
Capela de Nossa Senhora da Agonia	Viana do Castelo					1			1	0,5
Nossa Senhora das Preces	Vila Nova de Poiares			1				1	2	1,0
Vila Viçosa	Vila Viçosa						1	1	2	1,0
Total Portugal N.º		**29**	**22**	**23**	**28**	**35**	**39**	**34**	**210**	**100,0**
%		**13,8**	**10,5**	**11,0**	**13,3**	**16,7**	**18,6**	**16,2**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Para a população inquirida, o lugar sagrado de Fátima, incluindo o Santuário de Fátima e a Cova de Iria, está no topo da hierarquia dos destinos turísticos nacionais, representando cerca de 33,8% do total das referências nacionais e internacionais. Conforme consta do quadro anterior, Fátima representa 74,3% do total das referências nacionais, comprovando ser o lugar sagrado português de referência e de maior convergência de turistas e de peregrinos nacionais e estrangeiros (quadro 141). Corresponde a uma paisagem e a uma imagem que marca e simboliza o *touring cultural* da região Centro mas também de todo o território nacional.

Embora com um valor inferior, uma vez que agrega apenas 6,7% das referências nacionais, o concelho de Braga ocupa o segundo lugar na hierarquia dos concelhos portugueses com um maior volume de fluxos turísticos religiosos. Voltamos a destacar os lugares sagrados mais visitados, como o Santuário de Nossa Senhora do Sameiro e o Santuário do Bom Jesus de Braga.

Para além destes destinos turísticos, a população inquirida identificou outros lugares sagrados dispersos no território nacional, que se distinguem pela sua localização geográfica, pelo ambiente que os caracteriza, pela sua dimensão ou pela tipologia na hierarquia da Igreja Católica, ou ainda, pelas experiências que possibilitam. Assim, de uma forma muito genérica, foram identificados lugares que correspondem aos concelhos de Seia, de Braga, de Mira, de Castanheira de Pêra, de Leiria, de Lisboa, de Évora ou de Vila Viçosa. Numa outra escala de análise, foram identificados lugares que, embora estejam associados a um concelho ou a uma região portuguesa, são caracterizados e distinguem-se dos demais pela sua paisagem e pelo seu ambiente natural como o Gerês, a Serra do Caramulo ou a Mata do Buçaco.

No que diz respeito à hierarquia de lugares sagrados da Igreja Católica, notamos também que a população já visitou lugares de maiores dimensões, como o Santuário de Fátima, em Ourém, o Santuário de Nossa Senhora do Sameiro e o Santuário do Bom Jesus de Braga, ambos em Braga, o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, o Santuário de Santa Luzia, em Viana do Castelo, e o Santuário da Senhora da Abadia, em Amares, entre outros, e lugares sagrados de menores dimensões, como a Capela de Nossa Senhora da Alegria, em Coimbra, a Capela de Nossa Senhora do Círculo, em Condeixa-a-Nova, e a Capela de Nossa Senhora da Piedade, na Lousã.

Se ponderarmos os lugares sagrados indicados pela população inquirida, tendo em conta as experiências religiosas associadas, notamos que foi apenas identificado o Santuário de Fátima como destino de peregrinação e ainda os concelhos de Mira e de Leiria como lugares onde os inquiridos participam em retiros espirituais. Todos os outros lugares foram identificados sem referência a episódios, experiências ou rituais católicos específicos.

Quadro 142: Lugares sagrados internacionais que a população inquirida já visitou

Lugares onde já foi_ Turismo Religioso	Localização	Igrejas								
		Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Santiago de Compostela	Santiago de Compostela	10	10	1	7	8	14	12	62	24,6
Peregrinação a Santiago de Compostela	Santiago de Compostela	1	2				4	1	8	3,2
Xavier	Xavier	1				1	2		4	1,6
Barcelona	Barcelona						4	1	5	2,0
Loyola	Azpeitia	1			1	1	6	2	11	4,4
Covadonga	Covadonga					2			2	0,8
Ávila	Ávila				1			1	2	0,8
Toledo	Toledo				1				1	0,4
Leon	Leon				1				1	0,4
Vale dos Caídos	San Lorenzo de El Escorial						1		1	0,4
Total Espanha		**13**	**12**	**1**	**11**	**12**	**31**	**17**	**97**	**38,5**
Lourdes	Lourdes	4		1	4	2	2	2	15	6,0
Santuário de Nossa Senhora de Lourdes	Lourdes		2		1	1	2		6	2,4
Peregrinação à Nossa Senhora de Lourdes	Lourdes					1			1	0,4
Taizé	Taizé		2		4	1	1	2	10	4,0
Paray-le-Monial	Paray-le-Monial				1			5	6	2,4
Peregrinação a Paray-le-Monial	Paray-le-Monial	1							1	0,4
Besançon	Besançon							1	1	0,4
Total França		**5**	**4**	**1**	**10**	**5**	**5**	**10**	**40**	**15,9**
Roma	Roma		2	3	7	5	11	7	35	13,9
Vaticano	Vaticano		2	2		2	6		12	4,8
Assis	Assis		4		3	1		1	9	3,6
Itália	Itália				1		1		2	0,8
Milão	Milão							2	2	0,8
Pádua	Pádua		1		3			1	5	2,0
Florença	Florença							1	1	0,4
Bolonha	Bolonha							1	1	0,4
Total Itália		**0**	**9**	**5**	**14**	**8**	**18**	**13**	**67**	**26,6**
Santuário da Virgem Negra	Polónia			1	1				2	0,8
Polónia	Polónia		1		4		2		7	2,8
Centros Marianos na Bélgica	Bélgica				2				2	0,8
Suíça, Aústria e Itália	Vários					1			1	0,4
Praga	Praga							1	1	0,4
Países de Benelux	Países de Benelux					1			1	0,4
Lovaina	Lovaina							1	1	0,4
Grécia	Grécia						1		1	0,4
Menino Jesus de Praga	República Checa							1	1	0,4
Medjugorge	Bósnia Herzgovina							1	1	0,4
Total outros países europeu		**0**	**1**	**1**	**7**	**2**	**3**	**4**	**18**	**7,1**
Santuário de Nossa Senhora da Aparecida	Aparecida							1	1	0,4
Goa	Goa						2	1	3	1,2
Índia	Índia						1		1	0,4
Jerusalém	Terra Santa			1	3		2		6	2,4
Terra Santa	Terra Santa		5	1	3	1	3	1	14	5,6
Israel	Terra Santa		1				1		2	0,8
Palestina	Terra Santa					1			1	0,4
Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe	Cidade do México					1	1		2	0,8
Total outros países não europeus		**0**	**6**	**2**	**6**	**3**	**10**	**3**	**30**	**11,9**
Total N.º		**18**	**32**	**10**	**48**	**30**	**67**	**47**	**252**	**100,0**
%		**7,1**	**12,7**	**4,0**	**19,0**	**11,9**	**26,6**	**18,7**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Em território internacional os destinos turísticos mais referenciados pela população inquirida situam-se em Espanha, país que reúne cerca de 38,5% do total das referências internacionais. Santiago de Compostela, por exemplo, representa 27,8% das referências, das quais 3,2% correspondem a peregrinações com destino a este grande Santuário da Galiza (quadro 142). O relevo de Santiago ou dos Caminhos de Santiago atribuído pela população inquirida comprova, mais uma vez, a centralidade desta cidade-santuário no contexto da mobilidade e da geografia religiosa dos inquiridos.

Em Espanha, os restantes lugares dizem respeito, na sua maioria, a cidades ou a localidades como Xavier, Loyola, Covadonga, Ávila, Toledo, Leon, Barcelona ou Vale dos

Caídos. Destes lugares e cruzando-os com a análise da população inquirida, notamos que os inquiridos na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes referiram que já participaram numa experiência de turismo religioso aos lugares de referência para a Companhia de Jesus, visitando os lugares sagrados que fazem parte da vida de Santo Inácio e de S. Francisco Xavier, mas também da história da fundação deste movimento católico. Xavier e Loyola representam 6% do total das referências.

Em Itália, a cidade de Roma e o Vaticano representam cerca de 18,7% do total das referências internacionais, simbolizando a força centrípeta que este território assume no contexto das peregrinações, das viagens turísticas ou de outros movimentos associados à religião, em particular, à Igreja Católica. Estes territórios sagrados desempenham o papel de centro funcional da Igreja Católica e da hierarquia geográfica do catolicismo, representando um dos maiores centros de convergência de turistas e de peregrinos de todas as nacionalidades.

Também neste país as cidades de Assis e Pádua foram os outros dois destinos turísticos religiosos mais referenciados, representando, em conjunto, 5,6% das referências estrangeiras.

Em França, o santuário mariano de Lourdes foi identificado como o maior destino turístico religioso deste país, representando 8,3% do total das referências internacionais.

A população inquirida incluiu, na hierarquia dos destinos turísticos religiosos franceses, a cidade santuário de Paray-de-Monial e a comunidade de Taizé. A primeira cidade representa o lugar das aparições do Sagrado Coração de Jesus a Santa Margarida Maria Alacoque, em 1673, onde funciona a Escola Internacional de Formação e de Evangelização da Comunidade Emanuel. O segundo lugar representa uma comunidade ecuménica cristã, conhecida por ser um centro de oração e um destino privilegiado de muitas peregrinações católicas.

No conjunto dos outros países europeus, 50% das referências da população inquirida correspondem a viagens turísticas com destino à Polónia, em particular ao Santuário da Virgem Negra. De facto, é transversal a todos os países a predominância dos destinos turísticos associados ao culto mariano. Veja-se o caso das referências como Medujgorge, na Bósnia Herzgovina, e a referência a "centros marianos", na Bélgica.

Em países fora do território europeu, esta condicionante mantém-se, tendo sido referenciados dois dos maiores centros de peregrinação mundial associados ao culto de Nossa Senhora. Assim, para a população inquirida, são também destinos turísticos o

Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, localizado na cidade da Aparecida, no Estado de São Paulo, e o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, na Cidade do México.

Excetuando o território europeu, a Terra Santa, onde incluímos os territórios de Jerusalém, de Israel e da Palestina, representa cerca de 9,1% das referências internacionais. Trata-se de um percurso de longa duração que foi referido pela população de todas as igrejas em estudo, com exceção dos inquiridos na Igreja Matriz de Eiras.

Para além desta leitura mais genérica, notámos existir uma diversidade de destinos turísticos consoante a igreja onde realizámos os inquéritos.

Veja-se que a população inquirida nas igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo participou num menor número de viagens turísticas ou peregrinações. Nestas duas igrejas, o destino português mais referido foi "Fátima/Santuário de Fátima", tendo apenas um inquirido referido que fez uma peregrinação até este Santuário Mariano. No caso particular dos inquiridos da Igreja de Eiras, notamos que, para além de Portugal, os únicos países visitados foram Espanha e França. Nenhum inquirido referiu os lugares sagrados comuns mais tradicionais, como Roma, o Vaticano ou a Terra Santa, por exemplo.

No caso da população de S. Martinho do Bispo, as referências a lugares portugueses representam cerca de 70%.

A partir da análise dos resultados, notámos ainda que a população inquirida nas igrejas situadas na freguesia da Sé Nova e de Santo António dos Olivais referiu lugares sagrados localizados num número diversificado de países, quer estejam circunscritos ou não ao continente europeu, como Polónia, Bélgica, Jerusalém ou Goa.

Deste conjunto destacamos a população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, que se distinguiu por reunir o maior número de referências a peregrinações, com destaque para as peregrinações a Fátima e a Santiago de Compostela. A população que frequenta esta igreja assume que tem diferentes experiências religiosas, usando o território de um modo diferenciado. Fazer uma peregrinação implica um movimento, um uso distinto do espaço, implica percorrer um itinerário, conhecer caminhos ou percursos, normalmente associados a uma rota pedestre, num contexto natural ou próximo de uma via de circulação automóvel e implica uma experiência fora do comum, que condiciona o conhecimento e o olhar sobre o território.

Optámos por averiguar com quem é que a população inquirida realizou a sua viagem turística de âmbito religioso ou a sua experiência de peregrinação, bem como a duração desta experiência.

Quadro 143: Com quem a população inquirida realizou a sua experiência de turismo religioso ou peregrinação

Com quem partilhou a experiência de Turismo Religioso	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Família/Amigos	18	17	19	24	30	33	25	**166**	**35,9**
Movimentos/ Grupos religiosos	3	13	4	15	12	60	30	**137**	**29,7**
Grupos paroquiais em Coimbra	7	11	1	16	16	7	6	**64**	**13,9**
Grupos de jovens e de fomação de jovens	12	11	3	9	6	0	9	**50**	**10,8**
Outras opções	7	2	6	5	0	1	4	**25**	**5,4**
Grupo de Paróquias fora de Coimbra	0	0	0	3	1	5	3	**12**	**2,6**
Não respostas	0	0	0	4	0	0	4	**8**	**1,7**
Total N.º	**47**	**54**	**33**	**76**	**65**	**106**	**81**	**462**	**100,0**
%	**10,2**	**11,7**	**7,1**	**16,5**	**14,1**	**22,9**	**17,5**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Tendo em conta o quadro 143, aferimos que a grande maioria da população opta por viajar acompanhada e inserida num grupo, porque apenas 0,9% da população inquirida viajou sozinha.

Do total das respostas cerca de 35,9% dos inquiridos viajaram com a família ou com os seus amigos, ou seja, tiveram uma experiência de turismo religioso ou fizeram uma peregrinação acompanhados de pessoas que estão próximas da sua vida mais íntima ou do quotidiano.

Para além da família e dos amigos, os movimentos ou grupos católicos representam 29,7% do total das referências, tendo a população inquirida destacado, entre outros, a Companhia de Jesus, a Comunidade Emanuel e o Grupo das Equipas de Nossa Senhora. No caso da Comunidade dos Jesuítas, verificámos que, só na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, este grupo reuniu cerca de 53 referências.

Apurámos ainda que cerca de 13,9% das referências dizem respeito a grupos paroquiais da diocese de Coimbra, como os das igrejas de S. José, da Sé Nova, de Santo António dos Olivais, de Nossa Senhora de Lurdes, de Santa Clara, de Eiras e de S. João Batista, entre outras. Integrados nestes grupos, foram destacados os grupos corais da Igreja de S. José e da Capela da Universidade de Coimbra. Incluímos também neste grupo

as referências ao "Padre Heitor" (sacerdote da Igreja da Sé Nova) e ao "Padre Delgado" (anterior sacerdote da Igreja da Rainha Santa Isabel), dando conta que os sacerdotes continuam a ser mobilizadores de experiências religiosas que, neste caso, implicam a deslocação e a visita a distintos lugares sagrados nacionais ou internacionais.

Concluímos também que os grupos de jovens ou os grupos de formação de jovens, como os escuteiros ou o grupo da catequese, são importantes no que diz respeito à mobilidade da população católica praticante inquirida. Estes grupos agregaram cerca de 10,8% das respostas.

A população inquirida respondeu ainda que realizou uma viagem turística ou uma peregrinação através de grupos de paróquias localizadas fora do concelho de Coimbra, como o grupo paroquial da Figueira da Foz ou o grupo paroquial de Lisboa.

Note-se que os grupos excursionistas representam apenas 3,5% das referências, tendo sido referidos pela população inquirida nas igrejas de Eiras, de S. Martinho do Bispo e de S. João Batista.

Quadro 144: Número de dias que durou a viagem de turismo religioso/ peregrinação

Quantos dias durou a experiência de Turismo Religioso	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
21 dias	0	1	0	0	0	0	0	1	0,2
8 - 15 dias	0	2	1	15	7	18	10	53	11,5
4 - 7 dias	12	27	7	28	16	38	20	148	32,0
1- 3 dias	35	24	25	33	42	50	47	256	55,4
NR	0	0	0	0	0	0	4	4	0,9
Total N.º	**47**	**54**	**33**	**76**	**65**	**106**	**81**	**462**	**100,0**
%	**10,2**	**11,7**	**7,1**	**16,5**	**14,1**	**22,9**	**17,5**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Da leitura do quadro anterior verificamos que mais de metade (55,4%) das viagens tiveram uma duração de até 3 dias. As viagens entre os 4 e os 7 dias representam 32,0% das referências e entre os 8 e os 15 dias representam 11,5% (quadro 144).

Em síntese, foram as referências de "Fátima", de "amigos e família" e de "1-3 dias" as que reuniram o maior número de referências, permitindo, desta forma, caracterizar a mobilidade da população inquirida.

A análise da territorialidade da população inquirida está, na nossa perspetiva, relacionada com a territorialidade da própria Igreja Católica. Da análise das questões anteriores observámos que a população procura conhecer e visitar os lugares que interferem e caracterizam a história da Igreja, do catolicismo, de um determinado grupo ou movimento católico ou, ainda, de uma personalidade bíblica ou sagrada. Se a Igreja Católica procurou apropriar-se do espaço, a população católica procura conhecer os lugares e os territórios que a ela pertencem.

Neste sentido, optámos por pedir à população inquirida que identificasse os lugares que considera importantes para a história da própria Igreja Católica.

Quadro 145: Percentagem de população inquirida que identificou pelo menos um lugar importante na história da Igreja Católica

Igreja	Lugares Importantes p/ História da Igreja Católica					
	Identificou		Não Identificou		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	24	43,6	31	26,3	55	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	33	60,0	22	18,6	55	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	21	38,2	34	28,8	55	100,0
Igreja da Sé Nova	49	89,1	6	5,1	55	100,0
Igreja de S. José	42	76,4	13	11,0	55	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	54	98,2	1	0,8	55	100,0
Igreja de S. João Batista	44	80,0	11	9,3	55	100,0
Total	**267**	**69,4**	**118**	**30,6**	**385**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 146: Número e percentagem de lugares referidos pela população que identificou pelo menos um lugar importante para a história da Igreja Católica

Igreja	Lugares Importantes p/ História da Igreja Católica					
	Referência		NR		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	132	48,0	143	52,0	275	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	135	49,1	140	50,9	275	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	98	35,6	177	64,4	275	100,0
Igreja da Sé Nova	153	55,6	122	44,4	275	100,0
Igreja de S. José	170	61,8	105	38,2	275	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	183	66,5	92	33,5	275	100,0
Igreja de S. João Batista	172	62,5	103	37,5	275	100,0
Total	**1.043**	**54,2**	**882**	**45,8**	**1.925**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Quadro 147:Lugares sagrados importantes para a História da Igreja Católica, por número de referências

Igreja	Lugares Importantes p/ História da Igreja Católica			
	Referência		NR	
	N.º	%	N.º	%
Igreja de Eiras	132	12,7	143	16,2
Igreja da Rainha Santa Isabel	135	12,9	140	15,9
Igreja de S. Martinho do Bispo	98	9,4	177	20,1
Igreja da Sé Nova	153	14,7	122	13,8
Igreja de S. José	170	16,3	105	11,9
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	183	17,5	92	10,4
Igreja de S. João Batista	172	16,5	103	11,7
Total	**1.043**	**100,0**	**882**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Apurámos que a grande maioria da população inquirida (69,4%) identificou pelo menos um lugar importante para a história da Igreja Católica (quadro 145). A população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo foi a que demonstrou um maior desconhecimento, uma vez que 38,2% da população inquirida não identificou qualquer lugar nacional ou internacional que esteja associado à história deste sistema religioso. Ao invés, cerca de 98,2% da população inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes identificou pelo menos um lugar que caracteriza e que se associa à Igreja Católica.

Estas duas igrejas revelam-se ainda opostas quando comparamos o número de referências. Na Igreja de S. Martinho do Bispo, a população referiu 9,4% do total das referências e a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes reuniu cerca de 17,5% (quadro 147).

Quadro 148: Lugares sagrados importantes para a História da Igreja Católica, por país ou zona geográfica e por número de referências

País/Zona Geográfica	Lugares importantes para a história da Igreja católica								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
Itália	42	34	34	52	44	57	49	**312**	**29,9**
Portugal	34	18	27	21	26	20	29	**175**	**16,8**
França	13	9	5	1	28	10	22	**88**	**8,4**
Espanha	5	8	9	17	9	13	11	**72**	**6,9**
Grécia		2				1	2	**5**	**0,5**
Polónia	1	1			1	1		**4**	**0,4**
Bósnia e Herzegovina							4	**4**	**0,4**
Reino Unido				1	1			**2**	**0,2**
Na Europa	**95**	**72**	**75**	**92**	**109**	**102**	**117**	**662**	**63,5**
Terra Santa	37	57	21	56	57	77	48	**353**	**33,8**
Terra Santa	**37**	**57**	**21**	**56**	**57**	**77**	**48**	**353**	**33,8**
Egito		3		2	2		1	**8**	**0,8**
Turquia		1		2	1	3	1	**8**	**0,8**
Brasil				1			2	**3**	**0,3**
México							3	**3**	**0,3**
Japão		1						**1**	**0,1**
Oriente						1		**1**	**0,1**
Síria					1			**1**	**0,1**
Outros países/Zonas Geográficas	**0**	**5**	**0**	**5**	**4**	**4**	**7**	**25**	**2,4**
Não regionalizável	**0**	**1**	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**0,3**
Total	**132**	**135**	**98**	**153**	**170**	**183**	**172**	**1.043**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Da leitura do quadro anterior concluímos que 63,5% dos lugares religiosos identificados se situam no continente europeu, 33,8% corresponde ao território designado de Terra Santa, 2,4% correspondem a lugares situados noutros países ou zonas geográficas e 0,3% correspondem a designações não regionalizáveis (quadro 148).

Quadro 149: Lugares importantes para a História da Igreja Católica, por número de referências

Lugares importantes para a história da Igreja católica	País/Zona Geográfica	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
		N.º							N.º	%
Roma	Itália	42	34	34	46	39	52	45	292	**28,0**
Jerusalém	Terra Santa	12	27	12	26	33	35	19	164	**15,7**
Fátima	Portugal	28	15	25	21	19	18	24	150	**14,4**
Belém	Terra Santa	12	20	3	16	14	13	7	85	**8,1**
Lourdes	França	11	6	2		8	10	17	54	**5,2**
Santiago de Compostela	Espanha	4	6	9	12	2	10	11	54	**5,2**
Terra Santa	Terra Santa	3	4	1	3	1	11	11	34	**3,3**
Borgonha	França		1			17		2	20	**1,9**
Nazaré	Terra Santa	4	1	1	3	4	5	2	20	**1,9**
Palestina	Terra Santa	5	2	2	2	1	4	4	20	**1,9**
Israel	Terra Santa		3	2	2	1	3	4	15	**1,4**
Assis	Itália				3	1	4	3	11	**1,1**
Coimbra	Portugal	3	2	1		2	1		9	**0,9**
Galileia	Terra Santa	1				2	4	1	8	**0,8**
Barcelona	Espanha	1	2		3	1			7	**0,7**
Braga	Portugal	1		1		1	1	3	7	**0,7**
Lisboa	Portugal	1				3		2	6	**0,6**
Paris	França			3		2		1	6	**0,6**
Avignon	França		2	0		1		2	5	**0,5**
Rio Jordão	Terra Santa				2	1	2		5	**0,5**
Trento	Itália				1	3		1	5	**0,5**
Egito	Egito		2		1			1	4	**0,4**
Loyola	Espanha				1	2	1		4	**0,4**
Medjugorge	Bósnia e Herzegovina							4	4	**0,4**
Polónia	Polónia	1	1			1	1		4	**0,4**
Sinai	Egito		1		1	2			4	**0,4**
Cidade do México	México							3	3	**0,3**
Corinto	Grécia		1				1	1	3	**0,3**
Éfeso	Turquia				1		1	1	3	**0,3**
Não regionalizável	Não regionalizável		1	2					3	**0,3**
Pádua	Itália				2		1		3	**0,3**
Taizé	França	2			1				3	**0,3**
Antioquia	Turquia		1		1				2	**0,2**
Espanha	Espanha					2			2	**0,2**
Istambul	Turquia					1	1		2	**0,2**
Londres	Reino Unido				1	1			2	**0,2**
Rio de Janeiro	Brasil				1			1	2	**0,2**
Tessalonica	Grécia		1					1	2	**0,2**
Alcobaça	Portugal		1						1	**0,1**
Arcozelo	Portugal	1							1	**0,1**
Astúrias	Espanha				1				1	**0,1**
Damasco	Síria					1			1	**0,1**
Itália	Itália					1			1	**0,1**
Japão	Japão		1						1	**0,1**
Jericó	Terra Santa				1				1	**0,1**
Jordânia	Terra Santa				1				1	**0,1**
Madrid	Espanha					1			1	**0,1**
Não regionalizável	Oriente						1		1	**0,1**
Niceia	Turquia						1		1	**0,1**
Porto	Portugal					1			1	**0,1**
Salamanca	Espanha						1		1	**0,1**
São Paulo	Brasil							1	1	**0,1**
Sevilha	Espanha						1		1	**0,1**
Xavier	Espanha					1			1	**0,1**
Total		**132**	**135**	**98**	**153**	**170**	**183**	**172**	**1.043**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Do total de referências foram os lugares localizados em Itália que reuniram uma percentagem mais significativa (29,9%), sendo que Roma representa 28% do total das referências. Incluímos nesta referência a cidade de Roma, o Vaticano, a Basílica e a Praça de S. Pedro, algumas das Basílicas Papais, a Capela Sistina e o Panteão. Em todas as igrejas objeto de análise, a referência a Roma é destacada, confirmando que, também para a

população em estudo, este território ocupa uma posição cimeira na hierarquia da geografia da Igreja Católica (quadros 148 e 149).

De seguida, o território que reúne cerca de 33,8% das referências é a Terra Santa, onde incluímos as cidades de Jerusalém, de Belém, de Nazaré, da Palestina, de Israel, da Galileia, de Jericó, da Jordânia. Do total destas referências destacamos Jerusalém que, com 15,7% do total das referências, ocupa a segunda posição na hierarquia dos lugares mais importantes do catolicismo. Nesta "Cidade Santa", a população inquirida faz referência ao Monte das Oliveiras, à Igreja do Santo Sepulcro e à Via Dolorosa. Nas outras cidades, a população particularizou lugares emblemáticos e integrados na paisagem urbana, como a Igreja da Natividade em Belém, mas também lugares sagrados integrados na natureza, com ambientes e paisagens distintas, como o Rio Jordão, o Mar da Galileia, o Monte das Tentações e o Monte Carmelo.

A população inquirida identificou ainda lugares bíblicos, como a vila de Caná ou as cidades de Cafarnaúm e de Tiberíade, lugares que remetem para episódios da vida pública de Jesus Cristo.

Fazem parte da geografia bíblica um outro conjunto de lugares sagrados que, apesar de referidos pela população inquirida, não estão agrupados na referência de Terra Santa. Os lugares em causa são Sinai, Corinto, Éfeso, Antioquia, Tessalónica, Niceia e Damasco, que, em conjunto, completam a territorialidade associada à vida pública de Jesus Cristo ou a lugares citados na Bíblia Sagrada, compondo uma geografia muito própria.

Não distante do facto de a população inquirida ser portuguesa, o terceiro lugar de maior importância para a Igreja Católica é Fátima, onde incluímos o Santuário de Fátima, que representa cerca de 14,4% do total das referências nacionais e internacionais.

Pensamos que, também por esta razão, as cidades de Coimbra, de Lisboa, de Braga ou do Porto, entre outras, se encontram na lista dos lugares referidos pela população inquirida, embora com uma percentagem diminuta, entre os 0,9 e os 0,1%.

Para além destes lugares, importa referir que a população inquirida incluiu Santiago de Compostela, em Espanha, e Lourdes, em França, no conjunto dos lugares mais importantes para a Igreja Católica, evidenciando o facto de serem centros de convergência de peregrinos nacionais e estrangeiros.

Da análise dos quadros anteriores verificamos ainda que a população referiu um outro conjunto de lugares como Loyola, Xavier, Assis e Pádua, que, na cronologia da Igreja

Católica, fazem parte de uma história mais recente, simbolizando a origem e as vivências de diferentes movimentos católicos, como a Companhia de Jesus ou os Franciscanos.

Para terminar o nosso inquérito, questionámos os inquiridos se consideram importante conhecer diferentes lugares religiosos, nacionais ou internacionais.

Quadro 150: Percentagem de inquiridos que considera importante conhecer lugares religiosos, nacionais ou internacionais

Igreja	Importante conhecer lugares religiosos			
	Sim	Não	NR	Total
	%			
Igreja de Eiras	81,8	1,8	16,4	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	78,2	10,9	10,9	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	76,4	16,4	7,3	100,0
Igreja da Sé Nova	90,9	7,3	1,8	100,0
Igreja de S. José	94,5	1,8	3,6	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	90,9	3,6	5,5	100,0
Igreja de S. João Batista	85,5	9,1	5,5	100,0
Total	**85,5**	**7,3**	**7,3**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Da leitura do quadro anterior apurámos que, para 85,5% da população inquirida, é importante conhecer lugares sagrados, 7,3% da população tem uma opinião contrária e 7,3% não respondeu a esta questão. A população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo foi a que apresentou uma percentagem mais elevada (16,4%) de população que não considera importante visitar estes lugares. Por oposição, foi a população inquirida nas igrejas de S. José (94,5%), da Sé Nova (90,9%) e de Nossa Senhora de Lurdes (90,9%) que mostrou um maior interesse em conhecer os lugares religiosos (quadro 150).

Quadro 151: Percentagem de inquiridos que apresentaram justificação e percentagem de referências

Igreja	Apresentou justificação		
	Sim	Não	Total
	%		
Igreja de Eiras	88,9	11,1	100,0
Igreja da Rainha Santa Isabel	93,0	7,0	100,0
Igreja de S. Martinho do Bispo	85,7	14,3	100,0
Igreja da Sé Nova	92,0	8,0	100,0
Igreja de S. José	90,4	9,6	100,0
Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	90,0	10,0	100,0
Igreja de S. João Batista	89,4	10,6	100,0
Total	**90,0**	**10,0**	**100,0**

Fonte: inquéritos, 2014

Concluímos ainda que foi a população inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo que apresentou a maior percentagem (14,3%) de população que, embora tenha respondido afirmativamente, não apresentou qualquer tipo de justificação (quadro 151).

Quadro 152: Razões que justificam a importância de conhecer lugares religiosos, nacionais e internacionais

Importância de conhecer lugares sagrados	Igreja								
	Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
	N.º							N.º	%
conhecimento, cultura, religião, Igreja Católica	22	27	18	22	39	29	22	**179**	**39,3**
abertura, descoberta e partilha de novas realidades ou experiências	11	16	9	21	14	12	4	**87**	**19,1**
devoção, fé e espiritualidade	10	10	10	11	7	9	11	**68**	**14,9**
conhecimento dos lugares, da sua história e das suas características	7	3	5	11	9	14	14	**63**	**13,4**
identidade e integração numa comunidade mundial	1	4	3	7	5	10	1	**31**	**6,8**
enriquecimento pessoal	1	1	1	2	1	4	1	**11**	**2,4**
questões mais genéricas	4	2	2	4	2	1	1	**16**	**4,0**
Total N.º	**112**	**126**	**96**	**156**	**154**	**158**	**108**	**455**	**100,0**
%	**24,6**	**27,7**	**21,1**	**34,3**	**33,8**	**34,7**	**23,7**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014

Da análise do quadro anterior verificámos que, do total das referências, foi a população inquirida nas igrejas de Nossa Senhora de Lurdes (34,7%) e da Sé Nova (34,3%) que fundamentou melhor o seu interesse e o conhecimento dos lugares religiosos nacionais ou internacionais, tendo apresentado o maior número de referências (quadro 152).

Para a população que respondeu de forma afirmativa, solicitamos ainda que identificassem até três razões que justificam o seu interesse, que agrupámos por tipologias de respostas.

A partir da leitura do quadro anterior, verificamos que o conhecimento dos lugares sagrados permite à população inquirida alcançar um saber mais amplo da cultura, da história da religião ou da Igreja Católica enquanto instituição. Esta justificação agregou cerca de 39,3% do total das referências, tendo sido referida em todas as igrejas em estudo. Os inquiridos justificaram que o conhecimento dos lugares religiosos permite entender melhor a igreja à qual pertencem, particularizando, em algumas situações, a Igreja Católica. Permite compreender melhor o mundo que os rodeia, analisando os acontecimentos passados e projetando os futuros. Permite compreender as relações entre as civilizações, entre os "nossos antepassados" e entre as diferentes religiões.

Neste contexto, consideramos que a população inquirida tem presente que é no espaço que a história dos diversos grupos religiosos se desenvolve e distingue, permitindo absorver estas diferenças e as particularidades de cada grupo e de cada um dos seus membros.

Ponderamos também que a mobilidade e o contacto dos lugares sagrados permitem à população inquirida abrir horizontes, conhecer novos lugares, novas culturas e outras religiões, tendo reunido cerca de 19,1% das referências totais. Ou seja, a população reconhece a abertura ou a mudança de mentalidade ao "conhecer diferentes posturas, perspetivas, atitudes e comportamentos", "conhecer as diferentes formas de sentir a religião", "conhecer a cultura religiosa de outros países", "conhecer diferentes formas de Deus se fazer presente" ou "saber como os outros vivem a sua fé". Entendemos que esta abertura se traduz na participação em diferentes práticas ou vivências religiosas e na sociabilização e na partilha dos mesmos ou de diferentes rituais. A população inquirida referiu que o conhecimento de lugares sagrados possibilita "conhecer pessoas", a "troca de experiências e saberes" e a "partilha de emoções".

A experiência mais alargada da realidade permitiu, a um conjunto de inquiridos, referir que o conhecimento dos lugares religiosos é importante para a perceção do caráter internacional ou universal da religião. Os inquiridos revelam que o conhecimento geográfico favorece a sua integração numa comunidade mundial e que esta integração permite criar laços ou reforçar o sentido de pertença e de identidade.

Alguns inquiridos referem que "compreendo que a igreja é universal", "consigo perceber que os católicos são muitos", "compreendo o cárater universal da mensagem de Deus", "sinto-me integrado numa comunidade mundial", "é importante para me sentir

integrado numa comunidade no tempo e no espaço", "crio laços" e "reforço o meu sentido de pertença". Este conjunto de justificações representa 6,8% do total das referências.

Acresce também que cerca de 14,9% das referências associam o conhecimento dos lugares sagrados ao percurso religioso do inquirido, aumentando ou fortalecendo a sua fé e enriquecendo o seu campo espiritual. A população inquirida entra num mundo mais pessoal, íntimo e intimista. É um mundo das suas crenças, dos seus valores, da sua fé ou da sua devoção. Ao conhecer os lugares religiosos, a população inquirida sente que comunga com os elementos do sagrado, com o próprio Criador ou com Deus e é esta materialização espacial que permite reforçar as suas crenças ou a fé na Igreja Católica. Do total de referências destacamos os inquiridos que justificaram as suas respostas afirmando que o conhecimento dos lugares sagrados permite "aprofundar a fé", "crescer na fé", "aproximarem e identificar-me com a minha fé", "consolidar a minha fé e aquilo em que acredito" e "ajuda a ter ainda mais fé".

Cerca de 13,4% das referências particularizam o espaço, os lugares e o território. A população inquirida refere que é importante conhecer a história de cada lugar sagrado, em particular dos lugares que fazem parte da própria história da Igreja. O conhecimento dos lugares religiosos permite reconhecer outros lugares de oração ou de culto ou lugares onde é possível a aproximação com Deus. São lugares procurados pela sua beleza ou arquitetura, mas também pelo sentido ou pelo simbolismo que incorporam.

Na designação de "questões mais genéricas", agregámos as respostas como "conhecer lugares religiosos tem muito interesse", "é importante conhecer lugares religiosos", "é importante para a vida" ou "pela motivação que pode criar".

Em suma, consideramos que, para a população inquirida, há um interesse acrescido em contactar com os lugares sagrados, reconhecendo que estes são a presença material dos elementos sagrados e transcendentes. Este conhecimento permite descobrir e presenciar como os outros vivem a sua fé, unindo-se na partilha e na experiência de diferentes práticas e sensações espirituais ou religiosas. A população reconhece e identifica-se com os lugares e, para além de densificar a sua territorialidade religiosa, cresce em conhecimentos, cultura e história.

4.2.5. Análise sumária do estudo de caso

O estudo empírico que realizámos permitiu-nos aferir que as práticas e as experiências católicas facilitam a apropriação efetiva e afetiva do território, em particular o religioso.

Concluímos que o conhecimento, onde incluímos a relação dos indivíduos com os lugares sagrados, locais e globais, depende de um conjunto de fatores dos quais destacamos a identidade, o perfil socioeconómico e o estilo de vida da população, mas também o percurso e as vivências religiosas, passadas ou presentes, que integram os indivíduos na sua comunidade de pertença. São condicionantes que determinam e distinguem as relações sociais e a apropriação dos diferentes lugares.

Há, portanto, múltiplas leituras do território e territorialidades que se distinguem pelas diferentes escalas, apropriações, produções e interações. Refletimos, a partir do nosso estudo de caso, algumas destas desigualdades.

Da análise dos resultados apurados na primeira parte do inquérito, relativa aos lugares sagrados que a população inquirida frequenta e aos lugares que considera relevantes em Coimbra, concluímos que existem diferentes perceções, interações e relações entre os inquiridos e os lugares.

O ponto de partida para entender esta diferença é precisamente ponderar o contexto e as circunstâncias de cada grupo de inquiridos. Na análise sociodemográfica que antecede o tratamento estatístico dos inquéritos, procurámos descrever alguns dos indicadores sociais e culturais que caracterizam a população do concelho de Coimbra, consoante a tipologia de freguesia (urbana, moderadamente urbana e rural). Desta análise concluímos que a cidade é fragmentada e existe uma heterogeneidade de perfil socioeconómico e cultural, mas também religioso, da população residente. Esta diversidade foi, posteriormente, comprovada com a análise do perfil da população inquirida. Ou seja, o ponto de partida é de facto, a existência de grupos heterogéneos, com identidades e características muito particulares, com diferentes perfis socioeconómicos e vivências sociais.

Neste ponto recorremos a Frémont um dos autores referidos nos capítulos iniciais desta tese e que identificou algumas condicionantes como a idade, o género e as situações

sociais que interferem no comportamento psicológico em relação ao espaço vivido (Frémont, 1980:109).

A partir desta abordagem decorre o que consideramos ser, também, um dos fatores basilares na análise da expressão da territorialidade religiosa da população inquirida. Ou seja, a existência de um outro conjunto de fatores que condiciona a forma como cada um define o seu território e expressa a sua territorialidade e que está subjacente à maneira como se vivem as crenças, a fé e os valores, individualmente ou em comunidade. Estes contextos emocionais, por sua vez, implicam uma relação ou uma apropriação dos lugares sagrados de uma forma diferenciada. Em muitas circunstâncias é difícil interpretar esta relação, até porque, tem implícitos fatores subjetivos, místicos ou transcendentes, que caracterizam e que identificam os elementos do sagrado. Ou seja, a geografia simbólica/geossimbólica tem uma componente de grupo/comunidade de pertença, mas é também uma construção individual.

Consideramos que a integração e a identificação com as igrejas que os inquiridos frequentam está, em algumas situações, muito para além das questões geográficas, onde incluímos a localização dos lugares de culto, a distância em relação ao local de residência ou de trabalho ou mesmo as condições de acessibilidade. Existem outros fatores de união entre os inquiridos e os lugares que se situam numa esfera mais pessoal e que refletem o compromisso, a intimidade e a intensidade emocional entre a população e os lugares sagrados. Estes fatores vão desde o conhecimento e a relação que têm com o sacerdote que celebra a eucaristia ou com as pessoas que pertencem à mesma comunidade, ao tipo de celebrações e às sensações e emoções que os lugares transmitem, destacando-se o sentimento de bem-estar, de segurança, de conforto e de paz interior. Ocorre uma relação afetiva e emotiva entre os lugares e os inquiridos e, neste contexto, alcançamos o que Tuan (1980) definiu como "Topofilia" mas também o que Bonnemaison (1981) definiu como "geossímbolo".

Esta leitura do território, mais centrada na interpretação das sensações dos indivíduos foi florescente na nova geografia cultural, com destaque para as correntes existencialistas. Em particular na geografia humanista que recorreu à fenomenologia, à psicanálise e à psicologia para interpretar o mundo das emoções e do espaço vivido, mas também na geografia cultural apoiada no materialismo histórico e dialético que procurou analisar o mundo dos símbolos e dos significados. Nomes como Yi-Fu Tuan e Armand Frémont ou James Duncan, Denis Cosgrove e Peter Jackson são referências que

expusemos no primeiro e segundo capítulos desta tese. Estes autores permitiram enquadrar o nosso estudo, numa geografia cultural e numa geografia da religião que defendem uma análise qualitativa do espaço vivido do quotidiano, dos modos de vida e dos lugares sagrados de pertença dos inquiridos, mas também das paisagens pós-representacionais que estão associadas à cidade de Coimbra. Nestas paisagens estão incluídas, em simultâneo, as referências materiais como também as imateriais associadas às práticas e às experiências religiosas.

Notámos também que ao sentimento do sagrado se associa uma experiência religiosa. A população inquirida une-se de forma ímpar aos lugares onde realizou o seu percurso religioso, em particular às igrejas onde participou nas cerimónias ou nos rituais católicos mais importantes. Estes lugares mantêm-se centrais nas vivências e nas práticas religiosas, acompanhando os inquiridos ao longo do seu percurso de vida. São pontos de referência, memória, confiança, segurança e refúgio. São lugares de identidade, são familiares e estão situados na esfera do privado que, por estas características inerentes, dificilmente perdem a sua importância ou desencadeiam um processo de desterritorialização social, em que os indivíduos perdem os seus laços ou as suas referências territoriais.

Estes processos dinâmicos de produção do território ou de territorialização e desterritorialização foram essenciais para a sistematização da geografia pós-moderna, com destaque para autores como Lefebvre (1974), Raffestin (1984), Sack (1986), Haesbaert (2004a) ou Saquet (2011), entre outros. Aliás, conjugando os ensinamentos destes autores com o que apurámos na nossa análise empírica, concluímos que Coimbra é desenhada por uma geografia de ambiguidades e descontinuidades ou, pelo menos, de uma geografia dinâmica e fluida, composta por múltiplas leituras, múltiplos lugares sagrados de pertença e de identidade. Identificamos uma geometria variável, composta por territorialidades flexíveis. Esta variabilidade e multiplicidade valoriza o próprio conceito de lugar sagrado, reforçando o seu poder e dando conta da importância na organização da vida quotidiana das pessoas.

Constatámos que há inquiridos cujo espaço vivido quotidiano, incluindo a sua vivência religiosa, está circunscrito a uma área restrita da cidade. A população continua a atribuir importância à paróquia ou à igreja que se localiza na sua área de residência, movimentando-se muito pouco para além deste limite administrativo (freguesia) e

eclesiástico (paróquia). No entanto, verificámos que há inquiridos cuja territorialidade se encontra mais distendida no espaço, usando um número mais significativo de lugares de culto, situados para além da sua área de residência. Subsiste a apropriação e o consumo de lugares dispersos na cidade, mas também de lugares para além do limite urbano.

Registámos diferentes mobilidades, fluxos e territorialidades consoante o grupo de inquiridos onde realizámos os inquéritos. Ou seja, a população inquirida não se movimenta na cidade da mesma maneira e não tem a mesma perceção dos espaços da cidade. Surgem diferentes relações de pertença com os lugares de culto, resultando numa hierarquia de centralidades dos lugares sagrados de Coimbra.

Comparando os resultados apurados em cada uma das igrejas em estudo, constatámos que os inquiridos nas igrejas de S. Martinho do Bispo e de Eiras, por exemplo, apresentam uma relação forte com os seus lugares de culto ou com a comunidade local onde estão inseridos. Isto porque frequentam, de forma preferencial e há muitos anos, estas igrejas localizadas na sua freguesia de residência, tornando os lugares e a própria comunidade um ponto de referência na sua vida quotidiana. Face a esta premissa concluímos que estamos perante uma comunidade onde existem laços interpessoais muito fortes, reflexo de uma relação íntima e intensa entre os inquiridos e a sua comunidade, mas também entre os inquiridos e os lugares sagrados de pertença. Esta descrição dos laços interpessoais fortes foi descrita por autores como Granovetter (1973) que indicámos no capítulo introdutório.

São comunidades estáveis e enraizadas no espaço, que residem há muitos anos no mesmo local que frequentam, desde a juventude, os respetivos lugares sagrados. Nestas igrejas, realizaram muitos dos sacramentos mais importantes para o seu percurso religioso, como o batismo ou o casamento, e mantêm, até à atualidade, uma presença assídua na missa dominical, para além de fazerem parte de diferentes grupos da igreja/paróquia. Há uma história de vida que se cruza com o trajeto religioso que os inquiridos têm realizado. Os lugares sagrados são parte integrante deste cruzamento vivencial e, nesta medida, possuem uma intensidade emocional e representam uma intimidade e o compromisso dos crentes inquiridos com os lugares.

É um grupo mais envelhecido e empobrecido, que apresenta algumas fragilidades tanto ao nível das habilitações literárias como dos seus rendimentos. A população reside em freguesias cujo desenvolvimento urbano é mais recente, apresentando uma paisagem menos verticalizada e com traços de ruralidade. Estão geograficamente mais distantes do

centro urbano e das áreas urbanas da cidade mais consolidadas e dinâmicas social, cultural e economicamente, como acontece na freguesia de Santo António dos Olivais, por exemplo.

Acrescentamos que as suas práticas e as suas vivências religiosas são mais convencionais, conservadoras e individualistas, reflexo da diminuição das sociabilidades e das relações físicas, no sentido de isolamento ou refúgio. Trata-se de uma população onde ocorreram algumas ruturas no que diz respeito à presença e à perceção do espaço vivido. Esta realidade estará, em parte, associada ao envelhecimento, à viuvez, à estagnação ou à pouca abertura a outras comunidades e a outras experiências ou lugares de culto. A população, em particular a que inquirimos em S. Martinho do Bispo, escolhe rezar e assistir à missa em lugares sagrados convencionais ou comuns, como as igrejas ou capelas, não referindo outra tipologia de espaços, como os jardins, por exemplo. A população prefere rezar sozinha e, por isso, demonstra algum isolamento no encontro com Deus. Para alguns inquiridos, é a sua própria casa ou o seu quarto o lugar sagrado de referência.

Esta análise permitiu-nos aplicar as ideias de Stump (2008) sobre a territorialidade religiosa e concluir que a população inquirida nas igrejas de S. Martinho do Bispo e de Eiras tem uma territorialidade mais centrada na escala interna ou local do que na escala externa. Isto significa que a população inquirida nestes lugares, que frequenta a igreja que se localiza na sua área de residência, tem uma territorialidade religiosa menos complexa e densa do que a população que consome diferentes lugares situados em várias freguesias de Coimbra. Há um menor consumo de lugares sagrados, uma menor mobilidade e um menor número de fluxos, condicionando o conhecimento que a população inquirida tem do território. Atente-se novamente no caso da população de S. Martinho do Bispo, que frequenta apenas igrejas integradas no perímetro urbano da cidade, em particular nas freguesias que integram o centro histórico, como Santa Cruz, S. Bartolomeu e Sé Nova. Os fluxos que registámos têm uma direção linear, direta e muito específica, havendo um vazio na maioria das freguesias do concelho e da cidade de Coimbra. A população movimenta-se apenas numa parte da cidade e, por esta razão tem uma leitura diferenciada do espaço sagrado mas também do espaço secular.

No nosso entender, a conjugação do perfil socioeconómico e a territorialidade que definimos para a população que frequenta as igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo dificulta a representação e a perceção que os inquiridos têm da própria cidade. Foi a

população que identificou o menor número de lugares religiosos relevantes em Coimbra e o menor número de atividades ou episódios religiosos que estão associados a esta cidade. Para este grupo de inquiridos, a paisagem imaterial está circunscrita à Rainha Santa Isabel, onde se inclui a sua vida, o milagre das rosas, as festas e a procissão que se realiza em sua honra. Ou seja, a população revela um desconhecimento em relação a outros acontecimentos religiosos e de figuras históricas ou personalidades religiosas que estão associados à história da Igreja Católica na cidade, como Santo António ou a Irmã Lúcia, por exemplo. A população refere uma realidade que lhe está próxima, tanto afetiva como espacialmente, reflexo, de um maior confinamento e menor cosmopolitismo.

Em contraste, apurámos que a população inquirida nas restantes igrejas em estudo tem uma leitura diferente do território. A representação e a perceção da cidade resulta de uma territorialidade estruturada não num único lugar ou num número reduzido de lugares de culto, mas na apropriação e no consumo de diferentes lugares sagrados, com diferentes contextos, dimensões e escalas. A territorialidade é densa, complexa e sustentada no movimento, nos fluxos e em múltiplas direções, permitindo aplicar o termo de "multiterritorialidade" analisado por Haesbaert (2004a), mas também o de "identidade topoligâmica" atribuído a Ulrich Beck (1999).

No caso da população inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel, concluímos que a sua posição geográfica, a proximidade física ao centro histórico e a acessibilidade às restantes áreas urbanas da cidade facilitam o uso de diferentes lugares de culto. Aqui, a mobilidade e o conhecimento da cidade são mais abrangentes. O facto de a Igreja da Rainha Santa Isabel estar situada num ponto mais alto da cidade e voltada para uma das áreas mais antigas e históricas de Coimbra permite que a população tenha uma leitura ou uma imagem mais ampla do território ou, pelo menos, desta área específica.

Vejamos que muitos dos lugares sagrados da cidade, alguns dos quais com um peso histórico e patrimonial a nível nacional, como as igrejas da Sé Velha e da Sé Nova, são visíveis a partir do miradouro da Igreja da Rainha Santa Isabel. Neste sentido, até pela paisagem visível, a população está próxima e tem contacto visual com um conjunto de lugares sagrados. Daqui depreendemos também que, apesar da mobilidade e da difusão dos fluxos, há uma importância acrescida com a dimensão local na relação dos indivíduos com os lugares, com os territórios, com as paisagens.

A maioria da população inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel frequenta outras igrejas ou capelas e assiste à missa dominical em lugares de culto situados na sua freguesia de residência, na margem esquerda ou na direita do rio Mondego e dentro ou fora do perímetro urbano de Coimbra. A população inquirida indicou as igrejas de Santa Cruz, da Sé Nova, de S. Bartolomeu, de S. Martinho do Bispo, de S. José, de S. Paulo de Frades, de Taveiro e do Ameal e, ainda, as capelas da Mesura, da Cruz dos Morouços e do Brinca, entre outras. Isto significa que a população, com o objetivo de participar na missa movimenta-se pela cidade, contactando com diferentes áreas e paisagens urbanas. Esta mobilidade e a dispersão dos fluxos permitem atribuir à população inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel uma multiterritorialidade mais complexa, no sentido de uma articulação de diferentes lugares, do que aquela que descrevemos para os inquiridos nas igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo.

Assim, a população da Igreja da Rainha Santa Isabel identifica-se e tem uma relação de pertença com um número mais expressivo de lugares sagrados. Tem uma identidade topoligâmica e um saber mais amplo da paisagem material e imaterial da cidade. Veja-se que a população inquirida nesta igreja referiu mais atividades e episódios religiosos associados a Coimbra do que a população das igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo e foi também o grupo de inquiridos que identificou o maior número de lugares religiosos relevantes em Coimbra.

Esta diferença em relação às outras duas igrejas está centrada na condicionante geográfica, mas também no perfil socioeconómico que a população apresenta. Notamos que as diferenças estão, sobretudo, no facto de a população ser mais jovem e possuir habilitações literárias e rendimentos superiores, mostrando-se mais dinâmica, mais aberta a novas experiências e com maior capacidade de mobilidade. Há uma diferença substancial na estrutura profissional, uma vez que registámos uma percentagem mais elevada de população ativa e uma menor percentagem de reformados. O tipo de profissão é coincidente com rendimentos superiores aos que apurámos nas igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo, fatores que suscitam um maior interesse e uma maior motivação em procurar outros lugares, outras comunidades, outros ambientes sagrados e outras formas de celebrar a eucaristia.

Face a estas características, percebemos que a população que frequenta a Igreja da Rainha Santa Isabel está próxima da realidade socioeconómica e profissional que

caracteriza a população inquirida nas igrejas da Sé Nova, de S. José, de Nossa Senhora de Lurdes e de S. João Batista.

O perfil que definimos para a população que frequenta estas igrejas, não obstante existirem algumas discrepâncias, resume-se na elevada percentagem de população adulta, feminina, nalguns casos com nacionalidade estrangeira ou natural de outros concelhos portugueses. No que diz respeito ao estado civil, sobressai a população casada, embora tenhamos registado uma percentagem elevada de população solteira. São as famílias simples, constituídas por mulher, marido e filhos, que prevalecem; no entanto, alguns inquiridos fazem parte de agregados monoparentais. Profissionalmente, grande parte dos inquiridos exerce cargos de dirigentes, de gestores ou de especialistas de atividades intelectuais ou científicas. Os rendimentos mensais são superiores, sendo elevada a percentagem de população que aufere até 3.000 euros mensais.

Acresce que, para além de um perfil e de um estilo de vida distintos, a população reside há menos anos na sua atual residência e frequenta outras igrejas que se localizam para além da sua área de residência. Assim, com exceção da população inquirida nas igrejas de S. José e de S. João Batista, a grande maioria dos inquiridos não reside na freguesia onde se situa a igreja que frequenta, implicando um movimento distinto no seu espaço de vida quotidiano. Pensamos que há um menor enraizamento na paróquia ou na igreja da sua área de residência.

Verificámos também que a maior parte da população inquirida se desloca a outros lugares de culto da cidade para assistir à eucaristia. Em particular a população inquirida nas igrejas da Sé Nova e de Nossa Senhora de Lurdes frequenta outras igrejas ou capelas situadas dentro ou fora do concelho de Coimbra. De forma preferencial, as igrejas encontram-se localizadas na margem direita do rio Mondego e circunscritas às freguesias de Santo António dos Olivais ou às freguesias correspondentes ao centro histórico da cidade. Neste contexto, a mobilidade e os fluxos têm uma direção definida, sendo evidente a pouca dispersão no território urbano e concelhio, à semelhança do que apurámos nas igrejas de Eiras e de S. Martinho do Bispo.

No conjunto, consideramos que estes fatores facilitam uma maior mobilidade, um maior conhecimento do território e um maior interesse ou uma maior motivação em participar em missas celebradas em diferentes lugares. Não havendo lugar a uma só fidelização, a população inquirida estabelece diferentes laços de pertença, construindo uma territorialidade topoligâmica, a partir da qual constrói diferentes olhares sobre a

cidade, sobre os espaços seculares ou sagrados. Existe uma outra forma de estar em comunidade, uma integração em múltiplos lugares, procurando em cada um deles uma maneira distinta de aproximação com os elementos sagrados. Pensamos existir uma relação multiescalar e com múltiplas determinações.

Tendo em conta o número de referências, foi a população inquirida nas igrejas de S. José, da Sé Nova, de S. João Batista e de Nossa Senhora de Lurdes que identificou o maior número de lugares religiosos relevantes e de atividades e episódios religiosos associados a Coimbra. Parece-nos existir aqui uma leitura mais completa e contextualizada da cidade. Para este grupo de inquiridos, a cidade é representada e percecionada através de lugares sagrados que não foram referidos pelos outros grupos de inquiridos, como o Paço Episcopal, a Cáritas Diocesana ou o Centro de Acolhimento João Paulo II, por exemplo, ou ainda por atividades ou episódios religiosos, como as festas em honra de Nossa Senhora da Conceição, a Procissão do Domingo de Ramos, as festas de S. João Batista, as peregrinações a Fátima, a visita do Papa João Paulo II a Coimbra ou a chegada das Relíquias dos Mártires de Marrocos ao Mosteiro de Santa Cruz. Estas referências demonstram um enraizamento, um envolvimento e um conhecimento dos espaços, da história, das tradições, dos rituais ou dos episódios religiosos que ocorreram no passado ou que continuam a marcar, na atualidade, as vivências religiosas na cidade.

A partir desta leitura, aferimos que existe uma hierarquia de centralidade dos lugares religiosos no espaço urbano de Coimbra. Identificámos quais os lugares que atraem mais população e quais os motivos que justificam as escolhas dos inquiridos.

A Igreja de S. José ocupa a posição cimeira na hierarquia dos lugares sagrados em Coimbra, refletindo uma maior capacidade de atração e de centralização dos fluxos. Esta posição é atribuída, na sua grande maioria, pela população que frequenta as igrejas localizadas nas freguesias urbanas de Santo António dos Olivais e da Sé Nova. A Igreja de Santa Cruz, por sua vez, ocupa a segunda posição hierárquica, representando também uma força centrípeta na agregação da população católica de Coimbra. No entanto, este papel central é apenas reconhecido pelos inquiridos que frequentam as igrejas de Eiras, de S. Martinho do Bispo e da Rainha Santa Isabel. Na cidade, parece haver duas hierarquias distintas, que não são funcionais mas que representam uma ordenação das igrejas consoante a população que as frequenta.

Assim, a população inquirida nas igrejas da Sé Nova, de Nossa Senhora de Lurdes e de S. João Batista frequenta, de forma preferencial, os lugares sagrados que estão

espacialmente mais próximos e integrados na cidade, como as igrejas de S. José, da Sé Nova, dos Franciscanos, de Santo António dos Olivais e de Nossa Senhora de Lurdes ou o Centro Universitário Manuel da Nóbrega, entre outros. Ao invés, a população inquirida nas igrejas de Eiras, de S. Martinho do Bispo e da Rainha Santa Isabel frequenta, de forma preferencial, as igrejas de Santa Cruz, de S. José, da Rainha Santa Isabel, de S. Bartolomeu, dos Franciscanos, da Graça e de S. Martinho do Bispo.

Tendo em conta a origem dos inquiridos, há diferentes hierarquias de centralidade, sugerindo, mais uma vez, a existência de diferentes centralidades, de forças centrípetas e de distintas formas de usar e de sentir o espaço urbano. A cidade de Coimbra surge, neste contexto, como uma cidade híbrida, fragmentada e com descontinuidades.

Também a partir desta análise concluímos que a escolha dos lugares sagrados está hoje mais centrada em fatores subjetivos e íntimos do que em fatores associados à localização ou à acessibilidade. Isto porque, no caso da população que frequenta as igrejas da Sé Nova ou de Nossa Senhora de Lurdes, por exemplo, a justificação para a escolha dos lugares de culto é a afinidade com o pároco que celebra a eucaristia, incluindo o movimento religioso ao qual pertencem, mas também o sentido de família, de comunidade e de identidade com um determinado grupo paroquial, como os escuteiros ou a Companhia de Jesus. Criam-se laços fortes de união e de partilha comum. Observámos que a paz interior, a tranquilidade, o silêncio, o conforto e o bem-estar são fatores que determinam a escolha dos lugares sagrados e justificam a mobilidade dos inquiridos, mais até, do que respetiva localização. Neste ponto foi possível confrontar as características dos lugares sagrados descritas pela população inquirida com o que apresentámos no segundo capítulo desta tese, em particular com os ensinamentos de Otto (2005), Durkheim (2002), Eliade (1992) ou mesmo Tuan (1979).

Em síntese, existem diferenças significativas no que diz respeito à expressão territorial da população inquirida, uma vez que concluímos que os inquiridos nas igrejas de S. Martinho do Bispo e de Eiras têm uma vivência espacial e uma territorialidade diferente dos inquiridos das restantes igrejas em estudo. Estas discrepâncias são explicadas pela condicionante geográfica, mas também por outros fatores relativos ao perfil socioeconómico que traçámos e que justificam uma outra forma de estar em comunidade e de viver as experiências religiosas.

Nestas circunstâncias apesar de estarmos perante um grupo aparentemente homogéneo (população católica praticante) há divergência na maneira como a população inquirida usa e perceciona o espaço, os lugares, o território e as paisagens de Coimbra. São estas particularidades que a geografia cultural pós-moderna procura estudar e que procurámos destacar neste trabalho empírico.

Esta análise, relativa à primeira parte do inquérito, permitiu responder às questões iniciais a que nos propusemos. Quais são os lugares sagrados da cidade de Coimbra? Qual o espaço religioso vivido da população católica de Coimbra? Quais as práticas e vivências religiosas em Coimbra e como se usa e se consome o espaço urbano? Qual a territorialidade religiosa da população católica de Coimbra? Qual a hierarquia de lugares sagrados em Coimbra?

Numa segunda parte, averiguámos qual a relação e a perceção que a população inquirida tem dos territórios sagrados nacionais e internacionais e, neste contexto, se mantêm as mesmas discrepâncias consoante o grupo de inquiridos. Tendo presente a leitura individualizada das igrejas em estudo, procurámos conhecer os movimentos e a hierarquia de centralidades dos lugares fora do território nacional e mostrar a territorialidade da própria Igreja Católica.

Pretendemos saber quais os lugares sagrados nacionais onde a população inquirida já esteve. Observámos que, à semelhança do que verificámos a nível concelhio, foi a população inquirida nas igrejas mais distantes do centro urbano e com um perfil socioeconómico mais empobrecido a que identificou o menor número de lugares. Os inquiridos na Igreja de S. Martinho do Bispo estiveram num número reduzido de lugares sagrados, na sua grande maioria localizados nas regiões Norte e Centro de Portugal. Para este grupo de inquiridos o Santuário de Fátima, em Ourém, e o Santuário do Bom Jesus, em Braga, foram os lugares sagrados mais referenciados. Pensamos que existe uma leitura incompleta do território nacional, uma vez que foi referido um número muito restrito de lugares situados nas outras regiões portuguesas.

Ao invés, concluímos que a população que frequenta as igrejas situadas no centro urbano, com um perfil socioeconómico distinto, esteve num número superior de lugares sagrados, mostrando uma maior mobilidade, uma maior motivação e um maior interesse em conhecer lugares sagrados ou santos. A população inquirida nas igrejas da Sé Nova e de S. José, por exemplo, referiu lugares localizados em muitos concelhos portugueses,

dispersos em todas as regiões portuguesas, com exceção da Região Autónoma dos Açores onde não foi identificado nenhum lugar sagrado. Muito embora o Santuário de Fátima e os Santuários de Nossa Senhora do Sameiro e do Bom Jesus de Braga sejam também os lugares mais referidos, notamos que a população é inovadora na sua relação com os lugares sagrados no território nacional. A população referiu que já esteve no Santuário Mariano do Pranto de Dornes, em Ferreira do Zêzere, na Igreja de Santa Maria, na Guarda, no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Peniche, no Santuário da Nossa Senhora Aparecida, em Lousada, no Jesus de Cidai, na Trofa, na Basílica dos Mártires, em Lisboa, na Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Beja, e na Igreja Matriz de Silves.

Significa que os inquiridos nas igrejas da Sé Nova, de S. José, de Nossa Senhora de Lurdes e de S. João Batista já estiveram num conjunto mais diverso de lugares sagrados de âmbito nacional, revelando um maior conhecimento do território, uma maior mobilidade e uma difusão dos fluxos espaciais. Acresce que este grupo de inquiridos referiu lugares sagrados de diferentes tipologias como santuários, igrejas, capelas, mosteiros, conventos, montes e ermidas, fortes ou percursos religiosos, muitos dos quais enquadrados na tipologia de lugares sagrados definida por Stoddard (1979/1980) e que exposemos no segundo capítulo.

Neste contexto, para além de uma territorialidade religiosa extensiva a todo o território nacional, a população possui uma territorialidade complexa e diversificada, mostrando conhecer uma geografia que está para além do que é convencional ou do que é oficialmente considerado como lugares sagrados, como Lilly Kong (2010) apresentou nos seus trabalhos e que abordámos no segundo capítulo deste trabalho.

Misturam-se diferentes escalas, tempos e determinações, permitindo, até certo ponto, definir e enquadrar os lugares sagrados do quotidiano. Para Cravidão (2011:39), *"o ser humano que conhece outros lugares, quando regressa faz uma diferente leitura do seu próprio lugar. Os seus olhos estão "modificados". Modifica-se o seu "ser" e por via disso o "estar". Altera-se o "olhar" e vê de outro modo o seu lugar"*. Significa isto que a multiterritorialidade e a multiescalaridade permitem à população ter um conhecimento mais alargado do território, misturando diferentes realidades e ponderando sempre outros lugares que, por sua vez, vão densificando e definindo a sua identidade territorial como híbrida, dinâmica e inacabada. Estas observações são, aliás, concordantes com o que Hall (2005) apresentou sobre a identidade cultural na pós-modernidade.

Face ao uso diferenciado do território, apurámos existir uma hierarquia de centralidades dos lugares sagrados nacionais. O Santuário de Fátima polariza o número mais significativo de fluxos, representando o lugar sagrado que reúne o maior número de referências em todos os grupos de população inquirida. Neste sentido, Fátima representa, no contexto nacional, o conceito de hieropólis ou de cidade-santuário descrita por Rosendahl (1999).

Sucede-se o concelho de Braga, mostrando o peso eclesiástico e o simbolismo que tem a própria Igreja Católica neste território e, de seguida, o concelho de Lisboa, também centralizador de fluxos espaciais. No caso de Lisboa, não será alheio o facto de ser a maior cidade portuguesa e a capital do país, representando um dos principais pontos de atração turística a nível nacional. E, no caso de Ourém e de Braga, consideramos que são concelhos que se destacam também no setor turístico, em particular no âmbito do *touring cultural*. Em termos estatísticos, evidenciam um volume de alojamentos turísticos e um volume de dormidas, próximos da realidade de alguns concelhos algarvios que priorizam o setor turístico a nível nacional.

Notámos também que a população mencionou outros lugares sagrados onde já esteve e que não correspondem a centros religiosos de afluência de peregrinos ou de crentes do catolicismo. Nalgumas situações, são pontos turísticos de interesse nacional e classificados pela UNESCO como Património da Humanidade. Veja-se o caso do Mosteiro de Alcobaça, do Mosteiro da Batalha, do Convento de Cristo e do Mosteiro dos Jerónimos, todos incluídos na Rota dos Mosteiros Património da Humanidade.

Para além deste património a população referiu outros lugares, que têm, de forma semelhante, um interesse acrescido, pois representam a hierarquia e a territorialidade da própria Igreja Católica. Foram indicadas as Sé Catedrais da maioria das dioceses portuguesas, como Coimbra, Viseu, Guarda, Braga, Porto, Lisboa, Évora e Beja, e ainda um conjunto de igrejas portuguesas emblemáticas, como o Convento de Mafra, a Cartuxa de Évora, o Convento dos Capuchos, a Basílica da Estrela, o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, entre outros.

Esta análise permitiu completar o nosso estudo da territorialidade religiosa da população inquirida, acrescentando uma rede de lugares sagrados nacionais onde os inquiridos já estiveram e com os quais se identificam. Permitiu constatar os movimentos da população, a difusão e a direção dos fluxos no território nacional.

Na última parte do nosso inquérito, optámos também por analisar os lugares sagrados internacionais onde os inquiridos já estiveram e, portanto, estão para além das relações quotidianas e do território nacional. A leitura destes resultados comprova, em parte, o que havíamos concluído. Reconhecemos leituras diferenciadas do território e distintas mobilidades consoante o grupo da população inquirida.

Em comparação, os inquiridos nas igrejas de Eiras, de S. Martinho do Bispo e da Rainha Santa Isabel estiveram num número mais reduzido de lugares sagrados no estrangeiro. Na Igreja de S. Martinho do Bispo, por exemplo, a maioria da população inquirida não respondeu a esta questão e, no caso de ter respondido, verificámos que os lugares indicados estão, sobretudo, localizados em países europeus como Espanha, França e Itália.

Situação inversa registámos na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, onde quase a totalidade dos inquiridos referiu lugares sagrados internacionais, localizados em vários países europeus com alguma proximidade geográfica, como Espanha, França e Itália, mas também em países mais distantes como o Brasil, o México, a Rússia, a Índia, a Tailândia, o Cambodja e a Turquia. A população referiu ainda lugares bíblicos, localizados no território da Terra Santa, com particular destaque para a Cidade Santa de Jerusalém, para Nazaré ou para Belém. A população inquirida nesta igreja, à semelhança do que verificámos junto dos inquiridos que frequentam as igrejas da Sé Nova, de S. José e de S. João Batista, mostrou conhecer a territorialidade da Igreja Católica, mas também de outros grupos religiosos.

Verificámos ainda que, enquanto que a população de Eiras, de S. Martinho do Bispo e da Rainha Santa, já esteve em lugares mais comuns e convencionais associados à Igreja Católica, como Santiago de Compostela, Lourdes ou Roma, a população das restantes igrejas identificou outros países, diferentes tipologias de lugares sagrados, com diferentes ambientes e distintas características físicas, mas também lugares que estão associados a várias ordens católicas ou mesmo a outras religiões. Esta discrepância entre os dois grupos de inquiridos não será alheia ao facto de a visita aos lugares sagrados no estrangeiro implicar, muitas vezes, uma motivação e uma abertura ao desconhecido, pelo que é novo ou pelo "outro". Num espírito de aventura ou de missão e de compromisso, a população procura os lugares com os quais se identifica mas também os lugares que permitem contextualizar-se no mundo. Para além destes fatores, a deslocação ao

estrangeiro implica também o conhecimento de línguas e uma capacidade económica que, conforme constatámos, nem todos os grupos de inquiridos possuem.

Neste ponto gostaríamos de regressar às ideias de Massey (1994) sobre as desigualdades no acesso aos lugares, neste caso, aos lugares sagrados. Efetivamente, o acesso ao território não é igual para todos os grupos e está e vantagem quem possuiu os meios técnico-informacionais necessários para controlar e apropriar o território nas suas diferentes dimensões. Esta diferenciação está, neste sentido, patente nos diferentes grupos de inquiridos que analisámos, sendo visível que há grupos mais privilegiados que consomem e se apropriam de um número mais significativo de lugares, mas também de lugares sagrados com diferentes dimensões e escalas.

Assim concluímos também que embora os lugares sejam importante para a integração dos inquiridos na sua comunidade, há um consumo e apropriação diferenciada dos lugares sagrados. Há um grupo heterogéneo no que diz respeito à territorialidade religiosa.

Nesta última parte do inquérito, questionámos a população inquirida sobre os lugares que considera importantes na história da Igreja Católica. Esta questão permitiu clarificar, de forma mais detalhada, o conhecimento e o interesse dos inquiridos em relação aos lugares sagrados que fazem parte da territorialidade da Igreja Católica. Trata-se dos lugares de identidade, de referência e de comunhão entre a população inquirida e a comunidade universal de católicos.

Mais uma vez, consideramos que a leitura da territorialidade da Igreja Católica é diferente consoante o grupo de inquiridos. Notámos que a população inquirida volta a referir os lugares sagrados onde já esteve, em particular os que estão próximos geograficamente e alguns dos quais onde realizou uma viagem turística ou uma peregrinação. São destacados os lugares sagrados como Roma ou o Vaticano, mas também os Santuários de Santiago de Compostela e de Nossa Senhora de Lourdes. Acresce que a população destacou alguns lugares bíblicos que fazem parte da história da infância e da vida pública de Jesus Cristo. Jerusalém, Belém, Nazaré ou Sinai são alguns desses exemplos. Estes lugares fazem parte de um mundo concreto mas também imaginário, que a população inquirida conhece e reconhece através das leituras bíblicas. São lugares santos nos quais se mantêm vivas algumas tradições e rituais. Mesmo que não tenha estado fisicamente, a população une-se afetivamente a este território, sendo visível uma

articulação específica de relações globais, permitindo a consciência e a ligação com o mundo mais amplo ou universal.

Para além destes lugares internacionais, a população inquirida refere lugares sagrados no nosso país, em particular o Santuário de Fátima que, para os inquiridos, é um dos lugares mais importantes na hierarquia mundial da Igreja Católica. De facto, Fátima aparece com uma projeção internacional e uma importância semelhante a outros santuários marianos de referência mundial.

Numa análise conjunta das diferentes escalas e dimensões da territorialidade religiosa da população inquirida, apurámos que existem outras redes paralelas que estruturam as práticas e as vivências da população. Para além de distinguirmos a população consoante a igreja que frequenta, diferenciamos os inquiridos consoante o grupo religioso onde se inserem. Os escuteiros ou a Companhia de Jesus são dois exemplos que agregam inquiridos de todas as igrejas em estudo e que evidenciam uma territorialidade muito específica. Nestes dois casos, há uma rede paralela de lugares sagrados, com uma história e uma identidade muito próprias e que resultam de processos de apropriação, de controlo e de poder igualmente muito específicos. Uma das formas de integração nestas comunidades de pertença é o conhecimento, o contacto e a visita aos lugares sagrados ou santos, que marcam a história singular de cada ordem religiosa, de cada movimento ou grupo religioso.

No caso dos inquiridos que pertencem à comunidade dos Jesuítas, notámos que o contacto com os lugares sagrados da Companhia de Jesus acontece, de forma notória, no espaço vivido quotidiano dos inquiridos. A população frequenta a Igreja da Sé Nova, parte do antigo colégio da Companhia de Jesus, a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, onde os Jesuítas celebram a missa dominical, e, ainda, o Centro Universitário Manuel da Nóbrega, um centro católico que agrega a comunidade inaciana da cidade. Esta relação de pertença expande-se no território global. A população procura conhecer os lugares sagrados que estão associados a Santo Inácio de Loyola e a S. Francisco Xavier, dois dos fundadores deste movimento católico. Foram referidos lugares como Loyola, Xavier e Manressa, por exemplo, que representam a vida e o percurso religioso deste dois Santos. A população refere também as igrejas de Gesú, em Roma, e de S. Francisco Xavier, em Goa, que reforçam o interesse da população em conhecer e vivenciar experiências nos lugares

sagrados com os quais se identifica e que são próprios da territorialidade da Companhia de Jesus.

Desta análise concluímos também que os lugares sagrados de pertença, de identidade e de relação, ao permitirem o enquadramento dos inquiridos na sua comunidade, mas também na sociedade em geral, mostraram ser pontos fundamentais ou âncoras no mundo atual. Os inquiridos frequentam estes lugares com alguma periodicidade e mostraram ser importante o seu conhecimento ou a sua visita de outros lugares, próximos ou distantes, independente do grupo religioso que os define ou caracteriza, associados ao mundo do sagrado. Daqui depreendemos, mais uma vez, a importância que assumem os lugares sagrados num contexto de "modernidade reflexiva" ou de "sociedade de risco" descrita por Beck, Giddens e Lash (1997b:8), vincando o seu poder e a sua importância na construção da identidade cultural e na integração social dos indivíduos.

Notas Finais

Notas Finais

O trabalho que apresentámos teve como suporte teórico a geografia cultural e a geografia da religião. Consideramos que esta opção científica e académica permitiu trabalhar com detalhe alguns dos fundamentos que caracterizam a identidade cultural e a expressão territorialidade da população católica portuguesa.

A partir destas duas disciplinas considerámos os temas e as metodologias que têm vindo a dar consistência e importância, entre outros, ao estudo dos espaços, dos lugares, dos territórios e das paisagens. São temas fundamentais da análise geográfica, cujas perspetivas de análise e metodologias adotadas têm vindo a balançar entre vertentes mais ou menos deterministas, entre influências do estruturalismo e do pós-estruturalismo, entre o desconstrutivismo e correntes científicas que deram consistência ao movimento "cultural turn".

A aproximação da geografia a outras ciências sociais como a antropologia, a psicologia e a sociologia, por exemplo, permitiu alargar o seu campo de análise, mas também tornar mais eficazes os próprios estudos geográficos, valorizando a geografia enquanto disciplina central na análise da sociedade, das culturas, das vivências e dos modos de vida.

O território é interpretado, percebido, sentido e representado de uma forma mais completa e útil, nas suas múltiplas vertentes materiais e imateriais, sendo ponderados muitos fatores que ultrapassam a simples descrição material ou a localização, absoluta ou relativa, dos lugares. O significado, a imaginação, as memórias, as emoções e as crenças são modos de interpretar a realidade geográfica.

Há uma mistura de métodos de trabalho, muitos dos quais servem de suporte a outras ciências sociais, e são incorporados os elementos imateriais, subjetivos, íntimos e transcendentes. São renovados os temas de estudo em torno do espaço, dos lugares, das paisagens e dos territórios e incorporados outros protagonistas, como as mulheres, os mais jovens ou os idosos, os mais pobres, os refugiados ou, entre outros, os crentes e os não crentes em grupos religiosos. A geografia tornou-se mais aberta e ampla, ao estudar as territorialidades de cada um dos diferentes atores ou protagonistas e, em muitas circunstâncias, estuda as suas individualidades e as suas particularidades que, muitas vezes, não são passiveis de generalização ou de uniformização.

Da abordagem teórica que expusemos e dos conceitos e temas que identificámos, concluímos que tanto a identidade religiosa como a territorialidade religiosa são realidades compósitas e que exigem uma análise sistémica.

Partindo dos estudos que versam sobre a identidade cultural, determinámos que a identidade religiosa é, na atualidade, composta por uma multiplicidade de referências, de experiências e de dimensões religiosas, sagradas ou espirituais, mas também profanas ou comuns. Varia consoante a fase de vida em que o crente se encontra, mas também consoante o seu percurso religioso. Nestes dois percursos paralelos, um biológico e outro religioso, acontece uma sucessiva densificação e complexificação do que define, do que identifica, do que distingue ou do que torna semelhantes os crentes a outros membros da mesma comunidade de pertença ou das múltiplas comunidades de pertença.

Na pós-modernidade, a identidade religiosa é, por isso, uma condição em constante mutação e formação. É uma realidade inacabada pois no presente devemos considerar o futuro, o que ainda se poderá conhecer, o que se poderá experienciar, ou o que poderá ainda abalar as certezas, as âncoras sociais, a fé ou crenças religiosas. Outros valores podem surgir e completar os elementos de identificação. Acresce que haverá sempre diferentes contextos, circunstâncias e velocidades que condicionam o processo de identidade.

Nesta perspetiva, na atualidade, considera-se a identidade religiosa como híbrida. Com uma aparente contradição, reconhecemos que o que nos torna únicos são as diversas escolhas pessoais e circunstanciais que fazemos, são as diferentes referências materiais ou simbólicas que consideramos, são os elementos culturais que fazem parte do nosso modo de vida. É a mistura de diferentes elementos sagrados, sejam eles materiais ou não, que torna a identidade religiosa como uma realidade multidimensional e sustentada por diferentes laços de pertença. Em algumas circunstâncias, misturam-se diferentes referências espaciais e misturam-se diferentes escalas desde o público ao privado, do local ao global, do natural ao edificado. Misturam-se as diferentes escalas do sagrado, a interna e a externa. Misturam-se também diferentes grupos ou movimentos religiosos, muitas vezes até opostos em termos espirituais ou ideológicos. Retiramos de cada um deles o que julgamos ser mais útil para interpretar a realidade que nos rodeia ou que nos permite integrar na sociedade. A liberdade e o individualismo que caracteriza a pós-modernidade é visível nesta possibilidade e nas escolhas que cada um faz.

Concluímos também que a identidade religiosa tem uma expressão territorial. O espaço não é neutro e é necessário um lugar para que as relações sociais aconteçam, sobretudo as que estão centradas nas devoções, nas crenças, na fé. É através dos lugares que se materializa a relação entre os crentes e os elementos sagrados. A grande maioria das experiências e práticas religiosas acontecem num espaço físico, que no caso da Igreja Católica, são exemplo as eucaristias, as procissões, as peregrinações, os retiros ou outros rituais que têm como referência um lugar sagrado ou um percurso religioso. Se muitos destes rituais marcam de forma peculiar a paisagem multidimensional ou não--representacional do nosso país, os lugares sagrados têm a particularidade de demonstrarem a importância das referências espaciais na vida quotidiana.

De referir que esta interação espacial acontece, de forma particular, nos espaços urbanos. Muitos dos lugares sagrados de pertença localizam-se no espaço vivido quotidiano da população e correspondem, na sua grande maioria, aos lugares onde tem lugar a missa dominical que os inquiridos assistem. A presença na eucaristia implica uma frequência semanal e um compromisso, densificando a relação entre os crentes e a comunidade, mas também entre eles e os lugares onde esta prática e experiência religiosa acontece.

Outros lugares estão situados para além do seu espaço vivido quotidiano e correspondem, muitas vezes, a lugares de grande convergência de peregrinos ou turistas. Estes lugares localizam-se em cidades-santuário designadas de hieropólis que assumem uma importância acrescida na hierarquia funcional da Igreja Católica. O caso de Fátima é exemplificativo deste poder que os lugares sagrados e os centros religiosos assumem no contexto nacional. São centros cuja função religiosa sobressai às restantes funções urbanas, permitindo um crescimento económico em função do número de peregrinos ou do número de turistas que se dirigem a estes lugares de culto.

Para além destes lugares sagrados de referência existem outros, mais ou menos convencionais, de maior ou menor importância na hierarquia da Igreja Católica, que densificam a territorialidade religiosa da população.

Em virtude da sacralidade, os lugares sagrados têm um significado muito especial. A sua aura transcendente e simbólica, descrita por vários autores como Otto (2005), Eliade (1992, 2004), Tuan (1979), Stoddard (1997), Stump (2008) ou Kong (2009), permite distingui-los dos espaços comuns ou profanos, e o contacto com eles, obriga a um

comportamento distinto, de abnegação, de respeito e de contemplação por parte de quem neles permanece ou apenas visita por uns instantes.

Muitos dos lugares sagrados representam a história e a memória de um acontecimento bíblico ou sagrado mas também a origem, a vida ou o percurso de uma personalidade religiosa. Outros representam os lugares onde os crentes realizaram alguns sacramentos ou episódios ao longo do seu percurso religioso, como o casamento, o batismo ou a primeira comunhão, que muitas vezes continuam a ser os lugares sagrados frequentados na sua vida diária ou mesmo frequentados por algum familiar próximo. Acresce ainda que alguns lugares sagrados estão incluídos nos percursos turísticos ou de lazer, permitindo manter e renovar o sentido de pertença a estes lugares sagrados, mas também à ou às suas comunidades de integração.

Desta parte, aferimos que os lugares sagrados devem ser analisados tendo presente os critérios e as tipologias espaciais, mas também a multiescalaridade e multitemporalidades que os define. Muito embora haja diferentes intensidades e relações emocionais, estabelecemos laços de pertença muito fortes com os lugares sagrados, uma vez que permitem a integração social, facilitam a partilha de valores e crenças e perpetuam a identidade religiosa.

A territorialidade religiosa na era pós-moderna é, de forma evidente, complexa e híbrida. Cada indivíduo ou cada grupo religioso nunca usa, controla ou apropria apenas um só lugar sagrado. Há sempre uma multiplicidade de lugares sagrados de pertença, materiais ou imateriais, próximos ou distantes, com diferentes características físicas e relativos a tempos distintos, que fazem parte da identidade e da territorialidade religiosa de cada um ou de cada grupo religioso. Muitas vezes, estão integrados no território religioso ou na hierarquia territorial dos crentes, e representam uma determinada comunidade ou grupo de pertença, mas também outros grupos ou movimentos religiosos, nalgumas circunstâncias divergentes em termos espirituais e ideológicos. A pós-modernidade permitiu esta abertura e a liberdade em misturar diferentes referências religiosas.

Advém que o espaço não é neutro e o seu uso está revestido de relações de poder. O acesso ou o consumo destes lugares nem sempre é uniforme, pois depende, entre outros fatores, do perfil socioeconómico e cultural de cada um e da própria relação com Deus, com a divindade ou com o transcendente. Há grupos que estão melhor posicionados e que

têm maior facilidade em viver, experienciar e relacionar-se com os lugares sagrados próximos ou distantes geograficamente.

Em suma, isto pressupõe que existem, por um lado, diferentes acessos aos lugares sagrados, e, por outro, uma leitura diferenciada do território, traduzindo-se em diferentes apropriações, territorialidades e hierarquias. Para uns há um conhecimento e representação ampla do território, tendo em conta a multiescalaridade e multitemporalidade que caracteriza a sua identidade e territorialidade religiosas. Para outros há uma leitura menos completa do mundo que os rodeia, tendo em conta o ténue acesso e uso dos lugares sagrados, muitos dos quais se situam apenas no espaço vivido quotidiano.

Assim, a complexidade da territorialidade religiosa advém dos múltiplos lugares de pertença, das múltiplas dimensões e múltiplas escalas dos lugares sagrados que a compõem. Há diferentes características, relações e histórias que se cruzam e que dão consistência à territorialidade religiosa de cada um ou de cada comunidade de pertença.

Ao longo do nosso trabalho, procurámos destacar a Igreja Católica, enquanto grupo religioso maioritário no nosso país e enquanto elo e matriz da identidade da população portuguesa. Destacamos sua importância na estruturação e organização da sociedade e, de forma sistémica, avaliamos a evolução e a distribuição da população que está integrada neste grupo religioso universal e maioritário em Portugal.

Verificámos que a evolução ou transição demográfica, onde incluímos a transição urbana, a transição económica, a transição cultural, entre outras, ocorreu, no nosso país, de forma paralela à perda de hegemonia da Igreja Católica e à progressiva diversificação das identidades religiosas. Ambas as transições acontecem num contexto de mudança das metanarrativas que sustentavam a sociedade portuguesa no passado e à emergente alteração do modelo social e cultural. Neste campo de mudança destacamos as alterações políticas, jurídicas, sociais, culturais, económicas, tecnológicas entre outras, que ocorreram no nosso país após um período que se seguiu ao 25 de abril de 1974 e à entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986.

A desaceleração do crescimento populacional reflete a alteração dos comportamentos, valores ou crenças dos portugueses, uma vez que o que está em causa é, numa primeira abordagem, a alteração do papel da mulher na sociedade, a diminuição significativa dos índices de fecundidade, da taxa de natalidade, da conjugalidade ou da

dimensão familiar. O saldo natural negativo reflete um número de nascimentos inferior ao número de óbitos, e consequente aumento do índice de envelhecimento, a par de um aumento da esperança média de vida à nascença. Por outro lado, o número de nascimentos e a estrutura familiar estão também relacionadas com a diminuição dos valores da conjugalidade, em particular, da diminuição dos laços conjugais formalizados pelo casamento e pela superação do número de casamentos civis em relação aos casamentos católicos. Atualmente, a diversificação dos modelos conjugais e familiares é imensa, onde incluímos a recomposição das famílias, a diminuição da dimensão média dos núcleos familiares, a monoparentalidade ou os núcleos unipessoais, permitindo situar o nosso país junto daqueles que já alcançaram os modelos pós-modernos.

Neste ponto destacamos a perda de influência da Igreja Católica na formalização e estruturação das famílias portuguesas. A diminuição da população católica praticante, a diminuição dos casamentos católicos, a diminuição do número de filhos por casal e a diminuição da dimensão média das famílias portuguesas demonstra o enfraquecimento dos laços com o catolicismo. Estas circunstâncias foram concordantes com a entrada, no interior da sociedade, de novas formas de organização familiar mas também de vivermos em sociedade. Surgem novos alicerces da vida pessoal e comunitária, mais centrados no individualismo e em atitudes mais voluntaristas ou mais desligada das opções familiares e sociais, mas também num comunitarismo diferente pois está centrado em grupos também eles diferentes.

Se o nosso país foi, durante muitos anos, caracterizado pela hegemonia política e católica, dotado de uma identidade etno-cultural uniforme, assistimos, ao longo dos últimos vinte anos do século XX até à atualidade, à democratização política, à secularização e laicização social e a uma progressiva diversidade cultural e religiosa, mesmo em contextos menos urbanos.

Este trajeto de mudança e o caminho de abertura da sociedade portuguesa foi impulsionado pelas transformações demográficas que identificámos, mas também por um outro conjunto de fatores que resultaram do processo de globalização e de modernização do país. Consideramos importante o alargamento da escolarização, o aumento da percentagem de população com o ensino superior e o aumento do uso das novas tecnologias, com destaque para o uso da internet, na difusão e partilha de outros valores, de outros consumos, de outras formas de estar e de viver em sociedade.

Aliás, esta partilha é ainda uma das consequências evidentes do aumento das mobilidades e dos fluxos populacionais, quer internos quer externos, onde Portugal está inserido. A percentagem de população estrangeira residente no nosso país é considerável, refletindo-se no aumento das nacionalidades da população residente, para além das que têm já uma ligação histórica ao nosso país, como a angolana, cabo-verdiana ou brasileira. Na atualidade o multiculturalismo tem impacto na maior diversidade religiosa e na projeção dos grupos religiosos minoritários, tanto em termos do número de fiéis como em lugares de culto. Aliás, nas áreas do país onde se regista uma maior percentagem de população estrangeira residente há uma notória diminuição da população católica e um aumento da população que professa outras religiões, ou mesmo da população sem religião.

Em termos espaciais, a evolução e a distribuição da população católica tem acompanhado as grandes transformações que o nosso país registou desde o final do século XX. As áreas mais dinâmicas, que correspondem a concelhos densamente povoados, com efeitos evidentes do processo contínuo de urbanização e de terciarização económica e social e, por estas razões, atrativos em termos de população residente, de emprego e de oferta cultural, entre outros fatores, correspondem a concelhos onde mais se evidencia a perda de laços com o catolicismo. A diminuição da população católica representou uma maior diversificação das identidades religiosas, ou seja, o aumento da população crente noutros grupos religiosos minoritários cristãos e não cristãos e ainda do aumento da população sem religião. Encontram-se nestas circunstâncias grande parte dos concelhos da região de Lisboa e Vale do Tejo como Lisboa, Odivelas, Loures, Sintra, Amadora, Montijo, Seixal, Almada, mas também da região do Algarve como Aljezur, Lagos, Santiago do Cacém, Portimão, Faro e Albufeira.

Por oposição, verificámos que existem concelhos onde o peso do envelhecimento populacional é muito expressivo, conduzindo à estagnação do tecido produtivo mas também ao conservadorismo ou a uma pouca abertura no que diz à aceitação de outros modos de vida, de outras crenças ou de outras formas de viver a fé. Identificamos como estando nestas circunstâncias os concelhos da região Norte como Celorico de Bastos, Baião e Cinfães, Resende e Cabeceiras de Basto, mas também alguns concelhos do Centro interior como Pampilhosa da Serra, Fornos de Algodres, Aguiar da Beira, Castro Daire e Oleiros. No caso particular das Regiões Autónomas do Açores e da Madeira, distinguimos os concelhos de Porto Moniz, na Madeira, e Nordeste, Povoação e Vila Franca do Campo,

nos Açores que apresentam percentagens de população católica muito superiores à média nacional.

É certo que, na atualidade, a geografia da população católica portuguesa continua a destacar o peso histórico das Regiões Autónomas e as regiões Norte e Centro do país, com uma maior percentagem de população católica e as regiões de Lisboa e do Algarve com as percentagens mais diminutas de população católica residente.

No entanto, verificámos que o Alentejo foi a região portuguesa onde se assinalou o maior aumento percentual de população católica. Vejamos que em 1981 esta região era a que apresentava a percentagem mais diminuta de população católica residente, ficando 20 pontos percentuais abaixo do valor nacional e 10 ponto percentuais abaixo das regiões de Lisboa e do Algarve. No ano de 1991 a região do Alentejo continua o seu percurso de aproximação às restantes regiões portuguesas e no ano de 2001, com 78% de população católica, supera mesmo as regiões de Lisboa e do Algarve, apresentando um crescimento na ordem dos 13% do número de católicos. Também no que diz respeito à população católica praticante, as dioceses de Évora e de Beja, foram das poucas que a nível nacional, entre 1991 e 2001, registaram uma variação positiva do número de fiéis praticantes.

No ano de 2011, depois deste crescimento excecional, a região do Alentejo sofre um ligeiro decréscimo mas que não impede que região continue a fortalecer os laços com a Igreja Católica e a alterar a sua imagem de uma região onde até no campo político havia uma força contrária à propagação do catolicismo. Os concelhos de Nisa, Crato, Gavião, Fronteira, Castelo de Vide, Sousel, Portel e Marvão são alguns exemplos de territórios que, em 2011, apresentava uma percentagem de população católica residente muito acima da média nacional.

Notámos também que, à semelhança do Alentejo, existem, no interior das outras regiões portuguesas, discrepâncias assinaláveis, não sendo possível, na atualidade, representar áreas homogéneas ou padrão da influência e presença do catolicismo no território português. Ou seja, a geografia da religião em Portugal deve ser analisada tendo em conta uma outra escala que possibilite um maior detalhe, implicando um estudo ao nível das subregiões, dos concelhos e das freguesias. Foi aliás, esta perspetiva que abordámos no estudo regional que optámos por realizar onde, sempre que possível, destacámos os concelhos que demonstravam maior ou menor aproximação à Igreja Católica.

Também através do nosso estudo de caso concluímos que, de forma significativa, num contexto concelhio ou urbano, existem diferentes expressões da territorialidade e da identidade religiosa da população residente. Existe uma distribuição heterogénea e diferentes velocidades de crescimento da população católica, mas também distintos perfis e comportamentos.

Sendo a religião uma variável interdependente, verificámos que as freguesias urbanas mais consolidadas e situadas no núcleo central da cidade de Coimbra apresentam uma perda significativa de população católica, uma vez que também registaram desde a década de 90, uma forte perda populacional resultante do processo de terciarização económica e social, e dependência da sazonalidade característica do universo académico universitário e do setor turístico.

As freguesias onde ocorreu nos últimos anos um crescimento populacional e habitacional assinaláveis são também as áreas da cidade onde ocorreu um aumento da população católica. São as áreas da cidade que se situam na vanguarda pós-moderna, onde se misturam identidades e se cruzam experiências de todas as naturezas. A cidade tornou-se híbrida, fragmentada e com identidades diversas e plurais, sobretudo na freguesia de Santo António dos Olivais.

A diversificação das identidades religiosas, à semelhança do que constatámos a nível nacional, teve lugar nas freguesias predominantemente urbanas, embora se verifique uma alteração da composição das identidades religiosas também nas freguesias moderadamente urbanas e nas freguesias rurais. Ou seja, de forma paulatina, os modos de vida urbanos estendem-se à última coroa de crescimento do concelho, que corresponde às freguesias moderadamente urbanas e freguesias rurais

Através do estudo de caso da cidade de Coimbra, procurámos averiguar se existem diferentes usos e perceções do território e quais as leituras que cada grupo de população inquirida faz do território local, nacional e internacional.

Apesar de estarmos perante um grupo aparentemente homogéneo (população católica praticante) concluímos que existe uma heterogeneidade no que diz respeito ao comportamento dos inquiridos. Nem todos usam, constroem, apropriam os mesmos lugares e com os mesmos sentidos ou significados. Há diferentes relações com os lugares sagrados da cidade, há diferentes paisagens e diferentes representações da realidade de Coimbra.

Verificámos também que, da mesma forma que existe uma leitura distinta da cidade, há uma disparidade no que diz respeito ao conhecimento, uso e apropriação dos lugares sagrados localizados no território nacional e internacional.

Neste sentido, concluímos ser significativa, em alguns contextos, a importância da localização. Neste estudo concluímos que o local de residência dos inquiridos condiciona as escolhas e a relação com os lugares sagrados, mesmo com aqueles que estão para além da escala local. Da mesma forma que a localização dos lugares sagrados (públicos ou privados, locais, nacionais ou globais), interfere na leitura, mais ou menos completa e complexa, que os inquiridos têm do território religioso. No entanto, noutras circunstâncias a localização dos lugares sagrados, a sua aparência, as suas características não são fatores que condicionam a escolhas dos inquiridos.

Isto significa que, no contexto atual da sociedade pós-moderna e globalizada, em que se procura mostrar a progressiva diversidade das identidades religiosas no nosso país, poderíamos também analisar a heterogeneidade que existe no âmbito da população católica. É um grupo igualmente diverso, do qual fazem parte pessoas que, apesar de continuarem a manter coesas as suas devoções, valores, práticas e experiências católicas, mostram uma abertura e uma partilha com outras identidades, uma relação com outros grupos religiosos e, porque não, uma relação com múltiplos lugares de pertença.

A partir das comunidades locais, ou no âmbito do nosso estudo de caso, a partir da população católica praticante da diocese de Coimbra, mostramos a abertura, o diálogo entre os diferentes grupos, o conhecimento de diferentes lugares católicos mas também de outros lugares que representam outras identidades, que representam outras memórias e tradições. São geografias que se completam e que se fundam numa religiosidade esclarecida a uma maior predisposição para o diálogo interreligioso e para o conhecimento do Outro, defendendo a riqueza na diversidade.

Num contexto global, estas comunidades locais, mais abertas e com identidades mais flexíveis, híbridas, plurais e inacabadas, permitem esbater alguns fundamentalismos ou nacionalismos da atualidade e estreitar o diálogo religioso que consideramos fundamental no contexto político como o que hoje vivemos.

Por outro lado, também a partir do nosso estudo, verificamos a existência de grupos mais conservadores, mais fechados, mais confinados a um espaço, a uma relação, a uma pertença. São grupos que procuram manter-se fiéis a um percurso religioso, a um

lugar ou a uma comunidade. Nestes casos, há o risco de, mesmo no contexto atual, estarmos perante identidades fechadas ou inertes (cf. Sen, 2006; Maalouf, 1999) que, em muitas circunstâncias, têm reações adversas à entrada de novos elementos na comunidade ou, tão somente, se isolam nas suas práticas e nas suas experiências religiosas. Este "encerramento" tem consequências na forma como os grupos se relacionam entre si mas também com mundo.

Gostaríamos ainda de deixar algumas notas sobre o desenvolvimento deste estudo da territorialidade religiosa.

Ao longo deste trabalho, considerámos que existem algumas debilidades no que diz respeito ao apuramento das identidades religiosas no nosso país. Por um lado o próprio conceito de identidade é "fluído" ou "líquido", para utilizar as palavras de Bauman (2007), por outro, o apuramento estatístico não é exaustivo, em particular no que diz respeito ao número de população que pertence a outros grupos religiosos que não o católico. Cada grupo regista o seu próprio apuramento numérico e, por esta razão, não há um levantamento completo e comparável das minorias religiosas no nosso país.

Por outro lado, o INE faz um apuramento da população potencialmente católica praticante que, por não ter os mesmos critérios de recolha e tratamento da informação, não é possível comparar com os valores da CEP. Não há coincidência dos anos em que é feito o levantamento, nem coincidência com a delimitação territorial.

Acresce que a CEP, depois de 2001, não voltou a analisar o número de população praticante e o número de lugares de culto, optando por fazer um inquérito, por amostragem, à população portuguesa.

Consideramos ainda que, tendo este suporte teórico e empírico, seria possível estudar outras particularidades da territorialidade da população católica.

Relativamente aos inquéritos poderíamos ter analisado os resultados tendo em conta a idade dos inquiridos, ponderando as diferenças que existem entre os jovens e os adultos relativamente ao uso e a perceção do território. Poderíamos ainda destacar as diferenças entre a perceção das mulheres crentes praticantes e os homens. Ou seja, poderíamos ainda ter realizado outros cruzamentos entre as variáveis consideradas no inquérito realizado.

Em termos espaciais, seria interessante averiguar da existência ou não de discrepâncias entre a população residente na cidade e a população residente noutras

freguesias do concelho mas fora do perímetro urbano, algumas das quais classificadas como predominantemente rurais. Porventura, haveria mais heterogeneidade na maneira como usamos e olhamos para o território e para a paisagem.

Entendemos ainda que o caminho traçado, nesta tese de doutoramento, poderia incluir uma comparação entre a territorialidade da população católica praticante e a população que se afirma católica mas que pode não ter uma prática católica. Poderíamos ainda testar as diferenças que existem no uso e conhecimento do território da população católica ou da população integrada noutros grupos religiosos. Seria oportuno averiguar estas diferenças de forma a concluir a diversidade e a pluralidade das expressões da territorialidade religiosa da população.

Bibliografia e Fontes

Referências Bibliográficas

Aboim, Sofia. (2014). As Dinâmicas regionais de mudança nas famílias (1991-2011). In: **Delgado**, Anabela & **Wall**, Karin (coord.), *Famílias nos Censos 2011. Diversidade e Mudança*, Imprensa de Ciências Sociais, INE, pp. 65-85

Agnew, Jonh A. (2009b). Territoriality. In: **Gregory**, Derek; **Johnston**, Ron; **Pratt**, Geraldine; **Watts**, Michael J. & **Whatmore**, Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 744-745

Agnew, Jonh A. (2009a). Territory. In: **Gregory**, Derek; **Johnston**, Ron; **Pratt**, Geraldine; **Watts**, Michael J. & **Whatmore**, Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 746-747

Anderson, Jon. (2010). *Understanding Cultural Geography. Places and traces*. Routledge, Ed. Taylor and Francis Group, London and New York, 212 pp.

Anderson, Ben. (2009). Non-representational theory. In: **Gregory**, Derek; **Johnston**, Ron; **Pratt**, Geraldine; **Watts**, Michael J. & **Whatmore**, Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 503-505

Anderson, Kay & **Domosh**, Mona; **Pile**, Steve & **Thrift**, Nigel. (2003). *Handbook of Cultural Geography*, SagePublications, London, 580 pp.

André, Isabel Margarida & **Patrício**, Carlos. (1988). O Catolicismo em Portugal: organização eclesiástica e práticas religosas - Análise Regional, In: *Finisterra*, Lisboa, n.º 46: 225-249

Andreotti, Giuliana. (1997). Aspects généraux du rapport entre paysage et religion. In: *Géographie et Cultures*, Paris, n.º 23: 77-88

Appadurai, Arjun. (2004). *Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias*. Trad. Telma Costa, Ed. Teorema, Lisboa, 267 pp.

Atkinson, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil. (2005). *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*. I.B. Tauris & Co Ltd, London, 222 pp.

Augé, Marc. (1974). *A Construção do Mundo. Religião, Representações, Ideologia*. Trad. Isabel Braga, Edições 70, Lisboa, 180 pp.

Azevedo, Ana Francisca. (2008). Geografias pós-colonais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: **Piment**a, José Ramiro **Sarmento**, João & **Azevedo**, Ana Francisca (coord.), *Geografias Pós-coloniais. Ensaios de Geografia Cultural*, Ed. Figueirinhas, Porto, pp. 31-70

Azevedo, Ana Francisca e **Pimenta**, José Ramiro. (2006). Geografia Cultrural circa 2000 d.C. In: **Sarmento**, João; **Azevedo**, Ana Francisca & **Pimenta,** José Ramiro (coord), *Ensaio de Geografia Cultural*, Ed. Figueirinhas, Porto, pp. 1-19

Azevedo, Carlos Moreira. (2002). História Religiosa de Portugal, vol. III: Religião e Secularização. **Ferreira**, António Matos & **Clemente**, Manuel (coord), Círculo de Leitores, Lisboa, 584 pp.

Azevedo, Carlos Moreira. (2000). *História Religiosa de Portugal*. vol I. *Formação e Limites da Cristandade*. **Jorge**, Ana Maria & **Rodrigues**, Ana Maria (coord.), Círculo de Leitores, Lisboa, 544 pp.

Bachelard, Gaston. (1994). *The Poetic of Space*. Trad. Maria Jolas, Bacon Press Books, Boston, 242 pp.

Backhaus, Gary & **Murungi**, John. (2009). *Symbolic Landscapes*, Ed. Springer, Baltimore, 399 pp.

Baganha, Maria Ioannis; **Ferão**, João & **Malheiros**, Jorge Macaísta. (1999). Os imigrantes e o mercado de trabalho. In: *Análise Social*, vol XXXIV (150): 147-173

Bauman, Zygmunt. (2007). *A Vida Fragmentada. Ensaios sobre a moral pós-moderna*. Trad. Miguel Serras Pereira, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 311 pp.

Barnett, Clive. (2009). Culture. In: **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 135-138

Barnett, Clive. (2009). Cultural Turn. in **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 134-135

Barnett, Clive. (2004). A Critique of the Cultural Turn. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H.; *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, pp. 38-48

Barreto, António. (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960-1995. In: *Análise Social*, vol. XXX (134), (5.º): 841-855

Bassett, Keith. (2009). Historical materialism. In: **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 335-336

Beck, Ulrich. (2010). A Política na Sociedade de Risco. Trad. Estêvão Bosco, In: *Ideias| Campinas* (SP), n.º 1, nova série, 2º semestre: 229-252

Beck, Ulrich; **Giddens,** Anthony & **Scott**, Lash. (1997b). *Modernizaçao reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Trad. Magda Lopes, 1ª edição, Ed. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 264 pp.

Beck, Ulrich. (1997a). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: **Beck**, Ulrich; **Giddens,** Anthony & **Scott**, Lash, *Modernizaçao reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, Trad. Magda Lopes, 1ª edição, Ed. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, pp. 11-72

Beyer, Peter. (1994). *Relion and Globalization*, Sage Publications, London, 250 pp.

Berdoulay, Vicent. (2002). Sujeto y acción en la geografía cultural: el cambio sin concluir. In: *Boletín de la A.G.E.*, n.º34: 51-61

Bonnemaison, Joel. (1981). Viagem em torno do território. In: **Rosendahl**, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato, *Geografia Cultural: um século (3)*. (2002). Ed. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 83-131

Borges, Anselmo. (2008/2009). Religião, religiões e diálogo inter-religioso. In: *Revista Portuguesa de História,* t. XL:9-44

Blunt, Alison. (2005). Colonialism/Postcolonialism. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil, *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 175-181

Caillois, Roger. (1950). *O Homem e o Sagrado*. Trad. Geminiano Cascais Franco, Edições 70, Lisboa, 180 pp.

Capellà, Hugo & **González**, Rubén C. Lois. (2002). Geografía cultural: la gran desconocida. In: *Boletín de la A.G.E.*, n.º34: pp. 11-18

Castells, Manuel. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura- O Poder da Identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 491 pp.

Castro, Fátima Velez. (2008). *A Europa do outro – a imigração em Portugal no início do século XXI: estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*. Ed. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Teses, 16, Lisboa, dezembro, 264 pp.

Claval, Paul. (2006). Comunicação, Diferenciação de Culturas e Organização do espaço (Noção-Chave). In: **Sarmento**, João; **Azevedo**, Ana Francisca & **Piment**a, José Ramiro (coord.), *Ensaio de Geografia Cultural*, Ed. Figueirinhas, Porto, pp. 21-35

Claval, Paul. (2006). *História da Geografia*, Trad. José Braga da Costa, Edições 70, Lisboa, 140 pp.

Claval, Paul. (2002c). El Enfoque cultural y las concepciones geográficas des espacio. In: *Boletin de la A.G.E.*, n.º34: 21-39

Claval, Paul. (2002b). A Volta do cultural na geografia. In: *Mercator*, Revista de Geografia da UFC, ano 1, n.º1: 19-28

Claval, Paul. (2002a). A Construção francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: **Corrêa**, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny, 2003, *Introdução à Geografia Cultural*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, pp. 147-166

Claval, Paul. (1999 b). O Território na transição da pós-modernidade. In: *GEOgraphia*, Universidade Federal Fluminense, ano 1, n.º 2: 7-26

Claval, Paul. (1999). Los fundamentos actuales de la geografia cultural. In: *Documents d'Análise Geográfica*, n.º 34, Universidad de Valência: 25-40

Claval, Paul. (1992). Le Théme de la Religion dans lês études geographiques. In: *Geographie et Cultures*. Paris, n.º 2: 85-111

Claval, Paul. (1987). *A nova geografia*. Trad. Filipe Machado, Edição Coimbra Almedina, Coimbra, 162 pp.

Clemente, Manuel & **Ferreira**, António Matos. (2002). Religião e Secularização. In: *História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo (dir), vol. 3, Círculo de Leitores, Lisboa, 584 pp.

Clua, Ana & **Zusman**, Perla. (2002). Más que palabras: otros mundos. Por una geografia cultural crítica. In: *Boletin de la A.G.E*., n.º34:105-117

Corrêa, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny. (2003). *Introdução à Geografia Cultural*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 224 pp.

Corrêa, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny. (2000). *Geografia Cultural: um século (2)*, Trad. Tania Shepherd, Ed. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 109 pp.

Correia, Marcos António. (2006). Ponderações reflexivas sobre a contribuição da fenomenologia à geografia cultural. In: *Ra'e ga*, Editora UFPR, Curitiba, n.º11: 67-75

Cosgrove, Denis. (2005). Mapping/Cartography. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil, *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 27-33

Cosgrove, Denis E. (1983). Em Direcção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: **Corrêa**, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny. (2003). *Introdução à Geografia Cultural*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, pp. 103-134

Cosgrove, Denis E. & Jackson, Peter. (1987). Novos Rumos da Geografia Cultural, New Directions in Cultural Geography. In: *Área*, 19(2): 95-101

Cosgrove, Denis. (2000). Mundos de Significados: geografia cultural e imaginação. In: **Corrêa**, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny. *Geografia Cultural: um século (2)*, Trad. Tania Shepherd, Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 33-60

Crang, Mike. (2009). Cultural Geography. In: **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 129-133

Cravidão, Fernanda. (2011). Turismo, Território e Cultura - uma triologia (sempre em construção. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, n.º 29, Jan/Jun: 35-42

Crespi, Franco. (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Trad. Teresa Antunes Cardoso, 1ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa, 279 pp.

Damião, Abraão Pustrelo. (2011). Confiança e Segurança Ontológica na Sociedade de Risco. In: *Revista do Laboratório de Estudos da Violência*, UNESP, Marília, Edição 7, junho: pp. 61-71

Daveau, Suzanne. (1998). *Portugal Geográfico*. 2ª ed., Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 223 pp.

Di Méo, Guy & **Buléon**, Pascal. (2005). *L'Espace Social Lecture géographique dês sociétés*. Ed. Armand Colin, Lassay-les-Câteaux, França, 301 pp.

Di Méo, Guy. (2001). Les sens géographique des fêtes/ the geographical meaning of festivities. In: *Annales de Géographie*, T.110, n.º 622: 624-646

Di Méo, Guy. (1998). *Géographie sociale et territoires*. Editions Nathan, Paris, 320 pp.

Dix, Steffen. (2010). As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. In: *Análise Social*, vol. XLV (194), 2010: 5-27

Dixon Deborah P & **Jones III**, John Paul. (2004). Poststruturalism. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H.; *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, pp. 79-107

Dory, Daniel. La géographie des religions entre textes et cartes. In: *Annales de Géographie*. (1996). t. 105, n.° 588: 195-199.

Duncan, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H. (2004). *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, Oxford, 529 pp.

Duncan, S. James. (1994). Após a Guerra Civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: **Corrêa,** Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny. (2000). *Geografia Cultural: um século (2)*, Trad. Tânia Shepherd, Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 61-83

Duncan, S. James. (1980). O Supra-orgânico na geografia cultural americana. In: **Corrêa**, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny. (2003). *Introdução à Geografia Cultural*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, pp. 63-102

Durkheim, Émile. (2002). *As Formas Elementares da vida religiosa. O sistema totémico na Austrália*, Trad. Miguel Serras Pereira, 1ª edição portuguesa, Celta Editora, 452 pp.

Eliade, Mircea. (2004). *Tratado de História das religiões*. Trad. Fernando Tomaz e Natália Nunes, 5ª edição, Edições ASA, Porto, 572 pp.

Eliade, Mircea. (1992). *O Sagrado e o Profano - a essência das religiõe*. Trad. Rogério Fernandes, 1ª edição, Editora Martins Fontes, São Paulo, 109 pp.

Ekinsmyth, Carol & **Shurmer-Smith** Pamela. (2002b). Humanistic and behavioural Geography. In: **Shurmer-Smith**, Palmela, *Doing Cultural Geography*, Sage Publications, pp. 19-27

Ekinsmyth, Carol. (2002a). Feminist cultural geography. In: **Shurmer-Smith**, Palmela, *Doing Cultural Geography*, Sage Publications, pp. 53-65

Fernandes, João Luís Jesus. (2011). Geografia, Territorialidades Difusas e Insegurança. A fragmentação, as dinâmicas de desterritorialização e as novas dimensões do espaço geográfico num mundo complexo e instável. In: *Geopolítica – O espaço da CPLP*, n.º 4. Ed. ISCIA, Novembro de 2011, Aveiro: 33-65

Fernandes, João Luis Jesus. (2008). A desterritorialização como fator de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In: *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural; Póvoa de Varzim: 423-447

Fernandes, António Teixeira. (2001). *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, Celta Editora, Oeiras, 341 pp.

Ferrão, João. (2013). Território. In Cardoso, J. L., Magalhães, P. e Pais, J. M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto*, Lisboa: Expresso / ICS, pp. 244-257

Ferrão, João. (2005). População e Território. In: **Medeiros**, Carlos Alberto (Dir.), **Barata Salgueiro**, Teresa & **Ferrão**, João (coord.), *Geografia de Portugal II. Sociedade, Paisagem e Cidades*, Círculo Leitores, Mem Martins, pp. 50-71

Ferrão, João. (2003). Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento. Portugal 1991-2001. In: *Revista de Estudos Demográficos*, 34, INE: 17-25

Ferrão, João. (2002). Território, Última Fronteira de Cidadania?. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Presidente Prudente, 24: 7-15

Ferrão, João. (1991). Terciarização e território: emergência de novas configurações epaciais. In: *Análise Social*, vol. XXVI (114), 1991, n.º5: 829-845

Filho, Sylvio Fausto Gil. (2005). Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. In: *Espaço e Cultura*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n.º19-20, dezembro, Rio de Janeiro: 51-59

Foucault, Michael. (2006). *É preciso defender a sociedade*. Editora Livros do Brasil, Lisboa, 316 pp.

Foucault, Michel. (2000). *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Muchail, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 541 pp.

Foucault, Michel. (1997). Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias. In: *Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory*. Ed. Neil Leach, NYC, Routledge, pp. 330-336

Fortier, Anne-Marie. (2005). Diaspora. In **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 182-187

Flusty, Steven. (2005). Postmodernis. In **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David; & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp**.** 169-174

França, Luis. (1981). *O Comportamento Religioso da População Portuguesa*. Moraes Editores I.E.D., Lisboa, 175 pp.

Frémont, Armand. (1980). *A Região, Espaço Vivido*. Trad. António Gonçalves, Livraria Almedina, 1ª Edição, Coimbra, 275 pp.

Gaspar, Jorge. (2001). O retorno da paisagem à geografia. Apontamentos místicos. In: *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001: 83-99

Giddens, Antony. (2002). *Modernidade e Identidade*. Trad. Plínio Dentzien, Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 233 pp.

Giddens, Anthony. (1997b). A vida em uma sociedade tradicional. In **Beck**, Ulrich; **Giddens,** Anthony & **Scott** Lash. (1997). *Modernizaçao reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Trad. Magda Lopes, 1ª edição, Ed. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, pp. 73-134

Giddens, Anthony. (1997a). Risco, confiança, reflexividade. In **Beck**, Ulrich; **Giddens,** Anthony & **Scott** Lash. (1997). *Modernizaçao reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, Trad. Magda Lopes, 1ª edição, Ed. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, pp. 219-234

Giddens, Antony. (1991). *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker, Ed. UNESP, 5ª reimpressão, São Paulo, 156 pp.

Gil Filho, Sylvio Fausto. (2003). Texto de aula - O Sagrado e a Religião. In: Projeto Geografia da Religião, Disponível <http://www.geog.ufpr.br/geografiadareligiao/arquivos/o_sagrado_e_a_religiao.pdf>

Gil Filho, Sylvio Fausto. (2001). Por uma Geografia do Sagrado. In: *Ra'e ga*, Editora UFPR, Curitiba, n.º 5:67-78

Gil Filho, Sílvio Fausto; **Gil**, Ana Helena Corrêa. (2001b). Identidade Religiosa e Territorialidade do Sagrado: notas para uma teoria do facto religioso. In: **Ronsendahl**, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato (org.). *Religião, Identidade e Território*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, pp. 39-56

Gil Filho, Sylvio Fausto. (1999). Espaço de Representação e Territorialidade do Sagrado: Notas para uma Teoria do Fato Religioso. In: *Ra'e ga*, Editora UFPR, Curitiba, n.º 3: 91-120

Girão, Aristides de Amorim. (1958). *Fátima, terra de milagre. Ensaio de Geografia religiosa*. Separata do Boletim do centro de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, 75 pp.

Gourou, Pierre. (1973). *Pour une géographie humaine*. Paris, Flammarion, 388 pp.

Granovetter, Mark S. (1973). The Strength of Weak Ties. In *American Journal Of Sociology*, vol. 78, n.º 6: 1360-1380

Gregory, Derek; **Johnston**, Ron; **Pratt**, Geraldine; **Watts**, Michael J & **Whatmore**, Sarah. (2009). *The dictionary of human geography*, 5ª ed:, Blackwell Publishing Ltd, 1052 pp.

Gupta, Akhil & **Ferguson**, James. (1997). Beyond 'Culture': Space, Identity, and the Politics of Difference" from Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology. In: **Oakes**, Timothy S.; **Price**, Patricia L. (eds.) (2008). *The Cultural Geography Reader*, Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, pp. 60-67

Haesbaert, Rogério. (2010). Territórios, in-segurança e risco em tempos de contenção territorial. In: **Póvoa Neto**, H.; **Ferreira**, A.; **Vainer**, C. & **Santos**. M. (org.) *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*, Rio de Janeiro: Garamond, pp. 537-557

Haesbaert, Rogério. (2009). Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. In: *Espaço Plural*, Ano X, n.º 20, 1º semestre de 2009: 165-174

Haesbaert, Rogério & **Tramontani**, Tatiana Ramos. (2004). O Mito da Desterritorialização Económica. In: *GEOgraphia*, Universidade Federal Fluminense, ano 6, n.º 12: 25-48

Haesbaert, Rogério. (2004a). *O Mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 395 pp.

Haesbaert, Rogério. (2004b). "Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade", PortoAlegre, Setembro, In: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf

Haesbaert, Rogério. (1999). Região, diversidade territorial e globalização. In: *GEOgraphia,* Universidade Federal Fluminense, ano 1, n.º 1: 15-39

Hall, Stuart. (1995). New Cultures for Old? In: **Oakes**, Timothy S.; **Price**, Patricia L.; The Cultural Geography Reader. (2008). Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, pp. 264-274

Hall, Stuart. (2005). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, DP&A Editora, 10ª edição, Rio de Janeiro, 102 pp.

Harvey, David. (1989). *The condition of postmodernity : an inquiry into the origins of cultural change*. Oxford, Basil Blackwell, 378 pp.

Henriques, Eduardo Brito. (2001/2002). Os Temas Culturais na investigação geográfica: breve retrospetiva e ponto de situação. In: *Inforgeo 16/17*, Lisboa, Edições Colibri: 153-165

Hinnells, John H. (2005). The *Routledge Companion to the study of Religion*. Routledge, Ed. Taylor and Francis Group, London and New York, 559 pp.

Holzer, Werther. (2003). O Conceito de Lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. In: *Revista da Universidade Federal Fluminense*, Julho 2003: 113-123

Hubbard, Phil. (2005). Space/Place. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David; **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 41-47

Huntigton; Samuel P. (1997). *O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Trad. M. H. C. Côrtes; Ed. Objectiva, Rio de Janeiro, 455 pp.

Jackson, Peter. (2003). *Maps of Meaning. An introduction to cultural geography*. Ed. Taylor & Francis e-Library, London, 213 pp.

Kingsbury, Paul. (2006). Psychoanalytic Approaches. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H. (2004). *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, pp.108-120

Knott, Kim. (2005). Spatial Theory and Method for the Study of Religion. In: *Temenos*, vol. 41, n.º.2:153-184

Kong. Lily. (2010). Global shifts, theoretical shifts: Changing geographies of religion. In: *Progress in Human Geography*, vol. 34(6): 755–776

Kong, Lily. (2009). Sacred and profane space. In: **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 661

Kong, Lily. (2009). Secularism. In: **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 671-672

Kong, Lily. (2009). Religion. In: **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 642-643

Kong, Lily. (2001). Mapping «new» geographies of religion: politics and poetics in modernity. In: *Progress in Human Geography*, vol. 25(2): 211-33

Kong C.K. & **Kong**, L. (2000). Religion and modernity: ritual transformations and the reconstruction of space and time. In: *Social and Cultural Geography*, vol. 1(1), pp. 29-44

Kong, Lily. (1997). A 'new' cultural geography? Debates about invention and reinvention. In: *Scottish Geographical Magazine*, 113, 3: 177-85

Kong, Lily & **Yeoh**, B.S.A. (1995). The meanings and making of place: exploring history, community and identity. In: **Yeoh**, B.S.A. & **Kong**, Lily (eds.), *Portraits of Places: History, Community and Identity in Singapore*, Singapore: Times Editions, pp. 12-23

Kong, Lily. (1992). The Sacred and The Secular: Exploring Contemporary Meanings and Values for Religious Buildings in Singapore. In: *Southeast Asian Journal of Social Science*, Vol . 20, No. 1: 18-42

Kong, Lily. (1990). Geography and religion: trends and prospects. In: *Progress in Human Geography*, vol. 14(3): 355-371.

Krejcie, Robert V. & **Morgan**, Daryle W. (1970). Determining Sample size for research activities. In: *Educational and Psychological measurement*, n.º 30: 607-610

Lash, Scott. (1997). A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: Beck, Ulrich; **Giddens,** Anthony & **Scott** Lash (Eds.). *Modernizaçao reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Trad. Magda Lopes, 1ª edição, Ed. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, pp. 135-206

Lefebvre, Henri. (1974). *La production de l'espace*. Éditions Anthropos, Paris, 196 pp.

Leite; Adriana Figueira. (1998). O Lugar: duas acepções geográficas. In: *Anuário do Instituto das Geociências*, UFRJ, vol. 21: 9-20

Maalouf, Amin. (1999). *As Identidades Assassinas*. Trad. Susana Serras Pereira, Difel Editora, Lisboa, 173 pp.

Malheiros, Jorge Macaísta. (2013). Diagnóstico da POpulação Imigrante Portuguesa. Desafios e Potencialidades. Ed. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Lisboa, junho, 320 pp.

Martin, James. (2005). Identity. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David; **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 97-102

Martins, Moisés de Lemos. (1998). O catolicismo e a construção da identidade nacional. Ensaio sobre o caso português. In: *Revista Cultural*, Instituto Superior de Línguas e Administração, Universidade do Minho: 61-80

Martins, Moisés de Lemos. (1990). O modo superlativo de enunciar a nossa identidade : "português, logo católico". In: *Cadernos do Noroeste*, vol. 3 (1-2):163-176

Massey, Doreen. (1994). A Global Sense of Place from Space, Place, and Gender. In**: Oakes**, Timothy S. & **Price**, Patricia L. (2008). *The Cultural Geography Reader*, Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, pp. 257-263

McCarthy, James. (2009). Marxist geography. In: **Gregory,** Derek, **Johnston,** Ron, **Pratt,** Geraldine, **Watts**, Michael J. & **Whatmore,** Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 446-446

Mercier, Guy. (1997). La ville entre la science et la fo. In: *Géographie et Cultures*, n. 23. Paris, pp. 5-22

Mikesell, Marvin W. (1994). Posfácio: novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: **Corrêa**, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny. (2000). *Geografia Cultural: um século (2)*, Trad. Tania Shepherd, Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 85-109

Miranda, Jorge. (1986). Liberdade religiosa, igrejas e Estado em Portugal. In: *Nação e Defesa: revista de assuntos políticos, económicos, científicos e militares*, Instituto de Defesa Nacional, n.º 39, Julho- Setembro: 118-136

Mitchell, Don. (2005). Landscape. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 49-56

Mitchell, Dom. (2004). Historical Materialism and Marxism. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H. (2004). A *Companion to Cultural Geography.* Blackwell Publishing, pp. 51-65

Mitchell, Katharyne. (2005). Hybridity. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 188-193

Moles, Abraham & **Rohmer**, Elisabeth. (1982). Labyrinthes du vécu. L'espace: matiére d'actions, Libarrie dês Meridiens, Paris, 138 pp.

Monteiro, Teresa Líbano. (2012). Dinâmica social e religião. In: **Teixeira**, Alfredo (org.), (2012), *Identidades Religiosas em Portugal. Ensaio Interdisciplinar*, Paulinas Editora, 1ª Edição, Lisboa, pp. 69-129

Nazareth, J. Manuel (1985). A Demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação. In: *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), n.º 3º, 4º, 5º: pp. 963-980

Oakes, Timothy S. & **Price**, Patricia L. (2008). *The Cultural Geography Reader*, Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, 482 pp.

Oliveira, Pe Miguel. (1994). *História Eclesiástica de Portugal*, actualização Artur Roque de Almeida; Pref. António Costa Marques, Publicações Europa-América, Mem Martins, 326 pp.

Oliveira, Francisco Roque. (1998). Geografía cultural y tradición histórica de la perspectiva en dos obra de referencia sobre los espacios del poder y el poder del espacio. In: *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, n.º 32: 189-201

Otto, Rudolf. (2005). *O Sagrado*. Trad. Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 229 pp.

Pais, José Machado; **Cabral**, Manuel Villaverde, **Vala**, Jorge. (2001). *Religião e Bioética. Atitudes Sociais dos Portugueses*, Impresa de Ciências Sociais, Lisboa, 367 pp.

Park, Chris C. (2004). Religion and Geography. In: **Hinnells**, John. (ed.), *The Routledge Companion to the Study of Religion*, Ed. Taylor & Francis Group, London, pp. 439-455

Park, Chris C. (1994). *Sacred Worlds. An introduction to geography and religion*. Routledge, London, 332 pp.

Pereira, Clevisson Junior & **Gil Filho**, Sylvio Fausto. (2013). Geografia da Religião: um olhar panorâmico. In: *Ra'e ga*, Editora UFPR, Curitiba, n.º 27:10-37

Philo, Chis. (1992). Foucault's geography. In: *Environment and Planning D: Society and Space* 10(2), pp. 137-161

Pimenta, José Ramiro; **Sarmento**, João & **Azevedo**, Ana Francisca. (2008). As geografias culturais pós-coloniais. In: **Piment**a, José Ramiro **Sarmento**, João e **Azevedo**, Ana

Francisca (coord.), *Geografias Pós-coloniais. Ensaios de Geografia Cultural*, Ed. Figueirinhas, Porto, pp. 11-30

Pimenta, José Ramiro. (2006). A História da Ciência como Geografia Cultural. In: **Sarmento**, João; **Azevedo**, Ana Francisca & **Piment**a, José Ramiro (coord.), *Ensaio de Geografia Cultural*, Ed. Figueirinhas, Porto, pp. 81-114

Pina, Cláudia & **Magalhães**, Graça. (2014). Principais tendências demográficas: as últimas décadas. In: **Delgado**, Anabela & **Wall**, Karin (coord.), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, Ed. INE, Lisboa, pp. 25-41

Pitte, M. Jean-Robert. (1996). Géographie et religions. In: *Annales de Géographie*, T. 105, n.º 588: 115-118

Racine, Jan-Bernard & **Walther**, Olivier. (2003). Géographie et religions : une approche territoriale du religieux et du sacré. In: *L'information géographique*, n.º 3: 193-221

Raffestin, Claude. (1984). Territoriality. A reflection of the discrepancies between the organization of space and individual liberty. In: *International Political Science Review*, vol. 5, n.º 2: 139-146

Raffestin, Claude. (1980). *Pour une géographie du pouvoir*. Préface de R. Brunet, Libraires techniques, Paris, 249 pp.

Rose, Gillian. (1993). *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Cambridge, Polity Press, Blackwell Publishers, 188 pp.

Rosendahl, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato. (2006). *Cultura, Esaço e o Urbano.* Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 165 pp.

Rosendahl, Zeny. (2005). Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/12.shtml

Rosendahl, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato. (2005). *Geografia: Temas sobre cultura e espaço*. Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 226 pp.

Rosendahl, Zeny. (2002b). Geografia da Religião: uma Proposição Temática. In: *GEOUSP_Espaço e Tempo*, São Paulo, n.º 11, pp. 9-19

Rosendahl, Zeny. (2002a). *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2ª edição, Rio de Janeiro, 89 pp.

Rosendahl, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato. (2001a). *Matrizes da Geografia Cultural*. Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 144 pp.

Rosendahl, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato. (2001b). *Religião, Identidade e Território*. Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 199 pp.

Rosendahl, Zeny. (1999). *Hieropólis: O Sagrado e o Espaço*. Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 110 pp.

Sahr, Wolf Dietrich. (2001). O mundo de São Jorge e Ogum: contribuição para uma geografia da religiosidade sincrética. In: **Ronsendahl**, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato, *Religião, Identidade e Território*, , Edição Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 57-68

Sack, Robert David. (1986). *Human territoriality: its theory and history*. Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 272 pp.

Said, W. Ed Ward; (2004). *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*. Trad. Pedro Serra, 2ª edição, Ediçoes Cotovia, Lda. Lisboa, 457 pp.

Saquet, Marcos Aurélio. (2011). Abordagens e Conceções de Território e Territorialidade. In: *Revista Geográfica de América Central*, número especial EGAL, Costa Rica, II semestre: 1-16

Saquet, Marcos Aurélio. (2007). As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. In: *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n.º 43, janeiro-junho: 55-76

Saquet, Marcos Aurélio. (2006). Proposições para estudos territoriais. In: *GEOgraphia*, Universidade Federal Fluminense, ano, n.º 15:71-85

Santos, Milton. (2001). *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*, 6ªed.; Ed. Record; Rio de Janeiro, 174 pp.

Santos, Maria da Graça Mouga Poças. (2004). *Espiritualidade e Território. Estudo geográfico de Fátima*, Tese de Doutoramento, 702 pp.

Santos, Maria da Graça Mouga Poças. (2005). Espaço sagrado e território. In: **Caetano**, Lucília (coord.), *Território e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 137-154

Santos, Maria da Graça Mouga Poças. (2000). Geografia Social e Territórios. In: *Revista Finisterra*, vol. XXXV, 69: 155-156

Santos, Alberto Pereira. (2002). Introdução à geografia das religiões. In: *GEOUSP, Espaço e Tempo*, São Paulo, n.º11: 21-33

Santos, Luís Aguiar. (2000). O Protestantismo em Portugal (séculoa XIX e XX): linhas de força da sua história e historiografia. In: *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 12: 37-64

Sauer, Carl. (1925). The Morphology of Landscape. In: **Oakes**, Timothy S.; **Price**, Patricia L. (2008). *The Cultural Geography Reader*, Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, pp. 96-104

Sauer, Carl, (1931). Geografia Cultural. In: **Corrêa**, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny, (2003), *Introdução à Geografia Cultural*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, pp. 19-26

Sarmento, João. (2008b). Searching for Cultural Geography in Portugal. In: *Social and Cultural Geography*, Ed. Taylor & Francis Online, vol. 9, n.º5, August: 573-600.

Sarmento, João. (2008a). David Harvey e a Geografia Cultural. In: **Rosendahl**, Zeny & **Corrêa**, Roberto Lobato, *Espaço e Cultura*, Ed. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 107-153

Sarmento, João; **Azevedo**, Ana Francisca & **Piment**a, José Ramiro**.** (2006). *Ensaios de Geografia Cultural*, Ed. Figueirinhas, Porto, 134 pp.

Sarmento, João. (1999). Geografia cultural e geografia do turismo: configurações para o final da década de 90. In: *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Porto, Setembro 1997, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, pp. 163-172

Schein, Richard H. (2004). Cultural Traditions. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H. (ed), *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, pp. 11-23

Scott, Heidi. (2004). Cultural Turns. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H. (eds), *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, pp. 24-37

Sen, Amartya. (2006). *Identidade e Violência. A ilusão do destino*. Trad. Maria José de la Fuente, Ed. Tinta da China, Lisboa, 254 pp.

Sharp, Joanne. (2004). Feminisms. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H. (eds), *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, pp. 66-78

Sibley, David. (2005). Private/Public. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 155-160

Simmel, Georg. (1971). "The Stranger" from On Individuality and Social Forms: Selected Writings, Ed. and Trans. D. Levine, in **Oakes**, Timothy S.; **Price**, Patricia L. (2008). *The Cultural Geography Reader,* Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, pp. 311-315

Silva, Luís. (2008). Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. In: *Arquivos da Memória – Outro país- novos olhares, terrenos clássicos*, n.º 4, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa: 6-25

Shurmer-Smith, Palmela. (2002). *Doing Cultural Geography*, Sage Publications, London, 248 pp.

Soja, Edward W. (1993). *Geografias Pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Trad. Vera Ribeiro, Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 324 pp.

Sopher, David E. (1981). Geography of religions. In: *Progress in Human Geography*, London, vol. 58 (3): 510-524

Sopher, David E. (1967). *Geography of religions*. Foudations of Cultural Geography Series, Philip L. Wagner Editor, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, N.J., 118 pp.

Sorre, Max. (1952). *Les Fondements de la Géographie Humaine. Tome III. l'Habitat*, Paris: Aemand Colin, 499 pp.

Sousa, José Arilson Xavier. (2010). Religião: um tema cultural de interesse geográfico. In: *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral-CE, v. 12, n.º1: pp. 69-80 http://www.uvanet.br/rcg/vol_12/religiao_tema.pdf

Souza de Deus, José António. (2005). Linhas Interpretativas e debates actuais no âmbito da Geografia Cultural, universal e brasileira. In: *Cadernos de Geografia*, Belo Horizonte, vol.15, n.º25: 45-59

Söderström, Ola. (2005). Representation. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 11-15

Stoddard, Robert H., **Prorok**, Carolyn V. (2003). Geography of Religion and Belief Systems. In: **Galie**, Gary *&* **Willmott** Cort J. (eds.), *Geography in America at the Dawn of the 21st Century*, New York, Oxford University Press, pp. 761-767

Stoddard, Robert H., **Morinis**, Alan. (1997). *The Geographic Contribution to Studies of Pilgrimage. Introduction to Sacred Places, Sacred Spaces*, Geography Faculty Publications, University of Nebraska - Lincoln, Paper 1, pp. ix-xi.
http://digitalcommons.unl.edu/geographyfacpub/1

Stoddard, Robert H. (1997). Defining and Classifying Pilgrimages. In: *Geography Faculty Publications.* University of Nebraska - Lincoln, Paper 2: pp. 39-60

Stoddard, Robert H. (1987). *Pilgrimages along Sacred PathsGeography*, Faculty Publications. University of Nebraska - Lincoln, Paper 28, pp. 96-104
http://digitalcommons.unl.edu/geographyfacpub/28

Strohmayer, Ulf. (2005). Post-structuralism. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 6-10

Stump, Roger W. (2008). *The Geography of Religion. Faith, Place, and Space*, Ed. Rowman & Littlefield Publishers, Inc., United States of America, 423 pp.

Taylor, Charles. (1994). *Multiculturalismo. Examinando a política de reconhecimento*, Trad. Marta Machado, Instituto Piaget; Lisboa, 193 pp.

Teixeira, Alfredo (org.). (2012b). *Identidades Religiosas em Portugal. Ensaio Interdisciplinar*, Paulinas Editora, 1ª Edição, Lisboa, 376 pp.

Teixeira, Alfredo. (2012a). *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas - 2011*, UCP, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centrop de Estudos de Religiões e Cultural, 21 pp.

Thompson E.P. (1963). Community. In: **Oakes**, Timothy S. & **Price**, Patricia L.; *The Cultural Geography Reader*. (2008). Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, pp. 20-29

Thrift, Nigel. (2006). Space. In: *Theory, Culture & Society*, vol. 23-25 (2-3): 139-155

Thrift, Nigel. (2004). Perfornce and performativity: A Geography of unknown lands. In: **Duncan**, James S.; **Johnson**, Nala C. & **Schein**, Richard H. (eds.), *A Companion to Cultural Geography*, Blackwell Publishing, pp. 121-136

Tuan, Yi-Fu. (2012). *Religion. From Place to Placelessness*, Center for American Places at Columbia College Chicago, Chicago, 166 pp.

Tuan, Yi Fu. (1983). *Espaço e Lugar: a prespectiva da experiência*. Trad. Lívia de Oliveira, Difel Editora, São Paulo, Rio de Janeiro, 250 pp.

Tuan, Yi-Fu. (1980). *Topofilia. Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio ambiente*. Trad. Livia Oliveira, Difel Editora, São Paulo, Rio de Janeiro, 288 pp.

Tuan, Yi-Fu (1979). Sacred Space: Exploration of na Idea. In: **Butzer** K. (org.), *Dimensions of Human Geography*, Chicago Research Paper, 186, Chicago, pp. 84-99

Vieira, Fátima. (2003). Para uma cartografia da contemporaneidade: o olhar sincrónico e a revitalização dos Estudos Culturais. In: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* – 1ª série, vol. XIX, Porto: 359-364

Vilaça, Helena. (2006). *Da Torre de Babel às Terras Prometidas. Pluralismo Religioso em Portugal*, Edições Afrontamento, Colecção das Ciências Sociais, Porto, 285 pp.

Vilaça, Helena. (1999). Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal. In: *Lusotopie*, Paris: 277-289

Vilaça, Helena. (1997). Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal. In: *Revista da Faculdade de Letras – Sociologia*, Porto, I (7): 31-51

Virilo, Paul. Cibermundo: a política do pior. Editorial Teorema, Lisboa, 126p.

Wagner, Philip L & **Mikesell**, Marvin W. (1962). Os temas da geografia cultural. In: **Corrêa**, Roberto Lobato & **Rosendahl**, Zeny, (2003), *Introdução à Geografia Cultural*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, pp. 27-61

Wagner, Philip L. (2002). Cultura y Geografia: um ensaio reflexivo. In: *Boletín de la A.G.E.*, n.º34: 41-50

Wall, Karin; **Cunha**, Vanessa & **Ramos**, Vasco. (2014). A evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011. In: *Famílias nos Censos 2011. Diversidade e Mudança*. **Delgado**, Anabela & **Wall**, Karin (coord.), Imprensa de Ciências Sociais, INE, 2014, pp. 43-63

Washbourne, Neil. (2009). Globalisation/Globality. In: **Atkinson**, David; **Jackson**, Peter; **Sibley**, David & **Washbourne**, Neil; *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts*, I.B. Tauris & Co Ltd; London, pp. 161-168

Weber, Max. (2006). *Sociologia das Religiões e consideração intermediária*. Trad. Paulo Osório de Castro, Antropos, Relógio de Água Editores, Lisboa, 358 pp.

Westphal, Vera Herweg. (2010). Individualização em Ulrich Beck: análise da sociedade contemporânea. In: *Emancipação*, Ponta Grossa 10(2): 419-433

Williams, Raymond. (1983). Culture. In: **Oakes**, Timothy S. & **Price**, Patricia L.; *The Cultural Geography Reader*, Routledge. (2008). Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library: pp. 15-18

Woodard Keith & **Jones III**, John Paul. (2009). Post-structuralism. In: **Gregory**, Derek; **Johnston**, Ron; **Pratt**, Geraldine; **Watts**, Michael J. & **Whatmore**, Sarah (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª ed.; Oxford: Blackwell Publishers, pp. 571-573

Fontes Estatísticas:

Censos da População de Portugal - 1930, Lisboa: Direção-Geral de Estatística, vol. I, 1933

VIII Recenseamento Geral da População - 1940, vol. XV, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1945

IX Recenseamento Geral da População - 1950, tomo I, Lisba, Instituto Nacional de Estatística, 1952

X Recenseamento Geral da População - 1960, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

XI Recenseamento Geral da População; I Recenseamento Geral da Habitação - 1970, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

XII Recenseamento Geral da População; II Recenseamento Geral da Habitação 1981, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

Censos 1991: XIII Resenceamento Geral da População; III Recenseamento Geral da Habitação 1991, resultados definitivos, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

Censos 2001: XIV Resenceamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação 2001, resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

Censos 2011: XV Resenceamento Geral da População; V Recenseamento Geral da Habitação 2011, resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

Inquérito à Fecundidade, Destaque à Comunicação Social 2013, Edição de 30 de junho de 2014, INE, Lisboa, 11 pp.

Retrato Territorial de Portugal 2011, Destaque à Comunicação Social, 2011, Edição de 02 de julho de 2013, INE, Lisboa, 26 pp.

Retrato Territorial de Portugal 2011, INE, Lisboa, 224 pp.

A População Estrangeira em Portugal 2011, Destaque à Comunicação Social, Edição de 17 de dezembro de 2012, INE, Lisboa, 32 pp.

Sociedade de Informação e do Conhecimento. Inquérito à utilização de Tecnologias de Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013, Destaque à Comunicação Social, 2013, Edição de 06 de novembro de 2013, INE, Lisboa, 9 pp.

Sociedade da Informação e do Conhecimento. Inquérito à utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, Destaque à Comunicação Social 2011, Edição de 04 de novembro de 2011, INE, Lisboa, 9 pp.

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2009, Edição de 2011, INE, Lisboa, 73 pp.

Classificação portuguesa das profissões - 2010, Edição2011, INE, Lisboa, 485pp.

Estatísticas do Turismo - 2010, Edição de 2011, INE, Lisboa, 147 pp.

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2010, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Edição de junho de 2011, Oeiras, pp. 1-22

População Católica Praticante por diocese - 1970, 1991, 2001, Portugal, dados não publicados, CEP

Anuários Católicos de Portugal, Secretariado-Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, Coimbra (consultados vários anos)

Estatísticas do Santuário - Santuário de Fátima - http://www.santuario-fatima.pt/portal/

Estatísticas do Número de Peregrinos de Santiago de Compostela - http://peregrinossantiago.es/esp/oficina-del-peregrino/estadisticas/

International Religious Freedom Report Portugal 2005, Embassy of The United States in Lisbon, Portugal, In: http://portugal.usembassy.gov/policy/state-department-reports.html

Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, R*eligious Hostilities Reach Six-Year Hig*, janeiro, 2014, Washington, 90 pp.

Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, *Global Religion and Migration* Database, 2010

Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, *Global Christianity*. *A Report on the Size and Distribution of the World's Christian Population*, dezembro, 2011, Washington, 130 pp.

Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, *Faith on the move - the religious affiliation of international migrants*, dezembro, 2012, Washington, 114 pp.

Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, *Global Religion Landscape, A Report on the Size and Distribution of the World's Major Religious Groups as of 2010*, dezembro, 2012, 82 pp.

Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, *Rising Tide of Restrictions on Religion,* setembro, 2012 , Washington, 86pp.

Fontes Normativas

Resolução da Assembleia da República N.º 74/2004 (Diário do Governo - I Série, N.º 269 de 16 de novembro de 2004), Aprova para ratificação a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada a 18 de Maio na cidade do Vaticano

Endereços WWW

INE - Instituto Nacional de Estatística - http://www.ine.pt

PORDATA- Base de Dados de Portugal Contemporâne - http://www.pordata.pt

EUROSTAT - European Statistics - http://ec.europa.eu/eurostat/web/main/home

Conferência Episcopal Portuguesa - Igreja Católica em Portugal
http://www.conferenciaepiscopal.pt

Agência Eclesia - http://www.agencia.ecclesia.pt

Paróquias de Portugal - http://www.paroquias.org/

Identidades Religiosas em Portugal. Representações, Valores e Práticas - 2011, Alfredo Teixeira, Universidade Católica Portuguesa,
http://www.porto.ucp.pt/sites/default/files/images/inquerito_2011_resumo.pdf

Santuário de Fátima - http://www.santuario-fatima.pt/portal/

Santiago de Compostela - http://peregrinossantiago.es/esp/oficina-del-peregrino/estadisticas/

Anuários Pontifícios - http://br.radiovaticana.va (consultados vários anos)

Igreja Universal do Reino de Deus - http://centrodeajuda.pt (consultado em fevereiro de 2014)

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimso Dias - http://www.igreja-jesus-cristo.pt (consultado em fevereiro de 2014)

Maná - Igreja Cristã - http://www.igrejamana.com/int/inicial3.php (consultado em fevereiro de 2014)

Testemunhas de Jeová - http://www.jw.org/pt (consultado em fevereiro de 2014)

Turismo 2020. Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal. http://turismo2020.turismodeportugal.pt/pt/

https://upload.wikimedia.org, 2015 (consultado a 10 de setembro de 2015) (Figura 1)

https://desconstruindorhani.files.wordpress.com, 2015 (consultado a 10 de setembro de 2015)(Figura 2)

Passo a Rezar - http://www.passo-a-rezar.net (consultado em dexembro de 20.14) (Figura 4)

Imprensa Nacional:

Identidades religiosas em Portugal: novas paisagens sociais, Alfredo Teixeira, 29/11/2012 - http://www.publico.pt/opiniao/noticia/identidades-religiosas-em-portugal-novas-paisagens-sociais-1575497

Junker propõe reforma das políticas de asilo contra medo, muros e vedações, Alexandre Martins e Joao Manuel Rocha, 09.09.2015, http://www.publico.pt/mundo/noticia/juncker-quer-acordo-sobre-refugiados-mas-defende-sistema-de-quotas-de-acolhimento-1707259

Índice de Figuras

Figura 1: Imagem parcial do muro de Israel 104

Figura 2: Imagem parcial do muro na cidade de Belfast 104

Figura 3: Jerusalém, 29 de dezembro de 1998: Shimon Biton enconstra o seu telemóvel ao Muro Ocidental para que um parente em França possa fazer uma prece no lugar sagrado 122

Figura 4: Site do Secretariado Nacional Apostolado da Oração da responsabilidade da Companhia de Jesus em Portugal 122

Figura 5: Figura 5: Mudanças na religião enquanto elemento determinante da identidade cultural 137

Figura 6: Afiliação Religiosa da População Migrante 141

Figura 7: Composição Religiosa da População Imigrante na União Europeia 142

Figura 8: Percentagem de população integrada nos maiores grupos religiosos, 2010 145

Figura 9: Percentagem de população e distribuição geográfica dos maiores grupos religiosos 146

Figura 10: Distribuição da População Cristã no mundo, 2010 147

Figura 11: Distribuição da População Muçulmana no mundo, 2010 147

Figura 12: Religiões Maioritárias por país, 2010 148

Figura 13: A distribuição da População Cristã pelas grandes zonas geográficas mundiais, 1910 e 2010 149

Figura 14: Evolução da Distribuição da População Cristã no mundo, 1910 e 2010 151

Figura 15: Número de Católicos Batizados no mundo, 1978 a 2011 152

Figura 16: Evolução da População Residente em Portugal, 1864-1991 160

Figura 17: Evolução da Taxa Bruta de Natalidade e de Mortalidade em Portugal, 1900-1991 161

Figura 18: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil em Portugal, 1920-1991 162

Figura 19: Evolução do Índice de Envelhecimento em Portugal, 1960-1991 168

Figura 20: Evolução dos Saldos Populacionais: Total, Natural e Migratório em Portugal, 1961-1991 169

Figura 21: Evolução da População Residente em Portugal, 1991-2013 173

Figura 22: Evolução do Saldo Natural e do Saldo Migratório em Portugal, 1991-2013 175

Figura 23: Evolução das Taxas Brutas de Natalidade e de Mortalidade e a Taxa de Mortalidade Infantil em Portugal, 1991-2013 176

Figura 24: Evolução do Índice de Envelhecimento em Portugal, 1991-2013 177

Figura 25: Índice de Envelhecimento, por concelho, 2011 178

Figura 26: Evolução do Casamento Civil e Católico, 1991, 2001 e 2011 184

Figura 27: Percentagem do Casamento Católico, por sub-região e por concelho, 2001 e 2011 185

Figura 28: População Emigrante Total, Permanente e Temporária, em Portugal, 1981-2013 188

Figura 29: População Estrangeira Residente em Portugal, 1960-2013 189

Figura 30: Percentagem de População Estrangeira, por concelho, 2011 190

Figura 31: Tipologia de Freguesias com 3 classes 194

Figura 32: Densidade Populacional, por concelho, 2011 196

Figura 33: Variação da População Residente, por concelho, 1991-2001 197

Figura 34: Variação da População Residente, por concelho, 2001-2011 197

Figura 35: Percentagem de População Católica, por região, 1981 211

Figura 36: Percentagem de População Católica, por concelho, 1981 211

Figura 37: Percentagem de População Católica, por região, 1991 214

Figura 38: Percentagem de População Católica, por concelho, 1991 214

Figura 39: Percentagem de População Católica, por região, 2001 217

Figura 40: Percentagem de População Católica, por concelho, 2001 217

Figura 41: Evolução da População Católica Praticante, em Portugal, 1977, 1991 e 2001 219

Figura 42: População Católica Praticante, por diocese, 1977 221

Figura 43: População Católica Praticante, por diocese, 1991 221

Figura 44: População Católica Praticante, por diocese, 2001 222

Figura 45: Variação da População Católica Praticante, por diocese, 1977-1991 224

Figura 46: Variação da População Católica Praticante, por diocese, 1991-2001 224

Figura 47: Variação da População Católica Praticante, por diocese, 1977-2001 225

Figura 48: Percentagem de População Católica, por região, 2011 228

Figura 49: Percentagem de população católica, por concelho, 2011 228

Figura 50: Evolução das Identidades Religiosas em Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011 229

Figura 51: Variação Intercensitária das Identidades Religiosas dos Portugueses 231

Figura 52: Percentagem de População Católica, Região Autónoma dos Açores, 2011 235

Figura 53: Percentagem de População Católica, por concelho, Região Autónoma dos Açores, 2011 236

Figura 54: Percentagem de População Católica, Região Autónoma da Madeira, 2011 236

Figura 55: Percentagem de População Católica, por concelho, Região Autónoma da Madeira, 2011 237

Figura 56: Variação da População Católica, Região Autónoma dos Açores, 2001-2011 238

Figura 57: Variação da População Católica, por concelho, Região Autónoma dos Açores, 2001-2011 238

Figura 58: Variação da População Católica, Região Autónoma da Madeira, 2001-2011 239

Figura 59: Variação da População Católica, por concelho, Região Autónoma da Madeira, 2001-2011 239

Figura 60: Percentagem de População Católica, por sub-região, região Norte, 2011 246

Figura 61: Percentagem de População Católica, por concelho, região Norte, 2011 247

Figura 62: Variação da População Católica, por sub-região, região Norte, 2001-2011 248

Figura 63: Variação da População Católica, por concelho, região Norte, 2001-2011 248

Figura 64: Percentagem de População Católica, por sub-região, região Centro, 2011 254

Figura 65: Percentagem de População Católica, por concelho, região Centro, 2011 254

Figura 66: Variação da População Católica, por sub-região, região Centro, 2001-2011 256

Figura 67: Variação da População Católica, por concelho, região Centro, 2001-2011 256

Figura 68: Percentagem de População Católica, por sub-região, região de Lisboa, 2011 262

Figura 69: Percentagem de População Católica, por concelho, região de Lisboa, 2011 262

Figura 70: Variação da População Católica, por sub-região, região de Lisboa, 2001-2011 263

Figura 71: Variação da População Católica, por concelho, 2001-2011 263

Figura 72: Percentagem de População Católica, por sub-região, região do Algarve, 2011 270

Figura 73: Percentagem de População Católica, por concelho, região do Algarve, 2011 271

Figura 74: Variação da População Católica, por sub-região, região do Algarve, 2001-2011 272

Figura 75: Variação da População Católica, por concelho, da região do Algarve, 2001-2011 272

Figura 76: Percentagem de População Católica, por sub-região, região do Alentejo, 2011 279

Figura 77: Percentagem de População Católica, por concelho, região do Alentejo, 2011 280

Figura 78: Variação da População Católica, por sub-região, região do Alentejo, 2001-2011 281

Figura 79: Variação da população católica, por concelhos da região do Alentejo, 2001-2011 281

Figura 80: Percentagem de População de Outras Religiões Cristãs e Não Cristãs, por concelho, 1981, 1991, 2001, 2001 293

Figura 81: Variação da População de Outras Religiões Cristãs e Não Cristãs, por concelho, 2001-2011 294

Figura 82: Evolução da População das Religiões Cristãs e Não Cristãs, 1981, 1991, 2001 e 2011 297

Figura 83: Percentagem de População Sem Religião, por concelho, 1981, 1991, 2011, 2001 303

Figura 84: Variação da População Sem Religião, por concelho, 2001-2011 303

Figura 85: percentagem de População Católica, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001, 2011 317

Figura 86: Variação da População Católica, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-1991, 1991-2001, 2001-2011 318

Figura 87: População Católica Praticante, por sexo, 2001 320

Figura 88: Percentagem de População Católica, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981 a 2011 323

Figura 89: Tipologia de Áreas Urbanas do concelho de Coimbra 328

Figura 90: Localização das Igrejas em estudo 341

Figura 91: Outras Igrejas frequentadas pela população da Igreja de Eiras 386

Figura 92: Outras Igrejas frequentadas pela população da Igreja da Rainha Santa Isabel 387

Figura 93: Outras Igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. Martinho do Bispo 388

Figura 94: Outras Igrejas frequentadas pela população da Igreja da Sé Nova 389

Figura 95: Outras Igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. José 391

Figura 96: Outras Igrejas frequentadas pela população da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes 392

Figura 97: Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. João Batista 393

Figura 98: Total das outras Igrejas frequentadas pela população inquirida 394

Figura 99: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Eiras 426

Figura 100: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Rainha Santa Isabel 428

Figura 101: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. Martinho do Bispo 430

Figura 102: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Sé Nova 432

Figura 103: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. José 434

Figura 104: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes 437

Figura 105: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. João Batista 440

Figura 106: Lugares Sagrados nacionais onde a população inquirida já esteve 443

Figura 107: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos, por país ou região 448

Figura 108: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Eiras 452

Figura 109: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Rainha Santa Isabel 453

Figura 110: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. Martinho do Bispo 455

Figura 111: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da Sé Nova 457

Figura 112: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja da S. José 460

Figura 113: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes 462

Figura 114: Lugares Sagrados internacionais onde já estiveram os inquiridos da Igreja de S. João Batista 465

Lista de Quadros

Quadro 1: A Distribuição da População Cristã pelas grandes zonas geográficas mundiais, 1910 e 2010 149

Quadro 2: Número de Católicos Batizados no mundo, 1978 a 2011 152

Quadro 3: Percentagem de Católicos Batizados, por regiões mundiais, 1999, 2000, 2003 e 2011 153

Quadro 4: Variação do Estado Civil, por região, 1991-2001 179

Quadro 5: Percentagem de População por Estado Civil, por região, 2011 180

Quadro 6: Variação do Número de Filhos por Núcleo Familiar, por região, 1991-2001 e 2001-2011 181

Quadro 7: Dimensão Média das Famílias Clássicas, por região, 1991- 2011 182

Quadro 8: Formas de Celebração do Casamento em Portugal, 1991, 2001 e 2011 183

Quadro 9: Variação das Formas de Celebração de Casamentos em Portugal, 2001-2011 184

Quadro 10: População Total e População Estrangeira, por região, 2001-2011 191

Quadro 11: Ranking das Nacionalidades mais representativas, 2011 192

Quadro 12: Escalões de Dimensão Populacional em Portugal, 1991, 2001 e 2011 204 198

Quadro 13: Número de População segundo a resposta à pergunta da Religião, 1900,1940, 1950, 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011 206

Quadro 14: Percentagem de População segundo a resposta à pergunta da Religião, 1900,1940, 1950, 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011 206

Quadro 15: População Católica, Outras Religiões, Sem Religião e Não Sabe/Não Responde", por região, 1981 208

Quadro 16: População Católica, Outras Religiões, Sem Religião e Não Sabe/Não Responde", por região, 1991 212

Quadro 17: População Católica, Outras Religiões, Sem Religião e "Não Sabe/Não Responde", por região, 2001 215

Quadro 18: Evolução da População Católica Praticante, por diocese, 1977, 1991, 2001 219

Quadro 19: Percentagem de População Católica Praticante, por diocese, 1977, 1991, 2001 222

Quadro 20: Variações da População Católica Praticante, 1977, 1991, 2001 223

Quadro 21: População Católica, Outras Religiões, Sem Religião e "Não Sabe/Não Responde", por região, 2011 226

Quadro 22: População Católica e Variações da População Católica, por região, 1981-1991, 1991-2001 e 2001-2011 231

Quadro 23: População Católica e Variações da População Católica, Região Autónoma dos Açores, 1981-1991, 1991-2001 e 2001-2011 234

Quadro 24: População Católica e Variações da População Católica, Região Autónoma da Madeira, 1981-1991, 1991-2001 e 2001-2011 234

Quadro 25: População Católica, região Norte, 1981, 1991, 2001, 2011 245

Quadro 26: População Católica, região Centro, 1981, 1991, 2001, 2011 253

Quadro 27: População Católica, região de Lisboa, 1981, 1991, 2001, 2011 261

Quadro 28: População Católica, região do Algarve, 1981, 1991, 2001, 2011 269

Quadro 29: População Católica, região do Alentejo, 1981, 1991, 2001, 2011 278

Quadro 30: População Católica, Outras Religiões, Sem Religião e que Não Respondeu à questão da Religião, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011 291

Quadro 31: Percentagem da População das Religiões Minoritárias Cristãs e Não Cristãs, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011 291

Quadro 32: Percentagens e Variação dos Outros Grupos Religiosos, regiões portuguesas, 1981, 1991, 2001 e 2011 291

Quadro 33: Percentagem de População crente de Outros Grupos Religiosos Cristãos e Não Cristãos, por região, 2011 296

Quadro 34: Variação dos Outros Grupos Religiosos, Portugal, 2001-2011 296

Quadro 35: Número de Locais de Culto, por região, 2010 299

Quadro 36: Número de Locais de Culto, por região, fevereiro de 2014 299

Quadro 37: Categorias de Posição Religiosa, 1999 e 2011 301

Quadro 38: Percentagem de Crentes Com Religião, 1999 e 2011 301

Quadro 39: Percentagens e Variação da População Sem Religião, por região, 1981, 1991, 2001 e 2011 302

Quadro 40: Percentagens e Variação da População Sem Religião, por região, 1981, 1991, 2001 e 2011 304

Quadro 41: Percentagem de População Católica, Portugal, região Centro, Baixo Mondego e Coimbra, 1981-2011 313

Quadro 42: Percentagem de População Católica e Variação, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001 e 2011 316

Quadro 43: Sexo e Grupos Etários da População Praticante da Diocese de Coimbra, 2001 320

Quadro 44: Quadro 44: Variação da População Residente, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001, 2011 e Densidade Populacional 2011 322

Quadro 45: Percentagem e Variação da População Crente noutras Religiões (Cristãs e Não Cristãs), por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011 326

Quadro 46: Percentagem e Variação da População Sem Religião, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011 327

Quadro 47: Percentagem de População Católica, População de Outras Religiões e População Sem Religião, por tipologia de freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011 329

Quadro 48: Variação da População Católica, População de Outras Religiões e População Sem Religião, por tipologia de freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011 330

Quadro 49: Variação da População Residente, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 1981-2011 331

Quadro 50: Densidade Populacional, Percentagem de População Residente e Percentagem de População Estrangeira, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011 331

Quadro 51: Percentagem de Famílias, Núcleos Familiares e Alojamentos Familiares, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011 332

Quadro 52: Percentagem do Estado Civil da População Residente e Forma de Celebração dos Casamentos, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011 334

Quadro 53: Percentagem de Núcleos Familiares Monoparentais e Reconstituídos da População Residente, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011 334

Quadro 54: Percentagem de População por Grupo Etário e Variação de cada Grupo, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011 335

Quadro 55: Percentagem de População Ativa por Setor de Atividade e nível de Escolaridade, por tipologia de freguesias urbanas do concelho de Coimbra, 2011 336

Quadro 56: Idade do Inquirido, Idade Mínima, Máxima e Média de Idade 345

Quadro 57: Idade do Inquirido, por Grupo Etário 345

Quadro 58: Idade do Inquirido, por Grupo Etário, Inquéritos e CEP 345

Quadro 59: Sexo do Inquirido 347

Quadro 60: Nacionalidade do Inquirido, por país 347

Quadro 61: Naturalidade do Inquirido, por concelho 348

Quadro 62: Concelho de Residência do Inquirido 349

Quadro 63: Freguesia de Residência do Inquirido 350

Quadro 64: Freguesia de Residência do Inquirido 350

Quadro 65: Tempo Médio em que o Inquirido habita na atual residência 351

Quadro 66: Tempo Médio em que o Inquirido habita na atual residência 351

Quadro 67: Local de Trabalho do Inquirido 352

Quadro 68: Habilitações Literárias do Inquirido, atingiu ou não o ensino superior 353

Quadro 69: Habilitações Literárias do Inquirido 354

Quadro 70: Rendimento Líquido Mensal do Inquirido 355

Quadro 71: Condição perante a Atividade Económica 356

Quadro 72: Profissão do Inquirido, pela Classificação Nacional das Profissões 356

Quadro 73: Estado Civil do Inquirido 358

Quadro 74: Pessoas com quem vive o Inquirido 358

Quadro 75: Composição do Agregado Familiar do Inquirido 358

Quadro 76: Número de Filhos por Agregado Familiar 359

Quadro 77:Resumo do perfil do Inquirido 361

Quadro 78: Número de vezes a que o Inquirido vai à Missa 365

Quadro 79: Modelo de Caracterização do Comportamento Religioso dos Inquiridos 366

Quadro 80: Modelo de Caracterização do Comportamento Religioso dos Inquiridos 367

Quadro 81: Motivos que justificam a frequência das Igrejas selecionadas 368

Quadro 82: Razões identificadas pelo Inquirido que justificam a escolha da Igreja onde frequenta a missa 369

Quadro 83: Relação dos Inquiridos com a Igreja 371

Quadro 84: Motivos que justificam a Identificação do Inquirido com a Igreja 372

Quadro 85: Motivos que justificam a não Identificação do Inquirido com a Igreja 374

Quadro 86: Inquiridos que indicaram pelo menos um fator 375

Quadro 87: Tipologia de elementos que os inquiridos referiram 375

Quadro 88: Elementos positivos ou neutros que os Inquiridos referiram 376

Quadro 89: Elementos negativos que os Inquiridos referiram 378

Quadro 90: Atos religiosos realizados pelos Inquiridos, na Igreja onde frequentam a missa 379

Quadro 91: Inquiridos que Identificaram pelo menos uma Atividade 380

Quadro 92: Atividade de cariz Religioso que costuma frequentar 381

Quadro 93: Igrejas que o Inquirido frequenta 382

Quadro 94: Número e Percentagem de Outras Igrejas que o Inquirido Frequenta 383

Quadro 95: Número e Percentagem de Igrejas que o Inquirido frequenta, por referências 384

Quadro 96: Outras Igrejas frequentadas pelos Inquiridos 385

Quadro 97: Inquiridos que frequentam ou não outro tipo de Lugares Religiosos 398

Quadro 98: Identidade com outros Lugares Religiosos 399

Quadro 99: Espaços onde o Inquirido mais gosta de rezar (oração) 401

Quadro 100: Outros Espaços onde os Inquiridos gostam de rezar (oração) 402

Quadro 101: Lugares Religiosos relevantes em Coimbra, valores totais 404

Quadro 102: Lugares Religiosos relevantes em Coimbra, por referências 405

Quadro 103: Lugares Religiosos relevantes de Coimbra, por referência 406

Quadro 104: Atividades Religiosas ou Episódios Religiosos associados a Coimbra, valores totais 408

Quadro 105: Atividades Religiosas ou Episódios Religiosos associados a Coimbra, atividade ou episódios indicados e referências 408

Quadro 106: Atividades Religiosas ou Episódios Religiosos associados a Coimbra, por tipo de referência 409

Quadro 107: A Paisagem/Imagem de Coimbra está associada à Igreja Católica 412

Quadro 108: População que indicou pelo menos uma justificação 413

Quadro 109: Número de justificações apresentadas pela população Inquirida 413

Quadro 110: Elementos que estão associados à Paisagem da Cidade de Coimbra 414

Quadro 111: Número de inquiridos que referiram Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram 416

Quadro 112: Número de Lugares Sagrados nacionais onde o Inquirido já esteve, valores totais 417

Quadro 113: Lugares Sagrados nacionais onde o Inquirido já esteve, por região e por número de lugares 418

Quadro 114: Lugares Sagrados nacionais onde o Inquirido já esteve, por região e por número de referências 418

Quadro 115: Lugares Sagrados nacionais onde a População já esteve, região Centro, por concelho 419

Quadro 116: Lugares Sagrados nacionais onde a População já esteve, região Norte, por concelho 421

Quadro 117: Lugares Sagrados nacionais onde a População já esteve, região de Lisboa e Vale do Tejo, por concelho 423

Quadro 118: Lugares Sagrados nacionais onde a População já esteve, região do Alentejo, por concelho 424

Quadro 119: Lugares Sagrados nacionais onde a População já esteve, região do Algarve, por concelho 424

Quadro 120: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os Inquiridos da Igreja de Eiras, por número e por referências 427

Quadro 121: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os Inquiridos da Igreja da Rainha Santa Isabel, por número e por referências 429

Quadro 122: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os Inquiridos da Igreja de S. Martinho do Bispo, por número e por referências 431

Quadro 123: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os Inquiridos da Igreja da Sé Nova, por número e por referências 433

Quadro 124: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os Inquiridos da Igreja de S. José, por número e por referências 435

Quadro 125: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os Inquiridos da Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, por número e por referências 438

Quadro 126: Lugares Sagrados nacionais onde já estiveram os Inquiridos da Igreja de S. João Batista, por número e por referências 441

Quadro 127: Lugares Sagrados nacionais onde a população Inquirida já esteve 442

Quadro 128: Número de Lugares Sagrados internacionais onde o Inquirido já esteve, valores totais 446

Quadro 129: Número de Lugares Sagrados internacionais onde o Inquirido já esteve, valores totais 446

Quadro 130: Lugares Sagrados internacionais onde o Inquirido já esteve, por país ou região 447

Quadro 131: Lugares Sagrados internacionais onde a População Inquirida na Igreja de Eiras já esteve, por cidade e país 452

Quadro 132: Lugares sagrados internacionais onde a População Inquirida na Igreja da Rainha Santa Isabel já esteve, por cidade e país 454

Quadro 133: Lugares Sagrados internacionais onde a População Inquirida na Igreja de S. Martinho do Bispo já esteve, por cidade e país 456

Quadro 134: Lugares Sagrados internacionais onde a População Inquirida na Igreja da Sé Nova já esteve, por cidade e país 458

Quadro 135: Lugares Sagrados internacionais onde a População inquirida na Igreja de S. José já esteve, por cidade e país 461

Quadro 136: Lugares Sagrados internacionais onde a População inquirida na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes já esteve, por cidade e país 463

Quadro 137: Lugares Sagrados internacionais onde a População Inquirida na Igreja S. João Batista já esteve, por cidade e país 466

Quadro 138: Participação do Inquirido numa viagem ou peregrinação, por percentagem 468

Quadro 139: Número de cidades/Lugares Religiosos onde os Inquiridos já foram, integrados em viagens de turismo religioso ou peregrinações 469

Quadro 140: Número de referências a cidades/Lugares Religiosos onde os inquiridos já foram, integrados em viagens de turismo religioso ou peregrinações 469

Quadro 141: Lugares Sagrados nacionais que a população Inquirida já visitou 470

Quadro 142: Lugares Sagrados internacionais que a população inquirida já visitou 472

Quadro 143: Com quem a população inquirida realizou a sua experiência de turismo religioso ou peregrinação 475

Quadro 144: Número de dias que durou a viagem de turismo religioso/ peregrinação 476

Quadro 145: Percentagem de População Inquirida que identificou pelo menos um lugar importante na história da Igreja Católica 477

Quadro 146: Número e percentagem de lugares referidos pela população que identificou pelo menos um lugar importante para a história da Igreja Católica 477

Quadro 147:Lugares Sagrados importantes para a História da Igreja Católica, por número de referências 478

Quadro 148: Lugares Sagrados importantes para a História da Igreja Católica, por país ou zona geográfica e por número de referências 479

Quadro 149: Lugares importantes para a História da Igreja Católica, por número de referências 480

Quadro 150: Percentagem de Inquiridos que considera importante conhecer lugares religiosos, nacionais ou internacionais 482

Quadro 151: Percentagem de Inquiridos que apresentaram justificação e percentagem de referências 483

Quadro 152: Razões que justificam a importância de conhecer lugares religiosos, nacionais e internacionais 483

ANEXOS

ANEXO I

INQUÉRITO À POPULAÇÃO

NOME DA IGREJA: _____*N.º DO INQUÉRITO* _____

Questionário à população católica da cidade de Coimbra

Este inquérito destina-se a elaborar uma proposta de Tese de Doutoramento em Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com o Tema: A Territorialidade religiosa e as redes dos lugares sagrados na Cidade de Coimbra**. O inquérito destina-se à população católica praticante da cidade de Coimbra e tem por objectivo obter informações sobre o uso e a imagem dos espaços religiosos da cidade. Será mantida a confidencialidade das respostas e os dados serão utilizados apenas no referido estudo.**

1_ DADOS DO INQUIRIDO

1.1. Idade: _____anos; 1.2. **Sexo** M ☐ F ☐

1.3. Naturalidade: país: _____concelho: _____ freguesia: _____

1.4. Residência: concelho: _____; **freguesia: _____**

1.4.1. Há quanto tempo mora na sua actual residência: _____anos

1.5. Habilitações literárias (assinale com uma cruz) :

não sabe ler, nem escrever	
curso médio/técnico-profissional	
1º, 2º e 3º ciclo (da 1ª classe ao 9º ano)	
bacharelato/licenciatura	
ensino secundário (do 10º ao 12º ano)	
pós-graduação/mestrado/doutoramento	

1.6. Profissão principal:
(incluindo se está desempregado ou se é estudante):
_____

1.7. Trabalha/ estuda em Coimbra: Sim: ☐ Não: ☐ Onde (concelho):
_____

1.8. Rendimento líquido mensal (assinale com uma cruz):

menos de 485€		de 1.500 a 3000€	
de 485 a 1.000€		mais de 3.000 €	
de 1.000 a 1500€		sem rendimento mensal	

1.9. Estado civil (assinale com uma cruz):

solteira(o)	
casada(o)	
união de facto(o)	
divorciada(o)	
viúva(o)	

1.10. Pessoas com quem vive e agregado familiar (assinale com uma cruz):

vivo sozinho	
vivo com amigos	
vivo com o meu agregado familiar composto por:	
mulher/marido	
filhos n.º quantos (n.º) ……..	
pais	
sogros	
outros membros quem? ……..	

2_PRÁTICA RELIGIOSA DO INQUIRIDO

2.1. Quantas vezes se desloca a esta Igreja? (assinale com uma cruz):

raramente	
só em ocasiões especiais	
todos os Domingos e dias santos	
1 vez por semana	
mais de 1 vez por semana	
1-2 vezes por mês	
1-2- vezes por trimestre	

2.2. Quais os motivos pelos quais frequenta esta igreja? (assinale com uma cruz):

está localizada na freguesia da minha área de residência	
está próxima do meu local de trabalho	
Não está associada a questões de localização mas sim outras razões: Quais?	

2.3. Identifica-se com esta paróquia? (assinale com uma cruz):

sim porquê?	
não porquê?	

2.4. O que lhe transmite esta igreja (sensações, emoções etc.)?

1-
2-
3-
4-
5-

2.5. Vem sempre à missa a esta igreja ou frequenta outras igrejas?

frequento sempre a mesma igreja	
não frequento sempre a mesma igreja	
frequento a(s) outras igrejas. quais? 1- ---------- 2- ---------- 3- ----------	

2.6. Nesta Igreja que tipo de atos religiosos já realizou? (assinale com uma cruz):

recebi o Baptismo	
frequentei a catequese até à Primeira Comunhão	
fiz a Primeira Comunhão	
frequentei a catequese depois da Primeira Comunhão	
fiz a Profissão de Fé	
fiz o Crisma	
cecebi uma educação religiosa católica em casa	
celebrei o Matrimónio	
batizei os meus filhos	
nenhuma das anteriores	

2.7. Nesta igreja que tipo de experiências religiosos costuma frequentar? (assinale com uma cruz):

apenas vou à missa	
tenho catequese para adultos	
participo em peregrinações	
participo em viagens (turismo religioso)	
faço parte de um grupo de voluntariado	
outras participações: quais: 1. ---------- 2. ---------- 3. ----------	

2.8. Que actividades religiosas associa à sua prática religiosa? (assinale com uma cruz):

oração	
vou à missa	
vou a peregrinação	
participo em visitas a lugares/sítios religiosos	
estou inserido em grupo/comunidade religiosa	
participo na catequese	
leio livros religiosos	
ouço músicas religiosas	
pesquiso em sites multimédia religiosos	
participo em acções de voluntariado	
participo em acções humanitárias/missões ligadas à religião	
outras atividades: quais: 1. ---------- 2. ---------- 3. ----------	

2.9. Para além de igrejas costuma frequentar outros lugares religiosos em Coimbra? (assinale com uma cruz):

sim. quais? 1. ---------- 2. ---------- 3. ----------	
não	

2.10. Em que espaços mais gosta de praticar a sua religião (oração)? (assinale com uma cruz):

capela/igreja	
santuário	
junto da natureza	
em qualquer lado onde esteja sozinho	
em qualquer lado desde que esteja acompanhado	
outros locais: quais: 1. ---------- 2. ---------- 3. ----------	

3_IMAGEM DA CIDADE DE COIMBRA

3.1. Indique alguns lugares religiosos relevantes de Coimbra, mesmo que não os frequente?

1-
2-
3-
4-
5-

3.2. Que actividades religiosas ou experiências religiosas associa a Coimbra?

1-
2-
3-
4-
5-

3.3. A paisagem/imagem de Coimbra está associada à Igreja Católica?

sim. porquê?	
não	

4_OUTROS LUGARES RELIGISOSO NACIONAIS E INTERNACIONAIS

4.1. Identifique lugares sagrados nacionais onde já esteve? (lugar/concelho):

1-
2-
3-
4-
5-

4.2. Já participou em alguma em alguma viagem de turismo religioso/peregrinação? (assinale com uma cruz):

sim	
não	

4.2.1. Se já participou indique onde, com quem e a duração (indique pelo menos 3 experiências):

ONDE	COM QUEM	DURAÇÃO (escolha a opção)
1.		n.º dias: ---------- n.º semanas: ---------- n.º meses: ----------
2.		n.º dias: ---------- n.º semanas: ---------- n.º meses: ----------
3.		n.º dias: ---------- n.º semanas: ---------- n.º meses: ----------

4.2. Identifique lugares sagrados internacionais onde já esteve?

1-
2-
3-
4-
5-

4.3. Indique lugares que sejam importantes na história da igreja católica?

1-
2-
3-
4-
5-

4.4. Considera importante conhecer diferentes lugares religiosos, nacionais e internacionais?

sim. porquê? 1. ---------- 2. ---------- 3. ----------	
não	

Muito Obrigada pela sua colaboração.

ANEXO II

INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE PORTUGAL

Quadro II.1: Número da População Residente, Portugal, 1864-2013 (N.º)

Anos	População Residente
1864	4.286.995
1900	5.446.760
1911	5.999.146
1920	6.080.135
1930	6.802.429
1940	7.755.423
1950	8.510.240
1960	8.889.392
1970	8.611.125
1981	9.833.014
1991	9.867.147
2001	10.356.117
2011	10.562.178
2012	10.487.289
2013	10.427.301

Fonte: INE, Pordata

Quadro II.2.: Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Mortalidade, Taxa de Mortalidade Infantil, Portugal, 1960-2013 (‰)

Anos	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa de Mortalidade Infantil
1960	24,1	10,7	77,5
1970	20,8	10,7	55,5
1981	15,4	9,7	21,8
1991	11,7	10,4	10,8
1992	11,5	10,1	9,2
1993	11,4	10,6	8,6
1994	10,9	9,9	7,9
1995	10,7	10,3	7,4
1996	11	10,6	6,8
1997	11,2	10,4	6,4
1998	11,2	10,5	6
1999	11,4	10,6	5,6
2000	11,7	10,2	5,5
2001	10,9	10,1	5,0
2002	11,0	10,2	5,0
2003	10,8	10,4	4,1
2004	10,4	9,7	3,8
2005	10,4	10,2	3,5
2006	10,0	9,7	3,3
2007	9,7	9,8	3,4
2008	9,9	9,9	3,3
2009	9,4	9,9	3,6
2010	9,6	10,0	2,5
2011	9,2	9,7	3,1
2012	8,5	10,2	3,4
2013	7,9	10,2	3,0

Fonte: INE, Pordata

Quadro II.3.: Saldo Total, Saldo Migratório e Saldo Natura, Portugal, 1991-2013 (N.º)

Anos	Saldo Total	Saldo Migratório	Saldo Natural
1991	-20.412	-32.829	12.417
1992	4.929	-9.357	14.286
1993	19.433	11.423	8.010
1994	34.268	24.273	9.995
1995	35.034	31.412	3.622
1996	40.503	37.123	3.380
1997	49.562	41.407	8.155
1998	52.876	45.690	7.186
1999	62.388	54.257	8.131
2000	81.752	67.108	14.644
2001	63.895	56.213	7.682
2002	49.923	41.798	8.125
2003	28.458	24.738	3.720
2004	21.622	14.336	7.286
2005	17.316	15.381	1.935
2006	20.600	17.141	3.459
2007	20.751	21.771	-1.020
2008	9.675	9.361	314
2009	10.465	15.408	-4.943
2010	-758	3.815	-4.573
2011	-30.323	-24.331	-5.992
2012	-55.109	-37.352	-17.757
2013	-59.988	-36.232	-23.756

Fonte: INE, Pordata

Quadro II.4.: Esperança Média de Vida, Portugal, 2001-2012 (Anos)

Anos	Esperança Média de Vida
2001	76,7
2002	77,0
2003	77,4
2004	77,7
2005	78,2
2006	78,5
2007	78,7
2008	78,9
2009	79,3
2010	79,6
2011	79,8
2012	80,0

Fonte: INE

Quadro II.5.: População Emigrante, Total, Permanente, Temporária, Portugal, 1960-2013 (Nº)

Anos	Emigrantes		
	Total	Permanente	Temporário
1960	32.318,00		
1970	66.360,00		
1981	23.147,00	16.513	6.634
1992	39.322,00	22.324	16.998
2001	20.589,00	5.762	14.827
2011	100.978,00	43.998	56.980
2012	121.418,00	51.958	69.460
2013	128.108,00	53.786	74.322

Fonte: INE, Pordata

Quadro II.6.: Total de População estrangeira Residente em Portugal (Anos)

Anos	Pop. Estrangeira Residente em Portugal
1960	20.514
1970	24.703
1981	54.414
1991	113.978
2001	223.997
2002	238.929
2003	249.995
2004	263.322
2005	274.631
2006	332.137
2007	401.612
2008	436.020
2009	451.742
2010	443.055
2011	434.708
2012	414.610
2013	398.268

Fonte: INE, Pordata, SEF

Quadro II.7.: Forma de Celebração do Casamento, Portugal, 1991, 2001, 2011

Anos	Total	Civil		Católica		Ignorada/Outra	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1991	71.808	20.070	27,9	51.738	72,1	0	0,0
2001	58.390	21.881	37,5	36.509	62,5	0	0,0
2011	35.711	21.481	60,2	14.121	39,5	109	0,3

Fonte: INE

ANEXO III

DIOCESES PORTUGUESAS

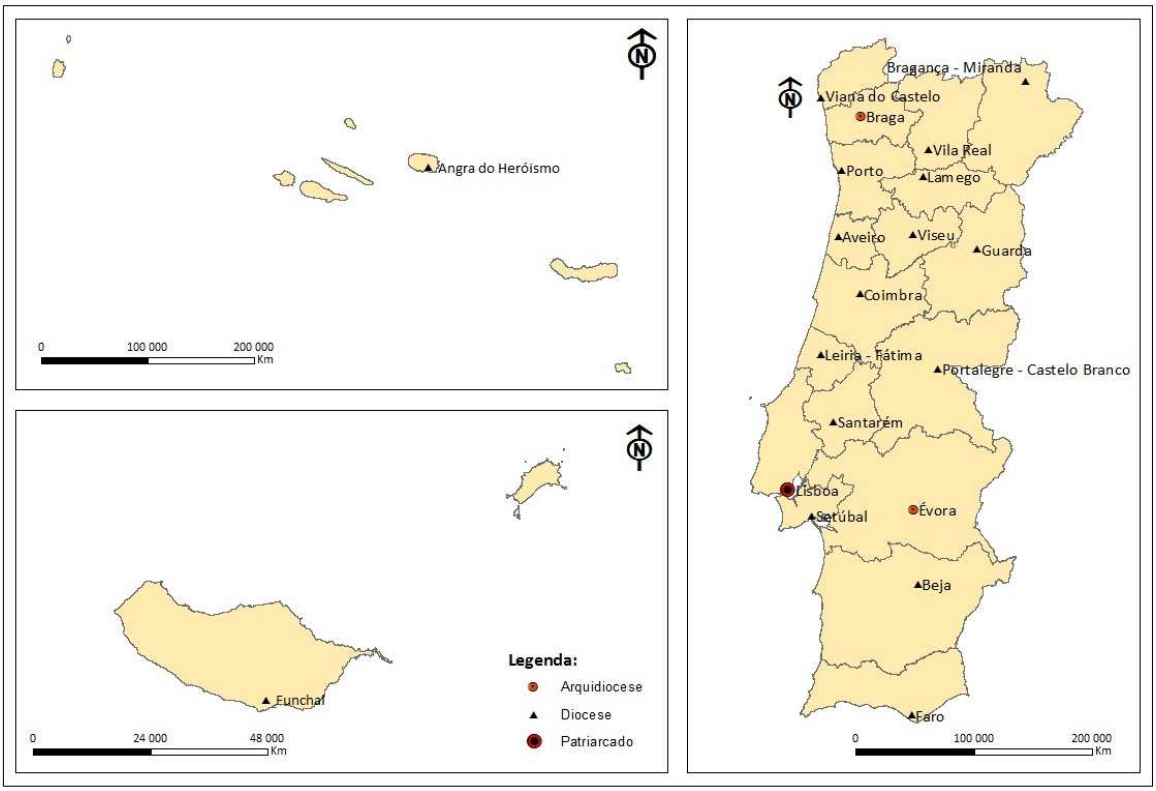


Figura III.1.: Localização das Dioceses Portuguesas

Fonte: CEP

Quadro III.1: Lugares de Culto, por diocese, 2001

Dioceses	Locais de Culto
Algarve	221
Angra	223
Aveiro	223
Beja	248
Braga	730
Bragança-Miranda *	403
Coimbra	568
Évora	265
Funchal	149
Guarda	499
Lamego	392
Leiria-Fátima *	278
Lisboa	221
Portalegre-Castelo Branco	335
Porto	877
Setúbal*	125
Santarém	268
Viana do Castelo	402
Vila Real	453
Viseu	440

Fonte: CEP/UCP
* estes valores correspondem a valor de 1991

ANEXO IV

INDICADORES DA RELIGIÃO

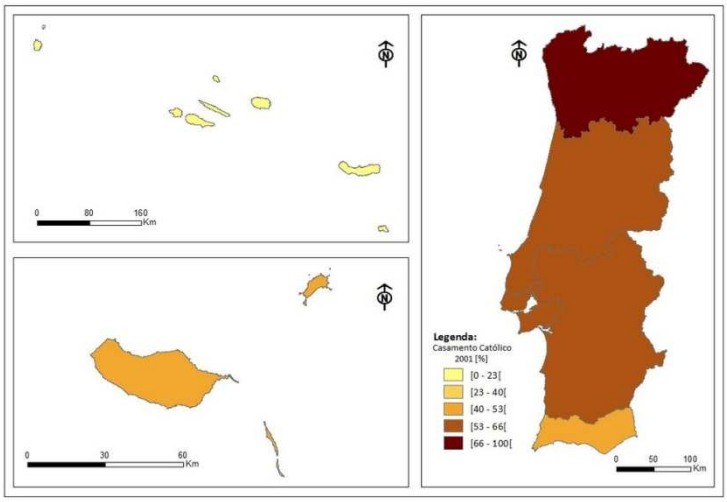


Figura IV.1.: Percentagem de casamentos católicos, por região, 2001

Fonte: INE

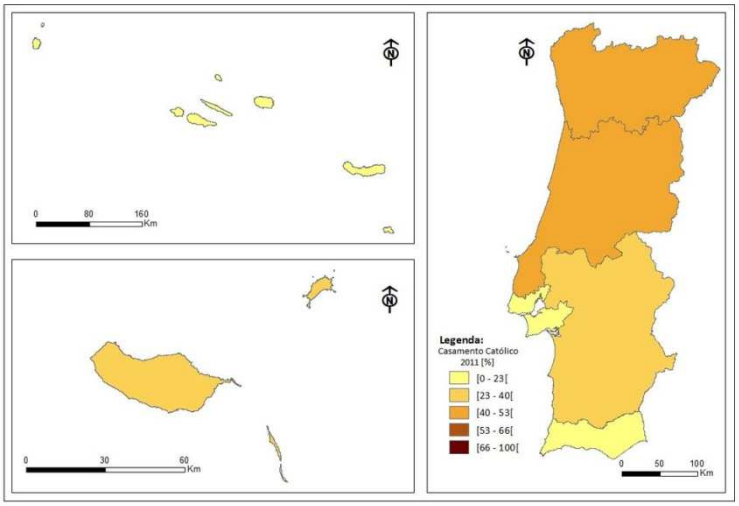


Figura IV.2.: Percentagem de casamentos católicos, por região, 2011

Fonte: INE

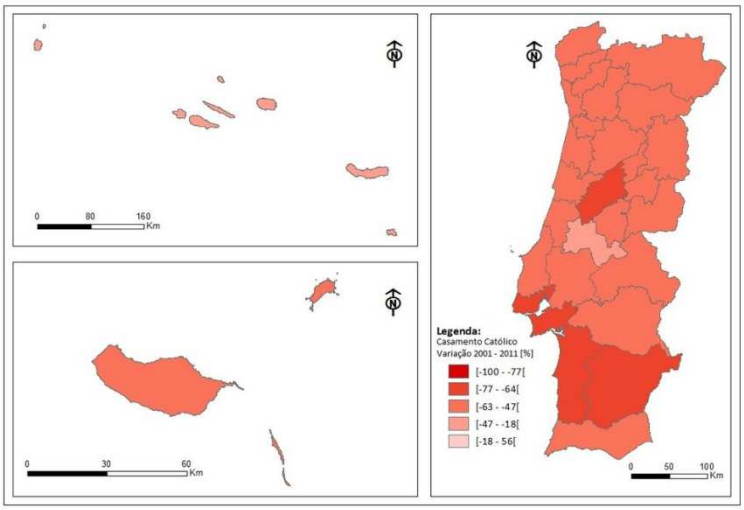


Figura IV.3.: Variação da população católica por subregião, 2001-2011

Fonte: INE

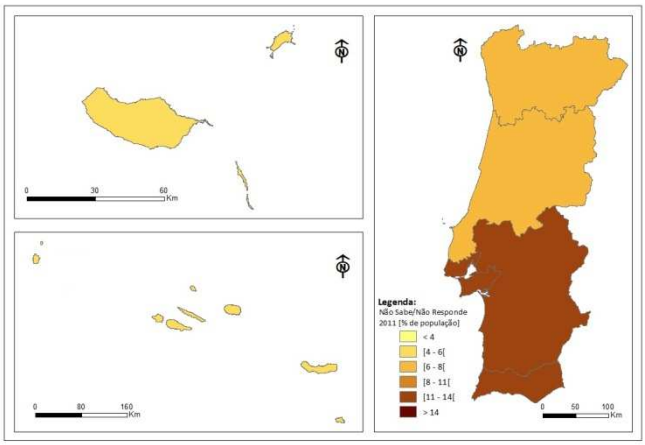


Figura IV.4.:Percentagem de população que "Não Sabe/Não Respondeu" à pergunta da religião, por região, 2011
Fonte: INE

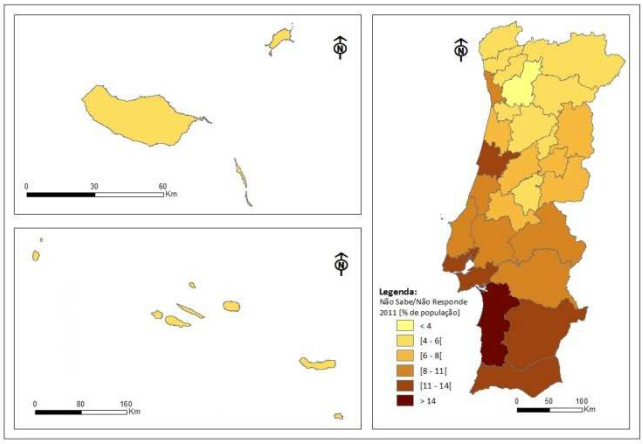


Figura IV.5.:Percentagem de população que "Não Sabe/Não Respondeu" à pergunta da religião, por sub-região, 2011
Fonte: INE

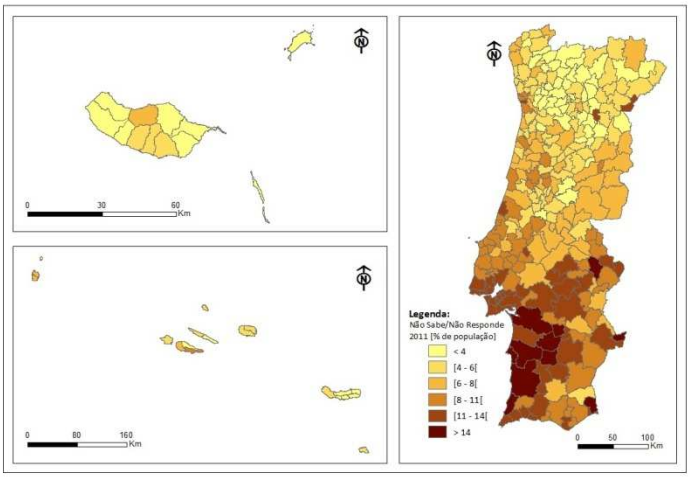


Figura IV.56.:Percentagem de população que "Não Sabe/Não Respondeu" à pergunta da religião, por concelho, 2011
Fonte: INE

ANEXO IV

INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS DAS REGIÕES PORTUGUESAS

Quadro V.1.: Resumo de Indicadores da Religião, por região, 2001 e 2011

Zona Geográfica	Religião							
	População Católica 2011	Pop. Outras Religiões 2011	Pop. Sem Religião 2011	NS/NR 2011	Var. População Católica 2001-2011	Var. Outras Religiões 2001-2011	Var. Sem Religião 2001-2011	Var. NS/NR 2001-2011
	%							
Portugal	81,0	3,9	6,8	8,3	-1,0	60,9	79,4	-5,3
Continente	80,5	4,0	7,1	8,5	-1,4	60,7	78,1	-5,2
Norte	88,5	2,2	3,6	5,7	0,3	36,5	124,6	0,5
Centro	85,4	2,9	4,5	7,2	-3,7	60,9	114,4	5,7
Lisboa	68,9	6,5	12,5	12,1	-1,6	58,7	60,9	-7,7
Alentejo	76,3	3,6	9,5	10,6	-4,8	77,0	46,5	-22,5
Algarve	68,6	9,2	10,9	11,3	3,6	127,4	111,8	-9,6
RA Açores	91,2	1,8	2,4	4,6	3,3	59,4	186,0	28,4
RA Madeira	90,9	2,2	2,5	4,4	13,0	77,4	253,2	-28,4

Fonte: INE

Quadro V.2.: Resumo de Indicadores Demográficos, por região, 1981, 1991, 2001 e 2011

Zona Geográfica	Indicadores Demográficos						
	População Residente 2011	Var. Poulação Residente 1981-1991	Var. Poulação Residente 1991-2001	Var. Poulação Residente 2001-2011	Densidade Populacional 2011	Índice de Envelhecimento 2011	Var. Pop. + 65 anos 2011
	N.º	%			Hab/Km2	N.º	%
Portugal	10.562.178	0,3	4,6	2,0	114,5	127,8	18,7
Continente	10.047.621	0,4	4,9	1,8	112,8	130,6	19,0
Norte	3.689.682	1,8	6,0	0,1	173,3	113,3	22,7
Centro	2.327.755	-2,4	3,4	-0,9	82,6	163,4	14,3
Lisboa	2.821.876	1,1	4,7	6,0	940,0	117,3	25,3
Alentejo	757.302	-6,0	-1,7	-2,5	24,0	178,0	5,5
Algarve	451.006	5,5	14,8	14,1	90,3	131,0	19,2
RA Açores	246.772	-2,3	1,8	2,1	106,3	73,3	3,4
RA Madeira	267.785	0,2	-4,3	9,3	334,3	90,7	18,8

Fonte: INE

Quadro V.3.: População Residente, por região, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Residente Total				Variação Pop. Res.		
	1981	1991	2001	2011	1891-1991	1991-2001	2001-2011
Portugal	9.833.014	9.867.147	10.356.117	10.562.178	0,35	4,96	1,99
Continente	9.336.760	9.375.926	9.869.343	10.047.621	0,42	5,26	1,81
Norte	3.410.099	3.472.715	3.687.293	3.689.682	1,84	6,18	0,06
Centro	1.763.119	1.721.650	2.348.397	2.327.755	-2,35	36,40	-0,88
Lisboa	3.261.578	3.296.715	2.661.850	2.821.876	1,08	-19,26	6,01
Alentejo	578.430	543.442	776.585	757.302	-6,05	42,90	-2,48
Algarve	323.534	341.404	395.218	451.006	5,52	15,76	14,12
RA Açores	243.410	237.795	241.763	246.772	-2,31	1,67	2,07
RA Madeira	252.844	253.426	245.011	267.785	0,23	-3,32	9,30

Fonte: INE

Quadro V.4.: População Estrangeira, por região, 2001 e 2011

Zona Geográfica	População Estrangeira						
	2001			2011			2001-2011
	N.º	%		N.º	%		%
Portugal	226.715	2,2	100,0	394.496	3,7	100,0	74,0
Continente	220.840	2,2	97,4	385.530	3,8	97,7	74,6
Norte	33.697	0,9	14,9	51.486	1,4	13,1	52,8
Centro	28.751	1,2	12,7	54.837	2,4	13,9	90,7
Lisboa	125.446	4,7	55,3	203.565	7,2	51,6	62,3
Alentejo	9.242	1,2	4,1	23.577	3,1	6,0	155,1
Algarve	23.704	6,0	10,5	52.065	11,5	13,2	119,6
RA Açores	2.308	1,0	1,0	3.347	1,4	0,8	45,0
RA Madeira	3.567	1,5	1,6	5.619	2,1	1,4	57,5

Fonte: INE

Quadro V.5.: Variação do Estado Civil, por região, 2001-2011

Zona Geográfica	Solteiro	Casado			Viúvo	Separado	Divorciado
		Com registo	Sem registo	Total			
	%						
Portugal	-3,0	6,7	96,1	10,2	7,0	-37,1	104,2
Continente	-2,6	6,7	95,9	10,2	7,1	-36,6	103,2
Norte	-6,2	14,0	152,5	16,5	6,5	-29,3	128,6
Centro	-3,7	5,6	123,5	8,5	8,3	-52,4	135,2
Lisboa	2,5	0,9	84,5	6,5	7,2	-35,5	72,6
Alentejo	-4,7	-3,1	43,7	-0,3	5,0	-20,9	136,2
Algarve	14,5	9,1	84,4	15,4	8,9	-19,4	162,0
RA Açores	-5,9	6,0	119,6	8,3	1,4	-32,3	170,7
RA Madeira	-13,6	5,4	91,6	8,2	7,3	-50,2	113,8

Fonte: INE

Quadro V.6.: Percentagem de População Casada 2011, População Separada/Divorciada 2011, Variação do Casamento Católico 2001-2011, por região

Zona Geográfica	Estado Civil		
	População Casada 2011	População Separada/ Divorciada 2011	Var. Casamento Católico 2001 - 2011
	%		
Portugal	46,6	5,6	-61,3
Continente	46,8	5,6	-61,8
Norte	49,5	4,5	-58,1
Centro	49,7	5,1	-58,4
Lisboa	41,3	7,4	-73,9
Alentejo	47,2	5,3	-59,5
Algarve	42,5	7,2	-61,7
RA Açores	45,2	5,1	-36,3
RA Madeira	42,3	5,1	-51,7

Fonte: INE

Quadro V.7.: Forma de Celebração do Casamento, Total, Civil e Católica, por região, 2001

Zona Geográfica	Forma de celebração de casamentos 2001				
	Total	Civil		Católica	
	N.º	N.º	%	N.º	%
Portugal	116.780	43.762	37,5	73.018	62,5
Continente	110.222	39.356	35,7	70.866	64,3
Norte	45.208	11.746	26,0	33.462	74,0
Centro	25.588	8.984	35,1	16.604	64,9
Lisboa	28.470	13.116	46,1	15.354	53,9
Alentejo	7.238	3.386	46,8	3.852	53,2
Algarve	3.718	2.124	57,1	1.594	42,9
Açores	3.260	2.528	77,5	732	22,5
Madeira	3.298	1.878	56,9	1.420	43,1

Fonte: INE

Quadro V.8.:Forma de Celebração de Casamentos, Total, Civil, Católica, Outra, por região, 2011

Zona Geográfica	Forma de celebração de casamentos 2011						
	Total	Civil		Católica		Outra	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	71.422	42.962	60,2	28.242	39,5	218	0,3
Continente	67.610	40.314	59,6	27.090	40,1	206	0,3
Norte	27.134	13.064	48,1	14.004	51,6	66	0,2
Centro	15.400	8.456	54,9	6.910	44,9	34	0,2
Lisboa	18.036	13.958	77,4	4.006	22,2	72	0,4
Alentejo	4.168	2.584	62,0	1.560	37,4	24	0,6
Algarve	2.872	2.252	78,4	610	21,2	10	0,3
Açores	2.032	1.564	77,0	466	22,9	2	0,1
Madeira	1.780	1.084	60,9	686	38,5	10	0,6

Fonte: INE

Quadro V.9.: Indicadores de Escolaridade, por região, 2011

Zona Geográfica	Nível de Escolaridade	
	Atingiu nível superior 2011	Taxa de Analfabetismo 2011
	%	
Portugal	15,4	5,2
Continente	15,6	5,2
Norte	13,5	5,0
Centro	14,0	6,4
Lisboa	21,0	3,2
Alentejo	11,9	9,6
Algarve	13,5	5,4
RA Açores	10,8	4,7
RA Madeira	12,5	7,0

Fonte: INE

Quadro V.10.: índice de Poder de Compra per capita, por região, 1993, 2000, 2002, 2007, 2009, 2011

Zona Geográfica	Índice Poder de Compra per capita					
	1993	2000	2002	2007	2009	2011
	%					
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	101,8	101,7	101,3	100,5	100,5	100,8
Norte	81,7	86,0	85,6	86,2	87,6	89,2
Centro	72,9	77,2	79,9	83,8	84,4	87,5
Lisboa	162,7	155,3	147,9	136,9	134,2	131,0
Alentejo	71,3	71,8	77,0	87,3	88,4	96,7
Algarve	109,0	91,8	108,8	103,6	100,4	88,0
RA Açores	67,6	65,5	65,1	83,6	86,1	82,4
RA Madeira	67,0	72,5	81,3	95,5	94,7	85,1

Fonte: INE, PORDATA

Quadro V.11.: Agregados Familiares com acesso a computador, ligação à internet e ligação através de banda larga em casa, por região, 2011

Zona Geográfica	Agregados Domésticos com acesso		
	Computador	Internet	Banda Larga
	%		
Portugal	63,7	58,0	56,6
Continente	63,8	58,0	56,6
Norte	62,8	55,1	53,3
Centro	58,7	52,5	50,7
Lisboa	71,4	68,0	67,2
Alentejo	53,6	48,8	48,0
Algarve	63,1	58,3	57,1
RA Açores	64,8	59,6	59,2
RA Madeira	61,5	55,0	54,4

Fonte: INE

Quadro V.12: Agregados Familiares com acesso a computador, ligação à internet e ligação através de banda larga em casa, por região, 2013

Zona Geográfica	Agregados Domésticos com acesso		
	Computador	Internet	Banda Larga
	%		
Portugal	66,7	62,3	61,6
Continente	66,7	62,2	61,5
Norte	56,3	59,5	58.2
Centro	62,1	56,1	55,4
Lisboa	74,8	72,6	72,3
Alentejo	55,7	51,7	51,3
Algarve	64,4	61,8	61,2
RA Açores	67,5	66,3	66,1
RA Madeira	66,1	64,1	63,8

Fonte: INE

Quadro V.13.: Pessoas entre 16 e 74 anos que utilizam computador e internet, por região, 2011

Zona Geográfica	Pessoas entre 16 e 74 que utilizam		
	Computador	Internet	Comérco Eletrónico
	%		
Portugal	58,2	55,3	10,3
Continente	58,4	55,5	10,4
Norte	53,3	49,8	7,7
Centro	54,1	50,7	10,5
Lisboa	70,1	68,2	13,5
Alentejo	51,7	49,1	10,9
Algarve	61,9	58,7	11,6
RA Açores	52,4	50,3	10,1
RA Madeira	54,8	51,5	9,4

Fonte: INE

Quadro V.14.: Pessoas entre 16 e 74 anos que utilizam computador e internet, por região, 2013

Zona Geográfica	Pessoas entre 16 e 74 que utilizam		
	Computador	Internet	Comérco Eletrónico
	%		
Portugal	64,0	62,1	14,8
Continente	64,0	62,1	14,7
Norte	58,2	56,3	12,3
Centro	60,0	57,5	14,6
Lisboa	76,4	74,9	18,4
Alentejo	58,1	56,1	14,0
Algarve	65,5	64,2	14,0
RA Açores	64,4	63,1	14,6
RA Madeira	61,8	59,6	15,6

Fonte: INE

Quadro V.15: Pessoas entre 16 e 74 anos que utilizam computador e internet, por região, 2011

Zona Geográfica	Pessoas entre 16 e 74 que nunca utilizaram	
	Computador	Internet
	%	
Portugal	35,5	40,5
Continente	35,3	40,3
Norte	39,5	46,0
Centro	39,6	44,3
Lisboa	24,8	27,9
Alentejo	42,3	47,1
Algarve	31,9	37,8
RA Açores	42,2	46,3
RA Madeira	38,9	43,2

Fonte: INE

Quadro V.16.: Famílias e Núcleos Familiares, por região, 2011

Zona Geográfica	Famílias e Núcleos Familiares			
	Dimensão Média das Família	Famílias Sem Núcleo com 1 só Pessoa	Var.Núcleos Familiares Sem Filhos	Var. Núcleos Famiiares 3 ou mais Filhos
	%			
Portugal	2,6	21,4	16,0	-27,5
Continente	2,6	21,6	15,7	-26,8
Norte	2,8	17,2	21,5	-40,5
Centro	2,5	21,6	11,0	-30,8
Lisboa	2,4	25,5	17,3	-0,4
Alentejo	2,5	23,7	3,4	-16,3
Algarve	2,4	24,9	19,8	-3,7
RA Açores	3,0	17,1	20,9	-32,6
RA Madeira	2,9	19,5	28,9	-35,7

Fonte: INE

Quadro V.17.: Indicadores de Urbanização, por região, 2011

Zona Geográfica	Urbanização	
	Pop. que vive em lugares até 1999 habitantes	População que vive nas cidades
	%	
Portugal	37,4	41,2
Continente	36,9	41,0
Norte	38,5	40,3
Centro	62,7	31,6
Lisboa	11,7	49,1
Alentejo	40,3	36,0
Algarve	42,6	51,4
RA Açores	49,9	28,6
RA Madeira	43,0	62,3

Fonte: INE

Quadro V.18.: Taxa de Desemprego, por região, de 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	Taxa de Desemprego		
	1991	2001	2011
	%		
Portugal	6,1	6,8	13,2
Continente	6,1	6,9	13,2
Norte	5,0	6,7	14,5
Centro	5,1	5,8	11,0
Lisboa	7,7	7,6	12,9
Alentejo	9,2	8,4	12,8
Algarve	5,1	6,2	15,7
RA Açores	4,2	6,7	11,1
RA Madeira	6,6	4,6	14,7

Fonte: INE

ANEXO VI

INDICADORES DE CRACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES AUTÓNOMAS DA MADEIRA E DOS AÇORES

Quadro VI.1.: Indicadores Demográficos, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 2011 (2009)

Zona Geográfica	Indicadores Demográficos									
	População Residente 2011	Var. Pop. 2001-2011	Densidade Populacional 2011	Índice de Envelhecimento 2011	Dimensão Média das Famílias Clássicas	Taxa de Analfabetismo 2011	População Residente Estrangeira 2011		Taxa de Desemprego (%)	Índice Poder de Compra Per Capita 2009
	N.º	%	Hab/Km2	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Portugal	**10.562.178**	**2,0**	**114,5**	**127,8**	**2,6**	**5,2**	**394.496**	**3,7**	**13,2**	**100,0**
Continente	**10.047.621**	**1,8**	**112,8**	**130,6**	**2,6**	**5,2**	**385.530**	**3,8**	**13,2**	**100,5**
Região Autónoma dos Açores	**246.772**	**2,1**	**106,3**	**73,3**	**3,0**	**4,7**	**3.347**	**1,4**	**11,1**	**86,1**
Região Autónoma dos Açores	**246.772**	**2,1**	**106,3**	**73,3**	**3,0**	**4,7**	**3.347**	**1,4**	**11,1**	**86,1**
Vila do Porto	5.552	-0,5	57,3	74,4	2,8	4,3	91	1,6	8,7	87,2
Lagoa (R.A.A.)	14.442	2,2	316,8	47,6	3.28	4,7	142	1,0	13,6	68,4
Nordeste	4.937	-6,7	48,7	99,7	2,8	6,6	44	0,9	10,8	53,1
Ponta Delgada	68.809	4,5	295,3	62,8	3,0	3,5	686	1,0	12,0	117,7
Povoação	6.327	-5,9	59,5	81,5	3,0	7,3	39	0,6	14,6	53,6
Ribeira Grande	32.112	12,8	178,3	36,8	3,6	6,7	227	0,7	14,3	68,2
Vila Franca do Campo	11.229	0,7	144,0	59,9	3,4	8,5	103	0,9	15,6	59,1
Angra do Heroísmo	35.402	-0,5	148,1	90,0	2,8	4,3	526	1,5	9,3	95,7
Vila da Praia da Vitória	21.035	3,9	130,4	85,4	2,8	4,4	219	1,0	10,2	76,0
Santa Cruz da Graciosa	4.391	-8,1	72,4	135,1	2,6	6,4	81	1,8	9,6	64,8
Calheta (R.A.A.)	3.773	-7,3	29,9	135,2	2,7	6,0	40	1,1	6,2	63,5
Velas	5.398	-3,7	46,0	127,8	2,6	5,5	99	1,8	8,6	68,9
Lajes do Pico	4.711	-6,6	30,3	166,1	2,8	3,4	124	2,6	6,7	64,1
Madalena	6.049	-1,4	41,1	126,2	2,8	3,7	181	3,0	6,5	76,9
São Roque do Pico	3.388	-6,6	23,8	147,7	2,7	3,6	122	3,6	7,3	67,0
Horta	14.994	-0,5	86,6	95,0	2,7	3,0	416	2,8	8,6	86,8
Lajes das Flores	1.504	0,1	21,5	128,1	2,5	3,4	73	4,9	5,3	53,2
Santa Cruz das Flores	2.289	-8,2	32,3	127,6	2,6	3,9	95	4,2	7,9	73,5
Corvo	430	1,2	**25,1**	116,4	2,3	3,9	39	9,1	6,3	62,1
Região Autónoma da Madeira	**267.785**	**9,3**	**334,3**	**90,7**	**2,9**	**7,0**	**5.619**	**2,1**	**14,7**	**94,7**
Região Autónoma da Madeira	**267.785**	**9,3**	**334,3**	**90,7**	**2,9**	**7,0**	**5.619**	**2,1**	**14,7**	**94,7**
Calheta (R.A.M.)	11.521	-3,6	103,3	150,4	2,7	10,4	355	3,1	12,3	55,7
Câmara de Lobos	35.666	3,0	684,0	48,3	3,4	9,8	356	1,0	18,1	55,7
Funchal	111.892	7,6	1.469,6	109,1	2,8	4,9	2.780	2,5	14,2	133,3
Machico	21.828	0,4	320,1	89,1	3,0	8,4	239	1,1	17,3	75,0
Ponta do Sol	8.862	9,1	191,9	101,8	2,9	9,5	191	2,2	14,8	54,8
Porto Moniz	2.711	-7,4	32,7	203,3	2,5	13,1	17	0,6	10,7	52,7
Ribeira Brava	13.375	7,1	204,5	94,1	2,9	12,5	212	1,6	12,9	66,0
Santa Cruz	43.005	44,7	527,7	53,8	2,8	4,1	1.036	2,4	13,0	89,1
Santana	7.719	-12,3	80,8	180,6	2,6	13,8	93	1,2	14,8	53,9
São Vicente	5.723	-7,7	72,6	161,8	2,6	13,0	88	1,5	11,7	57,2
Porto Santo	5.483	22,6	128,7	89,4	2,6	4,2	252	4,6	18,9	120,2

Fonte: INE

Quadro VI.2. : Núcleos Familiares, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 2001-2011

Zona Geográfica	Núcleos Familiares 2001				Núcleos Familiares 2011				Var. Núcleos Familiares 2001-2011			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%											
Portugal	**31,8**	**36,5**	**24,8**	**6,9**	**35,1**	**37,9**	**22,3**	**4,8**	**16,0**	**9,0**	**-5,6**	**-27,5**
Continente	**32,1**	**36,6**	**24,7**	**6,5**	**35,5**	**37,9**	**22,1**	**4,6**	**15,7**	**8,2**	**-6,4**	**-26,8**
Região Autónoma dos Açores	**25,1**	**32,2**	**26,0**	**16,8**	**27,7**	**36,6**	**25,4**	**10,3**	**20,9**	**24,7**	**6,7**	**-32,6**
Região Autónoma dos Açores	**25,1**	**32,2**	**26,0**	**16,8**	**27,7**	**36,6**	**25,4**	**10,3**	**20,9**	**24,7**	**6,7**	**-32,6**
Vila do Porto	25,3	32,5	27,8	14,5	26,9	38,1	26,5	8,5	11,5	23,2	0,2	-38,1
Lagoa (R.A.A.)	20,5	31,4	27,2	20,9	21,8	36,4	29,4	12,4	17,8	28,2	19,3	-34,1
Nordeste	26,4	29,9	27,8	15,9	26,9	35,5	27,3	10,4	-1,1	15,5	-4,3	-36,6
Ponta Delgada	21,5	32,4	28,0	18,2	25,3	37,6	26,5	10,6	33,1	31,1	6,8	-34,3
Povoação	23,0	32,2	27,6	17,2	24,8	37,5	26,4	11,4	7,5	16,2	-4,6	-33,8
Ribeira Grande	19,1	27,2	25,7	28,0	20,2	33,4	28,9	17,6	32,7	53,9	41,0	-21,2
Vila Franca do Campo	19,2	30,6	26,5	23,7	21,6	35,7	28,4	14,3	25,2	30,0	19,4	-32,6
Angra do Heroísmo	26,7	33,6	25,9	13,8	29,1	37,8	24,7	8,5	14,7	18,4	0,5	-35,4
Vila da Praia da Vitória	27,9	33,0	26,9	12,2	31,9	36,8	23,9	7,4	26,0	23,1	-2,2	-32,7
Santa Cruz da Graciosa	38,1	31,4	19,9	10,7	38,6	33,9	19,8	7,7	-5,1	1,1	-6,9	-32,4
Calheta (R.A.A.)	30,7	34,0	21,8	13,5	34,5	35,2	21,6	8,8	12,2	3,4	-1,2	-35,5
Velas	32,2	32,7	23,7	11,3	35,4	36,2	21,5	6,9	11,6	12,8	-7,9	-38,1
Lajes do Pico	34,5	34,1	23,2	8,2	38,5	36,5	20,2	4,9	8,0	3,6	-15,7	-42,6
Madalena	35,0	31,5	22,5	11,0	38,7	34,1	20,3	6,8	15,3	13,0	-5,9	-35,6
São Roque do Pico	35,5	31,2	21,2	12,2	38,2	38,1	17,4	6,4	10,0	25,1	-15,9	-46,3
Horta	29,3	35,7	23,8	11,2	34,2	38,2	21,1	6,5	25,1	14,4	-4,9	-37,8
Lajes das Flores	36,8	38,8	14,4	10,0	39,1	36,4	18,1	6,4	6,2	-6,5	25,4	-36,4
Santa Cruz das Flores	33,4	35,1	19,8	11,7	36,3	39,4	18,7	5,6	5,5	8,9	-7,9	-53,7
Corvo	33,9	29,5	25,0	11,6	45,8	28,8	18,6	6,8	42,1	3,0	-21,4	-38,5
Região Autónoma da Madeira	**22,8**	**35,5**	**26,2**	**15,5**	**25,3**	**40,6**	**25,5**	**8,5**	**28,9**	**32,9**	**13,6**	**-35,7**
Região Autónoma da Madeira	**22,8**	**35,5**	**26,2**	**15,5**	**25,3**	**40,6**	**25,5**	**8,5**	**28,9**	**32,9**	**13,6**	**-35,7**
Calheta (R.A.M.)	30,0	30,5	23,6	15,8	29,9	35,5	25,2	9,4	-0,7	16,0	6,4	-40,4
Câmara de Lobos	16,9	30,6	26,0	26,4	17,7	36,2	30,1	15,9	18,7	34,0	31,4	-31,6
Funchal	23,3	38,0	26,7	12,0	27,0	42,3	23,7	7,0	31,2	26,2	0,8	-33,8
Machico	19,7	34,0	29,5	16,8	24,1	40,6	27,6	7,6	32,6	29,5	1,5	-50,8
Ponta do Sol	24,6	31,0	25,9	18,5	24,8	35,2	28,4	11,6	16,2	30,8	26,9	-27,9
Porto Moniz	30,5	31,5	21,6	16,4	33,5	35,1	23,6	7,8	7,4	9,1	6,9	-53,4
Ribeira Brava	21,6	33,3	25,2	20,0	22,5	38,6	28,3	10,6	19,2	32,7	28,6	-39,1
Santa Cruz	23,0	37,9	25,9	13,2	24,6	43,6	25,1	6,7	64,5	77,8	49,7	-22,0
Santana	29,2	33,8	22,1	14,9	30,6	37,5	24,7	7,2	-5,6	0,4	1,1	-56,4
São Vicente	30,5	34,3	21,9	13,3	30,3	36,7	25,5	7,5	-6,4	1,0	9,8	-46,8
Porto Santo	21,2	38,4	27,8	12,7	31,3	41,9	21,5	5,3	97,0	45,7	3,4	-44,7

Fonte: INE

Quadro VI.3.: Estrutura Etária, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 2001-2011

Zona Geográfica	2001				2011				Variação 2001-2011			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	%											
Portugal	**16,0**	**14,3**	**53,4**	**16,4**	**14,9**	**10,9**	**55,2**	**19,0**	**-5,1**	**-22,5**	**5,5**	**18,7**
Continente	**15,8**	**14,2**	**53,5**	**16,5**	**14,8**	**10,7**	**55,2**	**19,3**	**-4,7**	**-22,9**	**5,0**	**19,0**
Região Autónoma dos Açores	**21,4**	**17,0**	**48,6**	**13,0**	**17,9**	**14,1**	**54,9**	**13,1**	**-14,6**	**-15,5**	**15,2**	**3,4**
Região Autónoma dos Açores	**21,4**	**17,0**	**48,6**	**13,0**	**17,9**	**14,1**	**54,9**	**13,1**	**-14,6**	**-15,5**	**15,2**	**3,4**
Vila do Porto	20,7	17,4	49,3	12,6	17,3	13,7	56,0	12,9	-16,7	-21,3	13,0	2,1
Lagoa (R.A.A.)	25,2	18,7	47,0	9,1	21,0	15,4	53,6	10,0	-15,0	-15,5	16,7	11,9
Nordeste	19,7	15,3	47,1	17,9	17,7	12,9	51,7	17,7	-15,9	-21,2	2,3	-7,9
Ponta Delgada	22,1	17,9	49,2	10,8	18,1	14,5	56,1	11,3	-14,5	-15,7	19,2	9,7
Povoação	21,5	16,9	47,2	14,4	17,7	14,4	53,5	14,4	-22,8	-19,9	6,8	-5,9
Ribeira Grande	27,8	19,5	43,2	9,5	23,3	16,5	51,6	8,6	-5,4	-4,4	34,6	2,2
Vila Franca do Campo	24,7	17,5	46,1	11,7	19,4	15,8	53,1	11,7	-20,6	-8,7	15,8	0,2
Angra do Heroísmo	19,8	15,8	50,2	14,3	16,4	13,3	55,7	14,7	-17,6	-16,5	10,4	2,6
Vila da Praia da Vitória	19,6	16,3	51,2	12,9	16,0	13,8	56,4	13,7	-15,0	-11,9	14,6	10,1
Santa Cruz da Graciosa	17,1	14,1	47,6	21,2	14,8	12,3	52,9	20,0	-20,3	-20,3	2,2	-13,4
Calheta (R.A.A.)	17,6	15,4	49,0	18,1	14,8	12,0	53,3	20,0	-22,1	-27,8	1,0	2,2
Velas	17,8	15,9	49,1	17,2	14,4	12,2	54,9	18,4	-22,1	-25,7	7,7	3,2
Lajes do Pico	15,8	13,2	51,3	19,6	13,2	11,2	53,6	22,0	-21,8	-20,7	-2,5	4,7
Madalena	16,5	14,3	50,0	19,2	14,5	12,5	54,7	18,3	-13,1	-13,8	7,7	-5,9
São Roque do Pico	16,9	14,3	50,3	18,5	13,2	13,3	54,1	19,5	-27,1	-13,7	0,4	-1,6
Horta	17,8	16,1	51,1	15,0	16,0	11,5	57,2	15,2	-10,4	-28,8	11,5	1,3
Lajes das Flores	16,0	12,4	51,8	19,8	14,7	10,4	56,1	18,8	-8,3	-16,1	8,5	-4,7
Santa Cruz das Flores	17,4	15,2	50,7	16,8	14,1	11,1	56,8	18,0	-25,6	-32,8	2,9	-1,4
Corvo	12,7	16,7	51,5	19,1	14,2	7,9	61,4	16,5	13,0	-52,1	20,6	-12,4
Região Autónoma da Madeira	**19,1**	**15,9**	**51,3**	**13,7**	**16,4**	**12,4**	**56,3**	**0,0**	**-6,2**	**-14,9**	**20,0**	**18,8**
Região Autónoma da Madeira	**19,1**	**15,9**	**51,3**	**13,7**	**16,4**	**12,4**	**56,3**	**14,9**	**-6,2**	**-14,9**	**20,0**	**18,8**
Calheta (R.A.M.)	17,3	14,5	47,0	21,2	14,9	11,0	51,7	22,4	-17,0	-26,9	6,1	1,9
Câmara de Lobos	26,1	18,7	46,5	8,8	20,9	15,8	53,2	10,1	-17,5	-12,7	18,1	18,0
Funchal	17,0	15,3	53,7	14,0	14,7	11,9	57,4	16,0	-7,1	-16,5	15,1	23,3
Machico	19,7	16,9	51,9	11,5	15,8	12,6	57,4	14,1	-19,3	-25,3	11,2	23,1
Ponta do Sol	20,5	14,7	47,5	17,3	18,2	12,7	50,5	18,6	-3,2	-6,1	16,2	17,1
Porto Moniz	17,2	13,7	45,9	23,3	12,2	10,9	52,1	24,8	-34,1	-26,3	5,1	-1,3
Ribeira Brava	20,0	15,6	48,3	16,2	17,7	12,4	53,2	16,7	-5,1	-14,9	18,0	10,5
Santa Cruz	19,9	15,1	53,7	11,3	18,7	11,4	59,9	10,1	35,6	8,8	61,5	28,9
Santana	16,0	15,1	48,7	20,2	13,1	10,8	52,4	23,7	-28,1	-37,3	-5,6	2,6
São Vicente	17,2	14,5	48,0	20,3	14,0	11,6	51,7	22,7	-24,7	-26,0	-0,5	3,0
Porto Santo	17,8	17,6	54,3	10,4	14,9	12,1	59,6	13,3	2,9	-15,4	34,6	57,2

Fonte: INE

Quadro VI.4.: Percentagem de População Residente segundo o Nível de Ensino atingido, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 2011

Zona Geográfica	População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido					
	Nenhum nível de ensino	Ensino Pré-Escolar	1º, 2º e 3º Ciclos	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
	%					
Portugal	**8,5**	**2,5**	**56,0**	**16,8**	**0,9**	**15,4**
Continente	**8,5**	**2,5**	**55,7**	**16,8**	**0,9**	**15,6**
Região Autónoma dos Açores	**7,3**	**2,9**	**63,5**	**14,7**	**0,9**	**10,8**
Região Autónoma dos Açores	**7,3**	**2,9**	**63,5**	**14,7**	**0,9**	**10,8**
Vila do Porto	7,5	2,9	62,2	16,7	1,2	9,5
Lagoa (R.A.A.)	7,7	3,3	67,8	12,5	0,7	8,0
Nordeste	9,4	2,7	69,5	12,4	0,5	5,5
Ponta Delgada	6,7	2,9	58,1	16,2	1,0	15,1
Povoação	8,3	2,6	69,4	12,8	0,6	6,2
Ribeira Grande	10,3	3,4	66,8	11,6	0,8	7,2
Vila Franca do Campo	9,6	2,8	68,4	12,1	0,6	6,5
Angra do Heroísmo	6,2	2,8	62,4	14,9	0,9	12,8
Vila da Praia da Vitória	6,9	2,7	65,4	15,8	0,7	8,5
Santa Cruz da Graciosa	7,2	2,7	69,3	12,2	0,6	7,9
Calheta (R.A.A.)	5,8	2,8	71,9	12,1	0,9	6,6
Velas	6,3	2,4	67,4	14,4	0,9	8,6
Lajes do Pico	4,8	2,7	67,9	14,4	1,0	9,1
Madalena	6,1	2,7	64,4	16,5	1,3	9,0
São Roque do Pico	5,8	2,6	63,8	17,0	1,2	9,6
Horta	5,4	2,8	61,0	17,9	1,1	11,8
Lajes das Flores	6,3	2,5	68,9	13,2	0,7	8,4
Santa Cruz das Flores	6,2	3,0	65,7	14,5	0,6	10,0
Corvo	7,7	1,4	67,2	15,8	0,7	7,2
Região Autónoma da Madeira	**9,2**	**3,1**	**58,1**	**16,0**	**1,1**	**12,5**
Região Autónoma da Madeira	**9,2**	**3,1**	**58,1**	**16,0**	**1,1**	**12,5**
Calheta (R.A.M.)	11,7	2,9	63,3	12,6	0,9	8,6
Câmara de Lobos	11,3	3,8	65,7	12,8	0,8	5,6
Funchal	7,2	2,7	54,6	17,3	1,2	17,0
Machico	10,7	2,5	62,9	13,9	1,0	8,9
Ponta do Sol	11,1	3,2	63,5	13,1	0,8	8,2
Porto Moniz	13,2	2,2	66,8	10,2	0,6	7,0
Ribeira Brava	13,7	3,1	60,8	13,1	0,7	8,5
Santa Cruz	7,8	3,9	53,1	19,9	1,6	13,7
Santana	14,4	2,3	62,7	11,3	1,1	8,2
São Vicente	13,2	2,7	63,9	11,9	0,7	7,6
Porto Santo	7,8	2,8	57,7	19,7	1,4	10,6

Fonte: INE

Quadro VI.5.: População Economicamente Ativa por Setor de Atividade e Taxa de Atividade, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 2011

Zona Geográfica	População Economicamente			Taxa de Atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	HM	H	M
	%			%		
Portugal	**3,1**	**26,5**	**70,5**	**47,6**	**51,6**	**43,9**
Continente	**2,9**	**26,9**	**70,2**	**47,6**	**51,5**	**44,0**
Região Autónoma dos Açores	**8,5**	**20,6**	**70,9**	**46,6**	**53,2**	**40,1**
Região Autónoma dos Açores	**8,5**	**20,6**	**70,9**	**46,6**	**53,2**	**40,1**
Vila do Porto	7,8	16,4	75,8	45,2	51,8	39,0
Lagoa (R.A.A.)	8,2	21,0	70,8	46,1	53,8	38,6
Nordeste	17,9	22,0	60,0	42,3	52,7	32,1
Ponta Delgada	4,7	16,5	78,8	48,5	53,5	43,9
Povoação	12,6	24,1	63,3	42,1	51,6	33,1
Ribeira Grande	11,6	26,9	61,5	44,4	52,5	36,3
Vila Franca do Campo	11,3	30,8	57,8	40,4	51,1	29,8
Angra do Heroísmo	8,1	19,2	72,7	47,7	53,6	42,1
Vila da Praia da Vitória	7,3	21,4	71,4	47,6	55,8	39,6
Santa Cruz da Graciosa	13,9	22,2	63,9	43,8	50,3	37,4
Calheta (R.A.A.)	12,8	30,0	57,2	44,0	50,8	37,4
Velas	12,0	23,2	64,8	46,1	52,6	39,5
Lajes do Pico	16,1	24,0	59,9	43,0	50,2	36,0
Madalena	11,6	24,9	63,5	46,3	52,2	40,6
São Roque do Pico	10,3	24,1	65,5	44,7	49,9	39,6
Horta	7,7	16,0	76,4	49,8	54,5	45,3
Lajes das Flores	14,9	21,6	63,6	45,3	54,0	35,9
Santa Cruz das Flores	10,8	22,0	67,2	47,4	55,2	39,8
Corvo	17,3	24,5	58,2	58,8	65,4	50,5
Região Autónoma da Madeira	**3,4**	**16,8**	**79,8**	**47,6**	**52,5**	**43,3**
Região Autónoma da Madeira	**3,4**	**16,8**	**79,8**	**47,6**	**52,5**	**43,3**
Calheta (R.A.M.)	12,3	24,8	62,9	38,6	46,3	32,3
Câmara de Lobos	5,0	24,0	71,1	45,6	51,8	39,8
Funchal	0,8	12,7	86,5	49,2	53,3	45,7
Machico	5,5	23,5	70,9	44,6	50,8	38,8
Ponta do Sol	12,2	24,0	63,8	42,6	49,5	36,7
Porto Moniz	19,0	14,3	66,7	42,1	48,0	37,6
Ribeira Brava	3,2	26,9	70,0	42,4	49,4	36,6
Santa Cruz	2,2	13,8	84,0	53,7	56,5	51,1
Santana	15,2	16,2	68,6	41,1	47,5	35,7
São Vicente	5,3	23,6	71,1	37,6	44,3	31,7
Porto Santo	1,3	14,4	84,3	53,2	57,0	49,4

Fonte: INE

Quadro VI.6: Celebração de Casamento Católico, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 2001-2011

Zona Geográfica	Celebração de Casamentos						
	2001			2011			2001-2011
	Total	Catolico		Total	Catolico		Católico
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Portugal	**58.390**	**36.509**	**62,5**	**35.711**	**14.121**	**39,5**	**-61,3**
Continente	**55.111**	**35.433**	**64,3**	**33.805**	**13.545**	**40,1**	**-61,8**
Região Autónoma dos Açores	**1.630**	**366**	**22,5**	**1.016**	**233**	**22,9**	**-36,3**
Região Autónoma dos Açores	**1.630**	**366**	**22,5**	**1.016**	**233**	**22,9**	**-36,3**
Vila do Porto	220	42	19,1	165	54	32,7	28,6
Lagoa (R.A.A.)	25	13	52,0	7	0	0,0	-100,0
Nordeste	0	0	0,0	2	0	0,0	0,0
Ponta Delgada	86	17	19,8	50	14	28,0	-17,6
Povoação	111	22	19,8	53	13	24,5	-40,9
Ribeira Grande	9	1	11,1	3	0	0,0	-100,0
Vila Franca do Campo	21	4	19,0	16	3	18,8	-25,0
Angra do Heroísmo	25	5	20,0	17	4	23,5	-20,0
Vila da Praia da Vitória	33	6	18,2	5	0	0,0	-100,0
Santa Cruz da Graciosa	483	124	25,7	350	76	21,7	-38,7
Calheta (R.A.A.)	61	13	21,3	34	7	20,6	-46,2
Velas	218	44	20,2	124	30	24,2	-31,8
Lajes do Pico	25	5	20,0	16	3	18,8	-40,0
Madalena	15	2	13,3	9	3	33,3	50,0
São Roque do Pico	16	3	18,8	12	2	16,7	-33,3
Horta	22	6	27,3	14	6	42,9	0,0
Lajes das Flores	143	24	16,8	89	5	5,6	-79,2
Santa Cruz das Flores	28	8	28,6	20	6	30,0	-25,0
Corvo	89	27	30,3	30	7	23,3	-74,1
Região Autónoma da Madeira	**1.649**	**710**	**43,1**	**890**	**343**	**38,5**	**-51,7**
Região Autónoma da Madeira	**1.649**	**710**	**43,1**	**890**	**343**	**38,5**	**-51,7**
Calheta (R.A.M.)	56	33	58,9	37	14	37,8	-57,6
Câmara de Lobos	238	112	47,1	107	42	39,3	-62,5
Funchal	815	336	41,2	457	186	40,7	-44,6
Machico	116	39	33,6	84	31	36,9	-20,5
Ponta do Sol	53	26	49,1	24	5	20,8	-80,8
Porto Moniz	16	6	37,5	8	2	25,0	-66,7
Ribeira Brava	22	10	45,5	21	6	28,6	-40,0
Santa Cruz	94	33	35,1	33	12	36,4	-63,6
Santana	150	77	51,3	88	33	37,5	-57,1
São Vicente	46	21	45,7	17	10	58,8	-52,4
Porto Santo	43	17	39,5	14	2	14,3	-88,2

Fonte: INE

Quadro VI.7.: População Católica, Total, Percentagem e Variação, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	Populaçao Católica								Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**6.352.070**	**6.527.595**	**7.353.548**	**7.281.887**	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**2,8**	**12,7**	**-1,0**
Continente	**5.996.890**	**6.177.896**	**6.994.739**	**6.893.708**	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**3,0**	**13,2**	**-1,4**
Região Autónoma dos Açores	**174.804**	**162.681**	**178.719**	**184.696**	**94,5**	**93,0**	**94,1**	**91,2**	**-6,9**	**9,9**	**3,3**
Região Autónoma dos Açores	**174.804**	**162.681**	**178.719**	**184.696**	**94,5**	**93,0**	**94,1**	**91,2**	**-6,9**	**9,9**	**3,3**
Vila do Porto	4.629	4.160	4.031	4.141	93,4	96,0	91,2	90,2	-10,1	-3,1	2,7
Lagoa (R.A.A.)	8.351	8.425	10.079	10.505	92,3	95,8	95,4	92,0	0,9	19,6	4,2
Nordeste	5.015	4.079	4.138	3.948	94,9	97,1	97,4	97,2	-18,7	1,4	-4,6
Ponta Delgada	44.281	41.785	47.202	50.599	94,7	93,1	92,0	89,7	-5,6	13,0	7,2
Povoação	6.112	5.269	5.152	5.012	96,1	97,1	97,6	96,2	-13,8	-2,2	-2,7
Ribeira Grande	18.826	16.920	19.693	23.051	94,3	93,9	95,8	93,6	-10,1	16,4	17,1
Vila Franca do Campo	8.316	7.443	8.021	8.612	97,3	95,0	95,5	95,2	-10,5	7,8	7,4
Angra do Heroísmo	24.502	24.811	27.119	26.585	94,1	92,6	95,0	89,8	1,3	9,3	-2,0
Vila da Praia da Vitória	15.371	14.478	15.457	16.305	93,3	93,8	94,9	92,3	-5,8	6,8	5,5
Santa Cruz da Graciosa	4.227	3.855	3.832	3.503	95,7	93,5	96,7	93,6	-8,8	-0,6	-8,6
Calheta (R.A.A.)	3.245	2.894	3.099	3.037	93,9	85,2	92,4	94,4	-10,8	7,1	-2,0
Velas	4.566	3.896	4.444	4.290	96,3	88,0	96,5	92,9	-14,7	14,1	-3,5
Lajes do Pico	4.488	3.674	4.058	3.523	92,7	81,5	95,6	86,2	-18,1	10,5	-13,2
Madalena	4.796	4.481	4.795	4.661	96,9	94,3	93,6	90,2	-6,6	7,0	-2,8
São Roque do Pico	2.868	2.719	2.735	2.599	94,4	94,3	90,7	88,4	-5,2	0,6	-5,0
Horta	11.467	10.281	11.427	11.138	93,2	89,7	92,3	88,5	-10,3	11,1	-2,5
Lajes das Flores	1.518	1.257	1.209	1.123	96,9	92,0	95,9	87,5	-17,2	-3,8	-7,1
Santa Cruz das Flores	1.916	1.940	1.864	1.739	96,8	96,0	90,5	88,5	1,3	-3,9	-6,7
Corvo	310	314	364	325	99,4	97,2	98,1	88,1	1,3	15,9	-10,7
Região Autónoma da Madeira	**180.376**	**166.216**	**180.090**	**203.483**	**94,0**	**86,8**	**90,9**	**90,9**	**-7,9**	**8,3**	**13,0**
Região Autónoma da Madeira	**180.376**	**166.216**	**180.090**	**203.483**	**94,0**	**86,8**	**90,9**	**90,9**	**-7,9**	**8,3**	**13,0**
Calheta (R.A.M.)	9.654	9.568	9.567	9.241	95,8	96,5	96,8	94,2	-0,9	0,0	-3,4
Câmara de Lobos	20.438	18.576	24.129	26.521	96,7	86,5	94,3	94,0	-9,1	29,9	9,9
Funchal	81.076	76.141	74.907	84.638	92,4	85,4	86,8	88,6	-6,1	-1,6	13,0
Machico	15.626	13.834	16.345	17.331	96,5	84,0	93,6	94,3	-11,5	18,2	6,0
Ponta do Sol	6.914	6.213	6.136	6.797	97,2	93,0	95,0	93,8	-10,1	-1,2	10,8
Porto Moniz	3.002	2.228	2.373	2.314	97,6	86,6	97,9	97,2	-25,8	6,5	-2,5
Ribeira Brava	9.407	8.841	9.696	10.445	92,6	88,4	97,0	94,9	-6,0	9,7	7,7
Santa Cruz	16.699	15.311	21.948	31.077	93,8	86,1	92,2	88,9	-8,3	43,3	41,6
Santana	8.133	7.079	6.778	6.425	92,8	89,6	91,6	95,8	-13,0	-4,3	-5,2
São Vicente	6.272	5.196	4.774	4.650	97,0	87,8	93,0	94,5	-17,2	-8,1	-2,6
Porto Santo	3.155	3.229	3.437	4.044	95,6	92,4	93,4	86,7	2,3	6,4	17,7

Fonte: INE

Quadro VI.8.: População de Outras Religiões, Total, Percentagem e Variação, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Outras Religiões								Variação População Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**118 448**	**143 596**	**216 158**	**347.756**	**1,5**	**1,8**	**2,5**	**3,9**	**21,2**	**50,5**	**60,9**
Continente	**115 362**	**140 489**	**211 123**	**339.231**	**1,5**	**1,9**	**2,5**	**4,0**	**21,8**	**50,3**	**60,7**
Região Autónoma dos Açores	**1 420**	**1 551**	**2 261**	**3.604**	**0,8**	**0,9**	**1,2**	**1,8**	**9,2**	**45,8**	**59,4**
Região Autónoma dos Açores	**1 420**	**1 551**	**2 261**	**3.604**	**0,8**	**0,9**	**1,2**	**1,8**	**9,2**	**45,8**	**59,4**
Vila do Porto	34	26	35	74	0,7	0,6	0,8	1,6	-23,5	34,6	111,4
Lagoa (R.A.A.)	98	110	174	318	1,1	1,3	1,6	2,8	12,2	58,2	82,8
Nordeste	8	16	30	17	0,2	0,4	0,7	0,4	100,0	87,5	-43,3
Ponta Delgada	516	461	867	1.230	1,1	1,0	1,7	2,2	-10,7	88,1	41,9
Povoação	31	23	26	50	0,5	0,4	0,5	1,0	-25,8	13,0	92,3
Ribeira Grande	136	111	195	319	0,7	0,6	0,9	1,3	-18,4	75,7	63,6
Vila Franca do Campo	23	22	30	34	0,3	0,3	0,4	0,4	-4,3	36,4	13,3
Angra do Heroísmo	198	286	331	565	0,8	1,1	1,2	1,9	44,4	15,7	70,7
Vila da Praia da Vitória	112	181	118	234	0,7	1,2	0,7	1,3	61,6	-34,8	98,3
Santa Cruz da Graciosa	7	21	24	49	0,2	0,5	0,6	1,3	200,0	14,3	104,2
Calheta (R.A.A.)	7	23	17	15	0,2	0,7	0,5	0,5	228,6	-26,1	-11,8
Velas	10	19	17	46	0,2	0,4	0,4	1,0	90,0	-10,5	170,6
Lajes do Pico	62	62	89	97	1,3	1,4	2,1	2,4	0,0	43,5	9,0
Madalena	30	36	24	82	0,6	0,8	0,5	1,6	20,0	-33,3	241,7
São Roque do Pico	32	25	96	74	1,1	0,9	3,2	2,5	-21,9	284,0	-22,9
Horta	91	93	133	286	0,7	0,8	1,1	2,3	2,2	43,0	115,0
Lajes das Flores	4	9	22	16	0,3	0,7	1,7	1,2	125,0	144,4	-27,3
Santa Cruz das Flores	21	24	32	71	1,1	1,2	1,6	3,6	14,3	33,3	121,9
Corvo	0	3	1	27	0,0	0,9	0,3	7,3	100,0	-66,7	2.600,0
Região Autónoma da Madeira	**1 666**	**1 556**	**2 774**	**4.921**	**0,9**	**0,8**	**1,4**	**2,2**	**-6,6**	**78,3**	**77,4**
Região Autónoma da Madeira	**1 666**	**1 556**	**2 774**	**4.921**	**0,9**	**0,8**	**1,4**	**2,2**	**-6,6**	**78,3**	**77,4**
Calheta (R.A.M.)	37	18	54	201	0,4	0,2	0,5	2,0	-51,4	200,0	272,2
Câmara de Lobos	66	59	90	226	0,3	0,3	0,4	0,8	-10,6	52,5	151,1
Funchal	1 184	1 067	1 724	2.751	1,3	1,2	2,0	2,9	-9,9	61,6	59,6
Machico	65	64	165	305	0,4	0,4	0,9	1,7	-1,5	157,8	84,8
Ponta do Sol	21	25	69	89	0,3	0,4	1,1	1,2	19,0	176,0	29,0
Porto Moniz	10	11	7	16	0,3	0,4	0,3	0,7	10,0	-36,4	128,6
Ribeira Brava	25	40	36	141	0,2	0,4	0,4	1,3	60,0	-10,0	291,7
Santa Cruz	179	184	481	885	1,0	1,0	2,0	2,5	2,8	161,4	84,0
Santana	25	17	48	40	0,3	0,2	0,6	0,6	-32,0	182,4	-16,7
São Vicente	31	28	41	75	0,5	0,5	0,8	1,5	-9,7	46,4	82,9
Porto Santo	23	43	59	192	0,7	1,2	1,6	4,1	87,0	37,2	225,4

Fonte: INE

Quadro VI.9.:: População Sem Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião								Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**253.680**	**218.862**	**342.987**	**615.332**	**3,2**	**2,8**	**3,9**	**6,8**	**-13,7**	**56,7**	**79,4**
Continente	**252.190**	**217.256**	**339.694**	**604.851**	**3,4**	**2,9**	**4,1**	**7,1**	**-13,9**	**56,4**	**78,1**
Região Autónoma dos Açores	**693**	**815**	**1.711**	**4.893**	**0,4**	**0,5**	**0,9**	**2,4**	**17,6**	**109,9**	**186,0**
Região Autónoma dos Açores	**693**	**815**	**1.711**	**4.893**	**0,4**	**0,5**	**0,9**	**2,4**	**17,6**	**109,9**	**186,0**
Vila do Porto	29	22	48	152	0,6	0,5	1,1	3,3	-24,1	118,2	216,7
Lagoa (R.A.A.)	7	14	59	188	0,1	0,2	0,6	1,6	100,0	321,4	218,6
Nordeste	9	6	12	30	0,2	0,1	0,3	0,7	-33,3	100,0	150,0
Ponta Delgada	207	288	573	1.520	0,4	0,6	1,1	2,7	39,1	99,0	165,3
Povoação	11	6	15	40	0,2	0,1	0,3	0,8	-45,5	150,0	166,7
Ribeira Grande	27	30	103	304	0,1	0,2	0,5	1,2	11,1	243,3	195,1
Vila Franca do Campo	8	6	16	71	0,1	0,1	0,2	0,8	-25,0	166,7	343,8
Angra do Heroísmo	146	180	329	946	0,6	0,7	1,2	3,2	23,3	82,8	187,5
Vila da Praia da Vitória	53	50	101	423	0,3	0,3	0,6	2,4	-5,7	102,0	318,8
Santa Cruz da Graciosa	2	2	15	71	0,0	0,0	0,4	1,9	0,0	650,0	373,3
Calheta (R.A.A.)	2	6	13	47	0,1	0,2	0,4	1,5	200,0	116,7	261,5
Velas	32	15	24	125	0,7	0,3	0,5	2,7	-53,1	60,0	420,8
Lajes do Pico	18	18	28	127	0,4	0,4	0,7	3,1	0,0	55,6	353,6
Madalena	11	17	40	138	0,2	0,4	0,8	2,7	54,5	135,3	245,0
São Roque do Pico	21	29	43	82	0,7	1,0	1,4	2,8	38,1	48,3	90,7
Horta	107	116	248	510	0,9	1,0	2,0	4,1	8,4	113,8	105,6
Lajes das Flores	2	5	13	49	0,1	0,4	1,0	3,8	150,0	160,0	276,9
Santa Cruz das Flores	0	3	27	60	0,0	0,1	1,3	3,1	300,0	800,0	122,2
Corvo	1	2	4	10	0,3	0,6	1,1	2,7	100,0	100,0	150,0
Região Autónoma da Madeira	**797**	**791**	**1.582**	**5.588**	**0,4**	**0,4**	**0,8**	**2,5**	**-0,8**	**100,0**	**253,2**
Região Autónoma da Madeira	**797**	**791**	**1.582**	**5.588**	**0,4**	**0,4**	**0,8**	**2,5**	**-0,8**	**100,0**	**253,2**
Calheta (R.A.M.)	1	3	23	146	0,0	0,0	0,2	1,5	200,0	666,7	534,8
Câmara de Lobos	16	28	34	293	0,1	0,1	0,1	1,0	75,0	21,4	761,8
Funchal	669	609	1.196	3.244	0,8	0,7	1,4	3,4	-9,0	96,4	171,2
Machico	11	33	65	262	0,1	0,2	0,4	1,4	200,0	97,0	303,1
Ponta do Sol	6	15	18	127	0,1	0,2	0,3	1,8	150,0	20,0	605,6
Porto Moniz	1	4	0	18	0,0	0,2	0,0	0,8	300,0	-100,0	1.000,0
Ribeira Brava	10	8	11	151	0,1	0,1	0,1	1,4	-20,0	37,5	1.272,7
Santa Cruz	45	55	186	1.111	0,3	0,3	0,8	3,2	22,2	238,2	497,3
Santana	4	7	6	51	0,0	0,1	0,1	0,8	75,0	-14,3	750,0
São Vicente	10	7	9	50	0,2	0,1	0,2	1,0	-30,0	28,6	455,6
Porto Santo	24	22	34	135	0,7	0,6	0,9	2,9	-8,3	54,5	297,1

Fonte: INE

Quadro VI.10.: População que Não Respondeu/Não Sabe à pergunta da Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População que Não Respondeu				População que Não Respondeu				Variação População que Não Respondeu		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**1.114.614**	**1.477.762**	**786.822**	**744.874**	**14,2**	**17,6**	**9,0**	**8,3**	**32,6**	**-46,8**	**-5,3**
Continente	**1.097.495**	**1.445.010**	**765.853**	**725.711**	**14,7**	**18,1**	**9,2**	**8,5**	**31,7**	**-47,0**	**-5,2**
Região Autónoma dos Açores	**8.093**	**9.891**	**7.305**	**9.382**	**4,4**	**5,7**	**3,8**	**4,6**	**22,2**	**-26,1**	**28,4**
Região Autónoma dos Açores	**8.093**	**9.891**	**7.305**	**9.382**	**4,4**	**5,7**	**3,8**	**4,6**	**22,2**	**-26,1**	**28,4**
Vila do Porto	264	124	308	222	5,3	2,9	7,0	4,8	-53,0	148,4	-27,9
Lagoa (R.A.A.)	590	247	250	402	6,5	2,8	2,4	3,5	-58,1	1,2	60,8
Nordeste	252	99	70	66	4,8	2,4	1,6	1,6	-60,7	-29,3	-5,7
Ponta Delgada	1.733	2.331	2.680	3.031	3,7	5,2	5,2	5,4	34,5	15,0	13,1
Povoação	209	128	84	107	3,3	2,4	1,6	2,1	-38,8	-34,4	27,4
Ribeira Grande	969	949	559	949	4,9	5,3	2,7	3,9	-2,1	-41,1	69,8
Vila Franca do Campo	202	362	331	328	2,4	4,6	3,9	3,6	79,2	-8,6	-0,9
Angra do Heroísmo	1.197	1.516	774	1.513	4,6	5,7	2,7	5,1	26,6	-48,9	95,5
Vila da Praia da Vitória	935	719	605	699	5,7	4,7	3,7	4,0	-23,1	-15,9	15,5
Santa Cruz da Graciosa	181	245	93	118	4,1	5,9	2,3	3,2	35,4	-62,0	26,9
Calheta (R.A.A.)	203	472	225	117	5,9	13,9	6,7	3,6	132,5	-52,3	-48,0
Velas	135	497	121	159	2,8	11,2	2,6	3,4	268,1	-75,7	31,4
Lajes do Pico	275	752	69	341	5,7	16,7	1,6	8,3	173,5	-90,8	394,2
Madalena	111	219	266	289	2,2	4,6	5,2	5,6	97,3	21,5	8,6
São Roque do Pico	117	111	142	186	3,9	3,8	4,7	6,3	-5,1	27,9	31,0
Horta	633	966	573	657	5,1	8,4	4,6	5,2	52,6	-40,7	14,7
Lajes das Flores	43	96	17	95	2,7	7,0	1,3	7,4	123,3	-82,3	458,8
Santa Cruz das Flores	43	54	136	96	2,2	2,7	6,6	4,9	25,6	151,9	-29,4
Corvo	1	4	2	7	0,3	1,2	0,5	1,9	300,0	-50,0	250,0
Região Autónoma da Madeira	**9.026**	**22.861**	**13.664**	**9.781**	**4,7**	**11,9**	**6,9**	**4,4**	**153,3**	**-40,2**	**-28,4**
Região Autónoma da Madeir	**9.026**	**22.861**	**13.664**	**9.781**	**4,7**	**11,9**	**6,9**	**4,4**	**153,3**	**-40,2**	**-28,4**
Calheta (R.A.M.)	386	324	235	218	3,8	3,3	2,4	2,2	-16,1	-27,5	-7,2
Câmara de Lobos	614	2.816	1.332	1.181	2,9	13,1	5,2	4,2	358,6	-52,7	-11,3
Funchal	4.862	11.389	8.476	4.854	5,5	12,8	9,8	5,1	134,2	-25,6	-42,7
Machico	485	2.534	887	472	3,0	15,4	5,1	2,6	422,5	-65,0	-46,8
Ponta do Sol	169	431	233	233	2,4	6,4	3,6	3,2	155,0	-45,9	0,0
Porto Moniz	62	331	45	32	2,0	12,9	1,9	1,3	433,9	-86,4	-28,9
Ribeira Brava	722	1.116	255	268	7,1	11,2	2,6	2,4	54,6	-77,2	5,1
Santa Cruz	874	2.236	1.178	1.891	4,9	12,6	5,0	5,4	155,8	-47,3	60,5
Santana	599	795	565	192	6,8	10,1	7,6	2,9	32,7	-28,9	-66,0
São Vicente	156	688	309	146	2,4	11,6	6,0	3,0	341,0	-55,1	-52,8
Porto Santo	97	201	149	294	2,9	5,8	4,1	6,3	107,2	-25,9	97,3

Fonte: INE

ANEXO VII

INDICADORES DE CRACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL

Quadro VII.1.: Indicadores Demográficos, por concelho, região Norte, 2011 (2009)

Zona Geográfica	Indicadores Demográficos									
	População Residente 2011	Var. Pop. 2001-2011	Densidade Populacional 2011	Índice de Envelhecimento 2011	Dimensão Média das Famílias Clássicas	Taxa de Analfabetismo 2011	População Residente Estrangeira 2011		Taxa de Desemprego (%)	Índice Poder de Compra Per Capita 2009
	N.º	%	Hab/Km2	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Portugal	**10.562.178**	**2,0**	**114,5**	**127,8**	2,6	**5,2**	**394.496**	**3,7**	**13,2**	**100,0**
Continente	**10.047.621**	**1,8**	**112,8**	**130,6**	2,6	**5,2**	**385.530**	**3,8**	**13,2**	**100,5**
Norte	**3.689.682**	**0,1**	**173,3**	**113,3**	2,8	**5,0**	**51.486**	**1,4**	**14,5**	**87,6**
Minho-Lima	**244.836**	**-2,2**	**110,4**	**174,2**	2,7	**6,9**	**4.120**	**1,7**	**11,8**	**73,6**
Arcos de Valdevez	22.847	-7,7	51,0	273,6	2,5	12,6	305	1,3	10,2	55,8
Caminha	16.684	-2,3	122,2	194,0	2,6	4,4	395	2,4	13,1	80,3
Melgaço	9.213	-7,8	38,7	411,2	2,4	9,5	246	2,7	9,8	55,8
Monção	19.230	-3,6	91,0	260,4	2,6	8,1	529	2,8	9,8	62,9
Paredes de Coura	9.198	-3,9	66,6	219,3	2,6	11,4	132	1,4	11,1	56,1
Ponte da Barca	12.061	-6,6	66,2	196,9	2,7	11,1	172	1,4	13,1	53,4
Ponte de Lima	43.498	-1,9	135,8	128,0	3,0	7,1	405	0,9	11,9	62,8
Valença	14.127	-0,4	120,6	170,9	2,7	5,1	522	3,7	12,4	80,9
Viana do Castelo	88.725	0,1	278,1	138,7	2,8	4,4	1.136	1,3	12,5	89,7
Vila Nova de Cerveira	9.253	4,5	85,3	177,0	2,6	6,1	278	3,0	9,7	75,1
Cávado	**410.169**	**4,4**	**329,2**	**87,0**	3,0	**4,5**	**6.940**	**1,7**	**12,8**	**83,0**
Amares	18.889	2,0	230,5	98,7	3,1	6,2	193	1,0	14,1	62,0
Barcelos	120.391	-1,4	317,7	82,7	3,1	4,6	963	0,8	12,1	67,5
Braga	181.494	10,5	989,6	80,5	2,8	3,4	4.799	2,6	13,2	105,6
Esposende	34.254	2,8	359,0	89,3	3,1	4,3	430	1,3	11,3	77,2
Terras de Bouro	7.253	-13,1	26,1	188,3	2,9	9,4	54	0,7	17,1	52,3
Vila Verde	47.888	2,8	209,4	103,8	3,1	7,3	501	1,0	12,9	57,8
Ave	**511.737**	**0,4**	**410,7**	**95,1**	**2,9**	**4,7**	**5.264**	**1,0**	**15,1**	**76,7**
Fafe	50.633	-4,0	231,1	108,0	2,8	6,2	383	0,8	14,8	64,8
Guimarães	158.124	-0,9	656,0	87,3	2,9	4,4	1.545	1,0	14,3	79,8
Póvoa de Lanhoso	21.886	-3,9	165,1	107,3	3,0	7,6	233	1,1	13,2	58,4
Vieira do Minho	12.997	-11,7	59,5	166,8	2,9	8,4	145	1,1	16,3	5,4
Vila Nova de Famalicão	133.832	4,9	663,9	85,3	3,0	4,0	1.528	1,1	14,9	82,4
Vizela	23.736	5,1	961,0	68,4	3,0	5,0	162	0,7	14,3	65,6
Santo Tirso	71.530	-1,2	523,6	124,8	2,8	4,3	622	0,9	17,4	80,4
Trofa	38.999	3,8	542,6	85,9	3,0	3,5	646	1,7	16,8	79,5
Grande Porto	**1.287.282**	**2,1**	**1.580,0**	**111,4**	2,6	**3,1**	**23.028**	**1,8**	**16,4**	**115,0**
Espinho	31.786	-5,7	1.509,5	162,1	2,6	4,7	455	1,4	18,4	105,1
Gondomar	168.027	2,4	1.274,3	97,4	2,7	3,3	1.606	1,0	16,9	81,7
Maia	135.306	12,7	1.627,6	79,5	2,7	2,5	2.258	1,7	14,1	119,1
Matosinhos	175.478	5,1	2.811,3	112,6	2,6	3,2	3.254	1,9	15,0	130,6
Porto	237.591	-9,7	5.736,1	194,1	2,3	2,8	6.993	2,9	17,6	178,8
Póvoa de Varzim	63.408	-0,1	771,3	91,1	2,9	3,7	1.084	1,7	13,8	89,1
Valongo	93.858	9,1	1.249,4	80,4	2,8	2,8	1.034	1,1	16,9	86,8
Vila do Conde	79.533	6,9	533,7	90,5	2,9	3,8	1.265	1,6	14,5	94,7
Vila Nova de Gaia	302.295	4,7	1.794,4	100,0	2,6	3,2	5.079	1,7	17,9	101,0
Tâmega	**550.516**	**-0,1**	**210,2**	**81,5**	3,0	**6,2**	**3.430**	**0,6**	**14,3**	**63,5**
Castelo de Paiva	16.733	-3,5	145,5	95,8	3,0	5,7	59	0,4	17,1	
Cabeceiras de Basto	16.710	-6,4	69,1	118,3	3,0	10,1	128	0,8	15,0	53,1
Celorico de Basto	20.098	-1,8	111,0	124,9	2,9	10,0	118	0,6	16,3	47,7
Amarante	56.264	-5,7	186,7	100,4	2,9	7,3	489	0,9	14,0	63,5
Baião	20.522	-8,2	117,6	123,2	2,8	10,2	63	0,3	19,4	51,5
Felgueiras	58.065	0,8	501,7	73,8	3,0	5,1	424	0,7	10,3	67,0
Lousada	47.387	6,0	493,2	59,3	3,1	5,1	259	0,5	13,2	64,0
Marco de Canaveses	53.450	2,0	264,8	72,1	3,0	5,6	389	0,7	16,3	63,2
Paços de Ferreira	56.340	6,3	793,6	60,7	3,1	3,8	416	0,7	14,3	70,6
Paredes	86.854	4,2	554,1	60,6	3,1	4,2	473	0,5	15,5	69,3
Penafiel	72.265	0,7	340,5	72,2	3,0	5,4	397	0,5	12,4	69,0
Mondim de Basto	7.493	-12,6	43,5	143,0	2,8	10,8	37	0,5	14,8	49,6
Ribeira de Pena	6.544	-11,7	30,1	213,7	2,6	15,8	38	0,6	15,6	48,9
Cinfães	20.427	-8,9	85,4	139,8	2,8	9,4	83	0,4	20,0	49,4
Resende	11.364	-8,1	92,1	143,2	2,8	13,6	57	0,5	13,1	49,4
Entre Douro e Vouga	**274.859**	**-0,7**	**319,1**	**109,4**	2,8	**4,4**	**3.424**	**1,2**	**12,0**	**78,4**
Arouca	22.359	-7,7	67,9	116,2	3,0	7,3	161	0,7	8,1	57,2
Santa Maria da Feira	139.312	2,5	645,3	93,6	2,8	4,0	1.691	1,2	14,8	76,9
Oliveira de Azeméis	68.611	-3,0	425,9	124,4	2,8	4,1	753	1,1	8,9	74,0
São João da Madeira	21.713	2,9	2.733,6	114,4	2,6	2,9	501	2,3	11,0	129,1
Vale de Cambra	22.864	-7,8	155,2	166,6	2,7	6,3	318	1,4	8,1	76,3
Douro	**205.902**	**-7,2**	**50,1**	**175,5**	2,6	**8,7**	**2.389**	**1,2**	**12,1**	**70,9**
Carrazeda de Ansiães	6.373	-16,6	22,8	320,1	2,3	11,3	139	2,2	11,7	50,6
Freixo de Espada à Cinta	3.780	-9,7	15,5	305,8	2,3	14,9	91	2,4	11,2	52,4
Torre de Moncorvo	8.572	-13,6	16,1	394,8	2,2	12,6	74	0,9	10,0	57,7
Vila Flor	6.697	-15,4	25,2	267,5	2,4	10,8	157	2,3	11,8	54,4
Vila Nova de Foz Côa	7.312	-13,9	18,4	287,4	2,4	11,1	167	2,3	8,7	54,5
Alijó	11.942	-16,6	40,1	249,3	2,5	10,5	101	0,8	12,5	55,7
Mesão Frio	4.433	-10,0	166,4	160,4	2,8	10,3	32	0,7	17,8	59,0
Peso da Régua	17.131	-9,0	180,6	144,4	2,7	7,7	125	0,7	14,3	80,8
Sabrosa	6.361	-9,5	40,5	214,2	2,6	10,8	65	1,0	12,9	54,4
Santa Marta de Penaguião	7.356	-14,2	106,2	207,4	2,6	12,6	121	1,6	13,6	51,6
Vila Real	51.850	3,8	136,9	121,1	2,7	5,5	632	1,2	11,0	102,5
Armamar	6.297	-16,0	53,7	192,5	2,6	9,8	45	0,7	11,5	49,5
Lamego	26.691	-5,0	161,4	145,3	2,7	7,6	153	0,6	14,5	79,0
Moimenta da Beira	10.212	-7,8	46,4	165,8	2,6	8,3	165	1,6	10,0	56,5
Penedono	2.952	-14,3	22,1	233,4	2,4	10,9	19	0,6	8,9	49,8
São João da Pesqueira	7.874	-9,0	29,6	171,6	2,6	9,8	131	1,7	9,5	55,6
Sernancelhe	5.671	-8,9	24,8	212,4	2,5	9,5	46	0,8	11,4	47,4
Tabuaço	6.350	-6,4	47,4	192,2	2,6	8,7	58	0,9	12,5	51,6
Tarouca	8.048	-3,1	80,4	121,8	2,7	8,8	68	0,8	11,7	56,9
Alto Trás-os-Montes	**204.381**	**-8,5**	**25,0**	**249,2**	**2,5**	**10,2**	**2.891**	**1,4**	**11,9**	**67,4**
Alfândega da Fé	5.104	-14,4	15,9	334,7	2,5	11,6	67	1,3	13,2	53,1
Bragança	35.341	1,7	30,1	187,5	2,5	7,9	581	1,6	9,9	93,8
Macedo de Cavaleiros	15.776	-9,6	22,6	240,0	2,5	10,4	190	1,2	10,2	65,7
Miranda do Douro	7.482	-7,0	15,4	331,9	2,4	11,3	123	1,6	9,4	65,2
Mirandela	23.850	-7,6	36,2	207,7	2,5	9,0	445	1,9	12,2	73,1
Mogadouro	9.542	-15,1	12,5	347,6	2,4	11,8	117	1,2	11,7	56,5
Vimioso	4.669	-12,2	9,7	447,2	2,3	16,1	52	1,1	10,4	52,9
Vinhais	9.066	-14,8	13,1	492,8	2,4	14,6	69	0,8	11,5	49,0
Boticas	5.750	-10,4	17,9	314,5	2,5	15,9	38	0,7	9,2	50,6
Chaves	41.243	-5,6	69,8	200,7	2,5	7,6	701	1,7	14,5	74,4
Montalegre	10.537	-17,4	13,1	347,1	2,5	14,7	109	1,0	11,1	50,4
Murça	5.952	-11,9	31,4	251,3	2,5	11,0	36	0,6	12,2	56,4
Valpaços	16.882	-13,5	30,8	313,3	2,4	12,7	223	1,3	12,1	49,5
Vila Pouca de Aguiar	13.187	-12,1	30,2	225,5	2,5	9,6	140	1,1	13,8	53,9

Fonte: INE

Quadro VII.2.: Núcleos Familiares, por concelho, região Norte, 2001-2011

Zona Geográfica	Núcleos Familiares 2001				Núcleos Familiares 2011				Var. Núcleos Familiares 2001-2011			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%											
Portugal	**31,8**	**36,5**	**24,8**	**6,9**	**35,1**	**37,9**	**22,3**	**4,8**	**16,0**	**9,0**	**-5,6**	**-27,5**
Continente	**32,1**	**36,6**	**24,7**	**6,5**	**35,5**	**37,9**	**22,1**	**4,6**	**15,7**	**8,2**	**-6,4**	**-26,8**
Norte	**27,4**	**37,2**	**27,1**	**8,4**	**31,8**	**39,2**	**24,2**	**4,8**	**21,5**	**10,5**	**-6,2**	**-40,5**
Minho-Lima	**32,2**	**35,0**	**24,7**	**8,0**	**36,3**	**36,9**	**22,6**	**4,2**	**15,1**	**7,8**	**-6,4**	**-47,2**
Arcos de Valdevez	41,2	31,6	20,2	7,0	45,0	32,4	18,6	3,9	3,2	-3,2	-12,6	-46,5
Caminha	33,0	35,2	25,1	6,6	37,3	38,2	20,9	3,7	14,8	10,2	-15,4	-43,3
Melgaço	43,5	33,9	18,0	4,7	49,6	33,2	14,8	2,4	7,6	-7,6	-22,2	-52,7
Monção	36,1	35,5	22,5	5,9	40,1	37,4	19,7	2,8	11,2	5,3	-12,3	-53,2
Paredes de Coura	35,0	36,9	21,1	7,0	38,8	38,2	19,6	3,4	11,9	4,5	-6,4	-51,5
Ponte da Barca	32,4	33,5	24,1	10,0	37,5	35,2	22,1	5,1	13,8	3,2	-9,9	-49,5
Ponte de Lima	26,9	33,2	27,3	12,5	30,4	35,1	28,4	6,1	17,2	9,5	7,6	-49,3
Valença	36,5	35,0	22,5	5,9	38,3	38,2	19,8	3,7	8,6	13,0	-8,8	-35,5
Viana do Castelo	28,4	36,9	27,0	7,7	33,3	39,0	23,7	3,9	23,2	11,1	-7,6	-46,2
Vila Nova de Cerveira	35,7	34,7	22,9	6,7	38,8	36,7	20,7	3,8	17,3	14,2	-2,2	-39,5
Cávado	**22,3**	**34,1**	**31,7**	**12,0**	**27,0**	**37,1**	**29,7**	**6,3**	**34,5**	**21,0**	**3,8**	**-42,0**
Amares	24,5	31,3	30,6	13,6	27,5	34,8	30,8	6,9	21,7	20,5	9,1	-45,6
Barcelos	21,6	34,0	31,6	12,8	26,0	36,8	30,7	6,5	26,5	13,8	1,9	-46,6
Braga	21,2	35,4	33,3	10,2	26,7	38,5	29,2	5,6	48,2	27,8	3,0	-35,2
Esposende	22,7	33,2	31,2	12,9	28,2	35,6	29,5	6,7	36,4	17,3	3,4	-42,6
Terras de Bouro	31,5	30,4	25,8	12,3	32,5	35,5	25,6	6,4	-6,0	6,1	-9,7	-52,8
Vila Verde	25,1	31,8	28,4	14,7	28,4	34,9	29,2	7,5	24,3	20,4	13,0	-44,4
Ave	**24,0**	**37,0**	**30,1**	**9,0**	**29,0**	**39,8**	**26,5**	**4,7**	**28,0**	**14,2**	**-6,8**	**-44,8**
Fafe	25,5	36,7	28,4	9,5	30,3	39,5	25,5	4,7	20,8	9,0	-8,8	-49,5
Guimarães	21,6	35,9	32,3	10,2	27,5	39,5	28,0	5,0	34,4	16,3	-8,4	-47,9
Póvoa de Lanhoso	25,2	30,4	30,0	14,4	30,0	35,1	28,1	6,8	23,3	19,6	-3,0	-51,2
Vieira do Minho	28,9	31,3	27,5	12,4	32,7	35,0	26,1	6,2	5,9	4,6	-11,3	-53,3
Vila Nova de Famalicão	24,1	37,6	30,2	8,1	28,4	40,2	26,9	4,5	29,0	17,0	-2,4	-39,7
Vizela	20,0	36,7	33,3	10,0	24,7	40,6	29,5	5,3	37,9	23,5	-1,2	-41,0
Santo Tirso	27,5	40,4	26,3	5,8	32,9	41,4	22,3	3,4	23,4	5,3	-12,7	-39,8
Trofa	24,0	38,2	30,1	7,7	28,5	41,0	26,0	4,5	29,6	17,1	-5,8	-35,9
Grande Porto	**28,2**	**40,5**	**25,1**	**6,2**	**32,8**	**41,5**	**21,5**	**4,2**	**23,2**	**8,1**	**-9,2**	**-28,8**
Espinho	27,5	39,6	26,0	6,8	34,4	40,7	20,9	4,1	23,1	1,1	-21,0	-40,8
Gondomar	26,0	42,7	25,2	6,1	31,2	43,3	21,6	3,9	27,9	8,2	-9,0	-31,7
Maia	28,0	41,5	25,2	5,3	31,3	42,2	22,9	3,6	29,2	17,7	5,2	-21,3
Matosinhos	28,9	41,4	24,4	5,3	34,3	41,7	20,3	3,7	28,3	8,9	-9,9	-23,8
Porto	31,4	39,4	22,7	6,5	36,5	39,8	18,7	5,0	7,9	-6,3	-23,3	-27,8
Póvoa de Varzim	24,2	36,1	30,4	9,3	29,9	37,1	27,9	5,1	29,7	8,0	-3,6	-43,3
Valongo	25,4	42,0	26,0	6,5	30,1	43,4	22,5	4,0	34,2	17,3	-1,8	-30,8
Vila do Conde	26,8	38,1	27,7	7,4	30,8	40,0	24,7	4,5	27,6	16,7	-1,0	-32,6
Vila Nova de Gaia	28,4	40,7	25,2	5,7	32,7	42,0	21,3	4,0	24,4	11,5	-8,7	-25,0
Tâmega	**23,0**	**35,7**	**29,3**	**12,0**	**26,8**	**38,4**	**28,4**	**6,4**	**22,9**	**13,9**	**2,2**	**-43,7**
Castelo de Paiva	23,6	39,2	27,9	9,4	29,0	40,0	26,0	5,1	24,5	3,6	-5,4	-45,4
Cabeceiras de Basto	26,4	30,8	27,8	15,1	28,5	34,0	29,5	8,1	7,4	9,8	5,7	-46,7
Celorico de Basto	25,1	30,8	26,8	17,4	29,6	33,8	27,8	8,8	25,1	16,0	9,7	-46,4
Amarante	24,5	34,6	29,4	11,5	29,7	37,3	27,5	5,6	22,0	8,4	-6,2	-51,4
Baião	31,6	33,8	25,2	9,4	33,0	37,1	24,8	5,1	-0,7	4,3	-6,4	-48,1
Felgueiras	21,3	34,8	32,2	11,7	25,6	38,7	29,7	6,0	28,7	19,3	-1,3	-45,0
Lousada	20,3	36,9	31,3	11,5	24,6	39,3	29,8	6,3	35,6	19,2	6,3	-38,5
Marco de Canaveses	22,6	35,1	30,5	11,8	25,7	37,3	30,4	6,6	22,1	14,0	7,3	-40,0
Paços de Ferreira	19,9	38,2	30,5	11,4	23,6	40,6	29,3	6,5	31,4	17,6	6,5	-36,6
Paredes	19,6	37,9	30,1	12,4	23,6	41,1	28,6	6,8	32,6	19,8	4,9	-39,6
Penafiel	21,3	36,8	29,3	12,6	26,0	38,3	29,2	6,6	30,8	11,9	7,0	-43,9
Mondim de Basto	27,4	27,7	27,8	17,1	30,1	33,8	27,0	9,1	3,5	15,3	-8,4	-49,7
Ribeira de Pena	33,8	30,9	22,7	12,6	37,6	36,3	20,0	6,1	2,9	8,9	-18,4	-55,1
Cinfães	31,2	35,4	24,1	9,3	34,6	37,5	23,2	4,7	5,4	0,8	-8,2	-51,7
Resende	32,4	31,4	24,8	11,5	34,1	35,0	24,5	6,3	1,8	8,1	-4,3	-46,5
Entre Douro e Vouga	**28,0**	**37,7**	**26,9**	**7,3**	**32,5**	**40,0**	**23,4**	**4,2**	**20,5**	**10,1**	**-9,8**	**-40,6**
Arouca	26,1	32,8	28,3	12,7	31,3	36,9	25,8	6,0	19,3	11,9	-9,5	-53,1
Santa Maria da Feira	26,3	39,0	27,6	7,1	30,3	41,3	24,2	4,2	23,5	13,4	-6,1	-36,5
Oliveira de Azeméis	30,6	37,2	26,1	6,1	35,0	38,9	22,2	3,8	15,4	5,4	-14,3	-36,7
São João da Madeira	27,9	38,3	26,4	7,5	32,9	40,9	22,0	4,1	26,5	14,5	-10,5	-40,4
Vale de Cambra	31,8	36,0	25,1	7,1	38,4	37,1	21,0	3,5	17,4	0,0	-18,5	-52,3
Douro	**33,3**	**32,7**	**25,4**	**8,6**	**37,5**	**35,8**	**22,3**	**4,4**	**9,8**	**6,2**	**-14,4**	**-50,6**
Carrazeda de Ansiães	44,7	29,3	18,8	7,2	46,8	32,1	17,0	4,1	-11,4	-7,3	-23,6	-52,1
Freixo de Espada à Cinta	48,6	30,9	15,3	5,2	50,7	29,9	16,1	3,2	-8,1	-14,7	-7,0	-45,6
Torre de Moncorvo	44,8	28,9	20,7	5,7	49,7	31,4	16,2	2,7	-0,7	-2,8	-30,1	-57,9
Vila Flor	37,6	33,4	22,2	6,9	44,7	33,6	19,0	2,7	4,0	-11,9	-25,0	-65,6
Vila Nova de Foz Côa	44,4	29,8	19,7	6,1	47,2	30,8	17,8	4,3	-7,2	-9,8	-21,4	-38,6
Alijó	36,1	32,5	22,9	8,4	43,0	32,8	20,4	3,7	4,5	-11,5	-22,1	-61,1
Mesão Frio	29,5	32,5	25,1	13,0	34,3	36,6	22,6	6,4	13,3	9,9	-11,9	-51,7
Peso da Régua	26,9	35,4	27,9	9,8	32,6	39,3	23,3	4,8	17,0	7,3	-19,4	-52,5
Sabrosa	36,1	32,1	23,4	8,4	42,0	33,6	20,4	4,1	9,9	-0,9	-17,4	-53,7
Santa Marta de Penaguião	33,7	34,6	24,1	7,5	37,8	37,3	21,0	3,9	-1,2	-5,1	-23,5	-54,5
Vila Real	27,6	36,0	28,7	7,7	32,1	38,9	25,0	4,0	27,5	18,0	-4,8	-43,5
Armamar	33,6	30,4	25,3	10,7	37,1	34,5	22,8	5,6	-2,9	-0,5	-21,0	-53,9
Lamego	28,6	33,1	28,3	9,9	32,7	38,6	24,2	4,5	16,1	18,6	-13,0	-53,6
Moimenta da Beira	34,6	29,2	25,6	10,6	39,7	32,3	22,1	6,0	11,0	7,0	-16,5	-45,6
Penedono	37,2	28,4	24,7	9,6	39,3	32,8	23,3	4,6	-8,5	0,0	-18,2	-58,5
São João da Pesqueira	36,5	29,7	23,9	9,9	40,6	32,3	22,6	4,5	8,0	5,3	-8,4	-56,0
Sernancelhe	36,1	29,2	24,7	10,0	41,6	31,6	22,1	4,7	11,1	4,4	-13,7	-55,0
Tabuaço	35,1	31,0	24,3	9,6	41,1	33,0	20,2	5,7	15,4	5,0	-18,0	-41,2
Tarouca	30,6	32,2	26,9	10,2	34,9	34,5	24,5	6,1	15,4	8,5	-7,8	-39,3
Alto Trás-os-Montes	**37,6**	**33,3**	**22,8**	**6,3**	**42,6**	**34,9**	**19,1**	**3,3**	**7,7**	**-0,4**	**-20,4**	**-49,6**
Alfândega da Fé	43,0	28,9	22,8	5,3	45,4	32,2	18,8	3,6	-7,8	-2,9	-28,0	-41,2
Bragança	34,3	36,4	23,9	5,3	38,9	38,1	19,9	3,1	18,7	9,4	-12,7	-38,8
Macedo de Cavaleiros	37,3	33,0	22,8	6,9	43,8	33,0	19,2	4,1	11,0	-5,7	-20,5	-44,6
Miranda do Douro	43,4	32,2	20,6	3,8	47,3	31,3	19,0	2,4	3,3	-8,0	-12,3	-39,4
Mirandela	35,5	33,0	24,6	6,9	41,1	35,7	19,6	3,6	11,3	4,0	-23,5	-49,2
Mogadouro	40,9	32,2	21,5	5,4	47,0	33,4	17,1	2,5	1,9	-8,3	-29,6	-59,0
Vimioso	46,9	29,6	16,7	6,9	50,9	29,6	16,3	3,1	-2,9	-10,5	-12,6	-59,5
Vinhais	44,6	32,6	17,0	5,8	48,8	33,0	14,9	3,3	-5,4	-12,3	-24,1	-51,1
Boticas	38,8	32,7	21,8	6,7	44,2	36,4	16,2	3,2	6,8	4,4	-30,3	-54,8
Chaves	33,8	35,2	24,9	6,1	39,5	37,0	20,4	3,2	15,1	3,5	-19,3	-48,6
Montalegre	40,3	31,2	20,8	7,7	44,1	32,3	18,9	4,7	-7,1	-12,1	-22,6	-47,7
Murça	38,1	31,9	22,5	7,5	42,7	33,6	20,1	3,6	2,4	-3,8	-18,4	-56,4
Valpaços	41,3	30,4	21,6	6,7	47,2	32,0	17,6	3,2	2,7	-5,2	-27,0	-56,7
Vila Pouca de Aguiar	35,4	33,0	23,7	8,0	41,3	34,7	20,5	3,4	10,1	-0,9	-18,3	-59,6

Fonte, INE

Quadro VII.3.: Estrutura Etária, por concelho, região Norte, 2001-2011

Zona Geográfica	2001				2011				Variação 2001-2011			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	%											
Portugal	16,0	14,3	53,4	16,4	14,9	10,9	55,2	19,0	-5,1	-22,5	5,5	18,7
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3	-4,7	-22,9	5,0	19,0
Norte	17,5	15,1	53,4	14,0	15,1	11,5	56,2	17,1	-13,6	-23,7	5,4	22,7
Minho-Lima	15,1	14,4	50,6	20,0	13,3	10,5	53,1	23,1	-13,9	-28,5	2,7	13,3
Arcos de Valdevez	12,9	12,9	47,5	26,8	11,3	9,1	48,7	30,9	-19,0	-34,7	-5,4	6,4
Caminha	14,4	14,5	50,8	20,3	12,2	10,9	53,3	23,7	-17,5	-26,7	2,6	13,9
Melgaço	10,3	11,1	48,2	30,4	8,9	8,3	46,1	36,6	-20,1	-31,2	-11,8	11,2
Monção	11,9	13,4	49,6	25,1	10,8	9,2	51,8	28,2	-12,4	-34,0	0,7	8,2
Paredes de Coura	12,4	13,2	49,1	25,2	12,3	9,6	51,2	26,9	-5,3	-29,9	0,3	2,4
Ponte da Barca	16,3	14,4	48,5	20,8	12,8	10,9	51,3	25,1	-26,9	-29,5	-1,4	13,1
Ponte de Lima	18,1	15,7	49,3	16,9	15,5	11,8	52,9	19,8	-16,0	-26,1	5,2	14,8
Valença	14,4	13,4	51,2	21,0	13,2	10,2	53,9	22,6	-8,2	-24,0	4,8	7,1
Viana do Castelo	15,9	15,1	52,9	16,1	14,1	10,8	55,6	19,5	-11,1	-28,3	5,1	21,2
Vila Nova de Cerveira	14,4	13,4	50,2	22,0	13,3	10,1	53,1	23,5	-3,8	-21,2	10,5	12,0
Cávado	19,4	16,6	52,2	11,8	16,4	12,5	56,8	14,3	-11,5	-21,6	13,4	26,8
Amares	19,3	17,0	49,2	14,5	16,6	12,7	54,3	16,4	-12,3	-24,0	12,6	15,4
Barcelos	20,2	17,1	52,0	10,8	16,6	13,0	56,6	13,7	-18,9	-24,8	7,4	25,8
Braga	18,7	16,2	54,2	10,8	16,3	12,2	58,3	13,2	-3,5	-17,1	18,8	34,5
Esposende	20,0	16,8	51,1	12,0	16,5	12,5	56,3	14,7	-15,3	-24,0	13,3	26,0
Terras de Bouro	16,6	15,0	47,2	21,2	13,0	11,5	50,9	24,5	-32,0	-33,1	-6,3	0,5
Vila Verde	19,7	16,8	48,7	14,8	16,7	12,5	53,4	17,3	-12,7	-23,6	12,9	20,3
Ave	18,9	15,9	53,8	11,4	15,5	12,3	57,5	14,8	-17,6	-22,7	7,2	29,9
Fafe	18,7	16,2	51,8	13,3	15,4	12,1	55,8	16,7	-20,9	-28,1	3,4	20,3
Guimarães	19,6	16,4	53,8	10,2	15,6	12,6	58,1	13,6	-20,9	-23,9	7,1	32,1
Póvoa de Lanhoso	19,7	17,4	48,2	14,8	16,3	12,2	53,9	17,5	-20,3	-32,3	7,6	14,0
Vieira do Minho	17,2	16,2	47,7	18,9	13,7	11,9	51,6	22,8	-29,6	-35,2	-4,5	6,3
Vila Nova de Famalicão	18,8	15,6	55,0	10,6	16,2	12,0	58,1	13,8	-9,8	-19,4	10,8	36,3
Vizela	21,5	15,9	54,0	8,6	16,8	13,7	58,1	11,5	-18,1	-9,5	13,0	39,9
Santo Tirso	16,8	14,8	55,4	13,0	13,8	11,4	57,6	17,2	-19,0	-24,1	2,7	31,1
Trofa	19,2	15,6	55,2	10,0	15,6	12,8	58,3	13,4	-15,7	-14,9	9,4	39,0
Grande Porto	16,3	14,4	56,2	13,1	14,9	10,8	57,7	16,6	-6,9	-23,0	4,9	29,0
Espinho	15,2	14,5	55,7	14,5	12,7	10,7	55,9	20,6	-21,3	-30,5	-5,3	34,0
Gondomar	17,3	14,4	57,3	11,0	15,4	11,2	58,5	15,0	-9,0	-20,7	4,5	40,0
Maia	17,4	14,0	58,1	10,5	16,8	10,2	59,6	13,4	8,8	-17,6	15,6	43,2
Matosinhos	16,0	14,4	57,4	12,3	14,3	10,7	58,8	16,1	-5,9	-21,6	7,8	38,0
Porto	13,1	14,0	53,5	19,4	11,9	10,5	54,3	23,2	-17,9	-32,1	-8,2	8,0
Póvoa de Varzim	19,0	16,1	53,6	11,2	16,4	12,1	56,5	15,0	-13,8	-25,2	5,3	33,2
Valongo	17,8	15,2	57,2	9,8	16,6	11,2	59,0	13,3	1,2	-19,8	12,6	48,2
Vila do Conde	18,0	15,2	55,2	11,7	16,3	11,4	57,6	14,7	-3,3	-19,5	11,6	34,8
Vila Nova de Gaia	17,0	14,1	57,0	11,9	15,4	10,8	58,4	15,4	-5,2	-19,9	7,2	35,8
Tâmega	20,7	16,3	51,2	11,8	17,2	13,2	55,5	14,1	-17,0	-19,3	8,3	19,3
Castelo de Paiva	19,2	15,9	51,9	13,0	16,2	12,6	55,8	15,5	-18,9	-23,6	3,8	14,8
Cabeceiras de Basto	19,8	16,6	46,0	17,7	16,3	12,9	51,5	19,3	-23,0	-26,8	4,8	2,3
Celorico de Basto	19,2	17,2	45,9	17,7	15,2	12,8	52,9	19,0	-22,3	-26,4	13,2	5,4
Amarante	20,0	16,2	51,3	12,5	16,1	12,6	55,2	16,1	-24,1	-26,6	1,6	21,2
Baião	18,9	15,4	48,9	16,8	15,2	12,9	53,2	18,7	-26,4	-22,8	-0,1	2,0
Felgueiras	22,3	16,7	51,5	9,5	17,2	14,1	56,0	12,7	-22,2	-14,5	9,6	33,8
Lousada	22,5	16,6	51,9	9,0	18,6	13,9	56,5	11,0	-12,3	-11,3	15,3	29,7
Marco de Canaveses	21,5	16,2	51,1	11,2	18,1	13,6	55,4	13,0	-14,4	-14,5	10,4	18,6
Paços de Ferreira	21,7	15,9	54,0	8,5	18,3	13,4	57,1	11,1	-10,1	-10,0	12,6	38,8
Paredes	21,1	16,7	53,5	8,7	18,6	12,9	57,3	11,3	-8,3	-20,0	11,7	34,6
Penafiel	21,2	16,8	51,5	10,5	17,7	13,5	56,1	12,7	-16,1	-19,3	9,7	21,9
Mondim de Basto	19,2	16,3	46,6	18,0	15,0	12,7	50,8	21,5	-31,6	-32,1	-4,6	4,6
Ribeira de Pena	16,2	14,5	47,3	21,9	12,5	10,4	50,3	26,7	-31,9	-36,6	-6,1	7,8
Cinfães	17,6	15,2	48,7	18,5	14,8	11,9	52,6	20,7	-23,5	-28,6	-1,7	2,1
Resende	17,9	14,5	47,2	20,4	15,0	12,3	51,2	21,5	-22,9	-22,2	-0,4	-3,2
Entre Douro e Vouga	17,8	14,9	54,7	12,6	15,0	11,5	57,1	16,4	-16,3	-23,4	3,6	29,3
Arouca	18,1	16,6	49,1	16,2	15,5	12,1	54,4	18,0	-21,1	-32,6	2,2	2,8
Santa Maria da Feira	18,4	14,8	55,8	11,1	15,8	11,5	57,9	14,8	-11,9	-20,2	6,3	37,2
Oliveira de Azeméis	17,2	14,6	54,9	13,2	14,1	11,6	56,8	17,6	-20,7	-23,4	0,3	29,1
São João da Madeira	17,3	14,9	55,7	12,1	14,4	11,6	57,6	16,5	-14,5	-20,1	6,4	39,9
Vale de Cambra	15,9	15,2	52,7	16,3	12,7	11,0	55,2	21,1	-26,3	-33,3	-3,4	19,6
Douro	15,6	14,7	49,8	20,0	13,2	10,8	52,8	23,2	-21,5	-31,6	-1,5	7,7
Carrazeda de Ansiães	12,4	12,8	47,0	27,7	10,0	9,4	48,7	31,9	-33,0	-38,7	-13,7	-3,9
Freixo de Espada à Cinta	11,3	11,4	46,0	31,3	11,3	8,6	45,4	34,7	-9,5	-32,1	-10,8	0,2
Torre de Moncorvo	12,5	12,4	46,4	28,7	8,7	9,0	47,9	34,4	-39,8	-37,2	-10,7	3,4
Vila Flor	13,0	14,2	49,5	23,3	10,8	9,3	51,1	28,8	-30,1	-44,1	-12,6	4,5
Vila Nova de Foz Côa	12,6	12,1	48,1	27,2	10,8	9,2	48,8	31,1	-25,8	-34,3	-12,7	-1,6
Alijó	14,6	14,1	48,8	22,5	11,3	10,0	50,6	28,1	-35,5	-40,7	-13,6	4,1
Mesão Frio	16,5	17,1	49,1	17,3	13,1	12,0	54,0	21,0	-28,7	-37,1	-1,0	9,2
Peso da Régua	17,0	15,6	51,2	16,2	13,6	12,2	54,7	19,6	-27,3	-29,0	-2,9	10,0
Sabrosa	15,0	13,9	49,1	22,0	12,4	10,3	50,7	26,6	-25,1	-33,1	-6,5	9,2
Santa Marta de Penaguião	14,3	14,8	50,3	20,7	12,0	10,1	52,8	25,0	-27,7	-41,2	-9,8	3,8
Vila Real	16,2	15,0	53,3	15,5	14,9	10,9	56,2	18,0	-4,5	-25,0	9,5	20,8
Armamar	15,9	14,6	48,4	21,2	13,2	11,1	50,4	25,3	-30,2	-35,9	-12,5	0,6
Lamego	16,6	15,5	50,5	17,4	13,9	11,3	54,5	20,2	-20,1	-30,6	2,6	10,4
Moimenta da Beira	17,3	15,5	46,9	20,4	14,3	11,8	50,2	23,7	-23,9	-29,6	-1,1	7,1
Penedono	14,2	14,3	45,7	25,8	12,3	9,9	49,2	28,6	-26,1	-40,7	-7,8	-4,8
São João da Pesqueira	17,0	15,0	47,7	20,3	13,4	11,9	51,6	23,1	-28,1	-27,7	-1,7	3,5
Sernancelhe	16,0	14,8	47,6	21,5	12,6	10,9	49,6	26,9	-28,2	-33,0	-5,2	13,7
Tabuaço	16,5	14,7	46,3	22,5	12,4	11,3	52,3	23,9	-29,5	-28,0	5,8	-0,4
Tarouca	18,6	15,7	48,4	17,4	15,9	11,5	53,3	19,3	-17,1	-29,5	6,9	7,9
Alto Trás-os-Montes	13,8	13,7	49,8	22,7	11,2	9,8	51,1	27,9	-25,6	-34,5	-6,0	12,1
Alfândega da Fé	12,5	12,1	47,7	27,7	9,7	9,7	48,0	32,5	-33,4	-30,9	-13,9	0,4
Bragança	13,9	14,5	52,1	19,5	12,4	10,1	54,3	23,2	-9,6	-29,0	6,0	20,9
Macedo de Cavaleiros	14,4	14,1	49,0	22,4	11,7	9,9	50,3	28,1	-26,4	-36,7	-7,3	13,3
Miranda do Douro	11,4	12,5	49,3	26,8	9,8	8,7	49,1	32,4	-20,2	-35,2	-7,3	12,3
Mirandela	15,3	14,3	50,3	20,0	12,1	10,8	51,9	25,2	-26,7	-30,5	-4,9	16,4
Mogadouro	12,5	12,9	48,7	25,9	9,3	8,9	49,5	32,3	-36,7	-41,2	-13,8	5,8
Vimioso	11,1	11,8	46,1	31,0	8,7	7,8	44,8	38,8	-31,5	-42,4	-14,6	10,0
Vinhais	10,6	11,9	47,5	29,9	7,7	7,8	46,8	37,7	-38,6	-44,3	-16,1	7,3
Boticas	12,8	12,8	47,5	27,0	10,1	8,7	49,4	31,8	-29,2	-39,1	-6,7	5,6
Chaves	14,4	14,3	51,6	19,8	12,2	10,3	53,0	24,5	-19,8	-32,0	-2,9	16,9
Montalegre	13,1	12,9	46,7	27,3	9,5	9,3	48,2	33,0	-39,8	-40,4	-15,0	-0,2
Murça	14,1	13,9	48,8	23,3	11,2	10,1	50,7	28,1	-29,9	-36,0	-8,4	6,2
Valpaços	13,6	12,8	48,7	24,8	10,2	9,3	48,7	31,8	-35,3	-37,1	-13,6	10,9
Vila Pouca de Aguiar	15,2	14,3	49,8	20,7	11,6	10,2	51,9	26,2	-32,5	-37,4	-8,4	11,6

Fonte: INE

Quadro VII.4.: Percentagem de População Residente segundo o Nível de Ensino atingido, por concelho, região Norte, 2011

Zona Geográfica	População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido					
	Nenhum nível de ensino	Ensino Pré-Escolar	1º, 2º e 3º Ciclos	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
	%					
Portugal	**8,5**	**2,5**	**56,0**	**16,8**	**0,9**	**15,4**
Continente	**8,5**	**2,5**	**55,7**	**16,8**	**0,9**	**15,6**
Norte	**8,1**	**2,4**	**60,2**	**15,1**	**0,8**	**13,5**
Minho-Lima	**9,4**	**2,3**	**61,2**	**15,0**	**0,8**	**11,4**
Arcos de Valdevez	14,4	1,8	63,5	12,1	0,5	7,7
Caminha	6,9	2,1	59,7	16,9	1,0	13,4
Melgaço	12,1	1,6	65,0	12,5	1,0	7,9
Monção	10,6	2,0	62,1	14,4	1,1	9,8
Paredes de Coura	12,8	2,6	64,1	13,0	1,0	6,4
Ponte da Barca	13,1	1,9	62,0	14,4	0,7	7,8
Ponte de Lima	9,4	2,6	64,6	14,0	0,6	8,7
Valença	8,0	2,3	64,8	15,7	0,8	8,4
Viana do Castelo	7,3	2,5	57,5	16,4	0,8	15,6
Vila Nova de Cerveira	8,7	2,6	61,6	16,0	1,2	9,8
Cávado	**7,8**	**2,7**	**58,4**	**15,8**	**0,7**	**14,5**
Amares	9,1	2,9	61,4	15,5	0,9	10,2
Barcelos	7,7	2,6	66,2	14,0	0,6	8,9
Braga	7,0	2,8	50,9	17,7	0,8	20,8
Esposende	8,0	2,6	61,3	14,4	0,8	12,9
Terras de Bouro	11,3	2,4	64,5	14,6	0,7	6,5
Vila Verde	10,3	2,9	63,0	14,6	0,7	8,5
Ave	**7,8**	**2,3**	**63,9**	**14,7**	**0,7**	**10,6**
Fafe	8,8	2,4	65,9	12,2	0,5	10,1
Guimarães	7,5	2,3	63,5	15,0	0,7	11,0
Póvoa de Lanhoso	10,2	2,6	65,1	13,5	0,5	8,1
Vieira do Minho	10,8	1,7	65,5	13,3	0,6	8,1
Vila Nova de Famalicão	7,5	2,4	61,8	16,0	0,8	11,5
Vizela	8,2	2,4	67,5	13,6	0,6	7,7
Santo Tirso	7,1	2,1	65,6	13,9	0,8	10,5
Trofa	7,2	2,2	63,1	15,7	1,0	10,8
Grande Porto	**6,7**	**2,4**	**55,3**	**16,5**	**0,9**	**18,3**
Espinho	7,0	1,9	59,7	14,9	0,6	15,9
Gondomar	6,9	2,3	59,2	17,7	0,9	13,1
Maia	6,6	3,0	51,1	17,8	1,0	20,5
Matosinhos	6,8	2,3	53,6	16,7	1,0	19,7
Porto	5,4	2,0	49,4	15,2	0,7	27,2
Póvoa de Varzim	7,3	2,6	60,9	15,2	0,7	13,3
Valongo	6,9	2,7	58,5	17,4	1,0	13,7
Vila do Conde	7,4	2,7	61,6	14,7	0,8	12,8
Vila Nova de Gaia	7,0	2,4	56,4	16,9	0,9	16,5
Tâmega	**9,4**	**2,5**	**67,2**	**12,8**	**0,6**	**7,5**
Castelo de Paiva	8,3	2,4	69,8	12,4	0,7	6,4
Cabeceiras de Basto	12,0	2,9	62,8	13,0	0,9	8,4
Celorico de Basto	12,8	2,1	65,0	12,4	0,6	7,1
Amarante	9,9	2,4	63,7	13,5	0,7	9,9
Baião	12,5	1,8	68,6	11,1	0,5	5,5
Felgueiras	8,5	2,1	67,9	13,5	0,6	7,5
Lousada	8,8	2,6	69,0	12,4	0,5	6,7
Marco de Canaveses	9,0	2,8	67,9	12,6	0,7	7,0
Paços de Ferreira	8,0	2,4	70,0	12,0	0,5	7,1
Paredes	8,2	2,8	67,3	13,2	0,6	8,0
Penafiel	8,7	2,6	66,4	13,8	0,5	8,1
Mondim de Basto	12,3	2,2	64,6	12,9	0,8	7,2
Ribeira de Pena	15,8	2,2	64,5	11,1	0,4	6,0
Cinfães	11,9	1,9	69,8	10,8	0,5	5,1
Resende	15,4	2,4	64,0	11,2	0,3	6,7
Entre Douro e Vouga	**7,4**	**2,4**	**63,4**	**14,6**	**0,9**	**11,2**
Arouca	10,9	2,3	65,5	11,7	1,0	8,6
Santa Maria da Feira	7,2	2,6	63,0	14,6	0,8	11,7
Oliveira de Azeméis	6,8	2,2	65,6	14,8	0,9	9,7
São João da Madeira	5,8	2,6	57,6	17,7	1,1	15,1
Vale de Cambra	8,6	2,1	62,8	14,0	1,1	11,4
Douro	**10,2**	**2,1**	**61,0**	**14,1**	**0,6**	**12,0**
Carrazeda de Ansiães	12,0	1,6	66,7	11,1	0,6	7,8
Freixo de Espada à Cinta	17,2	1,6	65,2	9,3	0,7	6,0
Torre de Moncorvo	13,9	1,2	62,8	12,2	0,7	9,2
Vila Flor	12,0	1,6	64,6	12,2	0,6	9,1
Vila Nova de Foz Côa	11,3	1,6	64,0	13,0	0,7	9,4
Alijó	11,4	1,9	66,9	11,9	0,6	7,2
Mesão Frio	12,0	1,9	65,6	13,9	0,5	6,0
Peso da Régua	9,2	1,9	62,3	15,6	0,5	10,6
Sabrosa	12,2	2,3	65,1	12,9	0,3	7,4
Santa Marta de Penaguião	13,3	1,5	65,2	11,8	0,5	7,6
Vila Real	8,1	2,5	51,4	16,8	0,6	20,7
Armamar	10,8	2,1	66,8	12,7	0,6	7,0
Lamego	9,3	2,3	59,9	14,2	0,6	13,7
Moimenta da Beira	10,1	2,4	63,1	13,4	0,7	10,2
Penedono	10,7	2,7	65,9	11,8	0,6	8,4
São João da Pesqueira	10,6	2,3	67,8	12,4	0,6	6,3
Sernancelhe	10,4	2,0	66,3	13,8	0,8	6,6
Tabuaço	9,6	2,0	68,9	13,0	0,4	6,1
Tarouca	10,3	3,0	65,2	13,4	0,6	7,5
Alto Trás-os-Montes	**11,8**	**1,9**	**60,1**	**13,2**	**0,6**	**12,4**
Alfândega da Fé	13,1	1,6	63,1	12,9	0,6	8,8
Bragança	9,9	2,4	51,5	15,0	0,8	20,4
Macedo de Cavaleiros	11,7	1,9	61,1	12,2	0,5	12,5
Miranda do Douro	13,1	1,8	59,6	13,8	0,7	11,0
Mirandela	11,0	2,0	57,7	14,7	0,7	13,8
Mogadouro	13,0	1,4	62,5	12,0	1,0	10,1
Vimioso	17,1	1,4	64,6	9,5	0,4	6,9
Vinhais	15,4	1,2	66,4	10,0	0,5	6,4
Boticas	17,2	1,6	64,6	9,4	0,5	6,6
Chaves	9,4	2,1	58,7	15,4	0,6	13,7
Montalegre	16,6	1,5	62,4	11,1	0,4	8,0
Murça	11,9	2,0	65,1	11,5	0,5	9,0
Valpaços	13,8	1,6	66,9	10,2	0,4	7,1
Vila Pouca de Aguiar	11,0	1,7	66,4	12,0	0,4	8,4

Fonte: INE

Quadro VII.5.: População Economicamente Ativa por Setor de Atividade e Taxa de Atividade, por concelho, região Norte, 2011

Zona Geográfica	População Economicamente			Taxa de Atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	HM	H	M
	%			%		
Portugal	**3,1**	**26,5**	**70,5**	**47,6**	**51,6**	**43,9**
Continente	**2,9**	**26,9**	**70,2**	**47,6**	**51,5**	**44,0**
Norte	**2,9**	**35,5**	**61,6**	**47,6**	**52,3**	**43,2**
Minho-Lima	**3,9**	**34,8**	**61,3**	**42,5**	**48,3**	**37,5**
Arcos de Valdevez	7,3	33,6	59,2	34,4	40,7	29,1
Caminha	5,0	24,9	70,0	43,2	48,9	38,3
Melgaço	9,8	22,7	67,4	31,5	38,2	26,2
Monção	5,8	31,6	62,6	37,6	45,2	31,3
Paredes de Coura	5,5	37,4	57,0	40,9	47,0	35,5
Ponte da Barca	4,7	35,7	59,6	37,9	44,4	32,2
Ponte de Lima	4,4	43,2	52,4	43,2	50,7	36,4
Valença	3,4	31,9	64,7	43,0	47,7	39,0
Viana do Castelo	2,0	33,9	64,1	46,9	51,2	43,0
Vila Nova de Cerveira	2,8	38,9	58,3	44,8	49,5	40,6
Cávado	**2,4**	**39,4**	**58,2**	**49,6**	**53,8**	**45,8**
Amares	4,3	32,6	63,1	44,9	51,0	39,2
Barcelos	3,4	54,3	42,3	49,6	54,0	45,5
Braga	0,6	30,0	69,4	52,0	54,9	49,4
Esposende	5,4	42,5	52,1	49,7	54,4	45,5
Terras de Bouro	7,6	25,1	67,3	37,2	43,0	31,8
Vila Verde	3,5	40,4	56,2	44,4	51,2	38,1
Ave	**1,2**	**50,1**	**48,8**	**50,0**	**53,5**	**46,8**
Fafe	1,3	49,6	49,1	46,1	50,2	42,4
Guimarães	0,8	51,2	48,0	51,4	54,0	48,8
Póvoa de Lanhoso	3,2	43,9	52,9	43,0	47,8	38,7
Vieira do Minho	4,9	32,5	62,5	36,7	43,3	30,6
Vila Nova de Famalicão	1,1	49,8	49,1	51,3	54,7	48,1
Vizela	0,5	63,0	36,6	53,4	56,3	50,6
Santo Tirso	0,8	48,9	50,3	50,0	53,4	46,9
Trofa	1,8	47,9	50,3	52,0	57,0	47,4
Grande Porto	**1,3**	**23,9**	**74,8**	**49,5**	**53,2**	**46,1**
Espinho	0,7	31,1	68,2	46,0	50,1	42,3
Gondomar	0,4	24,2	75,4	50,0	53,9	46,3
Maia	0,6	25,3	74,1	52,5	55,6	49,7
Matosinhos	0,6	20,6	78,8	50,3	53,7	47,3
Porto	0,3	14,3	85,4	45,2	49,0	42,0
Póvoa de Varzim	8,3	29,4	62,3	48,7	53,1	44,7
Valongo	0,4	28,5	71,1	51,2	54,9	47,8
Vila do Conde	7,5	34,2	58,3	50,3	54,7	46,1
Vila Nova de Gaia	0,4	25,8	73,7	50,5	54,2	47,1
Tâmega	**2,6**	**49,3**	**48,1**	**46,6**	**53,6**	**39,9**
Castelo de Paiva	2,8	51,2	46,0	44,4	52,8	36,3
Cabeceiras de Basto	7,3	35,4	57,2	40,4	47,8	33,5
Celorico de Basto	5,6	41,5	52,9	40,9	49,2	33,2
Amarante	2,8	43,9	53,2	44,6	52,4	37,5
Baião	4,4	45,3	50,3	39,7	49,9	30,4
Felgueiras	1,7	60,1	38,3	51,3	55,5	47,4
Lousada	1,2	55,9	42,8	50,6	55,7	45,8
Marco de Canaveses	1,9	50,7	47,4	44,3	53,9	35,2
Paços de Ferreira	0,4	55,6	44,0	51,6	56,8	46,4
Paredes	1,1	45,7	53,1	49,8	55,9	44,0
Penafiel	1,6	49,0	49,4	47,4	54,2	40,9
Mondim de Basto	9,0	29,9	61,1	36,4	44,2	29,2
Ribeira de Pena	16,9	27,0	56,1	37,7	45,4	30,3
Cinfães	7,8	43,8	48,4	37,2	48,3	26,7
Resende	20,1	25,6	54,4	34,4	44,7	24,7
Entre Douro e Vouga	**1,4**	**49,4**	**49,2**	**49,6**	**54,5**	**45,0**
Arouca	6,6	45,7	47,7	44,5	52,5	37,1
Santa Maria da Feira	0,7	46,3	52,9	50,4	54,9	46,1
Oliveira de Azeméis	1,2	56,4	42,4	50,4	55,4	45,7
São João da Madeira	0,2	45,1	54,7	51,4	54,3	48,9
Vale de Cambra	2,0	53,5	44,5	45,7	51,5	40,3
Douro	**14,2**	**19,7**	**66,1**	**41,4**	**47,7**	**35,6**
Carrazeda de Ansiães	23,8	19,0	57,2	33,5	41,1	26,5
Freixo de Espada à Cinta	19,9	17,2	62,9	34,3	39,1	30,0
Torre de Moncorvo	17,5	19,2	63,3	36,4	43,6	29,7
Vila Flor	20,5	24,0	55,6	38,4	45,6	31,7
Vila Nova de Foz Côa	24,1	17,9	58,0	36,5	44,6	29,3
Alijó	27,4	18,3	54,3	37,9	45,7	30,6
Mesão Frio	20,3	24,6	55,0	41,0	48,9	33,7
Peso da Régua	16,2	19,2	64,6	43,5	50,6	37,1
Sabrosa	22,1	20,6	57,3	38,5	45,8	31,7
Santa Marta de Penaguião	27,2	19,6	53,2	39,9	48,5	32,3
Vila Real	4,1	16,8	79,1	46,5	49,6	43,8
Armamar	22,8	20,0	57,2	38,4	47,6	30,2
Lamego	8,0	21,5	70,5	44,5	50,3	39,2
Moimenta da Beira	11,4	22,8	65,8	37,9	43,8	32,6
Penedono	17,1	21,6	61,3	36,2	44,0	29,0
São João da Pesqueira	40,8	16,2	43,1	40,0	50,1	30,3
Sernancelhe	15,7	27,6	56,7	37,3	44,4	30,6
Tabuaço	17,4	24,7	57,9	36,5	45,8	27,9
Tarouca	8,8	24,9	66,3	40,5	48,6	33,0
Alto Trás-os-Montes	**11,3**	**19,8**	**68,9**	**38,0**	**43,9**	**32,5**
Alfândega da Fé	16,5	22,3	61,2	37,7	44,4	31,3
Bragança	4,6	16,6	78,8	43,6	46,1	41,3
Macedo de Cavaleiros	13,9	17,5	68,6	37,4	44,1	31,4
Miranda do Douro	10,9	21,4	67,6	38,6	43,7	33,7
Mirandela	10,7	18,2	71,2	40,7	46,0	35,9
Mogadouro	18,6	21,0	60,5	36,7	44,4	29,1
Vimioso	12,5	23,2	64,3	33,0	39,0	27,3
Vinhais	15,6	21,3	63,1	29,6	36,0	23,3
Boticas	17,8	31,7	50,6	34,4	41,0	28,1
Chaves	6,2	19,4	74,4	39,7	45,3	34,5
Montalegre	22,3	19,5	58,2	33,1	40,7	26,0
Murça	21,4	21,2	57,4	35,2	42,7	28,1
Valpaços	22,3	19,4	58,4	31,6	40,8	23,3
Vila Pouca de Aguiar	10,5	28,7	60,8	36,8	44,7	29,4

Fonte: INE

Quadro VII.6.:Celebração de Casamento Católico, por concelho, região Norte, 2001-2011

Zona Geográfica	Celebração de Casamentos						
	2001			2011			2001-2011
	Total	Catolico		Total	Catolico		Católico
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Portugal	**58.390**	**36.509**	**62,5**	**35.711**	**14.121**	**39,5**	**-61,3**
Continente	**55.111**	**35.433**	**64,3**	**33.805**	**13.545**	**40,1**	**-61,8**
Norte	**22.604**	**16.731**	**74,0**	**13.567**	**7.002**	**51,6**	**-58,1**
Minho-Lima	**1.578**	**1.155**	**73,2**	**982**	**553**	**56,3**	**-52,1**
Arcos de Valdevez	159	104	65,4	65	27	41,5	-74,0
Caminha	88	56	63,6	60	33	55,0	-41,1
Melgaço	52	31	59,6	26	9	34,6	-71,0
Monção	111	85	76,6	53	31	58,5	-63,5
Paredes de Coura	57	46	80,7	28	17	60,7	-63,0
Ponte da Barca	69	50	72,5	52	28	53,8	-44,0
Ponte de Lima	332	285	85,8	193	135	69,9	-52,6
Valença	56	36	64,3	56	29	51,8	-19,4
Viana do Castelo	599	430	71,8	403	227	56,3	-47,2
Vila Nova de Cerveira	55	32	58,2	46	17	37,0	-46,9
Cávado	**2.640**	**1.986**	**75,2**	**1.609**	**882**	**54,8**	**-55,6**
Amares	123	91	74,0	97	43	44,3	-52,7
Barcelos	874	699	80,0	448	260	58,0	-62,8
Braga	1.029	717	69,7	710	378	53,2	-47,3
Esposende	230	173	75,2	142	80	56,3	-53,8
Terras de Bouro	46	32	69,6	18	7	38,9	-78,1
Vila Verde	338	274	81,1	194	114	58,8	-58,4
Ave	3.260	2.573	78,9	1.917	1.072	55,9	-58,3
Fafe	368	294	79,9	224	116	51,8	-60,5
Guimarães	1.053	857	81,4	595	354	59,5	-58,7
Póvoa de Lanhoso	170	134	78,8	112	48	42,9	-64,2
Vieira do Minho	342	266	77,8	245	138	56,3	-48,1
Vila Nova de Famalicão	342	266	77,8	170	100	58,8	-62,4
Vizela	92	46	50,0	54	18	33,3	-60,9
Santo Tirso	814	641	78,7	422	243	57,6	-62,1
Trofa	79	69	87,3	95	55	57,9	-20,3
Grande Porto	**7.159**	**4.800**	**67,0**	**4.417**	**1.959**	**44,4**	**-59,2**
Espinho	253	156	61,7	212	91	42,9	-41,7
Gondomar	838	607	72,4	417	201	48,2	-66,9
Maia	641	409	63,8	447	204	45,6	-50,1
Matosinhos	835	556	66,6	531	234	44,1	-57,9
Porto	1.422	904	63,6	945	358	37,9	-60,4
Póvoa de Varzim	453	362	79,9	302	141	46,7	-61,0
Valongo	542	376	69,4	275	114	41,5	-69,7
Vila do Conde	529	379	71,6	340	172	50,6	-54,6
Vila Nova de Gaia	1.646	1.051	63,9	948	444	46,8	-57,8
Tâmega	**3.883**	**3.353**	**86,4**	**2.256**	**1.383**	**61,3**	**-58,8**
Castelo de Paiva	418	349	83,5	271	159	58,7	-54,4
Cabeceiras de Basto	167	154	92,2	70	51	72,9	-66,9
Celorico de Basto	120	96	80,0	82	37	45,1	-61,5
Amarante	133	114	85,7	72	46	63,9	-59,6
Baião	154	135	87,7	76	53	69,7	-60,7
Felgueiras	153	133	86,9	58	35	60,3	-73,7
Lousada	393	348	88,5	227	158	69,6	-54,6
Marco de Canaveses	323	290	89,8	188	127	67,6	-56,2
Paços de Ferreira	369	313	84,8	204	123	60,3	-60,7
Paredes	67	53	79,1	42	14	33,3	-73,6
Penafiel	385	327	84,9	249	147	59,0	-55,0
Mondim de Basto	580	507	87,4	333	205	61,6	-59,6
Ribeira de Pena	512	455	88,9	323	201	62,2	-55,8
Cinfães	64	54	84,4	32	16	50,0	-70,4
Resende	45	25	55,6	29	11	37,9	-56,0
Entre Douro e Vouga	**1.494**	**1.175**	**78,6**	**906**	**465**	**51,3**	**-60,4**
Arouca	152	132	86,8	91	53	58,2	-59,8
Santa Maria da Feira	383	295	77,0	201	108	53,7	-63,4
Oliveira de Azeméis	714	579	81,1	385	202	52,5	-65,1
São João da Madeira	96	58	60,4	138	57	41,3	-1,7
Vale de Cambra	149	111	74,5	91	45	49,5	-59,5
Douro	**1.335**	**945**	**70,8**	**781**	**375**	**48,0**	**-60,3**
Carrazeda de Ansiães	85	57	67,1	34	15	44,1	-73,7
Freixo de Espada à Cinta	37	23	62,2	19	4	21,1	-82,6
Torre de Moncorvo	40	22	55,0	20	7	35,0	-68,2
Vila Flor	17	10	58,8	6	3	50,0	-70,0
Vila Nova de Foz Côa	157	111	70,7	119	74	62,2	-33,3
Alijó	34	31	91,2	21	9	42,9	-71,0
Mesão Frio	70	53	75,7	38	18	47,4	-66,0
Peso da Régua	20	14	70,0	16	11	68,8	-21,4
Sabrosa	100	59	59,0	72	25	34,7	-57,6
Santa Marta de Penaguião	50	39	78,0	12	7	58,3	-82,1
Vila Real	55	44	80,0	24	13	54,2	-70,5
Armamar	52	37	71,2	32	9	28,1	-75,7
Lamego	39	29	74,4	28	14	50,0	-51,7
Moimenta da Beira	41	29	70,7	21	7	33,3	-75,9
Penedono	64	36	56,3	39	14	35,9	-61,1
São João da Pesqueira	45	26	57,8	16	4	25,0	-84,6
Sernancelhe	43	31	72,1	25	12	48,0	-61,3
Tabuaço	52	36	69,2	25	15	60,0	-58,3
Tarouca	334	258	77,2	214	114	53,3	-55,8
Alto Trás-os-Montes	**1.255**	**744**	**59,3**	**699**	**313**	**44,8**	**-57,9**
Alfândega da Fé	34	24	70,6	10	5	50,0	-79,2
Bragança	36	23	63,9	24	9	37,5	-60,9
Macedo de Cavaleiros	195	121	62,1	144	74	51,4	-38,8
Miranda do Douro	279	160	57,3	146	65	44,5	-59,4
Mirandela	96	65	67,7	59	23	39,0	-64,6
Mogadouro	36	23	63,9	21	13	61,9	-43,5
Vimioso	144	81	56,3	71	32	45,1	-60,5
Vinhais	67	49	73,1	25	14	56,0	-71,4
Boticas	73	33	45,2	31	9	29,0	-72,7
Chaves	42	26	61,9	27	14	51,9	-46,2
Montalegre	99	56	56,6	56	16	28,6	-71,4
Murça	90	53	58,9	59	27	45,8	-49,1
Valpaços	26	13	50,0	15	10	66,7	-23,1
Vila Pouca de Aguiar	38	17	44,7	11	2	18,2	-88,2

Fonte: INE

Quadro VII.7.: População Católica, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Norte, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	Populaçao Católica								Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**6.352.070**	**6.527.595**	**7.353.548**	**7.281.887**	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**2,8**	**12,7**	**-1,0**
Continente	**5.996.890**	**6.177.896**	**6.994.739**	**6.893.708**	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**3,0**	**13,2**	**-1,4**
Norte	**2.364.179**	**2.346.684**	**2.765.181**	**2.772.730**	**89,8**	**86,7**	**90,9**	**88,5**	**-0,7**	**17,8**	**0,3**
Minho-Lima	**182.571**	**174.443**	**198.970**	**193.425**	**90,2**	**87,9**	**93,6**	**91,1**	**-4,5**	**14,1**	**-2,8**
Arcos de Valdevez	22.788	19.766	20.411	18.912	92,7	91,5	94,6	93,3	-13,3	3,3	-7,3
Caminha	10.933	10.706	13.520	12.932	84,8	82,6	92,6	88,3	-2,1	26,3	-4,3
Melgaço	9.758	7.746	8.635	7.668	90,0	83,5	96,3	91,4	-20,6	11,5	-11,2
Monção	16.740	16.218	16.373	15.851	86,5	90,8	93,1	92,4	-3,1	1,0	-3,2
Paredes de Coura	8.396	7.816	8.135	7.635	92,8	91,7	97,1	94,6	-6,9	4,1	-6,1
Ponte da Barca	9.140	8.598	10.269	9.924	85,1	84,5	95,0	94,3	-5,9	19,4	-3,4
Ponte de Lima	29.765	30.228	34.683	34.594	90,5	91,0	95,5	94,1	1,6	14,7	-0,3
Valença	10.469	10.247	11.489	11.209	91,3	84,9	94,6	91,5	-2,1	12,1	-2,4
Viana do Castelo	58.220	57.157	68.504	67.616	91,5	87,4	91,9	88,7	-1,8	19,9	-1,3
Vila Nova de Cerveira	6.362	5.961	6.951	7.084	90,2	80,4	91,8	88,3	-6,3	16,6	1,9
Cávado	**226.072**	**236.766**	**294.645**	**308.897**	**92,7**	**89,2**	**93,0**	**90,1**	**4,7**	**24,4**	**4,8**
Amares	12.037	11.231	14.314	14.658	97,1	90,0	95,8	93,1	-6,7	27,5	2,4
Barcelos	69.554	74.343	92.442	92.845	92,5	89,7	94,9	92,5	6,9	24,3	0,4
Braga	86.280	94.925	120.248	131.225	91,4	88,1	90,1	86,4	10,0	26,7	9,1
Esposende	20.312	20.185	25.208	26.523	95,7	90,3	94,6	92,7	-0,6	24,9	5,2
Terras de Bouro	7.147	6.589	6.587	5.955	93,1	91,1	94,6	94,4	-7,8	0,0	-9,6
Vila Verde	30.742	29.493	35.846	37.691	93,5	90,3	95,8	94,5	-4,1	21,5	5,1
Ave	**305.696**	**324.753**	**388.504**	**398.719**	**93,9**	**91,7**	**93,9**	**92,2**	**6,2**	**19,6**	**2,6**
Fafe	31.779	33.202	40.442	39.730	91,7	91,7	94,3	92,8	4,5	21,8	-1,8
Guimarães	50.733	98.555	119.523	122.617	92,8	91,2	93,1	91,9	94,3	21,3	2,6
Póvoa de Lanhoso	15.286	14.312	17.698	17.354	96,9	91,7	96,7	94,7	-6,4	23,7	-1,9
Vieira do Minho	12.852	10.431	11.728	10.684	93,6	86,5	96,2	95,2	-18,8	12,4	-8,9
Vila Nova de Famalicão	75.880	81.433	97.244	103.037	94,7	92,9	93,9	91,8	7,3	19,4	6,0
Vizela	50.733	13.241	17.045	18.574	92,8	88,5	96,1	94,0	-73,9	28,7	9,0
Santo Tirso	34.217	50.824	57.054	56.918	94,9	92,9	94,8	92,3	48,5	12,3	-0,2
Trofa	34.217	22.755	27.770	29.805	94,9	90,9	91,4	90,5	-33,5	22,0	7,3
Grande Porto	**754.079**	**772.481**	**894.859**	**894.327**	**85,2**	**82,7**	**84,8**	**81,6**	**2,4**	**15,8**	**-0,1**
Espinho	22.239	22.134	25.330	23.949	87,4	79,3	88,7	86,3	-0,5	14,4	-5,5
Gondomar	87.920	95.490	116.224	119.372	86,3	84,3	85,7	84,0	8,6	21,7	2,7
Maia	57.040	61.017	83.516	91.710	89,6	83,2	84,2	81,5	7,0	36,9	9,8
Matosinhos	89.929	98.066	117.110	119.429	83,6	81,5	83,4	79,4	9,0	19,4	2,0
Porto	217.849	197.643	181.791	157.499	80,6	78,7	79,5	75,3	-9,3	-8,0	-13,4
Póvoa de Varzim	37.763	36.979	47.536	47.603	93,0	88,6	92,5	89,8	-2,1	28,5	0,1
Valongo	43.757	49.686	62.276	66.228	90,0	86,1	88,1	84,6	13,5	25,3	6,3
Vila do Conde	44.392	44.075	56.310	59.241	90,5	87,5	92,3	88,9	-0,7	27,8	5,2
Vila Nova de Gaia	153.190	167.391	204.766	209.296	86,1	84,4	85,5	81,9	9,3	22,3	2,2
Tâmega	**350.189**	**340.858**	**418.616**	**431.932**	**94,1**	**89,6**	**95,8**	**94,8**	**-2,7**	**22,8**	**3,2**
Castelo de Paiva	11.687	11.555	13.282	13.174	91,6	91,6	94,8	93,9	-1,1	14,9	-0,8
Cabeceiras de Basto	13.254	10.790	13.822	13.499	93,4	87,6	96,6	96,5	-18,6	28,1	-2,3
Celorico de Basto	16.259	13.986	16.022	16.508	96,2	87,3	96,9	96,9	-14,0	14,6	3,0
Amarante	38.007	35.691	45.421	44.600	94,1	84,9	95,1	94,4	-6,1	27,3	-1,8
Baião	18.072	15.908	17.760	16.843	95,5	92,4	98,0	96,7	-12,0	11,6	-5,2
Felgueiras	33.327	32.501	43.053	45.385	93,7	89,5	96,1	94,4	-2,5	32,5	5,4
Lousada	25.666	25.242	33.436	36.577	92,6	89,8	96,5	94,8	-1,7	32,5	9,4
Marco de Canaveses	32.436	32.381	39.524	41.534	95,6	90,0	96,1	94,8	-0,2	22,1	5,1
Paços de Ferreira	28.755	29.853	39.453	43.360	96,5	90,5	95,1	94,2	3,8	32,2	9,9
Paredes	45.986	49.460	62.115	66.533	94,8	91,6	94,4	94,1	7,6	25,6	7,1
Penafiel	44.160	46.686	54.234	56.120	94,1	92,4	95,8	94,3	5,7	16,2	3,5
Mondim de Basto	5.925	5.819	6.689	6.117	83,8	83,4	96,6	96,1	-1,8	15,0	-8,6
Ribeira de Pena	7.172	5.180	6.028	5.532	87,5	79,9	97,1	94,9	-27,8	16,4	-8,2
Cinfães	18.408	16.132	17.943	16.826	94,1	88,8	97,1	96,7	-12,4	11,2	-6,2
Resende	11.075	9.674	9.834	9.324	94,2	91,0	96,8	96,5	-12,7	1,7	-5,2
Entre Douro e Vouga	**165.279**	**177.523**	**211.265**	**211.775**	**90,4**	**90,3**	**92,8**	**90,6**	**7,4**	**19,0**	**0,2**
Arouca	16.379	16.255	18.919	17.775	91,0	89,3	95,4	94,1	-0,8	16,4	-6,0
Santa Maria da Feira	74.672	84.223	103.466	106.306	88,6	91,2	93,3	90,7	12,8	22,8	2,7
Oliveira de Azeméis	45.135	47.663	54.237	53.591	92,7	91,1	92,7	90,9	5,6	13,8	-1,2
São João da Madeira	11.682	12.018	15.065	15.551	90,1	83,3	86,4	83,7	2,9	25,4	3,2
Vale de Cambra	17.411	17.364	19.578	18.552	92,2	89,9	93,8	92,9	-0,3	12,8	-5,2
Douro	**187.762**	**161.070**	**176.806**	**165.273**	**92,0**	**85,8**	**94,4**	**92,5**	**-14,2**	**9,8**	**-6,5**
Carrazeda de Ansiães	8.290	6.090	6.418	5.310	90,4	82,4	95,9	92,6	-26,5	5,4	-17,3
Freixo de Espada à Cinta	4.041	3.265	3.520	2.832	85,6	79,1	94,9	84,5	-19,2	7,8	-19,5
Torre de Moncorvo	10.207	7.863	8.061	7.293	90,2	87,4	92,9	93,2	-23,0	2,5	-9,5
Vila Flor	6.918	6.027	6.559	5.548	89,5	84,8	95,3	92,8	-12,9	8,8	-15,4
Vila Nova de Foz Côa	8.375	6.356	6.597	5.962	90,6	86,2	88,8	91,4	-24,1	3,8	-9,6
Alijó	13.632	11.520	11.513	10.002	92,5	90,0	94,1	94,4	-15,5	-0,1	-13,1
Mesão Frio	4.657	3.444	4.046	3.695	95,9	83,0	98,3	95,9	-26,0	17,5	-8,7
Peso da Régua	15.858	14.379	14.785	13.680	92,5	86,4	94,5	92,4	-9,3	2,8	-7,5
Sabrosa	5.779	4.996	5.685	5.274	81,6	84,6	95,1	94,7	-13,5	13,8	-7,2
Santa Marta de Penaguião	7.947	6.253	7.151	6.146	91,6	80,6	97,4	95,0	-21,3	14,4	-14,1
Vila Real	33.933	30.157	38.848	39.798	93,0	82,6	92,8	90,2	-11,1	28,8	2,4
Armamar	6.605	5.944	6.096	5.033	90,7	86,7	96,7	92,0	-10,0	2,6	-17,4
Lamego	23.406	20.953	22.498	21.580	93,5	89,2	96,0	93,9	-10,5	7,4	-4,1
Moimenta da Beira	9.361	8.075	8.718	8.264	94,1	85,2	95,2	94,4	-13,7	8,0	-5,2
Penedono	3.210	2.819	2.828	2.270	94,7	95,1	95,7	87,6	-12,2	0,3	-19,7
São João da Pesqueira	7.263	6.189	6.565	6.370	91,6	84,7	91,4	93,5	-14,8	6,1	-3,0
Sernancelhe	5.607	5.011	5.043	4.739	95,6	92,0	96,5	95,7	-10,6	0,6	-6,0
Tabuaço	6.275	5.096	5.422	5.195	95,0	84,0	95,7	93,4	-18,8	6,4	-4,2
Tarouca	6.398	6.633	6.453	6.282	92,4	90,5	95,4	92,8	3,7	-2,7	-2,6
Alto Trás-os-Montes	**192.531**	**158.790**	**181.516**	**168.382**	**89,1**	**84,3**	**94,2**	**92,8**	**-17,5**	**14,3**	**-7,2**
Alfândega da Fé	5.927	4.832	5.009	4.326	91,9	87,1	96,0	93,9	-18,5	3,7	-13,6
Bragança	24.975	22.397	27.764	27.967	88,8	84,1	92,8	90,3	-10,3	24,0	0,7
Macedo de Cavaleiros	15.067	12.077	14.100	13.181	89,3	80,9	94,4	94,6	-19,8	16,8	-6,5
Miranda do Douro	6.739	6.422	6.884	6.158	81,1	88,0	96,5	91,2	-4,7	7,2	-10,5
Mirandela	20.378	16.169	20.520	19.113	90,0	81,2	93,8	91,2	-20,7	26,9	-6,9
Mogadouro	10.925	8.597	9.311	8.117	86,9	86,3	94,7	93,8	-21,3	8,3	-12,8
Vimioso	6.082	4.397	4.259	4.058	90,4	85,4	90,2	95,2	-27,7	-3,1	-4,7
Vinhais	11.759	8.862	9.264	7.876	90,4	84,5	97,4	94,1	-24,6	4,5	-15,0
Boticas	6.712	5.440	5.344	4.914	94,8	85,3	95,5	95,1	-19,0	-1,8	-8,0
Chaves	30.642	27.011	34.355	33.142	84,6	82,6	91,9	91,5	-11,8	27,2	-3,5
Montalegre	13.756	10.202	10.676	9.213	89,2	82,6	96,2	96,6	-25,8	4,6	-13,7
Murça	6.120	4.523	5.630	5.035	92,0	78,9	97,0	95,2	-26,1	24,5	-10,6
Valpaços	19.206	15.914	16.085	14.293	93,5	88,1	95,4	94,2	-17,1	1,1	-11,1
Vila Pouca de Aguiar	14.243	11.947	12.315	10.989	91,9	91,0	96,8	94,3	-16,1	3,1	-10,8

Fonte: INE

Quadro VII.8.: População de Outras Religiões, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Norte, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Outras Religiões								Variação População Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**118.448**	**143.596**	**216.158**	**347.756**	**1,5**	**1,8**	**2,5**	**3,9**	**21,2**	**50,5**	**60,9**
Continente	**115.362**	**140.489**	**211.123**	**339.231**	**1,5**	**1,9**	**2,5**	**4,0**	**21,8**	**50,3**	**60,7**
Norte	**29.946**	**35.843**	**49.419**	**68.802**	**1,1**	**1,3**	**1,6**	**2,2**	**19,7**	**37,9**	**39,2**
Minho-Lima	**876**	**1.319**	**1.718**	**2.575**	**0,4**	**0,7**	**0,8**	**1,2**	**50,6**	**30,3**	**49,9**
Arcos de Valdevez	119	155	141	165	0,5	0,7	0,7	0,8	30,3	-9,0	17,0
Caminha	105	112	191	241	0,8	0,9	1,3	1,6	6,7	70,5	26,2
Melgaço	34	38	32	84	0,3	0,4	0,4	1,0	11,8	-15,8	162,5
Monção	56	57	100	184	0,3	0,3	0,6	1,1	1,8	75,4	84,0
Paredes de Coura	13	26	24	25	0,1	0,3	0,3	0,3	100,0	-7,7	4,2
Ponte da Barca	43	41	61	85	0,4	0,4	0,6	0,8	-4,7	48,8	39,3
Ponte de Lima	114	207	139	220	0,3	0,6	0,4	0,6	81,6	-32,9	58,3
Valença	66	83	118	205	0,6	0,7	1,0	1,7	25,8	42,2	73,7
Viana do Castelo	293	535	835	1.203	0,5	0,8	1,1	1,6	82,6	56,1	44,1
Vila Nova de Cerveira	33	65	77	163	0,5	0,9	1,0	2,0	97,0	18,5	111,7
Cávado	**1.352**	**2.395**	**3.533**	**6.065**	**0,6**	**0,9**	**1,1**	**1,8**	**77,1**	**47,5**	**71,7**
Amares	35	63	79	168	0,3	0,5	0,5	1,1	80,0	25,4	112,7
Barcelos	301	512	566	944	0,4	0,6	0,6	0,9	70,1	10,5	66,8
Braga	687	1.459	2.318	4.259	0,7	1,4	1,7	2,8	112,4	58,9	83,7
Esposende	85	121	216	265	0,4	0,5	0,8	0,9	42,4	78,5	22,7
Terras de Bouro	131	108	165	164	1,7	1,5	2,4	2,6	-17,6	52,8	-0,6
Vila Verde	113	132	189	265	0,3	0,4	0,5	0,7	16,8	43,2	40,2
Ave	**1.778**	**3.685**	**3.726**	**5.985**	**0,5**	**1,0**	**0,9**	**1,4**	**107,3**	**1,1**	**60,6**
Fafe	243	366	399	521	0,7	1,0	0,9	1,2	50,6	9,0	30,6
Guimarães	337	1.257	1.054	1.745	0,6	1,2	0,8	1,3	273,0	-16,1	65,6
Póvoa de Lanhoso	58	76	115	154	0,4	0,5	0,6	0,8	31,0	51,3	33,9
Vieira do Minho	52	55	28	45	0,4	0,5	0,2	0,4	5,8	-49,1	60,7
Vila Nova de Famalicão	380	850	1.015	1.640	0,5	1,0	1,0	1,5	123,7	19,4	61,6
Vizela	337	138	137	237	0,6	0,9	0,8	1,2	-59,1	-0,7	73,0
Santo Tirso	186	564	538	817	0,5	1,0	0,9	1,3	204,0	-4,6	51,9
Trofa	186	379	440	826	0,5	1,5	1,4	2,5	104,3	16,1	87,7
Grande Porto	**22.206**	**22.053**	**30.988**	**40.150**	**2,5**	**2,4**	**2,9**	**3,7**	**-0,7**	**40,5**	**29,6**
Espinho	405	478	679	850	1,6	1,7	2,4	3,1	18,0	42,1	25,2
Gondomar	1.655	2.162	3.396	4.537	1,6	1,9	2,5	3,2	30,6	57,1	33,6
Maia	1.224	1.629	2.908	3.968	1,9	2,2	2,9	3,5	33,1	78,5	36,5
Matosinhos	2.240	3.059	4.130	5.856	2,1	2,5	2,9	3,9	36,6	35,0	41,8
Porto	8.321	7.407	8.240	9.614	3,1	2,9	3,6	4,6	-11,0	11,2	16,7
Póvoa de Varzim	178	388	694	945	0,4	0,9	1,4	1,8	118,0	78,9	36,2
Valongo	686	960	1.502	2.194	1,4	1,7	2,1	2,8	39,9	56,5	46,1
Vila do Conde	353	683	928	1.409	0,7	1,4	1,5	2,1	93,5	35,9	51,8
Vila Nova de Gaia	7.144	5.287	8.511	10.777	4,0	2,7	3,6	4,2	-26,0	61,0	26,6
Tâmega	**891**	**2.176**	**2.794**	**4.187**	**0,2**	**0,6**	**0,6**	**0,9**	**144,2**	**28,4**	**49,9**
Castelo de Paiva	33	97	86	91	0,3	0,8	0,6	0,6	193,9	-11,3	5,8
Cabeceiras de Basto	56	44	64	110	0,4	0,4	0,4	0,8	-21,4	45,5	71,9
Celorico de Basto	14	89	43	62	0,1	0,6	0,3	0,4	535,7	-51,7	44,2
Amarante	117	228	342	430	0,3	0,5	0,7	0,9	94,9	50,0	25,7
Baião	38	45	54	72	0,2	0,3	0,3	0,4	18,4	20,0	33,3
Felgueiras	89	327	389	656	0,3	0,9	0,9	1,4	267,4	19,0	68,6
Lousada	29	151	225	397	0,1	0,5	0,6	1,0	420,7	49,0	76,4
Marco de Canaveses	62	180	260	368	0,2	0,5	0,6	0,8	190,3	44,4	41,5
Paços de Ferreira	78	154	281	542	0,3	0,5	0,7	1,2	97,4	82,5	92,9
Paredes	124	396	408	618	0,3	0,7	0,6	0,9	219,4	3,0	51,5
Penafiel	162	266	449	602	0,3	0,5	0,8	1,0	64,2	68,8	34,1
Mondim de Basto	22	31	12	41	0,3	0,4	0,2	0,6	40,9	-61,3	241,7
Ribeira de Pena	13	24	29	141	0,2	0,4	0,5	1,3	84,6	20,8	386,2
Cinfães	32	113	106	130	0,2	0,6	0,6	0,7	253,1	-6,2	22,6
Resende	22	31	46	44	0,2	0,3	0,5	0,5	40,9	48,4	-4,3
Entre Douro e Vouga	**1.094**	**2.196**	**3.478**	**5.289**	**0,6**	**1,1**	**1,5**	**2,3**	**100,7**	**58,4**	**52,1**
Arouca	19	83	90	136	0,1	0,5	0,5	0,7	336,8	8,4	51,1
Santa Maria da Feira	434	985	1.580	2.563	0,5	1,1	1,4	2,2	127,0	60,4	62,2
Oliveira de Azeméis	345	687	976	1.264	0,7	1,3	1,7	2,1	99,1	42,1	29,5
São João da Madeira	215	296	583	911	1,7	2,1	3,3	4,9	37,7	97,0	56,3
Vale de Cambra	81	145	249	415	0,4	0,8	1,2	2,1	79,0	71,7	66,7
Douro	**975**	**1.156**	**1.501**	**2.337**	**0,5**	**0,6**	**0,8**	**1,3**	**18,6**	**29,8**	**55,7**
Carrazeda de Ansiães	33	55	46	96	0,4	0,7	0,7	1,7	66,7	-16,4	108,7
Freixo de Espada à Cinta	49	8	19	60	1,0	0,2	0,5	1,8	-83,7	137,5	215,8
Torre de Moncorvo	57	55	61	97	0,5	0,6	0,7	1,2	-3,5	10,9	59,0
Vila Flor	17	24	28	85	0,2	0,3	0,4	1,4	41,2	16,7	203,6
Vila Nova de Foz Côa	49	69	71	141	0,5	0,9	1,0	2,2	40,8	2,9	98,6
Alijó	89	114	118	98	0,6	0,9	1,0	0,9	28,1	3,5	-16,9
Mesão Frio	11	13	8	17	0,2	0,3	0,2	0,4	18,2	-38,5	112,5
Peso da Régua	114	122	223	259	0,7	0,7	1,4	1,7	7,0	82,8	16,1
Sabrosa	24	31	36	35	0,3	0,5	0,6	0,6	29,2	16,1	-2,8
Santa Marta de Penaguião	36	30	30	127	0,4	0,4	0,4	2,0	-16,7	0,0	323,3
Vila Real	220	222	465	690	0,6	0,6	1,1	1,6	0,9	109,5	48,4
Armamar	13	27	26	36	0,2	0,4	0,4	0,7	107,7	-3,7	38,5
Lamego	87	114	96	185	0,3	0,5	0,4	0,8	31,0	-15,8	92,7
Moimenta da Beira	71	91	95	92	0,7	1,0	1,0	1,1	28,2	4,4	-3,2
Penedono	3	9	3	10	0,1	0,3	0,1	0,4	200,0	-66,7	233,3
São João da Pesqueira	47	51	50	99	0,6	0,7	0,7	1,5	8,5	-2,0	98,0
Sernancelhe	22	53	31	62	0,4	1,0	0,6	1,3	140,9	-41,5	100,0
Tabuaço	11	24	28	54	0,2	0,4	0,5	1,0	118,2	16,7	92,9
Tarouca	22	44	67	94	0,3	0,6	1,0	1,4	100,0	52,3	40,3
Alto Trás-os-Montes	**774**	**863**	**1.681**	**2.214**	**0,4**	**0,5**	**0,9**	**1,2**	**11,5**	**94,8**	**31,7**
Alfândega da Fé	13	28	30	40	0,2	0,5	0,6	0,9	115,4	7,1	33,3
Bragança	114	135	262	443	0,4	0,5	0,9	1,4	18,4	94,1	69,1
Macedo de Cavaleiros	33	61	71	138	0,2	0,4	0,5	1,0	84,8	16,4	94,4
Miranda do Douro	37	35	35	114	0,4	0,5	0,5	1,7	-5,4	0,0	225,7
Mirandela	132	108	317	371	0,6	0,5	1,4	1,8	-18,2	193,5	17,0
Mogadouro	41	41	244	60	0,3	0,4	2,5	0,7	0,0	495,1	-75,4
Vimioso	30	49	65	86	0,4	1,0	1,4	2,0	63,3	32,7	32,3
Vinhais	45	49	57	74	0,3	0,5	0,6	0,9	8,9	16,3	29,8
Boticas	8	20	22	52	0,1	0,3	0,4	1,0	150,0	10,0	136,4
Chaves	166	138	313	480	0,5	0,4	0,8	1,3	-16,9	126,8	53,4
Montalegre	49	60	39	51	0,3	0,5	0,4	0,5	22,4	-35,0	30,8
Murça	18	10	21	37	0,3	0,2	0,4	0,7	-44,4	110,0	76,2
Valpaços	59	77	123	137	0,3	0,4	0,7	0,9	30,5	59,7	11,4
Vila Pouca de Aguiar	29	52	82	131	0,2	0,4	0,6	1,1	79,3	57,7	59,8

Fonte: INE

Quadro VII.9.:: População Sem Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Norte, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião								Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**253.680**	**218.862**	**342.987**	**615.332**	**3,2**	**2,8**	**3,9**	**6,8**	**-13,7**	**56,7**	**79,4**
Continente	**252.190**	**217.256**	**339.694**	**604.851**	**3,4**	**2,9**	**4,1**	**7,1**	**-13,9**	**56,4**	**78,1**
Norte	**23.760**	**25.391**	**50.015**	**112.315**	**0,9**	**0,9**	**1,6**	**3,6**	**6,9**	**97,0**	**124,6**
Minho-Lima	**920**	**989**	**2.021**	**5.252**	**0,5**	**0,5**	**1,0**	**2,5**	**7,5**	**104,3**	**159,9**
Arcos de Valdevez	76	53	119	348	0,3	0,2	0,6	1,7	-30,3	124,5	192,4
Caminha	86	95	209	514	0,7	0,7	1,4	3,5	10,5	120,0	145,9
Melgaço	33	13	20	137	0,3	0,1	0,2	1,6	-60,6	53,8	585,0
Monção	28	41	113	370	0,1	0,2	0,6	2,2	46,4	175,6	227,4
Paredes de Coura	31	12	39	114	0,3	0,1	0,5	1,4	-61,3	225,0	192,3
Ponte da Barca	26	29	56	188	0,2	0,3	0,5	1,8	11,5	93,1	235,7
Ponte de Lima	71	91	86	467	0,2	0,3	0,2	1,3	28,2	-5,5	443,0
Valença	54	45	87	321	0,5	0,4	0,7	2,6	-16,7	93,3	269,0
Viana do Castelo	493	581	1.244	2.526	0,8	0,9	1,7	3,3	17,8	114,1	103,1
Vila Nova de Cerveira	22	29	48	267	0,3	0,4	0,6	3,3	31,8	65,5	456,3
Cávado	**1.176**	**1.562**	**3.622**	**9.924**	**0,5**	**0,6**	**1,1**	**2,9**	**32,8**	**131,9**	**174,0**
Amares	13	27	99	269	0,1	0,2	0,7	1,7	107,7	266,7	171,7
Barcelos	230	231	518	1.911	0,3	0,3	0,5	1,9	0,4	124,2	268,9
Braga	857	1.167	2.692	6.462	0,9	1,1	2,0	4,3	36,2	130,7	140,0
Esposende	50	79	198	633	0,2	0,4	0,7	2,2	58,0	150,6	219,7
Terras de Bouro	6	13	8	62	0,1	0,2	0,1	1,0	116,7	-38,5	675,0
Vila Verde	20	45	107	587	0,1	0,1	0,3	1,5	125,0	137,8	448,6
Ave	**1.076**	**1.291**	**2.741**	**9.099**	**0,3**	**0,4**	**0,7**	**2,1**	**20,0**	**112,3**	**232,0**
Fafe	134	105	214	771	0,4	0,3	0,5	1,8	-21,6	103,8	260,3
Guimarães	237	438	976	3.143	0,4	0,4	0,8	2,4	84,8	122,8	222,0
Póvoa de Lanhoso	41	29	86	298	0,3	0,2	0,5	1,6	-29,3	196,6	246,5
Vieira do Minho	17	15	47	114	0,1	0,1	0,4	1,0	-11,8	213,3	142,6
Vila Nova de Famalicão	239	314	716	2.455	0,3	0,4	0,7	2,2	31,4	128,0	242,9
Vizela	237	58	74	278	0,4	0,4	0,4	1,4	-75,5	27,6	275,7
Santo Tirso	86	210	390	1.217	0,2	0,4	0,6	2,0	145,6	85,7	212,1
Trofa	86	122	238	823	0,2	0,5	0,8	2,5	42,7	95,1	245,8
Grande Porto	**18.218**	**18.479**	**35.104**	**69.435**	**2,1**	**2,0**	**3,3**	**6,3**	**1,4**	**90,0**	**97,8**
Espinho	446	297	625	1.238	1,8	1,1	2,2	4,5	-33,4	110,4	98,1
Gondomar	1.407	1.661	3.660	7.730	1,4	1,5	2,7	5,4	18,1	120,3	111,2
Maia	754	1.047	2.973	6.983	1,2	1,4	3,0	6,2	38,9	184,0	134,9
Matosinhos	1.883	2.602	5.195	10.857	1,8	2,2	3,7	7,2	38,2	99,7	109,0
Porto	9.829	8.163	12.246	19.475	3,6	3,2	5,4	9,3	-16,9	50,0	59,0
Póvoa de Varzim	304	287	742	1.688	0,7	0,7	1,4	3,2	-5,6	158,5	127,5
Valongo	469	651	1.482	3.912	1,0	1,1	2,1	5,0	38,8	127,6	164,0
Vila do Conde	256	316	861	2.468	0,5	0,6	1,4	3,7	23,4	172,5	186,6
Vila Nova de Gaia	2.870	3.455	7.320	15.084	1,6	1,7	3,1	5,9	20,4	111,9	106,1
Tâmega	**458**	**847**	**1.777**	**6.196**	**0,1**	**0,2**	**0,4**	**1,4**	**84,9**	**109,8**	**248,7**
Castelo de Paiva	23	43	85	185	0,2	0,3	0,6	1,3	87,0	97,7	117,6
Cabeceiras de Basto	3	6	34	162	0,0	0,0	0,2	1,2	100,0	466,7	376,5
Celorico de Basto	12	22	49	126	0,1	0,1	0,3	0,7	83,3	122,7	157,1
Amarante	64	153	271	747	0,2	0,4	0,6	1,6	139,1	77,1	175,6
Baião	20	26	28	158	0,1	0,2	0,2	0,9	30,0	7,7	464,3
Felgueiras	32	97	137	530	0,1	0,3	0,3	1,1	203,1	41,2	286,9
Lousada	20	36	99	480	0,1	0,1	0,3	1,2	80,0	175,0	384,8
Marco de Canaveses	51	66	158	633	0,2	0,2	0,4	1,4	29,4	139,4	300,6
Paços de Ferreira	26	65	225	817	0,1	0,2	0,5	1,8	150,0	246,2	263,1
Paredes	64	161	356	1.209	0,1	0,3	0,5	1,7	151,6	121,1	239,6
Penafiel	104	114	259	844	0,2	0,2	0,5	1,4	9,6	127,2	225,9
Mondim de Basto	2	13	16	69	0,0	0,2	0,2	1,1	550,0	23,1	331,3
Ribeira de Pena	16	2	10	151	0,2	0,0	0,2	1,4	-87,5	400,0	1.410,0
Cinfães	17	35	38	133	0,1	0,2	0,2	0,8	105,9	8,6	250,0
Resende	4	8	12	66	0,0	0,1	0,1	0,7	100,0	50,0	450,0
Entre Douro e Vouga	**738**	**904**	**2.142**	**5.816**	**0,4**	**0,5**	**0,9**	**2,5**	**22,5**	**136,9**	**171,5**
Arouca	51	43	88	259	0,3	0,2	0,4	1,4	-15,7	104,7	194,3
Santa Maria da Feira	291	358	943	2.995	0,3	0,4	0,9	2,6	23,0	163,4	217,6
Oliveira de Azeméis	186	263	610	1.379	0,4	0,5	1,0	2,3	41,4	131,9	126,1
São João da Madeira	167	183	381	859	1,3	1,3	2,2	4,6	9,6	108,2	125,5
Vale de Cambra	43	57	120	324	0,2	0,3	0,6	1,6	32,6	110,5	170,0
Douro	**678**	**744**	**1.355**	**3.365**	**0,3**	**0,4**	**0,7**	**1,9**	**9,7**	**82,1**	**148,3**
Carrazeda de Ansiães	27	22	30	59	0,3	0,3	0,4	1,0	-18,5	36,4	96,7
Freixo de Espada à Cinta	22	5	12	56	0,5	0,1	0,3	1,7	-77,3	140,0	366,7
Torre de Moncorvo	33	23	46	110	0,3	0,3	0,5	1,4	-30,3	100,0	139,1
Vila Flor	13	18	32	77	0,2	0,3	0,5	1,3	38,5	77,8	140,6
Vila Nova de Foz Côa	44	36	41	170	0,5	0,5	0,6	2,6	-18,2	13,9	314,6
Alijó	47	59	97	190	0,3	0,5	0,8	1,8	25,5	64,4	95,9
Mesão Frio	2	3	8	41	0,0	0,1	0,2	1,1	50,0	166,7	412,5
Peso da Régua	54	77	138	297	0,3	0,5	0,9	2,0	42,6	79,2	115,2
Sabrosa	27	11	30	97	0,4	0,2	0,5	1,7	-59,3	172,7	223,3
Santa Marta de Penaguião	10	11	23	55	0,1	0,1	0,3	0,9	10,0	109,1	139,1
Vila Real	195	258	627	1.310	0,5	0,7	1,5	3,0	32,3	143,0	108,9
Armamar	11	14	8	77	0,2	0,2	0,1	1,4	27,3	-42,9	862,5
Lamego	93	79	115	347	0,4	0,3	0,5	1,5	-15,1	45,6	201,7
Moimenta da Beira	25	44	52	106	0,3	0,5	0,6	1,2	76,0	18,2	103,8
Penedono	12	6	8	31	0,4	0,2	0,3	1,2	-50,0	33,3	287,5
São João da Pesqueira	31	19	21	119	0,4	0,3	0,3	1,7	-38,7	10,5	466,7
Sernancelhe	9	22	26	54	0,2	0,4	0,5	1,1	144,4	18,2	107,7
Tabuaço	8	22	28	79	0,1	0,4	0,5	1,4	175,0	27,3	182,1
Tarouca	15	15	13	90	0,2	0,2	0,2	1,3	0,0	-13,3	592,3
Alto Trás-os-Montes	**496**	**575**	**1.253**	**3.228**	**0,2**	**0,3**	**0,7**	**1,8**	**15,9**	**117,9**	**157,6**
Alfândega da Fé	2	12	26	66	0,0	0,2	0,5	1,4	500,0	116,7	153,8
Bragança	100	144	327	794	0,4	0,5	1,1	2,6	44,0	127,1	142,8
Macedo de Cavaleiros	14	28	59	181	0,1	0,2	0,4	1,3	100,0	110,7	206,8
Miranda do Douro	19	20	52	122	0,2	0,3	0,7	1,8	5,3	160,0	134,6
Mirandela	91	61	194	439	0,4	0,3	0,9	2,1	-33,0	218,0	126,3
Mogadouro	35	20	30	107	0,3	0,2	0,3	1,2	-42,9	50,0	256,7
Vimioso	7	5	17	41	0,1	0,1	0,4	1,0	-28,6	240,0	141,2
Vinhais	31	14	16	67	0,2	0,1	0,2	0,8	-54,8	14,3	318,8
Boticas	5	8	19	67	0,1	0,1	0,3	1,3	60,0	137,5	252,6
Chaves	109	161	336	858	0,3	0,5	0,9	2,4	47,7	108,7	155,4
Montalegre	25	26	23	84	0,2	0,2	0,2	0,9	4,0	-11,5	265,2
Murça	10	8	20	53	0,2	0,1	0,3	1,0	-20,0	150,0	165,0
Valpaços	30	29	81	196	0,1	0,2	0,5	1,3	-3,3	179,3	142,0
Vila Pouca de Aguiar	18	39	53	153	0,1	0,3	0,4	1,3	116,7	35,9	188,7

Fonte: INE

Quadro VII.10.: População que Não Respondeu/Não Sabe à pergunta da Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Norte, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População que Não Respondeu				População que Não Respondeu				Variação População que Não Respondeu		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**1.114.614**	**1.477.762**	**786.822**	**744.874**	**14,2**	**17,6**	**9,0**	**8,3**	**32,6**	**-46,8**	**-5,3**
Continente	**1.097.495**	**1.445.010**	**765.853**	**725.711**	**14,7**	**18,1**	**9,2**	**8,5**	**31,7**	**-47,0**	**-5,2**
Norte	**216.440**	**297.380**	**177.730**	**178.602**	**8,2**	**11,0**	**5,8**	**5,7**	**37,4**	**-40,2**	**0,5**
Minho-Lima	**18.119**	**21.708**	**9.825**	**11.070**	**8,9**	**10,9**	**4,6**	**5,2**	**19,8**	**-54,7**	**12,7**
Arcos de Valdevez	1.607	1.631	906	843	6,5	7,5	4,2	4,2	1,5	-44,5	-7,0
Caminha	1.766	2.042	685	963	13,7	15,8	4,7	6,6	15,6	-66,5	40,6
Melgaço	1.013	1.480	281	503	9,3	16,0	3,1	6,0	46,1	-81,0	79,0
Monção	2.538	1.546	995	744	13,1	8,7	5,7	4,3	-39,1	-35,6	-25,2
Paredes de Coura	607	666	183	297	6,7	7,8	2,2	3,7	9,7	-72,5	62,3
Ponte da Barca	1.534	1.509	419	325	14,3	14,8	3,9	3,1	-1,6	-72,2	-22,4
Ponte de Lima	2.932	2.676	1.416	1.481	8,9	8,1	3,9	4,0	-8,7	-47,1	4,6
Valença	879	1.692	456	521	7,7	14,0	3,8	4,3	92,5	-73,0	14,3
Viana do Castelo	4.610	7.110	3.986	4.884	7,2	10,9	5,3	6,4	54,2	-43,9	22,5
Vila Nova de Cerveira	633	1.356	498	509	9,0	18,3	6,6	6,3	114,2	-63,3	2,2
Cávado	**15.224**	**24.668**	**15.070**	**17.877**	**6,2**	**9,3**	**4,8**	**5,2**	**62,0**	**-38,9**	**18,6**
Amares	316	1.156	448	655	2,5	9,3	3,0	4,2	265,8	-61,2	46,2
Barcelos	5.135	7.788	3.922	4.689	6,8	9,4	4,0	4,7	51,7	-49,6	19,6
Braga	6.596	10.246	8.201	9.881	7,0	9,5	6,1	6,5	55,3	-20,0	20,5
Esposende	774	1.956	1.023	1.178	3,6	8,8	3,8	4,1	152,7	-47,7	15,2
Terras de Bouro	395	524	200	127	5,1	7,2	2,9	2,0	32,7	-61,8	-36,5
Vila Verde	2.008	2.998	1.276	1.347	6,1	9,2	3,4	3,4	49,3	-57,4	5,6
Ave	**17.148**	**24.541**	**18.634**	**18.504**	**5,3**	**6,9**	**4,5**	**4,3**	**43,1**	**-24,1**	**-0,7**
Fafe	2.493	2.516	1.816	1.793	7,2	7,0	4,2	4,2	0,9	-27,8	-1,3
Guimarães	3.340	7.787	6.778	5.907	6,1	7,2	5,3	4,4	133,1	-13,0	-12,9
Póvoa de Lanhoso	387	1.183	395	510	2,5	7,6	2,2	2,8	205,7	-66,6	29,1
Vieira do Minho	809	1.555	394	376	5,9	12,9	3,2	3,4	92,2	-74,7	-4,6
Vila Nova de Famalicão	3.626	5.094	4.621	5.083	4,5	5,8	4,5	4,5	40,5	-9,3	10,0
Vizela	3.340	1.521	482	669	6,1	10,2	2,7	3,4	-54,5	-68,3	38,8
Santo Tirso	1.577	3.097	2.221	2.696	4,4	5,7	3,7	4,4	96,4	-28,3	21,4
Trofa	1.577	1.788	1.927	1.470	4,4	7,1	6,3	4,5	13,4	7,8	-23,7
Grande Porto	**93.513**	**121.189**	**93.953**	**91.687**	**10,6**	**13,0**	**8,9**	**8,4**	**29,6**	**-22,5**	**-2,4**
Espinho	2.366	5.013	1.933	1.706	9,3	18,0	6,8	6,1	111,9	-61,4	-11,7
Gondomar	10.888	13.927	12.405	10.543	10,7	12,3	9,1	7,4	27,9	-10,9	-15,0
Maia	4.632	9.654	9.774	9.869	7,3	13,2	9,9	8,8	108,4	1,2	1,0
Matosinhos	13.509	16.652	13.905	14.224	12,6	13,8	9,9	9,5	23,3	-16,5	2,3
Porto	34.267	37.990	26.270	22.624	12,7	15,1	11,5	10,8	10,9	-30,9	-13,9
Póvoa de Varzim	2.323	4.081	2.417	2.755	5,7	9,8	4,7	5,2	75,7	-40,8	14,0
Valongo	3.713	6.409	5.396	5.985	7,6	11,1	7,6	7,6	72,6	-15,8	10,9
Vila do Conde	4.054	5.292	2.923	3.484	8,3	10,5	4,8	5,2	30,5	-44,8	19,2
Vila Nova de Gaia	17.761	22.171	18.930	20.497	10,0	11,2	7,9	8,0	24,8	-14,6	8,3
Tâmega	**20.651**	**36.530**	**13.763**	**13.245**	**5,5**	**9,6**	**3,1**	**2,9**	**76,9**	**-62,3**	**-3,8**
Castelo de Paiva	1.013	919	551	580	7,9	7,3	3,9	4,1	-9,3	-40,0	5,3
Cabeceiras de Basto	876	1.471	392	216	6,2	11,9	2,7	1,5	67,9	-73,4	-44,9
Celorico de Basto	613	1.926	415	341	3,6	12,0	2,5	2,0	214,2	-78,5	-17,8
Amarante	2.203	5.962	1.704	1.450	5,5	14,2	3,6	3,1	170,6	-71,4	-14,9
Baião	794	1.236	285	337	4,2	7,2	1,6	1,9	55,7	-76,9	18,2
Felgueiras	2.113	3.383	1.198	1.527	5,9	9,3	2,7	3,2	60,1	-64,6	27,5
Lousada	1.992	2.667	901	1.118	7,2	9,5	2,6	2,9	33,9	-66,2	24,1
Marco de Canaveses	1.368	3.368	1.203	1.260	4,0	9,4	2,9	2,9	146,2	-64,3	4,7
Paços de Ferreira	952	2.916	1.544	1.301	3,2	8,8	3,7	2,8	206,3	-47,1	-15,7
Paredes	2.341	4.001	2.908	2.356	4,8	7,4	4,4	3,3	70,9	-27,3	-19,0
Penafiel	2.506	3.474	1.654	1.943	5,3	6,9	2,9	3,3	38,6	-52,4	17,5
Mondim de Basto	1.122	1.118	211	141	15,9	16,0	3,0	2,2	-0,4	-81,1	-33,2
Ribeira de Pena	1.000	1.275	142	268	12,2	19,7	2,3	2,4	27,5	-88,9	88,7
Cinfães	1.101	1.891	387	316	5,6	10,4	2,1	1,8	71,8	-79,5	-18,3
Resende	657	923	268	227	5,6	8,7	2,6	2,3	40,5	-71,0	-15,3
Entre Douro e Vouga	**15.761**	**15.954**	**10.723**	**10.770**	**8,6**	**8,1**	**4,7**	**4,6**	**1,2**	**-32,8**	**0,4**
Arouca	1.554	1.828	739	726	8,6	10,0	3,7	3,8	17,6	-59,6	-1,8
Santa Maria da Feira	8.930	6.743	4.947	5.406	10,6	7,3	4,5	4,6	-24,5	-26,6	9,3
Oliveira de Azeméis	3.022	3.713	2.700	2.698	6,2	7,1	4,6	4,6	22,9	-27,3	-0,1
São João da Madeira	902	1.930	1.417	1.266	7,0	13,4	8,1	6,8	114,0	-26,6	-10,7
Vale de Cambra	1.353	1.740	920	674	7,2	9,0	4,4	3,4	28,6	-47,1	-26,7
Douro	**13.732**	**24.743**	**7.600**	**7.755**	**6,7**	**13,2**	**4,1**	**4,3**	**80,2**	**-69,3**	**2,0**
Carrazeda de Ansiães	823	1.224	199	272	9,0	16,6	3,0	4,7	48,7	-83,7	36,7
Freixo de Espada à Cinta	611	852	159	403	12,9	20,6	4,3	12,0	39,4	-81,3	153,5
Torre de Moncorvo	1.024	1.060	512	326	9,0	11,8	5,9	4,2	3,5	-51,7	-36,3
Vila Flor	783	1.035	262	266	10,1	14,6	3,8	4,5	32,2	-74,7	1,5
Vila Nova de Foz Côa	781	915	718	247	8,4	12,4	9,7	3,8	17,2	-21,5	-65,6
Alijó	970	1.112	506	306	6,6	8,7	4,1	2,9	14,6	-54,5	-39,5
Mesão Frio	188	690	52	101	3,9	16,6	1,3	2,6	267,0	-92,5	94,2
Peso da Régua	1.120	2.066	492	573	6,5	12,4	3,1	3,9	84,5	-76,2	16,5
Sabrosa	248	869	226	165	3,5	14,7	3,8	3,0	250,4	-74,0	-27,0
Santa Marta de Penaguião	687	1.463	140	142	7,9	18,9	1,9	2,2	113,0	-90,4	1,4
Vila Real	2.130	5.860	1.942	2.338	5,8	16,1	4,6	5,3	175,1	-66,9	20,4
Armamar	651	868	174	322	8,9	12,7	2,8	5,9	33,3	-80,0	85,1
Lamego	1.436	2.349	718	861	5,7	10,0	3,1	3,7	63,6	-69,4	19,9
Moimenta da Beira	495	1.268	292	292	5,0	13,4	3,2	3,3	156,2	-77,0	0,0
Penedono	166	131	116	279	4,9	4,4	3,9	10,8	-21,1	-11,5	140,5
São João da Pesqueira	591	1.051	545	227	7,5	14,4	7,6	3,3	77,8	-48,1	-58,3
Sernancelhe	230	363	128	99	3,9	6,7	2,4	2,0	57,8	-64,7	-22,7
Tabuaço	310	927	186	232	4,7	15,3	3,3	4,2	199,0	-79,9	24,7
Tarouca	488	640	233	304	7,0	8,7	3,4	4,5	31,1	-63,6	30,5
Alto Trás-os-Montes	**22.292**	**28.047**	**8.162**	**7.694**	**10,3**	**14,9**	**4,2**	**4,2**	**25,8**	**-70,9**	**-5,7**
Alfândega da Fé	508	675	153	176	7,9	12,2	2,9	3,8	32,9	-77,3	15,0
Bragança	2.921	3.959	1.557	1.760	10,4	14,9	5,2	5,7	35,5	-60,7	13,0
Macedo de Cavaleiros	1.766	2.756	707	428	10,5	18,5	4,7	3,1	56,1	-74,3	-39,5
Miranda do Douro	1.510	822	162	358	18,2	11,3	2,3	5,3	-45,6	-80,3	121,0
Mirandela	2.040	3.584	836	1.031	9,0	18,0	3,8	4,9	75,7	-76,7	23,3
Mogadouro	1.566	1.302	249	371	12,5	13,1	2,5	4,3	-16,9	-80,9	49,0
Vimioso	611	695	383	79	9,1	13,5	8,1	1,9	13,7	-44,9	-79,4
Vinhais	1.167	1.562	178	355	9,0	14,9	1,9	4,2	33,8	-88,6	99,4
Boticas	354	907	211	136	5,0	14,2	3,8	2,6	156,2	-76,7	-35,5
Chaves	5.302	5.394	2.394	1.733	14,6	16,5	6,4	4,8	1,7	-55,6	-27,6
Montalegre	1.593	2.056	358	186	10,3	16,7	3,2	2,0	29,1	-82,6	-48,0
Murça	505	1.195	132	162	7,6	20,8	2,3	3,1	136,6	-89,0	22,7
Valpaços	1.248	2.043	569	540	6,1	11,3	3,4	3,6	63,7	-72,1	-5,1
Vila Pouca de Aguiar	1.201	1.097	273	379	7,8	8,4	2,1	3,3	-8,7	-75,1	38,8

Fonte: INE

ANEXO VIII

INDICADORES DE CRACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL

Quadro VIII.1.: Indicadores Demográficos, por concelho, região Centro, 2011 (2009)

Zona Geográfica	Indicadores Demográficos									
	População Residente 2011	Var. Pop. 2001-2011	Densidade Populacional 2011	Índice de Envelhecimento 2011	Dimensão Média das Famílias Clássicas	Taxa de Analfabetismo 2011	População Residente Estrangeira 2011		Taxa de Desemprego (%)	Índice Poder de Compra Per Capita 2009
	N.º	%	Hab/Km2	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Portugal	**10.562.178**	**2,0**	**114,5**	**127,8**	2,6	**5,2**	**394.496**	**3,7**	**13,2**	**100,0**
Continente	**10.047.621**	**1,8**	**112,8**	**130,6**	2,6	**5,2**	**385.530**	**3,8**	**13,2**	**100,5**
Centro	**2.327.755**	**-0,9**	**82,6**	**163,4**	2,5	**6,4**	**54.837**	**2,4**	**11,0**	**84,4**
Baixo Vouga	**390.822**	**1,3**	**216,7**	**128,2**	2,7	**4,2**	**8.886**	**2,3**	**11,2**	**86,6**
Águeda	47.729	-2,7	142,4	140,6	2,7	4,3	1.086	2,3	10,1	78,0
Albergaria-a-Velha	25.252	2,5	159,0	117,0	2,7	4,2	537	2,1	10,4	73,1
Anadia	29.150	-7,6	134,6	184,4	2,6	5,9	724	2,5	9,7	70,6
Aveiro	78.450	7,0	397,1	116,1	2,5	2,9	2.652	3,4	10,7	134,8
Estarreja	26.997	-4,2	249,6	137,0	2,8	4,2	325	1,2	11,8	74,8
Ílhavo	38.598	3,7	524,9	107,5	2,6	3,2	989	2,6	12,1	82,8
Mealhada	20.428	-1,6	184,6	152,8	2,6	4,7	374	1,8	8,5	75,4
Murtosa	10.585	11,9	144,8	145,7	2,7	4,7	119	1,1	12,1	67,3
Oliveira do Bairro	23.028	8,8	263,7	130,6	2,7	5,6	677	2,9	10,2	75,3
Ovar	55.398	0,4	375,1	102,6	2,8	3,7	716	1,3	14,9	83,5
Sever do Vouga	12.356	-6,3	95,1	175,4	2,7	5,6	186	1,5	10,0	65,8
Vagos	22.851	3,8	138,6	131,6	2,7	6,1	501	2,2	9,7	62,7
Baixo Mondego	**332.326**	**-2,4**	**161,1**	**173,0**	2,5	**5,5**	**6.548**	**2,0**	**10,4**	**105,2**
Cantanhede	36.595	-3,5	93,6	192,6	2,6	6,8	571	1,6	9,0	73,5
Coimbra	143.396	-3,4	449,0	161,4	2,4	3,6	3.396	2,4	10,1	144,9
Condeixa-a-Nova	17.078	11,3	123,2	118,6	2,6	6,6	312	1,8	8,8	78,5
Figueira da Foz	62.125	-0,8	163,9	175,7	2,5	6,0	1.419	2,3	12,7	96,8
Mira	12.465	-3,2	100,5	201,5	2,6	6,9	209	1,7	11,0	66,5
Montemor-o-Velho	26.171	2,7	114,3	172,9	2,6	7,5	273	1,0	10,0	72,7
Penacova	15.251	-8,8	70,4	199,4	2,6	7,4	134	0,9	8,8	52,8
Soure	19.245	-8,1	72,6	238,5	2,5	10,3	234	1,2	10,2	63,3
Pinhal Litoral	**260.942**	**4,0**	**149,7**	**129,3**	2,6	**6,0**	**8.170**	**3,1**	**9,3**	**88,7**
Batalha	15.805	5,4	152,8	119,9	2,6	5,4	540	3,4	7,9	80,7
Leiria	126.897	5,9	224,6	114,1	2,6	4,7	4.406	3,5	9,0	99,9
Marinha Grande	38.681	8,7	206,6	123,4	2,5	4,9	1.158	3,0	11,1	91,6
Pombal	55.217	-1,9	88,2	170,4	2,6	10,3	1.370	2,5	9,1	73,4
Porto de Mós	24.342	0,3	93,0	138,3	2,6	5,7	696	2,9	9,4	68,7
Pinhal Interior Norte	**131.468**	**-5,1**	**50,3**	**203,4**	2,5	**7,7**	**3.137**	**2,4**	**10,9**	**62,8**
Arganil	12.145	-10,9	36,5	269,0	2,4	8,0	358	2,9	9,9	61,6
Góis	4.260	-12,4	16,2	310,5	2,3	10,3	101	2,4	9,6	59,0
Lousã	17.604	11,8	127,2	113,6	2,5	3,7	508	2,9	11,0	72,3
Miranda do Corvo	13.098	0,2	103,6	154,2	2,6	5,4	228	1,7	10,0	59,8
Oliveira do Hospital	20.855	-5,7	88,9	181,8	2,6	7,3	410	2,0	11,4	64,6
Pampilhosa da Serra	4.481	-14,2	11,3	589,7	2,1	15,9	30	0,7	9,5	55,6
Penela	5.983	-9,3	44,4	239,9	2,5	8,4	153	2,6	10,0	58,6
Tábua	12.071	-4,2	60,4	187,0	2,6	7,6	425	3,5	10,7	60,1
Vila Nova de Poiares	7.281	3,1	86,2	135,4	2,6	5,6	223	3,1	9,1	63,2
Alvaiázere	7.287	-13,6	45,4	303,8	2,4	10,8	166	2,3	10,6	58,5
Ansião	13.128	-4,3	74,5	209,4	2,5	8,5	235	1,8	10,5	65,0
Castanheira de Pêra	3.191	-14,5	47,8	295,9	2,3	9,0	62	1,9	14,4	59,9
Figueiró dos Vinhos	6.169	-16,1	35,6	277,8	2,4	9,2	85	1,4	15,1	57,1
Pedrógão Grande	3.915	-11,0	30,4	302,1	2,3	12,3	153	3,9	14,9	60,3
Dão-Lafões	**277.240**	**-3,2**	**79,5**	**169,5**	2,6	**7,1**	**4.345**	**1,6**	**11,4**	**72,5**
Aguiar da Beira	5.473	-12,4	26,5	268,2	2,5	15,0	64	1,2	8,9	52,4
Carregal do Sal	9.835	-5,5	84,1	186,7	2,6	7,6	152	1,5	11,2	61,0
Castro Daire	15.339	-9,7	40,5	205,1	2,6	11,4	156	1,0	11,0	53,5
Mangualde	19.880	-5,3	90,7	177,0	2,6	6,6	405	2,0	13,9	72,1
Mortágua	9.607	-7,4	38,3	264,3	2,5	7,3	221	2,3	8,4	62,2
Nelas	14.037	-1,7	111,7	178,6	2,6	5,7	178	1,3	12,0	66,5
Oliveira de Frades	10.261	-3,1	70,6	140,2	2,8	6,2	198	1,9	8,7	76,1
Penalva do Castelo	7.956	-11,8	59,2	235,0	2,6	12,1	53	0,7	12,4	49,7
Santa Comba Dão	11.597	-7,0	103,6	192,6	2,6	5,9	173	1,5	12,0	67,6
São Pedro do Sul	16.851	-11,7	48,3	207,4	2,6	9,1	184	1,1	11,0	58,4
Sátão	12.444	-5,3	61,6	177,4	2,7	10,3	138	1,1	12,2	52,7
Tondela	28.946	-7,1	78,0	228,8	2,6	6,2	260	0,9	10,8	63,8
Vila Nova de Paiva	5.176	-15,7	29,5	195,7	2,6	12,4	64	1,2	13,5	49,4
Viseu	99.274	6,2	195,8	122,0	2,6	5,4	2.008	2,0	11,7	93,7
Vouzela	10.564	-11,4	54,5	213,4	2,7	6,4	91	0,9	9,9	57,3
Pinhal Interior Sul	**40.705**	**-9,2**	**21,4**	**325,2**	2,4	**11,8**	**522**	**1,3**	**9,1**	**61,2**
Oleiros	5.721	-14,3	12,1	574,4	2,2	15,7	66	1,2	5,1	53,5
Proença-a-Nova	8.314	-13,5	21,0	344,0	2,4	13,0	101	1,2	9,7	57,2
Sertã	15.880	-5,0	35,6	222,3	2,4	10,2	231	1,5	10,0	64,2
Vila de Rei	3.452	2,9	18,0	377,2	2,3	11,1	40	1,2	8,7	60,1
Mação	7.338	-13,1	18,4	432,6	2,3	11,0	84	1,1	9,5	66,0
Serra da Estrela	**43.737**	**-12,3**	**50,4**	**263,1**	2,4	**8,3**	**501**	**1,1**	**13,7**	**64,3**
Fornos de Algodres	4.989	-11,4	38,0	293,7	2,5	10,7	35	0,7	14,1	53,6
Gouveia	14.046	-12,9	46,7	304,8	2,4	9,2	181	1,3	14,6	61,9
Seia	24.702	-12,2	56,7	234,6	2,5	7,3	285	1,2	13,2	67,7
Beira Interior Norte	**104.417**	**-9,5**	**25,7**	**248,9**	2,4	**9,1**	**1.345**	**1,3**	**11,9**	**73,5**
Almeida	7.242	-14,0	14,0	451,5	2,3	8,9	145	2,0	10,1	69,2
Celorico da Beira	7.693	-13,3	31,1	241,8	2,4	11,9	69	0,9	11,1	56,7
Figueira de Castelo Rodrigo	6.260	-12,6	12,3	304,0	2,4	10,6	99	1,6	13,4	68,0
Guarda	42.541	-2,9	59,7	152,1	2,5	5,5	568	1,3	13,1	94,7
Manteigas	3.430	-16,2	28,1	288,0	2,4	8,8	22	0,6	14,8	56,4
Meda	5.202	-16,6	18,2	342,5	2,3	12,6	62	1,2	9,5	52,9
Pinhel	9.627	-12,1	19,9	313,9	2,4	11,3	95	1,0	12,9	60,3
Sabugal	12.544	-15,7	15,3	513,3	2,2	14,5	153	1,2	9,5	53,2
Trancoso	9.878	-9,3	27,3	268,7	2,4	10,9	132	1,3	8,6	58,6
Beira Interior Sul	**75.028**	**-4,0**	**20,0**	**249,6**	2,3	**10,1**	**1.318**	**1,8**	**10,6**	**87,5**
Castelo Branco	56.109	0,7	39,0	187,9	2,4	7,0	1.028	1,8	10,6	97,4
Idanha-a-Nova	9.716	-16,7	6,9	492,8	2,2	20,6	192	2,0	11,9	60,1
Penamacor	5.682	-14,7	10,1	597,8	2,1	20,2	49	0,9	11,0	52,5
Vila Velha de Ródão	3.521	-14,1	10,7	583,7	2,1	12,7	49	1,4	8,3	69,1
Cova da Beira	**87.869**	**-6,1**	**63,9**	**209,0**	2,4	**8,7**	**1.135**	**1,3**	**14,3**	**78,6**
Belmonte	6.859	-9,7	57,8	227,5	2,5	10,5	72	1,0	15,8	65,2
Covilhã	51.797	-5,0	93,2	192,3	2,4	7,3	592	1,1	14,3	84,6
Fundão	29.213	-7,2	41,7	235,7	2,4	10,7	471	1,6	14,0	72,0
Oeste	**362.540**	**7,0**	**163,3**	**132,6**	2,5	**6,1**	**14.210**	**3,9**	**11,4**	**88,6**
Alcobaça	56.693	2,4	138,9	141,3	2,6	6,2	1.505	2,7	11,0	82,7
Bombarral	13.193	-1,0	144,5	172,5	2,5	6,4	453	3,4	11,8	75,4
Caldas da Rainha	51.729	5,9	202,3	143,5	2,5	5,6	2.131	4,1	13,7	98,7
Nazaré	15.158	0,7	183,9	145,0	2,5	5,7	467	3,1	14,3	87,4
Óbidos	11.772	8,3	83,2	150,8	2,5	7,2	323	2,7	10,8	77,5
Peniche	27.753	1,6	357,9	138,4	2,5	6,1	802	2,9	14,5	86,1
Alenquer	43.267	10,4	142,2	106,2	2,6	6,1	2.771	6,4	10,9	90,7
Arruda dos Vinhos	13.391	29,4	171,8	93,8	2,6	5,5	690	5,2	7,7	99,0
Cadaval	14.228	2,0	81,4	180,1	2,5	7,7	331	2,3	10,5	66,4
Lourinhã	25.735	10,6	174,9	127,3	2,5	6,6	1.057	4,1	10,9	78,9
Sobral de Monte Agraço	10.156	13,8	194,9	107,9	2,6	6,3	455	4,5	8,9	77,9
Torres Vedras	79.465	10,0	195,2	128,0	2,6	5,8	3.225	4,1	10,1	96,9
Médio Tejo	**220.661**	**-2,4**	**95,7**	**174,1**	2,5	**5,8**	**4.720**	**2,1**	**10,8**	**81,6**
Abrantes	39.325	-6,9	55,0	207,1	2,4	6,2	524	1,3	13,6	86,0
Alcanena	13.868	-5,0	108,9	176,8	2,5	5,2	388	2,8	9,8	73,0
Constância	4.056	6,3	50,5	140,4	2,6	6,4	38	0,9	11,0	81,5
Entroncamento	20.206	11,2	1.471,9	112,3	2,5	2,6	495	2,4	10,5	104,7
Ferreira do Zêzere	8.619	-8,5	45,3	228,3	2,5	9,3	211	2,4	7,9	57,9
Sardoal	3.939	-4,0	42,8	223,1	2,5	6,5	47	1,2	12,5	67,0
Tomar	40.677	-5,4	115,8	195,6	2,5	5,7	792	1,9	13,2	79,6
Torres Novas	36.717	-0,5	136,0	173,0	2,5	4,9	547	1,5	9,6	93,2
Vila Nova da Barquinha	7.322	-3,8	147,8	181,8	2,5	5,1	75	1,0	9,6	65,2
Ourém	45.932	-0,6	110,3	152,3	2,6	7,1	1.603	3,5	8,5	71,9

Fonte: INE

Quadro VIII.2. : Núcleos Familiares, por concelho, região Centro, 2001-2011

Zona Geográfica	Núcleos Familiares 2001				Núcleos Familiares 2011				Var. Núcleos Familiares 2001-2011			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%											
Portugal	**31,8**	**36,5**	**24,8**	**6,9**	**35,1**	**37,9**	**22,3**	**4,8**	**16,0**	**9,0**	**-5,6**	**-27,5**
Continente	**32,1**	**36,6**	**24,7**	**6,5**	**35,5**	**37,9**	**22,1**	**4,6**	**15,7**	**8,2**	**-6,4**	**-26,8**
Centro	**35,4**	**34,2**	**24,7**	**5,7**	**38,6**	**35,7**	**21,8**	**3,9**	**11,0**	**5,9**	**-10,2**	**-30,8**
Baixo Vouga	**31,8**	**36,2**	**25,5**	**6,5**	**36,0**	**37,8**	**22,0**	**4,2**	**18,6**	**9,2**	**-9,5**	**-32,0**
Águeda	32,3	36,2	25,9	5,6	37,8	37,2	21,7	3,4	18,1	3,7	-15,3	-38,4
Albergaria-a-Velha	33,0	35,7	24,9	6,4	36,0	37,9	21,8	4,2	14,1	11,3	-8,5	-30,9
Anadia	34,9	34,6	25,4	5,1	39,8	35,9	20,8	3,5	8,9	-1,2	-21,8	-35,0
Aveiro	31,1	37,9	25,1	5,9	36,4	38,7	20,7	4,2	28,6	12,2	-9,4	-21,0
Estarreja	31,5	34,6	26,4	7,6	35,4	36,7	23,1	4,8	12,3	6,4	-12,3	-35,9
Ílhavo	30,2	38,0	25,3	6,4	33,9	40,0	21,6	4,5	20,1	12,5	-8,8	-24,5
Mealhada	34,6	36,2	24,3	4,9	37,6	38,5	21,1	2,7	10,5	8,2	-11,5	-43,9
Murtosa	35,1	30,8	24,1	10,0	38,6	31,4	23,3	6,6	28,2	18,7	12,7	-22,6
Oliveira do Bairro	37,6	33,9	22,7	5,8	37,8	35,9	22,3	4,0	10,7	16,6	8,1	-24,5
Ovar	27,2	38,4	26,7	7,7	31,4	40,5	23,4	4,7	21,0	10,8	-8,2	-35,9
Sever do Vouga	33,5	32,8	26,0	7,7	39,1	33,2	23,9	3,8	13,3	-1,5	-10,6	-52,1
Vagos	30,8	33,6	26,8	8,8	35,5	35,2	23,9	5,3	24,9	13,8	-3,2	-33,9
Baixo Mondego	**34,3**	**37,0**	**24,5**	**4,3**	**38,7**	**37,4**	**20,9**	**3,1**	**12,9**	**1,3**	**-14,5**	**-28,0**
Cantanhede	36,3	34,0	24,8	4,8	40,1	34,6	22,0	3,3	8,7	0,0	-13,0	-33,2
Coimbra	31,5	37,9	26,1	4,5	37,3	38,1	21,2	3,3	18,5	0,9	-18,4	-26,3
Condeixa-a-Nova	36,4	37,4	23,1	3,2	34,9	38,8	22,9	3,3	6,5	15,4	10,6	16,7
Figueira da Foz	35,5	38,0	23,0	3,5	39,1	38,2	19,8	2,8	10,5	0,6	-13,3	-17,9
Mira	34,9	36,2	22,4	6,5	40,6	36,0	19,7	3,7	16,1	-0,7	-12,2	-43,1
Montemor-o-Velho	36,3	36,6	23,4	3,7	39,6	37,6	20,4	2,3	15,1	8,6	-8,2	-34,1
Penacova	35,0	36,1	23,7	5,2	40,6	36,5	20,4	2,5	11,0	-3,6	-18,2	-53,8
Soure	40,7	34,5	21,7	3,1	43,2	35,1	19,6	2,2	-2,0	-5,9	-16,6	-35,0
Pinhal Litoral	**32,9**	**33,0**	**28,2**	**5,9**	**35,6**	**35,0**	**25,1**	**4,3**	**15,5**	**13,3**	**-4,7**	**-22,1**
Batalha	29,7	32,4	31,4	6,5	33,8	35,5	26,6	4,1	25,2	20,1	-7,1	-29,8
Leiria	29,1	33,8	30,5	6,6	34,0	35,4	26,1	4,6	27,7	14,3	-6,6	-24,6
Marinha Grande	33,9	38,7	23,8	3,7	37,6	38,5	20,7	3,2	21,8	9,0	-4,6	-4,6
Pombal	41,9	27,7	25,2	5,2	38,7	31,5	25,3	4,5	-6,8	14,8	1,0	-13,6
Porto de Mós	31,6	32,5	28,7	7,2	34,6	34,5	26,4	4,5	12,9	9,0	-5,5	-34,9
Pinhal Interior Norte	**39,2**	**32,5**	**22,9**	**5,4**	**41,8**	**34,0**	**20,6**	**3,6**	**2,8**	**0,9**	**-13,2**	**-36,0**
Arganil	42,4	31,6	20,9	5,1	46,4	32,7	17,8	3,1	0,0	-5,6	-22,2	-44,9
Góis	47,5	29,2	18,7	4,5	47,9	31,3	17,9	2,9	-11,8	-6,5	-16,2	-43,3
Lousã	34,6	36,5	23,5	5,4	36,6	38,0	21,7	3,8	20,5	18,7	5,3	-20,5
Miranda do Corvo	34,2	37,0	24,8	4,1	36,5	36,9	23,6	3,0	7,7	0,5	-3,8	-26,5
Oliveira do Hospital	36,0	33,4	25,0	5,6	40,1	34,7	21,3	3,8	8,4	0,9	-17,1	-34,0
Pampilhosa da Serra	53,2	24,7	17,3	4,8	59,2	26,1	13,2	1,5	-0,2	-5,4	-31,8	-72,4
Penela	41,0	31,5	22,6	4,9	40,6	35,2	20,8	3,4	-10,7	1,1	-17,1	-36,7
Tábua	38,7	32,2	22,6	6,5	41,8	33,5	20,5	4,2	5,4	1,5	-11,6	-36,2
Vila Nova de Poiares	33,6	35,1	24,9	6,3	35,9	38,5	21,8	3,8	13,4	16,6	-7,1	-36,4
Alvaiázere	43,3	28,4	22,4	5,9	44,3	31,0	20,4	4,2	-10,8	-4,9	-20,5	-36,7
Ansião	36,8	31,9	25,2	6,0	41,4	31,1	23,7	3,8	9,5	-5,1	-8,7	-39,2
Castanheira de Pêra	42,7	34,7	18,5	4,1	48,0	33,6	15,2	3,3	-4,6	-17,6	-30,3	-31,3
Figueiró dos Vinhos	42,2	29,6	22,8	5,3	46,3	31,8	18,2	3,7	-7,4	-9,2	-32,4	-40,8
Pedrógão Grande	49,8	27,6	18,7	4,0	47,6	30,6	18,6	3,2	-18,0	-4,7	-14,7	-30,9
Dão-Lafões	**34,9**	**32,9**	**24,6**	**7,5**	**39,1**	**34,3**	**22,2**	**4,4**	**12,7**	**5,0**	**-9,0**	**-41,5**
Aguiar da Beira	38,9	29,8	22,4	8,9	45,0	30,4	20,0	4,6	5,2	-7,2	-19,1	-53,4
Carregal do Sal	38,2	31,5	23,3	7,1	42,3	32,6	20,6	4,5	8,3	1,0	-13,8	-37,8
Castro Daire	38,2	29,7	22,5	9,6	41,9	31,4	21,5	5,2	3,0	-0,7	-10,1	-48,7
Mangualde	36,8	31,8	24,4	7,0	41,0	33,9	20,9	4,2	10,4	5,9	-14,7	-40,4
Mortágua	36,2	35,5	24,1	4,2	43,6	35,0	18,9	2,5	14,1	-6,5	-25,4	-42,6
Nelas	38,2	33,0	22,8	6,1	41,2	35,1	20,2	3,5	9,5	7,9	-10,0	-40,8
Oliveira de Frades	30,6	33,5	26,0	10,0	35,5	34,9	24,0	5,7	18,9	6,6	-5,7	-41,9
Penalva do Castelo	41,0	27,9	22,6	8,5	43,0	32,9	19,5	4,6	-2,2	9,9	-19,5	-49,1
Santa Comba Dão	37,9	33,2	23,2	5,6	41,0	34,8	20,1	4,0	3,2	0,1	-17,3	-32,9
São Pedro do Sul	36,5	33,3	22,8	7,4	41,1	32,6	21,7	4,6	3,7	-9,7	-12,3	-43,1
Sátão	33,2	30,1	24,8	12,0	38,9	30,9	24,0	6,2	17,6	3,2	-2,8	-48,0
Tondela	37,8	33,0	23,5	5,8	41,5	33,9	21,0	3,6	5,6	-1,4	-14,0	-40,4
Vila Nova de Paiva	35,8	28,0	23,5	12,7	38,7	28,9	26,5	6,0	-4,7	-9,0	-0,5	-58,2
Viseu	30,8	34,8	26,9	7,4	35,6	36,3	23,8	4,3	27,3	15,4	-2,7	-35,7
Vouzela	36,1	33,3	22,6	8,0	39,4	33,3	22,6	4,6	0,9	-7,4	-7,5	-47,2
Pinhal Interior Sul	**43,8**	**28,5**	**21,8**	**5,9**	**46,6**	**29,8**	**19,7**	**3,9**	**-3,1**	**-4,7**	**-17,9**	**-39,0**
Oleiros	48,0	28,4	19,5	4,1	53,0	29,4	15,2	2,4	-3,6	-9,3	-32,0	-48,8
Proença-a-Nova	42,3	26,0	24,5	7,2	45,4	29,4	21,3	4,0	-6,2	-1,2	-24,1	-51,2
Sertã	39,9	30,8	23,1	6,2	42,8	31,7	21,2	4,3	3,2	-1,0	-11,7	-33,3
Vila de Rei	45,3	27,3	20,0	7,3	46,7	27,2	21,1	5,1	0,7	-3,0	2,6	-32,4
Mação	49,2	27,4	18,8	4,6	51,1	27,6	17,5	3,8	-10,9	-13,3	-20,2	-29,8
Serra da Estrela	**37,8**	**33,8**	**22,3**	**6,1**	**43,4**	**34,3**	**18,7**	**3,5**	**4,4**	**-7,6**	**-24,0**	**-47,3**
Fornos de Algodres	40,1	32,9	19,6	7,5	43,9	31,3	20,2	4,5	-0,3	-13,2	-6,1	-44,8
Gouveia	42,7	30,9	21,4	5,0	46,3	32,2	18,2	3,3	-3,6	-7,6	-24,5	-41,0
Seia	34,5	35,6	23,5	6,5	41,7	36,2	18,7	3,5	11,4	-6,6	-26,7	-50,7
Beira Interior Norte	**40,0**	**31,2**	**22,9**	**5,8**	**42,5**	**33,8**	**20,1**	**3,5**	**-1,2**	**0,5**	**-18,6**	**-43,6**
Almeida	44,5	30,8	19,7	5,0	49,1	32,3	15,8	2,9	-3,5	-8,4	-30,0	-50,0
Celorico da Beira	41,3	30,2	21,4	7,1	44,0	32,6	19,7	3,7	-5,0	-3,6	-18,2	-54,0
Figueira de Castelo Rodrigo	45,3	28,4	20,6	5,7	48,1	30,6	16,3	5,0	-6,4	-5,0	-30,3	-22,6
Guarda	32,9	35,1	26,2	5,7	35,6	38,5	22,5	3,5	9,2	10,8	-13,4	-38,1
Manteigas	36,0	31,5	27,9	4,7	42,1	35,5	19,4	3,0	2,3	-1,6	-39,2	-43,9
Meda	44,3	28,4	20,3	7,0	49,5	28,7	18,0	3,8	-4,3	-13,5	-24,0	-53,4
Pinhel	42,3	30,1	22,2	5,4	45,4	31,1	20,7	2,8	-4,0	-7,3	-16,3	-53,3
Sabugal	50,9	26,2	18,1	4,8	51,7	28,7	16,5	3,1	-14,9	-8,1	-23,8	-46,9
Trancoso	41,5	28,7	22,1	7,7	45,4	29,0	20,9	4,6	1,3	-6,3	-12,4	-44,0
Beira Interior Sul	**43,6**	**32,0**	**20,6**	**3,8**	**45,4**	**34,1**	**17,6**	**2,9**	**1,0**	**3,3**	**-17,0**	**-26,2**
Castelo Branco	38,3	35,0	22,8	3,9	41,5	36,3	19,2	3,0	11,0	6,4	-13,5	-21,2
Idanha-a-Nova	57,5	23,9	14,8	3,8	56,7	27,5	12,9	3,0	-19,4	-6,2	-28,5	-36,8
Penamacor	54,6	25,2	16,4	3,8	56,9	26,6	13,8	2,7	-10,2	-9,2	-27,5	-38,0
Vila Velha de Ródão	55,6	25,8	15,9	2,6	58,1	28,4	12,0	1,5	-11,0	-6,3	-35,6	-50,0
Cova da Beira	**35,7**	**34,5**	**24,8**	**5,0**	**40,5**	**36,0**	**20,1**	**3,4**	**9,0**	**0,4**	**-22,0**	**-35,8**
Belmonte	36,0	35,0	23,9	5,1	41,3	35,8	19,8	3,1	8,1	-3,6	-22,2	-42,4
Covilhã	33,6	36,2	25,4	4,9	39,2	37,7	19,8	3,3	13,4	1,2	-24,0	-35,0
Fundão	39,2	31,4	24,1	5,3	42,6	33,1	20,8	3,6	2,8	-0,2	-18,4	-35,6
Oeste	**35,4**	**35,0**	**24,3**	**5,2**	**37,3**	**36,3**	**22,3**	**4,0**	**14,2**	**12,4**	**-0,6**	**-16,8**
Alcobaça	33,1	34,2	26,5	6,2	35,7	36,3	23,5	4,5	12,6	10,7	-7,3	-23,8
Bombarral	39,7	33,0	22,5	4,8	41,2	35,5	19,3	4,0	5,1	8,6	-13,1	-15,7
Caldas da Rainha	35,5	35,7	23,7	5,0	37,8	36,6	21,6	4,0	13,6	9,2	-2,4	-14,8
Nazaré	33,5	35,3	26,0	5,1	37,1	36,6	23,2	3,2	13,8	6,5	-8,4	-35,6
Óbidos	38,8	35,0	21,9	4,3	40,2	35,0	20,8	4,1	11,7	7,9	2,3	0,7
Peniche	34,0	35,2	24,6	6,1	38,2	36,8	20,9	4,2	16,9	9,0	-11,4	-29,3
Alenquer	37,1	35,7	22,8	4,4	37,2	37,3	21,6	3,9	11,7	16,1	5,2	-1,9
Arruda dos Vinhos	38,7	35,4	22,6	3,3	35,2	36,8	23,5	4,5	14,2	30,1	30,1	73,8
Cadaval	40,7	34,3	20,9	4,1	42,5	34,9	19,7	2,9	6,7	3,9	-3,5	-27,2
Lourinhã	35,1	33,8	24,9	6,2	37,2	35,5	23,2	4,1	19,4	17,9	5,2	-26,5
Sobral de Monte Agraço	36,7	36,5	22,2	4,7	36,5	36,9	22,5	4,1	11,8	13,2	13,7	-1,6
Torres Vedras	34,2	35,3	25,2	5,3	36,4	36,3	23,3	4,0	18,9	15,1	3,4	-16,7
Médio Tejo	**36,2**	**33,2**	**24,7**	**5,8**	**39,3**	**34,5**	**22,0**	**4,2**	**7,8**	**3,2**	**-11,3**	**-27,9**
Abrantes	39,1	35,6	21,0	4,3	41,8	36,2	18,9	3,1	0,3	-4,7	-15,7	-32,6
Alcanena	33,9	33,6	26,1	6,4	37,6	35,3	22,7	4,4	8,0	2,2	-15,2	-33,5
Constância	37,0	35,3	22,7	5,0	37,1	39,7	19,2	4,0	7,0	20,2	-9,6	-13,6
Entroncamento	33,7	38,6	24,0	3,7	37,7	38,3	20,9	3,2	25,3	11,3	-2,6	-3,8
Ferreira do Zêzere	42,2	29,6	21,6	6,6	43,7	30,7	21,0	4,5	-2,6	-2,2	-8,4	-35,5
Sardoal	39,4	30,0	23,9	6,7	38,7	34,4	22,3	4,6	-3,4	12,7	-8,0	-32,1
Tomar	37,0	33,0	24,3	5,7	40,1	34,4	21,3	4,2	4,8	0,9	-15,2	-28,7
Torres Novas	35,5	33,5	26,1	4,9	39,8	35,3	21,3	3,6	14,7	7,7	-16,1	-25,5
Vila Nova da Barquinha	38,8	36,0	20,9	4,3	41,7	36,1	19,0	3,1	5,3	-1,9	-10,5	-28,7
Ourém	32,9	28,7	29,3	9,1	35,9	30,0	27,6	6,5	10,9	6,2	-4,4	-28,2

Fonte: INE

Quadro VIII.3.: Estrutura Etária, por concelho, região Norte, 2001-2011

Zona Geográfica	2001				2011				Variação 2001-2011			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	%											
Portugal	**16,0**	**14,3**	**53,4**	**16,4**	**14,9**	**10,9**	**55,2**	**19,0**	**-5,1**	**-22,5**	**5,5**	**18,7**
Continente	**15,8**	**14,2**	**53,5**	**16,5**	**14,8**	**10,7**	**55,2**	**19,3**	**-4,7**	**-22,9**	**5,0**	**19,0**
Centro	**15,0**	**13,7**	**51,8**	**19,4**	**13,7**	**10,3**	**53,6**	**22,4**	**-9,4**	**-25,7**	**2,5**	**14,3**
Baixo Vouga	**16,5**	**14,4**	**53,6**	**15,6**	**14,7**	**10,9**	**55,7**	**18,8**	**-9,9**	**-23,5**	**5,3**	**22,5**
Águeda	15,9	14,7	54,0	15,5	13,9	10,8	55,7	19,6	-14,7	-28,5	0,5	23,2
Albergaria-a-Velha	16,9	14,7	53,2	15,1	15,4	10,6	55,9	18,0	-6,5	-26,0	7,7	22,2
Anadia	14,6	13,7	52,5	19,2	12,8	10,0	53,5	23,7	-18,7	-32,5	-5,8	13,7
Aveiro	16,2	14,4	54,9	14,4	14,6	10,9	57,6	16,9	-3,9	-19,2	12,3	25,4
Estarreja	16,6	14,7	52,1	16,7	14,6	11,4	54,0	20,0	-15,6	-25,8	-0,7	15,0
Ílhavo	17,4	14,3	55,1	13,2	15,4	11,0	56,9	16,6	-7,8	-19,9	7,1	30,3
Mealhada	15,2	13,7	53,1	18,1	13,9	10,0	55,0	21,2	-10,1	-28,4	2,1	15,4
Murtosa	17,5	14,3	48,1	20,1	15,5	11,0	50,9	22,6	-0,9	-13,8	18,5	25,7
Oliveira do Bairro	15,8	13,5	52,0	18,7	15,8	10,1	53,5	20,6	8,2	-18,2	12,1	19,6
Ovar	18,1	14,6	54,9	12,4	15,5	11,3	57,3	15,9	-14,2	-22,1	4,7	28,9
Sever do Vouga	15,6	14,7	50,7	18,9	13,3	10,8	52,7	23,3	-20,5	-31,3	-2,7	15,2
Vagos	17,5	14,9	51,8	15,8	14,9	11,9	53,6	19,6	-11,6	-17,2	7,4	28,8
Baixo Mondego	**13,8**	**13,9**	**53,7**	**18,7**	**12,8**	**9,9**	**55,3**	**22,1**	**-9,4**	**-30,5**	**0,5**	**15,5**
Cantanhede	14,0	14,0	52,0	19,9	12,9	9,6	52,6	24,9	-11,1	-33,8	-2,4	20,4
Coimbra	13,8	14,6	55,0	16,5	12,4	10,5	57,0	20,1	-13,1	-31,0	0,2	17,3
Condeixa-a-Nova	14,7	11,8	54,8	18,8	16,0	8,7	56,2	19,0	21,6	-17,3	14,3	12,6
Figueira da Foz	13,6	13,2	53,7	19,5	13,0	9,4	54,8	22,8	-5,1	-29,2	1,2	16,0
Mira	14,9	13,7	52,5	18,8	12,5	9,9	52,4	25,2	-18,8	-30,3	-3,4	29,7
Montemor-o-Velho	13,9	13,1	52,1	20,9	12,9	10,2	54,6	22,3	-4,4	-20,6	7,7	9,8
Penacova	13,8	14,1	51,8	20,3	12,3	9,5	53,7	24,5	-18,7	-38,9	-5,4	10,2
Soure	12,0	12,7	50,3	25,0	11,7	8,7	51,6	28,0	-10,4	-37,3	-5,7	3,0
Pinhal Litoral	**16,3**	**14,2**	**53,5**	**15,9**	**14,9**	**10,9**	**54,9**	**19,3**	**-4,9**	**-20,5**	**6,5**	**26,5**
Batalha	16,7	14,0	52,5	16,8	15,6	10,8	54,8	18,7	-1,3	-18,9	10,0	17,7
Leiria	17,2	14,6	54,4	13,9	15,2	11,5	55,9	17,4	-6,0	-16,7	8,9	32,6
Marinha Grande	14,8	13,4	56,4	15,4	15,0	9,7	56,8	18,5	10,5	-21,6	9,5	31,0
Pombal	15,6	14,1	50,8	19,5	14,0	10,6	51,5	23,9	-11,9	-25,9	-0,6	19,8
Porto de Mós	16,1	14,4	52,1	17,5	15,0	10,5	53,7	20,8	-6,4	-27,0	3,5	19,5
Pinhal Interior Norte	**14,5**	**12,6**	**49,3**	**23,6**	**12,9**	**9,9**	**51,1**	**26,1**	**-15,7**	**-25,6**	**-1,6**	**5,1**
Arganil	13,8	12,2	47,9	26,1	11,1	9,7	49,3	29,9	-28,4	-29,4	-8,2	2,3
Góis	11,9	11,3	44,7	32,0	11,0	8,3	46,7	34,0	-19,5	-35,8	-8,6	-6,8
Lousã	15,7	13,5	53,7	17,1	15,8	10,2	56,1	17,9	12,1	-15,6	16,7	17,5
Miranda do Corvo	16,1	13,2	52,6	18,2	14,0	10,7	53,8	21,5	-12,9	-18,9	2,6	18,8
Oliveira do Hospital	16,0	13,2	49,7	21,2	13,4	10,5	51,9	24,3	-21,0	-24,9	-1,6	8,3
Pampilhosa da Serra	9,8	10,6	43,0	36,6	7,2	6,7	43,9	42,2	-37,2	-45,6	-12,5	-0,8
Penela	12,5	11,9	48,4	27,2	12,2	9,0	49,4	29,3	-11,2	-31,0	-7,3	-2,3
Tábua	15,6	13,3	47,2	24,0	13,6	10,4	50,6	25,4	-16,6	-24,9	2,9	1,4
Vila Nova de Poiares	17,0	13,7	50,9	18,4	15,1	10,1	54,4	20,4	-8,7	-23,9	10,3	14,2
Alvaiázere	13,0	12,0	45,8	29,2	10,8	9,7	46,7	32,8	-28,4	-30,2	-11,9	-3,0
Ansião	13,8	12,3	51,1	22,8	12,8	9,8	50,5	26,8	-11,1	-23,8	-5,4	12,7
Castanheira de Pêra	13,0	11,6	50,0	25,4	10,6	9,2	48,9	31,3	-30,6	-32,3	-16,4	5,5
Figueiró dos Vinhos	13,5	12,2	48,9	25,5	10,7	9,6	50,2	29,6	-33,8	-33,9	-13,8	-2,6
Pedrógão Grande	11,6	10,4	45,8	32,2	11,1	9,1	46,4	33,5	-14,6	-22,5	-10,0	-7,4
Dão-Lafões	**15,7**	**14,7**	**49,9**	**19,7**	**13,8**	**10,6**	**52,3**	**23,3**	**-15,2**	**-30,1**	**1,5**	**14,9**
Aguiar da Beira	15,2	13,4	46,6	24,7	11,2	10,3	48,6	29,9	-35,6	-32,9	-8,7	6,0
Carregal do Sal	15,9	14,0	49,2	20,8	13,7	10,7	50,1	25,6	-18,6	-28,2	-4,0	16,0
Castro Daire	16,0	14,2	46,7	23,2	13,2	10,7	48,9	27,2	-25,3	-32,1	-5,3	5,8
Mangualde	15,6	14,4	49,0	21,0	13,4	10,6	52,1	23,8	-18,5	-30,2	0,8	7,5
Mortágua	12,0	14,7	52,2	21,1	10,5	9,4	52,2	27,8	-18,8	-40,7	-7,4	21,9
Nelas	14,3	14,7	50,5	20,4	13,7	9,6	52,2	24,5	-5,7	-36,1	1,5	17,9
Oliveira de Frades	17,3	15,0	48,3	19,5	15,0	11,5	52,3	21,1	-15,7	-25,3	5,2	4,8
Penalva do Castelo	15,2	14,5	46,7	23,6	12,3	9,9	48,9	28,9	-28,6	-39,9	-7,7	8,3
Santa Comba Dão	14,3	14,7	49,9	21,0	13,2	9,7	51,6	25,5	-14,3	-38,7	-3,9	12,5
São Pedro do Sul	15,1	13,9	48,0	23,0	12,7	10,7	50,2	26,4	-25,3	-32,2	-7,7	1,2
Sátão	16,8	15,9	46,7	20,5	13,9	10,9	50,6	24,6	-21,9	-35,1	2,5	13,6
Tondela	14,3	13,3	49,7	22,8	11,9	10,3	50,6	27,2	-22,5	-28,0	-5,4	11,1
Vila Nova de Paiva	17,0	14,8	45,8	22,5	13,5	11,9	48,1	26,5	-32,9	-32,0	-11,5	-0,7
Viseu	16,9	15,6	52,4	15,1	15,3	11,0	55,1	18,6	-4,0	-25,3	11,7	30,8
Vouzela	14,8	14,2	48,8	22,1	12,6	10,7	49,8	26,9	-24,5	-33,3	-9,6	7,8
Pinhal Interior Sul	**12,1**	**11,8**	**45,1**	**31,0**	**10,3**	**9,0**	**47,1**	**33,6**	**-22,2**	**-30,8**	**-5,1**	**-1,6**
Oleiros	9,3	11,4	45,5	33,8	6,9	7,4	46,2	39,6	-36,3	-44,8	-13,1	0,3
Proença-a-Nova	12,2	13,2	44,5	30,1	9,7	9,2	47,9	33,2	-31,8	-39,8	-6,8	-4,4
Sertã	14,1	12,5	47,3	26,2	12,5	10,2	49,6	27,7	-15,8	-22,3	-0,3	0,5
Vila de Rei	11,6	10,6	42,1	35,8	10,5	7,7	42,0	39,8	-6,2	-24,9	2,6	14,4
Mação	10,4	9,7	42,2	37,7	9,1	8,0	43,6	39,3	-23,8	-28,4	-10,2	-9,5
Serra da Estrela	**13,6**	**13,2**	**49,2**	**23,9**	**11,0**	**9,8**	**50,4**	**28,8**	**-29,5**	**-34,7**	**-10,3**	**5,7**
Fornos de Algodres	14,3	12,2	47,1	26,4	10,9	10,2	47,0	31,9	-32,8	-25,6	-11,5	7,1
Gouveia	12,8	12,1	47,2	27,9	10,6	9,4	47,7	32,3	-27,8	-32,1	-12,0	0,8
Seia	14,0	14,1	50,8	21,1	11,2	10,0	52,6	26,2	-29,8	-37,6	-9,2	9,1
Beira Interior Norte	**13,5**	**12,9**	**48,3**	**25,4**	**11,5**	**9,6**	**50,3**	**28,6**	**-22,6**	**-32,9**	**-5,6**	**2,1**
Almeida	11,0	11,4	47,8	29,8	8,2	8,1	46,8	36,9	-36,1	-39,2	-15,7	6,5
Celorico da Beira	13,5	13,7	46,3	26,5	12,2	9,5	48,8	29,5	-21,5	-40,1	-8,6	-3,5
Figueira de Castelo Rodrigo	12,3	12,4	45,3	30,1	10,7	9,4	47,2	32,6	-23,8	-33,3	-8,8	-5,1
Guarda	15,5	14,0	51,8	18,6	13,7	10,4	55,1	20,9	-14,3	-28,0	3,1	8,7
Manteigas	14,9	13,3	50,4	21,3	10,0	10,3	50,9	28,8	-44,0	-35,2	-15,4	13,2
Meda	12,4	12,2	45,5	29,9	10,0	8,6	47,0	34,4	-32,5	-41,4	-13,9	-4,1
Pinhel	12,1	13,0	48,7	26,2	10,4	9,2	47,9	32,6	-24,4	-38,4	-13,7	9,5
Sabugal	9,9	10,2	42,3	37,6	8,0	7,7	43,2	41,1	-32,1	-36,0	-13,9	-7,8
Trancoso	13,9	13,4	46,1	26,6	11,2	10,4	48,4	30,1	-27,2	-29,5	-4,7	2,4
Beira Interior Sul	**12,0**	**11,7**	**48,9**	**27,5**	**11,5**	**9,0**	**50,8**	**28,7**	**-7,9**	**-26,1**	**-0,1**	**0,4**
Castelo Branco	13,2	12,7	51,9	22,2	12,7	9,7	53,9	23,8	-3,6	-23,2	4,6	7,9
Idanha-a-Nova	9,0	9,5	40,9	40,7	8,7	6,9	41,5	42,9	-19,2	-39,6	-15,3	-12,1
Penamacor	9,6	8,9	41,0	40,5	7,3	7,8	41,2	43,7	-35,4	-25,6	-14,1	-7,9
Vila Velha de Ródão	7,7	8,7	43,5	40,2	7,5	5,8	43,1	43,6	-16,5	-42,5	-14,8	-6,7
Cova da Beira	**13,9**	**13,3**	**51,5**	**21,4**	**12,1**	**9,8**	**52,9**	**25,2**	**-18,6**	**-30,8**	**-3,5**	**11,0**
Belmonte	14,6	12,2	49,5	23,7	11,8	9,9	51,6	26,8	-26,9	-26,8	-6,0	2,1
Covilhã	13,8	13,6	53,1	19,4	12,3	9,7	54,4	23,6	-15,5	-32,6	-2,8	15,9
Fundão	13,9	12,9	49,0	24,2	11,8	9,9	50,6	27,7	-21,6	-28,5	-4,2	6,3
Oeste	**15,5**	**13,6**	**53,0**	**17,9**	**15,2**	**10,3**	**54,4**	**20,1**	**4,4**	**-18,7**	**9,9**	**20,4**
Alcobaça	16,0	13,7	53,3	17,1	14,6	10,6	54,2	20,6	-6,4	-20,9	4,1	23,8
Bombarral	14,5	12,6	51,3	21,6	13,4	10,4	53,1	23,1	-8,5	-18,5	2,5	6,1
Caldas da Rainha	15,7	13,3	53,0	18,0	14,6	10,6	53,9	20,9	-1,7	-15,6	7,8	22,9
Nazaré	15,1	14,4	53,7	16,7	13,9	10,4	55,5	20,1	-7,6	-27,4	4,0	21,4
Óbidos	14,2	13,0	52,5	20,3	14,6	9,5	53,8	22,1	11,4	-20,9	10,9	17,9
Peniche	15,9	14,8	52,6	16,7	14,8	10,3	54,3	20,5	-4,9	-29,3	4,8	25,2
Alenquer	15,8	13,2	53,7	17,3	16,5	10,2	55,8	17,5	15,3	-14,5	14,6	12,0
Arruda dos Vinhos	14,7	12,6	55,0	17,6	18,4	9,2	55,2	17,2	61,7	-5,4	29,7	26,5
Cadaval	13,4	12,8	50,3	23,5	14,2	8,8	51,4	25,6	7,9	-29,9	4,3	11,3
Lourinhã	16,1	14,5	51,8	17,6	15,4	10,6	54,4	19,6	5,7	-19,2	16,2	23,4
Sobral de Monte Agraço	15,5	13,4	53,0	18,1	16,6	9,8	55,6	17,9	22,1	-16,5	19,3	13,0
Torres Vedras	15,7	13,5	53,5	17,4	15,3	10,5	54,7	19,6	7,3	-14,6	12,5	23,7
Médio Tejo	**14,6**	**13,1**	**51,4**	**20,9**	**13,7**	**10,1**	**52,3**	**23,9**	**-8,5**	**-24,6**	**-0,7**	**11,5**
Abrantes	12,9	12,2	51,2	23,7	12,6	8,9	52,4	26,0	-9,1	-31,7	-4,7	2,4
Alcanena	14,3	14,1	51,3	20,3	13,4	9,7	53,1	23,8	-11,0	-34,2	-1,8	11,3
Constância	14,2	12,6	53,8	19,4	15,3	9,0	54,3	21,4	14,4	-24,0	7,3	17,3
Entroncamento	16,4	12,5	56,8	14,4	16,1	10,2	55,6	18,1	9,5	-9,0	8,9	39,8
Ferreira do Zêzere	13,7	12,6	46,1	27,5	12,7	9,9	48,4	29,0	-15,5	-28,1	-4,0	-3,6
Sardoal	13,8	12,5	46,0	27,7	12,2	9,9	50,6	27,2	-15,3	-23,5	5,6	-5,6
Tomar	14,5	13,0	50,9	21,6	12,9	10,5	51,3	25,3	-15,5	-23,6	-4,7	10,7
Torres Novas	13,8	13,4	52,0	20,9	13,8	9,6	52,8	23,9	-0,5	-28,7	1,0	13,7
Vila Nova da Barquinha	13,6	12,3	53,7	20,4	13,7	9,2	52,2	24,9	-3,1	-27,9	-6,4	17,2
Ourém	16,9	14,1	50,4	18,6	14,5	11,6	51,8	22,1	-14,7	-18,3	2,1	18,1

Fonte: INE

Quadro VIII.4.: Percentagem de População Residente segundo o Nível de Ensino atingido, por concelho, região Centro, 2011

Zona Geográfica	População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido					
	Nenhum nível de ensino	Ensino Pré-Escolar	1º, 2º e 3º Ciclos	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
	%					
Portugal	**8,5**	**2,5**	**56,0**	**16,8**	**0,9**	**15,4**
Continente	**8,5**	**2,5**	**55,7**	**16,8**	**0,9**	**15,6**
Centro	**9,0**	**2,4**	**57,8**	**15,9**	**0,9**	**14,0**
Baixo Vouga	**7,2**	**2,5**	**58,9**	**15,9**	**0,9**	**14,6**
Águeda	7,0	2,3	62,5	15,7	1,0	11,4
Albergaria-a-Velha	7,1	2,7	62,9	15,5	1,0	10,8
Anadia	8,1	2,1	61,2	14,8	1,0	12,9
Aveiro	6,1	2,5	50,6	17,0	0,8	22,9
Estarreja	7,2	2,3	64,1	15,1	0,7	10,6
Ílhavo	7,0	2,5	56,5	16,6	0,9	16,4
Mealhada	7,3	2,7	57,6	16,6	1,1	14,6
Murtosa	7,6	2,7	68,4	11,5	0,4	9,4
Oliveira do Bairro	8,8	2,9	59,3	15,5	0,9	12,6
Ovar	7,0	2,5	59,7	16,5	0,8	13,4
Sever do Vouga	8,0	2,2	63,9	14,6	0,9	10,4
Vagos	8,9	2,7	61,8	14,9	0,8	10,9
Baixo Mondego	**8,1**	**2,3**	**52,3**	**15,8**	**0,8**	**20,7**
Cantanhede	9,1	2,4	60,6	14,3	0,8	12,8
Coimbra	6,2	2,2	45,2	15,6	0,7	30,0
Condeixa-a-Nova	9,8	3,1	50,2	16,9	0,8	19,2
Figueira da Foz	8,3	2,4	55,5	17,4	0,8	15,5
Mira	9,6	2,1	60,1	13,5	1,1	13,5
Montemor-o-Velho	10,3	2,3	57,5	16,1	0,8	13,0
Penacova	9,2	2,3	66,3	13,3	0,5	8,4
Soure	12,8	2,4	56,8	16,9	0,9	10,2
Pinhal Litoral	**9,2**	**2,7**	**55,9**	**17,0**	**1,1**	**14,0**
Batalha	8,7	2,9	58,7	16,2	1,2	12,3
Leiria	8,0	2,8	53,7	17,5	1,1	16,9
Marinha Grande	8,2	2,7	55,4	19,5	1,1	13,2
Pombal	13,2	2,6	58,2	15,0	1,1	10,0
Porto de Mós	8,5	2,6	61,4	16,1	1,1	10,2
Pinhal Interior Norte	**10,1**	**2,3**	**63,2**	**14,6**	**0,8**	**9,0**
Arganil	10,1	1,8	66,3	14,4	0,5	7,0
Góis	11,8	2,1	66,8	12,6	0,6	6,1
Lousã	7,4	3,0	56,7	18,5	0,9	13,5
Miranda do Corvo	8,0	2,3	61,9	16,0	0,7	11,1
Oliveira do Hospital	9,3	2,3	65,0	13,7	0,7	9,0
Pampilhosa da Serra	19,1	1,2	65,3	10,2	0,5	3,6
Penela	10,8	2,1	62,8	13,4	0,8	10,0
Tábua	9,5	2,4	65,8	14,1	0,8	7,3
Vila Nova de Poiares	9,5	2,5	62,0	17,4	0,7	8,0
Alvaiázere	12,7	1,9	64,4	12,3	0,9	7,8
Ansião	10,9	2,4	61,7	14,6	1,1	9,3
Castanheira de Pêra	9,3	1,8	69,0	12,9	0,7	6,3
Figueiró dos Vinhos	10,8	2,0	64,6	12,8	0,9	8,9
Pedrógão Grande	14,0	1,7	62,5	13,3	1,7	6,7
Dão-Lafões	**9,3**	**2,4**	**60,1**	**14,5**	**0,7**	**13,0**
Aguiar da Beira	14,7	1,9	64,6	11,6	0,6	6,7
Carregal do Sal	9,2	2,5	65,7	14,3	0,5	7,8
Castro Daire	13,3	2,1	65,9	11,4	0,4	6,8
Mangualde	8,7	2,2	63,7	14,1	0,6	10,7
Mortágua	9,4	1,8	65,3	12,7	0,7	10,1
Nelas	8,3	2,4	63,4	14,7	0,6	10,6
Oliveira de Frades	8,7	2,7	63,0	15,2	0,9	9,5
Penalva do Castelo	12,7	2,1	66,2	11,4	0,5	7,1
Santa Comba Dão	7,8	2,6	64,7	14,1	0,8	10,0
São Pedro do Sul	11,0	2,1	63,3	13,5	0,7	9,4
Sátão	12,2	2,5	62,0	13,2	0,7	9,3
Tondela	7,9	2,0	65,6	13,9	0,7	9,9
Vila Nova de Paiva	14,2	2,1	61,6	12,5	0,5	9,1
Viseu	8,2	2,7	52,2	16,4	0,8	19,7
Vouzela	8,1	1,9	67,0	13,4	0,7	8,9
Pinhal Interior Sul	**13,2**	**1,7**	**62,9**	**13,4**	**0,9**	**7,9**
Oleiros	16,0	0,9	65,8	9,7	0,7	6,8
Proença-a-Nova	14,3	1,5	59,8	13,3	0,9	10,1
Sertã	12,1	2,2	62,0	15,2	1,1	7,5
Vila de Rei	11,9	2,0	66,3	11,9	1,5	6,4
Mação	12,8	1,5	64,2	13,2	0,5	7,8
Serra da Estrela	**9,7**	**1,9**	**63,9**	**13,4**	**0,8**	**10,4**
Fornos de Algodres	11,5	2,0	65,6	11,6	0,7	8,6
Gouveia	10,0	1,8	64,8	12,4	0,7	10,3
Seia	9,1	2,0	63,1	14,2	0,8	10,8
Beira Interior Norte	**10,6**	**1,8**	**59,8**	**14,1**	**0,8**	**12,9**
Almeida	10,5	1,0	65,0	14,0	0,6	9,0
Celorico da Beira	12,5	2,2	63,4	12,7	0,8	8,5
Figueira de Castelo Rodrigo	12,1	1,4	65,3	11,9	0,6	8,7
Guarda	7,7	2,3	53,3	16,7	1,0	19,1
Manteigas	11,6	1,3	64,0	12,7	0,9	9,4
Meda	13,6	1,7	65,0	10,6	0,7	8,5
Pinhel	11,5	1,6	65,7	11,9	0,6	8,7
Sabugal	14,9	1,2	64,4	11,2	0,7	7,6
Trancoso	12,2	1,9	62,5	13,5	0,6	9,3
Beira Interior Sul	**12,3**	**2,0**	**54,8**	**15,6**	**0,7**	**14,5**
Castelo Branco	9,5	2,3	52,8	17,4	0,9	17,2
Idanha-a-Nova	22,6	1,3	59,2	10,0	0,3	6,7
Penamacor	21,3	1,1	60,8	10,5	0,6	5,7
Vila Velha de Ródão	14,6	1,3	65,5	11,6	0,6	6,4
Cova da Beira	**10,8**	**2,0**	**57,7**	**15,3**	**0,9**	**13,3**
Belmonte	12,3	1,6	60,5	15,3	0,9	9,4
Covilhã	9,7	2,1	56,6	15,8	0,9	14,9
Fundão	12,4	2,0	59,1	14,3	0,9	11,3
Oeste	**9,2**	**2,6**	**58,3**	**17,3**	**1,0**	**11,7**
Alcobaça	9,1	2,4	59,8	16,6	1,0	11,2
Bombarral	8,5	2,4	62,1	16,3	0,9	9,8
Caldas da Rainha	9,0	2,4	54,3	18,6	1,1	14,6
Nazaré	9,3	2,1	59,4	16,8	1,1	11,4
Óbidos	9,9	2,5	60,1	16,0	0,9	10,7
Peniche	9,1	2,4	61,5	16,0	0,9	10,0
Alenquer	9,8	2,8	56,6	19,2	0,9	10,6
Arruda dos Vinhos	9,2	3,7	53,9	17,8	1,0	14,5
Cadaval	10,1	2,5	62,7	16,0	0,9	7,8
Lourinhã	9,7	2,9	60,0	16,4	1,0	10,1
Sobral de Monte Agraço	9,7	2,9	58,1	17,4	0,9	11,0
Torres Vedras	8,6	2,8	57,8	17,3	0,9	12,6
Médio Tejo	**8,2**	**2,5**	**58,0**	**17,1**	**0,9**	**13,3**
Abrantes	7,9	2,3	60,5	16,4	0,8	12,2
Alcanena	7,5	2,6	61,2	16,9	0,7	11,0
Constância	8,2	3,4	57,3	18,3	0,9	11,8
Entroncamento	6,1	3,1	48,4	21,4	1,1	19,9
Ferreira do Zêzere	10,2	2,5	65,2	14,3	0,7	7,0
Sardoal	8,0	2,1	62,9	15,6	0,9	10,6
Tomar	8,1	2,2	57,6	16,9	0,8	14,3
Torres Novas	7,7	2,7	56,2	17,6	0,9	14,9
Vila Nova da Barquinha	7,7	2,5	57,8	18,7	0,9	12,3
Ourém	9,9	2,5	59,0	15,8	1,1	11,6

Fonte: INE

Quadro VIII.5.: População Economicamente Ativa por Setor de Atividade e Taxa de Atividade, por concelho, região Centro, 2011

Zona Geográfica	População Economicamente			Taxa de Atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	HM	H	M
	%			%		
Portugal	**3,1**	**26,5**	**70,5**	**47,6**	**51,6**	**43,9**
Continente	**2,9**	**26,9**	**70,2**	**47,6**	**51,5**	**44,0**
Centro	**3,7**	**30,1**	**66,2**	**45,4**	**49,8**	**41,4**
Baixo Vouga	**2,6**	**37,7**	**59,7**	**48,6**	**53,0**	**44,7**
Águeda	1,4	49,4	49,2	48,9	53,4	44,8
Albergaria-a-Velha	2,1	44,7	53,2	47,9	53,2	43,0
Anadia	3,6	39,9	56,5	46,4	51,0	42,1
Aveiro	1,1	28,5	70,5	51,1	54,5	48,0
Estarreja	2,6	42,2	55,2	46,3	52,0	41,0
Ílhavo	4,3	30,4	65,3	49,2	52,8	46,0
Mealhada	2,0	32,0	66,0	48,0	51,6	44,7
Murtosa	16,2	31,4	52,4	42,9	49,7	36,7
Oliveira do Bairro	2,5	41,5	55,9	48,1	52,4	44,2
Ovar	1,3	40,6	58,1	50,1	54,2	46,4
Sever do Vouga	4,2	46,5	49,2	45,2	51,0	39,7
Vagos	4,9	35,0	60,1	47,0	51,6	42,7
Baixo Mondego	**2,6**	**22,1**	**75,3**	**46,7**	**50,1**	**43,7**
Cantanhede	5,3	29,2	65,5	44,0	48,6	39,8
Coimbra	0,7	15,1	84,3	49,4	51,4	47,6
Condeixa-a-Nova	0,9	20,7	78,3	48,6	52,0	45,7
Figueira da Foz	3,5	31,6	64,9	45,0	49,3	41,1
Mira	8,3	27,6	64,1	43,2	47,1	39,7
Montemor-o-Velho	6,3	25,6	68,2	46,6	50,8	42,7
Penacova	3,2	28,4	68,3	44,0	50,0	38,6
Soure	2,7	24,2	73,1	40,9	45,3	36,9
Pinhal Litoral	**2,0**	**38,1**	**60,0**	**47,8**	**51,8**	**44,1**
Batalha	2,0	40,6	57,4	49,1	53,0	45,5
Leiria	1,8	34,0	64,2	50,0	53,6	46,6
Marinha Grande	0,5	47,2	52,3	47,6	50,5	45,0
Pombal	3,2	38,9	57,9	42,7	48,2	37,7
Porto de Mós	2,6	42,7	54,7	47,5	51,7	43,5
Pinhal Interior Norte	**3,3**	**32,7**	**63,9**	**41,6**	**46,7**	**37,0**
Arganil	4,2	38,8	56,9	39,2	44,7	34,2
Góis	6,3	31,1	62,6	36,4	41,7	31,6
Lousã	2,8	26,6	70,6	47,1	50,0	44,3
Miranda do Corvo	2,8	20,9	76,2	45,7	49,2	42,4
Oliveira do Hospital	2,6	43,0	54,5	43,0	48,0	38,4
Pampilhosa da Serra	2,1	31,8	66,1	30,6	37,5	24,7
Penela	2,3	28,8	68,9	39,5	44,7	34,9
Tábua	5,0	39,1	55,9	41,4	46,9	36,4
Vila Nova de Poiares	2,3	27,0	70,7	46,3	51,0	42,0
Alvaiázere	4,2	33,6	62,2	36,4	43,8	29,8
Ansião	2,3	36,7	60,9	41,2	47,6	35,5
Castanheira de Pêra	3,9	36,6	59,5	36,6	41,1	32,6
Figueiró dos Vinhos	4,2	27,3	68,5	39,1	44,9	34,0
Pedrógão Grande	6,2	23,6	70,3	36,0	41,2	31,4
Dão-Lafões	**4,8**	**29,1**	**66,1**	**42,7**	**48,1**	**37,7**
Aguiar da Beira	12,7	24,6	62,7	35,7	42,1	29,9
Carregal do Sal	4,5	38,8	56,8	39,2	45,0	34,0
Castro Daire	8,7	26,2	65,1	33,5	41,4	26,2
Mangualde	3,2	35,4	61,4	43,0	49,2	37,3
Mortágua	8,0	35,1	57,0	40,1	47,8	33,0
Nelas	2,9	39,5	57,6	40,9	46,8	35,6
Oliveira de Frades	8,4	43,4	48,2	46,8	52,9	41,3
Penalva do Castelo	8,1	37,0	54,8	36,9	44,4	29,9
Santa Comba Dão	3,4	36,3	60,2	41,8	47,3	37,0
São Pedro do Sul	9,9	28,6	61,5	40,1	46,4	34,5
Sátão	5,3	32,6	62,1	39,3	46,9	32,5
Tondela	8,0	34,0	58,0	41,5	47,6	36,0
Vila Nova de Paiva	9,8	22,0	68,3	36,1	43,4	29,5
Viseu	1,8	20,9	77,4	47,0	50,8	43,6
Vouzela	8,2	39,2	52,6	41,6	46,5	37,1
Pinhal Interior Sul	**6,1**	**31,1**	**62,8**	**36,6**	**43,2**	**30,5**
Oleiros	8,8	31,9	59,3	32,3	39,9	25,4
Proença-a-Nova	6,4	31,2	62,4	36,7	44,3	29,8
Sertã	6,6	31,2	62,2	39,8	46,1	34,1
Vila de Rei	4,1	28,3	67,6	34,1	39,8	29,3
Mação	3,2	31,5	65,3	33,9	40,1	28,3
Serra da Estrela	**4,5**	**28,3**	**67,2**	**39,4**	**44,3**	**35,0**
Fornos de Algodres	5,6	25,5	68,8	38,0	44,9	31,8
Gouveia	7,7	22,7	69,6	37,3	41,8	33,4
Seia	2,6	31,7	65,7	40,9	45,5	36,7
Beira Interior Norte	**7,0**	**22,6**	**70,4**	**41,0**	**45,8**	**36,6**
Almeida	8,9	17,8	73,3	35,6	41,4	30,5
Celorico da Beira	7,8	27,7	64,5	40,8	46,9	35,3
Figueira de Castelo Rodrigo	21,1	17,7	61,3	37,3	45,4	29,9
Guarda	2,5	20,1	77,4	47,4	49,9	45,0
Manteigas	4,7	26,4	68,9	37,8	44,1	32,1
Meda	16,7	23,6	59,6	35,4	42,0	29,4
Pinhel	11,5	25,9	62,5	38,1	44,5	32,2
Sabugal	8,9	29,0	62,1	32,7	38,4	27,6
Trancoso	10,2	25,3	64,5	37,5	43,7	31,9
Beira Interior Sul	**4,4**	**24,5**	**71,1**	**41,6**	**45,3**	**38,3**
Castelo Branco	2,5	24,8	72,7	45,4	48,6	42,5
Idanha-a-Nova	16,4	17,6	66,0	30,2	35,4	25,4
Penamacor	11,8	27,5	60,7	30,3	35,5	25,3
Vila Velha de Ródão	5,0	31,0	64,1	31,3	36,7	26,5
Cova da Beira	**3,9**	**29,0**	**67,1**	**43,6**	**47,4**	**40,1**
Belmonte	5,5	33,9	60,6	43,7	48,1	39,5
Covilhã	2,3	29,4	68,3	44,5	47,9	41,4
Fundão	6,5	27,2	66,3	41,9	46,3	37,9
Oeste	**6,2**	**27,1**	**66,7**	**47,4**	**51,8**	**43,2**
Alcobaça	4,7	37,6	57,6	46,2	50,2	42,5
Bombarral	15,6	21,2	63,2	45,1	50,7	40,0
Caldas da Rainha	3,8	23,0	73,2	47,3	50,6	44,2
Nazaré	6,7	24,3	69,1	45,2	48,7	42,0
Óbidos	9,9	21,1	69,0	45,0	50,0	40,3
Peniche	9,7	25,5	64,9	46,3	50,4	42,4
Alenquer	3,2	27,7	69,1	49,9	54,7	45,3
Arruda dos Vinhos	2,5	22,7	74,8	50,0	53,5	46,7
Cadaval	9,6	24,0	66,5	43,1	49,1	37,5
Lourinhã	12,0	24,9	63,2	46,2	51,4	41,4
Sobral de Monte Agraço	3,0	27,0	70,1	49,4	53,8	45,2
Torres Vedras	6,2	26,7	67,1	48,8	53,6	44,3
Médio Tejo	**2,3**	**28,3**	**69,4**	**44,0**	**48,5**	**39,8**
Abrantes	3,5	29,1	67,4	42,5	47,1	38,2
Alcanena	1,4	40,7	57,9	46,5	51,4	42,0
Constância	2,4	30,2	67,4	45,6	50,0	41,5
Entroncamento	0,5	16,5	83,0	48,4	51,7	45,5
Ferreira do Zêzere	10,4	29,7	59,9	38,5	44,8	32,8
Sardoal	2,6	26,9	70,6	40,9	46,7	35,4
Tomar	2,8	23,3	73,9	41,4	45,9	37,3
Torres Novas	1,7	26,9	71,4	45,2	49,1	41,7
Vila Nova da Barquinha	1,2	17,0	81,8	41,3	45,3	37,6
Ourém	1,4	35,5	63,1	45,4	50,6	40,7

Fonte: INE

Quadro VIII.6.: Celebração de Casamento Católico, por concelho, região Centro, 2001-2011

Zona Geográfica	Celebração de Casamentos						
	2001			2011			2001-2011
	Total	Catolico		Total	Catolico		Católico
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Portugal	**58.390**	**36.509**	**62,5**	**35.711**	**14.121**	**39,5**	**-61,3**
Continente	**55.111**	**35.433**	**64,3**	**33.805**	**13.545**	**40,1**	**-61,8**
Centro	**12.794**	**8.302**	**64,9**	**7.700**	**3.455**	**44,9**	**-58,4**
Baixo Vouga	**2.112**	**1.371**	**64,9**	**1.302**	**547**	**42,0**	**-60,1**
Águeda	227	165	72,7	147	72	49,0	-56,4
Albergaria-a-Velha	119	90	75,6	81	39	48,1	-56,7
Anadia	167	97	58,1	91	35	38,5	-63,9
Aveiro	479	291	60,8	316	139	44,0	-52,2
Estarreja	145	103	71,0	71	35	49,3	-66,0
Ílhavo	188	117	62,2	98	38	38,8	-67,5
Mealhada	107	65	60,7	62	18	29,0	-72,3
Murtosa	84	45	53,6	34	12	35,3	-73,3
Oliveira do Bairro	107	56	52,3	100	33	33,0	-41,1
Ovar	310	206	66,5	179	76	42,5	-63,1
Sever do Vouga	77	64	83,1	35	13	37,1	-79,7
Vagos	102	72	70,6	88	37	42,0	-48,6
Baixo Mondego	**1.740**	**1.186**	**68,2**	**1.064**	**475**	**44,6**	**-59,9**
Cantanhede	170	123	72,4	122	59	48,4	-52,0
Coimbra	865	578	66,8	438	199	45,4	-65,6
Condeixa-a-Nova	67	54	80,6	65	31	47,7	-42,6
Figueira da Foz	295	180	61,0	198	73	36,9	-59,4
Mira	70	38	54,3	58	29	50,0	-23,7
Montemor-o-Velho	121	95	78,5	89	38	42,7	-60,0
Penacova	72	55	76,4	53	20	37,7	-63,6
Soure	80	63	78,8	41	26	63,4	-58,7
Pinhal Litoral	**1.373**	**858**	**62,5**	**806**	**378**	**46,9**	**-55,9**
Batalha	82	59	72,0	70	39	55,7	-33,9
Leiria	667	428	64,2	410	193	47,1	-54,9
Marinha Grande	219	127	58,0	116	33	28,4	-74,0
Pombal	284	157	55,3	163	85	52,1	-45,9
Porto de Mós	121	87	71,9	47	28	59,6	-67,8
Pinhal Interior Norte	**670**	**440**	**65,7**	**318**	**139**	**43,7**	**-68,4**
Arganil	43	29	67,4	20	15	75,0	-48,3
Góis	56	44	78,6	37	19	51,4	-56,8
Lousã	63	39	61,9	28	8	28,6	-79,5
Miranda do Corvo	19	11	57,9	5	1	20,0	-90,9
Oliveira do Hospital	34	19	55,9	21	7	33,3	-63,2
Pampilhosa da Serra	17	10	58,8	7	3	42,9	-70,0
Penela	79	55	69,6	50	24	48,0	-56,4
Tábua	70	46	65,7	40	18	45,0	-60,9
Vila Nova de Poiares	118	82	69,5	31	11	35,5	-86,6
Alvaiázere	19	10	52,6	9	2	22,2	-80,0
Ansião	13	5	38,5	11	5	45,5	0,0
Castanheira de Pêra	43	27	62,8	9	4	44,4	-85,2
Figueiró dos Vinhos	59	36	61,0	31	15	48,4	-58,3
Pedrógão Grande	37	27	73,0	19	7	36,8	-74,1
Dão-Lafões	**1.846**	**1.296**	**70,2**	**1.101**	**543**	**49,3**	**-58,1**
Aguiar da Beira	41	34	82,9	23	13	56,5	-61,8
Carregal do Sal	74	35	47,3	29	14	48,3	-60,0
Castro Daire	124	98	79,0	49	21	42,9	-78,6
Mangualde	137	96	70,1	99	51	51,5	-46,9
Mortágua	38	30	78,9	29	10	34,5	-66,7
Nelas	105	65	61,9	53	31	58,5	-52,3
Oliveira de Frades	52	41	78,8	37	24	64,9	-41,5
Penalva do Castelo	64	51	79,7	47	20	42,6	-60,8
Santa Comba Dão	73	44	60,3	59	21	35,6	-52,3
São Pedro do Sul	116	86	74,1	38	17	44,7	-80,2
Sátão	82	63	76,8	61	32	52,5	-49,2
Tondela	148	108	73,0	78	41	52,6	-62,0
Vila Nova de Paiva	42	33	78,6	19	11	57,9	-66,7
Viseu	681	465	68,3	445	219	49,2	-52,9
Vouzela	69	47	68,1	35	18	51,4	-61,7
Pinhal Interior Sul	**177**	**134**	**75,7**	**100**	**54**	**54,0**	**-59,7**
Oleiros	37	31	83,8	10	6	60,0	-80,6
Proença-a-Nova	30	23	76,7	8	5	62,5	-78,3
Sertã	24	18	75,0	18	11	61,1	-38,9
Vila de Rei	66	52	78,8	49	27	55,1	-48,1
Mação	20	10	50,0	15	5	33,3	-50,0
Serra da Estrela	241	172	71,4	153	79	51,6	-54,1
Fornos de Algodres	32	23	71,9	18	13	72,2	-43,5
Gouveia	72	47	65,3	43	21	48,8	-55,3
Seia	137	102	74,5	92	45	48,9	-55,9
Beira Interior Norte	**604**	**455**	**75,3**	**325**	**200**	**61,5**	**-56,0**
Almeida	35	24	68,6	10	5	50,0	-79,2
Celorico da Beira	55	40	72,7	29	18	62,1	-55,0
Figueira de Castelo Rodrigo	34	30	88,2	17	10	58,8	-66,7
Guarda	255	187	73,3	161	107	66,5	-42,8
Manteigas	18	14	77,8	9	4	44,4	-71,4
Meda	29	21	72,4	23	12	52,2	-42,9
Pinhel	63	52	82,5	16	11	68,8	-78,8
Sabugal	48	39	81,3	26	17	65,4	-56,4
Trancoso	67	48	71,6	34	16	47,1	-66,7
Beira Interior Sul	**381**	**258**	**67,7**	**217**	**100**	**46,1**	**-61,2**
Castelo Branco	290	190	65,5	189	83	43,9	-56,3
Idanha-a-Nova	52	39	75,0	24	14	58,3	-64,1
Penamacor	23	15	65,2	1	1	100,0	-93,3
Vila Velha de Ródão	16	14	87,5	3	2	66,7	-85,7
Cova da Beira	515	340	66,0	269	138	51,3	-59,4
Belmonte	41	32	78,0	21	14	66,7	-56,3
Covilhã	332	216	65,1	142	67	47,2	-69,0
Fundão	142	92	64,8	106	57	53,8	-38,0
Oeste	**1.968**	**1.082**	**55,0**	**1.309**	**414**	**31,6**	**-61,7**
Alcobaça	298	200	67,1	117	45	38,5	-77,5
Bombarral	253	123	48,6	214	44	20,6	-64,2
Caldas da Rainha	74	40	54,1	62	13	21,0	-67,5
Nazaré	75	52	69,3	41	10	24,4	-80,8
Óbidos	77	40	51,9	39	9	23,1	-77,5
Peniche	243	130	53,5	159	53	33,3	-59,2
Alenquer	124	55	44,4	98	30	30,6	-45,5
Arruda dos Vinhos	99	50	50,5	93	29	31,2	-42,0
Cadaval	65	39	60,0	44	12	27,3	-69,2
Lourinhã	173	87	50,3	111	34	30,6	-60,9
Sobral de Monte Agraço	56	18	32,1	58	13	22,4	-27,8
Torres Vedras	431	248	57,5	273	122	44,7	-50,8
Médio Tejo	**1.167**	**710**	**60,8**	**736**	**388**	**52,7**	**-45,4**
Abrantes	230	129	56,1	91	40	44,0	-69,0
Alcanena	75	50	66,7	43	27	62,8	-46,0
Constância	22	12	54,5	27	13	48,1	8,3
Entroncamento	96	60	62,5	68	30	44,1	-50,0
Ferreira do Zêzere	50	34	68,0	27	10	37,0	-70,6
Sardoal	249	166	66,7	192	127	66,1	-23,5
Tomar	22	12	54,5	13	8	61,5	-33,3
Torres Novas	211	119	56,4	158	72	45,6	-39,5
Vila Nova da Barquinha	185	113	61,1	91	56	61,5	-50,4
Ourém	27	15	55,6	26	5	19,2	-66,7

Fonte: INE

Quadro VIII.7.: População Católica, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Centro, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Católica								Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**6.352.070**	**6.527.595**	**7.353.548**	**7.281.887**	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**2,8**	**12,7**	**-1,0**
Continente	**5.996.890**	**6.177.896**	**6.994.739**	**6.893.708**	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**3,0**	**13,2**	**-1,4**
Centro	**1.620.183**	**1.523.780**	**1.780.636**	**1.715.105**	**86,7**	**83,2**	**89,2**	**85,4**	**-6,0**	**16,9**	**-3,7**
Baixo Vouga	**231.958**	**233.003**	**286.661**	**284.756**	**87,2**	**83,8**	**89,0**	**85,4**	**0,5**	**23,0**	**-0,7**
Águeda	28.967	29.730	36.889	35.592	84,6	85,1	89,4	86,6	2,6	24,1	-3,5
Albergaria-a-Velha	14.631	14.477	18.652	18.751	86,7	83,1	91,1	87,8	-1,1	28,8	0,5
Anadia	21.608	19.808	24.341	21.974	90,4	84,7	90,3	86,5	-8,3	22,9	-9,7
Aveiro	41.209	43.761	52.139	53.114	85,8	82,6	84,9	79,3	6,2	19,1	1,9
Estarreja	19.228	18.136	21.312	20.562	91,5	85,8	90,6	89,2	-5,7	17,5	-3,5
Ílhavo	20.996	22.090	27.172	27.290	86,0	84,7	88,4	83,6	5,2	23,0	0,4
Mealhada	11.925	11.932	15.179	14.590	77,2	80,5	86,2	82,9	0,1	27,2	-3,9
Murtosa	7.434	6.854	7.382	8.342	95,9	90,8	94,6	93,2	-7,8	7,7	13,0
Oliveira do Bairro	11.693	12.384	15.858	16.516	82,4	81,6	89,0	85,1	5,9	28,1	4,1
Ovar	31.340	32.197	40.559	40.777	89,7	83,1	89,7	87,1	2,7	26,0	0,5
Sever do Vouga	9.411	9.496	10.226	9.557	87,1	86,8	91,9	89,2	0,9	7,7	-6,5
Vagos	13.516	12.138	16.952	17.691	94,0	81,2	93,3	91,0	-10,2	39,7	4,4
Baixo Mondego	**219.555**	**214.086**	**252.213**	**238.548**	**81,7**	**79,3**	**85,9**	**82,3**	**-2,5**	**17,8**	**-5,4**
Cantanhede	27.519	24.736	29.874	28.444	88,1	81,9	91,6	89,2	-10,1	20,8	-4,8
Coimbra	91.717	89.720	105.212	98.081	81,4	78,5	82,2	78,1	-2,2	17,3	-6,8
Condeixa-a-Nova	10.102	8.509	11.732	11.991	90,9	77,9	89,6	83,6	-15,8	37,9	2,2
Figueira da Foz	36.402	37.682	45.641	43.357	76,2	74,6	84,4	80,2	3,5	21,1	-5,0
Mira	9.114	9.059	10.068	9.648	85,7	85,2	91,9	88,5	-0,6	11,1	-4,2
Montemor-o-Velho	17.530	17.687	19.691	19.831	78,0	81,9	89,7	87,0	0,9	11,3	0,7
Penacova	12.854	11.668	13.383	12.161	92,8	86,0	92,8	90,9	-9,2	14,7	-9,1
Soure	14.317	15.025	16.612	15.035	76,1	82,4	90,2	88,5	4,9	10,6	-9,5
Pinhal Litoral	**150.053**	**148.780**	**187.599**	**187.103**	**87,2**	**83,6**	**89,3**	**84,3**	**-0,8**	**26,1**	**-0,3**
Batalha	9.748	8.224	11.343	11.736	95,5	77,1	90,8	88,0	-15,6	37,9	3,5
Leiria	66.831	69.309	88.287	89.830	87,7	85,7	88,9	83,5	3,7	27,4	1,7
Marinha Grande	16.916	19.650	24.968	24.928	68,1	74,6	82,4	75,8	16,2	27,1	-0,2
Pombal	40.732	35.679	43.621	42.144	93,9	86,1	91,8	88,7	-12,4	22,3	-3,4
Porto de Mós	15.826	15.918	19.380	18.465	90,4	85,3	95,2	89,3	0,6	21,7	-4,7
Pinhal Interior Norte	**112.764**	**99.375**	**108.323**	**100.955**	**89,6**	**86,6**	**91,4**	**88,1**	**-11,9**	**9,0**	**-6,8**
Arganil	11.680	9.800	10.951	9.521	89,9	85,4	93,3	88,2	-16,1	11,7	-13,1
Góis	5.043	3.951	4.042	3.264	92,8	87,2	94,4	86,1	-21,7	2,3	-19,2
Lousã	9.194	9.306	11.491	12.078	87,2	84,6	86,6	81,5	1,2	23,5	5,1
Miranda do Corvo	9.344	8.699	9.846	9.938	92,9	91,5	89,8	88,2	-6,9	13,2	0,9
Oliveira do Hospital	17.059	16.331	17.280	16.248	89,2	89,3	93,0	89,9	-4,3	5,8	-6,0
Pampilhosa da Serra	6.019	4.148	4.178	3.947	95,6	84,3	88,7	94,9	-31,1	0,7	-5,5
Penela	6.277	5.372	5.206	4.684	92,5	91,8	90,2	89,2	-14,4	-3,1	-10,0
Tábua	9.323	9.379	9.901	9.065	84,9	88,7	93,1	86,9	0,6	5,6	-8,4
Vila Nova de Poiares	4.365	3.897	5.130	5.096	81,4	78,4	87,5	82,4	-10,7	31,6	-0,7
Alvaiázere	8.054	7.073	6.723	5.943	90,3	91,0	91,6	91,4	-12,2	-4,9	-11,6
Ansião	11.441	10.138	11.248	10.493	90,1	87,4	95,1	91,7	-11,4	10,9	-6,7
Castanheira de Pêra	3.726	2.687	2.895	2.586	87,2	72,9	89,2	90,6	-27,9	7,7	-10,7
Figueiró dos Vinhos	6.482	5.238	5.871	5.014	88,6	78,7	92,3	91,0	-19,2	12,1	-14,6
Pedrógão Grande	4.757	3.356	3.561	3.078	93,0	84,1	91,5	88,4	-29,5	6,1	-13,6
Dão-Lafões	**214.412**	**190.465**	**221.830**	**215.346**	**91,9**	**85,5**	**91,9**	**90,1**	**-11,2**	**16,5**	**-2,9**
Aguiar da Beira	5.510	4.569	5.125	4.670	95,5	86,2	96,7	96,1	-17,1	12,2	-8,9
Carregal do Sal	8.357	7.501	8.087	7.630	92,6	86,4	92,4	89,9	-10,2	7,8	-5,7
Castro Daire	15.325	12.670	13.786	12.689	94,9	88,4	96,6	95,3	-17,3	8,8	-8,0
Mangualde	16.070	14.441	16.303	15.601	93,4	83,5	92,0	90,7	-10,1	12,9	-4,3
Mortágua	7.126	6.323	7.829	7.273	78,2	73,8	85,7	84,6	-11,3	23,8	-7,1
Nelas	10.733	9.985	11.022	10.932	89,4	86,4	90,0	90,3	-7,0	10,4	-0,8
Oliveira de Frades	7.216	7.312	8.241	8.008	86,7	88,8	94,1	91,9	1,3	12,7	-2,8
Penalva do Castelo	7.597	5.921	7.445	6.588	93,9	82,5	97,4	94,4	-22,1	25,7	-11,5
Santa Comba Dão	10.490	7.458	9.670	9.103	93,5	76,8	90,5	90,5	-28,9	29,7	-5,9
São Pedro do Sul	15.713	14.469	14.712	13.378	92,5	90,5	90,8	91,0	-7,9	1,7	-9,1
Sátão	9.594	9.260	10.227	10.067	91,1	89,8	93,5	93,9	-3,5	10,4	-1,6
Tondela	27.060	22.622	24.724	23.309	93,8	87,1	92,6	91,4	-16,4	9,3	-5,7
Vila Nova de Paiva	4.705	4.385	4.821	4.184	94,5	93,4	94,6	93,5	-6,8	9,9	-13,2
Viseu	58.775	54.667	70.401	73.402	91,3	84,1	90,6	87,3	-7,0	28,8	4,3
Vouzela	10.141	8.882	9.437	8.512	94,1	88,7	93,0	92,2	-12,4	6,2	-9,8
Pinhal Interior Sul	**44.549**	**38.017**	**37.271**	**33.527**	**86,3**	**88,6**	**94,6**	**91,9**	**-14,7**	**-2,0**	**-10,0**
Oleiros	7.841	5.780	5.797	5.076	90,6	87,7	95,7	95,3	-26,3	0,3	-12,4
Proença-a-Nova	5.944	8.464	7.781	6.882	58,7	91,6	92,3	91,6	42,4	-8,1	-11,6
Sertã	17.100	13.013	13.632	12.705	95,4	86,3	94,9	91,4	-23,9	4,8	-6,8
Vila de Rei	4.009	2.907	2.854	2.831	97,4	91,9	96,2	91,7	-27,5	-1,8	-0,8
Mação	9.655	7.853	7.207	6.033	89,6	88,9	95,2	90,4	-18,7	-8,2	-16,3
Serra da Estrela	**42.489**	**37.156**	**40.913**	**36.078**	**91,3**	**84,8**	**94,9**	**92,6**	**-12,6**	**10,1**	**-11,8**
Fornos de Algodres	5.286	4.316	4.712	4.294	96,4	83,9	97,7	96,6	-18,4	9,2	-8,9
Gouveia	14.460	11.647	13.415	11.693	91,2	81,0	95,4	93,1	-19,5	15,2	-12,8
Seia	22.743	21.193	22.786	20.091	90,3	87,3	94,1	91,6	-6,8	7,5	-11,8
Beira Interior Norte	**101.502**	**85.599**	**93.288**	**84.333**	**93,7**	**87,6**	**93,5**	**91,3**	**-15,7**	**9,0**	**-9,6**
Almeida	8.179	7.761	6.985	6.097	92,7	91,8	93,2	91,7	-5,1	-10,0	-12,7
Celorico da Beira	7.810	6.405	7.273	6.242	93,1	89,2	94,7	92,4	-18,0	13,6	-14,2
Figueira de Castelo Rodrigo	7.306	5.736	6.070	5.271	94,0	84,5	96,7	94,3	-21,5	5,8	-13,2
Guarda	30.776	27.339	33.705	32.584	92,3	87,0	91,1	88,8	-11,2	23,3	-3,3
Manteigas	3.336	3.086	3.336	2.903	90,2	91,8	95,8	94,0	-7,5	8,1	-13,0
Meda	7.142	5.350	5.292	4.381	97,5	87,5	96,8	93,6	-25,1	-1,1	-17,2
Pinhel	11.063	9.231	9.170	8.117	93,7	87,6	95,2	94,1	-16,6	-0,7	-11,5
Sabugal	15.756	12.670	12.655	10.449	95,7	87,1	94,5	90,5	-19,6	-0,1	-17,4
Trancoso	10.134	8.021	8.802	8.289	95,0	86,5	93,9	94,5	-20,9	9,7	-5,8
Beira Interior Sul	**65.597**	**57.422**	**62.656**	**57.778**	**89,1**	**83,4**	**91,1**	**87,0**	**-12,5**	**9,1**	**-7,8**
Castelo Branco	40.601	36.771	43.560	42.204	87,8	81,0	90,1	86,1	-9,4	18,5	-3,1
Idanha-a-Nova	13.115	10.439	9.885	7.929	92,1	87,1	93,1	89,4	-20,4	-5,3	-19,8
Penamacor	7.679	6.389	5.728	4.745	92,8	90,2	95,2	90,1	-16,8	-10,3	-17,2
Vila Velha de Ródão	4.202	3.823	3.483	2.900	86,4	86,7	92,1	89,0	-9,0	-8,9	-16,7
Cova da Beira	**72.519**	**65.639**	**73.632**	**67.581**	**87,9**	**86,1**	**91,4**	**87,5**	**-9,5**	**12,2**	**-8,2**
Belmonte	5.036	5.595	5.866	5.195	85,7	90,9	90,4	85,9	11,1	4,8	-11,4
Covilhã	43.240	37.478	42.819	39.680	87,1	85,3	91,2	87,3	-13,3	14,3	-7,3
Fundão	24.243	22.566	24.947	22.706	89,9	86,2	92,1	88,1	-6,9	10,6	-9,0
Oeste	**205.931**	**203.168**	**244.883**	**245.849**	**81,6**	**79,4**	**85,6**	**79,9**	**-1,3**	**20,5**	**0,4**
Alcobaça	34.525	35.322	41.339	40.509	81,3	80,4	88,8	83,7	2,3	17,0	-2,0
Bombarral	9.122	7.766	9.848	9.109	80,6	74,4	86,5	79,7	-14,9	26,8	-7,5
Caldas da Rainha	27.195	27.690	33.821	33.649	81,2	78,7	82,1	76,1	1,8	22,1	-0,5
Nazaré	10.407	10.150	11.247	10.587	84,6	83,1	88,0	81,1	-2,5	10,8	-5,9
Óbidos	7.333	7.570	8.087	8.042	85,2	82,9	86,7	80,0	3,2	6,8	-0,6
Peniche	16.286	15.854	19.575	19.147	80,5	77,5	85,2	81,0	-2,7	23,5	-2,2
Alenquer	21.606	21.791	27.507	27.916	75,7	77,7	83,4	77,3	0,9	26,2	1,5
Arruda dos Vinhos	5.405	6.105	7.280	8.417	73,2	78,6	82,5	77,0	13,0	19,2	15,6
Cadaval	10.455	8.465	10.034	10.237	87,4	75,4	83,1	83,9	-19,0	18,5	2,0
Lourinhã	14.569	13.565	17.429	17.992	85,2	79,6	89,3	82,7	-6,9	28,5	3,2
Sobral de Monte Agraço	3.583	4.330	5.871	6.414	55,6	72,9	77,8	75,8	20,8	35,6	9,2
Torres Vedras	45.445	44.560	52.845	53.830	86,6	81,7	86,7	80,0	-1,9	18,6	1,9
Médio Tejo	**158.854**	**151.070**	**171.367**	**163.251**	**84,6**	**83,2**	**88,8**	**85,7**	**-4,9**	**13,4**	**-4,7**
Abrantes	33.849	31.965	32.155	29.653	83,9	83,5	87,4	86,3	-5,6	0,6	-7,8
Alcanena	9.477	9.674	10.731	10.132	80,9	83,1	85,8	84,4	2,1	10,9	-5,6
Constância	2.712	2.764	2.993	3.021	84,3	82,0	91,4	87,9	1,9	8,3	0,9
Entroncamento	7.843	8.829	12.484	13.338	79,1	75,5	82,1	78,7	12,6	41,4	6,8
Ferreira do Zêzere	8.510	7.661	7.628	6.860	90,9	93,2	93,9	91,2	-10,0	-0,4	-10,1
Sardoal	3.755	3.251	3.247	3.083	88,8	88,3	91,8	89,2	-13,4	-0,1	-5,1
Tomar	32.600	29.292	32.163	29.614	86,5	82,5	87,4	83,6	-10,1	9,8	-7,9
Torres Novas	24.552	24.913	28.234	26.601	79,4	80,6	88,7	84,0	1,5	13,3	-5,8
Vila Nova da Barquinha	5.482	5.172	5.518	5.340	82,1	82,5	83,9	84,5	-5,7	6,7	-3,2
Ourém	30.074	27.549	36.214	35.609	89,4	85,8	94,3	90,7	-8,4	31,5	-1,7

Fonte: INE

Quadro VIII.8.: População de Outras Religiões, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Centro, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Outras Religiões								Variação População Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**118 448**	**143 596**	**216 158**	**347.756**	**1,5**	**1,8**	**2,5**	**3,9**	**21,2**	**50,5**	**60,9**
Continente	**115 362**	**140 489**	**211 123**	**339.231**	**1,5**	**1,9**	**2,5**	**4,0**	**21,8**	**50,3**	**60,7**
Centro	**17 624**	**23 166**	**35 905**	**57.762**	**0,9**	**1,3**	**1,8**	**2,9**	**31,4**	**55,0**	**60,9**
Baixo Vouga	3 412	4 655	7 510	11.681	1,3	1,7	2,3	3,5	36,4	61,3	55,5
Águeda	346	581	887	1.479	1,0	1,7	2,2	3,6	67,9	52,7	66,7
Albergaria-a-Velha	183	248	421	753	1,1	1,4	2,1	3,5	35,5	69,8	78,9
Anadia	343	449	750	925	1,4	1,9	2,8	3,6	30,9	67,0	23,3
Aveiro	1 063	1 272	1 942	3.205	2,2	2,4	3,2	4,8	19,7	52,7	65,0
Estarreja	200	254	457	640	1,0	1,2	1,9	2,8	27,0	79,9	40,0
Ílhavo	410	474	728	1.253	1,7	1,8	2,4	3,8	15,6	53,6	72,1
Mealhada	254	362	496	702	1,6	2,4	2,8	4,0	42,5	37,0	41,5
Murtosa	16	19	48	71	0,2	0,3	0,6	0,8	18,8	152,6	47,9
Oliveira do Bairro	234	348	601	867	1,6	2,3	3,4	4,5	48,7	72,7	44,3
Ovar	260	445	795	1.241	0,7	1,1	1,8	2,7	71,2	78,7	56,1
Sever do Vouga	51	83	103	171	0,5	0,8	0,9	1,6	62,7	24,1	66,0
Vagos	52	120	282	374	0,4	0,8	1,6	1,9	130,8	135,0	32,6
Baixo Mondego	**3 559**	**4 640**	**6 482**	**8.730**	**1,3**	**1,7**	**2,2**	**3,0**	**30,4**	**39,7**	**34,7**
Cantanhede	166	223	420	605	0,5	0,7	1,3	1,9	34,3	88,3	44,0
Coimbra	2 152	2 440	3 258	4.217	1,9	2,1	2,5	3,4	13,4	33,5	29,4
Condeixa-a-Nova	60	72	194	339	0,5	0,7	1,5	2,4	20,0	169,4	74,7
Figueira da Foz	683	1 210	1 589	2.176	1,4	2,4	2,9	4,0	77,2	31,3	36,9
Mira	93	86	154	176	0,9	0,8	1,4	1,6	-7,5	79,1	14,3
Montemor-o-Velho	235	238	430	618	1,0	1,1	2,0	2,7	1,3	80,7	43,7
Penacova	55	106	129	162	0,4	0,8	0,9	1,2	92,7	21,7	25,6
Soure	115	265	308	437	0,6	1,5	1,7	2,6	130,4	16,2	41,9
Pinhal Litoral	**1 304**	**1 937**	**3 503**	**6.938**	**0,8**	**1,1**	**1,7**	**3,1**	**48,5**	**80,8**	**98,1**
Batalha	42	52	123	418	0,4	0,5	1,0	3,1	23,8	136,5	239,8
Leiria	612	982	1 859	3.535	0,8	1,2	1,9	3,3	60,5	89,3	90,2
Marinha Grande	425	444	701	1.395	1,7	1,7	2,3	4,2	4,5	57,9	99,0
Pombal	138	319	630	1.110	0,3	0,8	1,3	2,3	131,2	97,5	76,2
Porto de Mós	87	140	190	480	0,5	0,8	0,9	2,3	60,9	35,7	152,6
Pinhal Interior Norte	**871**	**1 122**	**1 710**	**2.716**	**0,7**	**1,0**	**1,4**	**2,4**	**28,8**	**52,4**	**58,8**
Arganil	102	92	134	262	0,8	0,8	1,1	2,4	-9,8	45,7	95,5
Góis	73	78	114	149	1,3	1,7	2,7	3,9	6,8	46,2	30,7
Lousã	118	175	310	590	1,1	1,6	2,3	4,0	48,3	77,1	90,3
Miranda do Corvo	55	92	163	211	0,5	1,0	1,5	1,9	67,3	77,2	29,4
Oliveira do Hospital	116	196	275	357	0,6	1,1	1,5	2,0	69,0	40,3	29,8
Pampilhosa da Serra	15	35	52	52	0,2	0,7	1,1	1,3	133,3	48,6	0,0
Penela	51	47	80	131	0,8	0,8	1,4	2,5	-7,8	70,2	63,8
Tábua	66	89	133	214	0,6	0,8	1,3	2,1	34,8	49,4	60,9
Vila Nova de Poiares	99	105	169	239	1,8	2,1	2,9	3,9	6,1	61,0	41,4
Alvaiázere	25	31	31	110	0,3	0,4	0,4	1,7	24,0	0,0	254,8
Ansião	49	46	64	157	0,4	0,4	0,5	1,4	-6,1	39,1	145,3
Castanheira de Pêra	49	48	82	80	1,1	1,3	2,5	2,8	-2,0	70,8	-2,4
Figueiró dos Vinhos	28	58	56	97	0,4	0,9	0,9	1,8	107,1	-3,4	73,2
Pedrógão Grande	25	30	47	67	0,5	0,8	1,2	1,9	20,0	56,7	42,6
Dão-Lafões	**1 475**	**1 864**	**3 167**	**4.632**	**0,6**	**0,8**	**1,3**	**1,9**	**26,4**	**69,9**	**46,3**
Aguiar da Beira	14	21	38	55	0,2	0,4	0,7	1,1	50,0	81,0	44,7
Carregal do Sal	70	117	124	167	0,8	1,3	1,4	2,0	67,1	6,0	34,7
Castro Daire	35	46	74	77	0,2	0,3	0,5	0,6	31,4	60,9	4,1
Mangualde	168	195	274	474	1,0	1,1	1,5	2,8	16,1	40,5	73,0
Mortágua	97	67	123	202	1,1	0,8	1,3	2,4	-30,9	83,6	64,2
Nelas	90	139	148	246	0,7	1,2	1,2	2,0	54,4	6,5	66,2
Oliveira de Frades	39	49	80	143	0,5	0,6	0,9	1,6	25,6	63,3	78,8
Penalva do Castelo	19	20	22	53	0,2	0,3	0,3	0,8	5,3	10,0	140,9
Santa Comba Dão	41	77	154	203	0,4	0,8	1,4	2,0	87,8	100,0	31,8
São Pedro do Sul	72	65	165	163	0,4	0,4	1,0	1,1	-9,7	153,8	-1,2
Sátão	29	63	88	121	0,3	0,6	0,8	1,1	117,2	39,7	37,5
Tondela	159	181	306	359	0,6	0,7	1,1	1,4	13,8	69,1	17,3
Vila Nova de Paiva	12	19	58	36	0,2	0,4	1,1	0,8	58,3	205,3	-37,9
Viseu	588	757	1 458	2.258	0,9	1,2	1,9	2,7	28,7	92,6	54,9
Vouzela	42	48	55	75	0,4	0,5	0,5	0,8	14,3	14,6	36,4
Pinhal Interior Sul	**170**	**212**	**312**	**411**	**0,3**	**0,5**	**0,8**	**1,1**	**24,7**	**47,2**	**31,7**
Oleiros	23	38	70	44	0,3	0,6	1,2	0,8	65,2	84,2	-37,1
Proença-a-Nova	8	37	22	68	0,1	0,4	0,3	0,9	362,5	-40,5	209,1
Sertã	66	67	138	172	0,4	0,4	1,0	1,2	1,5	106,0	24,6
Vila de Rei	6	13	14	37	0,1	0,4	0,5	1,2	116,7	7,7	164,3
Mação	67	57	68	90	0,6	0,6	0,9	1,3	-14,9	19,3	32,4
Serra da Estrela	**165**	**226**	**271**	**333**	**0,4**	**0,5**	**0,6**	**0,9**	**37,0**	**19,9**	**22,9**
Fornos de Algodres	12	21	16	26	0,2	0,4	0,3	0,6	75,0	-23,8	62,5
Gouveia	50	55	82	91	0,3	0,4	0,6	0,7	10,0	49,1	11,0
Seia	103	150	173	216	0,4	0,6	0,7	1,0	45,6	15,3	24,9
Beira Interior Norte	**472**	**470**	**781**	**1.065**	**0,4**	**0,5**	**0,8**	**1,2**	**-0,4**	**66,2**	**36,4**
Almeida	18	42	45	41	0,2	0,5	0,6	0,6	133,3	7,1	-8,9
Celorico da Beira	18	21	46	63	0,2	0,3	0,6	0,9	16,7	119,0	37,0
Figueira de Castelo Rodrigo	92	32	44	72	1,2	0,5	0,7	1,3	-65,2	37,5	63,6
Guarda	213	213	413	588	0,6	0,7	1,1	1,6	0,0	93,9	42,4
Manteigas	26	16	29	26	0,7	0,5	0,8	0,8	-38,5	81,3	-10,3
Meda	23	33	36	30	0,3	0,5	0,7	0,6	43,5	9,1	-16,7
Pinhel	17	37	39	75	0,1	0,4	0,4	0,9	117,6	5,4	92,3
Sabugal	33	47	80	98	0,2	0,3	0,6	0,8	42,4	70,2	22,5
Trancoso	32	29	49	72	0,3	0,3	0,5	0,8	-9,4	69,0	46,9
Beira Interior Sul	**416**	**534**	**701**	**1.245**	**0,6**	**0,8**	**1,0**	**1,9**	**28,4**	**31,3**	**77,6**
Castelo Branco	253	389	526	1.015	0,5	0,9	1,1	2,1	53,8	35,2	93,0
Idanha-a-Nova	90	95	83	130	0,6	0,8	0,8	1,5	5,6	-12,6	56,6
Penamacor	44	30	48	57	0,5	0,4	0,8	1,1	-31,8	60,0	18,8
Vila Velha de Ródão	29	20	44	43	0,6	0,5	1,2	1,3	-31,0	120,0	-2,3
Cova da Beira	**664**	**811**	**1 236**	**1.547**	**0,8**	**1,1**	**1,5**	**2,0**	**22,1**	**52,4**	**25,2**
Belmonte	117	102	178	174	2,0	1,7	2,7	2,9	-12,8	74,5	-2,2
Covilhã	366	468	720	885	0,7	1,1	1,5	1,9	27,9	53,8	22,9
Fundão	181	241	338	488	0,7	0,9	1,2	1,9	33,1	40,2	44,4
Oeste	**3 380**	**4 512**	**7 175**	**13.421**	**1,3**	**1,8**	**2,5**	**4,4**	**33,5**	**59,0**	**87,1**
Alcobaça	375	544	837	1.492	0,9	1,2	1,8	3,1	45,1	53,9	78,3
Bombarral	179	129	405	430	1,6	1,2	3,6	3,8	-27,9	214,0	6,2
Caldas da Rainha	452	661	1 226	2.155	1,3	1,9	3,0	4,9	46,2	85,5	75,8
Nazaré	134	193	215	413	1,1	1,6	1,7	3,2	44,0	11,4	92,1
Óbidos	75	133	168	314	0,9	1,5	1,8	3,1	77,3	26,3	86,9
Peniche	309	858	696	1.105	1,5	4,2	3,0	4,7	177,7	-18,9	58,8
Alenquer	552	615	1 058	2.249	1,9	2,2	3,2	6,2	11,4	72,0	112,6
Arruda dos Vinhos	152	131	238	624	2,1	1,7	2,7	5,7	-13,8	81,7	162,2
Cadaval	237	189	260	363	2,0	1,7	2,2	3,0	-20,3	37,6	39,6
Lourinhã	197	199	435	874	1,2	1,2	2,2	4,0	1,0	118,6	100,9
Sobral de Monte Agraço	102	123	262	510	1,6	2,1	3,5	6,0	20,6	113,0	94,7
Torres Vedras	616	737	1 375	2.892	1,2	1,4	2,3	4,3	19,6	86,6	110,3
Médio Tejo	**1 736**	**2 183**	**3 057**	**5.043**	**0,9**	**1,2**	**1,6**	**2,6**	**25,7**	**40,0**	**65,0**
Abrantes	509	572	589	956	1,3	1,5	1,6	2,8	12,4	3,0	62,3
Alcanena	116	159	245	399	1,0	1,4	2,0	3,3	37,1	54,1	62,9
Constância	21	19	22	32	0,7	0,6	0,7	0,9	-9,5	15,8	45,5
Entroncamento	176	247	411	725	1,8	2,1	2,7	4,3	40,3	66,4	76,4
Ferreira do Zêzere	72	58	79	164	0,8	0,7	1,0	2,2	-19,4	36,2	107,6
Sardoal	22	18	17	36	0,5	0,5	0,5	1,0	-18,2	-5,6	111,8
Tomar	470	568	739	1.035	1,2	1,6	2,0	2,9	20,9	30,1	40,1
Torres Novas	180	332	433	622	0,6	1,1	1,4	2,0	84,4	30,4	43,6
Vila Nova da Barquinha	71	71	143	175	1,1	1,1	2,2	2,8	0,0	101,4	22,4
Ourém	99	139	379	899	0,3	0,4	1,0	2,3	40,4	172,7	137,2

Fonte: INE

Quadro VIII.9.: População Sem Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Centro, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião								Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**253.680**	**218.862**	**342.987**	**615.332**	**3,2**	**2,8**	**3,9**	**6,8**	**-13,7**	**56,7**	**79,4**
Continente	**252.190**	**217.256**	**339.694**	**604.851**	**3,4**	**2,9**	**4,1**	**7,1**	**-13,9**	**56,4**	**78,1**
Centro	**23.124**	**22.340**	**42.199**	**90.479**	**1,2**	**1,2**	**2,1**	**4,5**	**-3,4**	**88,9**	**114,4**
Baixo Vouga	**2.548**	**2.866**	**6.238**	**14.560**	**1,0**	**1,0**	**1,9**	**4,4**	**12,5**	**117,7**	**133,4**
Águeda	294	263	526	1.363	0,9	0,8	1,3	3,3	-10,5	100,0	159,1
Albergaria-a-Velha	62	101	285	623	0,4	0,6	1,4	2,9	62,9	182,2	118,6
Anadia	168	206	411	889	0,7	0,9	1,5	3,5	22,6	99,5	116,3
Aveiro	862	1.073	2.265	4.885	1,8	2,0	3,7	7,3	24,5	111,1	115,7
Estarreja	145	124	259	614	0,7	0,6	1,1	2,7	-14,5	108,9	137,1
Ílhavo	243	268	672	1.646	1,0	1,0	2,2	5,0	10,3	150,7	144,9
Mealhada	222	266	454	958	1,4	1,8	2,6	5,4	19,8	70,7	111,0
Murtosa	10	23	43	142	0,1	0,3	0,6	1,6	130,0	87,0	230,2
Oliveira do Bairro	229	152	321	814	1,6	1,0	1,8	4,2	-33,6	111,2	153,6
Ovar	264	328	751	1.853	0,8	0,8	1,7	4,0	24,2	129,0	146,7
Sever do Vouga	23	22	88	242	0,2	0,2	0,8	2,3	-4,3	300,0	175,0
Vagos	26	40	163	531	0,2	0,3	0,9	2,7	53,8	307,5	225,8
Baixo Mondego	**5.059**	**5.089**	**9.752**	**17.330**	**1,9**	**1,9**	**3,3**	**6,0**	**0,6**	**91,6**	**77,7**
Cantanhede	130	147	396	996	0,4	0,5	1,2	3,1	13,1	169,4	151,5
Coimbra	3.623	3.464	6.355	10.203	3,2	3,0	5,0	8,1	-4,4	83,5	60,6
Condeixa-a-Nova	101	94	306	675	0,9	0,9	2,3	4,7	-6,9	225,5	120,6
Figueira da Foz	811	1.029	1.852	3.365	1,7	2,0	3,4	6,2	26,9	80,0	81,7
Mira	75	52	141	366	0,7	0,5	1,3	3,4	-30,7	171,2	159,6
Montemor-o-Velho	140	119	278	801	0,6	0,6	1,3	3,5	-15,0	133,6	188,1
Penacova	40	49	141	315	0,3	0,4	1,0	2,4	22,5	187,8	123,4
Soure	139	135	283	609	0,7	0,7	1,5	3,6	-2,9	109,6	115,2
Pinhal Litoral	**2.708**	**2.365**	**4.615**	**10.407**	**1,6**	**1,3**	**2,2**	**4,7**	**-12,7**	**95,1**	**125,5**
Batalha	24	20	124	366	0,2	0,2	1,0	2,7	-16,7	520,0	195,2
Leiria	917	939	2.200	5.240	1,2	1,2	2,2	4,9	2,4	134,3	138,2
Marinha Grande	1.484	1.078	1.696	2.894	6,0	4,1	5,6	8,8	-27,4	57,3	70,6
Pombal	161	201	382	1.315	0,4	0,5	0,8	2,8	24,8	90,0	244,2
Porto de Mós	122	127	213	592	0,7	0,7	1,0	2,9	4,1	67,7	177,9
Pinhal Interior Norte	**506**	**633**	**1.427**	**4.050**	**0,4**	**0,6**	**1,2**	**3,5**	**25,1**	**125,4**	**183,8**
Arganil	57	77	164	423	0,4	0,7	1,4	3,9	35,1	113,0	157,9
Góis	34	18	38	122	0,6	0,4	0,9	3,2	-47,1	111,1	221,1
Lousã	84	126	321	884	0,8	1,1	2,4	6,0	50,0	154,8	175,4
Miranda do Corvo	41	68	169	405	0,4	0,7	1,5	3,6	65,9	148,5	139,6
Oliveira do Hospital	79	78	223	579	0,4	0,4	1,2	3,2	-1,3	185,9	159,6
Pampilhosa da Serra	18	4	13	58	0,3	0,1	0,3	1,4	-77,8	225,0	346,2
Penela	26	42	65	162	0,4	0,7	1,1	3,1	61,5	54,8	149,2
Tábua	46	49	157	447	0,4	0,5	1,5	4,3	6,5	220,4	184,7
Vila Nova de Poiares	25	60	136	333	0,5	1,2	2,3	5,4	140,0	126,7	144,9
Alvaiázere	12	15	29	135	0,1	0,2	0,4	2,1	25,0	93,3	365,5
Ansião	29	24	30	210	0,2	0,2	0,3	1,8	-17,2	25,0	600,0
Castanheira de Pêra	27	25	25	69	0,6	0,7	0,8	2,4	-7,4	0,0	176,0
Figueiró dos Vinhos	19	36	34	117	0,3	0,5	0,5	2,1	89,5	-5,6	244,1
Pedrógão Grande	9	11	23	106	0,2	0,3	0,6	3,0	22,2	109,1	360,9
Dão-Lafões	**898**	**1.130**	**2.476**	**6.213**	**0,4**	**0,5**	**1,0**	**2,6**	**25,8**	**119,1**	**150,9**
Aguiar da Beira	3	3	8	45	0,1	0,1	0,2	0,9	0,0	166,7	462,5
Carregal do Sal	33	51	82	234	0,4	0,6	0,9	2,8	54,5	60,8	185,4
Castro Daire	18	37	46	126	0,1	0,3	0,3	0,9	105,6	24,3	173,9
Mangualde	53	46	121	333	0,3	0,3	0,7	1,9	-13,2	163,0	175,2
Mortágua	93	112	204	372	1,0	1,3	2,2	4,3	20,4	82,1	82,4
Nelas	75	78	86	303	0,6	0,7	0,7	2,5	4,0	10,3	252,3
Oliveira de Frades	6	19	44	174	0,1	0,2	0,5	2,0	216,7	131,6	295,5
Penalva do Castelo	6	6	20	86	0,1	0,1	0,3	1,2	0,0	233,3	330,0
Santa Comba Dão	49	49	116	262	0,4	0,5	1,1	2,6	0,0	136,7	125,9
São Pedro do Sul	45	78	126	323	0,3	0,5	0,8	2,2	73,3	61,5	156,3
Sátão	11	19	41	112	0,1	0,2	0,4	1,0	72,7	115,8	173,2
Tondela	109	116	258	606	0,4	0,4	1,0	2,4	6,4	122,4	134,9
Vila Nova de Paiva	1	13	16	58	0,0	0,3	0,3	1,3	1.200,0	23,1	262,5
Viseu	369	455	1.193	3.009	0,6	0,7	1,5	3,6	23,3	162,2	152,2
Vouzela	27	48	115	170	0,3	0,5	1,1	1,8	77,8	139,6	47,8
Pinhal Interior Sul	**164**	**124**	**270**	**662**	**0,3**	**0,3**	**0,7**	**1,8**	**-24,4**	**117,7**	**145,2**
Oleiros	14	12	25	45	0,2	0,2	0,4	0,8	-14,3	108,3	80,0
Proença-a-Nova	51	13	45	107	0,5	0,1	0,5	1,4	-74,5	246,2	137,8
Sertã	40	25	106	276	0,2	0,2	0,7	2,0	-37,5	324,0	160,4
Vila de Rei	3	8	16	76	0,1	0,3	0,5	2,5	166,7	100,0	375,0
Mação	56	66	78	158	0,5	0,7	1,0	2,4	17,9	18,2	102,6
Serra da Estrela	**180**	**137**	**307**	**844**	**0,4**	**0,3**	**0,7**	**2,2**	**-23,9**	**124,1**	**174,9**
Fornos de Algodres	7	9	15	33	0,1	0,2	0,3	0,7	28,6	66,7	120,0
Gouveia	102	49	96	258	0,6	0,3	0,7	2,1	-52,0	95,9	168,8
Seia	71	79	196	553	0,3	0,3	0,8	2,5	11,3	148,1	182,1
Beira Interior Norte	**287**	**284**	**761**	**1.689**	**0,3**	**0,3**	**0,8**	**1,8**	**-1,0**	**168,0**	**121,9**
Almeida	19	25	59	118	0,2	0,3	0,8	1,8	31,6	136,0	100,0
Celorico da Beira	7	24	37	111	0,1	0,3	0,5	1,6	242,9	54,2	200,0
Figueira de Castelo Rodrigo	16	10	23	79	0,2	0,1	0,4	1,4	-37,5	130,0	243,5
Guarda	177	154	449	984	0,5	0,5	1,2	2,7	-13,0	191,6	119,2
Manteigas	9	12	26	48	0,2	0,4	0,7	1,6	33,3	116,7	84,6
Meda	13	10	15	53	0,2	0,2	0,3	1,1	-23,1	50,0	253,3
Pinhel	16	11	34	66	0,1	0,1	0,4	0,8	-31,3	209,1	94,1
Sabugal	22	22	65	142	0,1	0,2	0,5	1,2	0,0	195,5	118,5
Trancoso	8	16	53	88	0,1	0,2	0,6	1,0	100,0	231,3	66,0
Beira Interior Sul	**603**	**539**	**1.119**	**2.283**	**0,8**	**0,8**	**1,6**	**3,4**	**-10,6**	**107,6**	**104,0**
Castelo Branco	463	419	963	1.913	1,0	0,9	2,0	3,9	-9,5	129,8	98,7
Idanha-a-Nova	54	59	77	156	0,4	0,5	0,7	1,8	9,3	30,5	102,6
Penamacor	55	41	45	132	0,7	0,6	0,7	2,5	-25,5	9,8	193,3
Vila Velha de Ródão	31	20	34	82	0,6	0,5	0,9	2,5	-35,5	70,0	141,2
Cova da Beira	**651**	**572**	**1.138**	**2.625**	**0,8**	**0,7**	**1,4**	**3,4**	**-12,1**	**99,0**	**130,7**
Belmonte	51	46	53	186	0,9	0,7	0,8	3,1	-9,8	15,2	250,9
Covilhã	447	409	749	1.684	0,9	0,9	1,6	3,7	-8,5	83,1	124,8
Fundão	153	117	336	755	0,6	0,4	1,2	2,9	-23,5	187,2	124,7
Oeste	**6.568**	**5.870**	**9.779**	**21.137**	**2,6**	**2,3**	**3,4**	**6,9**	**-10,6**	**66,6**	**116,1**
Alcobaça	705	624	926	2.453	1,7	1,4	2,0	5,1	-11,5	48,4	164,9
Bombarral	287	195	348	743	2,5	1,9	3,1	6,5	-32,1	78,5	113,5
Caldas da Rainha	837	967	1.778	3.925	2,5	2,7	4,3	8,9	15,5	83,9	120,8
Nazaré	286	256	465	789	2,3	2,1	3,6	6,0	-10,5	81,6	69,7
Óbidos	99	142	221	749	1,1	1,6	2,4	7,5	43,4	55,6	238,9
Peniche	403	431	750	1.427	2,0	2,1	3,3	6,0	6,9	74,0	90,3
Alenquer	1.495	936	1.570	2.829	5,2	3,3	4,8	7,8	-37,4	67,7	80,2
Arruda dos Vinhos	362	319	452	977	4,9	4,1	5,1	8,9	-11,9	41,7	116,2
Cadaval	168	178	331	748	1,4	1,6	2,7	6,1	6,0	86,0	126,0
Lourinhã	129	158	360	1.161	0,8	0,9	1,8	5,3	22,5	127,8	222,5
Sobral de Monte Agraço	465	365	619	728	7,2	6,1	8,2	8,6	-21,5	69,6	17,6
Torres Vedras	1.332	1.299	1.959	4.608	2,5	2,4	3,2	6,8	-2,5	50,8	135,2
Médio Tejo	**2.952**	**2.731**	**4.317**	**8.679**	**1,6**	**1,5**	**2,2**	**4,6**	**-7,5**	**58,1**	**101,0**
Abrantes	743	562	906	1.558	1,8	1,5	2,5	4,5	-24,4	61,2	72,0
Alcanena	567	459	379	681	4,8	3,9	3,0	5,7	-19,0	-17,4	79,7
Constância	70	82	46	160	2,2	2,4	1,4	4,7	17,1	-43,9	247,8
Entroncamento	243	271	668	1.169	2,4	2,3	4,4	6,9	11,5	146,5	75,0
Ferreira do Zêzere	41	40	70	250	0,4	0,5	0,9	3,3	-2,4	75,0	257,1
Sardoal	23	22	13	126	0,5	0,6	0,4	3,6	-4,3	-40,9	869,2
Tomar	541	565	952	1.795	1,4	1,6	2,6	5,1	4,4	68,5	88,6
Torres Novas	486	540	900	1.789	1,6	1,7	2,8	5,7	11,1	66,7	98,8
Vila Nova da Barquinha	131	99	150	322	2,0	1,6	2,3	5,1	-24,4	51,5	114,7
Ourém	107	91	233	829	0,3	0,3	0,6	2,1	-15,0	156,0	255,8

Fonte: INE

Quadro VIII.10.: População que Não Respondeu/Não Sabe à pergunta da Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região Centro, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População que Não Respondeu				População que Não Respondeu				Variação População que Não Respondeu		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**1.114.614**	**1.477.762**	**786.822**	**744.874**	**14,2**	**17,6**	**9,0**	**8,3**	**32,6**	**-46,8**	**-5,3**
Continente	**1.097.495**	**1.445.010**	**765.853**	**725.711**	**14,7**	**18,1**	**9,2**	**8,5**	**31,7**	**-47,0**	**-5,2**
Centro	**208.219**	**261.512**	**137.269**	**145.151**	**11,1**	**14,3**	**6,9**	**7,2**	**25,6**	**-47,5**	**5,7**
Baixo Vouga	**28.138**	**37.586**	**21.669**	**22.497**	**10,6**	**13,5**	**6,7**	**6,7**	**33,6**	**-42,3**	**3,8**
Águeda	4.637	4.372	2.950	2.653	13,5	12,5	7,2	6,5	-5,7	-32,5	-10,1
Albergaria-a-Velha	2.009	2.600	1.118	1.232	11,9	14,9	5,5	5,8	29,4	-57,0	10,2
Anadia	1.791	2.925	1.444	1.623	7,5	12,5	5,4	6,4	63,3	-50,6	12,4
Aveiro	4.915	6.847	5.090	5.815	10,2	12,9	8,3	8,7	39,3	-25,7	14,2
Estarreja	1.448	2.625	1.485	1.238	6,9	12,4	6,3	5,4	81,3	-43,4	-16,6
Ílhavo	2.758	3.254	2.177	2.454	11,3	12,5	7,1	7,5	18,0	-33,1	12,7
Mealhada	3.053	2.263	1.474	1.347	19,8	15,3	8,4	7,7	-25,9	-34,9	-8,6
Murtosa	295	654	331	391	3,8	8,7	4,2	4,4	121,7	-49,4	18,1
Oliveira do Bairro	2.036	2.298	1.032	1.204	14,3	15,1	5,8	6,2	12,9	-55,1	16,7
Ovar	3.086	5.764	3.093	2.944	8,8	14,9	6,8	6,3	86,8	-46,3	-4,8
Sever do Vouga	1.324	1.341	707	746	12,2	12,3	6,4	7,0	1,3	-47,3	5,5
Vagos	786	2.643	768	850	5,5	17,7	4,2	4,4	236,3	-70,9	10,7
Baixo Mondego	**40.447**	**46.120**	**25.002**	**25.281**	**15,1**	**17,1**	**8,5**	**8,7**	**14,0**	**-45,8**	**1,1**
Cantanhede	3.412	5.109	1.908	1.827	10,9	16,9	5,9	5,7	49,7	-62,7	-4,2
Coimbra	15.227	18.604	13.097	13.058	13,5	16,3	10,2	10,4	22,2	-29,6	-0,3
Condeixa-a-Nova	852	2.253	856	1.335	7,7	20,6	6,5	9,3	164,4	-62,0	56,0
Figueira da Foz	9.886	10.613	5.025	5.162	20,7	21,0	9,3	9,5	7,4	-52,7	2,7
Mira	1.347	1.440	587	715	12,7	13,5	5,4	6,6	6,9	-59,2	21,8
Montemor-o-Velho	4.564	3.553	1.543	1.539	20,3	16,5	7,0	6,8	-22,2	-56,6	-0,3
Penacova	907	1.748	768	739	6,5	12,9	5,3	5,5	92,7	-56,1	-3,8
Soure	4.252	2.800	1.218	906	22,6	15,4	6,6	5,3	-34,1	-56,5	-25,6
Pinhal Litoral	**18.019**	**24.915**	**14.277**	**17.519**	**10,5**	**14,0**	**6,8**	**7,9**	**38,3**	**-42,7**	**22,7**
Batalha	388	2.370	909	815	3,8	22,2	7,3	6,1	510,8	-61,6	-10,3
Leiria	7.803	9.635	6.943	8.975	10,2	11,9	7,0	8,3	23,5	-27,9	29,3
Marinha Grande	6.032	5.178	2.953	3.662	24,3	19,7	9,7	11,1	-14,2	-43,0	24,0
Pombal	2.326	5.260	2.893	2.920	5,4	12,7	6,1	6,1	126,1	-45,0	0,9
Porto de Mós	1.470	2.472	579	1.147	8,4	13,2	2,8	5,5	68,2	-76,6	98,1
Pinhal Interior Norte	**11.769**	**13.687**	**7.022**	**6.850**	**9,3**	**11,9**	**5,9**	**6,0**	**16,3**	**-48,7**	**-2,4**
Arganil	1.154	1.505	488	589	8,9	13,1	4,2	5,5	30,4	-67,6	20,7
Góis	287	485	87	258	5,3	10,7	2,0	6,8	69,0	-82,1	196,6
Lousã	1.146	1.397	1.151	1.272	10,9	12,7	8,7	8,6	21,9	-17,6	10,5
Miranda do Corvo	617	644	791	715	6,1	6,8	7,2	6,3	4,4	22,8	-9,6
Oliveira do Hospital	1.880	1.683	805	884	9,8	9,2	4,3	4,9	-10,5	-52,2	9,8
Pampilhosa da Serra	242	732	466	103	3,8	14,9	9,9	2,5	202,5	-36,3	-77,9
Penela	430	393	420	275	6,3	6,7	7,3	5,2	-8,6	6,9	-34,5
Tábua	1.544	1.056	448	708	14,1	10,0	4,2	6,8	-31,6	-57,6	58,0
Vila Nova de Poiares	876	911	425	517	16,3	18,3	7,3	8,4	4,0	-53,3	21,6
Alvaiázere	830	656	556	312	9,3	8,4	7,6	4,8	-21,0	-15,2	-43,9
Ansião	1.179	1.386	483	585	9,3	12,0	4,1	5,1	17,6	-65,2	21,1
Castanheira de Pêra	470	927	244	118	11,0	25,1	7,5	4,1	97,2	-73,7	-51,6
Figueiró dos Vinhos	788	1.320	399	284	10,8	19,8	6,3	5,2	67,5	-69,8	-28,8
Pedrógão Grande	326	592	259	230	6,4	14,8	6,7	6,6	81,6	-56,3	-11,2
Dão-Lafões	**16.640**	**29.407**	**13.838**	**12.888**	**7,1**	**13,2**	**5,7**	**5,4**	**76,7**	**-52,9**	**-6,9**
Aguiar da Beira	245	705	127	92	4,2	13,3	2,4	1,9	187,8	-82,0	-27,6
Carregal do Sal	569	1.009	463	457	6,3	11,6	5,3	5,4	77,3	-54,1	-1,3
Castro Daire	767	1.577	367	416	4,8	11,0	2,6	3,1	105,6	-76,7	13,4
Mangualde	912	2.609	1.014	799	5,3	15,1	5,7	4,6	186,1	-61,1	-21,2
Mortágua	1.796	2.063	977	748	19,7	24,1	10,7	8,7	14,9	-52,6	-23,4
Nelas	1.106	1.360	985	630	9,2	11,8	8,0	5,2	23,0	-27,6	-36,0
Oliveira de Frades	1.063	850	389	393	12,8	10,3	4,4	4,5	-20,0	-54,2	1,0
Penalva do Castelo	472	1.226	160	250	5,8	17,1	2,1	3,6	159,7	-86,9	56,3
Santa Comba Dão	639	2.128	744	496	5,7	21,9	7,0	4,9	233,0	-65,0	-33,3
São Pedro do Sul	1.162	1.375	1.208	842	6,8	8,6	7,5	5,7	18,3	-12,1	-30,3
Sátão	897	965	577	417	8,5	9,4	5,3	3,9	7,6	-40,2	-27,7
Tondela	1.530	3.060	1.419	1.229	5,3	11,8	5,3	4,8	100,0	-53,6	-13,4
Vila Nova de Paiva	262	278	203	198	5,3	5,9	4,0	4,4	6,1	-27,0	-2,5
Viseu	4.651	9.161	4.661	5.446	7,2	14,1	6,0	6,5	97,0	-49,1	16,8
Vouzela	569	1.041	544	475	5,3	10,4	5,4	5,1	83,0	-47,7	-12,7
Pinhal Interior Sul	**6.709**	**4.553**	**1.541**	**1.898**	**13,0**	**10,6**	**3,9**	**5,2**	**-32,1**	**-66,2**	**23,2**
Oleiros	777	764	167	162	9,0	11,6	2,8	3,0	-1,7	-78,1	-3,0
Proença-a-Nova	4.120	728	585	454	40,7	7,9	6,9	6,0	-82,3	-19,6	-22,4
Sertã	716	1.971	492	747	4,0	13,1	3,4	5,4	175,3	-75,0	51,8
Vila de Rei	96	234	82	144	2,3	7,4	2,8	4,7	143,8	-65,0	75,6
Mação	1.000	856	215	391	9,3	9,7	2,8	5,9	-14,4	-74,9	81,9
Serra da Estrela	**3.689**	**6.293**	**1.605**	**1.690**	**7,9**	**14,4**	**3,7**	**4,3**	**70,6**	**-74,5**	**5,3**
Fornos de Algodres	178	799	79	94	3,2	15,5	1,6	2,1	348,9	-90,1	19,0
Gouveia	1.249	2.635	467	515	7,9	18,3	3,3	4,1	111,0	-82,3	10,3
Seia	2.262	2.859	1.059	1.081	9,0	11,8	4,4	4,9	26,4	-63,0	2,1
Beira Interior Norte	**6.096**	**11.330**	**4.979**	**5.321**	**5,6**	**11,6**	**5,0**	**5,8**	**85,9**	**-56,1**	**6,9**
Almeida	606	630	408	394	6,9	7,4	5,4	5,9	4,0	-35,2	-3,4
Celorico da Beira	551	730	324	339	6,6	10,2	4,2	5,0	32,5	-55,6	4,6
Figueira de Castelo Rodrigo	411	1.010	139	166	5,3	14,9	2,2	3,0	145,7	-86,2	19,4
Guarda	2.182	3.730	2.446	2.552	6,5	11,9	6,6	7,0	70,9	-34,4	4,3
Manteigas	327	248	91	110	8,8	7,4	2,6	3,6	-24,2	-63,3	20,9
Meda	150	723	123	216	2,0	11,8	2,3	4,6	382,0	-83,0	75,6
Pinhel	717	1.256	388	369	6,1	11,9	4,0	4,3	75,2	-69,1	-4,9
Sabugal	658	1.800	593	851	4,0	12,4	4,4	7,4	173,6	-67,1	43,5
Trancoso	494	1.203	467	324	4,6	13,0	5,0	3,7	143,5	-61,2	-30,6
Beira Interior Sul	**7.010**	**10.353**	**4.274**	**5.091**	**9,5**	**15,0**	**6,2**	**7,7**	**47,7**	**-58,7**	**19,1**
Castelo Branco	4.931	7.790	3.290	3.870	10,7	17,2	6,8	7,9	58,0	-57,8	17,6
Idanha-a-Nova	976	1.392	567	655	6,9	11,6	5,3	7,4	42,6	-59,3	15,5
Penamacor	499	627	195	333	6,0	8,8	3,2	6,3	25,7	-68,9	70,8
Vila Velha de Ródão	604	544	222	233	12,4	12,3	5,9	7,2	-9,9	-59,2	5,0
Cova da Beira	**8.660**	**9.258**	**4.546**	**5.505**	**10,5**	**12,1**	**5,6**	**7,1**	**6,9**	**-50,9**	**21,1**
Belmonte	673	409	389	496	11,5	6,6	6,0	8,2	-39,2	-4,9	27,5
Covilhã	5.588	5.590	2.677	3.179	11,3	12,7	5,7	7,0	0,0	-52,1	18,8
Fundão	2.399	3.259	1.480	1.830	8,9	12,4	5,5	7,1	35,8	-54,6	23,6
Oeste	**36.880**	**42.328**	**24.240**	**27.176**	**14,6**	**16,5**	**8,5**	**8,8**	**14,8**	**-42,7**	**12,1**
Alcobaça	6.861	7.426	3.430	3.957	16,2	16,9	7,4	8,2	8,2	-53,8	15,4
Bombarral	1.736	2.353	790	1.143	15,3	22,5	6,9	10,0	35,5	-66,4	44,7
Caldas da Rainha	5.022	5.850	4.355	4.461	15,0	16,6	10,6	10,1	16,5	-25,6	2,4
Nazaré	1.481	1.615	855	1.263	12,0	13,2	6,7	9,7	9,0	-47,1	47,7
Óbidos	1.102	1.291	852	944	12,8	14,1	9,1	9,4	17,2	-34,0	10,8
Peniche	3.243	3.318	1.963	1.955	16,0	16,2	8,5	8,3	2,3	-40,8	-0,4
Alenquer	4.871	4.690	2.855	3.136	17,1	16,7	8,7	8,7	-3,7	-39,1	9,8
Arruda dos Vinhos	1.463	1.212	857	911	19,8	15,6	9,7	8,3	-17,2	-29,3	6,3
Cadaval	1.502	2.390	1.444	858	12,6	21,3	12,0	7,0	59,1	-39,6	-40,6
Lourinhã	2.196	3.112	1.288	1.740	12,8	18,3	6,6	8,0	41,7	-58,6	35,1
Sobral de Monte Agraço	2.294	1.119	791	814	35,6	18,8	10,5	9,6	-51,2	-29,3	2,9
Torres Vedras	5.109	7.952	4.760	5.994	9,7	14,6	7,8	8,9	55,6	-40,1	25,9
Médio Tejo	**24.162**	**25.682**	**14.276**	**13.435**	**12,9**	**14,1**	**7,4**	**7,1**	**6,3**	**-44,4**	**-5,9**
Abrantes	5.222	5.192	3.142	2.211	13,0	13,6	8,5	6,4	-0,6	-39,5	-29,6
Alcanena	1.561	1.349	1.153	793	13,3	11,6	9,2	6,6	-13,6	-14,5	-31,2
Constância	415	506	213	224	12,9	15,0	6,5	6,5	21,9	-57,9	5,2
Entroncamento	1.659	2.348	1.638	1.719	16,7	20,1	10,8	10,1	41,5	-30,2	4,9
Ferreira do Zêzere	735	463	350	251	7,9	5,6	4,3	3,3	-37,0	-24,4	-28,3
Sardoal	430	390	259	213	10,2	10,6	7,3	6,2	-9,3	-33,6	-17,8
Tomar	4.079	5.069	2.926	2.971	10,8	14,3	8,0	8,4	24,3	-42,3	1,5
Torres Novas	5.717	5.107	2.255	2.642	18,5	16,5	7,1	8,3	-10,7	-55,8	17,2
Vila Nova da Barquinha	994	928	765	483	14,9	14,8	11,6	7,6	-6,6	-17,6	-36,9
Ourém	3.350	4.330	1.575	1.928	10,0	13,5	4,1	4,9	29,3	-63,6	22,4

Fonte: INE

ANEXO IX

INDICADORES DE CRACTERIZAÇÃO DA REGIÃO LISBOA E VALE DO TEJO

Quadro IX.1.: Indicadores Demográficos, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 2011 (2009)

Zona Geográfica	Indicadores Demográficos									
	População Residente 2011	Var. Pop. 2001-2011	Densidade Populacional 2011	Índice de Envelhecimento 2011	Dimensão Média das Famílias Clássicas	Taxa de Analfabetismo 2011	População Residente Estrangeira 2011		Taxa de Desemprego (%)	Índice Poder de Compra Per Capita 2009
	N.º	%	Hab/Km2	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Portugal	**10.562.178**	**2,0**	**114,5**	**127,8**	**2,6**	**5,2**	**394.496**	**3,7**	**13,2**	**100,0**
Continente	**10.047.621**	**1,8**	**112,8**	**130,6**	**2,6**	**5,2**	**385.530**	**3,8**	**13,2**	**100,5**
Lisboa	**2.821.876**	**6,0**	**940,0**	**117,3**	**2,4**	**3,2**	**203.565**	**7,2**	**12,9**	**134,2**
Grande Lisboa	**2.042.477**	**4,9**	**1.483,6**	**119,0**	**2,4**	**3,0**	**159.514**	**7,8**	**12,4**	**145,3**
Cascais	206.479	21,0	2.119,9	112,4	2,5	2,5	18.661	9,0	12,1	150,6
Lisboa	547.733	-3,0	6.448,2	185,8	2,2	3,2	34.492	6,3	11,8	232,5
Loures	205.054	3,0	1.211,2	110,0	2,5	3,6	17.638	8,6	12,9	121,6
Mafra	76.685	41,1	262,9	79,0	2,6	3,6	3.981	5,2	9,1	106,7
Oeiras	172.120	6,2	3.751,3	124,1	2,4	2,2	10.187	5,9	10,8	185,3
Sintra	377.835	3,9	1.183,6	77,5	2,6	2,5	34.994	9,3	13,5	93,3
Vila Franca de Xira	136.886	11,4	430,3	78,6	2,6	3,1	7.753	5,7	11,3	103,1
Amadora	175.136	-0,4	7.363,4	126,4	2,4	3,7	18.883	10,8	15,0	115,8
Odivelas	144.549	8,0	5.484,3	107,3	2,5	2,9	12.925	8,9	12,1	94,2
Península de Setúbal	**779.399**	**9,1**	**479,6**	**113,2**	**2,5**	**3,9**	**44.051**	**5,7**	**14,5**	**105,9**
Alcochete	17.569	35,0	136,9	76,2	2,6	3,9	783	4,5	12,1	132,6
Almada	174.030	8,2	2.478,8	139,6	2,4	3,3	11.399	6,6	14,3	122,2
Barreiro	78.764	-0,3	2.164,4	151,6	2,4	3,6	3.432	4,4	15,4	104,9
Moita	66.029	-2,1	1.194,9	106,9	2,5	4,4	3.283	5,0	17,9	81,4
Montijo	51.222	30,8	146,9	100,7	2,5	5,3	3.285	6,4	13,2	136,9
Palmela	62.831	17,8	135,1	102,7	2,6	5,8	2.208	3,5	13,6	102,8
Seixal	158.269	5,3	1.657,3	94,9	2,5	2,9	10.649	6,7	14,1	93,2
Sesimbra	49.500	31,8	253,2	90,0	2,6	3,7	2.228	4,5	12,4	94,9
Setúbal	121.185	6,4	526,2	112,0	2,5	4,3	6.784	5,6	15,6	109,0

Fonte: INE

Quadro IX.2.: Núcleos Familiares, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 2001-2011

Zona Geográfica	Núcleos Familiares 2001				Núcleos Familiares 2011				Var. Núcleos Familiares 2001-2011			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%											
Portugal	**31,8**	**36,5**	**24,8**	**6,9**	**35,1**	**37,9**	**22,3**	**4,8**	**16,0**	**9,0**	**-5,6**	**-27,5**
Continente	**32,1**	**36,6**	**24,7**	**6,5**	**35,5**	**37,9**	**22,1**	**4,6**	**15,7**	**8,2**	**-6,4**	**-26,8**
Lisboa	**33,1**	**38,7**	**22,6**	**5,5**	**36,1**	**38,3**	**20,5**	**5,1**	**17,3**	**6,5**	**-2,7**	**-0,4**
Grande Lisboa	**33,0**	**38,7**	**22,6**	**5,6**	**35,9**	**38,2**	**20,6**	**5,3**	**15,6**	**5,0**	**-3,2**	**0,9**
Cascais	32,6	37,0	24,0	6,4	35,0	37,3	22,0	5,7	32,0	23,9	12,7	9,0
Lisboa	37,5	37,2	19,7	5,6	39,5	36,3	18,5	5,7	2,0	-5,7	-9,0	-1,9
Loures	31,1	38,6	24,4	6,0	36,7	37,6	20,3	5,3	25,4	3,5	-11,4	-6,0
Mafra	35,1	34,6	25,1	5,2	34,2	36,7	24,3	4,8	39,5	52,1	38,8	32,9
Oeiras	31,9	38,6	23,2	6,3	36,7	36,9	21,0	5,5	24,6	3,6	-2,3	-6,9
Sintra	30,0	40,7	23,9	5,3	31,1	40,4	22,8	5,7	8,1	3,8	-0,4	12,1
Vila Franca de Xira	30,8	40,2	24,1	4,9	34,3	40,5	21,2	4,0	27,5	15,0	0,4	-8,0
Amadora	32,5	39,8	22,0	5,7	36,5	39,3	18,8	5,3	14,1	0,2	-13,6	-5,4
Odivelas	30,5	40,0	24,5	5,0	36,5	39,2	20,0	4,3	33,8	9,7	-8,9	-3,6
Península de Setúbal	**33,4**	**38,9**	**22,6**	**5,1**	**36,7**	**38,8**	**20,1**	**4,4**	**21,9**	**10,6**	**-1,3**	**-4,3**
Alcochete	35,7	38,1	21,2	5,0	33,3	38,1	24,1	4,4	23,7	32,6	50,8	17,2
Almada	35,5	38,5	21,0	5,1	37,9	38,0	19,5	4,6	16,9	8,0	1,6	-1,6
Barreiro	34,3	40,7	20,9	4,1	40,0	39,0	17,4	3,7	18,1	-2,9	-15,9	-10,1
Moita	30,1	39,7	23,8	6,4	34,3	40,4	20,1	5,2	14,1	2,2	-15,5	-17,6
Montijo	36,6	37,7	21,0	4,8	38,4	38,8	18,8	3,9	38,8	36,1	18,5	9,6
Palmela	35,2	37,7	22,6	4,5	36,2	38,5	21,3	4,1	22,5	21,2	11,7	8,5
Seixal	29,7	40,3	24,7	5,4	35,4	39,4	20,6	4,6	29,5	6,2	-9,3	-7,2
Sesimbra	33,9	37,1	24,0	5,0	35,8	37,9	22,0	4,3	39,9	35,8	21,6	14,8
Setúbal	34,2	37,7	22,6	5,5	36,1	38,8	20,5	4,6	14,4	11,3	-1,8	-9,5

Fonte: INE

Quadro IX.3.: Estrutura Etária, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 2001-2011

Zona Geográfica	2001				2011				Variação 2001-2011			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	%											
Portugal	**16,0**	**14,3**	**53,4**	**16,4**	**14,9**	**10,9**	**55,2**	**19,0**	**-5,1**	**-22,5**	**5,5**	**18,7**
Continente	**15,8**	**14,2**	**53,5**	**16,5**	**14,8**	**10,7**	**55,2**	**19,3**	**-4,7**	**-22,9**	**5,0**	**19,0**
Lisboa	**14,9**	**13,8**	**55,9**	**15,4**	**15,5**	**10,5**	**55,8**	**18,2**	**10,5**	**-19,6**	**5,8**	**25,3**
Grande Lisboa	**14,7**	**13,7**	**55,8**	**15,8**	**15,4**	**10,5**	**55,8**	**18,3**	**9,6**	**-19,3**	**4,9**	**21,5**
Cascais	15,1	13,3	56,5	15,1	15,8	10,5	55,9	17,8	26,6	-4,2	19,7	42,5
Lisboa	11,6	12,7	52,1	23,6	12,9	9,8	53,5	23,9	7,6	-25,3	-0,5	-1,8
Loures	15,8	14,8	57,2	12,3	15,6	11,0	56,1	17,2	1,7	-23,1	1,2	44,6
Mafra	16,1	13,3	55,1	15,6	18,7	9,8	56,7	14,8	64,3	4,4	45,2	34,0
Oeiras	14,0	13,8	57,3	14,9	15,4	9,6	55,8	19,2	17,1	-25,9	3,3	36,5
Sintra	18,1	13,6	58,0	10,3	17,6	11,6	57,1	13,7	1,0	-11,0	2,1	38,5
Vila Franca de Xira	16,5	14,9	57,5	11,1	17,2	10,4	58,9	13,5	15,8	-22,5	14,1	36,1
Amadora	14,9	14,3	56,8	14,0	14,8	11,1	55,4	18,7	-1,3	-22,7	-2,8	33,0
Odivelas	14,8	15,1	58,1	12,0	15,2	10,6	57,9	16,3	10,8	-24,1	7,7	46,6
Península de Setúbal	**15,3**	**14,1**	**56,3**	**14,3**	**15,9**	**10,3**	**55,8**	**18,0**	**12,9**	**-20,2**	**8,3**	**36,9**
Alcochete	16,3	12,3	56,1	15,4	19,0	9,9	56,7	14,4	57,5	8,8	36,5	26,9
Almada	14,1	13,5	55,7	16,8	14,7	10,2	54,6	20,5	12,9	-18,4	6,1	32,6
Barreiro	12,9	13,7	57,6	15,8	14,2	9,4	54,7	21,6	10,2	-31,5	-5,3	36,3
Moita	16,7	15,3	55,2	12,9	16,0	11,2	55,7	17,1	-6,1	-28,0	-1,2	29,8
Montijo	15,0	13,0	54,6	17,3	16,6	9,7	56,9	16,7	44,7	-2,2	36,3	26,2
Palmela	16,1	13,4	55,5	15,1	17,0	9,9	55,7	17,5	24,7	-13,0	18,1	36,3
Seixal	16,7	15,0	58,2	10,1	16,3	10,9	57,4	15,4	2,6	-23,7	3,9	61,5
Sesimbra	16,6	13,3	55,4	14,7	17,4	10,2	56,8	15,7	38,3	0,8	34,9	40,6
Setúbal	15,5	14,3	55,4	14,8	16,1	10,3	55,5	18,1	10,6	-23,1	6,4	30,2

Fonte: INE

Quadro IX.4.: Percentagem de População Residente segundo o Nível de Ensino atingido, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 2011

Zona Geográfica	População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido					
	Nenhum nível de ensino	Ensino Pré-Escolar	1º, 2º e 3º Ciclos	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
	%					
Portugal	**8,5**	**2,5**	**56,0**	**16,8**	**0,9**	**15,4**
Continente	**8,5**	**2,5**	**55,7**	**16,8**	**0,9**	**15,6**
Lisboa	**7,5**	**2,6**	**48,4**	**19,5**	**1,0**	**21,0**
Grande Lisboa	**7,1**	**2,7**	**47,0**	**19,2**	**1,0**	**23,0**
Cascais	6,6	3,0	42,2	20,3	1,2	26,8
Lisboa	6,4	2,5	42,4	15,5	0,8	32,4
Loures	7,9	2,6	52,8	19,0	1,0	16,8
Mafra	8,0	3,6	51,2	19,5	1,2	16,5
Oeiras	6,0	3,2	39,0	19,0	1,0	31,8
Sintra	7,3	2,6	50,6	22,8	1,2	15,5
Vila Franca de Xira	7,7	3,1	50,4	22,6	1,1	15,2
Amadora	7,9	2,5	52,2	19,5	1,0	17,0
Odivelas	7,8	2,2	51,2	19,9	1,1	17,9
Península de Setúbal	**8,4**	**2,4**	**52,1**	**20,2**	**1,0**	**16,0**
Alcochete	9,0	3,5	46,2	19,7	0,9	20,7
Almada	7,4	2,3	50,9	19,5	1,0	18,9
Barreiro	7,7	2,1	54,5	19,8	0,9	15,0
Moita	9,1	2,0	56,8	20,5	1,0	10,7
Montijo	9,8	2,9	50,2	20,0	1,1	16,1
Palmela	10,4	2,6	52,1	19,0	1,0	14,9
Seixal	7,8	2,2	51,8	21,6	1,1	15,5
Sesimbra	8,8	2,7	52,0	21,1	1,2	14,2
Setúbal	9,0	2,4	51,5	19,7	1,0	16,5

Fonte: INE

Quadro IX.5.: População Economicamente Ativa por Setor de Atividade e Taxa de Atividade, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 2011

Zona Geográfica	População Economicamente			Taxa de Atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	HM	H	M
	%			%		
Portugal	**3,1**	**26,5**	**70,5**	**47,6**	**51,6**	**43,9**
Continente	**2,9**	**26,9**	**70,2**	**47,6**	**51,5**	**44,0**
Lisboa	**0,7**	**16,6**	**82,7**	**49,8**	**52,4**	**47,5**
Grande Lisboa	**0,4**	**15,5**	**84,1**	**50,2**	**52,7**	**47,9**
Cascais	0,4	13,3	86,3	49,5	51,9	47,5
Lisboa	0,3	10,5	89,2	47,5	51,1	44,5
Loures	0,5	18,1	81,3	50,3	52,5	48,3
Mafra	2,6	22,9	74,5	51,6	55,4	48,0
Oeiras	0,3	12,3	87,5	49,9	51,6	48,5
Sintra	0,5	19,8	79,8	52,1	54,0	50,4
Vila Franca de Xira	0,6	20,4	79,0	54,0	56,5	51,6
Amadora	0,1	15,5	84,4	49,5	51,4	47,8
Odivelas	0,1	15,7	84,1	52,5	54,7	50,5
Península de Setúbal	**1,5**	**19,7**	**78,8**	**48,8**	**51,5**	**46,4**
Alcochete	3,1	18,9	78,0	51,9	54,2	49,6
Almada	0,7	15,3	84,0	47,5	49,8	45,4
Barreiro	0,2	19,1	80,6	46,4	48,7	44,3
Moita	0,8	23,0	76,2	47,6	50,5	44,9
Montijo	4,9	19,9	75,2	51,4	54,8	48,1
Palmela	4,2	24,1	71,8	49,2	52,4	46,1
Seixal	0,2	17,9	81,9	50,6	52,6	48,9
Sesimbra	3,0	19,9	77,1	50,4	53,7	47,3
Setúbal	1,6	25,0	73,5	48,3	51,4	45,4

Fonte: INE

Quadro IX.6.: Celebração de Casamento Católico, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 2001-2011

Zona Geográfica	Celebração de Casamentos						
	2001			2011			2001-2011
	Total	Catolico		Total	Catolico		Católico
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Portugal	**58.390**	**36.509**	**62,5**	**35.711**	**14.121**	**39,5**	**-61,3**
Continente	**55.111**	**35.433**	**64,3**	**33.805**	**13.545**	**40,1**	**-61,8**
Lisboa	**14.235**	**7.677**	**53,9**	**9.018**	**2.003**	**22,2**	**-73,9**
Grande Lisboa	**10.303**	**5.736**	**55,7**	**6.286**	**1.478**	**23,5**	**-74,2**
Cascais	793	466	58,8	371	117	31,5	-74,9
Lisboa	1.044	539	51,6	549	134	24,4	-75,1
Loures	3.094	1.757	56,8	2.532	640	25,3	-63,6
Mafra	804	530	65,9	362	92	25,4	-82,6
Oeiras	434	181	41,7	327	86	26,3	-52,5
Sintra	804	509	63,2	362	92	0,0	-81,9
Vila Franca de Xira	889	530	59,6	487	109	22,4	-79,4
Amadora	1.795	876	48,8	964	102	10,6	-88,4
Odivelas	646	370	57,3	333	106	31,8	-71,4
Península de Setúbal	**3.932**	**1.941**	**49,4**	**2.732**	**525**	**19,2**	**-73,0**
Alcochete	79	45	57,0	71	10	14,1	-77,8
Almada	985	445	45,2	637	87	13,7	-80,4
Barreiro	499	266	53,3	331	64	19,3	-75,9
Moita	308	154	50,0	220	42	19,1	-72,7
Montijo	220	119	54,1	169	47	27,8	-60,5
Palmela	283	136	48,1	243	28	11,5	-79,4
Seixal	690	372	53,9	500	148	29,6	-60,2
Sesimbra	222	108	48,6	184	19	10,3	-82,4
Setúbal	646	296	45,8	377	80	21,2	-73,0

Fonte: INE

Quadro IX.7.: População Católica, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	Populaçao Católica								Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**6.352.070**	**6.527.595**	**7.353.548**	**7.281.887**	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**2,8**	**12,7**	**-1,0**
Continente	**5.996.890**	**6.177.896**	**6.994.739**	**6.893.708**	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**3,0**	**13,2**	**-1,4**
Lisboa	**1.410.228**	**1.411.501**	**1.669.953**	**1.642.916**	**70,2**	**68,3**	**73,7**	**68,9**	**0,1**	**18,3**	**-1,6**
Grande Lisboa	**1.120.634**	**1.083.847**	**1.241.525**	**1.204.830**	**72,6**	**70,0**	**74,8**	**69,7**	**-3,3**	**14,5**	**-3,0**
Cascais	82.193	89.001	108.345	119.701	72,6	71,1	74,8	68,9	8,3	21,7	10,5
Lisboa	509.490	396.717	370.540	325.357	74,1	69,7	74,2	68,2	-22,1	-6,6	-12,2
Loures	77.840	105.786	125.007	121.684	72,3	68,9	74,6	70,3	35,9	18,2	-2,7
Mafra	29.554	28.990	37.523	46.052	82,7	81,6	82,3	73,9	-1,9	29,4	22,7
Oeiras	82.328	86.244	102.918	100.755	70,4	69,8	73,8	69,2	4,8	19,3	-2,1
Sintra	126.499	146.218	222.035	218.265	71,2	69,6	74,6	70,1	15,6	51,9	-1,7
Vila Franca de Xira	45.448	56.841	77.715	80.057	65,8	69,6	75,7	70,6	25,1	36,7	3,0
Amadora	89.443	100.584	111.416	105.720	69,4	68,5	74,5	70,8	12,5	10,8	-5,1
Odivelas	77.840	73.466	86.026	87.239	72,3	70,7	75,4	71,1	-5,6	17,1	1,4
Península de Setúbal	**289.594**	**327.654**	**428.428**	**438.086**	**62,4**	**63,4**	**70,8**	**66,8**	**13,1**	**30,8**	**2,3**
Alcochete	6.777	6.326	8.538	10.168	74,5	75,2	78,4	71,4	-6,7	35,0	19,1
Almada	74.869	79.089	95.384	96.518	62,9	63,4	69,0	65,0	5,6	20,6	1,2
Barreiro	41.227	43.520	47.588	44.221	59,7	61,4	69,1	65,5	5,6	9,3	-7,1
Moita	23.454	30.215	38.863	37.414	56,0	59,5	69,1	67,4	28,8	28,6	-3,7
Montijo	17.588	19.309	24.160	28.546	58,8	65,3	72,6	66,8	9,8	25,1	18,2
Palmela	15.814	20.153	31.438	35.082	52,7	56,7	70,2	67,3	27,4	56,0	11,6
Seixal	42.848	59.134	89.599	89.436	63,1	64,5	71,6	67,5	38,0	51,5	-0,2
Sesimbra	12.182	15.340	23.967	28.294	65,4	69,2	76,5	69,2	25,9	56,2	18,1
Setúbal	54.835	54.568	68.891	68.407	70,1	65,7	71,6	67,3	-0,5	26,2	-0,7

Fonte: INE

Quadro IX.8.: População de Outras Religiões, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Outras Religiões								Variação População Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**118.448**	**143.596**	**216.158**	**347.756**	**1,5**	**1,8**	**2,5**	**3,9**	**21,2**	**50,5**	**60,9**
Continente	**115.362**	**140.489**	**211.123**	**339.231**	**1,5**	**1,9**	**2,5**	**4,0**	**21,8**	**50,3**	**60,7**
Lisboa	**54.890**	**65.219**	**97.136**	**154.119**	**2,7**	**3,2**	**4,3**	**6,5**	**18,8**	**48,9**	**58,7**
Grande Lisboa	**43.428**	**48.910**	**72.474**	**113.839**	**2,8**	**3,2**	**4,4**	**6,6**	**12,6**	**48,2**	**57,1**
Cascais	3.622	4.572	6.308	11.338	3,2	3,7	4,4	6,5	26,2	38,0	79,7
Lisboa	19.706	16.268	19.066	26.963	2,9	2,9	3,8	5,6	-17,4	17,2	41,4
Loures	2.930	6.053	9.183	13.047	2,7	3,9	5,5	7,5	106,6	51,7	42,1
Mafra	718	879	1.996	3.815	2,0	2,5	4,4	6,1	22,4	127,1	91,1
Oeiras	2.926	3.379	5.039	7.108	2,5	2,7	3,6	4,9	15,5	49,1	41,1
Sintra	4.933	6.303	13.893	23.297	2,8	3,0	4,7	7,5	27,8	120,4	67,7
Vila Franca de Xira	1.906	2.767	4.209	7.234	2,8	3,4	4,1	6,4	45,2	52,1	71,9
Amadora	3.758	4.799	7.024	11.070	2,9	3,3	4,7	7,4	27,7	46,4	57,6
Odivelas	2.930	3.890	5.756	9.967	2,7	3,7	5,0	8,1	32,8	48,0	73,2
Península de Setúbal	**11.462**	**16.309**	**24.662**	**40.280**	**2,5**	**3,2**	**4,1**	**6,1**	**42,3**	**51,2**	**63,3**
Alcochete	158	154	253	668	1,7	1,8	2,3	4,7	-2,5	64,3	164,0
Almada	3.643	4.811	6.337	9.967	3,1	3,9	4,6	6,7	32,1	31,7	57,3
Barreiro	1.523	2.047	2.553	3.499	2,2	2,9	3,7	5,2	34,4	24,7	37,1
Moita	940	1.673	2.498	3.397	2,2	3,3	4,4	6,1	78,0	49,3	36,0
Montijo	635	779	1.119	2.972	2,1	2,6	3,4	7,0	22,7	43,6	165,6
Palmela	403	778	1.320	2.548	1,3	2,2	2,9	4,9	93,1	69,7	93,0
Seixal	2.114	3.620	6.214	9.071	3,1	3,9	5,0	6,8	71,2	71,7	46,0
Sesimbra	276	437	990	2.218	1,5	2,0	3,2	5,4	58,3	126,5	124,0
Setúbal	1.770	2.010	3.378	5.940	2,3	2,4	3,5	5,8	13,6	68,1	75,8

Fonte: INE

Quadro IX.9.: População Sem Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região de Lisboa e Vale do Tejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião								Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**253.680**	**218.862**	**342.987**	**615.332**	**3,2**	**2,8**	**3,9**	**6,8**	**-13,7**	**56,7**	**79,4**
Continente	**252.190**	**217.256**	**339.694**	**604.851**	**3,4**	**2,9**	**4,1**	**7,1**	**-13,9**	**56,4**	**78,1**
Lisboa	**148.272**	**126.441**	**185.023**	**297.622**	**7,4**	**6,1**	**8,2**	**12,5**	**-14,7**	**46,3**	**60,9**
Grande Lisboa	**100.936**	**87.641**	**128.831**	**206.272**	**6,5**	**5,7**	**7,8**	**11,9**	**-13,2**	**47,0**	**60,1**
Cascais	6.607	6.424	11.047	20.406	5,8	5,1	7,6	11,7	-2,8	72,0	84,7
Lisboa	45.819	34.247	44.541	67.306	6,7	6,0	8,9	14,1	-25,3	30,1	51,1
Loures	6.849	8.442	11.970	18.434	6,4	5,5	7,1	10,7	23,3	41,8	54,0
Mafra	979	868	2.049	6.258	2,7	2,4	4,5	10,0	-11,3	136,1	205,4
Oeiras	8.930	8.127	12.869	19.769	7,6	6,6	9,2	13,6	-9,0	58,3	53,6
Sintra	10.498	11.339	21.349	34.181	5,9	5,4	7,2	11,0	8,0	88,3	60,1
Vila Franca de Xira	5.424	4.757	7.394	12.597	7,9	5,8	7,2	11,1	-12,3	55,4	70,4
Amadora	8.981	8.578	10.643	15.753	7,0	5,8	7,1	10,6	-4,5	24,1	48,0
Odivelas	6.849	4.859	6.969	11.568	6,4	4,7	6,1	9,4	-29,1	43,4	66,0
Península de Setúbal	**47.336**	**38.800**	**56.192**	**91.350**	**10,2**	**7,5**	**9,3**	**13,9**	**-18,0**	**44,8**	**62,6**
Alcochete	606	417	729	1.707	6,7	5,0	6,7	12,0	-31,2	74,8	134,2
Almada	12.091	10.292	14.624	22.008	10,2	8,2	10,6	14,8	-14,9	42,1	50,5
Barreiro	8.870	6.755	7.676	10.521	12,9	9,5	11,2	15,6	-23,8	13,6	37,1
Moita	5.593	4.103	5.188	7.971	13,4	8,1	9,2	14,4	-26,6	26,4	53,6
Montijo	3.507	2.292	2.796	5.681	11,7	7,7	8,4	13,3	-34,6	22,0	103,2
Palmela	4.012	2.649	4.294	7.483	13,4	7,5	9,6	14,3	-34,0	62,1	74,3
Seixal	5.710	6.100	10.542	17.136	8,4	6,6	8,4	12,9	6,8	72,8	62,5
Sesimbra	983	1.085	2.189	4.920	5,3	4,9	7,0	12,0	10,4	101,8	124,8
Setúbal	5.964	5.107	8.154	13.923	7,6	6,2	8,5	13,7	-14,4	59,7	70,8

Fonte: INE

Quadro IX.10.: População que Não Respondeu/Não Sabe à pergunta da Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região de Lisboa, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População que Não Respondeu				População que Não Respondeu				Variação População que Não Respondeu		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**1.114.614**	**1.477.762**	**786.822**	**744.874**	**14,2**	**17,6**	**9,0**	**8,3**	**32,6**	**-46,8**	**-5,3**
Continente	**1.097.495**	**1.445.010**	**765.853**	**725.711**	**14,7**	**18,1**	**9,2**	**8,5**	**31,7**	**-47,0**	**-5,2**
Lisboa	**394.788**	**463.023**	**313.517**	**289.338**	**19,7**	**22,4**	**13,8**	**12,1**	**17,3**	**-32,3**	**-7,7**
Grande Lisboa	**279.430**	**328.898**	**217.855**	**203.445**	**18,1**	**21,2**	**13,1**	**11,8**	**17,7**	**-33,8**	**-6,6**
Cascais	20.792	25.191	19.182	22.379	18,4	20,1	13,2	12,9	21,2	-23,9	16,7
Lisboa	112.293	121.856	64.962	57.613	16,3	21,4	13,0	12,1	8,5	-46,7	-11,3
Loures	20.101	33.202	21.389	19.833	18,7	21,6	12,8	11,5	65,2	-35,6	-7,3
Mafra	4.504	4.784	4.044	6.195	12,6	13,5	8,9	9,9	6,2	-15,5	53,2
Oeiras	22.788	25.864	18.617	17.929	19,5	20,9	13,4	12,3	13,5	-28,0	-3,7
Sintra	35.848	46.188	40.485	35.459	20,2	22,0	13,6	11,4	28,8	-12,3	-12,4
Vila Franca de Xira	16.244	17.310	13.292	13.484	23,5	21,2	13,0	11,9	6,6	-23,2	1,4
Amadora	26.760	32.795	20.559	16.690	20,8	22,3	13,7	11,2	22,6	-37,3	-18,8
Odivelas	20.101	21.708	15.325	13.863	18,7	20,9	13,4	11,3	8,0	-29,4	-9,5
Península de Setúbal	**115.358**	**134.125**	**95.662**	**85.893**	**24,9**	**25,9**	**15,8**	**13,1**	**16,3**	**-28,7**	**-10,2**
Alcochete	1.553	1.514	1.375	1.694	17,1	18,0	12,6	11,9	-2,5	-9,2	23,2
Almada	28.494	30.627	21.818	19.954	23,9	24,5	15,8	13,4	7,5	-28,8	-8,5
Barreiro	17.401	18.520	11.011	9.302	25,2	26,1	16,0	13,8	6,4	-40,5	-15,5
Moita	11.878	14.807	9.669	6.698	28,4	29,1	17,2	12,1	24,7	-34,7	-30,7
Montijo	8.174	7.207	5.214	5.517	27,3	24,4	15,7	12,9	-11,8	-27,7	5,8
Palmela	9.787	11.932	7.734	7.038	32,6	33,6	17,3	13,5	21,9	-35,2	-9,0
Seixal	17.182	22.883	18.824	16.879	25,3	24,9	15,0	12,7	33,2	-17,7	-10,3
Sesimbra	5.184	5.311	4.192	5.453	27,8	24,0	13,4	13,3	2,4	-21,1	30,1
Setúbal	15.705	21.324	15.825	13.358	20,1	25,7	16,4	13,1	35,8	-25,8	-15,6

Fonte: INE

ANEXO X

INDICADORES DE CRACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE

Quadro X.1.: Indicadores Demográficos, por concelho, região do Algarve, 2011 (2009)

Zona Geográfica	Indicadores Demográficos									
	População Residente 2011	Var. Pop. 2001-2011	Densidade Populacional 2011	Índice de Envelhecimento 2011	Dimensão Média das Famílias Clássicas	Taxa de Analfabetismo 2011	População Residente Estrangeira 2011		Taxa de Desemprego (%)	Índice Poder de Compra Per Capita 2009
	N.º	%	Hab/Km2	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Portugal	**10.562.178**	**2,0**	**114,5**	**127,8**	**2,6**	**5,2**	**394.496**	**3,7**	**13,2**	**100,0**
Continente	**10.047.621**	**1,8**	**112,8**	**130,6**	**2,6**	**5,2**	**385.530**	**3,8**	**13,2**	**100,5**
Algarve	**451.006**	**14,1**	**90,3**	**131,0**	**2,4**	**5,4**	**52.065**	**11,5**	**15,7**	**100,4**
Algarve	**451.006**	**14,1**	**90,3**	**131,0**	**2,4**	**5,4**	**7.156**	**1,6**	**15,7**	**100,4**
Albufeira	40.828	29,4	290,3	84,7	2,5	3,8	7.156	17,5	17,2	102,1
Alcoutim	2.917	-22,6	5,1	557,4	2,1	19,2	54	1,9	8,8	56,1
Aljezur	5.884	11,3	18,2	254,5	2,2	11,2	1.273	21,6	12,0	63,5
Castro Marim	6.747	2,3	22,4	215,2	2,4	10,3	470	7,0	17,1	74,0
Faro	64.560	11,2	319,9	124,0	2,4	3,9	5.304	8,2	13,2	146,1
Lagoa	22.975	11,3	260,3	113,7	2,5	4,7	2.580	11,2	17,1	77,4
Lagos	31.049	22,3	145,8	121,7	2,4	5,3	5.225	16,8	15,8	96,7
Loulé	70.622	19,4	92,4	132,5	2,5	4,8	10.303	14,6	15,1	107,8
Monchique	6.045	-13,3	15,3	319,7	2,3	12,0	522	8,6	14,7	55,7
Olhão	45.396	11,2	346,9	106,9	2,6	5,2	2.904	6,4	17,3	85,8
Portimão	55.614	24,1	305,5	117,1	2,4	4,4	6.438	11,6	17,2	112,4
São Brás de Alportel	10.662	6,3	69,5	155,2	2,5	4,3	1.082	10,1	12,2	73,4
Silves	37.126	9,7	54,6	162,7	2,5	6,9	4.193	11,3	15,6	77,6
Tavira	26.167	4,7	43,1	177,4	2,4	7,8	2.470	9,4	15,1	91,0
Vila do Bispo	5.258	-1,7	29,4	213,6	2,3	7,9	797	15,2	10,8	59,3
Vila Real de Santo António	19.156	6,7	312,8	126,8	2,6	5,3	1.294	6,8	19,9	95,5

Fonte: INE

Quadro X.2.: Núcleos Familiares, por concelho, região do Algarve, 2001-2011

Zona Geográfica	Núcleos Familiares 2001				Núcleos Familiares 2011				Var. Núcleos Familiares 2001-2011			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%											
Portugal	**31,8**	**36,5**	**24,8**	**6,9**	**35,1**	**37,9**	**22,3**	**4,8**	**16,0**	**9,0**	**-5,6**	**-27,5**
Continente	**32,1**	**36,6**	**24,7**	**6,5**	**35,5**	**37,9**	**22,1**	**4,6**	**15,7**	**8,2**	**-6,4**	**-26,8**
Algarve	**37,0**	**35,9**	**22,2**	**4,9**	**38,0**	**37,8**	**20,1**	**4,0**	**19,8**	**22,6**	**5,8**	**-3,7**
Algarve	**37,0**	**35,9**	**22,2**	**4,9**	**38,0**	**37,8**	**20,1**	**4,0**	**19,8**	**22,6**	**5,8**	**-3,7**
Albufeira	34,6	37,3	23,6	4,5	34,7	40,3	21,0	4,0	32,5	43,0	17,2	17,2
Alcoutim	52,0	28,4	15,5	4,0	53,5	29,6	14,3	2,6	-20,7	-19,8	-28,8	-50,0
Aljezur	47,9	30,8	17,4	4,0	50,3	31,2	15,7	2,8	18,6	14,5	1,8	-21,5
Castro Marim	41,4	32,0	22,1	4,5	44,0	33,1	19,2	3,7	11,9	8,9	-8,1	-14,3
Faro	33,7	38,7	23,1	4,5	37,1	39,0	20,2	3,7	26,5	15,7	0,7	-4,2
Lagoa	35,6	35,2	23,9	5,3	36,3	37,2	22,3	4,2	16,3	20,2	6,2	-9,7
Lagos	37,7	35,5	21,6	5,1	38,6	36,2	20,6	4,6	26,5	26,3	17,8	10,9
Loulé	37,7	35,5	21,9	4,9	38,0	37,8	20,3	3,8	22,6	29,4	12,5	-5,4
Monchique	42,3	34,3	19,3	4,1	45,2	35,1	17,2	2,6	-6,3	-10,4	-22,2	-44,3
Olhão	34,1	37,6	22,1	6,2	34,5	40,3	20,5	4,6	15,1	22,1	5,3	-14,5
Portimão	36,1	36,7	22,6	4,6	36,8	38,7	20,2	4,3	28,4	32,7	12,8	19,0
São Brás de Alportel	39,1	34,4	22,1	4,4	39,4	35,9	20,9	3,8	10,7	14,2	3,9	-5,9
Silves	40,5	33,9	21,0	4,6	40,7	36,8	18,8	3,7	13,1	22,1	1,0	-8,7
Tavira	41,5	33,7	20,2	4,6	42,7	35,1	18,6	3,5	10,1	11,4	-1,1	-17,5
Vila do Bispo	42,2	34,9	19,2	3,8	46,1	31,0	18,9	3,9	5,9	-13,8	-4,4	1,6
Vila Real de Santo António	32,7	35,7	25,3	6,3	36,4	37,9	20,5	5,3	22,3	16,7	-11,3	-8,3

Fonte: INE

Quadro X.3.: Estrutura Etária, por concelho, região do Algarve, 2001-2011

Zona Geográfica	2001				2011				Variação 2001-2011			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	%											
Portugal	**16,0**	**14,3**	**53,4**	**16,4**	**14,9**	**10,9**	**55,2**	**19,0**	**-5,1**	**-22,5**	**5,5**	**18,7**
Continente	**15,8**	**14,2**	**53,5**	**16,5**	**14,8**	**10,7**	**55,2**	**19,3**	**-4,7**	**-22,9**	**5,0**	**19,0**
Algarve	**14,6**	**13,1**	**53,6**	**18,6**	**14,8**	**10,1**	**55,6**	**19,5**	**16,0**	**-12,2**	**18,3**	**19,2**
Algarve	**14,6**	**13,1**	**53,6**	**18,6**	**14,8**	**10,1**	**55,6**	**19,5**	**16,0**	**-12,2**	**18,3**	**19,2**
Albufeira	16,7	13,7	56,8	12,9	15,9	11,2	59,4	13,5	23,4	6,4	35,4	35,5
Alcoutim	8,6	8,9	42,5	40,1	7,9	6,2	41,9	43,9	-28,8	-45,5	-23,7	-15,1
Aljezur	11,8	9,5	49,7	29,0	11,4	7,8	51,9	28,9	6,9	-8,4	16,3	10,8
Castro Marim	12,6	11,5	49,7	26,2	12,4	9,5	51,3	26,7	1,0	-15,0	5,7	4,3
Faro	14,3	14,6	55,2	15,9	14,6	9,9	57,5	18,1	13,3	-24,7	15,9	26,2
Lagoa	16,2	13,1	55,2	15,5	15,7	10,6	55,9	17,8	7,7	-10,1	12,8	27,5
Lagos	15,9	11,9	54,0	18,2	15,7	10,3	54,9	19,1	20,8	6,1	24,3	27,9
Loulé	14,7	13,2	53,5	18,6	14,6	10,4	55,7	19,3	18,3	-5,7	24,3	23,7
Monchique	11,0	10,5	49,9	28,5	9,9	8,3	50,1	31,7	-22,0	-31,7	-13,0	-3,7
Olhão	16,0	14,0	53,1	16,9	16,5	10,4	55,4	17,7	15,2	-17,4	16,0	16,3
Portimão	14,9	13,3	54,6	17,3	15,7	10,2	55,8	18,3	30,7	-4,3	26,8	31,6
São Brás de Alportel	14,1	11,9	52,0	22,0	14,4	9,4	53,9	22,4	8,8	-16,0	10,0	7,9
Silves	13,0	12,5	51,8	22,7	13,8	9,4	54,3	22,5	16,5	-17,3	15,0	8,7
Tavira	12,5	12,5	51,6	23,4	13,4	9,1	53,6	23,8	12,6	-23,6	8,8	6,6
Vila do Bispo	12,8	10,6	53,8	22,8	11,6	9,3	54,3	24,8	-10,9	-13,9	-0,8	7,1
Vila Real de Santo António	15,3	13,9	53,6	17,2	15,5	10,6	54,2	19,7	8,0	-18,5	8,0	21,8

Fonte: INE

Quadro X.4.: Percentagem de População Residente segundo o Nível de Ensino atingido, por concelho, região do Algarve, 2011

Zona Geográfica	População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido					
	Nenhum nível de ensino	Ensino Pré-Escolar	1º, 2º e 3º Ciclos	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
	%					
Portugal	**8,5**	**2,5**	**56,0**	**16,8**	**0,9**	**15,4**
Continente	**8,5**	**2,5**	**55,7**	**16,8**	**0,9**	**15,6**
Algarve	**9,4**	**2,5**	**53,2**	**20,4**	**1,1**	**13,5**
Algarve	**9,4**	**2,5**	**53,2**	**20,4**	**1,1**	**13,5**
Albufeira	8,9	2,8	50,4	23,9	1,4	12,6
Alcoutim	19,7	1,1	62,2	11,1	0,5	5,4
Aljezur	14,9	2,4	51,1	20,5	0,7	10,3
Castro Marim	12,1	2,2	59,7	16,5	0,7	8,8
Faro	8,2	2,3	47,2	19,6	1,0	21,8
Lagoa	8,0	2,8	55,3	21,6	1,1	11,2
Lagos	9,7	2,4	50,7	22,6	1,2	13,3
Loulé	9,6	2,1	54,1	20,8	1,1	12,3
Monchique	13,6	2,0	59,0	16,2	0,7	8,5
Olhão	9,7	2,6	56,3	18,7	1,0	11,8
Portimão	8,3	2,8	51,8	21,0	1,2	14,9
São Brás de Alportel	8,2	2,6	54,5	19,9	1,2	13,7
Silves	9,8	2,7	57,0	19,7	1,0	9,8
Tavira	11,3	2,3	54,4	18,5	0,8	12,7
Vila do Bispo	11,2	2,4	56,3	20,0	1,0	9,1
Vila Real de Santo António	9,4	2,4	57,9	19,4	0,9	10,0

Fonte: INE

Quadro X.5.: População Economicamente Ativa por Setor de Atividade e Taxa de Atividade, por concelho, região do Algarve, 2011

Zona Geográfica	População Economicamente			Taxa de Atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	HM	H	M
	%			%		
Portugal	**3,1**	**26,5**	**70,5**	**47,6**	**51,6**	**43,9**
Continente	**2,9**	**26,9**	**70,2**	**47,6**	**51,5**	**44,0**
Algarve	**3,3**	**16,1**	**80,6**	**49,0**	**52,1**	**46,1**
Algarve	**3,3**	**16,1**	**80,6**	**49,0**	**52,1**	**46,1**
Albufeira	1,3	13,2	85,5	55,3	57,5	53,2
Alcoutim	9,8	15,7	74,4	32,5	38,7	26,3
Aljezur	10,0	20,3	69,7	38,9	42,9	35,1
Castro Marim	4,2	18,6	77,2	42,9	46,8	39,1
Faro	3,0	13,0	83,9	51,0	53,0	49,2
Lagoa	1,7	16,0	82,4	49,5	52,6	46,6
Lagos	1,7	17,4	80,9	48,4	51,3	45,6
Loulé	2,4	17,7	79,9	49,9	53,6	46,4
Monchique	8,5	19,5	72,0	40,4	45,0	35,7
Olhão	6,1	17,7	76,1	47,8	50,9	44,9
Portimão	1,3	15,8	82,9	49,9	52,7	47,3
São Brás de Alportel	1,5	22,0	76,5	47,3	50,7	44,0
Silves	5,6	16,7	77,7	47,1	50,4	43,8
Tavira	6,9	17,7	75,4	45,5	49,7	41,5
Vila do Bispo	7,7	11,1	81,2	45,6	49,4	41,9
Vila Real de Santo António	3,1	15,6	81,3	46,7	51,0	42,8

Fonte: INE

Quadro X.6.: Celebração de Casamento Católico, por concelho, região do Algarve, 2001-2011

Zona Geográfica	Celebração de Casamentos						
	2001			2011			2001-2011
	Total	Catolico		Total	Catolico		Católico
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Portugal	**58.390**	**36.509**	**62,5**	**35.711**	**14.121**	**39,5**	**-61,3**
Continente	**55.111**	**35.433**	**64,3**	**33.805**	**13.545**	**40,1**	**-61,8**
Algarve	**1.859**	**797**	**42,9**	**1.436**	**305**	**21,2**	**-61,7**
Algarve	**1.859**	**797**	**42,9**	**1.436**	**305**	**21,2**	**-61,7**
Albufeira	189	64	33,9	155	28	18,1	-56,3
Alcoutim	6	4	66,7	9	1	11,1	-75,0
Aljezur	14	5	35,7	15	7	46,7	40,0
Castro Marim	25	18	72,0	37	28	75,7	55,6
Faro	292	140	47,9	302	46	15,2	-67,1
Lagoa	94	38	40,4	70	12	17,1	-68,4
Lagos	126	37	29,4	168	14	8,3	-62,2
Loulé	208	93	44,7	168	53	31,5	-43,0
Monchique	22	14	63,6	15	5	33,3	-64,3
Olhão	185	64	34,6	93	20	21,5	-68,8
Portimão	236	102	43,2	142	30	21,1	-70,6
São Brás de Alportel	101	20	19,8	42	8	19,0	-60,0
Silves	134	73	54,5	111	27	24,3	-63,0
Tavira	116	70	60,3	57	18	31,6	-74,3
Vila do Bispo	15	8	53,3	14	1	7,1	-87,5
Vila Real de Santo António	96	47	49,0	38	7	18,4	-85,1

Fonte: INE

Quadro X.7.: População Católica, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Algarve, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	Populaçao Católica								Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**6.352.070**	**6.527.595**	**7.353.548**	**7.281.887**	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**2,8**	**12,7**	**-1,0**
Continente	**5.996.890**	**6.177.896**	**6.994.739**	**6.893.708**	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**3,0**	**13,2**	**-1,4**
Algarve	**188.110**	**195.965**	**254.307**	**263.529**	**70,0**	**69,9**	**75,4**	**68,6**	**4,2**	**29,8**	**3,6**
Algarve	**188.110**	**195.965**	**254.307**	**263.529**	**70,0**	**69,9**	**75,4**	**68,6**	**4,2**	**29,8**	**3,6**
Albufeira	11.754	11.859	20.333	23.114	82,0	70,4	77,4	67,3	0,9	71,5	13,7
Alcoutim	2.671	2.517	2.666	2.252	57,8	63,1	77,3	83,8	-5,8	5,9	-15,5
Aljezur	1.669	3.000	2.950	2.929	37,2	69,3	63,3	56,2	79,7	-1,7	-0,7
Castro Marim	4.016	2.824	4.110	4.123	65,2	49,0	71,3	69,8	-29,7	45,5	0,3
Faro	27.149	30.827	36.786	37.617	73,6	74,9	73,9	68,2	13,5	19,3	2,3
Lagoa	11.095	9.213	13.156	13.846	87,1	68,0	76,0	71,5	-17,0	42,8	5,2
Lagos	8.529	11.266	14.391	15.357	51,8	63,6	67,4	58,7	32,1	27,7	6,7
Loulé	25.747	27.872	40.507	42.535	70,2	72,3	80,3	70,5	8,3	45,3	5,0
Monchique	6.689	4.332	5.218	4.359	80,7	68,8	84,1	80,0	-35,2	20,5	-16,5
Olhão	21.831	19.644	25.388	26.280	77,7	66,5	74,0	69,4	-10,0	29,2	3,5
Portimão	19.962	21.619	27.720	31.128	70,4	68,2	72,7	66,4	8,3	28,2	12,3
São Brás de Alportel	4.365	4.644	6.688	6.339	68,7	73,2	77,6	69,5	6,4	44,0	-5,2
Silves	15.955	21.062	22.171	22.530	59,7	76,9	75,3	70,4	32,0	5,3	1,6
Tavira	14.018	14.689	17.334	16.815	67,7	70,8	79,2	74,2	4,8	18,0	-3,0
Vila do Bispo	3.360	3.384	3.404	3.027	69,8	69,7	73,0	65,1	0,7	0,6	-11,1
Vila Real de Santo António	9.300	7.213	11.485	11.278	71,3	61,9	75,5	69,7	-22,4	59,2	-1,8

Fonte: INE

Quadro X.8.: População de Outras Religiões, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Algarve, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Outras Religiões								Variação População Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**118.448**	**143.596**	**216.158**	**347.756**	**1,5**	**1,8**	**2,5**	**3,9**	**21,2**	**50,5**	**60,9**
Continente	**115.362**	**140.489**	**211.123**	**339.231**	**1,5**	**1,9**	**2,5**	**4,0**	**21,8**	**50,3**	**60,7**
Algarve	**3.839**	**6.748**	**15.479**	**35.206**	**1,4**	**2,4**	**4,6**	**9,2**	**75,8**	**129,4**	**127,4**
Algarve	**3.839**	**6.748**	**15.479**	**35.206**	**1,4**	**2,4**	**4,6**	**9,2**	**75,8**	**129,4**	**127,4**
Albufeira	287	444	1.606	4.329	2,0	2,6	6,1	12,6	54,7	261,7	169,6
Alcoutim	26	20	13	18	0,6	0,5	0,4	0,7	-23,1	-35,0	38,5
Aljezur	45	90	172	488	1,0	2,1	3,7	9,4	100,0	91,1	183,7
Castro Marim	28	66	127	222	0,5	1,1	2,2	3,8	135,7	92,4	74,8
Faro	629	1.185	2.078	4.444	1,7	2,9	4,2	8,1	88,4	75,4	113,9
Lagoa	206	338	1.026	1.547	1,6	2,5	5,9	8,0	64,1	203,6	50,8
Lagos	381	745	1.357	3.363	2,3	4,2	6,4	12,8	95,5	82,1	147,8
Loulé	321	861	2.406	5.909	0,9	2,2	4,8	9,8	168,2	179,4	145,6
Monchique	54	42	98	190	0,7	0,7	1,6	3,5	-22,2	133,3	93,9
Olhão	594	795	1.752	3.090	2,1	2,7	5,1	8,2	33,8	120,4	76,4
Portimão	499	861	1.858	5.120	1,8	2,7	4,9	10,9	72,5	115,8	175,6
São Brás de Alportel	100	174	606	894	1,6	2,7	7,0	9,8	74,0	248,3	47,5
Silves	246	512	1.093	2.692	0,9	1,9	3,7	8,4	108,1	113,5	146,3
Tavira	152	300	704	1.512	0,7	1,4	3,2	6,7	97,4	134,7	114,8
Vila do Bispo	82	114	186	316	1,7	2,3	4,0	6,8	39,0	63,2	69,9
Vila Real de Santo António	189	201	397	1.072	1,4	1,7	2,6	6,6	6,3	97,5	170,0

Fonte: INE

Quadro X.9.: População Sem Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Algarve, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião								Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**253.680**	**218.862**	**342.987**	**615.332**	**3,2**	**2,8**	**3,9**	**6,8**	**-13,7**	**56,7**	**79,4**
Continente	**252.190**	**217.256**	**339.694**	**604.851**	**3,4**	**2,9**	**4,1**	**7,1**	**-13,9**	**56,4**	**78,1**
Algarve	**7.889**	**9.904**	**19.851**	**42.035**	**2,9**	**3,5**	**5,9**	**10,9**	**25,5**	**100,4**	**111,8**
Algarve	**7.889**	**9.904**	**19.851**	**42.035**	**2,9**	**3,5**	**5,9**	**10,9**	**25,5**	**100,4**	**111,8**
Albufeira	549	406	1.401	3.549	3,8	2,4	5,3	10,3	-26,0	245,1	153,3
Alcoutim	139	407	208	307	3,0	10,2	6,0	11,4	192,8	-48,9	47,6
Aljezur	119	143	399	941	2,7	3,3	8,6	18,0	20,2	179,0	135,8
Castro Marim	218	681	397	721	3,5	11,8	6,9	12,2	212,4	-41,7	81,6
Faro	1.421	1.814	3.829	6.906	3,9	4,4	7,7	12,5	27,7	111,1	80,4
Lagoa	168	257	791	1.802	1,3	1,9	4,6	9,3	53,0	207,8	127,8
Lagos	804	1.234	1.820	3.765	4,9	7,0	8,5	14,4	53,5	47,5	106,9
Loulé	407	998	2.320	5.693	1,1	2,6	4,6	9,4	145,2	132,5	145,4
Monchique	272	80	156	393	3,3	1,3	2,5	7,2	-70,6	95,0	151,9
Olhão	913	1.056	2.320	4.623	3,3	3,6	6,8	12,2	15,7	119,7	99,3
Portimão	938	897	2.115	4.886	3,3	2,8	5,5	10,4	-4,4	135,8	131,0
São Brás de Alportel	87	200	537	965	1,4	3,2	6,2	10,6	129,9	168,5	79,7
Silves	696	762	1.487	2.973	2,6	2,8	5,1	9,3	9,5	95,1	99,9
Tavira	352	398	880	2.030	1,7	1,9	4,0	9,0	13,1	121,1	130,7
Vila do Bispo	196	126	310	744	4,1	2,6	6,6	16,0	-35,7	146,0	140,0
Vila Real de Santo António	610	445	881	1.737	4,7	3,8	5,8	10,7	-27,0	98,0	97,2

Fonte: INE

Quadro X.10.: População que Não Respondeu/Não Sabe à pergunta da Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Algarve, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População que Não Respondeu				População que Não Respondeu				Variação População que Não Respondeu		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**1.114.614**	**1.477.762**	**786.822**	**744.874**	**14,2**	**17,6**	**9,0**	**8,3**	**32,6**	**-46,8**	**-5,3**
Continente	**1.097.495**	**1.445.010**	**765.853**	**725.711**	**14,7**	**18,1**	**9,2**	**8,5**	**31,7**	**-47,0**	**-5,2**
Algarve	**68.910**	**67.824**	**47.849**	**43.262**	**25,6**	**24,2**	**14,2**	**11,3**	**-1,6**	**-29,5**	**-9,6**
Algarve	**68.910**	**67.824**	**47.849**	**43.262**	**25,6**	**24,2**	**14,2**	**11,3**	**-1,6**	**-29,5**	**-9,6**
Albufeira	1.736	4.147	2.937	3.336	12,1	24,6	11,2	9,7	138,9	-29,2	13,6
Alcoutim	1.784	1.044	560	110	38,6	26,2	16,2	4,1	-41,5	-46,4	-80,4
Aljezur	2.655	1.094	1.142	858	59,2	25,3	24,5	16,4	-58,8	4,4	-24,9
Castro Marim	1.897	2.195	1.129	843	30,8	38,1	19,6	14,3	15,7	-48,6	-25,3
Faro	7.677	7.317	7.063	6.193	20,8	17,8	14,2	11,2	-4,7	-3,5	-12,3
Lagoa	1.276	3.748	2.336	2.182	10,0	27,6	13,5	11,3	193,7	-37,7	-6,6
Lagos	6.744	4.470	3.798	3.694	41,0	25,2	17,8	14,1	-33,7	-15,0	-2,7
Loulé	10.197	8.812	5.226	6.193	27,8	22,9	10,4	10,3	-13,6	-40,7	18,5
Monchique	1.274	1.845	734	504	15,4	29,3	11,8	9,3	44,8	-60,2	-31,3
Olhão	4.748	8.059	4.836	3.901	16,9	27,3	14,1	10,3	69,7	-40,0	-19,3
Portimão	6.954	8.332	6.459	5.765	24,5	26,3	16,9	12,3	19,8	-22,5	-10,7
São Brás de Alportel	1.804	1.323	790	929	28,4	20,9	9,2	10,2	-26,7	-40,3	17,6
Silves	9.841	5.059	4.678	3.802	36,8	18,5	15,9	11,9	-48,6	-7,5	-18,7
Tavira	6.195	5.348	2.958	2.297	29,9	25,8	13,5	10,1	-13,7	-44,7	-22,3
Vila do Bispo	1.175	1.233	763	560	24,4	25,4	16,4	12,1	4,9	-38,1	-26,6
Vila Real de Santo António	2.953	3.798	2.440	2.095	22,6	32,6	16,0	12,9	28,6	-35,8	-14,1

Fonte: INE

ANEXO XI

INDICADORES DE CRACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO

Quadro XI.1.: Indicadores Demográficos, por concelho, região do Alentejo, 2011 (2009)

Zona Geográfica	Indicadores Demográficos									
	População Residente 2011	Var. Pop. 2001-2011	Densidade Populacional 2011	Índice de Envelhecimento 2011	Dimensão Média das Famílias Clássicas	Taxa de Analfabetismo 2011	População Residente Estrangeira 2011		Taxa de Desemprego (%)	Índice Poder de Compra Per Capita 2009
	N.º	%	Hab/Km2	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Portugal	**10.562.178**	**2,0**	**114,5**	**127,8**	2,6	**5,2**	**394.496**	**3,7**	**13,2**	**100,0**
Continente	**10.047.621**	**1,8**	**112,8**	**130,6**	2,6	**5,2**	**385.530**	**3,8**	**13,2**	**100,5**
Alentejo	**757.302**	**-2,5**	**24,0**	**178,0**	2,5	**9,6**	**23.577**	**3,1**	**12,8**	**88,4**
Alentejo Litoral	**97.925**	**-2,1**	**18,4**	**188,9**	2,4	**11,6**	**5.469**	**5,6**	**10,9**	**95,3**
Odemira	26.066	-0,2	15,2	216,2	2,3	15,7	2.404	9,2	13,7	73,3
Alcácer do Sal	13.046	-8,7	8,7	194,7	2,5	13,2	320	2,5	11,1	83,3
Grândola	14.826	-0,5	18,0	206,2	2,4	12,5	724	4,9	11,1	99,1
Santiago do Cacém	29.749	-4,4	28,1	192,2	2,4	9,6	1.130	3,8	9,1	100,2
Sines	14.238	4,9	70,0	121,1	2,5	5,9	891	6,3	9,7	132,6
Alto Alentejo	**118.410**	**-6,8**	**19,0**	**215,4**	2,4	**11,0**	**2.760**	**2,3**	**15,7**	**85,0**
Mora	4.978	-14,0	11,2	328,6	2,3	14,0	63	1,3	13,5	69,5
Alter do Chão	3.562	-9,6	9,8	309,6	2,3	12,5	118	3,3	13,5	78,1
Arronches	3.165	-6,6	10,1	322,0	2,4	16,5	70	2,2	14,4	65,1
Avis	4.571	-12,1	7,5	270,9	2,3	13,3	169	3,7	16,1	62,8
Campo Maior	8.456	0,8	34,2	139,2	2,6	9,7	265	3,1	15,1	98,7
Castelo de Vide	3.407	-12,0	12,9	328,2	2,3	13,1	92	2,7	10,0	72,2
Crato	3.708	-14,7	9,3	371,2	2,3	13,3	68	1,8	12,2	67,0
Elvas	23.078	-1,2	36,6	142,9	2,5	8,2	752	3,3	18,4	91,4
Fronteira	3.410	-8,6	13,7	219,2	2,5	12,7	75	2,2	15,1	77,6
Gavião	4.132	-15,5	14,0	470,7	2,3	15,4	26	0,6	18,3	64,5
Marvão	3.512	-12,8	22,7	348,3	2,3	13,2	128	3,6	10,0	59,5
Monforte	3.329	-1,9	7,9	195,3	2,5	17,3	41	1,2	15,1	69,2
Nisa	7.450	-13,2	12,9	400,9	2,2	12,9	99	1,3	12,4	68,9
Ponte de Sor	16.722	-7,8	19,9	200,9	2,5	12,2	296	1,8	20,9	81,1
Portalegre	24.930	-4,0	55,8	178,9	2,4	7,7	498	2,0	13,2	108,8
Alentejo Central	**166.822**	**-3,9**	**23,1**	**183,7**	2,4	**9,3**	**3.560**	**2,1**	**11,2**	**88,9**
Alandroal	5.843	-11,3	10,8	267,2	2,4	13,9	86	1,5	15,6	54,1
Arraiolos	7.363	-3,3	10,8	211,8	2,4	10,0	115	1,6	10,0	67,3
Borba	7.333	-5,8	50,5	229,5	2,5	12,4	133	1,8	14,0	68,2
Estremoz	14.318	-8,6	27,9	245,0	2,4	11,9	270	1,9	10,9	89,0
Évora	56.596	0,1	43,3	137,1	2,5	5,5	1.492	2,6	10,6	118,7
Montemor-o-Novo	17.437	-6,1	14,1	238,8	2,4	11,4	382	2,2	8,3	79,5
Mourão	2.663	-17,6	9,6	165,8	2,6	11,8	34	1,3	22,9	58,4
Portel	6.428	-9,6	10,7	221,3	2,4	12,2	83	1,3	15,4	58,0
Redondo	7.031	-3,5	19,0	201,0	2,5	10,4	154	2,2	12,7	64,6
Reguengos de Monsaraz	10.828	-4,9	23,3	169,5	2,5	10,4	272	2,5	13,3	80,5
Vendas Novas	11.846	2,0	53,3	178,0	2,5	8,2	233	2,0	8,5	87,1
Viana do Alentejo	5.743	2,3	14,6	178,3	2,5	12,4	122	2,1	9,6	65,2
Vila Viçosa	8.319	-6,2	42,7	183,9	2,5	9,3	101	1,2	11,6	80,6
Sousel	5.074	-12,2	18,2	246,4	2,4	14,0	83	1,6	12,8	65,7
Baixo Alentejo	**126.692**	**-6,2**	**14,8**	**188,8**	2,5	**11,1**	**3.030**	**2,4**	**14,5**	**82,1**
Aljustrel	9.257	-12,4	20,2	221,8	2,4	10,3	101	1,1	14,4	77,5
Almodôvar	7.449	-8,6	9,6	253,8	2,4	15,1	127	1,7	12,8	68,1
Alvito	2.504	-6,9	9,5	217,2	2,3	13,9	99	4,0	10,1	61,7
Barrancos	1.834	-4,7	10,9	185,4	2,5	9,0	31	1,7	16,5	62,5
Beja	35.854	0,3	31,3	140,7	2,5	7,5	965	2,7	11,5	112,7
Castro Verde	7.276	-4,3	12,8	184,9	2,4	8,8	148	2,0	10,3	87,3
Cuba	4.878	-2,3	28,4	195,3	2,5	10,0	179	3,7	14,7	67,2
Ferreira do Alentejo	8.255	-8,4	12,7	218,4	2,4	13,0	285	3,5	16,3	77,0
Mértola	7.274	-16,5	5,6	377,9	2,3	14,9	124	1,7	12,0	59,0
Moura	15.167	-8,6	15,8	148,9	2,6	12,7	247	1,6	19,9	70,0
Ourique	5.389	-13,1	8,1	319,8	2,3	15,9	210	3,9	12,6	63,1
Serpa	15.623	-6,6	14,1	206,7	2,5	13,1	299	1,9	20,5	68,5
Vidigueira	5.932	-4,1	18,7	177,9	2,5	11,2	215	3,6	14,4	67,7
Lezíria do Tejo	**247.453**	**2,8**	**57,9**	**150,4**	2,5	**7,5**	**8.758**	**3,5**	**12,7**	**90,1**
Azambuja	21.814	4,7	83,1	137,1	2,5	6,5	1.171	5,4	11,6	108,1
Almeirim	23.376	6,5	105,2	145,2	2,5	9,0	706	3,0	14,1	88,2
Alpiarça	7.702	-4,0	80,8	164,8	2,5	9,2	199	2,6	14,0	69,2
Benavente	29.019	24,8	55,7	90,4	2,6	5,3	2.055	7,1	13,6	101,9
Cartaxo	24.462	4,6	154,7	141,6	2,5	5,1	851	3,5	12,0	88,1
Chamusca	10.120	-11,9	13,6	230,6	2,4	9,5	96	0,9	11,6	62,6
Coruche	19.944	-6,5	17,9	245,6	2,4	14,6	349	1,7	12,9	74,2
Golegã	5.465	-4,3	71,3	187,6	2,5	7,9	55	1,0	11,1	72,3
Rio Maior	21.192	0,4	77,7	137,1	2,5	5,8	735	3,5	11,3	82,7
Salvaterra de Magos	22.159	9,9	90,8	150,2	2,6	11,0	491	2,2	17,5	77,3
Santarém	62.200	-2,1	111,0	159,3	2,5	5,6	2.050	3,3	11,0	100,9

Fonte: INE

Quadro XI.2.: Núcleos Familiares, por concelho, região do Alentejo, 2001-2011

Zona Geográfica	Núcleos Familiares 2001				Núcleos Familiares 2011				Var. Núcleos Familiares 2001-2011			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%											
Portugal	**31,8**	**36,5**	**24,8**	**6,9**	**35,1**	**37,9**	**22,3**	**4,8**	**16,0**	**9,0**	**-5,6**	**-27,5**
Continente	**32,1**	**36,6**	**24,7**	**6,5**	**35,5**	**37,9**	**22,1**	**4,6**	**15,7**	**8,2**	**-6,4**	**-26,8**
Alentejo	**38,1**	**34,7**	**22,4**	**4,8**	**40,0**	**36,1**	**19,9**	**4,1**	**3,4**	**2,6**	**-12,6**	**-16,3**
Alentejo Litoral	**38,6**	**36,0**	**21,1**	**4,3**	**41,6**	**37,3**	**17,7**	**3,5**	**6,6**	**2,5**	**-17,1**	**-19,9**
Odemira	40,9	35,0	19,7	4,4	42,2	36,4	17,7	3,7	2,7	3,5	-10,2	-17,4
Alcácer do Sal	39,2	34,4	22,2	4,2	41,5	36,7	18,3	3,5	-2,0	-1,1	-24,0	-22,5
Grândola	43,2	35,0	18,3	3,5	43,3	36,8	16,7	3,3	-0,9	4,0	-9,9	-6,9
Santiago do Cacém	36,4	37,4	22,0	4,1	42,1	37,6	17,4	2,9	13,2	-1,8	-22,7	-31,2
Sines	33,3	37,4	23,9	5,4	37,5	39,2	18,8	4,5	21,1	12,6	-15,2	-10,5
Alto Alentejo	**40,3**	**33,1**	**21,6**	**5,0**	**41,2**	**35,4**	**19,3**	**4,1**	**-4,6**	**0,2**	**-16,4**	**-23,6**
Mora	42,9	30,9	21,8	4,3	47,6	31,6	17,3	3,4	-3,8	-11,4	-31,3	-31,6
Alter do Chão	46,7	28,9	20,2	4,3	47,0	33,4	16,7	2,9	-6,8	7,0	-23,3	-37,3
Arronches	42,8	33,7	17,4	6,1	41,2	36,4	18,2	4,2	-12,1	-1,5	-5,1	-37,1
Avis	44,4	32,8	18,5	4,3	45,8	33,8	16,9	3,5	-11,1	-11,1	-21,0	-30,4
Campo Maior	34,9	31,6	25,8	7,8	35,7	35,5	23,2	5,5	7,0	17,2	-5,9	-25,8
Castelo de Vide	43,6	31,9	19,5	5,1	46,5	33,2	17,3	3,0	-3,9	-6,1	-20,1	-46,7
Crato	44,4	34,9	17,0	3,7	45,7	36,3	16,2	1,9	-11,8	-10,8	-18,7	-57,1
Elvas	35,1	33,9	24,0	7,0	36,2	36,1	21,7	5,9	3,1	6,5	-9,6	-14,9
Fronteira	40,5	34,2	20,2	5,1	41,9	35,4	17,6	5,1	-4,4	-4,4	-19,7	-7,0
Gavião	51,9	30,5	14,8	2,8	51,9	31,8	13,5	2,7	-17,7	-14,3	-25,1	-18,6
Marvão	48,0	31,8	16,1	4,0	47,2	33,8	15,9	3,2	-16,3	-9,6	-16,0	-31,4
Monforte	42,7	30,7	20,9	5,7	41,5	33,5	18,4	6,6	-4,5	7,2	-13,5	14,3
Nisa	49,6	28,5	19,1	2,8	48,4	32,5	16,7	2,4	-17,0	-3,1	-25,8	-28,6
Ponte de Sor	40,2	33,9	21,4	4,5	39,9	36,0	20,3	3,8	-9,3	-3,2	-13,7	-22,4
Portalegre	36,0	35,5	24,0	4,6	39,0	37,7	19,8	3,5	5,5	3,6	-19,6	-26,2
Alentejo Central	**37,4**	**34,7**	**23,1**	**4,8**	**39,4**	**36,2**	**20,4**	**4,0**	**2,8**	**1,4**	**-13,9**	**-19,1**
Alandroal	41,8	32,9	20,5	4,8	43,0	34,3	18,8	3,9	-8,1	-6,7	-17,8	-27,6
Arraiolos	38,8	33,8	22,3	5,1	40,9	34,0	21,8	3,3	3,0	-1,4	-4,3	-36,4
Borba	35,2	37,2	24,1	3,5	39,3	38,6	19,1	3,0	7,3	-0,3	-24,1	-17,6
Estremoz	39,3	35,1	21,0	4,6	42,0	36,0	18,2	3,8	-0,7	-4,7	-19,1	-23,9
Évora	33,4	35,8	25,4	5,4	36,6	37,7	21,3	4,4	11,8	7,2	-14,3	-16,6
Montemor-o-Novo	42,0	31,8	21,9	4,2	43,9	33,0	19,1	3,9	-1,4	-2,2	-17,5	-13,1
Mourão	38,0	28,4	26,2	7,4	39,1	29,8	22,9	8,2	-7,2	-5,2	-21,3	0,0
Portel	41,0	32,1	21,8	5,0	39,6	35,0	21,0	4,4	-13,0	-1,7	-13,0	-20,4
Redondo	39,1	32,9	22,2	5,8	38,3	37,7	20,3	3,8	-3,7	12,6	-10,4	-35,2
Reguengos de Monsaraz	37,6	35,0	22,8	4,6	38,3	36,0	22,2	3,5	-1,6	-0,6	-6,0	-25,8
Vendas Novas	40,6	36,5	19,6	3,3	43,3	35,4	18,3	3,0	9,9	-0,1	-4,3	-5,7
Viana do Alentejo	41,5	31,4	23,5	3,7	37,9	35,6	22,5	4,0	-7,6	14,5	-3,2	11,1
Vila Viçosa	31,3	39,0	25,8	3,9	37,2	38,9	21,0	2,9	13,7	-4,7	-22,0	-27,6
Sousel	42,0	33,9	19,1	5,0	42,0	33,9	19,8	4,3	-13,0	-13,0	-9,3	-25,0
Baixo Alentejo	**36,8**	**34,6**	**23,5**	**5,2**	**39,3**	**35,5**	**20,7**	**4,5**	**1,5**	**-2,2**	**-16,2**	**-17,6**
Aljustrel	35,0	36,8	24,5	3,6	40,4	37,7	19,2	2,7	3,8	-7,7	-29,5	-32,8
Almodôvar	41,1	32,5	21,6	4,8	43,7	33,0	20,0	3,3	-1,8	-6,1	-14,3	-37,0
Alvito	38,1	33,1	23,2	5,6	41,9	34,0	20,1	4,0	5,2	-1,6	-17,1	-31,0
Barrancos	31,0	35,2	26,8	7,1	31,3	37,6	25,7	5,4	-1,2	4,7	-6,1	-25,6
Beja	34,0	36,8	24,2	5,0	37,0	36,9	21,4	4,7	9,5	1,1	-11,1	-5,2
Castro Verde	35,2	35,4	24,6	4,8	38,1	34,7	23,1	4,0	6,3	-3,8	-7,9	-17,6
Cuba	38,8	32,4	24,0	4,8	39,7	34,7	21,7	3,8	-0,9	3,5	-12,5	-22,2
Ferreira do Alentejo	37,5	36,0	22,6	3,8	41,7	37,1	17,6	3,6	0,8	-6,6	-29,7	-15,0
Mértola	42,2	31,1	21,4	5,4	44,6	34,0	17,9	3,5	-9,2	-6,1	-28,1	-44,2
Moura	35,7	32,2	24,4	7,7	36,8	34,3	21,5	7,5	-2,9	0,5	-17,1	-7,9
Ourique	43,3	33,9	18,5	4,4	44,7	36,3	15,8	3,2	-7,7	-4,1	-23,6	-34,6
Serpa	36,8	34,2	23,6	5,4	39,1	34,1	22,3	4,5	1,1	-5,4	-10,0	-20,0
Vidigueira	39,3	32,1	23,7	4,9	39,7	34,7	21,2	4,5	-3,8	3,0	-14,9	-12,9
Lezíria do Tejo	**38,1**	**35,0**	**22,3**	**4,6**	**39,5**	**36,2**	**20,2**	**4,1**	**7,8**	**7,4**	**-5,7**	**-8,1**
Azambuja	36,0	35,6	23,2	5,2	39,4	36,8	19,8	4,0	17,3	10,6	-8,5	-15,9
Almeirim	39,5	36,5	20,7	3,3	40,0	37,8	18,9	3,3	8,8	11,4	-2,0	7,9
Alpiarça	41,6	34,5	21,1	2,9	41,7	34,6	20,3	3,4	-3,5	-3,5	-7,3	12,3
Benavente	35,5	36,7	22,7	5,1	35,8	36,9	22,2	5,1	25,6	25,1	22,2	26,2
Cartaxo	38,3	34,8	22,5	4,5	38,5	37,2	20,5	3,9	7,4	14,3	-2,7	-8,3
Chamusca	41,4	33,5	20,5	4,7	43,3	36,2	17,0	3,4	-5,9	-2,7	-25,1	-34,1
Coruche	44,8	35,4	16,9	2,9	47,7	33,3	15,8	3,1	-1,3	-12,7	-13,3	1,0
Golegã	36,0	36,5	22,2	5,3	39,3	35,9	20,5	4,3	8,0	-2,4	-8,7	-18,9
Rio Maior	34,2	34,0	25,7	6,1	36,9	36,2	22,2	4,8	9,9	8,6	-12,1	-20,2
Salvaterra de Magos	36,7	36,4	22,3	4,5	39,3	36,1	20,4	4,1	18,4	9,6	0,9	1,8
Santarém	37,4	33,8	23,6	5,2	38,7	36,0	21,1	4,3	2,6	5,7	-11,4	-18,0

Fonte: INE

Quadro XI.3.: Estrutura Etária, por concelho, região do Alentejo, 2001-2011

Zona Geográfica	2001				2011				Variação 2001-2011			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	%											
Portugal	**16,0**	**14,3**	**53,4**	**16,4**	**14,9**	**10,9**	**55,2**	**19,0**	**-5,1**	**-22,5**	**5,5**	**18,7**
Continente	**15,8**	**14,2**	**53,5**	**16,5**	**14,8**	**10,7**	**55,2**	**19,3**	**-4,7**	**-22,9**	**5,0**	**19,0**
Alentejo	**13,7**	**12,9**	**51,0**	**22,3**	**13,6**	**9,7**	**52,5**	**24,2**	**-3,6**	**-26,6**	**0,5**	**5,5**
Alentejo Litoral	**13,1**	**13,3**	**51,9**	**21,6**	**12,7**	**9,4**	**54,0**	**23,9**	**-5,3**	**-30,7**	**1,7**	**8,4**
Odemira	12,9	11,9	50,3	24,9	12,1	9,3	52,3	26,2	-6,2	-21,9	3,9	5,2
Alcácer do Sal	12,9	13,6	51,6	21,9	12,9	9,4	52,5	25,1	-8,5	-37,0	-6,9	4,6
Grândola	12,1	12,1	51,5	24,3	12,4	8,8	53,3	25,5	1,5	-27,9	3,0	4,8
Santiago do Cacém	12,8	14,4	52,7	20,2	12,3	9,0	55,0	23,7	-7,9	-39,9	-0,1	12,1
Sines	15,5	14,7	54,4	15,4	14,5	11,1	56,7	17,6	-1,9	-20,3	9,4	19,4
Alto Alentejo	**13,3**	**12,3**	**48,5**	**26,0**	**12,7**	**9,7**	**50,3**	**27,3**	**-11,0**	**-26,5**	**-3,2**	**-2,0**
Mora	11,0	12,5	46,5	30,0	10,1	7,9	48,7	33,3	-20,9	-45,4	-9,9	-4,7
Alter do Chão	12,1	10,6	44,3	33,0	10,8	8,9	46,9	33,4	-19,2	-24,2	-4,1	-8,6
Arronches	11,6	11,0	46,5	30,9	10,5	9,0	46,7	33,8	-15,3	-23,1	-6,3	2,0
Avis	12,6	10,9	47,8	28,7	11,4	10,5	47,4	30,8	-20,6	-15,3	-12,8	-5,7
Campo Maior	15,4	14,0	49,9	20,7	15,6	11,0	51,8	21,7	2,1	-21,3	4,6	5,7
Castelo de Vide	13,2	10,6	46,3	29,9	10,1	9,1	47,7	33,1	-32,7	-24,6	-9,3	-2,6
Crato	10,0	10,1	46,4	33,5	9,5	7,2	48,2	35,1	-19,5	-39,6	-11,3	-10,5
Elvas	16,1	13,5	49,4	21,1	15,5	11,4	51,1	22,1	-4,9	-16,7	2,2	3,6
Fronteira	12,9	12,2	47,0	27,9	12,8	9,5	49,5	28,2	-8,9	-28,9	-3,8	-7,9
Gavião	9,1	9,1	42,7	39,1	8,7	7,4	43,2	40,8	-19,6	-31,4	-14,5	-11,9
Marvão	10,9	10,3	46,4	32,3	9,5	8,4	49,1	33,0	-24,5	-29,5	-7,7	-10,9
Monforte	12,8	12,8	46,4	27,9	14,7	9,8	46,9	28,7	12,7	-25,5	-1,0	0,7
Nisa	9,7	9,6	44,7	36,0	9,5	7,1	45,5	37,9	-15,8	-35,8	-11,6	-8,5
Ponte de Sor	14,2	12,4	49,7	23,7	12,6	10,2	51,7	25,4	-17,8	-23,6	-4,1	-1,4
Portalegre	13,5	13,5	51,7	21,3	13,0	9,5	54,2	23,3	-7,0	-32,7	0,6	4,9
Alentejo Central	**13,9**	**13,1**	**50,6**	**22,4**	**13,3**	**9,9**	**52,3**	**24,4**	**-8,4**	**-27,0**	**-0,6**	**4,9**
Alandroal	12,4	12,1	47,5	27,9	11,4	9,4	48,8	30,4	-18,3	-31,4	-8,9	-3,4
Arraiolos	13,1	12,3	48,7	25,9	12,4	9,4	51,9	26,2	-8,6	-25,9	3,1	-2,0
Borba	13,0	12,5	51,4	23,1	11,6	9,8	52,1	26,6	-15,9	-26,7	-4,5	8,5
Estremoz	13,4	11,9	48,9	25,7	11,6	10,0	49,9	28,5	-20,6	-23,7	-6,9	1,2
Évora	14,9	14,1	52,6	18,4	14,4	10,4	55,5	19,7	-3,3	-25,9	5,6	7,2
Montemor-o-Novo	12,6	12,8	49,1	25,6	12,0	9,0	50,3	28,7	-10,2	-33,7	-3,9	5,2
Mourão	16,3	12,2	48,0	23,5	15,5	12,0	46,9	25,6	-21,8	-18,6	-19,6	-9,9
Portel	14,4	12,6	49,1	23,9	12,5	9,9	50,1	27,6	-21,8	-29,1	-7,7	4,2
Redondo	13,5	13,7	48,4	24,3	12,8	10,2	51,2	25,8	-8,7	-28,3	2,1	2,1
Reguengos de Monsaraz	14,3	12,6	49,2	23,9	14,2	10,2	51,4	24,1	-5,4	-22,5	-0,7	-3,9
Vendas Novas	13,2	12,3	54,5	20,0	14,1	8,9	51,8	25,1	9,1	-25,9	-3,0	27,7
Viana do Alentejo	14,8	13,0	47,3	25,0	14,3	10,1	50,0	25,5	-1,0	-20,1	8,1	4,7
Vila Viçosa	14,4	13,8	52,5	19,3	12,8	10,0	53,8	23,5	-16,9	-32,1	-3,9	13,8
Sousel	12,7	11,8	46,5	29,0	12,7	9,1	47,1	31,2	-12,8	-32,4	-11,1	-5,6
Baixo Alentejo	**13,6**	**12,9**	**49,6**	**24,0**	**13,3**	**10,0**	**51,5**	**25,2**	**-8,3**	**-27,2**	**-2,5**	**-1,5**
Aljustrel	13,0	13,0	50,9	23,1	11,5	9,7	53,3	25,5	-22,4	-34,8	-8,1	-3,6
Almodôvar	11,5	12,4	50,0	26,1	11,9	8,6	49,5	30,1	-5,7	-36,8	-9,5	5,5
Alvito	13,0	13,2	46,5	27,3	13,0	10,4	48,4	28,2	-7,1	-26,5	-3,0	-3,8
Barrancos	13,3	11,9	49,4	25,5	13,4	8,9	52,8	24,9	-3,5	-28,1	1,8	-6,9
Beja	14,4	13,8	51,4	20,3	15,0	10,0	54,0	21,1	4,1	-27,6	5,2	4,0
Castro Verde	13,7	13,2	50,8	22,2	13,1	10,3	52,2	24,3	-8,5	-25,0	-1,7	4,6
Cuba	14,0	12,7	47,7	25,5	13,1	10,9	50,6	25,5	-9,0	-16,7	3,5	-2,4
Ferreira do Alentejo	12,8	13,1	49,2	24,9	12,3	9,4	51,6	26,8	-12,5	-34,1	-3,9	-1,6
Mértola	11,5	10,9	45,2	32,4	9,1	8,9	47,4	34,5	-33,8	-31,8	-12,4	-10,9
Moura	15,3	13,3	49,0	22,4	15,8	10,8	49,8	23,6	-5,7	-25,7	-7,1	-3,6
Ourique	10,6	11,0	48,0	30,4	10,2	8,1	49,1	32,6	-16,2	-35,9	-11,2	-6,7
Serpa	13,8	12,4	49,4	24,3	12,5	10,5	51,1	25,8	-15,7	-20,6	-3,4	-0,8
Vidigueira	14,7	12,1	47,2	26,1	13,8	11,7	49,9	24,5	-9,9	-7,1	1,5	-9,7
Lezíria do Tejo	**14,1**	**13,1**	**53,0**	**19,8**	**14,7**	**9,6**	**53,7**	**22,0**	**6,5**	**-24,4**	**4,1**	**14,6**
Azambuja	14,1	13,2	54,2	18,5	14,7	9,0	56,2	20,1	9,5	-28,9	8,4	14,0
Almeirim	13,9	12,9	53,7	19,4	15,1	9,1	53,8	22,0	15,7	-24,9	6,5	20,6
Alpiarça	12,8	12,4	51,7	23,1	14,9	8,7	52,0	24,5	11,2	-32,6	-3,5	1,7
Benavente	16,9	13,4	54,9	14,7	17,7	10,8	55,4	16,0	30,9	0,3	26,0	35,7
Cartaxo	14,1	13,3	54,3	18,3	14,7	9,8	54,7	20,8	8,8	-23,1	5,3	19,3
Chamusca	12,5	12,9	51,6	23,0	11,6	9,3	52,2	26,8	-18,0	-36,5	-10,9	2,9
Coruche	11,7	11,9	51,4	25,0	12,0	8,4	50,2	29,4	-4,4	-33,6	-8,8	10,2
Golegã	14,3	12,6	50,7	22,4	13,4	10,0	51,3	25,2	-9,8	-24,2	-3,1	7,8
Rio Maior	15,4	13,5	52,7	18,3	15,1	10,5	53,7	20,7	-1,8	-22,2	2,3	13,5
Salvaterra de Magos	14,2	13,3	53,6	18,9	14,7	9,6	53,6	22,1	13,7	-20,8	9,9	28,6
Santarém	14,1	13,3	52,1	20,5	14,3	9,7	53,2	22,8	-0,5	-28,4	-0,1	8,5

Fonte: INE

Quadro XI.4.: Percentagem de População Residente segundo o Nível de Ensino atingido, por concelho, região do Alentejo, 2011

Zona Geográfica	População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido					
	Nenhum nível de ensino	Ensino Pré-Escolar	1º, 2º e 3º Ciclos	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
	%					
Portugal	**8,5**	**2,5**	**56,0**	**16,8**	**0,9**	**15,4**
Continente	**8,5**	**2,5**	**55,7**	**16,8**	**0,9**	**15,6**
Alentejo	**12,2**	**2,4**	**56,5**	**16,3**	**0,8**	**11,9**
Alentejo Litoral	**14,6**	**2,2**	**54,9**	**17,1**	**0,8**	**10,3**
Odemira	18,1	2,1	55,1	15,6	0,7	8,5
Alcácer do Sal	15,6	2,7	58,7	14,2	0,6	8,1
Grândola	15,4	2,1	56,8	16,3	0,7	8,7
Santiago do Cacém	12,8	2,2	52,5	18,7	1,0	12,9
Sines	10,3	2,3	54,5	19,8	1,2	11,8
Alto Alentejo	**13,4**	**2,2**	**57,3**	**15,4**	**0,6**	**11,2**
Mora	15,5	1,5	62,4	12,4	0,5	7,8
Alter do Chão	14,3	2,0	59,5	14,9	0,4	9,0
Arronches	18,6	1,7	57,1	13,8	0,6	8,2
Avis	14,6	1,8	59,7	15,3	0,5	8,0
Campo Maior	13,4	2,6	56,4	16,7	0,8	10,1
Castelo de Vide	13,4	1,7	58,8	14,6	0,5	11,0
Crato	14,7	1,5	64,2	11,9	0,4	7,4
Elvas	12,1	2,5	55,2	18,2	0,8	11,2
Fronteira	14,5	2,5	58,6	14,5	0,5	9,4
Gavião	16,6	1,4	65,1	11,3	0,5	5,2
Marvão	15,6	1,5	60,8	13,0	0,5	8,7
Monforte	19,5	2,3	57,3	12,8	0,8	7,4
Nisa	13,5	1,7	62,8	12,7	0,6	8,7
Ponte de Sor	14,2	2,1	58,6	15,1	0,5	9,4
Portalegre	10,4	2,5	52,1	16,2	0,7	18,1
Alentejo Central	**11,7**	**2,3**	**55,5**	**16,6**	**0,7**	**13,2**
Alandroal	15,4	2,0	63,9	12,1	0,4	6,3
Arraiolos	12,0	2,2	58,6	17,0	0,6	9,5
Borba	14,3	1,8	58,3	16,2	1,0	8,4
Estremoz	13,5	1,9	55,5	17,5	0,7	10,8
Évora	9,0	2,4	49,0	18,2	0,8	20,6
Montemor-o-Novo	13,4	2,2	57,9	15,3	0,6	10,6
Mourão	13,4	2,5	63,0	14,6	0,3	6,0
Portel	14,3	1,8	63,2	13,5	0,7	6,5
Redondo	12,1	2,0	62,9	14,2	0,8	8,0
Reguengos de Monsaraz	12,2	2,5	58,8	15,3	0,7	10,5
Vendas Novas	11,5	2,6	57,3	17,6	0,8	10,2
Viana do Alentejo	14,6	2,8	57,0	16,5	0,7	8,4
Vila Viçosa	11,3	2,3	58,3	17,5	0,7	9,9
Sousel	16,2	2,2	59,6	13,3	0,5	8,2
Baixo Alentejo	**13,5**	**2,4**	**56,8**	**15,2**	**0,7**	**11,4**
Aljustrel	12,1	2,1	61,3	14,2	0,5	9,8
Almodôvar	17,1	2,3	58,4	14,5	0,5	7,3
Alvito	15,6	2,3	55,7	15,9	0,8	9,7
Barrancos	14,1	2,8	57,5	17,9	0,6	7,1
Beja	10,5	3,0	50,8	17,1	0,8	17,9
Castro Verde	11,2	2,6	58,7	15,0	0,7	11,8
Cuba	12,7	2,4	56,6	16,4	0,9	10,9
Ferreira do Alentejo	16,0	2,0	59,2	13,6	0,5	8,7
Mértola	15,7	1,6	62,4	13,4	0,4	6,4
Moura	16,0	2,3	58,8	13,9	0,6	8,4
Ourique	18,3	1,8	57,6	15,1	0,3	7,0
Serpa	14,4	2,0	59,7	14,0	0,6	9,3
Vidigueira	13,0	2,3	58,4	15,5	0,9	9,9
Lezíria do Tejo	**10,4**	**2,6**	**57,3**	**16,6**	**0,9**	**12,2**
Azambuja	9,7	2,5	58,9	18,2	0,9	9,8
Almeirim	12,0	2,7	56,7	15,9	0,9	11,9
Alpiarça	11,8	2,9	59,2	14,1	0,9	11,1
Benavente	9,3	3,3	55,6	19,2	1,1	11,6
Cartaxo	8,1	2,5	57,6	17,9	1,0	12,9
Chamusca	10,6	2,2	66,1	12,9	0,5	7,6
Coruche	16,7	2,0	59,1	12,9	0,7	8,6
Golegã	9,2	2,6	59,2	17,2	0,7	11,2
Rio Maior	8,7	2,8	60,0	16,6	1,0	10,9
Salvaterra de Magos	14,4	2,3	57,2	16,4	0,8	8,9
Santarém	8,5	2,6	54,2	16,9	0,8	17,0

Fonte: INE

Quadro XI.5.: População Economicamente Ativa por Setor de Atividade e Taxa de Atividade, por concelho, região do Alentejo, 2011

Zona Geográfica	População Economicamente			Taxa de Atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	HM	H	M
	%			%		
Portugal	**3,1**	**26,5**	**70,5**	**47,6**	**51,6**	**43,9**
Continente	**2,9**	**26,9**	**70,2**	**47,6**	**51,5**	**44,0**
Alentejo	**9,4**	**22,0**	**68,7**	**45,3**	**49,5**	**41,2**
Alentejo Litoral	**11,7**	**24,8**	**63,5**	**46,2**	**51,1**	**41,3**
Odemira	22,9	18,8	58,3	44,1	49,4	38,7
Alcácer do Sal	17,5	19,2	63,3	45,6	51,2	40,4
Grândola	8,2	20,3	71,6	42,5	45,0	40,0
Santiago do Cacém	6,3	30,4	63,3	47,8	53,0	42,7
Sines	3,6	31,4	65,0	50,9	56,6	45,4
Alto Alentejo	**9,0**	**18,5**	**72,5**	**42,6**	**46,6**	**39,0**
Mora	12,0	21,0	67,0	42,1	46,8	37,7
Alter do Chão	18,0	14,3	67,6	39,6	43,8	35,9
Arronches	12,2	15,1	72,7	40,8	46,5	35,5
Avis	19,4	16,2	64,4	40,3	44,9	36,2
Campo Maior	6,5	32,0	61,4	45,6	49,7	41,8
Castelo de Vide	5,7	17,6	76,7	39,1	41,1	37,2
Crato	7,4	21,1	71,5	38,2	42,4	34,5
Elvas	8,2	14,4	77,4	44,1	47,7	40,8
Fronteira	15,9	17,0	67,0	43,8	48,7	39,3
Gavião	7,4	21,5	71,1	33,1	38,3	28,5
Marvão	7,7	18,9	73,4	38,6	42,9	34,4
Monforte	16,9	11,6	71,5	39,3	44,4	34,9
Nisa	5,9	21,5	72,6	35,4	40,4	30,8
Ponte de Sor	13,2	20,8	66,0	44,3	49,4	39,6
Portalegre	4,1	16,7	79,2	46,1	48,3	44,0
Alentejo Central	**9,5**	**21,2**	**69,3**	**45,9**	**49,8**	**42,3**
Alandroal	17,2	30,3	52,5	41,7	48,0	35,9
Arraiolos	11,7	25,4	63,0	47,3	52,3	42,7
Borba	11,7	27,8	60,5	44,4	49,2	39,7
Estremoz	10,0	19,5	70,4	44,3	48,2	40,8
Évora	4,2	17,6	78,2	48,9	51,3	46,7
Montemor-o-Novo	14,0	20,5	65,6	45,2	50,0	40,7
Mourão	12,3	16,9	70,7	41,1	45,3	37,0
Portel	19,3	22,4	58,4	43,4	49,4	37,6
Redondo	19,7	20,4	59,9	45,7	51,2	40,5
Reguengos de Monsaraz	14,0	19,8	66,2	43,6	48,6	38,7
Vendas Novas	6,5	27,6	65,8	44,0	47,8	40,5
Viana do Alentejo	12,3	22,1	65,6	45,5	49,9	41,4
Vila Viçosa	5,4	31,8	62,8	45,1	49,5	41,0
Sousel	17,7	19,7	62,6	41,3	46,5	36,8
Baixo Alentejo	**12,3**	**18,8**	**68,9**	**43,6**	**48,6**	**38,8**
Aljustrel	8,4	30,9	60,6	43,0	48,8	37,3
Almodôvar	7,2	31,7	61,0	41,1	46,5	35,9
Alvito	14,2	17,7	68,1	42,4	46,5	38,5
Barrancos	10,2	21,5	68,2	42,8	50,2	35,7
Beja	7,0	12,5	80,5	46,5	49,4	43,8
Castro Verde	7,4	29,5	63,2	45,2	51,1	39,5
Cuba	11,3	17,9	70,8	43,7	49,1	38,5
Ferreira do Alentejo	24,8	18,0	57,1	44,8	51,4	38,6
Mértola	15,3	20,9	63,7	37,7	45,0	30,5
Moura	17,5	18,9	63,6	41,5	47,4	35,7
Ourique	11,6	21,2	67,2	41,1	46,2	36,1
Serpa	18,7	16,5	64,7	43,1	48,8	37,6
Vidigueira	19,1	15,3	65,6	42,8	47,8	37,9
Lezíria do Tejo	**7,3**	**24,2**	**68,5**	**46,6**	**50,6**	**42,8**
Azambuja	4,0	22,3	73,7	46,8	49,9	43,6
Almeirim	11,6	22,0	66,4	46,8	51,2	42,9
Alpiarça	13,5	20,5	66,0	44,7	47,7	41,9
Benavente	4,8	24,3	70,9	50,9	54,2	47,7
Cartaxo	4,3	23,3	72,4	47,6	51,4	44,0
Chamusca	17,0	26,8	56,3	44,2	49,9	38,9
Coruche	17,1	26,0	56,9	43,1	48,1	38,5
Golegã	8,3	19,8	71,9	44,2	49,4	39,6
Rio Maior	5,9	32,2	61,9	47,1	51,9	42,7
Salvaterra de Magos	7,5	27,5	65,0	45,6	50,2	41,3
Santarém	4,4	22,0	73,6	46,1	49,5	42,9

Fonte: INE

Quadro XI.6.: Celebração de Casamento Católico, por concelho, região do Alentejo, 2001-2011

Zona Geográfica	Celebração de Casamentos						
	2001			2011			2001-2011
	Total	Catolico		Total	Catolico		Católico
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Portugal	**58.390**	**36.509**	**62,5**	**35.711**	**14.121**	**39,5**	**-61,3**
Continente	**55.111**	**35.433**	**64,3**	**33.805**	**13.545**	**40,1**	**-61,8**
Alentejo	**3.619**	**1.926**	**53,2**	**2.084**	**780**	**37,4**	**-59,5**
Alentejo Litoral	**406**	**183**	**45,1**	**277**	**54**	**19,5**	**-70,5**
Odemira	69	40	58,0	33	10	30,3	-75,0
Alcácer do Sal	46	19	41,3	53	7	13,2	-63,2
Grândola	107	43	40,2	40	7	17,5	-83,7
Santiago do Cacém	138	60	43,5	89	22	24,7	-63,3
Sines	46	21	45,7	62	8	12,9	-61,9
Alto Alentejo	**576**	**325**	**56,4**	**321**	**152**	**47,4**	**-53,2**
Mora	14	10	71,4	14	8	57,1	-20,0
Alter do Chão	16	12	75,0	11	6	54,5	-50,0
Arronches	19	12	63,2	6	2	33,3	-83,3
Avis	51	22	43,1	34	16	47,1	-27,3
Campo Maior	15	11	73,3	10	2	20,0	-81,8
Castelo de Vide	20	10	50,0	8	3	37,5	-70,0
Crato	126	61	48,4	66	34	51,5	-44,3
Elvas	12	4	33,3	5	3	60,0	-25,0
Fronteira	15	9	60,0	8	2	25,0	-77,8
Gavião	12	6	50,0	2	2	100,0	-66,7
Marvão	18	9	50,0	3	2	66,7	-77,8
Monforte	19	9	47,4	10	3	30,0	-66,7
Nisa	24	15	62,5	11	5	45,5	-66,7
Ponte de Sor	72	50	69,4	44	19	43,2	-62,0
Portalegre	143	85	59,4	89	45	50,6	-47,1
Alentejo Central	**817**	**421**	**51,5**	**489**	**214**	**43,8**	**-49,2**
Alandroal	33	17	51,5	15	3	20,0	-82,4
Arraiolos	31	22	71,0	18	6	33,3	-72,7
Borba	25	17	68,0	11	5	45,5	-70,6
Estremoz	70	32	45,7	48	21	43,8	-34,4
Évora	309	169	54,7	200	97	48,5	-42,6
Montemor-o-Novo	67	34	50,7	42	20	47,6	-41,2
Mourão	17	6	35,3	4	1	25,0	-83,3
Portel	30	12	40,0	10	0	0,0	-100,0
Redondo	37	16	43,2	17	5	29,4	-68,8
Reguengos de Monsaraz	58	24	41,4	27	9	33,3	-62,5
Vendas Novas	13	8	61,5	9	4	44,4	-50,0
Viana do Alentejo	66	33	50,0	39	19	48,7	-42,4
Vila Viçosa	28	10	35,7	20	5	25,0	-50,0
Sousel	33	21	63,6	29	19	65,5	-9,5
Baixo Alentejo	**539**	**284**	**52,7**	**278**	**84**	**30,2**	**-70,4**
Aljustrel	36	20	55,6	19	5	26,3	-75,0
Almodôvar	43	21	48,8	11	3	27,3	-85,7
Alvito	9	3	33,3	3	1	33,3	-66,7
Barrancos	7	7	100,0	5	3	60,0	-57,1
Beja	185	112	60,5	98	38	38,8	-66,1
Castro Verde	31	11	35,5	17	0	0,0	-100,0
Cuba	18	8	44,4	5	0	0,0	-100,0
Ferreira do Alentejo	30	14	46,7	17	1	5,9	-92,9
Mértola	16	5	31,3	14	5	35,7	0,0
Moura	72	36	50,0	41	14	34,1	-61,1
Ourique	18	13	72,2	6	1	16,7	-92,3
Serpa	58	26	44,8	27	10	37,0	-61,5
Vidigueira	16	8	50,0	15	3	20,0	-62,5
Lezíria do Tejo	**1.281**	**713**	**55,7**	**719**	**276**	**38,4**	**-61,3**
Azambuja	121	56	46,3	62	20	32,3	-64,3
Almeirim	38	21	55,3	16	5	31,3	-76,2
Alpiarça	104	55	52,9	46	3	6,5	-94,5
Benavente	105	45	42,9	77	26	33,8	-42,2
Cartaxo	153	77	50,3	96	32	33,3	-58,4
Chamusca	46	25	54,3	10	5	50,0	-80,0
Coruche	89	62	69,7	41	20	48,8	-67,7
Golegã	21	9	42,9	23	8	34,8	-11,1
Rio Maior	134	74	55,2	77	29	37,7	-60,8
Salvaterra de Magos	121	68	56,2	63	31	49,2	-54,4
Santarém	349	221	63,3	208	97	46,6	-56,1

Fonte: INE

Quadro XI.7.: População Católica, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Alentejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	Populaçao Católica								Variação População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**6.352.070**	**6.527.595**	**7.353.548**	**7.281.887**	**81,1**	**77,9**	**84,5**	**81,0**	**2,8**	**12,7**	**-1,0**
Continente	**5.996.890**	**6.177.896**	**6.994.739**	**6.893.708**	**80,4**	**77,4**	**84,2**	**80,5**	**3,0**	**13,2**	**-1,4**
Alentejo	**414.190**	**438.752**	**524.662**	**499.428**	**60,8**	**68,0**	**78,3**	**76,3**	**5,9**	**19,6**	**-4,8**
Alentejo Litoral	**33.646**	**42.487**	**56.018**	**55.891**	**39,3**	**52,8**	**64,5**	**65,4**	**26,3**	**31,8**	**-0,2**
Odemira	9.079	13.081	15.938	15.219	36,4	59,4	70,1	66,4	44,1	21,8	-4,5
Alcácer do Sal	6.548	6.305	8.262	8.096	48,4	53,1	66,4	71,3	-3,7	31,0	-2,0
Grândola	4.279	5.083	6.958	8.297	31,8	44,4	53,2	63,9	18,8	36,9	19,2
Santiago do Cacém	8.811	13.157	18.070	17.083	36,6	52,1	66,6	65,5	49,3	37,3	-5,5
Sines	4.929	4.861	6.790	7.196	51,4	49,6	59,2	59,1	-1,4	39,7	6,0
Alto Alentejo	**92.295**	**88.712**	**94.843**	**85.594**	**76,5**	**78,9**	**86,1**	**82,8**	**-3,9**	**6,9**	**-9,8**
Mora	3.530	4.293	4.373	3.409	59,0	78,9	84,9	76,2	21,6	1,9	-22,0
Alter do Chão	3.784	2.928	2.989	2.692	87,1	76,7	86,3	84,7	-22,6	2,1	-9,9
Arronches	2.688	2.074	2.310	2.217	71,8	65,5	77,1	78,3	-22,8	11,4	-4,0
Avis	2.522	2.509	3.699	3.099	50,8	52,5	81,4	76,5	-0,5	47,4	-16,2
Campo Maior	3.933	4.923	5.658	5.673	56,5	71,7	79,7	79,5	25,2	14,9	0,3
Castelo de Vide	3.232	2.804	2.978	2.648	88,2	78,7	88,6	86,5	-13,2	6,2	-11,1
Crato	4.235	3.714	3.290	2.946	86,9	84,5	84,1	87,8	-12,3	-11,4	-10,5
Elvas	16.747	15.633	16.990	16.395	81,5	79,0	86,7	84,0	-6,7	8,7	-3,5
Fronteira	3.015	2.827	2.922	2.573	80,7	82,4	89,9	86,6	-6,2	3,4	-11,9
Gavião	5.262	4.432	4.144	3.279	87,6	84,2	93,3	86,9	-15,8	-6,5	-20,9
Marvão	3.852	3.200	3.234	2.697	81,7	83,5	90,1	84,8	-16,9	1,1	-16,6
Monforte	2.921	2.492	2.660	2.258	79,8	78,6	89,9	79,5	-14,7	6,7	-15,1
Nisa	8.392	7.660	7.084	5.986	88,5	88,0	91,4	88,7	-8,7	-7,5	-15,5
Ponte de Sor	9.679	11.487	12.968	12.018	63,4	78,3	83,3	82,3	18,7	12,9	-7,3
Portalegre	18.503	17.736	19.544	17.704	81,5	82,5	86,9	81,7	-4,1	10,2	-9,4
Alentejo Central	**87.324**	**96.308**	**118.927**	**113.248**	**58,1**	**67,4**	**79,6**	**78,3**	**10,3**	**23,5**	**-4,8**
Alandroal	3.746	3.109	4.399	4.182	54,3	50,2	76,2	80,8	-17,0	41,5	-4,9
Arraiolos	4.569	4.561	5.236	5.056	60,4	66,4	79,1	78,4	-0,2	14,8	-3,4
Borba	4.269	5.086	5.616	5.476	58,4	74,1	82,9	84,5	19,1	10,4	-2,5
Estremoz	8.505	9.488	11.347	10.103	55,1	72,3	83,6	79,9	11,6	19,6	-11,0
Évora	25.910	28.612	36.681	35.885	61,3	65,8	76,3	74,1	10,4	28,2	-2,2
Montemor-o-Novo	8.664	10.258	12.766	11.762	51,2	66,3	78,6	76,7	18,4	24,4	-7,9
Mourão	2.408	1.968	2.040	1.841	83,9	75,0	75,5	81,8	-18,3	3,7	-9,8
Portel	3.925	4.823	5.067	4.791	56,7	77,8	83,3	85,1	22,9	5,1	-5,4
Redondo	4.429	4.427	5.163	4.910	62,9	67,5	81,9	80,1	0,0	16,6	-4,9
Reguengos de Monsaraz	6.380	6.128	8.010	7.418	64,9	65,2	82,1	79,9	-3,9	30,7	-7,4
Vendas Novas	5.351	6.754	8.104	7.989	60,0	76,7	80,3	78,5	26,2	20,0	-1,4
Viana do Alentejo	2.165	3.298	3.836	3.942	41,4	69,7	80,2	80,1	52,3	16,3	2,8
Vila Viçosa	2.940	4.604	6.395	6.081	41,4	62,6	84,2	83,8	56,6	38,9	-4,9
Sousel	4.063	3.192	4.267	3.812	66,4	61,1	84,6	86,0	-21,4	33,7	-10,7
Baixo Alentejo	**66.170**	**68.865**	**86.819**	**79.265**	**50,0**	**58,4**	**74,4**	**72,2**	**4,1**	**26,1**	**-8,7**
Aljustrel	3.251	4.613	5.583	5.171	30,5	46,9	60,7	63,1	41,9	21,0	-7,4
Almodôvar	6.828	4.600	6.020	5.549	77,7	62,2	83,5	84,5	-32,6	30,9	-7,8
Alvito	1.511	1.129	1.854	1.587	60,0	51,2	79,3	72,8	-25,3	64,2	-14,4
Barrancos	1.368	1.021	1.251	1.183	75,9	59,1	75,0	74,5	-25,4	22,5	-5,4
Beja	16.146	15.916	21.663	21.139	51,5	54,5	70,8	69,4	-1,4	36,1	-2,4
Castro Verde	2.615	3.704	4.746	4.342	41,5	57,9	72,4	68,7	41,6	28,1	-8,5
Cuba	2.355	3.139	3.279	3.135	48,1	68,9	76,4	73,9	33,3	4,5	-4,4
Ferreira do Alentejo	3.667	4.931	5.803	4.866	39,2	59,9	73,9	67,2	34,5	17,7	-16,1
Mértola	4.562	3.649	5.704	4.752	45,8	43,9	74,0	71,9	-20,0	56,3	-16,7
Moura	7.933	9.169	10.765	9.675	48,6	64,4	76,7	75,8	15,6	17,4	-10,1
Ourique	4.459	4.320	4.472	3.596	66,1	76,7	80,7	74,3	-3,1	3,5	-19,6
Serpa	8.358	8.862	11.797	10.424	48,3	59,5	81,9	76,3	6,0	33,1	-11,6
Vidigueira	3.117	3.812	3.882	3.846	49,5	72,7	73,5	75,2	22,3	1,8	-0,9
Lezíria do Tejo	**134.755**	**142.380**	**168.055**	**165.430**	**70,0**	**74,2**	**81,3**	**78,3**	**5,7**	**18,0**	**-1,6**
Azambuja	11.918	12.832	13.115	14.010	74,4	80,2	73,2	75,3	7,7	2,2	6,8
Almeirim	12.978	13.130	15.270	15.318	75,1	74,3	80,8	77,2	1,2	16,3	0,3
Alpiarça	2.449	2.408	5.141	4.522	35,9	37,1	73,5	69,0	-1,7	113,5	-12,0
Benavente	8.415	11.196	14.808	17.417	63,7	75,4	76,6	73,0	33,0	32,3	17,6
Cartaxo	14.002	13.651	15.967	15.944	76,0	74,5	79,5	76,4	-2,5	17,0	-0,1
Chamusca	4.548	6.949	8.047	7.555	41,5	68,4	80,0	84,5	52,8	15,8	-6,1
Coruche	13.816	14.725	15.799	14.534	64,7	73,5	83,9	82,8	6,6	7,3	-8,0
Golegã	3.772	3.906	4.331	4.010	75,3	77,9	88,5	84,8	3,6	10,9	-7,4
Rio Maior	13.499	12.956	15.346	15.163	83,8	79,4	86,0	84,3	-4,0	18,4	-1,2
Salvaterra de Magos	10.756	12.191	14.488	14.786	70,4	78,6	83,8	78,2	13,3	18,8	2,1
Santarém	38.602	38.436	45.743	42.171	74,0	74,4	83,7	79,1	-0,4	19,0	-7,8

Fonte: INE

Quadro XI.8.: População de Outras Religiões, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Alentejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Outras Religiões								Variação População Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**118.448**	**143.596**	**216.158**	**347.756**	**1,5**	**1,8**	**2,5**	**3,9**	**21,2**	**50,5**	**60,9**
Continente	**115.362**	**140.489**	**211.123**	**339.231**	**1,5**	**1,9**	**2,5**	**4,0**	**21,8**	**50,3**	**60,7**
Alentejo	**9.063**	**9.513**	**13.184**	**23.342**	**1,3**	**1,5**	**2,0**	**3,6**	**5,0**	**38,6**	**77,0**
Alentejo Litoral	**995**	**1.163**	**1.670**	**3.412**	**1,2**	**1,4**	**1,9**	**4,0**	**16,9**	**43,6**	**104,3**
Odemira	196	221	371	994	0,8	1,0	1,6	4,3	12,8	67,9	167,9
Alcácer do Sal	79	111	169	261	0,6	0,9	1,4	2,3	40,5	52,3	54,4
Grândola	247	134	187	448	1,8	1,2	1,4	3,4	-45,7	39,6	139,6
Santiago do Cacém	274	413	526	951	1,1	1,6	1,9	3,6	50,7	27,4	80,8
Sines	199	284	417	758	2,1	2,9	3,6	6,2	42,7	46,8	81,8
Alto Alentejo	**1.270**	**1.451**	**1.664**	**2.658**	**1,1**	**1,3**	**1,5**	**2,6**	**14,3**	**14,7**	**59,7**
Mora	47	39	47	73	0,8	0,7	0,9	1,6	-17,0	20,5	55,3
Alter do Chão	31	55	47	116	0,7	1,4	1,4	3,7	77,4	-14,5	146,8
Arronches	37	27	36	52	1,0	0,9	1,2	1,8	-27,0	33,3	44,4
Avis	38	55	45	64	0,8	1,2	1,0	1,6	44,7	-18,2	42,2
Campo Maior	68	58	89	236	1,0	0,8	1,3	3,3	-14,7	53,4	165,2
Castelo de Vide	16	28	26	29	0,4	0,8	0,8	0,9	75,0	-7,1	11,5
Crato	47	51	56	82	1,0	1,2	1,4	2,4	8,5	9,8	46,4
Elvas	202	220	230	477	1,0	1,1	1,2	2,4	8,9	4,5	107,4
Fronteira	42	60	38	51	1,1	1,7	1,2	1,7	42,9	-36,7	34,2
Gavião	84	97	110	101	1,4	1,8	2,5	2,7	15,5	13,4	-8,2
Marvão	34	30	17	54	0,7	0,8	0,5	1,7	-11,8	-43,3	217,6
Monforte	16	13	7	26	0,4	0,4	0,2	0,9	-18,8	-46,2	271,4
Nisa	86	91	116	148	0,9	1,0	1,5	2,2	5,8	27,5	27,6
Ponte de Sor	238	349	395	600	1,6	2,4	2,5	4,1	46,6	13,2	51,9
Portalegre	284	278	405	549	1,3	1,3	1,8	2,5	-2,1	45,7	35,6
Alentejo Central	**1.880**	**1.557**	**2.191**	**3.546**	**1,2**	**1,1**	**1,5**	**2,5**	**-17,2**	**40,7**	**61,8**
Alandroal	94	73	61	104	1,4	1,2	1,1	2,0	-22,3	-16,4	70,5
Arraiolos	127	73	59	105	1,7	1,1	0,9	1,6	-42,5	-19,2	78,0
Borba	97	52	48	88	1,3	0,8	0,7	1,4	-46,4	-7,7	83,3
Estremoz	209	148	221	322	1,4	1,1	1,6	2,5	-29,2	49,3	45,7
Évora	552	565	720	1.372	1,3	1,3	1,5	2,8	2,4	27,4	90,6
Montemor-o-Novo	182	136	273	343	1,1	0,9	1,7	2,2	-25,3	100,7	25,6
Mourão	39	26	33	99	1,4	1,0	1,2	4,4	-33,3	26,9	200,0
Portel	54	64	49	70	0,8	1,0	0,8	1,2	18,5	-23,4	42,9
Redondo	112	50	75	163	1,6	0,8	1,2	2,7	-55,4	50,0	117,3
Reguengos de Monsaraz	95	92	224	299	1,0	1,0	2,3	3,2	-3,2	143,5	33,5
Vendas Novas	148	149	283	349	1,7	1,7	2,8	3,4	0,7	89,9	23,3
Viana do Alentejo	62	43	39	75	1,2	0,9	0,8	1,5	-30,6	-9,3	92,3
Vila Viçosa	56	54	61	94	0,8	0,7	0,8	1,3	-3,6	13,0	54,1
Sousel	53	32	45	63	0,9	0,6	0,9	1,4	-39,6	40,6	40,0
Baixo Alentejo	**1.685**	**1.479**	**1.681**	**3.445**	**1,3**	**1,3**	**1,4**	**3,1**	**-12,2**	**13,7**	**104,9**
Aljustrel	138	84	112	126	1,3	0,9	1,2	1,5	-39,1	33,3	12,5
Almodôvar	50	68	67	145	0,6	0,9	0,9	2,2	36,0	-1,5	116,4
Alvito	36	30	18	35	1,4	1,4	0,8	1,6	-16,7	-40,0	94,4
Barrancos	7	7	4	2	0,4	0,4	0,2	0,1	0,0	-42,9	-50,0
Beja	458	393	464	1.039	1,5	1,3	1,5	3,4	-14,2	18,1	123,9
Castro Verde	101	74	122	167	1,6	1,2	1,9	2,6	-26,7	64,9	36,9
Cuba	80	67	81	139	1,6	1,5	1,9	3,3	-16,3	20,9	71,6
Ferreira do Alentejo	126	110	70	213	1,3	1,3	0,9	2,9	-12,7	-36,4	204,3
Mértola	128	66	94	192	1,3	0,8	1,2	2,9	-48,4	42,4	104,3
Moura	219	287	335	614	1,3	2,0	2,4	4,8	31,1	16,7	83,3
Ourique	32	37	52	112	0,5	0,7	0,9	2,3	15,6	40,5	115,4
Serpa	175	148	175	453	1,0	1,0	1,2	3,3	-15,4	18,2	158,9
Vidigueira	135	108	87	208	2,1	2,1	1,6	4,1	-20,0	-19,4	139,1
Lezíria do Tejo	**3.233**	**3.863**	**5.978**	**10.281**	**1,7**	**2,0**	**2,9**	**4,9**	**19,5**	**54,8**	**72,0**
Azambuja	417	500	693	1.203	2,6	3,1	3,9	6,5	19,9	38,6	73,6
Almeirim	465	569	742	1.159	2,7	3,2	3,9	5,8	22,4	30,4	56,2
Alpiarça	96	65	167	182	1,4	1,0	2,4	2,8	-32,3	156,9	9,0
Benavente	154	325	685	1.777	1,2	2,2	3,5	7,4	111,0	110,8	159,4
Cartaxo	330	351	637	1.024	1,8	1,9	3,2	4,9	6,4	81,5	60,8
Chamusca	82	99	133	206	0,7	1,0	1,3	2,3	20,7	34,3	54,9
Coruche	242	354	404	537	1,1	1,8	2,1	3,1	46,3	14,1	32,9
Golegã	73	67	102	111	1,5	1,3	2,1	2,3	-8,2	52,2	8,8
Rio Maior	268	226	437	750	1,7	1,4	2,4	4,2	-15,7	93,4	71,6
Salvaterra de Magos	312	408	621	894	2,0	2,6	3,6	4,7	30,8	52,2	44,0
Santarém	794	899	1.357	2.438	1,5	1,7	2,5	4,6	13,2	50,9	79,7

Fonte: INE

Quadro XI.9.: População Sem Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Alentejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião								Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**253.680**	**218.862**	**342.987**	**615.332**	**3,2**	**2,8**	**3,9**	**6,8**	**-13,7**	**56,7**	**79,4**
Continente	**252.190**	**217.256**	**339.694**	**604.851**	**3,4**	**2,9**	**4,1**	**7,1**	**-13,9**	**56,4**	**78,1**
Alentejo	**49.145**	**33.180**	**42.606**	**62.400**	**7,2**	**5,1**	**6,4**	**9,5**	**-32,5**	**28,4**	**46,5**
Alentejo Litoral	**8.611**	**9.035**	**10.582**	**13.253**	**10,1**	**11,2**	**12,2**	**15,5**	**4,9**	**17,1**	**25,2**
Odemira	2.050	2.432	1.724	2.931	8,2	11,0	7,6	12,8	18,6	-29,1	70,0
Alcácer do Sal	638	978	1.158	1.237	4,7	8,2	9,3	10,9	53,3	18,4	6,8
Grândola	2.376	2.006	1.974	2.651	17,6	17,5	15,1	20,4	-15,6	-1,6	34,3
Santiago do Cacém	2.297	2.354	3.621	4.118	9,5	9,3	13,3	15,8	2,5	53,8	13,7
Sines	1.250	1.265	2.105	2.316	13,0	12,9	18,4	19,0	1,2	66,4	10,0
Alto Alentejo	**3.991**	**2.644**	**3.242**	**5.552**	**3,3**	**2,4**	**2,9**	**5,4**	**-33,8**	**22,6**	**71,3**
Mora	205	224	166	437	3,4	4,1	3,2	9,8	9,3	-25,9	163,3
Alter do Chão	111	130	86	135	2,6	3,4	2,5	4,2	17,1	-33,8	57,0
Arronches	263	113	120	201	7,0	3,6	4,0	7,1	-57,0	6,2	67,5
Avis	671	424	438	350	13,5	8,9	9,6	8,6	-36,8	3,3	-20,1
Campo Maior	365	214	244	431	5,2	3,1	3,4	6,0	-41,4	14,0	76,6
Castelo de Vide	77	44	95	114	2,1	1,2	2,8	3,7	-42,9	115,9	20,0
Crato	251	42	67	116	5,1	1,0	1,7	3,5	-83,3	59,5	73,1
Elvas	637	281	422	935	3,1	1,4	2,2	4,8	-55,9	50,2	121,6
Fronteira	73	54	64	108	2,0	1,6	2,0	3,6	-26,0	18,5	68,8
Gavião	55	41	57	120	0,9	0,8	1,3	3,2	-25,5	39,0	110,5
Marvão	57	14	57	135	1,2	0,4	1,6	4,2	-75,4	307,1	136,8
Monforte	71	42	82	116	1,9	1,3	2,8	4,1	-40,8	95,2	41,5
Nisa	115	91	155	311	1,2	1,0	2,0	4,6	-20,9	70,3	100,6
Ponte de Sor	563	538	485	868	3,7	3,7	3,1	5,9	-4,4	-9,9	79,0
Portalegre	477	392	704	1.175	2,1	1,8	3,1	5,4	-17,8	79,6	66,9
Alentejo Central	**10.868**	**6.273**	**8.121**	**12.768**	**7,2**	**4,4**	**5,4**	**8,8**	**-42,3**	**29,5**	**57,2**
Alandroal	500	162	224	492	7,2	2,6	3,9	9,5	-67,6	38,3	119,6
Arraiolos	1.082	341	370	586	14,3	5,0	5,6	9,1	-68,5	8,5	58,4
Borba	312	318	271	416	4,3	4,6	4,0	6,4	1,9	-14,8	53,5
Estremoz	738	439	482	846	4,8	3,3	3,6	6,7	-40,5	9,8	75,5
Évora	3.211	2.131	3.502	5.529	7,6	4,9	7,3	11,4	-33,6	64,3	57,9
Montemor-o-Novo	1.826	1.133	946	1.358	10,8	7,3	5,8	8,9	-38,0	-16,5	43,6
Mourão	138	55	81	136	4,8	2,1	3,0	6,0	-60,1	47,3	67,9
Portel	437	337	223	325	6,3	5,4	3,7	5,8	-22,9	-33,8	45,7
Redondo	505	325	412	509	7,2	5,0	6,5	8,3	-35,6	26,8	23,5
Reguengos de Monsaraz	363	215	504	634	3,7	2,3	5,2	6,8	-40,8	134,4	25,8
Vendas Novas	832	418	477	862	9,3	4,7	4,7	8,5	-49,8	14,1	80,7
Viana do Alentejo	448	138	167	392	8,6	2,9	3,5	8,0	-69,2	21,0	134,7
Vila Viçosa	178	208	315	485	2,5	2,8	4,1	6,7	16,9	51,4	54,0
Sousel	298	53	147	198	4,9	1,0	2,9	4,5	-82,2	177,4	34,7
Baixo Alentejo	**15.165**	**8.254**	**11.073**	**14.044**	**11,5**	**7,0**	**9,5**	**12,8**	**-45,6**	**34,2**	**26,8**
Aljustrel	2.276	1.405	1.204	1.480	21,4	14,3	13,1	18,1	-38,3	-14,3	22,9
Almodôvar	197	188	356	478	2,2	2,5	4,9	7,3	-4,6	89,4	34,3
Alvito	83	51	167	185	3,3	2,3	7,1	8,5	-38,6	227,5	10,8
Barrancos	77	23	121	107	4,3	1,3	7,2	6,7	-70,1	426,1	-11,6
Beja	3.516	2.106	3.127	4.557	11,2	7,2	10,2	15,0	-40,1	48,5	45,7
Castro Verde	1.455	964	814	1.097	23,1	15,1	12,4	17,4	-33,7	-15,6	34,8
Cuba	826	163	350	471	16,9	3,6	8,2	11,1	-80,3	114,7	34,6
Ferreira do Alentejo	872	795	780	922	9,3	9,7	9,9	12,7	-8,8	-1,9	18,2
Mértola	1.490	412	1.248	1.048	15,0	5,0	16,2	15,9	-72,3	202,9	-16,0
Moura	1.344	697	1.220	1.022	8,2	4,9	8,7	8,0	-48,1	75,0	-16,2
Ourique	517	419	350	559	7,7	7,4	6,3	11,6	-19,0	-16,5	59,7
Serpa	1.606	605	923	1.525	9,3	4,1	6,4	11,2	-62,3	52,6	65,2
Vidigueira	906	426	413	593	14,4	8,1	7,8	11,6	-53,0	-3,1	43,6
Lezíria do Tejo	**10.510**	**6.974**	**9.588**	**16.783**	**5,5**	**3,6**	**4,6**	**7,9**	**-33,6**	**37,5**	**75,0**
Azambuja	1.119	721	676	1.609	7,0	4,5	3,8	8,6	-35,6	-6,2	138,0
Almeirim	760	695	886	1.654	4,4	3,9	4,7	8,3	-8,6	27,5	86,7
Alpiarça	2.105	921	1.102	1.111	30,8	14,2	15,8	16,9	-56,2	19,7	0,8
Benavente	793	651	1.047	2.530	6,0	4,4	5,4	10,6	-17,9	60,8	141,6
Cartaxo	1.023	712	1.027	1.776	5,6	3,9	5,1	8,5	-30,4	44,2	72,9
Chamusca	504	336	456	580	4,6	3,3	4,5	6,5	-33,3	35,7	27,2
Coruche	1.345	801	955	1.224	6,3	4,0	5,1	7,0	-40,4	19,2	28,2
Golegã	112	129	139	201	2,2	2,6	2,8	4,2	15,2	7,8	44,6
Rio Maior	252	303	433	877	1,6	1,9	2,4	4,9	20,2	42,9	102,5
Salvaterra de Magos	674	294	581	1.244	4,4	1,9	3,4	6,6	-56,4	97,6	114,1
Santarém	1.823	1.411	2.286	3.977	3,5	2,7	4,2	7,5	-22,6	62,0	74,0

Fonte: INE

Quadro xXI.10: População que Não Respondeu/Não Sabe à pergunta da Religião, Total, Percentagem e Variação, por concelho, região do Alentejo, 1981, 1991, 2001, 2011

Zona Geográfica	População que Não Respondeu				População que Não Respondeu				Variação População que Não Respondeu		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Portugal	**1.114.614**	**1.477.762**	**786.822**	**744.874**	**14,2**	**17,6**	**9,0**	**8,3**	**32,6**	**-46,8**	**-5,3**
Continente	**1.097.495**	**1.445.010**	**765.853**	**725.711**	**14,7**	**18,1**	**9,2**	**8,5**	**31,7**	**-47,0**	**-5,2**
Alentejo	**209.138**	**164.216**	**89.488**	**69.358**	**30,7**	**25,4**	**13,4**	**10,6**	**-21,5**	**-45,5**	**-22,5**
Alentejo Litoral	**42.394**	**27.755**	**18.604**	**12.956**	**49,5**	**34,5**	**21,4**	**15,2**	**-34,5**	**-33,0**	**-30,4**
Odemira	13.639	6.303	4.703	3.760	54,6	28,6	20,7	16,4	-53,8	-25,4	-20,1
Alcácer do Sal	6.274	4.489	2.857	1.767	46,3	37,8	23,0	15,6	-28,5	-36,4	-38,2
Grândola	6.562	4.222	3.972	1.593	48,7	36,9	30,3	12,3	-35,7	-5,9	-59,9
Santiago do Cacém	12.716	9.346	4.915	3.936	52,8	37,0	18,1	15,1	-26,5	-47,4	-19,9
Sines	3.203	3.395	2.157	1.900	33,4	34,6	18,8	15,6	6,0	-36,5	-11,9
Alto Alentejo	**23.087**	**19.581**	**10.425**	**9.599**	**19,1**	**17,4**	**9,5**	**9,3**	**-15,2**	**-46,8**	**-7,9**
Mora	2.200	888	565	555	36,8	16,3	11,0	12,4	-59,6	-36,4	-1,8
Alter do Chão	420	702	341	235	9,7	18,4	9,8	7,4	67,1	-51,4	-31,1
Arronches	757	951	531	363	20,2	30,0	17,7	12,8	25,6	-44,2	-31,6
Avis	1.729	1.787	361	539	34,9	37,4	7,9	13,3	3,4	-79,8	49,3
Campo Maior	2.600	1.673	1.107	800	37,3	24,4	15,6	11,2	-35,7	-33,8	-27,7
Castelo de Vide	340	686	262	272	9,3	19,3	7,8	8,9	101,8	-61,8	3,8
Crato	342	586	499	213	7,0	13,3	12,8	6,3	71,3	-14,8	-57,3
Elvas	2.958	3.652	1.965	1.700	14,4	18,5	10,0	8,7	23,5	-46,2	-13,5
Fronteira	605	490	227	240	16,2	14,3	7,0	8,1	-19,0	-53,7	5,7
Gavião	587	691	131	274	9,8	13,1	2,9	7,3	17,7	-81,0	109,2
Marvão	773	589	280	293	16,4	15,4	7,8	9,2	-23,8	-52,5	4,6
Monforte	654	625	210	440	17,9	19,7	7,1	15,5	-4,4	-66,4	109,5
Nisa	894	858	393	300	9,4	9,9	5,1	4,4	-4,0	-54,2	-23,7
Ponte de Sor	4.790	2.302	1.722	1.123	31,4	15,7	11,1	7,7	-51,9	-25,2	-34,8
Portalegre	3.438	3.101	1.831	2.252	15,1	14,4	8,1	10,4	-9,8	-41,0	23,0
Alentejo Central	**50.341**	**38.792**	**20.187**	**15.071**	**33,5**	**27,1**	**13,5**	**10,4**	**-22,9**	**-48,0**	**-25,3**
Alandroal	2.563	2.852	1.087	400	37,1	46,0	18,8	7,7	11,3	-61,9	-63,2
Arraiolos	1.787	1.894	953	704	23,6	27,6	14,4	10,9	6,0	-49,7	-26,1
Borba	2.638	1.409	836	503	36,1	20,5	12,3	7,8	-46,6	-40,7	-39,8
Estremoz	5.977	3.053	1.523	1.381	38,7	23,3	11,2	10,9	-48,9	-50,1	-9,3
Évora	12.579	12.183	7.194	5.662	29,8	28,0	15,0	11,7	-3,1	-41,0	-21,3
Montemor-o-Novo	6.249	3.950	2.259	1.879	36,9	25,5	13,9	12,2	-36,8	-42,8	-16,8
Mourão	285	575	549	175	9,9	21,9	20,3	7,8	101,8	-4,5	-68,1
Portel	2.506	979	746	441	36,2	15,8	12,3	7,8	-60,9	-23,8	-40,9
Redondo	1.990	1.758	651	548	28,3	26,8	10,3	8,9	-11,7	-63,0	-15,8
Reguengos de Monsaraz	2.987	2.963	1.014	935	30,4	31,5	10,4	10,1	-0,8	-65,8	-7,8
Vendas Novas	2.590	1.486	1.224	975	29,0	16,9	12,1	9,6	-42,6	-17,6	-20,3
Viana do Alentejo	2.549	1.255	742	511	48,8	26,5	15,5	10,4	-50,8	-40,9	-31,1
Vila Viçosa	3.934	2.485	824	598	55,3	33,8	10,8	8,2	-36,8	-66,8	-27,4
Sousel	1.707	1.950	585	359	27,9	37,3	11,6	8,1	14,2	-70,0	-38,6
Baixo Alentejo	**49.216**	**39.300**	**17.128**	**13.054**	**37,2**	**33,3**	**14,7**	**11,9**	**-20,1**	**-56,4**	**-23,8**
Aljustrel	4.978	3.743	2.298	1.417	46,8	38,0	25,0	17,3	-24,8	-38,6	-38,3
Almodôvar	1.715	2.539	766	394	19,5	34,3	10,6	6,0	48,0	-69,8	-48,6
Alvito	890	996	299	372	35,3	45,1	12,8	17,1	11,9	-70,0	24,4
Barrancos	350	678	293	296	19,4	39,2	17,6	18,6	93,7	-56,8	1,0
Beja	11.259	10.792	5.347	3.745	35,9	37,0	17,5	12,3	-4,1	-50,5	-30,0
Castro Verde	2.135	1.656	876	714	33,9	25,9	13,4	11,3	-22,4	-47,1	-18,5
Cuba	1.630	1.190	584	496	33,3	26,1	13,6	11,7	-27,0	-50,9	-15,1
Ferreira do Alentejo	4.692	2.398	1.201	1.242	50,1	29,1	15,3	17,1	-48,9	-49,9	3,4
Mértola	3.786	4.181	661	617	38,0	50,3	8,6	9,3	10,4	-84,2	-6,7
Moura	6.819	4.087	1.724	1.454	41,8	28,7	12,3	11,4	-40,1	-57,8	-15,7
Ourique	1.641	857	669	572	24,3	15,2	12,1	11,8	-47,8	-21,9	-14,5
Serpa	7.176	5.287	1.512	1.268	41,4	35,5	10,5	9,3	-26,3	-71,4	-16,1
Vidigueira	2.145	896	898	467	34,0	17,1	17,0	9,1	-58,2	0,2	-48,0
Lezíria do Tejo	**44.100**	**38.788**	**23.144**	**18.678**	**22,9**	**20,2**	**11,2**	**8,8**	**-12,0**	**-40,3**	**-19,3**
Azambuja	2.561	1.939	3.424	1.786	16,0	12,1	19,1	9,6	-24,3	76,6	-47,8
Almeirim	3.067	3.277	1.999	1.706	17,8	18,5	10,6	8,6	6,8	-39,0	-14,7
Alpiarça	2.177	3.101	585	743	31,9	47,7	8,4	11,3	42,4	-81,1	27,0
Benavente	3.846	2.682	2.786	2.149	29,1	18,1	14,4	9,0	-30,3	3,9	-22,9
Cartaxo	3.077	3.609	2.452	2.121	16,7	19,7	12,2	10,2	17,3	-32,1	-13,5
Chamusca	5.834	2.770	1.420	602	53,2	27,3	14,1	6,7	-52,5	-48,7	-57,6
Coruche	5.939	4.156	1.675	1.261	27,8	20,7	8,9	7,2	-30,0	-59,7	-24,7
Golegã	1.055	912	323	408	21,0	18,2	6,6	8,6	-13,6	-64,6	26,3
Rio Maior	2.098	2.837	1.636	1.203	13,0	17,4	9,2	6,7	35,2	-42,3	-26,5
Salvaterra de Magos	3.527	2.610	1.605	1.976	23,1	16,8	9,3	10,5	-26,0	-38,5	23,1
Santarém	10.919	10.895	5.239	4.723	20,9	21,1	9,6	8,9	-0,2	-51,9	-9,8

Fonte: INE

ANEXOS XII

INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE COIMBRA

Quadro XII.1.: Área (2011), População Residente, por freguesia do concelho de Coimbra, 1900-2011

Freguesias	Área	População Residente											
	Km2	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
		N.º											
Almalaguês	23,16	2.427	2.559	2.566	2.523	3.013	3.166	3.131	3.250	3.564	3.512	3.440	3.111
Ameal	11,25	963	1.153	1.084	1.181	1.406	1.505	1.635	1.671	1.713	1.756	1.678	1.682
Antanhol	9,79	712	840	782	915	1.021	1.176	1.317	1.360	1.816	2.127	2.447	2.556
Antuzede	8,07	751	860	1.018	1.074	1.233	1.421	1.624	1.725	2.234	2.002	2.265	2.276
Arzila	3,45	476	528	544	578	617	663	653	694	959	711	728	655
Assafarge	9,73	992	993	1.072	1.166	1.299	1.398	1.447	1.471	1.713	1.866	2.268	2.746
Botão	17,27	1.233	1.329	1.272	1.331	1.410	1.522	1.489	1.551	1.720	1.625	1.683	1.588
Brasfemes	9,18	831	956	877	967	1.127	1.249	1.353	1.494	1.765	1.695	1.847	1.969
Castelo Viegas	7,46	547	531	594	577	657	1.039	1.613	1.564	1.866	1.833	1.771	1.695
Ceira	12,42	2.296	2.635	2.594	2.788	3.217	3.366	3.504	2.591	4.258	4.485	4.207	3.701
Cernache	19,17	2.866	2.927	2.811	2.850	3.010	2.964	3.030	3.175	3.494	3.650	3.871	4.048
Coimbra (Almedina)	1,01	3.006	3.332	3.441	4.284	4.121	4.332	3.705	3.520	2.348	1.953	1.521	904
Coimbra (Santa Cruz)	5,56	5.484	6.127	6.756	8.469	9.483	9.572	11.476	8.727	10.797	8.239	6.866	5.699
Coimbra (São Bartolomeu)	0,17	3.872	3.881	3.532	3.533	3.810	3.707	3.451	2.465	2.172	1.395	856	627
Coimbra (Sé Nova)	1,60	4.841	7.188	7.013	10.973	10.795	12.585	10.156	11.139	13.601	8.609	8.295	6.741
Eiras	9,81	1.223	1.528	1.576	2.235	2.780	3.538	3.988	4.711	8.201	9.655	12.052	12.097
Lamarosa	16,28	1.312	1.628	1.650	1.651	1.909	1.910	2.078	1.963	2.015	1.989	2.189	2.069
Ribeira de Frades	5,93	667	800	803	940	1.124	1.381	1.683	1.837	2.062	1.945	2.064	1.902
Santa Clara	10,16	1.909	2.450	2.920	3.406	4.135	5.473	5.706	7.607	9.902	8.609	9.637	9.929
Santo António dos Olivais	19,27	5.127	6.060	6.288	8.762	9.419	13.189	18.015	24.470	34.179	35.807	39.516	38.936
São João do Campo	7,92	1.073	1.198	1.211	1.372	1.413	1.485	1.708	1.818	2.194	2.261	2.309	2.073
São Martinho de Árvore	4,60	515	580	423	502	562	693	717	751	917	978	1.003	1.033
São Martinho do Bispo	18,75	4.470	5.113	5.229	6.023	6.225	7.666	8.534	9.503	12.154	12.484	14.246	14.147
São Paulo de Frades	14,97	1.216	1.359	1.415	1.626	1.839	2.055	2.469	3.095	3.892	4.732	5.912	5.824
São Silvestre	10,27	1.228	1.401	676	1.355	1.609	1.748	1.982	2.100	2.537	2.544	3.092	3.122
Souselas	15,74	1.247	1.421	1.351	1.564	1.770	2.004	2.221	2.376	3.086	3.159	3.146	3.092
Taveiro	9,64	1.007	1.248	1.129	1.319	1.429	1.617	1.681	1.779	2.141	1.924	2.064	1.948
Torre de Vilela	3,33	282	350	374	440	478	505	579	680	878	1.085	1.146	1.242
Torres do Mondego	16,66					2.372	2.401	2.556	2.608	2.933	2.739	2.550	2.402
Trouxemil	7,23	1.099	1.283	1.215	1.421	1.731	1.931	2.160	2.259	1.844	2.952	2.999	2.712
Vil de Matos	9,56	433	614	654	669	688	766	743	632	723	731	775	870
Total	**319,41**	**54.105**	**62.872**	**62.870**	**76.494**	**85.702**	**98.027**	**106.404**	**114.586**	**143.678**	**139.052**	**148.443**	**143.396**

Fonte: INE

Quadro XII.2.:Variação da População Residente, por freguesias do concelho de Coimbra, 1970-2011

Freguesias	Variação Pop. Residente			
	1970-1981	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%			
Almalaguês	9,7	-1,5	-2,1	-9,6
Ameal	2,5	2,5	-4,4	0,2
Antanhol	33,5	17,1	15,0	4,5
Antuzede	29,5	-10,4	13,1	0,5
Arzila	38,2	-25,9	2,4	-10,0
Assafarge	16,5	8,9	21,5	21,1
Botão	10,9	-5,5	3,6	-5,6
Brasfemes	18,1	-4,0	9,0	6,6
Castelo Viegas	19,3	-1,8	-3,4	-4,3
Ceira	64,3	5,3	-6,2	-12,0
Cernache	10,0	4,5	6,1	4,6
Coimbra (Almedina)	-33,3	-16,8	-22,1	-40,6
Coimbra (Santa Cruz)	23,7	-23,7	-16,7	-17,0
Coimbra (São Bartolomeu)	-11,9	-35,8	-38,6	-26,8
Coimbra (Sé Nova)	22,1	-36,7	-3,6	-18,7
Eiras	74,1	17,7	24,8	0,4
Lamarosa	2,6	-1,3	10,1	-5,5
Ribeira de Frades	12,2	-5,7	6,1	-7,8
Santa Clara	30,2	-13,1	11,9	3,0
Santo António dos Olivais	39,7	4,8	10,4	-1,5
São João do Campo	20,7	3,1	2,1	-10,2
São Martinho de Árvore	22,1	6,7	2,6	3,0
São Martinho do Bispo	27,9	2,7	14,1	-0,7
São Paulo de Frades	25,8	21,6	24,9	-1,5
São Silvestre	20,8	0,3	21,5	1,0
Souselas	29,9	2,4	-0,4	-1,7
Taveiro	20,3	-10,1	7,3	-5,6
Torre de Vilela	29,1	23,6	5,6	8,4
Torres do Mondego	12,5	-6,6	-6,9	-5,8
Trouxemil	-18,4	60,1	1,6	-9,6
Vil de Matos	14,4	1,1	6,0	12,3
Total	**25,4**	**-3,2**	**6,8**	**-3,4**

Fonte: INE

Quadro XII.3.: Densidade Populacional, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011

Freguesias	Densidade Populacional			
	1981	1991	2001	2011
	Hab/Km2			
Almalaguês	157	155	152	137
Ameal	152	156	149	150
Antanhol	173	203	233	244
Antuzede	245	220	248	250
Arzila	700	519	531	478
Assafarge	167	182	222	268
Botão	104	98	102	96
Brasfemes	171	164	179	191
Castelo Viegas	262	258	249	238
Ceira	333	351	329	290
Cernache	179	187	198	207
Coimbra (Almedina)	2.154	1.792	1.395	829
Coimbra (Santa Cruz)	1.977	1.509	1.258	1.044
Coimbra (São Bartolomeu)	9.873	6.341	3.891	2.850
Coimbra (Sé Nova)	9.511	6.020	5.801	4.714
Eiras	909	1.070	1.336	1.341
Lamarosa	125	123	135	128
Ribeira de Frades	338	319	338	312
Santa Clara	1.014	881	986	1.016
Santo António dos Olivais	1.787	1.872	2.066	2.035
São João do Campo	300	309	316	284
São Martinho de Árvore	281	300	308	317
São Martinho do Bispo	717	736	840	834
São Paulo de Frades	261	317	396	390
São Silvestre	207	208	252	255
Souselas	207	211	211	207
Taveiro	209	188	202	190
Torre de Vilela	198	244	258	280
Torres do Mondego	176	164	153	144
Trouxemil	236	378	384	347
Vil de Matos	88	89	95	106
Total	**33.212**	**25.565**	**23.213**	**20.172**

Fonte: INE

.

Quadro XII.4.: Estrutura Etária da População, por freguesias do concelho de Coimbra, 2001-2011

Freguesias	Estrutura Etária															
	2001				2011								Var. Est. Etária 2001-2011			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	N.º				N.º				%				%			
Almalaguês	454	478	1877	631	381	283	1687	760	12,25	9,10	54,23	24,43	-16,1	-40,8	-10,1	20,4
Ameal	235	219	882	342	202	181	898	401	12,01	10,76	53,39	23,84	-14,0	-17,4	1,8	17,3
Antanhol	348	345	1361	393	362	261	1487	446	14,16	10,21	58,18	17,45	4,0	-24,3	9,3	13,5
Antuzede	370	364	1219	312	296	236	1321	423	13,01	10,37	58,04	18,59	-20,0	-35,2	8,4	35,6
Arzila	96	97	394	141	84	60	348	163	12,82	9,16	53,13	24,89	-12,5	-38,1	-11,7	15,6
Assafarge	363	279	1285	341	403	333	1601	409	14,68	12,13	58,30	14,89	11,0	19,4	24,6	19,9
Botão	226	258	925	274	203	147	900	338	12,78	9,26	56,68	21,28	-10,2	-43,0	-2,7	23,4
Brasfemes	246	280	1054	267	277	202	1151	339	14,07	10,26	58,46	17,22	12,6	-27,9	9,2	27,0
Castelo Viegas	213	226	1008	324	196	150	955	394	11,56	8,85	56,34	23,24	-8,0	-33,6	-5,3	21,6
Ceira	534	567	2354	752	361	361	2070	909	9,75	9,75	55,93	24,56	-32,4	-36,3	-12,1	20,9
Cernache	550	500	2039	782	560	410	2262	816	13,83	10,13	55,88	20,16	1,8	-18,0	10,9	4,3
Coimbra (Almedina)	205	276	649	391	83	94	438	289	9,18	10,40	48,45	31,97	-59,5	-65,9	-32,5	-26,1
Coimbra (Santa Cruz)	787	905	3537	1637	587	595	2969	1548	10,30	10,44	52,10	27,16	-25,4	-34,3	-16,1	-5,4
Coimbra (São Bartolomeu)	69	93	380	314	45	48	304	230	7,18	7,66	48,48	36,68	-34,8	-48,4	-20,0	-26,8
Coimbra (Sé Nova)	853	1389	4416	1637	608	672	3862	1599	9,02	9,97	57,29	23,72	-28,7	-51,6	-12,5	-2,3
Eiras	2082	1782	6921	1267	1706	1363	7218	1810	14,10	11,27	59,67	14,96	-18,1	-23,5	4,3	42,9
Lamarosa	333	316	1135	405	299	202	1146	422	14,45	9,76	55,39	20,40	-10,2	-36,1	1,0	4,2
Ribeira de Frades	266	289	1137	372	237	186	1062	417	12,46	9,78	55,84	21,92	-10,9	-35,6	-6,6	12,1
Santa Clara	1236	1411	5311	1679	1288	914	5843	1884	12,97	9,21	58,85	18,97	4,2	-35,2	10,0	12,2
Santo António dos Olivais	5136	6076	22070	6234	4491	4221	22324	7900	11,53	10,84	57,34	20,29	-12,6	-30,5	1,2	26,7
São João do Campo	346	385	1224	354	274	214	1193	392	13,22	10,32	57,55	18,91	-20,8	-44,4	-2,5	10,7
São Martinho de Árvore	139	154	555	155	152	105	582	194	14,71	10,16	56,34	18,78	9,4	-31,8	4,9	25,2
São Martinho do Bispo	2166	1959	7856	2265	1800	1500	8188	2659	12,72	10,60	57,88	18,80	-16,9	-23,4	4,2	17,4
São Paulo de Frades	939	886	3341	746	829	653	3386	956	14,23	11,21	58,14	16,41	-11,7	-26,3	1,3	28,2
São Silvestre	499	466	1732	395	461	332	1790	539	14,77	10,63	57,34	17,26	-7,6	-28,8	3,3	36,5
Souselas	462	422	1791	471	428	299	1725	640	13,84	9,67	55,79	20,70	-7,4	-29,1	-3,7	35,9
Taveiro	295	282	1096	391	250	219	1121	358	12,83	11,24	57,55	18,38	-15,3	-22,3	2,3	-8,4
Torre de Vilela	181	145	668	152	194	132	696	220	15,62	10,63	56,04	17,71	7,2	-9,0	4,2	44,7
Torres do Mondego	287	326	1430	507	260	207	1325	610	10,82	8,62	55,16	25,40	-9,4	-36,5	-7,3	20,3
Trouxemil	508	445	1596	450	373	334	1464	541	13,75	12,32	53,98	19,95	-26,6	-24,9	-8,3	20,2
Vil de Matos	97	107	413	158	147	73	470	180	16,90	8,39	54,02	20,69	51,5	-31,8	13,8	13,9
Total	**20.521**	**21.727**	**81.656**	**24.539**	**17.837**	**14.987**	**81.786**	**28.786**	**12,44**	**10,45**	**57,04**	**20,07**	**-13,1**	**-31,0**	**0,2**	**17,3**

Fonte: INE

Quadro XII.5.: Índice de Envelhecimento e População Estrangeira, 2011

Freguesias	Índice de Envelhecimento 2011	População Residente Estrangeira	
	N.º	N.º	%
Almalaguês	199,5	13	0,4
Ameal	198,5	15	0,9
Antanhol	123,2	44	1,7
Antuzede	142,9	27	1,2
Arzila	194,0	2	0,3
Assafarge	101,5	40	1,5
Botão	166,5	6	0,4
Brasfemes	122,4	18	0,9
Castelo Viegas	201,0	23	1,4
Ceira	251,8	28	0,8
Cernache	145,7	55	1,4
Coimbra (Almedina)	348,2	92	10,2
Coimbra (Santa Cruz)	263,7	302	5,3
Coimbra (São Bartolomeu)	511,1	50	8,0
Coimbra (Sé Nova)	263,0	259	3,8
Eiras	106,1	440	3,6
Lamarosa	141,1	19	0,9
Ribeira de Frades	175,9	18	0,9
Santa Clara	146,3	281	2,8
Santo António dos Olivais	175,9	1140	2,9
São João do Campo	143,1	14	0,7
São Martinho de Árvore	127,6	5	0,5
São Martinho do Bispo	147,7	220	1,6
São Paulo de Frades	115,3	113	1,9
São Silvestre	116,9	42	1,3
Souselas	149,5	33	1,1
Taveiro	143,2	17	0,9
Torre de Vilela	113,4	9	0,7
Torres do Mondego	234,6	17	0,7
Trouxemil	145,0	50	1,8
Vil de Matos	122,4	4	0,5
Total	**161,4**	**4**	**0,0**

Fonte: INE

Quadro XII.6.: Estado Civil, por freguesias do concelho de Coimbra, 2011

Freguesias	Estado Civil							
	População Solteira		População Casada		População Viúva		População Divorciada	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	1.013	32,6	1.727	55,5	259	8,3	112	3,6
Ameal	545	32,4	937	55,7	143	8,5	57	3,4
Antanhol	920	36,0	1.350	52,8	149	5,8	137	5,4
Antuzede	773	34,0	1.260	55,4	143	6,3	100	4,4
Arzila	205	31,3	366	55,9	65	9,9	19	2,9
Assafarge	1.007	36,7	1.464	53,3	130	4,7	145	5,3
Botão	530	33,4	878	55,3	123	7,7	57	3,6
Brasfemes	697	35,4	1.078	54,7	107	5,4	87	4,4
Castelo Viegas	628	37,1	847	50,0	125	7,4	95	5,6
Ceira	1.227	33,2	1.989	53,7	305	8,2	180	4,9
Cernache	1.437	35,5	2.104	52,0	333	8,2	174	4,3
Coimbra (Almedina)	482	53,3	277	30,6	76	8,4	69	7,6
Coimbra (Santa Cruz)	2.412	42,3	2.221	39,0	566	9,9	500	8,8
Coimbra (São Bartolomeu)	272	43,4	181	28,9	104	16,6	70	11,2
Coimbra (Sé Nova)	3.174	47,1	2.467	36,6	526	7,8	574	8,5
Eiras	5.461	45,1	4.852	40,1	684	5,7	1.100	9,1
Lamarosa	718	34,7	1.114	53,8	181	8,7	56	2,7
Ribeira de Frades	630	33,1	993	52,2	178	9,4	101	5,3
Santa Clara	3.990	40,2	4.567	46,0	644	6,5	728	7,3
Santo António dos Olivais	16.731	43,0	16.649	42,8	2.629	6,8	2.927	7,5
São João do Campo	696	33,6	1.124	54,2	162	7,8	91	4,4
São Martinho de Árvore	345	33,4	583	56,4	64	6,2	41	4,0
São Martinho do Bispo	5.316	37,6	6.955	49,2	999	7,1	877	6,2
São Paulo de Frades	2.303	39,5	2.779	47,7	351	6,0	391	6,7
São Silvestre	1.114	35,7	1.712	54,8	176	5,6	120	3,8
Souselas	1.071	34,6	1.657	53,6	211	6,8	153	4,9
Taveiro	691	35,5	1.020	52,4	151	7,8	86	4,4
Torre de Vilela	449	36,2	658	53,0	71	5,7	64	5,2
Torres do Mondego	770	32,1	1.302	54,2	210	8,7	120	5,0
Trouxemil	984	36,3	1.375	50,7	210	7,7	143	5,3
Vil de Matos	292	33,6	489	56,2	58	6,7	31	3,6
Total	**56.883**	**39,7**	**66.975**	**46,7**	**10.133**	**7,1**	**9.405**	**6,6**

Fonte: INE

Quadro XII.7.: Tipologia de Núcleos Familiares, Total, Monoparentais e Reconstituídos, por freguesias do concelho de Coimbra, 2011

Freguesias	Total Núcleos Familiares	Núcleos Familiares Monoparentais		Núcleos Familiares Reconstituídos	
	N.º	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	995	105	10,6	14	1,4
Ameal	535	43	8,0	17	3,2
Antanhol	822	85	10,3	23	2,8
Antuzede	736	74	10,1	16	2,2
Arzila	211	16	7,6	3	1,4
Assafarge	868	85	9,8	23	2,6
Botão	527	66	12,5	8	1,5
Brasfemes	637	61	9,6	14	2,2
Castelo Viegas	512	71	13,9	10	2,0
Ceira	1.226	172	14,0	27	2,2
Cernache	1.242	125	10,1	37	3,0
Coimbra (Almedina)	207	40	19,3	2	1,0
Coimbra (Santa Cruz)	1.604	327	20,4	61	3,8
Coimbra (São Bartolomeu)	140	29	20,7	4	2,9
Coimbra (Sé Nova)	1.695	361	21,3	30	1,8
Eiras	3.637	685	18,8	124	3,4
Lamarosa	666	81	12,2	14	2,1
Ribeira de Frades	614	76	12,4	15	2,4
Santa Clara	3.102	480	15,5	96	3,1
Santo António dos Olivais	11.461	2115	18,5	271	2,4
São João do Campo	669	74	11,1	16	2,4
São Martinho de Árvore	334	28	8,4	9	2,7
São Martinho do Bispo	4.440	617	13,9	133	3,0
São Paulo de Frades	1.850	283	15,3	70	3,8
São Silvestre	1.006	109	10,8	23	2,3
Souselas	1.000	108	10,8	36	3,6
Taveiro	621	71	11,4	19	3,1
Torre de Vilela	387	38	9,8	9	2,3
Torres do Mondego	793	96	12,1	14	1,8
Trouxemil	850	116	13,6	21	2,5
Vil de Matos	287	33	11,5	3	1,0
Total	**43.674**	**33**	**0,1**	**3**	**0,0**

Fonte: INE

Quadro XII.8.: Número de Filhos por Núcleo Familiar Clássico, por freguesias do concelho de Coimbra, 2011

Concelho	Número de Filhos por Núcleo Familiar Clássico			
	Sem Filhos	1 Filho	2 Filhos	3 ou mais Filhos
	%			
Almalaguês	38,0	34,6	24,9	2,5
Ameal	37,0	37,4	23,6	2,1
Antanhol	36,6	38,3	22,1	2,9
Antuzede	39,5	34,5	22,4	3,5
Arzila	38,9	38,4	20,9	1,9
Assafarge	31,8	37,2	27,6	3,3
Botão	39,5	35,5	22,6	2,5
Brasfemes	33,1	40,3	23,5	3,0
Castelo Viegas	38,3	38,1	21,5	2,1
Ceira	41,5	37,0	18,5	2,9
Cernache	34,3	38,7	24,2	2,8
Coimbra (Almedina)	50,7	34,3	12,6	2,4
Coimbra (Santa Cruz)	41,3	37,2	17,8	3,7
Coimbra (São Bartolomeu)	48,6	35,7	11,4	4,3
Coimbra (Sé Nova)	40,1	34,8	19,6	5,5
Eiras	34,4	41,3	20,5	3,9
Lamarosa	37,5	36,9	22,7	2,9
Ribeira de Frades	38,6	41,0	16,9	3,4
Santa Clara	39,4	40,3	17,8	2,6
Santo António dos Olivais	37,7	37,1	21,2	4,0
São João do Campo	36,6	36,9	24,5	1,9
São Martinho de Árvore	37,7	35,3	24,3	2,7
São Martinho do Bispo	35,9	40,9	20,5	2,8
São Paulo de Frades	33,6	39,8	23,3	3,4
São Silvestre	34,7	35,5	26,9	2,9
Souselas	38,7	36,3	22,5	2,5
Taveiro	37,4	37,4	22,5	2,7
Torre de Vilela	30,5	42,6	23,8	3,1
Torres do Mondego	42,0	37,3	18,4	2,3
Trouxemil	35,4	37,5	23,9	3,2
Vil de Matos	37,3	38,7	21,6	2,4
Total	**37,3**	**38,1**	**21,2**	**3,3**

Fonte: INE

Quadro XII.9.: Nível de Escolaridade de População Ativa por Setor de Atividade, por freguesias do Concelho de Coimbra, 2011

Freguesias	Escolaridade				População Ativa					
	Nenhum Nível de Escolaridade		Ensino Superior		Primário		Secundário		Terciário	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	236	7,6	454	14,6	47	3,3	412	28,9	969	67,9
Ameal	185	11,0	236	14,0	5	0,7	197	28,9	480	70,4
Antanhol	182	7,1	546	21,4	5	0,4	360	30,6	813	69,0
Antuzede	206	9,1	280	12,3	16	1,6	404	39,4	606	59,1
Arzila	91	13,9	71	10,8	2	0,6	105	31,3	228	68,1
Assafarge	147	5,4	754	27,5	5	0,5	288	26,1	812	73,5
Botão	119	7,5	160	10,1	15	2,0	330	43,3	418	54,8
Brasfemes	103	5,2	338	17,2	7	0,8	271	30,6	607	68,6
Castelo Viegas	145	8,6	331	19,5	10	1,3	189	24,5	573	74,2
Ceira	285	7,7	552	14,9	86	4,4	550	28,0	1328	67,6
Cernache	284	7,0	823	20,3	19	1,1	495	28,4	1226	70,5
Coimbra (Almedina)	48	5,3	279	30,9	3	0,6	62	11,5	472	87,9
Coimbra (Santa Cruz)	353	6,2	1476	25,9	14	0,5	539	18,0	2441	81,5
Coimbra (São Bartolomeu)	82	13,1	78	12,4	2	0,6	46	14,2	275	85,1
Coimbra (Sé Nova)	207	3,1	3590	53,3	22	0,6	337	8,9	3423	90,5
Eiras	640	5,3	3362	27,8	17	0,3	1109	18,5	4870	81,2
Lamarosa	261	12,6	191	9,2	29	3,4	350	40,7	482	56,0
Ribeira de Frades	190	10,0	301	15,8	12	1,2	368	37,4	604	61,4
Santa Clara	575	5,8	3411	34,4	11	0,2	771	17,0	3754	82,8
Santo António dos Olivais	1604	4,1	18735	48,1	76	0,4	2502	12,9	16776	86,7
São João do Campo	229	11,0	204	9,8	56	5,4	344	32,9	646	61,8
São Martinho de Árvore	109	10,6	130	12,6	19	4,1	128	27,6	316	68,3
São Martinho do Bispo	980	6,9	3468	24,5	49	0,7	1490	22,5	5074	76,7
São Paulo de Frades	360	6,2	1101	18,9	24	0,8	816	28,1	2060	71,0
São Silvestre	254	8,1	430	13,8	45	3,0	428	28,4	1036	68,7
Souselas	238	7,7	331	10,7	25	1,7	595	41,4	817	56,9
Taveiro	161	8,3	381	19,6	18	1,9	308	32,0	637	66,1
Torre de Vilela	93	7,5	198	15,9	8	1,4	182	31,0	397	67,6
Torres do Mondego	246	10,2	345	14,4	11	0,9	311	26,5	853	72,6
Trouxemil	235	8,7	347	12,8	15	1,1	463	34,5	863	64,4
Vil de Matos	65	7,5	117	13,4	22	6,9	118	37,0	179	56,1
Total	**8.913**	**6,2**	**43.020**	**30,0**	**695**	**1,0**	**14.868**	**21,4**	**54.035**	**77,6**

Fonte: INE

Quadro XII.10.: Forma de Celebração dos Casamentos, por freguesia do concelho de Coimbra, 2011

Freguesias	Casamentos Celebrados				
	Total	Católicos		Civis	
	N.º	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	11	3	27,3	8	72,7
Ameal	2	2	100,0	0	0,0
Antanhol	5	1	20,0	4	80,0
Antuzede	3	3	100,0	0	0,0
Arzila	2	1	50,0	1	50,0
Assafarge	9	5	55,6	4	44,4
Botão	6	5	83,3	1	16,7
Brasfemes	3	1	33,3	2	66,7
Castelo Viegas	3	1	33,3	2	66,7
Ceira	11	6	54,5	5	45,5
Cernache	16	11	68,8	5	31,3
Coimbra (Almedina)	3	2	66,7	1	33,3
Coimbra (Santa Cruz)	16	4	25,0	12	75,0
Coimbra (São Bartolomeu)	0	0	0,0	0	0,0
Coimbra (Sé Nova)	31	13	41,9	18	58,1
Eiras	64	17	26,6	47	73,4
Lamarosa	4	4	100,0		0,0
Ribeira de Frades	4	1	25,0	3	75,0
Santa Clara	42	22	52,4	20	47,6
Santo António dos Olivais	150	62	41,3	88	58,7
São João do Campo	4	0	0,0	4	100,0
São Martinho de Árvore	3	1	33,3	2	66,7
São Martinho do Bispo	26	12	46,2	14	53,8
São Paulo de Frades	12	4	33,3	8	66,7
São Silvestre	7	4	57,1	3	42,9
Souselas	6	1	16,7	5	83,3
Taveiro	4	1	25,0	3	75,0
Torre de Vilela	3	2	66,7	1	33,3
Torres do Mondego	5	2	40,0	3	60,0
Trouxemil	7	4	57,1	3	42,9
Vil de Matos	4	0	0,0	4	100,0
Total	**466**	**195**	**41,8**	**271**	**58,2**

Fonte: INE

Quadro XII.11.: Estado Civil, por freguesias do concelho de Coimbra, 2011

Freguesias	Estado Civil							
	População Solteira		População Casada		População Viúva		População Divorciada	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	1.013	32,6	1.727	55,5	259	8,3	112	3,6
Ameal	545	32,4	937	55,7	143	8,5	57	3,4
Antanhol	920	36,0	1.350	52,8	149	5,8	137	5,4
Antuzede	773	34,0	1.260	55,4	143	6,3	100	4,4
Arzila	205	31,3	366	55,9	65	9,9	19	2,9
Assafarge	1.007	36,7	1.464	53,3	130	4,7	145	5,3
Botão	530	33,4	878	55,3	123	7,7	57	3,6
Brasfemes	697	35,4	1.078	54,7	107	5,4	87	4,4
Castelo Viegas	628	37,1	847	50,0	125	7,4	95	5,6
Ceira	1.227	33,2	1.989	53,7	305	8,2	180	4,9
Cernache	1.437	35,5	2.104	52,0	333	8,2	174	4,3
Coimbra (Almedina)	482	53,3	277	30,6	76	8,4	69	7,6
Coimbra (Santa Cruz)	2.412	42,3	2.221	39,0	566	9,9	500	8,8
Coimbra (São Bartolomeu)	272	43,4	181	28,9	104	16,6	70	11,2
Coimbra (Sé Nova)	3.174	47,1	2.467	36,6	526	7,8	574	8,5
Eiras	5.461	45,1	4.852	40,1	684	5,7	1.100	9,1
Lamarosa	718	34,7	1.114	53,8	181	8,7	56	2,7
Ribeira de Frades	630	33,1	993	52,2	178	9,4	101	5,3
Santa Clara	3.990	40,2	4.567	46,0	644	6,5	728	7,3
Santo António dos Olivais	16.731	43,0	16.649	42,8	2.629	6,8	2.927	7,5
São João do Campo	696	33,6	1.124	54,2	162	7,8	91	4,4
São Martinho de Árvore	345	33,4	583	56,4	64	6,2	41	4,0
São Martinho do Bispo	5.316	37,6	6.955	49,2	999	7,1	877	6,2
São Paulo de Frades	2.303	39,5	2.779	47,7	351	6,0	391	6,7
São Silvestre	1.114	35,7	1.712	54,8	176	5,6	120	3,8
Souselas	1.071	34,6	1.657	53,6	211	6,8	153	4,9
Taveiro	691	35,5	1.020	52,4	151	7,8	86	4,4
Torre de Vilela	449	36,2	658	53,0	71	5,7	64	5,2
Torres do Mondego	770	32,1	1.302	54,2	210	8,7	120	5,0
Trouxemil	984	36,3	1.375	50,7	210	7,7	143	5,3
Vil de Matos	292	33,6	489	56,2	58	6,7	31	3,6
Total	**56.883**	**39,7**	**66.975**	**46,7**	**10.133**	**7,1**	**9.405**	**6,6**

Fonte: INE

Quadro XII.12.: Famílias Clássicas, Núcleos Familiares e Alojamentos Familiares, por freguesias do concelho de Coimbra, 2011

Freguesias	Total Famílias Clássicas		Total Núcleos Familiares		Total Alojamentos Familiares	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	1.166	2,0	995	2,3	1.528	1,9
Ameal	611	1,1	535	1,2	712	0,9
Antanhol	947	1,6	822	1,9	1.128	1,4
Antuzede	840	1,4	736	1,7	976	1,2
Arzila	253	0,4	211	0,5	296	0,4
Assafarge	962	1,7	868	2,0	1.185	1,5
Botão	566	1,0	527	1,2	730	0,9
Brasfemes	702	1,2	637	1,5	859	1,1
Castelo Viegas	593	1,0	512	1,2	728	0,9
Ceira	1.451	2,5	1.226	2,8	1.944	2,5
Cernache	1.471	2,5	1.242	2,8	1.944	2,5
Coimbra (Almedina)	431	0,7	207	0,5	866	1,1
Coimbra (Santa Cruz)	2.634	4,5	1.604	3,7	4.031	5,1
Coimbra (São Bartolomeu)	321	0,6	140	0,3	620	0,8
Coimbra (Sé Nova)	3.008	5,2	1.695	3,9	5.437	6,9
Eiras	5.041	8,7	3.637	8,3	6.462	8,2
Lamarosa	715	1,2	666	1,5	975	1,2
Ribeira de Frades	731	1,3	614	1,4	890	1,1
Santa Clara	4.179	7,2	3.102	7,1	5.558	7,0
Santo António dos Olivais	17.145	29,5	11.461	26,2	24.497	30,9
São João do Campo	744	1,3	669	1,5	844	1,1
São Martinho de Árvore	345	0,6	334	0,8	421	0,5
São Martinho do Bispo	5.454	9,4	4.440	10,2	7.148	9,0
São Paulo de Frades	2.185	3,8	1.850	4,2	2.627	3,3
São Silvestre	1.074	1,8	1.006	2,3	1.271	1,6
Souselas	1.115	1,9	1.000	2,3	1.411	1,8
Taveiro	734	1,3	621	1,4	874	1,1
Torre de Vilela	437	0,8	387	0,9	491	0,6
Torres do Mondego	952	1,6	793	1,8	1.246	1,6
Trouxemil	989	1,7	850	1,9	1.178	1,5
Vil de Matos	305	0,5	287	0,7	372	0,5
Total	**58.101**	**100,0**	**43.674**	**100,0**	**79.249**	**100,0**

Fonte: INE

Quadro XII.13.: População Católica, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001, 2011

Freguesias	População Católica								Variação População Católica			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001_2011	1981-2011
	N.º				%				%			
Almalaguês	2705	2893	2.869	2.488	95,2	93,7	96,1	91,1	7,0	-0,8	-13,3	-8,0
Ameal	1320	1329	1.283	1.247	93,1	86,9	88,9	84,3	0,7	-3,5	-2,8	-5,5
Antanhol	1332	1501	1.719	1.747	89,8	83,2	81,9	79,6	12,7	14,5	1,6	31,2
Antuzede	1351	1393	1.715	1.647	79,3	83,0	90,5	83,2	3,1	23,1	-4,0	21,9
Arzila	731	565	575	494	92,4	90,4	91,0	86,5	-22,7	1,8	-14,1	-32,4
Assafarge	1328	1456	1.672	1.937	93,2	90,1	87,8	82,7	9,6	14,8	15,8	45,9
Botão	1199	1236	1.301	1.272	89,9	88,2	89,3	91,8	3,1	5,3	-2,2	6,1
Brasfemes	1195	1236	1.400	1.463	85,9	85,4	87,4	86,5	3,4	13,3	4,5	22,4
Castelo Viegas	1143	1162	1.294	1.209	92,3	71,4	83,1	80,7	1,7	11,4	-6,6	5,8
Ceira	2331	2645	3.108	2.826	67,0	68,9	84,6	84,6	13,5	17,5	-9,1	21,2
Cernache	2421	2794	2.917	2.809	83,7	88,7	87,8	80,5	15,4	4,4	-3,7	16,0
Coimbra (Almedina)	1363	1199	1.055	589	78,3	70,4	80,2	71,7	-12,0	-12,0	-44,2	-56,8
Coimbra (Santa Cruz)	7387	5525	4.923	3.901	81,3	75,4	81,0	76,3	-25,2	-10,9	-20,8	-47,2
Coimbra (São Bartolomeu)	1478	999	514	403	77,9	78,6	65,3	69,2	-32,4	-48,5	-21,6	-72,7
Coimbra (Sé Nova)	7154	5840	5.575	4.294	78,1	75,3	74,9	70,0	-18,4	-4,5	-23,0	-40,0
Eiras	5396	6126	7.991	7.768	83,4	74,8	80,2	74,8	13,5	30,4	-2,8	44,0
Lamarosa	1134	1505	1.669	1.538	75,8	88,4	89,9	86,9	32,7	10,9	-7,8	35,6
Ribeira de Frades	1485	1361	1.542	1.439	90,7	80,1	85,8	86,4	-8,4	13,3	-6,7	-3,1
Santa Clara	6006	5515	6.744	6.627	75,5	73,1	80,3	76,7	-8,2	22,3	-1,7	10,3
Santo António dos Olivais	21091	23200	26.647	24.840	79,1	74,1	77,5	72,1	10,0	14,9	-6,8	17,8
São João do Campo	1644	1757	1.778	1.614	96,8	92,9	90,6	89,7	6,9	1,2	-9,2	-1,8
São Martinho de Árvore	666	782	769	784	94,7	95,4	89,0	89,0	17,4	-1,7	2,0	17,7
São Martinho do Bispo	7950	8052	10.049	9.789	79,9	75,5	83,2	79,3	1,3	24,8	-2,6	23,1
São Paulo de Frades	2188	2954	4.138	3.971	71,3	74,2	83,2	79,5	35,0	40,1	-4,0	81,5
São Silvestre	1877	1900	2.413	2.340	96,7	88,6	93,1	87,9	1,2	27,0	-3,0	24,7
Souselas	1833	1682	2.275	2.296	77,4	62,5	84,8	86,2	-8,2	35,3	0,9	25,3
Taveiro	1675	1418	1.603	1.475	96,2	86,4	90,6	86,9	-15,3	13,0	-8,0	-11,9
Torre de Vilela	508	843	869	915	73,7	91,3	90,1	87,3	65,9	3,1	5,3	80,1
Torres do Mondego	2032	1956	2.047	1.800	84,6	82,3	90,5	84,0	-3,7	4,7	-12,1	-11,4
Trouxemil	1227	1808	2.154	1.925	84,5	72,4	86,5	82,3	47,4	19,1	-10,6	56,9
Vil de Matos	571	514	604	634	93,6	80,4	89,1	87,7	-10,0	17,5	5,0	11,0
Total	**91.721**	**93.146**	**105.212**	**98.081**	**81,4**	**77,3**	**82,2**	**78,1**	**1,6**	**13,0**	**-6,8**	**6,9**

Fonte: INE

Quadro XII.14.: População de Outras Religiões, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001, 2011

Freguesias	População Outras Religiões								Variação Pop. Outras Religiões		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Almalaguês	9	29	23	19	0,3	0,9	0,8	0,7	222,2	-20,7	-17,4
Ameal	3	9	45	36	0,2	0,6	3,1	2,4	200,0	400,0	-20,0
Antanhol	52	77	80	92	3,5	4,3	3,8	4,2	48,1	3,9	15,0
Antuzede	22	38	30	66	1,3	2,3	1,6	3,3	72,7	-21,1	120,0
Arzila	3	15	23	21	0,4	2,4	3,6	3,7	400,0	53,3	-8,7
Assafarge	10	17	44	74	0,7	1,1	2,3	3,2	70,0	158,8	68,2
Botão	9	15	14	22	0,7	1,1	1,0	1,6	66,7	-6,7	57,1
Brasfemes	8	10	33	45	0,6	0,7	2,1	2,7	25,0	230,0	36,4
Castelo Viegas	12	36	36	32	1,0	2,2	2,3	2,1	200,0	0,0	-11,1
Ceira	39	42	53	64	1,1	1,1	1,4	1,9	7,7	26,2	20,8
Cernache	48	43	77	89	1,7	1,4	2,3	2,6	-10,4	79,1	15,6
Coimbra (Almedina)	46	30	47	42	2,6	1,8	3,6	5,1	-34,8	56,7	-10,6
Coimbra (Santa Cruz)	251	181	202	224	2,8	2,5	3,3	4,4	-27,9	11,6	10,9
Coimbra (São Bartolomeu)	43	51	41	33	2,3	4,0	5,2	5,7	18,6	-19,6	-19,5
Coimbra (Sé Nova)	146	127	142	182	1,6	1,6	1,9	3,0	-13,0	11,8	28,2
Eiras	167	221	325	477	2,6	2,7	3,3	4,6	32,3	47,1	46,8
Lamarosa	26	48	57	58	1,7	2,8	3,1	3,3	84,6	18,8	1,8
Ribeira de Frades	44	38	35	49	2,7	2,2	1,9	2,9	-13,6	-7,9	40,0
Santa Clara	264	263	350	360	3,3	3,5	4,2	4,2	-0,4	33,1	2,9
Santo António dos Olivais	511	708	796	1.090	1,9	2,3	2,3	3,2	38,6	12,4	36,9
São João do Campo	4	21	34	38	0,2	1,1	1,7	2,1	425,0	61,9	11,8
São Martinho de Árvore	1	4	5	13	0,1	0,5	0,6	1,5	300,0	25,0	160,0
São Martinho do Bispo	218	264	379	527	2,2	2,5	3,1	4,3	21,1	43,6	39,1
São Paulo de Frades	45	52	141	222	1,5	1,3	2,8	4,4	15,6	171,2	57,4
São Silvestre	5	21	18	37	0,3	1,0	0,7	1,4	320,0	-14,3	105,6
Souselas	51	51	72	95	2,2	1,9	2,7	3,6	0,0	41,2	31,9
Taveiro	7	17	21	26	0,4	1,0	1,2	1,5	142,9	23,5	23,8
Torre de Vilela	6	8	10	23	0,9	0,9	1,0	2,2	33,3	25,0	130,0
Torres do Mondego	73	68	49	58	3,0	2,9	2,2	2,7	-6,8	-27,9	18,4
Trouxemil	26	46	67	87	1,8	1,8	2,7	3,7	76,9	45,7	29,9
Vil de Matos	3	4	9	16	0,5	0,6	1,3	2,2	33,3	125,0	77,8
Total	**2.152**	**2.554**	**3.258**	**4.217**	**1,9**	**2,1**	**2,5**	**3,4**	**18,7**	**27,6**	**29,4**

Fonte: INE

Quadro XII.15.: População Sem Religião, por freguesias do concelho de Coimbra, 1981, 1991, 2001, 2011

Freguesias	População Sem Religião								Variação Pop. Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	N.º				%				%		
Almalaguês	12	9	15	55	0,4	0,3	0,5	2,0	-25,0	66,7	266,7
Ameal	11	10	11	49	0,8	0,7	0,8	3,3	-9,1	10,0	345,5
Antanhol	25	34	59	151	1,7	1,9	2,8	6,9	36,0	73,5	155,9
Antuzede	23	17	34	75	1,4	1,0	1,8	3,8	-26,1	100,0	120,6
Arzila	6	4	3	21	0,8	0,6	0,5	3,7	-33,3	-25,0	600,0
Assafarge	9	21	56	123	0,6	1,3	2,9	5,2	133,3	166,7	119,6
Botão	2	15	9	22	0,2	1,1	0,6	1,6	650,0	-40,0	144,4
Brasfemes	12	12	32	88	0,9	0,8	2,0	5,2	0,0	166,7	175,0
Castelo Viegas	32	25	38	67	2,6	1,5	2,4	4,5	-21,9	52,0	76,3
Ceira	36	52	72	142	1,0	1,4	2,0	4,3	44,4	38,5	97,2
Cernache	26	38	84	160	0,9	1,2	2,5	4,6	46,2	121,1	90,5
Coimbra (Almedina)	71	58	84	123	4,1	3,4	6,4	15,0	-18,3	44,8	46,4
Coimbra (Santa Cruz)	409	229	312	432	4,5	3,1	5,1	8,5	-44,0	36,2	38,5
Coimbra (São Bartolomeu)	81	51	36	48	4,3	4,0	4,6	8,2	-37,0	-29,4	33,3
Coimbra (Sé Nova)	556	458	728	890	6,1	5,9	9,8	14,5	-17,6	59,0	22,3
Eiras	234	272	529	920	3,6	3,3	5,3	8,9	16,2	94,5	73,9
Lamarosa	13	13	25	74	0,9	0,8	1,3	4,2	0,0	92,3	196,0
Ribeira de Frades	9	16	42	59	0,5	0,9	2,3	3,5	77,8	162,5	40,5
Santa Clara	321	268	427	820	4,0	3,6	5,1	9,5	-16,5	59,3	92,0
Santo António dos Olivais	1.444	1.525	2815	4.103	5,4	4,9	8,2	11,9	5,6	84,6	45,8
São João do Campo	13	15	29	48	0,8	0,8	1,5	2,7	15,4	93,3	65,5
São Martinho de Árvore	6	6	3	15	0,9	0,7	0,3	1,7	0,0	-50,0	400,0
São Martinho do Bispo	157	228	447	815	1,6	2,1	3,7	6,6	45,2	96,1	82,3
São Paulo de Frades	33	70	174	298	1,1	1,8	3,5	6,0	112,1	148,6	71,3
São Silvestre	7	10	46	86	0,4	0,5	1,8	3,2	42,9	360,0	87,0
Souselas	21	28	84	107	0,9	1,0	3,1	4,0	33,3	200,0	27,4
Taveiro	7	12	15	75	0,4	0,7	0,8	4,4	71,4	25,0	400,0
Torre de Vilela	9	6	25	49	1,3	0,7	2,6	4,7	-33,3	316,7	96,0
Torres do Mondego	25	25	45	112	1,0	1,1	2,0	5,2	0,0	80,0	148,9
Trouxemil	13	18	65	138	0,9	0,7	2,6	5,9	38,5	261,1	112,3
Vil de Matos	0	1	11	38	0,0	0,2	1,6	5,3	100,0	1000,0	245,5
Total	**3.623**	**3.546**	**6.355**	**10.203**	**3,2**	**2,9**	**5,0**	**8,1**	**-2,1**	**79,2**	**60,6**

Fonte: INE

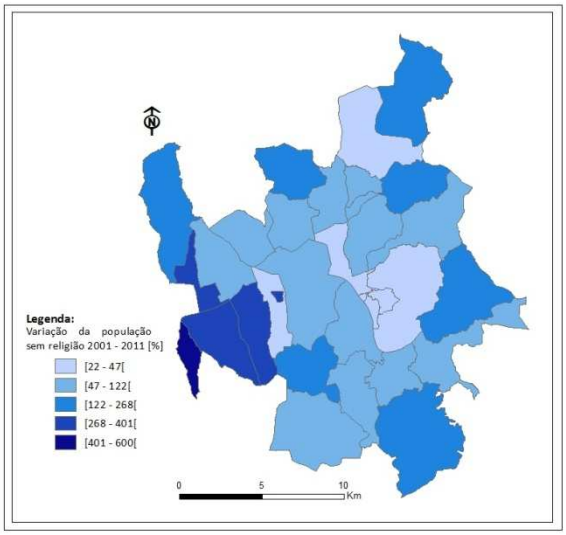


Figura XII.1. Variação da população sem religião, por freguesias do concelho de Coimbra, 2001-2011
Fonte: INE

ANEXOS XIII

QUADROS DE ANÁLISE DOS INQUÉRITOS

Quadro XIII.1.: Lugares Sagrados internacionais onde o Inquirido já esteve, por cidade e país

lugares sagrados internacionais onde já esteve_ Zona Geográfica			Igreja								
			Igreja de Eiras	Igreja da Rainha Santa Isabel	Igreja de S. Martinho do Bispo	Igreja da Sé Nova	Igreja de S. José	Igreja de Nossa Senhora de Lurdes	Igreja de S. João Batista	Total	
						N.º				N.º	%
Mosteiro de aix-la Chapelle	Aachen	Alemanha					1			1	0,1
Catedral de Colónia	Colónia	Alemanha				2	1			3	0,4
Arquidiocesde de Munique	Munique	Alemanha				2				2	0,3
Igreja em Munique	Munique	Alemanha		1						1	0,1
Arquidiocese em Viena de Aústria	Viena	Áustria				2				2	0,3
Catedral de Santo Estevão	Viena	Áustria				1	1			2	0,3
Centros Marianos na Bélgica	Bélgica	Bélgica				2				2	0,3
Santuário de Nossa Senhora de Medjugorge	Medjugorge	Bósnia e Hersgovínia				1			2	3	0,4
Igreja do Senhor do Bonfim	Bahia	Brasil							1	1	0,1
Brasil	Brasil	Brasil			1					1	0,1
Nossa Senhora do Rocio	Paraná	Brasil						1		1	0,1
Igreja da Candelária	Rio de Janeiro	Brasil						1		1	0,1
Bom Jesus	Salvador da Baía	Brasil							2	2	0,3
Santuário do Sagrado Coração de Jesus	São Paulo	Brasil							1	1	0,1
Santuário de Nossa Senhora da Aparecida	São Paulo	Brasil							1	1	0,1
Angkor wat	Cambodja	Cambodja						1		1	0,1
Mosteiro Budista em Taiwan	Taiwan	China							1	1	0,1
Igreja Matriz de Cuba	Cuba	Cuba		1		2				3	0,4
Catedral de Havana	Cuba	Cuba				1				1	0,1
Alba de Tormes	Alba de Tormes	Espanha				1				1	0,1
Ávila	Ávila	Espanha				2				2	0,3
Barcelona/ Catedral da Sagrada Família	Barcelona	Espanha	2	3		10	3	8	5	31	4,4
Catedral de Burgos	Burgos	Espanha					1			1	0,1
S. Tiago em Cadiz	Cadiz	Espanha		1						1	0,1
Sé Catedral de Córdova	Córdova	Espanha		1		1				2	0,3
Santuário de Covadonga	Covadonga	Espanha		1		1	2	2	3	9	1,3
Igrejas em Espanha	Espanha	Espanha			1					1	0,1
Alhambra	Granada	Espanha				1				1	0,1
Loyola	Loyola	Espanha				2		5	2	9	1,3
Santuário do Vale dos Caídos	Madrid	Espanha		1					1	2	0,3
Catedral de Nossa Senhora de Almudena	Madrid	Espanha						1		1	0,1
Igreja San Gines	Madrid	Espanha						1		1	0,1
Catedral de Almende	Madrid	Espanha				1				1	0,1
Sé Catedral de Madrid	Madrid	Espanha			1					1	0,1
Manresa	Manresa	Espanha						1		1	0,1
Mosteiro de Santa Maria de Monserrat	Montserrat	Espanha				1		2	3	6	0,9
Catedral de Oviedo	Oviedo	Espanha							2	2	0,3
Catedral de Palma de Maiorca	Palma de Maiorca	Espanha							1	1	0,1
Catedral de Salamanca	Salamanca	Espanha		1		4		1		6	0,9
Santiago de Compostela/Catedral de Santiago	Santiago de Compostela	Espanha	18	21	9	19	26	23	26	142	20,2
Basílica de Nossa Senhora do Pilar	Saragoça	Espanha				2				2	0,3
Igreja de Vera Cruz em Segóvia	Segóvia	Espanha				4				4	0,6
Catedral de Sevilha	Sevilha	Espanha	1	1			1	1	2	6	0,9
Igreja de Santo Ildefonso	Sevilha	Espanha				1				1	0,1
Catedral de Toledo	Toledo	Espanha		1						1	0,1
Xavier/Imagem do Cristo do Sorriso	Xavier	Espanha						2		2	0,3
Catedral de Zamora	Zamora	Espanha							1	1	0,1
Igreja Entegrada	Helsínquia	Filândia							1	1	0,1
Avignon	Avignon	França				1				1	0,1
Catedral de Estrasburgo	Estrasburgo	França				1				1	0,1
França	França	França			1	1				2	0,3
Lisieux	Lisiseux	França						1		1	0,1
Lourdes/ Santuário de Nossa Senhora de Lou	Lourdes	França	6	12	5	9	8	12	12	64	9,1
Abadia do Monte de Saint-Michael	Mont Saint Michel	França		1			1			2	0,3
Paray-le-Monial	Paray-le-Monial	França				2			4	6	0,9
Catedral de Notre Dame	Paris	França	1	8	1	11	6	7	6	40	5,7
Basílica de Sacre Couer	Paris	França		2		5	4	6	2	19	2,7
Igreja de Madelaine	Paris	França						1		1	0,1
Taizé	Taizé	França		4		2	3	1	4	14	2,0
Monasteraki	Atenas	Grécia		1						1	0,1
Mosteiro Ortodoxo na Grécia	Grécia	Grécia				2				2	0,3
Igreja de S. Francisco Xavier	Amesterdão	Holanda						1		1	0,1
Budapeste	Budapeste	Hungria			1					1	0,1
Hungria	Hungia	Hungria				1				1	0,1
Taj-Mahal	Agra	Índia						1		1	0,1
Basílica do Bom Jesus	Goa	Índia						1		1	0,1
Assis/Basílica de S. Francisco de Assis	Assis	Itália		2		3	1	2	3	11	1,6
Basílica de Santa Rita	Cássia	Itália							1	1	0,1
Florença/Catedral de Florença	Florença	Itália	1			3		1		5	0,7
Igreja de S. Francisco de Xavier	Goa	Itália						3		3	0,4
Basílicas em Itália	Itália	Itália						1		1	0,1
Catedral de Milão	Milão	Itália	1		1	3		1		6	0,9
Santa Maria del Gracia	Milão	Itália				2				2	0,3
Pádua/ Basílica de Santo António de Pádua	Pádua	Itália				3	1	4	1	9	1,3
Vaticano	Roma	Itália	1	9	9	8	10	28	9	74	10,5
Roma	Roma	Itália		4	2	7	3	12	7	35	5,0
Basílica de S. Pedro	Roma	Itália		1	1	7	6	7	2	24	3,4
Igreja de Gesú	Roma	Itália				2	1	2		5	0,7
Capela Sistina	Roma	Itália		1		1	1	1		4	0,6
Praça de S. Pedro	Roma	Itália						1	2	3	0,4
Basílica de Santa Maria Maior	Roma	Itália					1	1		2	0,3
Basílica de S. João de Latrão	Roma	Itália						1		1	0,1
Basílicas Papais	Roma	Itália						1		1	0,1
Catacumbas	Roma	Itália						1		1	0,1
Panteão de Roma	Roma	Itália						1		1	0,1
Coliseu de Roma	Roma	Itália				1				1	0,1
Igrejas de Roma	Roma	Itália				1				1	0,1
Sé de Trento	Trento	Itália				1				1	0,1
Igreja de Santo António	Trieste	Itália	1							1	0,1
Catedral de S. Marcos	Veneza	Itália	2			2	1			5	0,7
Igreja de S. Pedro	Veneza	Itália				1				1	0,1
Mesquita de Maraqueche	Maraqueche	Marrocos							1	1	0,1
Mosteiro de Nossa Senhora da Guadalpe	Cidade do México	México				1	1	1		3	0,4
Várias catedrais da Europa	Não regionalizável	Não regionalizável							1	1	0,1
Polónia	Polónia	Polónia		1	1	2		1		5	0,7
Nossa Senhora de Czestochowa	Polónia	Polónia				1				1	0,1
Santuário da Virgem Negra	Polónia	Polónia				1				1	0,1
Varsóvia	Polónia	Polónia						1		1	0,1
Abadia de Westminster	Londres	Reino Unido		1		2		1	1	5	0,7
St Paul Cathedral	Londres	Reino Unido				1	1	1		3	0,4
Igreja de Nossa Senhora Vitoriosa	Praga	República Checa				2				2	0,3
Igreja de S. Nicolau	Praga	República Checa				1				1	0,1
Catedral do Kremlin	Moscovo	Rússia						1		1	0,1
Sé Catedral de S. Tomé e Príncipe	S. Tomé e Príncipe	S. Tomé e Príncipe				1				1	0,1
Catedral de Lausanne	Lausanne	Suíca							1	1	0,1
Templos na Tailândia	Tailândia	Tailândia						1		1	0,1
Belém	Belém	Terra Santa		3		1		2		6	0,9
Cafarnaum	Galileia	Terra Santa				1		1		2	0,3
Caná	Galileia	Terra Santa						2		2	0,3
Galileia	Galileia	Terra Santa		1						1	0,1
Israel	Israel	Terra Santa		1				1		2	0,3
Monte das Oliveiras	Israel	Terra Santa				1		1		2	0,3
Jerusalém	Jerusalém	Terra Santa		4	1	2		2		9	1,3
Basílica do Santo Sepulcro	Jerusalém	Terra Santa		2		1				3	0,4
Monte das Bem Aventuranças	Jerusalém	Terra Santa				1				1	0,1
Nazaré	Nazaré	Terra Santa				1		1		2	0,3
Palestina	Palestina	Terra Santa		1			1			2	0,3
Terra Santa	Terra Santa	Terra Santa		1		4		3	1	9	1,3
Basílica de Santa Sofia	Istambul	Turquia				1		2		3	0,4
Mesquita Azul	Istambul	Turquia						1		1	0,1
Carcóvia	Carcóvia	Ucrânia				1				1	0,1
Salamanca	Salamanca	Espanha					1			1	0,1
Total **N.º**			**34**	**93**	**35**	**169**	**87**	**172**	**113**	**703**	**100,0**
%			**4,8**	**13,2**	**5,0**	**24,0**	**12,4**	**24,5**	**16,1**	**100,0**	

Fonte: inquéritos, 2014